



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

## República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CLIV N° 66

Brasília - DF, quarta-feira, 5 de abril de 2017



| Sumário                                                           |        |
|-------------------------------------------------------------------|--------|
|                                                                   | PÁGINA |
| Atos do Poder Legislativo.....                                    | 1      |
| Atos do Congresso Nacional .....                                  | 3      |
| Presidência da República .....                                    | 3      |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento .....         | 6      |
| Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ..... | 7      |
| Ministério da Cultura .....                                       | 10     |
| Ministério da Defesa.....                                         | 11     |
| Ministério da Educação .....                                      | 12     |
| Ministério da Fazenda.....                                        | 19     |
| Ministério da Integração Nacional .....                           | 33     |
| Ministério da Justiça e Segurança Pública.....                    | 35     |
| Ministério da Saúde .....                                         | 36     |
| Ministério das Cidades.....                                       | 97     |
| Ministério de Minas e Energia.....                                | 102    |
| Ministério do Meio Ambiente.....                                  | 115    |
| Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão .....        | 116    |
| Ministério do Trabalho .....                                      | 119    |
| Ministério do Turismo .....                                       | 121    |
| Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil .....          | 121    |
| Ministério Público da União .....                                 | 122    |
| Tribunal de Contas da União .....                                 | 127    |
| Poder Judiciário.....                                             | 152    |
| Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .  | 226    |

| Atos do Poder Legislativo |  |
|---------------------------|--|
|---------------------------|--|

LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**  
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

| TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS                                                            |                  |                |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|----------------|
| Páginas                                                                                        | Distrito Federal | Demais Estados |
| de 04 a 28                                                                                     | R\$ 0,50         | R\$ 2,00       |
| de 32 a 76                                                                                     | R\$ 0,90         | R\$ 2,40       |
| de 80 a 156                                                                                    | R\$ 1,90         | R\$ 3,40       |
| de 160 a 250                                                                                   | R\$ 2,50         | R\$ 4,00       |
| de 254 a 500                                                                                   | R\$ 5,00         | R\$ 6,50       |
| - Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R\$ 0,0179 |                  |                |

Art. 2º A criança e o adolescente gozam dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhes asseguradas a proteção integral e as oportunidades e facilidades para viver sem violência e preservar sua saúde física e mental e seu desenvolvimento moral, intelectual e social, e gozam de direitos específicos à sua condição de vítima ou testemunha.

Parágrafo único. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios desenvolverão políticas integradas e coordenadas que visem a garantir os direitos humanos da criança e do adolescente no âmbito das relações domésticas, familiares e sociais, para resguardá-los de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, abuso, crueldade e opressão.

Art. 3º Na aplicação e interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento, às quais o Estado, a família e a sociedade devem assegurar a fruição dos direitos fundamentais com absoluta prioridade.

Parágrafo único. A aplicação desta Lei é facultativa para as vítimas e testemunhas de violência entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos, conforme disposto no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, são formas de violência:

I - violência física, entendida como a ação infligida à criança ou ao adolescente que ofenda sua integridade ou saúde corporal ou que lhe cause sofrimento físico;

II - violência psicológica:

a) qualquer conduta de discriminação, depreciação ou desrespeito em relação à criança ou ao adolescente mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão verbal e xingamento, ridicularização, indiferença, exploração ou intimidação sistemática (**bullying**) que possa comprometer seu desenvolvimento psíquico ou emocional;

b) o ato de alienação parental, assim entendido como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio de genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este;

c) qualquer conduta que exponha a criança ou o adolescente, direta ou indiretamente, a crime violento contra membro de sua família ou de sua rede de apoio, independentemente do ambiente em que cometido, particularmente quando isto a torna testemunha;

III - violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda:

a) abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiro;

b) exploração sexual comercial, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico;

c) tráfico de pessoas, entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamento, entre os casos previstos na legislação;

IV - violência institucional, entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, a criança e o adolescente serão ouvidos sobre a situação de violência por meio de escuta especializada e depoimento especial.

§ 2º Os órgãos de saúde, assistência social, educação, segurança pública e justiça adotarão os procedimentos necessários por ocasião da revelação espontânea da violência.

§ 3º Na hipótese de revelação espontânea da violência, a criança e o adolescente serão chamados a confirmar os fatos na forma especificada no § 1º deste artigo, salvo em caso de intervenções de saúde.

§ 4º O não cumprimento do disposto nesta Lei implicará a aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

**TÍTULO II**  
**DOS DIREITOS E GARANTIAS**

Art. 5º A aplicação desta Lei, sem prejuízo dos princípios estabelecidos nas demais normas nacionais e internacionais de proteção dos direitos da criança e do adolescente, terá como base, entre outros, os direitos e garantias fundamentais da criança e do adolescente a:

I - receber prioridade absoluta e ter considerada a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

II - receber tratamento digno e abrangente;

III - ter a intimidade e as condições pessoais protegidas quando vítima ou testemunha de violência;

IV - ser protegido contra qualquer tipo de discriminação, independentemente de classe, sexo, raça, etnia, renda, cultura, nível educacional, idade, religião, nacionalidade, procedência regional, regularidade migratória, deficiência ou qualquer outra condição sua, de seus pais ou de seus representantes legais;

V - receber informação adequada à sua etapa de desenvolvimento sobre direitos, inclusive sociais, serviços disponíveis, representação jurídica, medidas de proteção, reparação de danos e qualquer procedimento a que seja submetido;

VI - ser ouvido e expressar seus desejos e opiniões, assim como permanecer em silêncio;

VII - receber assistência qualificada jurídica e psicossocial especializada, que facilite a sua participação e o resguardo contra comportamento inadequado adotado pelos demais órgãos atuantes no processo;

VIII - ser resguardado e protegido de sofrimento, com direito a apoio, planejamento de sua participação, prioridade na tramitação do processo, celeridade processual, idoneidade do atendimento e limitação das intervenções;

IX - ser ouvido em horário que lhe for mais adequado e conveniente, sempre que possível;

X - ter segurança, com avaliação contínua sobre possibilidades de intimidação, ameaça e outras formas de violência;

XI - ser assistido por profissional capacitado e conhecer os profissionais que participam dos procedimentos de escuta especializada e depoimento especial;

XII - ser reparado quando seus direitos forem violados;

XIII - conviver em família e em comunidade;

XIV - ter as informações prestadas tratadas confidencialmente, sendo vedada a utilização ou o repasse a terceiro das declarações feitas pela criança e pelo adolescente vítima, salvo para os fins de assistência à saúde e de persecução penal;

XV - prestar declarações em formato adaptado à criança e ao adolescente com deficiência ou em idioma diverso do português.

Parágrafo único. O planejamento referido no inciso VIII, no caso de depoimento especial, será realizado entre os profissionais especializados e o juiz.

Art. 6º A criança e o adolescente vítima ou testemunha de violência têm direito a pleitear, por meio de seu representante legal, medidas protetivas contra o autor da violência.

Parágrafo único. Os casos omissos nesta Lei serão interpretados à luz do disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e em normas conexas.

### TÍTULO III DA ESCUTA ESPECIALIZADA E DO DEPOIMENTO ESPECIAL

Art. 7º Escuta especializada é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade.

Art. 8º Depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.

Art. 9º A criança ou o adolescente será resguardado de qualquer contato, ainda que visual, com o suposto autor ou acusado, ou com outra pessoa que represente ameaça, coação ou constrangimento.

Art. 10. A escuta especializada e o depoimento especial serão realizados em local apropriado e acolhedor, com infraestrutura e espaço físico que garantam a privacidade da criança ou do adolescente vítima ou testemunha de violência.

Art. 11. O depoimento especial reger-se-á por protocolos e, sempre que possível, será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, garantida a ampla defesa do investigado.

§ 1º O depoimento especial seguirá o rito cautelar de antecipação de prova:

I - quando a criança ou o adolescente tiver menos de 7 (sete) anos;

II - em caso de violência sexual.

§ 2º Não será admitida a tomada de novo depoimento especial, salvo quando justificada a sua imprescindibilidade pela autoridade competente e houver a concordância da vítima ou da testemunha, ou de seu representante legal.

Art. 12. O depoimento especial será colhido conforme o seguinte procedimento:

I - os profissionais especializados esclarecerão a criança ou o adolescente sobre a tomada do depoimento especial, informando-lhe os seus direitos e os procedimentos a serem adotados e planejando sua participação, sendo vedada a leitura da denúncia ou de outras peças processuais;

II - é assegurada à criança ou ao adolescente a livre narrativa sobre a situação de violência, podendo o profissional especializado intervir quando necessário, utilizando técnicas que permitam a elucidação dos fatos;

III - no curso do processo judicial, o depoimento especial será transmitido em tempo real para a sala de audiência, preservado o sigilo;

IV - findo o procedimento previsto no inciso II deste artigo, o juiz, após consultar o Ministério Público, o defensor e os assistentes técnicos, avaliará a pertinência de perguntas complementares, organizadas em bloco;

V - o profissional especializado poderá adaptar as perguntas à linguagem de melhor compreensão da criança ou do adolescente;

VI - o depoimento especial será gravado em áudio e vídeo.

§ 1º À vítima ou testemunha de violência é garantido o direito de prestar depoimento diretamente ao juiz, se assim o entender.

§ 2º O juiz tomará todas as medidas apropriadas para a preservação da intimidade e da privacidade da vítima ou testemunha.

§ 3º O profissional especializado comunicará ao juiz se verificar que a presença, na sala de audiência, do autor da violência pode prejudicar o depoimento especial ou colocar o depoente em situação de risco, caso em que, fazendo constar em termo, será autorizado o afastamento do imputado.

§ 4º Nas hipóteses em que houver risco à vida ou à integridade física da vítima ou testemunha, o juiz tomará as medidas de proteção cabíveis, inclusive a restrição do disposto nos incisos III e VI deste artigo.

§ 5º As condições de preservação e de segurança da mídia relativa ao depoimento da criança ou do adolescente serão objeto de regulamentação, de forma a garantir o direito à intimidade e à privacidade da vítima ou testemunha.

§ 6º O depoimento especial tramitará em segredo de justiça.

### TÍTULO IV DA INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. Qualquer pessoa que tenha conhecimento ou presença ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência contra criança ou adolescente tem o dever de comunicar o fato imediatamente ao serviço de recebimento e monitoramento de denúncias, ao conselho tutelar ou à autoridade policial, os quais, por sua vez, cientificarão imediatamente o Ministério Público.

Parágrafo único. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão promover, periodicamente, campanhas de conscientização da sociedade, promovendo a identificação das violações de direitos e garantias de crianças e adolescentes e a divulgação dos serviços de proteção e dos fluxos de atendimento, como forma de evitar a violência institucional.

Art. 14. As políticas implementadas nos sistemas de justiça, segurança pública, assistência social, educação e saúde deverão adotar ações articuladas, coordenadas e efetivas voltadas ao acolhimento e ao atendimento integral às vítimas de violência.

§ 1º As ações de que trata o **caput** observarão as seguintes diretrizes:

I - abrangência e integralidade, devendo comportar avaliação e atenção de todas as necessidades da vítima decorrentes da ofensa sofrida;

II - capacitação interdisciplinar continuada, preferencialmente conjunta, dos profissionais;

III - estabelecimento de mecanismos de informação, referência, contrarreferência e monitoramento;

IV - planejamento coordenado do atendimento e do acompanhamento, respeitadas as especificidades da vítima ou testemunha e de suas famílias;

V - celeridade do atendimento, que deve ser realizado imediatamente - ou tão logo quanto possível - após a revelação da violência;

VI - priorização do atendimento em razão da idade ou de eventual prejuízo ao desenvolvimento psicossocial, garantida a intervenção preventiva;

VII - mínima intervenção dos profissionais envolvidos; e

VIII - monitoramento e avaliação periódica das políticas de atendimento.

§ 2º Nos casos de violência sexual, cabe ao responsável da rede de proteção garantir a urgência e a celeridade necessárias ao atendimento de saúde e à produção probatória, preservada a confidencialidade.

Art. 15. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar serviços de atendimento, de ouvidoria ou de resposta, pelos meios de comunicação disponíveis, integrados às redes de proteção, para receber denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes.

Parágrafo único. As denúncias recebidas serão encaminhadas:

I - à autoridade policial do local dos fatos, para apuração;

II - ao conselho tutelar, para aplicação de medidas de proteção; e

III - ao Ministério Público, nos casos que forem de sua atribuição específica.

Art. 16. O poder público poderá criar programas, serviços ou equipamentos que proporcionem atenção e atendimento integral e interinstitucional às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, compostos por equipes multidisciplinares especializadas.

Parágrafo único. Os programas, serviços ou equipamentos públicos poderão contar com delegacias especializadas, serviços de saúde, perícia médico-legal, serviços socioassistenciais, varas especializadas, Ministério Público e Defensoria Pública, entre outros possíveis de integração, e deverão estabelecer parcerias em caso de indisponibilidade de serviços de atendimento.

#### CAPÍTULO II DA SAÚDE

Art. 17. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), serviços para atenção integral à criança e ao adolescente em situação de violência, de forma a garantir o atendimento acolhedor.

Art. 18. A coleta, guarda provisória e preservação de material com vestígios de violência serão realizadas pelo Instituto Médico Legal (IML) ou por serviço credenciado do sistema de saúde mais próximo, que entregará o material para perícia imediata, observado o disposto no art. 5º desta Lei.

#### CAPÍTULO III DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 19. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão estabelecer, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas), os seguintes procedimentos:

I - elaboração de plano individual e familiar de atendimento, valorizando a participação da criança e do adolescente e, sempre que possível, a preservação dos vínculos familiares;

II - atenção à vulnerabilidade indireta dos demais membros da família decorrente da situação de violência, e solicitação, quando necessário, aos órgãos competentes, de inclusão da vítima ou testemunha e de suas famílias nas políticas, programas e serviços existentes;

III - avaliação e atenção às situações de intimidação, ameaça, constrangimento ou discriminação decorrentes da vitimização, inclusive durante o trâmite do processo judicial, as quais deverão ser comunicadas imediatamente à autoridade judicial para tomada de providências; e

IV - representação ao Ministério Público, nos casos de falta de responsável legal com capacidade protetiva em razão da situação de violência, para colocação da criança ou do adolescente sob os cuidados da família extensa, de família substituta ou de serviço de acolhimento familiar ou, em sua falta, institucional.

## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL IMPrensa NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA  
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE  
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

### DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

#### SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

#### SEÇÃO 2

Publicação de atos  
relativos a pessoal da  
Administração Pública Federal

#### SEÇÃO 3

Publicação de contratos,  
editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO  
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA  
Coordenador de Editoração e  
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO  
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados  
para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br  
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF  
CNPJ: 04196645/0001-00  
Fone: (61) 3441-9450



CAPÍTULO IV  
DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 20. O poder público poderá criar delegacias especializadas no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência.

§ 1º Na elaboração de suas propostas orçamentárias, as unidades da Federação alocarão recursos para manutenção de equipes multidisciplinares destinadas a assessorar as delegacias especializadas.

§ 2º Até a criação do órgão previsto no **caput** deste artigo, a vítima será encaminhada prioritariamente a delegacia especializada em temas de direitos humanos.

§ 3º A tomada de depoimento especial da criança ou do adolescente vítima ou testemunha de violência observará o disposto no art. 14 desta Lei.

Art. 21. Constatado que a criança ou o adolescente está em risco, a autoridade policial requisitará à autoridade judicial responsável, em qualquer momento dos procedimentos de investigação e responsabilização dos suspeitos, as medidas de proteção pertinentes, entre as quais:

I - evitar o contato direto da criança ou do adolescente vítima ou testemunha de violência com o suposto autor da violência;

II - solicitar o afastamento cautelar do investigado da residência ou local de convivência, em se tratando de pessoa que tenha contato com a criança ou o adolescente;

III - requerer a prisão preventiva do investigado, quando houver suficientes indícios de ameaça à criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência;

IV - solicitar aos órgãos socioassistenciais a inclusão da vítima e de sua família nos atendimentos a que têm direito;

V - requerer a inclusão da criança ou do adolescente em programa de proteção a vítimas ou testemunhas ameaçadas; e

VI - representar ao Ministério Público para que proponha ação cautelar de antecipação de prova, resguardados os pressupostos legais e as garantias previstas no art. 5º desta Lei, sempre que a demora possa causar prejuízo ao desenvolvimento da criança ou do adolescente.

Art. 22. Os órgãos policiais envolvidos envidarão esforços investigativos para que o depoimento especial não seja o único meio de prova para o julgamento do réu.

CAPÍTULO V  
DA JUSTIÇA

Art. 23. Os órgãos responsáveis pela organização judiciária poderão criar juizados ou varas especializadas em crimes contra a criança e o adolescente.

Parágrafo único. Até a implementação do disposto no **caput** deste artigo, o julgamento e a execução das causas decorrentes das práticas de violência ficarão, preferencialmente, a cargo dos juizados ou varas especializadas em violência doméstica e temas afins.

TÍTULO V  
DOS CRIMES

Art. 24. Violar sigilo processual, permitindo que depoimento de criança ou adolescente seja assistido por pessoa estranha ao processo, sem autorização judicial e sem o consentimento do depoente ou de seu representante legal.

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

TÍTULO VI  
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 25. O art. 208 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XI:

"Art. 208. ....

XI - de políticas e programas integrados de atendimento à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência. ...." (NR)

Art. 26. Cabe ao poder público, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado da entrada em vigor desta Lei, emanar atos normativos necessários à sua efetividade.

Art. 27. Cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contado da entrada em vigor desta Lei, estabelecer normas sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, no âmbito das respectivas competências.

Art. 28. Revoga-se o art. 248 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 29. Esta Lei entra em vigor após decorrido 1 (um) ano de sua publicação oficial.

Brasília, 4 de abril de 2017; 196ª da Independência e 129ª da República.

MICHEL TEMER  
Osmar Serraglio

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 43, DE 2017

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA POÇO CERCADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tangará, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 703, de 29 de julho de 2010, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Poço Cercado para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tangará, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de abril de 2017  
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA  
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE DA MESA  
DO CONGRESSO NACIONAL Nº 22, DE 2017

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 769**, de 20 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 100.000.000,00, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 4 de abril de 2017  
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 104, de 4 de abril de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.

CASA CIVIL  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO  
E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 222, DE 3 DE ABRIL DE 2017

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21 da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, combinado com o art. 121, inciso VII do Regimento Interno aprovado pela Portaria/INCRA/P/nº 49 de 31 de janeiro de 2017, publicada no DOU nº 23 do dia seguinte, e;

Considerando a missão de implementar a política de reforma agrária, realizar o ordenamento fundiário;

Considerando necessidade de identificar instrumentos que auxiliem as ações de governança fundiária, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável;

Considerando a necessidade de identificação de ferramentas para a aquisição, tratamento, modelagem e disponibilização de dados geoespaciais que contribuam para a contínua melhoria da qualidade, eficiência, transparência e produtividade da Superintendência Regional do INCRA em Minas Gerais SR(06)MG;

Considerando a crescente demanda por aplicação de novas metodologias de monitoramento, controle e gestão de dados fundiários;

Considerando a necessidade de criar instrumentos de auxílio à titulação de imóveis rurais oriundos de projetos de assentamento da reforma agrária; resolve:

Art. 1º Criar o Núcleo de Estudos e Gestão de Informações Geoespaciais da Superintendência Regional do INCRA em Minas Gerais (NGeo/SR(06)MG) incumbido de desenvolver projetos vinculados às demandas de aquisição, tratamento, modelagem e disponibilização de dados geoespaciais no âmbito desta Superintendência Regional;

Art. 2º Os Chefes das Divisões da SR(06)MG serão os responsáveis por disponibilizar as informações sobre a base cartográfica, cadastral, infraestrutura, restrições ambientais, assistência técnica e quaisquer outras solicitadas pelo NGeo/SR(06)MG. Caso os dados não estejam sistematizados em formato adequado para o desenvolvimento das atividades do NGeo/SR(06)MG, os setores responsáveis deverão organizá-los;

Art. 3º O NGeo/SR(06)MG submeterá ao Comitê de Decisão Regional (CDR) as propostas de alteração e simplificação de procedimentos operacionais da SR(06)MG;

Art. 4º O NGeo/SR(06)MG será composto por equipe multidisciplinar, formada por servidores da SR(06)MG e eventuais colaboradores da SEDE e outras Superintendências Regionais do INCRA, que farão propostas de projetos a serem desenvolvidos no âmbito do NGeo/SR(06)MG;

Art. 5º Designar o chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária para coordenar os trabalhos do NGeo/SR(06)MG sob supervisão geral do Superintendente Regional do INCRA em Minas Gerais;

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO GÓES SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ACRE

RETIFICAÇÃO

Na Portaria/INCRA/SR.14/Nº 18, de 9 de junho de 2005, publicada no DOU nº 125, de 1 de julho de 2005, Seção 1, pag. 87, que criou o Projeto de Assentamento João Batista, SIPRA AC0118000, município de Sena Madureira/AC, **onde se lê:** "...com área de 3.158,000 (três mil cento e cinquenta e oito hectares)," **leia-se:** "... .com área de 3.980,2581 (três mil novecentos e oitenta hectares, vinte e cinco ares e oitenta e um centiares)."

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Nº 066/2009, de 30 de dezembro de 2009, publicada no DOU 250, de 31 de dezembro de 2009, que criou o Projeto de Desenvolvimento Sustentável I- PDS BATATA, Localizado no Município do CAREIRO/AM, **onde se lê:** "....2.780,1118 ha (dois mil, setecentos e oitenta hectares e onze ares e dezoito centiares)" **leia-se** "2.813,6189 (dois mil, oitocentos e treze hectares e sessenta e um ares e oitenta e nove centiares) "

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-13/MT Nº 1 de 20 de janeiro de 1999, publicada no Diário Oficial da União nº 213 de 8 de novembro de 1999, na Seção 1 página 54, que criou o Projeto de Assentamento Colniza II, código SIPRA MT0304000, **onde se lê** localizado no município de Aripuanã/MT, **leia-se** localizado no município de Colniza/MT.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA  
DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE  
Em 4 de abril de 2017

Entidades: AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CO-DESIGNING  
Processo nº: 099990.000029/2016-19 e 990.000026/2016-85

Acolhe-se o Parecer CGAF/ITI nº 14/2017 que aprova a versão 1.1 do documento DPC e das PCs, das ACs CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING vinculada a AC JUS. Os arquivos contendo os documentos aprovados possuem os hashes SHA1 informados no Parecer e devem ser publicados pelas ACs em seu repositório no prazo máximo de 30 dias, a contar da data desta publicação.

Entidade: AC SERASA CD SSL V5  
Processo nº: 099990.000008/2016-01

Acolhe-se o Parecer CGAF/ITI nº 13/2017 que aprova a versão 1.1 das Pcs A1, A2, A3 e A4 da AC SERASA CD SSL V5 vinculada a AC SERASA ACP. Os arquivos contendo os documentos aprovados possuem os hashes SHA1 informados no Parecer e devem ser publicados pelas ACs em seu repositório no prazo máximo de 30 dias, a contar da data desta publicação.  
Entidade: AC VALID RFB

Processo nº: 00100.000298/2012-71

Acolhe-se o Parecer CGAF/ITI nº 15/2017 que aprova a versão 4.0 do documento DPC e versão 4.0 das PCs A1 e A3 da AC VALID RFB vinculada a AC RFB. Os arquivos contendo os documentos aprovados possuem os hashes SHA1 informados no Parecer e devem ser publicados pelas ACs em seu repositório no prazo máximo de 30 dias, a contar da data desta publicação.

Entidade: AR ACP, AR ACSP, AR BAIXA MOGIANA, AR BOA VISTA, AR BYE BYE PAPER vinculadas à AC VALID RFB  
Processo nº: 00100.000298/2012-71

Acolhe-se o parecer nº 053/2017/CGAF/DAFN/ITI, que opina pelo deferimento do pedido de descredenciamento AR ACP, AR ACSP, AR BAIXA MOGIANA, AR BOA VISTA, AR BYE BYE PAPER vinculadas à AC VALID RFB, conforme endereços abaixo relacionados.

| AR               | ENDEREÇO                                                                        |
|------------------|---------------------------------------------------------------------------------|
| AR ACP           | Rua XV de Novembro , nº 621, 7º andar, Centro, Curitiba/PR                      |
| AR ACSP          | Rua Boa Vista, nº 51, Centro, São Paulo/SP                                      |
| AR BAIXA MOGIANA | Rua Quinze de Novembro, nº 60, Centro, Mogiguacu/SP                             |
| AR BOA VISTA     | Rua Teixeira da Silva, nº 217, Paraíso, São Paulo/SP                            |
| AR BYE BYE PAPER | Alameda Araguaia, 1.293, 9º andar, Conjunto 908, Bairro Alphaville - Barueri/SP |

Entidade: AR S.L e AR ATA, vinculada à AC SINCOR  
Processo nº: 00100.000426/2005-58

Acolhe-se o parecer nº 064/2017/CGAF/DAFN/ITI, que opina pelo deferimento do pedido de descredenciamento da AR S.L, localizada na Rua Padre Teixeira, nº 3248, Centro, São Carlos/SP e AR ATA, localizada na Avenida Padre Nelson Antonio Romao, nº 649 A, Bairro Vila Santa Cruz, Matão/SP, vinculada à AC SINCOR.

Entidade: AR CERTHIDATA, AR MILA CORRETORA DE SEGUROS, AR RIBEIRO & FIORI vinculadas à AC SINCOR  
Processo nº: 00100.000426/2005-58

Acolhe-se o Parecer nº065/2017/CGAF/DAFN/ITI, que opina pelo deferimento do pedido de credenciamento simplificado da AR CERTHIDATA, AR MILA CORRETORA DE SEGUROS, AR RIBEIRO & FIORI vinculadas à AC SINCOR, para as Políticas de Certificados credenciadas. Em vista disso, e consoante com o disposto no item 2.2.3.3.3, do DOC-ICP-03, defere-se o credenciamento.

Entidade: AR S.L, vinculada à AC BR RFB  
Processo nº: 00100.000126/2008-11

Acolhe-se o parecer nº 068/2017/CGAF/DAFN/ITI, que opina pelo deferimento do pedido de descredenciamento da AR S.L, localizada na Rua Padre Teixeira, nº3248, Centro, São Carlos/SP, vinculada à AC BR RFB.

Entidade: AR ANOREG e AR ARPENSP, vinculada à AC BR RFB  
Processo nº: 00100.000126/2008-11

Acolhe-se o parecer nº 067/2017 CGAF/DAFN/ITI que opina pelo deferimento do pedido de extinção da IT Registro de Imóveis de Não Me Toque da AR ANOREG, e IT Cartório do 4º Distrito de Santa Maria Madalena- RJ, vinculadas à AC BR RFB, localizada no endereço abaixo. Em vista disso e consoante com o disposto no item 3.2.2.2, do DOC-ICP 03, defere-se o pedido de extinção.

| NOME DA AR | NOME DA IT                                            | ENDEREÇO DA IT                                                         |
|------------|-------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|
| AR ANOREG  | IT Registro de Imóveis de Não Me Toque                | Rua Dr. Otto Stahl, nº 585, salas 208 a 210, Centro, Não Me Toque/RS   |
| AR ARPENSP | IT Cartório do 4º Distrito de Santa Maria Madalena-RJ | Estrada RJ-146, S/N, Manoel de Moraes, Centro, Santa Maria Madalena/RJ |

Entidade: AR BASSEG vinculadas à AC CERTISIGN RFB  
Processo nº: 00100.000183/2003-96

Acolhe-se o Parecer nº076/2017/CGAF/DAFN/ITI, que opina pelo deferimento do pedido de credenciamento simplificado da AR BASSEG vinculadas à AC CERTISIGN RFB, para as Políticas de Certificados credenciadas. Em vista disso, e consoante com o disposto no item 2.2.3.3.3, do DOC-ICP-03, defere-se o credenciamento.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

## SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

### PORTARIA Nº 234, DE 4 DE ABRIL DE 2017

**O SECRETÁRIO ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, SUBSTITUTO**, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 2º do Decreto nº 8.865, de 29 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2016; inciso I do artigo 1º da Portaria da Casa Civil nº 1.390, de 8 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2016 e das atribuições previstas na Resolução nº 4.107, de 28 de junho de 2012, do Banco Central do Brasil e, observando ainda o disposto no Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil, que dispõe sobre o regulamento e as condições para a realização das operações de crédito rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, em especial no que se refere à identificação do agricultor/a familiar; resolve:

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria estabelece as condições e procedimentos gerais para a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP.

Art. 2º Para os fins desta Portaria considera-se:

I - Unidade Familiar de Produção Rural - o conjunto composto pela família e eventuais agregados, abrangido também o caso de indivíduo sem família e eventuais agregados, tidos em sua coletividade como agricultores familiares e que explorem uma combinação de fatores de produção com a finalidade de atender à própria subsistência e/ou a demanda da sociedade por alimentos e outros bens e serviços, e, ainda:

a) morem na mesma residência;

b) explorem o mesmo estabelecimento, sob gestão estritamente da família; e,

c) dependam da renda gerada pela Unidade Familiar de Produção Rural, seja no estabelecimento ou fora dele.

II - Estabelecimento - a quantidade de superfície de terra, contiguas ou não, à disposição da Unidade Familiar de Produção Rural, sob as mais diversas formas de domínio ou posse admitidas em lei;

III - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP é o instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Rural e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas;

IV - DAP principal - utilizada para identificação e qualificação da Unidade Familiar de Produção Rural;

V - DAP acessória - utilizada para identificação dos filhos, dos jovens e das mulheres agregadas a uma unidade familiar de produção rural e devem, obrigatoriamente, estar vinculadas a uma DAP Principal;

VI - DAP jurídica - utilizada para identificar e qualificar as formas associativas das Unidades Familiares de Produção Rural organizadas em pessoas jurídicas;

VII - DAP última versão - emitida e registrada mais recentemente na base de dados da Subsecretaria da Agricultura Familiar (SAF) da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD).

VIII - DAP válida - aquela, cujos dados utilizados no processo de identificação e qualificação das Unidades Familiares de Produção Rural passaram por análise de consistência assecuratória da condição de agricultor/a familiar;

IX - DAP ativa - a que possibilita o acesso dos agricultores/as familiares às políticas públicas dirigidas a essa categoria de produtores/as rurais e combine ainda dois atributos: última versão e válida;

X - DAP suspensa - aquela temporariamente desabilitada no sistema para fins de acesso às políticas públicas destinadas à agricultura familiar devido necessidade de atualização cadastral ou para verificação/conferência das informações declaradas.

XI - DAP cancelada - aquela que sofreu cancelamento junto ao banco de dados da SAF/SEAD por solicitação do próprio beneficiário, do emissor de DAP, indicação do controle social ou dos órgãos de controle externo e interno e demais casos. O cancelamento da DAP pode ser realizado com ou sem o bloqueio do(s) CPF(s) do(s) titular(es), conforme o caso.

XII - Unidades Familiares de Produção Rural dos Grupos "A" e "A/C" - assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA ou Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF;

XIII - Unidades Familiares de Produção Rural do Grupo "B" - aquelas com renda bruta familiar anual de até R\$20.000,00 (vinte mil reais); e

XIV - Demais Unidades Familiares de Produção Rural - aquelas cuja renda bruta familiar anual não ultrapasse R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

Art. 3º São identificados também pela DAP, para as finalidades estabelecidas nesta Portaria, os seguintes públicos, conforme a Lei nº 11.326/2006:

I - pescadores que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais;

II - extrativistas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável;

III - silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

IV - aqüicultores que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida e que explorem área não superior a 2 (dois) hectares de lâmina d'água ou, quando a exploração se efetivar em tanque-rede, ocupem até 500 m³ (quinhentos metros cúbicos) de água;

V - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que pratiquem atividades produtivas e/ou não agrícolas, de beneficiamento e comercialização de seus produtos;

VI - indígenas que pratiquem atividades produtivas agrícolas e/ou não agrícolas, de beneficiamento e comercialização de seus produtos; e

VII - assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF.

#### CAPÍTULO II DAS CARACTERÍSTICAS DA DAP

Art. 4º A DAP registrada na base de dados da Subsecretaria da Agricultura Familiar - SAF da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, constitui instrumento hábil de identificação dos agricultores familiares e suas organizações, e apresenta as seguintes características: (NR)

I - Unidade Familiar de Produção Rural:

a) unicidade - a Unidade Familiar de Produção Rural deve ter apenas uma única DAP principal ativa;

b) dupla titularidade - a partir da união estável ou casamento civil, a DAP deve obrigatoriamente identificar cada um dos responsáveis pela Unidade Familiar de Produção Rural, sem hierarquização nessa titularidade;

c) validade - dois anos, a contar da data de emissão;

d) origem - vinculada ao município utilizado para residência permanente do agricultor familiar; e

e) identificação com a produção agrária - na emissão da DAP deve ser observado se a atividade desenvolvida é agrária, não importando se a localização se dá em ambiente geográfico estritamente rural ou urbano.

II - Pessoas Jurídicas:

a) unicidade - cada forma associativa e de empreendimentos de agricultores/as familiares devem ter apenas uma DAP Jurídica ativa; e

b) Validade - válidas por dois anos ou em prazo inferior no caso de não ser atendida a obrigação prescrita no § 2º do artigo 8º.

§ 1º A DAP identifica a Unidade Familiar de Produção Rural e não apenas as pessoas físicas que a integram.

§ 2º A DAP é voluntária e os dados necessários para sua emissão são fornecidos unilateralmente pelo interessado, o que não impede o Poder Público, a qualquer tempo, de confrontar os dados e elementos apresentados e promover os atos e diligências necessários a apuração da sua veracidade, e se for o caso, promover o respectivo cancelamento.

§ 3º A emissão da DAP e gratuita não podendo os emissores credenciados cobrarem quaisquer custas pela sua emissão ou condicionar seu fornecimento a qualquer exigência de reciprocidade, vínculo ou filiação, sob pena de descredenciamento e demais sanções legais cabíveis.

§ 4º - A DAP da Unidade Familiar de Produção Rural e a de pessoas jurídicas de modelos anteriores permanecem válidas até a expiração do prazo estabelecido originalmente pelos normativos vigentes à época da sua emissão, observado o disposto no § 2º do artigo 8º.

§ 5º - Para permitir o acesso às ações e políticas públicas dirigidas aos agricultores/as familiares e suas organizações, a DAP deve estar ativa no sistema da SAF/SEAD.



CAPÍTULO III  
DOS BENEFICIÁRIOS E EXIGÊNCIAS PARA A EMISSÃO DE DAP

Art. 5º As Unidades Familiares de Produção Rural serão identificadas por uma única DAP principal

§ 1º A identificação e qualificação da Unidade Familiar de Produção Rural deve observar os seguintes critérios:

- I - área do estabelecimento;
- II - quantitativo da força de trabalho familiar e da contratada;
- III - renda de origem no estabelecimento e fora dele; e
- IV - local de residência.

§ 2º Cabe à SAF/SEAD regulamentar os parâmetros de aferição dos critérios do § 1º deste artigo, a forma de apuração e a operacionalização do atendimento de cada um dos critérios de identificação e qualificação da Unidade Familiar de Produção Rural e estabelecer os casos excetuados da sua incidência.

§ 3º No caso de imóvel em condomínio, para cada condômino será emitida uma DAP principal, devendo a fração ideal ser registrada como a área do estabelecimento do condômino.

§ 4º Ao agricultor familiar, quando solicitado, cabe a apresentação da documentação necessária e pertinente à emissão da DAP, em consonância com o § 2º do artigo 4º desta Portaria, sob pena do agente emissor negar-se a emitir o referido documento.

Art. 6º O jovem, filho de agricultores familiares ou que esteja sob sua responsabilidade, com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos, poderá obter uma DAP acessória, vinculada a uma DAP principal da Unidade Familiar de Produção Rural de origem.

Parágrafo Único: O(a) jovem, com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos, poderá solicitar a emissão de uma DAP principal em seu favor, desde que comprove a exploração e a gestão própria de parte do estabelecimento agropecuário, respeitando o disposto no Art. 4º e demais critérios a serem estabelecidos pela SAF/SEAD.

Art. 7º A mulher agregada poderá obter uma DAP acessória vinculada à uma DAP principal da Unidade Familiar de Produção Rural a qual encontra-se vinculada.

Art. 8º A emissão de DAP para as formas associativas dos agricultores familiares e para o Empreendimento Familiar Rural, de que trata a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, na forma de pessoa jurídica, deverá observar os seguintes parâmetros de identificação:

- I - Empreendimento Familiar Rural ou a pessoa jurídica, constituída com a finalidade de beneficiamento, processamento e comercialização de produtos agropecuários, ou ainda para prestação de serviços de turismo rural, desde que formado exclusivamente por um ou mais agricultores detentores de DAP ativa de Unidade Familiar de Produção Rural; (NR)
- II - Cooperativas singulares da Agricultura Familiar, aquelas que comprovem que, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de seus associados são agricultores familiares/as com DAP ativa de Unidade Familiar de Produção Rural; e
- III - Cooperativas Centrais da Agricultura Familiar, aquelas constituídas exclusivamente de cooperativas singulares associadas reconhecidas com DAP Pessoa Jurídica.

IV - Associações da Agricultura Familiar, aquelas que comprovem, no mínimo, que 60% (sessenta por cento) de seus participantes são agricultores/as familiares com DAP ativa de Unidade Familiar de Produção Rural.

§ 1º Cabe à SAF/SEAD regulamentar os parâmetros complementares de aferição dos critérios dos incisos, a forma de apuração e a operacionalização do atendimento de cada um dos critérios de identificação e qualificação das formas associativas dos agricultores familiares e do Empreendimento Familiar Rural, bem como estabelecer os casos excetuados da sua incidência.

§ 2º Nos casos dos incisos II e III deste artigo, ocorrendo variação do número de associados ou cooperados em mais de 10% (dez por cento), a pessoa jurídica titular da DAP deverá fornecer ao agente emissor, no prazo de 30 (trinta) dias, a relação das filiações e desfiliações ocorridas, sob pena de cancelamento.

§ 3º A pessoa jurídica deve apresentar ao agente emissor da DAP a documentação comprobatória, a ser definida pela SAF/SEAD, das exigências contidas neste artigo, sob pena de não emissão do referido documento pelo agente emissor.

§ 4º Não constarão da DAP da pessoa jurídica de agricultores familiares as exigências adicionais de qualificação para acesso as linhas de crédito previstas no Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil, em seu capítulo 10, quais sejam:

I - limite mínimo de 55% (cinquenta e cinco por cento) da produção beneficiada, processada ou comercializada serem oriundos de cooperados ou associados enquadrados no Pronaf;

- II - patrimônio líquido mínimo de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); e
- III - tenham, no mínimo, um ano de funcionamento.

§ 5º Os dados previstos no § 4º deste artigo devem constar dos respectivos projetos de crédito integrantes das operações de crédito rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

CAPÍTULO IV  
DA REDE AUTORIZADA DE ENTIDADES PÚBLICAS EMISSORAS DE DAP

Art. 9º É criada a rede de entidades públicas emissoras de DAP.

§ 1º As entidades públicas, desde já autorizadas a comporem a rede emissora de DAP, condicionada a sua eficácia ao competente credenciamento pela SAF/SEAD, na forma desta Portaria e respectiva regulamentação, atuarão segundo as suas competências materiais, atuação territorial e os grupos de enquadramento ao Pronaf, consoante o que segue:

I - A emissão de DAP para os agricultores familiares dos Grupos "A" e "A/C" será efetuada pelos seguintes entidades:

a) O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, ou ainda, por órgão público ou entidade a ele conveniada para essa finalidade; e

b) A Subsecretaria de Reordenamento Agrário - SRA - por intermédio da Unidade Técnica Estadual ou da Unidade Técnica Regional, ou ainda, por órgão público ou entidade a ela conveniada para tal finalidade. (NR)

II - A emissão de DAP para os demais agricultores familiares, incluídos aqueles do Grupo "B", será efetuada pelas entidades públicas e privadas:

- a) As Instituições Estaduais Oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural por meio de suas unidades operacionais - os escritórios locais;
- b) A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CE-PLAC) por meio de suas unidades operacionais - os escritórios locais;
- c) A Fundação Instituto Estadual de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - Itesp;

d) A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) por meio de suas unidades operacionais - as suas representações regionais e locais - que somente poderão emitir DAP principal e acessória para pescadores artesanais e aquicultores e, ainda, a DAP jurídica desde que a pessoa jurídica beneficiária seja composta exclusivamente por indígenas;

e) A Secretaria de Aquicultura e Pesca (SAP) por meio de suas unidades operacionais e por entidades por ela reconhecidas que somente poderão emitir DAP principal e acessória para pescadores artesanais e aquicultores e, ainda, a DAP jurídica, desde que a pessoa jurídica beneficiária seja constituída exclusivamente por pescadores artesanais e aquicultores;

f) A Fundação Cultural Palmares, por meio das entidades por ela reconhecidas, somente poderá emitir DAP principal e acessória para integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e, ainda, a DAP jurídica, desde que a pessoa jurídica beneficiária seja constituída exclusivamente por integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais;

g) O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, por meio de suas unidades operacionais ou por meio das entidades por ele reconhecidas, somente poderá emitir DAP principal e acessória para extrativistas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável e, ainda, a DAP jurídica, desde que a pessoa jurídica beneficiária seja constituída exclusivamente por extrativistas;

h) O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, por meio de suas unidades operacionais ou por meio das entidades por ele reconhecidas, poderá emitir DAP principal e acessória para agricultores familiares;

i.) Assentados em projetos de reforma agrária do INCRA e, ainda, a DAP jurídica, desde que a pessoa jurídica beneficiária seja constituída exclusivamente por agricultores familiares assentados em projetos de reforma agrária do INCRA; e

ii.) Integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais, devidamente certificadas pela Fundação Cultural Palmares - FCP e, ainda, a DAP Jurídica, desde que a pessoa jurídica beneficiária seja constituída exclusivamente por integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais.

i) A Subsecretaria de Reordenamento Agrário - SRA - por intermédio da Unidade Técnica Estadual ou da Unidade Técnica Regional, ou ainda, por Órgão ou Entidade a ela conveniada para essa finalidade, somente poderá emitir DAP principal e acessória para agricultores familiares beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e, ainda, a DAP jurídica, desde que a pessoa jurídica beneficiária seja constituída exclusivamente por agricultores familiares beneficiários do PNCF.

j) O Instituto Estadual de Florestas - IEF - para atuação exclusiva no Estado do Amapá; e

k) O Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro - ITERJ - com atuação exclusiva junto aos assentamentos estaduais da reforma agrária no Estado do Rio de Janeiro;

§ 2º A emissão de DAP pelas unidades operacionais pertencentes às entidades públicas e privadas autorizadas a emitir DAP é restrita à sua área legal, regimental ou estatutária de atuação territorial, conforme o caso.

CAPÍTULO V  
DA AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DE DAP A OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

Art. 10. Outras entidades públicas e privadas poderão solicitar autorização para atuar como emissoras de DAP.

§ 1º Fica delegada ao Subsecretário de Agricultura Familiar a competência para autorizar a inclusão de novas entidades públicas e privadas à rede de emissores de DAP.

§ 2º As Prefeituras Municipais, suas Secretarias e demais órgãos e instituições a ela vinculadas não podem ser autorizadas a emitir DAP.

§ 3º O INCRA e a SRA podem indicar à SAF/SEAD quaisquer órgãos públicos ou entidades para emissão da DAP dos beneficiários do âmbito de suas competências materiais, desde que atendam os critérios de credenciamento para o exercício desta atividade, conforme esta portaria e correlata regulamentação.

CAPÍTULO VI  
DO CREDENCIAMENTO E DESCREDENCIAMENTO DOS EMISSORES DE DAP

Art. 11. A eficácia das autorizações de que tratam os arts. 9º e 10º são condicionadas ao cadastramento válido junto à SAF/SEAD das entidades credenciadas com a devida identificação enquanto pessoas jurídicas e suas estruturas, quando houver, bem como a identificação das pessoas físicas que irão atuar como agentes emissores. (NR)

§ 1º As entidades públicas e privadas autorizadas a emitirem DAP deverão atender, no ato do respectivo cadastramento, aos seguintes requisitos básicos:

- I - possuir personalidade jurídica;
- II - acolher expressamente entre as atribuições e objetivos do seu regimento interno, estatuto ou contrato social:
  - a) a representação social dos agricultores/as familiares, no caso das entidades privadas; ou
  - b) no caso de outras entidades públicas não listadas no art. 9º, a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural aos agricultores/as familiares.

III - apresentar a seguinte documentação quando for pertinente:

- a) cópia do cartão do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- b) cópia do regimento interno, estatuto, contrato social, e suas alterações vigentes, que demonstrem claramente o objeto de suas ações junto aos agricultores familiares;
- c) Certidão de FGTS;
- d) Certidão de Regularidade Fiscal - PGFN, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas "A" a "D";
- e) Certidão de Débitos Trabalhistas;
- f) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), quando pertinente;
- g) Balanço patrimonial registrado, quando pertinente.

§ 2º As entidades privadas representativas da agricultura familiar poderão solicitar credenciamento para emissão de DAP no seguinte formato:

- a) Na forma de redes de abrangência nacional, contendo unidades agregadoras, intermediárias e operacionais
- b) Em caráter excepcional, na forma de unidade sindical singular (unidade singular), desde que reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) por meio do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), quando não fizer parte de nenhuma unidade agregadora, já credenciada ou não, e cuja emissão será circunscrita à sua área de atuação.

Art. 12. A SAF/SEAD estabelecerá outros critérios e procedimentos a serem observados no cadastramento de que trata o art. 11.

Parágrafo único. A não formalização e instrução do cadastramento, num prazo de até 06 (seis) meses, com os elementos necessários à sua realização caracteriza a desistência da entidade pública ou privada da autorização para a emissão de DAP.

Art. 13. As entidades públicas e privadas, inclusive as previstas no art. 9º desta Portaria, somente estarão habilitados a emitir DAP após a sua inclusão na relação de emissores autorizados e respectiva publicação na rede mundial de computadores no sítio da SAF/SEAD.

§ 1º A SAF/SEAD divulgará no sítio "dap.mda.gov.br" a relação das entidades públicas e privadas autorizadas a emitir DAP com suas respectivas unidades operacionais, agentes emissores e respectivas áreas de atuação.

§ 2º As entidades públicas e privadas autorizadas a emitir DAP devem manter atualizados os cadastros de suas unidades vinculadas e agentes emissores.

§ 3º A SAF/SEAD poderá consultar, quando do credenciamento ou quando julgar necessário, o Cadastro Nacional de Entidades Sindicais do Ministério do Trabalho e Emprego (CNES/MTE), para fins de averiguação da situação cadastral das entidades privadas representativas da agricultura familiar na esfera sindical.

§ 4º Para os credenciamentos de entidades públicas e privadas efetuados a partir da publicação da presente portaria, a SAF/SEAD deverá considerar a autorização para emitir DAP como provisória, por período de 06 meses, a contar da data de autorização. Nesse período, a SAF/SEAD monitorará a atuação da entidade emissora e, findo o prazo de 06 meses, caso não haja nenhum fato ou acontecimento que desabone ou questione sua atuação, deverá ser concedido o credenciamento definido à entidade.

Art. 14. O descumprimento dos dispositivos contidos nesta Portaria e nos demais regulamentos que disciplinam a emissão de DAP por entidade pública ou privada autorizada a emitir o referido documento implicará no seu descredenciamento.

Parágrafo único. Cabe à SAF/SEAD a instauração de processo administrativo para a apuração dos fatos e a adoção das providências cabíveis, estabelecendo os procedimentos necessários a tramitação do referido procedimento de descredenciamento, respeitados os princípios da ampla defesa e do contraditório.

#### CAPÍTULO VII DA COMPETÊNCIA NA EMISSÃO E VALIDADE DO DOCUMENTO DE DAP

Art. 15. A fixação da competência do agente para a emissão da DAP deve observar rigorosamente o município de residência do agricultor familiar.

Art. 16. Quando o regimento interno, estatuto ou contrato social não relacionar o âmbito territorial de atuação, será considerado exclusivamente o município sede da entidade autorizada a emitir a DAP, até que a SAF/SEAD seja oficialmente informada da relação dos municípios da área de atuação.

Parágrafo único. Nos casos em que a área de atuação da entidade pública ou privada abranja mais de um município será exigida a relação, arredondada para baixo, de um técnico para cada um inteiro e trinta e quatro centésimos de municípios da área de atuação.

Art. 17. O documento da DAP da Unidade Familiar de Produção Rural, emitido e assinado pelo agente emissor, vinculado a entidade pública ou privada credenciado para esse fim, também deverá ser assinado pelo(s) respectivos titular(es) para ser válido, executado os casos em que o titular seja solteiro ou viúvo ou não tenha vínculo conjugal estável, quando assinará sozinho o documento de DAP com o agente emissor competente.

Parágrafo único. Os documentos de DAP acessórias para jovens e para as mulheres agregadas a um estabelecimento de agricultura familiar devem ser assinados pelo respectivo beneficiário/a, por um dos titulares da DAP principal de vinculação e pelo agente emissor da entidade pública ou privada devidamente habilitada a emitir o referido documento.

Art. 18. A DAP Jurídica, emitida conforme o estabelecido no art. 8º, deve ser assinada pelo representante legal da pessoa jurídica beneficiária e pelo agente emissor da entidade pública ou privada devidamente autorizada a emitir o correspondente documento.

Art. 19. A DAP somente será emitida eletronicamente, registrada e validada diretamente na base de dados da SAF, através de aplicativo desenvolvido e por ela disponibilizado para utilização das entidades públicas e privadas autorizadas a atuarem como emissoras de DAP.

Parágrafo único. Faculta-se ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária a utilização de aplicativo homologado pela SAF/SEAD para emissão de DAP ao público do Programa Nacional de Reforma Agrária.

#### CAPÍTULO VIII DO CONTROLE SOCIAL

Art. 20. A regularidade da DAP está sujeita ao controle social, observados os procedimentos a serem estabelecidos pela SAF/SEAD.

#### CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. Cabe à SAF/SEAD a adoção da regulamentação e das medidas complementares necessárias ao cumprimento desta Portaria, especialmente no que se refere:

I - a definição do que são agregados da Unidade Familiar de Produção Rural;

II - a definição dos modelos de DAP principal, acessória e jurídica e daquele a ser utilizado no caso de estrangeiro naturalizado;

III - a definição dos procedimentos a serem considerados no processo de emissão de DAP; e

IV - operacionalização das ações de cadastramento, suspensão e descredenciamento das entidades públicas ou privadas quanto à emissão de DAP.

Art. 22. A SAF/SEAD poderá acionar as Delegacias Federais de Desenvolvimento Agrário a fim de que procedam as diligências e demais atos necessários à elucidação de fatos e instrução de processo administrativo, na hipótese do parágrafo único do art. 14º desta portaria, aqueles destinados à apuração da regularidade na emissão e cancelamento da DAP.

Art. 23. A SAF/SEAD poderá celebrar convênios, acordos de cooperação técnica e parceria com entidades públicas dos governos federal ou estadual para apoiar em ações de fiscalização e monitoramento da emissão de DAP por parte das entidades públicas ou privadas credenciadas.

Art. 24. Com a finalidade de agilizar a formalização de operações de crédito ao amparo do Pronaf, os beneficiários deverão providenciar, junto aos agentes autorizados, a emissão da DAP com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, contados da data ideal para o acesso tempestivo aos recursos financeiros.

Art. 25. A rede de entidades públicas e privadas credenciada sob a égide dos normativos regentes que antecedem esta publicação permanece inalterada, até o prazo máximo, conforme Art.12 Parágrafo único.

Art. 26. A Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, através da Subsecretaria de Agricultura Familiar, promoverá o recadastramento dos atuais emissores de DAP no prazo de 06 (seis) meses a partir da publicação dessa Portaria, visando sua adequação.

Art. 27. Fica revogada a Portaria nº 21, de 27 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2014, Seção 1, página 262 e 263.

Art. 28. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

JEFFERSON CORITEAC

### Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

#### GABINETE DO MINISTRO

##### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 9, DE 3 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 4.716, de 29 de junho de 1965, no art. 24 do Decreto nº 8.236, de 5 de maio de 2014, e o que consta do Processo nº 21000.004224/2014-74, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos os critérios para avaliação dos resultados das provas zootécnicas realizadas em outros países para a permissão de importação de equídeos ou de seu material genético destinado à reprodução, esporte, provas funcionais e zootécnicas, e aprovados os modelos de formulários de certificação zootécnica e técnica, constantes dos Anexos I e II desta Instrução Normativa.

Art. 2º Para a importação, serão sempre observados os critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa e os critérios especiais segundo as raças ou a destinação, conforme o Regulamento do Serviço de Registro Genealógico aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Art. 3º Para obtenção da Certificação de Prova Zootécnica, o importador apresentará à associação autorizada os seguintes documentos:

I - formulário constante do Anexo II desta Instrução Normativa, devidamente preenchido;

II - cópia autêntica do Certificado de Registro Genealógico Definitivo, ou documento equivalente, do animal vivo ou dos doadores do material de multiplicação animal, expedido pelas entidades

responsáveis pelo Registro Genealógico do país de origem ou associações internacionais que executem esta atividade com genealogia contendo, no mínimo, a descrição das gerações de pais, avós e bisavós;

III - atestado de cobrição, por garanhão com Certificado de Registro Genealógico Definitivo, ou documento equivalente, em se tratando de fêmea coberta ou prenha, ou segundo critério específico da raça;

IV - Certificado de Registro de Nascimento Provisório ou Definitivo, expedido pelas entidades responsáveis pelo Registro Genealógico no país de origem ou associações internacionais que executem esta atividade, quando se tratar de produto ao pé;

V - comprovante de desempenho do animal vivo ou dos doadores do material de multiplicação animal exigido para cada raça;

VI - comprovante de desempenho dos progenitores para animal jovem de acordo com os critérios exigidos para cada raça; e

VII - atestado de capacidade reprodutiva, emitido por médico veterinário, quando se tratar de animal para reprodução, com idade superior a trinta e seis meses.

Art. 4º Quando se tratar de equinos com finalidade esportiva, a Certificação Técnica, conforme o modelo constante do Anexo III desta Instrução Normativa, será expedida pela associação autorizada ou pela Confederação Brasileira de Hipismo - CBH, de acordo com o desempenho do animal e a identificação do Certificado de Registro Genealógico Oficial ou do Passaporte Internacional emitido pela Federação Equestre Internacional.

Parágrafo único. Os animais importados receberão certificado ou passaporte fornecidos pela associação autorizada ou pela CBH, devendo o internacional, caso exista, ser este anexado.

Art. 5º O importador apresentará à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFA na respectiva Unidade da Federação, para emissão de Autorização de Importação, quando aprovada, os seguintes documentos:

I - requerimento de autorização de importação de animais vivos e de material de multiplicação animal, divulgado no sítio eletrônico do MAPA, disponível em [www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br);

II - cópia da fatura pro-forma; e

III - certificação técnica emitida pela associação autorizada ou pela CBH, conforme o caso.

Art. 6º Os equídeos destinados a espetáculos circenses, jardins zoológicos e pesquisas científicas, ficam dispensados das exigências de caráter zootécnico, mas sujeitos sempre às de caráter sanitário.

Art. 7º Poderá ser feita a importação de equídeos em caráter temporário, para participar em corridas internacionais, competições hípias, provas funcionais, provas zootécnicas e exposições, desde que cumpridos os critérios específicos, segundo as associações autorizadas, entidade turfística ou CBH, conforme o caso.

Art. 8º Os equídeos importados temporariamente deverão deixar o País em até sessenta dias após o término do evento.

§ 1º Após o prazo de que trata o caput, deste artigo, a permanência no País somente será autorizada se cumpridas todas as exigências para sua importação em caráter definitivo.

§ 2º A importação que trata o caput deste artigo, para utilização em serviço de monta, somente será autorizada se cumpridas todas as exigências para importação em caráter definitivo, não podendo a permanência ser superior a dois anos.

Art. 9º Após atendidos os critérios especiais da destinação, prevista no Regulamento do Serviço de Registro Genealógico, e autorização pelo MAPA, a Certificação Zootécnica para importação implica em direito da inscrição do animal no respectivo Serviço de Registro Genealógico, mediante o pagamento dos devidos emolumentos.

Art. 10. Em se tratando de importação de cavalo de hipismo com atendimento dos critérios especiais definidos pela CBH, a autorização do MAPA não implica direito à inscrição do animal no respectivo Serviço de Registro Genealógico.

Art. 11. Os critérios especiais segundo as raças e destinação serão definidos pelas associações autorizadas e pela CBH em regulamentos próprios.

Art. 12. Fica concedido às associações autorizadas o prazo de cento e oitenta dias, contados da publicação desta Instrução Normativa, para o encaminhamento ao MAPA dos regulamentos específicos, que terão sua vigência condicionada à aprovação pelo órgão.

§ 1º Findo o prazo previsto no caput deste artigo, não será autorizada pelo MAPA a importação de animais e seus materiais genéticos das raças que possuam associação autorizada no Brasil.

§ 2º Os pedidos de importação de equídeos de raças que ainda não possuam associações de criadores no país serão submetidos à aprovação do órgão competente do MAPA.

§ 3º Após a aprovação da raça a ser importada, os pedidos de importação poderão ser requeridos junto à SFA na respectiva Unidade da Federação.

Art. 13. Será permitida a exportação temporária conjugada à importação de equídeos nos seguintes casos:

I - competição em qualquer modalidade esportiva, provas funcionais e zootécnicas;

II - competição turfística;

III - exposições, feiras, leilões e similares; e

IV - fêmeas e machos, para fins de reprodução.

Parágrafo único. As permissões constantes no caput deste artigo serão aprovadas mediante apresentação, à SFA da respectiva Unidade da Federação, de documentação que comprove a participação em alguma das atividades previstas.

Art. 14. A infração às disposições contidas nesta Instrução Normativa sujeitará o infrator às penalidades previstas na Lei nº 4.716, de 29 de junho de 1965, e no Decreto nº 8.236, de 4 de maio de 2014.

Art. 15. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Ficam revogados da Instrução Normativa nº 1, de 29 de dezembro de 2009, os seguintes dispositivos:

I - os Capítulos I, III e IV, do Anexo I, e os Anexos II e III; e

II - o Capítulo II do Anexo I, no prazo de cento e oitenta dias, contados da publicação desta Instrução Normativa.

EUMAR ROBERTO NOVACKI



ANEXO I

MODELO DE FORMULÁRIO DE CERTIFICAÇÃO DE PROVA ZOOTÉCNICA

Frete

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |  |                       |                    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|-----------------------|--------------------|
| Logotipo da Associação                                                                                                                                                                                                                                                                          |  | Associação            |                    |
| Certificação Técnica para importação de Equídeos                                                                                                                                                                                                                                                |  | Razão social          |                    |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |  | 1) nº Data:           |                    |
| 2)Importador                                                                                                                                                                                                                                                                                    |  | 2) Raça:              |                    |
| 3)Endereço do Importador                                                                                                                                                                                                                                                                        |  |                       |                    |
| 4)Local do destino do animal                                                                                                                                                                                                                                                                    |  | Município             | UF                 |
| 5)Exportador                                                                                                                                                                                                                                                                                    |  |                       |                    |
| 6)País de Procedência                                                                                                                                                                                                                                                                           |  | 7) País de Origem     |                    |
| 8)Valor da Importação                                                                                                                                                                                                                                                                           |  | 9)Destinação          |                    |
| 10)Nome do Animal                                                                                                                                                                                                                                                                               |  | 11)Sexo               |                    |
| 12)Pelagem                                                                                                                                                                                                                                                                                      |  | 13)Data de Nascimento |                    |
| 14)Nº de Registro Genealógico                                                                                                                                                                                                                                                                   |  |                       |                    |
| 15) Nº do chip de identificação                                                                                                                                                                                                                                                                 |  |                       |                    |
| 16)Preencher: no caso de fêmea prenhe                                                                                                                                                                                                                                                           |  | CEP                   |                    |
| Nome do Garanhão Nº do Registro                                                                                                                                                                                                                                                                 |  | Data da cobrição      |                    |
| 17)Preencher no caso de cria ao pé                                                                                                                                                                                                                                                              |  |                       |                    |
| a)Nome do Animal                                                                                                                                                                                                                                                                                |  | Nº do registro        | Data do nascimento |
| b)Nome do Animal                                                                                                                                                                                                                                                                                |  | Nº do registro        | Data da cobrição   |
| 18) Por atender os parâmetros das performances genéticas e de produção, firmo a presente certificação zootécnica para importação de animal e a submeto à consideração do Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuario - SEPDAg, da Superintendência Federal de Agricultura, na respectiva |  |                       |                    |
| Unidade da Federação, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.                                                                                                                                                                                                                   |  |                       |                    |
| Local e Data                                                                                                                                                                                                                                                                                    |  |                       |                    |
| Superintendente do Serviço de Registro Genealógico                                                                                                                                                                                                                                              |  |                       |                    |

Verso

|                                                                |  |
|----------------------------------------------------------------|--|
| 19) Resenha Gráfica/Fotografia                                 |  |
| Diagrama Diagrama                                              |  |
| Lado Direito Lado Esquerdo                                     |  |
| Diagrama Cabeça                                                |  |
| Descrição dos sinais acima representados                       |  |
| Cabeça                                                         |  |
| Anter                                                          |  |
| Direito                                                        |  |
| Anter                                                          |  |
| Esquerdo                                                       |  |
| Pôster                                                         |  |
| Direito                                                        |  |
| Pôster Esquerdo                                                |  |
| Outros Sinais                                                  |  |
| Data: / /                                                      |  |
| Assinatura do Importador                                       |  |
| 20)Uso do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. |  |

ANEXO II

MODELO DE FORMULÁRIO DE CERTIFICAÇÃO TÉCNICA

Frete

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |  |                       |                    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|-----------------------|--------------------|
| Logotipo da Associação                                                                                                                                                                                                                                                                          |  | Associação            |                    |
| Certificação Técnica para importação de Equídeos                                                                                                                                                                                                                                                |  | Razão social          |                    |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |  | 1) nº Data:           |                    |
| 2)Importador                                                                                                                                                                                                                                                                                    |  | Raça:                 |                    |
| 3)Endereço do Importador                                                                                                                                                                                                                                                                        |  |                       |                    |
| 4)local do destino do animal município                                                                                                                                                                                                                                                          |  | UF                    |                    |
| 5)Exportador                                                                                                                                                                                                                                                                                    |  |                       |                    |
| 6)País de Procedência                                                                                                                                                                                                                                                                           |  | 7) País de Origem     |                    |
| 8)Valor da Importação                                                                                                                                                                                                                                                                           |  | 9)Destinação          |                    |
| 10)Nome do Animal                                                                                                                                                                                                                                                                               |  | 11)Sexo               |                    |
| 12)Pelagem                                                                                                                                                                                                                                                                                      |  | 13)Data de Nascimento |                    |
| 14)Nº de Registro Genealógico                                                                                                                                                                                                                                                                   |  |                       |                    |
| 15) Nº do chip de identificação                                                                                                                                                                                                                                                                 |  |                       |                    |
| 16)Preencher: no caso de fêmea prenhe                                                                                                                                                                                                                                                           |  | CEP                   |                    |
| Nome do Garanhão                                                                                                                                                                                                                                                                                |  | Nº do Re-gistro       | Data da cobrição   |
| 17)Preencher no caso de cria ao pé                                                                                                                                                                                                                                                              |  |                       |                    |
| a)Nome do Animal                                                                                                                                                                                                                                                                                |  | Nº do re-gistro       | Data do nascimento |
| b)Nome do Animal                                                                                                                                                                                                                                                                                |  | Nº do re-gistro       | Data da cobrição   |
| 18) Por atender os parâmetros das performances genéticas e de produção, firmo a presente certificação zootécnica para importação de animal e a submeto à consideração do Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuario - SEPDAg, da Superintendência Federal de Agricultura, na respectiva |  |                       |                    |
| Unidade da Federação, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.                                                                                                                                                                                                                    |  |                       |                    |
| Local e Data                                                                                                                                                                                                                                                                                    |  |                       |                    |
| Responsável Técnico da Associação                                                                                                                                                                                                                                                               |  |                       |                    |

Verso

|                                                                |  |
|----------------------------------------------------------------|--|
| 19) Resenha Gráfica/Fotografia                                 |  |
| Diagrama Diagrama                                              |  |
| Lado Direito Lado Esquerdo                                     |  |
| Diagrama Cabeça                                                |  |
| Descrição dos sinais acima representados                       |  |
| Cabeça                                                         |  |
| Anter                                                          |  |
| Direito                                                        |  |
| Anter                                                          |  |
| Esquerdo                                                       |  |
| Pôster                                                         |  |
| Direito                                                        |  |
| Pôster Esquerdo                                                |  |
| Outros Sinais                                                  |  |
| Data: / /                                                      |  |
| Assinatura do Importador                                       |  |
| 20)Uso do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. |  |

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O Secretário de Defesa Agropecuária, de acordo as atribuições que lhe confere o art. 18 do Anexo I do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, considerando o disposto no art. 43 da Instrução Normativa nº 37, de 5 de setembro de 2016, e o que consta do Processo nº 21042.002279/2017- 04, resolve:

Art. 1º Reconhecer o Estado Rio Grande do Sul como Área sob Sistema de Mitigação de Risco (SMR) para Cancro Cítrico (*Xanthomonas citri* subsp. *citri*).

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE MATO GROSSO

PORTARIA Nº 703, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 44, inciso XXII, do Anexo I da Portaria nº 428, de 09 de junho de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa MAPA nº 36, de 24 de novembro de 2009, e o que consta do Processo nº 21024.003565/2017-05, resolve:

Art. 1º Credenciar a Estação Experimental da empresa BAYER S/A, CNPJ nº 18.459.628/0082-80, sediada na Rodovia BR 163, km 816, Estrada Livia, Lote 66, CEP 78.550-970, no município de Sinop-MT, para o desenvolvimento de pesquisa e ensaios experimentais de agrotóxicos e afins, bem como a emissão de laudos técnicos de eficiência e praticabilidade agrônômica para fins de registro no MAPA.

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade indeterminada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ DE ASSIS GUARESQUI

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 123, DE 27 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL, SUBSTITUTO, DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições contidas no art. 44, do Regimento Interno das SFA's, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU no dia 14 de junho de 2010, e Portaria SE/MAPA nº 619, de 17 de março de 2017, publicada no DOU no dia 20 de março de 2017. E tendo em vista o disposto no art. 2º, do Anexo I, da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 3º, da Lei nº 7802, de 11 de julho de 1989, e do Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo nº 21034.001302/2017-34, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da empresa KIMADEIRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA., inscrita no CNPJ nº 82.461.708/0001-04, sob o número BR PR 214, localizada na Avenida Juscelino K. de Oliveira, 5480, CIC, Curitiba-PR, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar tratamentos na modalidade de:

a)Tratamento Térmico (HT).

Art. 2º O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 05 (cinco) anos, podendo ser renovado por igual período, mantido o mesmo número de credenciamento inicial, devendo a Empresa requerer a renovação por meio da apresentação de requerimento encaminhado ao Serviço de Sanidade Vegetal do Paraná em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento do mesmo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEVERSON FREITAS

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 30 DE MARÇO DE 2017

Extinguir, por cassação, a autorização do Serviço Radioamador, de interesse restrito, expedida à(s) entidade(s) abaixo relacionada(s), tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, com fulcro no Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução n.º 671, de 03 de novembro de 2016, nos artigos 139 e 169 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997.

A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida.

Nº 7.697 - Processo 53504.005318/2016.

Nome da Entidade ; Fistel ; Validade(s)

ADRIANO MARTINS PEREIRA ; 50403281920 ; 07/04/2016 ; 07/04/2016 ; ALEXANDRE LISE MANCO ; 50403382289 ; 24/05/16;ANTONIO NICOLIELLO ANTUNES ; 50403270723 ; 11/04/16;ARMANDO DE PAULA ; 50403300061 ; 25/04/16;ARTUR PEDUTO BORIBELLO ; 50403298148 ; 07/04/2016 ; 07/04/2016 ; BASILIO KARAGEORGIOU ; 50403353777 ; 04/05/2016 ; 04/05/2016 ; BIRACI OLIVEIRA LIMA ; 50403343895 ; 09/05/16; BRUNO VICENTE DIAS SCAGLIUSI ; 50403117291 ; 19/05/16;CARLOS MANOEL DE ALMEIDA AZEVEDO ; 50403389100 ; 15/05/16; ELTON RODRIGUES PESSOA DE MELLO ; 504033391512 ; 29/05/16; FRANCISCO RICARDO CORREA ; 50403312159 ; 25/04/16; JOÃO BATISTA DE MEDEIROS ; 50403239567 ; 25/04/2016 ; 25/04/2016 ; JOÃO BATISTA DO PRADO JÚNIOR ; 50402630238 ; 02/05/16; José Carlos Pires Monteiro ; 50403281768 ; 11/04/2016 ; 11/04/2016 ; LORIVAL RIGATTO ; 50403282225 ; 08/05/2016 ; 08/05/2016 ; LUIS SERGIO FERRARI ZAVARELLO ; 50403282578 ; 11/05/16; MARCEL DE SANCTIS ; 50403347106 ; 08/05/16; MARCELO PENTEADO FERRAZ ALVES ; 50403316812 ; 18/04/16; MARCO ANTONIO CRISPIM ; 50403434858 ; 30/05/2016 ; 30/05/2016 ; MARCOS PAULO ANGELETTO ; 50403333407 ; 03/05/16; NORBERTO BONILHA RODRIGUEZ ; 50403309522 ; 26/04/16; PAULO ROBERTO SPOSITO ; 50403353424 ; 17/05/2016 ; 17/05/2016 ; RODRIGO DE ALMEIDA NOGUEIRA ; 50403434696 ; 26/05/2016 ; 26/05/2016 ; RUI COSTA BARBOSA ; 50403383846 ; 23/05/16;WALDYR DE CAMPOS ANDRADE FILHO ; 50403309360 ; 13/04/2016 ; 13/04/2016 ; WILLIAM BEZERRA JANUARIO ; 50403335957 ; 08/05/2016 ; 08/05/2016 ;

Nº 7.698 - Processo 53504.005325/2016.

Nome da Entidade ; Fistel ; Validade(s) ;

ADENIRO OLIVEIRA BESSA ; 50012752290 ; 08/06/16 ; ARLINDO DE ARAUJO BEZERRA ; 50403440580 ; 12/06/16 ; BENEDITO CAMARGO ; 50403524768 ; 28/06/2016 ; 28/06/2016 ; CARLOS ALBERTO RIOS CHAPARRO ; 50403465060 ; 07/06/16 ; DEBORAH REGO BARROS DUBBELT ; 50403466113 ; 12/06/16 ; EDGAR EDUARDO FRACHIA ; 50403472270 ; 19/06/16 ; EDSON CHRISPIM DE OLIVEIRA ; 50403469643 ; 05/06/16 ; EDUARDO CESAR RIBEIRO ; 50403466628 ; 06/06/16 ; ERNESTO SENS ; 50403538718 ; 27/06/16 ; FERNANDO DA SILVA ROSÁRIO ; 50403410916 ; 28/06/2016 ; 28/06/2016 ; FERNANDO GALLES ; 50403523443 ; 28/06/2016 ; 28/06/2016 ; FRANCIS DANIEL CONES ; 50403432561 ; 09/06/2016 ; 09/06/2016 ; FRANCISCO DAMACENO DOS SANTOS SOBRINHO ; 50403382793 ; 12/06/16 ; GUIOMAR OLIVATTO ; 50403472946 ; 07/06/16 ; JAIR FRANCO JUNIOR ; 50403524415 ; 26/06/2016 ; 26/06/2016 ; JOSE AILTON EULIDES DA SILVA ; 50403477239 ; 19/06/2016 ; 19/06/2016 ; JOSE AUGUSTO FRANCA DA SILVA ; 504034716 ; 21 ; 06/06/16 ; JOSE CARLOS TEIXEIRA ; 50403466032 ; 02/06/2016 ; 02/06/2016 ; LEANDRO BARBOSA CERANTOLA ; 50403465907 ; 02/06/2016 ; 02/06/2016 ; MARCELO DE CAMARGO VIANNA LEVY ; 5040337116 ; 3 ; 19/06/16 ; MILTON NATALINO GARCIA ; 50403488273 ; 08/06/2016 ; 08/06/2016 ; OSNI NIELSEN ; 02034479564 ; 05/06/16 ; OSVALDO RODRIGUES MIGUEL ; 50403514371 ; 22/06/2016 ; 22/06/2016 ; PEDRO SILVA DE OLIVEIRA ; 50403259835 ; 02/06/2016 ; 02/06/2016 ; RAFAEL GIANESSELLA GALVÃO ; 50403475376 ; 29/06/16 ; REGINALDO ANTONIO DA SILVA ; 50403465818 ; 05/06/2016 ; 05/06/2016 ; ROGERIO LAVADO SOLLER ; 50403471702 ; 12/06/2016 ; 12/06/2016 ; WELINGTON SCHIAVINATTO ; 50403466466 ; 12/06/2016 ; 12/06/2016 ; WILLIAN LISBOA LIMA ; 50403523010 ; 20/06/2016 ; 20/06/2016 ; WILSON FRANCISCO CYRIACO SILVA ; 50403466547 ; 05/06/16 ;

SANDRO ALMEIDA RAMOS  
Gerente

## GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 7.817, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Outorga radiofrequência à SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MACEIO, CNPJ nº 12.307.187/0001-50 para exploração do Serviço Limitado Privado.

SERGIO ALVES CAVENDISH  
Gerente

## CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### DESPACHOS DO DIRETOR

Em 3 de abril de 2017

283ª RELAÇÃO PESQUISADORES CREDENCIADOS IMPORTAÇÃO - Lei 8.010/90

| Nº REGISTRO     | CPF            | NOME                                | VENCIMENTO |
|-----------------|----------------|-------------------------------------|------------|
| 920.000070/2004 | 001.775.028-86 | HELIO DIAS                          | 03/04/2022 |
| 920.000919/2004 | 176.911.846-20 | CARLOS AUGUSTO DE LEMOS CHERNICHARO | 03/04/2022 |
| 920.001504/2005 | 039.536.638-01 | ENEIDA DE PAULA                     | 03/04/2022 |
| 920.002923/2007 | 428.180.794-20 | ROSA AMALIA FIREMAN DUTRA           | 03/04/2022 |
| 920.003487/2008 | 012.967.716-79 | STEPHEN PATRICK WALBORN             | 03/04/2022 |
| 920.004015/2009 | 112.883.098-13 | MILTON SERGIO FERNANDES DE LIMA     | 03/04/2022 |

284ª RELAÇÃO PESQUISADORES CREDENCIADOS IMPORTAÇÃO - Lei 8.010/90

| Nº REGISTRO     | CPF            | NOME                                 | VENCIMENTO |
|-----------------|----------------|--------------------------------------|------------|
| 920.006804/2017 | 895.537.991-91 | FABIO RAFAEL ECHER                   | 03/04/2022 |
| 920.006805/2017 | 949.459.935-72 | MARCOS THADEU QUEIROZ MAGALHAES      | 03/04/2022 |
| 920.006806/2017 | 614.977.974-20 | HILTON JUSTINO DA SILVA              | 03/04/2022 |
| 920.006807/2017 | 263.099.806-10 | JOSE DONIZETI ALVES                  | 03/04/2022 |
| 920.006808/2017 | 348.035.645-15 | MANOEL GOMES DE MENDONCA NETO        | 03/04/2022 |
| 920.006809/2017 | 387.044.557-20 | MAURO SCHECHTER                      | 03/04/2022 |
| 920.006810/2017 | 564.009.691-87 | LUCIANA ROCHA BARROS GONCALVES       | 03/04/2022 |
| 920.006811/2017 | 399.033.384-49 | YEDA MEDEIROS BASTOS DE ALMEIDA      | 03/04/2022 |
| 920.006812/2017 | 744.908.697-20 | REINALDO LUIZ BOZELLI                | 03/04/2022 |
| 920.006813/2017 | 082.651.588-66 | JOSE EDUARDO MACEDO PEZZOPANE        | 03/04/2022 |
| 920.006814/2017 | 084.546.538-48 | FERNANDO RAMOS MARTINS               | 03/04/2022 |
| 920.006815/2017 | 053.255.188-52 | RUBENS MENDES LOPES                  | 03/04/2022 |
| 920.006816/2017 | 268.998.478-41 | FREDERICO MEIRA FALEIROS             | 03/04/2022 |
| 920.006817/2017 | 746.521.418-15 | MARCOS MACARI                        | 03/04/2022 |
| 920.006818/2017 | 810.598.509-82 | IVAIR APARECIDO DOS SANTOS           | 03/04/2022 |
| 920.006819/2017 | 835.105.912-91 | LUIZ KLEBER CARVALHO DE SOUZA        | 03/04/2022 |
| 920.006820/2017 | 006.728.565-14 | BRUNO OTAVIO PIEDADE PRADO           | 03/04/2022 |
| 920.006821/2017 | 660.552.619-87 | CARLOS ALBERTO COSTA                 | 03/04/2022 |
| 920.006822/2017 | 008.890.339-78 | JOAO VICTOR STAUB DE MELO            | 03/04/2022 |
| 920.006823/2017 | 232.369.978-42 | JOSE LUIS AZCUE PUMA                 | 03/04/2022 |
| 920.006824/2017 | 899.445.261-34 | GUSTAVO GUERINO MACEDO               | 03/04/2022 |
| 920.006825/2017 | 089.734.978-47 | MARCOSIRIS AMORIM DE OLIVEIRA PESSOA | 03/04/2022 |

CARLOS ROBERTO FORTNER

## SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 1.472, DE 28 DE MARÇO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.015598/2017-17, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Taubaté/SP, o canal 40 (quarenta), correspondente à faixa de frequência de 626 a 632 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

PORTARIA Nº 1.493, DE 28 DE MARÇO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.015827/2017-95, resolve:

Art. 1º Consignar à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO PRM LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Bertioga/SP, o canal 45 (quarenta e cinco), correspondente à faixa de frequência de 656 a 662 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

PORTARIA Nº 1.516, DE 28 DE MARÇO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.015923/2017-33, resolve:

Art. 1º Consignar à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO PRM LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Mongaguá/SP, o canal 44 (quarenta e quatro), correspondente à faixa de frequência de 650 a 656 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.



Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

**PORTARIA Nº 1.523, DE 28 DE MARÇO DE 2017**

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.015926/2017-77, resolve:

Art. 1º Consignar à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO PRM LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Peruíbe/SP, o canal 44 (quarenta e quatro), correspondente à faixa de frequência de 650 a 656 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e

Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

**COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS**

**DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL**

Em 28 de março de 2017

Nº 192 - O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 1º da Portaria nº 522, de 1º de fevereiro de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 03 de março de 2017, e considerando o que consta no processo nº 01250.001814/2016-58, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO JOSÉ DE PAIVA NETTO, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de SÃO LUIZ, estado de RORAIMA, utilizando o canal digital nº 24 (vinte e quatro), nos termos da Nota Técnica nº 2756/2017/SEI-MCTIC.

Em 30 de março de 2017

Nº 272 - O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 1º da Portaria nº 522, de 1º de fevereiro de 2017, publicado no Diário Oficial em 03 de março de 2017, e considerando o que consta no processo nº

53900.063104/2016-13, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, anelar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no município de RIO BRANCO, estado do Acre, utilizando o canal digital 28 (vinte e oito) em substituição ao canal analógico 42 (quarenta e dois), nos termos da Nota Técnica nº 6762/2017/SEI-MCTIC.

Em 28 de março de 2017

Nº 306 - O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 1º da Portaria nº 522, de 1º de fevereiro de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 03 de março de 2017, e considerando o que consta no processo nº 53000.032776/2013-88, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TV SÃO JOSÉ DO RIO PRETO S.A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de URUPÊS, estado de São Paulo, utilizando o canal digital nº 26 (vinte e seis), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 5782/2017/SEI-MCTIC.

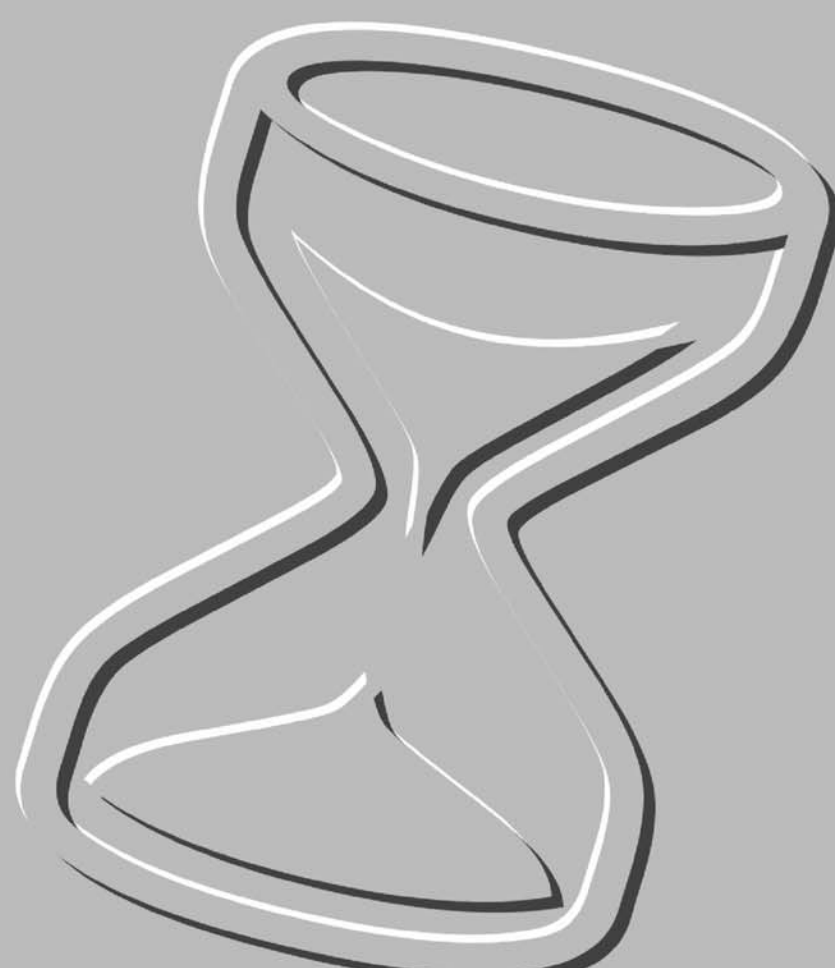
Em 17 de março de 2017

Nº 319 - O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 1º da Portaria nº 522, de 1º de fevereiro de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 03 de março de 2017, e considerando o que consta no processo nº 53000.009316/2014-37, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da FUNDAÇÃO NAZARÉ DE COMUNICAÇÃO, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, anelar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de NOVO REPARTIMENTO, estado do Pará, utilizando o canal 13+(treze decalado para mais), nos termos da Nota Técnica nº 5845/2017/SEI-MCTIC.

FABIANO DE VASCONCELLOS COSTA COUTO

*Uma viagem no tempo!*

# MUSEU DA IMPRENSA



Dedicado à preservação de publicações oficiais, maquinaria e peças relevantes para o estudo da história da imprensa no Brasil.

VISITAÇÃO:  
de segunda a sexta-feira,  
das 8h às 17h;  
SIG - Quadra 6 - Lote 800,  
Brasília-DF.

**Ministério da Cultura****GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA Nº 36, DE 4 DE ABRIL DE 2017**

Altera dispositivos da Portaria nº 300, de 10 de outubro de 2016.

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos I, II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando o disposto nos arts. 12 a 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no Decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016, e no art. 32 do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 300, de 10 de outubro de 2016, do Ministério da Cultura, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

Art. 3º-A. Fica delegada aos titulares das Secretarias do Ministério da Cultura e seus respectivos ordenadores de despesa a celebração de convênios, termos de colaboração, termos de fomento, acordos de cooperação e termos de execução descentralizada no âmbito da competência de sua unidade.

§ 1º É vedada a subdelegação da competência do caput no que se refere à celebração de termos de fomento e termos de colaboração.

§ 2º A competência delegada no caput inclui autorização para firmar os respectivos termos aditivos, inclusive os que visem a conversão de convênios e instrumentos congêneres em termos de fomento ou colaboração. (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 5, de 20 de janeiro de 2017, do Ministério da Cultura.

ROBERTO FREIRE

**AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA  
SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO****DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE**

Em 31 de março de 2017

Nº 33 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 324 de 10 de outubro de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos e prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

10-0496 - Objetos Perdidos ou a História das Duas Únicas Pessoas do Planeta Terra

Processo: 01580.046983/2010-90

Proponente: Filmes Mais Ltda.

Cidade/UF: São Paulo/SP

CNPJ: 03.435.290/0001-94

Valor total aprovado: R\$ 9.130.283,09

Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R\$ 2.173.768,94

Banco: 001- agência: 3347-2 conta corrente: 5566-2

Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R\$ 3.000.000,00 para R\$ 1.000.000,00

Banco: 001- agência: 3347-2 conta corrente: 5564-6

Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R\$ 0,00 para R\$ 2.000.000,00

Banco: 001- agência: 3347-2 conta corrente: 6240-5

Prazo de captação: 31/12/2017.

12-0451 - Duas de Mim

Processo: 01580.031886/2012-64

Proponente: Migdal Produções Cinematográficas Ltda.

Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 10.645.895/0001-75

Valor total aprovado: R\$ 7.159.514,81

Valor aprovado no art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R\$ 524.819,07 para R\$ 250.000,00

Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 19992-8

Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R\$ 1.000.000,00 para R\$ 1.274.819,07

Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 19995-8

Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R\$ 1.000.000,00 para R\$ 880.000,00

Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 19994-x

Prazo de captação: 31/12/2017.

Art. 2º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

14-0039 - BALEIA (VERLUST)

Processo: 01580.001239/2014-90

Proponente: CASA DE CINEMA DE PORTO ALEGRE LTDA.

Cidade/UF: Porto Alegre/RS

CNPJ: 94.625.829/0001-23

Valor total aprovado: R\$ 2.977.696,40

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R\$ 400.000,00 para R\$ 270.056,54

Banco: 001- agência: 1249-1 conta corrente: 51.864-6

Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R\$ 600.000,00 para R\$ 0,00

Prazo de captação: 31/12/2017.

Art. 3º Autorizar a alteração de agência bancária e as contas de captação recursos dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

16-0568 - DIÁLOGOS COM RUTH DE SOUZA

Processo: 01416.006825/2016-94

Proponente: PRETA PORTÊ FILMES E PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA

Cidade/UF: SÃO PAULO/SP

CNPJ: 11.265.176/0001-91

Valor total aprovado: R\$ 900.632,97

Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R\$ 500.000,00

Banco: 001- agência: 3150-x conta corrente: 19780-7

Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R\$ 250.960,97

Banco: 001- agência: 3150-x conta corrente: 19781-5

Prazo de captação: 31/12/2017.

13-0204 - PARA FRANCISCO

Processo: 01580.012860/2013-06

Proponente: MUIRAQUITÃ FILME E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.

Cidade/UF: São Paulo/SP

CNPJ: 04.728.553/0001-16

Valor total aprovado: R\$ 3.370.557,40

Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R\$ 2.102.029,53

Banco: 001- agência: 3423-1 conta corrente: 26969-7

Prazo de captação: 31/12/2017.

Art. 4º Suspender a autorização de captação de recursos incentivados federais do projeto audiovisual relacionado abaixo para o exercício 2017.

14-0155 - DESTINO SALVADOR

Processo: 01580.006436/2014-03

Proponente: O2 CINEMA LTDA

Cidade/UF: Cotia/SP

CNPJ: 02.525.725/0001-29

Art. 5º Autorizar a substituição do título do projeto audiovisual de "PREDILEÇÃO" para "DELAÇÃO".

15-0024 - DELAÇÃO

Processo: 01580.084762/2014-43

Proponente: MGP ENTRETENIMENTO LTDA.

Cidade/UF: Matias Barbosa/MG

CNPJ: 11.660.296/0001-93

Art. 6º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos, revisar o orçamento e prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

10-0435 - LINO

Processo: 01580.040998/2010-44

Proponente: Start Desenhos Animados Ltda.

Cidade/UF: São Paulo/SP

CNPJ: 60.915.899/0001-02

Valor total do orçamento aprovado: de R\$ 8.406.299,93 para R\$ 8.377.447,18

Valor aprovado no art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R\$ 1.368.389,30 para R\$ 768.389,30

Banco: 001- agência: 3423-1 conta corrente: 19804-8

Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R\$ 2.100.000,00 para R\$ 2.087.983,39

Banco: 001- agência: 3423-1 conta corrente: 19806-4

Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R\$ 2.515.000,00

Banco: 001- agência: 3423-1 conta corrente: 19805-6

Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R\$ 485.000,00

Banco: 001- agência: 3423-1 conta corrente: 19807-2

Prazo de captação: 31/12/2017.

Art. 7º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

Em 4 de abril de 2017

Nº 34 - A SUPERINTENDENTE DE FOMENTO SUBSTITUTA da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2017.

17-0041 - MAR À VISTA

Processo: 01416.002984/2017-09

Proponente: GIROS PROJETOS AUDIOVISUAIS S.A.

Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 04.661.796/0001-84

Valor total aprovado: R\$ 4.005.580,00

Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R\$ 3.805.301,00

Banco: 001- agência: 3519-x conta corrente: 23045-6

17-0105 - Além do Bumba

Processo: 01416.008691/2017-27

Proponente: GUIMARAES FILMES E PRODUÇÕES LTDA. ME

Cidade/UF: Niterói/RJ

CNPJ: 26.853.999/0001-05

Valor total aprovado: R\$ 460.410,44

Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R\$ 437.389,91

Banco: 001- agência: 2907-6 conta corrente: 54957-6

17-0106 - Prova Final

Processo: 01416.005258/2017-30

Proponente: CKI MARKETING, ENTRETENIMENTO E CULTURAL LTDA.

Cidade/UF: Brasília/DF

CNPJ: 04.854.820/0001-00

Valor total aprovado: R\$ 12.000.000,00

Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R\$ 3.250.000,00

Banco: 001- agência: 3598-X conta corrente: 43623-2

Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R\$ 2.975.000,00

Banco: 001- agência: 3598-X conta corrente: 43622-4

17-0107 - Imre Kertész e a Poética do Desterro Humano

Processo: 01416.005320/2017-93

Proponente: DRAMA FILMES LTDA.

Cidade/UF: São Paulo/SP

CNPJ: 02.902.219/0001-01

Valor total aprovado: R\$ 1.200.000,00

Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R\$ 80.000,00

Banco: 001- agência: 0712-9 conta corrente: 72727-x

17-0111 - AZYMUTH: OS REIS DO GROOVE BRASILEIRO

Processo: 01416.002889/2017-05

Proponente: SOUNDTRACKS PRODUTORA MULTIPLA-TAFORMA

Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 24.498.637/0001-18

Valor total aprovado: R\$ 352.800,00

Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R\$ 65.000,00

Banco: 001- agência: 2865-7 conta corrente: 35941-6

17-0112 - Entre deuses e inimigos

Processo: 01416.007741/2017-59

Proponente: BURITI FILMES LTDA.

Cidade/UF: São Paulo/SP

CNPJ: 02.238.621/0001-33

Valor total aprovado: R\$ 935.935,00

Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R\$ 134.760,68

Banco: 001- agência: 1201-7 conta corrente: 42339-4

17-0113 - MAR ABERTO

Processo: 01416.006988/2017-58

Proponente: TW7 COMUNICAÇÕES - EIRELI

Cidade/UF: RIO GRANDE/RS

CNPJ: 04.284.301/0001-45

Valor total aprovado: R\$ 593.000,00

Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R\$ 563.350,00

Banco: 001- agência: 3670-6 conta corrente: 13425-2

17-0114 - #pelacozinhabrasileira

Processo: 01416.007856/2017-43

Proponente: HECO PRODUÇÕES LTDA.

Cidade/UF: São Paulo/SP

CNPJ: 00.205.194/0001-61

Valor total aprovado: R\$ 1.626.810,00

Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R\$ 1.545.469,50

Banco: 001- agência: 4328-1 conta corrente: 2448-1

17-0115 - PENDURANDO AS CHUTEIRAS

Processo: 01416.004385/2017-11

Proponente: PRIMEIRO CORTE PRODUÇÕES LTDA. - ME

Cidade/UF: Porto Alegre/RS

CNPJ: 11.452.188/0001-25

Valor total aprovado: R\$ 499.700,00

Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R\$ 474.700,00

Banco: 001- agência: 0661-0 conta corrente: 95008-4

17-0117 - Documentário Água Dura

Processo: 01416.009338/2017-64

Proponente: GATARIA FILMES LTDA.

Cidade/UF: São Paulo/SP

CNPJ: 12.461.217/0001-88

Valor total aprovado: R\$ 1.231.457,50

Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R\$ 1.169.884,62

Banco: 001- agência: 6805-5 conta corrente: 38082-2



17-0120 - Canta pra Subir  
Processo: 01416.006271/2017-14  
Proponente: Migdal Produções Cinematográficas Ltda.  
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ  
CNPJ: 10.645.895/0001-75  
Valor total aprovado: R\$ 5.532.857,00  
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R\$ 2.256.214,15  
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 24198-9  
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R\$ 3.000.000,00  
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 24196-2  
17-0121 - REALENGO  
Processo: 01416.008707/2017-00  
Proponente: MIRAÇÃO FILMES LTDA.  
Cidade/UF: São Paulo/SP  
CNPJ: 06.096.915/0001-29  
Valor total aprovado: R\$ 1.050.703,50  
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R\$ 698.168,32  
Banco: 001- agência: 3560-2 conta corrente: 26244-7  
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R\$ 300.000,00  
Banco: 001- agência: 3560-2 conta corrente: 26246-3  
17-0122 - CREDORES  
Processo: 01416.008933/2017-82  
Proponente: HECO PRODUÇÕES LTDA.  
Cidade/UF: São Paulo/SP  
CNPJ: 00.205.194/0001-61  
Valor total aprovado: R\$ 3.810.070,85  
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R\$ 1.000.000,00  
Banco: 001- agência: 4328-1 conta corrente: 2447-3  
17-0123 - Aline  
Processo: 01416.009053/2017-23  
Proponente: KLAXON CULTURA AUDIOVISUAL LTDA. - ME  
Cidade/UF: São Paulo/SP  
CNPJ: 09.397.798/0001-21  
Valor total aprovado: R\$ 2.541.000,00  
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R\$ 2.413.950,00  
Banco: 001- agência: 3560-2 conta corrente: 26245-5  
17-0124 - Pedra Preta  
Processo: 01416.009190/2017-68  
Proponente: TURNEX FILMES LTDA. - EPP  
Cidade/UF: São Paulo/SP  
CNPJ: 14.173.739/0001-00  
Valor total aprovado: R\$ 1.300.055,00  
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R\$ 1.235.052,25  
Banco: 001- agência: 3023-6 conta corrente: 21707-7  
17-0125 - ROLIUDE DA SILVA  
Processo: 01416.009332/2017-97  
Proponente: MOONSHOT CREATIVE LAB PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.  
Cidade/UF: São Paulo/SP  
CNPJ: 67.942.250/0001-11  
Valor total aprovado: R\$ 5.429.249,75  
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R\$ 1.000.000,00  
Banco: 001- agência: 1504-0 conta corrente: 17899-3  
Valor aprovado no artigo Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: R\$ 3.000.000,00  
Banco: 001- agência: 1504-0 conta corrente: 17897-7  
17-0127 - Eleições  
Processo: 01416.009446/2017-37  
Proponente: ALICE FANNY RIFF - PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E CULTURAIS - ME  
Cidade/UF: São Paulo/SP  
CNPJ: 10.551.469/0001-72  
Valor total aprovado: R\$ 490.000,00  
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R\$ 100.000,00  
Banco: 001- agência: 0385-9 conta corrente: 62462-4  
17-0128 - Os Bacaninhas  
Processo: 01416.010097/2016-15  
Proponente: ACERE PRODUÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL LTDA.  
Cidade/UF: São Paulo/SP  
CNPJ: 09.261.668/0001-67  
Valor total aprovado: R\$ 6.999.870,57  
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R\$ 4.000.000,00  
Banco: 001- agência: 0297-6 conta corrente: 87488-4  
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R\$ 2.649.870,57  
Banco: 001- agência: 0297-6 conta corrente: 87487-6  
Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2020.  
17-0108 - A FÓRMULA DO AMOR  
Processo: 01416.007215/2016-16  
Proponente: QUEROSENE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CINEMATOGRAFICAS LTDA.  
Cidade/UF: São Paulo/SP  
CNPJ: 11.545.487/0001-04  
Valor total aprovado: R\$ 3.700.000,00  
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R\$ 3.000.000,00

Banco: 001- agência: 1270-x conta corrente: 23940-2  
17-0109 - AEROPORTO - ÁREA RESTRITA (2ª TEMPORADA)  
Processo: 01416.008439/2017-18  
Proponente: WRITE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.  
Cidade/UF: São Paulo/SP  
CNPJ: 07.627.467/0001-05  
Valor total aprovado: R\$ 2.739.308,00  
Valor aprovado no artigo Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: R\$ 2.602.342,60  
Banco: 001- agência: 1504-0 conta corrente: 17898-5  
17-0110 - Do Outro Lado da Ponte  
Processo: 01416.002127/2017-09  
Proponente: GUARNICE PRODUÇÕES LTDA. - EPP  
Cidade/UF: SÃO JOSÉ DE RIBAMAR/MA  
CNPJ: 17.902.521/0001-37  
Valor total aprovado: R\$ 2.225.300,00  
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R\$ 500.000,00  
Banco: 001- agência: 3649-8 conta corrente: 50105-0  
17-0129 - Destino: Queimada dos Britos  
Processo: 01416.007649/2017-99  
Proponente: 70 FILMES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.  
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ  
CNPJ: 18.009.049/0001-70  
Valor total aprovado: R\$ 839.562,70  
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R\$ 97.584,56  
Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 30419-0  
Art. 3º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 215, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:  
Art.1º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.  
Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (Artigo 18)  
15 9456 - JAZZ MEETING  
MIRNA DEQUECH SELEME - ME  
CNPJ/CPF: 08.236.185/0001-40  
PR - Curitiba  
Período de captação: 01/02/2017 a 31/12/2017

PORTARIA Nº 216, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:  
Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.  
Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º )  
164818 - PROJETO ANUAL MON 2017  
Sociedade dos Amigos do MON - Museu Oscar Niemeyer  
CNPJ/CPF: 05.695.855/0001-06  
Cidade: Curitiba - PR;  
Valor Reduzido: R\$ 314.848,43  
Valor total atual: R\$ 9.266.811,57

PORTARIA Nº 217, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:  
Art. 1.º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):  
PRONAC: 153955 - Exposição Game Masters, publicado na portaria nº 0669/15 de 20/11/2015, no D.O.U. de 23/11/2015, para A Era dos Games.

PRONAC: 160737 - I PRÊMIO: SABE O LIXO? VIROU ARTE, publicado na portaria nº 0518/16 de 24/08/2016, no D.O.U. de 25/08/2016, para SABE O LIXO? VIROU ARTE.

PRONAC: 162641 - SACOLA LITERÁRIA II, publicado na portaria nº 0637/16 de 14/10/2016, no D.O.U. de 17/10/2016, para Sacola Literária.

Art. 2.º - Alterar o(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 163971 - Bom de Nota, Bom de Dança - Plano Anual, publicado na portaria nº 0770/16 de 06/12/2016, no D.O.U. de 07/12/2016.

Onde se lê: A Associação Pró-Esporte e Cultura (APEC) já beneficiou milhares de crianças com o programa "Bom de Nota, Bom de Dança". Executada desde 2013, a iniciativa atende, com ações relacionadas à dança, comunidades carentes de diversas cidades. Sua metodologia, desenvolvida pela APEC, permite que crianças da rede pública de ensino realizem aulas de Balé e Dança de Rua acompanhadas por profissionais qualificados que fazem dos passos de dança uma extensão da escola. No fim do ano, há um espetáculo em cada núcleo atendido. Hoje, há um projeto já em execução (PRONAC 146858) que atende crianças de Botucatu-SP. Porém, verificamos ser mais adequado o trabalho com plano anual. Por isso, esta proposta de plano compreende 6 novos municípios: Mococa, Descalvado, Iacanga, Ribeirão Preto, Araraquara e Itápolis, não contemplando custos já presentes no PRONAC citado. A APEC se compromete a não mais apresentar propostas de projetos isolados, pois todo seu trabalho vinculado à Lei Rouanet será executado por meio deste plano.

Leia-se: A Associação Pró-Esporte e Cultura (APEC) já beneficiou milhares de crianças com o programa "Bom de Nota, Bom de Dança". Executada desde 2013, a iniciativa atende, com ações relacionadas à dança, comunidades carentes de diversas cidades. Sua metodologia, desenvolvida pela APEC, permite que crianças da rede pública de ensino realizem aulas de Balé e Danças Urbanas acompanhadas por profissionais qualificados que fazem dos passos de dança uma extensão da escola. No fim do ano, há um espetáculo em cada núcleo atendido. Esta proposta de plano compreende 4 municípios: Serrana, Descalvado, Batatais e Lins.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 1/2016 de 04/01/2016, publicada no DOU em 05/01/2016, Seção 1, referente ao Projeto Bosque da Cultura - Pronac: 15 8463.

Onde se lê: Prazo de captação: 01/01/2016 a 30/12/2016  
Leia-se: Prazo de captação: 01/01/2016 a 31/12/2016

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 70/DPC, DE 29 DE MARÇO DE 2017

Credencia o Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAvEx) para ministrar o Módulo de Mergulho Autônomo referente ao Curso Básico de Mergulho Raso Profissional.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido na alínea a do inciso I, do Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Credenciar o Centro de Instrução de Aviação do Exército para ministrar o Módulo de Mergulho Autônomo referente ao Curso Básico de Mergulho Raso Profissional, na área sob a jurisdição da Delegacia da Capitania dos Portos em São Sebastião, conforme o estabelecido no item 0311, do Capítulo 3 da NORMAM-15/DPC (Rev2.).

Art. 2º O módulo citado no Art. 1º deverá ser ministrado exclusivamente para militares.

Art. 3º O presente credenciamento tem validade até 7 de março de 2022, devendo ser endossado anualmente, de acordo com o contido na alínea c do item 0302 do Capítulo 3 da NORMAM-15/DPC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

**PORTARIA Nº 78/DPC, DE 4 DE ABRIL DE 2017**

Renova o credenciamento da Empresa Brazilian Crew Treinamentos e Capacitação Naval Ltda - ME para ministrar o Curso de Familiarização de Proteção de Navio (CFPN).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da Empresa Brazilian Crew Treinamentos e Capacitação Naval Ltda - ME, CNPJ 79.203.949/0001-49, para ministrar o Curso de Familiarização de Proteção de Navio (CFPN), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Paraná, fundamentado na NORMAM-24 - 2ª Revisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e a presente renovação tem validade de 1º de abril de 2017 até 31 de março de 2020.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 107/DPC, de 12 de maio de 2014.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO  
Diretor

**PORTARIA Nº 79/DPC, DE 4 DE ABRIL DE 2017**

Renova o credenciamento da Empresa Brazilian Crew Treinamentos e Capacitação Naval Ltda - ME para ministrar o Curso Básico de Segurança de Navio (CBSN).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Renovar o credenciamento da Empresa Brazilian Crew Treinamentos e Capacitação Naval Ltda - ME, CNPJ 79.203.949/0001-49, para ministrar o Curso Básico de Segurança de Navio (CBSN), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Paraná, fundamentado na NORMAM-24 - 2ª Revisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e a presente renovação tem validade de 1º de abril de 2017 até 31 de março de 2020.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 141/DPC, de 06 de junho de 2014.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

**PORTARIA Nº 80/DPC, DE 4 DE ABRIL DE 2017**

Renova o credenciamento da Empresa Seaman Náutica Ltda. - EPP para ministrar o Curso Básico de Segurança de Navio (CBSN).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Renovar o credenciamento da Empresa Seaman Náutica Ltda. - EPP, CNPJ 04.340.153/0001-39, para ministrar o Curso Básico de Segurança de Navio (CBSN), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Paraná, fundamentado na NORMAM-24 - 2ª Revisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e a presente renovação tem validade de 1º de abril de 2017 até 31 de março de 2020.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 95/DPC, de 09 de maio de 2013.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

**PORTARIA Nº 82/DPC, DE 4 DE ABRIL DE 2017**

Altera as Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário - LESTA), resolve:

Art. 1º Alterar as "Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem" (NORMAM-12/DPC), aprovadas pela Portaria nº 78/DPC, de 15 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 18 de abril de 2011; alterada pela Portaria nº 100/DPC, de 19 de maio de 2011, publicada no DOU de 20 de maio de 2011 (1ª Modificação); alterada pela Portaria nº 206/DPC, de 30 de setembro de 2011, publicada no DOU de 11 de outubro de 2011 (2ª Modificação); alterada pela Portaria nº 95, de 23 de maio de 2012, publicada no DOU de 30 de maio de 2012 (3ª Modificação); alterada pela Portaria nº 202/DPC, de 5 de outubro de 2012, publicada no DOU de 8 de outubro de 2012 (4ª Modificação); alterada pela Portaria nº 27/DPC, de 20 de fevereiro de 2013, publicada no DOU de 27 de fevereiro de 2013 (5ª Modificação); alterada pela Portaria nº 328/DPC, de 11 de novembro de 2013, publicada no DOU de 13 de novembro de 2013 (6ª Modificação); Portaria nº 194/DPC, de 8 de

agosto de 2014, publicada no DOU de 11 de agosto de 2014 (7ª Modificação); Portaria nº 227/DPC, de 10 de setembro de 2014, publicada no DOU de 11 de setembro de 2014 (8ª Modificação); Portaria nº 77/DPC, de 6 de abril de 2015, publicada no DOU de 13 de abril de 2015 (9ª Modificação); Portaria nº 110/DPC, de 8 de maio de 2015, publicada no DOU de 11 de maio de 2015 (10ª Modificação); Portaria nº 218/DPC, de 20 de julho de 2015, publicada no DOU de 22 de julho de 2015 (11ª Modificação); Portaria nº 281/DPC, de 14 de setembro de 2015, publicada no DOU de 16 de setembro de 2015 (12ª Modificação); Portaria nº 348/DPC, de 16 de novembro de 2015, publicada no DOU de 18 de novembro de 2015 (13ª Modificação); Portaria nº 187/DPC, de 20 de junho de 2016, publicada no DOU de 22 de junho de 2016 (14ª Modificação); Portaria nº 310/DPC, de 14 de outubro de 2016, publicada no DOU de 18 de outubro de 2016 (15ª Modificação); e Portaria nº 55/DPC, de 9 de março de 2017, publicada no DOU de 10 de março de 2017 (16ª Modificação), conforme abaixo especificado. Esta modificação é denominada 17ª Modificação.

I - No Capítulo 4 - "DAS ZONAS DE PRATICAGEM":

a) No item 0404 - "PRATICAGEM DE CARÁTER OBRI-GATÓRIO OU FACULTATIVO":

1. Na alínea c):

1.1 Substituir o texto pelo seguinte:

"As seguintes embarcações estão dispensadas do Serviço de Praticagem (praticagem facultativa):";

1.2 Na subalínea 5):

1.1.1 Substituir o texto pelo seguinte:

"As empregadas em navegação de apoio marítimo, conforme definido no art. 3º Inciso I, alínea c) da RLESTA, com AB maior que 3000 e menor ou igual a 5000, desde que atendam aos requisitos listados na subalínea 4) e que constem nominalmente em Portaria do Diretor de Portos e Costas, especificando o Porto ou Terminal de Uso Privativo (TUP) válido para essa concessão.

Em complemento, deverão ser fornecidos para verificação da DPC:

(a) Certificado(s) de Competência(s) do(s) comandante(s) da embarcação, acompanhado(s) do(s) respectivo(s) curriculum vitae;

(b) características técnicas da embarcação, conforme previstas nas letras (b) e (c) da subalínea 4), da alínea c) deste item; e

(c) Cópia de, no mínimo, cinco (5) Comprovantes de Faina de Praticagem (Anexo 2-G), para confirmação de que o(s) comandante(s) da embarcação indicado(s) foi(ram) assessorado(s) pela praticagem e está(ão) familiarizado(s) com a navegação e atracação/desatracação no local solicitado.

OBS.: esta letra (c) só se aplica para o(s) Porto(s) ou TUP que apresente(m) manobra(s) mais complexa(s), devendo ser discriminado(s) em NPCP/NPCF ou portaria específica da CP.

Além das alíneas supracitadas, serão avaliados também aspectos correlacionados com as peculiaridades da área e que possam apresentar óbices para a segurança da navegação ou manutenção da qualificação dos Práticos."; e

1.3 Na subalínea 6):

1.3.1 Na letra (d):

Substituir o texto pelo seguinte:

"Que seja efetuada consulta obrigatória à Estação de Praticagem e/ou Serviço de Tráfego de Embarcações (VTS), quanto à sequência a ser observada nas manobras de entrada e saída do porto e dentro da ZP; e"; e

b) No item 0405 - "EXTINÇÃO DE ZP":

1. Substituir o texto pelo seguinte:

"Na eventualidade da extinção de uma ZP, os Práticos poderão ser remanejados para outra ZP, a critério exclusivo do DPC, ficando sujeitos ao cumprimento de Programa de Qualificação do Praticante de Prático e posterior Exame de Habilitação para Prático, conforme previsto no Capítulo 2 destas Normas".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

**Ministério da Educação****GABINETE DO MINISTRO****DESPACHOS DA MINISTRA**

Em 4 de abril de 2017

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, a Ministra de Estado da Educação, Substituta, HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 66/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso interposto pelo Instituto Mantenedor do Ensino Superior da Bahia Ltda. - IMES, para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão exarada na Portaria SERES nº 404, de 29 de maio de 2015, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, para autorizar o funcionamento do curso de Direito, bacharelado, com o número de vagas a ser fixado pela SERES, a ser oferecido pela Faculdade de Tecnologia e Ciências de Jequié FTC, instalada na Rua Antônio Orrico, nº 357, no bairro São José, município de Jequié, estado da Bahia, mantida pelo Instituto Mantenedor de Ensino Superior da Bahia Ltda. - ME, com sede na Praça da Inglaterra, nº 2, no Bairro Comércio, município de Salvador, estado da Bahia, conforme consta do Processo nº 00732.000764/2017-97 (Registro e-MEC nº 201202167).

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, a Ministra de Estado da Educação, Substituta, HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 69/2017, do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso interposto pela UNESC-PB União de Ensino Superior de Campina Grande Ltda. - ME, para, no mérito, dar-lhe provimento, suspendendo os efeitos da decisão exarada na Portaria SERES nº 335, de 26 de julho de 2016, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, para autorizar o funcionamento do curso de Odontologia, bacharelado, com cem vagas totais anuais, a ser oferecido pela Faculdade de Campina Grande, com sede na Rua Coronel Antonio Pessoa, nº 111, Centro, no município de Campina Grande, estado da Paraíba, conforme consta do Processo nº 00732.000728/2017-23 (Registro e-MEC nº 201414049).

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, a Ministra de Estado da Educação, Substituta, HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 712/2016, do Conselho Nacional de Educação - CNE, que conheceu do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão expressa na Portaria SERES nº 647, de 30 de outubro de 2014, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, para autorizar o curso de Educação Física, licenciatura, com cinquenta vagas totais anuais, a ser ministrado pela Faculdade de Telêmaco Borba, com sede na Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 1.181, bairro Alto das Oliveiras, no município de Telêmaco Borba, no estado do Paraná, mantida pela Fateb Educação Integral Ltda., com sede no mesmo estado e município, conforme consta do Processo nº 23001.000026/2015-38 (Registro e-MEC nº 201205905).

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, a Ministra de Estado da Educação, Substituta, HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 736/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão expressa na Portaria SERES nº 612, de 30 de outubro de 2014, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, para autorizar o curso de graduação em Psicologia, bacharelado, pleiteado pela Faculdade Serrana, com sede na Rua Feijó Júnior, nº 1.049, bairro São Pelegrino, no município de Caxias do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, mantida pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional de Caxias do Sul Ltda., com sede no mesmo endereço, conforme consta do Processo nº 23001.000036/2015-73 (Registro e-MEC nº 201210920).

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, a Ministra de Estado da Educação, Substituta, HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 778/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável à convalidação dos estudos e à validação nacional dos títulos de doutorado aos alunos Carlos Roberto Salimeno, RG nº 3832362-X - SSP/SP; Edmir Kua-zaki, RG nº 12261000 - SSP/SP; Esmeralda Rizzo, RG nº 7227517 - SSP/SP e Walter Miyabara, RG nº 3637385 - SSP/SP, obtidos no programa de doutorado em Administração de Empresas, em período anterior a 9 de abril de 2001, oferecidos pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, sediada no município de São Paulo, estado de São Paulo, conforme consta do Processo nº 23001.000107/2015-38.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, a Ministra de Estado da Educação, Substituta, HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 857/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos do Despacho SE-RES/MEC nº 97, de 22 de dezembro de 2015, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, que instaurou processo de supervisão e aplicou medidas cautelares preventivas à Faculdade Evangélica do Meio Norte - FAEME, instalada na Rua Nova, nº 429, Centro, no município de Coroatá, no estado do Maranhão, mantida pelo Instituto Educacional Brasileiro - IEB, com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 23709.000016/2016-16.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, a Ministra de Estado da Educação, Substituta, HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 861/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que, com fulcro no art. 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conheceu do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão expressa na Portaria SERES nº 2, de 7 de janeiro de 2016, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SE-RES, para autorizar o funcionamento do curso superior tecnológico em Processos Gerenciais, a ser oferecido pela Faculdade do Sertão Baiano, localizada na Rua Aloísio de Castro, s/n, bairro Centro, no município de Monte Santo, no estado da Bahia, mantida pela Faculdade do Sertão Baiano Ltda. - ME, com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 23001.000092/2016-99 (Registro e-MEC nº 201355471).

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, a Ministra de Estado da Educação, Substituta, HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 865/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que, com fulcro no art. 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conheceu do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão expressa na Portaria SERES nº 739, de 30 de dezembro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, para autorizar o funcionamento do curso de Gestão da Tecnologia da Informação, tecnológico, a ser oferecido pela Faculdade de Itápolis - FACITA, localizada à rua Mário de Souza Castro, nº 200, bairro Santa Mônica, município de Itápolis, estado de São Paulo, mantida pela Associação Educacional e Cultural de Itápolis Ltda. - EPP, com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 23001.000042/2014-40 (Registro e-MEC nº 201208481).



Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, a Ministra de Estado da Educação, Substituta, HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 872/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que, com fulcro no art. 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conheceu do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão expressa na Portaria SERES nº 404, de 29 de maio de 2015, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, para autorizar o funcionamento do curso de Direito, bacharelado, com quarenta vagas totais anuais, pelo período de três anos, a ser oferecido pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, instalada na Avenida Sete de Setembro, nº 1611, Centro, no município de Erechim, estado do Rio Grande do Sul, mantida pela Fundação Regional Integrada, com sede no município de Santo Ângelo, no estado do Rio Grande do Sul, conforme consta do Processo nº 00732.000673/2017-51 (Registro e-MEC nº 201106577).

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, a Ministra de Estado da Educação, Substituta, HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 883/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que, com fulcro no art. 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conheceu do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão expressa na Portaria SERES nº 213, de 23 de junho de 2016, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, para autorizar o funcionamento do curso de Fisioterapia, bacharelado, com duzentas e quarenta vagas totais anuais, a ser oferecido pela Faculdade Maurício de Nassau de Belém, com sede na Avenida Serzedelo Corrêa, nº 514, bairro Batista Campos, no município de Belém, no estado do Pará, mantida pela Universo Professores Associados S/S Ltda. - ME, com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 23001.000640/2016-81 (Registro e-MEC nº 201203123).

MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO  
Substituta

**RETIFICAÇÕES**

No Diário Oficial da União nº 60, de 28 de março de 2017, Seção 1, página 15, Portaria nº 421, 27 de Março de 2017, do Ministro de Estado da Educação,

Onde se lê: "(...) Art. 1º Fica credenciado o Centro Universitário de Araguaína - UNIARA, por transformação da Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Araguaína, localizada na Avenida Filadélfia, nº 568, Setor Oeste, no município de Araguaína, estado de Tocantins, mantida pela ITPAC - Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos LTDA., com sede no município de Araguaína, no estado de Tocantins.(...)",

Leia-se: "(...) Art. 1º Fica credenciado o Centro Universitário Norte Brasil (Unibras), por transformação da Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Araguaína, localizada na Avenida Filadélfia, nº 568, Setor Oeste, no município de Araguaína, estado de Tocantins, mantida pela ITPAC - Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos LTDA., com sede no município de Araguaína, no estado de Tocantins.", conforme NOTA TÉCNICA Nº 28/2017/CGCIES/DIREG/SERES/SERES.

No Diário Oficial da União nº 60, de 28 de março de 2017, Seção 1, página 17, Despacho do Ministro que homologou o Parecer nº 50/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação,

Onde se lê: "(...)HOMOLOGA o Parecer nº 50/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento do Centro Universitário de Araguaína (Uniará), por transformação da Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Araguaína, com sede na Avenida Filadélfia, nº 568, Setor Oeste, no município de Araguaína, estado de Tocantins, mantida pela ITPAC - Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos Ltda.(...)",

Leia-se: "(...)HOMOLOGA o Parecer nº 50/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento do Centro Universitário Norte Brasil (Unibras), por transformação da Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Araguaína, com sede na Avenida Filadélfia, nº 568, Setor Oeste, no município de Araguaína, estado de Tocantins, mantida pela ITPAC - Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos Ltda.(...)", conforme NOTA TÉCNICA Nº 28/2017/CGCIES/DIREG/SERES/SERES.

A seção de Despachos do Ministro de 15 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 34, de 16 fevereiro de 2017, Seção 1, página 21, passa a vigorar conforme segue, permanecendo inalteradas as demais disposições, em observância ao Ofício nº 160/2017/SE/CNE/CNE-MEC, de 10 de março de 2017 (Registro e-MEC nº 201109070):

Onde se lê: "Parecer CNE/CES nº 12/2016, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação",

Leia-se: "Parecer CNE/CEB nº 12/2016, da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação".

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS**

**PORTARIA Nº 640, DE 29 DE MARÇO DE 2017**

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições conferidas por Decreto de 27 de junho de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 28.6.2013, resolve:

RETIFICAR os termos da Portaria GR nº 02, de 04/01/2016, publicada no DOU em 08/01/2016, que trata da homologação de candidatos aprovados em Processo Seletivo, objeto Edital n.º 067, de 19/10/2015, publicado no DOU em 28/10/2015, conforme segue:

Onde se lê:

II - Estabelecer que o prazo de validade do resultado do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do ato de homologação no Diário Oficial da União.

Leia-se corretamente:

II - Estabelecer que o prazo de validade do resultado do Processo Seletivo será de 02 (dois) anos, contado a partir do ato de homologação no Diário Oficial da União.

MÁRCIA PERALES MENDES SILVA

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
DECANATO DE GESTÃO DE PESSOAS**

**ATO Nº 1.593, DE 3 DE ABRIL DE 2017**

A DECANA DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, tendo em vista o disposto no art. 11 do Decreto-Lei n. 200, de 25/2/1967, Decreto n. 83.937, de 6/9/1979, e art. 12 da Lei n. 9.784, de 29/1/1999, e de acordo com a competência que lhe foi outorgada por meio do Ato da Reitoria n. 304, de 24 de março de 2017, publicado no DOU n. 58, de 24 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Delegar aos ocupantes dos cargos de Direção do Decanato de Gestão de Pessoas e à Assessoria de Controle Interno e Orientação à Legislação as competências a seguir elencadas e outras decorrentes de sua condição:

Diretoria de Provimento, Acompanhamento e Movimentação/DPAM

I homologar o resultado de processo seletivo para admissão de professor substituto e visitante e de professor e pesquisador visitante estrangeiro;

II assinar termo inicial, aditar e rescindir contrato de prestação de serviços de professores substitutos, visitantes, e visitantes estrangeiros;

III assinar termo de adesão ao trabalho voluntário, e termo de compromisso para credenciamento de Pesquisador Colaborador;

IV autorizar afastamentos no país para participação em competição desportiva ou curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal;

V assinar Termo de Compromisso de Estágio - TCE.

Diretoria de Administração de Pessoas/DAP

VI designar e dispensar função gratificada de substituto;

VII conceder indenização de transportes;

VIII concessão do abono permanência;

IX emissão e assinatura da declaração de tempo especial.

Diretoria de Capacitação, Desenvolvimento

e Capacitação/DCADE

X autorizar progressão por capacitação e mérito funcional de servidores Técnicos Administrativos em Educação;

XI conceder incentivo à qualificação de servidores técnico-administrativos;

XII autorizar afastamentos no país para participação em eventos com duração de até 30(trinta) dias;

XIII conceder horário especial ao servidor estudante, quando comprovada incompatibilidade entre o horário escolar e o da Fundação Universidade de Brasília (FUB), sem prejuízo do exercício do cargo.

Diretoria de Saúde, Segurança e Qualidade

de Vida no Trabalho/DSQVT

XIV conceder, retificar, reduzir e cancelar adicionais de insalubridade, de periculosidade, de irradiação ionizante e de gratificação por trabalhos com raios X ou com substâncias radioativas ;

XV elaboração e concessão do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP);

XVI emitir documento de localização do servidor para concessão dos adicionais tratados no inciso XIV;

XVII concessão de isenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física - IRRPF para portadores de moléstia grave.

Assessoria de Controle Interno e

Orientação à Legislação/ASCOL

XVIII conceder Carta de Preposto para representação da FUB em ações judiciais que envolvem gestão de pessoas;

Art. 2º Essa delegação não afasta a superintendência do ocupante do cargo de Decano(a) de Gestão de Pessoas, conforme preceitua o artigo 21, inciso I do regimento geral da UnB.

Art. 3º Não são objetos desta delegação:

I editar Atos de caráter normativo de competência do Decano(a) Gestão de Pessoas;

II decidir recursos administrativos;

III atuar em matérias de competência exclusiva do Decano(a) de Gestão de Pessoas.

Art. 4º A presente delegação é extensiva aos substitutos eventuais, quando em efetivo exercício do cargo.

CLÁUDIA ROSANA DE ARAÚJO COSTA

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL  
DA GRANDE DOURADOS**

**DESPACHOS DA REITORA**

Em 31 de março de 2017

PROCESSO Nº 23005.003471/2012-77 - Interessada: Empresa Lety Obras Ltda. - ME. Vistos e examinados. Considerando o disposto no artigo 50, § 1º, da Lei 9.784/99, ACOLHO os termos da NOTA TÉCNICA Nº 00033/2017/GAB/PFUFGD/PGF/AGU (fls. 4839-4839v), do DESPACHO DIAN/COOF/PROAP/UFGD Nº 058/2016 (fls. 4829-4829v), do DESPACHO PU/RTR nº 34/2016 (fls. 4832-4833), do DESPACHO 05/2016 - DIPROJ/PU/RTR/UFGD (fls. 4834-4836) e do DESPACHO PROAP/UFGD Nº 1.082/2016 (fls. 4837), e decido pelo NÃO PROVIMENTO do recurso apresentado pela empresa interessada, devendo-se excluir da base de cálculo do reajuste de preços os serviços que já deveriam ter sido executados, mas não foram por causa do atraso na execução do cronograma físico-financeiro, em virtude de culpa da contratada. Publique-se. Intime-se.

PROCESSO/HU Nº 23005.001916/2015-27 - Interessada: Empresa Maxlab Produtos para Diagnósticos e Pesquisa Ltda. EPP. Vistos e examinados. Considerando o disposto no artigo 50, § 1º, da Lei 9.784/99, ACOLHO os termos da NOTA TÉCNICA Nº 00034/2017/GAB/PFUFGD/PGF/AGU, às fls. 123-123v, conheço do recurso apresentado pela empresa interessada e decido pelo seu NÃO PROVIMENTO, determinando a MANUTENÇÃO das penalidades objeto da decisão recorrida.

PROCESSO/HU Nº 23005.000467/2015-05 - Interessada: Empresa Marcos Antonio Ribeiro EPP. Vistos e examinados. Considerando o disposto no artigo 50, § 1º, da Lei 9.784/99, ACOLHO os termos da NOTA TÉCNICA Nº 00035/2017/GAB/PFUFGD/PGF/AGU, às fls. 162-162v, conheço do recurso apresentado pela empresa interessada e decido pelo seu NÃO PROVIMENTO, determinando a MANUTENÇÃO das penalidades objeto da decisão recorrida.

LIANE MARIA CALARGE

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE OURO PRETO  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**PORTARIA Nº 298, DE 4 DE ABRIL DE 2017**

A Pró-Reitora de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 540, de 05/08/1994, considerando o processo UFOP de Seleção Simplificada para contratação de Professor substituto nº 23109.0001259/2017-11; resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final da Seleção Simplificada de que trata o Edital PROAD nº 011/2017, realizado para a contratação de professor substituto, Área: Educação Matemática, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Márcia Nunes dos Santos, Rodrigo Carlos Pinheiro, Sara Rodrigues Ferraz e Fabiana Pereira de Oliveira.

Art. 2º A seleção de que trata a presente Portaria terá validade de 01 (um) ano, contada a partir da publicação desta no Diário Oficial da União/DOU.

GISLAINE SANTANA

**SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO  
DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**PORTARIA Nº 276, DE 4 DE MARÇO DE 2017**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e Portaria Normativa nº 19, de 28 de setembro de 2016, do Ministério da Educação, e considerando o processo SEI nº 23000.002524/2015-25, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo provisório da transferência de manutenção da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos do § 4º, art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente.

§1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente a integral responsabilidade formal a seu respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

|   | Processo e- MEC | Instituição de Educação Superior (IES) | Denominação e sigla da IES após a Transferência    | Endereço da IES                          | Mantenedora Cedente, CNPJ                                                      | Mantenedora Adquirente, CNPJ                              |
|---|-----------------|----------------------------------------|----------------------------------------------------|------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|
| 1 | 201108535       | Faculdade Promove de Janaúba (2443)    | Instituto Superior de Educação de Janaúba - ISEJAN | Rua Pio XII, nº 100, Centro - Janaúba/MG | SOEBRAS - Sociedade Educativa do Brasil Ltda (1509) CNPJ nº 22.669.915/0001-27 | Única Educacional Ltda (14675) CNPJ nº 10.739.240/0001-66 |

PORTARIA Nº 277, DE 4 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e Portaria Normativa nº 19, de 28 de setembro de 2016, do Ministério da Educação, e considerando o processo SEI nº 23000.002743/2015-12, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo provisório da transferência de manutença da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos do § 4º, art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente.

§1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente a integral responsabilidade formal a seu respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

|   | Processo e- MEC | Instituição de Educação Superior (IES)                 | Denominação e sigla da IES após a Transferência  | Endereço da IES                               | Mantenedora Cedente, CNPJ                                                      | Mantenedora Adquirente, CNPJ                              |
|---|-----------------|--------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|-----------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|
| 1 | 201108537       | Faculdade de Ciências Humanas de Curvelo - FACIC (728) | Faculdade de Ciências Humanas de Curvelo - FACIC | Avenida JK nº 1441, Jockey Clube - Curvelo/MG | SOEBRAS - Sociedade Educativa do Brasil Ltda (1509) CNPJ nº 22.669.915/0001-27 | Única Educacional Ltda (14675) CNPJ nº 10.739.240/0001-66 |

PORTARIA Nº 278, DE 4 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e Portaria Normativa nº 19, de 28 de setembro de 2016, do Ministério da Educação, e considerando o processo SEI nº 23000.054995/2016-08, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo provisório da transferência de manutença da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos do § 4º, art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente.

§1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente a integral responsabilidade formal a seu respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

|   | Processo e- MEC | Instituição de Educação Superior (IES)         | Denominação e sigla da IES após a Transferência | Endereço da IES                                                | Mantenedora Cedente, CNPJ                                                         | Mantenedora Adquirente, CNPJ                                               |
|---|-----------------|------------------------------------------------|-------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|
| 1 | 201209264       | Faculdade Pitágoras de Feira de Santana (4959) | Faculdade Pitágoras de Feira de Santana         | Avenida Senhor dos Passos nº 222, Centro - Feira de Santana/BA | União Metropolitana UNIME Feira de Santana Ltda (3166) CNPJ nº 07.659.308/0001-92 | Editora e Distribuidora Educacional S/A (14514) CNPJ nº 38.733.648/0001-40 |

PORTARIA Nº 279, DE 4 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e Portaria Normativa nº 19, de 28 de setembro de 2016, do Ministério da Educação, e considerando o processo SEI nº 23000.002744/2015-59, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo provisório da transferência de manutença da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos do § 4º, art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente.

§1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente a integral responsabilidade formal a seu respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

|   | Processo e- MEC | Instituição de Educação Superior (IES)                        | Denominação e sigla da IES após a Transferência        | Endereço da IES                                         | Mantenedora Cedente, CNPJ                                                                                        | Mantenedora Adquirente, CNPJ                      |
|---|-----------------|---------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|
| 1 | 201302158       | Faculdade do Meio Ambiente e de Tecnologia de Negócios (4042) | Faculdade do Meio Ambiente e de Tecnologia de Negócios | Sia/Sul Trecho 02, Lotes 1510/1540, Guarã - Brasília/DF | IESMAT - Instituto de Ensino Superior do Meio Ambiente e Tecnologia Ltda - EPP (2538) CNPJ nº 06.906.245/0001-69 | JK Educacional (15890) CNPJ nº 17.347.405/0001-01 |

PORTARIA Nº 280, DE 4 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e Portaria Normativa nº 19, de 28 de setembro de 2016, do Ministério da Educação, e considerando o processo SEI nº 23000.021530/2013-10, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo provisório da transferência de manutença da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos do § 4º, art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente.

§1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente a integral responsabilidade formal a seu respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

|   | Processo e- MEC | Instituição de Educação Superior (IES)      | Denominação e sigla da IES após a Transferência | Endereço da IES                              | Mantenedora Cedente, CNPJ                                                                          | Mantenedora Adquirente, CNPJ                      |
|---|-----------------|---------------------------------------------|-------------------------------------------------|----------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|
| 1 | 201302160       | Faculdade de Tecnologia Rogacionista (4199) | Faculdade de Tecnologia Rogacionista            | AE 08, Módulo B, s/n, Guarã II - Brasília/DF | Associação Rogacionista de Educação e Assistência Social - AREAS (2639) CNPJ nº 83.660.225/0001-00 | JK Educacional (15890) CNPJ nº 17.347.405/0001-01 |

PORTARIA Nº 281, DE 4 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e Portaria Normativa nº 19, de 28 de setembro de 2016, do Ministério da Educação, e considerando o processo SEI nº 23000.011490/2015-60, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo provisório da transferência de mantença da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos do § 4º, art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente.

§1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente a integral responsabilidade formal a seu respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

|   | Processo e- MEC | Instituição de Educação Superior (IES)                          | Denominação e sigla da IES após a Transferência          | Endereço da IES                              | Mantenedora Cedente, CNPJ                                           | Mantenedora Adquirente, CNPJ                                        |
|---|-----------------|-----------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|----------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|
| 1 | 201358829       | Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior - IMMES (1301) | Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior - IMMES | Avenida Tiradentes nº 629, Centro - Matão/SP | Sociedade Educacional de Jaú Ltda (2395) CNPJ nº 05.311.136/0001-36 | Associação Educacional Matonense (15826) CNPJ nº 15.307.265/0001-04 |

PORTARIA Nº 282, DE 4 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e Portaria Normativa nº 19, de 28 de setembro de 2016, do Ministério da Educação, e considerando o processo SEI nº 23000.021874/2016-71, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo provisório da transferência de mantença da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos do § 4º, art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente.

§1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente a integral responsabilidade formal a seu respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

|   | Processo e- MEC | Instituição de Educação Superior (IES)                   | Denominação e sigla da IES após a Transferência   | Endereço da IES                                 | Mantenedora Cedente, CNPJ                                                      | Mantenedora Adquirente, CNPJ                              |
|---|-----------------|----------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|-------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|
| 1 | 201358967       | Faculdades Integradas do Norte de Minas - FUNORTE (5592) | Faculdades Integradas do Norte de Minas - FUNORTE | Rua Lírio Brant nº 787, Melo - Montes Claros/MG | SOEBRAS - Sociedade Educativa do Brasil Ltda (1509) CNPJ nº 22.669.915/0001-27 | Única Educacional Ltda (14675) CNPJ nº 10.739.240/0001-66 |

PORTARIA Nº 283, DE 4 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e Portaria Normativa nº 19, de 28 de setembro de 2016, do Ministério da Educação, e considerando o processo SEI nº 23000.021891/2016-17, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo provisório da transferência de mantença da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos do § 4º, art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente.

§1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente a integral responsabilidade formal a seu respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

|   | Processo e- MEC | Instituição de Educação Superior (IES)                  | Denominação e sigla da IES após a Transferência  | Endereço da IES                                  | Mantenedora Cedente, CNPJ                                                      | Mantenedora Adquirente, CNPJ                              |
|---|-----------------|---------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|--------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|
| 1 | 201358968       | Faculdade Promove de Belo Horizonte - Promove BH (2450) | Faculdade Promove de Belo Horizonte - Promove BH | Rua Timbiras nº 1532, Centro - Belo Horizonte/MG | SOEBRAS - Sociedade Educativa do Brasil Ltda (1509) CNPJ nº 22.669.915/0001-27 | Única Educacional Ltda (14675) CNPJ nº 10.739.240/0001-66 |



PORTARIA Nº 284, DE 4 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e Portaria Normativa nº 19, de 28 de setembro de 2016, do Ministério da Educação, e considerando o processo SEI nº 23000.021884/2016-15, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo provisório da transferência de mantença da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos do § 4º, art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente.

§1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente a integral responsabilidade formal a seu respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

|   | Processo e- MEC | Instituição de Educação Superior (IES)               | Denominação e sigla da IES após a Transferência | Endereço da IES                                          | Mantenedora Cedente, CNPJ                                                      | Mantenedora Adquirente, CNPJ                              |
|---|-----------------|------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|
| 1 | 201358969       | Faculdade Promove de Minas Gerais- Promove MG (1252) | Faculdade Promove de Minas Gerais- Promove MG   | Avenida João Pinheiro nº 164, Centro - Belo Horizonte/MG | SOEBRAS - Sociedade Educativa do Brasil Ltda (1509) CNPJ nº 22.669.915/0001-27 | Única Educacional Ltda (14675) CNPJ nº 10.739.240/0001-66 |

PORTARIA Nº 285, DE 4 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e Portaria Normativa nº 19, de 28 de setembro de 2016, do Ministério da Educação, e considerando o processo SEI nº 23000.021897/2016-86, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo provisório da transferência de mantença da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos do § 4º, art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente.

§1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente a integral responsabilidade formal a seu respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

|   | Processo e- MEC | Instituição de Educação Superior (IES)               | Denominação e sigla da IES após a Transferência | Endereço da IES                                                                 | Mantenedora Cedente, CNPJ                                                      | Mantenedora Adquirente, CNPJ                              |
|---|-----------------|------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|
| 1 | 201358979       | Faculdade Kennedy de Belo Horizonte - Kennedy (4777) | Faculdade Kennedy de Belo Horizonte - Kennedy   | Rua José Dias Vieira nº 46, Rio Branco, Distrito Venda Nova - Belo Horizonte/MG | SOEBRAS - Sociedade Educativa do Brasil Ltda (1509) CNPJ nº 22.669.915/0001-27 | Única Educacional Ltda (14675) CNPJ nº 10.739.240/0001-66 |

PORTARIA Nº 286, DE 4 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e Portaria Normativa nº 19, de 28 de setembro de 2016, do Ministério da Educação, e considerando o processo SEI nº 23000.021901/2016-14, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo provisório da transferência de mantença da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos do § 4º, art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente.

§1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente a integral responsabilidade formal a seu respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

|   | Processo e- MEC | Instituição de Educação Superior (IES)                        | Denominação e sigla da IES após a Transferência        | Endereço da IES                                 | Mantenedora Cedente, CNPJ                                                      | Mantenedora Adquirente, CNPJ                              |
|---|-----------------|---------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|
| 1 | 201358981       | Faculdade Promove de Sete Lagoas - PROMOVE SETE LAGOAS (1700) | Faculdade Promove de Sete Lagoas - PROMOVE SETE LAGOAS | Avenida Dr. Pena nº 35, Centro - Sete Lagoas/MG | SOEBRAS - Sociedade Educativa do Brasil Ltda (1509) CNPJ nº 22.669.915/0001-27 | Única Educacional Ltda (14675) CNPJ nº 10.739.240/0001-66 |

PORTARIA Nº 287, DE 4 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e Portaria Normativa nº 19, de 28 de setembro de 2016, do Ministério da Educação, e considerando o processo SEI nº 23000.032985/2014-46, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo provisório da transferência de mantença da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos do § 4º, art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente.

§1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente a integral responsabilidade formal a seu respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

|   | Processo e- MEC | Instituição de Educação Superior (IES)          | Denominação e sigla da IES após a Transferência | Endereço da IES                                 | Mantenedora Cedente, CNPJ                                                                   | Mantenedora Adquirente, CNPJ                                                           |
|---|-----------------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 | 201359915       | Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde (1993) | Faculdade Ideal de Patos - FA-CIPA              | BR 365 - KM 407, Industrial - Patos de Minas/MG | Sociedade de Ensino Superior de Patos de Minas Ltda - EPP (1307) CNPJ nº 04.386.305/0001-34 | Faculdade Brasileira de Educação Superior Ltda - ME (16007) CNPJ nº 13.785.907/0001-55 |

PORTARIA Nº 288, DE 4 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e Portaria Normativa nº 19, de 28 de setembro de 2016, do Ministério da Educação, e considerando o processo SEI nº 23000.013550/2014-06, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo provisório da transferência de manutenção da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos do § 4º, art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente.

§1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente a integral responsabilidade formal a seu respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

|   | Processo e- MEC | Instituição de Educação Superior (IES) | Denominação e sigla da IES após a Transferência | Endereço da IES                                            | Mantenedora Cedente, CNPJ                                    | Mantenedora Adquirente, CNPJ                                               |
|---|-----------------|----------------------------------------|-------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|
| 1 | 201361040       | Faculdade Palotina - FAPAS (1932)      | Faculdade Palotina - FAPAS                      | Rua Padre Alziro Roggia nº 115, Patronato - Santa Maria/RS | Sociedade Vicente Pallotti (1268) CNPJ nº 95.602.942/0001-56 | Entidade Palotina de Educação e Cultura (16122) CNPJ nº 17.597.895/0001-96 |

PORTARIA Nº 289, DE 4 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e Portaria Normativa nº 19, de 28 de setembro de 2016, do Ministério da Educação, e considerando o processo SEI nº 23000.030246/2014-10, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo provisório da transferência de manutenção da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos do § 4º, art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006, a qual continuará mantida pela mesma mantenedora, com a alteração do registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ realizada pela interessada.

§1º A mantenedora da instituição de educação superior continuará com a responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º A mantenedora manterá a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa terão tramitação regular, com a mesma mantenedora possuindo integral responsabilidade formal a seu respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

|   | Processo e- MEC | Instituição de Educação Superior (IES)                                  | Denominação e sigla da IES após a Transferência        | Endereço da IES                              | Mantenedora com alteração do número de registro do CNPJ              |
|---|-----------------|-------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|----------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------|
| 1 | 201364620       | Faculdade de Administração da Associação Brasiliense de Educação (1864) | Faculdade da Associação Brasiliense de Educação - FABE | Rua José Posser nº 275, Pelegrino - Marau/RS | Associação Brasiliense de Educação (1228) CNPJ nº 00.045.690/0009-52 |

PORTARIA Nº 290, DE 4 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e Portaria Normativa nº 19, de 28 de setembro de 2016, do Ministério da Educação, os processos e-MEC citados na planilha anexa, e os Processos SEI nº 23000.012918/2015-91, 23000.020270/2015-27, 23000.009858/2015-20, 23000.017658/2015-45, 23000.009877/2015-56, 23000.038221/2015-45, e 23000.012920/2015-61,

Art. 1º Ficam aprovados os registros administrativos das transferências de manutenção das Instituições de Educação Superior discriminadas na planilha anexa, na forma de aditamento aos seus atos de credenciamento, nos termos do § 4º do art. 10 do Decreto nº 5.773, de 2006, que passam a ser mantidas pelas respectivas mantenedoras adquirentes.

§1º As mantenedoras adquirentes das instituições de educação superior assumem responsabilidade integral de assegurar o financiamento das respectivas mantidas, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º As mantenedoras adquirentes assumem a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental das respectivas instituições de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pelas instituições de educação superior discriminadas na planilha anexa, ou por suas respectivas mantenedoras cedentes, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente toda a responsabilidade formal a respeito dos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

|   | Processo e- MEC | Instituição de Educação Superior (IES)              | Denominação e sigla da IES após a Transferência          | Endereço da IES                                                                                          | Mantenedora Cedente, CNPJ                            | Mantenedora Adquirente, CNPJ                      |
|---|-----------------|-----------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|
| 1 | 201504625       | INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE CUIABÁ (3648)       | FACULDADE ANHANGUERA DE CUIABÁ                           | Rua I, Quadra 04 Nº: 107 Bairro: Jardim Alencastro Município: Cuiabá UF: MT                              | ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA CNPJ: 05.808.792/0001-49 | FAC EDUCACIONAL LTDA CNPJ: 20.705.425/0001-03     |
| 2 | 201416445       | FACULDADE SÃO BERNARDO DE TECNOLOGIA (3990)         | FACULDADE ANHANGUERA DE TECNOLOGIA DE SÃO BERNARDO - FAT | Rua Atlântica Nº: 700 Bairro:Jardim do Mar Município: São Bernardo do Campo UF: SP                       | ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA CNPJ: 05.808.792/0001-49 | NOVATEC EDUCACIONAL LTDA CNPJ: 16.985.463/0001-90 |
| 3 | 201416440       | FACULDADES INTEGRADAS DE RONDONÓPOLIS - FAIR (1312) | FACULDADES INTEGRADAS DE RONDONÓPOLIS - FAIR             | Rua Floriano Peixoto Nº: 597 Bairro: Centro Município: Rondonópolis UF: MT                               | UNIC EDUCACIONAL LTDA CNPJ: 14.793.478/0001-20       | FAIR EDUCACIONAL LTDA CNPJ: 20.088.672/0001-08    |
| 4 | 201504626       | FACULDADE DE MATO GROSSO - FAMAT (12946)            | FACULDADE DE MATO GROSSO                                 | Rua Bonifácio Cruz esq. com Av. Fernando Correia da Costa Nº: 255 Bairro:Centro Município: Cuiabá UF: MT | ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA CNPJ: 05.808.792/0001-49 | FAC EDUCACIONAL LTDA CNPJ: 20.705.425/0001-03     |



PORTARIA Nº 291, DE 4 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e Portaria Normativa nº 19, de 28 de setembro de 2016, do Ministério da Educação, e considerando o processo SEI nº 23000.002521/2015-91, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo provisório da transferência de manutença da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos do § 4º, art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente.

§1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da manutida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente a integral responsabilidade formal a seu respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

|   | Processo e- MEC | Instituição de Educação Superior (IES)                  | Denominação e sigla da IES após a Transferência   | Endereço da IES                               | Mantenedora Cedente, CNPJ                                                      | Mantenedora Adquirente, CNPJ                              |
|---|-----------------|---------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|-----------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|
| 1 | 201108521       | Instituto de Ciências Sociais e Humanas - INCISOH (945) | Instituto de Ciências Sociais e Humanas - INCISOH | Praça Tiradentes nº 164, Centro - Januária/MG | SOEBRAS - Sociedade Educativa do Brasil Ltda (1509) CNPJ nº 22.669.915/0001-27 | Única Educacional Ltda (14675) CNPJ nº 10.739.240/0001-66 |

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

PORTARIA Nº 1.801, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O Vice-Reitor da UFG, no exercício da Reitoria, tendo em vista o que consta na Portaria nº 450/MP, de 06/11/2002, no Decreto nº 6.944 de 21/08/2009, resolve:

Prorrogar, por um ano, o prazo de validade do concurso público para Professor da Carreira do Magistério Superior, Classe A, Nível 1, Área: Química Geral e Química Orgânica, realizado pela UAE Física e Química da Regional Catalão, objeto do Edital nº 63, publicado no D.O.U. de 06/11/2015, homologado através do Edital nº 57, publicado no D.O.U. de 11/04/2016, seção 3, pág. 50. (Processo nº 23070.011614/2015-83)

MANOEL RODRIGUES CHAVES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 357, DE 0 DE ABRIL DE 2017

A Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso de suas atribuições, resolve:

Art.1º HOMOLOGAR e tornar público o resultado do processo seletivo simplificado para contratação temporária de Professor Substituto, nos termos do inciso I, art. 13 da Resolução 22/1998 - CEPE, conforme abaixo discriminado:

1 - Edital nº 04/2017 - GRST/CFAP/PROGEPE - Seleção de Professor Substituto

1.1 - FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

1.1.1 - Seleção 20: Departamento de Ciências Administrativas - Processo nº 23071.003030/2017-96 - Nº Vagas: 01 (uma)

| Classificação | Nome                          | Nota |
|---------------|-------------------------------|------|
| 1º            | CLESIANE DE OLIVEIRA CARVALHO | 8,56 |
| 2º            | ALEX DOS SANTOS MACEDO        | 8,30 |

1.2 - FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1.2.1 - Seleção 24: Departamento de Educação - Processo nº 23071.002701/2017-00 - Nº Vagas: 01 (uma)

| Classificação | Nome                          | Nota |
|---------------|-------------------------------|------|
| 1º            | FERNANDA LUIZA DE FARIA       | 7,37 |
| 2º            | VÍCTOR GOMES LIMA FERRAZ      | 6,95 |
| 3º            | ANA LUISA DO AMARAL FERNANDES | 5,87 |

1.3 - FACULDADE DE ENGENHARIA

1.3.1 - Seleção 25: Departamento de Engenharia de Produção e Mecânica - Processo nº 23071.002939/2017-27 - Nº Vagas: 01 (uma)

| Classificação | Nome                            | Nota |
|---------------|---------------------------------|------|
| 1º            | FILÍPE FERNANDES DE PAULA       | 7,35 |
| 2º            | SÍNÉSIO SALLES JUNIOR           | 7,33 |
| 3º            | RENAN PIAZZAROLI FINOTTI AMARAL | 6,62 |
| 4º            | DIEGO DE MENDONÇA TABORDA       | 6,55 |
| 5º            | ALEXANDRE JUSTE LOPES           | 6,40 |

1.3.2 - Seleção 26: Departamento de Engenharia de Produção e Mecânica - Processo nº 23071.002940/2017-51 - Nº Vagas: 01 (uma)

| Classificação | Nome                    | Nota |
|---------------|-------------------------|------|
| 1º            | RENATA AMARAL FONSECA   | 6,69 |
| 2º            | SAULO CUSTÓDIO FERREIRA | 6,04 |
| 3º            | LUIZ CARLOS DOMICIANO   | 5,76 |
| 4º            | HUGO ALMEIDA RIBEIRO    | 5,37 |

1.4 - INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA VIDA - CAMPUS GOVERNADOR VALADARES

1.4.1 - Seleção 36: Departamento de Farmácia - Processo nº 23071.002704/2017-35 - Nº Vagas: 01 (uma)

| Classificação | Nome                                   | Nota |
|---------------|----------------------------------------|------|
| 1º            | MARIANA FURTADO GRANATO DE ALBUQUERQUE | 6,23 |

1.4.2 - Seleção 37: Departamento de Fisioterapia - Processo nº 23071.002986/2017-71 - Nº Vagas: 01 (uma)

| Classificação | Nome                     | Nota |
|---------------|--------------------------|------|
| 1º            | WILLIAM BEZERRA LEITE    | 7,20 |
| 2º            | ILHA GONÇALVES FERNANDES | 6,80 |

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KÁTIA MARIA SILVA DE OLIVEIRA E CASTRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RESOLUÇÃO Nº 42, DE 4 DE ABRIL DE 2017

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 17, Inciso XII, do Estatuto da UFRN, CONSIDERANDO a Resolução nº 108/2013-CONSEPE, de 02 de julho de 2013, publicada no Boletim de Serviço nº 125/2013, de 05 de julho de 2013; CONSIDERANDO a Resolução nº 108/2013-CONSEPE, de 02 de julho de 2013, publicada no Boletim de Serviço nº 125/2013, de 05 de julho de 2013; CONSIDERANDO os termos do Edital nº 009/2016-PROGESP, publicado no DOU nº 168, de 31 de agosto de 2016; CONSIDERANDO o que consta nos processos abaixo relacionados, resolve:

Art. 1º. Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para a classe de Professor Adjunto A, da Carreira do Magistério Superior, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

| Departamento/Unidade                                                         | Área/Processo                                                                                   | Classe/RT      | Votação              | Classif. | Nome                               | Média |
|------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------------|----------|------------------------------------|-------|
| Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi - FA-CISA - Campus de Santa Cruz/RN | Fisioterapia em Saúde da Mulher Dermato-funcional (Processo nº 23077.004047/2017-19)            | Adjunto-A/DE   | Unanimidade de Votos | 1º Lugar | VANESSA PATRÍCIA SOARES DE SOUSA   | 8,52  |
|                                                                              |                                                                                                 |                |                      | 2º Lugar | Laiane Santos Eufrásio             | 8,15  |
|                                                                              | Terapia Cognitivo - Comportamental e Psicologia Experimental (Processo nº 23077.004058/2017-91) | Adjunto-A/DE   | Unanimidade de Votos | 1º Lugar | HENRIQUE MESQUITA POPERMAIER       | 8,09  |
|                                                                              |                                                                                                 |                |                      | 2º Lugar | Maria José Nunes Gadelha           | 7,86  |
| Departamento de Toco-Ginecologia - CCS - Campus de Natal/RN                  | Medicina de Família e Comunidade (Processo nº 23077.004053/2017-68)                             | Auxiliar-A/20h | Unanimidade de Votos | 1º Lugar | JOSÉ MEDEIROS DO NASCIMENTO FILHO  | 8,83  |
|                                                                              |                                                                                                 |                |                      | 2º Lugar | Ana Nataly Adriane Bezerra Trieste | 7,62  |
| Departamento de Artes - CCHLA - Campus de Natal/RN                           | História do Teatro Brasileiro (Processo nº 23077.003935/2017-14)                                | Adjunto-A/DE   | Unanimidade de Votos | 1º Lugar | MONIZE OLIVEIRA MOURA              | 8,59  |
|                                                                              |                                                                                                 |                |                      | 2º Lugar | Rafael Luiz Marques Ary            | 8,19  |
|                                                                              | Pintura (Processo nº 23077.003930/2017-83)                                                      | Adjunto-A/DE   | Unanimidade de Votos | 1º Lugar | BETTINA RUPP                       | 8,01  |

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ

RESOLUÇÃO Nº 43, DE 4 DE ABRIL DE 2017

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 17, Inciso XI, do Estatuto da UFRN, CONSIDERANDO a Resolução nº 108/2013-CONSEPE, de 02 de julho de 2013, publicada no Boletim de Serviço nº 125/2013, de 05 de julho de 2013; CONSIDERANDO a Resolução nº 108/2013-CONSEPE, de 02 de julho de 2013, publicada no Boletim de Serviço nº 125/2013, de 05 de julho de 2013; CONSIDERANDO os termos do Edital nº 006/2016-PROGESP, publicado no DOU nº 128, de 06 de julho de 2016; CONSIDERANDO o que consta no processo nº 23077.060874/2016-01, resolve:

Art. 1º. Homologar, à unanimidade de votos, o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor do Magistério Superior, Edital nº 006/2016-PROGESP, Classe Adjunto A, Regime de Trabalho de Dedicção Exclusiva - DE, área de Física Experimental em Grafeno, Nanotubos de Carbono e Materiais Correlatos, do Departamento de Física Teórica e Experimental - DFTE, do Centro de Ciências Exatas e da Terra - CCET, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

| MÉDIA                                |      |
|--------------------------------------|------|
| 1 º lugar: BRUNO RICARDO DE CARVALHO | 7,86 |

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS  
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 253, DE 4 DE ABRIL DE 2017

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.011991/2017-65 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Língua e Literatura Vernáculas - LLV/CCE, instituído pelo Edital nº 17/DDP/PRODEGESP/2017, de 09 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União nº 48, Seção 3, de 10/03/2017.

Área/Subárea de Conhecimento: Letras/Literatura e Língua Latina  
Áreas afins: Literatura Brasileira  
Regime de Trabalho: 20 (vinte horas semanais)  
Nº de Vagas: 01 (uma)

| Classificação | Candidato                        | Média Final |
|---------------|----------------------------------|-------------|
| 1º            | Luiz Henrique Milani Queriquelli | 9,32        |
| 2º            | Thais Fernandes                  | 9,15        |
| 3º            | Ana Ribeiro Grossi Araujo        | 8,54        |

PATRICIA CRISTIANA BELL

PORTARIA Nº 254, DE 4 DE ABRIL DE 2017

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.011379/2017-92 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Metodologia de Ensino - MEN/CED, instituído pelo Edital nº 17/DDP/PRODEGESP/2017, de 09 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União nº 48, Seção 3, de 10/03/2017.

Área/Subárea de Conhecimento: História, Ensino de História

Áreas afins: Educação  
Regime de Trabalho: 20 (vinte horas semanais)  
Nº de Vagas: 01 (uma)

| Classificação | Candidato                         | Média Final |
|---------------|-----------------------------------|-------------|
| 1º            | Thiago do Vale Pereira Livramento | 9,05        |
| 2º            | Soraia Carolina de Mello          | 8,61        |
| 3º            | André Procópio Gomes              | 8,11        |

PATRICIA CRISTIANA BELL

Ministério da Fazenda

SECRETARIA EXECUTIVA  
CÂMARA DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA  
COMPLEMENTAR - CRPC

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de Julgamentos dos recursos da 69ª Reunião Ordinária da Câmara de Recursos de Previdência Complementar - CRPC, a ser realizada em 19 de abril de 2017, às 9 horas na Esplanada dos Ministérios, Bloco "F", 9º andar, Brasília - DF.

1) Processo nº 44011.000304/2015-16, Auto de Infração nº 0018/15-52, Decisão nº 35/2016/Dicol/Previc, Recorrente: Ricardo Oliveira Azevedo, Procurador: Leonardo Pimentel Bueno - OAB/DF nº 22.403, Entidade: POSTALIS - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos, Relator designado: José Ricardo Sasseron/Ricardo Só de Castro.

2) Processo nº 44011.000591/2014-75, Auto de Infração nº 0014/14-11, Decisão nº 34/2016/Dicol/Previc, Recorrentes: Teresinha da Cunha Marra Pinheiro, Luciana Rodrigues Costa e Jânio Fábio Machado Lessa, Procuradores: Antonio Luiz Barbosa de Alencastro - OAB/DF nº 44.100 e Thiago de Carvalho Migliato - OAB/DF nº 36.009, Entidade: FUNTERRA - Fundação de Previdência Privada da Terracap, Relator designado: Maria Batista da Silva/Frederico Viana de Araujo.

3) Processo nº 44011.000313/2015-07, Embargos de Declaração referentes à Decisão de 31 de janeiro de 2017, publicada no D.O.U de 07 de fevereiro de 2017, Embargantes: Alexej Predtechensky, Adilson Florêncio da Costa, Ricardo Oliveira Azevedo, José Carlos Rodrigues Sousa e Mônica Christina Caldeira Nunes, Procurador: Leonardo Pimentel Bueno - OAB/DF nº 22.403, Entidade: POSTALIS - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos, Relator designado: Jarbas Antonio de Biagi/Elaine de Oliveira Castro.

4) Processo nº 44011.000164/2015-78, Embargos de Declaração referentes à Decisão de 31 de janeiro de 2017, publicada no D.O.U de 07 de fevereiro de 2017, Embargantes: Alexej Predtechensky, Adilson Florêncio da Costa, Ricardo Oliveira Azevedo, José Carlos Rodrigues Sousa e Mônica Christina Caldeira Nunes, Procurador: Leonardo Pimentel Bueno - OAB/DF nº 22.403, Entidade: POSTALIS - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos, Relator designado: Fernanda Mandarino Dornelas/Marcelo Sampaio Soares.

PAULO CESAR DOS SANTOS  
Presidente da Câmara

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DELIBERAÇÃO CVM Nº 764, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Estabelece critérios para dispensar as sociedades seguradoras, resseguradores, entidades abertas de previdência privada, entidades fechadas de previdência complementar e instituições financeiras do registro de administrador de carteira de valores mobiliários.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM, nos termos dos arts. 8º, incisos I e III, e 23 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e das Resoluções nº 3.792, de 24 de setembro de 2009; e 4.444, de 13 de novembro de 2015, do Conselho Monetário Nacional, torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 21 de março de 2017, considerando que:

- a Resolução CMN nº 3.792, de 2009, faculta às entidades fechadas de previdência complementar a constituição de fundos de investimento exclusivos;

- a Resolução CMN nº 4.444, de 2015, faculta às seguradoras, resseguradores e entidades abertas de previdência privada a constituição de fundos de investimento exclusivos;

- a Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014, admite a constituição de fundos de investimento exclusivos por instituições financeiras para a gestão de seus próprios recursos;

- ao gerirem tais fundos, as instituições citadas não estão desempenhando as atividades previstas no art. 23 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976; deliberou:

I - As sociedades seguradoras, resseguradores, entidades abertas de previdência privada, entidades fechadas de previdência complementar e instituições financeiras ficam dispensadas do registro de que trata o art. 23 da Lei nº 6.385, de 1976, quando:

a) administrem a carteira de fundos de investimento exclusivos; e

b) a própria seguradora, ressegurador, entidade aberta de previdência privada, entidade fechada de previdência complementar ou instituição financeira seja o único quotista do fundo cuja carteira administre.

II - fica revogada a Deliberação CVM nº 753, de 10 de junho de 2016; e

III - esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PABLO WALDEMAR RENTERIA

SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS  
CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 15.541, DE 31 DE MARÇO DE 2017

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 39 da Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, declara:

Cancelado na Comissão de Valores Mobiliários, para os efeitos do exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, a partir desta data, por solicitação do próprio, o registro do Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica  
LBC - AUDITORES INDEPENDENTES  
CNPJ: 42.360.339/0001-49

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO  
ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2015/11258

Acusado: Alexandre Souza de Azambuja  
Ementa: Não elaboração de demonstrações financeiras - Não manutenção atualizada da escrituração contábil da companhia - Não convocação e não realização de assembleia geral ordinária. Multas. Não divulgação de DFP. Absolvção.  
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, por unanimidade de votos, decidiu:

1. Considerando, para a dosimetria da pena, a condenação do acusado em diversos processos sancionadores julgados por esta Comissão, e, de outra parte, levando-se em consideração, em seu benefício, a reduzida base acionária da Companhia, APLICAR ao acusado Alexandre Souza de Azambuja:

1.1 Na qualidade de Diretor de Relações com Investidores, a penalidade de multa pecuniária no valor de R\$70.000,00, por não ter feito elaborar as demonstrações financeiras da Intellectual Services S.A. referentes ao exercício social findo em 31.12.2013, em infração ao disposto no art. 176 da Lei nº 6.404/76;

1.2 Ainda na qualidade de Diretor de Relações com Investidores, a penalidade de multa pecuniária no valor de R\$60.000,00, or não ter mantido atualizada a escrituração contábil da Companhia, em infração ao disposto no art. 21, II e V, da Instrução VM nº 480/2009; e

1.3 Na qualidade de membro do Conselho de Administração, a penalidade de multa pecuniária no valor de R\$70.000,00, por não ter convocado, nem realizado, a assembleia geral ordinária da Intellectual Services referente ao exercício social de 2013, m infração ao disposto no art. 132, combinado com o art. 142, IV, ambos da Lei nº 6.404/76.

Os acusados punidos terão um prazo de 30 dias, a contar do recebimento de comunicação da CVM, para interpor recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos dos artigos 37 e 38 da

Deliberação CVM nº 538/2008, prazo esse, ao qual, de acordo com a orientação fixada pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, poderá ser aplicado o disposto no art. 191 do Código de Processo Civil, que concede prazo em dobro para recorrer quando os litisconsórcios tiverem diferentes procuradores.

Com a entrada em vigor do Decreto nº 8.652/2016, as decisões absolutórias transitam em julgado na 1ª Instância, sem a interposição de recurso de ofício por parte da CVM.

Ausente o acusado, que não constituiu representante.

Presente a Procuradora-federal Luciana Silva Alves, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Pablo W. Renteria, Relator, Gustavo Tavares Borba, Henrique Balduino Machado Moreira, Roberto Tadeu Antunes Fernandes e o Presidente da CVM, Leonardo P. Gomes Pereira, que presidiu a Sessão.

Rio de Janeiro-RJ, 15 de dezembro de 2016.

PABLO W. RENTERIA

Diretor-Relator

LEONARDO P. GOMES PEREIRA

Presidente da Sessão de Julgamento

#### EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2015/8456

Acusados: Alexandre Souza de Azambuja

Gedeão do Nascimento

Marcelo Iesbick de Azambuja

Ementa:Não elaboração de demonstrações financeiras - Não manutenção atualizada da escrituração contábil da companhia - Não envio à CVM de DFPs - Não convocação e a não realização de assembleia geral ordinária. Absoluções e Multas.

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, por unanimidade de votos, decidiu:

1. Absolver os acusados Alexandre Souza de Azambuja e Gedeão do Nascimento da acusação de infração ao disposto no art. 21, IV, da Instrução CVM nº 480/2009.

2. Levando em consideração, para a dosimetria da pena, as condenações dos três acusados em outros processos administrativos sancionadores já julgados por esta Comissão, bem como, em benefício dos mesmos, a reduzida base acionária da Companhia:

2.1 Aplicar ao acusado Alexandre Souza de Azambuja:

2.1.1 Na qualidade de diretor-presidente e de relações com investidores, a penalidade de multa pecuniária no valor de R\$70.000,00, por não ter feito elaborar as demonstrações financeiras da Intercosmetic Holding S.A. referentes ao exercício social findo em 31.12.2013, em infração ao disposto no art. 176 da Lei nº 6.404/76;

2.1.2 Na qualidade de diretor-presidente e de relações com investidores, a penalidade de multa pecuniária no valor de R\$60.000,00, por não ter mantido atualizada a escrituração contábil da Companhia, o que ocasionou a entrega de modo incompleto do formulário de referência 2014 e do 3º ITR de 2013, bem como a não entrega dos ITRs de 2014, em infração ao disposto no art. 21, II e V, da Instrução CVM nº 480/2009;

2.1.3 Na qualidade de membro do conselho de administração da companhia, a penalidade de multa pecuniária no valor de R\$70.000,00, por não ter convocado, e nem realizado, a assembleia geral ordinária da Intercosmetic Holding referente ao exercício social de 2012, em infração ao disposto no art. 132, combinado com o art. 142, IV, ambos da Lei nº 6.404/76.

2.2 Aplicar ao acusado Gedeão do Nascimento:

2.2.1 Na qualidade de diretor vice-presidente da companhia, a penalidade de multa pecuniária no valor de R\$70.000,00, por não ter feito elaborar as demonstrações financeiras da Intercosmetic Holding referentes ao exercício social findo em 31.12.2013, em infração ao disposto no art. 176 da Lei nº 6.404/76; e

2.2.2 Ainda na qualidade de diretor vice-presidente, a penalidade de multa pecuniária no valor de R\$60.000,00, por ter mantido atualizada a escrituração contábil da companhia, o que ocasionou a entrega de modo incompleto do Formulário de Referência 2014 e do 3º ITR de 2013, bem como a não entrega dos ITRs de 2014, em infração ao disposto o art. 21, II e V, da Instrução CVM nº 480/2009.

2.3 Aplicar ao acusado Marcelo Iesbick de Azambuja:

2.3.1 Na qualidade de membro do conselho de administração, a penalidade de multa pecuniária no valor de R\$70.000,00, por não ter convocado, e nem realizado, a assembleia geral ordinária da companhia referente ao exercício social de 2013, em infração ao disposto no art. 132, combinado com o art. 142, IV, ambos da Lei nº 6.404/76.

Os acusados punidos terão um prazo de 30 dias, a contar do recebimento da comunicação da CVM, para interpor recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos dos artigos 37 e 38 da Deliberação CVM nº 538, de 05 de março de 2008, prazo esse, ao qual, de acordo com a orientação fixada pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, poderá ser aplicado o disposto no art. 191 do Código de Processo Civil, que concede prazo em dobro para recorrer quando os litisconsórcios tiverem diferentes procuradores.

Por força do disposto no Decreto nº 8.652/2016, as decisões absolutórias transitam em julgado na 1ª Instância, sem a interposição de recurso de ofício por parte da CVM.

Ausentes os acusados, sem representantes constituídos.

Presente a Procuradora-federal Luciana Silva Alves, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Pablo W. Renteria, Relator, Gustavo Tavares Borba, Roberto Tadeu Antunes Fernandes e o Presidente da CVM, Leonardo P. Gomes Pereira, que presidiu a Sessão.Ausente o Diretor Henrique Balduino Machado Moreira.

Rio de Janeiro-RJ, 13 de outubro de 2016.

PABLO W. RENTERIA

Diretor-Relator

LEONARDO P. GOMES PEREIRA

Presidente da Sessão de Julgamento

#### SUPERINTENDÊNCIA-GERAL SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

##### ATOS DECLARATÓRIOS DE 3 DE ABRIL DE 2017

Nº 15.557 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a MIRIAM AMERICANO SAINTIVE, CPF nº 012.184.598-24, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.558 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a WALLIM CRUZ DE VASCONCELLOS JUNIOR, CPF nº 544.718.267-00, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.559 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a PATRICK HIL-LEL DE PICCIOTTO, CPF nº 255.746.228-40, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.560 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a JOSE PIO BORGES DE CASTRO FILHO, CPF nº 203.879.387-53, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.561 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a LUIZ FRANCISCO ROGÉ FERREIRA, CPF nº 947.164.718-53, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.562 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a FÁBIO AUGUSTO GUIMARÃES FERREIRA DOS SANTOS, CPF nº 082.616.077-80, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no Art. 27 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Nº 15.563 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a GLOBAL EQUITY ADMINISTRADORA DE RECURSOS S/A, CNPJ nº 05.739.207, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.564 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a FERNANDA BAPTISTA PEREIRA FISCHETTI, CPF nº 295.165.968-78, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.565 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a LUIZ GIUNTINI FILHO, CPF nº 760.556.398-15, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.566 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a PAULO EDUARDO FRANÇOIS, CPF nº 063.814.208-39, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.567 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a PORTO CAPITAL GESTORA DE RECURSOS S.A., CNPJ nº 23.910.929, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.568 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a ORAMA GESTÃO DE RECURSOS LTDA., CNPJ nº 28.014.983, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.569 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a SDA GESTÃO DE RECURSOS LTDA., CNPJ nº 03.718.380, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.570 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a CHRISTOPHER DAVID MEYN, CPF nº 056.084.127-29, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

#### CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA SECRETARIA EXECUTIVA

##### ATO COTEPE/ICMS Nº 16, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a utilização da Versão 03 do Layout do Protocolo ECF 04/2001 nas transferências das informações de pagamentos realizadas por meio das Instituições de Pagamento inscritas ou não no SPB.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 12, XIII, do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, considerando o disposto na cláusula segunda do Protocolo ECF 04, de 25 de setembro de 2001, torna público:

Art. 1º A partir do mês de referência março de 2017, os arquivos eletrônicos contendo as informações relativas a todas as operações de crédito, de débito, ou similares, com ou sem transferência eletrônica de fundos, enviados por administradoras, facilitadores, arranjos e instituições de pagamentos, credenciadoras de cartão de crédito e de débito e as demais entidades similares, nos termos do Convênio ECF 01/10, sobre as operações realizadas com estabelecimentos inscritos no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, ou inscritos no Cadastro de Pessoa Física - CPF, ainda que não inscritas no cadastro de contribuintes do ICMS, deverão observar a versão 03 do Layout estabelecido no Manual de Orientação do Protocolo ECF 04/01, alterado pelo Protocolo ECF 02/2016.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de abril de 2017.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

##### ATO COTEPE/ICMS Nº 17, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Divulga o valor de referência da carga tributária do ICMS para o trigo em grão nacional, a farinha de trigo e a mistura de farinha de trigo, conforme prevê o §1º da cláusula quarta do Protocolo ICMS 46/00.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 12, XIII, do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, e com base no disposto nos §§ 1º e 2º da cláusula quarta do Protocolo ICMS 46/00, de 22 de dezembro de 2000, bem como nas informações encaminhadas pelas unidades da Federação signatárias do mencionado protocolo, divulga nos termos das tabelas abaixo, o valor de referência do ICMS para o trigo em grão nacional, a farinha de trigo e a mistura de farinha de trigo, com aplicação a partir do dia 1º de abril de 2017:

Art. 1º Na aquisição de trigo em grão nacional, procedente de Estado não signatário do Protocolo ICMS 46/00, conforme § 1º da cláusula quarta, o valor de referência será o constante na tabela 1.

Tabela 1 - Trigo em grão com origem em Estado não Signatário do Protocolo ICMS 46/00



| Tipo              | Unidade | Peso/Embalagem | Valor de Referência do ICMS |
|-------------------|---------|----------------|-----------------------------|
| Trigo Panificável | kg      | 1.000          | 300,61                      |
| Trigo Brando      |         |                | 282,42                      |

§ 1º Para se obter o valor do imposto a recolher, deve-se excluir do valor da operação o ICMS destacado e o ICMS do frete (FOB), aplicar o percentual de 40% e comparar com o valor de referência da tabela 1, prevalecendo, como imposto devido, o de maior valor;  
§ 2º Após definido o valor do ICMS da operação, abater o crédito de origem, se for o caso;  
§ 3º Na falta de descrição do tipo de trigo em grão nacional na nota fiscal, será considerado, para esse trigo em grão, valor de referência do Trigo Panificável.  
Art. 2º Na aquisição de farinha de trigo e mistura de farinha de trigo procedente do exterior ou de Estado não signatário do Protocolo ICMS 46/00, conforme § 1º da cláusula quarta, o valor de referência será o constante na tabela 2.  
Tabela 2 - Farinha de trigo com origem no Exterior ou em Estado não Signatária do Protocolo ICMS 46/00

| Tipo                  | Unidade | Peso/Embalagem | Valor de Referência do ICMS |
|-----------------------|---------|----------------|-----------------------------|
| Especial              | kg      | 50             | 25,72                       |
|                       |         | 25             | 12,86                       |
|                       |         | 5              | 2,57                        |
| Comum                 | kg      | 50             | 21,45                       |
|                       |         | 25             | 10,73                       |
|                       |         | 5              | 2,14                        |
| Pré-mistura/mistura   | kg      | 50             | 26,99                       |
|                       |         | 25             | 13,49                       |
| Doméstica Especial    | kg      | 10             | 5,11                        |
| Doméstica c/ Fermento | kg      | 10             | 5,49                        |

§ 1º Para se obter o valor do imposto a recolher, deve-se excluir do valor da operação o ICMS destacado e o ICMS do frete (FOB), aplicar o percentual de 36,36% e comparar com o valor de referência da tabela 2, prevalecendo, como imposto devido, o de maior valor;  
§ 2º Após definido o valor do ICMS da operação, abater o crédito de origem, se for o caso.  
Art. 3º Na aquisição de farinha de trigo de contribuinte que não seja filial de indústria moageira de trigo em grão, com origem em estado signatário do Protocolo ICMS 46/00, conforme cláusula nona, o ICMS a ser repassado para o Estado destinatário será o constante da tabela 3.  
Tabela 3 - Farinha de trigo com origem em Estado Signatário do Protocolo ICMS 46/00

| Tipo  | Unidade | Peso/Embalagem | Valor de Referência | ICMS a ser Repassado (60% do Valor de Referência) |
|-------|---------|----------------|---------------------|---------------------------------------------------|
| Todos | kg      | 5              | 2,24                | 1,35                                              |
|       |         | 10             | 4,53                | 2,72                                              |
|       |         | 25             | 11,34               | 6,81                                              |
|       |         | 50             | 22,42               | 13,45                                             |

Art. 4º Em relação às embalagens distintas das previstas neste Ato, os valores serão determinados de forma proporcional.  
Art. 5º Fica revogado o Ato COTEPE 51/14, de 11 de novembro de 2014.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

ATO COTEPE/ICMS Nº 20, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Altera o Anexo II do Ato COTEPE/ICMS 26/16, que divulga a relação dos contribuintes credenciados para fins do disposto no § 1º da cláusula segunda-A do Protocolo ICMS 55/13.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 12, XIII, do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, com base no § 1º da cláusula segunda-A do Protocolo ICMS 55/13, de 22 de maio de 2013, torna público:

Art. 1º O anexo II do Ato COTEPE/ICMS 26/16, de 27 de outubro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

ANEXO II

ESPÍRITO SANTO

| ITEM | RAZÃO SOCIAL                                             | CNPJ               |
|------|----------------------------------------------------------|--------------------|
| 1    | OLAM AGRÍCOLA LTDA.                                      | 07.028.528/0015-13 |
| 2    | UNICAFE COMPANHIA DE COMÉRCIO EXTERIOR                   | 28.154.680/0001-17 |
| 3    | NICCHIO SOBRINHO CAFE S/A.                               | 27.487.131/0001-00 |
| 4    | COOPEAVI - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CENTRO SERRANA       | 27.942.085/0037-94 |
| 5    | COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DA REGIÃO DE LAGINHA LTDA. | 21.025.069/0001-11 |
| 6    | NICCHIO CAFE S/A. EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO                | 28.127.579/0001-77 |
| 7    | BTG PACTUAL COMMODITIES S/A.                             | 14.796.754/0008-80 |
| 8    | ED&F MAN VOLCAFE LTDA.                                   | 33.729.690/0003-35 |
| 9    | COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DO SUL DO ESTADO DO ES     | 02.983.209/0001-48 |
| 10   | LOUIS DREYFUS COMPANY S/A.                               | 47.067.525/0185-89 |
| 11   | BLEDCOFFE COMÉRCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.         | 13.527.082/0001-79 |

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RETIFICAÇÃO

No Ato COTEPE/ICMS 04/17, de 31 de janeiro de 2017, publicado no DOU de 1 de fevereiro de 2017, seção 1, páginas 47 a 65. Onde se lê: "...RIO DE JANEIRO..."

|                                                                               |
|-------------------------------------------------------------------------------|
| TAM LINHAS AÉREAS S/A<br>CNPJ: 02.012.862/0024-56...                          |
| TURBOMECA DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.<br>CNPJ: 48.090.120/0001-53... |

Leia-se: "...RIO DE JANEIRO..."

|                                                                                                                                                                                                   |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| TAM LINHAS AÉREAS S/A<br>CNPJ: 02.012.862/0024-56...                                                                                                                                              |
| TAP MANUTENÇÃO E ENGENHARIA BRASIL S/A<br>CNPJ: 04.775.827/0001-28 I.E.: 77.316.108<br>ESTRADA DAS CANARIAS, 1862 - PRÉDIO 2 - BLOCO C - ILHA DO GOVERNADOR<br>CEP: 21941-480 Rio de Janeiro (RJ) |
| TURBOMECA DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.<br>CNPJ: 48.090.120/0001-53...                                                                                                                     |

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO Nº 3, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso da competência legal que lhe foi conferida nos termos do inciso II do art. 19 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e do art. 5º do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997, tendo em vista a aprovação do Parecer PGFN/CR/Nº 1342/2016, desta Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, conforme despacho publicado no DOU de 03 de abril de 2017,

DECLARA que, fica autorizada a dispensa de apresentação de contestação, de interposição de recursos e a desistência dos já interpostos, desde que inexistia outro fundamento relevante:  
"nas ações judiciais fundadas no entendimento de que as empresas que realizam arrendamento mercantil são equiparadas às instituições financeiras para os fins da redução da alíquota a zero na CPMF, na forma do inciso III, do art. 8º da Lei nº 9.311/96, de 24 de outubro de 1996, estendendo-se às demais operações por elas realizadas para a consecução do seu objeto social (arrendamento mercantil), desde que previstas no ato do Ministro da Fazenda (Portarias Nº 06/97, 134/99, 227/02 e 244/2004".

JURISPRUDÊNCIA: REsp 826075-SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/02/2007, DJ 11/06/2007; REsp 988778-SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/05/2009, DJe 03/06/2009, REsp 1066897-RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/09/2008, DJe 17/10/2008; MC 14220-SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/08/2008, DJe 27/08/2008; RESp 900527-SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/05/2008, DJe 10/06/2008.

FABRÍCIO DA SOLLER

PORTARIA Nº 410, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O Procurador-Geral da Fazenda Nacional, no uso da atribuição conferida pelo art. 14 do Decreto nº 89.309, de 18 de janeiro de 1984, resolve:

Delegar competência ao Procurador da Fazenda Nacional ANTÔNIO BERNARDINO CARVALHO RIBEIRO para, nos termos do art. 5º do Decreto nº 89.309, de 18 de janeiro de 1984, representar a União na assembleia geral ordinária da EMBRAER S.A., a ser realizada no dia 12 de abril corrente, podendo, para esse fim, praticar todos os atos necessários, na forma da legislação em vigor.

FABRÍCIO DA SOLLER

PORTARIA Nº 411, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O Procurador-Geral da Fazenda Nacional, no uso da atribuição conferida pelo art. 14 do Decreto nº 89.309, de 18 de janeiro de 1984, resolve:

Delegar competência ao Procurador da Fazenda Nacional JOSÉ ROBERTO MARQUES COUTO para, nos termos do art. 5º do Decreto nº 89.309, de 18 de janeiro de 1984, representar a União nas assembleias gerais ordinária e extraordinária da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A., a serem realizadas no dia 20 de abril corrente, podendo, para esse fim, praticar todos os atos necessários, na forma da legislação em vigor.

FABRÍCIO DA SOLLER

PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 4ª REGIÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de maio de 2006.

O PROCURADOR REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, e nos arts. 6º a 13º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 2006, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido ao Procurador-Regional da Fazenda Nacional na 4ª Região.

Parágrafo único. O recurso administrativo deverá ser protocolado na sede da Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 4ª Região, localizada na Av. Loureiro da Silva, nº 445, andar térreo, Setor de Atendimento ao Público da Procuradoria Regional da fazenda Nacional.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL DIAS DEGANI

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas jurídicas excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex). Dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas ou com recolhimento parcial.

| NOME                       | CNPJ               | PROCESSO ADMINISTRATIVO |
|----------------------------|--------------------|-------------------------|
| IRMÃOS GARRA-FIELO LTDA ME | 02.416.373/0001-73 | 10145.001927/2012-18    |
| POUSADA DA PRAIA S/A       | 89.369.672/0001-82 | 10145.001927/2012-18    |

**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL**  
**SUBSECRETARIA DE ADUANA**  
**E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**COORDENAÇÃO-GERAL**  
**DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA**  
**CENTRO DE CLASSIFICAÇÃO FISCAL DE MERCADORIAS**

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 53, DE 22 DE MARÇO DE 2017**

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias  
EMENTA: Código NCM/SH: 1901.10.90 Preparação alimentícia à base de leite modificado nutricionalmente pela adição de vitaminas, minerais e outros nutrientes, para atender às necessidades nutricionais de lactentes saudáveis, contendo leite parcialmente desnatado, pó, lactose, óleo de girassol, óleo de colza, óleo de coco, óleo de palma, maltodextrina, proteína do soro de leite, galactooligosacarídeo, frutooligosacarídeo, óleo de peixe, cálcio, vitamina C, ferro, inositol, zinco, vitamina E, colina, carnitina, cobre, ácido pantotênico, niacina, vitamina A, vitamina B1, vitamina B6, manganês, vitamina B2, potássio, ácido fólico, selênio, vitamina K, vitamina D, biotina e aromatizante, apresentada em embalagem de lata de 400 g.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Nota 9 da Seção XI e texto da posição 54.07) e RGI 6 (texto da subposição 5407.30) da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO  
Presidente da 5ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 63, DE 24 DE MARÇO DE 2017**

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias  
EMENTA: Código NCM/SH: 1901.10.90 Preparação alimentícia à base de leite modificado nutricionalmente pela adição de vitaminas, minerais e outros nutrientes, para atender às necessidades nutricionais de lactentes saudáveis, contendo leite desnatado em pó, lactose, soro protéico concentrado, maltodextrina, óleos vegetais (girassol, canola, palma, coco), carbonato de cálcio, vitamina C, cloreto de colina, sulfato de ferro, sulfato de zinco, vitamina A, nicotinamida, gloconato de cobre, pantotenato de cálcio, vitamina E, vitamina B1, vitamina B6, sulfato de manganês, ácido fólico, iodeto de potássio, vitamina B2, vitamina K, selenito de sódio, vitamina D e biotina e apresentada em embalagem de lata de 400 g.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 19.01), RGI 6 (texto da subposição 1901.10) e RGC 1 (texto do item 1901.10.90) da NCM/SH constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, com alterações posteriores, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, com alterações posteriores, e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 807, de 2008, com alterações posteriores.

ÁLVARO AUGUSTO DE VASCONCELOS  
LEITE RIBEIRO  
Presidente da 1ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 64, DE 28 DE MARÇO DE 2017**

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias  
EMENTA: Código NCM/SH: 1901.10.90 Preparação alimentícia à base de leite modificado nutricionalmente pela adição de vitaminas, minerais e outros nutrientes, para atender às necessidades nutricionais de lactentes, com desconfortos gastrointestinais como cólicas e constipação, contendo concentrado proteico e hidrolisado de leite, óleos vegetais (óleo de palma, óleo de canola, óleo de coco e de girassol), xarope de glicose, amido, galactooligosacarídeos, lactose, frutooligosacarídeos, dihidrogênio fosfato de potássio, cloreto de cálcio, óleo de Mortierella alpina, óleo de peixe, cloreto de sódio, L-tirosina, cloreto de colina, ácido L-ascórbico, taurina, L-ascorbato de sódio, inositol, sulfato ferroso, sulfato de zinco, sal dissódico de uridina 5-monofosfato, citidina 5-monofosfato, acetato de DL-alfa tocoferila, adenosina 5-monofosfato, citidina 5-monofosfato, acetato de DL-alfa tocoferila, adenosina 5-monofosfato, sal dissódico de inosina 5-mpnpfspfato, L-carnitina, nicotinamida, sal dissódico de guanosina 5-monofosfato, D-pantotenato de cálcio, D-biotina, ácido N-pteroil-L-glutâmico, sulfato de cobre, palmitato de retinila, DL-alfa tocoferol, riboflavina, cloridrato de cloreto de tiamina, colecalciferol, cloridrato de piridoxina, sulfato de manganês, iodeto de potássio, fitomenadiona, selenito de sódio e emulsificante lecitina de soja, apresentada em embalagem de lata de 400 g ou de 800 g.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 19.01), RGI 6 (texto da subposição 1901.10) e RGC 1 (texto do item 1901.10.90) da NCM/SH constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, com alterações posteriores, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, com alterações posteriores, e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 807, de 2008, com alterações posteriores.

ÁLVARO AUGUSTO DE VASCONCELOS  
LEITE RIBEIRO  
Presidente da 1ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 65, DE 27 DE MARÇO DE 2017**

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias  
EMENTA: Código NCM/SH: 1901.10.90 Preparação alimentícia à base de leite modificado nutricionalmente pela adição de vitaminas, minerais e outros nutrientes, para atender às necessidades nutricionais de lactentes saudáveis, contendo leite parcialmente desnatado, pó, lactose, óleo de girassol, óleo de colza, óleo de coco, óleo de palma, maltodextrina, proteína do soro de leite, galactooligosacarídeo, frutooligosacarídeo, óleo de peixe, cálcio, vitamina C, ferro, inositol, zinco, vitamina E, colina, carnitina, cobre, ácido pantotênico, niacina, vitamina A, vitamina B1, vitamina B6, manganês, vitamina B2, potássio, ácido fólico, selênio, vitamina K, vitamina D, biotina e aromatizante, apresentada em embalagem de lata de 400 g.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 19.01), RGI 6 (texto da subposição 1901.10) e RGC 1 (texto do item 1901.10.90) da NCM/SH constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, com alterações posteriores, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, com alterações posteriores, e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 807, de 2008, com alterações posteriores.

ÁLVARO AUGUSTO DE VASCONCELOS  
LEITE RIBEIRO  
Presidente da 1ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 66, DE 27 DE MARÇO DE 2017**

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias  
EMENTA: Código NCM/SH: 1901.10.90 Preparação alimentícia à base de proteína extensamente hidrolisada do soro de leite, modificado nutricionalmente pela adição de vitaminas, minerais e outros nutrientes, para atender às necessidades nutricionais de lactentes com necessidades dietoterápicas específicas, em decorrência de alergia ao leite de vaca (ALV), contendo proteína extensamente hidrolisada de soro de leite, maltodextrina, óleos vegetais (palma, canola, coco, girassol), fibras alimentares (galactooligosacarídeos e frutooligosacarídeos), fosfato tricálcico, cloreto de potássio, óleo de peixe, cloreto de magnésio, citrato trissódico, óleo de Mortierella alpina, carbonato de cálcio, cloreto de colina, vitamina C, taurina, sulfato terroso, inositol, sulfato de zinco, nucleotídeos (uridina, citidina, adenosina, inosina, guanosina), vitamina E, L-carnitina, niacina, ácido pantotênico, biotina, sulfato de cobre, ácido fólico, vitamina A, vitamina B12, vitamina B1, vitamina B2, vitamina D, vitamina B6; sulfato de manganês, iodeto de potássio, vitamina K, selenito de sódio, emulsificante ésteres de ácido cítrico e mono e diglicerídeos, apresentada em embalagem de lata de 400 g ou de 800 g.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 19.01), RGI 6 (texto da subposição 1901.10) e RGC 1 (texto do item 1901.10.90) da NCM/SH constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, com alterações posteriores, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, com alterações posteriores, e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 807, de 2008, com alterações posteriores.

ÁLVARO AUGUSTO DE VASCONCELOS  
LEITE RIBEIRO  
Presidente da 1ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 69, DE 27 DE MARÇO DE 2017**

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias  
EMENTA: Código NCM/SH: 1901.10.90 Preparação alimentícia à base de leite modificado nutricionalmente para atender às necessidades nutricionais de lactentes saudáveis a partir do décimo mês de idade, contendo leite em pó parcialmente desnatado, lactose, óleos vegetais, maltodextrina, proteína do soro do leite, galactooligosacarídeos (GOS), fruto-oligosacarídeos (FOS), carbonato de cálcio, óleo de peixe, óleo de Mortierella alpina, ácido L-ascórbico, L-ascorbato de sódio, caseinato de cálcio, sulfato ferroso, mio-inositol, sulfato de zinco, DL-alfa tocoferol, fosfato de potássio dibásico, cloreto de colina, L-carnitina, gluconato cúprico, fosfato de cálcio tribásico, D-pantotenato de cálcio, palmitato de ascorbila, nicotinamida, palmitato de retinila, acetato de DL-alfa-tocoferila, riboflavina, cloridrato de cloreto de tiamina, cloridrato de piridoxina, sulfato de manganês, iodato de potássio, ácido N-pteroil-L-glutâmico, selenito de sódio, fitomenadiona, colecalciferol, D-biotina, antioxidante mistura concentrada de tocoferóis e emulsificantes: lecitina e mono e diglicerídeos de ácidos graxos e apresentada em embalagem de lata de 400g e de 800g.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 19.01), RGI 6 (texto da subposição 1901.10) e RGC 1 (texto do item 1901.10.90) da NCM/SH constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, com alterações posteriores, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, com alterações posteriores, e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 807, de 2008, com alterações posteriores.

ÁLVARO AUGUSTO DE VASCONCELOS  
LEITE RIBEIRO  
Presidente da 1ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 71, DE 31 DE MARÇO DE 2017**

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias  
EMENTA: Código NCM: 9504.50.00 Ex 01 Tipi Mercadoria: Controlador com fio principalmente utilizado em console de jogos de vídeo específico, contendo duas alavancas analógicas, um direcional digital de quatro vias e onze botões.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos da Nota 3 do Capítulo 95 e da posição 95.04), 6 (textos da Nota 3 do Capítulo 95, da Nota de subposição 1 a) do Capítulo 95 e da subposição de 9504.50.00) e RGC/TIPI (texto do Ex 01) da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e em subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Nesh), aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 11 de janeiro de 2008, e alterações posteriores

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA  
Presidente da 3ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 72, DE 31 DE MARÇO DE 2017**

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias  
EMENTA: Código NCM: 9504.50.00 Ex 01 Tipi Mercadoria: Controlador auxiliar com fio para conectar ao controlador principal, exclusivamente utilizado em console de jogos de vídeo específico, em formato de bastão, contendo sensores de movimento, uma alavanca analógica e dois botões.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos da Nota 3 do Capítulo 95 e da posição 95.04), 6 (textos da Nota 3 do Capítulo 95, da Nota de subposição 1 a) do Capítulo 95 e da subposição de 9504.50.00) e RGC/TIPI (texto do Ex 01) da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e em subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Nesh), aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 11 de janeiro de 2008, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA  
Presidente da 3ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 73, DE 31 DE MARÇO DE 2017**

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias  
EMENTA: Código NCM: 9405.10.93 Mercadoria: Luminária de embutir, redonda, em alumínio, direcionável, provida de lâmpada de diodos emissores de luz com potência de 6W e fonte de tensão de 100V a 240V, medindo 90 mm de diâmetro e 65mm de altura, para iluminação e decoração de ambiente interno, própria para ser fixada no teto, comercialmente denominada "Spot LED".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 94.05), RGI 6 (texto da subposição de 1º nível fechada 9405.10) e RGC 1 (textos do item 9405.10.9 e do subitem 9405.10.93) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016; e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 11 de janeiro de 2008, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA  
Presidente da 3ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 74, DE 31 DE MARÇO DE 2017**

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias  
EMENTA: Código NCM: 9508.90.90 Mercadoria: Equipamento de parques de diversões, comercialmente conhecido como carrossel, com diâmetro de 1,40 m e altura de 2,60 m, contendo 3 cavalos, operado na rede elétrica e acionado a partir de fichas.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 95.08) e 6 (texto da subposição 9508.90) e RGC-1 (texto do item 9508.90.90) da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e em subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Nesh), aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 11 de janeiro de 2008, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA  
Presidente da 3ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 75, DE 31 DE MARÇO DE 2017**

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias  
EMENTA: Código NCM 8517.62.77 Mercadoria: Dispositivo à bateria, na forma de um relógio de pulso, denominado comercialmente "smart watch", que incorpora uma tela retina OLED ("diodo emissor de luz orgânico"), com single touch, vidro de íon X (reforçado), de 272 x 340 pixels (38 mm) ou de 312 x 390 pixels (42 mm); processador dual core; memória RAM de 512 MB; memória flash de 8 GB; microfone; alto-falante; motor de vibração; acelerômetro; giroscópio; sensor de batimento cardíaco e transceptor de rádio Wi-Fi, NFC e Bluetooth, com taxa de transmissão de 54 Mbp/s e frequência de operação de 2,4 GHz. O transceptor de rádio permite que o dispositivo se comunique com telefones celulares compatíveis por meio de rede sem fio (Wi-Fi, NFC e Bluetooth). O dispositivo executa as seguintes funções independentemente de qualquer outro dispositivo: monitoramento de treinos e de metas de atividades; me-



dição de frequências cardíacas; exibição da hora e demais informações incorporadas no módulo relógio; reprodução de músicas já sincronizadas; exibição de fotos já sincronizadas; realização de compras.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 85.17), RGI 3 (b), RGI 6 (texto das subposições 8517.6 e 8517.62) e RGC 1 (textos do item 8517.62.7 e do subitem 8517.62.77) da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA  
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 76, DE 31 DE MARÇO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias  
EMENTA: Código NCM 8418.50.90 Mercadoria: Refrigerador vertical, com capacidade de 326 litros, com prateleiras, gavetas, porta de vidro transparente incolor, registrador gráfico, canais de refrigeração, motor, evaporador, compressor e painel eletrônico, cuja temperatura interna de operação varia de 1°C a 8 °C, concebido especialmente para conservação e exposição de amostras biológicas e reagentes em ambiente médico, hospitalar e laboratorial. Código

NCM 8418.69.99 Mercadoria: Refrigerador vertical, com capacidade de 326 litros, com prateleiras, gavetas, porta opaca (que não permite a visualização de seu interior), registrador gráfico, canais de refrigeração, motor, evaporador, compressor e painel eletrônico, cuja temperatura interna de operação varia de 1°C a 8 °C, concebido especialmente para conservação de amostras biológicas e reagentes em ambiente médico, hospitalar e ambulatorial.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 84.18), RGI 6 (textos das subposições 8418.50, 8418.6 e 8418.69) e RGC 1 (textos dos itens 8418.50.90 e 8418.69.9 e do subitem 8418.69.99) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA  
Presidente da 3ª Turma

COORDENAÇÃO NACIONAL DO CENTRO DE CERTIFICAÇÃO E MONITORAMENTO DOS OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 29 DE MARÇO DE 2017

Certifica como Operador Econômico Autorizado a pessoa física que especifica.

O COORDENADOR NACIONAL DO CENTRO DE CERTIFICAÇÃO E MONITORAMENTO DOS OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS, da COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA, instituído por meio da Portaria RFB nº 45, de 8 de janeiro de 2015, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dôssie nº 10010.001556/0716-65, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-CONFORMIDADE NÍVEL 1, o Despachante Aduaneiro GELSON GUEDES DE MOURA, CPF: 922.712.430-68.

Art. 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FABIANO QUEIROZ DINIZ

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 3 DE ABRIL DE 2017

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa Souza Cruz S.A., CNPJ 33.009.911/0018-87.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10675.720341/2017-72, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Souza Cruz S.A., CNPJ 33.009.911/0018-87, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

|                                                                      |                                                         |                                      |
|----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|--------------------------------------|
| 1) País de Origem                                                    | Cuba                                                    |                                      |
| 2) Marca Comercial                                                   | 3) Preço de Venda a Varejo                              | 4) Quantidade autorizada de vintenas |
| 2.1) Plaza Gold KS                                                   | 3.1) R\$ 7,25 / vintena                                 | 4.1) 1.440.000                       |
| 5) Cigarro                                                           | King Size 83mm                                          |                                      |
| 6) Embalagem                                                         | Maço                                                    |                                      |
| 7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle | R\$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho                      |                                      |
| 8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle             | Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia/MG |                                      |

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO VILELA CAMPOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 3 DE ABRIL DE 2017

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa Souza Cruz S.A., CNPJ 33.009.911/0018-87.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10675.720466/2017-01, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Souza Cruz S.A., CNPJ 33.009.911/0018-87, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

|                                                                      |                                                         |                                      |
|----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|--------------------------------------|
| 1) País de Origem                                                    | Chile                                                   |                                      |
| 2) Marca Comercial                                                   | 3) Preço de Venda a Varejo                              | 4) Quantidade autorizada de vintenas |
| 2.1) Dunhill Fine Cut Of London Flow Filter                          | 3.1) R\$ 9,50 / vintena                                 | 4.1) 720.000                         |
| 5) Cigarro                                                           | Fine Cut 94mm                                           |                                      |
| 6) Embalagem                                                         | Box                                                     |                                      |
| 7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle | R\$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho                      |                                      |
| 8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle             | Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia/MG |                                      |

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO VILELA CAMPOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 3 DE ABRIL DE 2017

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa Souza Cruz S.A., CNPJ 33.009.911/0018-87.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10675.720549/2017-91, DECLARA:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Souza Cruz S.A., CNPJ 33.009.911/0018-87, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

|                                                                      |                                                         |                                      |
|----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|--------------------------------------|
| 1) País de Origem                                                    | Rússia                                                  |                                      |
| 2) Marca Comercial                                                   | 3) Preço de Venda a Varejo                              | 4) Quantidade autorizada de vintenas |
| 2.1) Kent HDI Blue                                                   | 3.1) R\$ 8,00 / vintena                                 | 4.1) 360.000                         |
| 5) Cigarro                                                           | Demi Slims 83mm                                         |                                      |
| 6) Embalagem                                                         | Box                                                     |                                      |
| 7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle | R\$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho                      |                                      |
| 8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle             | Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia/MG |                                      |

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO VILELA CAMPOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 3 DE ABRIL DE 2017

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa Souza Cruz S.A., CNPJ 33.009.911/0018-87.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10675.720553/2017-50, DECLARA:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Souza Cruz S.A., CNPJ 33.009.911/0018-87, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

|                                                                      |                                                         |                                      |
|----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|--------------------------------------|
| 1) País de Origem                                                    | Romênia                                                 |                                      |
| 2) Marca Comercial                                                   | 3) Preço de Venda a Varejo                              | 4) Quantidade autorizada de vintenas |
| 2.1) Kent Switch                                                     | 3.1) R\$ 8,25 / vintena                                 | 4.1) 360.000                         |
| 5) Cigarro                                                           | Demi Slims 90mm                                         |                                      |
| 6) Embalagem                                                         | Box                                                     |                                      |
| 7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle | R\$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho                      |                                      |
| 8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle             | Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia/MG |                                      |

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO VILELA CAMPOS

## RETIFICAÇÃO

No art. 1º do Ato Declaratório Executivo Cofis nº 13, de 8 de fevereiro de 2017, publicado na Edição do Diário Oficial da União (DOU) nº 29, de 9 de fevereiro de 2017, Seção 1, página 35, Onde se lê: "... Importador no Exterior: Companhia Industrial de Tabacos S.A. ...", Leia-se: "...Importador no Exterior: Companhia Industrial de Tabacos S.A. ..."; e Onde se lê: ".... Empresa de destino dos produtos: Companhia Industrial de Tabacos S.A....", Leia-se: "... Empresa de destino dos produtos: Companhia Industrial de Tabacos S.A, sediada em Avenida Chacaltaya, nº 2.141 - Achachicala, La Paz, Bolívia....".

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

## SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 18, DE 27 DE MARÇO DE 2017

Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF  
EMENTA: LICENÇA DE COMERCIALIZAÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE SOFTWARE, PAGAMENTO, CRÉDITO, ENTREGA, EMPREGO OU REMESSA PARA O EXTERIOR. ROYALTIES. TRIBUTAÇÃO.

As importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas a residente ou domiciliado no exterior em contraprestação pelo direito de comercialização ou distribuição de software, para revenda a consumidor final, o qual receberá uma licença de uso do software, enquadram-se no conceito de royalties e estão sujeitas à incidência de Imposto sobre a Renda na Fonte (IRRF) à alíquota de 15% (quinze por cento).

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA QUE REFORMA A SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 27, DE 30 DE MAIO DE 2008.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Arts.1º e 2º da Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998; art. 7º, inciso XII, da Lei nº 9.610, de 2 de fevereiro de 1998; art. 710 do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

FERNANDO MOMBELLI  
Coordenador-Geral da Cosit

## SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 194, DE 28 DE MARÇO DE 2017

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: COFINS-IMPORTAÇÃO. ALÍQUOTA ZERO. APLICAÇÃO DO ADICIONAL DE ALÍQUOTA DE 1%.

O adicional da Cofins-Importação deve ser aplicado nas importações dos produtos listados nos artigos 1º e 2º do Decreto nº 6.426, de 2008, realizadas a partir de 1º de agosto de 2013, pois a redução a zero da alíquota da citada contribuição implementada pelo Decreto foi autorizada diretamente pelo art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, em seu § 11.

O pagamento do adicional da Cofins-Importação de que trata o § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, não gera para seu sujeito passivo, em qualquer hipótese, direito de apuração de crédito da Cofins.

Vinculada ao Parecer Normativo Cosit nº 10, de 2014, publicado no DOU de 21 de novembro de 2014.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.865, de 2004, arts. 1º e 8º; Decreto nº 6.426, de 2008, arts. 1º e 2º.

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

EMENTA: CESSAÇÃO DE EFEITOS DA CONSULTA.

Os efeitos produzidos pela consulta cessarão após 30 (trinta) dias da data de publicação na Imprensa Oficial, posteriormente à apresentação da consulta e antes de sua solução, de ato normativo que discipline a matéria consultada.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, § 4º.

FERNANDO MOMBELLI  
Coordenador-Geral

## SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 195, DE 28 DE MARÇO DE 2017

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: ROYALTIES. ARRENDAMENTO DE JAZIDA MINERAL. CRÉDITO DA NÃO CUMULATIVIDADE. IMPOSSIBILIDADE.

É vedada a apuração de créditos da não cumulatividade da Contribuição para o PIS/Pasep em relação a dispêndios com contraprestação por arrendamento de jazida mineral, por falta de previsão legal.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 4.506, de 1964; art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002; e arts. 66 e 67 da IN SRF nº 247, de 2002.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: ROYALTIES. ARRENDAMENTO DE JAZIDA MINERAL. CRÉDITO DA NÃO CUMULATIVIDADE. IMPOSSIBILIDADE.

É vedada a apuração de créditos da não cumulatividade da Cofins em relação a dispêndios com contraprestação por arrendamento de jazida mineral, por falta de previsão legal.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 4.506, de 1964; Art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003; Lei nº 10.865, de 2004; e IN SRF nº 404, de 2004.

FERNANDO MOMBELLI  
Coordenador-Geral

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL  
DA 1ª REGIÃO FISCAL  
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
EM BRASÍLIA

## ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 3 DE ABRIL DE 2017

Declara excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional a pessoa jurídica que menciona.

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III, art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no artigo 75 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, e o que consta no Processo Administrativo de nº 12539.720248/2016-77, declara:

Art. 1º EXCLUÍDA de ofício do SIMPLES NACIONAL a pessoa jurídica NIKKOR LENS COMERCIO DE ELETRÔNICOS LTDA - EPP, CNPJ nº 21.181.106/0001-09, em razão do disposto no inciso VII, art. 29, da Lei Complementar nº 123/2006.

Art. 2º A exclusão tem efeitos a partir de 01/07/2016, ficando a empresa impedida de optar pelo regime simplificado nos 3 (três) anos-calendário seguintes, consoante o previsto no § 1º, art. 29, da Lei Complementar nº 123/2006.

Art. 3º A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa, é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste Ato, manifestar por escrito sua inconformidade com relação à exclusão, nos termos do art. 15 do Decreto nº 70.235/1972 e do art. 39 da Lei Complementar nº 123/2006.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput, a exclusão tornar-se-á definitiva

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BÁRBARA CRISTINA COSTA DE OLIVEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
EM PALMASATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4,  
DE 31 DE MARÇO DE 2017

Declara nula a inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 09.025.894/0001-49.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS/TO, no uso das atribuições previstas no art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no art.33 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, e considerando o que consta do processo administrativo 10746.720680/2015-14, declara:

Art. 1º. NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 09.025.894/0001-49, em razão de ter sido atribuída inscrição no CNPJ a estabelecimento filial não enquadrado nas disposições previstas nos arts. 3º e 4º da IN RFB nº 1.634/2016.

Art. 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 28/08/2007, data de inscrição do cadastro, de acordo com o disposto no §2º do art. 33 da IN/RFB nº 1.470/2014.

JOSÉ MÁRCIO BITTES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5,  
DE 31 DE MARÇO DE 2017

Declara nula a inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 00.514.628/0001-05.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS/TO, no uso das atribuições previstas no art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no art.33 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, e considerando o que consta do processo administrativo 11844.720048/2016-06, declara:

Art. 1º. NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 00.514.628/0001-05, em razão de ter sido atribuída mais de um número de inscrição no CNPJ para o mesmo estabelecimento.

Art. 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 21/02/1995, data de inscrição do cadastro, de acordo com o disposto no §2º do art. 33 da IN/RFB nº 1.470/2014.

JOSÉ MÁRCIO BITTES

## DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

## SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1.010, DE 9 DE MARÇO DE 2017

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: ALÍQUOTA REDUZIDA A ZERO. LEI Nº 10.833, DE 2003, ART. 58-B. COMERCIANTES VAREJISTAS OU ATACADISTAS. APURAÇÃO DA COFINS. REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVA. POSSIBILIDADE.

A forma de apuração da Cofins, seja cumulativa ou não cumulativa, não é condição para aplicação da alíquota reduzida a 0% (zero por cento), incidente sobre a receita de venda de produtos classificados nos códigos 21.06.90.10 Ex 02, 22.01, 22.02, exceto os Ex 01 e Ex 02 do código 22.02.90.00, e 22.03, da TIPI, conforme reza o art. 58-B, da Lei nº 10.833, de 2003, combinado com os arts. 58-A e 58-V, do mesmo diploma legal, vigente à época.

Desse modo, os comerciantes varejistas e atacadistas dos produtos referidos, mesmo quando enquadrados no regime de apuração cumulativa da contribuição em tela, também podem aplicar a alíquota reduzida a zero sobre a receita de tais vendas.

É vedada a aplicação da alíquota reduzida a zero sobre a receita de vendas dos produtos citados no caso de vendas a consumidor final efetuadas por importador ou industrializador desses produtos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 14, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003, arts. 58-A, 58-B e 58-V. Lei Complementar nº 123, art. 18, art. 4º-A, inciso I. Dispositivos Infralegais: Decreto nº 6.707, de 2008, arts. 1º e 21.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: ALÍQUOTA REDUZIDA A ZERO. LEI Nº 10.833, DE 2003, ART. 58-B. COMERCIANTES VAREJISTAS OU ATACADISTAS. APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP. REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVA. POSSIBILIDADE.

A forma de apuração da Contribuição para o PIS/Pasep, seja cumulativa ou não cumulativa, não é condição para aplicação da alíquota reduzida a 0% (zero por cento), incidente sobre a receita de venda de produtos classificados nos códigos 21.06.90.10 Ex 02, 22.01, 22.02, exceto os Ex 01 e Ex 02 do código 22.02.90.00, e 22.03, da TIPI, conforme reza o art. 58-B, da Lei nº 10.833, de 2003, combinado com os arts. 58-A e 58-V, do mesmo diploma legal, vigente à época.

Desse modo, os comerciantes varejistas e atacadistas dos produtos referidos, mesmo quando enquadrados no regime de apuração cumulativa da contribuição em tela, também podem aplicar a alíquota reduzida a zero sobre a receita de tais vendas.

É vedada a aplicação da alíquota reduzida a zero sobre a receita de vendas dos produtos citados no caso de vendas a consumidor final efetuadas por importador ou industrializador desses produtos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 14, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003, arts. 58-A, 58-B e 58-V. Lei Complementar nº 123, art. 18, art. 4º-A, inciso I. Dispositivos Infralegais: Decreto nº 6.707, de 2008, arts. 1º e 21.

ASSUNTO: Normas de Administração Tributária

EMENTA: CONSULTA. INEFICÁCIA PARCIAL.

É ineficaz a consulta em tese, com referência a fato genérico, ou, ainda, que não identifique o dispositivo da legislação tributária e aduaneira sobre cuja aplicação haja dúvida. Ineficácia parcial.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 70.235, de 1972, art. 46. Dispositivos Infralegais: Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, II.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA  
Chefe

## SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1.011, DE 9 DE MARÇO DE 2017

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: ALÍQUOTA REDUZIDA A ZERO. LEI Nº 10.833, DE 2003, ART. 58-B. COMERCIANTES VAREJISTAS OU ATACADISTAS. APURAÇÃO DA COFINS. REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVA. POSSIBILIDADE.

A forma de apuração da Cofins, seja cumulativa ou não cumulativa, não é condição para aplicação da alíquota reduzida a 0% (zero por cento), incidente sobre a receita de venda de produtos classificados nos códigos 21.06.90.10 Ex 02, 22.01, 22.02, exceto os Ex 01 e Ex 02 do código 22.02.90.00, e 22.03, da TIPI, conforme reza o art. 58-B, da Lei nº 10.833, de 2003, combinado com os arts. 58-A e 58-V, do mesmo diploma legal, vigente à época.

Desse modo, os comerciantes varejistas e atacadistas dos produtos referidos, mesmo quando enquadrados no regime de apuração cumulativa da contribuição em tela, também podem aplicar a alíquota reduzida a zero sobre a receita de tais vendas.

É vedada a aplicação da alíquota reduzida a zero sobre a receita de vendas dos produtos citados no caso de vendas a consumidor final efetuadas por importador ou industrializador desses produtos.



SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 14, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003, arts. 58-A, 58-B e 58-V. Lei Complementar nº 123, art. 18, art. 4º-A, inciso I. Dispositivos Infralegais: Decreto nº 6.707, de 2008, arts. 1º e 21.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: ALÍQUOTA REDUZIDA A ZERO. LEI Nº 10.833, DE 2003. ART. 58-B. COMERCIANTES VAREJISTAS OU ATACADISTAS. APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP. REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVA. POSSIBILIDADE.

A forma de apuração da Contribuição para o PIS/Pasep, seja cumulativa ou não cumulativa, não é condição para aplicação da alíquota reduzida a 0% (zero por cento), incidente sobre a receita de venda de produtos classificados nos códigos 21.06.90.10 Ex 02, 22.01, 22.02, exceto os Ex 01 e Ex 02 do código 22.02.90.00, e 22.03, da TIPI, conforme reza o art. 58-B, da Lei nº 10.833, de 2003, combinado com os arts. 58-A e 58-V, do mesmo diploma legal, vigente à época.

Desse modo, os comerciantes varejistas e atacadistas dos produtos referidos, mesmo quando enquadrados no regime de apuração cumulativa da contribuição em tela, também podem aplicar a alíquota reduzida a zero sobre a receita de tais vendas.

É vedada a aplicação da alíquota reduzida a zero sobre a receita de vendas dos produtos citados no caso de vendas a consumidor final efetuadas por importador ou industrializador desses produtos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 14, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, arts. 58-A, 58-B e 58-V. Lei Complementar nº 123, art. 18, art. 4º-A, inciso I. Dispositivos Infralegais: Decreto nº 6.707, de 2008, arts. 1º e 21.

ASSUNTO: Normas de Administração Tributária

EMENTA: CONSULTA. INEFICÁCIA PARCIAL.

É ineficaz a consulta em tese, com referência a fato genérico, ou, ainda, que não identifique o dispositivo da legislação tributária e aduaneira sobre cuja aplicação haja dúvida. Ineficácia parcial.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 70.235, de 1972, art. 46. Dispositivos Infralegais: Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, II.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA  
Chefe

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1.012, DE 13 DE MARÇO DE 2017**

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: ALÍQUOTA REDUZIDA A ZERO. LEI Nº 10.833, DE 2003, ART. 58-B. COMERCIANTES VAREJISTAS OU ATACADISTAS. APURAÇÃO DA COFINS. REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVA. POSSIBILIDADE.

A forma de apuração da Cofins, seja cumulativa ou não cumulativa, não é condição para aplicação da alíquota reduzida a 0% (zero por cento), incidente sobre a receita de venda de produtos classificados nos códigos 21.06.90.10 Ex 02, 22.01, 22.02, exceto os Ex 01 e Ex 02 do código 22.02.90.00, e 22.03, da TIPI, conforme reza o art. 58-B, da Lei nº 10.833, de 2003, combinado com os arts. 58-A e 58-V, do mesmo diploma legal, vigente à época.

Desse modo, os comerciantes varejistas e atacadistas dos produtos referidos, mesmo quando enquadrados no regime de apuração cumulativa da contribuição em tela, também podem aplicar a alíquota reduzida a zero sobre a receita de tais vendas.

É vedada a aplicação da alíquota reduzida a zero sobre a receita de vendas dos produtos citados no caso de vendas a consumidor final efetuadas por importador ou industrializador desses produtos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 14, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003, arts. 58-A, 58-B e 58-V. Lei Complementar nº 123, art. 18, art. 4º-A, inciso I. Dispositivos Infralegais: Decreto nº 6.707, de 2008, arts. 1º e 21.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: ALÍQUOTA REDUZIDA A ZERO. LEI Nº 10.833, DE 2003. ART. 58-B. COMERCIANTES VAREJISTAS OU ATACADISTAS. APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP. REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVA. POSSIBILIDADE.

A forma de apuração da Contribuição para o PIS/Pasep, seja cumulativa ou não cumulativa, não é condição para aplicação da alíquota reduzida a 0% (zero por cento), incidente sobre a receita de venda de produtos classificados nos códigos 21.06.90.10 Ex 02, 22.01, 22.02, exceto os Ex 01 e Ex 02 do código 22.02.90.00, e 22.03, da TIPI, conforme reza o art. 58-B, da Lei nº 10.833, de 2003, combinado com os arts. 58-A e 58-V, do mesmo diploma legal, vigente à época.

Desse modo, os comerciantes varejistas e atacadistas dos produtos referidos, mesmo quando enquadrados no regime de apuração cumulativa da contribuição em tela, também podem aplicar a alíquota reduzida a zero sobre a receita de tais vendas.

É vedada a aplicação da alíquota reduzida a zero sobre a receita de vendas dos produtos citados no caso de vendas a consumidor final efetuadas por importador ou industrializador desses produtos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 14, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, arts. 58-A, 58-B e 58-V. Lei Complementar nº 123, art. 18, art. 4º-A, inciso I. Dispositivos Infralegais: Decreto nº 6.707, de 2008, arts. 1º e 21.

ASSUNTO: Normas de Administração Tributária

EMENTA: CONSULTA. INEFICÁCIA PARCIAL.

É ineficaz a consulta em tese, com referência a fato genérico, ou, ainda, que não identifique o dispositivo da legislação tributária e aduaneira sobre cuja aplicação haja dúvida. Ineficácia parcial.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 70.235, de 1972, art. 46. Dispositivos Infralegais: Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, II.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA  
Chefe

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1.013, DE 27 DE MARÇO DE 2017**

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: SOCIEDADES CORRETORAS DE SEGUROS. ROL DE ENTIDADES CONSTANTES DO ART. 22, § 1º, DA LEI Nº 8.212, DE 1991. JURISPRUDÊNCIA VINCULANTE. RECURSO ESPECIAL Nº 1.400.287/RS E RECURSO ESPECIAL Nº 1.391.092/SC.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar o Recurso Especial nº 1.400.287/RS e o Recurso Especial nº 1.391.092/SC, no âmbito da sistemática do art. 543-C do Código de Processo Civil (CPC), estabeleceu que as sociedades corretoras de seguros estão fora do rol de entidades constantes do art. 22, § 1º, da Lei nº 8.212, de 1991.

Em razão do disposto no art. 19 da Lei nº 10.522, de 2002, na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014, na Nota PGFN/CRJ nº 73, de 2016, e na Nota PGFN/CRJ nº 134, de 2016, a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) encontra-se vinculada ao referido entendimento.

Em decorrência da jurisprudência vinculante, as sociedades corretoras de seguros não devem ser consideradas como "sociedade corretora" ou "agente autônomo de seguros privados" para todos os efeitos previstos na legislação tributária, encontrando-se sujeitas, portanto, ao regime de apuração não cumulativa da Cofins e às alíquotas previstas nesse regime.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 174, DE 13 DE MARÇO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 8.212, de 1991 art. 22, § 1º; Lei nº 9.718, de 1998, art. 3º, § 6º; Lei nº 10.522, de 2002, art. 19, inciso V; Lei nº 10.833, de 2003, arts. 1º, 2º, e 10; Lei nº 10.684, de 2003, art. 18; Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014, art. 3º; Nota PGFN/CRJ nº 73, de 2016; Nota PGFN/CRJ nº 134, de 2016.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: SOCIEDADES CORRETORAS DE SEGUROS. ROL DE ENTIDADES CONSTANTES DO ART. 22, § 1º, DA LEI Nº 8.212, DE 1991. JURISPRUDÊNCIA VINCULANTE. RECURSO ESPECIAL Nº 1.400.287/RS E RECURSO ESPECIAL Nº 1.391.092/SC.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar o Recurso Especial nº 1.400.287/RS e o Recurso Especial nº 1.391.092/SC, no âmbito da sistemática do art. 543-C do Código de Processo Civil (CPC), estabeleceu que as sociedades corretoras de seguros estão fora do rol de entidades constantes do art. 22, § 1º, da Lei nº 8.212, de 1991.

Em razão do disposto no art. 19 da Lei nº 10.522, de 2002, na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014, na Nota PGFN/CRJ nº 73, de 2016, e na Nota PGFN/CRJ nº 134, de 2016, a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) encontra-se vinculada ao referido entendimento.

Em decorrência da jurisprudência vinculante, as sociedades corretoras de seguros não devem ser consideradas como "sociedade corretora" ou "agente autônomo de seguros privados" para todos os efeitos previstos na legislação tributária, encontrando-se sujeitas, portanto, ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e às alíquotas previstas nesse regime.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 174, DE 13 DE MARÇO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 8.212, de 1991 art. 22, § 1º; Lei nº 9.718, de 1998, art. 3º, § 6º; Lei nº 10.522, de 2002, art. 19, inciso V; Lei nº 10.833, de 2003, arts. 1º, 2º, e 10; Lei nº 10.684, de 2003, art. 18; Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014, art. 3º; Nota PGFN/CRJ nº 73, de 2016; Nota PGFN/CRJ nº 134, de 2016.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA  
Chefe

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1.014, DE 27 DE MARÇO DE 2017**

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: No âmbito da apuração da Cofins pelo regime não cumulativo, as variações monetárias ativas decorrentes de atualização de depósitos judiciais ou extrajudiciais devem ser reconhecidas, em regra, de acordo com o regime de competência.

A regra geral é aplicável quando não houver determinação legal expressa que condicione, necessariamente, a atualização dos valores depositados a eventual sucesso na lide pelo depositante.

No caso de depósitos efetuados ao amparo do regramento estabelecido pela Lei nº 9.703, de 1998, considerando-se a existência de previsão legal de ocorrência de acréscimos ao montante depositado judicial ou administrativamente tão somente quando da solução fa-

vorável da lide ao depositante, só se encontra caracterizada a ocorrência do fato gerador da Cofins apurada pelo regime não cumulativo: a) quando desta solução e na proporção que favorecer o contribuinte-depositante ou b) quando o levantamento do depósito com acréscimos se der por autorização administrativa ou judicial, antes daquela solução.

A regra excepcional é aplicável quando houver determinação legal expressa que condicione, necessariamente, a atualização dos valores depositados a eventual sucesso na lide pelo depositante.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 166 - COSIT, DE 09 DE MARÇO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 5.172, de 1966, art. 43; Lei nº 9.703, de 1998, art. 1º; e Lei nº 10.833, de 2003, art. 1º.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: No âmbito da apuração da Contribuição para o PIS/Pasep pelo regime não cumulativo, as variações monetárias ativas decorrentes de atualização de depósitos judiciais ou extrajudiciais devem ser reconhecidas, em regra, de acordo com o regime de competência.

A regra geral é aplicável quando não houver determinação legal expressa que condicione, necessariamente, a atualização dos valores depositados a eventual sucesso na lide pelo depositante.

No caso de depósitos efetuados ao amparo do regramento estabelecido pela Lei nº 9.703, de 1998, considerando-se a existência de previsão legal de ocorrência de acréscimos ao montante depositado judicial ou administrativamente tão somente quando da solução favorável da lide ao depositante, só se encontra caracterizada a ocorrência do fato gerador da Contribuição para o PIS/Pasep apurada pelo regime não cumulativo: a) quando desta solução e na proporção que favorecer o contribuinte-depositante ou b) quando o levantamento do depósito com acréscimos se der por autorização administrativa ou judicial, antes daquela solução.

A regra excepcional é aplicável quando houver determinação legal expressa que condicione, necessariamente, a atualização dos valores depositados a eventual sucesso na lide pelo depositante.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 166 - COSIT, DE 09 DE MARÇO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 5.172, de 25 de 1966, art. 43; Lei nº 9.703, de 1998, art. 1º; e Lei nº 10.637, de 2002, art. 1º.

ASSUNTO: Normas de Administração Tributária

EMENTA: É ineficaz a indagação formulada com referência a fato genérico e quando não indicar o dispositivo da legislação tributária sobre cuja aplicação haja dúvida.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, inciso II.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA  
Chefe

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1.015, DE 28 DE MARÇO DE 2017**

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: No âmbito da apuração da Cofins pelo regime não cumulativo, as variações monetárias ativas decorrentes de atualização de depósitos judiciais ou extrajudiciais devem ser reconhecidas, em regra, de acordo com o regime de competência.

A regra geral é aplicável quando não houver determinação legal expressa que condicione, necessariamente, a atualização dos valores depositados a eventual sucesso na lide pelo depositante.

No caso de depósitos efetuados ao amparo do regramento estabelecido pela Lei nº 9.703, de 1998, considerando-se a existência de previsão legal de ocorrência de acréscimos ao montante depositado judicial ou administrativamente tão somente quando da solução favorável da lide ao depositante, só se encontra caracterizada a ocorrência do fato gerador da Cofins apurada pelo regime não cumulativo: a) quando desta solução e na proporção que favorecer o contribuinte-depositante ou b) quando o levantamento do depósito com acréscimos se der por autorização administrativa ou judicial, antes daquela solução.

A regra excepcional é aplicável quando houver determinação legal expressa que condicione, necessariamente, a atualização dos valores depositados a eventual sucesso na lide pelo depositante.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 166 - COSIT, DE 09 DE MARÇO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 5.172, de 1966, art. 43; Lei nº 9.703, de 1998, art. 1º; e Lei nº 10.833, de 2003, art. 1º.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: No âmbito da apuração da Contribuição para o PIS/Pasep pelo regime não cumulativo, as variações monetárias ativas decorrentes de atualização de depósitos judiciais ou extrajudiciais devem ser reconhecidas, em regra, de acordo com o regime de competência.

A regra geral é aplicável quando não houver determinação legal expressa que condicione, necessariamente, a atualização dos valores depositados a eventual sucesso na lide pelo depositante.

No caso de depósitos efetuados ao amparo do regramento estabelecido pela Lei nº 9.703, de 1998, considerando-se a existência de previsão legal de ocorrência de acréscimos ao montante depositado judicial ou administrativamente tão somente quando da solução favorável da lide ao depositante, só se encontra caracterizada a ocorrência do fato gerador da Contribuição para o PIS/Pasep apurada pelo regime não cumulativo: a) quando desta solução e na proporção que favorecer o contribuinte-depositante ou b) quando o levantamento do depósito com acréscimos se der por autorização administrativa ou judicial, antes daquela solução.

A regra excepcional é aplicável quando houver determinação legal expressa que condicione, necessariamente, a atualização dos valores depositados a eventual sucesso na lide pelo depositante.

**SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 166 - COSIT, DE 09 DE MARÇO DE 2017.**

**DISPOSITIVOS LEGAIS:** Lei nº 5.172, de 25 de 1966, art. 43; Lei nº 9.703, de 1998, art. 1º; e Lei nº 10.637, de 2002, art. 1º.

**ASSUNTO:** Normas de Administração Tributária

**EMENTA:** É ineficaz a indagação formulada com referência a fato genérico e quando não indicar o dispositivo da legislação tributária sobre cuja aplicação haja dúvida.

**DISPOSITIVOS LEGAIS:** Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, inciso II.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA  
Chefe

#### **SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1.016, DE 28 DE MARÇO DE 2017**

**ASSUNTO:** Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

**EMENTA:** No âmbito da apuração da Cofins pelo regime não cumulativo, as variações monetárias ativas decorrentes de atualização de depósitos judiciais ou extrajudiciais devem ser reconhecidas, em regra, de acordo com o regime de competência.

A regra geral é aplicável quando não houver determinação legal expressa que condicione, necessariamente, a atualização dos valores depositados a eventual sucesso na lide pelo depositante.

No caso de depósitos efetuados ao amparo do regramento estabelecido pela Lei nº 9.703, de 1998, considerando-se a existência de previsão legal de ocorrência de acréscimos ao montante depositado judicial ou administrativamente tão somente quando da solução favorável da lide ao depositante, só se encontra caracterizada a ocorrência do fato gerador da Cofins apurada pelo regime não cumulativo: a) quando desta solução e na proporção que favorecer o contribuinte-depositante ou b) quando o levantamento do depósito com acréscimos se der por autorização administrativa ou judicial, antes daquela solução.

A regra excepcional é aplicável quando houver determinação legal expressa que condicione, necessariamente, a atualização dos valores depositados a eventual sucesso na lide pelo depositante.

**SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 166 - COSIT, DE 09 DE MARÇO DE 2017.**

**DISPOSITIVOS LEGAIS:** Lei nº 5.172, de 1966, art. 43; Lei nº 9.703, de 1998, art. 1º; e Lei nº 10.833, de 2003, art. 1º.

**ASSUNTO:** Contribuição para o PIS/Pasep

**EMENTA:** No âmbito da apuração da Contribuição para o PIS/Pasep pelo regime não cumulativo, as variações monetárias ativas decorrentes de atualização de depósitos judiciais ou extrajudiciais devem ser reconhecidas, em regra, de acordo com o regime de competência.

A regra geral é aplicável quando não houver determinação legal expressa que condicione, necessariamente, a atualização dos valores depositados a eventual sucesso na lide pelo depositante.

No caso de depósitos efetuados ao amparo do regramento estabelecido pela Lei nº 9.703, de 1998, considerando-se a existência de previsão legal de ocorrência de acréscimos ao montante depositado judicial ou administrativamente tão somente quando da solução favorável da lide ao depositante, só se encontra caracterizada a ocorrência do fato gerador da Contribuição para o PIS/Pasep apurada pelo regime não cumulativo: a) quando desta solução e na proporção que favorecer o contribuinte-depositante ou b) quando o levantamento do depósito com acréscimos se der por autorização administrativa ou judicial, antes daquela solução.

A regra excepcional é aplicável quando houver determinação legal expressa que condicione, necessariamente, a atualização dos valores depositados a eventual sucesso na lide pelo depositante.

**SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 166 - COSIT, DE 09 DE MARÇO DE 2017.**

**DISPOSITIVOS LEGAIS:** Lei nº 5.172, de 25 de 1966, art. 43; Lei nº 9.703, de 1998, art. 1º; e Lei nº 10.637, de 2002, art. 1º.

**ASSUNTO:** Normas de Administração Tributária

**EMENTA:** É ineficaz a indagação formulada com referência a fato genérico e quando não indicar o dispositivo da legislação tributária sobre cuja aplicação haja dúvida.

**DISPOSITIVOS LEGAIS:** Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, inciso II.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA  
Chefe

#### **SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1.017, DE 29 DE MARÇO DE 2017**

**ASSUNTO:** Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

**EMENTA:** No âmbito da apuração da Cofins pelo regime não cumulativo, as variações monetárias ativas decorrentes de atualização de depósitos judiciais ou extrajudiciais devem ser reconhecidas, em regra, de acordo com o regime de competência.

A regra geral é aplicável quando não houver determinação legal expressa que condicione, necessariamente, a atualização dos valores depositados a eventual sucesso na lide pelo depositante.

No caso de depósitos efetuados ao amparo do regramento estabelecido pela Lei nº 9.703, de 1998, considerando-se a existência de previsão legal de ocorrência de acréscimos ao montante depositado judicial ou administrativamente tão somente quando da solução favorável da lide ao depositante, só se encontra caracterizada a ocorrência do fato gerador da Cofins apurada pelo regime não cumulativo: a) quando desta solução e na proporção que favorecer o contribuinte-depositante ou b) quando o levantamento do depósito com acréscimos se der por autorização administrativa ou judicial, antes daquela solução.

A regra excepcional é aplicável quando houver determinação legal expressa que condicione, necessariamente, a atualização dos valores depositados a eventual sucesso na lide pelo depositante.

**SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 166 - COSIT, DE 09 DE MARÇO DE 2017.**

**DISPOSITIVOS LEGAIS:** Lei nº 5.172, de 1966, art. 43; Lei nº 9.703, de 1998, art. 1º; e Lei nº 10.833, de 2003, art. 1º.

**ASSUNTO:** Contribuição para o PIS/Pasep

**EMENTA:** No âmbito da apuração da Contribuição para o PIS/Pasep pelo regime não cumulativo, as variações monetárias ativas decorrentes de atualização de depósitos judiciais ou extrajudiciais devem ser reconhecidas, em regra, de acordo com o regime de competência.

A regra geral é aplicável quando não houver determinação legal expressa que condicione, necessariamente, a atualização dos valores depositados a eventual sucesso na lide pelo depositante.

No caso de depósitos efetuados ao amparo do regramento estabelecido pela Lei nº 9.703, de 1998, considerando-se a existência de previsão legal de ocorrência de acréscimos ao montante depositado judicial ou administrativamente tão somente quando da solução favorável da lide ao depositante, só se encontra caracterizada a ocorrência do fato gerador da Contribuição para o PIS/Pasep apurada pelo regime não cumulativo: a) quando desta solução e na proporção que favorecer o contribuinte-depositante ou b) quando o levantamento do depósito com acréscimos se der por autorização administrativa ou judicial, antes daquela solução.

A regra excepcional é aplicável quando houver determinação legal expressa que condicione, necessariamente, a atualização dos valores depositados a eventual sucesso na lide pelo depositante.

**SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 166 - COSIT, DE 09 DE MARÇO DE 2017.**

**DISPOSITIVOS LEGAIS:** Lei nº 5.172, de 25 de 1966, art. 43; Lei nº 9.703, de 1998, art. 1º; e Lei nº 10.637, de 2002, art. 1º.

**ASSUNTO:** Normas de Administração Tributária

**EMENTA:** É ineficaz a indagação formulada com referência a fato genérico e quando não indicar o dispositivo da legislação tributária sobre cuja aplicação haja dúvida.

**DISPOSITIVOS LEGAIS:** Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, inciso II.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA  
Chefe

#### **SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1.018, DE 29 DE MARÇO DE 2017**

**ASSUNTO:** Contribuições Sociais Previdenciárias

**EMENTA:** GILRAT. GRAU DE RISCO. ATIVIDADE PREPONDERANTE. ÓRGÃOS PÚBLICOS. 1. O enquadramento num dos correspondentes graus de risco, para fins de recolhimento das contribuições previdenciárias destinadas ao financiamento da aposentadoria especial e dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho (GILRAT), não se acha vinculado à atividade econômica principal da empresa identificada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, mas à "atividade preponderante". 2. Considera-se "atividade preponderante" aquela que ocupa, em cada estabelecimento da empresa (matriz ou filial), o maior número de segurados empregados e trabalhadores avulsos. 3. Nos órgãos da Administração Pública direta, assim considerados os órgãos gestores de orçamento com CNPJ próprio, o enquadramento, para fins de determinação do grau de risco e da correspondente alíquota para recolhimento da contribuição para o GILRAT, deverá observar o seguinte critério: a) para o órgão com apenas um estabelecimento e uma única atividade, ou com vários estabelecimentos e apenas uma atividade, o enquadramento deverá ser feito na respectiva atividade; b) para o órgão com mais de um estabelecimento e com mais de uma atividade econômica: o enquadramento deverá ser feito de acordo com a atividade preponderante - aquela que ocupa, em cada estabelecimento (matriz ou filial), o maior número de segurados empregados - utilizando-se, para fins desse cômputo, todos os segurados empregados que trabalham naquele estabelecimento e aplicando-se o grau de risco dessa atividade preponderante a cada estabelecimento do órgão, isoladamente considerado (matriz ou filial); c) para fins de identificação da atividade preponderante, os segurados empregados dos órgãos que não possuem inscrição no CNPJ, como as seções, as divisões, os departamentos, etc., deverão ser computados no estabelecimento matriz ou filial ao qual se acham vinculados, administrativa ou financeiramente, aplicando-se o grau de risco dessa atividade preponderante ao órgão sem inscrição no CNPJ e ao estabelecimento que o vincula.

**SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 179, DE 13 DE JULHO DE 2015.**

**DISPOSITIVOS LEGAIS:** Lei nº 8.212, de 1991, art. 15, I, e art. 22; Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 1999, Anexo V; Lei nº 10.522, de 2002, art. 19; Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, arts. 72 e 488; Instrução Normativa RFB nº 1.453, de 2014, art. 1º; Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 2014, art. 4º; Ato Declaratório nº 11, de 2011; Parecer PGFN/CDA nº 2.025, de 2011; Parecer PGFN/CRF nº 2.120, de 2011; arts. 22, 27 e 32 da IN RFB nº 1.396, de 2013.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA  
Chefe

#### **SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1.019, DE 29 DE MARÇO DE 2017**

**ASSUNTO:** Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

**EMENTA:** No âmbito da apuração da Cofins pelo regime não cumulativo, as variações monetárias ativas decorrentes de atualização de depósitos judiciais ou extrajudiciais devem ser reconhecidas, em regra, de acordo com o regime de competência.

A regra geral é aplicável quando não houver determinação legal expressa que condicione, necessariamente, a atualização dos valores depositados a eventual sucesso na lide pelo depositante.

No caso de depósitos efetuados ao amparo do regramento estabelecido pela Lei nº 9.703, de 1998, considerando-se a existência de previsão legal de ocorrência de acréscimos ao montante depositado judicial ou administrativamente tão somente quando da solução favorável da lide ao depositante, só se encontra caracterizada a ocorrência do fato gerador da Cofins apurada pelo regime não cumulativo: a) quando desta solução e na proporção que favorecer o contribuinte-depositante ou b) quando o levantamento do depósito com acréscimos se der por autorização administrativa ou judicial, antes daquela solução.

A regra excepcional é aplicável quando houver determinação legal expressa que condicione, necessariamente, a atualização dos valores depositados a eventual sucesso na lide pelo depositante.

**SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 166 - COSIT, DE 09 DE MARÇO DE 2017.**

**DISPOSITIVOS LEGAIS:** Lei nº 5.172, de 1966, art. 43; Lei nº 9.703, de 1998, art. 1º; e Lei nº 10.833, de 2003, art. 1º.

**ASSUNTO:** Contribuição para o PIS/Pasep

**EMENTA:** No âmbito da apuração da Contribuição para o PIS/Pasep pelo regime não cumulativo, as variações monetárias ativas decorrentes de atualização de depósitos judiciais ou extrajudiciais devem ser reconhecidas, em regra, de acordo com o regime de competência.

A regra geral é aplicável quando não houver determinação legal expressa que condicione, necessariamente, a atualização dos valores depositados a eventual sucesso na lide pelo depositante.

No caso de depósitos efetuados ao amparo do regramento estabelecido pela Lei nº 9.703, de 1998, considerando-se a existência de previsão legal de ocorrência de acréscimos ao montante depositado judicial ou administrativamente tão somente quando da solução favorável da lide ao depositante, só se encontra caracterizada a ocorrência do fato gerador da Contribuição para o PIS/Pasep apurada pelo regime não cumulativo: a) quando desta solução e na proporção que favorecer o contribuinte-depositante ou b) quando o levantamento do depósito com acréscimos se der por autorização administrativa ou judicial, antes daquela solução.

A regra excepcional é aplicável quando houver determinação legal expressa que condicione, necessariamente, a atualização dos valores depositados a eventual sucesso na lide pelo depositante.

**SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 166 - COSIT, DE 09 DE MARÇO DE 2017.**

**DISPOSITIVOS LEGAIS:** Lei nº 5.172, de 25 de 1966, art. 43; Lei nº 9.703, de 1998, art. 1º; e Lei nº 10.637, de 2002, art. 1º.

**ASSUNTO:** Normas de Administração Tributária

**EMENTA:** É ineficaz a indagação formulada com referência a fato genérico e quando não indicar o dispositivo da legislação tributária sobre cuja aplicação haja dúvida.

**DISPOSITIVOS LEGAIS:** Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, inciso II.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA  
Chefe

#### **SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1.020, DE 30 DE MARÇO DE 2017**

**ASSUNTO:** Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

**EMENTA:** No âmbito da apuração da Cofins pelo regime não cumulativo, as variações monetárias ativas decorrentes de atualização de depósitos judiciais ou extrajudiciais devem ser reconhecidas, em regra, de acordo com o regime de competência.

A regra geral é aplicável quando não houver determinação legal expressa que condicione, necessariamente, a atualização dos valores depositados a eventual sucesso na lide pelo depositante.

No caso de depósitos efetuados ao amparo do regramento estabelecido pela Lei nº 9.703, de 1998, considerando-se a existência de previsão legal de ocorrência de acréscimos ao montante depositado judicial ou administrativamente tão somente quando da solução favorável da lide ao depositante, só se encontra caracterizada a ocorrência do fato gerador da Cofins apurada pelo regime não cumulativo: a) quando desta solução e na proporção que favorecer o contribuinte-depositante ou b) quando o levantamento do depósito com acréscimos se der por autorização administrativa ou judicial, antes daquela solução.



A regra excepcional é aplicável quando houver determinação legal expressa que condicione, necessariamente, a atualização dos valores depositados a eventual sucesso na lide pelo depositante.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 166 - COSIT, DE 09 DE MARÇO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 5.172, de 1966, art. 43; Lei nº 9.703, de 1998, art. 1º; e Lei nº 10.833, de 2003, art. 1º.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: No âmbito da apuração da Contribuição para o PIS/Pasep pelo regime não cumulativo, as variações monetárias ativas decorrentes de atualização de depósitos judiciais ou extrajudiciais devem ser reconhecidas, em regra, de acordo com o regime de competência.

A regra geral é aplicável quando não houver determinação legal expressa que condicione, necessariamente, a atualização dos valores depositados a eventual sucesso na lide pelo depositante.

No caso de depósitos efetuados ao amparo do regramento estabelecido pela Lei nº 9.703, de 1998, considerando-se a existência de previsão legal de ocorrência de acréscimos ao montante depositado judicial ou administrativamente tão somente quando da solução favorável da lide ao depositante, só se encontra caracterizada a ocorrência do fato gerador da Contribuição para o PIS/Pasep apurada pelo regime não cumulativo: a) quando desta solução e na proporção que favorecer o contribuinte-depositante ou b) quando o levantamento do depósito com acréscimos se der por autorização administrativa ou judicial, antes daquela solução.

A regra excepcional é aplicável quando houver determinação legal expressa que condicione, necessariamente, a atualização dos valores depositados a eventual sucesso na lide pelo depositante.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 166 - COSIT, DE 09 DE MARÇO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 25 de 1966, art. 43; Lei nº 9.703, de 1998, art. 1º; e Lei nº 10.637, de 2002, art. 1º.

ASSUNTO: Normas de Administração Tributária

EMENTA: É ineficaz a indagação formulada com referência a fato genérico e quando não indicar o dispositivo da legislação tributária sobre cuja aplicação haja dúvida.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, inciso II.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA  
Chefe

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL  
DA 2ª REGIÃO FISCAL  
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
EM MACAPÁ  
SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA  
ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 3 DE ABRIL DE 2017**

Concede habilitação ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP), da pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SAORT - DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACAPÁ-AP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 2º, inciso XI, da Portaria de delegação de competência DRF/MCA nº 26, de 13 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 17 de junho de 2014; atendidas as exigências, da Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, alterada pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012 e Instrução Normativa SRF nº 605, de 04 de janeiro de 2006 e, tendo em vista o disposto no Despacho Decisório SAORT/DRF/MCA nº 045/2017, constante do processo administrativo nº 10235.720978/2016-67, declara:

Artigo 1º - Habilitada à empresa BEADELL BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.642.709/0001-04, no Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP.

Artigo 2º - A presente habilitação poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Artigo 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PATRICIA BERBERT DE ANDRADE MATIAS

**DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
EM MANAUS  
SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA**

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 50,  
DE 31 DE MARÇO DE 2017**

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de IMPLANTAÇÃO do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA (SEORT), da DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS-AM, com base na Delegação de Competência contida na Portaria DRF/MNS/AM Nº 71, de 09 de

junho de 2014 (publicada no D.O.U. de 12/06/2014), e no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 17 de maio de 2012; atendidas as exigências do art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, alterado pelo Decreto nº 6.810, de 30/03/2009; do art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001; da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; do art. 69 da Lei nº 12.175 de 17 de setembro de 2012; da IN SRF nº 267/2002; com base no LAUDO CONSTITUTIVO Nº 049/2010 da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e conforme consta no processo administrativo nº 10283.007251/2010-20, declara:

Art. 1º. Fica reconhecido o direito da empresa SAKURA EXHAUST DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 09.623.649/0001-33, à redução de 75% do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de IMPLANTAÇÃO do empreendimento da empresa para PARTES E PEÇAS SOLDADAS PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS, com capacidade instalada anual de 560.000 (quinhentas e sessenta mil) unidades, na área da atuação da SUDAM, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir do ano-calendário de 2010.

Art. 2º. O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto:

I - a restituição de capital aos sócios, em casos de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de capital.

Art. 3º. A inobservância do disposto no artigo anterior, bem como a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

SEVERINO CAVALCANTE DE SOUZA

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 51,  
DE 31 DE MARÇO DE 2017**

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de IMPLANTAÇÃO do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA (SEORT), da DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS-AM, com base na Delegação de Competência contida na Portaria DRF/MNS/AM Nº 71, de 09 de junho de 2014 (publicada no D.O.U. de 12/06/2014), e no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 17 de maio de 2012; atendidas as exigências do art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, alterado pelo Decreto nº 6.810, de 30/03/2009; do art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001; da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; do art. 69 da Lei nº 12.175 de 17 de setembro de 2012; da IN SRF nº 267/2002; com base no LAUDO CONSTITUTIVO Nº 050/2010 da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e conforme consta no processo administrativo nº 10283.007251/2010-20, declara:

Art. 1º. Fica reconhecido o direito da empresa SAKURA EXHAUST DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 09.623.649/0001-33, à redução de 75% do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de IMPLANTAÇÃO do empreendimento da empresa para PARTES E PEÇAS ESTAMPADAS E/OU FORMATADAS PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS, com capacidade instalada anual de 4.000 (quatro mil) unidades, na área da atuação da SUDAM, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir do ano-calendário de 2010.

Art. 2º. O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto:

I - a restituição de capital aos sócios, em casos de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de capital.

Art. 3º. A inobservância do disposto no artigo anterior, bem como a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

SEVERINO CAVALCANTE DE SOUZA

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 52,  
DE 31 DE MARÇO DE 2017**

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de DIVERSIFICAÇÃO do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA (SEORT), da DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS-AM, com base na Delegação de Competência contida na Portaria DRF/MNS/AM Nº 71, de 09 de junho de 2014 (publicada no D.O.U. de 12/06/2014), e no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 17 de maio de 2012; atendidas as exigências do art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, alterado pelo Decreto nº 6.810, de 30/03/2009; do art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001; da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; do art. 69 da Lei nº 12.175 de 17 de setembro de 2012; da IN SRF nº 267/2002; com base no LAUDO CONSTITUTIVO Nº 116/2013 da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e conforme consta no processo administrativo nº 18365.722989/2013-65, declara:

Art. 1º. Fica reconhecido o direito da empresa SAKURA EXHAUST DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 09.623.649/0001-33, à redução de 75% do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de DIVERSIFICAÇÃO do empreendimento da empresa para CONJUNTO DE ESCAPAMENTO COMPLETO PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS, com capacidade instalada anual de 250.000 (duzentas e cinquenta mil) unidades, na área da atuação da SUDAM, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir do ano-calendário de 2013.

Art. 2º. O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto:

I - a restituição de capital aos sócios, em casos de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de capital.

Art. 3º. A inobservância do disposto no artigo anterior, bem como a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

SEVERINO CAVALCANTE DE SOUZA

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL  
DA 4ª REGIÃO FISCAL**

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4,  
DE 29 DE MARÇO DE 2017**

Altera o Ato Declaratório Executivo nº 17, de 09 de setembro de 2014.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 4ª REGIÃO FISCAL, considerando o disposto no artigo 26, inciso II, e no artigo 30, § 2º, da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e à vista do que consta do processo nº 11968.720298/2014-70, declara:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º do Ato Declaratório Executivo nº 17, de 09/09/2014, publicado no D.O.U. de 11/09/2014, o qual passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º Alfandegada, com fiscalização aduaneira em horários determinados, a área total de 39.052,96 m², distribuída em 7.014,95 m² da área de armazenagem, 31.557,82 m² da área do pátio e 480,19 m² das demais áreas operacionais e administrativas, referente às instalações localizadas à Rodovia PE 60, s/n, km 14,5, Gleba G, Bairro Região Suape, no Município de Ipojuca, Estado de Pernambuco, que constituem o porto seco, cuja permissionária é a empresa Wilson, Sons Logística Ltda., pela sua filial de CNPJ nº 03.852.972/003975, conforme o procedimento licitatório contido no processo nº 19615.000470/201134, pelo prazo de vigência do contrato firmado, em 13/11/2013, entre a União Federal e a dita empresa, constante do referido processo."



Art. 2º Permanecem inalteradas, efetivas e eficazes as demais disposições do Ato Declaratório Executivo supracitado.  
Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL  
DA 5ª REGIÃO FISCAL  
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
EM SALVADOR

PORTARIA Nº 53, DE 3 DE ABRIL DE 2017

Exclui pessoas jurídicas do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR/BA, em cumprimento ao Mandado de Intimação nº 368/2017 da 1ª Vara da Justiça Federal de primeiro grau, da Seção judiciária do estado da Bahia, e, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do Refis nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, conforme disposto no inciso XIV, do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Proceder à exclusão do Programa de Recuperação Fiscal - Refis - da empresa PATRIMONIAL LOTEAMENTOS E INCORPORAÇÕES LTDA, CNPJ nº 14.670.707/0001-10, por estarem configuradas as hipóteses de exclusão previstas no art. 5º, incisos II e IV, da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, conforme fundamentações expressas, respectivamente, na Representação da PFN, exarada no processo administrativo de nº 11046.001884/2012-51, e no Despacho Decisório DRF/SDR nº 02/2017, exarado no processo administrativo nº 10580.005566/00-53, com efeitos a partir do mês subsequente à publicação deste ato.

Art. 2º Cientificar o advogado André Sigiliano Paradela, OAB/BA nº 22.179, outorgado como procurador, devidamente constituído para representar os interesses da empresa Patrimonial Loteamento e Incorporações LTDA perante as instâncias administrativas da Administração Pública Federal, da decisão referenciada no art. 1º desta portaria.

Art. 3º Conceder prazo de 15 dias, para que, se assim desejar, a empresa excluída, ou seu legítimo procurador, exerça o amplo direito de defesa.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO VICENTE VELLOSO SILVA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
EM VITÓRIA DA CONQUISTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14,  
DE 4 DE ABRIL DE 2017

Declara nulo o Ato Declaratório Executivo que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA DA CONQUISTA/BA, no uso da incumbência que lhe confere o inciso III do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF no 203, de 14 de maio de 2012, e de acordo com o constante do processo administrativo no 10010.012255/0916-92, declara:

Art. 1º Nulo o Ato Declaratório Executivo DRFVCA nº 13, de 27 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União nº 65, de 04 de abril de 2017, Seção 1, página 164, por ter sido publicado indevidamente.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ SILVA REIS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA  
6ª REGIÃO FISCAL  
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
EM CORONEL FABRICIANO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 30 DE  
MARÇO DE 2017

Inscribe o estabelecimento abaixo no Registro Especial para Engarrafador de bebidas alcoólicas

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORONEL FABRICIANO - MG, considerando o art. 336 do Decreto n / 7.212, de 15 de julho de 2010, e o art. 224, inciso VII, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 314, inciso VI, da referida portaria, e pelo artigo 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, com alterações posteriores, e considerando o que consta no dossiê digital de atendimento nº 10010.033895/1116-88 , declara:

Art. 1º - Inscrito no Registro Especial, sob o nº06111/026, para a atividade específica de ENGARRAFADOR de bebidas alcoólicas sujeitas ao selo de Controle, nos termos do art. 2º, § 1º, do item II, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 2013 (com alterações posteriores), o Estabelecimento de CNPJ nº 24.124.178/0001-02 da empresa H & G INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, localizado na Fazenda Vale do Meio, SN, Zona Rural, em Bom Jesus do Amparo (MG), sendo que, abaixo, constam informações apresentadas pelo Contribuinte sobre bebida a ser produzida no referido Estabelecimento.

| NCM e EX | Produto                                | Marca                 | Tipo Rec. | Cap. Rec. (ml)    | Registro no MAPA  |
|----------|----------------------------------------|-----------------------|-----------|-------------------|-------------------|
| 22084000 | CACHAÇA (Aguardente de cana-de-açúcar) | Cachaça Sagrada Ouro  | Vidro     | 275<br>670<br>700 | MG000250-0.000001 |
| 22084000 | CACHAÇA (Aguardente de cana-de-açúcar) | Cachaça Sagrada Prata | Vidro     | 275<br>670<br>700 | MG000250-0.000002 |
| 22084000 | CACHAÇA (Aguardente de cana-de-açúcar) | Cachaça Sagrada       | Vidro     | 275<br>670<br>700 | MG000250-0.000003 |

§ 1º - O registro especial acima concedido não alcança nenhum outro estabelecimento da empresa mencionada.

§ 2º - O presente ato não convalida a classificação fiscal e as informações fornecidas pelo Contribuinte sobre bebidas, transcritas acima, tampouco produz os efeitos próprios de solução de consulta sobre classificação de mercadorias de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.464, de 08 de maio de 2014, continuando, portanto, a Empresa responsável por elas, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2º - O presente registro especial será cancelado, a qualquer tempo, se, posteriormente à concessão ocorrer qualquer um dos fatos mencionados no art. 8º da IN RFB nº 1.432, de 2013, com alterações posteriores, tais como o desatendimento principal ou acessória, relativa a tributo ou contribuição administrada pela Receita Federal, bem como a prática de crimes ou infrações mencionados no referido dispositivo.

Art. 3º - Após a concessão do registro especial, as alterações verificadas nos elementos constantes do art 4º da IN RFB nº 1.432, de 2013, deverão ser comunicadas à DRF da jurisdição do estabelecimento (DRF CORONEL FABRICIANO/MG), no prazo de trita dias, contando da data de sua efetivação ou, quando for o caso, do arquivamento no registro do comércio, mediante solicitação de juntada de cópia dos documentos de alteração, em formato digital, nos termos de Instrução Normativa RFB nº 1.412, de 2013 (com alterações posteriores), devendo ainda a pessoa jurídica comunicar a ocorrência de desativação de unidade industrial bem como a ocorrência de aquisição ou alienação de máquinas e equipamentos industriais que impliquem alteração da capacidade de produção do estabelecimento, sendo que a falta dessa comunicação sujeitará a empresa à penalidade prevista no art. 10 da referida instrução normativa.

Parágrafo único - Entre os diversos elementos do artigo 4º da IN SRF nº 1.432, de 2005, cuja alteração deve ser comunicada tempestivamente pelo Contribuinte à DRF do seu domicílio fiscal, está o item X, referente à "descrição detalhada dos produtos fabricados, informando classificação fiscal, marca comercial, preço de venda, tipo e capacidade dos recipientes.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
EM GOVERNADOR VALADARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 3 DE ABRIL DE 2017

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no uso da competência que lhe é conferida pelo Artigo 224 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria MF no. 203 de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012 e tendo em vista o processo administrativo nº 15219.720001/2017-42, resolve:

Art. 1º Fica a empresa Mendestones Importação e Exportação Ltda, CNPJ 19.833.820.0001/92, habilitada a utilizar os procedimentos simplificados de despacho aduaneiro de exportação em consignação de pedras preciosas ou semipreciosas previstos na Instrução SRF nº 346, de 28 de julho de 2003.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL  
DA 7ª REGIÃO FISCAL  
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
NO PORTO DE VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 3 DE ABRIL DE 2017

Inscrição no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE VITÓRIA-ES NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, com a redação que lhe foi dada pelo art. 1º do Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e nos termos do art. 12 e parágrafo único da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º Incluídas no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes inscrições:

| NOME                           | CPF            | PROCESSO             |
|--------------------------------|----------------|----------------------|
| DORMARIO RUY DE CAMPOS FONSECA | 080.127.837-62 | 12466.720641/2016-61 |
| LEONARDO BORGES CAMARGO        | 132.522.707-22 | 12466.720011/2017-78 |

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO JOSÉ PASSOS COELHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
EM VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA-ES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e ainda, considerando os autos do processo administrativo nº 13588.720055/2016-01, resolve:

Art. 1º - DECLARAR NULO o CPF Nº061.499.557-45 da pessoa física denominada APARECIDA RANGEL DE OLIVEIRA , por ocorrência de fraude no ato de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, apurada pelo Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, 6ª Núcleo Regional da Corregedoria Geral da Justiça, no Processo Judicial nº 2016.0107729, nos termos dos artigos 17,18 e 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015.

Art. 2º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO BOSSER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA-ES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e ainda, considerando os autos do processo administrativo nº 13588.720077/2016-63, resolve:

Art. 1º - DECLARAR NULO o CPF Nº061.570.487-51 da pessoa física denominada VALDINEI PONTE , por ocorrência de fraude no ato de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, apurada pelo Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, 6ª Núcleo Regional da Corregedoria Geral da Justiça, no Processo Judicial nº 2016.0107729, nos termos dos artigos 17,18 e 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015.

Art. 2º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO BOSSER

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL  
DA 8ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 19, DE 31 DE MARÇO DE 2017

Delega competência ao Chefe da Divisão de Programação e Logística - DIPOL da 8ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 300 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e conforme artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentados pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979 e pelo Decreto nº 86.377, de 17 de setembro de 1981, e art. 5º, inciso III da Portaria RFB nº 1.683, de 05 de dezembro de 2016, resolve:



Art. 1º Delegar ao Chefe da Divisão de Programação e Logística da 8ª Região Fiscal - DIPOL, a competência de encaminhar o formulário de Solicitação de Alteração de Referenciais Orçamentários (RO), conforme faculta o art. 7º, § 4º, inciso III, da Portaria COPOL nº 9, de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCELO BARRETO DE ARAÚJO

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
NO PORTO DE SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5,  
DE 31 DE MARÇO DE 2017

Cancela a habilitação da empresa que menciona a operar o Regime Tributário para Incentivo e à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto).

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS, no uso da atribuição prevista no artigo 224 e inciso VI do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o que consta nos autos do processo 11128.007691/2004-94, declara:

Art. 1º Fica CANCELADA a habilitação da empresa DEICMAR ARMAZENAGEM E DISTRIBUIÇÃO LTDA, CNPJ nº 58.188.756/0020-59, a operar o Regime Tributário para Incentivo e à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto), pela inobservância ao disposto no § 3º do artigo 14 da Lei nº 11.033 de 21 de dezembro de 2004.

Art. 2º Revoga-se o Ato Declaratório ALF/STS nº 3, de 25 de fevereiro de 2005, publicado no DOU, de 08 de março de 2005, sem interrupção de sua força normativa.,

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLEITON ALVES DOS SANTOS JOÃO SIMÕES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
EM PIRACICABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 3 DE ABRIL DE 2017

Cancelamento da adesão ao Programa Empresa Cidadã.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 991, de 21 de janeiro de 2010 e face ao pedido formulado pela interessada constante do processo administrativo nº 13888.722389/2016-27, declara:

Artigo 1º - Fica cancelada a adesão ao Programa Empresa Cidadã, instituído pelo Decreto nº 7.052, de 23 de dezembro de 2009, da pessoa jurídica: MARTINREA HONSEL BRASIL FUNDIÇÃO E COMÉRCIO DE PECAS EM ALUMÍNIO LTDA, CNPJ: 56.990.526/0001-10, situada na Avenida: Magal, 261, Bairro: Resende, no Município de Monte Mor(SP).

Artigo 2º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ ANTONIO ARTHUSO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Contribuinte: Metais Versales Ltda- EPP

CNPJ/CPF : 18.670.534/0001-90  
Processo: 13888.724414/2016-15

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA, no uso da competência prevista no art. 224, III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU em 17 de maio de 2012, de acordo com o artigo 29 inciso II, alínea "b", e artigo 31 paragrafos 1º e 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º - Declarar BAIXADA de ofício por inexistência de fato a inscrição no cadastro nacional da pessoa jurídica inscrita no CNPJ, 18.670.534/0001-90, do contribuinte Metais Versales Ltda - EPP, pelo motivo abaixo exposto:

I - inexistência de fato.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entrará em vigor a partir da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ ANTONIO ARTHUSO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL  
DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO  
DE COMÉRCIO EXTERIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Habilita a empresa a operar, em caráter precário, como operador logístico para realizar despacho aduaneiro de exportação em nome de microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional.

O DELEGADO DA DELEX - DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR EM SÃO PAULO, no uso das atribuições do artigo 314, inciso VI do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 2º, §2º da Instrução Normativa RFB nº 1676, de 16 de dezembro de 2016, e ainda o que consta no processo administrativo 10010.008800/0317-41, declara:

Art. 1º Fica a empresa DHL Express (Brazil) Ltda - CNPJ 58.890.252/0001-13 (matriz), habilitada a operar, a título precário e pelo prazo de 3 (três) anos, por intermédio do estabelecimento 58.890.252/0028-33, localizado na Rodovia Santos Dumont km 66, Jardim Itatinga/Campinas, como Operador Logístico para realização de despacho aduaneiro de exportação em nome de microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional nos termos da IN/RFB nº 1676/2016, no recinto alfandegado administrado pela própria DHL, locado junto à empresa Aeroportos Brasil Viracopos S.A, cujo terreno é constituído por 1.490m² de área edificada e 2.526m² de área não edificada e cujo alfandegamento ocorreu por meio do Ato Declaratório Executivo SRRF8º nº 42, de 31 de outubro de 2014.

Art.2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO BALAGUER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Habilita a empresa a operar, em caráter precário, como operador logístico para realizar despacho aduaneiro de exportação em nome de microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional

O DELEGADO DA DELEX - DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR EM SÃO PAULO, no uso das atribuições do artigo 314, inciso VI do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 2º, §2º da Instrução Normativa RFB nº 1676, de 16 de dezembro de 2016, e ainda o que consta no processo administrativo 10120.002863/0317-46, declara:

Art. 1º Fica a empresa UPS do Brasil Remessas Expressas Ltda - CNPJ 74.155.052/0001-73 (matriz), habilitada a operar, a título precário e pelo prazo de 3 (três) anos, por intermédio do estabelecimento 74.155.052/0002-54, localizado na Avenida Viracopos s/n, Jardim Maria Eugênia/Campinas, como Operador Logístico para realização de despacho aduaneiro de exportação em nome de microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional nos termos da IN/RFB nº 1676/2016, no recinto administrado pela própria UPS localizado no Aeroporto Internacional de Viracopos, constituído por uma área de 1.869,95 m² e alfandegado por meio do Ato Declaratório Executivo SRRF8º nº 42, de 02 de agosto de 2016.

Art.2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO BALAGUER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Declara inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

ISABEL PERSICI MACHADO BERSOU, Auditor-Fiscal da RFB, matrícula SIAPECAD nº 1570378, no exercício da competência delegada pelo Art. 1º da Portaria Delex nº 123, de 05 de julho de 2016, publicada no DOU de 11/07/2016, que altera a Portaria Delex nº 5, de 3 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 03/02/2014, resolve:

Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo identificada, com fundamento no art. 81, §5º, da Lei nº 9.430/96 c/c o art. 40, inciso II e art. 42, inciso I, da IN RFB nº 1.634/2016, por sua não localização no endereço constante nos cadastros da Receita Federal do Brasil, e tudo o mais que consta no processo administrativo abaixo mencionado:

Empresa: MANTRA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - ME.

CNPJ: 17.304.860/0001-11

Processo: 10314-720.762/2017-01

Declara-se a inidoneidade dos documentos fiscais emitidos pela empresa a partir da data de publicação deste ADE.

ISABEL PERSICI MACHADO BERSOU

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL  
DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO  
TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20,  
DE 16 DE MARÇO DE 2017

Habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 18186.730193/2016-37, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial: VAZANTE III ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A

Nº Inscrição no CNPJ: 21.784.307/0001-09

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria MME nº 377, de 09 de dezembro de 2015 (DOU: 10/12/2015)

Nome do projeto: UFV Vazante 3 - Central Geradora Fotovoltaica

Sector de infraestrutura favorecido: energia

Prazo estimado da obra: 17/03/2016 a 31/7/2017

Nº de matrícula CEI: 51.238.62853/76

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 62, DE 3 DE ABRIL DE 2017

Revogar Ato Declaratório Executivo de anulação de inscrições no CNPJ.

O DELEGADO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, com fundamento no artigo 305, VIII da Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012, bem como no artigo 35, parágrafo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016, resolve:

Revogar o Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 173 de 01 de novembro de 2016, publicado no DOU em 11 de novembro de 2016, seção 1, página 53, o qual anulou as inscrições no CNPJ dos contribuintes nele relacionados, com efeito a partir da publicação do referido ADE.

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 63, DE 3 DE ABRIL DE 2017

Anular inscrições no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, com fundamento no artigo 305, VIII da Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012, bem como no artigo 35, parágrafo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016, resolve:

Anular as inscrições no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) dos contribuintes descritos abaixo. A anulação das inscrições é motivada pelo vício na inscrição, conforme previsto no inciso II do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016.

PROCESSO: 10010.006724/1016-13

CONTRIBUINTE: MINGORANCE & ZANETTE INFORMATICA LTDA - ME

CNPJ: 09.056.533/0001-60

Data de cancelamento: efeitos a partir da data de abertura da inscrição

PROCESSO: 10010.006719/1016-19

CONTRIBUINTE: Q' DELICIA MODA INTIMA LTDA

CNPJ: 11.001.558/0001-08

Data de cancelamento: efeitos a partir da data de abertura da inscrição

GUILHERME BIBIANI NETO

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.016,  
DE 8 DE FEVEREIRO DE 2017

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep  
CRÉDITO. INCIDÊNCIA MONOFÁSICA OU CONCENTRADA. COMERCIANTE VAREJISTA.

A tributação monofásica ou concentrada não se confunde com os regimes de apuração cumulativa e não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep. A partir de 1º de agosto de 2004, com a entrada em vigor do art. 37 da Lei nº 10.865, de 2004, as receitas

obtidas por uma pessoa jurídica com a venda de produtos sujeitos à incidência monofásica ou concentrada passaram a submeter-se ao mesmo regime de apuração a que a pessoa jurídica esteja vinculada.

Assim, desde que não haja limitação em vista da atividade comercial da empresa, a uma pessoa jurídica comerciante varejista de produtos sujeitos à incidência monofásica ou concentrada da Contribuição para o PIS/Pasep e que apure a contribuição pelo regime não cumulativo, ainda que a ela seja vedada a apuração de crédito sobre esses bens adquiridos para revenda, porquanto expressamente proibida nos art. 3º, I, "b", c/c art. 2º, § 1º, I da Lei nº 10.637, de 2002, é permitido o desconto de créditos de que trata os demais incisos do art. 3º desta mesma Lei, desde que observados os limites e requisitos estabelecidos em seus termos.

Em relação aos dispêndios com frete suportados pelo vendedor na operação de venda de produtos sujeitos a cobrança concentrada ou monofásica da Contribuição para o PIS/Pasep:

é permitida a apuração de créditos da contribuição no caso de venda de produtos produzidos ou fabricados pela própria pessoa jurídica; e

é vedada a apuração de créditos da contribuição no caso de revenda de tais produtos, exceto no caso em que pessoa jurídica produtora ou fabricante desses produtos os adquira para revenda de outra pessoa jurídica importadora, produtora ou fabricante desses mesmos produtos.

**REFORMA A SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.007, DE 19 DE JANEIRO DE 2017, PUBLICADA NO DOU DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017.**

**SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 218, DE 6 DE AGOSTO DE 2014, E À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA COSIT Nº 2, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.**

Dispositivos Legais: Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002; §§ 1º e 1º-A do art. 2º, e inciso I do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e inciso IX do art. 3º e inciso II do art. 15 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003; art. 42 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, art. 17 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

**CRÉDITO. INCIDÊNCIA MONOFÁSICA OU CONCENTRADA. COMERCIANTE VAREJISTA.**

A tributação monofásica ou concentrada não se confunde com os regimes de apuração cumulativa e não cumulativa da Cofins. A partir de 1º de agosto de 2004, com a entrada em vigor do art. 37 da Lei nº 10.865, de 2004, as receitas obtidas por uma pessoa jurídica com a venda de produtos sujeitos à incidência monofásica ou concentrada passaram a submeter-se ao mesmo regime de apuração a que a pessoa jurídica esteja vinculada.

Assim, desde que não haja limitação em vista da atividade comercial da empresa, a uma pessoa jurídica comerciante varejista de produtos sujeitos à incidência monofásica ou concentrada da Cofins e que apure a contribuição pelo regime não cumulativo, ainda que a ela seja vedada a apuração de crédito sobre esses bens adquiridos para revenda, porquanto expressamente proibida no art. 3º, I, "b", c/c art. 2º, § 1º, I da Lei nº 10.833, de 2003, é permitido o desconto de créditos de que trata os demais incisos do art. 3º desta mesma Lei, desde que observados os limites e requisitos estabelecidos em seus termos.

Em relação aos dispêndios com frete suportados pelo vendedor na operação de venda de produtos sujeitos a cobrança concentrada ou monofásica da Cofins:

é permitida a apuração de créditos da contribuição no caso de venda de produtos produzidos ou fabricados pela própria pessoa jurídica; e

é vedada a apuração de créditos da contribuição no caso de revenda de tais produtos, exceto no caso em que pessoa jurídica produtora ou fabricante desses produtos os adquira para revenda de outra pessoa jurídica importadora, produtora ou fabricante desses mesmos produtos.

**REFORMA A SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.007, DE 19 DE JANEIRO DE 2017, PUBLICADA NO DOU DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017.**

**SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 218, DE 6 DE AGOSTO DE 2014, E À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA COSIT Nº 2, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.**

Dispositivos Legais: Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002; §§ 1º e 1º-A do art. 2º, e incisos I e IX do art. 3º, e inciso II do art. 15 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003; art. 42 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e art. 17 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

**INEFICÁCIA PARCIAL DA CONSULTA.**

É ineficaz a consulta formulada em relação a fato que estiver disciplinado em ato normativo publicado na Imprensa Oficial antes de sua apresentação ou quando o fato estiver definido ou declarado em disposição literal de lei; bem como não circunscrita a fato determinado, sem descrição detalhada de seu objeto e das informações necessárias à elucidação da matéria; ou sem indicação dos dispositivos da legislação tributária e aduaneira que ensejaram a apresentação da consulta.

Dispositivos Legais: incisos III e IV do art. 3º, incisos I, VII, IX e XI do art. 18 da IN RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013.

KARINA ALESSANDRA DE MATTERA GOMES  
Chefe

## SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.017, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

**IMPORTAÇÃO. COFINS-IMPORTAÇÃO. ALÍQUOTA ZERO. ADICIONAL DE ALÍQUOTA. CRÉDITOS.**

O adicional de alíquota da Cofins-Importação estabelecido pelo § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004:

entre 1º de dezembro de 2011 e 31 de julho de 2013 (período de vigência das redações do mencionado dispositivo conferidas pelo art. 21 da Medida Provisória nº 540, de 2011, pelo art. 21 da Lei nº 12.546, de 2011, pelo art. 43 da Medida Provisória nº 563, de 2012, e pelo art. 53 da Lei nº 12.715, de 2012), incidia apenas nas importações dos produtos referidos no § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, que se submetiam à alíquota da Cofins-Importação estabelecida no inciso II do caput do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004;

a partir de 1º de agosto de 2013 (início da vigência da redação do citado dispositivo dada pelo art. 18 da Medida Provisória nº 612, de 2013) incide nas importações dos produtos referidos no § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, estejam elas submetidas às alíquotas da Cofins-Importação estabelecidas no inciso II caput ou nos parágrafos do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004; e

deve ser aplicado na importação de produto integrante de seu campo de incidência mesmo que em relação a tal produto exista redução, parcial ou total, ou majoração da alíquota da Cofins-Importação, concedida diretamente pelo art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, ou por ato infralegal, sejam as alíquotas aplicáveis ad valorem ou específicas.

O pagamento do adicional da Cofins-Importação de que trata o § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, não gera para seu sujeito passivo, em qualquer hipótese, direito de apuração de crédito da Cofins.

**IMPORTAÇÃO. ADICIONAL DE ALÍQUOTA. AERONAVES, SUAS TIPI 88.02 PARTES E PEÇAS DE AERONAVES CLASSIFICADOS NO CÓDIGO TIPI 88.03.**

As aeronaves classificadas no códigos 88.02 da Tipi e as partes e peças de referidas aeronaves classificadas no código 88.03 da Tipi, incluídos a partir de 1º de janeiro de 2013 no Anexo I da Lei nº 12.546, de 2011, por meio do art. 2º da MP nº 582, de 2012, convertida na Lei nº 12.794, de 2013, passaram a sujeitar-se ao adicional da Cofins-Importação a que se refere o § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, apenas a partir de 1º de agosto de 2013.

**SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 68, DE 20 DE JANEIRO DE 2017.**

Dispositivos Legais: Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, art. 8º; Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011, arts. 7º a 10, 21 e 23; Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, art. 21; Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012, art. 43; Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, art. 53; Medida Provisória nº 612, de 4 de abril de 2013, art. 18; Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, art. 12.

KARINA ALESSANDRA DE MATTERA GOMES  
Chefe

## SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.018, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

**CRÉDITO. INCIDÊNCIA MONOFÁSICA OU CONCENTRADA. COMERCIANTE VAREJISTA.**

A tributação monofásica ou concentrada não se confunde com os regimes de apuração cumulativa e não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep. A partir de 1º de agosto de 2004, com a entrada em vigor do art. 37 da Lei nº 10.865, de 2004, as receitas obtidas por uma pessoa jurídica com a venda de produtos sujeitos à incidência monofásica ou concentrada passaram a submeter-se ao mesmo regime de apuração a que a pessoa jurídica esteja vinculada.

Assim, desde que não haja limitação em vista da atividade comercial da empresa, a uma pessoa jurídica comerciante varejista de produtos sujeitos à incidência monofásica ou concentrada da Contribuição para o PIS/Pasep e que apure a contribuição pelo regime não cumulativo, ainda que a ela seja vedada a apuração de crédito sobre esses bens adquiridos para revenda, porquanto expressamente proibida nos art. 3º, I, "b", c/c art. 2º, § 1º, I da Lei nº 10.637, de 2002, é permitido o desconto de créditos de que trata os demais incisos do art. 3º desta mesma Lei, desde que observados os limites e requisitos estabelecidos em seus termos.

Em relação aos dispêndios com frete suportados pelo vendedor na operação de venda de produtos sujeitos a cobrança concentrada ou monofásica da Contribuição para o PIS/Pasep:

é permitida a apuração de créditos da contribuição no caso de venda de produtos produzidos ou fabricados pela própria pessoa jurídica; e

é vedada a apuração de créditos da contribuição no caso de revenda de tais produtos, exceto no caso em que pessoa jurídica produtora ou fabricante desses produtos os adquira para revenda de outra pessoa jurídica importadora, produtora ou fabricante desses mesmos produtos.

**REFORMA A SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.007, DE 19 DE JANEIRO DE 2017, PUBLICADA NO DOU DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017.**

**SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 218, DE 6 DE AGOSTO DE 2014, E À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA COSIT Nº 2, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.**

Dispositivos Legais: Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002; §§ 1º e 1º-A do art. 2º, e inciso I do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e inciso IX do art. 3º e inciso II do art. 15 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003; art. 42 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, art. 17 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

**CRÉDITO. INCIDÊNCIA MONOFÁSICA OU CONCENTRADA. COMERCIANTE VAREJISTA.**

A tributação monofásica ou concentrada não se confunde com os regimes de apuração cumulativa e não cumulativa da Cofins. A partir de 1º de agosto de 2004, com a entrada em vigor do art. 37 da Lei nº 10.865, de 2004, as receitas obtidas por uma pessoa jurídica com a venda de produtos sujeitos à incidência monofásica ou concentrada passaram a submeter-se ao mesmo regime de apuração a que a pessoa jurídica esteja vinculada.

Assim, desde que não haja limitação em vista da atividade comercial da empresa, a uma pessoa jurídica comerciante varejista de produtos sujeitos à incidência monofásica ou concentrada da Cofins e que apure a contribuição pelo regime não cumulativo, ainda que a ela seja vedada a apuração de crédito sobre esses bens adquiridos para revenda, porquanto expressamente proibida no art. 3º, I, "b", c/c art. 2º, § 1º, I da Lei nº 10.833, de 2003, é permitido o desconto de créditos de que trata os demais incisos do art. 3º desta mesma Lei, desde que observados os limites e requisitos estabelecidos em seus termos.

Em relação aos dispêndios com frete suportados pelo vendedor na operação de venda de produtos sujeitos a cobrança concentrada ou monofásica da Cofins:

é permitida a apuração de créditos da contribuição no caso de venda de produtos produzidos ou fabricados pela própria pessoa jurídica; e

é vedada a apuração de créditos da contribuição no caso de revenda de tais produtos, exceto no caso em que pessoa jurídica produtora ou fabricante desses produtos os adquira para revenda de outra pessoa jurídica importadora, produtora ou fabricante desses mesmos produtos.

**REFORMA A SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.009, DE 20 DE JANEIRO DE 2017, PUBLICADA NO DOU DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017.**

**SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 218, DE 6 DE AGOSTO DE 2014, E À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA COSIT Nº 2, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.**

Dispositivos Legais: Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002; §§ 1º e 1º-A do art. 2º, e incisos I e IX do art. 3º, e inciso II do art. 15 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003; art. 42 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e art. 17 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

**INEFICÁCIA PARCIAL DA CONSULTA.**

É ineficaz a consulta formulada em relação a fato que estiver disciplinado em ato normativo publicado na Imprensa Oficial antes de sua apresentação ou quando o fato estiver definido ou declarado em disposição literal de lei; bem como não circunscrita a fato determinado, sem descrição detalhada de seu objeto e das informações necessárias à elucidação da matéria; ou sem indicação dos dispositivos da legislação tributária e aduaneira que ensejaram a apresentação da consulta.

Dispositivos Legais: incisos III e IV do art. 3º, incisos I, VII, IX e XI do art. 18 da IN RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013.

KARINA ALESSANDRA DE MATTERA GOMES  
Chefe

## SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.019, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017

Assunto: Obrigações Acessórias

**SISCOSERV. TRANSPORTE INTERNACIONAL E SERVIÇOS CONEXOS. INCOTERM. RESPONSABILIDADE PELO REGISTRO. CONTRATAÇÃO DE INTERMEDIÁRIO, REPRESENTANTE OU AGENTE DE CARGA. FATURAMENTO.**

A responsabilidade pelo registro no Siscoserv não decorre das responsabilidades mutuamente assumidas no bojo do contrato de compra e venda (Incoterm), e que dizem respeito apenas a importador e exportador, mas do fato de o jurisdicionado domiciliado no Brasil figurar em um dos polos da relação jurídica de prestação de serviço desde que, no outro polo, figure um domiciliado no estrangeiro, ainda que referida relação jurídica tenha se estabelecido por intermédio de terceiros. A responsabilidade do tomador subsiste mesmo no caso da contratação do serviço ocorrer mediante intermediário que emita fatura e repasse nesta o valor do serviço prestado.



SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 257, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2014, E À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 222, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispositivos Legais: art. 25, §3º, I, da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011; art. 22 da IN RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013.

KARINA ALESSANDRA DE MATTERA GOMES  
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.020,  
DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017

Assunto: Obrigações Acessórias  
SISCOSERV. TRANSPORTE INTERNACIONAL E SERVIÇOS CONEXOS. INCOTERM. RESPONSABILIDADE PELO REGISTRO. CONTRATAÇÃO DE INTERMEDIÁRIO, REPRESENTANTE OU AGENTE DE CARGA. FATURAMENTO.

A responsabilidade pelo registro no Siscoserv não decorre das responsabilidades mutuamente assumidas no bojo do contrato de compra e venda (Incoterm), e que dizem respeito apenas a importador e exportador, mas do fato de o jurisdicionado domiciliado no Brasil figurar em um dos polos da relação jurídica de prestação de serviço desde que, no outro polo, figure um domiciliado no estrangeiro, ainda que referida relação jurídica tenha se estabelecido por intermédio de terceiros. A responsabilidade do tomador subsiste mesmo no caso da contratação do serviço ocorrer mediante intermediário que emita fatura e repasse nesta o valor do serviço prestado.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 257, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2014, E À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 222, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispositivos Legais: art. 25, §3º, I, da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011; art. 22 da IN RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013.

KARINA ALESSANDRA DE MATTERA GOMES  
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.021,  
DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF  
AÇÃO JUDICIAL. INDENIZAÇÃO POR EVICÇÃO. TRIBUTAÇÃO.

I- Sobre o valor da indenização por evicção correspondente ao valor da coisa na época em que se eventeu, atualizado segundo os índices admitidos pela legislação do imposto de renda, não incide imposto sobre a renda, conforme disposição contida no inciso IV do art. 7º da IN RFB nº 1.500/2014 e

II- Sobre o valor da indenização por evicção que exceder o valor atualizado da coisa evicta (calculado conforme item I, acima) e/ou que corresponder a indenização por lucros cessantes incidirá IRRF, a título de antecipação do devido na Declaração de Ajuste Anual (DAA), conforme disposição contida no inciso X do artigo 22 da Instrução Normativa RFB nº 1.500/2014.

Solução de Consulta vinculada à Solução de Consulta Cosit nº 122, de 8 de fevereiro DE 2017, PUBLICADA NO DOU DE 17 de fevereiro de 2017

Dispositivos Legais: Instrução Normativa RFB nº 1.500/2014, art. 7º, inciso IV, e art. art. 22, inciso X.

KARINA ALESSANDRA DE MATTERA GOMES  
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.022,  
DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF  
AÇÃO JUDICIAL. INDENIZAÇÃO POR EVICÇÃO. TRIBUTAÇÃO.

I- Sobre o valor da indenização por evicção correspondente ao valor da coisa na época em que se eventeu, atualizado segundo os índices admitidos pela legislação do imposto de renda, não incide imposto sobre a renda, conforme disposição contida no inciso IV do art. 7º da IN RFB nº 1.500/2014 e

II- Sobre o valor da indenização por evicção que exceder o valor atualizado da coisa evicta (calculado conforme item I, acima) e/ou que corresponder a indenização por lucros cessantes incidirá IRRF, a título de antecipação do devido na Declaração de Ajuste Anual (DAA), conforme disposição contida no inciso X do artigo 22 da Instrução Normativa RFB nº 1.500/2014.

Solução de Consulta vinculada à Solução de Consulta Cosit nº 122, de 8 de fevereiro DE 2017, PUBLICADA NO DOU DE 17 de fevereiro de 2017

Dispositivos Legais: Instrução Normativa RFB nº 1.500/2014, art. 7º, inciso IV, e art. art. 22, inciso X.

KARINA ALESSANDRA DE MATTERA GOMES  
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.023,  
DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017

Assunto: Normas de Administração Tributária  
INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA. REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO.

Considerando que a opção pelo regime é irrevogável enquanto perdurarem direitos de crédito ou obrigações do incorporador junto aos adquirentes dos imóveis da incorporação, o RET será adotado em relação às receitas recebidas após a efetivação da opção, referentes às unidades vendidas antes da conclusão da obra, as quais componham a incorporação afetada, mesmo que essas receitas sejam recebidas após a conclusão da obra ou a entrega do bem.

Não se sujeitam ao RET as receitas decorrentes das vendas de unidades imobiliárias realizadas após a conclusão da respectiva edificação.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 244, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispositivos Legais: Lei nº 4.591, de 1964, arts. 31-A a 31-E; IN RFB nº 934, de 2009, arts. 1º e 2º, inc. I; IN RFB nº 1.435, de 2013, art. 2º e 3º, inc. I.

KARINA ALESSANDRA DE MATTERA GOMES  
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.024,  
DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep  
NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMOS. SERVIÇOS DE COLETA, DE TRANSPORTE, DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E DE DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS INDUSTRIAIS.

Na sistemática de apuração não cumulativa da Contribuição para PIS/Pasep, a possibilidade de creditamento, na modalidade aquisição de insumos, deve ser apurada tendo em conta o produto destinado à venda ou o serviço prestado ao público externo pela pessoa jurídica.

O termo "insumo" consignado no inciso II do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, foi utilizado em sua acepção restritiva, para alcançar apenas bens e serviços direta e imediatamente relacionados com a produção de bens destinados à venda ou com a prestação de serviços a terceiros.

Não são considerados insumos para fins de creditamento no regime não cumulativo da Contribuição para o PIS/Pasep, bens e serviços que mantenham relação indireta e mediata com a produção de bem destinado à venda ou com a prestação de serviço ao público externo.

Os bens ou serviços considerados insumos para efeitos do II do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, são utilizados nas atividades finalísticas da pessoa jurídica e participam direta, específica e inafastavelmente do processo de produção de bens e da prestação de serviços.

A prestação de serviços de coleta, de transporte, de triagem de materiais recicláveis e de destinação final dos resíduos industriais, não gera direito a créditos da Contribuição para o PIS/Pasep para a pessoa jurídica sujeita à incidência não cumulativa dessas contribuições adquirente de referidos serviços.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 7, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

Dispositivos Legais: art. 3º da Lei nº 10.637, de 29 de dezembro de 2002; art. 66 da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, e art. 8º da Instrução Normativa SRF nº 404, de 12 de março de 2004.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMOS. SERVIÇOS DE COLETA, DE TRANSPORTE, DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E DE DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS INDUSTRIAIS.

Na sistemática de apuração não cumulativa da Cofins, a possibilidade de creditamento, na modalidade aquisição de insumos, deve ser apurada tendo em conta o produto destinado à venda ou o serviço prestado ao público externo pela pessoa jurídica.

O termo "insumo" consignado no inciso II do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003, foi utilizado em sua acepção restritiva, para alcançar apenas bens e serviços direta e imediatamente relacionados com a produção de bens destinados à venda ou com a prestação de serviços a terceiros.

Não são considerados insumos para fins de creditamento no regime não cumulativo da Cofins, bens e serviços que mantenham relação indireta e mediata com a produção de bem destinado à venda ou com a prestação de serviço ao público externo.

Os bens ou serviços considerados insumos para efeitos do II do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003, são utilizados nas atividades finalísticas da pessoa jurídica e participam direta, específica e inafastavelmente do processo de produção de bens e da prestação de serviços.

A prestação de serviços de coleta, de transporte, de triagem de materiais recicláveis e de destinação final dos resíduos industriais, não gera direito a créditos da Cofins para a pessoa jurídica sujeita à incidência não cumulativa dessas contribuições adquirente de referidos serviços.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA COSIT Nº 7, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

Dispositivos Legais: art. 3º da Lei nº 10.833, de 30 de dezembro de 2003; art. 66 da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, e art. 8º da Instrução Normativa SRF nº 404, de 12 de março de 2004.

KARINA ALESSANDRA DE MATTERA GOMES  
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.025,  
DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017

Assunto: Normas de Administração Tributária  
INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA. REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO. OPÇÃO.

A opção da incorporação imobiliária no Regime Especial de Tributação (RET), instituído pelo art. 1º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, será considerada efetivada quando atendidos os requisitos previstos no art. 2º dessa lei, e na Instrução Normativa da RFB vigente.

É possível a opção da incorporação imobiliária no RET, ainda que iniciada a obra, hipótese em que o recolhimento dos tributos, na forma do regime especial, deverá ser feito a partir do mês da opção.

Não existe previsão legal para opção retroativa pelo RET. Considerando que a opção pelo regime é irrevogável enquanto perdurarem direitos de crédito ou obrigações do incorporador junto aos adquirentes dos imóveis da incorporação, o RET será adotado em relação às receitas recebidas após a efetivação da opção, referentes às unidades vendidas antes da conclusão da obra, as quais componham a incorporação afetada, mesmo que essas receitas sejam recebidas após a conclusão da obra ou a entrega do bem.

Não se sujeitam ao RET as receitas decorrentes das vendas de unidades imobiliárias realizadas após a conclusão da respectiva edificação.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 244, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispositivos Legais: Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, arts. 31-A a 31-E; Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, arts. 1º a 10; IN RFB nº 1.435, de 2013; IN RFB nº 934, de 27 de abril de 2009.

KARINA ALESSANDRA DE MATTERA GOMES  
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL  
DA 9ª REGIÃO FISCAL  
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
NO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1,  
DE 30 DE MARÇO DE 2017

Inscrição no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, declara:

Art. 1º Ficam inscritas no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, com fundamento no art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, as seguintes pessoas físicas:

| NOME                    | CPF            | PROCESSO             |
|-------------------------|----------------|----------------------|
| NIVALDO CABRAL NETO     | 077.615.099-56 | 10921.720173/2017-66 |
| BRUNO EDUARDO DE LARA   | 066.030.139-32 | 10921.720174/2017-19 |
| FABIO LINDOLFO DA SILVA | 018.938.129-95 | 10921.720175/2017-55 |

Art. 2º Os Ajudantes de Despachante Aduaneiro acima mencionados, deverão incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA, para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, de acordo com a IN RFB nº 1.273, de 6 de junho de 2012.

Art. 3º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDWILSON PASCOAL DA MOTA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 63, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de

dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 16.500 (dezesesseis mil e quinhentos) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

| Unidade | Caixa | Marca comercial             | Características do produto                                                     |
|---------|-------|-----------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|
| 10.800  | 900   | Jack Daniel's Black LB      | Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 500 ml, 40% GL idade até 8 anos. |
| 4.080   | 680   | Gentleman Jack              | Uísque americano, em caixas de 6 garrafas de 1000 ml, 40% GL idade até 8 anos. |
| 1.620   | 270   | Jack Daniel's Single Barrel | Uísque americano, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 40% GL idade até 8 anos.  |

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

#### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 64, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

| Unidade | Caixa | Marca comercial | Características do produto                                                      |
|---------|-------|-----------------|---------------------------------------------------------------------------------|
| 15.180  | 1.265 | Jack Daniel's   | Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL idade até 8 anos. |

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

#### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 65, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

| Unidade | Caixa | Marca comercial | Características do produto                                                      |
|---------|-------|-----------------|---------------------------------------------------------------------------------|
| 15.180  | 1.265 | Jack Daniel's   | Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL idade até 8 anos. |

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

#### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 66, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

| Unidade | Caixa | Marca comercial | Características do produto                                                      |
|---------|-------|-----------------|---------------------------------------------------------------------------------|
| 15.180  | 1.265 | Jack Daniel's   | Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL idade até 8 anos. |

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

#### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 67, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Autoriza O Fornecimento De Selos De Controle De Bebidas Para Importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

| Unidade | Caixa | Marca comercial | Características do produto                                                      |
|---------|-------|-----------------|---------------------------------------------------------------------------------|
| 15.180  | 1.265 | Jack Daniel's   | Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL idade até 8 anos. |

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

#### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 68, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

| Unidade | Caixa | Marca comercial | Características do produto                                                      |
|---------|-------|-----------------|---------------------------------------------------------------------------------|
| 15.180  | 1.265 | Jack Daniel's   | Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL idade até 8 anos. |

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

#### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 69, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

| Unidade | Caixa | Marca comercial | Características do produto                                                      |
|---------|-------|-----------------|---------------------------------------------------------------------------------|
| 15.180  | 1.265 | Jack Daniel's   | Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL idade até 8 anos. |

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

#### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 70, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

| Unidade | Caixa | Marca comercial | Características do produto                                                      |
|---------|-------|-----------------|---------------------------------------------------------------------------------|
| 15.180  | 1.265 | Jack Daniel's   | Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL idade até 8 anos. |

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

#### ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ

#### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Declara cancelamento do registro de Aju-dante de Despachante Aduaneiro.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ, no uso da competência conferida pelo inciso I do art. 782 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), resolve:



Art. 1º Cancelar o registro do Ajudante de Despachante Aduaneiro Bernardo Weber, CPF nº 017.596.540-43, concedido pelo Ato Declaratório Executivo DIANA/SRRF9 nº 21, de 18 de dezembro de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2014, em cumprimento à decisão administrativa proferida nos autos do Processo nº 10909.722106/2016-63, que aplicou a sanção administrativa de cancelamento do registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro, com fulcro no art. 76, inciso III, alínea "c" e §§ 1º, 2º, 6º ao 10º, 10º-A, 11 ao 13, da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003 e art. 735, inciso III, alínea "c", §§ 1º, 2º, 6º, 7º, 782, inciso II, 783 (observadas as alterações decorrentes da Lei nº13.043, de 2014) e 808 a 810 do Regulamento Aduaneiro aprovado pelo Decreto nº 6.759/09 e alterado pelos Decretos nº 7.044/2009, 7.213/2010 e 8.010/2013. Artigo 5º, § 3º, do Decreto-Lei nº 2.472, de 1º de setembro de 1988.

Art. 2º Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

KLEBS GARCIA PEIXOTO JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Declara a Suspensão da inscrição de Des-pachante Aduaneiro.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ, no uso da competência conferida pelo inciso I do art. 782 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), resolve:

Art. 1º Suspender a inscrição do Despachante Aduaneiro FERNANDO VIDAL FOLETTO, CPF 024.397.800-65, em cumprimento à decisão administrativa proferida nos autos do Processo nº 10909.722119/2016-32, que aplicou a sanção administrativa de suspensão do registro de Despachante Aduaneiro, com fulcro no artigo 76, inciso II, alínea "d" e §§ 1º, 2º, 4º, 7º ao 10, 10º-A, 11 ao 13, da Lei nº 10.833, de 2003, com a redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014; art. 735, inciso II, alínea "d", §§ 1º, 2º, 4º, 7º, 782, inciso I, art. 783 (observadas as alterações decorrentes da Lei nº 13.043, de 2014) e artigos 808 a 810 do Regulamento Aduaneiro aprovado pelo Decreto nº 6.759/09 e alterado pelos Decretos nº 7.044/2009, 7.213/2010 e 8.010/2013; e artigo 5º do Decreto-Lei nº 2.472, de 1º de setembro de 1988, pelo prazo de 03 (três) meses.

Art. 2º Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

KLEBS GARCIA PEIXOTO JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL  
DA 10ª REGIÃO FISCAL  
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
EM CAXIAS DO SUL

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo DRF/CXL n.º 16, de 3 de abril de 2017, publicado no D. O. U. de 4 de abril de 2017, Seção 1, página 167, na descrição do produto, Onde se lê: "Bebida Alcoólica Mista, marca Bossa 6 Bellini, classificação fiscal 2208.00.90 e Sangria, marca Sangue de Boi, classificação fiscal 2208.00.90", Leia-se: "Bebida Alcoólica Mista, marca Bossa 6 Bellini, classificação fiscal 2206.00.90 e Sangria, marca Sangue de Boi, classificação fiscal 2206.00.90".

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA Nº 268, DE 3 DE ABRIL DE 2017

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria SE nº 1.048, de 23 de novembro de 2016 e o artigo 1º da Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e tendo em vista o disposto na Portaria MEFP nº 547, de 23 de julho de 1992, na Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, e na Portaria nº 91, de 24 de abril de 1992, do Ministro de Estado da Agricultura e da Reforma Agrária, resolve:

Art. 1º Declarar o valor nominal reajustado dos Títulos da Dívida Agrária, a partir de janeiro de 1989, para o mês de abril de 2017:

| VALOR DE REFERÊNCIA<br>Base maio/92<br>Cruzeiros | VALOR NOMINAL REAJUSTADO<br>Reais |
|--------------------------------------------------|-----------------------------------|
| 79.297,75                                        | 98,40                             |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO PUCCINI SECUNHO

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL  
DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR  
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 190, DE 15 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº

8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44000.001918/04-83 sob o comando SEI nº, resolve:

Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a Telxius Torres Brasil Ltda., CNPJ nº 23.842.855/0001-65, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Visão Telefônica - CNPB nº 2011.0019-19, e a Visão Prev Sociedade de Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 262, DE 22 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 00000.003015/2919-78 sob o NUP 44011.001426/2017-83 e Documento SEI nº 0016511, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Aposentadoria Básico, CNPB nº 1980.0005-65, administrado pela Phrosper-Previdência Rhodia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 264, DE 22 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 300000.001820/1989-58, sob o comando SEI nº 420424170 e juntada nº 0016644, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o estatuto da Texprev Texaco Sociedade Previdenciária, nos termos do supracitado processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 266, DE 23 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 00000.003015/2919-78 sob o NUP 44011.001428/2017-72 e Documento SEI nº 0016517, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Aposentadoria Suplementar, CNPB nº 1996.0031-19, administrado pela Phrosper-Previdência Rhodia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 273, DE 27 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.000184/2016-20, resolve:

Art. 1º Autorizar a retirada de patrocínio da UTCPREV - Fundo Múltiplo de Previdência Privada, CNPJ nº 03.017.767/0001-11, do Plano de Benefícios Springer - CNPB nº 1999.0010-11, administrado pelo ICATUFMP - Ícatu Fundo Multipatrocinado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 314, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I alíneas "a" e "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44000.004202/94-78, sob o comando SEI nº 429189961 e juntada nº 0012552, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento do Plano Amazul Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil.

Art. 2º Inscrever sob o nº 2017.0005-74, no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios, o Plano Amazul Prev.

Art. 3º Aprovar o Convênio de Adesão da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A., CNPJ nº 18.910.028/0001-21, na condição de patrocinadoras do Plano Amazul Prev, CNPB nº 2017.0005-74.

Art. 4º Fixar o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para início de funcionamento do referido plano, devendo a ocorrência ser comunicada à Previc.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 317, DE 31 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.002753/2017-52, sob o comando SEI nº 430413611, resolve:

Art. 1º Aprovar a constituição e autorizar o funcionamento da Fundação de Previdência Complementar do Estado de Goiás - PREVCOM-GO como entidade fechada de previdência complementar.

Art. 2º Aprovar o Estatuto da Fundação de Previdência Complementar do Estado de Goiás - PREVCOM-GO.

Art. 3º Estabelecer o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias para o início efetivo das atividades, contados a partir da data de publicação desta Portaria, devendo a ocorrência ser comunicada à Previc.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS  
PRIVADOS

PORTARIA Nº 6.859, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n. 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.604961/2017-50, resolve:

Art. 1ºAprovar o encerramento da dependência de HDI SEGUROS S.A., CNPJ n. 29.980.158/0001-57, localizada na Rua Ipiranga, 95 - Loja 102/103, Centro, Canoas - RS, conforme deliberação tomada por seus diretores na reunião realizada em 1º de março de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES

Ministério da Integração Nacional

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS  
CONTRA AS SECAS

PORTARIA Nº 141, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS, no uso de suas atribuições, que lhe confere o artigo 11 da Lei nº 4.229, de 01 de junho de 1963, e: Considerando as disposições constantes nos Arts. 1º e 13 da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016 e no Decreto nº 8.929, de 09 de dezembro de 2016. Considerando ainda o alto índice de inadimplência da venda dos lotes localizados nos perímetros públicos de irrigação do DNOCS e tarifa K1, situação que vem se agravando durante os últimos anos, resolve:

DISPOSIÇÕES GERAIS:

Art. 1º - Aprovar os critérios e procedimentos operacionais complementares de que trata o art. 10 do Decreto nº 8.929, de 09 de dezembro de 2016, que regulamentou a Lei nº 13.340, de 26 de setembro de 2016, e que autorizou a liquidação das dívidas de pessoas físicas referentes à venda de lotes para titulação e à tarifa de uso ou amortização das infraestruturas de irrigação de uso comum dos Projetos Públicos de Irrigação (Tarifa K1), do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, conforme o art. 13 da referida lei.

Art. 2º - Para tornar conhecidos os procedimentos, a Diretoria Administrativa/Núcleo de Arrecadação e os distritos de irrigação locais deverão comunicar aos irrigantes, eventualmente beneficiados pela Lei nº 13.340/2016, sobre a possibilidade de rebate nas dívidas vencidas.

Art. 3º - Na ausência da formalização dos pedidos até a data limite de 29 de dezembro de 2017, os irrigantes beneficiados serão notificados para a regularização do débito, conforme o art. 3º da Portaria nº 262, de 1º de julho de 2013.

Art. 4º - Os irrigantes com débitos de parcelas vencidas referentes à amortização dos lotes agrícolas localizados nos perímetros irrigados do DNOCS e tarifa K1, se houver, terão direito ao rebate nos percentuais estabelecidos no art. 1º da Lei nº 13.340/2016.

Art. 5º - Os irrigantes que atendam aos critérios estabelecidos na Lei nº 13.340/2016 e que fizeram o parcelamento administrativo concedido pela Portaria nº 99, de 31 de março de 2014, terão direito ao rebate mencionado no artigo anterior, incidente sobre o total vencido das parcelas anuais e sobre o saldo devedor das parcelas mensais. Parágrafo Único. Os irrigantes que fazem jus aos benefícios mencionados no art. 1º da Lei nº 13.340/2016 poderão solicitar o parcelamento administrativo dos seus débitos, nos termos da Portaria nº 99 de 31 de março de 2014.

Art. 6º - Para fins de apuração do percentual de desconto, a data a ser considerada será a do contrato original de titulação do lote. § 1º. No caso de lotes transferidos nos perímetros públicos de irrigação, para os efeitos da concessão de rebate, a data a ser considerada é a do contrato original. § 2º. No caso específico das dívidas da tarifa K1, as datas de contratação consideradas, para fins de aplicação dos percentuais de desconto, são aquelas referentes às datas de publicação das portarias ministeriais que definiram os valores da referida tarifa para cada ano.

#### DO PROCESSO ADMINISTRATIVO:

Art. 7º - Os irrigantes que fazem jus ao rebate de que trata a Lei nº 13.340 deverão procurar os distritos de irrigação ou a Diretoria Administrativa/Núcleo de Arrecadação para formalizar o pedido de rebate até a data limite de 29 de dezembro de 2017.

Art. 8º - O pedido de rebate deverá ser requerido pelo interessado perante a Diretoria Administrativa.

Art. 9º - O processo administrativo para a concessão do rebate deverá ser instruído com: a) Cópia da Carteira de Identidade e CPF do titular ou do representante legal, bem como de comprovante de residência; b) Cópia da Escritura Pública de Compra e Venda ou documento válido que comprove a titularidade do lote; c) No caso de representante legal, original ou cópia autenticada da procuração pública registrada em cartório, específica para fins de rebate, conforme a Lei nº 13.340/2016 e Decreto nº 8.929/2016; d) Pedido de rebate, conforme Anexo I; e) Declaração de inexistência de ação judicial contestando crédito ou de embargos opostos, conforme Anexo II, ou, na inexistência destes, de desistência e renúncia, devidamente comprovados por meio de cópia da petição protocolizada no respectivo cartório judicial; f) Termo de confissão de dívida, conforme Anexo III; g) Demonstrativos de débitos referentes a lotes e tarifa K1 (se houver); h) Cópia da planilha de cálculo; i) Cópia da GRU (Guia de Recolhimento da União).

Art. 10º - Os distritos de irrigação e o Núcleo de Arrecadação deverão formalizar o processo para cada solicitação de rebate de dívida em até 30 dias, contados a partir da assinatura do pedido de rebate e da assinatura do termo de confissão de dívida. § 1º. A Guia de Recolhimento da União (GRU) para pagamento do rebate terá o seu vencimento no prazo de 30 dias, contados a partir da data da assinatura do pedido de rebate e do termo de confissão de dívida. § 2º. O prazo para pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU) de que trata o parágrafo anterior, para os irrigantes que requererem o rebate após a data de 29 de novembro, poderá ser menor do que 30 dias, não podendo ultrapassar a data limite mencionada no Art. 7º.

Art. 11º - A concessão do rebate somente poderá ser solicitada uma única vez, sendo formalizada com o pedido e a assinatura do termo de confissão de dívida.

Art. 12º - O pedido de rebate e o termo de confissão de dívida deverão ser emitidos individualmente para cada lote. Parágrafo Único. O termo de confissão de dívida será assinado em 2 (duas) vias, sendo uma entregue ao devedor e a outra para compor o processo administrativo aberto para cada pedido de rebate.

#### DISPOSIÇÕES FINAIS:

Art. 13º - Cabe ao Núcleo de Arrecadação proceder os cálculos necessários à apuração do percentual de rebate, nos termos do art. 1º da Lei nº 13.340, e a emissão da Guia de Recolhimento da União (GRU). Parágrafo Único. Conforme o art. 8º da Lei nº 13.340/2016, caso a atualização devida para fins de apurar o percentual de desconto resulte em saldo credor ou igual a zero, a operação será considerada liquidada, ficando vedada a devolução de valores pagos ou a utilização desse montante na amortização de outra dívida do beneficiário.

Art. 14º - Para fins de apuração do percentual e rebate, foi disponibilizada planilha eletrônica baseada em modelo fornecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), adaptada às peculiaridades e necessidades do DNOCS.

Art. 15º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor Administrativo, que, se julgar necessário, poderá submeter o assunto à Diretoria Colegiada do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS.

ROBERTO OTTO PENNA MASSLER  
Substituto

## SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

### PORTARIA Nº 41, DE 31 DE MARÇO DE 2017

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

| UF | Município                 | Desastre                                                  | Decreto | Data     | Processo             |
|----|---------------------------|-----------------------------------------------------------|---------|----------|----------------------|
| BA | Riachão de Jacuípe        | Seca - 1.4.1.2.0                                          | 25      | 02/02/17 | 59051.003375/2017-25 |
| BA | Encruzilhada              | Estiagem - 1.4.1.1.0                                      | 50      | 16/03/17 | 59051.003376/2017-70 |
| BA | Novo Triunfo              | Estiagem - 1.4.1.1.0                                      | 433     | 06/03/17 | 59051.003363/2017-09 |
| BA | Santo Estêvão             | Estiagem - 1.4.1.1.0                                      | 431     | 10/03/17 | 59051.003368/2017-23 |
| BA | Rio do Pires              | Estiagem - 1.4.1.1.0                                      | 51      | 17/03/17 | 59051.003367/2017-89 |
| BA | Campo Formoso             | Seca - 1.4.1.2.0                                          | 141     | 06/03/17 | 59051.003364/2017-45 |
| BA | Poções                    | Estiagem - 1.4.1.1.0                                      | 210     | 08/03/17 | 59051.003371/2017-47 |
| BA | Pintadas                  | Seca - 1.4.1.2.0                                          | 39      | 13/02/17 | 59051.003346/2017-63 |
| BA | Rio Real                  | Seca - 1.4.1.2.0                                          | 153     | 06/03/17 | 59051.003331/2017-03 |
| BA | Seabra                    | Seca - 1.4.1.2.0                                          | 108     | 21/02/17 | 59051.003310/2017-80 |
| MA | Marajá do Sena            | Enxurradas - 1.2.2.0.0                                    | 12      | 24/02/17 | 59051.003275/2017-07 |
| MG | Serranópolis de Minas     | Estiagem - 1.4.1.1.0                                      | 784     | 06/03/17 | 59051.003356/2017-07 |
| MG | Luislândia                | Estiagem - 1.4.1.1.0                                      | 15      | 15/02/17 | 59051.003345/2017-19 |
| MG | Ponto Chique              | Estiagem - 1.4.1.1.0                                      | 10      | 20/03/17 | 59051.003311/2017-24 |
| MT | Aripuanã                  | Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4 | 3058    | 02/03/17 | 59051.003354/2017-18 |
| MT | Luciara                   | Inundações - 1.2.1.0.0                                    | 005     | 02/03/17 | 59051.003325/2017-48 |
| MT | Porto Alegre do Norte     | Inundações - 1.2.1.0.0                                    | 881     | 02/03/17 | 59051.003327/2017-37 |
| MT | Confresa                  | Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4 | 78      | 03/03/17 | 59051.003312/2017-79 |
| PA | Abel Figueiredo           | Inundações - 1.2.1.0.0                                    | 11      | 03/03/17 | 59051.003342/2017-85 |
| PA | São Félix do Xingu        | Inundações - 1.2.1.0.0                                    | 1234    | 07/03/17 | 59051.003321/2017-60 |
| PA | Santa Maria das Barreiras | Enxurradas - 1.2.2.0.0                                    | 2722    | 24/02/17 | 59051.003313/2017-13 |
| PA | Novo Progresso            | Alagamentos - 1.2.3.0.0                                   | 39      | 07/03/17 | 59051.003294/2017-25 |
| PA | Bragança                  | Erosão Costeira/Marinha - 1.1.4.1.0                       | 77      | 14/02/17 | 59051.003227/2017-19 |
| PR | Altonia                   | Enxurradas - 1.2.2.0.0                                    | 36      | 23/02/17 | 59051.003307/2017-66 |
| RS | Cristal                   | Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4 | 2471    | 13/03/17 | 59051.003386/2017-13 |
| RS | Dona Francisca            | Enxurradas - 1.2.2.0.0                                    | 25      | 14/03/17 | 59051.003383/2017-71 |
| RS | São Valentim do Sul       | Enxurradas - 1.2.2.0.0                                    | 17      | 07/03/17 | 59051.003348/2017-52 |
| SP | Santo Antônio de Posse    | Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4 | 3154    | 03/03/17 | 59051.003377/2017-14 |

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

### PORTARIA Nº 42, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

| UF | Município            | Desastre                                                  | Decreto | Data     | Processo             |
|----|----------------------|-----------------------------------------------------------|---------|----------|----------------------|
| AP | Laranjal do Jari     | Inundações - 1.2.1.0.0                                    | 175     | 23/03/17 | 59051.003393/2017-15 |
| BA | Ouricangas           | Estiagem - 1.4.1.1.0                                      | 60      | 08/03/17 | 59051.003415/2017-39 |
| BA | São Gabriel          | Estiagem - 1.4.1.1.0                                      | 42      | 21/03/17 | 59051.003366/2017-34 |
| BA | Nordestina           | Estiagem - 1.4.1.1.0                                      | 92      | 23/02/17 | 59051.003328/2017-81 |
| MG | Bocaiuva             | Estiagem - 1.4.1.1.0                                      | 6431    | 22/02/17 | 59051.003402/2017-60 |
| MG | Indaiabira           | Seca - 1.4.1.2.0                                          | 12      | 02/03/17 | 59051.003385/2017-61 |
| PA | Abel Figueiredo      | Inundações - 1.2.1.0.0                                    | 11      | 03/03/17 | 59051.003342/2017-85 |
| RS | Faxinal do Soturno   | Enxurrada - 1.2.2.0.0                                     | 2756    | 13/03/17 | 59051.003405/2017-01 |
| RS | Canguçu              | Tempestade Local/Convectiva - Tornados - 1.3.2.1.1        | 7230    | 14/03/17 | 59051.003396/2017-41 |
| RS | Espumoso             | Enxurrada - 1.2.2.0.0                                     | 3035    | 20/03/17 | 59051.003398/2017-30 |
| RS | Vanini               | Tempestade Local/Convectiva - Vendaval - 1.3.2.1.5        | 13      | 10/03/17 | 59051.003387/2017-50 |
| SE | Ribeirópolis         | Seca - 1.4.1.2.0                                          | 155     | 13/03/17 | 59051.003401/2017-15 |
| SP | Presidente Venceslau | Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4 | 30      | 01/03/17 | 59051.003380/2017-38 |

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW



Ministério da Justiça e Segurança Pública

CONSELHO ADMINISTRATIVO  
DE DEFESA ECONÔMICA  
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL  
Em 3 de abril de 2017

Nº 419 - Ato de Concentração nº 08700.001033/2017-48. Reque-  
rentes: Micro Focus International plc, Entco Spincó, Inc.. Advogados:  
Tito Amaral de Andrade, Marcos Exposto e outros. Acolho o Parecer  
Técnico nº 6/2017/CGAA2/SGA1/SG, de 31 de março de 2017 e,  
com fulcro no § 1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões  
à esta decisão, inclusive como sua motivação. Assim, decido pela  
aprovação, sem restrições, do referido ato de concentração, nos ter-  
mos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11. Ao Setor Pro-  
cessual.

Em 4 de abril de 2017

Nº 430 - Ato de Concentração nº 08700.001503/2017-73. Reque-  
rentes: Total E&P do Brasil Ltda. e Petróleo Brasileiro S/A. Ad-  
vogados: Eduardo Molan Gaban, Alex Azevedo Messeder e outros.  
Decido pela aprovação sem restrições.

EDUARDO FRADE RODRIGUES

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA EXECUTIVA  
COORDENAÇÃO-GERAL  
DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 1.300, DE 10 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGU-  
RANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições  
que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada  
pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte inte-  
ressada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº  
2017/14734 - DPF/SJK/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A  
TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº  
17.428.731/0093-53, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:  
810 (oitocentas e dez) Munições calibre .380  
1365 (uma mil e trezentas e sessenta e cinco) Munições  
calibre 12  
1962 (uma mil e novecentas e sessenta e duas) Munições  
calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação  
no DOU.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.303, DE 10 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGU-  
RANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições  
que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada  
pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte inte-  
ressada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº  
2017/14640 - DPF/CAS/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A  
TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº  
17.428.731/0090-00, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:  
225 (duzentas e vinte e cinco) Munições calibre .380  
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação  
no DOU.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.330, DE 13 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGU-  
RANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições  
que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada  
pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte inte-  
ressada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº  
2017/14455 - DPF/RPO/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço  
orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Pa-  
trimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará  
no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO JABOTICABAL  
SHOPPING, CNPJ nº 01.610.392/0001-73 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.409, DE 15 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGU-  
RANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições  
que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada  
pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte inte-  
ressada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/8928  
- DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por  
01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida  
à empresa SISTEMA DE SEGURANÇA PRIVADA RODRIGUES  
LTDA -ME, CNPJ nº 18.593.359/0001-85, especializada em seguran-  
ça privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar  
em Alagoas, com Certificado de Segurança nº 618/2017, expedido  
pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.506, DE 22 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGU-  
RANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições  
que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada  
pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte inte-  
ressada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº  
2017/10398 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço  
orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Pa-  
trimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará  
no D.O.U., concedida à empresa L'HOTEL LTDA, CNPJ nº  
58.762.691/0001-40 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.517, DE 23 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGU-  
RANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições  
que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada  
pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte inte-  
ressada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº  
2017/11332 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por  
01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida  
à empresa INTELIGENCIA SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ  
nº 11.808.559/0001-69, especializada em segurança privada, na(s) ati-  
vidade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com  
Certificado de Segurança nº 659/2017, expedido pelo  
DREX/SR/DPE.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.544, DE 24 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGU-  
RANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições  
que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada  
pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte inte-  
ressada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº  
2017/17007 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

Conceder autorização à empresa CEFOR CENTRO DE  
FORM E ESP EM SEG PRIV LTDA, CNPJ nº 01.173.638/0001-97,  
sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:  
1965 (uma mil e novecentas e sessenta e cinco) Munições  
calibre .380  
1307 (uma mil e trezentas e sete) Munições calibre 12  
107764 (cento e sete mil e setecentas e sessenta e quatro)  
Munições calibre 38  
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação  
no DOU.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.550, DE 24 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGU-  
RANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições  
que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada  
pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte inte-  
ressada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº  
2017/17044 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

Conceder autorização à empresa CEFOR SEGURANCA  
PRIVADA LTDA, CNPJ nº 07.608.821/0001-54, sediada no Mara-  
nhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:  
500 (quinhentas) Munições calibre .380  
500 (quinhentas) Munições calibre 12  
5000 (cinco mil) Munições calibre 38  
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação  
no DOU.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.563, DE 24 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGU-  
RANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições  
que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada  
pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte inte-  
ressada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº  
2016/92105 - DPF/IJO/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por  
01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida  
à empresa JOSÉ MARCOS AMORIM DE CASTRO VIGILANCIA  
E SEGURANCA PRIVADA -ME, CNPJ nº 09.420.322/0001-64, es-  
pecializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância  
Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº  
669/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.567, DE 24 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGU-  
RANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições  
que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada  
pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte inte-  
ressada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº  
2017/17048 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

Conceder autorização à empresa CENTRO DE FORMA-  
ÇÃO DE PROFISSIONAIS EM SEGURANÇA TIRADENTES S/A,  
CNPJ nº 03.720.968/0001-80, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:  
6 (seis) Carabinas calibre 38  
6 (seis) Pistolas calibre .380  
6 (seis) Revólveres calibre 38  
5000 (cinco mil) Munições calibre .380  
5000 (cinco mil) Munições calibre 12  
80000 (oitenta mil) Munições calibre 38  
80000 (oitenta mil) Espoletas calibre 38  
10000 (dez mil) Gramas de pólvora  
80000 (oitenta mil) Projéteis calibre 38  
5000 (cinco mil) Espoletas calibre .380  
5000 (cinco mil) Projéteis calibre .380  
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação  
no DOU.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.589, DE 28 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGU-  
RANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições  
que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada  
pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte inte-  
ressada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/5816  
- DELESP/DREX/SR/DPF/SE, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um)  
ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa OR-  
DEPSEG - SEGURANÇA EIRELI - EPP, CNPJ nº 12.408.848/0001-  
33, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vi-  
gilância Patrimonial, para atuar em Sergipe, com Certificado de Se-  
gurança nº 388/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA  
RODOVIÁRIA FEDERAL  
COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES

PORTARIA Nº 25, DE 3 DE ABRIL DE 2017

Descredencia a empresa ALEXANDRO  
ALVES DOS SANTOS-ME da execução  
dos serviços especializados de escolta "de  
terceiros".

O COORDENADOR-GERAL DE OPERAÇÕES DA PO-  
LÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi  
conferida pelo art. 25, inciso XI, do Regimento Interno da Polícia  
Rodoviária Federal, instituído pela Portaria nº 1.375, de 2 de agosto  
de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça,

CONSIDERANDO o disposto no Manual de Procedimentos  
Operacionais nº 17, instituído pela Instrução Normativa nº 08, de 2 de  
maio de 2012, da Senhora Diretora-Geral da Polícia Rodoviária Fed-  
eral, e atualizado pela Portaria Normativa nº 08, de 5 de fevereiro de  
2016, do Senhor Coordenador-Geral de Operações da Polícia Ro-  
doviária Federal; e

CONSIDERANDO o disposto no processo nº  
08.672.002.101/2014-28, resolve:

Art. 1º Descredenciar a empresa ALEXANDRO ALVES  
DOS SANTOS-ME, credenciada neste DPRF sob o número 347,  
inscrita no CNPJ nº 00.484.363/0001-40, estabelecida à Rua Porto da  
Folha, nº 757 - sala 03 - Bairro Cirurgia - Aracaju/SE, CEP 49.055-  
365, da execução dos serviços especializados de escolta "própria e de  
terceiros", aos veículos transportadores de cargas indivisíveis exce-  
dentes em peso e/ou dimensões.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 034 de 15 de setembro de  
2014, que credenciou a referida empresa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua pu-  
blicação.

ANTONIO VITAL DE MORAES JÚNIOR

**SECRETARIA NACIONAL  
DE JUSTIÇA E CIDADANIA  
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES**

**DESPACHOS DO DIRETOR ADJUNTO**

Considerando que houve a perda do objeto, determino o ARQUIVAMENTO do recurso, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada. Processo Nº 08000.003198/2016-61 - DAVID ALEJANDRO MARTINEZ OCAMPO

Considerando que houve a perda do objeto, determino o ARQUIVAMENTO do recurso, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada. Processo Nº 08000.003196/2016-71 - JOSELITO PADUL GENERAL

Considerando que houve a perda do objeto, determino o ARQUIVAMENTO do recurso, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada. Processo Nº 08000.003184/2016-47 - VICENTE TOLENTIN JUGO

Considerando que houve a perda do objeto, determino o ARQUIVAMENTO do recurso, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada. Processo Nº 08000.003173/2016-67 - DARIUS CRUZ ABELLO

Considerando que houve a perda do objeto, determino o ARQUIVAMENTO do recurso, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada. Processo Nº 08000.003170/2016-23 - ROSS-MANN GARVIDA MINA

Considerando que houve a perda do objeto, determino o ARQUIVAMENTO do recurso, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada. Processo Nº 08000.003163/2016-21 - MARK ANTHONY JAMILLA CASTAÑEDA

Considerando que houve a perda do objeto, determino o ARQUIVAMENTO do recurso, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada. Processo Nº 08000.000621/2016-71 - JEREMIE JEAN CHRISTIAN COUTURIER

Considerando que houve a perda do objeto, determino o ARQUIVAMENTO do recurso, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada. Processo Nº 08000.034926/2015-03 - ALBERTO ROSSO

Considerando que houve a perda do objeto, determino o ARQUIVAMENTO do recurso, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada, bem como REVOGO o Despacho nº 14087/2016/DPMIG\_Porr. Trabalho/DPMIG/DEMIG/SNJ, tendo em vista a ocorrência de fato superveniente que acarretou em prejuízo na finalidade do referido ato administrativo processual. Processo Nº 08000.003225/2016-03 - WENDELL LIWAG CASTILLO

INDEFIRO o recurso, tendo em vista que o interessado não cumpriu a exigência encaminhada e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União 28/07/2016, Seção 1, pag. 56. Processo Nº 08000.012661/2015-84 - DEEPAK VERMA

INDEFIRO o recurso, tendo em vista que o(a) interessado(a) não cumpriu a exigência encaminhada e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 17/03/2016, Seção 1, pag. 16.

Processo Nº 08270.028376/2015-03 - HUGO ESTEVES DE VASCONCELOS

INDEFIRO o recurso, tendo em vista a mudança de empregador sem autorização expressa do Ministério da Justiça, nos termos do art. 100 da Lei 6.815/80 c/c o art. 3º, do Decreto-lei nº 4.657, de 04/09/1942, e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 03/03/2017, Seção 1, pag. 68. Processo Nº 08260.003168/2015-11 - MICHELLE CULLEN

NÃO CONHEÇO do recurso, tendo em vista que o(a) interessado(a) não cumpriu a exigência encaminhada e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 08/07/2015, Seção 1, pag. 43. Processo Nº 08460.024866/2013-23 - GRAHEM DELROY BUKSH (V753129-0), MICHELLE LYNN MATOFF

NÃO CONHEÇO do recurso, tendo em vista que o(a) interessado(a) não cumpriu a exigência encaminhada e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 13/07/2016, Seção 1, pag. 23. Processo Nº 08504.018431/2014-77 - JASPER TOL

ANDRE ZACA FURQUIM

**DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS**

**DESPACHOS DA CHEFE**

Determino o arquivamento dos processos abaixo relacionados, conforme parecer que poderá ser visualizado mediante solicitação de acesso externo pelo link: [formularios.mj.gov.br/limesurvey/index.php/998625](http://formularios.mj.gov.br/limesurvey/index.php/998625).

Processo nº 08256.001248/2014-10 MARIA MARGARIDA SARMENTO SACRAMENTO COSTA PENHA LOPES, tendo em vista que o requerente não foi localizado no endereço declarado nos autos, não podendo averiguar sua conduta social.

Processo nº 08505.091520/2016-10 DIANA IVONNE BIANCA MORALES GONZALEZ, por perda de objeto, tendo em vista que requerente não atende a exigência do art. 112, inciso VII, da aludida Lei.

Em atenção ao pedido datado de 22 de fevereiro de 2016, CERTIFICO que consta desta Divisão de Processos Migratórios, o seguinte registro: "Portaria nº 0481, de 15 de setembro de 1981, publicada no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 1981 - O MINISTRO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 8 do Decreto nº 70.436, de 18 de abril de 1972, resolve:

Reconhecer a igualdade de direitos e obrigações civis e o gozo de direitos políticos, nos termos dos arts. 2º, 3º e 5º, do mencionado Decreto, a ISABEL DA APRESENTAÇÃO PARRA, natural de Portugal, nascida a 18 de outubro de 1949, filha de ANTONIO MARIA PARRA e de MARIA TERESA MARTINS, residente no Estado de São Paulo, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição, na Convenção que instituiu o Estatuto da Igualdade e nas Leis do País - Processo nº 27.637/80". CERTIFICO ainda, que ISABEL DA APRESENTAÇÃO PARRA passou a assinar ISABEL DA APRESENTAÇÃO PARRA SOIDÁN, por haver contraído matrimônio com MANUEL RIVAS SOIDÁN, aos 05 de outubro de 1985, conforme Certidão expedida pelo Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais do 47º Subdistrito - Vila Guilherme, São Paulo-SP, matrícula 122127 01 55 1985 2 00028 285 0000564-91. Processo: 08505017349201687

SIMONE ELIZA CASAGRANDE

**DIVISÃO DE POLÍTICAS MIGRATÓRIAS**

**DESPACHOS DO CHEFE**

DEFIRO o pedido de transformação de visto oficial em visto temporário conforme previsto no art. 39 c/c 13, IV, ambos da Lei 6.815/80, com validade de um ano. Processo Nº 08280.008984/2014-93 - ANA ALEJANDRA CARRILLO CHIRINOS

DEFIRO o pedido de transformação de visto oficial em permanente, formulado pela nacional espanhola LETICIA FORNIE GARCIA, na forma do art.39 da Lei 6815/80. Processo Nº 08505.139655/2013-21 - LETICIA FORNIE GARCIA

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do(a) estrangeiro(a) na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO os pedidos de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.056623/2016-14 - JONA OCAO ACOSTA  
Processo Nº 08000.011249/2017-17 - YAN ZOU, CHINA  
Processo Nº 08000.011377/2017-52 - SHAOPENG LU, RONG SONG

Processo Nº 08000.011384/2017-54 - LEIZEL PINUELA BELONIO

Processo Nº 08000.011454/2017-74 - TAKAFUMI DOYAMA

Determino o arquivamento dos processos, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento das exigências formuladas por esta Divisão, abaixo relacionados:

Processo Nº 08280.016232/2014-04 - KONJOTSEGA MENBERU TEDLA

Processo Nº 08505.139442/2013-07 - IRENE RIZO GONZALEZ

Processo Nº 08280.026111/2014-62 - JUDITE CARLA ALVES MABUNDA LANGA, NILSA CRISTINA ANTONIO LANGA, DERCIO ANTONIO LANGA, ANSELMO JOSSIAS ANTONIO LANGA

Determino o arquivamento do pedido de reconsideração, diante da solicitação do interessado, uma vez que o mesmo já obteve a permanência definitiva no território nacional. Processo Nº 08280.023265/2013-11 - KARIM HASSEN DJEMOUI

INDEFIRO o pedido de transformação de visto oficial em permanente considerando a informação do Ministério das Relações Exteriores de que os requerentes não preenchem as condições para concessão do visto permanente, conforme previsto no art. 70, § 2º, do Decreto 86.715/81.

Processo Nº 08280.027093/2015-17 - AHMED ABDEL FATTAH SALEH ALY SHERIF, MONA AHMED MOHAMED ELGE-NEIDY, OMAR AHMED ABDEL FATTAH SALEM SHERIF, YOUSSEF AHMED ABDEL FATTAH SALEH ALY SHERIF

JOSE AUGUSTO TOME BORGES  
Substituto

**Ministério da Saúde**

**GABINETE DO MINISTRO**

**PORTARIA Nº 3.445, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016 (\*)**

Habilita os Municípios e os Estados a receberem recursos destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal de 1988, e

Considerando a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que institui as normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009, que altera e acrescenta dispositivos à Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, para inserir o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde na composição dos blocos de financiamento relativos à transferência de recursos federais para as ações e os serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 3.134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros de investimento do Ministério da Saúde a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a expansão e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e cria a Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes financiáveis para o SUS (RENEM) e o Programa de Cooperação Técnica (PROCOT) no âmbito do Ministério da Saúde, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Municípios e os Estados descritos no anexo a esta Portaria, a receberem os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros em parcela única, na modalidade fundo a fundo, para os Fundos de Saúde Municipais e Estaduais, após serem atendidas as condições previstas no § 1º e no § 8º do art. 13 da Portaria nº 3.134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013.

Art. 3º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, farão parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando os seguintes Programas de Trabalho:

I - 10.302.2015.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde; e,

II - 10.305.2015.20YJ - Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

MUNICÍPIOS E ESTADOS HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

| UF    | MUNICÍPIO      | ENTIDADE                                  | PROPOSTA          | EMENDA               | VALOR DO PARLAMENTAR       | VALOR TOTAL DA PROPOSTA | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA                 |
|-------|----------------|-------------------------------------------|-------------------|----------------------|----------------------------|-------------------------|----------------------------------------|
| BA    | CÂNDIDO SALES  | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CÂNDIDO SALES | 12244652000116003 | 31660005             | 661.894,00                 | 661.894,00              | 10302201585350029                      |
| MA    | AÇAILÂNDIA     | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AÇAILÂNDIA    | 11816419000116005 | 23880005             | 200.000,00                 | 200.000,00              | 10302201585350021                      |
| PE    | RECIFE         | FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE PERNAMBUCO     | 11430018000116017 | 71180001             | 9.156.352,00               | 9.156.352,00            | 10302201585357576                      |
| PI    | TERESINA       | FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PIAUÍ          | 06206659000116049 | 71190002             | 7.083.600,00               | 7.083.600,00            | 10302201585358698                      |
| RJ    | RIO DE JANEIRO | FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO | 35949791000116030 | 71200009             | 1.087.665,00               | 1.087.665,00            | 10302201585358732                      |
| RJ    | RIO DE JANEIRO | FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO | 35949791000116027 | 71200007<br>71200009 | 9.221.671,00<br>366.393,00 | 9.588.064,00            | 10302201585358700<br>10302201585358732 |
| RO    | JARU           | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARU          | 20665259000116005 | 37060004             | 181.117,00                 | 181.117,00              | 10302201585350011                      |
| RO    | PORTO VELHO    | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO VELHO   | 11155765000116008 | 71230007             | 1.499.948,00               | 1.499.948,00            | 10302201585358712                      |
| RO    | VILHENA        | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILHENA       | 21467008000116006 | 71230007             | 500.000,00                 | 500.000,00              | 10302201585358712                      |
| RR    | BOA VISTA      | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE BOA VISTA        | 13464636000116016 | 22820004             | 198.000,00                 | 198.000,00              | 10305201520YJ0238                      |
| TOTAL |                | 10                                        |                   |                      | 30.156.640,00              | 30.156.640,00           |                                        |

(\*) Republicada por ter saído no DOU nº 251-A, de 30 de dezembro de 2016, Edição Extra, página 55 com incorreção no original.

PORTARIA Nº 3.446, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016(\*)

Habilita o município de Formiga (MG) a receber recursos federais destinados à aquisição de produtos médicos de uso único para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e Considerando a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que institui as normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências; Considerando a Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências; Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências; Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências; Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle; Considerando a Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009, que altera e acrescenta dispositivos à Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, para inserir o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde na composição dos blocos de financiamento relativos à transferência de recursos federais para as ações e os serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde; e Considerando a Portaria nº 1.958, de 6 de setembro de 2013, que estabelece procedimentos e critérios para o repasse de recursos financeiros pelo Ministério da Saúde destinados à aquisição de produtos médicos de uso único pelas Secretarias de Saúde dos Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades privadas sem fins lucrativos que atuam de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS) para o Programa da Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de produtos médicos de uso único para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros em parcela única, na modalidade fundo a fundo, para o Fundos de Saúde Municipal, após serem atendidas as condições previstas no art. 4º da Portaria nº 1.958/GM/MS, de 6 de setembro de 2013.

Art. 3º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, farão parte do Bloco de Financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, e que correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o Programa de Trabalho 10.122.2015.4525 - Apoio a Manutenção de Unidades de Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

MUNICÍPIO HABILITADO A RECEBER RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS DE USO ÚNICO NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

| UF    | MUNICÍPIO | ENTIDADE                            | PROPOSTA          | EMENDA   | VALOR DO PARLAMENTAR | VALOR TOTAL DA PROPOSTA | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|-------|-----------|-------------------------------------|-------------------|----------|----------------------|-------------------------|------------------------|
| MG    | FORMIGA   | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORMIGA | 01155430000116002 | 27660005 | 66.320,00            | 66.320,00               | 10122201545250031      |
| TOTAL |           | 01                                  |                   |          | 66.320,00            | 66.320,00               |                        |

(\*) Republicada por ter saído, no Diário Oficial da União nº 251-A, de 30 de dezembro de 2016, Edição Extra, páginas 55 e 56 com incorreção no original.

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p><b>PORTARIA Nº 920, DE 4 DE ABRIL DE 2017</b></p> <p>Torna sem efeito a Portaria nº 592/GM/MS, de 23 de fevereiro de 2017, e a Portaria nº 596/GM/MS, de 23 de fevereiro de 2017.</p> <p>O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:</p> <p>Art. 1º Ficam sem efeito as Portarias nº 592/GM/MS e nº 596/GM/MS, de 23 de fevereiro de 2017, publicadas no Diário Oficial da União nº 40, de 24 de fevereiro de 2017, Seção 1, pág 67.</p> <p>Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>RICARDO BARROS</p> | <p><b>PORTARIA Nº 921, DE 4 DE ABRIL DE 2017</b></p> <p>Autoriza o repasse dos valores de recursos federais relativos ao Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS); a Assistência Financeira Complementar (AFC) da União para cumprimento do piso salarial profissional nacional dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) e ao Incentivo Financeiro para fortalecimento de políticas afetas à atuação dos ACE (IF).</p> <p>O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e</p> <p>Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;</p> | <p>Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;</p> <p>Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo;</p> <p>Considerando a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências;</p> <p>Considerando a Lei nº 12.994, de 17 de junho de 2014, que altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para instituir piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias;</p> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 1.651, de 28 de setembro de 1995, que regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do SUS;

Considerando o Decreto nº 8.474, de 22 de junho de 2015, que regulamenta o disposto no § 1º do art. 9º-C e no § 1º do art. 9º-D da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;

Considerando a Portaria nº 1.025/GM/MS, de 21 de julho de 2015, que define o quantitativo máximo de Agentes de Combate às Endemias passível de contratação com o auxílio da assistência financeira complementar da União;

Considerando a Portaria nº 1.243/GM/MS, de 20 de agosto de 2015, que define a forma de repasse dos recursos da Assistência Financeira Complementar (AFC) da União;

Considerando a Portaria nº 1.955/GM/MS, de 2 de dezembro de 2015, que altera e acresce dispositivos à Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;

Considerando a Portaria nº 2.031/GM/MS, de 9 de dezembro de 2015, que altera a Portaria nº 1.243/GM/MS, de 20 de agosto de 2015;

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 30 de março de 2016, que revisa o quantitativo máximo de Agentes de Combate às Endemias passível de contratação com o auxílio da assistência financeira complementar da União, considerando os parâmetros e diretrizes estabelecidos no Decreto nº 8.474, de 22 de junho de 2015 e na Portaria nº 1.025/GM/MS, de 21 de julho de 2015;

Considerando a Portaria nº 2.057/GM/MS, de 21 de outubro de 2016, que atualiza os valores do Piso Fixo de Vigilância em Saúde do Componente de Vigilância em Saúde do Bloco de Vigilância em Saúde, com base na estimativa populacional do IBGE para 2015, definindo doravante os valores do Piso Fixo de Vigilância em Saúde das 27 (vinte e sete) Unidades Federadas; e

Considerando o Relatório do cadastro dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) no Sistema Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) referente ao mês de fevereiro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o repasse dos valores de recursos federais relativos ao Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS); a Assistência Financeira Complementar (AFC) da União para cumprimento do piso salarial profissional nacional dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) e ao Incentivo Financeiro para fortalecimento de políticas afetas à atuação dos ACE (IF).

Art. 2º Ficam definidos os valores a serem transferidos mensalmente para os Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, conforme os Anexos I a XXVII a esta Portaria.

Art. 3º Na hipótese de execução integral do objeto originalmente pactuado e verificada sobre de recursos financeiros, o ente federativo poderá efetuar o remanejamento dos recursos e a sua aplicação nos termos da Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007.

Art. 4º Nos casos em que for verificada a não execução integral do objeto originalmente pactuado e a existência de recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Distrital e Municipais não executados, seja parcial ou totalmente, o ente federativo estará sujeito à devolução dos recursos financeiros transferidos e não executados, acrescidos da correção monetária prevista em lei, observado o regular processo administrativo.

Art. 5º Nos casos em que for verificado que os recursos financeiros transferidos pelo FNS foram executados, total ou parcialmente em objeto distinto ao originalmente pactuado, aplicar-se-á o regramento disposto na Lei Complementar nº 141, de 3 de janeiro de 2012, e no Decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012.

Art. 6º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamentos instruídos.

Art. 7º Os créditos orçamentários de que tratam a presente Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho - 10.305.2015.20AL-0001 Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - Plano Orçamentário 0000, e o Programa de Trabalho - 10.305.2015.20AL-0001 Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - Plano Orçamentário 0001 - Assistência Financeira Complementar aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Agentes de Combate às Endemias.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2017.

RICARDO BARROS

| ANEXO I |        |                      |                    |                 |            |                   |
|---------|--------|----------------------|--------------------|-----------------|------------|-------------------|
| UF      | IBGE   | Município            | Nº ACE ELEGIV-VEIS | Incentivo (R\$) | AFC (R\$)  | PFVS Mensal (R\$) |
| AC      | 120000 | SES/AC               | 0                  | 0,00            | 0,00       | 118.338,11        |
| AC      | 120001 | Acrelândia           | 0                  | 0,00            | 0,00       | 10.413,30         |
| AC      | 120005 | Assis Brasil         | 1                  | 50,70           | 963,30     | 4.370,95          |
| AC      | 120010 | Brasiléia            | 8                  | 405,60          | 7.706,40   | 10.200,22         |
| AC      | 120013 | Bujari               | 0                  | 0,00            | 0,00       | 7.883,67          |
| AC      | 120017 | Capixaba             | 0                  | 0,00            | 0,00       | 7.882,24          |
| AC      | 120020 | Cruzeiro do Sul      | 63                 | 3.194,10        | 60.687,90  | 32.505,70         |
| AC      | 120025 | Epitaciolândia       | 0                  | 0,00            | 0,00       | 13.342,97         |
| AC      | 120030 | Feijó                | 0                  | 0,00            | 0,00       | 25.966,60         |
| AC      | 120032 | Jordão               | 3                  | 152,10          | 2.889,90   | 3.805,62          |
| AC      | 120033 | Mâncio Lima          | 10                 | 507,00          | 9.633,00   | 7.656,30          |
| AC      | 120034 | Manoel Urbano        | 3                  | 152,10          | 2.889,90   | 4.814,99          |
| AC      | 120035 | Marechal Thaumaturgo | 1                  | 50,70           | 963,30     | 14.101,40         |
| AC      | 120038 | Plácido de Castro    | 0                  | 0,00            | 0,00       | 15.329,22         |
| AC      | 120039 | Porto Walter         | 6                  | 304,20          | 5.779,80   | 4.796,72          |
| AC      | 120040 | Rio Branco           | 117                | 5.931,90        | 112.706,10 | 165.515,19        |
| AC      | 120042 | Rodrigues Alves      | 0                  | 0,00            | 0,00       | 14.328,88         |
| AC      | 120043 | Santa Rosa do Purus  | 0                  | 0,00            | 0,00       | 5.450,77          |
| AC      | 120045 | Senador Guimard      | 7                  | 354,90          | 6.743,10   | 10.149,54         |
| AC      | 120050 | Sena Madureira       | 1                  | 50,70           | 963,30     | 32.332,32         |
| AC      | 120060 | Tarauacá             | 0                  | 0,00            | 0,00       | 32.769,70         |
| AC      | 120070 | Xapuri               | 5                  | 253,50          | 4.816,50   | 10.047,58         |
| AC      | 120080 | Porto Acre           | 0                  | 0,00            | 0,00       | 12.581,71         |
| Total   |        |                      | 225                | 11.407,50       | 216.742,50 | 564.583,70        |

| ANEXO II |        |                        |                    |                 |           |                   |
|----------|--------|------------------------|--------------------|-----------------|-----------|-------------------|
| UF       | IBGE   | Município              | Nº ACE ELEGIV-VEIS | Incentivo (R\$) | AFC (R\$) | PFVS Mensal (R\$) |
| AL       | 270000 | SES/AL                 | 0                  | 0,00            | 0,00      | 279.864,52        |
| AL       | 270010 | Água Branca            | 5                  | 253,50          | 4.816,50  | 4.681,57          |
| AL       | 270020 | Anadia                 | 5                  | 253,50          | 4.816,50  | 4.022,63          |
| AL       | 270030 | Arapiraca              | 10                 | 507,00          | 9.633,00  | 98.119,74         |
| AL       | 270040 | Atalaia                | 11                 | 557,70          | 10.596,30 | 10.274,55         |
| AL       | 270050 | Barra de Santo Antônio | 7                  | 354,90          | 6.743,10  | 4.494,95          |
| AL       | 270060 | Barra de São Miguel    | 4                  | 202,80          | 3.853,20  | 2.388,67          |
| AL       | 270070 | Batalha                | 6                  | 304,20          | 5.779,80  | 4.085,52          |
| AL       | 270080 | Belém                  | 2                  | 101,40          | 1.926,60  | 1.195,26          |
| AL       | 270090 | Belo Monte             | 3                  | 152,10          | 2.889,90  | 1.643,38          |
| AL       | 270100 | Boca da Mata           | 10                 | 507,00          | 9.633,00  | 6.068,00          |
| AL       | 270110 | Branquinha             | 4                  | 202,80          | 3.853,20  | 2.560,28          |
| AL       | 270120 | Cacimbinhas            | 4                  | 202,80          | 3.853,20  | 2.468,14          |
| AL       | 270130 | Cajueiro               | 8                  | 405,60          | 7.706,40  | 4.637,53          |
| AL       | 270135 | Campestre              | 3                  | 152,10          | 2.889,90  | 1.592,74          |
| AL       | 270140 | Campo Alegre           | 10                 | 507,00          | 9.633,00  | 14.309,55         |
| AL       | 270150 | Campo Grande           | 3                  | 152,10          | 2.889,90  | 2.228,17          |
| AL       | 270160 | Canapi                 | 4                  | 202,80          | 3.853,20  | 4.417,21          |
| AL       | 270170 | Capela                 | 7                  | 354,90          | 6.743,10  | 3.900,79          |
| AL       | 270180 | Carneiros              | 3                  | 152,10          | 2.889,90  | 2.069,03          |
| AL       | 270190 | Chã Preta              | 3                  | 152,10          | 2.889,90  | 1.720,01          |
| AL       | 270200 | Coité do Nóia          | 4                  | 202,80          | 3.853,20  | 2.619,73          |
| AL       | 270210 | Colônia Leopoldina     | 7                  | 354,90          | 6.743,10  | 4.700,10          |
| AL       | 270220 | Coqueiro Seco          | 3                  | 152,10          | 2.889,90  | 1.776,95          |
| AL       | 270230 | Coruripe               | 20                 | 1.014,00        | 19.266,00 | 12.678,71         |



|       |        |                         |       |           |              |              |
|-------|--------|-------------------------|-------|-----------|--------------|--------------|
| AL    | 270235 | Craíbas                 | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 6.084,27     |
| AL    | 270240 | Delmiro Gouveia         | 1     | 50,70     | 963,30       | 21.951,04    |
| AL    | 270250 | Dois Riachos            | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 2.551,81     |
| AL    | 270255 | Estrela de Alagoas      | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 4.544,19     |
| AL    | 270260 | Feira Grande            | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 5.345,05     |
| AL    | 270270 | Feliz Deserto           | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.124,88     |
| AL    | 270280 | Flexeiras               | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 2.880,80     |
| AL    | 270290 | Girau do Ponciano       | 6     | 304,20    | 5.779,80     | 12.026,63    |
| AL    | 270300 | Ibateguara              | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 3.527,36     |
| AL    | 270310 | Igaci                   | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 6.865,88     |
| AL    | 270320 | Igreja Nova             | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 6.118,44     |
| AL    | 270330 | Inhapi                  | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 4.647,42     |
| AL    | 270340 | Jacaré dos Homens       | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.349,16     |
| AL    | 270350 | Jacuípe                 | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.644,60     |
| AL    | 270360 | Japaratinga             | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 2.151,92     |
| AL    | 270370 | Jaramataia              | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.393,68     |
| AL    | 270375 | Jequiá da Praia         | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 2.747,23     |
| AL    | 270380 | Joaquim Gomes           | 6     | 304,20    | 5.779,80     | 5.318,10     |
| AL    | 270390 | Jundiá                  | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.036,19     |
| AL    | 270400 | Junqueiro               | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 6.621,37     |
| AL    | 270410 | Lagoa da Canoa          | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 4.602,76     |
| AL    | 270420 | Limoeiro de Anadia      | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 7.855,71     |
| AL    | 270430 | Maceió                  | 531   | 26.921,70 | 511.512,30   | 275.273,87   |
| AL    | 270440 | Major Isidoro           | 6     | 304,20    | 5.779,80     | 4.519,98     |
| AL    | 270450 | Maragogi                | 10    | 507,00    | 9.633,00     | 8.411,75     |
| AL    | 270460 | Maravilha               | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 2.989,69     |
| AL    | 270470 | Marechal Deodoro        | 26    | 1.318,20  | 25.045,80    | 14.149,83    |
| AL    | 270480 | Maribondo               | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 3.186,92     |
| AL    | 270490 | Mar Vermelho            | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.039,86     |
| AL    | 270500 | Mata Grande             | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 6.756,98     |
| AL    | 270510 | Matriz de Camaragibe    | 6     | 304,20    | 5.779,80     | 5.387,17     |
| AL    | 270520 | Messias                 | 6     | 304,20    | 5.779,80     | 5.112,82     |
| AL    | 270530 | Minador do Negrão       | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.294,33     |
| AL    | 270540 | Monteirópolis           | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.702,24     |
| AL    | 270550 | Murici                  | 8     | 405,60    | 7.706,40     | 6.098,69     |
| AL    | 270560 | Novo Lino               | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 2.839,97     |
| AL    | 270570 | Olho d'Água das Flores  | 7     | 354,90    | 6.743,10     | 4.739,29     |
| AL    | 270580 | Olho d'Água do Casado   | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 2.157,39     |
| AL    | 270590 | Olho d'Água Grande      | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.255,63     |
| AL    | 270600 | Oliveira                | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 2.672,92     |
| AL    | 270610 | Ouro Branco             | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 2.607,27     |
| AL    | 270620 | Palestina               | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.233,91     |
| AL    | 270630 | Palmeira dos Índios     | 34    | 1.723,80  | 32.752,20    | 16.529,84    |
| AL    | 270640 | Pão de Açúcar           | 6     | 304,20    | 5.779,80     | 5.579,78     |
| AL    | 270642 | Pariconha               | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 2.646,95     |
| AL    | 270644 | Paripueira              | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 4.884,60     |
| AL    | 270650 | Passo de Camaragibe     | 1     | 50,70     | 963,30       | 5.974,66     |
| AL    | 270660 | Paulo Jacinto           | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 1.775,76     |
| AL    | 270670 | Penedo                  | 28    | 1.419,60  | 26.972,40    | 14.377,98    |
| AL    | 270680 | Piaçabuçu               | 6     | 304,20    | 5.779,80     | 4.098,48     |
| AL    | 270690 | Pilar                   | 21    | 1.064,70  | 20.229,30    | 9.842,30     |
| AL    | 270700 | Pindoba                 | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 754,98       |
| AL    | 270710 | Piranhas                | 7     | 354,90    | 6.743,10     | 5.508,66     |
| AL    | 270720 | Poço das Trincheiras    | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 3.387,29     |
| AL    | 270730 | Porto Calvo             | 0     | 0,00      | 0,00         | 11.833,19    |
| AL    | 270740 | Porto de Pedras         | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 2.228,67     |
| AL    | 270750 | Porto Real do Colégio   | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 4.635,66     |
| AL    | 270760 | Quebrangulo             | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 2.668,06     |
| AL    | 270770 | Rio Largo               | 32    | 1.622,40  | 30.825,60    | 21.084,08    |
| AL    | 270780 | Roteiro                 | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.577,56     |
| AL    | 270790 | Santa Luzia do Norte    | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 2.288,98     |
| AL    | 270800 | Santana do Ipanema      | 17    | 861,90    | 16.376,10    | 10.881,63    |
| AL    | 270810 | Santana do Mundaú       | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 2.560,68     |
| AL    | 270820 | São Brás                | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.644,10     |
| AL    | 270830 | São José da Laje        | 9     | 456,30    | 8.669,70     | 5.222,46     |
| AL    | 270840 | São José da Tapera      | 7     | 354,90    | 6.743,10     | 7.635,96     |
| AL    | 270850 | São Luís do Quitunde    | 11    | 557,70    | 10.596,30    | 7.442,31     |
| AL    | 270860 | São Miguel dos Campos   | 17    | 861,90    | 16.376,10    | 13.055,06    |
| AL    | 270870 | São Miguel dos Milagres | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 2.033,08     |
| AL    | 270880 | São Sebastião           | 6     | 304,20    | 5.779,80     | 9.472,48     |
| AL    | 270890 | Satuba                  | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 6.181,65     |
| AL    | 270895 | Senador Rui Palmeira    | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 3.208,35     |
| AL    | 270900 | Tanque d'Arca           | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.511,87     |
| AL    | 270910 | Taquarana               | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 6.172,91     |
| AL    | 270915 | Teotônio Vilela         | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 17.097,68    |
| AL    | 270920 | Traipu                  | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 9.580,06     |
| AL    | 270930 | União dos Palmares      | 27    | 1.368,90  | 26.009,10    | 14.317,09    |
| AL    | 270940 | Viçosa                  | 10    | 507,00    | 9.633,00     | 5.732,94     |
| Total |        |                         | 1.180 | 59.826,00 | 1.136.694,00 | 1.189.764,52 |

| ANEXO III |        |                  |                  |                 |           |                   |
|-----------|--------|------------------|------------------|-----------------|-----------|-------------------|
| UF        | IBGE   | Município        | Nº ACE ELEG-VEIS | Incentivo (R\$) | AFC (R\$) | PFVS Mensal (R\$) |
| AM        | 130000 | SES/AM           | 0                | 0,00            | 0,00      | 681.106,11        |
| AM        | 130002 | Alvarães         | 9                | 456,30          | 8.669,70  | 11.799,35         |
| AM        | 130006 | Amaturá          | 0                | 0,00            | 0,00      | 7.844,89          |
| AM        | 130008 | Anamá            | 0                | 0,00            | 0,00      | 8.105,76          |
| AM        | 130010 | Anori            | 4                | 202,80          | 3.853,20  | 7.352,23          |
| AM        | 130014 | Apuí             | 8                | 405,60          | 7.706,40  | 18.569,97         |
| AM        | 130020 | Atalaia do Norte | 20               | 1.014,00        | 19.266,00 | 12.567,39         |



|       |        |                           |     |           |            |              |
|-------|--------|---------------------------|-----|-----------|------------|--------------|
| AM    | 130030 | Autazes                   | 0   | 0,00      | 0,00       | 32.608,43    |
| AM    | 130040 | Barcelos                  | 0   | 0,00      | 0,00       | 35.672,90    |
| AM    | 130050 | Barreirinha               | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 12.990,68    |
| AM    | 130060 | Benjamin Constant         | 0   | 0,00      | 0,00       | 22.933,62    |
| AM    | 130063 | Beruri                    | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 6.707,70     |
| AM    | 130068 | Boa Vista do Ramos        | 0   | 0,00      | 0,00       | 10.262,16    |
| AM    | 130070 | Boca do Acre              | 10  | 507,00    | 9.633,00   | 16.945,98    |
| AM    | 130080 | Borba                     | 1   | 50,70     | 963,30     | 35.142,57    |
| AM    | 130083 | Caapiranga                | 0   | 0,00      | 0,00       | 7.783,33     |
| AM    | 130090 | Canutama                  | 14  | 709,80    | 13.486,20  | 6.434,63     |
| AM    | 130100 | Carauari                  | 0   | 0,00      | 0,00       | 16.193,63    |
| AM    | 130110 | Careiro                   | 21  | 1.064,70  | 20.229,30  | 22.409,13    |
| AM    | 130115 | Careiro da Várzea         | 0   | 0,00      | 0,00       | 21.661,95    |
| AM    | 130120 | Coari                     | 0   | 0,00      | 0,00       | 70.154,66    |
| AM    | 130130 | Codajás                   | 9   | 456,30    | 8.669,70   | 7.776,49     |
| AM    | 130140 | Eirunepé                  | 0   | 0,00      | 0,00       | 19.762,85    |
| AM    | 130150 | Envira                    | 0   | 0,00      | 0,00       | 10.911,53    |
| AM    | 130160 | Fonte Boa                 | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 15.981,65    |
| AM    | 130165 | Guajará                   | 0   | 0,00      | 0,00       | 9.192,26     |
| AM    | 130170 | Humaitá                   | 18  | 912,60    | 17.339,40  | 47.953,08    |
| AM    | 130180 | Ipixuna                   | 0   | 0,00      | 0,00       | 15.601,18    |
| AM    | 130185 | Iranduba                  | 0   | 0,00      | 0,00       | 54.224,52    |
| AM    | 130190 | Itacoatiara               | 27  | 1.368,90  | 26.009,10  | 49.183,14    |
| AM    | 130195 | Itamarati                 | 0   | 0,00      | 0,00       | 9.166,10     |
| AM    | 130200 | Itapiranga                | 0   | 0,00      | 0,00       | 7.596,67     |
| AM    | 130210 | Japurá                    | 0   | 0,00      | 0,00       | 16.318,18    |
| AM    | 130220 | Juruá                     | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 7.780,40     |
| AM    | 130230 | Jutaí                     | 0   | 0,00      | 0,00       | 23.209,48    |
| AM    | 130240 | Lábrea                    | 69  | 3.498,30  | 66.467,70  | 13.026,46    |
| AM    | 130250 | Manacapuru                | 0   | 0,00      | 0,00       | 80.124,86    |
| AM    | 130255 | Manaquiri                 | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 11.809,72    |
| AM    | 130260 | Manaus                    | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 1.587.231,46 |
| AM    | 130270 | Manicoré                  | 0   | 0,00      | 0,00       | 30.814,95    |
| AM    | 130280 | Maraã                     | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 7.212,33     |
| AM    | 130290 | Maués                     | 0   | 0,00      | 0,00       | 34.840,12    |
| AM    | 130300 | Nhamundá                  | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 7.008,10     |
| AM    | 130310 | Nova Olinda do Norte      | 0   | 0,00      | 0,00       | 20.419,77    |
| AM    | 130320 | Novo Airão                | 0   | 0,00      | 0,00       | 17.937,97    |
| AM    | 130330 | Novo Aripuanã             | 0   | 0,00      | 0,00       | 19.014,30    |
| AM    | 130340 | Parintins                 | 0   | 0,00      | 0,00       | 64.806,47    |
| AM    | 130350 | Pauini                    | 0   | 0,00      | 0,00       | 14.861,99    |
| AM    | 130353 | Presidente Figueiredo     | 0   | 0,00      | 0,00       | 45.734,61    |
| AM    | 130356 | Rio Preto da Eva          | 33  | 1.673,10  | 31.788,90  | 22.804,33    |
| AM    | 130360 | Santa Isabel do Rio Negro | 0   | 0,00      | 0,00       | 25.224,17    |
| AM    | 130370 | Santo Antônio do Içá      | 36  | 1.825,20  | 34.678,80  | 7.228,47     |
| AM    | 130380 | São Gabriel da Cachoeira  | 0   | 0,00      | 0,00       | 33.465,63    |
| AM    | 130390 | São Paulo de Olivença     | 14  | 709,80    | 13.486,20  | 10.610,66    |
| AM    | 130395 | São Sebastião do Uatumã   | 0   | 0,00      | 0,00       | 8.053,73     |
| AM    | 130400 | Silves                    | 0   | 0,00      | 0,00       | 7.528,52     |
| AM    | 130406 | Tabatinga                 | 8   | 405,60    | 7.706,40   | 27.740,69    |
| AM    | 130410 | Tapauá                    | 23  | 1.166,10  | 22.155,90  | 9.720,72     |
| AM    | 130420 | Tefé                      | 0   | 0,00      | 0,00       | 37.110,10    |
| AM    | 130423 | Tonantins                 | 0   | 0,00      | 0,00       | 10.732,63    |
| AM    | 130426 | Uarini                    | 14  | 709,80    | 13.486,20  | 3.828,17     |
| AM    | 130430 | Urucará                   | 0   | 0,00      | 0,00       | 12.771,04    |
| AM    | 130440 | Urucurituba               | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 10.352,21    |
| Total |        |                           | 376 | 19.063,20 | 362.200,80 | 3.541.918,78 |

| ANEXO IV |        |                         |                    |                 |            |                   |
|----------|--------|-------------------------|--------------------|-----------------|------------|-------------------|
| UF       | IBGE   | Município               | Nº ACE ELEGIV-VEIS | Incentivo (R\$) | AFC (R\$)  | PFVS Mensal (R\$) |
| AP       | 160000 | SES/AP                  | 0                  | 0,00            | 0,00       | 82.652,48         |
| AP       | 160005 | Serra do Navio          | 4                  | 202,80          | 3.853,20   | 9.068,94          |
| AP       | 160010 | Amapá                   | 1                  | 50,70           | 963,30     | 7.464,10          |
| AP       | 160015 | Pedra Branca do Amapari | 18                 | 912,60          | 17.339,40  | 14.115,67         |
| AP       | 160020 | Calçoene                | 10                 | 507,00          | 9.633,00   | 6.873,31          |
| AP       | 160021 | Cutias                  | 3                  | 152,10          | 2.889,90   | 2.516,05          |
| AP       | 160023 | Ferreira Gomes          | 0                  | 0,00            | 0,00       | 6.367,98          |
| AP       | 160025 | Itaubal                 | 0                  | 0,00            | 0,00       | 5.316,00          |
| AP       | 160027 | Laranjal do Jari        | 12                 | 608,40          | 11.559,60  | 27.794,19         |
| AP       | 160030 | Macapá                  | 173                | 8.771,10        | 166.650,90 | 166.042,92        |
| AP       | 160040 | Mazagão                 | 15                 | 760,50          | 14.449,50  | 19.015,55         |
| AP       | 160050 | Oiapoque                | 13                 | 659,10          | 12.522,90  | 34.078,37         |
| AP       | 160053 | Porto Grande            | 4                  | 202,80          | 3.853,20   | 20.929,63         |
| AP       | 160055 | Pracuúba                | 2                  | 101,40          | 1.926,60   | 3.511,09          |
| AP       | 160060 | Santana                 | 59                 | 2.991,30        | 56.834,70  | 41.243,96         |
| AP       | 160070 | Tartarugalzinho         | 5                  | 253,50          | 4.816,50   | 15.827,37         |
| AP       | 160080 | Vitória do Jari         | 0                  | 0,00            | 0,00       | 9.393,58          |
| Total    |        |                         | 319                | 16.173,30       | 307.292,70 | 472.211,19        |

| ANEXO V |        |               |                    |                 |           |                   |
|---------|--------|---------------|--------------------|-----------------|-----------|-------------------|
| UF      | IBGE   | Município     | Nº ACE ELEGIV-VEIS | Incentivo (R\$) | AFC (R\$) | PFVS Mensal (R\$) |
| BA      | 290000 | SES/BA        | 0                  | 0,00            | 0,00      | 1.640.812,45      |
| BA      | 290010 | Abaira        | 0                  | 0,00            | 0,00      | 4.236,37          |
| BA      | 290020 | Abaré         | 4                  | 202,80          | 3.853,20  | 5.118,21          |
| BA      | 290030 | Acajutiba     | 8                  | 405,60          | 7.706,40  | 3.601,81          |
| BA      | 290035 | Adustina      | 0                  | 0,00            | 0,00      | 7.861,79          |
| BA      | 290040 | Água Fria     | 4                  | 202,80          | 3.853,20  | 3.958,17          |
| BA      | 290050 | Érico Cardoso | 0                  | 0,00            | 0,00      | 5.274,95          |
| BA      | 290060 | Aiquara       | 2                  | 101,40          | 1.926,60  | 1.181,77          |
| BA      | 290070 | Alagoinhas    | 84                 | 4.258,80        | 80.917,20 | 35.405,10         |



|    |        |                         |     |          |            |           |
|----|--------|-------------------------|-----|----------|------------|-----------|
| BA | 290080 | Alcobaça                | 0   | 0,00     | 0,00       | 10.670,91 |
| BA | 290090 | Almadina                | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 1.449,94  |
| BA | 290100 | Amargosa                | 14  | 709,80   | 13.486,20  | 8.664,10  |
| BA | 290110 | Amélia Rodrigues        | 12  | 608,40   | 11.559,60  | 6.067,65  |
| BA | 290115 | América Dourada         | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 3.878,19  |
| BA | 290120 | Anagé                   | 0   | 0,00     | 0,00       | 11.086,24 |
| BA | 290130 | Andaraí                 | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 3.379,18  |
| BA | 290135 | Andorinha               | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 3.422,83  |
| BA | 290140 | Angical                 | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 3.382,96  |
| BA | 290150 | Anguera                 | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.589,35  |
| BA | 290160 | Antas                   | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 4.939,00  |
| BA | 290170 | Antônio Cardoso         | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.801,56  |
| BA | 290180 | Antônio Gonçalves       | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.792,85  |
| BA | 290190 | Aporá                   | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 4.922,05  |
| BA | 290195 | Apuarema                | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 1.786,35  |
| BA | 290200 | Aracatu                 | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 3.261,50  |
| BA | 290205 | Araças                  | 0   | 0,00     | 0,00       | 5.706,25  |
| BA | 290210 | Araci                   | 0   | 0,00     | 0,00       | 25.836,25 |
| BA | 290220 | Aramari                 | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.592,79  |
| BA | 290225 | Arataça                 | 0   | 0,00     | 0,00       | 5.418,41  |
| BA | 290230 | Aratuípe                | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.101,25  |
| BA | 290240 | Aurelino Leal           | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 3.099,48  |
| BA | 290250 | Baianópolis             | 0   | 0,00     | 0,00       | 6.506,04  |
| BA | 290260 | Baixa Grande            | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 4.898,79  |
| BA | 290265 | Banzaê                  | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 3.142,10  |
| BA | 290270 | Barra                   | 12  | 608,40   | 11.559,60  | 13.276,56 |
| BA | 290280 | Barra da Estiva         | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 5.171,38  |
| BA | 290290 | Barra do Choça          | 1   | 50,70    | 963,30     | 15.338,24 |
| BA | 290300 | Barra do Mendes         | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 3.365,08  |
| BA | 290310 | Barra do Rocha          | 1   | 50,70    | 963,30     | 2.024,11  |
| BA | 290320 | Barreiras               | 51  | 2.585,70 | 49.128,30  | 35.272,88 |
| BA | 290323 | Barro Alto              | 0   | 0,00     | 0,00       | 7.047,79  |
| BA | 290327 | Barrocas                | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 3.613,96  |
| BA | 290330 | Barro Preto             | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 1.550,77  |
| BA | 290340 | Belmonte                | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 5.444,77  |
| BA | 290350 | Belo Campo              | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 4.248,52  |
| BA | 290360 | Biritinga               | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 3.620,60  |
| BA | 290370 | Boa Nova                | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 3.469,81  |
| BA | 290380 | Boa Vista do Tupim      | 0   | 0,00     | 0,00       | 8.657,00  |
| BA | 290390 | Bom Jesus da Lapa       | 25  | 1.267,50 | 24.082,50  | 15.933,04 |
| BA | 290395 | Bom Jesus da Serra      | 0   | 0,00     | 0,00       | 4.878,50  |
| BA | 290400 | Boninal                 | 0   | 0,00     | 0,00       | 6.801,04  |
| BA | 290405 | Bonito                  | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 3.880,25  |
| BA | 290410 | Boquira                 | 0   | 0,00     | 0,00       | 10.279,95 |
| BA | 290420 | Botuporã                | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.557,96  |
| BA | 290430 | Brejões                 | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 3.498,23  |
| BA | 290440 | Brejolândia             | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.614,83  |
| BA | 290450 | Brotas de Macaúbas      | 0   | 0,00     | 0,00       | 5.179,62  |
| BA | 290460 | Brumado                 | 22  | 1.115,40 | 21.192,60  | 15.870,94 |
| BA | 290470 | Buerarema               | 0   | 0,00     | 0,00       | 9.064,04  |
| BA | 290475 | Buritirama              | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 5.060,12  |
| BA | 290480 | Caatiba                 | 0   | 0,00     | 0,00       | 4.962,83  |
| BA | 290485 | Cabaceiras do Paraguaçu | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 4.845,05  |
| BA | 290490 | Cachoeira               | 9   | 456,30   | 8.669,70   | 7.914,27  |
| BA | 290500 | Caculé                  | 0   | 0,00     | 0,00       | 10.791,45 |
| BA | 290510 | Caém                    | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.389,98  |
| BA | 290515 | Caetanos                | 0   | 0,00     | 0,00       | 7.325,08  |
| BA | 290520 | Caetité                 | 15  | 760,50   | 14.449,50  | 12.038,35 |
| BA | 290530 | Cafarnaum               | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 4.284,27  |
| BA | 290540 | Cairu                   | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 4.273,05  |
| BA | 290550 | Caldeirão Grande        | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 3.153,22  |
| BA | 290560 | Camacan                 | 12  | 608,40   | 11.559,60  | 7.607,65  |
| BA | 290570 | Camaçari                | 158 | 8.010,60 | 152.201,40 | 65.752,27 |
| BA | 290580 | Camamu                  | 7   | 354,90   | 6.743,10   | 10.363,63 |
| BA | 290590 | Campo Alegre de Lourdes | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 8.905,08  |
| BA | 290600 | Campo Formoso           | 16  | 811,20   | 15.412,80  | 17.711,40 |
| BA | 290610 | Canápolis               | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.509,47  |
| BA | 290620 | Canarana                | 7   | 354,90   | 6.743,10   | 6.045,88  |
| BA | 290630 | Canavieiras             | 14  | 709,80   | 13.486,20  | 8.136,59  |
| BA | 290640 | Candeal                 | 0   | 0,00     | 0,00       | 4.190,54  |
| BA | 290650 | Candeias                | 41  | 2.078,70 | 39.495,30  | 20.607,41 |
| BA | 290660 | Candiba                 | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 3.361,19  |
| BA | 290670 | Cândido Sales           | 12  | 608,40   | 11.559,60  | 6.200,56  |
| BA | 290680 | Cansanção               | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 10.369,57 |
| BA | 290682 | Canudos                 | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 3.936,40  |
| BA | 290685 | Capela do Alto Alegre   | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.826,88  |
| BA | 290687 | Capim Grosso            | 12  | 608,40   | 11.559,60  | 6.725,13  |
| BA | 290689 | Caraibas                | 0   | 0,00     | 0,00       | 4.717,16  |
| BA | 290690 | Caravelas               | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 5.167,25  |
| BA | 290700 | Cardeal da Silva        | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 2.233,69  |
| BA | 290710 | Carinhanha              | 7   | 354,90   | 6.743,10   | 6.986,27  |
| BA | 290720 | Casa Nova               | 22  | 1.115,40 | 21.192,60  | 16.539,42 |
| BA | 290730 | Castro Alves            | 8   | 405,60   | 7.706,40   | 6.253,04  |
| BA | 290740 | Catolândia              | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 975,17    |
| BA | 290750 | Catu                    | 28  | 1.419,60 | 26.972,40  | 12.768,94 |
| BA | 290755 | Caturama                | 0   | 0,00     | 0,00       | 4.474,25  |
| BA | 290760 | Central                 | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 6.387,56  |
| BA | 290770 | Chorrochó               | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.640,46  |
| BA | 290780 | Cícero Dantas           | 10  | 507,00   | 9.633,00   | 7.915,42  |
| BA | 290790 | Cipó                    | 7   | 354,90   | 6.743,10   | 4.033,79  |
| BA | 290800 | Coaraci                 | 10  | 507,00   | 9.633,00   | 4.808,99  |
| BA | 290810 | Cocos                   | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 4.444,92  |
| BA | 290820 | Conceição da Feira      | 7   | 354,90   | 6.743,10   | 5.192,00  |
| BA | 290830 | Conceição do Almeida    | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 4.691,96  |
| BA | 290840 | Conceição do Coité      | 26  | 1.318,20 | 25.045,80  | 15.616,79 |
| BA | 290850 | Conceição do Jacuipe    | 12  | 608,40   | 11.559,60  | 7.643,63  |
| BA | 290860 | Conde                   | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 7.189,08  |
| BA | 290870 | Condeúba                | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 4.561,34  |
| BA | 290880 | Contendas do Sincorá    | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 1.057,15  |
| BA | 290890 | Coração de Maria        | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 5.869,08  |
| BA | 290900 | Cordeiros               | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 2.024,46  |
| BA | 290910 | Coribe                  | 0   | 0,00     | 0,00       | 6.886,00  |
| BA | 290920 | Coronel João Sá         | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 4.188,48  |
| BA | 290930 | Correntina              | 8   | 405,60   | 7.706,40   | 7.604,44  |
| BA | 290940 | Cotegipe                | 0   | 0,00     | 0,00       | 6.601,37  |
| BA | 290950 | Cravolândia             | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 1.314,59  |
| BA | 290960 | Crisópolis              | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 4.953,90  |
| BA | 290970 | Cristópolis             | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 3.277,54  |



|    |        |                       |     |           |            |            |
|----|--------|-----------------------|-----|-----------|------------|------------|
| BA | 290980 | Cruz das Almas        | 26  | 1.318,20  | 25.045,80  | 14.711,81  |
| BA | 290990 | Curaçá                | 7   | 354,90    | 6.743,10   | 9.393,90   |
| BA | 291000 | Dário Meira           | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.915,23   |
| BA | 291005 | Dias d'Ávila          | 38  | 1.926,60  | 36.605,40  | 17.888,29  |
| BA | 291010 | Dom Basílio           | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.864,35   |
| BA | 291020 | Dom Macedo Costa      | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 951,73     |
| BA | 291030 | Elísio Medrado        | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.934,17   |
| BA | 291040 | Encruzilhada          | 0   | 0,00      | 0,00       | 10.302,41  |
| BA | 291050 | Entre Rios            | 14  | 709,80    | 13.486,20  | 9.855,54   |
| BA | 291060 | Esplanada             | 12  | 608,40    | 11.559,60  | 8.415,92   |
| BA | 291070 | Euclides da Cunha     | 18  | 912,60    | 17.339,40  | 13.963,58  |
| BA | 291072 | Eunápolis             | 49  | 2.484,30  | 47.201,70  | 25.939,60  |
| BA | 291075 | Fátima                | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 4.826,85   |
| BA | 291077 | Feira da Mata         | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.834,00   |
| BA | 291080 | Feira de Santana      | 324 | 16.426,80 | 312.109,20 | 141.516,83 |
| BA | 291085 | Filadélfia            | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 4.034,02   |
| BA | 291090 | Firmino Alves         | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.325,96   |
| BA | 291100 | Floresta Azul         | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.610,67   |
| BA | 291110 | Formosa do Rio Preto  | 7   | 354,90    | 6.743,10   | 5.814,42   |
| BA | 291120 | Gandu                 | 13  | 659,10    | 12.522,90  | 7.584,73   |
| BA | 291125 | Gavião                | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.087,85   |
| BA | 291130 | Gentio do Ouro        | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 2.682,90   |
| BA | 291140 | Glória                | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 3.683,17   |
| BA | 291150 | Gongogi               | 0   | 0,00      | 0,00       | 3.815,62   |
| BA | 291160 | Governador Mangabeira | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 5.894,17   |
| BA | 291165 | Guajeru               | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 2.222,27   |
| BA | 291170 | Guanambi              | 25  | 1.267,50  | 24.082,50  | 19.661,81  |
| BA | 291180 | Guaratinga            | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 5.175,27   |
| BA | 291185 | Heliópolis            | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 3.238,52   |
| BA | 291190 | Iaçu                  | 8   | 405,60    | 7.706,40   | 6.270,63   |
| BA | 291200 | Ibiassucê             | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.490,13   |
| BA | 291210 | Ibicaraí              | 9   | 456,30    | 8.669,70   | 5.636,35   |
| BA | 291220 | Ibicoara              | 7   | 354,90    | 6.743,10   | 4.479,75   |
| BA | 291230 | Ibicuí                | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 3.826,17   |
| BA | 291240 | Ibipeba               | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 4.279,46   |
| BA | 291250 | Ibipitanga            | 0   | 0,00      | 0,00       | 7.010,66   |
| BA | 291260 | Ibiquera              | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.368,21   |
| BA | 291270 | Ibirapitanga          | 0   | 0,00      | 0,00       | 11.082,50  |
| BA | 291280 | Ibirapuã              | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.001,77   |
| BA | 291290 | Ibirataia             | 8   | 405,60    | 7.706,40   | 5.291,03   |
| BA | 291300 | Ibitiara              | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 3.834,46   |
| BA | 291310 | Ibititá               | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 4.297,33   |
| BA | 291320 | Ibotirama             | 12  | 608,40    | 11.559,60  | 6.337,60   |
| BA | 291330 | Ichu                  | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.446,27   |
| BA | 291340 | Igaporã               | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 3.718,23   |
| BA | 291345 | Igrapiúna             | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 3.324,98   |
| BA | 291350 | Iguai                 | 7   | 354,90    | 6.743,10   | 6.572,70   |
| BA | 291360 | Ilhéus                | 94  | 4.765,80  | 90.550,20  | 46.160,59  |
| BA | 291370 | Inhambupe             | 9   | 456,30    | 8.669,70   | 10.083,00  |
| BA | 291380 | Ipecaetá              | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 3.610,06   |
| BA | 291390 | Ipiaú                 | 21  | 1.064,70  | 20.229,30  | 10.885,65  |
| BA | 291400 | Ipirá                 | 21  | 1.064,70  | 20.229,30  | 14.266,31  |
| BA | 291410 | Ipupiara              | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.317,56   |
| BA | 291420 | Irajuba               | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.718,78   |
| BA | 291430 | Iramaia               | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 3.538,98   |
| BA | 291440 | Iraquara              | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 6.723,42   |
| BA | 291450 | Irará                 | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 7.947,28   |
| BA | 291460 | Irecê                 | 37  | 1.875,90  | 35.642,10  | 16.816,25  |
| BA | 291465 | Itabela               | 13  | 659,10    | 12.522,90  | 7.116,77   |
| BA | 291470 | Itaberaba             | 33  | 1.673,10  | 31.788,90  | 15.196,04  |
| BA | 291480 | Itabuna               | 118 | 5.982,60  | 113.669,40 | 50.343,33  |
| BA | 291490 | Itacarê               | 7   | 354,90    | 6.743,10   | 6.329,35   |
| BA | 291500 | Itaeté                | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 3.768,88   |
| BA | 291510 | Itagi                 | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 3.104,77   |
| BA | 291520 | Itagibá               | 0   | 0,00      | 0,00       | 7.285,76   |
| BA | 291530 | Itagimirim            | 1   | 50,70     | 963,30     | 2.437,53   |
| BA | 291535 | Itaguaçu da Bahia     | 1   | 50,70     | 963,30     | 5.759,07   |
| BA | 291540 | Itaju do Colônia      | 1   | 50,70     | 963,30     | 2.477,40   |
| BA | 291550 | Itajuípe              | 9   | 456,30    | 8.669,70   | 5.015,08   |
| BA | 291560 | Itamaraju             | 26  | 1.318,20  | 25.045,80  | 15.411,23  |
| BA | 291570 | Itamarí               | 0   | 0,00      | 0,00       | 3.992,62   |
| BA | 291580 | Itambé                | 9   | 456,30    | 8.669,70   | 7.764,31   |
| BA | 291590 | Itanagra              | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.841,13   |
| BA | 291600 | Itanhém               | 8   | 405,60    | 7.706,40   | 4.751,77   |
| BA | 291610 | Itaparica             | 11  | 557,70    | 10.596,30  | 5.566,98   |
| BA | 291620 | Itapé                 | 0   | 0,00      | 0,00       | 4.895,91   |
| BA | 291630 | Itapebi               | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 2.636,71   |
| BA | 291640 | Itapetinga            | 37  | 1.875,90  | 35.642,10  | 17.458,83  |
| BA | 291650 | Itapicuru             | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 11.677,54  |
| BA | 291660 | Itapitanga            | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.475,00   |
| BA | 291670 | Itaquara              | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.977,94   |
| BA | 291680 | Itarantim             | 8   | 405,60    | 7.706,40   | 4.604,19   |
| BA | 291685 | Itatim                | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 3.456,84   |
| BA | 291690 | Itiruçu               | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 3.721,07   |
| BA | 291700 | Itiúba                | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 11.862,36  |
| BA | 291710 | Itororó               | 9   | 456,30    | 8.669,70   | 4.853,29   |
| BA | 291720 | Ituaçu                | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 5.041,21   |
| BA | 291730 | Ituberá               | 10  | 507,00    | 9.633,00   | 6.670,58   |
| BA | 291733 | Iuiú                  | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.616,81   |
| BA | 291735 | Jaborandi             | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 2.158,06   |
| BA | 291740 | Jacaraci              | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 3.531,23   |
| BA | 291750 | Jacobina              | 38  | 1.926,60  | 36.605,40  | 19.435,85  |
| BA | 291760 | Jaguaquara            | 21  | 1.064,70  | 20.229,30  | 12.707,06  |
| BA | 291770 | Jaguarari             | 10  | 507,00    | 9.633,00   | 7.605,13   |
| BA | 291780 | Jaguaripe             | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 4.693,34   |
| BA | 291790 | Jandaíra              | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 2.535,27   |
| BA | 291800 | Jequié                | 97  | 4.917,90  | 93.440,10  | 37.072,19  |
| BA | 291810 | Jeremoabo             | 0   | 0,00      | 0,00       | 18.837,50  |
| BA | 291820 | Jiquiriçá             | 0   | 0,00      | 0,00       | 6.890,12   |
| BA | 291830 | Jitaúna               | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 3.515,75   |
| BA | 291835 | João Dourado          | 8   | 405,60    | 7.706,40   | 5.761,48   |
| BA | 291840 | Juazeiro              | 0   | 0,00      | 0,00       | 111.329,94 |
| BA | 291845 | Jucuruçu              | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.384,02   |
| BA | 291850 | Jussara               | 0   | 0,00      | 0,00       | 7.263,66   |
| BA | 291855 | Jussari               | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.487,98   |
| BA | 291860 | Jussiapé              | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.773,98   |
| BA | 291870 | Lafaiete Coutinho     | 1   | 50,70     | 963,30     | 927,21     |
| BA | 291875 | Lagoa Real            | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 3.621,06   |



|    |        |                             |     |          |            |           |
|----|--------|-----------------------------|-----|----------|------------|-----------|
| BA | 291880 | Laje                        | 0   | 0,00     | 0,00       | 11.198,88 |
| BA | 291890 | Lajedão                     | 1   | 50,70    | 963,30     | 921,71    |
| BA | 291900 | Lajedinho                   | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 980,28    |
| BA | 291905 | Lajedo do Tabocal           | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 2.140,24  |
| BA | 291910 | Lamarão                     | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 2.830,33  |
| BA | 291915 | Lapão                       | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 6.833,99  |
| BA | 291920 | Lauro de Freitas            | 112 | 5.678,40 | 107.889,60 | 43.870,75 |
| BA | 291930 | Lençóis                     | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 2.622,81  |
| BA | 291940 | Licínio de Almeida          | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.971,38  |
| BA | 291950 | Livramento de Nossa Senhora | 0   | 0,00     | 0,00       | 21.099,37 |
| BA | 291955 | Luis Eduardo Magalhães      | 36  | 1.825,20 | 34.678,80  | 18.141,29 |
| BA | 291960 | Macajuba                    | 1   | 50,70    | 963,30     | 4.461,99  |
| BA | 291970 | Macarani                    | 7   | 354,90   | 6.743,10   | 4.305,13  |
| BA | 291980 | Macaúbas                    | 9   | 456,30   | 8.669,70   | 14.367,05 |
| BA | 291990 | Macururê                    | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 1.928,90  |
| BA | 291992 | Madre de Deus               | 9   | 456,30   | 8.669,70   | 4.663,08  |
| BA | 291995 | Maetinga                    | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 1.645,79  |
| BA | 292000 | Maiquinique                 | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.310,46  |
| BA | 292010 | Mairi                       | 8   | 405,60   | 7.706,40   | 4.627,79  |
| BA | 292020 | Malhada                     | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 4.147,00  |
| BA | 292030 | Malhada de Pedras           | 0   | 0,00     | 0,00       | 4.098,41  |
| BA | 292040 | Manoel Vitorino             | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 3.349,96  |
| BA | 292045 | Mansidão                    | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 3.153,56  |
| BA | 292050 | Maracás                     | 12  | 608,40   | 11.559,60  | 7.576,71  |
| BA | 292060 | Maragogipe                  | 16  | 811,20   | 15.412,80  | 10.565,96 |
| BA | 292070 | Marau                       | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 4.888,70  |
| BA | 292080 | Marcionílio Souza           | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.526,79  |
| BA | 292090 | Mascote                     | 1   | 50,70    | 963,30     | 6.431,35  |
| BA | 292100 | Mata de São João            | 18  | 912,60   | 17.339,40  | 10.498,81 |
| BA | 292105 | Matina                      | 1   | 50,70    | 963,30     | 5.094,79  |
| BA | 292110 | Medeiros Neto               | 10  | 507,00   | 9.633,00   | 5.380,38  |
| BA | 292120 | Miguel Calmon               | 11  | 557,70   | 10.596,30  | 6.331,19  |
| BA | 292130 | Milagres                    | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.882,05  |
| BA | 292140 | Mirangaba                   | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 4.782,51  |
| BA | 292145 | Mirante                     | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 2.353,54  |
| BA | 292150 | Monte Santo                 | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 19.375,36 |
| BA | 292160 | Morpará                     | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.059,52  |
| BA | 292170 | Morro do Chapéu             | 12  | 608,40   | 11.559,60  | 8.571,62  |
| BA | 292180 | Mortugaba                   | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 4.608,42  |
| BA | 292190 | Mucugê                      | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 3.199,62  |
| BA | 292200 | Mucuri                      | 15  | 760,50   | 14.449,50  | 9.411,42  |
| BA | 292205 | Mulungu do Morro            | 1   | 50,70    | 963,30     | 5.154,38  |
| BA | 292210 | Mundo Novo                  | 7   | 354,90   | 6.743,10   | 6.225,31  |
| BA | 292220 | Muniz Ferreira              | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 1.808,81  |
| BA | 292225 | Muquém de São Francisco     | 0   | 0,00     | 0,00       | 5.294,66  |
| BA | 292230 | Muritiba                    | 12  | 608,40   | 11.559,60  | 7.045,27  |
| BA | 292240 | Mutuípe                     | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 5.275,36  |
| BA | 292250 | Nazaré                      | 12  | 608,40   | 11.559,60  | 6.738,88  |
| BA | 292260 | Nilo Peçanha                | 1   | 50,70    | 963,30     | 5.539,53  |
| BA | 292265 | Nordestina                  | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 3.052,73  |
| BA | 292270 | Nova Canaã                  | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 5.170,36  |
| BA | 292273 | Nova Fátima                 | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 1.861,98  |
| BA | 292275 | Nova Ibiá                   | 1   | 50,70    | 963,30     | 2.273,90  |
| BA | 292280 | Nova Itarana                | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 1.904,83  |
| BA | 292285 | Nova Redenção               | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.290,24  |
| BA | 292290 | Nova Soure                  | 7   | 354,90   | 6.743,10   | 5.993,66  |
| BA | 292300 | Nova Viçosa                 | 0   | 0,00     | 0,00       | 19.807,33 |
| BA | 292303 | Novo Horizonte              | 0   | 0,00     | 0,00       | 5.609,08  |
| BA | 292305 | Novo Triunfo                | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 3.665,06  |
| BA | 292310 | Olindina                    | 8   | 405,60   | 7.706,40   | 6.145,56  |
| BA | 292320 | Oliveira dos Brejinhos      | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 5.621,58  |
| BA | 292330 | Ouriçangas                  | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 2.025,60  |
| BA | 292335 | Ourolândia                  | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 4.293,67  |
| BA | 292340 | Palmas de Monte Alto        | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 5.137,00  |
| BA | 292350 | Palmeiras                   | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.105,22  |
| BA | 292360 | Paramirim                   | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 5.059,31  |
| BA | 292370 | Paratinga                   | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 9.178,36  |
| BA | 292380 | Paripiranga                 | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 8.877,58  |
| BA | 292390 | Pau Brasil                  | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.745,30  |
| BA | 292400 | Paulo Afonso                | 0   | 0,00     | 0,00       | 54.639,75 |
| BA | 292405 | Pé de Serra                 | 0   | 0,00     | 0,00       | 6.635,75  |
| BA | 292410 | Pedrao                      | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 1.734,33  |
| BA | 292420 | Pedro Alexandre             | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 4.458,67  |
| BA | 292430 | Piatã                       | 0   | 0,00     | 0,00       | 8.517,66  |
| BA | 292440 | Pilão Arcado                | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 10.458,03 |
| BA | 292450 | Pindaí                      | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 3.851,15  |
| BA | 292460 | Pindobaçu                   | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 4.838,40  |
| BA | 292465 | Pintadas                    | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.474,54  |
| BA | 292467 | Piraí do Norte              | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.529,09  |
| BA | 292470 | Piripá                      | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.905,38  |
| BA | 292480 | Piritiba                    | 0   | 0,00     | 0,00       | 12.119,01 |
| BA | 292490 | Planaltino                  | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 2.194,65  |
| BA | 292500 | Planalto                    | 0   | 0,00     | 0,00       | 12.206,33 |
| BA | 292510 | Poções                      | 19  | 963,30   | 18.302,70  | 11.167,06 |
| BA | 292520 | Pojuca                      | 15  | 760,50   | 14.449,50  | 8.603,60  |
| BA | 292525 | Ponto Novo                  | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 3.740,23  |
| BA | 292530 | Porto Seguro                | 55  | 2.788,50 | 52.981,50  | 33.327,94 |
| BA | 292540 | Potiraguá                   | 1   | 50,70    | 963,30     | 3.424,78  |
| BA | 292550 | Prado                       | 8   | 405,60   | 7.706,40   | 6.695,79  |
| BA | 292560 | Presidente Dutra            | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 3.371,50  |
| BA | 292570 | Presidente Jânio Quadros    | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 3.102,47  |
| BA | 292575 | Presidente Tancredo Neves   | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 7.789,95  |
| BA | 292580 | Queimadas                   | 8   | 405,60   | 7.706,40   | 6.358,20  |
| BA | 292590 | Quijingue                   | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 8.515,50  |
| BA | 292593 | Quixabeira                  | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.301,98  |
| BA | 292595 | Rafael Jambeiro             | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 6.343,45  |
| BA | 292600 | Remanso                     | 14  | 709,80   | 13.486,20  | 9.688,02  |
| BA | 292610 | Retirolândia                | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 3.052,27  |
| BA | 292620 | Riachão das Neves           | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 5.331,33  |
| BA | 292630 | Riachão do Jacuípe          | 13  | 659,10   | 12.522,90  | 8.113,19  |
| BA | 292640 | Riacho de Santana           | 8   | 405,60   | 7.706,40   | 8.811,47  |
| BA | 292650 | Ribeira do Amparo           | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 3.499,15  |
| BA | 292660 | Ribeira do Pombal           | 20  | 1.014,00 | 19.266,00  | 11.783,29 |
| BA | 292665 | Ribeirão do Largo           | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 3.227,01  |
| BA | 292670 | Rio de Contas               | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 3.128,81  |
| BA | 292680 | Rio do Antônio              | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 3.581,42  |
| BA | 292690 | Rio do Pires                | 1   | 50,70    | 963,30     | 4.575,20  |
| BA | 292700 | Rio Real                    | 15  | 760,50   | 14.449,50  | 9.352,06  |



|       |        |                        |       |            |              |              |
|-------|--------|------------------------|-------|------------|--------------|--------------|
| BA    | 292710 | Rodelas                | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 2.036,60     |
| BA    | 292720 | Ruy Barbosa            | 12    | 608,40     | 11.559,60    | 7.307,22     |
| BA    | 292730 | Salinas da Margarida   | 0     | 0,00       | 0,00         | 7.051,45     |
| BA    | 292740 | Salvador               | 1.425 | 72.247,50  | 1.372.702,50 | 669.415,77   |
| BA    | 292750 | Santa Bárbara          | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 4.756,13     |
| BA    | 292760 | Santa Brígida          | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 3.524,81     |
| BA    | 292770 | Santa Cruz Cabralia    | 0     | 0,00       | 0,00         | 12.936,91    |
| BA    | 292780 | Santa Cruz da Vitória  | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 1.560,17     |
| BA    | 292790 | Santa Inês             | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 2.563,46     |
| BA    | 292800 | Santaluz               | 11    | 557,70     | 10.596,30    | 8.459,69     |
| BA    | 292805 | Santa Luzia            | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 3.442,49     |
| BA    | 292810 | Santa Maria da Vitória | 15    | 760,50     | 14.449,50    | 9.584,67     |
| BA    | 292820 | Santana                | 8     | 405,60     | 7.706,40     | 6.247,08     |
| BA    | 292830 | Santanópolis           | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 2.163,79     |
| BA    | 292840 | Santa Rita de Cássia   | 9     | 456,30     | 8.669,70     | 6.605,04     |
| BA    | 292850 | Santa Teresinha        | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 2.425,96     |
| BA    | 292860 | Santo Amaro            | 0     | 0,00       | 0,00         | 28.280,08    |
| BA    | 292870 | Santo Antônio de Jesus | 52    | 2.636,40   | 50.091,60    | 23.271,42    |
| BA    | 292880 | Santo Estêvão          | 17    | 861,90     | 16.376,10    | 12.190,06    |
| BA    | 292890 | São Desidério          | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 10.143,50    |
| BA    | 292895 | São Domingos           | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 2.263,48     |
| BA    | 292900 | São Félix              | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 3.614,06     |
| BA    | 292905 | São Félix do Coribe    | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 3.585,77     |
| BA    | 292910 | São Felipe             | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 5.075,25     |
| BA    | 292920 | São Francisco do Conde | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 13.209,29    |
| BA    | 292925 | São Gabriel            | 6     | 304,20     | 5.779,80     | 4.478,38     |
| BA    | 292930 | São Gonçalo dos Campos | 9     | 456,30     | 8.669,70     | 8.606,13     |
| BA    | 292935 | São José da Vitória    | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 1.447,24     |
| BA    | 292937 | São José do Jacuípe    | 0     | 0,00       | 0,00         | 5.069,62     |
| BA    | 292940 | São Miguel das Matas   | 0     | 0,00       | 0,00         | 5.504,12     |
| BA    | 292950 | São Sebastião do Passé | 18    | 912,60     | 17.339,40    | 10.422,96    |
| BA    | 292960 | Sapeaçu                | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 4.242,80     |
| BA    | 292970 | Sátiro Dias            | 0     | 0,00       | 0,00         | 9.313,33     |
| BA    | 292975 | Saubara                | 7     | 354,90     | 6.743,10     | 2.804,54     |
| BA    | 292980 | Saúde                  | 1     | 50,70      | 963,30       | 4.875,40     |
| BA    | 292990 | Seabra                 | 13    | 659,10     | 12.522,90    | 10.358,79    |
| BA    | 293000 | Sebastião Laranjeiras  | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 2.641,83     |
| BA    | 293010 | Senhor do Bonfim       | 31    | 1.571,70   | 29.862,30    | 18.638,13    |
| BA    | 293015 | Serra do Ramalho       | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 10.324,08    |
| BA    | 293020 | Sento Sé               | 11    | 557,70     | 10.596,30    | 9.502,17     |
| BA    | 293030 | Serra Dourada          | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 4.610,84     |
| BA    | 293040 | Serra Preta            | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 3.591,50     |
| BA    | 293050 | Serrinha               | 31    | 1.571,70   | 29.862,30    | 19.083,85    |
| BA    | 293060 | Serrolândia            | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 3.064,65     |
| BA    | 293070 | Simões Filho           | 53    | 2.687,10   | 51.054,90    | 30.525,46    |
| BA    | 293075 | Sítio do Mato          | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 3.052,50     |
| BA    | 293076 | Sítio do Quinto        | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 2.976,57     |
| BA    | 293077 | Sobradinho             | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 7.918,97     |
| BA    | 293080 | Souto Soares           | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 4.933,88     |
| BA    | 293090 | Tabocas do Brejo Velho | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 2.998,67     |
| BA    | 293100 | Tanhaçu                | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 4.937,75     |
| BA    | 293105 | Tanque Novo            | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 4.056,71     |
| BA    | 293110 | Tanquinho              | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 1.960,06     |
| BA    | 293120 | Taperoá                | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 4.850,20     |
| BA    | 293130 | Tapiramutá             | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 3.990,48     |
| BA    | 293135 | Teixeira de Freitas    | 52    | 2.636,40   | 50.091,60    | 36.163,42    |
| BA    | 293140 | Teodoro Sampaio        | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 1.861,98     |
| BA    | 293150 | Teofilândia            | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 5.730,20     |
| BA    | 293160 | Teolândia              | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 3.478,29     |
| BA    | 293170 | Terra Nova             | 6     | 304,20     | 5.779,80     | 3.104,52     |
| BA    | 293180 | Tremedal               | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 4.653,46     |
| BA    | 293190 | Tucano                 | 14    | 709,80     | 13.486,20    | 12.863,35    |
| BA    | 293200 | Uauá                   | 6     | 304,20     | 5.779,80     | 5.804,11     |
| BA    | 293210 | Ubaíra                 | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 5.225,42     |
| BA    | 293220 | Ubaítaba               | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 4.892,37     |
| BA    | 293230 | Ubatã                  | 9     | 456,30     | 8.669,70     | 6.320,69     |
| BA    | 293240 | Uibaí                  | 6     | 304,20     | 5.779,80     | 3.319,02     |
| BA    | 293245 | Umburanas              | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 4.880,34     |
| BA    | 293250 | Una                    | 8     | 405,60     | 7.706,40     | 5.269,00     |
| BA    | 293260 | Urandi                 | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 4.076,42     |
| BA    | 293270 | Uruçuca                | 9     | 456,30     | 8.669,70     | 5.434,03     |
| BA    | 293280 | Utinga                 | 7     | 354,90     | 6.743,10     | 4.584,36     |
| BA    | 293290 | Valença                | 41    | 2.078,70   | 39.495,30    | 22.299,06    |
| BA    | 293300 | Valente                | 8     | 405,60     | 7.706,40     | 6.395,13     |
| BA    | 293305 | Várzea da Roça         | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 3.377,95     |
| BA    | 293310 | Várzea do Poço         | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 2.157,83     |
| BA    | 293315 | Várzea Nova            | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 3.154,55     |
| BA    | 293317 | Varzedo                | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 2.165,40     |
| BA    | 293320 | Vera Cruz              | 20    | 1.014,00   | 19.266,00    | 10.371,61    |
| BA    | 293325 | Vereda                 | 0     | 0,00       | 0,00         | 3.112,85     |
| BA    | 293330 | Vitória da Conquista   | 163   | 8.264,10   | 157.017,90   | 78.656,88    |
| BA    | 293340 | Wagner                 | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 2.230,02     |
| BA    | 293345 | Wanderley              | 0     | 0,00       | 0,00         | 5.999,12     |
| BA    | 293350 | Wenceslau Guimarães    | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 6.075,21     |
| BA    | 293360 | Xique-Xique            | 18    | 912,60     | 17.339,40    | 11.072,42    |
| Total |        |                        | 5.419 | 274.743,30 | 5.220.122,70 | 5.571.717,42 |

| ANEXO VI |        |                   |                   |                 |           |                   |
|----------|--------|-------------------|-------------------|-----------------|-----------|-------------------|
| UF       | IBGE   | Município         | Nº ACE ELEGÍ-VEIS | Incentivo (R\$) | AFC (R\$) | PFVS Mensal (R\$) |
| CE       | 230000 | SES/CE            | 0                 | 0,00            | 0,00      | 773.350,76        |
| CE       | 230010 | Abaíara           | 4                 | 202,80          | 3.853,20  | 2.488,89          |
| CE       | 230015 | Acarape           | 4                 | 202,80          | 3.853,20  | 3.587,68          |
| CE       | 230020 | Acarau            | 15                | 760,50          | 14.449,50 | 13.440,38         |
| CE       | 230030 | Acopiara          | 17                | 861,90          | 16.376,10 | 11.752,90         |
| CE       | 230040 | Aiuaba            | 4                 | 202,80          | 3.853,20  | 3.738,73          |
| CE       | 230050 | Alcântaras        | 4                 | 202,80          | 3.853,20  | 2.497,08          |
| CE       | 230060 | Altaneira         | 4                 | 202,80          | 3.853,20  | 1.619,30          |
| CE       | 230070 | Alto Santo        | 4                 | 202,80          | 3.853,20  | 3.717,76          |
| CE       | 230075 | Amontada          | 7                 | 354,90          | 6.743,10  | 12.003,41         |
| CE       | 230080 | Antonina do Norte | 3                 | 152,10          | 2.889,90  | 1.605,43          |
| CE       | 230090 | Apuiarés          | 4                 | 202,80          | 3.853,20  | 3.223,38          |
| CE       | 230100 | Aquiraz           | 40                | 2.028,00        | 38.532,00 | 21.243,73         |
| CE       | 230110 | Aracati           | 28                | 1.419,60        | 26.972,40 | 15.960,19         |
| CE       | 230120 | Aracoiaba         | 8                 | 405,60          | 7.706,40  | 5.809,29          |
| CE       | 230125 | Ararendá          | 4                 | 202,80          | 3.853,20  | 2.400,52          |
| CE       | 230130 | Araripe           | 6                 | 304,20          | 5.779,80  | 4.730,49          |
| CE       | 230140 | Aratuba           | 4                 | 202,80          | 3.853,20  | 2.591,39          |
| CE       | 230150 | Arneiroz          | 3                 | 152,10          | 2.889,90  | 1.720,23          |



|    |        |                           |       |           |              |            |
|----|--------|---------------------------|-------|-----------|--------------|------------|
| CE | 230160 | Assaré                    | 8     | 405,60    | 7.706,40     | 5.079,90   |
| CE | 230170 | Aurora                    | 8     | 405,60    | 7.706,40     | 5.475,34   |
| CE | 230180 | Baixio                    | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.379,75   |
| CE | 230185 | Banabuiú                  | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 5.978,26   |
| CE | 230190 | Barbalha                  | 19    | 963,30    | 18.302,70    | 12.925,60  |
| CE | 230195 | Barreira                  | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 4.553,79   |
| CE | 230200 | Barro                     | 8     | 405,60    | 7.706,40     | 4.910,58   |
| CE | 230205 | Barroquinha               | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 3.266,91   |
| CE | 230210 | Baturité                  | 14    | 709,80    | 13.486,20    | 7.786,82   |
| CE | 230220 | Beberibe                  | 14    | 709,80    | 13.486,20    | 11.429,19  |
| CE | 230230 | Bela Cruz                 | 8     | 405,60    | 7.706,40     | 7.075,56   |
| CE | 230240 | Boa Viagem                | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 22.004,62  |
| CE | 230250 | Brejo Santo               | 17    | 861,90    | 16.376,10    | 10.496,81  |
| CE | 230260 | Camocim                   | 26    | 1.318,20  | 25.045,80    | 13.787,02  |
| CE | 230270 | Campos Sales              | 12    | 608,40    | 11.559,60    | 5.990,89   |
| CE | 230280 | Canindé                   | 27    | 1.368,90  | 26.009,10    | 17.062,62  |
| CE | 230290 | Capistrano                | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 3.924,38   |
| CE | 230300 | Caridade                  | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 6.736,10   |
| CE | 230310 | Cariré                    | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 4.397,21   |
| CE | 230320 | Cariríacũ                 | 9     | 456,30    | 8.669,70     | 5.962,94   |
| CE | 230330 | Cariús                    | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 4.454,16   |
| CE | 230340 | Carnaubal                 | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 3.876,72   |
| CE | 230350 | Cascavel                  | 35    | 1.774,50  | 33.715,50    | 15.313,19  |
| CE | 230360 | Catarina                  | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 4.349,32   |
| CE | 230365 | Catunda                   | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 2.292,10   |
| CE | 230370 | Caucaia                   | 159   | 8.061,30  | 153.164,70   | 96.572,57  |
| CE | 230380 | Cedro                     | 10    | 507,00    | 9.633,00     | 5.541,95   |
| CE | 230390 | Chaval                    | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 2.838,12   |
| CE | 230393 | Choró                     | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 2.956,32   |
| CE | 230395 | Chorozinho                | 6     | 304,20    | 5.779,80     | 5.243,59   |
| CE | 230400 | Coreaú                    | 6     | 304,20    | 5.779,80     | 5.054,33   |
| CE | 230410 | Crateús                   | 34    | 1.723,80  | 32.752,20    | 16.458,98  |
| CE | 230420 | Crato                     | 59    | 2.991,30  | 56.834,70    | 28.246,27  |
| CE | 230423 | Croatá                    | 6     | 304,20    | 5.779,80     | 3.939,85   |
| CE | 230425 | Cruz                      | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 5.656,16   |
| CE | 230426 | Deputado Irapuan Pinheiro | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 2.095,94   |
| CE | 230427 | Ererê                     | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.561,89   |
| CE | 230428 | Eusébio                   | 28    | 1.419,60  | 26.972,40    | 13.980,33  |
| CE | 230430 | Farias Brito              | 6     | 304,20    | 5.779,80     | 4.232,84   |
| CE | 230435 | Forquilha                 | 9     | 456,30    | 8.669,70     | 5.210,06   |
| CE | 230440 | Fortaleza                 | 1.270 | 64.389,00 | 1.223.391,00 | 704.289,71 |
| CE | 230445 | Fortim                    | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 3.488,05   |
| CE | 230450 | Frecheirinha              | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 2.997,88   |
| CE | 230460 | General Sampaio           | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.496,01   |
| CE | 230465 | Graça                     | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 3.417,19   |
| CE | 230470 | Granja                    | 15    | 760,50    | 14.449,50    | 11.994,31  |
| CE | 230480 | Granjeiro                 | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.017,63   |
| CE | 230490 | Groairas                  | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 2.386,54   |
| CE | 230495 | Guaiúba                   | 9     | 456,30    | 8.669,70     | 7.066,68   |
| CE | 230500 | Guaraciaba do Norte       | 8     | 405,60    | 7.706,40     | 9.868,77   |
| CE | 230510 | Guaramiranga              | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 901,46     |
| CE | 230520 | Hidrolândia               | 6     | 304,20    | 5.779,80     | 4.461,29   |
| CE | 230523 | Horizonte                 | 35    | 1.774,50  | 33.715,50    | 17.281,68  |
| CE | 230526 | Ibaretama                 | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 2.926,21   |
| CE | 230530 | Ibiapina                  | 6     | 304,20    | 5.779,80     | 5.553,48   |
| CE | 230533 | Ibicuitinga               | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 2.670,61   |
| CE | 230535 | Icapuí                    | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 4.661,71   |
| CE | 230540 | Icó                       | 18    | 912,60    | 17.339,40    | 14.870,91  |
| CE | 230550 | Iguatu                    | 40    | 2.028,00  | 38.532,00    | 22.210,06  |
| CE | 230560 | Independência             | 7     | 354,90    | 6.743,10     | 5.765,89   |
| CE | 230565 | Ipaporanga                | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 2.546,82   |
| CE | 230570 | Ipaumirim                 | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 2.729,55   |
| CE | 230580 | Ipu                       | 15    | 760,50    | 14.449,50    | 9.169,69   |
| CE | 230590 | Ipueiras                  | 12    | 608,40    | 11.559,60    | 8.519,94   |
| CE | 230600 | Iracema                   | 6     | 304,20    | 5.779,80     | 3.127,36   |
| CE | 230610 | Irauçuba                  | 8     | 405,60    | 7.706,40     | 5.232,92   |
| CE | 230620 | Itaíçaba                  | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.677,35   |
| CE | 230625 | Itaitinga                 | 22    | 1.115,40  | 21.192,60    | 10.522,99  |
| CE | 230630 | Itapagé                   | 18    | 912,60    | 17.339,40    | 11.206,69  |
| CE | 230640 | Itapipoca                 | 36    | 1.825,20  | 34.678,80    | 27.569,26  |
| CE | 230650 | Itapiúna                  | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 4.359,34   |
| CE | 230655 | Itarema                   | 7     | 354,90    | 6.743,10     | 11.255,78  |
| CE | 230660 | Itatira                   | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 4.484,91   |
| CE | 230670 | Jaguaretama               | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 4.004,70   |
| CE | 230680 | Jaguaribara               | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 2.449,48   |
| CE | 230690 | Jaguaribe                 | 12    | 608,40    | 11.559,60    | 7.667,89   |
| CE | 230700 | Jaguaruana                | 13    | 659,10    | 12.522,90    | 7.362,55   |
| CE | 230710 | Jardim                    | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 7.223,78   |
| CE | 230720 | Jati                      | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.713,84   |
| CE | 230725 | Jijoca de Jericoacoara    | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 4.430,37   |
| CE | 230730 | Juazeiro do Norte         | 148   | 7.503,60  | 142.568,40   | 58.384,58  |
| CE | 230740 | Jucas                     | 9     | 456,30    | 8.669,70     | 5.423,09   |
| CE | 230750 | Lavras da Mangabeira      | 11    | 557,70    | 10.596,30    | 6.930,44   |
| CE | 230760 | Limoeiro do Norte         | 20    | 1.014,00  | 19.266,00    | 12.771,73  |
| CE | 230763 | Madalena                  | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 4.287,22   |
| CE | 230765 | Maracanaú                 | 128   | 6.489,60  | 123.302,40   | 61.015,69  |
| CE | 230770 | Maranguape                | 49    | 2.484,30  | 47.201,70    | 33.666,38  |
| CE | 230780 | Marco                     | 8     | 405,60    | 7.706,40     | 5.872,14   |
| CE | 230790 | Martinópolis              | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 2.423,86   |
| CE | 230800 | Massapé                   | 14    | 709,80    | 13.486,20    | 8.271,42   |
| CE | 230810 | Mauriti                   | 14    | 709,80    | 13.486,20    | 10.142,21  |
| CE | 230820 | Meruoca                   | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 3.250,76   |
| CE | 230830 | Milagres                  | 8     | 405,60    | 7.706,40     | 6.286,89   |
| CE | 230835 | Milhã                     | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 3.909,99   |
| CE | 230837 | Miraima                   | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 2.990,29   |
| CE | 230840 | Missão Velha              | 9     | 456,30    | 8.669,70     | 7.774,32   |
| CE | 230850 | Mombaça                   | 11    | 557,70    | 10.596,30    | 9.667,54   |
| CE | 230860 | Monsenhor Tabosa          | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 3.859,76   |
| CE | 230870 | Morada Nova               | 18    | 912,60    | 17.339,40    | 13.757,74  |
| CE | 230880 | Moraújo                   | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.885,05   |
| CE | 230890 | Morrinhos                 | 6     | 304,20    | 5.779,80     | 4.823,76   |
| CE | 230900 | Mucambo                   | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 3.184,31   |
| CE | 230910 | Mulungu                   | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 2.764,58   |
| CE | 230920 | Nova Olinda               | 6     | 304,20    | 5.779,80     | 3.345,61   |
| CE | 230930 | Nova Russas               | 15    | 760,50    | 14.449,50    | 7.086,33   |
| CE | 230940 | Novo Oriente              | 9     | 456,30    | 8.669,70     | 6.277,96   |
| CE | 230945 | Ocara                     | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 6.214,37   |
| CE | 230950 | Orós                      | 11    | 557,70    | 10.596,30    | 4.751,89   |



|       |        |                         |       |            |              |              |
|-------|--------|-------------------------|-------|------------|--------------|--------------|
| CE    | 230960 | Pacajus                 | 34    | 1.723,80   | 32.752,20    | 18.731,95    |
| CE    | 230970 | Pacatuba                | 35    | 1.774,50   | 33.715,50    | 21.795,31    |
| CE    | 230980 | Pacoti                  | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 2.662,73     |
| CE    | 230990 | Pacujá                  | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 1.370,59     |
| CE    | 231000 | Palhano                 | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 2.039,13     |
| CE    | 231010 | Palmácia                | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 2.828,13     |
| CE    | 231020 | Paracuru                | 13    | 659,10     | 12.522,90    | 7.352,38     |
| CE    | 231025 | Paraipaba               | 7     | 354,90     | 6.743,10     | 7.294,58     |
| CE    | 231030 | Parambu                 | 0     | 0,00       | 0,00         | 13.950,04    |
| CE    | 231040 | Paramoti                | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 2.546,15     |
| CE    | 231050 | Pedra Branca            | 16    | 811,20     | 15.412,80    | 9.449,48     |
| CE    | 231060 | Penaforte               | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 1.944,52     |
| CE    | 231070 | Pentecoste              | 13    | 659,10     | 12.522,90    | 8.093,93     |
| CE    | 231080 | Pereiro                 | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 3.575,03     |
| CE    | 231085 | Pindoretama             | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 5.045,49     |
| CE    | 231090 | Piquet Carneiro         | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 3.614,87     |
| CE    | 231095 | Pires Ferreira          | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 2.354,37     |
| CE    | 231100 | Poranga                 | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 2.746,35     |
| CE    | 231110 | Porteiras               | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 3.342,98     |
| CE    | 231120 | Potengi                 | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 2.390,96     |
| CE    | 231123 | Potiretama              | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 1.401,24     |
| CE    | 231126 | Quiterianópolis         | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 4.599,86     |
| CE    | 231130 | Quixadá                 | 33    | 1.673,10   | 31.788,90    | 18.774,30    |
| CE    | 231135 | Quixelô                 | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 3.337,94     |
| CE    | 231140 | Quixeramobim            | 28    | 1.419,60   | 26.972,40    | 16.959,01    |
| CE    | 231150 | Quixeré                 | 6     | 304,20     | 5.779,80     | 4.745,18     |
| CE    | 231160 | Redenção                | 9     | 456,30     | 8.669,70     | 6.078,41     |
| CE    | 231170 | Reriutaba               | 7     | 354,90     | 6.743,10     | 4.294,05     |
| CE    | 231180 | Russas                  | 29    | 1.470,30   | 27.935,70    | 16.415,79    |
| CE    | 231190 | Saboeiro                | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 3.542,37     |
| CE    | 231195 | Salitre                 | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 3.580,11     |
| CE    | 231200 | Santana do Acaraú       | 9     | 456,30     | 8.669,70     | 6.985,73     |
| CE    | 231210 | Santana do Cariri       | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 3.877,44     |
| CE    | 231220 | Santa Quitéria          | 1     | 50,70      | 963,30       | 18.396,01    |
| CE    | 231230 | São Benedito            | 12    | 608,40     | 11.559,60    | 10.391,90    |
| CE    | 231240 | São Gonçalo do Amarante | 17    | 861,90     | 16.376,10    | 12.994,95    |
| CE    | 231250 | São João do Jaguaribe   | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 1.734,05     |
| CE    | 231260 | São Luís do Curu        | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 2.824,42     |
| CE    | 231270 | Senador Pompeu          | 11    | 557,70     | 10.596,30    | 5.910,51     |
| CE    | 231280 | Senador Sá              | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 1.642,17     |
| CE    | 231290 | Sobral                  | 92    | 4.664,40   | 88.623,60    | 44.320,56    |
| CE    | 231300 | Solonópole              | 6     | 304,20     | 5.779,80     | 3.986,01     |
| CE    | 231310 | Tabuleiro do Norte      | 12    | 608,40     | 11.559,60    | 6.658,73     |
| CE    | 231320 | Tamboril                | 9     | 456,30     | 8.669,70     | 5.701,51     |
| CE    | 231325 | Tarrafas                | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 1.973,11     |
| CE    | 231330 | Tauá                    | 21    | 1.064,70   | 20.229,30    | 12.750,44    |
| CE    | 231335 | Tejuçuoca               | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 4.353,97     |
| CE    | 231340 | Tianguá                 | 26    | 1.318,20   | 25.045,80    | 16.356,75    |
| CE    | 231350 | Trairi                  | 11    | 557,70     | 10.596,30    | 13.384,59    |
| CE    | 231355 | Tururu                  | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 3.451,12     |
| CE    | 231360 | Ubajara                 | 9     | 456,30     | 8.669,70     | 7.557,70     |
| CE    | 231370 | Umari                   | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 1.706,60     |
| CE    | 231375 | Umirim                  | 6     | 304,20     | 5.779,80     | 4.320,73     |
| CE    | 231380 | Uruburetama             | 8     | 405,60     | 7.706,40     | 4.668,54     |
| CE    | 231390 | Uruoca                  | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 2.992,63     |
| CE    | 231395 | Varjota                 | 8     | 405,60     | 7.706,40     | 4.034,32     |
| CE    | 231400 | Várzea Alegre           | 16    | 811,20     | 15.412,80    | 8.865,50     |
| CE    | 231410 | Viçosa do Ceará         | 10    | 507,00     | 9.633,00     | 16.731,72    |
| Total |        |                         | 3.552 | 180.086,40 | 3.421.641,60 | 2.980.610,65 |

| ANEXO VII |        |           |                   |                 |           |                   |
|-----------|--------|-----------|-------------------|-----------------|-----------|-------------------|
| UF        | IBGE   | Município | Nº ACE ELEGÍ-VEIS | Incentivo (R\$) | AFC (R\$) | PFVS Mensal (R\$) |
| DF        | 530000 | Brasília  | 102               | 5.171,40        | 98.256,60 | 866.066,32        |
| Total     |        |           | 102               | 5.171,40        | 98.256,60 | 866.066,32        |

| ANEXO VIII |        |                         |                   |                 |           |                   |
|------------|--------|-------------------------|-------------------|-----------------|-----------|-------------------|
| UF         | IBGE   | Município               | Nº ACE ELEGÍ-VEIS | Incentivo (R\$) | AFC (R\$) | PFVS Mensal (R\$) |
| ES         | 320000 | SES/ES                  | 0                 | 0,00            | 0,00      | 401.746,02        |
| ES         | 320010 | Afonso Cláudio          | 9                 | 456,30          | 8.669,70  | 6.645,83          |
| ES         | 320013 | Água Branca             | 1                 | 50,70           | 963,30    | 3.146,57          |
| ES         | 320016 | Água Doce do Norte      | 4                 | 202,80          | 3.853,20  | 2.483,48          |
| ES         | 320020 | Alegre                  | 10                | 507,00          | 9.633,00  | 6.587,85          |
| ES         | 320030 | Alfredo Chaves          | 4                 | 202,80          | 3.853,20  | 3.056,99          |
| ES         | 320035 | Alto Rio Novo           | 1                 | 50,70           | 963,30    | 2.276,41          |
| ES         | 320040 | Anchieta                | 10                | 507,00          | 9.633,00  | 5.639,90          |
| ES         | 320050 | Apiacá                  | 4                 | 202,80          | 3.853,20  | 1.617,82          |
| ES         | 320060 | Aracruz                 | 36                | 1.825,20        | 34.678,80 | 19.407,27         |
| ES         | 320070 | Atilio Vivacqua         | 1                 | 50,70           | 963,30    | 3.602,27          |
| ES         | 320080 | Baixo Guandu            | 6                 | 304,20          | 5.779,80  | 7.069,22          |
| ES         | 320090 | Barra de São Francisco  | 0                 | 0,00            | 0,00      | 18.211,25         |
| ES         | 320100 | Boa Esperança           | 0                 | 0,00            | 0,00      | 6.254,85          |
| ES         | 320110 | Bom Jesus do Norte      | 5                 | 253,50          | 4.816,50  | 2.077,60          |
| ES         | 320115 | Brejetuba               | 0                 | 0,00            | 0,00      | 5.208,29          |
| ES         | 320120 | Cachoeiro de Itapemirim | 78                | 3.954,60        | 75.137,40 | 44.349,18         |
| ES         | 320130 | Cariacica               | 66                | 3.346,20        | 63.577,80 | 135.913,74        |
| ES         | 320140 | Castelo                 | 9                 | 456,30          | 8.669,70  | 7.723,42          |
| ES         | 320150 | Colatina                | 45                | 2.281,50        | 43.348,50 | 25.040,23         |
| ES         | 320160 | Conceição da Barra      | 12                | 608,40          | 11.559,60 | 6.355,10          |
| ES         | 320170 | Conceição do Castelo    | 0                 | 0,00            | 0,00      | 5.212,78          |
| ES         | 320180 | Divino de São Lourenço  | 0                 | 0,00            | 0,00      | 1.914,26          |
| ES         | 320190 | Domingos Martins        | 5                 | 253,50          | 4.816,50  | 9.236,70          |
| ES         | 320200 | Dores do Rio Preto      | 0                 | 0,00            | 0,00      | 2.813,41          |
| ES         | 320210 | Ecoporanga              | 1                 | 50,70           | 963,30    | 8.970,22          |
| ES         | 320220 | Fundão                  | 0                 | 0,00            | 0,00      | 10.442,16         |
| ES         | 320225 | Governador Lindenberg   | 3                 | 152,10          | 2.889,90  | 2.507,98          |
| ES         | 320230 | Guaçu                   | 0                 | 0,00            | 0,00      | 12.529,70         |
| ES         | 320240 | Guarapari               | 48                | 2.433,60        | 46.238,40 | 35.092,00         |
| ES         | 320245 | Ibatiba                 | 6                 | 304,20          | 5.779,80  | 5.153,98          |
| ES         | 320250 | Ibiraçu                 | 0                 | 0,00            | 0,00      | 5.046,18          |
| ES         | 320255 | Ibitirama               | 0                 | 0,00            | 0,00      | 3.838,33          |
| ES         | 320260 | Iconha                  | 0                 | 0,00            | 0,00      | 5.630,10          |
| ES         | 320265 | Irupi                   | 0                 | 0,00            | 0,00      | 5.347,53          |
| ES         | 320270 | Itaguaçu                | 4                 | 202,80          | 3.853,20  | 3.030,65          |
| ES         | 320280 | Itapemirim              | 10                | 507,00          | 9.633,00  | 7.182,84          |
| ES         | 320290 | Itarana                 | 4                 | 202,80          | 3.853,20  | 2.317,09          |
| ES         | 320300 | Iúna                    | 6                 | 304,20          | 5.779,80  | 6.300,74          |
| ES         | 320305 | Jaguaré                 | 0                 | 0,00            | 0,00      | 11.696,30         |



|       |        |                         |       |           |            |              |
|-------|--------|-------------------------|-------|-----------|------------|--------------|
| ES    | 320310 | Jerônimo Monteiro       | 5     | 253,50    | 4.816,50   | 2.424,68     |
| ES    | 320313 | João Neiva              | 7     | 354,90    | 6.743,10   | 3.475,33     |
| ES    | 320316 | Laranja da Terra        | 0     | 0,00      | 0,00       | 4.670,51     |
| ES    | 320320 | Linhares                | 61    | 3.092,70  | 58.761,30  | 33.414,33    |
| ES    | 320330 | Mantenópolis            | 5     | 253,50    | 4.816,50   | 3.087,20     |
| ES    | 320332 | Marataizes              | 14    | 709,80    | 13.486,20  | 11.203,09    |
| ES    | 320334 | Marechal Floriano       | 0     | 0,00      | 0,00       | 6.585,19     |
| ES    | 320335 | Marilândia              | 3     | 152,10    | 2.889,90   | 2.522,07     |
| ES    | 320340 | Mimoso do Sul           | 0     | 0,00      | 0,00       | 11.167,50    |
| ES    | 320350 | Montanha                | 9     | 456,30    | 8.669,70   | 3.924,90     |
| ES    | 320360 | Mucurici                | 0     | 0,00      | 0,00       | 2.412,84     |
| ES    | 320370 | Muniz Freire            | 4     | 202,80    | 3.853,20   | 3.938,20     |
| ES    | 320380 | Muqui                   | 2     | 101,40    | 1.926,60   | 4.454,01     |
| ES    | 320390 | Nova Venécia            | 0     | 0,00      | 0,00       | 20.536,71    |
| ES    | 320400 | Pancas                  | 0     | 0,00      | 0,00       | 9.562,35     |
| ES    | 320405 | Pedro Canário           | 12    | 608,40    | 11.559,60  | 5.334,47     |
| ES    | 320410 | Pinheiros               | 5     | 253,50    | 4.816,50   | 6.040,67     |
| ES    | 320420 | Piúma                   | 8     | 405,60    | 7.706,40   | 7.311,02     |
| ES    | 320425 | Ponto Belo              | 4     | 202,80    | 3.853,20   | 1.582,09     |
| ES    | 320430 | Presidente Kennedy      | 4     | 202,80    | 3.853,20   | 2.308,92     |
| ES    | 320435 | Rio Bananal             | 4     | 202,80    | 3.853,20   | 3.979,04     |
| ES    | 320440 | Rio Novo do Sul         | 0     | 0,00      | 0,00       | 4.918,37     |
| ES    | 320450 | Santa Leopoldina        | 0     | 0,00      | 0,00       | 5.261,37     |
| ES    | 320455 | Santa Maria de Jetibá   | 5     | 253,50    | 4.816,50   | 11.047,25    |
| ES    | 320460 | Santa Teresa            | 0     | 0,00      | 0,00       | 9.691,79     |
| ES    | 320465 | São Domingos do Norte   | 0     | 0,00      | 0,00       | 3.556,17     |
| ES    | 320470 | São Gabriel da Palha    | 10    | 507,00    | 9.633,00   | 7.416,97     |
| ES    | 320480 | São José do Calçado     | 0     | 0,00      | 0,00       | 4.496,56     |
| ES    | 320490 | São Mateus              | 44    | 2.230,80  | 42.385,20  | 25.434,06    |
| ES    | 320495 | São Roque do Canaã      | 0     | 0,00      | 0,00       | 5.056,80     |
| ES    | 320500 | Serra                   | 172   | 8.720,40  | 165.687,60 | 126.804,48   |
| ES    | 320501 | Sooretama               | 4     | 202,80    | 3.853,20   | 7.566,25     |
| ES    | 320503 | Vargem Alta             | 4     | 202,80    | 3.853,20   | 4.779,37     |
| ES    | 320506 | Venda Nova do Imigrante | 1     | 50,70     | 963,30     | 8.732,16     |
| ES    | 320510 | Viana                   | 0     | 0,00      | 0,00       | 38.925,72    |
| ES    | 320515 | Vila Pavão              | 0     | 0,00      | 0,00       | 3.825,26     |
| ES    | 320517 | Vila Valério            | 2     | 101,40    | 1.926,60   | 4.058,34     |
| ES    | 320520 | Vila Velha              | 121   | 6.134,70  | 116.559,30 | 130.458,84   |
| ES    | 320530 | Vitória                 | 110   | 5.577,00  | 105.963,00 | 92.972,34    |
| Total |        |                         | 1.008 | 51.105,60 | 971.006,40 | 1.503.613,46 |

|    |        |                       | ANEXO IX         |                 |            |                   |
|----|--------|-----------------------|------------------|-----------------|------------|-------------------|
| UF | IBGE   | Município             | Nº ACE ELEG-VEIS | Incentivo (R\$) | AFC (R\$)  | PFVS Mensal (R\$) |
| GO | 520000 | SES/GO                | 0                | 0,00            | 0,00       | 439.490,69        |
| GO | 520005 | Abadia de Goiás       | 3                | 152,10          | 2.889,90   | 3.847,25          |
| GO | 520010 | Abadiânia             | 6                | 304,20          | 5.779,80   | 4.442,51          |
| GO | 520013 | Acreúna               | 9                | 456,30          | 8.669,70   | 4.797,25          |
| GO | 520015 | Adelândia             | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 1.478,12          |
| GO | 520017 | Água Fria de Goiás    | 3                | 152,10          | 2.889,90   | 4.445,12          |
| GO | 520020 | Água Limpa            | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 1.643,17          |
| GO | 520025 | Águas Lindas de Goiás | 95               | 4.816,50        | 91.513,50  | 37.253,96         |
| GO | 520030 | Alexânia              | 12               | 608,40          | 11.559,60  | 5.561,86          |
| GO | 520050 | Aloândia              | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 1.478,44          |
| GO | 520055 | Alto Horizonte        | 3                | 152,10          | 2.889,90   | 2.151,76          |
| GO | 520060 | Alto Paraíso de Goiás | 4                | 202,80          | 3.853,20   | 3.520,60          |
| GO | 520080 | Alvorada do Norte     | 4                | 202,80          | 3.853,20   | 2.919,16          |
| GO | 520082 | Amaralina             | 0                | 0,00            | 0,00       | 4.773,04          |
| GO | 520085 | Americano do Brasil   | 3                | 152,10          | 2.889,90   | 1.717,56          |
| GO | 520090 | Amorinópolis          | 0                | 0,00            | 0,00       | 3.170,56          |
| GO | 520110 | Anápolis              | 97               | 4.917,90        | 93.440,10  | 67.081,74         |
| GO | 520120 | Anhanguera            | 1                | 50,70           | 963,30     | 2.063,59          |
| GO | 520130 | Anicuns               | 11               | 557,70          | 10.596,30  | 4.263,77          |
| GO | 520140 | Aparecida de Goiânia  | 158              | 8.010,60        | 152.201,40 | 119.604,38        |
| GO | 520145 | Aparecida do Rio Doce | 0                | 0,00            | 0,00       | 3.517,10          |
| GO | 520150 | Aporé                 | 1                | 50,70           | 963,30     | 5.277,08          |
| GO | 520160 | Araçu                 | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 1.568,42          |
| GO | 520170 | Aragarças             | 0                | 0,00            | 0,00       | 8.634,51          |
| GO | 520180 | Aragoiânia            | 4                | 202,80          | 3.853,20   | 3.600,72          |
| GO | 520215 | Araguapaz             | 3                | 152,10          | 2.889,90   | 3.590,92          |
| GO | 520235 | Arenópolis            | 1                | 50,70           | 963,30     | 2.855,50          |
| GO | 520250 | Aruana                | 5                | 253,50          | 4.816,50   | 3.769,88          |
| GO | 520260 | Aurilândia            | 0                | 0,00            | 0,00       | 3.349,52          |
| GO | 520280 | Avelinópolis          | 1                | 50,70           | 963,30     | 2.020,05          |
| GO | 520310 | Baliza                | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 3.761,71          |
| GO | 520320 | Barro Alto            | 4                | 202,80          | 3.853,20   | 2.736,62          |
| GO | 520330 | Bela Vista de Goiás   | 11               | 557,70          | 10.596,30  | 6.550,54          |
| GO | 520340 | Bom Jardim de Goiás   | 4                | 202,80          | 3.853,20   | 3.192,02          |
| GO | 520350 | Bom Jesus de Goiás    | 12               | 608,40          | 11.559,60  | 4.426,87          |
| GO | 520355 | Bonfinópolis          | 3                | 152,10          | 2.889,90   | 2.614,71          |
| GO | 520357 | Bonópolis             | 0                | 0,00            | 0,00       | 5.008,49          |
| GO | 520360 | Brazabrantes          | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 2.362,07          |
| GO | 520380 | Britânia              | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 3.106,52          |
| GO | 520390 | Buriti Alegre         | 6                | 304,20          | 5.779,80   | 2.608,55          |
| GO | 520393 | Buriti de Goiás       | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 1.602,46          |
| GO | 520396 | Buritinópolis         | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 1.664,63          |
| GO | 520400 | Cabeceiras            | 4                | 202,80          | 3.853,20   | 3.139,10          |
| GO | 520410 | Cachoeira Alta        | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 4.986,50          |
| GO | 520420 | Cachoeira de Goiás    | 1                | 50,70           | 963,30     | 2.418,86          |
| GO | 520425 | Cachoeira Dourada     | 4                | 202,80          | 3.853,20   | 2.312,23          |
| GO | 520430 | Caçu                  | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 6.195,40          |
| GO | 520440 | Caiapônia             | 7                | 354,90          | 6.743,10   | 10.279,50         |
| GO | 520450 | Caldas Novas          | 46               | 2.332,20        | 44.311,80  | 19.403,74         |
| GO | 520455 | Caldazinha            | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 2.617,58          |
| GO | 520460 | Campestre de Goiás    | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 1.792,61          |
| GO | 520465 | Campinaçu             | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 3.003,00          |
| GO | 520470 | Campinorte            | 6                | 304,20          | 5.779,80   | 3.156,45          |
| GO | 520480 | Campo Alegre de Goiás | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 4.397,04          |
| GO | 520485 | Campo Limpo de Goiás  | 1                | 50,70           | 963,30     | 2.523,18          |
| GO | 520490 | Campos Belos          | 11               | 557,70          | 10.596,30  | 4.051,48          |
| GO | 520495 | Campos Verdes         | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 1.715,11          |
| GO | 520500 | Carmo do Rio Verde    | 3                | 152,10          | 2.889,90   | 2.238,50          |
| GO | 520505 | Castelândia           | 3                | 152,10          | 2.889,90   | 1.581,85          |
| GO | 520510 | Catalão               | 33               | 1.673,10        | 31.788,90  | 19.497,88         |
| GO | 520520 | Caturai               | 1                | 50,70           | 963,30     | 3.348,09          |
| GO | 520530 | Cavalcante            | 3                | 152,10          | 2.889,90   | 9.983,96          |
| GO | 520540 | Ceres                 | 11               | 557,70          | 10.596,30  | 4.215,41          |
| GO | 520545 | Cezarina              | 3                | 152,10          | 2.889,90   | 2.132,03          |
| GO | 520547 | Chapadão do Céu       | 0                | 0,00            | 0,00       | 7.138,46          |



|    |        |                        |     |           |            |            |
|----|--------|------------------------|-----|-----------|------------|------------|
| GO | 520549 | Cidade Ocidental       | 29  | 1.470,30  | 27.935,70  | 11.052,74  |
| GO | 520551 | Cocalzinho de Goiás    | 7   | 354,90    | 6.743,10   | 5.387,23   |
| GO | 520552 | Colinas do Sul         | 0   | 0,00      | 0,00       | 4.924,24   |
| GO | 520570 | Córrego do Ouro        | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.589,18   |
| GO | 520580 | Corumbá de Goiás       | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 3.521,08   |
| GO | 520590 | Corumbaliba            | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 3.145,21   |
| GO | 520620 | Cristalina             | 7   | 354,90    | 6.743,10   | 20.562,24  |
| GO | 520630 | Cristianópolis         | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.562,67   |
| GO | 520640 | Crixás                 | 0   | 0,00      | 0,00       | 10.886,88  |
| GO | 520650 | Cromínia               | 0   | 0,00      | 0,00       | 3.210,99   |
| GO | 520660 | Cumari                 | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.699,03   |
| GO | 520670 | Damianópolis           | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.745,37   |
| GO | 520680 | Damolândia             | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.862,04   |
| GO | 520690 | Davinópolis            | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.675,70   |
| GO | 520710 | Diorama                | 1   | 50,70     | 963,30     | 2.597,87   |
| GO | 520725 | Doverlândia            | 1   | 50,70     | 963,30     | 16.855,55  |
| GO | 520735 | Edealina               | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.733,39   |
| GO | 520740 | Edéia                  | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 3.328,42   |
| GO | 520750 | Estrela do Norte       | 1   | 50,70     | 963,30     | 2.170,40   |
| GO | 520753 | Faina                  | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 2.942,75   |
| GO | 520760 | Fazenda Nova           | 0   | 0,00      | 0,00       | 5.029,98   |
| GO | 520780 | Firminópolis           | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 2.637,59   |
| GO | 520790 | Flores de Goiás        | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 9.120,44   |
| GO | 520800 | Formosa                | 44  | 2.230,80  | 42.385,20  | 23.112,66  |
| GO | 520810 | Formoso                | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.988,68   |
| GO | 520815 | Gameleira de Goiás     | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.879,60   |
| GO | 520830 | Divinópolis de Goiás   | 0   | 0,00      | 0,00       | 4.674,63   |
| GO | 520840 | Goianápolis            | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 3.806,86   |
| GO | 520850 | Goiankira              | 0   | 0,00      | 0,00       | 3.695,73   |
| GO | 520860 | Goianésia              | 0   | 0,00      | 0,00       | 22.634,80  |
| GO | 520870 | Goiania                | 704 | 35.692,80 | 678.163,20 | 356.155,47 |
| GO | 520880 | Goianira               | 28  | 1.419,60  | 26.972,40  | 9.048,42   |
| GO | 520890 | Goiás                  | 11  | 557,70    | 10.596,30  | 6.854,25   |
| GO | 520910 | Goiatuba               | 18  | 912,60    | 17.339,40  | 6.647,55   |
| GO | 520915 | Gouvelândia            | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 2.009,60   |
| GO | 520920 | Guapó                  | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 3.619,11   |
| GO | 520929 | Guaraíta               | 1   | 50,70     | 963,30     | 2.993,56   |
| GO | 520940 | Guarani de Goiás       | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 2.683,96   |
| GO | 520945 | Guarinos               | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.608,54   |
| GO | 520960 | Heitorai               | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.708,81   |
| GO | 520970 | Hidrolândia            | 7   | 354,90    | 6.743,10   | 5.471,38   |
| GO | 520980 | Hidrolina              | 0   | 0,00      | 0,00       | 3.403,39   |
| GO | 520990 | Iaciara                | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 3.663,06   |
| GO | 520993 | Inaciolândia           | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 2.030,58   |
| GO | 520995 | Indiara                | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 3.329,56   |
| GO | 521000 | Inhumas                | 18  | 912,60    | 17.339,40  | 8.982,38   |
| GO | 521010 | Ipameri                | 13  | 659,10    | 12.522,90  | 6.864,13   |
| GO | 521015 | Ipiranga de Goiás      | 0   | 0,00      | 0,00       | 3.067,97   |
| GO | 521020 | Iporá                  | 18  | 912,60    | 17.339,40  | 5.671,85   |
| GO | 521030 | Israelândia            | 0   | 0,00      | 0,00       | 3.347,97   |
| GO | 521040 | Itaberaí               | 13  | 659,10    | 12.522,90  | 6.819,49   |
| GO | 521056 | Itaguari               | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.553,35   |
| GO | 521060 | Itaguaru               | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.660,43   |
| GO | 521080 | Itajá                  | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 2.834,46   |
| GO | 521090 | Itapaci                | 10  | 507,00    | 9.633,00   | 3.893,56   |
| GO | 521100 | Itapirapuã             | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 3.408,72   |
| GO | 521120 | Itapuranga             | 13  | 659,10    | 12.522,90  | 4.989,15   |
| GO | 521130 | Itarumã                | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 4.784,70   |
| GO | 521140 | Itauçu                 | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 2.426,03   |
| GO | 521150 | Itumbiara              | 28  | 1.419,60  | 26.972,40  | 17.302,64  |
| GO | 521160 | Ivolândia              | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 2.059,58   |
| GO | 521170 | Jandaia                | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 2.181,81   |
| GO | 521180 | Jaraguá                | 17  | 861,90    | 16.376,10  | 8.334,95   |
| GO | 521190 | Jataí                  | 47  | 2.382,90  | 45.275,10  | 20.307,45  |
| GO | 521200 | Jaupaci                | 0   | 0,00      | 0,00       | 3.553,14   |
| GO | 521205 | Jesópolis              | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.932,77   |
| GO | 521210 | Joviânia               | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.095,53   |
| GO | 521220 | Jussara                | 9   | 456,30    | 8.669,70   | 5.729,67   |
| GO | 521225 | Lagoa Santa            | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.813,04   |
| GO | 521230 | Leopoldo de Bulhões    | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 2.256,12   |
| GO | 521250 | Luziânia               | 106 | 5.374,20  | 102.109,80 | 38.594,56  |
| GO | 521260 | Mairipotaba            | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.638,08   |
| GO | 521270 | Mambai                 | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 2.554,20   |
| GO | 521280 | Mara Rosa              | 0   | 0,00      | 0,00       | 6.553,97   |
| GO | 521290 | Marzagão               | 0   | 0,00      | 0,00       | 3.182,17   |
| GO | 521295 | Matrinchã              | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 2.402,78   |
| GO | 521300 | Maurilândia            | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 2.634,96   |
| GO | 521305 | Mimoso de Goiás        | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 3.290,49   |
| GO | 521308 | Minaçu                 | 13  | 659,10    | 12.522,90  | 7.264,99   |
| GO | 521310 | Mineiros               | 27  | 1.368,90  | 26.009,10  | 15.247,80  |
| GO | 521340 | Moiporá                | 1   | 50,70     | 963,30     | 2.226,38   |
| GO | 521350 | Monte Alegre de Goiás  | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 5.420,88   |
| GO | 521370 | Montes Claros de Goiás | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 3.552,24   |
| GO | 521375 | Montividiu             | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 4.218,07   |
| GO | 521377 | Montividiu do Norte    | 0   | 0,00      | 0,00       | 5.145,82   |
| GO | 521380 | Morrinhos              | 21  | 1.064,70  | 20.229,30  | 8.188,48   |
| GO | 521385 | Morro Agudo de Goiás   | 0   | 0,00      | 0,00       | 3.196,71   |
| GO | 521390 | Mossâmedes             | 1   | 50,70     | 963,30     | 2.751,38   |
| GO | 521400 | Mozarlândia            | 1   | 50,70     | 963,30     | 6.418,35   |
| GO | 521405 | Mundo Novo             | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 3.921,33   |
| GO | 521410 | Mutunópolis            | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.887,48   |
| GO | 521440 | Nazário                | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 2.080,03   |
| GO | 521450 | Nerópolis              | 14  | 709,80    | 13.486,20  | 6.616,82   |
| GO | 521460 | Niquelândia            | 20  | 1.014,00  | 19.266,00  | 12.320,77  |
| GO | 521470 | Nova América           | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.535,86   |
| GO | 521480 | Nova Aurora            | 1   | 50,70     | 963,30     | 2.248,00   |
| GO | 521483 | Nova Crixás            | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 9.098,86   |
| GO | 521486 | Nova Glória            | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 2.607,79   |
| GO | 521487 | Nova Iguaçu de Goiás   | 1   | 50,70     | 963,30     | 2.516,63   |
| GO | 521490 | Nova Roma              | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 3.457,01   |
| GO | 521500 | Nova Veneza            | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.757,76   |
| GO | 521520 | Novo Brasil            | 1   | 50,70     | 963,30     | 2.402,79   |
| GO | 521523 | Novo Gama              | 32  | 1.622,40  | 30.825,60  | 18.728,13  |
| GO | 521525 | Novo Planalto          | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 2.546,31   |
| GO | 521530 | Orizona                | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 3.937,90   |
| GO | 521540 | Ouro Verde de Goiás    | 1   | 50,70     | 963,30     | 2.012,04   |
| GO | 521550 | Ouvidor                | 0   | 0,00      | 0,00       | 3.744,70   |
| GO | 521560 | Padre Bernardo         | 9   | 456,30    | 8.669,70   | 7.432,21   |



|       |        |                             |       |            |              |              |
|-------|--------|-----------------------------|-------|------------|--------------|--------------|
| GO    | 521565 | Palestina de Goiás          | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 2.276,86     |
| GO    | 521570 | Palmeiras de Goiás          | 11    | 557,70     | 10.596,30    | 4.844,86     |
| GO    | 521580 | Palmelo                     | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 1.484,71     |
| GO    | 521590 | Palminópolis                | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 1.653,95     |
| GO    | 521600 | Panamá                      | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 1.649,01     |
| GO    | 521630 | Paranaiguara                | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 2.911,59     |
| GO    | 521640 | Paraúna                     | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 6.296,21     |
| GO    | 521645 | Perolândia                  | 0     | 0,00       | 0,00         | 4.729,84     |
| GO    | 521680 | Petrolina de Goiás          | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 2.713,34     |
| GO    | 521690 | Pilar de Goiás              | 0     | 0,00       | 0,00         | 3.508,26     |
| GO    | 521710 | Piracanjuba                 | 11    | 557,70     | 10.596,30    | 5.460,31     |
| GO    | 521720 | Piranhas                    | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 3.574,94     |
| GO    | 521730 | Pirenópolis                 | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 8.882,24     |
| GO    | 521740 | Pires do Rio                | 12    | 608,40     | 11.559,60    | 5.515,54     |
| GO    | 521760 | Planaltina                  | 44    | 2.230,80   | 42.385,20    | 18.890,75    |
| GO    | 521770 | Pontalina                   | 9     | 456,30     | 8.669,70     | 4.025,85     |
| GO    | 521800 | Porangatu                   | 20    | 1.014,00   | 19.266,00    | 10.668,03    |
| GO    | 521805 | Porteirão                   | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 1.894,61     |
| GO    | 521810 | Portelândia                 | 1     | 50,70      | 963,30       | 2.900,78     |
| GO    | 521830 | Posse                       | 8     | 405,60     | 7.706,40     | 6.959,74     |
| GO    | 521839 | Professor Jamil             | 0     | 0,00       | 0,00         | 3.216,20     |
| GO    | 521850 | Quirinópolis                | 21    | 1.064,70   | 20.229,30    | 10.025,95    |
| GO    | 521860 | Rialma                      | 1     | 50,70      | 963,30       | 4.036,89     |
| GO    | 521870 | Rianópolis                  | 0     | 0,00       | 0,00         | 3.147,75     |
| GO    | 521878 | Rio Quente                  | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 1.927,62     |
| GO    | 521880 | Rio Verde                   | 56    | 2.839,20   | 53.944,80    | 36.611,90    |
| GO    | 521890 | Rubiataba                   | 10    | 507,00     | 9.633,00     | 3.853,12     |
| GO    | 521900 | Sanclerlândia               | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 2.150,04     |
| GO    | 521910 | Santa Bárbara de Goiás      | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 1.764,41     |
| GO    | 521920 | Santa Cruz de Goiás         | 1     | 50,70      | 963,30       | 3.185,20     |
| GO    | 521925 | Santa Fé de Goiás           | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 2.589,37     |
| GO    | 521930 | Santa Helena de Goiás       | 21    | 1.064,70   | 20.229,30    | 6.604,21     |
| GO    | 521935 | Santa Isabel                | 0     | 0,00       | 0,00         | 3.737,97     |
| GO    | 521940 | Santa Rita do Araguaia      | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 2.691,90     |
| GO    | 521945 | Santa Rita do Novo Destino  | 1     | 50,70      | 963,30       | 3.020,80     |
| GO    | 521950 | Santa Rosa de Goiás         | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 1.445,90     |
| GO    | 521960 | Santa Tereza de Goiás       | 0     | 0,00       | 0,00         | 3.668,01     |
| GO    | 521970 | Santa Terezinha de Goiás    | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 2.731,53     |
| GO    | 521971 | Santo Antônio da Barra      | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 1.770,83     |
| GO    | 521973 | Santo Antônio de Goiás      | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 3.715,67     |
| GO    | 521975 | Santo Antônio do Descoberto | 26    | 1.318,20   | 25.045,80    | 15.993,40    |
| GO    | 521980 | São Domingos                | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 5.934,03     |
| GO    | 521990 | São Francisco de Goiás      | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 1.822,14     |
| GO    | 522000 | São João d'Aliança          | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 3.105,16     |
| GO    | 522005 | São João da Paraúna         | 1     | 50,70      | 963,30       | 4.983,49     |
| GO    | 522010 | São Luís de Montes Belos    | 17    | 861,90     | 16.376,10    | 5.591,16     |
| GO    | 522015 | São Luiz do Norte           | 0     | 0,00       | 0,00         | 3.856,33     |
| GO    | 522020 | São Miguel do Araguaia      | 11    | 557,70     | 10.596,30    | 8.560,53     |
| GO    | 522026 | São Miguel do Passa Quatro  | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 1.852,11     |
| GO    | 522028 | São Patrício                | 1     | 50,70      | 963,30       | 2.264,55     |
| GO    | 522040 | São Simão                   | 10    | 507,00     | 9.633,00     | 4.572,54     |
| GO    | 522045 | Senador Canedo              | 52    | 2.636,40   | 50.091,60    | 23.000,77    |
| GO    | 522050 | Serranópolis                | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 8.162,07     |
| GO    | 522060 | Silvânia                    | 8     | 405,60     | 7.706,40     | 4.870,28     |
| GO    | 522068 | Simolândia                  | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 2.246,56     |
| GO    | 522070 | Sítio d'Abadia              | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 2.906,73     |
| GO    | 522100 | Taquaral de Goiás           | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 1.507,77     |
| GO    | 522108 | Teresina de Goiás           | 0     | 0,00       | 0,00         | 14.406,75    |
| GO    | 522119 | Terezópolis de Goiás        | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 2.548,24     |
| GO    | 522130 | Três Ranchos                | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 1.579,55     |
| GO    | 522140 | Trindade                    | 36    | 1.825,20   | 34.678,80    | 26.916,54    |
| GO    | 522145 | Trombas                     | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 1.830,59     |
| GO    | 522150 | Turvânia                    | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 1.758,59     |
| GO    | 522155 | Turvelândia                 | 1     | 50,70      | 963,30       | 3.377,50     |
| GO    | 522157 | Uirapuru                    | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 2.097,08     |
| GO    | 522160 | Uruaçu                      | 21    | 1.064,70   | 20.229,30    | 7.839,69     |
| GO    | 522170 | Uruana                      | 7     | 354,90     | 6.743,10     | 2.978,72     |
| GO    | 522180 | Urutaí                      | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 1.832,81     |
| GO    | 522185 | Valparaíso de Goiás         | 66    | 3.346,20   | 63.577,80    | 26.678,67    |
| GO    | 522190 | Varjão                      | 0     | 0,00       | 0,00         | 3.469,87     |
| GO    | 522200 | Vianópolis                  | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 3.197,04     |
| GO    | 522205 | Vicentinópolis              | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 2.440,52     |
| GO    | 522220 | Vila Boa                    | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 3.563,41     |
| GO    | 522230 | Vila Propício               | 1     | 50,70      | 963,30       | 5.126,14     |
| Total |        |                             | 2.674 | 135.571,80 | 2.575.864,20 | 2.269.726,21 |

|    |        |                         | ANEXO X          |                 |           |                   |
|----|--------|-------------------------|------------------|-----------------|-----------|-------------------|
| UF | IBGE   | Município               | Nº ACE ELEG-VEIS | Incentivo (R\$) | AFC (R\$) | PFVS Mensal (R\$) |
| MA | 210000 | SES/MA                  | 0                | 0,00            | 0,00      | 1.145.868,74      |
| MA | 210005 | Açailândia              | 48               | 2.433,60        | 46.238,40 | 42.753,83         |
| MA | 210010 | Afonso Cunha            | 3                | 152,10          | 2.889,90  | 2.078,91          |
| MA | 210015 | Água Doce do Maranhão   | 3                | 152,10          | 2.889,90  | 4.362,61          |
| MA | 210020 | Alcântara               | 2                | 101,40          | 1.926,60  | 14.292,88         |
| MA | 210030 | Aldeias Altas           | 7                | 354,90          | 6.743,10  | 5.572,01          |
| MA | 210040 | Altamira do Maranhão    | 0                | 0,00            | 0,00      | 7.559,35          |
| MA | 210043 | Alto Alegre do Maranhão | 7                | 354,90          | 6.743,10  | 8.582,12          |
| MA | 210047 | Alto Alegre do Pindaré  | 5                | 253,50          | 4.816,50  | 14.576,46         |
| MA | 210050 | Alto Parnaíba           | 0                | 0,00            | 0,00      | 10.000,77         |
| MA | 210055 | Amapá do Maranhão       | 0                | 0,00            | 0,00      | 5.310,20          |
| MA | 210060 | Amarante do Maranhão    | 8                | 405,60          | 7.706,40  | 17.108,83         |
| MA | 210070 | Anajatuba               | 3                | 152,10          | 2.889,90  | 13.918,71         |
| MA | 210080 | Anapurus                | 4                | 202,80          | 3.853,20  | 3.483,33          |
| MA | 210083 | Apicum-Açu              | 5                | 253,50          | 4.816,50  | 7.083,83          |
| MA | 210087 | Araguanã                | 4                | 202,80          | 3.853,20  | 6.697,34          |
| MA | 210090 | Araioses                | 6                | 304,20          | 5.779,80  | 19.237,59         |
| MA | 210095 | Arame                   | 0                | 0,00            | 0,00      | 19.458,46         |
| MA | 210100 | Arari                   | 8                | 405,60          | 7.706,40  | 9.852,00          |
| MA | 210110 | Axixá                   | 4                | 202,80          | 3.853,20  | 4.543,86          |
| MA | 210120 | Bacabal                 | 47               | 2.382,90        | 45.275,10 | 33.830,89         |
| MA | 210125 | Bacabeira               | 4                | 202,80          | 3.853,20  | 6.230,46          |
| MA | 210130 | Bacuri                  | 4                | 202,80          | 3.853,20  | 7.566,95          |
| MA | 210135 | Bacurituba              | 0                | 0,00            | 0,00      | 4.194,09          |
| MA | 210140 | Balsas                  | 28               | 1.419,60        | 26.972,40 | 24.379,77         |
| MA | 210150 | Barão de Grajaú         | 6                | 304,20          | 5.779,80  | 5.640,53          |
| MA | 210160 | Barra do Corda          | 24               | 1.216,80        | 23.119,20 | 41.217,27         |
| MA | 210170 | Barreirinhas            | 0                | 0,00            | 0,00      | 23.084,02         |
| MA | 210173 | Belágua                 | 2                | 101,40          | 1.926,60  | 2.579,54          |
| MA | 210177 | Bela Vista do Maranhão  | 4                | 202,80          | 3.853,20  | 4.502,25          |



|    |        |                           |     |          |            |           |
|----|--------|---------------------------|-----|----------|------------|-----------|
| MA | 210180 | Benedito Leite            | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 2.296,44  |
| MA | 210190 | Bequimão                  | 0   | 0,00     | 0,00       | 12.704,32 |
| MA | 210193 | Bernardo do Mearim        | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 3.058,69  |
| MA | 210197 | Boa Vista do Gurupi       | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 3.050,78  |
| MA | 210200 | Bom Jardim                | 8   | 405,60   | 7.706,40   | 16.360,61 |
| MA | 210203 | Bom Jesus das Selvas      | 7   | 354,90   | 6.743,10   | 12.473,13 |
| MA | 210207 | Bom Lugar                 | 0   | 0,00     | 0,00       | 10.112,83 |
| MA | 210210 | Brejo                     | 7   | 354,90   | 6.743,10   | 8.930,34  |
| MA | 210215 | Brejo de Areia            | 0   | 0,00     | 0,00       | 9.167,20  |
| MA | 210220 | Buritã                    | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 8.412,06  |
| MA | 210230 | Buritã Bravo              | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 9.113,25  |
| MA | 210232 | Buriticupu                | 0   | 0,00     | 0,00       | 38.992,43 |
| MA | 210235 | Buritirana                | 0   | 0,00     | 0,00       | 10.094,95 |
| MA | 210237 | Cachoeira Grande          | 0   | 0,00     | 0,00       | 7.229,28  |
| MA | 210240 | Cajapió                   | 0   | 0,00     | 0,00       | 5.782,20  |
| MA | 210250 | Cajari                    | 0   | 0,00     | 0,00       | 11.717,97 |
| MA | 210255 | Campestre do Maranhão     | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 4.352,76  |
| MA | 210260 | Cândido Mendes            | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 7.204,98  |
| MA | 210270 | Cantanhede                | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 13.498,03 |
| MA | 210275 | Capinzal do Norte         | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 3.671,70  |
| MA | 210280 | Carolina                  | 10  | 507,00   | 9.633,00   | 10.539,19 |
| MA | 210290 | Carutapera                | 8   | 405,60   | 7.706,40   | 10.591,64 |
| MA | 210300 | Caxias                    | 76  | 3.853,20 | 73.210,80  | 42.634,16 |
| MA | 210310 | Cedral                    | 1   | 50,70    | 963,30     | 6.247,07  |
| MA | 210312 | Central do Maranhão       | 1   | 50,70    | 963,30     | 5.238,94  |
| MA | 210315 | Centro do Guilherme       | 0   | 0,00     | 0,00       | 8.695,74  |
| MA | 210317 | Centro Novo do Maranhão   | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 9.810,84  |
| MA | 210320 | Chapadinha                | 17  | 861,90   | 16.376,10  | 21.833,88 |
| MA | 210325 | Cidelândia                | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 5.448,21  |
| MA | 210330 | Codó                      | 0   | 0,00     | 0,00       | 97.285,50 |
| MA | 210340 | Coelho Neto               | 17  | 861,90   | 16.376,10  | 10.478,28 |
| MA | 210350 | Colinas                   | 14  | 709,80   | 13.486,20  | 13.742,06 |
| MA | 210355 | Conceição do Lago-Açu     | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 10.637,42 |
| MA | 210360 | Coroatã                   | 0   | 0,00     | 0,00       | 53.289,65 |
| MA | 210370 | Cururupu                  | 0   | 0,00     | 0,00       | 21.768,95 |
| MA | 210375 | Davinópolis               | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 4.181,90  |
| MA | 210380 | Dom Pedro                 | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 10.181,26 |
| MA | 210390 | Duque Bacelar             | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 4.631,83  |
| MA | 210400 | Esperantinópolis          | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 11.611,30 |
| MA | 210405 | Estreito                  | 16  | 811,20   | 15.412,80  | 19.521,14 |
| MA | 210407 | Feira Nova do Maranhão    | 0   | 0,00     | 0,00       | 6.934,06  |
| MA | 210408 | Fernando Falcão           | 0   | 0,00     | 0,00       | 7.080,31  |
| MA | 210409 | Formosa da Serra Negra    | 1   | 50,70    | 963,30     | 12.349,89 |
| MA | 210410 | Fortaleza dos Nogueiras   | 0   | 0,00     | 0,00       | 8.641,38  |
| MA | 210420 | Fortuna                   | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 8.645,53  |
| MA | 210430 | Godofredo Viana           | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 4.874,32  |
| MA | 210440 | Gonçalves Dias            | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 4.651,11  |
| MA | 210450 | Governador Archer         | 0   | 0,00     | 0,00       | 7.134,31  |
| MA | 210455 | Governador Edison Lobão   | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 7.311,33  |
| MA | 210460 | Governador Eugênio Barros | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 4.854,76  |
| MA | 210462 | Governador Luiz Rocha     | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.017,71  |
| MA | 210465 | Governador Newton Bello   | 0   | 0,00     | 0,00       | 7.877,81  |
| MA | 210467 | Governador Nunes Freire   | 8   | 405,60   | 7.706,40   | 11.522,80 |
| MA | 210470 | Graça Aranha              | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 1.627,45  |
| MA | 210480 | Grajaú                    | 23  | 1.166,10 | 22.155,90  | 24.974,86 |
| MA | 210490 | Guimarães                 | 0   | 0,00     | 0,00       | 8.846,41  |
| MA | 210500 | Humberto de Campos        | 0   | 0,00     | 0,00       | 19.314,90 |
| MA | 210510 | Icatu                     | 1   | 50,70    | 963,30     | 14.745,37 |
| MA | 210515 | Igarapé do Meio           | 0   | 0,00     | 0,00       | 9.045,30  |
| MA | 210520 | Igarapé Grande            | 0   | 0,00     | 0,00       | 6.153,15  |
| MA | 210530 | Imperatriz                | 125 | 6.337,50 | 120.412,50 | 91.438,00 |
| MA | 210535 | Itaipava do Grajaú        | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 9.859,19  |
| MA | 210540 | Itapecuru Mirim           | 16  | 811,20   | 15.412,80  | 38.788,23 |
| MA | 210542 | Itinga do Maranhão        | 11  | 557,70   | 10.596,30  | 8.416,44  |
| MA | 210545 | Jatobá                    | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 5.016,48  |
| MA | 210547 | Jenipapo dos Vieiras      | 0   | 0,00     | 0,00       | 12.799,81 |
| MA | 210550 | João Lisboa               | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 11.110,56 |
| MA | 210560 | Joselândia                | 0   | 0,00     | 0,00       | 10.053,91 |
| MA | 210565 | Junco do Maranhão         | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 2.162,70  |
| MA | 210570 | Lago da Pedra             | 8   | 405,60   | 7.706,40   | 29.431,70 |
| MA | 210580 | Lago do Junco             | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 4.108,50  |
| MA | 210590 | Lago Verde                | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 7.097,23  |
| MA | 210592 | Lagoa do Mato             | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.937,59  |
| MA | 210594 | Lago dos Rodrigues        | 0   | 0,00     | 0,00       | 7.474,81  |
| MA | 210596 | Lagoa Grande do Maranhão  | 0   | 0,00     | 0,00       | 6.784,97  |
| MA | 210598 | Lajeado Novo              | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 1.947,07  |
| MA | 210600 | Lima Campos               | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 4.952,30  |
| MA | 210610 | Loreto                    | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 5.838,64  |
| MA | 210620 | Luís Domingues            | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 2.648,75  |
| MA | 210630 | Magalhães de Almeida      | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 9.552,00  |
| MA | 210632 | Maracacumé                | 8   | 405,60   | 7.706,40   | 6.377,79  |
| MA | 210635 | Marajá do Sena            | 0   | 0,00     | 0,00       | 4.619,79  |
| MA | 210637 | Maranhãozinho             | 0   | 0,00     | 0,00       | 10.128,80 |
| MA | 210640 | Mata Roma                 | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 8.050,73  |
| MA | 210650 | Matinha                   | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 12.706,36 |
| MA | 210660 | Matões                    | 7   | 354,90   | 6.743,10   | 6.284,21  |
| MA | 210663 | Matões do Norte           | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 6.526,58  |
| MA | 210667 | Milagres do Maranhão      | 1   | 50,70    | 963,30     | 3.877,67  |
| MA | 210670 | Mirador                   | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 14.436,05 |
| MA | 210675 | Miranda do Norte          | 0   | 0,00     | 0,00       | 21.691,88 |
| MA | 210680 | Mirinzal                  | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 5.580,41  |
| MA | 210690 | Monção                    | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 14.176,82 |
| MA | 210700 | Montes Altos              | 0   | 0,00     | 0,00       | 9.071,55  |
| MA | 210710 | Morros                    | 0   | 0,00     | 0,00       | 15.202,43 |
| MA | 210720 | Nina Rodrigues            | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 3.560,97  |
| MA | 210725 | Nova Colinas              | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 2.582,80  |
| MA | 210730 | Nova Iorque               | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 2.173,29  |
| MA | 210735 | Nova Olinda do Maranhão   | 7   | 354,90   | 6.743,10   | 6.690,62  |
| MA | 210740 | Olho d'Água das Cunhãs    | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 6.003,56  |
| MA | 210745 | Olinda Nova do Maranhão   | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 5.457,77  |
| MA | 210750 | Paço do Lumiar            | 54  | 2.737,80 | 52.018,20  | 44.242,52 |
| MA | 210760 | Palmeirândia              | 0   | 0,00     | 0,00       | 11.894,65 |
| MA | 210770 | Paraibano                 | 10  | 507,00   | 9.633,00   | 6.377,57  |
| MA | 210780 | Parnarama                 | 0   | 0,00     | 0,00       | 13.009,62 |
| MA | 210790 | Passagem Franca           | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 4.393,43  |
| MA | 210800 | Pastos Bons               | 8   | 405,60   | 7.706,40   | 5.026,82  |
| MA | 210805 | Paulino Neves             | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 3.842,36  |
| MA | 210810 | Paulo Ramos               | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 7.062,69  |



|       |        |                              |       |           |              |              |
|-------|--------|------------------------------|-------|-----------|--------------|--------------|
| MA    | 210820 | Pedreiras                    | 20    | 1.014,00  | 19.266,00    | 15.835,59    |
| MA    | 210825 | Pedro do Rosário             | 0     | 0,00      | 0,00         | 15.556,10    |
| MA    | 210830 | Penalva                      | 7     | 354,90    | 6.743,10     | 12.971,00    |
| MA    | 210840 | Peri Mirim                   | 0     | 0,00      | 0,00         | 9.097,22     |
| MA    | 210845 | Peritoró                     | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 14.056,64    |
| MA    | 210850 | Pindaré-Mirim                | 13    | 659,10    | 12.522,90    | 10.638,52    |
| MA    | 210860 | Pinheiro                     | 0     | 0,00      | 0,00         | 61.418,90    |
| MA    | 210870 | Pio XII                      | 7     | 354,90    | 6.743,10     | 8.073,76     |
| MA    | 210880 | Pirapemas                    | 6     | 304,20    | 5.779,80     | 5.664,10     |
| MA    | 210890 | Poção de Pedras              | 6     | 304,20    | 5.779,80     | 11.025,15    |
| MA    | 210900 | Porto Franco                 | 6     | 304,20    | 5.779,80     | 6.519,62     |
| MA    | 210905 | Porto Rico do Maranhão       | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 2.414,51     |
| MA    | 210910 | Presidente Dutra             | 20    | 1.014,00  | 19.266,00    | 18.749,94    |
| MA    | 210920 | Presidente Juscelino         | 1     | 50,70     | 963,30       | 5.597,30     |
| MA    | 210923 | Presidente Médici            | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 2.674,03     |
| MA    | 210927 | Presidente Sarney            | 1     | 50,70     | 963,30       | 10.516,71    |
| MA    | 210930 | Presidente Vargas            | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 3.848,40     |
| MA    | 210940 | Primeira Cruz                | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 8.758,68     |
| MA    | 210945 | Raposa                       | 10    | 507,00    | 9.633,00     | 15.826,26    |
| MA    | 210950 | Riachão                      | 0     | 0,00      | 0,00         | 13.962,53    |
| MA    | 210955 | Ribamar Fiquene              | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 3.802,16     |
| MA    | 210960 | Rosário                      | 13    | 659,10    | 12.522,90    | 12.315,90    |
| MA    | 210970 | Sambaíba                     | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 2.726,28     |
| MA    | 210975 | Santa Filomena do Maranhão   | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 2.314,51     |
| MA    | 210980 | Santa Helena                 | 8     | 405,60    | 7.706,40     | 14.295,72    |
| MA    | 210990 | Santa Inês                   | 26    | 1.318,20  | 25.045,80    | 22.023,39    |
| MA    | 211000 | Santa Luzia                  | 16    | 811,20    | 15.412,80    | 37.301,90    |
| MA    | 211003 | Santa Luzia do Paruá         | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 15.510,20    |
| MA    | 211010 | Santa Quitéria do Maranhão   | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 8.883,00     |
| MA    | 211020 | Santa Rita                   | 9     | 456,30    | 8.669,70     | 13.021,57    |
| MA    | 211023 | Santana do Maranhão          | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 4.795,19     |
| MA    | 211027 | Santo Amaro do Maranhão      | 0     | 0,00      | 0,00         | 8.516,80     |
| MA    | 211030 | Santo Antônio dos Lopes      | 0     | 0,00      | 0,00         | 9.228,19     |
| MA    | 211040 | São Benedito do Rio Preto    | 0     | 0,00      | 0,00         | 9.490,52     |
| MA    | 211050 | São Bento                    | 0     | 0,00      | 0,00         | 26.504,17    |
| MA    | 211060 | São Bernardo                 | 6     | 304,20    | 5.779,80     | 6.532,78     |
| MA    | 211065 | São Domingos do Azeitão      | 0     | 0,00      | 0,00         | 5.520,14     |
| MA    | 211070 | São Domingos do Maranhão     | 11    | 557,70    | 10.596,30    | 8.923,07     |
| MA    | 211080 | São Félix de Balsas          | 0     | 0,00      | 0,00         | 4.952,44     |
| MA    | 211085 | São Francisco do Brejão      | 0     | 0,00      | 0,00         | 8.716,50     |
| MA    | 211090 | São Francisco do Maranhão    | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 5.529,38     |
| MA    | 211100 | São João Batista             | 0     | 0,00      | 0,00         | 12.384,51    |
| MA    | 211102 | São João do Carú             | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 6.082,26     |
| MA    | 211105 | São João do Paraíso          | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 3.734,47     |
| MA    | 211107 | São João do Soter            | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 8.289,07     |
| MA    | 211110 | São João dos Patos           | 13    | 659,10    | 12.522,90    | 9.896,03     |
| MA    | 211120 | São José de Ribamar          | 48    | 2.433,60  | 46.238,40    | 99.017,98    |
| MA    | 211125 | São José dos Basílios        | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 2.263,53     |
| MA    | 211130 | São Luís                     | 533   | 27.023,10 | 513.438,90   | 424.650,69   |
| MA    | 211140 | São Luís Gonzaga do Maranhão | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 4.597,23     |
| MA    | 211150 | São Mateus do Maranhão       | 17    | 861,90    | 16.376,10    | 10.735,20    |
| MA    | 211153 | São Pedro da Água Branca     | 0     | 0,00      | 0,00         | 8.258,94     |
| MA    | 211157 | São Pedro dos Crentes        | 0     | 0,00      | 0,00         | 3.091,93     |
| MA    | 211160 | São Raimundo das Mangabeiras | 6     | 304,20    | 5.779,80     | 7.390,67     |
| MA    | 211163 | São Raimundo do Doca Bezerra | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 2.564,39     |
| MA    | 211167 | São Roberto                  | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 4.162,87     |
| MA    | 211170 | São Vicente Ferrer           | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 8.299,74     |
| MA    | 211172 | Satubinha                    | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 4.619,41     |
| MA    | 211174 | Senador Alexandre Costa      | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 3.734,16     |
| MA    | 211176 | Senador La Rocque            | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 4.654,57     |
| MA    | 211178 | Serrano do Maranhão          | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 3.730,35     |
| MA    | 211180 | Sítio Novo                   | 0     | 0,00      | 0,00         | 11.046,54    |
| MA    | 211190 | Sucupira do Norte            | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 3.598,42     |
| MA    | 211195 | Sucupira do Riachão          | 0     | 0,00      | 0,00         | 3.797,91     |
| MA    | 211200 | Tasso Fragoso                | 0     | 0,00      | 0,00         | 6.984,38     |
| MA    | 211210 | Timbiras                     | 0     | 0,00      | 0,00         | 23.496,21    |
| MA    | 211220 | Timon                        | 83    | 4.208,10  | 79.953,90    | 32.450,73    |
| MA    | 211223 | Trizidela do Vale            | 0     | 0,00      | 0,00         | 14.652,17    |
| MA    | 211227 | Tufilândia                   | 1     | 50,70     | 963,30       | 5.432,13     |
| MA    | 211230 | Tuntum                       | 12    | 608,40    | 11.559,60    | 10.806,64    |
| MA    | 211240 | Turiacu                      | 6     | 304,20    | 5.779,80     | 16.869,65    |
| MA    | 211245 | Turilândia                   | 0     | 0,00      | 0,00         | 14.927,79    |
| MA    | 211250 | Tutóia                       | 0     | 0,00      | 0,00         | 41.900,69    |
| MA    | 211260 | Urbano Santos                | 8     | 405,60    | 7.706,40     | 7.218,27     |
| MA    | 211270 | Vargem Grande                | 15    | 760,50    | 14.449,50    | 27.841,10    |
| MA    | 211280 | Viana                        | 12    | 608,40    | 11.559,60    | 27.448,07    |
| MA    | 211285 | Vila Nova dos Martírios      | 0     | 0,00      | 0,00         | 8.835,08     |
| MA    | 211290 | Vitória do Mearim            | 1     | 50,70     | 963,30       | 20.216,11    |
| MA    | 211300 | Vitorino Freire              | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 16.124,22    |
| MA    | 211400 | Zé Doca                      | 18    | 912,60    | 17.339,40    | 16.722,43    |
| Total |        |                              | 1.952 | 98.966,40 | 1.880.361,60 | 4.230.867,20 |

| ANEXO XI |        |                     |                   |                 |           |                   |
|----------|--------|---------------------|-------------------|-----------------|-----------|-------------------|
| UF       | IBGE   | Município           | Nº ACE ELEGÍ-VEIS | Incentivo (R\$) | AFC (R\$) | PFVS Mensal (R\$) |
| MG       | 310000 | SES/MG              | 0                 | 0,00            | 0,00      | 2.294.769,62      |
| MG       | 310010 | Abadia dos Dourados | 3                 | 152,10          | 2.889,90  | 1.403,00          |
| MG       | 310020 | Abaeté              | 0                 | 0,00            | 0,00      | 9.414,00          |
| MG       | 310030 | Abre Campo          | 2                 | 101,40          | 1.926,60  | 3.561,00          |
| MG       | 310040 | Acaiaca             | 1                 | 50,70           | 963,30    | 811,20            |
| MG       | 310050 | Açucena             | 0                 | 0,00            | 0,00      | 4.118,80          |
| MG       | 310060 | Água Boa            | 4                 | 202,80          | 3.853,20  | 3.006,80          |
| MG       | 310070 | Água Comprida       | 0                 | 0,00            | 0,00      | 828,00            |
| MG       | 310080 | Aguanil             | 2                 | 101,40          | 1.926,60  | 874,00            |
| MG       | 310090 | Águas Formosas      | 0                 | 0,00            | 0,00      | 7.722,80          |
| MG       | 310100 | Águas Vermelhas     | 4                 | 202,80          | 3.853,20  | 2.689,40          |
| MG       | 310110 | Aimorés             | 1                 | 50,70           | 963,30    | 9.314,30          |
| MG       | 310120 | Aiuruoca            | 2                 | 101,40          | 1.926,60  | 1.254,80          |
| MG       | 310130 | Alagoa              | 1                 | 50,70           | 963,30    | 553,60            |
| MG       | 310140 | Albertina           | 0                 | 0,00            | 0,00      | 1.213,20          |
| MG       | 310150 | Além Paraíba        | 18                | 912,60          | 17.339,40 | 7.441,67          |
| MG       | 310160 | Alfenas             | 40                | 2.028,00        | 38.532,00 | 15.742,40         |
| MG       | 310163 | Alfredo Vasconcelos | 2                 | 101,40          | 1.926,60  | 1.327,80          |
| MG       | 310170 | Almenara            | 3                 | 152,10          | 2.889,90  | 13.628,50         |
| MG       | 310180 | Alpercata           | 0                 | 0,00            | 0,00      | 2.991,20          |
| MG       | 310190 | Alpinópolis         | 8                 | 405,60          | 7.706,40  | 3.926,00          |
| MG       | 310200 | Alterosa            | 0                 | 0,00            | 0,00      | 5.773,60          |



|    |        |                        |       |           |              |            |
|----|--------|------------------------|-------|-----------|--------------|------------|
| MG | 310205 | Alto Caparaó           | 1     | 50,70     | 963,30       | 1.317,50   |
| MG | 310210 | Alto Rio Doce          | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 2.424,00   |
| MG | 310220 | Alvarenga              | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.758,00   |
| MG | 310230 | Alvinópolis            | 0     | 0,00      | 0,00         | 6.256,80   |
| MG | 310240 | Alvorada de Minas      | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 733,20     |
| MG | 310250 | Amparo do Serra        | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.004,60   |
| MG | 310260 | Andradas               | 0     | 0,00      | 0,00         | 16.036,80  |
| MG | 310270 | Cachoeira de Pajeú     | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.882,00   |
| MG | 310280 | Andrelândia            | 6     | 304,20    | 5.779,80     | 2.501,40   |
| MG | 310285 | Angelândia             | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.692,00   |
| MG | 310290 | Antônio Carlos         | 1     | 50,70     | 963,30       | 3.660,70   |
| MG | 310300 | Antônio Dias           | 0     | 0,00      | 0,00         | 3.895,20   |
| MG | 310310 | Antônio Prado de Minas | 0     | 0,00      | 0,00         | 676,80     |
| MG | 310320 | Araçai                 | 0     | 0,00      | 0,00         | 940,80     |
| MG | 310330 | Aracitaba              | 1     | 50,70     | 963,30       | 422,60     |
| MG | 310340 | Araçuaí                | 0     | 0,00      | 0,00         | 14.908,00  |
| MG | 310350 | Araguari               | 63    | 3.194,10  | 60.687,90    | 26.160,08  |
| MG | 310360 | Arantina               | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.155,20   |
| MG | 310370 | Araponga               | 0     | 0,00      | 0,00         | 3.400,40   |
| MG | 310375 | Araporã                | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.331,40   |
| MG | 310380 | Arapuá                 | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.150,00   |
| MG | 310390 | Araújos                | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 1.753,60   |
| MG | 310400 | Araxá                  | 53    | 2.687,10  | 51.054,90    | 20.447,60  |
| MG | 310410 | Arceburgo              | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 2.074,60   |
| MG | 310420 | Arcos                  | 8     | 405,60    | 7.706,40     | 8.058,61   |
| MG | 310430 | Areado                 | 7     | 354,90    | 6.743,10     | 2.948,00   |
| MG | 310440 | Argirita               | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 584,80     |
| MG | 310445 | Aricanduva             | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.047,20   |
| MG | 310450 | Arinos                 | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 4.398,50   |
| MG | 310460 | Astolfo Dutra          | 7     | 354,90    | 6.743,10     | 2.787,40   |
| MG | 310470 | Ataléia                | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 2.868,80   |
| MG | 310480 | Augusto de Lima        | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.012,40   |
| MG | 310490 | Baependi               | 7     | 354,90    | 6.743,10     | 3.837,20   |
| MG | 310500 | Baldim                 | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.888,37   |
| MG | 310510 | Bambuí                 | 15    | 760,50    | 14.449,50    | 4.770,00   |
| MG | 310520 | Bandeira               | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.023,60   |
| MG | 310530 | Bandeira do Sul        | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.269,60   |
| MG | 310540 | Barão de Cocais        | 14    | 709,80    | 13.486,20    | 6.254,00   |
| MG | 310550 | Barão de Monte Alto    | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.154,00   |
| MG | 310560 | Barbacena              | 9     | 456,30    | 8.669,70     | 52.046,10  |
| MG | 310570 | Barra Longa            | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.396,40   |
| MG | 310590 | Barroso                | 0     | 0,00      | 0,00         | 8.277,20   |
| MG | 310600 | Bela Vista de Minas    | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 2.076,20   |
| MG | 310610 | Belmiro Braga          | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.400,40   |
| MG | 310620 | Belo Horizonte         | 1.110 | 56.277,00 | 1.069.263,00 | 860.879,61 |
| MG | 310630 | Belo Oriente           | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 5.431,10   |
| MG | 310640 | Belo Vale              | 1     | 50,70     | 963,30       | 2.163,10   |
| MG | 310650 | Berilo                 | 0     | 0,00      | 0,00         | 5.003,20   |
| MG | 310660 | Bertópolis             | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 932,80     |
| MG | 310665 | Berizal                | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 932,20     |
| MG | 310670 | Betim                  | 172   | 8.720,40  | 165.687,60   | 115.454,94 |
| MG | 310680 | Bias Fortes            | 1     | 50,70     | 963,30       | 753,00     |
| MG | 310690 | Bicas                  | 0     | 0,00      | 0,00         | 5.765,20   |
| MG | 310700 | Biquinhas              | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 532,80     |
| MG | 310710 | Boa Esperança          | 18    | 912,60    | 17.339,40    | 8.057,40   |
| MG | 310720 | Bocaina de Minas       | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.069,60   |
| MG | 310730 | Bocaiúva               | 0     | 0,00      | 0,00         | 19.840,00  |
| MG | 310740 | Bom Despacho           | 29    | 1.470,30  | 27.935,70    | 9.847,20   |
| MG | 310750 | Bom Jardim de Minas    | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.665,20   |
| MG | 310760 | Bom Jesus da Penha     | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 830,00     |
| MG | 310770 | Bom Jesus do Amparo    | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.184,60   |
| MG | 310780 | Bom Jesus do Galho     | 0     | 0,00      | 0,00         | 6.253,20   |
| MG | 310790 | Bom Repouso            | 1     | 50,70     | 963,30       | 3.343,50   |
| MG | 310800 | Bom Sucesso            | 6     | 304,20    | 5.779,80     | 3.571,60   |
| MG | 310810 | Bonfim                 | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.637,07   |
| MG | 310820 | Bonfinópolis de Minas  | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.180,80   |
| MG | 310825 | Bonito de Minas        | 0     | 0,00      | 0,00         | 4.267,60   |
| MG | 310830 | Borda da Mata          | 0     | 0,00      | 0,00         | 7.472,80   |
| MG | 310840 | Botelhos               | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 4.203,80   |
| MG | 310850 | Botumirim              | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.644,80   |
| MG | 310855 | Brasilândia de Minas   | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 4.364,20   |
| MG | 310860 | Brasília de Minas      | 12    | 608,40    | 11.559,60    | 6.512,80   |
| MG | 310870 | Brás Pires             | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 932,80     |
| MG | 310880 | Braúnas                | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.018,20   |
| MG | 310890 | Brazópolis             | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 3.102,90   |
| MG | 310900 | Brumadinho             | 0     | 0,00      | 0,00         | 17.666,60  |
| MG | 310910 | Bueno Brandão          | 0     | 0,00      | 0,00         | 4.489,20   |
| MG | 310920 | Buenópolis             | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 2.117,80   |
| MG | 310925 | Bugre                  | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 826,80     |
| MG | 310930 | Buritís                | 0     | 0,00      | 0,00         | 9.740,40   |
| MG | 310940 | Buritizeiro            | 1     | 50,70     | 963,30       | 10.301,90  |
| MG | 310945 | Cabeceira Grande       | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.744,40   |
| MG | 310950 | Cabo Verde             | 0     | 0,00      | 0,00         | 5.719,20   |
| MG | 310960 | Cachoeira da Prata     | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.493,60   |
| MG | 310970 | Cachoeira de Minas     | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 2.313,40   |
| MG | 310980 | Cachoeira Dourada      | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.064,40   |
| MG | 310990 | Caetanópolis           | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 2.234,00   |
| MG | 311000 | Caeté                  | 19    | 963,30    | 18.302,70    | 10.205,77  |
| MG | 311010 | Caiana                 | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.070,80   |
| MG | 311020 | Cajuri                 | 1     | 50,70     | 963,30       | 827,00     |
| MG | 311030 | Caldas                 | 0     | 0,00      | 0,00         | 5.758,40   |
| MG | 311040 | Camacho                | 1     | 50,70     | 963,30       | 631,60     |
| MG | 311050 | Camanducaia            | 0     | 0,00      | 0,00         | 8.782,00   |
| MG | 311060 | Cambuí                 | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 9.541,00   |
| MG | 311070 | Cambuquira             | 0     | 0,00      | 0,00         | 5.210,40   |
| MG | 311080 | Campanário             | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 746,60     |
| MG | 311090 | Campanha               | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 3.286,20   |
| MG | 311100 | Campestre              | 0     | 0,00      | 0,00         | 8.556,80   |
| MG | 311110 | Campina Verde          | 0     | 0,00      | 0,00         | 8.008,80   |
| MG | 311115 | Campo Azul             | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 768,60     |
| MG | 311120 | Campo Belo             | 29    | 1.470,30  | 27.935,70    | 10.815,20  |
| MG | 311130 | Campo do Meio          | 1     | 50,70     | 963,30       | 3.779,10   |
| MG | 311140 | Campo Florido          | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 1.535,00   |
| MG | 311150 | Campos Altos           | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 3.037,20   |
| MG | 311160 | Campos Gerais          | 11    | 557,70    | 10.596,30    | 5.775,80   |
| MG | 311170 | Canaã                  | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 945,80     |
| MG | 311180 | Canápolis              | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 2.875,40   |
| MG | 311190 | Cana Verde             | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.147,80   |



|    |        |                             |     |           |            |            |
|----|--------|-----------------------------|-----|-----------|------------|------------|
| MG | 311200 | Candeias                    | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 3.021,60   |
| MG | 311205 | Cantagalo                   | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.785,60   |
| MG | 311210 | Caparaó                     | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.181,60   |
| MG | 311220 | Capela Nova                 | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.939,20   |
| MG | 311230 | Capelinha                   | 1   | 50,70     | 963,30     | 13.968,70  |
| MG | 311240 | Capetinga                   | 1   | 50,70     | 963,30     | 1.925,50   |
| MG | 311250 | Capim Branco                | 0   | 0,00      | 0,00       | 4.450,60   |
| MG | 311260 | Capinópolis                 | 9   | 456,30    | 8.669,70   | 3.222,40   |
| MG | 311265 | Capitão Andrade             | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.063,40   |
| MG | 311270 | Capitão Enéas               | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 3.014,80   |
| MG | 311280 | Capitólio                   | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 1.722,40   |
| MG | 311290 | Caputira                    | 0   | 0,00      | 0,00       | 3.756,80   |
| MG | 311300 | Carai                       | 1   | 50,70     | 963,30     | 8.465,10   |
| MG | 311310 | Caranaíba                   | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.336,40   |
| MG | 311320 | Carandaí                    | 0   | 0,00      | 0,00       | 10.017,60  |
| MG | 311330 | Carangola                   | 0   | 0,00      | 0,00       | 13.385,20  |
| MG | 311340 | Caratinga                   | 8   | 405,60    | 7.706,40   | 28.606,40  |
| MG | 311350 | Carbonita                   | 0   | 0,00      | 0,00       | 3.802,80   |
| MG | 311360 | Careaçu                     | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.673,60   |
| MG | 311370 | Carlos Chagas               | 9   | 456,30    | 8.669,70   | 4.042,80   |
| MG | 311380 | Carmésia                    | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 520,00     |
| MG | 311390 | Carmo da Cachoeira          | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.460,40   |
| MG | 311400 | Carmo da Mata               | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 2.295,00   |
| MG | 311410 | Carmo de Minas              | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 2.968,10   |
| MG | 311420 | Carmo do Cajuru             | 7   | 354,90    | 6.743,10   | 4.347,00   |
| MG | 311430 | Carmo do Paranaíba          | 10  | 507,00    | 9.633,00   | 6.156,40   |
| MG | 311440 | Carmo do Rio Claro          | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 4.267,60   |
| MG | 311450 | Carmópolis de Minas         | 0   | 0,00      | 0,00       | 7.447,60   |
| MG | 311455 | Carmeirinho                 | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 1.997,00   |
| MG | 311460 | Carrancas                   | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 819,20     |
| MG | 311470 | Carvalhópolis               | 1   | 50,70     | 963,30     | 708,80     |
| MG | 311480 | Carvalhos                   | 1   | 50,70     | 963,30     | 930,20     |
| MG | 311490 | Casa Grande                 | 1   | 50,70     | 963,30     | 461,60     |
| MG | 311500 | Cascalho Rico               | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 607,40     |
| MG | 311510 | Cássia                      | 9   | 456,30    | 8.669,70   | 3.602,80   |
| MG | 311520 | Conceição da Barra de Minas | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.622,80   |
| MG | 311530 | Cataguases                  | 36  | 1.825,20  | 34.678,80  | 14.834,20  |
| MG | 311535 | Catas Altas                 | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.046,00   |
| MG | 311540 | Catas Altas da Noruega      | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 727,60     |
| MG | 311545 | Catuji                      | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.352,20   |
| MG | 311547 | Catuti                      | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.040,00   |
| MG | 311550 | Caxambu                     | 8   | 405,60    | 7.706,40   | 4.451,40   |
| MG | 311560 | Cedro do Abaeté             | 1   | 50,70     | 963,30     | 245,40     |
| MG | 311570 | Central de Minas            | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 1.414,40   |
| MG | 311580 | Centralina                  | 0   | 0,00      | 0,00       | 4.241,60   |
| MG | 311590 | Chácara                     | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.216,80   |
| MG | 311600 | Chalé                       | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.163,40   |
| MG | 311610 | Chapada do Norte            | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 3.372,90   |
| MG | 311615 | Chapada Gaúcha              | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.499,00   |
| MG | 311620 | Chiador                     | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 565,40     |
| MG | 311630 | Cipotânea                   | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.732,80   |
| MG | 311640 | Claraval                    | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.920,40   |
| MG | 311650 | Claro dos Poções            | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 1.581,80   |
| MG | 311660 | Cláudio                     | 11  | 557,70    | 10.596,30  | 5.565,40   |
| MG | 311670 | Coimbra                     | 1   | 50,70     | 963,30     | 2.028,70   |
| MG | 311680 | Coluna                      | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.842,60   |
| MG | 311690 | Comendador Gomes            | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 623,20     |
| MG | 311700 | Comercinho                  | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.618,80   |
| MG | 311710 | Conceição da Aparecida      | 0   | 0,00      | 0,00       | 4.120,80   |
| MG | 311720 | Conceição das Pedras        | 1   | 50,70     | 963,30     | 569,80     |
| MG | 311730 | Conceição das Alagoas       | 12  | 608,40    | 11.559,60  | 5.203,60   |
| MG | 311740 | Conceição de Ipanema        | 1   | 50,70     | 963,30     | 925,40     |
| MG | 311750 | Conceição do Mato Dentro    | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 3.654,60   |
| MG | 311760 | Conceição do Pará           | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.092,00   |
| MG | 311770 | Conceição do Rio Verde      | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 2.723,40   |
| MG | 311780 | Conceição dos Ouros         | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 2.252,40   |
| MG | 311783 | Cônego Marinho              | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.512,80   |
| MG | 311787 | Confins                     | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.511,53   |
| MG | 311790 | Congonhal                   | 1   | 50,70     | 963,30     | 3.622,30   |
| MG | 311800 | Congonhas                   | 0   | 0,00      | 0,00       | 21.130,80  |
| MG | 311810 | Congonhas do Norte          | 1   | 50,70     | 963,30     | 1.083,90   |
| MG | 311820 | Conquista                   | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 1.379,00   |
| MG | 311830 | Conselheiro Lafaiete        | 56  | 2.839,20  | 53.944,80  | 28.219,73  |
| MG | 311840 | Conselheiro Pena            | 0   | 0,00      | 0,00       | 9.256,40   |
| MG | 311850 | Consolação                  | 0   | 0,00      | 0,00       | 721,60     |
| MG | 311860 | Contagem                    | 238 | 12.066,60 | 229.265,40 | 154.081,93 |
| MG | 311870 | Coqueiral                   | 0   | 0,00      | 0,00       | 3.796,80   |
| MG | 311880 | Coração de Jesus            | 1   | 50,70     | 963,30     | 9.826,30   |
| MG | 311890 | Cordisburgo                 | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.799,60   |
| MG | 311900 | Cordislândia                | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.429,20   |
| MG | 311910 | Corinto                     | 13  | 659,10    | 12.522,90  | 4.896,80   |
| MG | 311920 | Coroaci                     | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 2.090,60   |
| MG | 311930 | Coromandel                  | 13  | 659,10    | 12.522,90  | 5.691,20   |
| MG | 311940 | Coronel Fabriciano          | 49  | 2.484,30  | 47.201,70  | 27.067,34  |
| MG | 311950 | Coronel Murta               | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 1.880,00   |
| MG | 311960 | Coronel Pacheco             | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.244,00   |
| MG | 311970 | Coronel Xavier Chaves       | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.380,40   |
| MG | 311980 | Córrego Danta               | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 685,20     |
| MG | 311990 | Córrego do Bom Jesus        | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.527,60   |
| MG | 311995 | Córrego Fundo               | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.241,40   |
| MG | 312000 | Córrego Novo                | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 620,00     |
| MG | 312010 | Couto de Magalhães de Minas | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.764,80   |
| MG | 312015 | Crisólita                   | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.305,00   |
| MG | 312020 | Cristais                    | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 2.463,40   |
| MG | 312030 | Cristália                   | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.202,00   |
| MG | 312040 | Cristiano Ottoni            | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.040,80   |
| MG | 312050 | Cristina                    | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.097,20   |
| MG | 312060 | Crucilândia                 | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.002,80   |
| MG | 312070 | Cruzeiro da Fortaleza       | 1   | 50,70     | 963,30     | 828,00     |
| MG | 312080 | Cruzília                    | 8   | 405,60    | 7.706,40   | 3.073,80   |
| MG | 312083 | Cuparaque                   | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 989,40     |
| MG | 312087 | Curral de Dentro            | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 1.498,20   |
| MG | 312090 | Curvelo                     | 38  | 1.926,60  | 36.605,40  | 15.780,00  |
| MG | 312100 | Datas                       | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.088,20   |
| MG | 312110 | Delfim Moreira              | 0   | 0,00      | 0,00       | 3.280,40   |
| MG | 312120 | Delfinópolis                | 1   | 50,70     | 963,30     | 1.893,90   |
| MG | 312125 | Delta                       | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 1.899,80   |
| MG | 312130 | Descoberto                  | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.004,00   |



|    |        |                           |    |          |           |            |
|----|--------|---------------------------|----|----------|-----------|------------|
| MG | 312140 | Desterro de Entre Rios    | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.459,60   |
| MG | 312150 | Desterro do Melo          | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 612,00     |
| MG | 312160 | Diamantina                | 24 | 1.216,80 | 23.119,20 | 9.590,40   |
| MG | 312170 | Diogo de Vasconcelos      | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.574,00   |
| MG | 312180 | Dionísio                  | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.731,40   |
| MG | 312190 | Divinésia                 | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.374,80   |
| MG | 312200 | Divino                    | 7  | 354,90   | 6.743,10  | 4.002,40   |
| MG | 312210 | Divino das Laranjeiras    | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.016,40   |
| MG | 312220 | Divinolândia de Minas     | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.494,40   |
| MG | 312230 | Divinópolis               | 84 | 4.258,80 | 80.917,20 | 51.940,80  |
| MG | 312235 | Divisa Alegre             | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.295,60   |
| MG | 312240 | Divisa Nova               | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.206,20   |
| MG | 312245 | Divisópolis               | 0  | 0,00     | 0,00      | 4.083,60   |
| MG | 312247 | Dom Bosco                 | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 774,40     |
| MG | 312250 | Dom Cavati                | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.060,60   |
| MG | 312260 | Dom Joaquim               | 1  | 50,70    | 963,30    | 926,40     |
| MG | 312270 | Dom Silvério              | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.069,60   |
| MG | 312280 | Dom Viçoso                | 1  | 50,70    | 963,30    | 614,80     |
| MG | 312290 | Dona Eusébia              | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.287,00   |
| MG | 312300 | Dores de Campos           | 0  | 0,00     | 0,00      | 3.982,40   |
| MG | 312310 | Dores de Guanhões         | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.173,90   |
| MG | 312320 | Dores do Indaia           | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 3.692,60   |
| MG | 312330 | Dores do Turvo            | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.806,40   |
| MG | 312340 | Doresópolis               | 1  | 50,70    | 963,30    | 303,80     |
| MG | 312350 | Douradoquara              | 0  | 0,00     | 0,00      | 768,00     |
| MG | 312352 | Durandé                   | 0  | 0,00     | 0,00      | 3.127,20   |
| MG | 312360 | Elói Mendes               | 0  | 0,00     | 0,00      | 10.907,20  |
| MG | 312370 | Engenheiro Caldas         | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 2.192,40   |
| MG | 312380 | Engenheiro Navarro        | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.944,80   |
| MG | 312385 | Entre Folhas              | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.077,00   |
| MG | 312390 | Entre Rios de Minas       | 0  | 0,00     | 0,00      | 6.049,60   |
| MG | 312400 | Ervália                   | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 4.657,30   |
| MG | 312410 | Esmeraldas                | 28 | 1.419,60 | 26.972,40 | 15.681,87  |
| MG | 312420 | Espera Feliz              | 7  | 354,90   | 6.743,10  | 4.893,80   |
| MG | 312430 | Espinosa                  | 8  | 405,60   | 7.706,40  | 6.430,20   |
| MG | 312440 | Espírito Santo do Dourado | 1  | 50,70    | 963,30    | 934,00     |
| MG | 312450 | Estiva                    | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 2.621,80   |
| MG | 312460 | Estrela Dalva             | 1  | 50,70    | 963,30    | 499,20     |
| MG | 312470 | Estrela do Indaia         | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 720,40     |
| MG | 312480 | Estrela do Sul            | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.579,40   |
| MG | 312490 | Eugenópolis               | 1  | 50,70    | 963,30    | 3.504,30   |
| MG | 312500 | Ewbank da Câmara          | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.570,80   |
| MG | 312510 | Extrema                   | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 11.306,20  |
| MG | 312520 | Fama                      | 0  | 0,00     | 0,00      | 969,20     |
| MG | 312530 | Faria Lemos               | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.369,20   |
| MG | 312540 | Felício dos Santos        | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.031,40   |
| MG | 312550 | São Gonçalo do Rio Preto  | 1  | 50,70    | 963,30    | 637,80     |
| MG | 312560 | Felisburgo                | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.971,90   |
| MG | 312570 | Felixlândia               | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 3.015,60   |
| MG | 312580 | Fernandes Tourinho        | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.321,60   |
| MG | 312590 | Ferros                    | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 2.161,40   |
| MG | 312595 | Fervedouro                | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 2.187,20   |
| MG | 312600 | Florestal                 | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.682,10   |
| MG | 312610 | Formiga                   | 35 | 1.774,50 | 33.715,50 | 14.033,25  |
| MG | 312620 | Formoso                   | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.813,40   |
| MG | 312630 | Fortaleza de Minas        | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 871,40     |
| MG | 312640 | Fortuna de Minas          | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 578,60     |
| MG | 312650 | Francisco Badaró          | 0  | 0,00     | 0,00      | 4.220,00   |
| MG | 312660 | Francisco Dumont          | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.100,70   |
| MG | 312670 | Francisco Sá              | 8  | 405,60   | 7.706,40  | 5.243,40   |
| MG | 312675 | Franciscópolis            | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.165,00   |
| MG | 312680 | Frei Gaspar               | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.206,60   |
| MG | 312690 | Frei Inocêncio            | 0  | 0,00     | 0,00      | 3.794,80   |
| MG | 312695 | Frei Lagonegro            | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.394,80   |
| MG | 312700 | Fronteira                 | 8  | 405,60   | 7.706,40  | 3.279,80   |
| MG | 312705 | Fronteira dos Vales       | 1  | 50,70    | 963,30    | 955,40     |
| MG | 312707 | Fruta de Leite            | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.183,80   |
| MG | 312710 | Frutal                    | 37 | 1.875,90 | 35.642,10 | 11.559,00  |
| MG | 312720 | Funilândia                | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 839,20     |
| MG | 312730 | Galiléia                  | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.836,80   |
| MG | 312733 | Gameleiras                | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.052,80   |
| MG | 312735 | Glaucilândia              | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.252,00   |
| MG | 312737 | Goiabeira                 | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 655,80     |
| MG | 312738 | Goianá                    | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.561,20   |
| MG | 312740 | Gonçalves                 | 1  | 50,70    | 963,30    | 878,20     |
| MG | 312750 | Gonzaga                   | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.475,20   |
| MG | 312760 | Gouveia                   | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 2.409,60   |
| MG | 312770 | Governador Valadares      | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 121.410,15 |
| MG | 312780 | Grão Mogol                | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 3.161,00   |
| MG | 312790 | Grupiara                  | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 283,20     |
| MG | 312800 | Guanhães                  | 0  | 0,00     | 0,00      | 13.424,80  |
| MG | 312810 | Guapé                     | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 3.836,20   |
| MG | 312820 | Guaraciaba                | 0  | 0,00     | 0,00      | 4.212,80   |
| MG | 312825 | Guaraciama                | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 992,40     |
| MG | 312830 | Guaranésia                | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 3.882,80   |
| MG | 312840 | Guarani                   | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.802,80   |
| MG | 312850 | Guarará                   | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.596,40   |
| MG | 312860 | Guarda-Mor                | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.348,20   |
| MG | 312870 | Guaxupé                   | 22 | 1.115,40 | 21.192,60 | 10.382,20  |
| MG | 312880 | Guidoval                  | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.471,20   |
| MG | 312890 | Guimarânia                | 0  | 0,00     | 0,00      | 3.132,40   |
| MG | 312900 | Guiricema                 | 1  | 50,70    | 963,30    | 2.571,90   |
| MG | 312910 | Gurinhata                 | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.228,80   |
| MG | 312920 | Heliodora                 | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.596,80   |
| MG | 312930 | Iapu                      | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 2.174,00   |
| MG | 312940 | Ibertioga                 | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.032,60   |
| MG | 312950 | Ibiá                      | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 6.060,40   |
| MG | 312960 | Ibiaí                     | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.662,40   |
| MG | 312965 | Ibiracatu                 | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.500,00   |
| MG | 312970 | Ibiraci                   | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 3.395,40   |
| MG | 312980 | Ibitité                   | 99 | 5.019,30 | 95.366,70 | 45.641,66  |
| MG | 312990 | Ibitiúra de Minas         | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 704,00     |
| MG | 313000 | Ibituruna                 | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 600,00     |
| MG | 313005 | Icaraí de Minas           | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 2.326,60   |
| MG | 313010 | Igarapé                   | 1  | 50,70    | 963,30    | 17.597,90  |
| MG | 313020 | Igaratinga                | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 2.057,20   |
| MG | 313030 | Iguatama                  | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.642,60   |
| MG | 313040 | Ijaci                     | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.269,60   |



|    |        |                         |     |           |            |            |
|----|--------|-------------------------|-----|-----------|------------|------------|
| MG | 313050 | Ilicínea                | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 2.443,40   |
| MG | 313055 | Imbé de Minas           | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.729,20   |
| MG | 313060 | Inconfidentes           | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.916,00   |
| MG | 313065 | Indaiabira              | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.505,60   |
| MG | 313070 | Indianópolis            | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.338,60   |
| MG | 313080 | Ingai                   | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.105,60   |
| MG | 313090 | Inhapim                 | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 5.136,30   |
| MG | 313100 | Inhaúma                 | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.231,60   |
| MG | 313110 | Inimutaba               | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 1.479,40   |
| MG | 313115 | Ipaba                   | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 5.300,60   |
| MG | 313120 | Ipanema                 | 7   | 354,90    | 6.743,10   | 3.892,80   |
| MG | 313130 | Ipatinga                | 125 | 6.337,50  | 120.412,50 | 57.902,63  |
| MG | 313140 | Ipiacu                  | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 853,80     |
| MG | 313150 | Ipuiúna                 | 1   | 50,70     | 963,30     | 3.051,90   |
| MG | 313160 | Iraí de Minas           | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.377,20   |
| MG | 313170 | Itabira                 | 56  | 2.839,20  | 53.944,80  | 26.467,65  |
| MG | 313180 | Itabirinha              | 0   | 0,00      | 0,00       | 4.546,80   |
| MG | 313190 | Itabirito               | 0   | 0,00      | 0,00       | 19.907,20  |
| MG | 313200 | Itacambira              | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.062,00   |
| MG | 313210 | Itacarambi              | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 3.676,60   |
| MG | 313220 | Itaguara                | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 3.073,47   |
| MG | 313230 | Itaipé                  | 0   | 0,00      | 0,00       | 5.028,80   |
| MG | 313240 | Itajubá                 | 0   | 0,00      | 0,00       | 38.408,00  |
| MG | 313250 | Itamarandiba            | 11  | 557,70    | 10.596,30  | 6.850,60   |
| MG | 313260 | Itamarati de Minas      | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 863,60     |
| MG | 313270 | Itambacuri              | 0   | 0,00      | 0,00       | 9.434,00   |
| MG | 313280 | Itambé do Mato Dentro   | 0   | 0,00      | 0,00       | 912,40     |
| MG | 313290 | Itamogi                 | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 2.114,40   |
| MG | 313300 | Itamonte                | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 3.027,20   |
| MG | 313310 | Itanhandu               | 1   | 50,70     | 963,30     | 5.078,70   |
| MG | 313320 | Itanhomi                | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 2.468,00   |
| MG | 313330 | Itaobim                 | 0   | 0,00      | 0,00       | 8.627,60   |
| MG | 313340 | Itapagipe               | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 3.987,00   |
| MG | 313350 | Itapeçerica             | 10  | 507,00    | 9.633,00   | 4.421,80   |
| MG | 313360 | Itapeva                 | 1   | 50,70     | 963,30     | 2.811,10   |
| MG | 313370 | Itatiaiuçu              | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 2.515,57   |
| MG | 313375 | Itaú de Minas           | 8   | 405,60    | 7.706,40   | 3.179,40   |
| MG | 313380 | Itaúna                  | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 34.654,60  |
| MG | 313390 | Itaverava               | 1   | 50,70     | 963,30     | 1.369,90   |
| MG | 313400 | Itinga                  | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 4.097,00   |
| MG | 313410 | Itueta                  | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.217,40   |
| MG | 313420 | Ituiutaba               | 17  | 861,90    | 16.376,10  | 24.957,10  |
| MG | 313430 | Itumirim                | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.252,60   |
| MG | 313440 | Iturama                 | 0   | 0,00      | 0,00       | 15.080,00  |
| MG | 313450 | Itutinga                | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 795,20     |
| MG | 313460 | Jaboticatubas           | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 4.445,47   |
| MG | 313470 | Jacinto                 | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 3.088,20   |
| MG | 313480 | Jacuí                   | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.556,60   |
| MG | 313490 | Jacutinga               | 0   | 0,00      | 0,00       | 9.972,00   |
| MG | 313500 | Jaguaraçu               | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.254,40   |
| MG | 313505 | Jaíba                   | 11  | 557,70    | 10.596,30  | 7.410,80   |
| MG | 313507 | Jampruca                | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.072,20   |
| MG | 313510 | Janaúba                 | 38  | 1.926,60  | 36.605,40  | 14.915,60  |
| MG | 313520 | Januária                | 21  | 1.064,70  | 20.229,30  | 13.649,40  |
| MG | 313530 | Japaraíba               | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 848,20     |
| MG | 313535 | Japonvar                | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.728,60   |
| MG | 313540 | Jeceaba                 | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.077,40   |
| MG | 313545 | Jenipapo de Minas       | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.516,00   |
| MG | 313550 | Jequeri                 | 0   | 0,00      | 0,00       | 5.216,40   |
| MG | 313560 | Jequitaí                | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.613,80   |
| MG | 313570 | Jequitibá               | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.062,60   |
| MG | 313580 | Jequitinhonha           | 10  | 507,00    | 9.633,00   | 5.073,00   |
| MG | 313590 | Jesuânia                | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 979,80     |
| MG | 313600 | Joáima                  | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 3.112,40   |
| MG | 313610 | Joanésia                | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.061,00   |
| MG | 313620 | João Monlevade          | 0   | 0,00      | 0,00       | 31.433,20  |
| MG | 313630 | João Pinheiro           | 24  | 1.216,80  | 23.119,20  | 9.635,80   |
| MG | 313640 | Joaquim Felício         | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.842,80   |
| MG | 313650 | Jordânia                | 0   | 0,00      | 0,00       | 4.330,40   |
| MG | 313652 | José Gonçalves de Minas | 1   | 50,70     | 963,30     | 931,20     |
| MG | 313655 | José Raydan             | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.917,20   |
| MG | 313657 | Josenópolis             | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 966,00     |
| MG | 313660 | Nova União              | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.696,86   |
| MG | 313665 | Juatuba                 | 10  | 507,00    | 9.633,00   | 5.853,63   |
| MG | 313670 | Juiz de Fora            | 202 | 10.241,40 | 194.586,60 | 124.938,90 |
| MG | 313680 | Juramento               | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.730,00   |
| MG | 313690 | Juruaia                 | 1   | 50,70     | 963,30     | 3.086,70   |
| MG | 313695 | Juvenília               | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.172,60   |
| MG | 313700 | Ladainha                | 0   | 0,00      | 0,00       | 7.190,40   |
| MG | 313710 | Lagamar                 | 0   | 0,00      | 0,00       | 3.120,80   |
| MG | 313720 | Lagoa da Prata          | 26  | 1.318,20  | 25.045,80  | 10.039,40  |
| MG | 313730 | Lagoa dos Patos         | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 859,60     |
| MG | 313740 | Lagoa Dourada           | 0   | 0,00      | 0,00       | 5.175,20   |
| MG | 313750 | Lagoa Formosa           | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 3.607,40   |
| MG | 313753 | Lagoa Grande            | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 1.858,80   |
| MG | 313760 | Lagoa Santa             | 0   | 0,00      | 0,00       | 27.892,66  |
| MG | 313770 | Lajinha                 | 1   | 50,70     | 963,30     | 7.141,50   |
| MG | 313780 | Lambari                 | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 4.134,20   |
| MG | 313790 | Lamim                   | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.409,60   |
| MG | 313800 | Laranjal                | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.359,80   |
| MG | 313810 | Lassance                | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.332,60   |
| MG | 313820 | Lavras                  | 48  | 2.433,60  | 46.238,40  | 20.048,60  |
| MG | 313830 | Leandro Ferreira        | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 659,60     |
| MG | 313835 | Leme do Prado           | 1   | 50,70     | 963,30     | 1.029,90   |
| MG | 313840 | Leopoldina              | 24  | 1.216,80  | 23.119,20  | 10.629,00  |
| MG | 313850 | Liberdade               | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.160,40   |
| MG | 313860 | Lima Duarte             | 0   | 0,00      | 0,00       | 6.731,60   |
| MG | 313862 | Limeira do Oeste        | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.476,60   |
| MG | 313865 | Lontra                  | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.787,60   |
| MG | 313867 | Luisburgo               | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.281,60   |
| MG | 313868 | Luislândia              | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.342,00   |
| MG | 313870 | Luminárias              | 1   | 50,70     | 963,30     | 1.265,10   |
| MG | 313880 | Luz                     | 10  | 507,00    | 9.633,00   | 3.658,00   |
| MG | 313890 | Machacalis              | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.887,60   |
| MG | 313900 | Machado                 | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 12.694,00  |
| MG | 313910 | Madre de Deus de Minas  | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.049,60   |
| MG | 313920 | Malacacheta             | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 3.845,60   |
| MG | 313925 | Mamonas                 | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.318,20   |



|    |        |                       |     |           |            |           |
|----|--------|-----------------------|-----|-----------|------------|-----------|
| MG | 313930 | Manga                 | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 3.979,60  |
| MG | 313940 | Manhuaçu              | 27  | 1.368,90  | 26.009,10  | 17.368,80 |
| MG | 313950 | Manhumirim            | 0   | 0,00      | 0,00       | 9.030,80  |
| MG | 313960 | Mantena               | 13  | 659,10    | 12.522,90  | 5.612,20  |
| MG | 313970 | Maravilhas            | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.548,80  |
| MG | 313980 | Mar de Espanha        | 0   | 0,00      | 0,00       | 5.028,80  |
| MG | 313990 | Maria da Fé           | 0   | 0,00      | 0,00       | 5.820,40  |
| MG | 314000 | Mariana               | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 21.594,20 |
| MG | 314010 | Marilac               | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 859,40    |
| MG | 314015 | Mário Campos          | 0   | 0,00      | 0,00       | 6.824,53  |
| MG | 314020 | Maripá de Minas       | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.180,00  |
| MG | 314030 | Marliéria             | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.650,80  |
| MG | 314040 | Marmelópolis          | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.191,60  |
| MG | 314050 | Martinho Campos       | 8   | 405,60    | 7.706,40   | 2.662,80  |
| MG | 314053 | Martins Soares        | 0   | 0,00      | 0,00       | 3.187,20  |
| MG | 314055 | Mata Verde            | 0   | 0,00      | 0,00       | 3.370,00  |
| MG | 314060 | Materlândia           | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 934,60    |
| MG | 314070 | Mateus Leme           | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 10.219,13 |
| MG | 314080 | Matias Barbosa        | 0   | 0,00      | 0,00       | 5.714,00  |
| MG | 314085 | Matias Cardoso        | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.164,40  |
| MG | 314090 | Matipó                | 0   | 0,00      | 0,00       | 7.485,20  |
| MG | 314100 | Mato Verde            | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 3.252,20  |
| MG | 314110 | Matozinhos            | 10  | 507,00    | 9.633,00   | 8.567,77  |
| MG | 314120 | Matutina              | 1   | 50,70     | 963,30     | 771,20    |
| MG | 314130 | Medeiros              | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 741,40    |
| MG | 314140 | Medina                | 1   | 50,70     | 963,30     | 7.641,90  |
| MG | 314150 | Mendes Pimentel       | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.309,80  |
| MG | 314160 | Mercês                | 0   | 0,00      | 0,00       | 4.325,20  |
| MG | 314170 | Mesquita              | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.216,80  |
| MG | 314180 | Minas Novas           | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 9.876,10  |
| MG | 314190 | Minduri               | 1   | 50,70     | 963,30     | 792,80    |
| MG | 314200 | Mirabela              | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 2.728,60  |
| MG | 314210 | Miradouro             | 0   | 0,00      | 0,00       | 4.303,60  |
| MG | 314220 | Miraf                 | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 2.950,60  |
| MG | 314225 | Miravânia             | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.932,80  |
| MG | 314230 | Moeda                 | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 984,40    |
| MG | 314240 | Moema                 | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.979,20  |
| MG | 314250 | Monjolos              | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 475,80    |
| MG | 314260 | Monsenhor Paulo       | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 1.725,60  |
| MG | 314270 | Montalvânia           | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 3.194,80  |
| MG | 314280 | Monte Alegre de Minas | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 4.171,20  |
| MG | 314290 | Monte Azul            | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 4.443,60  |
| MG | 314300 | Monte Belo            | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 3.451,00  |
| MG | 314310 | Monte Carmelo         | 22  | 1.115,40  | 21.192,60  | 9.587,40  |
| MG | 314315 | Monte Formoso         | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.958,80  |
| MG | 314320 | Monte Santo de Minas  | 9   | 456,30    | 8.669,70   | 4.383,00  |
| MG | 314330 | Montes Claros         | 212 | 10.748,40 | 204.219,60 | 88.728,75 |
| MG | 314340 | Monte Sião            | 0   | 0,00      | 0,00       | 9.208,80  |
| MG | 314345 | Montezuma             | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.608,20  |
| MG | 314350 | Morada Nova de Minas  | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 1.752,80  |
| MG | 314360 | Morro da Garça        | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.067,60  |
| MG | 314370 | Morro do Pilar        | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 684,20    |
| MG | 314380 | Munhoz                | 1   | 50,70     | 963,30     | 1.577,10  |
| MG | 314390 | Muriaé                | 45  | 2.281,50  | 43.348,50  | 24.134,18 |
| MG | 314400 | Mutum                 | 8   | 405,60    | 7.706,40   | 5.498,80  |
| MG | 314410 | Muzambinho            | 9   | 456,30    | 8.669,70   | 4.203,40  |
| MG | 314420 | Nacip Raydan          | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 653,20    |
| MG | 314430 | Nanuque               | 21  | 1.064,70  | 20.229,30  | 8.375,20  |
| MG | 314435 | Naque                 | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.729,60  |
| MG | 314437 | Natalândia            | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 675,80    |
| MG | 314440 | Natércia              | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.924,80  |
| MG | 314450 | Nazareno              | 0   | 0,00      | 0,00       | 3.391,20  |
| MG | 314460 | Nepomuceno            | 10  | 507,00    | 9.633,00   | 5.379,40  |
| MG | 314465 | Ninheira              | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 2.193,80  |
| MG | 314467 | Nova Belém            | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 732,40    |
| MG | 314470 | Nova Era              | 8   | 405,60    | 7.706,40   | 3.600,40  |
| MG | 314480 | Nova Lima             | 49  | 2.484,30  | 47.201,70  | 20.976,67 |
| MG | 314490 | Nova Módica           | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 766,00    |
| MG | 314500 | Nova Ponte            | 1   | 50,70     | 963,30     | 4.830,30  |
| MG | 314505 | Nova Porteirinha      | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.527,20  |
| MG | 314510 | Nova Resende          | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 3.285,80  |
| MG | 314520 | Nova Serrana          | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 33.053,70 |
| MG | 314530 | Novo Cruzeiro         | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 7.904,70  |
| MG | 314535 | Novo Oriente de Minas | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.161,40  |
| MG | 314537 | Novorizonte           | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.102,00  |
| MG | 314540 | Olaria                | 1   | 50,70     | 963,30     | 391,40    |
| MG | 314545 | Olhos-d'Água          | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.161,60  |
| MG | 314550 | Olímpio Noronha       | 1   | 50,70     | 963,30     | 544,40    |
| MG | 314560 | Oliveira              | 12  | 608,40    | 11.559,60  | 8.312,40  |
| MG | 314570 | Oliveira Fortes       | 0   | 0,00      | 0,00       | 872,80    |
| MG | 314580 | Onça de Pitangui      | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.271,60  |
| MG | 314585 | Oratórios             | 1   | 50,70     | 963,30     | 937,20    |
| MG | 314587 | Orizânia              | 1   | 50,70     | 963,30     | 2.169,10  |
| MG | 314590 | Ouro Branco           | 0   | 0,00      | 0,00       | 15.299,60 |
| MG | 314600 | Ouro Fino             | 0   | 0,00      | 0,00       | 13.356,00 |
| MG | 314610 | Ouro Preto            | 29  | 1.470,30  | 27.935,70  | 14.807,20 |
| MG | 314620 | Ouro Verde de Minas   | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.459,20  |
| MG | 314625 | Padre Carvalho        | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.500,00  |
| MG | 314630 | Padre Paraíso         | 0   | 0,00      | 0,00       | 7.988,40  |
| MG | 314640 | Paineiras             | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 941,60    |
| MG | 314650 | Pains                 | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 1.670,20  |
| MG | 314655 | Pai Pedro             | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.232,40  |
| MG | 314660 | Paiva                 | 0   | 0,00      | 0,00       | 636,00    |
| MG | 314670 | Palma                 | 1   | 50,70     | 963,30     | 1.735,10  |
| MG | 314675 | Palmópolis            | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.691,84  |
| MG | 314690 | Papagaios             | 0   | 0,00      | 0,00       | 6.109,60  |
| MG | 314700 | Paracatu              | 0   | 0,00      | 0,00       | 36.410,80 |
| MG | 314710 | Pará de Minas         | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 30.683,40 |
| MG | 314720 | Paraguaçu             | 10  | 507,00    | 9.633,00   | 4.276,80  |
| MG | 314730 | Paraisópolis          | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 6.357,40  |
| MG | 314740 | Paraopeba             | 0   | 0,00      | 0,00       | 9.644,00  |
| MG | 314750 | Passabém              | 0   | 0,00      | 0,00       | 710,40    |
| MG | 314760 | Passa Quatro          | 1   | 50,70     | 963,30     | 5.577,90  |
| MG | 314770 | Passa Tempo           | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 1.675,40  |
| MG | 314780 | Passa-Vinte           | 0   | 0,00      | 0,00       | 848,40    |
| MG | 314790 | Passos                | 38  | 1.926,60  | 36.605,40  | 25.452,45 |
| MG | 314795 | Patis                 | 1   | 50,70     | 963,30     | 1.402,30  |
| MG | 314800 | Patos de Minas        | 14  | 709,80    | 13.486,20  | 53.456,70 |



|    |        |                              |     |          |            |           |
|----|--------|------------------------------|-----|----------|------------|-----------|
| MG | 314810 | Patrocínio                   | 31  | 1.571,70 | 29.862,30  | 17.729,60 |
| MG | 314820 | Patrocínio do Muriaé         | 0   | 0,00     | 0,00       | 2.246,80  |
| MG | 314830 | Paula Cândido                | 0   | 0,00     | 0,00       | 3.861,60  |
| MG | 314840 | Paulistas                    | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 1.004,00  |
| MG | 314850 | Pavão                        | 0   | 0,00     | 0,00       | 3.508,40  |
| MG | 314860 | Pecanha                      | 0   | 0,00     | 0,00       | 7.134,40  |
| MG | 314870 | Pedra Azul                   | 8   | 405,60   | 7.706,40   | 4.936,60  |
| MG | 314875 | Pedra Bonita                 | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 1.410,20  |
| MG | 314880 | Pedra do Anta                | 1   | 50,70    | 963,30     | 682,80    |
| MG | 314890 | Pedra do Indaiá              | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 804,20    |
| MG | 314900 | Pedra Dourada                | 0   | 0,00     | 0,00       | 960,40    |
| MG | 314910 | Pedralva                     | 1   | 50,70    | 963,30     | 3.709,90  |
| MG | 314915 | Pedras de Maria da Cruz      | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 2.550,60  |
| MG | 314920 | Pedrinópolis                 | 1   | 50,70    | 963,30     | 730,00    |
| MG | 314930 | Pedro Leopoldo               | 0   | 0,00     | 0,00       | 33.836,16 |
| MG | 314940 | Pedro Teixeira               | 0   | 0,00     | 0,00       | 736,40    |
| MG | 314950 | Pequeri                      | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.329,20  |
| MG | 314960 | Pequi                        | 1   | 50,70    | 963,30     | 868,40    |
| MG | 314970 | Perdigão                     | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.083,20  |
| MG | 314980 | Perdizes                     | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 4.329,00  |
| MG | 314990 | Perdões                      | 10  | 507,00   | 9.633,00   | 4.247,80  |
| MG | 314995 | Periquito                    | 1   | 50,70    | 963,30     | 1.896,70  |
| MG | 315000 | Pescador                     | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.717,20  |
| MG | 315010 | Piau                         | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.154,80  |
| MG | 315015 | Piedade de Caratinga         | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 1.601,60  |
| MG | 315020 | Piedade de Ponte Nova        | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.681,20  |
| MG | 315030 | Piedade do Rio Grande        | 1   | 50,70    | 963,30     | 953,20    |
| MG | 315040 | Piedade dos Gerais           | 1   | 50,70    | 963,30     | 1.007,50  |
| MG | 315050 | Pimenta                      | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 1.731,00  |
| MG | 315053 | Pingo-d'Água                 | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 957,80    |
| MG | 315057 | Pintópolis                   | 0   | 0,00     | 0,00       | 3.016,00  |
| MG | 315060 | Piracema                     | 0   | 0,00     | 0,00       | 2.630,00  |
| MG | 315070 | Pirajuba                     | 1   | 50,70    | 963,30     | 1.250,30  |
| MG | 315080 | Piranga                      | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 3.572,80  |
| MG | 315090 | Piranguçu                    | 1   | 50,70    | 963,30     | 1.226,70  |
| MG | 315100 | Piranguinho                  | 1   | 50,70    | 963,30     | 2.438,70  |
| MG | 315110 | Pirapetinga                  | 0   | 0,00     | 0,00       | 4.327,20  |
| MG | 315120 | Pirapora                     | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 16.711,80 |
| MG | 315130 | Piraúba                      | 0   | 0,00     | 0,00       | 4.449,20  |
| MG | 315140 | Pitangui                     | 12  | 608,40   | 11.559,60  | 5.454,60  |
| MG | 315150 | Piumhi                       | 17  | 861,90   | 16.376,10  | 6.815,00  |
| MG | 315160 | Planura                      | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 2.301,80  |
| MG | 315170 | Poço Fundo                   | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 3.355,00  |
| MG | 315180 | Poços de Caldas              | 78  | 3.954,60 | 75.137,40  | 36.827,33 |
| MG | 315190 | Pocrane                      | 0   | 0,00     | 0,00       | 3.620,00  |
| MG | 315200 | Pompéu                       | 1   | 50,70    | 963,30     | 11.507,90 |
| MG | 315210 | Ponte Nova                   | 29  | 1.470,30 | 27.935,70  | 12.001,00 |
| MG | 315213 | Ponto Chique                 | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 842,40    |
| MG | 315217 | Ponto dos Volantes           | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.403,20  |
| MG | 315220 | Porteirinha                  | 7   | 354,90   | 6.743,10   | 8.744,90  |
| MG | 315230 | Porto Firme                  | 0   | 0,00     | 0,00       | 4.442,80  |
| MG | 315240 | Poté                         | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 3.300,40  |
| MG | 315250 | Pouso Alegre                 | 26  | 1.318,20 | 25.045,80  | 39.684,90 |
| MG | 315260 | Pouso Alto                   | 1   | 50,70    | 963,30     | 1.553,10  |
| MG | 315270 | Prados                       | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 1.783,80  |
| MG | 315280 | Prata                        | 12  | 608,40   | 11.559,60  | 5.493,80  |
| MG | 315290 | Pratápolis                   | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 1.795,00  |
| MG | 315300 | Pratinha                     | 1   | 50,70    | 963,30     | 703,00    |
| MG | 315310 | Presidente Bernardes         | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 1.126,00  |
| MG | 315320 | Presidente Juscelino         | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.571,20  |
| MG | 315330 | Presidente Kubitschek        | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.222,40  |
| MG | 315340 | Presidente Olegário          | 8   | 405,60   | 7.706,40   | 3.893,80  |
| MG | 315350 | Alto Jequitibá               | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 1.707,00  |
| MG | 315360 | Prudente de Moraes           | 0   | 0,00     | 0,00       | 4.155,20  |
| MG | 315370 | Quartel Geral                | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.406,40  |
| MG | 315380 | Queluzito                    | 0   | 0,00     | 0,00       | 778,80    |
| MG | 315390 | Raposos                      | 0   | 0,00     | 0,00       | 7.574,00  |
| MG | 315400 | Raul Soares                  | 8   | 405,60   | 7.706,40   | 4.884,60  |
| MG | 315410 | Recreio                      | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.133,40  |
| MG | 315415 | Reduto                       | 0   | 0,00     | 0,00       | 2.809,20  |
| MG | 315420 | Resende Costa                | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 2.295,60  |
| MG | 315430 | Resplendor                   | 7   | 354,90   | 6.743,10   | 3.535,00  |
| MG | 315440 | Ressaquinha                  | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.961,28  |
| MG | 315445 | Riachinho                    | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 1.654,80  |
| MG | 315450 | Riacho dos Machados          | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 1.931,60  |
| MG | 315460 | Ribeirão das Neves           | 185 | 9.379,50 | 178.210,50 | 91.957,82 |
| MG | 315470 | Ribeirão Vermelho            | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.610,40  |
| MG | 315480 | Rio Acima                    | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 2.315,60  |
| MG | 315490 | Rio Casca                    | 0   | 0,00     | 0,00       | 5.750,40  |
| MG | 315500 | Rio Doce                     | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.040,00  |
| MG | 315510 | Rio do Prado                 | 0   | 0,00     | 0,00       | 2.133,20  |
| MG | 315520 | Rio Espera                   | 1   | 50,70    | 963,30     | 1.454,70  |
| MG | 315530 | Rio Manso                    | 0   | 0,00     | 0,00       | 2.652,53  |
| MG | 315540 | Rio Novo                     | 0   | 0,00     | 0,00       | 3.620,00  |
| MG | 315550 | Rio Paranaíba                | 0   | 0,00     | 0,00       | 4.959,20  |
| MG | 315560 | Rio Pardo de Minas           | 7   | 354,90   | 6.743,10   | 6.146,40  |
| MG | 315570 | Rio Piracicaba               | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 2.920,40  |
| MG | 315580 | Rio Pomba                    | 7   | 354,90   | 6.743,10   | 3.587,80  |
| MG | 315590 | Rio Preto                    | 0   | 0,00     | 0,00       | 2.206,80  |
| MG | 315600 | Rio Vermelho                 | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.751,00  |
| MG | 315610 | Ritápolis                    | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.982,00  |
| MG | 315620 | Rochedo de Minas             | 1   | 50,70    | 963,30     | 452,60    |
| MG | 315630 | Rodeiro                      | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 1.530,60  |
| MG | 315640 | Romaria                      | 1   | 50,70    | 963,30     | 734,20    |
| MG | 315645 | Rosário da Limeira           | 1   | 50,70    | 963,30     | 905,00    |
| MG | 315650 | Rubelita                     | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 1.485,60  |
| MG | 315660 | Rubim                        | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 2.066,00  |
| MG | 315670 | Sabará                       | 21  | 1.064,70 | 20.229,30  | 48.081,55 |
| MG | 315680 | Sabinópolis                  | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 3.208,40  |
| MG | 315690 | Sacramento                   | 12  | 608,40   | 11.559,60  | 5.126,00  |
| MG | 315700 | Salinas                      | 15  | 760,50   | 14.449,50  | 8.260,20  |
| MG | 315710 | Salto da Divisa              | 0   | 0,00     | 0,00       | 2.842,80  |
| MG | 315720 | Santa Bárbara                | 9   | 456,30   | 8.669,70   | 7.039,43  |
| MG | 315725 | Santa Bárbara do Leste       | 0   | 0,00     | 0,00       | 3.242,80  |
| MG | 315727 | Santa Bárbara do Monte Verde | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.214,80  |
| MG | 315730 | Santa Bárbara do Tugúrio     | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.858,40  |
| MG | 315733 | Santa Cruz de Minas          | 0   | 0,00     | 0,00       | 3.371,60  |
| MG | 315737 | Santa Cruz de Salinas        | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.773,60  |



|    |        |                                |    |          |           |            |
|----|--------|--------------------------------|----|----------|-----------|------------|
| MG | 315740 | Santa Cruz do Escalvado        | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.056,70   |
| MG | 315750 | Santa Efigênia de Minas        | 1  | 50,70    | 963,30    | 932,20     |
| MG | 315760 | Santa Fé de Minas              | 1  | 50,70    | 963,30    | 806,80     |
| MG | 315765 | Santa Helena de Minas          | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.272,40   |
| MG | 315770 | Santa Juliana                  | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 2.587,80   |
| MG | 315780 | Santa Luzia                    | 0  | 0,00     | 0,00      | 111.731,23 |
| MG | 315790 | Santa Margarida                | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 3.196,40   |
| MG | 315800 | Santa Maria de Itabira         | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 2.192,80   |
| MG | 315810 | Santa Maria do Salto           | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.162,40   |
| MG | 315820 | Santa Maria do Suaçuí          | 6  | 304,20   | 5.779,80  | 2.973,80   |
| MG | 315830 | Santana da Vargem              | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.475,80   |
| MG | 315840 | Santana de Cataguases          | 1  | 50,70    | 963,30    | 767,20     |
| MG | 315850 | Santana de Pirapama            | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.621,20   |
| MG | 315860 | Santana do Deserto             | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 803,20     |
| MG | 315870 | Santana do Garambéu            | 1  | 50,70    | 963,30    | 480,00     |
| MG | 315880 | Santana do Jacaré              | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 965,60     |
| MG | 315890 | Santana do Manhuaçu            | 0  | 0,00     | 0,00      | 3.537,60   |
| MG | 315895 | Santana do Paraíso             | 12 | 608,40   | 11.559,60 | 6.320,80   |
| MG | 315900 | Santana do Riacho              | 1  | 50,70    | 963,30    | 851,60     |
| MG | 315910 | Santana dos Montes             | 1  | 50,70    | 963,30    | 781,60     |
| MG | 315920 | Santa Rita de Caldas           | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.847,80   |
| MG | 315930 | Santa Rita de Jacutinga        | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.072,70   |
| MG | 315935 | Santa Rita de Minas            | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.853,50   |
| MG | 315940 | Santa Rita de Ibitipoca        | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.451,20   |
| MG | 315950 | Santa Rita do Itueto           | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.156,40   |
| MG | 315960 | Santa Rita do Sapucaí          | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 13.680,10  |
| MG | 315970 | Santa Rosa da Serra            | 1  | 50,70    | 963,30    | 673,60     |
| MG | 315980 | Santa Vitória                  | 7  | 354,90   | 6.743,10  | 3.877,80   |
| MG | 315990 | Santo Antônio do Amparo        | 8  | 405,60   | 7.706,40  | 3.673,40   |
| MG | 316000 | Santo Antônio do Aventureiro   | 1  | 50,70    | 963,30    | 731,80     |
| MG | 316010 | Santo Antônio do Gramma        | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.655,20   |
| MG | 316020 | Santo Antônio do Itambé        | 1  | 50,70    | 963,30    | 830,20     |
| MG | 316030 | Santo Antônio do Jacinto       | 0  | 0,00     | 0,00      | 4.816,80   |
| MG | 316040 | Santo Antônio do Monte         | 12 | 608,40   | 11.559,60 | 5.550,40   |
| MG | 316045 | Santo Antônio do Retiro        | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.952,70   |
| MG | 316050 | Santo Antônio do Rio Abaixo    | 0  | 0,00     | 0,00      | 728,00     |
| MG | 316060 | Santo Hipólito                 | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.310,40   |
| MG | 316070 | Santos Dumont                  | 21 | 1.064,70 | 20.229,30 | 9.511,80   |
| MG | 316080 | São Bento Abade                | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.008,60   |
| MG | 316090 | São Brás do Suaçuí             | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 742,40     |
| MG | 316095 | São Domingos das Dores         | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.132,20   |
| MG | 316100 | São Domingos do Prata          | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 3.562,20   |
| MG | 316105 | São Félix de Minas             | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 693,40     |
| MG | 316110 | São Francisco                  | 18 | 912,60   | 17.339,40 | 11.754,79  |
| MG | 316120 | São Francisco de Paula         | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.334,00   |
| MG | 316130 | São Francisco de Sales         | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.496,70   |
| MG | 316140 | São Francisco do Glória        | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.042,20   |
| MG | 316150 | São Geraldo                    | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 2.311,80   |
| MG | 316160 | São Geraldo da Piedade         | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 874,40     |
| MG | 316165 | São Geraldo do Baixo           | 1  | 50,70    | 963,30    | 766,80     |
| MG | 316170 | São Gonçalo do Abaeté          | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.712,00   |
| MG | 316180 | São Gonçalo do Pará            | 0  | 0,00     | 0,00      | 4.661,60   |
| MG | 316190 | São Gonçalo do Rio Abaixo      | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 2.308,60   |
| MG | 316200 | São Gonçalo do Sapucaí         | 0  | 0,00     | 0,00      | 10.109,60  |
| MG | 316210 | São Gotardo                    | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 9.916,80   |
| MG | 316220 | São João Batista do Glória     | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.936,40   |
| MG | 316225 | São João da Lagoa              | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 980,40     |
| MG | 316230 | São João da Mata               | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.124,00   |
| MG | 316240 | São João da Ponte              | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 5.567,90   |
| MG | 316245 | São João das Missões           | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 2.530,40   |
| MG | 316250 | São João del Rei               | 44 | 2.230,80 | 42.385,20 | 17.875,60  |
| MG | 316255 | São João do Manhuaçu           | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 2.534,60   |
| MG | 316257 | São João do Manteninha         | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.130,00   |
| MG | 316260 | São João do Oriente            | 0  | 0,00     | 0,00      | 3.185,60   |
| MG | 316265 | São João do Pacuí              | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 867,80     |
| MG | 316270 | São João do Paraíso            | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 4.705,20   |
| MG | 316280 | São João Evangelista           | 0  | 0,00     | 0,00      | 6.422,80   |
| MG | 316290 | São João Nepomuceno            | 13 | 659,10   | 12.522,90 | 5.267,20   |
| MG | 316292 | São Joaquim de Bicas           | 12 | 608,40   | 11.559,60 | 6.804,47   |
| MG | 316294 | São José da Barra              | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.454,00   |
| MG | 316295 | São José da Lapa               | 8  | 405,60   | 7.706,40  | 5.193,30   |
| MG | 316300 | São José da Safira             | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 854,80     |
| MG | 316310 | São José da Varginha           | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.880,80   |
| MG | 316320 | São José do Alegre             | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.678,80   |
| MG | 316330 | São José do Divino             | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.577,60   |
| MG | 316340 | São José do Goiabal            | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.143,40   |
| MG | 316350 | São José do Jacuri             | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.338,80   |
| MG | 316360 | São José do Mantimento         | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.102,00   |
| MG | 316370 | São Lourenço                   | 22 | 1.115,40 | 21.192,60 | 8.956,20   |
| MG | 316380 | São Miguel do Anta             | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.403,80   |
| MG | 316390 | São Pedro da União             | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.010,80   |
| MG | 316400 | São Pedro dos Ferros           | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.679,40   |
| MG | 316410 | São Pedro do Suaçuí            | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.283,10   |
| MG | 316420 | São Romão                      | 0  | 0,00     | 0,00      | 4.621,20   |
| MG | 316430 | São Roque de Minas             | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.814,00   |
| MG | 316440 | São Sebastião da Bela Vista    | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.175,90   |
| MG | 316443 | São Sebastião da Vargem Alegre | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.189,20   |
| MG | 316447 | São Sebastião do Anta          | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.514,40   |
| MG | 316450 | São Sebastião do Maranhão      | 0  | 0,00     | 0,00      | 4.296,00   |
| MG | 316460 | São Sebastião do Oeste         | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.286,00   |
| MG | 316470 | São Sebastião do Paraíso       | 34 | 1.723,80 | 32.752,20 | 13.914,80  |
| MG | 316480 | São Sebastião do Rio Preto     | 0  | 0,00     | 0,00      | 648,80     |
| MG | 316490 | São Sebastião do Rio Verde     | 0  | 0,00     | 0,00      | 891,20     |
| MG | 316500 | São Tiago                      | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 2.203,40   |
| MG | 316510 | São Tomás de Aquino            | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.451,40   |
| MG | 316520 | São Thomé das Letras           | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.814,80   |
| MG | 316530 | São Vicente de Minas           | 0  | 0,00     | 0,00      | 3.020,80   |
| MG | 316540 | Sapucaí-Mirim                  | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.695,60   |
| MG | 316550 | Sardoá                         | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.433,20   |
| MG | 316553 | Sarzedo                        | 17 | 861,90   | 16.376,10 | 6.974,10   |
| MG | 316555 | Setubinha                      | 1  | 50,70    | 963,30    | 3.771,50   |
| MG | 316556 | Sem-Peixe                      | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.142,40   |
| MG | 316557 | Senador Amaral                 | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.167,60   |
| MG | 316560 | Senador Cortes                 | 0  | 0,00     | 0,00      | 818,80     |
| MG | 316570 | Senador Firmino                | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.540,00   |
| MG | 316580 | Senador José Bento             | 0  | 0,00     | 0,00      | 721,60     |
| MG | 316590 | Senador Modestino Gonçalves    | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.825,60   |
| MG | 316600 | Senhora de Oliveira            | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.175,80   |



|       |        |                            |       |            |              |              |
|-------|--------|----------------------------|-------|------------|--------------|--------------|
| MG    | 316610 | Senhora do Porto           | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 719,80       |
| MG    | 316620 | Senhora dos Remédios       | 0     | 0,00       | 0,00         | 4.234,00     |
| MG    | 316630 | Sericita                   | 0     | 0,00       | 0,00         | 2.962,40     |
| MG    | 316640 | Seritinga                  | 0     | 0,00       | 0,00         | 746,00       |
| MG    | 316650 | Serra Azul de Minas        | 0     | 0,00       | 0,00         | 1.745,20     |
| MG    | 316660 | Serra da Saudade           | 1     | 50,70      | 963,30       | 165,00       |
| MG    | 316670 | Serra dos Aimorês          | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 1.753,40     |
| MG    | 316680 | Serra do Salitre           | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 2.265,00     |
| MG    | 316690 | Serrania                   | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 1.559,20     |
| MG    | 316695 | Serranópolis de Minas      | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 942,40       |
| MG    | 316700 | Serranos                   | 0     | 0,00       | 0,00         | 814,80       |
| MG    | 316710 | Serro                      | 0     | 0,00       | 0,00         | 8.570,80     |
| MG    | 316720 | Sete Lagoas                | 0     | 0,00       | 0,00         | 104.448,15   |
| MG    | 316730 | Silveirânia                | 0     | 0,00       | 0,00         | 912,80       |
| MG    | 316740 | Silvianópolis              | 1     | 50,70      | 963,30       | 1.549,90     |
| MG    | 316750 | Simão Pereira              | 0     | 0,00       | 0,00         | 1.056,00     |
| MG    | 316760 | Simonésia                  | 0     | 0,00       | 0,00         | 7.768,40     |
| MG    | 316770 | Sobralia                   | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 1.179,40     |
| MG    | 316780 | Soledade de Minas          | 1     | 50,70      | 963,30       | 1.458,70     |
| MG    | 316790 | Tabuleiro                  | 0     | 0,00       | 0,00         | 1.634,00     |
| MG    | 316800 | Taiobeiras                 | 13    | 659,10     | 12.522,90    | 6.663,00     |
| MG    | 316805 | Taparuba                   | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 642,00       |
| MG    | 316810 | Tapira                     | 0     | 0,00       | 0,00         | 1.816,80     |
| MG    | 316820 | Tapirai                    | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 384,60       |
| MG    | 316830 | Taquaraçu de Minas         | 1     | 50,70      | 963,30       | 940,33       |
| MG    | 316840 | Tarumirim                  | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 2.935,40     |
| MG    | 316850 | Teixeiras                  | 0     | 0,00       | 0,00         | 4.717,20     |
| MG    | 316860 | Teófilo Otoni              | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 60.580,80    |
| MG    | 316870 | Timóteo                    | 44    | 2.230,80   | 42.385,20    | 18.785,05    |
| MG    | 316880 | Tiradentes                 | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 1.528,00     |
| MG    | 316890 | Tiros                      | 1     | 50,70      | 963,30       | 1.818,70     |
| MG    | 316900 | Tocantins                  | 7     | 354,90     | 6.743,10     | 3.327,40     |
| MG    | 316905 | Tocos do Moji              | 0     | 0,00       | 0,00         | 1.649,60     |
| MG    | 316910 | Toledo                     | 0     | 0,00       | 0,00         | 2.461,20     |
| MG    | 316920 | Tombos                     | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 1.864,20     |
| MG    | 316930 | Três Corações              | 15    | 760,50     | 14.449,50    | 16.718,90    |
| MG    | 316935 | Três Marias                | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 8.558,00     |
| MG    | 316940 | Três Pontas                | 10    | 507,00     | 9.633,00     | 13.026,60    |
| MG    | 316950 | Tumiritinga                | 1     | 50,70      | 963,30       | 1.704,30     |
| MG    | 316960 | Tupaciguara                | 14    | 709,80     | 13.486,20    | 5.072,60     |
| MG    | 316970 | Turmalina                  | 7     | 354,90     | 6.743,10     | 3.890,80     |
| MG    | 316980 | Turvolândia                | 0     | 0,00       | 0,00         | 1.985,60     |
| MG    | 316990 | Ubá                        | 29    | 1.470,30   | 27.935,70    | 24.977,70    |
| MG    | 317000 | Ubai                       | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 2.479,40     |
| MG    | 317005 | Ubaporanga                 | 0     | 0,00       | 0,00         | 5.023,20     |
| MG    | 317010 | Uberaba                    | 75    | 3.802,50   | 72.247,50    | 72.709,20    |
| MG    | 317020 | Uberlândia                 | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 296.136,30   |
| MG    | 317030 | Umburatiba                 | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 549,20       |
| MG    | 317040 | Unai                       | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 28.338,30    |
| MG    | 317043 | União de Minas             | 0     | 0,00       | 0,00         | 1.799,20     |
| MG    | 317047 | Uruana de Minas            | 0     | 0,00       | 0,00         | 1.334,40     |
| MG    | 317050 | Urucânia                   | 1     | 50,70      | 963,30       | 3.270,70     |
| MG    | 317052 | Urucuia                    | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 3.111,20     |
| MG    | 317057 | Vargem Alegre              | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 1.327,00     |
| MG    | 317060 | Vargem Bonita              | 0     | 0,00       | 0,00         | 886,40       |
| MG    | 317065 | Vargem Grande do Rio Pardo | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 997,80       |
| MG    | 317070 | Varginha                   | 65    | 3.295,50   | 62.614,50    | 29.779,43    |
| MG    | 317075 | Varão de Minas             | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 1.352,40     |
| MG    | 317080 | Varzea da Palma            | 8     | 405,60     | 7.706,40     | 7.707,20     |
| MG    | 317090 | Varzelândia                | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 4.990,90     |
| MG    | 317100 | Vazante                    | 0     | 0,00       | 0,00         | 8.260,80     |
| MG    | 317103 | Verdelândia                | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 1.811,20     |
| MG    | 317107 | Veredinha                  | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 1.154,60     |
| MG    | 317110 | Veríssimo                  | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 765,20       |
| MG    | 317115 | Vermelho Novo              | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 976,60       |
| MG    | 317120 | Vespasiano                 | 0     | 0,00       | 0,00         | 56.314,57    |
| MG    | 317130 | Viçosa                     | 0     | 0,00       | 0,00         | 30.927,20    |
| MG    | 317140 | Vieiras                    | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 758,00       |
| MG    | 317150 | Mathias Lobato             | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 681,20       |
| MG    | 317160 | Virgem da Lapa             | 0     | 0,00       | 0,00         | 5.612,00     |
| MG    | 317170 | Virginia                   | 0     | 0,00       | 0,00         | 3.546,80     |
| MG    | 317180 | Virginópolis               | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 2.166,00     |
| MG    | 317190 | Virgolândia                | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 1.144,00     |
| MG    | 317200 | Visconde do Rio Branco     | 17    | 861,90     | 16.376,10    | 8.236,40     |
| MG    | 317210 | Volta Grande               | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 1.057,60     |
| MG    | 317220 | Wenceslau Braz             | 0     | 0,00       | 0,00         | 1.047,60     |
| Total |        |                            | 6.022 | 305.315,40 | 5.800.992,60 | 8.347.394,88 |

| ANEXO XII |        |                       |                      |                 |            |                   |
|-----------|--------|-----------------------|----------------------|-----------------|------------|-------------------|
| UF        | IBGE   | Município             | Nº ACE ELEG-<br>VEIS | Incentivo (R\$) | AFC (R\$)  | PFVS Mensal (R\$) |
| MS        | 500000 | SES/MS                | 0                    | 0,00            | 0,00       | 237.000,55        |
| MS        | 500020 | Água Clara            | 5                    | 253,50          | 4.816,50   | 4.546,99          |
| MS        | 500025 | Alcinópolis           | 3                    | 152,10          | 2.889,90   | 839,67            |
| MS        | 500060 | Amambai               | 13                   | 659,10          | 12.522,90  | 6.868,13          |
| MS        | 500070 | Anastácio             | 10                   | 507,00          | 9.633,00   | 5.104,99          |
| MS        | 500080 | Anaurilândia          | 3                    | 152,10          | 2.889,90   | 3.760,56          |
| MS        | 500085 | Ângélica              | 2                    | 101,40          | 1.926,60   | 1.691,50          |
| MS        | 500090 | Antônio João          | 0                    | 0,00            | 0,00       | 2.893,00          |
| MS        | 500100 | Aparecida do Taboado  | 0                    | 0,00            | 0,00       | 9.947,73          |
| MS        | 500110 | Aquidauana            | 21                   | 1.064,70        | 20.229,30  | 10.936,22         |
| MS        | 500124 | Aral Moreira          | 1                    | 50,70           | 963,30     | 2.836,36          |
| MS        | 500150 | Bandeirantes          | 4                    | 202,80          | 3.853,20   | 1.318,24          |
| MS        | 500190 | Bataguassu            | 9                    | 456,30          | 8.669,70   | 4.527,00          |
| MS        | 500200 | Batavporã             | 5                    | 253,50          | 4.816,50   | 1.868,00          |
| MS        | 500210 | Bela Vista            | 10                   | 507,00          | 9.633,00   | 4.018,83          |
| MS        | 500215 | Bodoquena             | 4                    | 202,80          | 3.853,20   | 1.329,83          |
| MS        | 500220 | Bonito                | 11                   | 557,70          | 10.596,30  | 6.493,67          |
| MS        | 500230 | Brasilândia           | 6                    | 304,20          | 5.779,80   | 2.001,40          |
| MS        | 500240 | Caarapó               | 11                   | 557,70          | 10.596,30  | 5.337,59          |
| MS        | 500260 | Camapuã               | 7                    | 354,90          | 6.743,10   | 2.711,24          |
| MS        | 500270 | Campo Grande          | 230                  | 11.661,00       | 221.559,00 | 291.950,35        |
| MS        | 500280 | Caracol               | 3                    | 152,10          | 2.889,90   | 1.078,56          |
| MS        | 500290 | Cassilândia           | 12                   | 608,40          | 11.559,60  | 6.491,24          |
| MS        | 500295 | Chapadão do Sul       | 8                    | 405,60          | 7.706,40   | 3.770,00          |
| MS        | 500310 | Corguinho             | 2                    | 101,40          | 1.926,60   | 1.197,25          |
| MS        | 500315 | Coronel Sapucaia      | 5                    | 253,50          | 4.816,50   | 2.469,17          |
| MS        | 500320 | Corumbá               | 51                   | 2.585,70        | 49.128,30  | 30.815,98         |
| MS        | 500325 | Costa Rica            | 1                    | 50,70           | 963,30     | 5.539,36          |
| MS        | 500330 | Coxim                 | 7                    | 354,90          | 6.743,10   | 8.956,60          |
| MS        | 500345 | Deodápolis            | 4                    | 202,80          | 3.853,20   | 2.108,33          |
| MS        | 500348 | Dois Irmãos do Buriti | 4                    | 202,80          | 3.853,20   | 1.827,50          |
| MS        | 500350 | Douradina             | 1                    | 50,70           | 963,30     | 1.297,39          |
| MS        | 500370 | Dourados              | 84                   | 4.258,80        | 80.917,20  | 39.885,84         |



|       |        |                          |     |           |            |            |
|-------|--------|--------------------------|-----|-----------|------------|------------|
| MS    | 500375 | Eldorado                 | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 2.021,33   |
| MS    | 500380 | Fátima do Sul            | 9   | 456,30    | 8.669,70   | 3.210,00   |
| MS    | 500390 | Figueirão                | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 773,79     |
| MS    | 500400 | Glória de Dourados       | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 1.670,83   |
| MS    | 500410 | Guia Lopes da Laguna     | 1   | 50,70     | 963,30     | 2.525,32   |
| MS    | 500430 | Iguatemi                 | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 2.606,17   |
| MS    | 500440 | Inocência                | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 1.457,76   |
| MS    | 500450 | Itaporã                  | 8   | 405,60    | 7.706,40   | 3.816,00   |
| MS    | 500460 | Itaquiraí                | 0   | 0,00      | 0,00       | 9.315,49   |
| MS    | 500470 | Ivinhema                 | 11  | 557,70    | 10.596,30  | 4.619,15   |
| MS    | 500480 | Japorã                   | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.855,66   |
| MS    | 500490 | Jaraguari                | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.286,66   |
| MS    | 500500 | Jardim                   | 15  | 760,50    | 14.449,50  | 5.115,35   |
| MS    | 500510 | Jateí                    | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.590,18   |
| MS    | 500515 | Juti                     | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.066,50   |
| MS    | 500520 | Ladário                  | 10  | 507,00    | 9.633,00   | 3.643,33   |
| MS    | 500525 | Laguna Carapã            | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.202,00   |
| MS    | 500540 | Maracaju                 | 20  | 1.014,00  | 19.266,00  | 7.198,85   |
| MS    | 500560 | Miranda                  | 10  | 507,00    | 9.633,00   | 4.722,03   |
| MS    | 500568 | Mundo Novo               | 1   | 50,70     | 963,30     | 4.998,03   |
| MS    | 500570 | Naviraí                  | 27  | 1.368,90  | 26.009,10  | 8.589,17   |
| MS    | 500580 | Nioaque                  | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 2.509,15   |
| MS    | 500600 | Nova Alvorada do Sul     | 9   | 456,30    | 8.669,70   | 4.892,18   |
| MS    | 500620 | Nova Andradina           | 23  | 1.166,10  | 22.155,90  | 9.963,99   |
| MS    | 500625 | Novo Horizonte do Sul    | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.689,34   |
| MS    | 500627 | Paraíso das Águas        | 1   | 50,70     | 963,30     | 858,33     |
| MS    | 500630 | Paranaíba                | 18  | 912,60    | 17.339,40  | 9.107,44   |
| MS    | 500635 | Paranhos                 | 0   | 0,00      | 0,00       | 4.498,00   |
| MS    | 500640 | Pedro Gomes              | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.686,02   |
| MS    | 500660 | Ponta Porã               | 26  | 1.318,20  | 25.045,80  | 17.429,58  |
| MS    | 500690 | Porto Murtinho           | 0   | 0,00      | 0,00       | 5.504,66   |
| MS    | 500710 | Ribas do Rio Pardo       | 1   | 50,70     | 963,30     | 6.759,03   |
| MS    | 500720 | Rio Brilhante            | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 7.738,80   |
| MS    | 500730 | Rio Negro                | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 831,50     |
| MS    | 500740 | Rio Verde de Mato Grosso | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 8.842,67   |
| MS    | 500750 | Rochedo                  | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.755,26   |
| MS    | 500755 | Santa Rita do Pardo      | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.572,79   |
| MS    | 500769 | São Gabriel do Oeste     | 0   | 0,00      | 0,00       | 9.439,07   |
| MS    | 500770 | Sete Quedas              | 0   | 0,00      | 0,00       | 3.625,33   |
| MS    | 500780 | Selvíria                 | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 1.093,26   |
| MS    | 500790 | Sidrolândia              | 19  | 963,30    | 18.302,70  | 8.559,17   |
| MS    | 500793 | Sonora                   | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 4.056,07   |
| MS    | 500795 | Tacuru                   | 1   | 50,70     | 963,30     | 3.000,20   |
| MS    | 500797 | Taquarussu               | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 815,78     |
| MS    | 500800 | Terenos                  | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 3.319,00   |
| MS    | 500830 | Três Lagoas              | 68  | 3.447,60  | 65.504,40  | 22.593,46  |
| MS    | 500840 | Vicentina                | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.004,50   |
| Total |        |                          | 879 | 44.565,30 | 846.740,70 | 932.847,25 |

|    |        |                       | ANEXO XIII        |                 |            |                   |
|----|--------|-----------------------|-------------------|-----------------|------------|-------------------|
| UF | IBGE   | Município             | Nº ACE ELEGÍ-VEIS | Incentivo (R\$) | AFC (R\$)  | PFVS Mensal (R\$) |
| MT | 510000 | SES/MT                | 0                 | 0,00            | 0,00       | 510.523,33        |
| MT | 510010 | Acorizal              | 0                 | 0,00            | 0,00       | 2.339,21          |
| MT | 510020 | Água Boa              | 0                 | 0,00            | 0,00       | 10.069,60         |
| MT | 510025 | Alta Floresta         | 0                 | 0,00            | 0,00       | 29.248,03         |
| MT | 510030 | Alto Araguaia         | 0                 | 0,00            | 0,00       | 7.486,25          |
| MT | 510035 | Alto Boa Vista        | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 1.797,91          |
| MT | 510040 | Alto Garças           | 0                 | 0,00            | 0,00       | 4.801,13          |
| MT | 510050 | Alto Paraguai         | 0                 | 0,00            | 0,00       | 4.576,66          |
| MT | 510060 | Alto Taquari          | 5                 | 253,50          | 4.816,50   | 2.068,14          |
| MT | 510080 | Apiacás               | 5                 | 253,50          | 4.816,50   | 3.160,39          |
| MT | 510100 | Araguaiana            | 1                 | 50,70           | 963,30     | 921,74            |
| MT | 510120 | Araguainha            | 0                 | 0,00            | 0,00       | 1.725,80          |
| MT | 510125 | Araputanga            | 1                 | 50,70           | 963,30     | 5.897,85          |
| MT | 510130 | Arenópolis            | 5                 | 253,50          | 4.816,50   | 2.163,91          |
| MT | 510140 | Aripuanã              | 10                | 507,00          | 9.633,00   | 6.844,71          |
| MT | 510160 | Barão de Melgaço      | 2                 | 101,40          | 1.926,60   | 1.626,54          |
| MT | 510170 | Barra do Bugres       | 13                | 659,10          | 12.522,90  | 7.204,49          |
| MT | 510180 | Barra do Garças       | 36                | 1.825,20        | 34.678,80  | 12.484,50         |
| MT | 510185 | Bom Jesus do Araguaia | 2                 | 101,40          | 1.926,60   | 1.760,46          |
| MT | 510190 | Brasnorte             | 6                 | 304,20          | 5.779,80   | 5.211,47          |
| MT | 510250 | Cáceres               | 41                | 2.078,70        | 39.495,30  | 19.351,21         |
| MT | 510260 | Campinápolis          | 4                 | 202,80          | 3.853,20   | 3.230,69          |
| MT | 510263 | Campo Novo do Parecis | 13                | 659,10          | 12.522,90  | 6.837,85          |
| MT | 510267 | Campo Verde           | 16                | 811,20          | 15.412,80  | 8.121,40          |
| MT | 510268 | Campos de Júlio       | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 1.803,66          |
| MT | 510269 | Canabrava do Norte    | 1                 | 50,70           | 963,30     | 2.787,36          |
| MT | 510270 | Canarana              | 8                 | 405,60          | 7.706,40   | 6.417,55          |
| MT | 510279 | Carlinda              | 4                 | 202,80          | 3.853,20   | 3.223,55          |
| MT | 510285 | Castanheira           | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 2.458,74          |
| MT | 510300 | Chapada dos Guimarães | 7                 | 354,90          | 6.743,10   | 3.997,53          |
| MT | 510305 | Cláudia               | 4                 | 202,80          | 3.853,20   | 3.618,05          |
| MT | 510310 | Cocalinho             | 0                 | 0,00            | 0,00       | 4.269,60          |
| MT | 510320 | Colíder               | 16                | 811,20          | 15.412,80  | 9.330,34          |
| MT | 510325 | Colniza               | 13                | 659,10          | 12.522,90  | 10.587,85         |
| MT | 510330 | Comodoro              | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 10.396,35         |
| MT | 510335 | Confresa              | 7                 | 354,90          | 6.743,10   | 12.313,29         |
| MT | 510336 | Conquista D'Oeste     | 1                 | 50,70           | 963,30     | 1.022,07          |
| MT | 510337 | Cotriguaçu            | 0                 | 0,00            | 0,00       | 10.365,02         |
| MT | 510340 | Cuiabá                | 260               | 13.182,00       | 250.458,00 | 194.758,90        |
| MT | 510343 | Curvelândia           | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 1.070,20          |
| MT | 510345 | Denise                | 4                 | 202,80          | 3.853,20   | 1.918,70          |
| MT | 510350 | Diamantino            | 9                 | 456,30          | 8.669,70   | 4.503,12          |
| MT | 510360 | Dom Aquino            | 4                 | 202,80          | 3.853,20   | 1.738,91          |
| MT | 510370 | Feliz Natal           | 5                 | 253,50          | 4.816,50   | 3.739,16          |
| MT | 510380 | Figueirópolis D'Oeste | 1                 | 50,70           | 963,30     | 937,25            |
| MT | 510385 | Gaúcha do Norte       | 0                 | 0,00            | 0,00       | 4.960,07          |
| MT | 510390 | General Carneiro      | 2                 | 101,40          | 1.926,60   | 1.136,90          |
| MT | 510395 | Glória D'Oeste        | 1                 | 50,70           | 963,30     | 920,01            |
| MT | 510410 | Guarantã do Norte     | 13                | 659,10          | 12.522,90  | 10.178,21         |
| MT | 510420 | Guiratinga            | 4                 | 202,80          | 3.853,20   | 3.099,00          |
| MT | 510450 | Indiavaí              | 1                 | 50,70           | 963,30     | 936,39            |
| MT | 510452 | Ipiranga do Norte     | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 1.417,17          |
| MT | 510454 | Itanhangá             | 1                 | 50,70           | 963,30     | 1.646,13          |
| MT | 510455 | Itaúba                | 0                 | 0,00            | 0,00       | 3.756,86          |
| MT | 510460 | Itiquira              | 4                 | 202,80          | 3.853,20   | 2.666,30          |
| MT | 510480 | Jaciara               | 16                | 811,20          | 15.412,80  | 5.644,08          |
| MT | 510490 | Jangada               | 2                 | 101,40          | 1.926,60   | 1.694,23          |



|       |        |                                  |       |           |              |              |
|-------|--------|----------------------------------|-------|-----------|--------------|--------------|
| MT    | 510500 | Jauru                            | 0     | 0,00      | 0,00         | 4.302,16     |
| MT    | 510510 | Juara                            | 7     | 354,90    | 6.743,10     | 15.374,92    |
| MT    | 510515 | Juína                            | 12    | 608,40    | 11.559,60    | 13.515,99    |
| MT    | 510517 | Juruena                          | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 4.298,52     |
| MT    | 510520 | Juscimeira                       | 1     | 50,70     | 963,30       | 3.883,16     |
| MT    | 510523 | Lambari D'Oeste                  | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.232,89     |
| MT    | 510525 | Lucas do Rio Verde               | 28    | 1.419,60  | 26.972,40    | 16.757,75    |
| MT    | 510530 | Luciara                          | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 894,38       |
| MT    | 510550 | Vila Bela da Santíssima Trindade | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 3.265,32     |
| MT    | 510558 | Marcelândia                      | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 5.843,24     |
| MT    | 510560 | Matupá                           | 6     | 304,20    | 5.779,80     | 4.514,66     |
| MT    | 510562 | Mirassol d'Oeste                 | 13    | 659,10    | 12.522,90    | 5.637,24     |
| MT    | 510590 | Nobres                           | 7     | 354,90    | 6.743,10     | 3.207,60     |
| MT    | 510600 | Nortelândia                      | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.699,65     |
| MT    | 510610 | Nossa Senhora do Livramento      | 0     | 0,00      | 0,00         | 5.232,51     |
| MT    | 510615 | Nova Bandeirantes                | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 4.748,49     |
| MT    | 510617 | Nova Nazaré                      | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.010,39     |
| MT    | 510618 | Nova Lacerda                     | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.293,81     |
| MT    | 510619 | Nova Santa Helena                | 1     | 50,70     | 963,30       | 947,50       |
| MT    | 510620 | Nova Brasilândia                 | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 956,48       |
| MT    | 510621 | Nova Canaã do Norte              | 0     | 0,00      | 0,00         | 7.357,74     |
| MT    | 510622 | Nova Mutum                       | 16    | 811,20    | 15.412,80    | 8.489,75     |
| MT    | 510623 | Nova Olímpia                     | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 4.255,58     |
| MT    | 510624 | Nova Ubiratã                     | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 3.290,93     |
| MT    | 510625 | Nova Xavantina                   | 10    | 507,00    | 9.633,00     | 4.360,96     |
| MT    | 510626 | Novo Mundo                       | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 2.446,75     |
| MT    | 510627 | Novo Horizonte do Norte          | 1     | 50,70     | 963,30       | 1.286,27     |
| MT    | 510628 | Novo São Joaquim                 | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.804,96     |
| MT    | 510629 | Paranaíta                        | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 4.622,36     |
| MT    | 510630 | Paranatinga                      | 10    | 507,00    | 9.633,00     | 6.631,66     |
| MT    | 510631 | Novo Santo Antônio               | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.986,97     |
| MT    | 510637 | Pedra Preta                      | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 4.239,33     |
| MT    | 510642 | Peixoto de Azevedo               | 13    | 659,10    | 12.522,90    | 9.600,35     |
| MT    | 510645 | Planalto da Serra                | 1     | 50,70     | 963,30       | 908,88       |
| MT    | 510650 | Poconé                           | 16    | 811,20    | 15.412,80    | 6.869,06     |
| MT    | 510665 | Pontal do Araguaia               | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 1.310,06     |
| MT    | 510670 | Ponte Branca                     | 1     | 50,70     | 963,30       | 881,41       |
| MT    | 510675 | Pontes e Lacerda                 | 24    | 1.216,80  | 23.119,20    | 10.106,08    |
| MT    | 510677 | Porto Alegre do Norte            | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 3.415,03     |
| MT    | 510680 | Porto dos Gaúchos                | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 2.070,31     |
| MT    | 510682 | Porto Esperidião                 | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 2.450,81     |
| MT    | 510685 | Porto Estrela                    | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 930,88       |
| MT    | 510700 | Poxoréo                          | 0     | 0,00      | 0,00         | 7.367,81     |
| MT    | 510704 | Primavera do Leste               | 34    | 1.723,80  | 32.752,20    | 12.276,06    |
| MT    | 510706 | Querência                        | 0     | 0,00      | 0,00         | 9.231,62     |
| MT    | 510710 | São José dos Quatro Marcos       | 10    | 507,00    | 9.633,00     | 4.039,22     |
| MT    | 510715 | Reserva do Cabaçal               | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 918,08       |
| MT    | 510718 | Ribeirão Cascalheira             | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 2.873,68     |
| MT    | 510719 | Ribeirãozinho                    | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 918,61       |
| MT    | 510720 | Rio Branco                       | 1     | 50,70     | 963,30       | 1.203,17     |
| MT    | 510724 | Santa Carmem                     | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.449,52     |
| MT    | 510726 | Santo Afonso                     | 1     | 50,70     | 963,30       | 926,00       |
| MT    | 510729 | São José do Povo                 | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 974,22       |
| MT    | 510730 | São José do Rio Claro            | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 4.292,78     |
| MT    | 510735 | São José do Xingu                | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 2.487,56     |
| MT    | 510740 | São Pedro da Cipa                | 1     | 50,70     | 963,30       | 1.024,17     |
| MT    | 510757 | Rondolândia                      | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.724,63     |
| MT    | 510760 | Rondonópolis                     | 33    | 1.673,10  | 31.788,90    | 60.274,60    |
| MT    | 510770 | Rosário Oeste                    | 6     | 304,20    | 5.779,80     | 3.746,76     |
| MT    | 510774 | Santa Cruz do Xingu              | 1     | 50,70     | 963,30       | 1.038,65     |
| MT    | 510775 | Salto do Céu                     | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.877,79     |
| MT    | 510776 | Santa Rita do Trivelato          | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.030,30     |
| MT    | 510777 | Santa Terezinha                  | 0     | 0,00      | 0,00         | 4.761,97     |
| MT    | 510779 | Santo Antônio do Leste           | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.151,54     |
| MT    | 510780 | Santo Antônio do Leverger        | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 4.498,12     |
| MT    | 510785 | São Félix do Araguaia            | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 3.532,07     |
| MT    | 510787 | Sapezal                          | 9     | 456,30    | 8.669,70     | 6.630,26     |
| MT    | 510788 | Serra Nova Dourada               | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 935,13       |
| MT    | 510790 | Sinop                            | 46    | 2.332,20  | 44.311,80    | 42.703,33    |
| MT    | 510792 | Sorriso                          | 14    | 709,80    | 13.486,20    | 33.493,42    |
| MT    | 510794 | Tabaporã                         | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 5.983,99     |
| MT    | 510795 | Tangará da Serra                 | 48    | 2.433,60  | 46.238,40    | 20.157,38    |
| MT    | 510800 | Tapurah                          | 1     | 50,70     | 963,30       | 6.235,93     |
| MT    | 510805 | Terra Nova do Norte              | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 3.897,44     |
| MT    | 510810 | Tesouro                          | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 945,75       |
| MT    | 510820 | Torixoréu                        | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 943,93       |
| MT    | 510830 | União do Sul                     | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.655,55     |
| MT    | 510835 | Vale de São Domingos             | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 918,64       |
| MT    | 510840 | Várzea Grande                    | 36    | 1.825,20  | 34.678,80    | 80.162,85    |
| MT    | 510850 | Vera                             | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 3.632,89     |
| MT    | 510860 | Vila Rica                        | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 10.151,52    |
| MT    | 510880 | Nova Guarita                     | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.650,41     |
| MT    | 510885 | Nova Marilândia                  | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 947,89       |
| MT    | 510890 | Nova Maringá                     | 0     | 0,00      | 0,00         | 4.666,82     |
| MT    | 510895 | Nova Monte Verde                 | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 2.838,24     |
| Total |        |                                  | 1.099 | 55.719,30 | 1.058.666,70 | 1.541.868,91 |

| ANEXO XIV |        |                    |                   |                 |            |                   |
|-----------|--------|--------------------|-------------------|-----------------|------------|-------------------|
| UF        | IBGE   | Município          | Nº ACE ELEGÍ-VEIS | Incentivo (R\$) | AFC (R\$)  | PFVS Mensal (R\$) |
| PA        | 150000 | SES/PA             | 0                 | 0,00            | 0,00       | 686.847,79        |
| PA        | 150010 | Abaetetuba         | 45                | 2.281,50        | 43.348,50  | 76.018,49         |
| PA        | 150013 | Abel Figueiredo    | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 2.827,24          |
| PA        | 150020 | Acará              | 7                 | 354,90          | 6.743,10   | 36.156,68         |
| PA        | 150030 | Afuá               | 5                 | 253,50          | 4.816,50   | 24.858,81         |
| PA        | 150034 | Água Azul do Norte | 2                 | 101,40          | 1.926,60   | 18.946,41         |
| PA        | 150040 | Alenquer           | 23                | 1.166,10        | 22.155,90  | 21.687,15         |
| PA        | 150050 | Almeirim           | 10                | 507,00          | 9.633,00   | 26.904,37         |
| PA        | 150060 | Altamira           | 5                 | 253,50          | 4.816,50   | 81.184,61         |
| PA        | 150070 | Anajás             | 16                | 811,20          | 15.412,80  | 10.926,49         |
| PA        | 150080 | Ananindeua         | 226               | 11.458,20       | 217.705,80 | 200.519,04        |
| PA        | 150085 | Anapu              | 19                | 963,30          | 18.302,70  | 10.083,00         |
| PA        | 150090 | Augusto Corrêa     | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 31.786,04         |
| PA        | 150095 | Aurora do Pará     | 2                 | 101,40          | 1.926,60   | 21.475,30         |
| PA        | 150100 | Aveiro             | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 9.773,56          |
| PA        | 150110 | Bagre              | 0                 | 0,00            | 0,00       | 22.449,70         |
| PA        | 150120 | Baão               | 13                | 659,10          | 12.522,90  | 22.198,27         |
| PA        | 150125 | Bannach            | 2                 | 101,40          | 1.926,60   | 1.340,62          |
| PA        | 150130 | Barcarena          | 23                | 1.166,10        | 22.155,90  | 69.714,73         |



|    |        |                           |     |           |            |            |
|----|--------|---------------------------|-----|-----------|------------|------------|
| PA | 150140 | Belém                     | 628 | 31.839,60 | 604.952,40 | 571.145,83 |
| PA | 150145 | Belterra                  | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 9.664,86   |
| PA | 150150 | Benevides                 | 15  | 760,50    | 14.449,50  | 32.078,95  |
| PA | 150157 | Bom Jesus do Tocantins    | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 9.022,92   |
| PA | 150160 | Bonito                    | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 8.273,06   |
| PA | 150170 | Bragança                  | 34  | 1.723,80  | 32.752,20  | 63.680,26  |
| PA | 150172 | Brasil Novo               | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 10.398,06  |
| PA | 150175 | Brejo Grande do Araguaia  | 1   | 50,70     | 963,30     | 4.825,28   |
| PA | 150178 | Breu Branco               | 23  | 1.166,10  | 22.155,90  | 26.423,75  |
| PA | 150180 | Breves                    | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 73.129,79  |
| PA | 150190 | Bujaru                    | 0   | 0,00      | 0,00       | 21.971,22  |
| PA | 150195 | Cachoeira do Piriá        | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 14.802,66  |
| PA | 150200 | Cachoeira do Arari        | 0   | 0,00      | 0,00       | 23.714,81  |
| PA | 150210 | Cametá                    | 52  | 2.636,40  | 50.091,60  | 53.752,15  |
| PA | 150215 | Canaã dos Carajás         | 13  | 659,10    | 12.522,90  | 14.164,09  |
| PA | 150220 | Capanema                  | 28  | 1.419,60  | 26.972,40  | 26.325,55  |
| PA | 150230 | Capitão Poço              | 13  | 659,10    | 12.522,90  | 29.288,99  |
| PA | 150240 | Castanhal                 | 0   | 0,00      | 0,00       | 150.593,60 |
| PA | 150250 | Chaves                    | 0   | 0,00      | 0,00       | 17.906,11  |
| PA | 150260 | Colares                   | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 5.416,46   |
| PA | 150270 | Conceição do Araguaia     | 15  | 760,50    | 14.449,50  | 22.364,93  |
| PA | 150275 | Concórdia do Pará         | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 20.061,31  |
| PA | 150276 | Cumaru do Norte           | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 6.004,45   |
| PA | 150277 | Curionópolis              | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 8.588,89   |
| PA | 150280 | Curralinho                | 22  | 1.115,40  | 21.192,60  | 12.794,39  |
| PA | 150285 | Curuá                     | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 6.908,24   |
| PA | 150290 | Curuçá                    | 7   | 354,90    | 6.743,10   | 23.251,19  |
| PA | 150293 | Dom Eliseu                | 21  | 1.064,70  | 20.229,30  | 24.522,51  |
| PA | 150295 | Eldorado dos Carajás      | 9   | 456,30    | 8.669,70   | 17.249,18  |
| PA | 150300 | Faro                      | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 8.911,26   |
| PA | 150304 | Floresta do Araguaia      | 0   | 0,00      | 0,00       | 15.283,60  |
| PA | 150307 | Garrafão do Norte         | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 15.279,67  |
| PA | 150309 | Goianésia do Pará         | 10  | 507,00    | 9.633,00   | 20.500,16  |
| PA | 150310 | Gurupá                    | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 20.276,34  |
| PA | 150320 | Igarapé-Açu               | 9   | 456,30    | 8.669,70   | 20.954,03  |
| PA | 150330 | Igarapé-Miri              | 15  | 760,50    | 14.449,50  | 33.432,66  |
| PA | 150340 | Inhangapi                 | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 5.880,65   |
| PA | 150345 | Ipixuna do Pará           | 8   | 405,60    | 7.706,40   | 38.759,37  |
| PA | 150350 | Irituia                   | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 20.300,94  |
| PA | 150360 | Itaituba                  | 71  | 3.599,70  | 68.394,30  | 39.058,45  |
| PA | 150370 | Itupiranga                | 10  | 507,00    | 9.633,00   | 31.450,46  |
| PA | 150375 | Jacareacanga              | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 28.103,43  |
| PA | 150380 | Jacundá                   | 7   | 354,90    | 6.743,10   | 37.697,66  |
| PA | 150390 | Juruti                    | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 37.060,47  |
| PA | 150400 | Limoeiro do Ajuru         | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 16.900,00  |
| PA | 150405 | Mãe do Rio                | 13  | 659,10    | 12.522,90  | 11.489,48  |
| PA | 150410 | Magalhães Barata          | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 3.679,48   |
| PA | 150420 | Marabá                    | 64  | 3.244,80  | 61.651,20  | 146.313,24 |
| PA | 150430 | Maracanã                  | 8   | 405,60    | 7.706,40   | 15.032,13  |
| PA | 150440 | Marapanim                 | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 19.789,90  |
| PA | 150442 | Marituba                  | 65  | 3.295,50  | 62.614,50  | 48.766,92  |
| PA | 150445 | Medicilândia              | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 18.898,83  |
| PA | 150450 | Melgaço                   | 1   | 50,70     | 963,30     | 19.982,71  |
| PA | 150460 | Mocajuba                  | 12  | 608,40    | 11.559,60  | 11.767,71  |
| PA | 150470 | Moju                      | 14  | 709,80    | 13.486,20  | 47.918,79  |
| PA | 150475 | Mojú dos Campos           | 7   | 354,90    | 6.743,10   | 6.128,20   |
| PA | 150480 | Monte Alegre              | 15  | 760,50    | 14.449,50  | 30.234,07  |
| PA | 150490 | Muaná                     | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 28.208,14  |
| PA | 150495 | Nova Esperança do Piriá   | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 11.579,58  |
| PA | 150497 | Nova Ipixuna              | 0   | 0,00      | 0,00       | 12.565,86  |
| PA | 150500 | Nova Timboteua            | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 7.759,67   |
| PA | 150503 | Novo Progresso            | 21  | 1.064,70  | 20.229,30  | 16.697,57  |
| PA | 150506 | Novo Repartimento         | 17  | 861,90    | 16.376,10  | 39.831,47  |
| PA | 150510 | Obidos                    | 12  | 608,40    | 11.559,60  | 28.479,61  |
| PA | 150520 | Oeiras do Pará            | 13  | 659,10    | 12.522,90  | 12.251,64  |
| PA | 150530 | Oriximiná                 | 18  | 912,60    | 17.339,40  | 51.287,19  |
| PA | 150540 | Ourém                     | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 9.726,75   |
| PA | 150543 | Ourilândia do Norte       | 11  | 557,70    | 10.596,30  | 13.824,45  |
| PA | 150548 | Pacajá                    | 13  | 659,10    | 12.522,90  | 23.008,44  |
| PA | 150549 | Palestina do Pará         | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 3.996,87   |
| PA | 150550 | Paragominas               | 51  | 2.585,70  | 49.128,30  | 42.456,22  |
| PA | 150553 | Parauapebas               | 79  | 4.005,30  | 76.100,70  | 75.351,16  |
| PA | 150555 | Pau D'Arco                | 0   | 0,00      | 0,00       | 4.657,05   |
| PA | 150560 | Peixe-Boi                 | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 3.370,02   |
| PA | 150563 | Piçarra                   | 0   | 0,00      | 0,00       | 10.093,31  |
| PA | 150565 | Placas                    | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 17.824,43  |
| PA | 150570 | Ponta de Pedras           | 10  | 507,00    | 9.633,00   | 13.505,45  |
| PA | 150580 | Portel                    | 12  | 608,40    | 11.559,60  | 34.687,16  |
| PA | 150590 | Porto de Moz              | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 24.746,93  |
| PA | 150600 | Prainha                   | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 20.392,97  |
| PA | 150610 | Primavera                 | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 5.429,94   |
| PA | 150611 | Quatipuru                 | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 6.497,21   |
| PA | 150613 | Redenção                  | 36  | 1.825,20  | 34.678,80  | 32.056,21  |
| PA | 150616 | Rio Maria                 | 8   | 405,60    | 7.706,40   | 7.051,83   |
| PA | 150618 | Rondon do Pará            | 18  | 912,60    | 17.339,40  | 22.317,34  |
| PA | 150619 | Rurópolis                 | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 31.359,17  |
| PA | 150620 | Salinópolis               | 16  | 811,20    | 15.412,80  | 15.595,59  |
| PA | 150630 | Salvaterra                | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 11.970,79  |
| PA | 150635 | Santa Bárbara do Pará     | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 12.698,40  |
| PA | 150640 | Santa Cruz do Arari       | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 3.736,19   |
| PA | 150650 | Santa Isabel do Pará      | 30  | 1.521,00  | 28.899,00  | 26.379,91  |
| PA | 150655 | Santa Luzia do Pará       | 0   | 0,00      | 0,00       | 15.437,54  |
| PA | 150658 | Santa Maria das Barreiras | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 12.920,58  |
| PA | 150660 | Santa Maria do Pará       | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 15.132,87  |
| PA | 150670 | Santana do Araguaia       | 14  | 709,80    | 13.486,20  | 39.704,48  |
| PA | 150680 | Santarém                  | 101 | 5.120,70  | 97.293,30  | 134.821,31 |
| PA | 150690 | Santarém Novo             | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 2.553,88   |
| PA | 150700 | Santo Antônio do Tauá     | 8   | 405,60    | 7.706,40   | 15.804,20  |
| PA | 150710 | São Caetano de Odivelas   | 0   | 0,00      | 0,00       | 13.822,76  |
| PA | 150715 | São Domingos do Araguaia  | 8   | 405,60    | 7.706,40   | 11.695,46  |
| PA | 150720 | São Domingos do Capim     | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 19.660,59  |
| PA | 150730 | São Félix do Xingu        | 26  | 1.318,20  | 25.045,80  | 67.147,79  |
| PA | 150740 | São Francisco do Pará     | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 8.350,82   |
| PA | 150745 | São Geraldo do Araguaia   | 9   | 456,30    | 8.669,70   | 11.387,59  |
| PA | 150746 | São João da Ponta         | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 2.299,17   |
| PA | 150747 | São João de Pirabas       | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 11.670,05  |
| PA | 150750 | São João do Araguaia      | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 6.875,71   |
| PA | 150760 | São Miguel do Guamá       | 20  | 1.014,00  | 19.266,00  | 25.123,97  |



|       |        |                            |       |            |              |              |
|-------|--------|----------------------------|-------|------------|--------------|--------------|
| PA    | 150770 | São Sebastião da Boa Vista | 16    | 811,20     | 15.412,80    | 9.982,63     |
| PA    | 150775 | Sapucaia                   | 0     | 0,00       | 0,00         | 4.433,28     |
| PA    | 150780 | Senador José Porfírio      | 7     | 354,90     | 6.743,10     | 5.015,32     |
| PA    | 150790 | Soure                      | 12    | 608,40     | 11.559,60    | 9.635,47     |
| PA    | 150795 | Tailândia                  | 29    | 1.470,30   | 27.935,70    | 49.161,55    |
| PA    | 150796 | Terra Alta                 | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 5.933,81     |
| PA    | 150797 | Terra Santa                | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 11.350,24    |
| PA    | 150800 | Tomé-Açu                   | 18    | 912,60     | 17.339,40    | 30.632,43    |
| PA    | 150803 | Tracuateua                 | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 18.563,97    |
| PA    | 150805 | Trairão                    | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 11.459,75    |
| PA    | 150808 | Tucumã                     | 15    | 760,50     | 14.449,50    | 15.154,39    |
| PA    | 150810 | Tucuruí                    | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 81.201,27    |
| PA    | 150812 | Ulianópolis                | 12    | 608,40     | 11.559,60    | 31.194,97    |
| PA    | 150815 | Uruará                     | 0     | 0,00       | 0,00         | 35.494,04    |
| PA    | 150820 | Vigia                      | 16    | 811,20     | 15.412,80    | 25.192,97    |
| PA    | 150830 | Viseu                      | 0     | 0,00       | 0,00         | 46.859,34    |
| PA    | 150835 | Vitória do Xingu           | 0     | 0,00       | 0,00         | 11.431,95    |
| PA    | 150840 | Xinguara                   | 17    | 861,90     | 16.376,10    | 17.611,88    |
| Total |        |                            | 2.516 | 127.561,20 | 2.423.662,80 | 4.969.984,95 |

| ANEXO XV |        |                          |                  |                 |            |                   |
|----------|--------|--------------------------|------------------|-----------------|------------|-------------------|
| UF       | IBGE   | Município                | Nº ACE ELEG-VEIS | Incentivo (R\$) | AFC (R\$)  | PFVS Mensal (R\$) |
| PB       | 250000 | SES/PB                   | 0                | 0,00            | 0,00       | 614.007,88        |
| PB       | 250010 | Água Branca              | 4                | 202,80          | 3.853,20   | 1.890,56          |
| PB       | 250020 | Aguiar                   | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 1.047,38          |
| PB       | 250030 | Alagoa Grande            | 10               | 507,00          | 9.633,00   | 5.387,44          |
| PB       | 250040 | Alagoa Nova              | 6                | 304,20          | 5.779,80   | 3.843,75          |
| PB       | 250050 | Alagoinha                | 1                | 50,70           | 963,30     | 4.393,20          |
| PB       | 250053 | Alcantil                 | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 1.022,06          |
| PB       | 250057 | Algodão de Jandaíra      | 1                | 50,70           | 963,30     | 464,06            |
| PB       | 250060 | Alhandra                 | 6                | 304,20          | 5.779,80   | 4.809,50          |
| PB       | 250070 | São João do Rio do Peixe | 4                | 202,80          | 3.853,20   | 3.361,69          |
| PB       | 250073 | Amparo                   | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 440,05            |
| PB       | 250077 | Aparecida                | 3                | 152,10          | 2.889,90   | 1.549,31          |
| PB       | 250080 | Araçagi                  | 4                | 202,80          | 3.853,20   | 3.234,75          |
| PB       | 250090 | Arara                    | 5                | 253,50          | 4.816,50   | 2.504,06          |
| PB       | 250100 | Araruna                  | 5                | 253,50          | 4.816,50   | 3.759,56          |
| PB       | 250110 | Areia                    | 0                | 0,00            | 0,00       | 8.802,00          |
| PB       | 250115 | Areia de Baraúnas        | 1                | 50,70           | 963,30     | 357,75            |
| PB       | 250120 | Areial                   | 3                | 152,10          | 2.889,90   | 1.293,75          |
| PB       | 250130 | Aroeiras                 | 5                | 253,50          | 4.816,50   | 3.611,06          |
| PB       | 250135 | Assunção                 | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 718,13            |
| PB       | 250140 | Baía da Traição          | 0                | 0,00            | 0,00       | 3.309,75          |
| PB       | 250150 | Bananeiras               | 5                | 253,50          | 4.816,50   | 4.127,25          |
| PB       | 250153 | Baraúna                  | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 892,13            |
| PB       | 250157 | Barra de Santana         | 3                | 152,10          | 2.889,90   | 1.557,19          |
| PB       | 250160 | Barra de Santa Rosa      | 5                | 253,50          | 4.816,50   | 2.839,69          |
| PB       | 250170 | Barra de São Miguel      | 1                | 50,70           | 963,30     | 1.251,07          |
| PB       | 250180 | Bayeux                   | 47               | 2.382,90        | 45.275,10  | 25.385,01         |
| PB       | 250190 | Belém                    | 6                | 304,20          | 5.779,80   | 3.298,88          |
| PB       | 250200 | Belém do Brejo do Cruz   | 0                | 0,00            | 0,00       | 2.745,00          |
| PB       | 250205 | Bernardino Batista       | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 629,25            |
| PB       | 250210 | Boa Ventura              | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 1.054,69          |
| PB       | 250215 | Boa Vista                | 3                | 152,10          | 2.889,90   | 1.290,75          |
| PB       | 250220 | Bom Jesus                | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 474,75            |
| PB       | 250230 | Bom Sucesso              | 3                | 152,10          | 2.889,90   | 945,75            |
| PB       | 250240 | Bonito de Santa Fé       | 4                | 202,80          | 3.853,20   | 2.190,75          |
| PB       | 250250 | Boqueirão                | 6                | 304,20          | 5.779,80   | 3.313,13          |
| PB       | 250260 | Igaracy                  | 3                | 152,10          | 2.889,90   | 1.164,38          |
| PB       | 250270 | Borborema                | 0                | 0,00            | 0,00       | 2.012,25          |
| PB       | 250280 | Brejo do Cruz            | 5                | 253,50          | 4.816,50   | 2.606,25          |
| PB       | 250290 | Brejo dos Santos         | 3                | 152,10          | 2.889,90   | 1.202,44          |
| PB       | 250300 | Caaporã                  | 0                | 0,00            | 0,00       | 10.777,50         |
| PB       | 250310 | Cabaceiras               | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 1.021,69          |
| PB       | 250320 | Cabedelo                 | 25               | 1.267,50        | 24.082,50  | 16.408,50         |
| PB       | 250330 | Cachoeira dos Índios     | 4                | 202,80          | 3.853,20   | 1.896,38          |
| PB       | 250340 | Cacimba de Areia         | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 696,19            |
| PB       | 250350 | Cacimba de Dentro        | 0                | 0,00            | 0,00       | 6.430,87          |
| PB       | 250355 | Cacimbas                 | 3                | 152,10          | 2.889,90   | 1.333,50          |
| PB       | 250360 | Caçara                   | 3                | 152,10          | 2.889,90   | 1.369,50          |
| PB       | 250370 | Cajazeiras               | 31               | 1.571,70        | 29.862,30  | 11.518,31         |
| PB       | 250375 | Cajazeirinhas            | 0                | 0,00            | 0,00       | 1.186,87          |
| PB       | 250380 | Caldas Brandão           | 0                | 0,00            | 0,00       | 2.229,37          |
| PB       | 250390 | Camalau                  | 3                | 152,10          | 2.889,90   | 1.119,56          |
| PB       | 250400 | Campina Grande           | 137              | 6.945,90        | 131.972,10 | 75.951,00         |
| PB       | 250403 | Capim                    | 3                | 152,10          | 2.889,90   | 1.186,13          |
| PB       | 250407 | Caraúbas                 | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 771,56            |
| PB       | 250410 | Carrapateira             | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 487,69            |
| PB       | 250415 | Casserengue              | 3                | 152,10          | 2.889,90   | 1.386,38          |
| PB       | 250420 | Catingueira              | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 922,50            |
| PB       | 250430 | Catolé do Rocha          | 14               | 709,80          | 13.486,20  | 5.658,56          |
| PB       | 250435 | Caturité                 | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 896,06            |
| PB       | 250440 | Conceição                | 6                | 304,20          | 5.779,80   | 3.536,25          |
| PB       | 250450 | Condado                  | 3                | 152,10          | 2.889,90   | 1.262,44          |
| PB       | 250460 | Conde                    | 9                | 456,30          | 8.669,70   | 5.993,75          |
| PB       | 250470 | Congo                    | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 896,25            |
| PB       | 250480 | Coremas                  | 0                | 0,00            | 0,00       | 5.778,37          |
| PB       | 250485 | Coxixola                 | 1                | 50,70           | 963,30     | 354,75            |
| PB       | 250490 | Cruz do Espírito Santo   | 0                | 0,00            | 0,00       | 8.606,00          |
| PB       | 250500 | Cubati                   | 0                | 0,00            | 0,00       | 2.697,37          |
| PB       | 250510 | Cuité                    | 7                | 354,90          | 6.743,10   | 3.810,94          |
| PB       | 250520 | Cuitegi                  | 3                | 152,10          | 2.889,90   | 1.292,81          |
| PB       | 250523 | Cuité de Mamanguape      | 0                | 0,00            | 0,00       | 2.377,50          |
| PB       | 250527 | Curral de Cima           | 3                | 152,10          | 2.889,90   | 986,06            |
| PB       | 250530 | Curral Velho             | 0                | 0,00            | 0,00       | 948,37            |
| PB       | 250535 | Damião                   | 1                | 50,70           | 963,30     | 1.003,95          |
| PB       | 250540 | Desterro                 | 3                | 152,10          | 2.889,90   | 1.547,44          |
| PB       | 250550 | Vista Serrana            | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 702,00            |
| PB       | 250560 | Diamante                 | 3                | 152,10          | 2.889,90   | 1.244,25          |
| PB       | 250570 | Dona Inês                | 4                | 202,80          | 3.853,20   | 1.975,31          |
| PB       | 250580 | Duas Estradas            | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 683,44            |
| PB       | 250590 | Emas                     | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 653,44            |
| PB       | 250600 | Esperança                | 9                | 456,30          | 8.669,70   | 6.147,19          |
| PB       | 250610 | Fagundes                 | 4                | 202,80          | 3.853,20   | 2.146,69          |
| PB       | 250620 | Frei Martinho            | 2                | 101,40          | 1.926,60   | 559,88            |
| PB       | 250625 | Gado Bravo               | 3                | 152,10          | 2.889,90   | 1.587,38          |
| PB       | 250630 | Guarabira                | 25               | 1.267,50        | 24.082,50  | 10.905,38         |
| PB       | 250640 | Gurinhém                 | 4                | 202,80          | 3.853,20   | 2.646,94          |



|    |        |                           |    |          |           |            |
|----|--------|---------------------------|----|----------|-----------|------------|
| PB | 250650 | Gurjão                    | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.266,00   |
| PB | 250660 | Ibiara                    | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.130,06   |
| PB | 250670 | Imaculada                 | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 2.202,94   |
| PB | 250680 | Ingá                      | 6  | 304,20   | 5.779,80  | 3.382,88   |
| PB | 250690 | Itabaiana                 | 11 | 557,70   | 10.596,30 | 4.624,31   |
| PB | 250700 | Itaporanga                | 10 | 507,00   | 9.633,00  | 4.593,56   |
| PB | 250710 | Itapororoca               | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 4.947,90   |
| PB | 250720 | Itatuba                   | 0  | 0,00     | 0,00      | 4.027,12   |
| PB | 250730 | Jacarauá                  | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 2.684,25   |
| PB | 250740 | Jericó                    | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.446,94   |
| PB | 250750 | João Pessoa               | 0  | 0,00     | 0,00      | 395.719,00 |
| PB | 250760 | Juarez Távora             | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.471,88   |
| PB | 250770 | Juazeirinho               | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 3.356,63   |
| PB | 250780 | Junco do Seridó           | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.322,63   |
| PB | 250790 | Juripiranga               | 0  | 0,00     | 0,00      | 4.000,87   |
| PB | 250800 | Juru                      | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.859,81   |
| PB | 250810 | Lagoa                     | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 883,13     |
| PB | 250820 | Lagoa de Dentro           | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.428,56   |
| PB | 250830 | Lagoa Seca                | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 5.401,12   |
| PB | 250840 | Lastro                    | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 526,69     |
| PB | 250850 | Livramento                | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.379,06   |
| PB | 250855 | Logradouro                | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 797,63     |
| PB | 250860 | Lucena                    | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 3.201,00   |
| PB | 250870 | Mãe d'Água                | 1  | 50,70    | 963,30    | 758,25     |
| PB | 250880 | Malta                     | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.064,81   |
| PB | 250890 | Mamanguape                | 18 | 912,60   | 17.339,40 | 11.092,25  |
| PB | 250900 | Manaíra                   | 0  | 0,00     | 0,00      | 4.149,75   |
| PB | 250905 | Marcação                  | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.567,69   |
| PB | 250910 | Mari                      | 9  | 456,30   | 8.669,70  | 4.079,06   |
| PB | 250915 | Marizópolis               | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.222,88   |
| PB | 250920 | Massaranduba              | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 2.560,13   |
| PB | 250930 | Mataraca                  | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.541,06   |
| PB | 250933 | Matinhas                  | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.686,37   |
| PB | 250937 | Mato Grosso               | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.075,87   |
| PB | 250939 | Maturéia                  | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.207,69   |
| PB | 250940 | Mogeiro                   | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 2.502,94   |
| PB | 250950 | Montadas                  | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.036,50   |
| PB | 250960 | Monte Horebe              | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 892,31     |
| PB | 250970 | Monteiro                  | 12 | 608,40   | 11.559,60 | 6.145,13   |
| PB | 250980 | Mulungu                   | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.845,00   |
| PB | 250990 | Natuba                    | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.959,38   |
| PB | 251000 | Nazarezinho               | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.376,63   |
| PB | 251010 | Nova Floresta             | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.998,94   |
| PB | 251020 | Nova Olinda               | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.135,88   |
| PB | 251030 | Nova Palmeira             | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 897,00     |
| PB | 251040 | Olho d'Água               | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.274,25   |
| PB | 251050 | Oliveiros                 | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 727,50     |
| PB | 251060 | Ouro Velho                | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 566,81     |
| PB | 251065 | Parari                    | 0  | 0,00     | 0,00      | 836,07     |
| PB | 251070 | Passagem                  | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 446,81     |
| PB | 251080 | Patos                     | 60 | 3.042,00 | 57.798,00 | 19.933,88  |
| PB | 251090 | Paulista                  | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 2.290,50   |
| PB | 251100 | Pedra Branca              | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 711,75     |
| PB | 251110 | Pedra Lavrada             | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.496,63   |
| PB | 251120 | Pedras de Fogo            | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 6.754,05   |
| PB | 251130 | Piancó                    | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 2.997,19   |
| PB | 251140 | Picuí                     | 7  | 354,90   | 6.743,10  | 3.500,63   |
| PB | 251150 | Pilar                     | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 2.493,15   |
| PB | 251160 | Pilões                    | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.286,25   |
| PB | 251170 | Pilõesinhos               | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 967,31     |
| PB | 251180 | Pirpirituba               | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.979,06   |
| PB | 251190 | Pitimbu                   | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 4.671,25   |
| PB | 251200 | Pocinhos                  | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 3.426,00   |
| PB | 251203 | Poço Dantas               | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 710,25     |
| PB | 251207 | Poço de José de Moura     | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 795,94     |
| PB | 251210 | Pombal                    | 14 | 709,80   | 13.486,20 | 6.133,50   |
| PB | 251220 | Prata                     | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 770,44     |
| PB | 251230 | Princesa Isabel           | 9  | 456,30   | 8.669,70  | 4.311,56   |
| PB | 251240 | Puxinanã                  | 0  | 0,00     | 0,00      | 5.083,87   |
| PB | 251250 | Queimadas                 | 12 | 608,40   | 11.559,60 | 8.187,56   |
| PB | 251260 | Quixabá                   | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 523,93     |
| PB | 251270 | Remígio                   | 8  | 405,60   | 7.706,40  | 3.590,44   |
| PB | 251272 | Pedro Régis               | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.131,38   |
| PB | 251274 | Riachão                   | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 662,06     |
| PB | 251275 | Riachão do Bacamarte      | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 839,25     |
| PB | 251276 | Riachão do Poço           | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 832,88     |
| PB | 251278 | Riacho de Santo Antônio   | 0  | 0,00     | 0,00      | 995,15     |
| PB | 251280 | Riacho dos Cavalos        | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.605,56   |
| PB | 251290 | Rio Tinto                 | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 7.195,00   |
| PB | 251300 | Salgadinho                | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 725,81     |
| PB | 251310 | Salgado de São Félix      | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 2.277,00   |
| PB | 251315 | Santa Cecília             | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.239,38   |
| PB | 251320 | Santa Cruz                | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.233,56   |
| PB | 251330 | Santa Helena              | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.115,44   |
| PB | 251335 | Santa Inês                | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 673,88     |
| PB | 251340 | Santa Luzia               | 7  | 354,90   | 6.743,10  | 2.864,63   |
| PB | 251350 | Santana de Mangueira      | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 992,25     |
| PB | 251360 | Santana dos Garrotes      | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.351,69   |
| PB | 251365 | Joca Claudino             | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.005,00   |
| PB | 251370 | Santa Rita                | 72 | 3.650,40 | 69.357,60 | 33.735,00  |
| PB | 251380 | Santa Teresinha           | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 864,75     |
| PB | 251385 | Santo André               | 0  | 0,00     | 0,00      | 961,87     |
| PB | 251390 | São Bento                 | 15 | 760,50   | 14.449,50 | 6.274,50   |
| PB | 251392 | São Bentinho              | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 834,56     |
| PB | 251394 | São Domingos do Cariri    | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 480,56     |
| PB | 251396 | São Domingos              | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 573,94     |
| PB | 251398 | São Francisco             | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 635,44     |
| PB | 251400 | São João do Cariri        | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.632,00   |
| PB | 251410 | São João do Tigre         | 1  | 50,70    | 963,30    | 832,88     |
| PB | 251420 | São José da Lagoa Tapada  | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.439,44   |
| PB | 251430 | São José de Caiana        | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.168,31   |
| PB | 251440 | São José de Espinharas    | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 888,38     |
| PB | 251445 | São José dos Ramos        | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.237,95   |
| PB | 251450 | São José de Piranhas      | 7  | 354,90   | 6.743,10  | 3.741,75   |
| PB | 251455 | São José de Princesa      | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 769,88     |
| PB | 251460 | São José do Bonfim        | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.309,50   |
| PB | 251465 | São José do Brejo do Cruz | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 438,88     |
| PB | 251470 | São José do Sabugi        | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 773,25     |



|       |        |                                |       |           |              |              |
|-------|--------|--------------------------------|-------|-----------|--------------|--------------|
| PB    | 251480 | São José dos Cordeiros         | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.405,87     |
| PB    | 251490 | São Mamede                     | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 1.461,38     |
| PB    | 251500 | São Miguel de Taipu            | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.654,62     |
| PB    | 251510 | São Sebastião de Lagoa de Roça | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 2.189,44     |
| PB    | 251520 | São Sebastião do Umbuzeiro     | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.290,00     |
| PB    | 251530 | Sapé                           | 20    | 1.014,00  | 19.266,00    | 9.790,88     |
| PB    | 251540 | São Vicente do Seridó          | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 2.043,75     |
| PB    | 251550 | Serra Branca                   | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 2.543,25     |
| PB    | 251560 | Serra da Raiz                  | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 598,13       |
| PB    | 251570 | Serra Grande                   | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 577,13       |
| PB    | 251580 | Serra Redonda                  | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.329,19     |
| PB    | 251590 | Serraria                       | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.331,75     |
| PB    | 251593 | Sertãozinho                    | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 917,25       |
| PB    | 251597 | Sobrado                        | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.446,00     |
| PB    | 251600 | Solânea                        | 10    | 507,00    | 9.633,00     | 5.048,44     |
| PB    | 251610 | Soledade                       | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 2.758,88     |
| PB    | 251615 | Sossêgo                        | 1     | 50,70     | 963,30       | 651,56       |
| PB    | 251620 | Sousa                          | 33    | 1.673,10  | 31.788,90    | 12.904,13    |
| PB    | 251630 | Sumé                           | 7     | 354,90    | 6.743,10     | 3.147,00     |
| PB    | 251640 | Tacima                         | 0     | 0,00      | 0,00         | 4.058,25     |
| PB    | 251650 | Taperoá                        | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 2.883,00     |
| PB    | 251660 | Tavares                        | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 2.731,50     |
| PB    | 251670 | Teixeira                       | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 2.807,63     |
| PB    | 251675 | Tenório                        | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.129,12     |
| PB    | 251680 | Triunfo                        | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.771,31     |
| PB    | 251690 | Uiraúna                        | 1     | 50,70     | 963,30       | 4.747,20     |
| PB    | 251700 | Umbuzeiro                      | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.854,19     |
| PB    | 251710 | Várzea                         | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 515,06       |
| PB    | 251720 | Vieirópolis                    | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 992,81       |
| PB    | 251740 | Zabelé                         | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 414,00       |
| Total |        |                                | 1.140 | 57.798,00 | 1.098.162,00 | 1.696.622,12 |

PORTARIA Nº 922, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Revoga a Portaria nº 1.854/GM/MS, de 12 de julho de 2010, que define a responsabilidade da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS quanto à distribuição dos produtos hemoderivados obtidos mediante o fracionamento industrial do plasma captado no Brasil, bem como do hemocomponentes cola de fibrina ao Sistema Único de Saúde - SUS.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e no Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, e

Considerando as áreas de atuação do Ministério da Saúde na condução da Política Nacional de Sangue, Componentes e Hemoderivados, previstas na Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, e demais disposições desta Lei, no que compete à Secretaria de Atenção à Saúde - SAS/MS, conforme determinado pelo Decreto nº 3.990, de 30 de outubro de 2001, conforme a redação do Decreto nº 5.045, de 8 de abril de 2004;

Considerando as competências atribuídas à Hemobrás, para fins da realização de sua finalidade, estabelecidas no art. 3º da Lei nº 10.972, de 2 de dezembro de 2004; e

Considerando a necessidade da Hemobrás de revisar o modelo de negócio atual desta Estatal, para o bom desempenho das atividades de gestão do plasma excedente do uso transfusional no país, priorizando esforços operacionais para a implantação da fábrica de hemoderivados, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 1.854/GM/MS, de 12 de julho de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 132, Seção 1, pág. 54, 13 de julho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

INSERIR PARTE 1

ANEXO XVI

| UF | IBGE   | Município               | Nº ACE ELEGI-VEIS | Incentivo (R\$) | AFC (R\$) | PFVS Mensal (R\$) |
|----|--------|-------------------------|-------------------|-----------------|-----------|-------------------|
| PE | 260000 | SES/PE                  | 0                 | 0,00            | 0,00      | 1.315.069,13      |
| PE | 260005 | Abreu e Lima            | 34                | 1.723,80        | 32.752,20 | 22.596,29         |
| PE | 260010 | Afogados da Ingazeira   | 13                | 659,10          | 12.522,90 | 8.412,48          |
| PE | 260020 | Afrânio                 | 4                 | 202,80          | 3.853,20  | 3.274,92          |
| PE | 260030 | Agrestina               | 0                 | 0,00            | 0,00      | 8.348,10          |
| PE | 260040 | Água Preta              | 11                | 557,70          | 10.596,30 | 6.143,03          |
| PE | 260050 | Águas Belas             | 13                | 659,10          | 12.522,90 | 7.324,90          |
| PE | 260060 | Alagoinha               | 0                 | 0,00            | 0,00      | 4.935,69          |
| PE | 260070 | Aliança                 | 6                 | 304,20          | 5.779,80  | 7.386,29          |
| PE | 260080 | Altinho                 | 0                 | 0,00            | 0,00      | 7.873,15          |
| PE | 260090 | Amaraji                 | 8                 | 405,60          | 7.706,40  | 3.896,48          |
| PE | 260100 | Angelim                 | 0                 | 0,00            | 0,00      | 3.745,22          |
| PE | 260105 | Araçoiaba               | 5                 | 253,50          | 4.816,50  | 4.541,17          |
| PE | 260110 | Araripina               | 29                | 1.470,30        | 27.935,70 | 16.629,00         |
| PE | 260120 | Arcoverde               | 0                 | 0,00            | 0,00      | 33.308,00         |
| PE | 260130 | Barra de Guabiraba      | 0                 | 0,00            | 0,00      | 4.802,15          |
| PE | 260140 | Barreiros               | 20                | 1.014,00        | 19.266,00 | 8.479,18          |
| PE | 260150 | Belém de Maria          | 0                 | 0,00            | 0,00      | 4.091,45          |
| PE | 260160 | Belém de São Francisco  | 0                 | 0,00            | 0,00      | 7.117,36          |
| PE | 260170 | Belo Jardim             | 33                | 1.673,10        | 31.788,90 | 17.293,38         |
| PE | 260180 | Betânia                 | 0                 | 0,00            | 0,00      | 4.315,50          |
| PE | 260190 | Bezerros                | 35                | 1.774,50        | 33.715,50 | 13.838,46         |
| PE | 260200 | Bodocó                  | 6                 | 304,20          | 5.779,80  | 11.323,82         |
| PE | 260210 | Bom Conselho            | 18                | 912,60          | 17.339,40 | 9.591,80          |
| PE | 260220 | Bom Jardim              | 9                 | 456,30          | 8.669,70  | 6.698,17          |
| PE | 260230 | Bonito                  | 14                | 709,80          | 13.486,20 | 7.689,31          |
| PE | 260240 | Brejão                  | 3                 | 152,10          | 2.889,90  | 1.549,78          |
| PE | 260250 | Brejinho                | 0                 | 0,00            | 0,00      | 2.568,86          |
| PE | 260260 | Brejo da Madre de Deus  | 23                | 1.166,10        | 22.155,90 | 11.250,25         |
| PE | 260270 | Buenos Aires            | 4                 | 202,80          | 3.853,20  | 2.239,15          |
| PE | 260280 | Buíque                  | 0                 | 0,00            | 0,00      | 19.453,33         |
| PE | 260290 | Cabo de Santo Agostinho | 74                | 3.751,80        | 71.284,20 | 45.958,46         |
| PE | 260300 | Cabrobó                 | 8                 | 405,60          | 7.706,40  | 5.721,25          |
| PE | 260310 | Cachoeirinha            | 2                 | 101,40          | 1.926,60  | 4.939,86          |
| PE | 260320 | Caetés                  | 1                 | 50,70           | 963,30    | 10.341,60         |
| PE | 260330 | Calçado                 | 4                 | 202,80          | 3.853,20  | 1.931,29          |
| PE | 260340 | Calumbi                 | 2                 | 101,40          | 1.926,60  | 990,17            |
| PE | 260345 | Camaragibe              | 71                | 3.599,70        | 68.394,30 | 35.304,04         |
| PE | 260350 | Camocim de São Félix    | 0                 | 0,00            | 0,00      | 6.295,49          |
| PE | 260360 | Camutanga               | 4                 | 202,80          | 3.853,20  | 1.454,10          |
| PE | 260370 | Canhotinho              | 1                 | 50,70           | 963,30    | 9.045,43          |
| PE | 260380 | Capoeiras               | 4                 | 202,80          | 3.853,20  | 3.442,36          |



|    |        |                           |     |           |            |            |
|----|--------|---------------------------|-----|-----------|------------|------------|
| PE | 260390 | Carnaíba                  | 0   | 0,00      | 0,00       | 6.648,61   |
| PE | 260392 | Carnaubeira da Penha      | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.168,77   |
| PE | 260400 | Carpina                   | 28  | 1.419,60  | 26.972,40  | 13.948,04  |
| PE | 260410 | Caruaru                   | 166 | 8.416,20  | 159.907,80 | 79.541,00  |
| PE | 260415 | Casinhas                  | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 2.446,85   |
| PE | 260420 | Catende                   | 0   | 0,00      | 0,00       | 14.237,83  |
| PE | 260430 | Cedro                     | 0   | 0,00      | 0,00       | 4.625,19   |
| PE | 260440 | Chã de Alegria            | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 2.272,53   |
| PE | 260450 | Chã Grande                | 7   | 354,90    | 6.743,10   | 4.875,29   |
| PE | 260460 | Condado                   | 0   | 0,00      | 0,00       | 8.887,41   |
| PE | 260470 | Correntes                 | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 3.091,99   |
| PE | 260480 | Cortês                    | 0   | 0,00      | 0,00       | 5.079,87   |
| PE | 260490 | Cumaru                    | 0   | 0,00      | 0,00       | 6.012,59   |
| PE | 260500 | Cupira                    | 0   | 0,00      | 0,00       | 8.205,27   |
| PE | 260510 | Custódia                  | 12  | 608,40    | 11.559,60  | 6.226,66   |
| PE | 260515 | Dormentes                 | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 3.152,74   |
| PE | 260520 | Escada                    | 0   | 0,00      | 0,00       | 27.064,70  |
| PE | 260530 | Exu                       | 0   | 0,00      | 0,00       | 11.039,49  |
| PE | 260540 | Feira Nova                | 0   | 0,00      | 0,00       | 7.471,85   |
| PE | 260550 | Ferreiros                 | 0   | 0,00      | 0,00       | 4.115,20   |
| PE | 260560 | Flores                    | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 3.890,80   |
| PE | 260570 | Floresta                  | 8   | 405,60    | 7.706,40   | 6.388,31   |
| PE | 260580 | Frei Miguelinho           | 0   | 0,00      | 0,00       | 5.209,65   |
| PE | 260590 | Gameleira                 | 9   | 456,30    | 8.669,70   | 6.051,51   |
| PE | 260600 | Garanhuns                 | 57  | 2.889,90  | 54.908,10  | 27.503,92  |
| PE | 260610 | Glória do Goitá           | 0   | 0,00      | 0,00       | 10.400,71  |
| PE | 260620 | Goiana                    | 35  | 1.774,50  | 33.715,50  | 15.789,12  |
| PE | 260630 | Granito                   | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.257,59   |
| PE | 260640 | Gravatá                   | 21  | 1.064,70  | 20.229,30  | 18.767,15  |
| PE | 260650 | Iati                      | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 3.817,84   |
| PE | 260660 | Ibimirim                  | 7   | 354,90    | 6.743,10   | 4.922,27   |
| PE | 260670 | Ibirajuba                 | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.329,34   |
| PE | 260680 | Igarassu                  | 51  | 2.585,70  | 49.128,30  | 25.772,77  |
| PE | 260690 | Iguaracy                  | 0   | 0,00      | 0,00       | 4.177,15   |
| PE | 260700 | Inajá                     | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 3.774,13   |
| PE | 260710 | Ingazeira                 | 1   | 50,70     | 963,30     | 786,42     |
| PE | 260720 | Ipojuca                   | 30  | 1.521,00  | 28.899,00  | 20.932,31  |
| PE | 260730 | Ipupi                     | 8   | 405,60    | 7.706,40   | 5.236,35   |
| PE | 260740 | Itacuruba                 | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.636,16   |
| PE | 260750 | Itaíba                    | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 6.282,48   |
| PE | 260760 | Ilha de Itamaracá         | 9   | 456,30    | 8.669,70   | 5.869,79   |
| PE | 260765 | Itambé                    | 14  | 709,80    | 13.486,20  | 7.285,83   |
| PE | 260770 | Itapetim                  | 0   | 0,00      | 0,00       | 4.794,93   |
| PE | 260775 | Itapissuma                | 10  | 507,00    | 9.633,00   | 5.912,04   |
| PE | 260780 | Itaquitinga               | 0   | 0,00      | 0,00       | 5.765,82   |
| PE | 260790 | Jaboatão dos Guararapes   | 283 | 14.348,10 | 272.613,90 | 157.236,29 |
| PE | 260795 | Jaqueira                  | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.012,69   |
| PE | 260800 | Jatáúba                   | 0   | 0,00      | 0,00       | 5.801,96   |
| PE | 260805 | Jatobá                    | 0   | 0,00      | 0,00       | 5.859,11   |
| PE | 260810 | João Alfredo              | 8   | 405,60    | 7.706,40   | 5.668,25   |
| PE | 260820 | Joaquim Nabuco            | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 2.762,97   |
| PE | 260825 | Jucati                    | 0   | 0,00      | 0,00       | 3.855,35   |
| PE | 260830 | Jupi                      | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 2.917,10   |
| PE | 260840 | Jurema                    | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 2.610,68   |
| PE | 260845 | Lagoa do Carro            | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 3.505,35   |
| PE | 260850 | Lagoa de Itaenga          | 9   | 456,30    | 8.669,70   | 3.661,25   |
| PE | 260860 | Lagoa do Ouro             | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.213,85   |
| PE | 260870 | Lagoa dos Gatos           | 0   | 0,00      | 0,00       | 5.562,07   |
| PE | 260875 | Lagoa Grande              | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 4.260,27   |
| PE | 260880 | Lajedo                    | 12  | 608,40    | 11.559,60  | 6.752,55   |
| PE | 260890 | Limoeiro                  | 25  | 1.267,50  | 24.082,50  | 11.328,41  |
| PE | 260900 | Macaparana                | 7   | 354,90    | 6.743,10   | 4.303,98   |
| PE | 260910 | Machados                  | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 2.635,11   |
| PE | 260915 | Manari                    | 0   | 0,00      | 0,00       | 6.987,27   |
| PE | 260920 | Maraial                   | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.066,55   |
| PE | 260930 | Mirandiba                 | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.598,11   |
| PE | 260940 | Moreno                    | 20  | 1.014,00  | 19.266,00  | 13.982,83  |
| PE | 260950 | Nazaré da Mata            | 14  | 709,80    | 13.486,20  | 6.439,52   |
| PE | 260960 | Olinda                    | 167 | 8.466,90  | 160.871,10 | 89.259,04  |
| PE | 260970 | Orobó                     | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 4.072,01   |
| PE | 260980 | Orocó                     | 0   | 0,00      | 0,00       | 4.971,48   |
| PE | 260990 | Ouricuri                  | 20  | 1.014,00  | 19.266,00  | 13.711,31  |
| PE | 261000 | Palmares                  | 25  | 1.267,50  | 24.082,50  | 12.511,92  |
| PE | 261010 | Palmeirina                | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.819,06   |
| PE | 261020 | Panelas                   | 0   | 0,00      | 0,00       | 9.125,57   |
| PE | 261030 | Paranatama                | 0   | 0,00      | 0,00       | 3.940,36   |
| PE | 261040 | Parnamirim                | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 3.646,96   |
| PE | 261050 | Passira                   | 8   | 405,60    | 7.706,40   | 5.004,53   |
| PE | 261060 | Paudalho                  | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 16.323,11  |
| PE | 261070 | Paulista                  | 141 | 7.148,70  | 135.825,30 | 73.958,96  |
| PE | 261080 | Pedra                     | 0   | 0,00      | 0,00       | 7.709,67   |
| PE | 261090 | Pesqueira                 | 24  | 1.216,80  | 23.119,20  | 13.285,73  |
| PE | 261100 | Petrolândia               | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 8.415,90   |
| PE | 261110 | Petrolina                 | 113 | 5.729,10  | 108.852,90 | 76.072,10  |
| PE | 261120 | Poção                     | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 1.938,52   |
| PE | 261130 | Pombos                    | 9   | 456,30    | 8.669,70   | 6.151,06   |
| PE | 261140 | Primavera                 | 1   | 50,70     | 963,30     | 4.030,21   |
| PE | 261150 | Quipapá                   | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 4.394,32   |
| PE | 261153 | Quixaba                   | 1   | 50,70     | 963,30     | 1.392,86   |
| PE | 261160 | Recife                    | 621 | 31.484,70 | 598.209,30 | 417.098,45 |
| PE | 261170 | Riacho das Almas          | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 4.623,90   |
| PE | 261180 | Ribeirão                  | 17  | 861,90    | 16.376,10  | 9.370,68   |
| PE | 261190 | Rio Formoso               | 1   | 50,70     | 963,30     | 7.014,82   |
| PE | 261200 | Sairé                     | 0   | 0,00      | 0,00       | 3.743,50   |
| PE | 261210 | Salgadinho                | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.793,62   |
| PE | 261220 | Salgueiro                 | 0   | 0,00      | 0,00       | 24.007,21  |
| PE | 261230 | Saloá                     | 0   | 0,00      | 0,00       | 6.323,03   |
| PE | 261240 | Sanharó                   | 0   | 0,00      | 0,00       | 8.620,34   |
| PE | 261245 | Santa Cruz                | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.556,64   |
| PE | 261247 | Santa Cruz da Baixa Verde | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.129,53   |



|       |        |                          |       |            |              |              |
|-------|--------|--------------------------|-------|------------|--------------|--------------|
| PE    | 261250 | Santa Cruz do Capibaribe | 0     | 0,00       | 0,00         | 46.513,95    |
| PE    | 261255 | Santa Filomena           | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 2.950,93     |
| PE    | 261260 | Santa Maria da Boa Vista | 8     | 405,60     | 7.706,40     | 7.105,84     |
| PE    | 261270 | Santa Maria do Cambucá   | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 2.379,22     |
| PE    | 261280 | Santa Terezinha          | 0     | 0,00       | 0,00         | 4.001,62     |
| PE    | 261290 | São Benedito do Sul      | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 2.633,74     |
| PE    | 261300 | São Bento do Una         | 0     | 0,00       | 0,00         | 19.844,30    |
| PE    | 261310 | São Caitano              | 0     | 0,00       | 0,00         | 12.652,59    |
| PE    | 261320 | São João                 | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 8.341,44     |
| PE    | 261330 | São Joaquim do Monte     | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 3.643,18     |
| PE    | 261340 | São José da Coroa Grande | 0     | 0,00       | 0,00         | 8.167,89     |
| PE    | 261350 | São José do Belmonte     | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 9.663,90     |
| PE    | 261360 | São José do Egito        | 6     | 304,20     | 5.779,80     | 5.741,56     |
| PE    | 261370 | São Lourenço da Mata     | 26    | 1.318,20   | 25.045,80    | 25.491,86    |
| PE    | 261380 | São Vicente Ferrer       | 6     | 304,20     | 5.779,80     | 3.056,72     |
| PE    | 261390 | Serra Talhada            | 40    | 2.028,00   | 38.532,00    | 16.940,69    |
| PE    | 261400 | Serrita                  | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 3.272,51     |
| PE    | 261410 | Sertânia                 | 10    | 507,00     | 9.633,00     | 6.086,07     |
| PE    | 261420 | Sirinhaém                | 9     | 456,30     | 8.669,70     | 7.603,85     |
| PE    | 261430 | Moreilândia              | 1     | 50,70      | 963,30       | 2.907,19     |
| PE    | 261440 | Solidão                  | 0     | 0,00       | 0,00         | 2.047,44     |
| PE    | 261450 | Surubim                  | 24    | 1.216,80   | 23.119,20    | 12.685,84    |
| PE    | 261460 | Tabira                   | 13    | 659,10     | 12.522,90    | 4.811,11     |
| PE    | 261470 | Tacaimbó                 | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 2.225,38     |
| PE    | 261480 | Tacaratu                 | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 4.237,72     |
| PE    | 261485 | Tamandaré                | 7     | 354,90     | 6.743,10     | 4.537,03     |
| PE    | 261500 | Taquaritinga do Norte    | 1     | 50,70      | 963,30       | 8.532,94     |
| PE    | 261510 | Terezinha                | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 1.214,39     |
| PE    | 261520 | Terra Nova               | 1     | 50,70      | 963,30       | 2.542,03     |
| PE    | 261530 | Timbaúba                 | 29    | 1.470,30   | 27.935,70    | 10.868,10    |
| PE    | 261540 | Toritama                 | 0     | 0,00       | 0,00         | 14.497,33    |
| PE    | 261550 | Tracunhaém               | 6     | 304,20     | 5.779,80     | 2.339,65     |
| PE    | 261560 | Trindade                 | 0     | 0,00       | 0,00         | 10.159,45    |
| PE    | 261570 | Triunfo                  | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 2.629,43     |
| PE    | 261580 | Tupanatinga              | 0     | 0,00       | 0,00         | 9.104,58     |
| PE    | 261590 | Tuparetama               | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 1.402,31     |
| PE    | 261600 | Venturosa                | 0     | 0,00       | 0,00         | 6.150,25     |
| PE    | 261610 | Verdejante               | 0     | 0,00       | 0,00         | 3.252,37     |
| PE    | 261618 | Vertente do Lério        | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 1.352,40     |
| PE    | 261620 | Vertentes                | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 4.577,83     |
| PE    | 261630 | Vicência                 | 7     | 354,90     | 6.743,10     | 7.995,52     |
| PE    | 261640 | Vitória de Santo Antão   | 58    | 2.940,60   | 55.871,40    | 27.274,17    |
| PE    | 261650 | Xexéu                    | 0     | 0,00       | 0,00         | 5.019,32     |
| Total |        |                          | 2.898 | 146.928,60 | 2.791.643,40 | 3.599.369,68 |

| ANEXO XVII |        |                           |                   |                 |           |                   |
|------------|--------|---------------------------|-------------------|-----------------|-----------|-------------------|
| UF         | IBGE   | Município                 | Nº ACE ELEGI-VEIS | Incentivo (R\$) | AFC (R\$) | PFVS Mensal (R\$) |
| PI         | 220000 | SES/PI                    | 0                 | 0,00            | 0,00      | 313.458,46        |
| PI         | 220005 | Acauã                     | 3                 | 152,10          | 2.889,90  | 1.407,80          |
| PI         | 220010 | Agricolândia              | 1                 | 50,70           | 963,30    | 1.243,14          |
| PI         | 220020 | Água Branca               | 10                | 507,00          | 9.633,00  | 3.689,24          |
| PI         | 220025 | Alagoinha do Piauí        | 3                 | 152,10          | 2.889,90  | 1.523,14          |
| PI         | 220027 | Alegrete do Piauí         | 0                 | 0,00            | 0,00      | 2.117,89          |
| PI         | 220030 | Alto Longá                | 2                 | 101,40          | 1.926,60  | 3.761,46          |
| PI         | 220040 | Altos                     | 2                 | 101,40          | 1.926,60  | 19.552,59         |
| PI         | 220045 | Alvorada do Gurguéia      | 2                 | 101,40          | 1.926,60  | 1.071,74          |
| PI         | 220050 | Amarante                  | 0                 | 0,00            | 0,00      | 7.030,69          |
| PI         | 220060 | Angical do Piauí          | 4                 | 202,80          | 3.853,20  | 1.361,10          |
| PI         | 220070 | Anísio de Abreu           | 3                 | 152,10          | 2.889,90  | 1.948,75          |
| PI         | 220080 | Antônio Almeida           | 2                 | 101,40          | 1.926,60  | 630,09            |
| PI         | 220090 | Aroazes                   | 3                 | 152,10          | 2.889,90  | 1.174,49          |
| PI         | 220095 | Aroeiras do Itaim         | 1                 | 50,70           | 963,30    | 499,52            |
| PI         | 220100 | Arraial                   | 2                 | 101,40          | 1.926,60  | 951,94            |
| PI         | 220105 | Assunção do Piauí         | 1                 | 50,70           | 963,30    | 2.158,11          |
| PI         | 220110 | Avelino Lopes             | 3                 | 152,10          | 2.889,90  | 2.321,57          |
| PI         | 220115 | Baixa Grande do Ribeiro   | 4                 | 202,80          | 3.853,20  | 2.277,91          |
| PI         | 220117 | Barra D'Alcântara         | 2                 | 101,40          | 1.926,60  | 789,29            |
| PI         | 220120 | Barras                    | 13                | 659,10          | 12.522,90 | 9.397,85          |
| PI         | 220130 | Barreiras do Piauí        | 0                 | 0,00            | 0,00      | 1.334,90          |
| PI         | 220140 | Barro Duro                | 4                 | 202,80          | 3.853,20  | 1.571,22          |
| PI         | 220150 | Batalha                   | 6                 | 304,20          | 5.779,80  | 5.346,73          |
| PI         | 220155 | Bela Vista do Piauí       | 0                 | 0,00            | 0,00      | 1.591,56          |
| PI         | 220157 | Belém do Piauí            | 2                 | 101,40          | 1.926,60  | 703,39            |
| PI         | 220160 | Beneditinos               | 4                 | 202,80          | 3.853,20  | 2.711,47          |
| PI         | 220170 | Bertolínia                | 1                 | 50,70           | 963,30    | 1.230,54          |
| PI         | 220173 | Betânia do Piauí          | 3                 | 152,10          | 2.889,90  | 1.238,05          |
| PI         | 220177 | Boa Hora                  | 3                 | 152,10          | 2.889,90  | 1.339,98          |
| PI         | 220180 | Bocaina                   | 1                 | 50,70           | 963,30    | 900,77            |
| PI         | 220190 | Bom Jesus                 | 10                | 507,00          | 9.633,00  | 4.939,80          |
| PI         | 220191 | Bom Princípio do Piauí    | 2                 | 101,40          | 1.926,60  | 1.116,21          |
| PI         | 220192 | Bonfim do Piauí           | 3                 | 152,10          | 2.889,90  | 1.126,77          |
| PI         | 220194 | Boqueirão do Piauí        | 1                 | 50,70           | 963,30    | 1.627,72          |
| PI         | 220196 | Brasileira                | 3                 | 152,10          | 2.889,90  | 1.656,75          |
| PI         | 220198 | Brejo do Piauí            | 2                 | 101,40          | 1.926,60  | 942,12            |
| PI         | 220200 | Burití dos Lopes          | 5                 | 253,50          | 4.816,50  | 3.942,38          |
| PI         | 220202 | Burití dos Montes         | 3                 | 152,10          | 2.889,90  | 1.662,64          |
| PI         | 220205 | Cabeceiras do Piauí       | 3                 | 152,10          | 2.889,90  | 2.096,58          |
| PI         | 220207 | Cajazeiras do Piauí       | 2                 | 101,40          | 1.926,60  | 704,82            |
| PI         | 220208 | Cajueiro da Praia         | 1                 | 50,70           | 963,30    | 2.062,67          |
| PI         | 220209 | Caldeirão Grande do Piauí | 3                 | 152,10          | 2.889,90  | 1.165,96          |
| PI         | 220210 | Campinas do Piauí         | 3                 | 152,10          | 2.889,90  | 1.118,24          |
| PI         | 220211 | Campo Alegre do Fidalgo   | 0                 | 0,00            | 0,00      | 1.994,43          |
| PI         | 220213 | Campo Grande do Piauí     | 1                 | 50,70           | 963,30    | 1.392,58          |
| PI         | 220217 | Campo Largo do Piauí      | 1                 | 50,70           | 963,30    | 1.917,69          |
| PI         | 220220 | Campo Maior               | 19                | 963,30          | 18.302,70 | 10.313,91         |
| PI         | 220225 | Canavieira                | 2                 | 101,40          | 1.926,60  | 795,99            |
| PI         | 220230 | Canto do Buriti           | 7                 | 354,90          | 6.743,10  | 4.203,31          |
| PI         | 220240 | Capitão de Campos         | 4                 | 202,80          | 3.853,20  | 2.282,17          |
| PI         | 220245 | Capitão Gervásio Oliveira | 2                 | 101,40          | 1.926,60  | 813,86            |
| PI         | 220250 | Caracol                   | 0                 | 0,00            | 0,00      | 4.321,48          |
| PI         | 220253 | Caraúbas do Piauí         | 3                 | 152,10          | 2.889,90  | 1.163,12          |



|    |        |                            |    |          |           |           |
|----|--------|----------------------------|----|----------|-----------|-----------|
| PI | 220255 | Caridade do Piauí          | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.014,07  |
| PI | 220260 | Castelo do Piauí           | 7  | 354,90   | 6.743,10  | 3.750,28  |
| PI | 220265 | Caxingó                    | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.180,58  |
| PI | 220270 | Cocal                      | 7  | 354,90   | 6.743,10  | 5.551,87  |
| PI | 220271 | Cocal de Telha             | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 938,33    |
| PI | 220272 | Cocal dos Alves            | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.224,04  |
| PI | 220273 | Coivaras                   | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.162,17  |
| PI | 220275 | Colônia do Gurguéia        | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.600,91  |
| PI | 220277 | Colônia do Piauí           | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.528,42  |
| PI | 220280 | Conceição do Canindé       | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 939,87    |
| PI | 220285 | Coronel José Dias          | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 934,47    |
| PI | 220290 | Corrente                   | 9  | 456,30   | 8.669,70  | 5.296,57  |
| PI | 220300 | Cristalândia do Piauí      | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.645,18  |
| PI | 220310 | Cristino Castro            | 1  | 50,70    | 963,30    | 3.184,77  |
| PI | 220320 | Curimatá                   | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 2.258,21  |
| PI | 220323 | Currais                    | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.967,63  |
| PI | 220325 | Curralinhos                | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.345,59  |
| PI | 220327 | Curral Novo do Piauí       | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.065,50  |
| PI | 220330 | Demerval Lobão             | 0  | 0,00     | 0,00      | 7.329,37  |
| PI | 220335 | Dirceu Arcoverde           | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.393,39  |
| PI | 220340 | Dom Expedito Lopes         | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.371,86  |
| PI | 220342 | Domingos Mourão            | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 871,53    |
| PI | 220345 | Dom Inocêncio              | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.906,11  |
| PI | 220350 | Elesbão Veloso             | 0  | 0,00     | 0,00      | 5.887,06  |
| PI | 220360 | Eliseu Martins             | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 976,10    |
| PI | 220370 | Esperantina                | 14 | 709,80   | 13.486,20 | 7.893,69  |
| PI | 220375 | Fartura do Piauí           | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.111,39  |
| PI | 220380 | Flores do Piauí            | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.785,28  |
| PI | 220385 | Floresta do Piauí          | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.021,38  |
| PI | 220390 | Floriano                   | 26 | 1.318,20 | 25.045,80 | 12.066,47 |
| PI | 220400 | Francinópolis              | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.140,23  |
| PI | 220410 | Francisco Ayres            | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.871,14  |
| PI | 220415 | Francisco Macedo           | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 628,87    |
| PI | 220420 | Francisco Santos           | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.838,49  |
| PI | 220430 | Fronteiras                 | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 2.317,10  |
| PI | 220435 | Geminiano                  | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.160,13  |
| PI | 220440 | Gilbués                    | 0  | 0,00     | 0,00      | 4.269,90  |
| PI | 220450 | Guadalupe                  | 6  | 304,20   | 5.779,80  | 2.100,03  |
| PI | 220455 | Guaribas                   | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.818,58  |
| PI | 220460 | Hugo Napoleão              | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 774,26    |
| PI | 220465 | Ilha Grande                | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.870,37  |
| PI | 220470 | Inhuma                     | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 3.054,81  |
| PI | 220480 | Ipiranga do Piauí          | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.949,16  |
| PI | 220490 | Isaías Coelho              | 1  | 50,70    | 963,30    | 2.451,32  |
| PI | 220500 | Itainópolis                | 1  | 50,70    | 963,30    | 3.647,74  |
| PI | 220510 | Itaueira                   | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 2.198,72  |
| PI | 220515 | Jacobina do Piauí          | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.159,46  |
| PI | 220520 | Jaicós                     | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 3.789,07  |
| PI | 220525 | Jardim do Mulato           | 1  | 50,70    | 963,30    | 895,89    |
| PI | 220527 | Jatobá do Piauí            | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 967,98    |
| PI | 220530 | Jerumenha                  | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 894,07    |
| PI | 220535 | João Costa                 | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 603,29    |
| PI | 220540 | Joaquim Pires              | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 2.859,67  |
| PI | 220545 | Joca Marques               | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.077,83  |
| PI | 220550 | José de Freitas            | 0  | 0,00     | 0,00      | 20.721,48 |
| PI | 220551 | Juazeiro do Piauí          | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.092,45  |
| PI | 220552 | Júlio Borges               | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.118,85  |
| PI | 220553 | Jurema                     | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.891,28  |
| PI | 220554 | Lagoinha do Piauí          | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 725,27    |
| PI | 220555 | Lagoa Alegre               | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 2.252,57  |
| PI | 220556 | Lagoa do Barro do Piauí    | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 929,80    |
| PI | 220557 | Lagoa de São Francisco     | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.342,42  |
| PI | 220558 | Lagoa do Piauí             | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.074,91  |
| PI | 220559 | Lagoa do Sítio             | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.024,84  |
| PI | 220560 | Landri Sales               | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.069,31  |
| PI | 220570 | Luís Correia               | 7  | 354,90   | 6.743,10  | 6.002,00  |
| PI | 220580 | Luzilândia                 | 8  | 405,60   | 7.706,40  | 5.086,41  |
| PI | 220585 | Madeiro                    | 1  | 50,70    | 963,30    | 2.330,71  |
| PI | 220590 | Manoel Emídio              | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.068,70  |
| PI | 220595 | Marcolândia                | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.675,03  |
| PI | 220600 | Marcos Parente             | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 910,51    |
| PI | 220605 | Massapê do Piauí           | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.283,94  |
| PI | 220610 | Matias Olímpio             | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 2.176,38  |
| PI | 220620 | Miguel Alves               | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 10.542,40 |
| PI | 220630 | Miguel Leão                | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 336,40    |
| PI | 220635 | Milton Brandão             | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.380,19  |
| PI | 220640 | Monsenhor Gil              | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 2.815,31  |
| PI | 220650 | Monsenhor Hipólito         | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.540,40  |
| PI | 220660 | Monte Alegre do Piauí      | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 2.120,74  |
| PI | 220665 | Morro Cabeça no Tempo      | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.657,76  |
| PI | 220667 | Morro do Chapéu do Piauí   | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.351,76  |
| PI | 220669 | Murici dos Portelas        | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.807,83  |
| PI | 220670 | Nazaré do Piauí            | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.482,33  |
| PI | 220672 | Nazária                    | 0  | 0,00     | 0,00      | 4.524,61  |
| PI | 220675 | Nossa Senhora de Nazaré    | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 963,92    |
| PI | 220680 | Nossa Senhora dos Remédios | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.724,17  |
| PI | 220690 | Novo Oriente do Piauí      | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.320,89  |
| PI | 220695 | Novo Santo Antônio         | 1  | 50,70    | 963,30    | 687,76    |
| PI | 220700 | Oeiras                     | 15 | 760,50   | 14.449,50 | 7.376,91  |
| PI | 220710 | Olho D'Água do Piauí       | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.100,28  |
| PI | 220720 | Padre Marcos               | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.370,24  |
| PI | 220730 | Paes Landim                | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 827,87    |
| PI | 220735 | Pajeú do Piauí             | 1  | 50,70    | 963,30    | 706,44    |
| PI | 220740 | Palmeira do Piauí          | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.014,68  |
| PI | 220750 | Palmeirais                 | 0  | 0,00     | 0,00      | 5.769,29  |
| PI | 220755 | Paquetá                    | 1  | 50,70    | 963,30    | 795,79    |
| PI | 220760 | Parnaíba                   | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 2.144,50  |
| PI | 220770 | Parnaíba                   | 71 | 3.599,70 | 68.394,30 | 32.746,21 |
| PI | 220775 | Passagem Franca do Piauí   | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 910,11    |
| PI | 220777 | Patos do Piauí             | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.270,54  |



|       |        |                                 |       |           |              |              |
|-------|--------|---------------------------------|-------|-----------|--------------|--------------|
| PI    | 220779 | Pau D'Arco do Piauí             | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 799,44       |
| PI    | 220780 | Paulistana                      | 7     | 354,90    | 6.743,10     | 4.095,28     |
| PI    | 220785 | Pavussu                         | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 742,18       |
| PI    | 220790 | Pedro II                        | 13    | 659,10    | 12.522,90    | 7.727,38     |
| PI    | 220793 | Pedro Laurentino                | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.007,57     |
| PI    | 220795 | Nova Santa Rita                 | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 870,31       |
| PI    | 220800 | Picos                           | 8     | 405,60    | 7.706,40     | 23.379,39    |
| PI    | 220810 | Pimenteiras                     | 0     | 0,00      | 0,00         | 4.838,06     |
| PI    | 220820 | Pio IX                          | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 3.667,44     |
| PI    | 220830 | Piracuruca                      | 10    | 507,00    | 9.633,00     | 5.741,14     |
| PI    | 220840 | Piripiri                        | 1     | 50,70     | 963,30       | 26.362,98    |
| PI    | 220850 | Porto                           | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 2.494,37     |
| PI    | 220855 | Porto Alegre do Piauí           | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 537,50       |
| PI    | 220860 | Prata do Piauí                  | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 631,31       |
| PI    | 220865 | Queimada Nova                   | 1     | 50,70     | 963,30       | 2.608,90     |
| PI    | 220870 | Redenção do Gurguéia            | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.746,30     |
| PI    | 220880 | Regeneração                     | 9     | 456,30    | 8.669,70     | 3.593,52     |
| PI    | 220885 | Riacho Frio                     | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.729,65     |
| PI    | 220887 | Ribeira do Piauí                | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.779,19     |
| PI    | 220890 | Ribeiro Gonçalves               | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.904,13     |
| PI    | 220900 | Rio Grande do Piauí             | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.570,31     |
| PI    | 220910 | Santa Cruz do Piauí             | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.244,14     |
| PI    | 220915 | Santa Cruz dos Milagres         | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 797,21       |
| PI    | 220920 | Santa Filomena                  | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.249,42     |
| PI    | 220930 | Santa Luz                       | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.322,58     |
| PI    | 220935 | Santana do Piauí                | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 922,70       |
| PI    | 220937 | Santa Rosa do Piauí             | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.104,49     |
| PI    | 220940 | Santo Antônio de Lisboa         | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.535,79     |
| PI    | 220945 | Santo Antônio dos Milagres      | 0     | 0,00      | 0,00         | 858,93       |
| PI    | 220950 | Santo Inácio do Piauí           | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.510,75     |
| PI    | 220955 | São Braz do Piauí               | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 887,57       |
| PI    | 220960 | São Félix do Piauí              | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.196,01     |
| PI    | 220965 | São Francisco de Assis do Piauí | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.174,90     |
| PI    | 220970 | São Francisco do Piauí          | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.286,37     |
| PI    | 220975 | São Gonçalo do Gurguéia         | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 601,05       |
| PI    | 220980 | São Gonçalo do Piauí            | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 995,59       |
| PI    | 220985 | São João da Canabrava           | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 918,43       |
| PI    | 220987 | São João da Fronteira           | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.197,64     |
| PI    | 220990 | São João da Serra               | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.243,12     |
| PI    | 220995 | São João da Varjota             | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 963,92       |
| PI    | 220997 | São João do Arraial             | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.574,72     |
| PI    | 221000 | São João do Piauí               | 0     | 0,00      | 0,00         | 8.181,62     |
| PI    | 221005 | São José do Divino              | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.065,24     |
| PI    | 221010 | São José do Peixe               | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.505,47     |
| PI    | 221020 | São José do Piauí               | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.344,45     |
| PI    | 221030 | São Julião                      | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.267,90     |
| PI    | 221035 | São Lourenço do Piauí           | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.824,68     |
| PI    | 221037 | São Luís do Piauí               | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 526,94       |
| PI    | 221038 | São Miguel da Baixa Grande      | 0     | 0,00      | 0,00         | 978,33       |
| PI    | 221039 | São Miguel do Fidalgo           | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 608,16       |
| PI    | 221040 | São Miguel do Tapuio            | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 3.687,95     |
| PI    | 221050 | São Pedro do Piauí              | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 3.023,19     |
| PI    | 221060 | São Raimundo Nonato             | 14    | 709,80    | 13.486,20    | 6.863,78     |
| PI    | 221062 | Sebastião Barros                | 1     | 50,70     | 963,30       | 842,69       |
| PI    | 221063 | Sebastião Leal                  | 1     | 50,70     | 963,30       | 854,67       |
| PI    | 221065 | Sigefredo Pacheco               | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 2.075,27     |
| PI    | 221070 | Simões                          | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 2.926,27     |
| PI    | 221080 | Simplicio Mendes                | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 2.522,80     |
| PI    | 221090 | Socorro do Piauí                | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.838,48     |
| PI    | 221093 | Sussuapara                      | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.658,03     |
| PI    | 221095 | Tamboril do Piauí               | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 578,92       |
| PI    | 221097 | Tanque do Piauí                 | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 548,87       |
| PI    | 221100 | Teresina                        | 403   | 20.432,10 | 388.209,90   | 263.784,12   |
| PI    | 221110 | União                           | 7     | 354,90    | 6.743,10     | 16.840,47    |
| PI    | 221120 | Uruçuí                          | 7     | 354,90    | 6.743,10     | 4.266,46     |
| PI    | 221130 | Valença do Piauí                | 11    | 557,70    | 10.596,30    | 4.176,50     |
| PI    | 221135 | Várzea Branca                   | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.002,23     |
| PI    | 221140 | Várzea Grande                   | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 882,49       |
| PI    | 221150 | Vera Mendes                     | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.228,50     |
| PI    | 221160 | Vila Nova do Piauí              | 1     | 50,70     | 963,30       | 611,21       |
| PI    | 221170 | Wall Ferraz                     | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 888,38       |
| Total |        |                                 | 1.102 | 55.871,40 | 1.061.556,60 | 1.189.118,72 |

| ANEXO XVIII |        |                     |                   |                 |           |                   |
|-------------|--------|---------------------|-------------------|-----------------|-----------|-------------------|
| UF          | IBGE   | Município           | Nº ACE ELEGÍ-VEIS | Incentivo (R\$) | AFC (R\$) | PFVS Mensal (R\$) |
| PR          | 410000 | SES/PR              | 0                 | 0,00            | 0,00      | 778.751,91        |
| PR          | 410010 | Abatiá              | 3                 | 152,10          | 2.889,90  | 893,39            |
| PR          | 410020 | Adrianópolis        | 0                 | 0,00            | 0,00      | 1.919,06          |
| PR          | 410030 | Agudos do Sul       | 1                 | 50,70           | 963,30    | 1.641,68          |
| PR          | 410040 | Almirante Tamandaré | 10                | 507,00          | 9.633,00  | 20.329,91         |
| PR          | 410045 | Altamira do Paraná  | 2                 | 101,40          | 1.926,60  | 718,90            |
| PR          | 410050 | Altônia             | 9                 | 456,30          | 8.669,70  | 2.265,17          |
| PR          | 410060 | Alto Paraná         | 7                 | 354,90          | 6.743,10  | 1.776,00          |
| PR          | 410070 | Alto Piquiri        | 5                 | 253,50          | 4.816,50  | 1.137,28          |
| PR          | 410080 | Alvorada do Sul     | 5                 | 253,50          | 4.816,50  | 1.210,88          |
| PR          | 410090 | Amaporã             | 3                 | 152,10          | 2.889,90  | 762,42            |
| PR          | 410100 | Ampére              | 8                 | 405,60          | 7.706,40  | 1.954,78          |
| PR          | 410105 | Anahy               | 2                 | 101,40          | 1.926,60  | 731,07            |
| PR          | 410110 | Andirá              | 4                 | 202,80          | 3.853,20  | 2.187,86          |
| PR          | 410115 | Ângulo              | 2                 | 101,40          | 1.926,60  | 737,73            |
| PR          | 410120 | Antonina            | 0                 | 0,00            | 0,00      | 4.111,30          |
| PR          | 410130 | Antônio Olinto      | 1                 | 50,70           | 963,30    | 864,27            |
| PR          | 410140 | Apucarana           | 59                | 2.991,30        | 56.834,70 | 19.089,72         |
| PR          | 410150 | Arapongas           | 19                | 963,30          | 18.302,70 | 13.046,70         |
| PR          | 410160 | Arapoti             | 11                | 557,70          | 10.596,30 | 2.838,60          |
| PR          | 410165 | Arapuã              | 2                 | 101,40          | 1.926,60  | 721,38            |
| PR          | 410170 | Araruna             | 7                 | 354,90          | 6.743,10  | 1.500,76          |
| PR          | 410180 | Araucária           | 7                 | 354,90          | 6.743,10  | 28.636,92         |
| PR          | 410185 | Ariranha do Ivaí    | 1                 | 50,70           | 963,30    | 721,89            |
| PR          | 410190 | Assaí               | 7                 | 354,90          | 6.743,10  | 1.737,75          |
| PR          | 410200 | Assis Chateaubriand | 19                | 963,30          | 18.302,70 | 3.678,35          |



|    |        |                          |     |          |            |            |
|----|--------|--------------------------|-----|----------|------------|------------|
| PR | 410210 | Astorga                  | 13  | 659,10   | 12.522,90  | 2.682,52   |
| PR | 410220 | Atalaia                  | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 732,81     |
| PR | 410230 | Balsa Nova               | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 1.744,49   |
| PR | 410240 | Bandeirantes             | 0   | 0,00     | 0,00       | 6.708,66   |
| PR | 410250 | Barbosa Ferraz           | 7   | 354,90   | 6.743,10   | 1.367,01   |
| PR | 410260 | Barracão                 | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 1.127,65   |
| PR | 410270 | Barra do Jacaré          | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 736,63     |
| PR | 410275 | Bela Vista da Caroba     | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.448,67   |
| PR | 410280 | Bela Vista do Paraíso    | 8   | 405,60   | 7.706,40   | 1.657,94   |
| PR | 410290 | Bituruna                 | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 1.781,13   |
| PR | 410300 | Boa Esperança            | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 725,07     |
| PR | 410302 | Boa Esperança do Iguaçu  | 1   | 50,70    | 963,30     | 725,47     |
| PR | 410304 | Boa Ventura de São Roque | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 779,30     |
| PR | 410305 | Boa Vista da Aparecida   | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 907,89     |
| PR | 410310 | Bocaiúva do Sul          | 0   | 0,00     | 0,00       | 3.444,07   |
| PR | 410315 | Bom Jesus do Sul         | 1   | 50,70    | 963,30     | 727,96     |
| PR | 410320 | Bom Sucesso              | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 803,56     |
| PR | 410322 | Bom Sucesso do Sul       | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 732,55     |
| PR | 410330 | Borrazópolis             | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 878,41     |
| PR | 410335 | Braganey                 | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 728,94     |
| PR | 410337 | Brasilândia do Sul       | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 719,00     |
| PR | 410340 | Cafeara                  | 1   | 50,70    | 963,30     | 750,48     |
| PR | 410345 | Cafelândia               | 7   | 354,90   | 6.743,10   | 1.763,16   |
| PR | 410347 | Cafezal do Sul           | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.457,65   |
| PR | 410350 | Califórnia               | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 957,41     |
| PR | 410360 | Cambará                  | 13  | 659,10   | 12.522,90  | 2.603,07   |
| PR | 410370 | Cambé                    | 53  | 2.687,10 | 51.054,90  | 15.459,76  |
| PR | 410380 | Cambira                  | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 879,48     |
| PR | 410390 | Campina da Lagoa         | 7   | 354,90   | 6.743,10   | 1.641,65   |
| PR | 410395 | Campina do Simão         | 1   | 50,70    | 963,30     | 729,48     |
| PR | 410400 | Campina Grande do Sul    | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 6.434,83   |
| PR | 410405 | Campo Bonito             | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 722,62     |
| PR | 410410 | Campo do Tenente         | 1   | 50,70    | 963,30     | 1.301,10   |
| PR | 410420 | Campo Largo              | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 27.141,10  |
| PR | 410425 | Campo Magro              | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 4.598,58   |
| PR | 410430 | Campo Mourão             | 46  | 2.332,20 | 44.311,80  | 11.001,73  |
| PR | 410440 | Cândido de Abreu         | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 1.756,93   |
| PR | 410442 | Candói                   | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 1.680,11   |
| PR | 410445 | Cantagalo                | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 1.444,87   |
| PR | 410450 | Capanema                 | 7   | 354,90   | 6.743,10   | 2.020,02   |
| PR | 410460 | Capitão Leônidas Marques | 7   | 354,90   | 6.743,10   | 1.670,04   |
| PR | 410465 | Carambeí                 | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 2.254,43   |
| PR | 410470 | Carlópolis               | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 1.532,78   |
| PR | 410480 | Cascavel                 | 137 | 6.945,90 | 131.972,10 | 45.442,45  |
| PR | 410490 | Castro                   | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 9.403,79   |
| PR | 410500 | Catanduvas               | 1   | 50,70    | 963,30     | 1.342,24   |
| PR | 410510 | Centenário do Sul        | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 1.239,21   |
| PR | 410520 | Cerro Azul               | 0   | 0,00     | 0,00       | 4.909,78   |
| PR | 410530 | Céu Azul                 | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 1.268,02   |
| PR | 410540 | Chopinzinho              | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.097,98   |
| PR | 410550 | Cianorte                 | 35  | 1.774,50 | 33.715,50  | 10.050,79  |
| PR | 410560 | Cidade Gaúcha            | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 1.311,87   |
| PR | 410570 | Clevelândia              | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 1.843,37   |
| PR | 410580 | Colombo                  | 13  | 659,10   | 12.522,90  | 48.924,37  |
| PR | 410590 | Colorado                 | 13  | 659,10   | 12.522,90  | 2.456,14   |
| PR | 410600 | Congonhinhas             | 1   | 50,70    | 963,30     | 997,30     |
| PR | 410610 | Conselheiro Mairinck     | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 745,02     |
| PR | 410620 | Contenda                 | 0   | 0,00     | 0,00       | 4.856,61   |
| PR | 410630 | Corbélia                 | 8   | 405,60   | 7.706,40   | 1.803,31   |
| PR | 410640 | Cornélio Procopio        | 21  | 1.064,70 | 20.229,30  | 4.910,62   |
| PR | 410645 | Coronel Domingos Soares  | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 901,64     |
| PR | 410650 | Coronel Vivida           | 7   | 354,90   | 6.743,10   | 2.291,02   |
| PR | 410655 | Corumbataí do Sul        | 1   | 50,70    | 963,30     | 717,33     |
| PR | 410657 | Cruzeiro do Iguaçu       | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 732,74     |
| PR | 410660 | Cruzeiro do Oeste        | 11  | 557,70   | 10.596,30  | 2.208,95   |
| PR | 410670 | Cruzeiro do Sul          | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 731,51     |
| PR | 410680 | Cruz Machado             | 0   | 0,00     | 0,00       | 3.947,88   |
| PR | 410685 | Cruzmaltina              | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 727,65     |
| PR | 410690 | Curitiba                 | 85  | 4.309,50 | 81.880,50  | 413.253,98 |
| PR | 410700 | Curiúva                  | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 1.581,43   |
| PR | 410710 | Diamante do Norte        | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 882,12     |
| PR | 410712 | Diamante do Sul          | 1   | 50,70    | 963,30     | 731,75     |
| PR | 410715 | Diamante D'Oeste         | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.608,27   |
| PR | 410720 | Dois Vizinhos            | 16  | 811,20   | 15.412,80  | 3.984,32   |
| PR | 410725 | Douradina                | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 933,51     |
| PR | 410730 | Doutor Camargo           | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 738,10     |
| PR | 410740 | Enéas Marques            | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 731,39     |
| PR | 410750 | Engenheiro Beltrão       | 7   | 354,90   | 6.743,10   | 1.528,62   |
| PR | 410752 | Esperança Nova           | 1   | 50,70    | 963,30     | 722,37     |
| PR | 410753 | Entre Rios do Oeste      | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 763,59     |
| PR | 410754 | Espigão Alto do Iguaçu   | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 723,57     |
| PR | 410755 | Farol                    | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.449,01   |
| PR | 410760 | Faxinal                  | 7   | 354,90   | 6.743,10   | 1.811,95   |
| PR | 410765 | Fazenda Rio Grande       | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 20.672,32  |
| PR | 410770 | Fênix                    | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 732,61     |
| PR | 410773 | Fernandes Pinheiro       | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.496,46   |
| PR | 410775 | Figueira                 | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 940,80     |
| PR | 410780 | Floraí                   | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 731,38     |
| PR | 410785 | Flor da Serra do Sul     | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 731,62     |
| PR | 410790 | Floresta                 | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 971,21     |
| PR | 410800 | Florestópolis            | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 1.233,54   |
| PR | 410810 | Flórida                  | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.488,13   |
| PR | 410820 | Formosa do Oeste         | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.702,98   |
| PR | 410830 | Foz do Iguaçu            | 131 | 6.641,70 | 126.192,30 | 50.223,38  |
| PR | 410832 | Francisco Alves          | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 755,13     |
| PR | 410840 | Francisco Beltrão        | 38  | 1.926,60 | 36.605,40  | 8.662,15   |
| PR | 410845 | Foz do Jordão            | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 721,80     |
| PR | 410850 | General Carneiro         | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 1.592,01   |
| PR | 410855 | Godoy Moreira            | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.447,84   |
| PR | 410860 | Goioerê                  | 12  | 608,40   | 11.559,60  | 3.052,71   |



|    |        |                         |     |          |            |            |
|----|--------|-------------------------|-----|----------|------------|------------|
| PR | 410865 | Goioxim                 | 1   | 50,70    | 963,30     | 926,67     |
| PR | 410870 | Grandes Rios            | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 813,42     |
| PR | 410880 | Guaira                  | 16  | 811,20   | 15.412,80  | 3.912,53   |
| PR | 410890 | Guairaça                | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 762,46     |
| PR | 410895 | Guamiranga              | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 956,70     |
| PR | 410900 | Guapirama               | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 731,33     |
| PR | 410910 | Guaporema               | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 733,82     |
| PR | 410920 | Guaraci                 | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 747,13     |
| PR | 410930 | Guaraniáçu              | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 1.543,98   |
| PR | 410940 | Guarapuava              | 10  | 507,00   | 9.633,00   | 25.783,35  |
| PR | 410950 | Guaraqueçaba            | 0   | 0,00     | 0,00       | 2.021,62   |
| PR | 410960 | Guaratuba               | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 3.594,63   |
| PR | 410965 | Honório Serpa           | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 723,25     |
| PR | 410970 | Ibaiti                  | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 4.369,18   |
| PR | 410975 | Ibema                   | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 744,32     |
| PR | 410980 | Ibiporã                 | 27  | 1.368,90 | 26.009,10  | 6.858,29   |
| PR | 410990 | Icaraíma                | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 984,21     |
| PR | 411000 | Iguaraçu                | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 886,31     |
| PR | 411005 | Iguatu                  | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 735,02     |
| PR | 411007 | Imbaú                   | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 1.345,16   |
| PR | 411010 | Imbituva                | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 3.483,63   |
| PR | 411020 | Inácio Martins          | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 1.232,68   |
| PR | 411030 | Inajá                   | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 740,60     |
| PR | 411040 | Indianópolis            | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 740,09     |
| PR | 411050 | Ipiranga                | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 1.596,93   |
| PR | 411060 | Iporã                   | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 1.603,72   |
| PR | 411065 | Iracema do Oeste        | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.448,41   |
| PR | 411070 | Irati                   | 11  | 557,70   | 10.596,30  | 6.014,28   |
| PR | 411080 | Iretama                 | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 1.178,94   |
| PR | 411090 | Itaguajé                | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.462,68   |
| PR | 411095 | Itaipulândia            | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 1.344,87   |
| PR | 411100 | Itambaracá              | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 795,40     |
| PR | 411110 | Itambé                  | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 737,23     |
| PR | 411120 | Itapejara d'Oeste       | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 1.250,92   |
| PR | 411125 | Itaperuçu               | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 3.645,06   |
| PR | 411130 | Itaúna do Sul           | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 717,09     |
| PR | 411140 | Ivaí                    | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 1.463,96   |
| PR | 411150 | Ivaiporã                | 16  | 811,20   | 15.412,80  | 3.345,86   |
| PR | 411155 | Ivaté                   | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 909,69     |
| PR | 411160 | Ivatuba                 | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 749,33     |
| PR | 411170 | Jaboti                  | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 747,89     |
| PR | 411180 | Jacarezinho             | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 4.089,79   |
| PR | 411190 | Jaguapitã               | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 1.420,09   |
| PR | 411200 | Jaguariaíva             | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 3.521,48   |
| PR | 411210 | Jandaia do Sul          | 9   | 456,30   | 8.669,70   | 2.210,80   |
| PR | 411220 | Janiópolis              | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 743,61     |
| PR | 411230 | Japira                  | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 736,60     |
| PR | 411240 | Japurá                  | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 1.024,04   |
| PR | 411250 | Jardim Alegre           | 0   | 0,00     | 0,00       | 2.787,78   |
| PR | 411260 | Jardim Olinda           | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 728,72     |
| PR | 411270 | Jataizinho              | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 1.589,58   |
| PR | 411275 | Jesuítas                | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 1.010,69   |
| PR | 411280 | Joaquim Távora          | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 1.258,96   |
| PR | 411290 | Jundiá do Sul           | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 729,95     |
| PR | 411295 | Juranda                 | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 880,94     |
| PR | 411300 | Jussara                 | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 805,11     |
| PR | 411310 | Kaloré                  | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 726,19     |
| PR | 411320 | Lapa                    | 1   | 50,70    | 963,30     | 11.795,75  |
| PR | 411325 | Laranjal                | 1   | 50,70    | 963,30     | 791,30     |
| PR | 411330 | Laranjeiras do Sul      | 14  | 709,80   | 13.486,20  | 3.528,84   |
| PR | 411340 | Leópolis                | 1   | 50,70    | 963,30     | 729,54     |
| PR | 411342 | Lidianópolis            | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 719,75     |
| PR | 411345 | Lindoeste               | 1   | 50,70    | 963,30     | 722,97     |
| PR | 411350 | Loanda                  | 11  | 557,70   | 10.596,30  | 2.350,43   |
| PR | 411360 | Lobato                  | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 750,43     |
| PR | 411370 | Londrina                | 0   | 0,00     | 0,00       | 179.936,56 |
| PR | 411373 | Luiziana                | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 854,85     |
| PR | 411375 | Lunardelli              | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 727,62     |
| PR | 411380 | Lupionópolis            | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 747,09     |
| PR | 411390 | Mallet                  | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 1.456,72   |
| PR | 411400 | Mamborê                 | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 1.506,79   |
| PR | 411410 | Mandaguacu              | 8   | 405,60   | 7.706,40   | 2.529,37   |
| PR | 411420 | Mandaguari              | 17  | 861,90   | 16.376,10  | 4.104,20   |
| PR | 411430 | Mandirituba             | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 4.875,79   |
| PR | 411435 | Manfrinópolis           | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.437,40   |
| PR | 411440 | Mangueirinha            | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 1.833,85   |
| PR | 411450 | Manoel Ribas            | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 1.465,32   |
| PR | 411460 | Marechal Cândido Rondon | 23  | 1.166,10 | 22.155,90  | 6.881,99   |
| PR | 411470 | Maria Helena            | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 729,51     |
| PR | 411480 | Marialva                | 17  | 861,90   | 16.376,10  | 4.708,06   |
| PR | 411490 | Marilândia do Sul       | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 1.013,04   |
| PR | 411500 | Marilena                | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 821,08     |
| PR | 411510 | Mariluz                 | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 1.156,87   |
| PR | 411520 | Maringá                 | 171 | 8.669,70 | 164.724,30 | 60.757,38  |
| PR | 411530 | Mariópolis              | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 767,59     |
| PR | 411535 | Maripá                  | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 732,00     |
| PR | 411540 | Marmeleiro              | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 1.545,56   |
| PR | 411545 | Marquinho               | 1   | 50,70    | 963,30     | 724,90     |
| PR | 411550 | Marumbi                 | 1   | 50,70    | 963,30     | 736,03     |
| PR | 411560 | Matelândia              | 6   | 304,20   | 5.779,80   | 2.024,88   |
| PR | 411570 | Matinhos                | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 4.829,97   |
| PR | 411573 | Mato Rico               | 1   | 50,70    | 963,30     | 721,74     |
| PR | 411575 | Mauá da Serra           | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 1.081,29   |
| PR | 411580 | Medianeira              | 21  | 1.064,70 | 20.229,30  | 5.242,72   |
| PR | 411585 | Mercedes                | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 752,05     |
| PR | 411590 | Mirador                 | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 729,06     |
| PR | 411600 | Miraselva               | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 730,85     |
| PR | 411605 | Missal                  | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 1.377,44   |
| PR | 411610 | Moreira Sales           | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 1.379,16   |
| PR | 411620 | Morretes                | 1   | 50,70    | 963,30     | 2.516,55   |



|    |        |                             |    |          |           |           |
|----|--------|-----------------------------|----|----------|-----------|-----------|
| PR | 411630 | Munhoz de Melo              | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 749,95    |
| PR | 411640 | Nossa Senhora das Graças    | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 736,63    |
| PR | 411650 | Nova Aliança do Ivaí        | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 747,82    |
| PR | 411660 | Nova América da Colina      | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 732,51    |
| PR | 411670 | Nova Aurora                 | 6  | 304,20   | 5.779,80  | 1.278,03  |
| PR | 411680 | Nova Cantu                  | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 906,18    |
| PR | 411690 | Nova Esperança              | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 3.292,92  |
| PR | 411695 | Nova Esperança do Sudoeste  | 1  | 50,70    | 963,30    | 732,56    |
| PR | 411700 | Nova Fátima                 | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.882,99  |
| PR | 411705 | Nova Laranjeiras            | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.616,33  |
| PR | 411710 | Nova Londrina               | 6  | 304,20   | 5.779,80  | 1.698,18  |
| PR | 411720 | Nova Olímpia                | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 743,87    |
| PR | 411721 | Nova Santa Bárbara          | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 750,19    |
| PR | 411722 | Nova Santa Rosa             | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 917,12    |
| PR | 411725 | Nova Prata do Iguaçu        | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.174,91  |
| PR | 411727 | Nova Tebas                  | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 813,71    |
| PR | 411729 | Novo Itacolomi              | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.467,60  |
| PR | 411730 | Ortigueira                  | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 2.546,16  |
| PR | 411740 | Ourizona                    | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 735,54    |
| PR | 411745 | Ouro Verde do Oeste         | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 743,45    |
| PR | 411750 | Paçandu                     | 17 | 861,90   | 16.376,10 | 5.393,18  |
| PR | 411760 | Palmas                      | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 4.841,97  |
| PR | 411770 | Palmeira                    | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 3.450,41  |
| PR | 411780 | Palmital                    | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.603,70  |
| PR | 411790 | Palotina                    | 14 | 709,80   | 13.486,20 | 3.166,37  |
| PR | 411800 | Paraíso do Norte            | 6  | 304,20   | 5.779,80  | 1.405,85  |
| PR | 411810 | Paranacity                  | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.212,37  |
| PR | 411820 | Paranaguá                   | 12 | 608,40   | 11.559,60 | 25.672,89 |
| PR | 411830 | Paranapoema                 | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.523,60  |
| PR | 411840 | Paranavaí                   | 40 | 2.028,00 | 38.532,00 | 9.711,34  |
| PR | 411845 | Pato Bragado                | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 764,99    |
| PR | 411850 | Pato Branco                 | 32 | 1.622,40 | 30.825,60 | 7.922,45  |
| PR | 411860 | Paula Freitas               | 1  | 50,70    | 963,30    | 748,93    |
| PR | 411870 | Paulo Frontin               | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.675,14  |
| PR | 411880 | Peabiru                     | 6  | 304,20   | 5.779,80  | 1.513,17  |
| PR | 411885 | Perobal                     | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 748,16    |
| PR | 411890 | Pérola                      | 6  | 304,20   | 5.779,80  | 1.198,77  |
| PR | 411900 | Pérola d'Oeste              | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 788,54    |
| PR | 411910 | Piên                        | 1  | 50,70    | 963,30    | 2.491,80  |
| PR | 411915 | Pinhais                     | 7  | 354,90   | 6.743,10  | 26.951,20 |
| PR | 411920 | Pinhalão                    | 1  | 50,70    | 963,30    | 750,61    |
| PR | 411925 | Pinhal de São Bento         | 1  | 50,70    | 963,30    | 740,73    |
| PR | 411930 | Pinhão                      | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 3.275,69  |
| PR | 411940 | Piraí do Sul                | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 2.582,43  |
| PR | 411950 | Piraquara                   | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 22.941,31 |
| PR | 411960 | Pitanga                     | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 3.357,80  |
| PR | 411965 | Pitangueiras                | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 761,67    |
| PR | 411970 | Planaltina do Paraná        | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 741,11    |
| PR | 411980 | Planalto                    | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.494,43  |
| PR | 411990 | Ponta Grossa                | 69 | 3.498,30 | 66.467,70 | 33.483,78 |
| PR | 411995 | Pontal do Paraná            | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 2.529,59  |
| PR | 412000 | Porecatu                    | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 1.517,06  |
| PR | 412010 | Porto Amazonas              | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.495,36  |
| PR | 412015 | Porto Barreiro              | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 723,88    |
| PR | 412020 | Porto Rico                  | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 735,18    |
| PR | 412030 | Porto Vitória               | 1  | 50,70    | 963,30    | 734,87    |
| PR | 412033 | Prado Ferreira              | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 751,48    |
| PR | 412035 | Pranchita                   | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 726,51    |
| PR | 412040 | Presidente Castelo Branco   | 1  | 50,70    | 963,30    | 754,44    |
| PR | 412050 | Primeiro de Maio            | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.453,36  |
| PR | 412060 | Prudentópolis               | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 5.603,72  |
| PR | 412065 | Quarto Centenário           | 1  | 50,70    | 963,30    | 727,68    |
| PR | 412070 | Quatiguá                    | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 849,14    |
| PR | 412080 | Quatro Barras               | 0  | 0,00     | 0,00      | 6.048,70  |
| PR | 412085 | Quatro Pontes               | 1  | 50,70    | 963,30    | 744,18    |
| PR | 412090 | Quedas do Iguaçu            | 11 | 557,70   | 10.596,30 | 3.376,14  |
| PR | 412100 | Querência do Norte          | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 1.326,26  |
| PR | 412110 | Quinta do Sol               | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.450,40  |
| PR | 412120 | Quitandinha                 | 0  | 0,00     | 0,00      | 5.088,67  |
| PR | 412125 | Ramilândia                  | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 748,18    |
| PR | 412130 | Rancho Alegre               | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 747,21    |
| PR | 412135 | Rancho Alegre D'Oeste       | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 727,83    |
| PR | 412140 | Realeza                     | 7  | 354,90   | 6.743,10  | 1.797,73  |
| PR | 412150 | Rebouças                    | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.585,51  |
| PR | 412160 | Renascença                  | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 805,80    |
| PR | 412170 | Reserva                     | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 2.736,57  |
| PR | 412175 | Reserva do Iguaçu           | 1  | 50,70    | 963,30    | 890,35    |
| PR | 412180 | Ribeirão Claro              | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.197,53  |
| PR | 412190 | Ribeirão do Pinhal          | 7  | 354,90   | 6.743,10  | 1.472,01  |
| PR | 412200 | Rio Azul                    | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.600,96  |
| PR | 412210 | Rio Bom                     | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 730,25    |
| PR | 412215 | Rio Bonito do Iguaçu        | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.866,24  |
| PR | 412217 | Rio Branco do Ivaí          | 1  | 50,70    | 963,30    | 742,88    |
| PR | 412220 | Rio Branco do Sul           | 0  | 0,00     | 0,00      | 8.722,53  |
| PR | 412230 | Rio Negro                   | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 7.104,40  |
| PR | 412240 | Rolândia                    | 35 | 1.774,50 | 33.715,50 | 8.192,22  |
| PR | 412250 | Roncador                    | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.236,08  |
| PR | 412260 | Rondon                      | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.109,18  |
| PR | 412265 | Rosário do Ivaí             | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 721,65    |
| PR | 412270 | Sabáudia                    | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 769,59    |
| PR | 412280 | Salgado Filho               | 1  | 50,70    | 963,30    | 718,04    |
| PR | 412290 | Salto do Itararé            | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 729,59    |
| PR | 412300 | Salto do Lontra             | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.553,83  |
| PR | 412310 | Santa Amélia                | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 723,28    |
| PR | 412320 | Santa Cecília do Pavão      | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 726,46    |
| PR | 412330 | Santa Cruz de Monte Castelo | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 927,11    |
| PR | 412340 | Santa Fé                    | 6  | 304,20   | 5.779,80  | 1.325,08  |
| PR | 412350 | Santa Helena                | 8  | 405,60   | 7.706,40  | 2.907,55  |
| PR | 412360 | Santa Inês                  | 1  | 50,70    | 963,30    | 723,58    |
| PR | 412370 | Santa Isabel do Ivaí        | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 997,70    |



|       |        |                           |       |            |              |              |
|-------|--------|---------------------------|-------|------------|--------------|--------------|
| PR    | 412380 | Santa Izabel do Oeste     | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 1.518,03     |
| PR    | 412382 | Santa Lúcia               | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 731,00       |
| PR    | 412385 | Santa Maria do Oeste      | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 1.320,62     |
| PR    | 412390 | Santa Mariana             | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 1.355,43     |
| PR    | 412395 | Santa Mônica              | 1     | 50,70      | 963,30       | 755,53       |
| PR    | 412400 | Santana do Itararé        | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 729,36       |
| PR    | 412402 | Santa Tereza do Oeste     | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 1.418,60     |
| PR    | 412405 | Santa Terezinha de Itaipu | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 2.802,95     |
| PR    | 412410 | Santo Antônio da Platina  | 21    | 1.064,70   | 20.229,30    | 4.591,29     |
| PR    | 412420 | Santo Antônio do Caiuá    | 1     | 50,70      | 963,30       | 730,52       |
| PR    | 412430 | Santo Antônio do Paraíso  | 1     | 50,70      | 963,30       | 723,25       |
| PR    | 412440 | Santo Antônio do Sudoeste | 8     | 405,60     | 7.706,40     | 2.088,57     |
| PR    | 412450 | Santo Inácio              | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 739,18       |
| PR    | 412460 | São Carlos do Ivaí        | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 785,34       |
| PR    | 412470 | São Jerônimo da Serra     | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 1.259,78     |
| PR    | 412480 | São João                  | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 1.179,45     |
| PR    | 412490 | São João do Caiuá         | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 732,56       |
| PR    | 412500 | São João do Ivaí          | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 1.245,99     |
| PR    | 412510 | São João do Triunfo       | 1     | 50,70      | 963,30       | 2.177,59     |
| PR    | 412520 | São Jorge d'Oeste         | 1     | 50,70      | 963,30       | 1.107,18     |
| PR    | 412530 | São Jorge do Ivaí         | 1     | 50,70      | 963,30       | 734,08       |
| PR    | 412535 | São Jorge do Patrocínio   | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 937,91       |
| PR    | 412540 | São José da Boa Vista     | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 766,40       |
| PR    | 412545 | São José das Palmeiras    | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 729,45       |
| PR    | 412550 | São José dos Pinhais      | 15    | 760,50     | 14.449,50    | 64.241,13    |
| PR    | 412555 | São Manoel do Paraná      | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 738,78       |
| PR    | 412560 | São Mateus do Sul         | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 4.523,04     |
| PR    | 412570 | São Miguel do Iguaçu      | 9     | 456,30     | 8.669,70     | 3.405,91     |
| PR    | 412575 | São Pedro do Iguaçu       | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 755,88       |
| PR    | 412580 | São Pedro do Ivaí         | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 1.184,51     |
| PR    | 412590 | São Pedro do Paraná       | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 727,44       |
| PR    | 412600 | São Sebastião da Amoreira | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 1.000,44     |
| PR    | 412610 | São Tomé                  | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 746,94       |
| PR    | 412620 | Sapopema                  | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 798,18       |
| PR    | 412625 | Sarandi                   | 38    | 1.926,60   | 36.605,40    | 12.540,79    |
| PR    | 412627 | Saudade do Iguaçu         | 0     | 0,00       | 0,00         | 1.503,03     |
| PR    | 412630 | Sengés                    | 0     | 0,00       | 0,00         | 4.046,43     |
| PR    | 412635 | Serranópolis do Iguaçu    | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 731,79       |
| PR    | 412640 | Sertaneja                 | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 725,94       |
| PR    | 412650 | Sertanópolis              | 8     | 405,60     | 7.706,40     | 1.733,90     |
| PR    | 412660 | Siqueira Campos           | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 2.104,20     |
| PR    | 412665 | Sulina                    | 0     | 0,00       | 0,00         | 1.446,61     |
| PR    | 412667 | Tamarana                  | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 1.477,80     |
| PR    | 412670 | Tamboara                  | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 752,29       |
| PR    | 412680 | Tapejara                  | 8     | 405,60     | 7.706,40     | 1.669,80     |
| PR    | 412690 | Tapira                    | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 729,26       |
| PR    | 412700 | Teixeira Soares           | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 1.256,97     |
| PR    | 412710 | Telêmaco Borba            | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 10.395,09    |
| PR    | 412720 | Terra Boa                 | 8     | 405,60     | 7.706,40     | 1.775,34     |
| PR    | 412730 | Terra Rica                | 8     | 405,60     | 7.706,40     | 1.731,01     |
| PR    | 412740 | Terra Roxa                | 8     | 405,60     | 7.706,40     | 1.846,74     |
| PR    | 412750 | Tibagi                    | 6     | 304,20     | 5.779,80     | 2.129,74     |
| PR    | 412760 | Tijucas do Sul            | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 2.519,96     |
| PR    | 412770 | Toledo                    | 59    | 2.991,30   | 56.834,70    | 15.261,07    |
| PR    | 412780 | Tomazina                  | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 981,02       |
| PR    | 412785 | Três Barras do Paraná     | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 1.323,58     |
| PR    | 412788 | Tunas do Paraná           | 1     | 50,70      | 963,30       | 1.282,41     |
| PR    | 412790 | Tuneiras do Oeste         | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 993,06       |
| PR    | 412795 | Tupãssi                   | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 931,87       |
| PR    | 412796 | Turvo                     | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 1.491,17     |
| PR    | 412800 | Ubiratã                   | 11    | 557,70     | 10.596,30    | 2.284,97     |
| PR    | 412810 | Umuarama                  | 53    | 2.687,10   | 51.054,90    | 12.936,70    |
| PR    | 412820 | União da Vitória          | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 6.532,70     |
| PR    | 412830 | Uniflor                   | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 744,20       |
| PR    | 412840 | Uraí                      | 1     | 50,70      | 963,30       | 1.584,13     |
| PR    | 412850 | Wenceslau Braz            | 9     | 456,30     | 8.669,70     | 2.075,67     |
| PR    | 412853 | Ventania                  | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 1.217,03     |
| PR    | 412855 | Vera Cruz do Oeste        | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 1.011,75     |
| PR    | 412860 | Verê                      | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 895,88       |
| PR    | 412862 | Alto Paraíso              | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 721,48       |
| PR    | 412863 | Doutor Ulysses            | 1     | 50,70      | 963,30       | 883,87       |
| PR    | 412865 | Virmond                   | 1     | 50,70      | 963,30       | 736,51       |
| PR    | 412870 | Vitorino                  | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 791,41       |
| PR    | 412880 | Xambê                     | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 728,90       |
| Total |        |                           | 2.633 | 133.493,10 | 2.536.368,90 | 2.651.322,55 |

| ANEXO XIX |        |                           |                      |                 |            |                   |
|-----------|--------|---------------------------|----------------------|-----------------|------------|-------------------|
| UF        | IBGE   | Município                 | Nº ACE ELEG-<br>VEIS | Incentivo (R\$) | AFC (R\$)  | PFVS Mensal (R\$) |
| RJ        | 330000 | SES/RJ                    | 0                    | 0,00            | 0,00       | 1.395.313,88      |
| RJ        | 330010 | Angra dos Reis            | 1                    | 50,70           | 963,30     | 86.898,83         |
| RJ        | 330015 | Aperibé                   | 0                    | 0,00            | 0,00       | 5.144,06          |
| RJ        | 330020 | Araruama                  | 2                    | 101,40          | 1.926,60   | 55.410,40         |
| RJ        | 330022 | Areal                     | 3                    | 152,10          | 2.889,90   | 2.793,00          |
| RJ        | 330023 | Armação dos Búzios        | 16                   | 811,20          | 15.412,80  | 7.248,97          |
| RJ        | 330025 | Arraial do Cabo           | 16                   | 811,20          | 15.412,80  | 6.789,30          |
| RJ        | 330030 | Barra do Pirai            | 24                   | 1.216,80        | 23.119,20  | 22.601,83         |
| RJ        | 330040 | Barra Mansa               | 0                    | 0,00            | 0,00       | 83.960,33         |
| RJ        | 330045 | Belford Roxo              | 179                  | 9.075,30        | 172.430,70 | 112.262,97        |
| RJ        | 330050 | Bom Jardim                | 7                    | 354,90          | 6.743,10   | 6.131,53          |
| RJ        | 330060 | Bom Jesus do Itabapoana   | 1                    | 50,70           | 963,30     | 15.819,90         |
| RJ        | 330070 | Cabo Frio                 | 5                    | 253,50          | 4.816,50   | 92.460,63         |
| RJ        | 330080 | Cachoeiras de Macacu      | 0                    | 0,00            | 0,00       | 26.268,66         |
| RJ        | 330090 | Cambuci                   | 0                    | 0,00            | 0,00       | 6.935,60          |
| RJ        | 330093 | Carapebus                 | 1                    | 50,70           | 963,30     | 6.040,43          |
| RJ        | 330095 | Comendador Levy Gasparian | 4                    | 202,80          | 3.853,20   | 1.925,00          |
| RJ        | 330100 | Campos dos Goytacazes     | 0                    | 0,00            | 0,00       | 225.852,66        |
| RJ        | 330110 | Cantagalo                 | 8                    | 405,60          | 7.706,40   | 4.627,00          |
| RJ        | 330115 | Cardoso Moreira           | 0                    | 0,00            | 0,00       | 5.880,46          |
| RJ        | 330120 | Carmo                     | 0                    | 0,00            | 0,00       | 8.493,33          |



|       |        |                               |       |            |              |              |
|-------|--------|-------------------------------|-------|------------|--------------|--------------|
| RJ    | 330130 | Casimiro de Abreu             | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 15.919,10    |
| RJ    | 330140 | Conceição de Macabu           | 10    | 507,00     | 9.633,00     | 5.171,37     |
| RJ    | 330150 | Cordeiro                      | 11    | 557,70     | 10.596,30    | 4.914,70     |
| RJ    | 330160 | Duas Barras                   | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 3.263,20     |
| RJ    | 330170 | Duque de Caxias               | 28    | 1.419,60   | 26.972,40    | 384.967,80   |
| RJ    | 330180 | Engenheiro Paulo de Frontin   | 6     | 304,20     | 5.779,80     | 3.179,40     |
| RJ    | 330185 | Guapimirim                    | 0     | 0,00       | 0,00         | 26.373,66    |
| RJ    | 330187 | Iguaba Grande                 | 13    | 659,10     | 12.522,90    | 6.043,57     |
| RJ    | 330190 | Itaboraí                      | 106   | 5.374,20   | 102.109,80   | 53.434,97    |
| RJ    | 330200 | Itaguaí                       | 0     | 0,00       | 0,00         | 55.600,06    |
| RJ    | 330205 | Italva                        | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 3.399,43     |
| RJ    | 330210 | Itaocara                      | 0     | 0,00       | 0,00         | 10.679,20    |
| RJ    | 330220 | Itaperuna                     | 31    | 1.571,70   | 29.862,30    | 23.104,90    |
| RJ    | 330225 | Itatiaia                      | 0     | 0,00       | 0,00         | 14.526,45    |
| RJ    | 330227 | Japeri                        | 0     | 0,00       | 0,00         | 46.602,73    |
| RJ    | 330230 | Laje do Muriaé                | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 1.732,27     |
| RJ    | 330240 | Macaé                         | 107   | 5.424,90   | 103.073,10   | 54.746,53    |
| RJ    | 330245 | Macuco                        | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 1.259,53     |
| RJ    | 330250 | Magé                          | 0     | 0,00       | 0,00         | 109.577,53   |
| RJ    | 330260 | Mangaratiba                   | 0     | 0,00       | 0,00         | 19.030,20    |
| RJ    | 330270 | Maricá                        | 0     | 0,00       | 0,00         | 68.389,53    |
| RJ    | 330280 | Mendes                        | 11    | 557,70     | 10.596,30    | 4.223,10     |
| RJ    | 330285 | Mesquita                      | 17    | 861,90     | 16.376,10    | 63.307,70    |
| RJ    | 330290 | Miguel Pereira                | 13    | 659,10     | 12.522,90    | 5.796,47     |
| RJ    | 330300 | Miracema                      | 13    | 659,10     | 12.522,90    | 6.255,67     |
| RJ    | 330310 | Natividade                    | 1     | 50,70      | 963,30       | 6.072,16     |
| RJ    | 330320 | Nilópolis                     | 0     | 0,00       | 0,00         | 73.877,53    |
| RJ    | 330330 | Niterói                       | 0     | 0,00       | 0,00         | 231.791,46   |
| RJ    | 330340 | Nova Friburgo                 | 33    | 1.673,10   | 31.788,90    | 54.444,56    |
| RJ    | 330350 | Nova Iguaçu                   | 199   | 10.089,30  | 191.696,70   | 188.414,80   |
| RJ    | 330360 | Paracambi                     | 0     | 0,00       | 0,00         | 23.109,80    |
| RJ    | 330370 | Paraíba do Sul                | 0     | 0,00       | 0,00         | 19.766,13    |
| RJ    | 330380 | Paraty                        | 1     | 50,70      | 963,30       | 17.926,43    |
| RJ    | 330385 | Paty do Alferes               | 0     | 0,00       | 0,00         | 12.515,06    |
| RJ    | 330390 | Petrópolis                    | 40    | 2.028,00   | 38.532,00    | 100.600,93   |
| RJ    | 330395 | Pinheiral                     | 0     | 0,00       | 0,00         | 11.147,26    |
| RJ    | 330400 | Piraí                         | 11    | 557,70     | 10.596,30    | 6.495,53     |
| RJ    | 330410 | Porciúncula                   | 8     | 405,60     | 7.706,40     | 4.268,37     |
| RJ    | 330411 | Porto Real                    | 9     | 456,30     | 8.669,70     | 4.262,07     |
| RJ    | 330412 | Quatis                        | 7     | 354,90     | 6.743,10     | 3.160,03     |
| RJ    | 330414 | Queimados                     | 0     | 0,00       | 0,00         | 67.028,26    |
| RJ    | 330415 | Quissamã                      | 7     | 354,90     | 6.743,10     | 5.296,67     |
| RJ    | 330420 | Resende                       | 57    | 2.889,90   | 54.908,10    | 29.216,60    |
| RJ    | 330430 | Rio Bonito                    | 0     | 0,00       | 0,00         | 26.887,00    |
| RJ    | 330440 | Rio Claro                     | 8     | 405,60     | 7.706,40     | 4.159,40     |
| RJ    | 330450 | Rio das Flores                | 0     | 0,00       | 0,00         | 4.149,60     |
| RJ    | 330452 | Rio das Ostras                | 0     | 0,00       | 0,00         | 61.588,80    |
| RJ    | 330455 | Rio de Janeiro                | 2.011 | 101.957,70 | 1.937.196,30 | 1.511.213,90 |
| RJ    | 330460 | Santa Maria Madalena          | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 2.879,13     |
| RJ    | 330470 | Santo Antônio de Pádua        | 0     | 0,00       | 0,00         | 19.216,40    |
| RJ    | 330475 | São Francisco de Itabapoana   | 7     | 354,90     | 6.743,10     | 12.575,50    |
| RJ    | 330480 | São Fidélis                   | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 15.419,51    |
| RJ    | 330490 | São Gonçalo                   | 0     | 0,00       | 0,00         | 484.437,80   |
| RJ    | 330500 | São João da Barra             | 15    | 760,50     | 14.449,50    | 8.069,37     |
| RJ    | 330510 | São João de Meriti            | 0     | 0,00       | 0,00         | 215.039,53   |
| RJ    | 330513 | São José de Ubá               | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 1.681,40     |
| RJ    | 330515 | São José do Vale do Rio Preto | 0     | 0,00       | 0,00         | 9.760,80     |
| RJ    | 330520 | São Pedro da Aldeia           | 45    | 2.281,50   | 43.348,50    | 22.614,67    |
| RJ    | 330530 | São Sebastião do Alto         | 0     | 0,00       | 0,00         | 4.225,20     |
| RJ    | 330540 | Sapuçaia                      | 7     | 354,90     | 6.743,10     | 4.109,00     |
| RJ    | 330550 | Saquarema                     | 38    | 1.926,60   | 36.605,40    | 19.217,10    |
| RJ    | 330555 | Seropédica                    | 0     | 0,00       | 0,00         | 38.682,93    |
| RJ    | 330560 | Silva Jardim                  | 9     | 456,30     | 8.669,70     | 4.985,40     |
| RJ    | 330570 | Sumidouro                     | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 4.169,36     |
| RJ    | 330575 | Tanguá                        | 16    | 811,20     | 15.412,80    | 7.566,07     |
| RJ    | 330580 | Teresópolis                   | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 75.944,83    |
| RJ    | 330590 | Trajano de Moraes             | 4     | 202,80     | 3.853,20     | 2.415,00     |
| RJ    | 330600 | Três Rios                     | 37    | 1.875,90   | 35.642,10    | 18.494,93    |
| RJ    | 330610 | Valença                       | 0     | 0,00       | 0,00         | 34.405,00    |
| RJ    | 330615 | Varre-Sai                     | 3     | 152,10     | 2.889,90     | 2.427,13     |
| RJ    | 330620 | Vassouras                     | 13    | 659,10     | 12.522,90    | 8.267,47     |
| RJ    | 330630 | Volta Redonda                 | 49    | 2.484,30   | 47.201,70    | 75.517,63    |
| Total |        |                               | 3.302 | 167.411,40 | 3.180.816,60 | 6.729.871,35 |

| ANEXO XX |        |                        |                  |                 |           |                   |
|----------|--------|------------------------|------------------|-----------------|-----------|-------------------|
| UF       | IBGE   | Município              | Nº ACE ELEG-VEIS | Incentivo (R\$) | AFC (R\$) | PFVS Mensal (R\$) |
| RN       | 240000 | SES/RN                 | 0                | 0,00            | 0,00      | 378.319,67        |
| RN       | 240010 | Acari                  | 5                | 253,50          | 4.816,50  | 2.653,38          |
| RN       | 240020 | Açu                    | 27               | 1.368,90        | 26.009,10 | 13.153,29         |
| RN       | 240030 | Afonso Bezerra         | 1                | 50,70           | 963,30    | 4.180,28          |
| RN       | 240040 | Água Nova              | 0                | 0,00            | 0,00      | 1.473,92          |
| RN       | 240050 | Alexandria             | 5                | 253,50          | 4.816,50  | 3.186,16          |
| RN       | 240060 | Almino Afonso          | 2                | 101,40          | 1.926,60  | 1.135,29          |
| RN       | 240070 | Alto do Rodrigues      | 5                | 253,50          | 4.816,50  | 3.194,65          |
| RN       | 240080 | Angicos                | 6                | 304,20          | 5.779,80  | 2.733,65          |
| RN       | 240090 | Antônio Martins        | 0                | 0,00            | 0,00      | 3.308,29          |
| RN       | 240100 | Apodi                  | 12               | 608,40          | 11.559,60 | 8.308,39          |
| RN       | 240110 | Areia Branca           | 10               | 507,00          | 9.633,00  | 6.280,48          |
| RN       | 240120 | Arês                   | 4                | 202,80          | 3.853,20  | 3.223,81          |
| RN       | 240130 | Augusto Severo         | 3                | 152,10          | 2.889,90  | 2.230,63          |
| RN       | 240140 | Baía Formosa           | 4                | 202,80          | 3.853,20  | 2.108,03          |
| RN       | 240145 | Baraúna                | 1                | 50,70           | 963,30    | 11.543,48         |
| RN       | 240150 | Barcelona              | 2                | 101,40          | 1.926,60  | 933,72            |
| RN       | 240160 | Bento Fernandes        | 3                | 152,10          | 2.889,90  | 1.253,07          |
| RN       | 240165 | Bodó                   | 1                | 50,70           | 963,30    | 553,76            |
| RN       | 240170 | Bom Jesus              | 4                | 202,80          | 3.853,20  | 2.322,01          |
| RN       | 240180 | Brejinho               | 2                | 101,40          | 1.926,60  | 3.817,11          |
| RN       | 240185 | Caçara do Norte        | 0                | 0,00            | 0,00      | 3.024,53          |
| RN       | 240190 | Caçara do Rio do Vento | 2                | 101,40          | 1.926,60  | 828,34            |
| RN       | 240200 | Caicó                  | 36               | 1.825,20        | 34.678,80 | 15.441,55         |
| RN       | 240210 | Campo Redondo          | 4                | 202,80          | 3.853,20  | 2.540,57          |
| RN       | 240220 | Canguaretama           | 11               | 557,70          | 10.596,30 | 7.719,28          |
| RN       | 240230 | Caraúbas               | 8                | 405,60          | 7.706,40  | 4.993,44          |
| RN       | 240240 | Carnaúba dos Dantas    | 4                | 202,80          | 3.853,20  | 1.847,00          |
| RN       | 240250 | Carnaubais             | 0                | 0,00            | 0,00      | 4.940,63          |
| RN       | 240260 | Ceará-Mirim            | 17               | 861,90          | 16.376,10 | 17.026,31         |
| RN       | 240270 | Cerro Corá             | 4                | 202,80          | 3.853,20  | 2.598,42          |
| RN       | 240280 | Coronel Ezequiel       | 3                | 152,10          | 2.889,90  | 1.282,68          |



|    |        |                            |     |           |            |            |
|----|--------|----------------------------|-----|-----------|------------|------------|
| RN | 240290 | Coronel João Pessoa        | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.278,84   |
| RN | 240300 | Cruzeta                    | 0   | 0,00      | 0,00       | 3.756,90   |
| RN | 240310 | Currais Novos              | 25  | 1.267,50  | 24.082,50  | 10.305,31  |
| RN | 240320 | Doutor Severiano           | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.649,33   |
| RN | 240325 | Parnamirim                 | 131 | 6.641,70  | 126.192,30 | 55.546,33  |
| RN | 240330 | Encanto                    | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.568,11   |
| RN | 240340 | Equador                    | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 1.397,47   |
| RN | 240350 | Espírito Santo             | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.468,71   |
| RN | 240360 | Extremoz                   | 15  | 760,50    | 14.449,50  | 6.307,81   |
| RN | 240370 | Felipe Guerra              | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.760,96   |
| RN | 240375 | Fernando Pedroza           | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 697,24     |
| RN | 240380 | Florânia                   | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.124,56   |
| RN | 240390 | Francisco Dantas           | 1   | 50,70     | 963,30     | 672,45     |
| RN | 240400 | Frutuoso Gomes             | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.965,23   |
| RN | 240410 | Galinhos                   | 1   | 50,70     | 963,30     | 593,24     |
| RN | 240420 | Goianinha                  | 7   | 354,90    | 6.743,10   | 5.806,62   |
| RN | 240430 | Governador Dix-Sept Rosado | 0   | 0,00      | 0,00       | 5.991,20   |
| RN | 240440 | Grossos                    | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.341,06   |
| RN | 240450 | Guamaré                    | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 3.359,49   |
| RN | 240460 | Ielmo Marinho              | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 3.076,42   |
| RN | 240470 | Ipanguaçu                  | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 3.477,50   |
| RN | 240480 | Ipueira                    | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 509,90     |
| RN | 240485 | Itajá                      | 0   | 0,00      | 0,00       | 3.424,00   |
| RN | 240490 | Itaú                       | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.349,49   |
| RN | 240500 | Jaçanã                     | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.026,53   |
| RN | 240510 | Jandaíra                   | 0   | 0,00      | 0,00       | 3.264,53   |
| RN | 240520 | Janduí                     | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.251,92   |
| RN | 240530 | Januário Cicco             | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 2.609,50   |
| RN | 240540 | Japi                       | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.520,82   |
| RN | 240550 | Jardim de Angicos          | 1   | 50,70     | 963,30     | 614,37     |
| RN | 240560 | Jardim de Piranhas         | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 3.353,29   |
| RN | 240570 | Jardim do Seridó           | 1   | 50,70     | 963,30     | 4.800,61   |
| RN | 240580 | João Câmara                | 0   | 0,00      | 0,00       | 15.880,27  |
| RN | 240590 | João Dias                  | 1   | 50,70     | 963,30     | 617,81     |
| RN | 240600 | José da Penha              | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.388,75   |
| RN | 240610 | Jucurutu                   | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 4.235,81   |
| RN | 240615 | Jundiá                     | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 884,13     |
| RN | 240620 | Lagoa d'Anta               | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.536,37   |
| RN | 240630 | Lagoa de Pedras            | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.716,82   |
| RN | 240640 | Lagoa de Velhos            | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 634,80     |
| RN | 240650 | Lagoa Nova                 | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 3.506,66   |
| RN | 240660 | Lagoa Salgada              | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.869,27   |
| RN | 240670 | Lajes                      | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.560,08   |
| RN | 240680 | Lajes Pintadas             | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.102,69   |
| RN | 240690 | Lucrecia                   | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 902,95     |
| RN | 240700 | Luis Gomes                 | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 2.325,45   |
| RN | 240710 | Macaíba                    | 21  | 1.064,70  | 20.229,30  | 17.879,81  |
| RN | 240720 | Macau                      | 10  | 507,00    | 9.633,00   | 7.190,09   |
| RN | 240725 | Major Sales                | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.793,50   |
| RN | 240730 | Marcelino Vieira           | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 1.952,84   |
| RN | 240740 | Martins                    | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.998,75   |
| RN | 240750 | Maxaranguape               | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.716,20   |
| RN | 240760 | Messias Targino            | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.080,02   |
| RN | 240770 | Montanhas                  | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.673,27   |
| RN | 240780 | Monte Alegre               | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 5.086,42   |
| RN | 240790 | Monte das Gameleiras       | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.038,17   |
| RN | 240800 | Mossoró                    | 146 | 7.402,20  | 140.641,80 | 66.157,19  |
| RN | 240810 | Natal                      | 451 | 22.865,70 | 434.448,30 | 199.364,46 |
| RN | 240820 | Nísia Floresta             | 7   | 354,90    | 6.743,10   | 6.108,29   |
| RN | 240830 | Nova Cruz                  | 13  | 659,10    | 12.522,90  | 8.585,27   |
| RN | 240840 | Olho-d'Água do Borges      | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.008,10   |
| RN | 240850 | Ouro Branco                | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.118,30   |
| RN | 240860 | Paraná                     | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.938,60   |
| RN | 240870 | Paraú                      | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 900,89     |
| RN | 240880 | Parazinho                  | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.190,41   |
| RN | 240890 | Parelhas                   | 12  | 608,40    | 11.559,60  | 4.932,14   |
| RN | 240895 | Rio do Fogo                | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.469,86   |
| RN | 240910 | Passa e Fica               | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 2.920,85   |
| RN | 240920 | Passagem                   | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.411,93   |
| RN | 240930 | Patu                       | 0   | 0,00      | 0,00       | 5.834,17   |
| RN | 240933 | Santa Maria                | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.452,40   |
| RN | 240940 | Pau dos Ferros             | 14  | 709,80    | 13.486,20  | 6.876,94   |
| RN | 240950 | Pedra Grande               | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.609,37   |
| RN | 240960 | Pedra Preta                | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.197,04   |
| RN | 240970 | Pedro Avelino              | 1   | 50,70     | 963,30     | 2.336,27   |
| RN | 240980 | Pedro Velho                | 0   | 0,00      | 0,00       | 6.815,87   |
| RN | 240990 | Pendências                 | 1   | 50,70     | 963,30     | 5.809,86   |
| RN | 241000 | Pilões                     | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 863,46     |
| RN | 241010 | Poço Branco                | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 3.475,66   |
| RN | 241020 | Portalegre                 | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.793,28   |
| RN | 241025 | Porto do Mangue            | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.350,87   |
| RN | 241030 | Serra Caiada               | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 2.253,13   |
| RN | 241040 | Pureza                     | 0   | 0,00      | 0,00       | 4.284,48   |
| RN | 241050 | Rafael Fernandes           | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.157,10   |
| RN | 241060 | Rafael Godeiro             | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.475,30   |
| RN | 241070 | Riacho da Cruz             | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 800,10     |
| RN | 241080 | Riacho de Santana          | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 982,62     |
| RN | 241090 | Riachuelo                  | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.805,21   |
| RN | 241100 | Rodolfo Fernandes          | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.044,37   |
| RN | 241105 | Tibau                      | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.845,39   |
| RN | 241110 | Ruy Barbosa                | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 846,93     |
| RN | 241120 | Santa Cruz                 | 19  | 963,30    | 18.302,70  | 8.936,30   |
| RN | 241140 | Santana do Matos           | 0   | 0,00      | 0,00       | 6.321,80   |
| RN | 241142 | Santana do Seridó          | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 614,14     |
| RN | 241150 | Santo Antônio              | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 7.104,81   |
| RN | 241160 | São Bento do Norte         | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.362,34   |
| RN | 241170 | São Bento do Trairí        | 1   | 50,70     | 963,30     | 1.019,38   |
| RN | 241180 | São Fernando               | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 823,52     |
| RN | 241190 | São Francisco do Oeste     | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.916,10   |
| RN | 241200 | São Gonçalo do Amarante    | 54  | 2.737,80  | 52.018,20  | 22.517,92  |
| RN | 241210 | São João do Sabugi         | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.427,55   |
| RN | 241220 | São José de Mipibu         | 13  | 659,10    | 12.522,90  | 9.915,93   |
| RN | 241230 | São José do Campestre      | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 2.969,20   |
| RN | 241240 | São José do Seridó         | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.048,51   |
| RN | 241250 | São Miguel                 | 9   | 456,30    | 8.669,70   | 5.343,32   |
| RN | 241255 | São Miguel do Gostoso      | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 2.164,28   |
| RN | 241260 | São Paulo do Potengi       | 7   | 354,90    | 6.743,10   | 3.957,79   |
| RN | 241270 | São Pedro                  | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.445,46   |



|       |        |                          |       |           |              |              |
|-------|--------|--------------------------|-------|-----------|--------------|--------------|
| RN    | 241280 | São Rafael               | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 1.917,25     |
| RN    | 241290 | São Tomé                 | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 2.572,48     |
| RN    | 241300 | São Vicente              | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.469,33     |
| RN    | 241310 | Senador Elói de Souza    | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.397,47     |
| RN    | 241320 | Senador Georgino Avelino | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 992,26       |
| RN    | 241330 | Serra de São Bento       | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.353,62     |
| RN    | 241335 | Serra do Mel             | 0     | 0,00      | 0,00         | 5.283,63     |
| RN    | 241340 | Serra Negra do Norte     | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.866,51     |
| RN    | 241350 | Serrinha                 | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.519,84     |
| RN    | 241355 | Serrinha dos Pintos      | 1     | 50,70     | 963,30       | 1.239,32     |
| RN    | 241360 | Severiano Melo           | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.508,81     |
| RN    | 241370 | Sítio Novo               | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.247,33     |
| RN    | 241380 | Taboleiro Grande         | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 578,09       |
| RN    | 241390 | Taipu                    | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 2.839,03     |
| RN    | 241400 | Tangará                  | 6     | 304,20    | 5.779,80     | 3.565,20     |
| RN    | 241410 | Tenente Ananias          | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 2.961,68     |
| RN    | 241415 | Tenente Laurentino Cruz  | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.360,36     |
| RN    | 241420 | Tibau do Sul             | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 3.057,13     |
| RN    | 241430 | Timbaúba dos Batistas    | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.110,26     |
| RN    | 241440 | Touros                   | 0     | 0,00      | 0,00         | 15.384,83    |
| RN    | 241445 | Triunfo Potiguar         | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.563,92     |
| RN    | 241450 | Umarizal                 | 0     | 0,00      | 0,00         | 5.001,70     |
| RN    | 241460 | Upanema                  | 0     | 0,00      | 0,00         | 7.111,91     |
| RN    | 241470 | Várzea                   | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.265,46     |
| RN    | 241475 | Venha-Ver                | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 946,11       |
| RN    | 241480 | Vera Cruz                | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 2.758,67     |
| RN    | 241490 | Viçosa                   | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 393,51       |
| RN    | 241500 | Vila Flor                | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 715,38       |
| Total |        |                          | 1.388 | 70.371,60 | 1.337.060,40 | 1.253.482,04 |

| ANEXO XXI |        |                           |                   |                 |            |                   |
|-----------|--------|---------------------------|-------------------|-----------------|------------|-------------------|
| UF        | IBGE   | Município                 | Nº ACE ELEGÍ-VEIS | Incentivo (R\$) | AFC (R\$)  | PFVS Mensal (R\$) |
| RO        | 110000 | SES/RO                    | 0                 | 0,00            | 0,00       | 236.290,67        |
| RO        | 110001 | Alta Floresta D'Oeste     | 0                 | 0,00            | 0,00       | 15.008,00         |
| RO        | 110002 | Ariquemes                 | 0                 | 0,00            | 0,00       | 60.900,58         |
| RO        | 110003 | Cabixi                    | 2                 | 101,40          | 1.926,60   | 4.568,40          |
| RO        | 110004 | Cacoal                    | 0                 | 0,00            | 0,00       | 50.881,83         |
| RO        | 110005 | Cerejeiras                | 4                 | 202,80          | 3.853,20   | 6.670,71          |
| RO        | 110006 | Colorado do Oeste         | 0                 | 0,00            | 0,00       | 11.194,16         |
| RO        | 110007 | Corumbiara                | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 6.146,10          |
| RO        | 110008 | Costa Marques             | 1                 | 50,70           | 963,30     | 14.300,11         |
| RO        | 110009 | Espigão D'Oeste           | 8                 | 405,60          | 7.706,40   | 11.184,85         |
| RO        | 110010 | Guajará-Mirim             | 11                | 557,70          | 10.596,30  | 30.517,58         |
| RO        | 110011 | Jaru                      | 0                 | 0,00            | 0,00       | 32.513,83         |
| RO        | 110012 | Ji-Paraná                 | 44                | 2.230,80        | 42.385,20  | 38.038,88         |
| RO        | 110013 | Machadinho D'Oeste        | 6                 | 304,20          | 5.779,80   | 26.989,10         |
| RO        | 110014 | Nova Brasilândia D'Oeste  | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 9.705,43          |
| RO        | 110015 | Ouro Preto do Oeste       | 0                 | 0,00            | 0,00       | 23.391,08         |
| RO        | 110018 | Pimenta Bueno             | 17                | 861,90          | 16.376,10  | 10.941,00         |
| RO        | 110020 | Porto Velho               | 135               | 6.844,50        | 130.045,50 | 268.801,24        |
| RO        | 110025 | Presidente Médici         | 0                 | 0,00            | 0,00       | 13.426,58         |
| RO        | 110026 | Rio Crespo                | 6                 | 304,20          | 5.779,80   | 2.222,88          |
| RO        | 110028 | Rolim de Moura            | 4                 | 202,80          | 3.853,20   | 28.954,63         |
| RO        | 110029 | Santa Luzia D'Oeste       | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 5.997,10          |
| RO        | 110030 | Vilhena                   | 0                 | 0,00            | 0,00       | 53.550,58         |
| RO        | 110032 | São Miguel do Guaporé     | 0                 | 0,00            | 0,00       | 13.960,91         |
| RO        | 110033 | Nova Mamoré               | 7                 | 354,90          | 6.743,10   | 17.590,90         |
| RO        | 110034 | Alvorada D'Oeste          | 0                 | 0,00            | 0,00       | 10.149,41         |
| RO        | 110037 | Alto Alegre dos Parecis   | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 9.888,43          |
| RO        | 110040 | Alto Paraíso              | 5                 | 253,50          | 4.816,50   | 13.001,98         |
| RO        | 110045 | Buritis                   | 5                 | 253,50          | 4.816,50   | 33.021,50         |
| RO        | 110050 | Novo Horizonte do Oeste   | 0                 | 0,00            | 0,00       | 10.515,00         |
| RO        | 110060 | Cacaulândia               | 0                 | 0,00            | 0,00       | 6.367,00          |
| RO        | 110070 | Campo Novo de Rondônia    | 5                 | 253,50          | 4.816,50   | 9.403,50          |
| RO        | 110080 | Candeias do Jamari        | 21                | 1.064,70        | 20.229,30  | 10.648,33         |
| RO        | 110090 | Castanheiras              | 0                 | 0,00            | 0,00       | 4.241,44          |
| RO        | 110092 | Chupinguaia               | 0                 | 0,00            | 0,00       | 10.129,00         |
| RO        | 110094 | Cujubim                   | 0                 | 0,00            | 0,00       | 18.492,07         |
| RO        | 110100 | Governador Jorge Teixeira | 0                 | 0,00            | 0,00       | 10.534,00         |
| RO        | 110110 | Itapuã do Oeste           | 5                 | 253,50          | 4.816,50   | 5.178,50          |
| RO        | 110120 | Ministro Andreazza        | 4                 | 202,80          | 3.853,20   | 7.045,80          |
| RO        | 110130 | Mirante da Serra          | 0                 | 0,00            | 0,00       | 12.469,00         |
| RO        | 110140 | Monte Negro               | 0                 | 0,00            | 0,00       | 13.994,69         |
| RO        | 110143 | Nova União                | 0                 | 0,00            | 0,00       | 7.883,00          |
| RO        | 110145 | Parecis                   | 1                 | 50,70           | 963,30     | 4.059,55          |
| RO        | 110146 | Pimenteiras do Oeste      | 1                 | 50,70           | 963,30     | 3.311,77          |
| RO        | 110147 | Primavera de Rondônia     | 2                 | 101,40          | 1.926,60   | 2.297,71          |
| RO        | 110148 | São Felipe D'Oeste        | 1                 | 50,70           | 963,30     | 5.255,70          |
| RO        | 110149 | São Francisco do Guaporé  | 4                 | 202,80          | 3.853,20   | 15.148,80         |
| RO        | 110150 | Seringueiras              | 0                 | 0,00            | 0,00       | 12.581,00         |
| RO        | 110155 | Teixeirópolis             | 2                 | 101,40          | 1.926,60   | 2.552,26          |
| RO        | 110160 | Theobroma                 | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 8.457,10          |
| RO        | 110170 | Urupá                     | 0                 | 0,00            | 0,00       | 12.366,75         |
| RO        | 110175 | Vale do Anari             | 8                 | 405,60          | 7.706,40   | 5.421,50          |
| RO        | 110180 | Vale do Paraíso           | 0                 | 0,00            | 0,00       | 8.425,00          |
| Total     |        |                           | 324               | 16.426,80       | 312.109,20 | 1.266.586,92      |

| ANEXO XXII |        |                    |                   |                 |            |                   |
|------------|--------|--------------------|-------------------|-----------------|------------|-------------------|
| UF         | IBGE   | Município          | Nº ACE ELEGÍ-VEIS | Incentivo (R\$) | AFC (R\$)  | PFVS Mensal (R\$) |
| RR         | 140000 | SES/RR             | 0                 | 0,00            | 0,00       | 47.288,52         |
| RR         | 140002 | Amajari            | 5                 | 253,50          | 4.816,50   | 7.519,39          |
| RR         | 140005 | Alto Alegre        | 19                | 963,30          | 18.302,70  | 11.280,56         |
| RR         | 140010 | Boa Vista          | 113               | 5.729,10        | 108.852,90 | 181.072,55        |
| RR         | 140015 | Bonfim             | 14                | 709,80          | 13.486,20  | 9.024,36          |
| RR         | 140017 | Cantá              | 22                | 1.115,40        | 21.192,60  | 8.074,50          |
| RR         | 140020 | Caracaraí          | 16                | 811,20          | 15.412,80  | 12.300,12         |
| RR         | 140023 | Caroebe            | 1                 | 50,70           | 963,30     | 8.201,70          |
| RR         | 140028 | Iracema            | 0                 | 0,00            | 0,00       | 14.396,40         |
| RR         | 140030 | Mucajá             | 9                 | 456,30          | 8.669,70   | 16.309,80         |
| RR         | 140040 | Normandia          | 4                 | 202,80          | 3.853,20   | 6.294,80          |
| RR         | 140045 | Pacaraima          | 8                 | 405,60          | 7.706,40   | 8.786,18          |
| RR         | 140047 | Rorainópolis       | 30                | 1.521,00        | 28.899,00  | 19.476,81         |
| RR         | 140050 | São João da Baliza | 5                 | 253,50          | 4.816,50   | 4.349,89          |
| RR         | 140060 | São Luiz           | 2                 | 101,40          | 1.926,60   | 5.480,40          |
| RR         | 140070 | Uiramutã           | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 6.598,10          |
| Total      |        |                    | 251               | 12.725,70       | 241.788,30 | 366.454,08        |



| ANEXO XXIII |        |                            |                      |                 |           |                   |
|-------------|--------|----------------------------|----------------------|-----------------|-----------|-------------------|
| UF          | IBGE   | Município                  | Nº ACE ELEG-<br>VEIS | Incentivo (R\$) | AFC (R\$) | PFVS Mensal (R\$) |
| RS          | 430000 | SES/RS                     | 0                    | 0,00            | 0,00      | 685.385,36        |
| RS          | 430003 | Aceguá                     | 1                    | 50,70           | 963,30    | 1.653,74          |
| RS          | 430005 | Água Santa                 | 0                    | 0,00            | 0,00      | 1.507,60          |
| RS          | 430010 | Agudo                      | 0                    | 0,00            | 0,00      | 3.693,01          |
| RS          | 430020 | Ajuricaba                  | 2                    | 101,40          | 1.926,60  | 1.307,24          |
| RS          | 430030 | Alecrim                    | 2                    | 101,40          | 1.926,60  | 1.132,74          |
| RS          | 430040 | Alegrete                   | 5                    | 253,50          | 4.816,50  | 14.347,90         |
| RS          | 430045 | Alegria                    | 2                    | 101,40          | 1.926,60  | 727,93            |
| RS          | 430047 | Almirante Tamandaré do Sul | 1                    | 50,70           | 963,30    | 732,27            |
| RS          | 430050 | Alpestre                   | 2                    | 101,40          | 1.926,60  | 947,99            |
| RS          | 430055 | Alto Alegre                | 0                    | 0,00            | 0,00      | 1.459,43          |
| RS          | 430057 | Alto Feliz                 | 0                    | 0,00            | 0,00      | 1.477,42          |
| RS          | 430060 | Alvorada                   | 25                   | 1.267,50        | 24.082,50 | 40.640,34         |
| RS          | 430063 | Amaral Ferrador            | 0                    | 0,00            | 0,00      | 1.578,91          |
| RS          | 430064 | Ametista do Sul            | 0                    | 0,00            | 0,00      | 1.783,47          |
| RS          | 430066 | André da Rocha             | 1                    | 50,70           | 963,30    | 749,42            |
| RS          | 430070 | Anta Gorda                 | 0                    | 0,00            | 0,00      | 1.514,97          |
| RS          | 430080 | Antônio Prado              | 1                    | 50,70           | 963,30    | 2.240,62          |
| RS          | 430085 | Arambaré                   | 2                    | 101,40          | 1.926,60  | 732,55            |
| RS          | 430087 | Araricá                    | 0                    | 0,00            | 0,00      | 2.728,71          |
| RS          | 430090 | Aratiba                    | 3                    | 152,10          | 2.889,90  | 1.261,44          |
| RS          | 430100 | Arroio do Meio             | 2                    | 101,40          | 1.926,60  | 2.269,40          |
| RS          | 430105 | Arroio do Sal              | 0                    | 0,00            | 0,00      | 3.307,44          |
| RS          | 430107 | Arroio do Padre            | 0                    | 0,00            | 0,00      | 1.491,38          |
| RS          | 430110 | Arroio dos Ratos           | 0                    | 0,00            | 0,00      | 3.923,31          |
| RS          | 430120 | Arroio do Tigre            | 0                    | 0,00            | 0,00      | 3.126,38          |
| RS          | 430130 | Arroio Grande              | 0                    | 0,00            | 0,00      | 4.070,47          |
| RS          | 430140 | Arvorezinha                | 4                    | 202,80          | 3.853,20  | 1.141,48          |
| RS          | 430150 | Augusto Pestana            | 2                    | 101,40          | 1.926,60  | 798,40            |
| RS          | 430155 | Aurea                      | 1                    | 50,70           | 963,30    | 732,33            |
| RS          | 430160 | Bagé                       | 31                   | 1.571,70        | 29.862,30 | 13.848,03         |
| RS          | 430163 | Balneário Pinhal           | 0                    | 0,00            | 0,00      | 3.497,84          |
| RS          | 430165 | Barão                      | 0                    | 0,00            | 0,00      | 1.486,05          |
| RS          | 430170 | Barão de Cotegipe          | 2                    | 101,40          | 1.926,60  | 1.296,59          |
| RS          | 430175 | Barão do Triunfo           | 0                    | 0,00            | 0,00      | 1.581,23          |
| RS          | 430180 | Barracão                   | 1                    | 50,70           | 963,30    | 734,15            |
| RS          | 430185 | Barra do Guarita           | 0                    | 0,00            | 0,00      | 1.492,83          |
| RS          | 430187 | Barra do Quaraí            | 2                    | 101,40          | 1.926,60  | 1.127,57          |
| RS          | 430190 | Barra do Ribeiro           | 0                    | 0,00            | 0,00      | 3.279,30          |
| RS          | 430192 | Barra do Rio Azul          | 1                    | 50,70           | 963,30    | 737,35            |
| RS          | 430195 | Barra Funda                | 1                    | 50,70           | 963,30    | 745,30            |
| RS          | 430200 | Barros Cassal              | 1                    | 50,70           | 963,30    | 1.614,64          |
| RS          | 430205 | Benjamin Constant do Sul   | 0                    | 0,00            | 0,00      | 1.551,27          |
| RS          | 430210 | Bento Gonçalves            | 0                    | 0,00            | 0,00      | 24.730,80         |
| RS          | 430215 | Boa Vista das Missões      | 2                    | 101,40          | 1.926,60  | 737,89            |
| RS          | 430220 | Boa Vista do Buricá        | 3                    | 152,10          | 2.889,90  | 1.440,78          |
| RS          | 430222 | Boa Vista do Cadeado       | 0                    | 0,00            | 0,00      | 1.469,41          |
| RS          | 430223 | Boa Vista do Incra         | 0                    | 0,00            | 0,00      | 1.490,63          |
| RS          | 430225 | Boa Vista do Sul           | 0                    | 0,00            | 0,00      | 1.505,90          |
| RS          | 430230 | Bom Jesus                  | 0                    | 0,00            | 0,00      | 2.956,45          |
| RS          | 430235 | Bom Princípio              | 0                    | 0,00            | 0,00      | 3.231,07          |
| RS          | 430237 | Bom Progresso              | 0                    | 0,00            | 0,00      | 2.281,43          |
| RS          | 430240 | Bom Retiro do Sul          | 0                    | 0,00            | 0,00      | 2.565,17          |
| RS          | 430245 | Boqueirão do Leão          | 0                    | 0,00            | 0,00      | 1.761,77          |
| RS          | 430250 | Bossoroca                  | 2                    | 101,40          | 1.926,60  | 1.330,00          |
| RS          | 430258 | Bozano                     | 0                    | 0,00            | 0,00      | 1.464,27          |
| RS          | 430260 | Braga                      | 1                    | 50,70           | 963,30    | 730,60            |
| RS          | 430265 | Brochier                   | 1                    | 50,70           | 963,30    | 744,51            |
| RS          | 430270 | Butiá                      | 0                    | 0,00            | 0,00      | 4.462,17          |
| RS          | 430280 | Caçapava do Sul            | 0                    | 0,00            | 0,00      | 7.336,90          |
| RS          | 430290 | Cacequi                    | 4                    | 202,80          | 3.853,20  | 1.546,80          |
| RS          | 430300 | Cachoeira do Sul           | 5                    | 253,50          | 4.816,50  | 14.017,53         |
| RS          | 430310 | Cachoeirinha               | 5                    | 253,50          | 4.816,50  | 28.417,43         |
| RS          | 430320 | Cacique Doble              | 1                    | 50,70           | 963,30    | 757,41            |
| RS          | 430330 | Caibaté                    | 0                    | 0,00            | 0,00      | 2.458,99          |
| RS          | 430340 | Caíara                     | 1                    | 50,70           | 963,30    | 732,64            |
| RS          | 430350 | Camaquã                    | 0                    | 0,00            | 0,00      | 13.779,04         |
| RS          | 430355 | Camargo                    | 2                    | 101,40          | 1.926,60  | 753,82            |
| RS          | 430360 | Cambará do Sul             | 0                    | 0,00            | 0,00      | 1.574,97          |
| RS          | 430367 | Campestre da Serra         | 0                    | 0,00            | 0,00      | 1.479,82          |
| RS          | 430370 | Campina das Missões        | 1                    | 50,70           | 963,30    | 2.834,97          |
| RS          | 430380 | Campinas do Sul            | 0                    | 0,00            | 0,00      | 2.522,81          |
| RS          | 430390 | Campo Bom                  | 3                    | 152,10          | 2.889,90  | 14.008,46         |
| RS          | 430400 | Campo Novo                 | 0                    | 0,00            | 0,00      | 2.415,41          |
| RS          | 430410 | Campos Borges              | 0                    | 0,00            | 0,00      | 1.463,75          |
| RS          | 430420 | Candelária                 | 0                    | 0,00            | 0,00      | 6.675,48          |
| RS          | 430430 | Cândido Godói              | 2                    | 101,40          | 1.926,60  | 753,26            |
| RS          | 430435 | Candiota                   | 0                    | 0,00            | 0,00      | 3.006,39          |
| RS          | 430440 | Canela                     | 0                    | 0,00            | 0,00      | 9.199,81          |
| RS          | 430450 | Canguçu                    | 3                    | 152,10          | 2.889,90  | 9.387,47          |
| RS          | 430460 | Canoas                     | 15                   | 760,50          | 14.449,50 | 92.973,07         |
| RS          | 430461 | Canudos do Vale            | 0                    | 0,00            | 0,00      | 1.463,86          |
| RS          | 430462 | Capão Bonito do Sul        | 0                    | 0,00            | 0,00      | 1.462,81          |
| RS          | 430463 | Capão da Canoa             | 0                    | 0,00            | 0,00      | 9.749,21          |
| RS          | 430465 | Capão do Cipó              | 0                    | 0,00            | 0,00      | 1.508,40          |
| RS          | 430466 | Capão do Leão              | 0                    | 0,00            | 0,00      | 5.410,70          |
| RS          | 430467 | Capivari do Sul            | 2                    | 101,40          | 1.926,60  | 1.455,39          |
| RS          | 430468 | Capela de Santana          | 3                    | 152,10          | 2.889,90  | 1.635,71          |
| RS          | 430469 | Capitão                    | 0                    | 0,00            | 0,00      | 1.480,94          |
| RS          | 430470 | Carazinho                  | 7                    | 354,90          | 6.743,10  | 6.616,46          |
| RS          | 430471 | Caraá                      | 0                    | 0,00            | 0,00      | 1.700,83          |
| RS          | 430480 | Carlos Barbosa             | 0                    | 0,00            | 0,00      | 5.800,15          |
| RS          | 430485 | Carlos Gomes               | 0                    | 0,00            | 0,00      | 1.458,43          |
| RS          | 430490 | Casca                      | 3                    | 152,10          | 2.889,90  | 1.390,53          |
| RS          | 430495 | Caseiros                   | 0                    | 0,00            | 0,00      | 1.487,19          |
| RS          | 430500 | Catuípe                    | 2                    | 101,40          | 1.926,60  | 1.376,45          |
| RS          | 430510 | Caxias do Sul              | 71                   | 3.599,70        | 68.394,30 | 50.646,47         |
| RS          | 430511 | Centenário                 | 1                    | 50,70           | 963,30    | 732,59            |
| RS          | 430512 | Cerrito                    | 0                    | 0,00            | 0,00      | 2.600,40          |
| RS          | 430513 | Cerro Branco               | 2                    | 101,40          | 1.926,60  | 741,81            |
| RS          | 430515 | Cerro Grande               | 1                    | 50,70           | 963,30    | 731,94            |
| RS          | 430517 | Cerro Grande do Sul        | 0                    | 0,00            | 0,00      | 2.336,29          |
| RS          | 430520 | Cerro Largo                | 2                    | 101,40          | 1.926,60  | 1.578,72          |
| RS          | 430530 | Chapada                    | 0                    | 0,00            | 0,00      | 2.774,45          |
| RS          | 430535 | Charqueadas                | 0                    | 0,00            | 0,00      | 10.080,66         |



|    |        |                         |    |          |           |           |
|----|--------|-------------------------|----|----------|-----------|-----------|
| RS | 430537 | Charrua                 | 1  | 50,70    | 963,30    | 759,02    |
| RS | 430540 | Chiapetta               | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.415,88  |
| RS | 430543 | Chui                    | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.208,58  |
| RS | 430544 | Chuvisca                | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.494,91  |
| RS | 430545 | Cidreira                | 0  | 0,00     | 0,00      | 3.679,61  |
| RS | 430550 | Ciriaco                 | 1  | 50,70    | 963,30    | 732,70    |
| RS | 430558 | Colinas                 | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.468,72  |
| RS | 430560 | Colorado                | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.460,21  |
| RS | 430570 | Condor                  | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.692,11  |
| RS | 430580 | Constantina             | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.425,86  |
| RS | 430583 | Coqueiro Baixo          | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.465,14  |
| RS | 430585 | Coqueiros do Sul        | 1  | 50,70    | 963,30    | 731,64    |
| RS | 430587 | Coronel Barros          | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 736,78    |
| RS | 430590 | Coronel Bicaco          | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.645,23  |
| RS | 430593 | Coronel Pilar           | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.529,65  |
| RS | 430595 | Cotiporã                | 1  | 50,70    | 963,30    | 733,01    |
| RS | 430597 | Coxilha                 | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.465,91  |
| RS | 430600 | Crissiumal              | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.677,03  |
| RS | 430605 | Cristal                 | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.788,50  |
| RS | 430607 | Cristal do Sul          | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.468,67  |
| RS | 430610 | Cruz Alta               | 11 | 557,70   | 10.596,30 | 6.999,90  |
| RS | 430613 | Cruzaltense             | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.457,54  |
| RS | 430620 | Cruzeiro do Sul         | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.775,56  |
| RS | 430630 | David Canabarro         | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.469,42  |
| RS | 430632 | Derrubadas              | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.146,37  |
| RS | 430635 | Dezesseis de Novembro   | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 728,56    |
| RS | 430637 | Dilermando de Aguiar    | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.465,96  |
| RS | 430640 | Dois Irmãos             | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 6.019,48  |
| RS | 430642 | Dois Irmãos das Missões | 1  | 50,70    | 963,30    | 731,70    |
| RS | 430645 | Dois Lajeados           | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.477,58  |
| RS | 430650 | Dom Feliciano           | 1  | 50,70    | 963,30    | 2.392,52  |
| RS | 430655 | Dom Pedro de Alcântara  | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.466,86  |
| RS | 430660 | Dom Pedrito             | 0  | 0,00     | 0,00      | 8.661,25  |
| RS | 430670 | Dona Francisca          | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.459,87  |
| RS | 430673 | Doutor Maurício Cardoso | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.077,92  |
| RS | 430675 | Doutor Ricardo          | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.465,79  |
| RS | 430676 | Eldorado do Sul         | 0  | 0,00     | 0,00      | 9.952,42  |
| RS | 430680 | Encantado               | 1  | 50,70    | 963,30    | 3.593,79  |
| RS | 430690 | Encruzilhada do Sul     | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 2.777,32  |
| RS | 430692 | Engenho Velho           | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.500,66  |
| RS | 430693 | Entre-Ijuís             | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.378,23  |
| RS | 430695 | Entre Rios do Sul       | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.461,65  |
| RS | 430697 | Erebango                | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.484,21  |
| RS | 430700 | Erechim                 | 37 | 1.875,90 | 35.642,10 | 10.818,80 |
| RS | 430705 | Ernestina               | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.473,52  |
| RS | 430710 | Herval                  | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.103,36  |
| RS | 430720 | Erval Grande            | 1  | 50,70    | 963,30    | 733,27    |
| RS | 430730 | Erval Seco              | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.642,35  |
| RS | 430740 | Esmeralda               | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.476,94  |
| RS | 430745 | Esperança do Sul        | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.183,39  |
| RS | 430750 | Espumoso                | 0  | 0,00     | 0,00      | 3.371,42  |
| RS | 430755 | Estação                 | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.653,31  |
| RS | 430760 | Estância Velha          | 0  | 0,00     | 0,00      | 12.458,78 |
| RS | 430770 | Esteio                  | 0  | 0,00     | 0,00      | 22.476,94 |
| RS | 430780 | Estrela                 | 1  | 50,70    | 963,30    | 5.835,52  |
| RS | 430781 | Estrela Velha           | 1  | 50,70    | 963,30    | 733,98    |
| RS | 430783 | Eugênio de Castro       | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.457,93  |
| RS | 430786 | Fagundes Varela         | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.485,42  |
| RS | 430790 | Farroupilha             | 6  | 304,20   | 5.779,80  | 8.373,72  |
| RS | 430800 | Faxinal do Soturno      | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.683,54  |
| RS | 430805 | Faxinalzinho            | 1  | 50,70    | 963,30    | 730,27    |
| RS | 430807 | Fazenda Vilanova        | 1  | 50,70    | 963,30    | 772,87    |
| RS | 430810 | Feliz                   | 1  | 50,70    | 963,30    | 2.213,66  |
| RS | 430820 | Flores da Cunha         | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 3.135,96  |
| RS | 430825 | Floriano Peixoto        | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.458,29  |
| RS | 430830 | Fontoura Xavier         | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.441,00  |
| RS | 430840 | Formigueiro             | 1  | 50,70    | 963,30    | 783,52    |
| RS | 430843 | Forquethinha            | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.464,95  |
| RS | 430845 | Fortaleza dos Valos     | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.463,67  |
| RS | 430850 | Frederico Westphalen    | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 3.696,80  |
| RS | 430860 | Garibaldi               | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 4.900,51  |
| RS | 430865 | Garruchos               | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.073,98  |
| RS | 430870 | Gaurama                 | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.586,70  |
| RS | 430880 | General Câmara          | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.973,01  |
| RS | 430885 | Gentil                  | 1  | 50,70    | 963,30    | 777,84    |
| RS | 430890 | Getúlio Vargas          | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.765,70  |
| RS | 430900 | Girua                   | 1  | 50,70    | 963,30    | 2.757,81  |
| RS | 430905 | Glorinha                | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.714,92  |
| RS | 430910 | Gramado                 | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 3.744,89  |
| RS | 430912 | Gramado dos Loureiros   | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.462,01  |
| RS | 430915 | Gramado Xavier          | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.497,93  |
| RS | 430920 | Gravataí                | 64 | 3.244,80 | 61.651,20 | 37.700,13 |
| RS | 430925 | Guabiju                 | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.463,46  |
| RS | 430930 | Guaíba                  | 8  | 405,60   | 7.706,40  | 18.898,51 |
| RS | 430940 | Guaporé                 | 0  | 0,00     | 0,00      | 5.072,29  |
| RS | 430950 | Guarani das Missões     | 0  | 0,00     | 0,00      | 3.973,41  |
| RS | 430955 | Harmonia                | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.501,34  |
| RS | 430957 | Herveiras               | 1  | 50,70    | 963,30    | 735,85    |
| RS | 430960 | Horizontina             | 9  | 456,30   | 8.669,70  | 2.095,42  |
| RS | 430965 | Hulha Negra             | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.517,20  |
| RS | 430970 | Humaitá                 | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.201,50  |
| RS | 430975 | Ibarama                 | 1  | 50,70    | 963,30    | 734,51    |
| RS | 430980 | Ibiaçá                  | 1  | 50,70    | 963,30    | 734,40    |
| RS | 430990 | Ibiraiaras              | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.680,03  |
| RS | 430995 | Ibirapuitã              | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.466,09  |
| RS | 431000 | Ibirubá                 | 7  | 354,90   | 6.743,10  | 2.128,76  |
| RS | 431010 | Igrejinha               | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 3.750,08  |
| RS | 431020 | Ijuí                    | 35 | 1.774,50 | 33.715,50 | 8.747,39  |
| RS | 431030 | Ilópolis                | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.466,65  |
| RS | 431033 | Imbé                    | 6  | 304,20   | 5.779,80  | 2.065,97  |
| RS | 431036 | Imigrante               | 1  | 50,70    | 963,30    | 737,77    |
| RS | 431040 | Independência           | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.283,19  |
| RS | 431041 | Inhacorá                | 1  | 50,70    | 963,30    | 732,68    |
| RS | 431043 | Ipê                     | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.547,21  |
| RS | 431046 | Ipiranga do Sul         | 1  | 50,70    | 963,30    | 732,87    |
| RS | 431050 | Iraí                    | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.643,97  |
| RS | 431053 | Itaara                  | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.693,05  |
| RS | 431055 | Itacurubi               | 1  | 50,70    | 963,30    | 734,27    |



|    |        |                         |    |        |           |           |
|----|--------|-------------------------|----|--------|-----------|-----------|
| RS | 431057 | Itapuca                 | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.460,20  |
| RS | 431060 | Itaqui                  | 5  | 253,50 | 4.816,50  | 4.792,78  |
| RS | 431065 | Itati                   | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.463,37  |
| RS | 431070 | Itatiba do Sul          | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.454,03  |
| RS | 431075 | Ivorá                   | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.460,46  |
| RS | 431080 | Ivoti                   | 0  | 0,00   | 0,00      | 5.796,49  |
| RS | 431085 | Jaboticaba              | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.462,98  |
| RS | 431087 | Jacuizinho              | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.483,84  |
| RS | 431090 | Jacutinga               | 1  | 50,70  | 963,30    | 736,12    |
| RS | 431100 | Jaguarão                | 0  | 0,00   | 0,00      | 6.911,73  |
| RS | 431110 | Jaguari                 | 1  | 50,70  | 963,30    | 1.967,63  |
| RS | 431112 | Jaquirana               | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.460,37  |
| RS | 431113 | Jari                    | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.465,72  |
| RS | 431115 | Jóia                    | 2  | 101,40 | 1.926,60  | 934,29    |
| RS | 431120 | Júlio de Castilhos      | 3  | 152,10 | 2.889,90  | 2.176,71  |
| RS | 431123 | Lagoa Bonita do Sul     | 1  | 50,70  | 963,30    | 748,38    |
| RS | 431125 | Lagoão                  | 1  | 50,70  | 963,30    | 786,58    |
| RS | 431127 | Lagoa dos Três Cantos   | 1  | 50,70  | 963,30    | 734,15    |
| RS | 431130 | Lagoa Vermelha          | 2  | 101,40 | 1.926,60  | 4.251,49  |
| RS | 431140 | Lajeado                 | 5  | 253,50 | 4.816,50  | 11.535,08 |
| RS | 431142 | Lajeado do Bugre        | 1  | 50,70  | 963,30    | 737,30    |
| RS | 431150 | Lavras do Sul           | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.816,74  |
| RS | 431160 | Liberato Salzano        | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.488,83  |
| RS | 431162 | Lindolfo Collor         | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.510,06  |
| RS | 431164 | Linha Nova              | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.583,05  |
| RS | 431170 | Machadinho              | 1  | 50,70  | 963,30    | 737,05    |
| RS | 431171 | Maçambará               | 1  | 50,70  | 963,30    | 789,70    |
| RS | 431173 | Mampituba               | 2  | 101,40 | 1.926,60  | 740,38    |
| RS | 431175 | Manoel Viana            | 3  | 152,10 | 2.889,90  | 1.378,95  |
| RS | 431177 | Maquiné                 | 1  | 50,70  | 963,30    | 823,92    |
| RS | 431179 | Maratá                  | 1  | 50,70  | 963,30    | 743,92    |
| RS | 431180 | Marau                   | 0  | 0,00   | 0,00      | 8.299,60  |
| RS | 431190 | Marcelino Ramos         | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.466,85  |
| RS | 431198 | Mariana Pimentel        | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.474,24  |
| RS | 431200 | Mariano Moro            | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.461,17  |
| RS | 431205 | Marques de Souza        | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.468,94  |
| RS | 431210 | Mata                    | 1  | 50,70  | 963,30    | 1.539,06  |
| RS | 431213 | Mato Castelhano         | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.474,40  |
| RS | 431215 | Mato Leitão             | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.537,11  |
| RS | 431217 | Mato Queimado           | 2  | 101,40 | 1.926,60  | 730,96    |
| RS | 431220 | Maximiliano de Almeida  | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.462,30  |
| RS | 431225 | Minas do Leão           | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.779,12  |
| RS | 431230 | Miraguaí                | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.466,95  |
| RS | 431235 | Montauri                | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.463,19  |
| RS | 431237 | Monte Alegre dos Campos | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.478,12  |
| RS | 431238 | Monte Belo do Sul       | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.464,00  |
| RS | 431240 | Montenegro              | 10 | 507,00 | 9.633,00  | 8.368,89  |
| RS | 431242 | Mormaço                 | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.527,61  |
| RS | 431244 | Morrinhos do Sul        | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.462,87  |
| RS | 431245 | Morro Redondo           | 0  | 0,00   | 0,00      | 2.637,33  |
| RS | 431247 | Morro Reuter            | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.497,65  |
| RS | 431250 | Mostardas               | 0  | 0,00   | 0,00      | 3.147,99  |
| RS | 431260 | Muçum                   | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.486,38  |
| RS | 431261 | Muitos Capões           | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.485,35  |
| RS | 431262 | Muliterno               | 1  | 50,70  | 963,30    | 740,05    |
| RS | 431265 | Não-Me-Toque            | 6  | 304,20 | 5.779,80  | 1.777,30  |
| RS | 431267 | Nicolau Vergueiro       | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.465,03  |
| RS | 431270 | Nonoai                  | 0  | 0,00   | 0,00      | 3.071,82  |
| RS | 431275 | Nova Alvorada           | 1  | 50,70  | 963,30    | 757,20    |
| RS | 431280 | Nova Araçá              | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.532,70  |
| RS | 431290 | Nova Bassano            | 0  | 0,00   | 0,00      | 2.951,75  |
| RS | 431295 | Nova Boa Vista          | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.461,44  |
| RS | 431300 | Nova Bréscea            | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.480,99  |
| RS | 431301 | Nova Candelária         | 1  | 50,70  | 963,30    | 733,05    |
| RS | 431303 | Nova Esperança do Sul   | 1  | 50,70  | 963,30    | 750,87    |
| RS | 431306 | Nova Hartz              | 1  | 50,70  | 963,30    | 4.312,58  |
| RS | 431308 | Nova Pádua              | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.478,73  |
| RS | 431310 | Nova Palma              | 1  | 50,70  | 963,30    | 774,22    |
| RS | 431320 | Nova Petrópolis         | 4  | 202,80 | 3.853,20  | 2.126,89  |
| RS | 431330 | Nova Prata              | 2  | 101,40 | 1.926,60  | 3.529,92  |
| RS | 431333 | Nova Ramada             | 1  | 50,70  | 963,30    | 731,01    |
| RS | 431335 | Nova Roma do Sul        | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.502,26  |
| RS | 431337 | Nova Santa Rita         | 4  | 202,80 | 3.853,20  | 3.383,83  |
| RS | 431339 | Novo Cabrais            | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.496,12  |
| RS | 431340 | Novo Hamburgo           | 0  | 0,00   | 0,00      | 74.676,98 |
| RS | 431342 | Novo Machado            | 2  | 101,40 | 1.926,60  | 1.071,36  |
| RS | 431344 | Novo Tiradentes         | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.465,23  |
| RS | 431346 | Novo Xingu              | 2  | 101,40 | 1.926,60  | 732,86    |
| RS | 431349 | Novo Barreiro           | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.481,09  |
| RS | 431350 | Osório                  | 0  | 0,00   | 0,00      | 9.302,05  |
| RS | 431360 | Paim Filho              | 0  | 0,00   | 0,00      | 2.375,95  |
| RS | 431365 | Palmares do Sul         | 0  | 0,00   | 0,00      | 3.093,10  |
| RS | 431370 | Palmeira das Missões    | 12 | 608,40 | 11.559,60 | 3.733,79  |
| RS | 431380 | Palmitinho              | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.576,29  |
| RS | 431390 | Panambi                 | 9  | 456,30 | 8.669,70  | 4.343,38  |
| RS | 431395 | Pantano Grande          | 0  | 0,00   | 0,00      | 3.197,94  |
| RS | 431400 | Parai                   | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.639,81  |
| RS | 431402 | Paraíso do Sul          | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.666,23  |
| RS | 431403 | Parei Novo              | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.618,50  |
| RS | 431405 | Parobé                  | 3  | 152,10 | 2.889,90  | 11.721,41 |
| RS | 431406 | Passa Sete              | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.500,92  |
| RS | 431407 | Passo do Sobrado        | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.557,68  |
| RS | 431410 | Passo Fundo             | 0  | 0,00   | 0,00      | 42.920,77 |
| RS | 431413 | Paulo Bento             | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.511,53  |
| RS | 431415 | Paverama                | 1  | 50,70  | 963,30    | 863,78    |
| RS | 431417 | Pedras Altas            | 2  | 101,40 | 1.926,60  | 1.073,57  |
| RS | 431420 | Pedro Osório            | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.799,95  |
| RS | 431430 | Pejuçara                | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.475,23  |
| RS | 431440 | Pelotas                 | 0  | 0,00   | 0,00      | 77.549,48 |
| RS | 431442 | Picada Café             | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.568,21  |
| RS | 431445 | Pinhal                  | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.537,60  |
| RS | 431446 | Pinhal da Serra         | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.534,93  |
| RS | 431447 | Pinhal Grande           | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.465,43  |
| RS | 431449 | Pinheirinho do Vale     | 0  | 0,00   | 0,00      | 2.500,22  |
| RS | 431450 | Pinheiro Machado        | 2  | 101,40 | 1.926,60  | 1.536,07  |
| RS | 431454 | Pinto Bandeira          | 0  | 0,00   | 0,00      | 1.554,76  |
| RS | 431455 | Pirapó                  | 2  | 101,40 | 1.926,60  | 1.071,05  |
| RS | 431460 | Piratini                | 3  | 152,10 | 2.889,90  | 2.323,72  |



|    |        |                           |     |          |            |            |
|----|--------|---------------------------|-----|----------|------------|------------|
| RS | 431470 | Planalto                  | 0   | 0,00     | 0,00       | 2.883,76   |
| RS | 431475 | Poço das Antas            | 0   | 0,00     |            | 1.478,22   |
| RS | 431477 | Pontão                    | 1   | 50,70    | 963,30     | 734,73     |
| RS | 431478 | Ponte Preta               | 1   | 50,70    | 963,30     | 729,60     |
| RS | 431480 | Portão                    | 0   | 0,00     | 0,00       | 8.951,75   |
| RS | 431490 | Porto Alegre              | 116 | 5.881,20 | 111.742,80 | 291.996,04 |
| RS | 431500 | Porto Lucena              | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 1.215,59   |
| RS | 431505 | Porto Mauá                | 1   | 50,70    | 963,30     | 1.187,41   |
| RS | 431507 | Porto Vera Cruz           | 1   | 50,70    | 963,30     | 1.167,91   |
| RS | 431510 | Porto Xavier              | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.454,89   |
| RS | 431513 | Pouso Novo                | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.458,95   |
| RS | 431514 | Presidente Lucena         | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.507,37   |
| RS | 431515 | Progresso                 | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.519,06   |
| RS | 431517 | Protásio Alves            | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.465,11   |
| RS | 431520 | Putinga                   | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.463,78   |
| RS | 431530 | Quarai                    | 0   | 0,00     | 0,00       | 5.610,21   |
| RS | 431531 | Quatro Irmãos             | 1   | 50,70    | 963,30     | 738,37     |
| RS | 431532 | Quevedos                  | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.474,24   |
| RS | 431535 | Quinze de Novembro        | 1   | 50,70    | 963,30     | 738,14     |
| RS | 431540 | Redentora                 | 1   | 50,70    | 963,30     | 2.195,34   |
| RS | 431545 | Relvado                   | 1   | 50,70    | 963,30     | 732,59     |
| RS | 431550 | Restinga Seca             | 1   | 50,70    | 963,30     | 2.489,56   |
| RS | 431555 | Rio dos Índios            | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.451,39   |
| RS | 431560 | Rio Grande                | 17  | 861,90   | 16.376,10  | 28.337,22  |
| RS | 431570 | Rio Pardo                 | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 5.589,23   |
| RS | 431575 | Riozinho                  | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.491,06   |
| RS | 431580 | Roca Sales                | 0   | 0,00     | 0,00       | 2.978,97   |
| RS | 431590 | Rodeio Bonito             | 1   | 50,70    | 963,30     | 737,12     |
| RS | 431595 | Rolador                   | 1   | 50,70    | 963,30     | 730,69     |
| RS | 431600 | Rolante                   | 0   | 0,00     | 0,00       | 4.496,58   |
| RS | 431610 | Ronda Alta                | 1   | 50,70    | 963,30     | 1.979,61   |
| RS | 431620 | Rondinha                  | 1   | 50,70    | 963,30     | 1.470,68   |
| RS | 431630 | Roque Gonzales            | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 1.284,14   |
| RS | 431640 | Rosário do Sul            | 0   | 0,00     | 0,00       | 9.083,92   |
| RS | 431642 | Sagrada Família           | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.468,16   |
| RS | 431643 | Saldanha Marinho          | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.462,11   |
| RS | 431645 | Salto do Jacuí            | 0   | 0,00     | 0,00       | 3.166,19   |
| RS | 431647 | Salvador das Missões      | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.472,47   |
| RS | 431650 | Salvador do Sul           | 1   | 50,70    | 963,30     | 785,89     |
| RS | 431660 | Sananduva                 | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 1.686,64   |
| RS | 431670 | Santa Bárbara do Sul      | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 1.356,47   |
| RS | 431673 | Santa Cecília do Sul      | 1   | 50,70    | 963,30     | 732,95     |
| RS | 431675 | Santa Clara do Sul        | 1   | 50,70    | 963,30     | 779,18     |
| RS | 431680 | Santa Cruz do Sul         | 0   | 0,00     | 0,00       | 27.940,34  |
| RS | 431690 | Santa Maria               | 22  | 1.115,40 | 21.192,60  | 39.877,32  |
| RS | 431695 | Santa Maria do Herval     | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.478,61   |
| RS | 431697 | Santa Margarida do Sul    | 1   | 50,70    | 963,30     | 785,00     |
| RS | 431700 | Santana da Boa Vista      | 0   | 0,00     | 0,00       | 2.780,48   |
| RS | 431710 | Sant'Ana do Livramento    | 25  | 1.267,50 | 24.082,50  | 10.588,66  |
| RS | 431720 | Santa Rosa                | 28  | 1.419,60 | 26.972,40  | 9.780,63   |
| RS | 431725 | Santa Tereza              | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.473,45   |
| RS | 431730 | Santa Vitória do Palmar   | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 3.803,69   |
| RS | 431740 | Santiago                  | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 6.293,02   |
| RS | 431750 | Santo Angelo              | 31  | 1.571,70 | 29.862,30  | 8.314,96   |
| RS | 431755 | Santo Antônio do Palma    | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.466,66   |
| RS | 431760 | Santo Antônio da Patrulha | 0   | 0,00     | 0,00       | 11.102,54  |
| RS | 431770 | Santo Antônio das Missões | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 1.473,46   |
| RS | 431775 | Santo Antônio do Planalto | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.470,10   |
| RS | 431780 | Santo Augusto             | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 1.560,03   |
| RS | 431790 | Santo Cristo              | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 1.573,49   |
| RS | 431795 | Santo Expedito do Sul     | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.463,76   |
| RS | 431800 | São Borja                 | 0   | 0,00     | 0,00       | 14.901,60  |
| RS | 431805 | São Domingos do Sul       | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.482,49   |
| RS | 431810 | São Francisco de Assis    | 0   | 0,00     | 0,00       | 4.287,65   |
| RS | 431820 | São Francisco de Paula    | 0   | 0,00     | 0,00       | 4.948,05   |
| RS | 431830 | São Gabriel               | 23  | 1.166,10 | 22.155,90  | 6.614,63   |
| RS | 431840 | São Jerônimo              | 0   | 0,00     | 0,00       | 6.227,27   |
| RS | 431842 | São João da Urtiga        | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.468,14   |
| RS | 431843 | São João do Polésine      | 1   | 50,70    | 963,30     | 733,12     |
| RS | 431844 | São Jorge                 | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.466,14   |
| RS | 431845 | São José das Missões      | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.463,32   |
| RS | 431846 | São José do Herval        | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.460,16   |
| RS | 431848 | São José do Hortêncio     | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.507,85   |
| RS | 431849 | São José do Inhacorá      | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.513,78   |
| RS | 431850 | São José do Norte         | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 2.872,08   |
| RS | 431860 | São José do Ouro          | 1   | 50,70    | 963,30     | 1.670,82   |
| RS | 431861 | São José do Sul           | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.504,54   |
| RS | 431862 | São José dos Ausentes     | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.490,27   |
| RS | 431870 | São Leopoldo              | 0   | 0,00     | 0,00       | 60.195,98  |
| RS | 431880 | São Lourenço do Sul       | 5   | 253,50   | 4.816,50   | 4.721,72   |
| RS | 431890 | São Luiz Gonzaga          | 15  | 760,50   | 14.449,50  | 3.798,58   |
| RS | 431900 | São Marcos                | 0   | 0,00     | 0,00       | 4.500,07   |
| RS | 431910 | São Martinho              | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 1.223,48   |
| RS | 431912 | São Martinho da Serra     | 1   | 50,70    | 963,30     | 734,32     |
| RS | 431915 | São Miguel das Missões    | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 1.362,36   |
| RS | 431920 | São Nicolau               | 0   | 0,00     | 0,00       | 2.489,10   |
| RS | 431930 | São Paulo das Missões     | 0   | 0,00     | 0,00       | 2.143,21   |
| RS | 431935 | São Pedro da Serra        | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.501,88   |
| RS | 431936 | São Pedro das Missões     | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.487,99   |
| RS | 431937 | São Pedro do Butiá        | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.508,26   |
| RS | 431940 | São Pedro do Sul          | 0   | 0,00     | 0,00       | 3.708,38   |
| RS | 431950 | São Sebastião do Cai      | 3   | 152,10   | 2.889,90   | 2.572,54   |
| RS | 431960 | São Sepé                  | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.646,87   |
| RS | 431970 | São Valentim              | 1   | 50,70    | 963,30     | 730,60     |
| RS | 431971 | São Valentim do Sul       | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.476,11   |
| RS | 431973 | São Valério do Sul        | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.494,48   |
| RS | 431975 | São Vendelino             | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.575,45   |
| RS | 431980 | São Vicente do Sul        | 0   | 0,00     | 0,00       | 2.807,96   |
| RS | 431990 | Sapiranga                 | 9   | 456,30   | 8.669,70   | 13.108,19  |
| RS | 432000 | Sapucaia do Sul           | 14  | 709,80   | 13.486,20  | 22.985,64  |
| RS | 432010 | Sarandi                   | 4   | 202,80   | 3.853,20   | 2.444,02   |
| RS | 432020 | Seberi                    | 1   | 50,70    | 963,30     | 1.887,50   |
| RS | 432023 | Sede Nova                 | 1   | 50,70    | 963,30     | 735,96     |
| RS | 432026 | Segredo                   | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.600,91   |
| RS | 432030 | Selbach                   | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 740,78     |
| RS | 432032 | Senador Salgado Filho     | 2   | 101,40   | 1.926,60   | 733,26     |
| RS | 432035 | Sentinela do Sul          | 0   | 0,00     | 0,00       | 1.487,22   |
| RS | 432040 | Serafina Corrêa           | 0   | 0,00     | 0,00       | 3.493,08   |



|       |        |                       |       |           |              |              |
|-------|--------|-----------------------|-------|-----------|--------------|--------------|
| RS    | 432045 | Sério                 | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.457,74     |
| RS    | 432050 | Sertão                | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.494,90     |
| RS    | 432055 | Sertão Santana        | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.500,04     |
| RS    | 432057 | Sete de Setembro      | 1     | 50,70     | 963,30       | 731,41       |
| RS    | 432060 | Severiano de Almeida  | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.463,82     |
| RS    | 432065 | Silveira Martins      | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.465,74     |
| RS    | 432067 | Sinimbu               | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.855,25     |
| RS    | 432070 | Sobradinho            | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.621,42     |
| RS    | 432080 | Soledade              | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 3.379,82     |
| RS    | 432085 | Tabaí                 | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.516,16     |
| RS    | 432090 | Tapejara              | 0     | 0,00      | 0,00         | 4.381,99     |
| RS    | 432100 | Tapera                | 1     | 50,70     | 963,30       | 1.964,43     |
| RS    | 432110 | Tapes                 | 0     | 0,00      | 0,00         | 3.761,19     |
| RS    | 432120 | Taquara               | 0     | 0,00      | 0,00         | 15.395,38    |
| RS    | 432130 | Taquari               | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 3.876,33     |
| RS    | 432132 | Taquaruçu do Sul      | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.496,55     |
| RS    | 432135 | Tavares               | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.572,54     |
| RS    | 432140 | Tenente Portela       | 0     | 0,00      | 0,00         | 3.197,53     |
| RS    | 432143 | Terra de Areia        | 0     | 0,00      | 0,00         | 3.033,78     |
| RS    | 432145 | Teutônia              | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 3.098,76     |
| RS    | 432146 | Tio Hugo              | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.505,06     |
| RS    | 432147 | Tiradentes do Sul     | 1     | 50,70     | 963,30       | 1.203,75     |
| RS    | 432149 | Toropi                | 1     | 50,70     | 963,30       | 731,81       |
| RS    | 432150 | Torres                | 0     | 0,00      | 0,00         | 8.247,54     |
| RS    | 432160 | Tramandaí             | 9     | 456,30    | 8.669,70     | 5.068,56     |
| RS    | 432162 | Travesseiro           | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.468,50     |
| RS    | 432163 | Três Arroios          | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.462,74     |
| RS    | 432166 | Três Cachoeiras       | 0     | 0,00      | 0,00         | 3.045,77     |
| RS    | 432170 | Três Coroas           | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 2.789,66     |
| RS    | 432180 | Três de Maio          | 9     | 456,30    | 8.669,70     | 2.593,73     |
| RS    | 432183 | Três Forquilhas       | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.462,92     |
| RS    | 432185 | Três Palmeiras        | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.476,57     |
| RS    | 432190 | Três Passos           | 10    | 507,00    | 9.633,00     | 2.638,92     |
| RS    | 432195 | Trindade do Sul       | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.480,38     |
| RS    | 432200 | Triunfo               | 0     | 0,00      | 0,00         | 7.357,78     |
| RS    | 432210 | Tucunduva             | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.254,15     |
| RS    | 432215 | Tunas                 | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.478,85     |
| RS    | 432218 | Tupanci do Sul        | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.463,28     |
| RS    | 432220 | Tupanciretã           | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 2.620,42     |
| RS    | 432225 | Tupandi               | 1     | 50,70     | 963,30       | 761,28       |
| RS    | 432230 | Tuparendi             | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 2.340,02     |
| RS    | 432232 | Turuçu                | 1     | 50,70     | 963,30       | 732,82       |
| RS    | 432234 | Ubiretama             | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.459,26     |
| RS    | 432235 | União da Serra        | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.452,22     |
| RS    | 432237 | Unistalda             | 1     | 50,70     | 963,30       | 731,94       |
| RS    | 432240 | Uruguaiana            | 27    | 1.368,90  | 26.009,10    | 15.165,60    |
| RS    | 432250 | Vacaria               | 7     | 354,90    | 6.743,10     | 7.757,74     |
| RS    | 432252 | Vale Verde            | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.491,48     |
| RS    | 432253 | Vale do Sol           | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.461,58     |
| RS    | 432254 | Vale Real             | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.571,36     |
| RS    | 432255 | Vanini                | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.487,43     |
| RS    | 432260 | Venâncio Aires        | 6     | 304,20    | 5.779,80     | 9.094,32     |
| RS    | 432270 | Vera Cruz             | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 3.408,64     |
| RS    | 432280 | Veranópolis           | 0     | 0,00      | 0,00         | 5.784,39     |
| RS    | 432285 | Vespasiano Correa     | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.461,78     |
| RS    | 432290 | Viadutos              | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.469,82     |
| RS    | 432300 | Viamão                | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 72.135,66    |
| RS    | 432310 | Vicente Dutra         | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.465,82     |
| RS    | 432320 | Victor Graeff         | 1     | 50,70     | 963,30       | 731,68       |
| RS    | 432330 | Vila Flores           | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.483,95     |
| RS    | 432335 | Vila Lângaro          | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.464,56     |
| RS    | 432340 | Vila Maria            | 1     | 50,70     | 963,30       | 737,84       |
| RS    | 432345 | Vila Nova do Sul      | 1     | 50,70     | 963,30       | 734,92       |
| RS    | 432350 | Vista Alegre          | 1     | 50,70     | 963,30       | 732,67       |
| RS    | 432360 | Vista Alegre do Prata | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.525,28     |
| RS    | 432370 | Vista Gaúcha          | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.476,27     |
| RS    | 432375 | Vitória das Missões   | 0     | 0,00      | 0,00         | 1.460,52     |
| RS    | 432377 | Westfalia             | 1     | 50,70     | 963,30       | 746,38       |
| RS    | 432380 | Xangri-lá             | 0     | 0,00      | 0,00         | 3.652,33     |
| Total |        |                       | 1.108 | 56.175,60 | 1.067.336,40 | 2.960.388,51 |

| ANEXO XXIV |        |                           |                   |                 |           |                   |
|------------|--------|---------------------------|-------------------|-----------------|-----------|-------------------|
| UF         | IBGE   | Município                 | Nº ACE ELEGI-VEIS | Incentivo (R\$) | AFC (R\$) | PFVS Mensal (R\$) |
| SC         | 420000 | SES/SC                    | 0                 | 0,00            | 0,00      | 386.506,28        |
| SC         | 420005 | Abdon Batista             | 0                 | 0,00            | 0,00      | 1.160,68          |
| SC         | 420010 | Abelardo Luz              | 1                 | 50,70           | 963,30    | 3.554,53          |
| SC         | 420020 | Agrolândia                | 1                 | 50,70           | 963,30    | 1.656,06          |
| SC         | 420030 | Agronômica                | 0                 | 0,00            | 0,00      | 1.369,48          |
| SC         | 420040 | Água Doce                 | 0                 | 0,00            | 0,00      | 1.818,66          |
| SC         | 420050 | Águas de Chapecó          | 1                 | 50,70           | 963,30    | 813,32            |
| SC         | 420055 | Águas Frias               | 2                 | 101,40          | 1.926,60  | 574,22            |
| SC         | 420060 | Águas Mornas              | 1                 | 50,70           | 963,30    | 997,95            |
| SC         | 420070 | Alfredo Wagner            | 1                 | 50,70           | 963,30    | 1.548,45          |
| SC         | 420075 | Alto Bela Vista           | 0                 | 0,00            | 0,00      | 1.123,43          |
| SC         | 420080 | Anchieta                  | 2                 | 101,40          | 1.926,60  | 786,93            |
| SC         | 420090 | Angelina                  | 0                 | 0,00            | 0,00      | 1.318,60          |
| SC         | 420100 | Anita Garibaldi           | 0                 | 0,00            | 0,00      | 2.135,37          |
| SC         | 420110 | Anitápolis                | 1                 | 50,70           | 963,30    | 601,17            |
| SC         | 420120 | Antônio Carlos            | 1                 | 50,70           | 963,30    | 1.641,22          |
| SC         | 420125 | Apiúna                    | 0                 | 0,00            | 0,00      | 2.632,11          |
| SC         | 420127 | Arabutã                   | 1                 | 50,70           | 963,30    | 632,22            |
| SC         | 420130 | Araquari                  | 0                 | 0,00            | 0,00      | 8.275,77          |
| SC         | 420140 | Araranguá                 | 3                 | 152,10          | 2.889,90  | 13.881,19         |
| SC         | 420150 | Armazém                   | 2                 | 101,40          | 1.926,60  | 1.063,48          |
| SC         | 420160 | Arroio Trinta             | 1                 | 50,70           | 963,30    | 610,86            |
| SC         | 420165 | Arvoredo                  | 1                 | 50,70           | 963,30    | 571,57            |
| SC         | 420170 | Ascurra                   | 2                 | 101,40          | 1.926,60  | 992,08            |
| SC         | 420180 | Atalanta                  | 1                 | 50,70           | 963,30    | 599,58            |
| SC         | 420190 | Aurora                    | 0                 | 0,00            | 0,00      | 1.446,87          |
| SC         | 420195 | Balneário Arroio do Silva | 0                 | 0,00            | 0,00      | 2.962,08          |
| SC         | 420200 | Balneário Camboriú        | 31                | 1.571,70        | 29.862,30 | 16.339,76         |
| SC         | 420205 | Balneário Barra do Sul    | 3                 | 152,10          | 2.889,90  | 1.253,07          |
| SC         | 420207 | Balneário Gaivota         | 1                 | 50,70           | 963,30    | 1.546,15          |
| SC         | 420208 | Bandeirante               | 1                 | 50,70           | 963,30    | 582,40            |
| SC         | 420209 | Barra Bonita              | 1                 | 50,70           | 963,30    | 553,27            |
| SC         | 420210 | Barra Velha               | 4                 | 202,80          | 3.853,20  | 3.362,69          |



|    |        |                        |    |          |           |            |
|----|--------|------------------------|----|----------|-----------|------------|
| SC | 420213 | Bela Vista do Toldo    | 1  | 50,70    | 963,30    | 796,62     |
| SC | 420215 | Belmonte               | 1  | 50,70    | 963,30    | 588,41     |
| SC | 420220 | Benedito Novo          | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.423,92   |
| SC | 420230 | Biguaçu                | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 18.763,30  |
| SC | 420240 | Blumenau               | 17 | 861,90   | 16.376,10 | 70.037,28  |
| SC | 420243 | Bocaina do Sul         | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.230,07   |
| SC | 420245 | Bombinhas              | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 2.530,03   |
| SC | 420250 | Bom Jardim da Serra    | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.308,59   |
| SC | 420253 | Bom Jesus              | 1  | 50,70    | 963,30    | 623,81     |
| SC | 420257 | Bom Jesus do Oeste     | 1  | 50,70    | 963,30    | 569,14     |
| SC | 420260 | Bom Retiro             | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.447,49   |
| SC | 420270 | Botuverá               | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.362,53   |
| SC | 420280 | Braço do Norte         | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 5.210,17   |
| SC | 420285 | Braço do Trombudo      | 1  | 50,70    | 963,30    | 627,35     |
| SC | 420287 | Brunópolis             | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.159,73   |
| SC | 420290 | Brusque                | 6  | 304,20   | 5.779,80  | 25.527,82  |
| SC | 420300 | Caçador                | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 17.405,46  |
| SC | 420310 | Caibi                  | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.599,87   |
| SC | 420315 | Calmon                 | 1  | 50,70    | 963,30    | 604,28     |
| SC | 420320 | Camboriú               | 0  | 0,00     | 0,00      | 18.980,67  |
| SC | 420325 | Capão Alto             | 1  | 50,70    | 963,30    | 578,00     |
| SC | 420330 | Campo Alegre           | 1  | 50,70    | 963,30    | 2.094,66   |
| SC | 420340 | Campo Belo do Sul      | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.891,84   |
| SC | 420350 | Campo Erê              | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.175,81   |
| SC | 420360 | Campos Novos           | 1  | 50,70    | 963,30    | 7.975,47   |
| SC | 420370 | Canelinha              | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.999,03   |
| SC | 420380 | Canoinhas              | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 9.964,74   |
| SC | 420390 | Capinzal               | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 3.716,29   |
| SC | 420395 | Capivari de Baixo      | 1  | 50,70    | 963,30    | 5.070,76   |
| SC | 420400 | Catanduvas             | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.645,37   |
| SC | 420410 | Caxambu do Sul         | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.246,27   |
| SC | 420415 | Celso Ramos            | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.172,13   |
| SC | 420417 | Cerro Negro            | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.201,42   |
| SC | 420419 | Chapadão do Lageado    | 1  | 50,70    | 963,30    | 605,02     |
| SC | 420420 | Chapecó                | 86 | 4.360,20 | 82.843,80 | 26.238,86  |
| SC | 420425 | Cocal do Sul           | 1  | 50,70    | 963,30    | 3.156,48   |
| SC | 420430 | Concórdia              | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 13.707,21  |
| SC | 420435 | Cordilheira Alta       | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 661,00     |
| SC | 420440 | Coronel Freitas        | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.309,68   |
| SC | 420445 | Coronel Martins        | 1  | 50,70    | 963,30    | 586,02     |
| SC | 420450 | Corupá                 | 0  | 0,00     | 0,00      | 3.858,66   |
| SC | 420455 | Correia Pinto          | 0  | 0,00     | 0,00      | 3.683,98   |
| SC | 420460 | Criciúma               | 11 | 557,70   | 10.596,30 | 42.167,79  |
| SC | 420470 | Cunha Porã             | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.837,11   |
| SC | 420475 | Cunhataí               | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.138,67   |
| SC | 420480 | Curitibanos            | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 8.077,30   |
| SC | 420490 | Descanso               | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.098,03   |
| SC | 420500 | Dionísio Cerqueira     | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.984,84   |
| SC | 420510 | Dona Emma              | 1  | 50,70    | 963,30    | 643,06     |
| SC | 420515 | Doutor Pedrinho        | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.295,34   |
| SC | 420517 | Entre Rios             | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.216,67   |
| SC | 420519 | Ermo                   | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.135,27   |
| SC | 420520 | Erval Velho            | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.279,35   |
| SC | 420530 | Faxinal dos Guedes     | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.753,23   |
| SC | 420535 | Flor do Sertão         | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.104,90   |
| SC | 420540 | Florianópolis          | 18 | 912,60   | 17.339,40 | 133.352,80 |
| SC | 420543 | Formosa do Sul         | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.157,41   |
| SC | 420545 | Forquilha              | 1  | 50,70    | 963,30    | 5.444,59   |
| SC | 420550 | Fraiburgo              | 0  | 0,00     | 0,00      | 9.165,21   |
| SC | 420555 | Frei Rogério           | 1  | 50,70    | 963,30    | 568,97     |
| SC | 420560 | Galvão                 | 1  | 50,70    | 963,30    | 599,25     |
| SC | 420570 | Garopaba               | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 3.443,95   |
| SC | 420580 | Garuva                 | 0  | 0,00     | 0,00      | 4.280,43   |
| SC | 420590 | Gaspar                 | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 11.764,62  |
| SC | 420600 | Governador Celso Ramos | 0  | 0,00     | 0,00      | 4.473,70   |
| SC | 420610 | Grão Pará              | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.651,89   |
| SC | 420620 | Gravatal               | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.431,95   |
| SC | 420630 | Guabiruba              | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 3.584,46   |
| SC | 420640 | Guaraciaba             | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.675,46   |
| SC | 420650 | Guaramirim             | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 7.533,99   |
| SC | 420660 | Guarujá do Sul         | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 662,32     |
| SC | 420665 | Guatambú               | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 643,93     |
| SC | 420670 | Herval d'Oeste         | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 3.735,42   |
| SC | 420675 | Ibiam                  | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.128,36   |
| SC | 420680 | Ibicaré                | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.198,53   |
| SC | 420690 | Ibirama                | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 2.768,46   |
| SC | 420700 | Içara                  | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 9.698,77   |
| SC | 420710 | Ilhota                 | 1  | 50,70    | 963,30    | 2.477,41   |
| SC | 420720 | Imaruí                 | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.909,80   |
| SC | 420730 | Imbituba               | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 6.191,34   |
| SC | 420740 | Imbuia                 | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.540,20   |
| SC | 420750 | Indaial                | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 11.373,19  |
| SC | 420757 | Iomerê                 | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.206,06   |
| SC | 420760 | Ipira                  | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.273,97   |
| SC | 420765 | Iporã do Oeste         | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.124,93   |
| SC | 420768 | Ipuacu                 | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.851,81   |
| SC | 420770 | Ipumirim               | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.912,24   |
| SC | 420775 | Iraceminha             | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.244,56   |
| SC | 420780 | Irani                  | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.616,79   |
| SC | 420785 | Irati                  | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.118,85   |
| SC | 420790 | Irineópolis            | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.802,19   |
| SC | 420800 | Itá                    | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 818,55     |
| SC | 420810 | Itaiópolis             | 0  | 0,00     | 0,00      | 5.422,06   |
| SC | 420820 | Itajaí                 | 68 | 3.447,60 | 65.504,40 | 26.172,05  |
| SC | 420830 | Itapema                | 10 | 507,00   | 9.633,00  | 7.278,85   |
| SC | 420840 | Itapiranga             | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 2.090,75   |
| SC | 420845 | Itapoá                 | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 2.312,47   |
| SC | 420850 | Ituporanga             | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 3.245,65   |
| SC | 420860 | Jaborá                 | 0  | 0,00     | 0,00      | 1.242,98   |
| SC | 420870 | Jacinto Machado        | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.722,63   |
| SC | 420880 | Jaguaruna              | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 2.913,30   |
| SC | 420890 | Jaraguá do Sul         | 8  | 405,60   | 7.706,40  | 34.046,02  |
| SC | 420895 | Jardinópolis           | 1  | 50,70    | 963,30    | 549,80     |
| SC | 420900 | Joaçaba                | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 5.470,44   |
| SC | 420910 | Joinville              | 29 | 1.470,30 | 27.935,70 | 115.412,80 |
| SC | 420915 | José Boiteux           | 1  | 50,70    | 963,30    | 652,54     |
| SC | 420917 | Jupiaí                 | 1  | 50,70    | 963,30    | 566,72     |
| SC | 420920 | Lacerdópolis           | 1  | 50,70    | 963,30    | 574,33     |



|    |        |                              |    |        |          |           |
|----|--------|------------------------------|----|--------|----------|-----------|
| SC | 420930 | Lages                        | 10 | 507,00 | 9.633,00 | 30.902,05 |
| SC | 420940 | Laguna                       | 5  | 253,50 | 4.816,50 | 6.569,25  |
| SC | 420945 | Lajeado Grande               | 1  | 50,70  | 963,30   | 546,16    |
| SC | 420950 | Laurentino                   | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.682,49  |
| SC | 420960 | Lauro Muller                 | 1  | 50,70  | 963,30   | 2.860,68  |
| SC | 420970 | Lebon Régis                  | 0  | 0,00   | 0,00     | 3.086,77  |
| SC | 420980 | Leoberto Leal                | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.190,26  |
| SC | 420985 | Lindóia do Sul               | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.280,00  |
| SC | 420990 | Lontras                      | 1  | 50,70  | 963,30   | 1.941,91  |
| SC | 421000 | Luiz Alves                   | 0  | 0,00   | 0,00     | 3.036,54  |
| SC | 421003 | Luzerna                      | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.453,75  |
| SC | 421005 | Macieira                     | 1  | 50,70  | 963,30   | 557,05    |
| SC | 421010 | Mafra                        | 2  | 101,40 | 1.926,60 | 12.178,21 |
| SC | 421020 | Major Gercino                | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.226,52  |
| SC | 421030 | Major Vjeira                 | 1  | 50,70  | 963,30   | 1.050,94  |
| SC | 421040 | Maracajá                     | 2  | 101,40 | 1.926,60 | 887,78    |
| SC | 421050 | Maravilha                    | 3  | 152,10 | 2.889,90 | 3.318,07  |
| SC | 421055 | Marema                       | 1  | 50,70  | 963,30   | 561,41    |
| SC | 421060 | Massaranduba                 | 1  | 50,70  | 963,30   | 3.122,82  |
| SC | 421070 | Matos Costa                  | 1  | 50,70  | 963,30   | 580,04    |
| SC | 421080 | Meleiro                      | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.806,67  |
| SC | 421085 | Mirim Doce                   | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.142,42  |
| SC | 421090 | Modelo                       | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.265,80  |
| SC | 421100 | Mondai                       | 2  | 101,40 | 1.926,60 | 1.426,60  |
| SC | 421105 | Monte Carlo                  | 0  | 0,00   | 0,00     | 2.472,22  |
| SC | 421110 | Monte Castelo                | 0  | 0,00   | 0,00     | 2.161,89  |
| SC | 421120 | Morro da Fumaça              | 0  | 0,00   | 0,00     | 4.389,31  |
| SC | 421125 | Morro Grande                 | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.182,91  |
| SC | 421130 | Navegantes                   | 4  | 202,80 | 3.853,20 | 14.703,66 |
| SC | 421140 | Nova Erechim                 | 1  | 50,70  | 963,30   | 675,06    |
| SC | 421145 | Nova Itaberaba               | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.265,88  |
| SC | 421150 | Nova Trento                  | 0  | 0,00   | 0,00     | 3.473,35  |
| SC | 421160 | Nova Veneza                  | 0  | 0,00   | 0,00     | 3.689,85  |
| SC | 421165 | Novo Horizonte               | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.155,07  |
| SC | 421170 | Orleans                      | 2  | 101,40 | 1.926,60 | 3.797,89  |
| SC | 421175 | Otacílio Costa               | 2  | 101,40 | 1.926,60 | 2.621,32  |
| SC | 421180 | Ouro                         | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.896,18  |
| SC | 421185 | Ouro Verde                   | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.140,89  |
| SC | 421187 | Paial                        | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.098,90  |
| SC | 421189 | Painel                       | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.151,59  |
| SC | 421190 | Palhoça                      | 1  | 50,70  | 963,30   | 49.674,78 |
| SC | 421200 | Palma Sola                   | 2  | 101,40 | 1.926,60 | 987,74    |
| SC | 421205 | Palmeira                     | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.198,57  |
| SC | 421210 | Palmitos                     | 2  | 101,40 | 1.926,60 | 2.222,25  |
| SC | 421220 | Papanduva                    | 3  | 152,10 | 2.889,90 | 2.396,11  |
| SC | 421223 | Paraíso                      | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.228,39  |
| SC | 421225 | Passo de Torres              | 1  | 50,70  | 963,30   | 1.054,26  |
| SC | 421227 | Passos Maia                  | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.255,22  |
| SC | 421230 | Paulo Lopes                  | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.836,76  |
| SC | 421240 | Pedras Grandes               | 1  | 50,70  | 963,30   | 622,09    |
| SC | 421250 | Penha                        | 0  | 0,00   | 0,00     | 8.330,60  |
| SC | 421260 | Peritiba                     | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.172,11  |
| SC | 421265 | Pescaria Brava               | 0  | 0,00   | 0,00     | 2.507,92  |
| SC | 421270 | Petrolândia                  | 1  | 50,70  | 963,30   | 782,85    |
| SC | 421280 | Balneário Piçarras           | 0  | 0,00   | 0,00     | 5.257,33  |
| SC | 421290 | Pinhalzinho                  | 6  | 304,20 | 5.779,80 | 2.383,74  |
| SC | 421300 | Pinheiro Preto               | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.259,84  |
| SC | 421310 | Piratuba                     | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.266,34  |
| SC | 421315 | Planalto Alegre              | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.205,11  |
| SC | 421320 | Pomerode                     | 0  | 0,00   | 0,00     | 7.951,15  |
| SC | 421330 | Ponte Alta                   | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.287,48  |
| SC | 421335 | Ponte Alta do Norte          | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.219,75  |
| SC | 421340 | Ponte Serrada                | 0  | 0,00   | 0,00     | 2.920,26  |
| SC | 421350 | Porto Belo                   | 4  | 202,80 | 3.853,20 | 2.446,60  |
| SC | 421360 | Porto União                  | 1  | 50,70  | 963,30   | 7.931,61  |
| SC | 421370 | Pouso Redondo                | 0  | 0,00   | 0,00     | 4.188,12  |
| SC | 421380 | Praia Grande                 | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.881,13  |
| SC | 421390 | Presidente Castello Branco   | 1  | 50,70  | 963,30   | 548,79    |
| SC | 421400 | Presidente Getúlio           | 0  | 0,00   | 0,00     | 4.200,87  |
| SC | 421410 | Presidente Nereu             | 1  | 50,70  | 963,30   | 573,76    |
| SC | 421415 | Princesa                     | 1  | 50,70  | 963,30   | 600,16    |
| SC | 421420 | Quilombo                     | 2  | 101,40 | 1.926,60 | 1.307,51  |
| SC | 421430 | Rancho Queimado              | 1  | 50,70  | 963,30   | 597,10    |
| SC | 421440 | Rio das Antas                | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.592,73  |
| SC | 421450 | Rio do Campo                 | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.577,17  |
| SC | 421460 | Rio do Oeste                 | 1  | 50,70  | 963,30   | 942,48    |
| SC | 421470 | Rio dos Cedros               | 1  | 50,70  | 963,30   | 1.881,73  |
| SC | 421480 | Rio do Sul                   | 5  | 253,50 | 4.816,50 | 12.328,93 |
| SC | 421490 | Rio Fortuna                  | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.289,43  |
| SC | 421500 | Rio Negrinho                 | 3  | 152,10 | 2.889,90 | 7.718,61  |
| SC | 421505 | Rio Rufino                   | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.161,32  |
| SC | 421507 | Riqueza                      | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.280,96  |
| SC | 421510 | Rodeio                       | 1  | 50,70  | 963,30   | 1.938,60  |
| SC | 421520 | Romelândia                   | 1  | 50,70  | 963,30   | 700,49    |
| SC | 421530 | Saete                        | 1  | 50,70  | 963,30   | 973,17    |
| SC | 421535 | Saltinho                     | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.232,61  |
| SC | 421540 | Salto Veloso                 | 1  | 50,70  | 963,30   | 656,21    |
| SC | 421545 | Sangão                       | 1  | 50,70  | 963,30   | 2.037,28  |
| SC | 421550 | Santa Cecília                | 0  | 0,00   | 0,00     | 4.210,05  |
| SC | 421555 | Santa Helena                 | 1  | 50,70  | 963,30   | 568,32    |
| SC | 421560 | Santa Rosa de Lima           | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.148,39  |
| SC | 421565 | Santa Rosa do Sul            | 0  | 0,00   | 0,00     | 2.118,79  |
| SC | 421567 | Santa Terezinha              | 1  | 50,70  | 963,30   | 1.301,86  |
| SC | 421568 | Santa Terezinha do Progresso | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.162,03  |
| SC | 421569 | Santiago do Sul              | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.082,28  |
| SC | 421570 | Santo Amaro da Imperatriz    | 0  | 0,00   | 0,00     | 7.032,66  |
| SC | 421575 | São Bernardino               | 1  | 50,70  | 963,30   | 576,94    |
| SC | 421580 | São Bento do Sul             | 4  | 202,80 | 3.853,20 | 16.785,48 |
| SC | 421590 | São Bonifácio                | 1  | 50,70  | 963,30   | 587,95    |
| SC | 421600 | São Carlos                   | 2  | 101,40 | 1.926,60 | 1.395,36  |
| SC | 421605 | São Cristovão do Sul         | 0  | 0,00   | 0,00     | 1.366,80  |
| SC | 421610 | São Domingos                 | 2  | 101,40 | 1.926,60 | 1.215,08  |
| SC | 421620 | São Francisco do Sul         | 5  | 253,50 | 4.816,50 | 7.578,03  |
| SC | 421625 | São João do Oeste            | 1  | 50,70  | 963,30   | 798,15    |
| SC | 421630 | São João Batista             | 1  | 50,70  | 963,30   | 7.380,30  |
| SC | 421635 | São João do Itaperiú         | 1  | 50,70  | 963,30   | 627,05    |
| SC | 421640 | São João do Sul              | 2  | 101,40 | 1.926,60 | 921,32    |
| SC | 421650 | São Joaquim                  | 1  | 50,70  | 963,30   | 5.729,68  |



|       |        |                         |     |           |            |              |
|-------|--------|-------------------------|-----|-----------|------------|--------------|
| SC    | 421660 | São José                | 10  | 507,00    | 9.633,00   | 64.899,47    |
| SC    | 421670 | São José do Cedro       | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.772,76     |
| SC    | 421680 | São José do Cerrito     | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.321,52     |
| SC    | 421690 | São Lourenço do Oeste   | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 3.037,57     |
| SC    | 421700 | São Ludgero             | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.586,23     |
| SC    | 421710 | São Martinho            | 1   | 50,70     | 963,30     | 599,22       |
| SC    | 421715 | São Miguel da Boa Vista | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.114,37     |
| SC    | 421720 | São Miguel do Oeste     | 18  | 912,60    | 17.339,40  | 4.970,46     |
| SC    | 421725 | São Pedro de Alcântara  | 1   | 50,70     | 963,30     | 861,92       |
| SC    | 421730 | Saudades                | 1   | 50,70     | 963,30     | 1.465,32     |
| SC    | 421740 | Schroeder               | 1   | 50,70     | 963,30     | 3.837,58     |
| SC    | 421750 | Seara                   | 1   | 50,70     | 963,30     | 3.483,64     |
| SC    | 421755 | Serra Alta              | 1   | 50,70     | 963,30     | 602,25       |
| SC    | 421760 | Siderópolis             | 1   | 50,70     | 963,30     | 2.526,63     |
| SC    | 421770 | Sombrio                 | 0   | 0,00      | 0,00       | 7.386,33     |
| SC    | 421775 | Sul Brasil              | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.156,05     |
| SC    | 421780 | Taió                    | 0   | 0,00      | 0,00       | 4.605,30     |
| SC    | 421790 | Tangará                 | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.238,13     |
| SC    | 421795 | Tigrinhos               | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.104,42     |
| SC    | 421800 | Tijucas                 | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 4.513,76     |
| SC    | 421810 | Timbé do Sul            | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.373,68     |
| SC    | 421820 | Timbó                   | 0   | 0,00      | 0,00       | 10.527,16    |
| SC    | 421825 | Timbó Grande            | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.946,16     |
| SC    | 421830 | Três Barras             | 1   | 50,70     | 963,30     | 3.867,67     |
| SC    | 421835 | Treviso                 | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.273,42     |
| SC    | 421840 | Treze de Maio           | 1   | 50,70     | 963,30     | 901,04       |
| SC    | 421850 | Treze Tilias            | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.845,43     |
| SC    | 421860 | Trombudo Central        | 1   | 50,70     | 963,30     | 899,77       |
| SC    | 421870 | Tubarão                 | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 22.381,96    |
| SC    | 421875 | Tunápolis               | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.278,35     |
| SC    | 421880 | Turvo                   | 1   | 50,70     | 963,30     | 2.237,20     |
| SC    | 421885 | União do Oeste          | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.163,18     |
| SC    | 421890 | Urubici                 | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.831,01     |
| SC    | 421895 | Urupema                 | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.156,67     |
| SC    | 421900 | Urussanga               | 1   | 50,70     | 963,30     | 4.392,46     |
| SC    | 421910 | Vargão                  | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.222,55     |
| SC    | 421915 | Vargem                  | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.157,89     |
| SC    | 421917 | Vargem Bonita           | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.276,19     |
| SC    | 421920 | Vidal Ramos             | 1   | 50,70     | 963,30     | 813,07       |
| SC    | 421930 | Videira                 | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 10.096,23    |
| SC    | 421935 | Vitor Meireles          | 1   | 50,70     | 963,30     | 661,73       |
| SC    | 421940 | Witmarsum               | 1   | 50,70     | 963,30     | 636,16       |
| SC    | 421950 | Xanxerê                 | 8   | 405,60    | 7.706,40   | 6.167,18     |
| SC    | 421960 | Xavantina               | 1   | 50,70     | 963,30     | 621,12       |
| SC    | 421970 | Xaxim                   | 8   | 405,60    | 7.706,40   | 3.522,83     |
| SC    | 421985 | Zortéa                  | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.244,97     |
| SC    | 422000 | Balneário Rincão        | 1   | 50,70     | 963,30     | 2.101,29     |
| Total |        |                         | 617 | 31.281,90 | 594.356,10 | 1.816.502,05 |

| UF | IBGE   | Município                | Nº ACE ELEGÍ-VEIS | Incentivo (R\$) | AFC (R\$)  | PFVS Mensal (R\$) |
|----|--------|--------------------------|-------------------|-----------------|------------|-------------------|
| SE | 280000 | SES/SE                   | 0                 | 0,00            | 0,00       | 281.902,44        |
| SE | 280010 | Amparo de São Francisco  | 0                 | 0,00            | 0,00       | 1.016,20          |
| SE | 280020 | Aquidabã                 | 7                 | 354,90          | 6.743,10   | 4.553,00          |
| SE | 280030 | Aracaju                  | 261               | 13.232,70       | 251.421,30 | 153.941,70        |
| SE | 280040 | Araúá                    | 4                 | 202,80          | 3.853,20   | 2.350,59          |
| SE | 280050 | Areia Branca             | 5                 | 253,50          | 4.816,50   | 3.860,97          |
| SE | 280060 | Barra dos Coqueiros      | 0                 | 0,00            | 0,00       | 12.110,61         |
| SE | 280067 | Boquim                   | 10                | 507,00          | 9.633,00   | 5.744,29          |
| SE | 280070 | Brejo Grande             | 0                 | 0,00            | 0,00       | 3.527,71          |
| SE | 280100 | Campo do Brito           | 4                 | 202,80          | 3.853,20   | 3.823,10          |
| SE | 280110 | Canhoba                  | 2                 | 101,40          | 1.926,60   | 874,93            |
| SE | 280120 | Canindé de São Francisco | 8                 | 405,60          | 7.706,40   | 6.040,77          |
| SE | 280130 | Capela                   | 6                 | 304,20          | 5.779,80   | 8.465,60          |
| SE | 280140 | Carira                   | 8                 | 405,60          | 7.706,40   | 4.576,04          |
| SE | 280150 | Carmópolis               | 5                 | 253,50          | 4.816,50   | 3.328,30          |
| SE | 280160 | Cedro de São João        | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 1.255,05          |
| SE | 280170 | Cristinápolis            | 0                 | 0,00            | 0,00       | 7.615,49          |
| SE | 280190 | Cumbe                    | 2                 | 101,40          | 1.926,60   | 850,54            |
| SE | 280200 | Divina Pastora           | 0                 | 0,00            | 0,00       | 2.087,51          |
| SE | 280210 | Estância                 | 34                | 1.723,80        | 32.752,20  | 14.543,34         |
| SE | 280220 | Feira Nova               | 1                 | 50,70           | 963,30     | 1.426,76          |
| SE | 280230 | Frei Paulo               | 5                 | 253,50          | 4.816,50   | 3.204,02          |
| SE | 280240 | Gararu                   | 4                 | 202,80          | 3.853,20   | 2.495,40          |
| SE | 280250 | General Maynard          | 2                 | 101,40          | 1.926,60   | 685,49            |
| SE | 280260 | Gracho Cardoso           | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 1.247,87          |
| SE | 280270 | Ilha das Flores          | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 1.835,96          |
| SE | 280280 | Indiaroba                | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 4.575,53          |
| SE | 280290 | Itabaiana                | 20                | 1.014,00        | 19.266,00  | 20.516,94         |
| SE | 280300 | Itabaianinha             | 12                | 608,40          | 11.559,60  | 8.797,73          |
| SE | 280310 | Itabi                    | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 1.073,06          |
| SE | 280320 | Itaporanga d'Ajuda       | 8                 | 405,60          | 7.706,40   | 7.090,56          |
| SE | 280330 | Japaratuba               | 5                 | 253,50          | 4.816,50   | 3.891,54          |
| SE | 280340 | Japoatã                  | 2                 | 101,40          | 1.926,60   | 3.735,98          |
| SE | 280350 | Lagarto                  | 18                | 912,60          | 17.339,40  | 26.009,74         |
| SE | 280360 | Laranjeiras              | 12                | 608,40          | 11.559,60  | 6.203,66          |
| SE | 280370 | Macambira                | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 1.465,65          |
| SE | 280380 | Malhada dos Bois         | 0                 | 0,00            | 0,00       | 1.576,46          |
| SE | 280390 | Malhador                 | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 2.698,67          |
| SE | 280400 | Maruim                   | 6                 | 304,20          | 5.779,80   | 3.674,31          |
| SE | 280410 | Moita Bonita             | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 2.417,51          |
| SE | 280420 | Monte Alegre de Sergipe  | 4                 | 202,80          | 3.853,20   | 3.169,97          |
| SE | 280430 | Muribeca                 | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 1.635,28          |
| SE | 280440 | Neópolis                 | 5                 | 253,50          | 4.816,50   | 4.029,41          |
| SE | 280445 | Nossa Senhora Aparecida  | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 1.868,68          |
| SE | 280450 | Nossa Senhora da Glória  | 11                | 557,70          | 10.596,30  | 7.565,73          |
| SE | 280460 | Nossa Senhora das Dores  | 9                 | 456,30          | 8.669,70   | 5.588,26          |
| SE | 280470 | Nossa Senhora de Lourdes | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 1.385,98          |
| SE | 280480 | Nossa Senhora do Socorro | 97                | 4.917,90        | 93.440,10  | 37.576,04         |
| SE | 280490 | Pacatuba                 | 0                 | 0,00            | 0,00       | 6.016,76          |
| SE | 280500 | Pedra Mole               | 0                 | 0,00            | 0,00       | 1.360,05          |
| SE | 280510 | Pedrinhas                | 4                 | 202,80          | 3.853,20   | 2.018,39          |
| SE | 280520 | Pinhão                   | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 1.367,28          |
| SE | 280530 | Pirambu                  | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 1.938,19          |
| SE | 280540 | Poço Redondo             | 5                 | 253,50          | 4.816,50   | 9.571,34          |
| SE | 280550 | Poço Verde               | 0                 | 0,00            | 0,00       | 9.931,14          |
| SE | 280560 | Porto da Folha           | 7                 | 354,90          | 6.743,10   | 6.072,64          |
| SE | 280570 | Propriá                  | 13                | 659,10          | 12.522,90  | 6.301,71          |



|       |        |                          |     |           |            |            |
|-------|--------|--------------------------|-----|-----------|------------|------------|
| SE    | 280580 | Riachão do Dantas        | 0   | 0,00      | 0,00       | 8.490,70   |
| SE    | 280590 | Riachuelo                | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.146,54   |
| SE    | 280600 | Ribeirópolis             | 8   | 405,60    | 7.706,40   | 3.892,86   |
| SE    | 280610 | Rosário do Catete        | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.201,33   |
| SE    | 280620 | Salgado                  | 0   | 0,00      | 0,00       | 8.531,04   |
| SE    | 280630 | Santa Luzia do Itanhy    | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 3.062,73   |
| SE    | 280640 | Santana do São Francisco | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.562,09   |
| SE    | 280650 | Santa Rosa de Lima       | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 890,79     |
| SE    | 280660 | Santo Amaro das Brotas   | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 2.575,21   |
| SE    | 280670 | São Cristóvão            | 41  | 2.078,70  | 39.495,30  | 18.404,53  |
| SE    | 280680 | São Domingos             | 0   | 0,00      | 0,00       | 4.661,83   |
| SE    | 280690 | São Francisco            | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 809,71     |
| SE    | 280700 | São Miguel do Aleixo     | 0   | 0,00      | 0,00       | 1.646,60   |
| SE    | 280710 | Simão Dias               | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 15.252,53  |
| SE    | 280720 | Siriri                   | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.870,00   |
| SE    | 280730 | Telha                    | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 672,23     |
| SE    | 280740 | Tobias Barreto           | 18  | 912,60    | 17.339,40  | 10.911,98  |
| SE    | 280750 | Tomar do Geru            | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.803,81   |
| SE    | 280760 | Umbaúba                  | 7   | 354,90    | 6.743,10   | 5.237,50   |
| Total |        |                          | 754 | 38.227,80 | 726.328,20 | 830.111,88 |

| ANEXO XXVI |        |                        |                   |                 |            |                   |
|------------|--------|------------------------|-------------------|-----------------|------------|-------------------|
| UF         | IBGE   | Município              | Nº ACE ELEGÍ-VEIS | Incentivo (R\$) | AFC (R\$)  | PFVS Mensal (R\$) |
| SP         | 350000 | SES/SP                 | 0                 | 0,00            | 0,00       | 2.701.213,52      |
| SP         | 350010 | Adamantina             | 19                | 963,30          | 18.302,70  | 4.253,32          |
| SP         | 350020 | Adolfo                 | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 1.028,55          |
| SP         | 350030 | Aguaí                  | 6                 | 304,20          | 5.779,80   | 3.413,67          |
| SP         | 350040 | Águas da Prata         | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 1.048,61          |
| SP         | 350050 | Águas de Lindóia       | 0                 | 0,00            | 0,00       | 4.578,25          |
| SP         | 350055 | Águas de Santa Bárbara | 0                 | 0,00            | 0,00       | 2.101,09          |
| SP         | 350060 | Águas de São Pedro     | 0                 | 0,00            | 0,00       | 2.216,80          |
| SP         | 350070 | Agudos                 | 9                 | 456,30          | 8.669,70   | 3.576,31          |
| SP         | 350075 | Alambari               | 0                 | 0,00            | 0,00       | 2.192,86          |
| SP         | 350080 | Alfredo Marcondes      | 1                 | 50,70           | 963,30     | 1.128,51          |
| SP         | 350090 | Altair                 | 2                 | 101,40          | 1.926,60   | 1.052,09          |
| SP         | 350100 | Altinópolis            | 5                 | 253,50          | 4.816,50   | 1.584,19          |
| SP         | 350110 | Alto Alegre            | 0                 | 0,00            | 0,00       | 2.056,40          |
| SP         | 350115 | Alumínio               | 0                 | 0,00            | 0,00       | 3.536,94          |
| SP         | 350120 | Álvares Florence       | 2                 | 101,40          | 1.926,60   | 1.021,13          |
| SP         | 350130 | Álvares Machado        | 7                 | 354,90          | 6.743,10   | 2.647,98          |
| SP         | 350140 | Álvaro de Carvalho     | 0                 | 0,00            | 0,00       | 2.125,94          |
| SP         | 350150 | Alvinlândia            | 1                 | 50,70           | 963,30     | 1.131,24          |
| SP         | 350160 | Americana              | 0                 | 0,00            | 0,00       | 59.814,82         |
| SP         | 350170 | Américo Brasiliense    | 9                 | 456,30          | 8.669,70   | 3.740,61          |
| SP         | 350180 | Américo de Campos      | 4                 | 202,80          | 3.853,20   | 1.038,27          |
| SP         | 350190 | Amparo                 | 6                 | 304,20          | 5.779,80   | 11.790,20         |
| SP         | 350200 | Análândia              | 0                 | 0,00            | 0,00       | 2.149,96          |
| SP         | 350210 | Andradina              | 26                | 1.318,20        | 25.045,80  | 7.963,91          |
| SP         | 350220 | Angatuba               | 0                 | 0,00            | 0,00       | 4.731,52          |
| SP         | 350230 | Anhembi                | 0                 | 0,00            | 0,00       | 2.166,60          |
| SP         | 350240 | Anhumas                | 1                 | 50,70           | 963,30     | 1.148,10          |
| SP         | 350250 | Aparecida              | 13                | 659,10          | 12.522,90  | 4.527,13          |
| SP         | 350260 | Aparecida d'Oeste      | 2                 | 101,40          | 1.926,60   | 1.020,79          |
| SP         | 350270 | Apiáí                  | 5                 | 253,50          | 4.816,50   | 2.495,99          |
| SP         | 350275 | Araçariguama           | 0                 | 0,00            | 0,00       | 3.938,99          |
| SP         | 350280 | Araçatuba              | 118               | 5.982,60        | 113.669,40 | 26.411,78         |
| SP         | 350290 | Araçoiaba da Serra     | 6                 | 304,20          | 5.779,80   | 3.066,85          |
| SP         | 350300 | Aramina                | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 1.052,77          |
| SP         | 350310 | Arandu                 | 0                 | 0,00            | 0,00       | 2.071,42          |
| SP         | 350315 | Arapeí                 | 2                 | 101,40          | 1.926,60   | 1.026,67          |
| SP         | 350320 | Araraquara             | 103               | 5.222,10        | 99.219,90  | 29.540,42         |
| SP         | 350330 | Araras                 | 19                | 963,30          | 18.302,70  | 14.279,04         |
| SP         | 350335 | Arco-Íris              | 1                 | 50,70           | 963,30     | 1.073,73          |
| SP         | 350340 | Arealva                | 4                 | 202,80          | 3.853,20   | 1.052,82          |
| SP         | 350350 | Areias                 | 0                 | 0,00            | 0,00       | 2.079,76          |
| SP         | 350360 | Areiópolis             | 0                 | 0,00            | 0,00       | 2.163,76          |
| SP         | 350370 | Ariranha               | 0                 | 0,00            | 0,00       | 2.130,43          |
| SP         | 350380 | Artur Nogueira         | 2                 | 101,40          | 1.926,60   | 10.634,90         |
| SP         | 350390 | Arujá                  | 0                 | 0,00            | 0,00       | 21.894,08         |
| SP         | 350395 | Aspásia                | 1                 | 50,70           | 963,30     | 1.094,41          |
| SP         | 350400 | Assis                  | 40                | 2.028,00        | 38.532,00  | 13.249,94         |
| SP         | 350410 | Atibaia                | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 32.893,04         |
| SP         | 350420 | Auriflama              | 0                 | 0,00            | 0,00       | 3.548,06          |
| SP         | 350430 | Avaí                   | 2                 | 101,40          | 1.926,60   | 1.052,05          |
| SP         | 350440 | Avanhandava            | 2                 | 101,40          | 1.926,60   | 1.658,77          |
| SP         | 350450 | Avaré                  | 30                | 1.521,00        | 28.899,00  | 11.526,88         |
| SP         | 350460 | Bady Bassitt           | 8                 | 405,60          | 7.706,40   | 1.667,32          |
| SP         | 350470 | Balbinos               | 0                 | 0,00            | 0,00       | 2.372,13          |
| SP         | 350480 | Bálsamo                | 2                 | 101,40          | 1.926,60   | 1.059,03          |
| SP         | 350490 | Bananal                | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 1.346,88          |
| SP         | 350500 | Barão de Antonina      | 0                 | 0,00            | 0,00       | 2.118,79          |
| SP         | 350510 | Barbosa                | 1                 | 50,70           | 963,30     | 1.161,92          |
| SP         | 350520 | Bariri                 | 5                 | 253,50          | 4.816,50   | 3.333,87          |
| SP         | 350530 | Barra Bonita           | 12                | 608,40          | 11.559,60  | 4.540,13          |
| SP         | 350535 | Barra do Chapéu        | 0                 | 0,00            | 0,00       | 2.105,56          |
| SP         | 350540 | Barra do Turvo         | 0                 | 0,00            | 0,00       | 2.053,70          |
| SP         | 350550 | Barretos               | 61                | 3.092,70        | 58.761,30  | 14.638,41         |
| SP         | 350560 | Barrinha               | 9                 | 456,30          | 8.669,70   | 3.057,94          |
| SP         | 350570 | Barueri                | 41                | 2.078,70        | 39.495,30  | 34.205,03         |
| SP         | 350580 | Bastos                 | 6                 | 304,20          | 5.779,80   | 2.121,76          |
| SP         | 350590 | Batatais               | 18                | 912,60          | 17.339,40  | 7.573,63          |
| SP         | 350600 | Bauru                  | 120               | 6.084,00        | 115.596,00 | 54.853,19         |
| SP         | 350610 | Bebedouro              | 1                 | 50,70           | 963,30     | 18.100,20         |
| SP         | 350620 | Bento de Abreu         | 2                 | 101,40          | 1.926,60   | 1.059,62          |
| SP         | 350630 | Bernardino de Campos   | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 1.092,46          |
| SP         | 350635 | Bertioga               | 19                | 963,30          | 18.302,70  | 7.069,38          |
| SP         | 350640 | Bilac                  | 1                 | 50,70           | 963,30     | 1.172,66          |
| SP         | 350650 | Birigui                | 47                | 2.382,90        | 45.275,10  | 15.435,07         |
| SP         | 350660 | Biritiba-Mirim         | 0                 | 0,00            | 0,00       | 8.127,04          |
| SP         | 350670 | Boa Esperança do Sul   | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 1.512,84          |
| SP         | 350680 | Bocaina                | 0                 | 0,00            | 0,00       | 2.312,79          |
| SP         | 350690 | Bofete                 | 0                 | 0,00            | 0,00       | 2.184,53          |
| SP         | 350700 | Boituva                | 15                | 760,50          | 14.449,50  | 5.456,41          |
| SP         | 350710 | Bom Jesus dos Perdões  | 3                 | 152,10          | 2.889,90   | 2.254,53          |
| SP         | 350715 | Bom Sucesso de Itararé | 0                 | 0,00            | 0,00       | 2.114,82          |
| SP         | 350720 | Borá                   | 0                 | 0,00            | 0,00       | 2.071,86          |
| SP         | 350730 | Boracéia               | 0                 | 0,00            | 0,00       | 2.130,17          |
| SP         | 350740 | Borborema              | 8                 | 405,60          | 7.706,40   | 1.524,46          |



|    |        |                            |    |          |           |            |
|----|--------|----------------------------|----|----------|-----------|------------|
| SP | 350745 | Borebi                     | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.182,35   |
| SP | 350750 | Botucatu                   | 25 | 1.267,50 | 24.082,50 | 15.416,33  |
| SP | 350760 | Bragança Paulista          | 0  | 0,00     | 0,00      | 41.906,78  |
| SP | 350770 | Brauna                     | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.065,65   |
| SP | 350775 | Brejo Alegre               | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.154,52   |
| SP | 350780 | Brodowski                  | 0  | 0,00     | 0,00      | 4.594,25   |
| SP | 350790 | Brotas                     | 0  | 0,00     | 0,00      | 4.586,22   |
| SP | 350800 | Buri                       | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.916,23   |
| SP | 350810 | Buritama                   | 9  | 456,30   | 8.669,70  | 1.888,67   |
| SP | 350820 | Buritizal                  | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.150,54   |
| SP | 350830 | Cabrália Paulista          | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.049,97   |
| SP | 350840 | Cabreúva                   | 0  | 0,00     | 0,00      | 9.111,73   |
| SP | 350850 | Caçapava                   | 0  | 0,00     | 0,00      | 22.790,50  |
| SP | 350860 | Cachoeira Paulista         | 0  | 0,00     | 0,00      | 8.073,50   |
| SP | 350870 | Caconde                    | 1  | 50,70    | 963,30    | 3.780,70   |
| SP | 350880 | Cafelândia                 | 10 | 507,00   | 9.633,00  | 1.754,95   |
| SP | 350890 | Caiabu                     | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.102,51   |
| SP | 350900 | Caieiras                   | 0  | 0,00     | 0,00      | 24.982,61  |
| SP | 350910 | Caiuá                      | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.076,06   |
| SP | 350920 | Cajamar                    | 0  | 0,00     | 0,00      | 18.729,13  |
| SP | 350925 | Cajati                     | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 2.845,36   |
| SP | 350930 | Cajobi                     | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 1.049,00   |
| SP | 350940 | Cajuru                     | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 3.047,78   |
| SP | 350945 | Campina do Monte Alegre    | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.099,25   |
| SP | 350950 | Campinas                   | 0  | 0,00     | 0,00      | 316.475,40 |
| SP | 350960 | Campo Limpo Paulista       | 7  | 354,90   | 6.743,10  | 9.089,43   |
| SP | 350970 | Campos do Jordão           | 0  | 0,00     | 0,00      | 12.713,00  |
| SP | 350980 | Campos Novos Paulista      | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.106,66   |
| SP | 350990 | Cananéia                   | 0  | 0,00     | 0,00      | 3.151,00   |
| SP | 350995 | Canas                      | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.155,48   |
| SP | 351000 | Cândido Mota               | 0  | 0,00     | 0,00      | 6.682,73   |
| SP | 351010 | Cândido Rodrigues          | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.113,65   |
| SP | 351015 | Canitar                    | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.205,43   |
| SP | 351020 | Capão Bonito               | 10 | 507,00   | 9.633,00  | 4.652,02   |
| SP | 351030 | Capela do Alto             | 8  | 405,60   | 7.706,40  | 1.907,61   |
| SP | 351040 | Capivari                   | 9  | 456,30   | 8.669,70  | 5.204,47   |
| SP | 351050 | Caraguatatuba              | 8  | 405,60   | 7.706,40  | 21.850,45  |
| SP | 351060 | Carapicuíba                | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 97.506,85  |
| SP | 351070 | Cardoso                    | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.202,51   |
| SP | 351080 | Casa Branca                | 6  | 304,20   | 5.779,80  | 3.896,46   |
| SP | 351090 | Cássia dos Coqueiros       | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.044,63   |
| SP | 351100 | Castilho                   | 9  | 456,30   | 8.669,70  | 2.033,14   |
| SP | 351110 | Catanduva                  | 45 | 2.281,50 | 43.348,50 | 15.668,73  |
| SP | 351120 | Catiguá                    | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.053,92   |
| SP | 351130 | Cedral                     | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.073,73   |
| SP | 351140 | Cerqueira César            | 0  | 0,00     | 0,00      | 3.742,17   |
| SP | 351150 | Cerquilha                  | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 4.420,15   |
| SP | 351160 | Cesário Lange              | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 1.680,54   |
| SP | 351170 | Charqueada                 | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.609,75   |
| SP | 351190 | Clementina                 | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.184,79   |
| SP | 351200 | Colina                     | 9  | 456,30   | 8.669,70  | 1.878,41   |
| SP | 351210 | Colômbia                   | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.106,68   |
| SP | 351220 | Conchal                    | 0  | 0,00     | 0,00      | 5.365,14   |
| SP | 351230 | Conchas                    | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 1.704,34   |
| SP | 351240 | Cordeirópolis              | 7  | 354,90   | 6.743,10  | 2.275,00   |
| SP | 351250 | Coroados                   | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.072,92   |
| SP | 351260 | Coronel Macedo             | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.019,54   |
| SP | 351270 | Corumbataí                 | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.076,66   |
| SP | 351280 | Cosmópolis                 | 14 | 709,80   | 13.486,20 | 8.350,88   |
| SP | 351290 | Cosmorama                  | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.029,62   |
| SP | 351300 | Cotia                      | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 56.983,87  |
| SP | 351310 | Cravinhos                  | 10 | 507,00   | 9.633,00  | 3.408,12   |
| SP | 351320 | Cristais Paulista          | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.067,05   |
| SP | 351330 | Cruzália                   | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.069,07   |
| SP | 351340 | Cruzeiro                   | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 16.417,30  |
| SP | 351350 | Cubatão                    | 0  | 0,00     | 0,00      | 52.671,92  |
| SP | 351360 | Cunha                      | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 3.636,15   |
| SP | 351370 | Descalvado                 | 7  | 354,90   | 6.743,10  | 3.304,93   |
| SP | 351380 | Diadema                    | 25 | 1.267,50 | 24.082,50 | 83.492,47  |
| SP | 351385 | Dirce Reis                 | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.042,97   |
| SP | 351390 | Divinolândia               | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.272,45   |
| SP | 351400 | Dobrada                    | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.063,37   |
| SP | 351410 | Dois Córregos              | 8  | 405,60   | 7.706,40  | 2.596,46   |
| SP | 351420 | Dolcinópolis               | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.094,17   |
| SP | 351430 | Dourado                    | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.066,66   |
| SP | 351440 | Dracena                    | 29 | 1.470,30 | 27.935,70 | 5.979,21   |
| SP | 351450 | Duartina                   | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.232,28   |
| SP | 351460 | Dumont                     | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.179,78   |
| SP | 351470 | Echaporã                   | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.023,55   |
| SP | 351480 | Eldorado                   | 0  | 0,00     | 0,00      | 3.834,75   |
| SP | 351490 | Elias Fausto               | 0  | 0,00     | 0,00      | 3.345,81   |
| SP | 351492 | Elisiário                  | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.192,22   |
| SP | 351495 | Embaúba                    | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.029,40   |
| SP | 351500 | Embu das Artes             | 11 | 557,70   | 10.596,30 | 57.684,91  |
| SP | 351510 | Embu-Guaçu                 | 19 | 963,30   | 18.302,70 | 8.776,52   |
| SP | 351512 | Emilianópolis              | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.044,08   |
| SP | 351515 | Engenheiro Coelho          | 0  | 0,00     | 0,00      | 4.652,75   |
| SP | 351518 | Espírito Santo do Pinhal   | 9  | 456,30   | 8.669,70  | 4.298,25   |
| SP | 351519 | Espírito Santo do Turvo    | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.134,41   |
| SP | 351520 | Estrela d'Oeste            | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.031,83   |
| SP | 351530 | Estrela do Norte           | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.036,80   |
| SP | 351535 | Euclides da Cunha Paulista | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.120,83   |
| SP | 351540 | Fartura                    | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.562,75   |
| SP | 351550 | Fernandópolis              | 27 | 1.368,90 | 26.009,10 | 7.783,52   |
| SP | 351560 | Fernando Prestes           | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.037,84   |
| SP | 351565 | Fernão                     | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.145,35   |
| SP | 351570 | Ferraz de Vasconcelos      | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 45.286,01  |
| SP | 351580 | Flora Rica                 | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.006,52   |
| SP | 351590 | Floreal                    | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.024,24   |
| SP | 351600 | Flórida Paulista           | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.825,83   |
| SP | 351610 | Florínia                   | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.041,65   |
| SP | 351620 | Franca                     | 36 | 1.825,20 | 34.678,80 | 54.555,41  |
| SP | 351630 | Francisco Morato           | 0  | 0,00     | 0,00      | 43.883,38  |
| SP | 351640 | Franco da Rocha            | 0  | 0,00     | 0,00      | 38.017,76  |
| SP | 351650 | Gabriel Monteiro           | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.098,78   |
| SP | 351660 | Gália                      | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.039,22   |
| SP | 351670 | Garça                      | 11 | 557,70   | 10.596,30 | 4.568,28   |
| SP | 351680 | Gastão Vidigal             | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.070,01   |



|    |        |                       |    |          |           |            |
|----|--------|-----------------------|----|----------|-----------|------------|
| SP | 351685 | Gavião Peixoto        | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.137,05   |
| SP | 351690 | General Salgado       | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 1.165,43   |
| SP | 351700 | Getulina              | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 1.472,01   |
| SP | 351710 | Glicério              | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.040,78   |
| SP | 351720 | Guaicara              | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.139,06   |
| SP | 351730 | Guaimbê               | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.043,61   |
| SP | 351740 | Guaíra                | 14 | 709,80   | 13.486,20 | 4.029,16   |
| SP | 351750 | Guapiaçu              | 1  | 50,70    | 963,30    | 2.960,61   |
| SP | 351760 | Guapiara              | 0  | 0,00     | 0,00      | 3.550,26   |
| SP | 351770 | Guará                 | 6  | 304,20   | 5.779,80  | 2.142,07   |
| SP | 351780 | Guaraçaí              | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.140,30   |
| SP | 351790 | Guaraci               | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 1.062,19   |
| SP | 351800 | Guarani d'Oeste       | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.029,52   |
| SP | 351810 | Guarantã              | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.072,93   |
| SP | 351820 | Guararapes            | 0  | 0,00     | 0,00      | 7.536,69   |
| SP | 351830 | Guararema             | 0  | 0,00     | 0,00      | 7.393,06   |
| SP | 351840 | Guaratinguetá         | 16 | 811,20   | 15.412,80 | 14.884,13  |
| SP | 351850 | Guareí                | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 2.199,74   |
| SP | 351860 | Guariba               | 8  | 405,60   | 7.706,40  | 3.769,69   |
| SP | 351870 | Guarujá               | 63 | 3.194,10 | 60.687,90 | 71.698,10  |
| SP | 351880 | Guarulhos             | 0  | 0,00     | 0,00      | 345.547,04 |
| SP | 351885 | Guataporá             | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.110,54   |
| SP | 351890 | Guzolândia            | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.115,67   |
| SP | 351900 | Herculândia           | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.107,91   |
| SP | 351905 | Holambra              | 0  | 0,00     | 0,00      | 3.343,75   |
| SP | 351907 | Hortolândia           | 0  | 0,00     | 0,00      | 57.314,69  |
| SP | 351910 | Iacanga               | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 1.083,55   |
| SP | 351920 | Iacri                 | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.025,92   |
| SP | 351925 | Iaras                 | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.317,53   |
| SP | 351930 | Ibaté                 | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 3.283,64   |
| SP | 351940 | Ibirá                 | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 1.482,63   |
| SP | 351950 | Ibirarema             | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.072,09   |
| SP | 351960 | Ibitinga              | 0  | 0,00     | 0,00      | 14.412,25  |
| SP | 351970 | Ibiúna                | 6  | 304,20   | 5.779,80  | 13.328,20  |
| SP | 351980 | Icém                  | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.056,83   |
| SP | 351990 | Iepê                  | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.045,67   |
| SP | 352000 | Igarapu do Tietê      | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 3.056,38   |
| SP | 352010 | Igarapava             | 13 | 659,10   | 12.522,90 | 3.026,17   |
| SP | 352020 | Igaratá               | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.168,63   |
| SP | 352030 | Iguape                | 0  | 0,00     | 0,00      | 7.597,50   |
| SP | 352040 | Ilhabela              | 9  | 456,30   | 8.669,70  | 4.024,63   |
| SP | 352042 | Ilha Comprida         | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.572,75   |
| SP | 352044 | Ilha Solteira         | 9  | 456,30   | 8.669,70  | 3.293,00   |
| SP | 352050 | Indaiatuba            | 28 | 1.419,60 | 26.972,40 | 30.785,85  |
| SP | 352060 | Indiana               | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.029,53   |
| SP | 352070 | Indiaporã             | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.027,84   |
| SP | 352080 | Inúbia Paulista       | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.110,38   |
| SP | 352090 | Ipaussu               | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.855,05   |
| SP | 352100 | Iperó                 | 7  | 354,90   | 6.743,10  | 4.351,61   |
| SP | 352110 | Ipeúna                | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.205,42   |
| SP | 352115 | Ipiguá                | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.088,66   |
| SP | 352120 | Iporanga              | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.051,17   |
| SP | 352130 | Ipuã                  | 8  | 405,60   | 7.706,40  | 1.526,23   |
| SP | 352140 | Iracemápolis          | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 2.208,71   |
| SP | 352150 | Irapuã                | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.054,96   |
| SP | 352160 | Irapuru               | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.067,72   |
| SP | 352170 | Itaberá               | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 1.777,97   |
| SP | 352180 | Itai                  | 0  | 0,00     | 0,00      | 6.792,62   |
| SP | 352190 | Itajobi               | 8  | 405,60   | 7.706,40  | 1.572,84   |
| SP | 352200 | Itaju                 | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.197,27   |
| SP | 352210 | Itanhaém              | 24 | 1.216,80 | 23.119,20 | 13.116,92  |
| SP | 352215 | Itaóca                | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.103,59   |
| SP | 352220 | Itapeccerica da Serra | 0  | 0,00     | 0,00      | 43.620,72  |
| SP | 352230 | Itapetininga          | 30 | 1.521,00 | 28.899,00 | 20.477,50  |
| SP | 352240 | Itapeva               | 13 | 659,10   | 12.522,90 | 9.077,85   |
| SP | 352250 | Itapevi               | 48 | 2.433,60 | 46.238,40 | 33.474,59  |
| SP | 352260 | Itapira               | 9  | 456,30   | 8.669,70  | 7.144,69   |
| SP | 352265 | Itapirapuã Paulista   | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.143,16   |
| SP | 352270 | Itápolis              | 18 | 912,60   | 17.339,40 | 4.342,40   |
| SP | 352280 | Itaporanga            | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.960,02   |
| SP | 352290 | Itapuí                | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.305,03   |
| SP | 352300 | Itapura               | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.063,35   |
| SP | 352310 | Itaquaquecetuba       | 0  | 0,00     | 0,00      | 92.022,26  |
| SP | 352320 | Itararé               | 0  | 0,00     | 0,00      | 9.812,22   |
| SP | 352330 | Itariri               | 0  | 0,00     | 0,00      | 3.281,97   |
| SP | 352340 | Itatiba               | 12 | 608,40   | 11.559,60 | 16.761,40  |
| SP | 352350 | Itatinga              | 0  | 0,00     | 0,00      | 3.865,35   |
| SP | 352360 | Itirapina             | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 2.237,95   |
| SP | 352370 | Itirapuã              | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.055,26   |
| SP | 352380 | Itobi                 | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.035,98   |
| SP | 352390 | Itu                   | 0  | 0,00     | 0,00      | 41.773,75  |
| SP | 352400 | Itupeva               | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 7.710,16   |
| SP | 352410 | Ituverava             | 17 | 861,90   | 16.376,10 | 4.155,01   |
| SP | 352420 | Jaborandi             | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.039,89   |
| SP | 352430 | Jaboticabal           | 39 | 1.977,30 | 37.568,70 | 7.658,68   |
| SP | 352440 | Jacarei               | 57 | 2.889,90 | 54.908,10 | 28.317,38  |
| SP | 352450 | Jaci                  | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.101,19   |
| SP | 352460 | Jacupiranga           | 0  | 0,00     | 0,00      | 3.495,82   |
| SP | 352470 | Jaguariúna            | 0  | 0,00     | 0,00      | 12.976,75  |
| SP | 352480 | Jales                 | 13 | 659,10   | 12.522,90 | 6.126,98   |
| SP | 352490 | Jambeiro              | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.193,73   |
| SP | 352500 | Jandira               | 34 | 1.723,80 | 32.752,20 | 18.795,45  |
| SP | 352510 | Jardinópolis          | 6  | 304,20   | 5.779,80  | 4.092,82   |
| SP | 352520 | Jarinu                | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 2.690,06   |
| SP | 352530 | Jauú                  | 68 | 3.447,60 | 65.504,40 | 18.686,49  |
| SP | 352540 | Jeriquara             | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.092,71   |
| SP | 352550 | Joanópolis            | 0  | 0,00     | 0,00      | 3.181,25   |
| SP | 352560 | João Ramalho          | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.052,18   |
| SP | 352570 | José Bonifácio        | 15 | 760,50   | 14.449,50 | 3.497,31   |
| SP | 352580 | Júlio Mesquita        | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.048,55   |
| SP | 352585 | Jumirim               | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.175,14   |
| SP | 352590 | Jundiaí               | 27 | 1.368,90 | 26.009,10 | 78.818,77  |
| SP | 352600 | Junqueirópolis        | 6  | 304,20   | 5.779,80  | 2.616,94   |
| SP | 352610 | Juquiá                | 0  | 0,00     | 0,00      | 3.825,60   |
| SP | 352620 | Juquitiba             | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 6.065,85   |
| SP | 352630 | Lagoinha              | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.095,57   |
| SP | 352640 | Laranjal Paulista     | 9  | 456,30   | 8.669,70  | 2.681,35   |
| SP | 352650 | Lavinia               | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.381,11   |



|    |        |                         |    |          |           |            |
|----|--------|-------------------------|----|----------|-----------|------------|
| SP | 352660 | Lavrinhas               | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.148,70   |
| SP | 352670 | Leme                    | 11 | 557,70   | 10.596,30 | 9.731,74   |
| SP | 352680 | Lençóis Paulista        | 11 | 557,70   | 10.596,30 | 6.632,19   |
| SP | 352690 | Limeira                 | 92 | 4.664,40 | 88.623,60 | 38.660,72  |
| SP | 352700 | Lindóia                 | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.165,79   |
| SP | 352710 | Lins                    | 6  | 304,20   | 5.779,80  | 14.067,53  |
| SP | 352720 | Lorena                  | 26 | 1.318,20 | 25.045,80 | 10.897,25  |
| SP | 352725 | Lourdes                 | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.131,71   |
| SP | 352730 | Louveira                | 0  | 0,00     | 0,00      | 8.589,64   |
| SP | 352740 | Lucélia                 | 0  | 0,00     | 0,00      | 5.528,62   |
| SP | 352750 | Lucianópolis            | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.125,03   |
| SP | 352760 | Luís Antônio            | 6  | 304,20   | 5.779,80  | 1.309,93   |
| SP | 352770 | Luiziânia               | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.142,27   |
| SP | 352780 | Lupércio                | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.117,66   |
| SP | 352790 | Lutécia                 | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.086,56   |
| SP | 352800 | Macatuba                | 7  | 354,90   | 6.743,10  | 1.665,86   |
| SP | 352810 | Macaubal                | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.042,57   |
| SP | 352820 | Macedônia               | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.029,04   |
| SP | 352830 | Magda                   | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.024,94   |
| SP | 352840 | Mairinque               | 0  | 0,00     | 0,00      | 9.011,27   |
| SP | 352850 | Mairiporã               | 0  | 0,00     | 0,00      | 24.080,91  |
| SP | 352860 | Manduri                 | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.107,89   |
| SP | 352870 | Marabá Paulista         | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.091,15   |
| SP | 352880 | Maracá                  | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.724,62   |
| SP | 352885 | Marapoama               | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.179,29   |
| SP | 352890 | Mariópolis              | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.074,37   |
| SP | 352900 | Marília                 | 83 | 4.208,10 | 79.953,90 | 31.659,52  |
| SP | 352910 | Marinópolis             | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.028,08   |
| SP | 352920 | Martinópolis            | 8  | 405,60   | 7.706,40  | 3.365,40   |
| SP | 352930 | Matão                   | 30 | 1.521,00 | 28.899,00 | 9.608,32   |
| SP | 352940 | Mauá                    | 43 | 2.180,10 | 41.421,90 | 76.810,19  |
| SP | 352950 | Mendonça                | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.081,06   |
| SP | 352960 | Meridiano               | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.091,00   |
| SP | 352965 | Mesópolis               | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.095,21   |
| SP | 352970 | Miguelópolis            | 0  | 0,00     | 0,00      | 4.364,25   |
| SP | 352980 | Mineiros do Tietê       | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.243,54   |
| SP | 352990 | Miracatu                | 0  | 0,00     | 0,00      | 4.071,37   |
| SP | 353000 | Mira Estrela            | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.053,61   |
| SP | 353010 | Mirandópolis            | 12 | 608,40   | 11.559,60 | 3.787,69   |
| SP | 353020 | Mirante do Paranapanema | 6  | 304,20   | 5.779,80  | 1.760,44   |
| SP | 353030 | Mirassol                | 21 | 1.064,70 | 20.229,30 | 7.454,22   |
| SP | 353040 | Mirassolândia           | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.066,00   |
| SP | 353050 | Mococa                  | 12 | 608,40   | 11.559,60 | 8.972,28   |
| SP | 353060 | Mogi das Cruzes         | 0  | 0,00     | 0,00      | 110.758,44 |
| SP | 353070 | Mogi Guaçu              | 26 | 1.318,20 | 25.045,80 | 17.207,07  |
| SP | 353080 | Mogi Mirim              | 22 | 1.115,40 | 21.192,60 | 11.930,91  |
| SP | 353090 | Mombuca                 | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.091,15   |
| SP | 353100 | Monções                 | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.042,44   |
| SP | 353110 | Mongaguá                | 13 | 659,10   | 12.522,90 | 6.845,83   |
| SP | 353120 | Monte Alegre do Sul     | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.125,85   |
| SP | 353130 | Monte Alto              | 1  | 50,70    | 963,30    | 8.721,83   |
| SP | 353140 | Monte Aprazível         | 0  | 0,00     | 0,00      | 4.671,99   |
| SP | 353150 | Monte Azul Paulista     | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 2.131,93   |
| SP | 353160 | Monte Castelo           | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.031,53   |
| SP | 353170 | Monteiro Lobato         | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.128,66   |
| SP | 353180 | Monte Mor               | 7  | 354,90   | 6.743,10  | 7.109,15   |
| SP | 353190 | Morro Agudo             | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 3.302,35   |
| SP | 353200 | Morungaba               | 0  | 0,00     | 0,00      | 3.233,50   |
| SP | 353205 | Motuca                  | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.058,11   |
| SP | 353210 | Murutinga do Sul        | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.046,46   |
| SP | 353215 | Nantes                  | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.073,90   |
| SP | 353220 | Narandiba               | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.065,43   |
| SP | 353230 | Natividade da Serra     | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.055,44   |
| SP | 353240 | Nazaré Paulista         | 0  | 0,00     | 0,00      | 3.484,65   |
| SP | 353250 | Neves Paulista          | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.030,28   |
| SP | 353260 | Nhandeara               | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.112,43   |
| SP | 353270 | Nipoá                   | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.092,16   |
| SP | 353280 | Nova Aliança            | 4  | 202,80   | 3.853,20  | 1.081,50   |
| SP | 353282 | Nova Campina            | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.069,77   |
| SP | 353284 | Nova Canaã Paulista     | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.063,89   |
| SP | 353286 | Nova Castilho           | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.061,95   |
| SP | 353290 | Nova Europa             | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 1.087,28   |
| SP | 353300 | Nova Granada            | 9  | 456,30   | 8.669,70  | 2.028,54   |
| SP | 353310 | Nova Guataporanga       | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.088,54   |
| SP | 353320 | Nova Independência      | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.114,29   |
| SP | 353325 | Novais                  | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.107,11   |
| SP | 353330 | Nova Luzitânia          | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.167,51   |
| SP | 353340 | Nova Odessa             | 0  | 0,00     | 0,00      | 14.191,00  |
| SP | 353350 | Novo Horizonte          | 21 | 1.064,70 | 20.229,30 | 3.871,92   |
| SP | 353360 | Nuporanga               | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.104,72   |
| SP | 353370 | Ocaçu                   | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.066,77   |
| SP | 353380 | Oleo                    | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.075,55   |
| SP | 353390 | Olímpia                 | 29 | 1.470,30 | 27.935,70 | 6.082,23   |
| SP | 353400 | Onda Verde              | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.063,95   |
| SP | 353410 | Oriente                 | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.091,18   |
| SP | 353420 | Orindiúva               | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.099,76   |
| SP | 353430 | Orlândia                | 17 | 861,90   | 16.376,10 | 4.178,89   |
| SP | 353440 | Osasco                  | 0  | 0,00     | 0,00      | 181.238,47 |
| SP | 353450 | Oscar Bressane          | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 1.031,56   |
| SP | 353460 | Osvaldo Cruz            | 0  | 0,00     | 0,00      | 8.470,56   |
| SP | 353470 | Ourinhos                | 26 | 1.318,20 | 25.045,80 | 14.382,61  |
| SP | 353475 | Ouroeste                | 5  | 253,50   | 4.816,50  | 1.096,16   |
| SP | 353480 | Ouro Verde              | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.054,56   |
| SP | 353490 | Pacaembu                | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.820,75   |
| SP | 353500 | Palestina               | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.197,62   |
| SP | 353510 | Palmares Paulista       | 6  | 304,20   | 5.779,80  | 1.207,90   |
| SP | 353520 | Palmeira d'Oeste        | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.047,92   |
| SP | 353530 | Palmital                | 9  | 456,30   | 8.669,70  | 2.163,37   |
| SP | 353540 | Panorama                | 10 | 507,00   | 9.633,00  | 1.513,60   |
| SP | 353550 | Paraguacu Paulista      | 20 | 1.014,00 | 19.266,00 | 5.841,88   |
| SP | 353560 | Paraibuna               | 0  | 0,00     | 0,00      | 4.531,25   |
| SP | 353570 | Paraíso                 | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.107,55   |
| SP | 353580 | Paranapanema            | 2  | 101,40   | 1.926,60  | 2.912,65   |
| SP | 353590 | Paranapuã               | 3  | 152,10   | 2.889,90  | 1.045,54   |
| SP | 353600 | Parapuã                 | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.377,89   |
| SP | 353610 | Pardinho                | 0  | 0,00     | 0,00      | 2.143,93   |
| SP | 353620 | Pariquera-Açu           | 1  | 50,70    | 963,30    | 2.834,10   |
| SP | 353625 | Parisi                  | 1  | 50,70    | 963,30    | 1.123,74   |



|    |        |                       |     |           |            |            |
|----|--------|-----------------------|-----|-----------|------------|------------|
| SP | 353630 | Patrocínio Paulista   | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 1.379,94   |
| SP | 353640 | Paulicéia             | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 1.074,66   |
| SP | 353650 | Paulínia              | 0   | 0,00      | 0,00       | 24.425,50  |
| SP | 353657 | Paulistânia           | 1   | 50,70     | 963,30     | 1.104,15   |
| SP | 353660 | Paulo de Faria        | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 1.036,83   |
| SP | 353670 | Pederneiras           | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 5.904,97   |
| SP | 353680 | Pedra Bela            | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.081,98   |
| SP | 353690 | Pedranópolis          | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.024,88   |
| SP | 353700 | Pedregulho            | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.681,04   |
| SP | 353710 | Pedreira              | 0   | 0,00      | 0,00       | 11.394,75  |
| SP | 353715 | Pedrinhas Paulista    | 1   | 50,70     | 963,30     | 1.117,32   |
| SP | 353720 | Pedro de Toledo       | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.147,70   |
| SP | 353730 | Penápolis             | 18  | 912,60    | 17.339,40  | 8.380,93   |
| SP | 353740 | Pereira Barreto       | 15  | 760,50    | 14.449,50  | 3.220,88   |
| SP | 353750 | Pereiras              | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.149,99   |
| SP | 353760 | Peruibe               | 0   | 0,00      | 0,00       | 16.306,50  |
| SP | 353770 | Piacatu               | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.065,34   |
| SP | 353780 | Piedade               | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 6.862,21   |
| SP | 353790 | Pilar do Sul          | 0   | 0,00      | 0,00       | 5.543,84   |
| SP | 353800 | Pindamonhangaba       | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 35.337,00  |
| SP | 353810 | Pindorama             | 0   | 0,00      | 0,00       | 3.200,30   |
| SP | 353820 | Pinhalzinho           | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.824,50   |
| SP | 353830 | Piqueroibi            | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.037,51   |
| SP | 353850 | Piquete               | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 1.784,75   |
| SP | 353860 | Piracaia              | 0   | 0,00      | 0,00       | 5.226,40   |
| SP | 353870 | Piracicaba            | 0   | 0,00      | 0,00       | 103.797,25 |
| SP | 353880 | Piraju                | 1   | 50,70     | 963,30     | 6.452,70   |
| SP | 353890 | Pirajuí               | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 3.201,21   |
| SP | 353900 | Pirangi               | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 1.116,96   |
| SP | 353910 | Pirapora do Bom Jesus | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 2.676,06   |
| SP | 353920 | Pirapozinho           | 11  | 557,70    | 10.596,30  | 2.604,00   |
| SP | 353930 | Pirassununga          | 7   | 354,90    | 6.743,10   | 8.177,66   |
| SP | 353940 | Piratininga           | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.282,02   |
| SP | 353950 | Pitangueiras          | 13  | 659,10    | 12.522,90  | 3.741,49   |
| SP | 353960 | Planalto              | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.078,11   |
| SP | 353970 | Platina               | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.118,44   |
| SP | 353980 | Poá                   | 14  | 709,80    | 13.486,20  | 16.194,80  |
| SP | 353990 | Poloni                | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.062,67   |
| SP | 354000 | Pompéia               | 7   | 354,90    | 6.743,10   | 2.092,97   |
| SP | 354010 | Pongai                | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.051,02   |
| SP | 354020 | Pontal                | 8   | 405,60    | 7.706,40   | 4.502,01   |
| SP | 354025 | Pontalinda            | 1   | 50,70     | 963,30     | 1.170,51   |
| SP | 354030 | Pontes Gestal         | 1   | 50,70     | 963,30     | 1.098,72   |
| SP | 354040 | Populina              | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.026,26   |
| SP | 354050 | Porangaba             | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.083,93   |
| SP | 354060 | Porto Feliz           | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 5.352,73   |
| SP | 354070 | Porto Ferreira        | 19  | 963,30    | 18.302,70  | 5.594,91   |
| SP | 354075 | Potim                 | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 2.928,25   |
| SP | 354080 | Potirendaba           | 8   | 405,60    | 7.706,40   | 1.648,62   |
| SP | 354085 | Pracinha              | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.153,87   |
| SP | 354090 | Pradópolis            | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.953,64   |
| SP | 354100 | Praia Grande          | 50  | 2.535,00  | 48.165,00  | 85.531,99  |
| SP | 354105 | Pratânia              | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.137,96   |
| SP | 354110 | Presidente Alves      | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.054,22   |
| SP | 354120 | Presidente Bernardes  | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.789,84   |
| SP | 354130 | Presidente Epitácio   | 21  | 1.064,70  | 20.229,30  | 5.441,88   |
| SP | 354140 | Presidente Prudente   | 73  | 3.701,10  | 70.320,90  | 28.977,54  |
| SP | 354150 | Presidente Venceslau  | 18  | 912,60    | 17.339,40  | 5.139,33   |
| SP | 354160 | Promissão             | 18  | 912,60    | 17.339,40  | 4.416,56   |
| SP | 354165 | Quadra                | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.157,59   |
| SP | 354170 | Quatá                 | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 1.341,65   |
| SP | 354180 | Queiroz               | 1   | 50,70     | 963,30     | 1.216,38   |
| SP | 354190 | Queluz                | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 1.575,00   |
| SP | 354200 | Quintana              | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.114,30   |
| SP | 354210 | Rafard                | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.081,60   |
| SP | 354220 | Rancharia             | 15  | 760,50    | 14.449,50  | 3.139,16   |
| SP | 354230 | Redenção da Serra     | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.027,29   |
| SP | 354240 | Regente Feijó         | 7   | 354,90    | 6.743,10   | 1.932,19   |
| SP | 354250 | Reginópolis           | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.126,80   |
| SP | 354260 | Registro              | 13  | 659,10    | 12.522,90  | 5.510,75   |
| SP | 354270 | Restinga              | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.071,82   |
| SP | 354280 | Ribeira               | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.027,28   |
| SP | 354290 | Ribeirão Bonito       | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.545,97   |
| SP | 354300 | Ribeirão Branco       | 0   | 0,00      | 0,00       | 3.543,21   |
| SP | 354310 | Ribeirão Corrente     | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.113,54   |
| SP | 354320 | Ribeirão do Sul       | 1   | 50,70     | 963,30     | 1.097,97   |
| SP | 354323 | Ribeirão dos Índios   | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.060,49   |
| SP | 354325 | Ribeirão Grande       | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.068,66   |
| SP | 354330 | Ribeirão Pires        | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 27.550,09  |
| SP | 354340 | Ribeirão Preto        | 295 | 14.956,50 | 284.173,50 | 86.899,62  |
| SP | 354350 | Riversul              | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.029,29   |
| SP | 354360 | Rifaina               | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.083,40   |
| SP | 354370 | Rincão                | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 1.057,11   |
| SP | 354380 | Rinópolis             | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.028,62   |
| SP | 354390 | Rio Claro             | 35  | 1.774,50  | 33.715,50  | 26.078,25  |
| SP | 354400 | Rio das Pedras        | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 3.229,49   |
| SP | 354410 | Rio Grande da Serra   | 0   | 0,00      | 0,00       | 12.598,77  |
| SP | 354420 | Riolândia             | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 1.534,48   |
| SP | 354425 | Rosana                | 8   | 405,60    | 7.706,40   | 1.875,69   |
| SP | 354430 | Roseira               | 1   | 50,70     | 963,30     | 1.622,70   |
| SP | 354440 | Rubiácea              | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.069,56   |
| SP | 354450 | Rubinéia              | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.110,34   |
| SP | 354460 | Sabino                | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.046,41   |
| SP | 354470 | Sagres                | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.059,43   |
| SP | 354480 | Sales                 | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.074,47   |
| SP | 354490 | Sales Oliveira        | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 1.119,97   |
| SP | 354500 | Salesópolis           | 0   | 0,00      | 0,00       | 4.352,78   |
| SP | 354510 | Salmourão             | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 1.055,52   |
| SP | 354515 | Saltinho              | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.156,68   |
| SP | 354520 | Salto                 | 26  | 1.318,20  | 25.045,80  | 14.271,38  |
| SP | 354530 | Salto de Pirapora     | 9   | 456,30    | 8.669,70   | 4.266,62   |
| SP | 354540 | Salto Grande          | 5   | 253,50    | 4.816,50   | 1.043,44   |
| SP | 354550 | Sandovalina           | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.074,89   |
| SP | 354560 | Santa Adélia          | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.972,35   |
| SP | 354570 | Santa Albertina       | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.039,52   |
| SP | 354580 | Santa Bárbara d'Oeste | 0   | 0,00      | 0,00       | 52.478,18  |
| SP | 354600 | Santa Branca          | 0   | 0,00      | 0,00       | 3.633,50   |
| SP | 354610 | Santa Clara d'Oeste   | 1   | 50,70     | 963,30     | 1.096,34   |



|    |        |                            |       |           |              |              |
|----|--------|----------------------------|-------|-----------|--------------|--------------|
| SP | 354620 | Santa Cruz da Conceição    | 1     | 50,70     | 963,30       | 1.163,35     |
| SP | 354625 | Santa Cruz da Esperança    | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.108,24     |
| SP | 354630 | Santa Cruz das Palmeiras   | 0     | 0,00      | 0,00         | 6.413,34     |
| SP | 354640 | Santa Cruz do Rio Pardo    | 0     | 0,00      | 0,00         | 9.283,71     |
| SP | 354650 | Santa Ernestina            | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.057,38     |
| SP | 354660 | Santa Fé do Sul            | 21    | 1.064,70  | 20.229,30    | 3.918,50     |
| SP | 354670 | Santa Gertrudes            | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 2.422,16     |
| SP | 354680 | Santa Isabel               | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 11.436,63    |
| SP | 354690 | Santa Lúcia                | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.045,62     |
| SP | 354700 | Santa Maria da Serra       | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.136,46     |
| SP | 354710 | Santa Mercedes             | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.035,61     |
| SP | 354720 | Santana da Ponte Pensa     | 1     | 50,70     | 963,30       | 1.069,13     |
| SP | 354730 | Santana de Parnaíba        | 41    | 2.078,70  | 39.495,30    | 16.507,36    |
| SP | 354740 | Santa Rita d'Oeste         | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.050,77     |
| SP | 354750 | Santa Rita do Passa Quatro | 0     | 0,00      | 0,00         | 6.875,50     |
| SP | 354760 | Santa Rosa de Viterbo      | 9     | 456,30    | 8.669,70     | 2.513,13     |
| SP | 354765 | Santa Salete               | 1     | 50,70     | 963,30       | 1.125,86     |
| SP | 354770 | Santo Anastácio            | 7     | 354,90    | 6.743,10     | 2.252,11     |
| SP | 354780 | Santo André                | 0     | 0,00      | 0,00         | 185.246,44   |
| SP | 354790 | Santo Antônio da Alegria   | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.055,28     |
| SP | 354800 | Santo Antônio de Posse     | 0     | 0,00      | 0,00         | 5.597,25     |
| SP | 354805 | Santo Antônio do Aracanguá | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.056,52     |
| SP | 354810 | Santo Antônio do Jardim    | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.056,15     |
| SP | 354820 | Santo Antônio do Pinhal    | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.078,95     |
| SP | 354830 | Santo Expedito             | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.116,69     |
| SP | 354840 | Santópolis do Aguapeí      | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.060,73     |
| SP | 354850 | Santos                     | 0     | 0,00      | 0,00         | 182.755,77   |
| SP | 354860 | São Bento do Sapucaí       | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.716,00     |
| SP | 354870 | São Bernardo do Campo      | 0     | 0,00      | 0,00         | 213.081,27   |
| SP | 354880 | São Caetano do Sul         | 0     | 0,00      | 0,00         | 41.217,92    |
| SP | 354890 | São Carlos                 | 55    | 2.788,50  | 52.981,50    | 26.317,85    |
| SP | 354900 | São Francisco              | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.029,11     |
| SP | 354910 | São João da Boa Vista      | 19    | 963,30    | 18.302,70    | 10.228,64    |
| SP | 354920 | São João das Duas Pontes   | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.028,21     |
| SP | 354925 | São João de Iracema        | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.048,97     |
| SP | 354930 | São João do Pau d'Alho     | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.027,72     |
| SP | 354940 | São Joaquim da Barra       | 20    | 1.014,00  | 19.266,00    | 4.906,60     |
| SP | 354950 | São José da Bela Vista     | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.043,40     |
| SP | 354960 | São José do Barreiro       | 1     | 50,70     | 963,30       | 1.096,68     |
| SP | 354970 | São José do Rio Pardo      | 12    | 608,40    | 11.559,60    | 5.325,49     |
| SP | 354980 | São José do Rio Preto      | 42    | 2.129,40  | 40.458,60    | 77.499,84    |
| SP | 354990 | São José dos Campos        | 106   | 5.374,20  | 102.109,80   | 89.804,53    |
| SP | 354995 | São Lourenço da Serra      | 0     | 0,00      | 0,00         | 3.958,66     |
| SP | 355000 | São Luís do Paraitinga     | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.682,75     |
| SP | 355010 | São Manuel                 | 9     | 456,30    | 8.669,70     | 3.952,60     |
| SP | 355020 | São Miguel Arcanjo         | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 3.208,63     |
| SP | 355030 | São Paulo                  | 1.819 | 92.223,30 | 1.752.242,70 | 1.560.803,84 |
| SP | 355040 | São Pedro                  | 0     | 0,00      | 0,00         | 8.571,00     |
| SP | 355050 | São Pedro do Turvo         | 1     | 50,70     | 963,30       | 1.125,58     |
| SP | 355060 | São Roque                  | 14    | 709,80    | 13.486,20    | 10.814,38    |
| SP | 355070 | São Sebastião              | 41    | 2.078,70  | 39.495,30    | 10.377,50    |
| SP | 355080 | São Sebastião da Gramma    | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.427,15     |
| SP | 355090 | São Simão                  | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.555,34     |
| SP | 355100 | São Vicente                | 0     | 0,00      | 0,00         | 131.318,15   |
| SP | 355110 | Sarapuá                    | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.135,47     |
| SP | 355120 | Sarutaia                   | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.028,29     |
| SP | 355130 | Sebastianópolis do Sul     | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.073,75     |
| SP | 355140 | Serra Azul                 | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 1.723,59     |
| SP | 355150 | Serrana                    | 0     | 0,00      | 0,00         | 8.590,97     |
| SP | 355160 | Serra Negra                | 1     | 50,70     | 963,30       | 6.116,95     |
| SP | 355170 | Sertãozinho                | 24    | 1.216,80  | 23.119,20    | 13.355,81    |
| SP | 355180 | Sete Barras                | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.592,63     |
| SP | 355190 | Severínia                  | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.717,44     |
| SP | 355200 | Silveiras                  | 1     | 50,70     | 963,30       | 1.140,20     |
| SP | 355210 | Socorro                    | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 7.964,65     |
| SP | 355220 | Sorocaba                   | 149   | 7.554,30  | 143.531,70   | 84.108,19    |
| SP | 355230 | Sud Mennucci               | 4     | 202,80    | 3.853,20     | 1.035,72     |
| SP | 355240 | Sumaré                     | 45    | 2.281,50  | 43.348,50    | 34.684,96    |
| SP | 355250 | Suzano                     | 24    | 1.216,80  | 23.119,20    | 51.291,33    |
| SP | 355255 | Suzanópolis                | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.077,45     |
| SP | 355260 | Tabapuã                    | 7     | 354,90    | 6.743,10     | 1.219,40     |
| SP | 355270 | Tabatinga                  | 1     | 50,70     | 963,30       | 2.212,35     |
| SP | 355280 | Taboão da Serra            | 16    | 811,20    | 15.412,80    | 55.580,03    |
| SP | 355290 | Taciba                     | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.055,45     |
| SP | 355300 | Taguaí                     | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.232,38     |
| SP | 355310 | Taiacu                     | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.045,32     |
| SP | 355320 | Taiúva                     | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.030,70     |
| SP | 355330 | Tambaú                     | 6     | 304,20    | 5.779,80     | 2.533,62     |
| SP | 355340 | Tanabi                     | 13    | 659,10    | 12.522,90    | 2.547,39     |
| SP | 355350 | Tapiraí                    | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.049,69     |
| SP | 355360 | Tapiratiba                 | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.281,83     |
| SP | 355365 | Taquaral                   | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.033,74     |
| SP | 355370 | Taquaritinga               | 19    | 963,30    | 18.302,70    | 5.823,75     |
| SP | 355380 | Taquarituba                | 8     | 405,60    | 7.706,40     | 2.268,04     |
| SP | 355385 | Taquarivaí                 | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.133,61     |
| SP | 355390 | Tarabai                    | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.129,84     |
| SP | 355395 | Tarumã                     | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.390,91     |
| SP | 355400 | Tatuí                      | 0     | 0,00      | 0,00         | 22.850,22    |
| SP | 355410 | Taubaté                    | 100   | 5.070,00  | 96.330,00    | 39.429,00    |
| SP | 355420 | Tejupá                     | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.041,43     |
| SP | 355430 | Teodoro Sampaio            | 10    | 507,00    | 9.633,00     | 2.230,24     |
| SP | 355440 | Terra Roxa                 | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 1.055,92     |
| SP | 355450 | Tietê                      | 9     | 456,30    | 8.669,70     | 3.935,66     |
| SP | 355460 | Timburi                    | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.056,94     |
| SP | 355465 | Torre de Pedra             | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.091,58     |
| SP | 355470 | Torrinha                   | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.093,77     |
| SP | 355475 | Trabiju                    | 1     | 50,70     | 963,30       | 1.157,79     |
| SP | 355480 | Tremembé                   | 0     | 0,00      | 0,00         | 11.714,54    |
| SP | 355490 | Três Fronteiras            | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.091,80     |
| SP | 355495 | Tuiuti                     | 0     | 0,00      | 0,00         | 2.149,71     |
| SP | 355500 | Tupã                       | 30    | 1.521,00  | 28.899,00    | 8.206,38     |
| SP | 355510 | Tupi Paulista              | 6     | 304,20    | 5.779,80     | 1.976,20     |
| SP | 355520 | Turiúba                    | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.037,71     |
| SP | 355530 | Turmalina                  | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.011,46     |
| SP | 355535 | Ubarana                    | 3     | 152,10    | 2.889,90     | 1.084,20     |
| SP | 355540 | Ubatuba                    | 27    | 1.368,90  | 26.009,10    | 10.799,00    |
| SP | 355550 | Ubirajara                  | 2     | 101,40    | 1.926,60     | 1.049,01     |
| SP | 355560 | Uchoa                      | 5     | 253,50    | 4.816,50     | 1.045,19     |



|       |        |                        |       |            |              |               |
|-------|--------|------------------------|-------|------------|--------------|---------------|
| SP    | 355570 | União Paulista         | 0     | 0,00       | 0,00         | 2.144,25      |
| SP    | 355580 | Urânia                 | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 1.033,60      |
| SP    | 355590 | Uru                    | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 1.019,54      |
| SP    | 355600 | Urupês                 | 5     | 253,50     | 4.816,50     | 1.322,27      |
| SP    | 355610 | Valentim Gentil        | 6     | 304,20     | 5.779,80     | 1.215,73      |
| SP    | 355620 | Valinhos               | 0     | 0,00       | 0,00         | 30.064,50     |
| SP    | 355630 | Valparaíso             | 8     | 405,60     | 7.706,40     | 3.259,50      |
| SP    | 355635 | Vargem                 | 0     | 0,00       | 0,00         | 2.171,20      |
| SP    | 355640 | Vargem Grande do Sul   | 6     | 304,20     | 5.779,80     | 4.093,60      |
| SP    | 355645 | Vargem Grande Paulista | 0     | 0,00       | 0,00         | 12.707,80     |
| SP    | 355650 | Varzea Paulista        | 18    | 912,60     | 17.339,40    | 11.417,18     |
| SP    | 355660 | Vera Cruz              | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 1.133,30      |
| SP    | 355670 | Vinhedo                | 0     | 0,00       | 0,00         | 18.137,50     |
| SP    | 355680 | Viradouro              | 7     | 354,90     | 6.743,10     | 1.926,87      |
| SP    | 355690 | Vista Alegre do Alto   | 0     | 0,00       | 0,00         | 2.220,30      |
| SP    | 355695 | Vitória Brasil         | 1     | 50,70      | 963,30       | 1.121,41      |
| SP    | 355700 | Votorantim             | 9     | 456,30     | 8.669,70     | 14.398,29     |
| SP    | 355710 | Votuporanga            | 58    | 2.940,60   | 55.871,40    | 10.229,34     |
| SP    | 355715 | Zacarias               | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 1.075,19      |
| SP    | 355720 | Chavantes              | 2     | 101,40     | 1.926,60     | 1.222,39      |
| SP    | 355730 | Estiva Gerbi           | 1     | 50,70      | 963,30       | 1.165,99      |
| Total |        |                        | 6.618 | 335.532,60 | 6.375.119,40 | 10.530.254,08 |

| ANEXO XXVII |        |                           |                  |                 |           |                   |
|-------------|--------|---------------------------|------------------|-----------------|-----------|-------------------|
| UF          | IBGE   | Município                 | Nº ACE ELEG-VEIS | Incentivo (R\$) | AFC (R\$) | PFVS Mensal (R\$) |
| TO          | 170000 | SES/TO                    | 0                | 0,00            | 0,00      | 304.105,61        |
| TO          | 170025 | Abreulândia               | 0                | 0,00            | 0,00      | 2.096,61          |
| TO          | 170030 | Aguiarnópolis             | 3                | 152,10          | 2.889,90  | 1.948,11          |
| TO          | 170035 | Aliança do Tocantins      | 3                | 152,10          | 2.889,90  | 1.806,62          |
| TO          | 170040 | Almas                     | 4                | 202,80          | 3.853,20  | 2.384,55          |
| TO          | 170070 | Alvorada                  | 4                | 202,80          | 3.853,20  | 2.666,51          |
| TO          | 170100 | Ananás                    | 4                | 202,80          | 3.853,20  | 3.161,62          |
| TO          | 170105 | Angico                    | 2                | 101,40          | 1.926,60  | 1.129,88          |
| TO          | 170110 | Aparecida do Rio Negro    | 1                | 50,70           | 963,30    | 2.024,57          |
| TO          | 170130 | Aragominas                | 0                | 0,00            | 0,00      | 4.565,13          |
| TO          | 170190 | Araguacema                | 1                | 50,70           | 963,30    | 3.386,02          |
| TO          | 170200 | Araguaçu                  | 4                | 202,80          | 3.853,20  | 2.781,82          |
| TO          | 170210 | Araguaína                 | 101              | 5.120,70        | 97.293,30 | 56.619,88         |
| TO          | 170215 | Araguanã                  | 2                | 101,40          | 1.926,60  | 1.760,04          |
| TO          | 170220 | Araguatins                | 12               | 608,40          | 11.559,60 | 10.633,04         |
| TO          | 170230 | Arapoema                  | 4                | 202,80          | 3.853,20  | 2.162,16          |
| TO          | 170240 | Arraias                   | 5                | 253,50          | 4.816,50  | 3.491,96          |
| TO          | 170255 | Augustinópolis            | 8                | 405,60          | 7.706,40  | 5.521,85          |
| TO          | 170270 | Aurora do Tocantins       | 0                | 0,00            | 0,00      | 2.437,21          |
| TO          | 170290 | Axixá do Tocantins        | 4                | 202,80          | 3.853,20  | 3.090,63          |
| TO          | 170300 | Babaçulândia              | 4                | 202,80          | 3.853,20  | 3.392,73          |
| TO          | 170305 | Bandeirantes do Tocantins | 2                | 101,40          | 1.926,60  | 1.144,45          |
| TO          | 170307 | Barra do Ouro             | 2                | 101,40          | 1.926,60  | 1.446,64          |
| TO          | 170310 | Barrolândia               | 1                | 50,70           | 963,30    | 2.598,37          |
| TO          | 170320 | Bernardo Sayão            | 0                | 0,00            | 0,00      | 2.933,91          |
| TO          | 170330 | Bom Jesus do Tocantins    | 2                | 101,40          | 1.926,60  | 1.460,19          |
| TO          | 170360 | Brasilândia do Tocantins  | 0                | 0,00            | 0,00      | 2.087,24          |
| TO          | 170370 | Brejinho de Nazaré        | 3                | 152,10          | 2.889,90  | 1.737,47          |
| TO          | 170380 | Buriti do Tocantins       | 2                | 101,40          | 1.926,60  | 4.852,85          |
| TO          | 170382 | Cachoeirinha              | 0                | 0,00            | 0,00      | 2.082,14          |
| TO          | 170384 | Campos Lindos             | 3                | 152,10          | 2.889,90  | 3.049,14          |
| TO          | 170386 | Cariri do Tocantins       | 1                | 50,70           | 963,30    | 1.770,59          |
| TO          | 170388 | Carmolândia               | 2                | 101,40          | 1.926,60  | 1.060,94          |
| TO          | 170389 | Carrasco Bonito           | 2                | 101,40          | 1.926,60  | 1.307,40          |
| TO          | 170390 | Caseara                   | 3                | 152,10          | 2.889,90  | 1.641,41          |
| TO          | 170410 | Centenário                | 2                | 101,40          | 1.926,60  | 1.067,00          |
| TO          | 170460 | Chapada de Areia          | 0                | 0,00            | 0,00      | 2.077,32          |
| TO          | 170510 | Chapada da Natividade     | 2                | 101,40          | 1.926,60  | 1.115,53          |
| TO          | 170550 | Colinas do Tocantins      | 18               | 912,60          | 17.339,40 | 10.536,93         |
| TO          | 170555 | Combinado                 | 3                | 152,10          | 2.889,90  | 1.557,06          |
| TO          | 170560 | Conceição do Tocantins    | 0                | 0,00            | 0,00      | 2.754,09          |
| TO          | 170600 | Couto Magalhães           | 0                | 0,00            | 0,00      | 3.455,84          |
| TO          | 170610 | Cristalândia              | 3                | 152,10          | 2.889,90  | 2.345,87          |
| TO          | 170625 | Crixás do Tocantins       | 1                | 50,70           | 963,30    | 1.147,25          |
| TO          | 170650 | Darcinópolis              | 0                | 0,00            | 0,00      | 3.752,02          |
| TO          | 170700 | Dianópolis                | 10               | 507,00          | 9.633,00  | 6.622,11          |
| TO          | 170710 | Divinópolis do Tocantins  | 0                | 0,00            | 0,00      | 4.277,11          |
| TO          | 170720 | Dois Irmãos do Tocantins  | 3                | 152,10          | 2.889,90  | 2.305,43          |
| TO          | 170730 | Dueré                     | 2                | 101,40          | 1.926,60  | 1.522,77          |
| TO          | 170740 | Esperantina               | 4                | 202,80          | 3.853,20  | 3.355,90          |
| TO          | 170755 | Fátima                    | 3                | 152,10          | 2.889,90  | 1.276,03          |
| TO          | 170765 | Figueirópolis             | 3                | 152,10          | 2.889,90  | 1.730,09          |
| TO          | 170770 | Filadélfia                | 0                | 0,00            | 0,00      | 5.532,19          |
| TO          | 170820 | Formoso do Araguaia       | 8                | 405,60          | 7.706,40  | 5.868,38          |
| TO          | 170825 | Fortaleza do Tabocão      | 0                | 0,00            | 0,00      | 2.089,94          |
| TO          | 170830 | Goianorte                 | 1                | 50,70           | 963,30    | 2.333,22          |
| TO          | 170900 | Goiatins                  | 4                | 202,80          | 3.853,20  | 4.320,06          |
| TO          | 170930 | Guaraí                    | 15               | 760,50          | 14.449,50 | 7.777,62          |
| TO          | 170950 | Gurupi                    | 3                | 152,10          | 2.889,90  | 48.826,24         |
| TO          | 170980 | Ipueiras                  | 0                | 0,00            | 0,00      | 2.198,71          |
| TO          | 171050 | Itacajá                   | 2                | 101,40          | 1.926,60  | 2.871,67          |
| TO          | 171070 | Itaguatins                | 0                | 0,00            | 0,00      | 3.859,48          |
| TO          | 171090 | Itapiratins               | 1                | 50,70           | 963,30    | 1.501,09          |
| TO          | 171110 | Itaporã do Tocantins      | 2                | 101,40          | 1.926,60  | 1.022,19          |
| TO          | 171150 | Jau do Tocantins          | 2                | 101,40          | 1.926,60  | 1.241,98          |
| TO          | 171180 | Juarina                   | 0                | 0,00            | 0,00      | 2.041,51          |
| TO          | 171190 | Lagoa da Confusão         | 0                | 0,00            | 0,00      | 8.663,63          |
| TO          | 171195 | Lagoa do Tocantins        | 0                | 0,00            | 0,00      | 2.643,19          |
| TO          | 171200 | Lajeado                   | 2                | 101,40          | 1.926,60  | 1.220,52          |
| TO          | 171215 | Lavandeira                | 0                | 0,00            | 0,00      | 2.178,97          |
| TO          | 171240 | Lizarda                   | 0                | 0,00            | 0,00      | 2.501,82          |
| TO          | 171245 | Luzinópolis               | 1                | 50,70           | 963,30    | 1.207,72          |
| TO          | 171250 | Marianópolis do Tocantins | 2                | 101,40          | 1.926,60  | 1.577,37          |
| TO          | 171270 | Mateiros                  | 0                | 0,00            | 0,00      | 2.842,77          |
| TO          | 171280 | Maurilândia do Tocantins  | 2                | 101,40          | 1.926,60  | 1.133,80          |
| TO          | 171320 | Miracema do Tocantins     | 9                | 456,30          | 8.669,70  | 9.376,23          |
| TO          | 171330 | Miranorte                 | 6                | 304,20          | 5.779,80  | 4.165,47          |
| TO          | 171360 | Monte do Carmo            | 2                | 101,40          | 1.926,60  | 2.803,29          |
| TO          | 171370 | Monte Santo do Tocantins  | 0                | 0,00            | 0,00      | 2.106,70          |
| TO          | 171380 | Palmeiras do Tocantins    | 2                | 101,40          | 1.926,60  | 2.089,62          |
| TO          | 171395 | Muricilândia              | 2                | 101,40          | 1.926,60  | 1.147,70          |
| TO          | 171420 | Natividade                | 4                | 202,80          | 3.853,20  | 2.937,32          |
| TO          | 171430 | Nazaré                    | 2                | 101,40          | 1.926,60  | 1.397,12          |



|       |        |                              |     |           |            |            |
|-------|--------|------------------------------|-----|-----------|------------|------------|
| TO    | 171488 | Nova Olinda                  | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 3.635,65   |
| TO    | 171500 | Nova Rosalândia              | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.692,42   |
| TO    | 171510 | Novo Acordo                  | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.360,52   |
| TO    | 171515 | Novo Alegre                  | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.027,53   |
| TO    | 171525 | Novo Jardim                  | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.058,31   |
| TO    | 171550 | Oliveira de Fátima           | 1   | 50,70     | 963,30     | 1.130,12   |
| TO    | 171570 | Palmeirante                  | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.803,45   |
| TO    | 171575 | Palmeiropolis                | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 2.393,81   |
| TO    | 171610 | Paraiso do Tocantins         | 27  | 1.368,90  | 26.009,10  | 15.142,17  |
| TO    | 171620 | Paraná                       | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 3.891,13   |
| TO    | 171630 | Pau D'Arco                   | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.547,14   |
| TO    | 171650 | Pedro Afonso                 | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 4.033,08   |
| TO    | 171660 | Peixe                        | 0   | 0,00      | 0,00       | 7.059,53   |
| TO    | 171665 | Pequizeiro                   | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.718,23   |
| TO    | 171670 | Colmeia                      | 0   | 0,00      | 0,00       | 5.430,90   |
| TO    | 171700 | Pindorama do Tocantins       | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.475,14   |
| TO    | 171720 | Piraquê                      | 1   | 50,70     | 963,30     | 1.103,52   |
| TO    | 171750 | Pium                         | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 2.333,22   |
| TO    | 171780 | Ponte Alta do Bom Jesus      | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.502,64   |
| TO    | 171790 | Ponte Alta do Tocantins      | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 2.445,65   |
| TO    | 171800 | Porto Alegre do Tocantins    | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.063,70   |
| TO    | 171820 | Porto Nacional               | 25  | 1.267,50  | 24.082,50  | 16.224,45  |
| TO    | 171830 | Praia Norte                  | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 2.606,94   |
| TO    | 171840 | Presidente Kennedy           | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.472,44   |
| TO    | 171845 | Pugmil                       | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.135,14   |
| TO    | 171850 | Recursolândia                | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.352,20   |
| TO    | 171855 | Riachinho                    | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.463,88   |
| TO    | 171865 | Rio da Conceição             | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.207,35   |
| TO    | 171870 | Rio dos Bois                 | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.113,14   |
| TO    | 171875 | Rio Sono                     | 0   | 0,00      | 0,00       | 4.145,03   |
| TO    | 171880 | Sampaio                      | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.877,06   |
| TO    | 171884 | Sandolândia                  | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.271,77   |
| TO    | 171886 | Santa Fé do Araguaia         | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 2.283,08   |
| TO    | 171888 | Santa Maria do Tocantins     | 1   | 50,70     | 963,30     | 1.232,29   |
| TO    | 171889 | Santa Rita do Tocantins      | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.119,81   |
| TO    | 171890 | Santa Rosa do Tocantins      | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.545,67   |
| TO    | 171900 | Santa Tereza do Tocantins    | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.136,94   |
| TO    | 172000 | Santa Terezinha do Tocantins | 1   | 50,70     | 963,30     | 1.093,21   |
| TO    | 172010 | São Bento do Tocantins       | 1   | 50,70     | 963,30     | 2.305,01   |
| TO    | 172015 | São Félix do Tocantins       | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.112,09   |
| TO    | 172020 | São Miguel do Tocantins      | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 3.611,00   |
| TO    | 172025 | São Salvador do Tocantins    | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.041,55   |
| TO    | 172030 | São Sebastião do Tocantins   | 1   | 50,70     | 963,30     | 2.044,00   |
| TO    | 172049 | São Valério                  | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.403,57   |
| TO    | 172065 | Silvanópolis                 | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 1.719,90   |
| TO    | 172080 | Sítio Novo do Tocantins      | 3   | 152,10    | 2.889,90   | 2.984,72   |
| TO    | 172085 | Sucupira                     | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.131,23   |
| TO    | 172090 | Taguatinga                   | 7   | 354,90    | 6.743,10   | 5.058,14   |
| TO    | 172093 | Taipas do Tocantins          | 1   | 50,70     | 963,30     | 1.150,78   |
| TO    | 172097 | Talisma                      | 2   | 101,40    | 1.926,60   | 1.093,20   |
| TO    | 172100 | Palmas                       | 140 | 7.098,00  | 134.862,00 | 99.478,82  |
| TO    | 172110 | Tocantinia                   | 0   | 0,00      | 0,00       | 4.885,96   |
| TO    | 172120 | Tocantinópolis               | 4   | 202,80    | 3.853,20   | 10.727,61  |
| TO    | 172125 | Tupirama                     | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.181,15   |
| TO    | 172130 | Tupiratins                   | 0   | 0,00      | 0,00       | 2.229,16   |
| TO    | 172208 | Wanderlândia                 | 0   | 0,00      | 0,00       | 7.181,46   |
| TO    | 172210 | Xambioá                      | 6   | 304,20    | 5.779,80   | 3.721,74   |
| Total |        |                              | 601 | 30.470,70 | 578.943,30 | 913.904,51 |

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 403/GM/MS, de 9 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 30, de 10 de fevereiro de 2017, seção 1, páginas 17 e 18, Onde se lê:

|    |       |                   |        |           |    |            |               |
|----|-------|-------------------|--------|-----------|----|------------|---------------|
| UF | TIPO  | MUNICÍPIO         | IBGE   | NATUREZA  | PO | Quantidade | VALOR         |
| SP | CAPSI | Igarauçu do Tietê | 352000 | Municipal | 0  | 1          | R\$ 30.000,00 |

Leia-se:

|    |       |                   |        |           |    |            |               |
|----|-------|-------------------|--------|-----------|----|------------|---------------|
| UF | TIPO  | MUNICÍPIO         | IBGE   | NATUREZA  | PO | Quantidade | VALOR         |
| SP | CAPSI | Igarauçu do Tietê | 352000 | Municipal | 0  | 1          | R\$ 20.000,00 |

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PORTARIA Nº 577, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Regulamenta a experiência-piloto de teletrabalho na área de Gestão, a ser realizada na Gerência-Geral de Gestão de Pessoas.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 47, VI e o art. 54, III, § 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Instituir a experiência-piloto de teletrabalho na área de Gestão, a ser realizada na Gerência-Geral de Gestão de Pessoas - GGPES, conforme previsão do § 6º do artigo 6º do Decreto nº1.590, de 10 de agosto de 1995, que dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria, considera-se:

I - teletrabalho: atividade realizada fora das dependências físicas do órgão; não se confundindo com o trabalho externo;

II - ciclo de trabalho: período completo em que o servidor cumpre uma etapa de teletrabalho e outra de trabalho nas dependências da unidade, recebendo, executando e prestando conta do pacote de atividades a ele designado;

III - pacote de atividades: demanda de trabalho atribuída ao servidor em determinado ciclo de trabalho;

IV - carga de processo: retirada do processo fisico do órgão ou instituição, mediante registro formal.

Art.3º A experiência-piloto de teletrabalho tem como diretrizes:

I - o desenvolvimento de práticas de gestão de pessoas que favoreçam a saúde e qualidade de vida dos servidores;

II - o ganho de produtividade, com resultados que possam ser mensurados e gerem impacto social;

III - a valorização e retenção de talentos em áreas estratégicas para a Anvisa;

IV - o estímulo à melhor organização e mensuração dos processos de trabalho das áreas;

V - a adoção de práticas sustentáveis do ponto de vista socioambiental;

VI - a transparência na divulgação dos resultados alcançados.

CAPÍTULO II

DA DEFINIÇÃO DE ÁREAS, ATIVIDADES E SERVIDORES

Art. 4º A experiência-piloto de teletrabalho na área de Gestão será realizada com até 5 (cinco) servidores da GGPES que atuem na análise de processos de aposentadoria e demais processos cor-relatos.

Art. 5º São requisitos obrigatórios para participar da experiência-piloto:

I - estar lotado na GGPES;

II - realizar atividades de análise de processos de aposentadoria e demais processos cor-relatos;

III - dispor dos recursos tecnológicos e do ambiente necessários à realização das atividades.

Art. 6º A participação do servidor na experiência-piloto poderá ser revista a qualquer tempo, a critério da Administração ou a pedido do próprio servidor, devendo haver, em ambos os casos, a devida motivação.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO DO PROJETO PILOTO

Seção I

Dos Ciclos de Trabalho e Duração da Experiência-Piloto

Art. 7º Cada ciclo de trabalho terá a seguinte composição e duração:

I - 27 (trinta) dias de teletrabalho;

II - 3 (três) dias de trabalho nas dependências da Anvisa.

Parágrafo único. Caberá à chefia imediata, observado o período previsto no inciso II deste artigo, a organização do tempo em que o servidor trabalhará nas dependências da Anvisa, a fim de atender às demandas de reunião, atendimento presencial, participação em grupos de trabalho, interação com demais membros da equipe, entre outras atividades que exijam a presença do servidor.

Art. 8º A experiência-piloto terá a duração de 3 (três) ciclos, prorrogáveis por igual período.

Art. 9º A partir dos resultados alcançados na experiência piloto, será avaliada e planejada a expansão do projeto.







b) interessadas em operar a atividade de armazenar mercadorias sob vigilância sanitária em Terminais Aquaviários, Portos Organizados, Aeroportos, Postos de Fronteira e Recintos Alfandegados;

c) prestadoras de serviço de Comércio Exterior por conta e ordem de terceiro detentor de registro junto à ANVISA.

II - expedir Resoluções (RE) referentes à concessão, alteração e cancelamento de autorizações especiais de funcionamento de Empresas interessadas em operar a atividade de armazenar mercadorias sob vigilância sanitária em Terminais Aquaviários, Portos Organizados, Aeroportos, Postos de Fronteira e Recintos Alfandegados;

III - expedir demais atos referentes a Autorizações de Funcionamento e Autorizações Especiais de Funcionamento.

Art. 3º Dos atos praticados pelo Gerente - Geral no exercício da presente delegação caberá recurso à Diretoria Colegiada, como última instância administrativa.

Art. 4º Esta Portaria tem vigência de 25 (vinte e cinco) dias a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

PORTARIA Nº 579, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 44, IV, e o art. 54, III, § 1º e § 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016 e nos arts.12 e 14, § 1º da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Subdelegar ao Gerente - Geral de Monitoramento de produtos sujeitos à Vigilância Sanitária (GGMON) competência específica para autorizar, em caráter excepcional, a dispensação do medicamento Talidomida, na forma revista pelo artigo 28 e 29 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC da Anvisa nº. 11, de 22 de março de 2011.

Art. 2º Dos atos praticados pelo Gerente - Geral no exercício da presente delegação caberá recurso à Diretoria Colegiada, como última instância administrativa.

Art. 3º Esta Portaria tem vigência de 25 (vinte e cinco) dias a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

DIRETORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL  
GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
E FINANCEIRA  
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA  
DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS

DESPACHO DO COORDENADOR  
Em 4 de abril de 2017

Nº 24 - O Coordenador Administrativo de Infrações Sanitárias - CADIS da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 184, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 61 da ANVISA, de 03 de fevereiro de 2016, publicado na seção 1, do DOU n. 25, de 05 de fevereiro 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA CNPJ/CPF: 79.621.439/0001-91

25743.109630/2013-68 - AIS:0155986/13-9 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)

AUTUADO: AGENCIA MARITIMA CARGONAVE LTDA CNPJ/CPF: 80.010.663/0001-26

25743.051202/2014-60 - AIS:0070612/14-4 - GGPAF/AN-VISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA  
AUTUADO: AGENCIA MARITIMA ORION LTDA CNPJ/CPF: 75.185.389/0006-09

25741.310274/2013-12 - AIS:0435674/13-8 - GGPAF/AN-VISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA  
AUTUADO: AGÊNCIA MARÍTIMA ORION LTDA CNPJ/CPF: 75.185.389/0003-58

25743.056741/2014-57 - AIS:0077973/14-3 - GGPAF/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA  
AUTUADO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A. CNPJ/CPF: 09.296.295/0001-60

25761.123434/2014-85 - AIS:0167569/14-9 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS)

AUTUADO: BELFAR LTDA CNPJ/CPF: 18.324.343/0001-77

25761.476541/2014-24 - AIS:0663437/14-1 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)

AUTUADO: BIOVET SERVIÇOS LTDA. CNPJ/CPF: 01.138.264/0001-79

25752.487058/2013-23 - AIS:0694341/13-1 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)

AUTUADO: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A CNPJ/CPF: 42.487.991/0006-33

25752.340868/2012-16 - AIS:0488090/12-1 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 9.000,00 (NOVE MIL REAIS)

AUTUADO: CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 17.562.075/0001-69

25756.119899/2011-88 - AIS:165257/11-5 - GGPAF/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE

AUTUADO: CISA TRADING S/A CNPJ/CPF: 39.373.782/0011-11

25741.416368/2014-66 - AIS:0577748/14-8 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)

AUTUADO: COLOPLAST DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 02.794.555/0001-88

25752.735276/2011-95 - AIS:346064/11-9 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)

AUTUADO: COMISSARIA AEREA RIO DE JANEIRO LTDA CNPJ/CPF: 42.454.330/0001-05

25752.237580/2013-93 - AIS:0335076/13-2 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)

AUTUADO: ECOVIX - ENGEVIX CONSTRUÇÕES OCEÂNICAS S/A CNPJ/CPF: 11.754.525/0003-09

25751.057214/2013-92 - AIS:0081110/13-6 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)

AUTUADO: EXCELER SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO LTDA CNPJ/CPF: 08.596.361/0001-54

25749.726035/2013-53 - AIS:1047274/13-6 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)

AUTUADO: MARCON SERVIÇOS DE DESPACHOS EM GERAL LTDA CNPJ/CPF: 79.608.972/0001-13

25743.126828/2011-30 - AIS:175431/11-9 - GGPAF/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE

AUTUADO: MULTI-RIO OPERACOES PORTUARIAS S/A CNPJ/CPF: 02.877.283/0001-80

25752.352429/2013-86 - AIS:0494723/13-1 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)

AUTUADO: PC DE ALMEIDA E CIA LTDA CNPJ/CPF: 08.164.878/0001-74

25743.056805/2011-12 - AIS:079064/11-8 - GGPAF/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE

AUTUADO: PETROBRAS - PETROLEO BRASILEIRO S.A CNPJ/CPF: 33.000.167/0132-70

25742.198725/2010-11 - AIS:262712/10-4 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)

AUTUADO: PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS CNPJ/CPF: 33.000.167/0004-54

25748.630944/2013-65 - AIS:0903000/13-0 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)

AUTUADO: PETROLEO BRASILEIRO SA - UO-BR CNPJ/CPF: 33.000.167/1007-50

25752.235010/2013-13 - AIS:0331913/13-0 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)

AUTUADO: PORT LOGISTIC AGENCIA MARÍTIMA / AMT BRASIL- AGENTE TRANSPORTES, NAVEGAÇÃO E TRANSITOS SOCIEDADE S.A. CNPJ/CPF: 08.068.854/0001-11

25752.156120/2012-86 - AIS:0224849/12-2 - GGPAF/AN-VISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA  
AUTUADO: RA CATERING LTDA CNPJ/CPF: 17.314.329/0001-20

25761.707582/2013-78 - AIS:1021424/13-1 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)

AUTUADO: RP ATIVIDADES AUXILIARES AO TRANSPORTE AÉREO LTDA CNPJ/CPF: 03.769.607/0008-03

25741.576289/2013-89 - AIS:0825213/13-1 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)

AUTUADO: SEALION DO BRASIL NAVEGAÇÃO LTDA CNPJ/CPF: 02.873.558/0001-07

25752.057052/2012-06 - AIS:0081661/12-2 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)

AUTUADO: SEAVIATION SERVIÇOS AEROPORTUARIOS LTDA. CNPJ/CPF: 01.593.475/0002-82

25752.760149/2010-43 - AIS:979997/10-4 - GGPAF/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE

AUTUADO: TECNOMEDICAL PRODUTOS MEDICOS LTDA CNPJ/CPF: 81.178.469/0001-17

25743.203202/2011-85 - AIS:283347/11-6 - GGPAF/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE

AUTUADO: TOB S LANCHES SUL LTDA CNPJ/CPF: 88.548.011/0001-51

25751.715425/2012-05 - AIS:1022933/12-7 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)

AUTUADO: TRIP TRANSPORTE AEREO REGIONAL DO INTERIOR PAULISTA LTDA CNPJ/CPF: 02.428.624/0001-30

25351.120797/2011-29 - AIS:166498/11-1 - GGPAF/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE

AUTUADO: VITAE TECNOLOGIA EM MEDICINA LTDA CNPJ/CPF: 02.873.047/0001-95

25761.490250/2014-70 - AIS:0683154/14-1 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)

AUTUADO: ARCOS DOURADOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 42.591.651/0742-60

25751.005330/2014-38 - AIS:0007101/14-3 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS)

AUTUADO: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A CNPJ/CPF: 42.487.991/0006-33

25752.676255/2012-75 - AIS:0968741/12-6 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)

AUTUADO: CARGILL AGRICOLA S/A CNPJ/CPF: 60.498.706/0003-19

25743.516252/2013-31 - AIS:0737504/13-2 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)

AUTUADO: COMPANHIA BRASILEIRA DE OFFSHORE CNPJ/CPF: 13.534.284/0001-48

25752.142573/2013-60 - AIS:0202316/13-4 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 9.000,00 (NOVE MIL REAIS)  
AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0013-54  
25751.367262/2015-98 - AIS:0529656/15-1 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)  
AUTUADO: EMPRESA IGUAÇU DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA CNPJ/CPF: 02.630.719/0001-31  
25752.176709/2013-90 - AIS:0251206/13-8 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)  
AUTUADO: FAMA EMPREENDIMENTOS ALIMENTÍCIOS LTDA EPP CNPJ/CPF: 14.776.057/0005-15  
25752.500298/2013-71 - AIS:0713946/13-2 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)  
AUTUADO: GR S/A CNPJ/CPF: 02.905.110/0117-58  
25752.172195/2014-51 - AIS:0233531/14-0 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)  
AUTUADO: J.R.B ALIMENTOS E REFEIÇÕES LTDA-ME CNPJ/CPF: 08.672.340/0001-70  
25741.356347/2013-12 - AIS:0500204/13-4 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)  
AUTUADO: NAVEGAÇÃO CAISM MURATTA LTDA. CNPJ/CPF: 92.653.823/0002-15  
25751.387610/2013-32 - AIS:0545480/13-8 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)  
AUTUADO: R & C EMPREENDIMENTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - EPP CNPJ/CPF: 06.235.514/0006-17  
25741.064638/2014-69 - AIS:0088194/14-5 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)  
AUTUADO: SB TRADE COMÉRCIO EXTERIOR LTDA. CNPJ/CPF: 11.462.290/0001-01  
25741.082496/2014-88 - AIS:0112595/14-8 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS)  
AUTUADO: T & T PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA CNPJ/CPF: 13.273.740/0010-34  
25751.423110/2013-23 - AIS:0599537/13-0 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 9.000,00 (NOVE MIL REAIS)  
AUTUADO: TERMINAL LOGÍSTICO DO VALE DO PARAIBA LTDA CNPJ/CPF: 03.214.786/0001-38  
25752.352532/2013-19 - AIS:0494870/13-0 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)  
AUTUADO: TRL INTERNACIONAL, IMPORTADORA E EXPORTADORA EPP CNPJ/CPF: 14.546.348/0001-93  
25741.006540/2014-14 - AIS:0008695/14-9 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)  
AUTUADO: WILSON, SONS OFFSHORE S.A CNPJ/CPF: 08.376.900/0002-20  
25752.555556/2012-68 - AIS:0795932/12-0 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 12.000,00 ( DOZE MIL REAIS )  
AUTUADO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A. CNPJ/CPF: 09.296.295/0001-60  
25761.195658/2014-89 - AIS:0266014/14-8 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS)  
AUTUADO: COSTA OESTE SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA CNPJ/CPF: 07.192.414/0001-09  
25743.575989/2013-94 - AIS:0824788/13-9 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)  
AUTUADO: D2U IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA CNPJ/CPF: 11.651.057/0001-77

5741.652506/2013-84 - AIS:0934544/13-2 - GGPAF/AN VI-SA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS)  
AUTUADO: F. ANDREIS & CIA. LTDA. CNPJ/CPF: 76.476.050/0002-92  
25751.318830/2013-52 - AIS:0447818/13-5 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)  
AUTUADO: INFRAMÉRICA CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE BRASÍLIA S.A. CNPJ/CPF: 15.559.082/0001-86  
25351.054218/2013-83 - AIS:0076749/13-2 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)  
AUTUADO: MEDIEXPORT COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA CNPJ/CPF: 10.394.359/0001-44  
25743.475747/2013-67 - AIS:0676932/13-2 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)  
AUTUADO: NOVO NORDISK FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 82.277.955/0001-55  
25743.443537/2013-51 - AIS:0628613/13-5 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)  
AUTUADO: RA CATERING LTDA CNPJ/CPF: 17.314.329/0001-20  
25761.101588/2014-17 - AIS:0137917/14-8 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)  
AUTUADO: RA CATERING LTDA CNPJ/CPF: 17.314.329/0001-20  
25761.003669/2014-22 - AIS:0004580/14-2 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS)  
AUTUADO: RA CATERING LTDA CNPJ/CPF: 17.314.329/0001-20  
25761.571947/2013-45 - AIS:0818890/13-4 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)  
AUTUADO: TRL INTERNACIONAL, IMPORTADORA E EXPORTADORA EPP CNPJ/CPF: 14.546.348/0001-93  
25741.011295/2014-09 - AIS:0015639/14-6 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)  
AUTUADO: TRL INTERNACIONAL, IMPORTADORA E EXPORTADORA EPP CNPJ/CPF: 14.546.348/0001-93  
25741.011246/2014-32 - AIS:0015569/14-1 - GGPAF/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 2.000,00 ( DOIS MIL REAIS )

RODRIGO JOSÉ VIANA OTTONI

**SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE****PORTARIA Nº 634, DE 28 DE MARÇO DE 2017**

Habilitados Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) a receberem os incentivos financeiros destinados ao custeio mensal dos serviços especializados de saúde bucal.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 562/SAS/MS, de 30 de setembro de 2004, que inclui na tabela de serviço/classificação dos Sistemas de Informações do SUS (SCNES, SIA e SIH/SUS) os serviços e a operacionalização no SIA/SUS dos procedimentos realizados pelos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO);

Considerando a Portaria nº 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005, que estabelece os critérios de antecipação do incentivo financeiro para CEO em fase de implantação;

Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados CEO Tipo I, Tipo II e Tipo III;

Considerando a Portaria nº 2.373/GM/MS, de 7 outubro de 2009, que altera o Art. 4º da Portaria nº 599/GM/MS, de 23 de março de 2006;

Considerando a Portaria nº 1.464/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que altera o Anexo da Portaria nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006;

Considerando a Portaria nº 1.341/GM/MS, de 13 de junho de 2012, que define os valores dos incentivos de implantação e de custeio mensal dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e dá outras providências; e

Considerando o que estabelece a Política Nacional de Saúde Bucal - Brasil Sorridente em relação à reorganização das práticas e a qualificação das ações e serviços oferecidos na Saúde Bucal, visando à integralidade das ações, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), a seguir relacionados, a receberem os incentivos financeiros destinados ao custeio mensal dos serviços especializados de saúde bucal.

| UF | CÓD. M. | MUNICÍPIO           | CÓDIGO NO CNES | TIPO DE RE-PASSE | CLASSIFI-CAÇÃO<br>CEO TIPO |
|----|---------|---------------------|----------------|------------------|----------------------------|
| PA | 150543  | Outilândia do Norte | 7804105        | Municipal        | I                          |
| RS | 430890  | Getúlio Vargas      | 9017380        | Municipal        | I                          |
| SC | 421900  | Urussanga           | 9031871        | Municipal        | I                          |

Parágrafo único. O não atendimento às condições e às características definidas nas Portarias nº 599/GM/MS, nº 600/GM/MS, ambas de 23 de março de 2006 e nº 1.464/GM/MS, de 24 de junho de 2011, pelos Municípios e Estados pleiteantes, implica, a qualquer tempo, no descredenciamento das Unidades de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 683, DE 4 DE ABRIL DE 2017**

Habilita número de leitos da Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional - UCINCo do Hospital Regional de Cotia/SP.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que define os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidades Neonatal; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o número de leitos da Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional- UCINCo, do hospital a seguir relacionado:

|                        |                                       |           |
|------------------------|---------------------------------------|-----------|
| Proposta SAIPS: 12.705 | Hospital                              | Nº leitos |
| CNES: 2792141          | Hospital Regional de Cotia - Cotia/SP | 06        |
| Leito: 28.02 UCINCo    |                                       |           |

Art. 2º Os efeitos financeiros de que trata o artigo 1º estão contemplados na Portaria nº 1.500/GM/MS, de 12 de julho de 2012, que aprova a Etapa II do Plano de Ação da Rede Cegonha do Estado de São Paulo e aloca recursos financeiros para sua implementação.

Art. 3º Fica determinado que a referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

**SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
INSTITUTO EVANDRO CHAGAS****PORTARIA Nº 56, DE 31 DE MARÇO DE 2017**

O Diretor do Instituto Evandro Chagas da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, nomeado pela Portaria nº 256, de 23 de fevereiro de 2016, publicada no D.O.U. de 24 de fevereiro de 2016, no uso de suas atribuições legais e considerando a Instrução Normativa Nº 2, de 12 de janeiro de 2015, resolve:

Art. 1º - Aprovar a Metodologia de Desenvolvimento de Software com a finalidade de orientar e padronizar todas as atividades envolvidas no processo de desenvolvimento, evolução e manutenção de sistemas informatizados, tornando obrigatória a sua utilização no âmbito do Instituto Evandro Chagas, para soluções de TI desenvolvidas por servidores do IEC, assim como por profissionais de empresas contratadas por intermédio da celebração de convênios, contratos, ou outras iniciativas do gênero.

Art.2º - A Metodologia de Desenvolvimento de Software, na íntegra, está disponível no sítio <http://www.iec.gov.br/portal/legislacao/>.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO FERNANDO DA COSTA VASCONCELOS

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 49, DE 3 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos I, V e XVII do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro; e

CONSIDERANDO os artigos 1º e 13º do Capítulo I, do Anexo IX, do Regimento Interno do DENATRAN, aprovado pela Portaria do Ministério das Cidades 227, de 04 de julho de 2003, alterada pela Portaria nº 400, de 2 de setembro de 2005;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 80000.001362/2017-11, resolve:

Art. 1º Aprovar o Edital nº 001/2017 do XVI Prêmio DENATRAN publicado no Diário Oficial da União, Seção 3.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS  
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2016

1 - MENSAGEM AOS ACIONISTAS

A Diretoria da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, no cumprimento de preceitos legais e estatutários, submete à apreciação dos Senhores Acionistas o Relatório Anual de suas atividades referentes ao exercício de 2016 e as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

Em 2016, além dos investimentos realizados e da operação e manutenção de seus cinco sistemas, a Companhia deu continuidade às ações iniciadas em 2015, dentro do planejamento estratégico elaborado para o período de 2015-2019.

No auge da crise econômica pela qual passou o país no período de abrangência deste relatório, a CBTU também foi alvo de seus efeitos, o que resultou em forte contingenciamento a seus recursos de custeio.

O orçamento aprovado se mostrou insuficiente para amparar as despesas durante todo o exercício, o que levou a Direção da empresa a buscar, com o apoio do Conselho de Administração e do Ministério Supervisor, a suplementação e descontinenciamento orçamentário, de modo a viabilizar o adequado funcionamento da Companhia. Na esteira do mesmo esforço, a Companhia conseguiu um aumento da dotação para suas ações discricionárias para o exercício de 2017.

No que se refere às despesas de capital, o limite financeiro para pagamento em 2015 levou a Companhia a reprogramar vários contratos de obras e serviços. Assim, em 2016, de um total de recursos aprovados na LOA de R\$152,8 milhões, foram viabilizados e executados R\$94,3 milhões (61,7%). Tal desempenho foi também impactado por dificuldades enfrentadas nos processos licitatórios.

A nova Diretoria, empossada em julho, atacou os problemas enfrentados em 2015 e ainda não equacionados, como a penhora judicial da receita de bilheteria para pagamento da dívida com a REFER e de ações cíveis e trabalhistas (reduzindo a capacidade de pagamento aos fornecedores), conseguindo, como principal resultado, reduzir temporariamente o impacto da penhora da receita.

No período, foi consolidado o Planejamento Estratégico desenvolvido em 2015 junto com a Fundação Getúlio Vargas. Foram estabelecidos 16 objetivos estratégicos, os quais vêm sendo monitorados.

Em 2016, prosseguiu-se com os estudos iniciados em 2015, tendo sido elaborada proposta de reajuste tarifário para os cinco sistemas da CBTU, sem aumento desde 2003 (em Natal, João Pessoa e Maceió), 2006 (Belo Horizonte) e 2012 (Recife). Registra-se que a Diretoria e o Conselho de Administração da Companhia vêm buscando alternativas para regularizar o reajustamento tarifário do transporte metroviário prestado pela empresa, visto que o Ministério da Fazenda se declara sem competência para tal, uma vez que a Lei de Mobilidade Urbana nº 12.587/2012 atribui tal competência de fixação dos níveis tarifários ao Poder Público delegante, neste caso, aos Estados, por se tratar de transporte intermunicipal. Não obstante, os Conselhos Diretor e de Administração, fortemente apoiados pelo Ministério Supervisor, adotaram medidas no sentido de viabilizar limite financeiro em montante suficiente para fazer frente a todos os compromissos financeiros da Companhia, de sorte que foram quitadas todas as obrigações exigíveis no período, contraídas em face de fornecedores e parceiros.

No que diz respeito às ressalvas contidas no item 2 do Relatório dos Auditores Independentes Loudon Blomquist, temos a esclarecer o seguinte:

- Quanto ao total da dívida da REFER no montante de R\$2.680.668 mil registrada no passivo circulante, a Companhia entende que o valor reflete a provisão mais conservadora possível, sendo que a ressalva foi fundamentada apenas no fato de que as demonstrações financeiras da REFER relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não haviam sido concluídas até o final dos trabalhos dos auditores independentes. Registra-se que a direção da empresa envidará todos os esforços para que, no próximo exercício, a circularização da informação com a REFER seja providenciada tempestivamente, de modo a prover a auditoria independente dos elementos necessários à emissão de opinião.
- Quanto à ressalva referente ao ativo imobilizado no grupo de "Imobilização em Andamento", no montante de R\$1.206.192 mil, a administração da Companhia está orientada a identificar e adotar as medidas necessárias à solução do apontamento.

Por fim, quanto à ênfase referente ao patrimônio líquido negativo, a Diretoria da empresa está orientada a propor na próxima Assembleia Geral a capitalização dos recursos da União repassados nos anos de 2013 a 2015, no montante de R\$745.724 mil, registrados no Passivo Circulante, de modo a reverter o patrimônio líquido negativo de R\$386.861 mil verificado nas demonstrações financeiras do exercício de 2016.

2 - IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, vinculada ao Ministério das Cidades desde 1º de janeiro de 2003 (Decreto nº 4.566), tem como objetivo modernizar, expandir e implantar sistemas de transporte de passageiros sobre trilhos no país. Tendo sob a sua operação os sistemas de transporte de passageiros nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Maceió, João Pessoa e Natal, o desempenho da CBTU revela a sua capacidade em promover a mobilidade e a acessibilidade da população ao transporte público, através da adoção de diretrizes que consolidem metrô e Veículos Leves sobre Trilhos - VLT como principais modais para as grandes e médias cidades brasileiras.

Os parâmetros e objetivos estratégicos estão publicados e podem ser consultados no site da Companhia disponível na rede mundial de computadores no seguinte endereço: [www.cbtu.gov.br/index.php/pt/a-cbtu/a-companhia/missao-visao-valores-objetivos](http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/a-cbtu/a-companhia/missao-visao-valores-objetivos).

3 - PLANO DE TRABALHO

3.1 - Resultados Preliminares e Monitoramento do Planejamento Estratégico:

3.1.1. Estrutura Organizacional:

Visando o atendimento de determinação contida no Acórdão TCU nº 1994/2014 - Plenário, a Companhia implementou, com o apoio da Fundação Getúlio Vargas, o Planejamento Estratégico 2015-2019, oportunidade em que se adequou a estrutura organizacional da Administração Central da CBTU a fim de que resultados fossem intensificados.

Readequou-se o papel de três gerências que passaram a ser denominadas Gerência Técnica Marketing e Potencialidades Comerciais, com ênfase na Política de Elevação das Receitas Extraoperacionais; Gerência Técnica Controle e Referência de Custos de Engenharia, responsável, dentre outras atividades, por sistematizar banco de dados de composição de custos metroferroviários de modo a criar referência de mercado; e a Gerência Técnica Gestão Estratégica, com o intuito de assegurar o desenvolvimento e a execução das atividades inerentes ao Planejamento Estratégico da CBTU.

3.1.2. Redução das demandas judiciais trabalhistas:

Atualmente, a Unificação do Mapeamento das Ações Trabalhistas - UMAPAT, originalmente implantado na Administração Central - AC pela ação conjunta da Gerência Geral Jurídica e Gerência Geral de Recursos Humanos, está presente e em operação em todas as unidades da CBTU, adequando-se às peculiaridades locais, permitindo, desse modo, que as áreas envolvidas disponham de informações sobre as respectivas demandas trabalhistas. A ferramenta de gestão está em fase de implementação e ajustes e, quando integrada na cultura organizacional da empresa, sedimentará a base de coleta de dados e proporcionará elementos capazes de auxiliar na correção de distorções eventualmente verificadas nas relações de trabalho, permitindo ações preventivas de cunho global, a fim de que o risco de demandas judiciais seja reduzido a patamares aceitáveis.

No ano de 2016 foram interpostas 2.145 ações trabalhistas, sendo 1.121 na Administração Central, das quais 1.084 estão relacionadas a pedidos de reintegração dos empregados oriundos da Flumitrens (Administração Pública Estadual - RJ). Durante todo o ano de 2016, não houve nenhuma condenação definitiva contra a CBTU.

3.2 - Recursos Humanos

No período, as ocorrências de contratações de pessoal visaram suprir as vagas abertas em decorrência de desligamento de empregados, quer seja por iniciativa dos mesmos ou da Companhia.

Em relação às ações de treinamento, desenvolvimento e capacitação, a Companhia vem otimizando a multiplicação de recursos via instrutoria interna, de modo a compensar os cortes orçamentários para a realização de treinamentos externos.

3.3 - Desempenho Orçamentário

As demonstrações acima referidas estão publicadas e podem ser consultadas no site da Companhia disponível na rede mundial de computadores no seguinte endereço: [www.cbtu.gov.br/index.php/pt/de-sempenho/relatorios-anuais](http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/de-sempenho/relatorios-anuais).

3.4 - Desempenho Operacional

| INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL |        |        |       | Média Mensal   |        |       |       | DEZEMBRO |       |  |  |
|---------------------------------------|--------|--------|-------|----------------|--------|-------|-------|----------|-------|--|--|
| Indicadores                           | Recife |        |       | Belo Horizonte |        |       | Natal |          |       |  |  |
|                                       | 2015   | 2016   | %     | 2015           | 2016   | %     | 2015  | 2016     | %     |  |  |
| Passageiros transportados (mil)       | 9.354  | 8.917  | -4,7  | 5.095          | 4.945  | -2,9  | 199   | 257      | 29,1  |  |  |
| Passageiros por dia útil (mil)        | 367,5  | 340,1  | -7,4  | 202,2          | 198,0  | -2,1  | 8,5   | 10,3     | 21,2  |  |  |
| Receita Operacional (R\$ mil)         | 5.634  | 5.203  | -7,7  | 8.060          | 7.678  | -4,7  | 97    | 121,8    | 25,6  |  |  |
| Receita Não Operacional (R\$ mil)     | 90     | 70     | -22,8 | 521            | 458    | -12,0 | 3,2   | 0,9      | -73,7 |  |  |
| Receita Total (R\$ mil)               | 5.724  | 5.273  | -7,9  | 8.581          | 8.137  | -5,2  | 100,2 | 122,7    | 22,4  |  |  |
| Custo Total (R\$ mil)                 | 24.473 | 25.921 | 5,9   | 17.371         | 16.923 | -2,6  | 2.264 | 2.560    | 13,1  |  |  |



|                                           |       |       |       |      |       |       |       |       |       |
|-------------------------------------------|-------|-------|-------|------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Custo Unitário (R\$ mil)                  | 2,61  | 2,91  | 11,2  | 3,41 | 3,42  | 0,4   | 11,37 | 9,96  | -12,4 |
| Tarifa Nominal (R\$)                      | 1,40  | 1,50  | 7,1   | 1,80 | 1,80  | 0,0   | 0,50  | 0,50  | 0,0   |
| Tarifa Efetiva Média (R\$)                | 0,60  | 0,58  | -3,2  | 1,59 | 1,55  | -2,3  | 0,49  | 0,47  | -3,0  |
| Taxa de Cobertura Plena (%)               | 23,3  | 20,3  | -12,9 | 49,0 | 48,0  | -2,1  | 4,4   | 4,8   | 10,1  |
| Regularidade (%)                          | 93,8  | 90,4  | -3,6  | 98,3 | 98,9  | 0,6   | 99,1  | 98,8  | -0,3  |
| Pontualidade (%)                          | 78,0  | 93,2  | 19,5  | 96,8 | 98,2  | 1,5   | 93,8  | 93,3  | -0,6  |
| Segurança do usuário                      | 2,0   | 1,2   | -42,0 | 0,7  | 1,5   | 118,0 | -     | 0,0   | -     |
| Intervalo Mínimo (min)                    | 4,8   | 4,4   | -8,3  | 4,0  | 4,0   | 0,0   | 104,0 | 97,0  | -6,7  |
| Intervalo Máximo (min)                    | 12,0  | 9,3   | -22,5 | 10,0 | 15,0  | 50,0  | 214,0 | 176,0 | -17,8 |
| Pessoal (PCS/CBTU, contratados e cedidos) | 1.718 | 1.843 | 7,3   | 985  | 1.072 | 8,8   | 113   | 172   | 51,7  |

| Indicadores                               | João Pessoa |       |       | Maceió |       |       | Sistemas CBTU |        |       |
|-------------------------------------------|-------------|-------|-------|--------|-------|-------|---------------|--------|-------|
|                                           | 2015        | 2016  | %     | 2015   | 2016  | %     | 2015          | 2016   | %     |
| Passageiros transportados (mil)           | 162         | 145   | -11,0 | 181    | 144   | -20,4 | 14.991        | 14.408 | -3,9  |
| Passageiros por dia útil (mil)            | 7,0         | 6,5   | -7,1  | 8,0    | 6,2   | -22,5 | 593           | 561    | -5,4  |
| Receita Operacional (R\$ mil)             | 77,6        | 68,7  | -11,5 | 84,5   | 67,4  | -20,3 | 13.953        | 13.139 | -5,8  |
| Receita Não Operacional (R\$ mil)         | 9,3         | 6,5   | -30,3 | 8,1    | 2,7   | -66,7 | 632           | 538    | -14,8 |
| Receita Total (R\$ mil)                   | 86,9        | 75,2  | -13,5 | 92,6   | 70,1  | -24,3 | 14.585        | 13.677 | -6,2  |
| Custo Total (R\$ mil)                     | 1.790       | 1.979 | 10,6  | 2.293  | 2.585 | 12,7  | 48.190        | 49.968 | 3,7   |
| Custo Unitário (R\$)                      | 11,02       | 13,68 | 24,2  | 12,69  | 17,96 | 41,6  | 3,21          | 3,47   | 7,9   |
| Tarifa Nominal (R\$)                      | 0,50        | 0,50  | 0,0   | 0,50   | 0,50  | 0,0   | -             | -      | -     |
| Tarifa Efetiva Média (R\$)                | 0,48        | 0,48  | -0,5  | 0,47   | 0,47  | 0,2   | 0,93          | 0,91   | -2,2  |
| Taxa de Cobertura Plena (%)               | 4,9         | 3,8   | -22,3 | 4,0    | 2,7   | -32,0 | 30,1          | 27,3   | -9,2  |
| Regularidade (%)                          | 98,3        | 98,7  | 0,5   | 93,6   | 94,1  | 0,5   | 95,4          | 93,4   | -2,1  |
| Pontualidade (%)                          | 86,5        | 90,4  | 4,5   | 94,9   | 82,7  | -12,8 | 85,3          | 94,7   | 11,1  |
| Segurança do usuário                      | 1,8         | -     | -     | -      | 2,3   | -     | 1,5           | 1,3    | -15,3 |
| Intervalo Mínimo (min)                    | 69,0        | 69,0  | 0,0   | 60,0   | 20,0  | -66,7 | -             | -      | -     |
| Intervalo Máximo (min)                    | 93,0        | 74,0  | -20,4 | 195,0  | 150,0 | -23,1 | -             | -      | -     |
| Pessoal (PCS/CBTU, contratados e cedidos) | 100         | 134   | 34,0  | 129    | 173   | 34,6  | 3.044         | 3.393  | 11,5  |

(1) Não consta o efetivo de pessoal da Adm. Central, de 362 empregados.

3.5 - Unidades Administrativas

Com relação ao desempenho dos cinco sistemas, o resultado de 172,9 milhões de passageiros transportados, com média de 561 mil passageiros por dia útil, foi inferior em 5,4% ao alcançado em 2015. Diante do quadro recessivo que se estabeleceu em 2016, aliado à concorrência parcial do modal rodoviário, em Belo Horizonte, reputa-se razoável o desempenho verificado.

Importante registrar as ações de gestão empreendidas pela Diretoria da empresa, com suporte do Conselho de Administração e Ministério Supervisor que, através de medidas integradas, proporcionaram o investimento de cerca de R\$64 milhões em obras de melhoria e manutenção das linhas e instalações, notadamente das unidades de Recife e Belo Horizonte.

Destaca-se no período o cumprimento das exigências para a emissão dos Certificados de Aceitação Definitiva (CAD) dos 10 Trens Unidade Elétricos adquiridos para a Unidade de Belo Horizonte. Outra importante conquista no exercício foi a execução de testes com a operação acoplada de TUEs, o que poderá incrementar o atendimento à população no horário de pico. A unidade de Recife foi contemplada com a contratação da construção de duas pontes sobre o rio Pirapama e de uma ponte sobre o rio Jaboatão, a execução da drenagem da estação Cosme e Damião, contenção de taludes na Linha Centro e modernização do sistema de Circuito Fechado de TV.

No que diz respeito à Unidade de Natal, registra-se a aquisição de sobressalentes para Veículos Leves sobre Trilhos e Locomotivas, aquisição de equipamentos para via permanente envolvendo fixações, dormentes de concreto, aparelhos de mudança de via - AMV e dormentes especiais para AMV, além da recuperação de trechos da via permanente.

Em relação à Unidade de João Pessoa, registra-se a entrada em operação de 2 VLT's, bem como a aquisição de sobressalentes para VLT's e a Recuperação da Via, no trecho Santa Rita - Cabedelo.

Quanto à Unidade de Maceió, tem destaque a continuidade da recuperação da via permanente e contratação da construção das novas estações de Mercado e Bom Parto.

Por fim, não podemos deixar de reconhecer a participação, o comprometimento, o esforço e a colaboração dos clientes, empregados, dirigentes e integrantes do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração e do Governo Federal para o alcance dos resultados auferidos.

4 - BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 - Ativo Balanço Patrimonial 2015

|                                | 2016      | 2015      |
|--------------------------------|-----------|-----------|
| CIRCULANTE                     |           |           |
| Disponibilidades - Nota 03     | 28.425    | 32.654    |
| Contas a Receber - Nota 04     | 77.469    | 74.704    |
| Adiantamento de Férias         | 2.864     | 3.049     |
| Almoxarifados                  | 34.554    | 44.500    |
| Depósitos Judiciais - Nota 05  | 204.775   | 188.025   |
| Despesas Antecipadas           | 75        | 378       |
|                                | 348.162   | 343.310   |
| NÃO CIRCULANTE                 |           |           |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO       |           |           |
| Depósitos Judiciais - Nota 05  | 111.179   | 86.311    |
| Depósitos Especiais - Nota 06  | 152.871   | 180.201   |
| Impostos a Recuperar - Nota 07 | 35.869    | 33.526    |
|                                | 299.919   | 300.038   |
| IMOBILIZADO - Nota 08          | 3.938.093 | 3.959.825 |
| DIFERIDO - Nota 09             | 5.932     | 7.335     |
| INTANGÍVEL                     | 4.213     | 4.164     |
|                                | 3.948.238 | 3.971.324 |
|                                | 4.248.157 | 4.271.362 |
| TOTAL DO ATIVO                 | 4.596.319 | 4.614.672 |

4.2 - Passivo Balanço Patrimonial 2015

|                             | 2016      | 2015      |
|-----------------------------|-----------|-----------|
| CIRCULANTE                  |           |           |
| Fornecedores e Empreiteiros | 15.015    | 67.710    |
| Encargos de Financiamentos  | 2.566     | 4.860     |
| Fundação REFER - Nota 10    | 2.680.668 | 2.231.564 |

|                                                   |             |             |
|---------------------------------------------------|-------------|-------------|
| Provisão para Férias                              | 35.806      | 31.657      |
| Provisão para Contingências - Nota 11             | 1.197.489   | 1.336.073   |
| Obrigações a Pagar                                | 7.671       | 11.237      |
| Depósitos e Consignações                          | 3.111       | 2.336       |
| Recursos Fiscais e Previdenciários                | 644         | 5.573       |
|                                                   | 3.942.970   | 3.691.010   |
| NÃO CIRCULANTE                                    |             |             |
| Financiamentos - Nota 12                          | 182.375     | 218.508     |
| Receita Diferida - Nota 13                        | 2.470       | 2.660       |
| Recursos para Futuro Aumento de Capital - Nota 14 | 855.365     | 653.982     |
|                                                   | 1.040.210   | 875.150     |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Nota 15                      |             |             |
| Capital Social Realizado                          | 5.404.110   | 5.404.110   |
| Reserva de Capital                                | 2.267       | 2.267       |
| Reserva de Reavaliação de Bens                    | 4.151       | 4.646       |
| Prejuízos Acumulados                              | (5.797.389) | (5.362.511) |
|                                                   | (386.861)   | 48.512      |
| TOTAL DO PASSIVO                                  | 4.596.319   | 4.614.672   |

4.3 - Demonstração do Resultado do Exercício 2014-2015 (em milhares de Reais)

|                                                    | 2016      | 2015      |
|----------------------------------------------------|-----------|-----------|
| RECEITA BRUTA                                      |           |           |
| Transportes Ferroviários                           | 157.714   | 167.382   |
| Aluguéis e Arrendamentos                           | 6.134     | 6.373     |
|                                                    | 163.848   | 173.755   |
| DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA                          |           |           |
| Impostos e Contribuições Incidentes sobre Serviços | (593)     | (630)     |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA                        | 163.255   | 173.125   |
| CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS - Nota 16            | (708.152) | (620.194) |
| RESULTADO OPERACIONAL BRUTO                        | (544.897) | (447.069) |
| OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS            |           |           |
| Subvenções para Custeio                            | 851.116   | 785.352   |
| Gerais e Administrativas                           | (116.466) | (106.709) |



|                                        |           |           |                                                  |           |           |
|----------------------------------------|-----------|-----------|--------------------------------------------------|-----------|-----------|
| Depreciações e Amortizações            | (81.675)  | (81.335)  | Despesa Financeira                               | (617.361) | (584.455) |
| Sentenças Judiciais                    | (136.741) | (196.236) |                                                  | (545.425) | (519.930) |
| Provisões Diversas - Nota 11           | 138.584   | (266.307) |                                                  |           |           |
| Reversão de Receitas Diferidas         | 190       | 190       |                                                  |           |           |
|                                        | 655.008   | 134.955   | PREJUÍZO OPERACIONAL                             | (435.314) | (832.044) |
|                                        |           |           |                                                  |           |           |
| PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | 110.111   | (312.114) | Resultado da Baixa de Bens                       | (59)      | (176)     |
|                                        |           |           |                                                  |           |           |
| RESULTADO FINANCEIRO - Nota 17         |           |           | PREJUÍZO DO EXERCÍCIO                            | (435.373) | (832.220) |
| Receita Financeira                     | 71.936    | 64.525    | Prejuízo por lote de mil ações do Capital Social | (0,02)    | (0,04)    |

4.4 - Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em Dez 2014-Dez 2015 (em milhares de reais)

|                                  | Capital          |  |                    |  |                        |  |                      |  |                                  |
|----------------------------------|------------------|--|--------------------|--|------------------------|--|----------------------|--|----------------------------------|
|                                  | Social Realizado |  | Recursos Especiais |  | Reserva de Reavaliação |  | Prejuízos Acumulados |  | Recursos para Aumento de Capital |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | 5.196.508        |  | 2.267              |  | 5.141                  |  | (4.530.786)          |  | -                                |
| Aumento do Capital Social        | 207.602          |  |                    |  |                        |  |                      |  |                                  |
| Realização de Reservas           |                  |  |                    |  | (495)                  |  | 495                  |  |                                  |
| Lucro (Prejuízo) do Exercício    |                  |  |                    |  |                        |  | (832.220)            |  |                                  |
| Saldos em 31 de dezembro de 2015 | 5.404.110        |  | 2.267              |  | 4.646                  |  | (5.362.511)          |  | -                                |
| Aumento do Capital Social        |                  |  |                    |  |                        |  |                      |  |                                  |
| Realização de Reservas           |                  |  |                    |  | (495)                  |  | 495                  |  |                                  |
| Lucro (Prejuízo) do Exercício    |                  |  |                    |  |                        |  | (435.373)            |  |                                  |
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | 5.404.110        |  | 2.267              |  | 4.151                  |  | (5.797.389)          |  | -                                |

4.5 - Demonstração do Fluxo de Caixa em Dez 2014 - Dez 2015 Método Indireto (em milhares de reais)

| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS         |  |  |  | 2016      |  | 2015      |
|----------------------------------------------------|--|--|--|-----------|--|-----------|
| LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO                      |  |  |  | (435.373) |  | (832.220) |
| AJUSTES POR: - Nota 17                             |  |  |  | 457.391   |  | 839.596   |
| Variações Cambial e Monetária                      |  |  |  | 90.388    |  | 94.225    |
| Depreciações e Amortizações                        |  |  |  | 81.544    |  | 77.687    |
| Encargos - REFER                                   |  |  |  | 449.104   |  | 414.845   |
| Baixa de Bens                                      |  |  |  | 60        |  | 176       |
| Reversão de Receitas e Reservas                    |  |  |  | (190)     |  | (190)     |
| Ajuste de Provisão para Contingências              |  |  |  | (138.584) |  | 266.308   |
| Depósitos Judiciais                                |  |  |  | (24.868)  |  | (13.450)  |
| Créditos a Recuperar                               |  |  |  | (63)      |  | (5)       |
| AUMENTO (REDUÇÃO) DE ATIVOS                        |  |  |  | 9.079     |  | 46.204    |
| Contas a Receber                                   |  |  |  | 2.765     |  | 23.080    |
| Almoxarifados                                      |  |  |  | (9.947)   |  | 7.318     |
| Depósitos Judiciais                                |  |  |  | 16.749    |  | 15.338    |
| Adiantamentos de Férias                            |  |  |  | (185)     |  | 99        |
| Outros Ativos Circulantes                          |  |  |  | (303)     |  | 369       |
| AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS - Nota 17            |  |  |  | (58.561)  |  | 42.979    |
| Fornecedores e Empreiteiros                        |  |  |  | (52.695)  |  | 46.334    |
| Encargos de Financiamentos                         |  |  |  | (2.294)   |  | 3.518     |
| Provisão para Férias                               |  |  |  | 4.149     |  | 6.387     |
| Outras Contas a Pagar                              |  |  |  | (7.721)   |  | (13.260)  |
| CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS           |  |  |  | (45.623)  |  | 4.150     |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS     |  |  |  | (58.518)  |  | (204.211) |
| Imobilizado                                        |  |  |  | (58.468)  |  | (204.187) |
| Intangível                                         |  |  |  | (50)      |  | (24)      |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS    |  |  |  | 99.912    |  | 166.441   |
| Amortização de Financiamentos                      |  |  |  | -         |  | 3.648     |
| Recursos para Futuro Aumento de Capital            |  |  |  | 99.912    |  | 162.793   |
| VARIACÃO DO FLUXO DE CAIXA                         |  |  |  | (4.229)   |  | (33.620)  |
| Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa |  |  |  | (4.229)   |  | (33.620)  |
| Caixa e Equivalente de Caixa no início do período  |  |  |  | 32.654    |  | 66.274    |
| Caixa e Equivalente de Caixa no fim do período     |  |  |  | 28.425    |  | 32.654    |

4.6 - Notas Explicativas  
NOTA 01 - ATIVIDADES:

- 1) De acordo com o Estatuto Social, a CBTU tem como objetivo:
- a) a execução dos planos e programas aprovados pelo Ministério das Cidades, em consonância com o Plano Nacional de Viação e, destinados a reger os serviços de transporte ferroviário urbano, constantes do Sistema Nacional de Transportes Urbanos;
- b) o planejamento, o estudo, os projetos, a construção e a implantação de serviços de transporte de pessoas, por trem de superfície nas Regiões Metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos que justifiquem a existência desses serviços, em estreita consonância com a política de transporte e desenvolvimento urbano;
- c) a operação e a exploração comercial dos serviços de transporte ferroviário urbano e suburbano;
- d) o gerenciamento das participações societárias da União em empresas de transporte ferroviário metropolitano e urbano, de pessoas; e
- e) a execução de atividades conexas que lhe permitam melhor atender seu objeto social.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS:

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária Brasileira, além dos pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e das Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em vigor até a data da elaboração das demonstrações contábeis. A empresa não realizou o Impairment dos seus ativos, considerando que avaliações preliminares e comparativas com empresas do mesmo ramo de atividade, indicavam que os ativos da CBTU estavam subavaliados, que demandaria processo de reavaliação de ativos. Considerando que o CPC, através do ICPC-10, tornou facultativa a reavaliação de ativos neste caso, e que a empresa não vislumbrou oportunidades que justificassem o investimento, optou pela não reavaliação dos ativos e também pela manutenção das atuais taxas de depreciação por considerá-las adequadas.

Adicionalmente ao descrito acima, as principais práticas contábeis podem ser resumidas como segue:

- a) Regime de escrituração das transações  
É adotado o regime de competência de exercícios para registro das operações.
- b) Reconhecimento dos efeitos inflacionários

Os efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis são reconhecidos mediante atualizações monetárias e cambiais de direitos e obrigações sujeitas à indexação legal ou contratual, pelos respectivos índices.



c) Aplicações Financeiras  
As aplicações financeiras são registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos proporcionais, auferidos até a data do balanço.  
d) Almoxarifados  
Os estoques mantidos nos almoxarifados estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de reposição. Os materiais em poder de terceiros são registrados ao custo identificado.  
e) Ativo Imobilizado, Intangível e Diferido  
Está demonstrado pelo custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ajustado com os seguintes aspectos:  
- Depreciação do imobilizado pelo método linear levando em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens;  
- Amortização do ativo diferido pelo método linear, à taxa de 10% ao ano.  
NOTA 03 - DISPONIBILIDADE:  
Compõe este grupo os valores em Caixa, Valores em Transito oriundos da arrecadação, Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata e a Conta Única do Tesouro Nacional, que engloba os repasses do tesouro e de recursos próprios para fazer face às despesas previstas no orçamento da CBTU.  
Composição do saldo:

|                                 | 2016   | 2015   |
|---------------------------------|--------|--------|
| Caixa                           | 63     | 63     |
| Conta Única do Tesouro Nacional | 23.896 | 24.652 |
| Valores em Trânsito             | 3.265  | 2.709  |
| Aplicações Financeiras          | 1.201  | 5.230  |
|                                 | 28.425 | 32.654 |

NOTA 04 - CONTAS A RECEBER:  
As principais rubricas que compõem este grupo são as seguintes:  
RFFSA - trata-se de desembolsos realizados pela CBTU, de responsabilidade da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, cujos valores mais relevantes são oriundos de desapropriações e obras realizadas pela CBTU, vitais para expansão do sistema de Belo Horizonte em áreas de influência de ambas as Empresas, tendo sido, desta forma, aplicado o critério de rateio dos valores envolvidos. Tendo em vista estar, a extinta RFFSA, questionando por diversos motivos o referido critério de rateio de alguns valores, a CBTU, conservadoramente, constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa aos valores sob questionamento.  
Os gestores da CBTU e Inventariança da RFFSA desde 2013 buscam o equacionamento das pendências em questão, para viabilizar o encontro de contas entre as empresas, não sendo possível ainda sua conclusão face às divergências na apuração dos valores envolvidos.  
Créditos em Liquidação - nesta rubrica está registrado o valor devido pelo Consórcio Grande Recife, referente à parcela da CBTU na partição tarifária, da integração ônibus/metrô, por ter havido contestação por parte do Consórcio dos valores apresentados pela CBTU.  
A CBTU ingressou com ação de cobrança dos créditos em questão. Atualmente o processo está em fase de conclusão na primeira instância e os repasses não foram normalizados.  
Créditos por Danos ou Perdas - estão registrados nesta rubrica:  
a) R\$ 1.620 mil, referentes a débitos de ex-empregados, apurados em processos de tomada de contas;  
b) R\$ 15.375 mil, tendo como devedor a Companhia do Metropolitano do Distrito Federal, referente a repasse de convênio, onde a Controladoria Geral da União-CGU apurou irregularidades em contratos, no montante de R\$ 6.878 mil, tendo o Tribunal de Contas da União-TCU determinado que a CBTU instaurasse processo de tomada de contas especial, visando ratificar o valor apurado pela CGU, corrigindo-o através da metodologia de cálculo do TCU e registrando o valor corrigido no SIAFI.  
Composição do saldo:

|                                               | 2016    | 2015    |
|-----------------------------------------------|---------|---------|
| RFFSA                                         | 14.651  | 14.651  |
| Prestação de Serviços                         | 2.912   | 2.174   |
| Prefeitura de São Paulo                       | 723     | 723     |
| Empregados Cedidos                            | 835     | 1.194   |
| Créditos em Liquidação                        | 49.610  | 47.224  |
| Ressarcimento Aux. Doença                     | 9       | 9       |
| Créditos por Danos ou Perdas                  | 16.995  | 16.995  |
|                                               | 85.735  | 82.970  |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | (8.266) | (8.266) |
|                                               | 77.469  | 74.704  |

NOTA 05 - DEPÓSITOS JUDICIAIS:  
a)Ativo Circulante - referem-se a penhoras na receita de bilheteria, preponderantemente nas STU’s Recife e Belo Horizonte.  
Em 31 de dezembro de 2016, a situação das Penhoras judiciais da Empresa pode ser resumida como segue:

|                             | 2016     |          |        |          | 2015     |          |        |          |
|-----------------------------|----------|----------|--------|----------|----------|----------|--------|----------|
|                             | BH       | REC      | OUTRAS | TOTAL    | BH       | REC      | OUTRAS | TOTAL    |
| Saldo do Exercício Anterior | 118.243  | 64.866   | 4.916  | 188.025  | 96.880   | 71.064   | 5.247  | 173.191  |
| Penhoras do Exercício       | 47.945   | 9.279    | 272    | 57.496   | 42.928   | 16.023   | 218    | 59.169   |
| Recuperação de Penhoras     | (27.624) | (12.703) | (419)  | (40.746) | (21.565) | (22.221) | (549)  | (44.335) |
| Saldo do Exercício          | 138.564  | 61.442   | 4.769  | 204.775  | 118.243  | 64.866   | 4.916  | 188.025  |

b)Ativo Realizável a Longo Prazo - referem-se basicamente a pagamentos de depósitos recursais trabalhistas, que visam à reforma da sentença; depósitos judiciais cíveis, que são para garantia do juízo até a solução final da ação e penhoras judiciais, que são recursos apreendidos pela justiça das contas correntes da CBTU no período de 1996 a 1999, antes do ingresso efetivo na conta única do Tesouro.  
A Gerência Geral Jurídica da CBTU vem realizando trabalhos permanentes, objetivando depurar e identificar todos os valores constantes nesta rubrica.  
Em 31 de dezembro de 2016, a situação dos depósitos judiciais da Empresa pode ser resumida como segue:  
DESCRIÇÃO:

|                                               | 2016    | 2015   |
|-----------------------------------------------|---------|--------|
| Processos identificados - em andamento        | 110.033 | 85.165 |
| Processos a serem identificados/regularizados | 1.146   | 1.146  |
|                                               | 111.179 | 86.311 |

NOTA 06 - DEPÓSITOS ESPECIAIS:

Refere-se a depósito caucionado no Banco do Brasil, cuja origem foi o processo de re-negociação da dívida externa pela União em 1993. O objetivo do depósito é servir de garantia para amortizações da dívida de médio e longo prazo - DMLP, do período de 2015 a 2024, quando serão liquidadas. A dívida está consignada no passivo, na rubrica de financiamento interno. O valor é atualizado pela variação do dólar americano e remunerado pela variação média do bônus de zero cupom do tesouro dos Estados Unidos da América.

NOTA 07 - IMPOSTOS A RECUPERAR:

Representa os valores de processos de restituições de Tributos e Contribuições Federais, preponderantemente de Imposto de Renda retido sobre rendimentos de aplicação financeira de recursos próprios, corrigidos pela variação da taxa SELIC.

NOTA 08 - IMOBILIZADO:

a)Composição do saldo:

| CONTAS                                 | TAXA ANUAL DE DEPRECIACÃO (%) | 2016      | 2015      |
|----------------------------------------|-------------------------------|-----------|-----------|
| Terrenos                               | -                             | 369.560   | 369.560   |
| Edificações                            | 1,25 a 2,00                   | 638.076   | 637.940   |
| Instalações                            | 2,00 a 3,33                   | 785.612   | 781.515   |
| Equipamentos de Transporte Ferroviário | 2,50 a 5,00                   | 1.051.972 | 1.022.573 |
| Veículos                               | 20                            | 11.153    | 11.153    |

|                                      |          |             |           |
|--------------------------------------|----------|-------------|-----------|
| Equipamentos, Máquinas e Ferramentas | 10       | 57.374      | 55.516    |
| Outras Imobilizações Tangíveis       | 10       | 28.652      | 26.905    |
| Imobilizações em Andamento           | -        | 1.592.901   | 1.571.670 |
| Correção Monetária - Lei 8.200/91    | Diversas | 447.925     | 447.985   |
|                                      |          | 4.983.225   | 4.924.817 |
| Depreciações Acumuladas              |          | (1.045.132) | (964.992) |
| Total:                               |          | 3.938.093   | 3.959.825 |

b) Imobilizações em andamento:

Representa os investimentos em obras e aquisições cujos contratos estão em execução.  
Existem valores pendentes de reclassificação para a conta de terrenos, oriundas de desapropriações nas STU’s Belo Horizonte e Recife que não são depreciados, bem como as cisões para os respectivos Estados dos Investimentos nos sistemas do Rio de janeiro e São Paulo.  
As imobilizações em andamento podem ser demonstradas como segue:

|                                   | 2016      | 2015      |
|-----------------------------------|-----------|-----------|
| Sistema de Belo Horizonte         | 96.959    | 96.142    |
| Sistema de Recife                 | 115.095   | 115.042   |
| Sistema do Rio de Janeiro         | 651.804   | 651.804   |
| Sistema de São Paulo              | 554.388   | 554.388   |
| Outras Obras                      | 174.655   | 154.294   |
| Subtotal:                         | 1.592.901 | 1.571.670 |
| Correção Monetária - Lei 8.200/91 | 32.810    | 32.810    |
| Total:                            | 1.625.711 | 1.604.480 |

NOTA 09 - DIFERIDO:

Está representado por despesas de consultoria, vinculadas aos projetos BIRD de Recife e Belo Horizonte.



Utilizando a faculdade prevista na Lei nº 11.941 de 27/05/2009 a Empresa optou pela manutenção dos valores classificados nesse grupo até sua completa amortização.

NOTA 10 - FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL-REFER:

A CBTU, a partir de 17 de fevereiro de 2000, deixou de ser co patrocinadora e passou a ser patrocinadora da REFER, que é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, com patrimônio e autonomia administrativa e financeira, cujo objetivo principal é a suplementação de benefícios previdenciários aos participantes. Tal modificação ocorreu devido à segregação da parcela patrimonial e das obrigações relativas à CBTU, quando da quebra de solidariedade do Plano de Benefício até então existente, do qual participavam as instituições: RFFSA, CBTU, FLUMITRENS, CPTM, e REFER. Atualmente o plano é de contribuição variável.

Tendo em vista as medidas sugeridas pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria Interministerial nº 1, de 14 de fevereiro de 1997, para a redução de déficit potencial da Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER, e as autorizações concedidas pela Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes e Secretaria de Coordenação e Controle das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento e Orçamento, foi efetuado o registro do valor estimado como devido à REFER decorrente da redução da taxa de contribuição de 11,61% para 9,48% no período de janeiro de 1985 a dezembro de 1996, bem como daquela decorrente dos reflexos financeiros motivados pela redução da base de contribuição determinada pela Lei 8.020, de 12 de abril de 1990, regulamentada pelo Decreto 606, de 20 de julho de 1992, resultando na celebração do Contrato nº 030/REFER/2000 de 01/12/2000, de confissão de dívida.

Paralelamente foi celebrado o Instrumento Particular de Direitos e Obrigações, de 08/02/2001, referente à cobertura do déficit atuarial decorrente da migração do Plano de Benefício Definido para o Plano de Contribuição Definida.

Destaca-se que ambos os instrumentos estabeleceram como vencimento da primeira parcela de pagamento a data de 31 de janeiro de 2003.

Nos exercícios de 2003 e 2004, a CBTU não obteve os recursos orçamentários para cumprir o acordado, tendo a REFER ajuizado ação de execução de Dívida na 28ª Vara Civil da Comarca do Rio de Janeiro, relativa ao CRT. 030/2000.

Em 31/03/2004, foi celebrado o Aditivo nº 01/04 ao Instrumento Particular de Direitos e Obrigações de 08/02/2001, e, no que se refere ao Instrumento N.º 30/2000, foi celebrado Acordo Judicial repactuando valores e datas, passando ter vencimentos mensais a partir de 31/01/2005.

A REFER efetuou a cobrança da Dívida Renegociada que, por força do previsto no Artigo 62 do Decreto 4942/03, de 30/12/03 - Parágrafos 1º e 2º, sem o devido cumprimento das obrigações assumidas pela Patrocinadora, a Fundação fica obrigada a proceder à execução judicial a dívida que resultaram nos seguintes processos:

a) Processo 0123840-98.2007.8.19.001 (antigo nº 2007.001.120653-9), em trâmite na 22ª Vara Cível da Comarca da Capital - RJ, referente à execução de título extrajudicial - Instrumento Particular de Direitos e Obrigações assinado em 08/02/2001 (Reserva a Amortizar pela conversão do Plano de Benefício Definido para a modalidade de Contribuição Definida)

b) Processo 0009659-44.2012.4.02.5101 (antigo nº 2004.001.12106-3), em trâmite na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do RJ referente à execução de título executivo extrajudicial - Instrumento nº 30/REFER/2000 (Diferença de 2,13% das contribuições devidas de janeiro/85 a dezembro/96 e reflexos da Lei 8020/90).

As Leis Orçamentárias de 2006 a 2015 não contemplaram recursos para honrar o compromisso, apesar de terem constado nas Propostas Orçamentárias da CBTU encaminhadas ao Ministério das Cidades.

No exercício de 2006, a CBTU pagou R\$ 79.700 mil da dívida do Processo nº 0011716-80.2004.8.19.001 (antigo nº 2004.001.012106-3) naquela altura em trâmite junto a Justiça Estadual, com recursos de Restos a pagar de sentenças judiciais do exercício de 2005 e R\$ 2.845 mil do processo nº 2005.001.051793-3 com recursos de sentenças judiciais do exercício de 2006, processo este julgado extinto, com decisão transitada em julgado.

No ano de 2007, foi constituído o Processo nº 0123840-98.2007.8.19.001 (antigo nº 2007.001.120653-9) perante a Justiça Estadual do RJ, para cobrança do saldo remanescente.

No exercício de 2007, a CBTU pagou R\$ 2.716 mil da dívida do Processo 0009659-44.2012.4.02.5101 (antigo nº 2004.001.12106-3), atualmente em trâmite na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do RJ e R\$ 16.361 mil da dívida do Processo 0123840-98.2007.8.19.001 (antigo nº 2007.001.120653-9), em trâmite na 22ª Vara Cível da Comarca da Capital - RJ ambos com recursos de sentenças do exercício.

Nos exercícios de 2008 a 2016, a CBTU pagou R\$ 153.173 mil, através de penhora da receita dos processos nº 0009659-44.2012.4.02.5101 (antigo nº 2004.001.12106-3) e nº 0123840-98.2007.8.19.001 (antigo nº 2007.001.120653-9).

Em nova determinação judicial, em 2015 a penhora passou de 7% para 12% da receita da bilheteria, sendo posteriormente reformada para um valor fixo de R\$ R\$ 6.745.201,23 (seis milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, duzentos e um reais e vinte três centavos) referente ao processo nº 0009659-44.2012.4.02.5101 (antigo nº 2004.001.12106-3) e 5% da receita de bilheteria referente ao processo nº 0123840-98.2007.8.19.001 (antigo nº 2007.001.120653-9).

A Diretoria da CBTU vem atuando perante os órgãos competentes buscando uma solução definitiva para o pagamento da dívida, sendo que o processo de renegociação desta está em análise na Advocacia Geral da União - AGU para emissão de parecer, sem o qual não será possível a obtenção de orçamento e recursos financeiros para pagamento.

Os processos tramitam na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - RJ e na 22ª Vara Cível da Comarca da Capital - RJ, não sendo possível determinar os impactos futuros nas demonstrações contábeis da CBTU.

A composição dos créditos da REFER em 31 de dezembro de 2016 pode ser demonstrada como segue:

|                                                                                | 2016       | 2015       |
|--------------------------------------------------------------------------------|------------|------------|
|                                                                                | CIRCULANTE | CIRCULANTE |
| Diferença da taxa de contribuição e os Reflexos Financeiros da Lei nº 8020/90. | 2.574.178  | 2.124.477  |
| Reserva a Amortizar                                                            | 106.490    | 107.087    |
|                                                                                | 2.680.668  | 2.231.564  |

NOTA 11 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS:

Representa a estimativa de riscos futuros com ações judiciais movidas contra a empresa em conformidade com a legislação societária e o pronunciamento nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25).

No que tange aos riscos, os prováveis são registrados e os possíveis apenas evidenciados, conforme demonstrado abaixo:

|                 | 2016      | 2015      |
|-----------------|-----------|-----------|
|                 | PROVÁVEIS | POSSÍVEIS |
| Trabalhistas    | 933.007   | 41.951    |
| Cíveis          | 135.884   | 37.735    |
| Previdenciários | 90.453    | 6.620     |
| Tributários     | 38.145    | 2302      |
|                 |           |           |
| Total:          | 1.197.489 | 88.608    |

|                 | 2015      |  | 2016      |
|-----------------|-----------|--|-----------|
|                 | PROVÁVEIS |  | POSSÍVEIS |
| Trabalhistas    | 1.033.052 |  | 46.659    |
| Cíveis          | 173.481   |  | 49.303    |
| Previdenciários | 90.877    |  | 6.620     |
| Tributários     | 38.663    |  | 2302      |
|                 |           |  |           |
| Total:          | 1.336.073 |  | 104.884   |

NOTA 12 - FINANCIAMENTOS:

Os financiamentos foram obtidos pela RFFSA, na década de 1980, para ampliação e melhoramento das instalações e equipamentos do ativo imobilizado dos sistemas do Rio de Janeiro e São Paulo.

As parcelas de amortização do principal, bem como as despesas de juros e outras decorrentes dos financiamentos, são totalmente cobertas pela União, mediante subvenções.

As taxas de juros anuais aplicadas aos financiamentos variam de 5,8% a 8%, com vencimentos programados até o ano de 2024.

Os financiamentos são corrigidos pela variação do Dólar Americano.

NOTA 13 - RECEITA DIFERIDA

Refere-se a contrato de locação para utilização de áreas de domínio da CBTU, que consiste basicamente na implantação de sistema cabo ótico destinado a serviço de telecomunicação.

O presente contrato vigorá pelo prazo de 30 (trinta) anos a partir de dezembro de 1999, com a realização da receita, no montante de R\$15,9 mil mês.

NOTA 14 - RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL:

Registra os recursos da União em investimentos para futuro aumento de capital, bem como os encargos financeiros pela variação da SELIC, oriundos da aplicação dos dispositivos do Decreto Nº 2673 de 16 de julho de 1998, conforme demonstrado abaixo:

|                 | 2016    | 2015    | 2014    | TOTAL   |
|-----------------|---------|---------|---------|---------|
| Investimentos   | 99.912  | 162.793 | 347.362 | 610.067 |
| SELIC Acumulada | 9.728   | 117.442 | 118.128 | 245.298 |
|                 | 109.640 | 280.235 | 465.490 | 855.365 |

NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

Capital Social

O capital social totalmente integralizado está representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuído:

|        | 2016                |                   | 2015                |                   |
|--------|---------------------|-------------------|---------------------|-------------------|
|        | QUANTIDADE DE AÇÕES | % DE PARTICIPAÇÃO | QUANTIDADE DE AÇÕES | % DE PARTICIPAÇÃO |
| União  | 18.645.502.652.415  | 99,9999           | 18.645.502.652.415  | 99,9999           |
| Outros | 1.063               | 0,0001            | 1.063               | 0,0001            |
|        | 18.645.502.653.478  | 100,0000          | 18.645.502.653.478  | 100,0000          |

Reserva de Reavaliação

Constituída em decorrência da avaliação de bens do ativo imobilizado registrada em 1985. A realização dessa reserva vem sendo feita em função das depreciações, baixas e alienações dos referidos bens, registrada diretamente na conta de prejuízos acumulados.

Utilizando a faculdade prevista no CPC 13, a Empresa optou pela manutenção dos valores classificados nesse grupo até sua completa realização.

NOTA 16 - CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

Segue abaixo o demonstrativo de Custos dos Serviços Prestados no exercício de 2016.

|                       | 2016    | 2015    |
|-----------------------|---------|---------|
| Pessoal e Encargos    | 504.029 | 422.273 |
| Concessionárias       | 48.216  | 53.867  |
| Serviços de Terceiros | 140.488 | 129.503 |
| Materiais             | 15.419  | 14.551  |
| Total:                | 708.152 | 620.194 |

NOTA 17 - RESULTADO FINANCEIRO:

Segue abaixo o demonstrativo de Receitas e Despesas Financeiras:

| Receitas Financeiras                             | 2016    | 2015    |
|--------------------------------------------------|---------|---------|
| Varição Monetária de Tributos a Recuperar        | 2.280   | 2.682   |
| Varição Cambial de Depósitos Especiais           | 69.370  | 61.048  |
| Juros de Aplicações Financeiras                  | 192     | 755     |
| Outras                                           | 94      | 40      |
| Sub-Total                                        | 71.936  | 64.525  |
| Despesas Financeiras                             | 2016    | 2015    |
| Juros e Encargos da Dívida com a REFER           | 449.105 | 414.845 |
| Varição Cambial e Encargos de Financiamentos     | 66.558  | 81.483  |
| Varição Monetária dos Rec. p/ Aumento de Capital | 101.471 | 88.084  |
| Outras                                           | 227     | 43      |
| Sub-Total                                        | 617.361 | 584.455 |
| Total                                            | 545.425 | 519.930 |

NOTA 18 - REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS:

O Plano de Cargos e Salários da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações pagas aos dirigentes e empregados.

No exercício de 2016 a maior e a menor remuneração mensal paga aos empregados ocupantes de cargos permanentes foram de R\$ 37.118,64 e R\$ 1.647,62, respectivamente. Com relação aos dirigentes da CBTU, a maior e a menor remuneração mensal paga foi de R\$ 25.704,67 e R\$ 22.351,89, respectivamente. A remuneração média paga aos empregados foi de R\$ R\$ 7.413,73 e aos dirigentes foi de R\$ 23.190,09.

Rio de Janeiro-RJ, 6 de março de 2017  
JOSÉ MARQUES DE LIMA  
Diretor-Presidente

RICARDO CHIPITELLI TEIXEIRA  
Diretor de Administração e Finanças  
Em exercício

JORGE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA  
Contador CRC-RJ 062.918

**5 - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Administradores e Acionistas da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU

Rio de Janeiro - RJ

**1. Opinião com Ressalva:**

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, bem como, as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção 2, a seguir, intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**2. Base para opinião com ressalva**

2.1 - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

2.2 - Conforme mencionado na Nota Explicativa 10, no exercício de 2004, a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER ajuizou contra a CBTU, Processo de Execução de Dívida na 28ª Vara Civil da Comarca do Rio de Janeiro. Em 31 de março de 2004, foi celebrado entre a REFER e a CBTU, o Aditivo N.º 01/04 ao instrumento Particular de Direitos e Obrigações de 08 de fevereiro de 2001, e, no que se refere ao Instrumento n.º 30/2000, foi celebrado Acordo Judicial repactuando valores e datas, passando o novo acordo, a ter vencimentos mensais a partir de 31 de janeiro de 2005. Em 2007 foi constituído novo processo N.º 2007.001.120653-9, para o restante da dívida. 4 Desde o exercício de 2006 a CBTU não obtém crédito orçamentário para cumprir o pactuado para com a REFER.

Nos exercícios de 2008 a 2016, foram pagos R\$ 153.173 mil, através de penhora da receita dos processos n.º 0009659-44.2012.4.02.5101 e 0123840-98.2007.8.19.001.

Após negociações entre as partes ficou acertado que em 2016 a penhora do processo n.º 0009659-44.2012.4.02.5101 retornará a 12% da receita de janeiro a julho de 2016, passando a um valor fixo a partir de agosto de 2016.

Em 19/12/2016, foi realizada audiência de conciliação entre a CBTU, a Advocacia-Geral da União-AGU e a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER, no âmbito do Tribunal Regional Federal da Segunda Região, e nessa oportunidade foi acordado, nos dois processos, que a CBTU realizasse depósitos que totalizassem R\$ 4 Milhões nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2017, o que vem ocorrendo. Diante desse cenário, em 11 de janeiro de 2017 o juízo monocrático da 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do RJ despachou determinando que o cartório anotasse no sistema processual a suspensão do andamento do feito até 20 de abril de 2017 e o TRF 2 expediu certidão, em 23 de janeiro de 2017, suspendendo igualmente o feito

Em 31 de dezembro de 2016, o total da dívida para com a REFER montava a R\$ 2.680.668 mil, registrada no Passivo Circulante.

Até a emissão de nosso parecer, a auditoria das demonstrações financeiras da REFER, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não haviam sido concluídas.

2.3 - Ainda integra o Ativo Imobilizado, no grupo de "Imobilizações em Andamento" e correspondente Patrimônio Líquido da Companhia, o montante R\$ 1.206.192 mil, remanescente de saldos das obras de ampliação dos sistemas de trens metropolitanos de São Paulo e Rio de Janeiro, que foram objetos de cisão parcial, em exercícios anteriores, em observância a Lei Nº 8693/93, cujos Ativos já estão de posse das Companhias incorporadoras.

**3. Ênfase - Patrimônio Líquido Negativo**

Conforme comentado na Nota 15 a Companhia em 31 de dezembro de 2016 apresenta Patrimônio Líquido Negativo de R\$ 386.861 mil, decorrente principalmente de encargos da dívida com a REFER e ajuste de provisões para contingências. Também, ainda não foram capitalizados os recursos da União para futuro aumento de capital, repassados nos anos de 2013 a 2015, no montante de R\$ 745.724 mil, registrados no Passivo Circulante, que tornaria o Patrimônio Líquido positivo em R\$ 358.864 mil.

4. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

5. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação de continuidade da Entidade, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**6. Responsabilidade dos Auditores Independentes**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nos referidos demonstrativos contábeis.

Como parte de uma auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do

que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes da Entidade, para planejar os procedimentos apropriados de auditoria nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia desses controles.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela administração.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**7. Outros assuntos**

Conforme descrito na Nota Explicativa 2, a Companhia não realizou o Impairment dos seus ativos, considerando que avaliações preliminares e comparativas com empresas do mesmo ramo de atividade, indicavam que os ativos da CBTU estavam subavaliados, o que demandaria processo de reavaliação de ativos. Considerando que o CPC, através do ICPC- 10, tornou facultativa a reavaliação de ativos neste caso, e que a empresa não vislumbrou oportunidades que justificassem o investimento, optou pela não reavaliação dos ativos e também, pela manutenção das atuais taxas de depreciação por considerá-las adequadas.

Rio 3 de Março de 2017  
LOUDON BLOMQUIST  
AUDITORES INDEPENDENTES  
CRC-RJ-000064/F-8

JORGE LUIZ FERREIRA MORAES  
Contador  
CRC-RJ- 043.479/O-2

**Ministério de Minas e Energia****GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA Nº 133, DE 4 DE ABRIL DE 2017**

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, e o que consta no Processo nº 48000.000123/2016-42, resolve:

Art. 1º A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá promover, direta ou indiretamente, Leilão para Outorga de Concessões de Usinas Hidrelétricas de 2017, com a consequente alocação em Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência, de que trata a Portaria MME nº 123, de 17 de abril de 2013.

§ 1º O Leilão previsto no caput deverá ser realizado até 30 de setembro de 2017.

§ 2º Deverá ser utilizado, como critério de julgamento das propostas, o maior valor de bonificação pela outorga, definido no art. 5º, § 1º, inciso II, da Portaria MME nº 123, de 2013.

§ 3º O Leilão será composto por Lotes de Concessões de Usinas Hidrelétricas, conforme indicado no Anexo à presente Portaria.

§ 4º As concessões deverão ser outorgadas pelo prazo de trinta anos, contados da data de assinatura do Contrato de Concessão ou do término do Contrato vigente, o que ocorrer por último, observado o disposto no art. 6º da Portaria MME nº 123, de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO COELHO FILHO

ANEXO

**RELAÇÃO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS QUE COMPÕEM O LEILÃO PARA OUTORGA DAS CONCESSÕES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA**

| Lote | Sublote | Usina Hidrelétrica | Potência Instalada (MW) | Rio       |
|------|---------|--------------------|-------------------------|-----------|
| B    | A1      | São Simão          | 1.710,00                | Paranaíba |
|      | B1      | Jaguara            | 424,00                  | Grande    |
|      | B2      | Miranda            | 408,00                  | Araguari  |
|      | B3      | Volta Grande       | 380,00                  | Grande    |
| C    | C1      | Agro Trafto        | 14,04                   | Palmeiras |
|      |         | Total              | 2.936,04                |           |

**AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA****RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.206, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017**

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.004136/2016-50. Interessada: Eólica Serra da Babilônia II S.A. Objeto: declarar de utilidade pública, em favor da Eólica Serra da Babilônia II S.A, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 230 kV Serra da Babilônia II - Morro do Chapéu II.

A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

ROMEY DONIZETE RUFINO

**DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL**

Em 28 de março de 2017

Nº 849 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001860/2015-41, decide conhecer e, no mérito, dar provimento parcial ao Recurso Administrativo interposto pela Celg Geração e Transmissão S.A.- Celg-GT, em face do Auto de Infração nº 089/2016, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade -SFE, no sentido de reduzir o valor da multa aplicada de R\$ 128.699,16 (cento e vinte e oito mil, seiscentos e noventa e nove reais e dezesseis centavos) para R\$ 99.870,86 (noventa e nove mil, oitocentos e setenta reais e oitenta e seis centavos), valor este que deverá ser atualizado nos termos da legislação aplicável.

Nº 877 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004452/2015-41, decide por: (i) conhecer e, no



mérito, dar provimento ao Pedido de Reconsideração interposto pela Empresa Elétrica Bragantina S.A - EEB, em face da publicação da Resolução Homologatória nº 2.074/2016, que homologou o resultado da Quarta Revisão Tarifária Periódica da concessionária; e (ii) reconhecer a diferença de R\$ 93.953,94 (noventa e três mil, novecentos e cinquenta e três reais e noventa e quatro centavos), no valor mensal do ajuste da Subvenção CDE, a preços de maio de 2016, a ser atualizada pela variação do IGP-M e incorporada no valor do "Ajuste" que vier a ser apurado no processo tarifário de 2017 da Distribuidora.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 29 de março de 2017

Nº 891 - Processo nº 48500.002719/2006-11. Interessado: Verde 08 Energia S.A. Decisão: homologar novos parâmetros necessários ao cálculo da Garantia Física da PCH Verde 08, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.GO.030973-7.01, localizada no rio Verde ou Verdão, sub-bacia 60, bacia hidrográfica do Paraná, nos municípios de Santa Helena de Goiás, Acreúna e Turvelândia, estado de Goiás.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

Em 31 de março de 2017

Nº 911 - Processo nº: 48500.005582/2016-81. Interessada: Cotesa Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. Decisão: Autorizar a Cotesa Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 85.235.430/0001-45, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

Em 3 de abril de 2017

Nº 924 - Processo nº 48500.000674/2017-56. Interessado: Rialma Energia Eólica S/A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Seridó 10, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.RN.037432-6.01, e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, localizada nos municípios de Bodó e Santana do Matos, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 925 - Processo nº 48500.000674/2017-56. Interessado: Rialma Energia Eólica S/A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Seridó 11, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.RN.037433-4.01, e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, localizada nos municípios de Bodó e Santana do Matos, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 926 - Processo nº 48500.000674/2017-56. Interessado: Rialma Energia Eólica S/A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Seridó 12, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.RN.037434-2.01, e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, localizada no município de Fernando Pedroza, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 927 - Processo nº 48500.000674/2017-56. Interessado: Rialma Energia Eólica S/A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Seridó 13, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.RN.037435-0.01, e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, localizada no município de Fernando Pedroza, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 928 - Processo nº 48500.004741/2015-40. Interessado: Corumbataí Energia Ltda. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Fênix, com 10.000 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.PR.034950-0.01, localizada no rio Corumbataí, integrante da sub-bacia 64, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, nos municípios de São João do Ivaí, Fênix e Barbosa Ferraz, no estado do Paraná.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Em 30 de março de 2017

Nº 923 - Processo nº: 48500.001744/2017-93. Interessada: Triângulo Mineiro Transmissora S.A. Decisão indeferir o pleito da Triângulo Mineiro Transmissora S.A. protocolado na Carta TMT-REG-007/2016, sob o número SIC 48513.032898/2016-00.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

IVO SECHI NAZARENO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Em 4 de abril de 2017

Decisão: Liberar a unidade geradora constante no despacho abaixo para retomada da operação comercial a partir da publicação do Despacho.

Nº 949 - Processo nº 48500.004197/2007-26. Interessado: Itiquira Energética S.A. Usina: UHE Itiquira I. Unidade Geradora: UG2, de 30.400 kW. Localização: Município de Itiquira, Estado do Mato Grosso.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE

Em 30 de março de 2017

Nº 898 - Processo nº 48500.001373/2017-40. Interessada: Aliança Geração de Energia S.A. Decisão: Anuir ao pleito da Interessada para a celebração de contrato de prestação de serviços com sua parte relacionada Cemig Geração e Transmissão S.A, no valor global de R\$ 5.318.864,96 (cinco milhões, trezentos e dezoito mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e noventa e seis centavos), pelo prazo de 32 (trinta e dois) meses.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

TICIANA FREITAS DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Em 27 de março de 2017

Nº 845 - Processo nº 48500.000830/2017-89. Interessados: CPFL Paulista e Prefeitura Municipal de Pirajuí - SP. Decisão: Dar provimento à reclamação da Prefeitura.

A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

ANDRÉ RUELLI

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Em 4 de abril de 2017

Nº 947 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio do §3º do art. 3º da Resolução Autorizativa nº 5.864, de 31 de maio de 2016, e de acordo com o que consta no Processo nº 48500.005546/2015-37, decide: (i) determinar, nos termos do §1º do art. 2º da Resolução Autorizativa nº 5.864, de 31 de maio de 2016, que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE efetue, a partir da próxima liquidação financeira da contratação de cotas de garantia física e de potência da UHE Três Irmãos (código CEG UHE.PH.SP.002873-8.01), o desconto do valor de R\$ 1.287.843,81, (um milhão, duzentos e oitenta e sete mil e oitocentos e quarenta e três reais e oitenta e um centavos), referente aos rendimentos do prêmio do seguro, objeto da Apólice de Riscos Nomeados e Operacionais nº 17.96.0001661.28, conforme item (ii) do Despacho nº 590, de 2 de março de 2017.

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Em 3 de abril de 2017

Nº 922 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições delegadas por meio da Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.002563/2016-01, decide: (i) conhecer do Pedido de Reconsideração interposto pela Celg Distribuição S.A. - CELG-D em face do Despacho nº 594, de 2 de março de 2017, para, no mérito, dar-lhe provimento; e (ii) suspender a cobrança da Parcela de Ineficiência por Sobrecontratação - PIS no ponto de conexão Carajás 138 kV para o ano 2015.

JOSÉ MOISÉS MACHADO DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 4 de abril de 2017

Nº 334 - O SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto no artigo 9º, da Resolução ANP nº 22, de 11 de abril de 2014, publicada em 14 de abril de 2014, concede a transferência do(s) registro(s) dos produtos abaixo listados, em nome da empresa SPEEDY OIL IND. E COM. DE LUBRIFICANTES E PETROLEO LTDA, CNPJ nº 06.109.950/0001-35, para a empresa MARCIO ROBERTO CAZELA ME, CNPJ nº 25.369.061/0001-51.

| Produto           | Número de registro |
|-------------------|--------------------|
| Speedy Super Duty | 17703              |

Nº335 - O SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do(s) produto(s) abaixo, das empresas relacionadas:

| ELVIN LUBRIFICANTES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - CNPJ nº 62.417.282/0001-84 |                     |                     |                     |                    |                  |
|----------------------------------------------------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--------------------|------------------|
| Processo                                                                   | Marca Comercial     | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto            | Registro Produto |
| 48600.000684/2017 - 63                                                     | EL BASE CUP         | NLGI 2              | N/A                 | GRAXA LUBRIFICANTE | 4643             |
| 48600.000685/2017 - 16                                                     | EVOLI C - UNIVERSAL | NLGI 2              | . NA                | GRAXA LUBRIFICANTE | 4552             |
| 48600.000683/2017 - 19                                                     | EVORA CHASSIS       | NLGI 2              | NA                  | GRAXA LUBRIFICANTE | 4575             |
| 48600.000682/2017 - 74                                                     | EVOLI CPXL MO3      | NLGI 1              | NA                  | GRAXA LUBRIFICANTE | 4553             |
| 48600.000681/2017 - 20                                                     | EVOLI BNT HT        | NLGI 00             | . NA                | GRAXA LUBRIFICANTE | 4540             |



|       |                                                          |                          |                     |                                                                                                                                 |                    |                  |
|-------|----------------------------------------------------------|--------------------------|---------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|------------------|
|       | 48600.000693/2017 - 54                                   | EVOLI CPXC ECO MO3       | NLGI 2              | . NA                                                                                                                            | GRAXA LUBRIFICANTE | 5516             |
|       | 48600.000679/2017 - 51                                   | EVOLI C - G27            | NLGI 1              | . NA                                                                                                                            | GRAXA LUBRIFICANTE | 5515             |
| Nº336 | PETRONAS LUBRIFICANTES S.A. - CNPJ nº 03.613.421/0001-86 |                          |                     |                                                                                                                                 |                    |                  |
|       | Processo                                                 | Marca Comercial          | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho                                                                                                             | Produto            | Registro Produto |
|       | 48600.000396/2017 - 17                                   | PETRONAS HYDRAULIC HV-ZF | ISO 46              | . DIN 51524 PART II, III, DENISON HF-0, HF-1, HF-2, EATON BROCHURE 03-401-2010, ISO 11158 HM, FIVES CINCINNATI P-68, P-69, P-70 | ÓLEO LUBRIFICANTE  | 18098            |

CARLOS ORLANDO ENRIQUE DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE

Em 4 de abril de 2017

Nº 337 - A Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base nas Resoluções ANP n.º 42, de 19 de agosto de 2011, e n.º 58, de 20 de outubro de 2014, torna pública a homologação dos contratos de cessão de espaço listados a seguir:

|    | #INSTALAÇÃO            | UF | CEDENTE                                                                                              | CESSIONÁRIA                                                                                            | PRAZO                            | VOLUME DE ESPAÇO CEDIDO (m³)                                                                                           | PROCESSO ADMINISTRATIVO |
|----|------------------------|----|------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|
| 1  | Guarulhos              | SP | COPAPE PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA.<br>01.428.174/0002-01                                              | DISTRIBUIDORA TABOCÃO LTDA.<br>02.284.585/0002-25                                                      | 60 meses a partir da homologação | Gasolina A:50<br>Diesel AS500:25<br>Diesel AS10:25<br>EAC:20<br>EHC:50<br>B100:10<br>Diesel BS500:25<br>Diesel BS10:25 | 48610.002927/2017-89    |
| 2  | Uberlândia             | MG | LIDERPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA.<br>01.083.568/0001-86                                     | CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA<br>01.466.091/0012-70                                      | 60 meses a partir da homologação | Gasolina C: 61,394<br>Diesel AS500:414,984<br>Diesel AS10:110<br>B100:60,907<br>EHC: 102,714                           | 48610.003003/2017-08    |
| 3  | Uberlândia             | MG | LIDERPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA.<br>01.083.568/0001-86                                     | FEDERAL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA.<br>02.909.530/0015-88                                          | 60 meses a partir da homologação | Gasolina C: 61,394<br>Diesel AS500:258,001<br>Diesel AS10:246,984<br>B100:60,907<br>EHC: 122,714                       | 48610.007846/2016-94    |
| 4  | Uberlândia             | MG | LIDERPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA.<br>01.083.568/0001-86                                     | DISTRIBUIDORA RIO BRANCO DE PETRÓLEO LTDA<br>01.256.137/0005-06 (em retificação ao 01.256.137/0001-74) | 60 meses a partir da homologação | Gasolina C: 61,394<br>Diesel AS500:258,001<br>Diesel AS10:246,984<br>B100:60,907<br>EHC: 122,714                       | 48610.007849/2016-28    |
| 5  | Uberlândia             | MG | LIDERPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA.<br>01.083.568/0001-86                                     | PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.<br>34.274.233/0375-29                                                     | 31/12/2018                       | Diesel AS10:790<br>B100:60<br>EHC: 350                                                                                 | 48610.010222/2012-21    |
| 6  | Uberlândia             | MG | LIDERPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA.<br>01.083.568/0001-86                                     | ZEMA CIA DE PETRÓLEO<br>00.647.154/0003-31                                                             | 60 meses a partir da homologação | Gasolina C: 61,394<br>Diesel AS500:258,001<br>Diesel AS10:246,984<br>B100:60,907<br>EHC: 122,714                       | 48610.007848/2016-83    |
| 7  | São Francisco do Conde | BA | PETROBAHIA S.A.<br>01.125.282/0011-98                                                                | DISLUB COMBUSTÍVEIS LTDA<br>41.080.722/0004-23                                                         | 01/02/2019                       | Gasolina A:150<br>Diesel AS500:302<br>Diesel AS10:183<br>EAC:90<br>EHC:75<br>B100:50                                   | 48610.003936/2013-63    |
| 8  | Manaus                 | AM | PETRÓLEO SABBÁ S.A.<br>04.169.215/0002-72                                                            | SP INDÚSTRIA E DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA.<br>01.387.400/0012-17                                   | 12 meses a partir da homologação | Gasolina A:200<br>Diesel AS500:300<br>EAC:100<br>EHC:30<br>B100:10                                                     | 48610.006858/2015-11    |
| 9  | São Luís               | MA | GRANEL QUÍMICA LTDA.<br>44.983.435/0003-30                                                           | IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A.<br>33.337.122/0043-86                                               | 09/02/2019                       | Gasolina A:4336<br>Diesel AS10:9247<br>B100:177<br>Diesel Marítimo: 1900                                               | 48610.013309/2012-50    |
| 10 | Osasco                 | SP | BONA TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS LTDA.<br>56.032.709/0001-23                                         | ASPEN DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.<br>01.382.912/0021-81                                        | 31/12/2017                       | Gasolina A:45<br>Diesel AS10:45<br>EAC:45<br>EHC:45<br>B100:45                                                         | 48610.013172/2014-03    |
| 11 | Osasco                 | SP | BONA TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS LTDA.<br>56.032.709/0001-23                                         | ASPEN DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.<br>01.382.912/0001-38                                        | 31/12/2017                       | Gasolina A:45<br>Diesel AS10:45<br>EAC:45<br>EHC:45<br>B100:45                                                         | 48610.013172/2014-03    |
| 12 | Osasco                 | SP | BONA TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS LTDA.<br>56.032.709/0001-23                                         | GOL COMBUSTÍVEIS S.A.<br>06.983.874/0001-92                                                            | 31/12/2017                       | Gasolina A:45<br>Diesel AS10:45<br>EAC:45<br>EHC:45<br>B100:45                                                         | 48610.008817/2016-40    |
| 13 | Osasco                 | SP | BONA TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS LTDA.<br>56.032.709/0001-23                                         | GOL COMBUSTÍVEIS S.A.<br>06.983.874/0003-54                                                            | 31/12/2017                       | Gasolina A:45<br>Diesel AS10:45<br>EAC:45<br>EHC:45<br>B100:45                                                         | 48610.008817/2016-40    |
| 14 | Osasco                 | SP | BONA TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS LTDA.<br>56.032.709/0001-23                                         | MONTE CABRAL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.<br>04.138.529/0006-31                                 | 31/12/2017                       | Gasolina A:45<br>Diesel AS10:45<br>EAC:45<br>EHC:45<br>B100:45                                                         | 48610.013170/2014-14    |
| 15 | Osasco                 | SP | BONA TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS LTDA.<br>56.032.709/0001-23                                         | MONTE CABRAL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.<br>04.138.529/0009-84                                 | 31/12/2017                       | Gasolina A:45<br>Diesel AS10:45<br>EAC:45<br>EHC:45<br>B100:45                                                         | 48610.013170/2014-14    |
| 16 | Osasco                 | SP | BONA TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS LTDA.<br>56.032.709/0001-23                                         | MONTE CABRAL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.<br>04.138.529/0001-27                                 | 31/12/2017                       | Gasolina A:45<br>Diesel AS10:45<br>EAC:45<br>EHC:45<br>B100:45                                                         | 48610.013170/2014-14    |
| 17 | Itabuna                | BA | PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO<br>02.709.449/0015-54 | FEDERAL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA.<br>02.909.530/0016-69                                          | 31/05/2020                       | EAC:90<br>B100:20                                                                                                      | 48610.006063/2009-64    |
| 18 | Uberaba                | MG | PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO<br>02.709.449/0050-37 | SP INDÚSTRIA E DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA.<br>01.387.400/0014-89                                   | 31/05/2020                       | EAC:60<br>EHC:60<br>B100:25                                                                                            | 48610.008699/2009-41    |
| 19 | Uberlândia             | MG | PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO<br>02.709.449/0012-01 | SP INDÚSTRIA E DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA.<br>01.387.400/0015-60                                   | 31/05/2020                       | EAC:60<br>B100:25                                                                                                      | 48610.008699/2009-41    |



|    |                        |    |                                                                              |                                                                                  |            |                                                                                            |                      |
|----|------------------------|----|------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| 20 | Candeias               | BA | TERMINAL QUÍMICO DE ARATU - TEQUIMAR<br>14.688.220/0001-64                   | SETTA COMBUSTÍVEIS S.A.<br>55.483.564/0006-29                                    | 28/02/2018 | Gasolina A:160<br>Diesel AS500:80<br>Diesel AS10:40                                        | 48610.003635/2016-82 |
| 21 | Paranaguá              | PR | CPA ARMAZÉNS GERAIS LTDA.<br>03.836.990/0002-71                              | CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COM-<br>BUSTÍVEIS LTDA.<br>01.466.091/0004-60          | 31/01/2018 | Diesel AS500:500<br>Diesel AS10:500                                                        | 48610.003403/2017-13 |
| 22 | Guarulhos              | SP | T. LIQ LOGÍSTICA E SERVIÇOS LTDA<br>19.924.788/0001-50                       | ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERI-<br>VADOS DE PETRÓLEO S.A.<br>01.349.764/0014-74 | 10/02/2022 | Gasolina A:20<br>Diesel AS10:90<br>EAC:10<br>EHC:15<br>B100:10                             | 48610.003402/2017-61 |
| 23 | Guarulhos              | SP | T. LIQ LOGÍSTICA E SERVIÇOS LTDA<br>19.924.788/0001-50                       | TOBRAS DISTRIBUIDORA DE COM-<br>BUSTÍVEIS LTDA<br>05.759.383/0007-95             | 31/12/2019 | Gasolina A:500<br>Diesel AS10:100<br>EAC:100<br>EHC:100<br>B100:50                         | 48610.003811/2015-03 |
| 24 | Ipojuca                | PE | TERMINAL QUÍMICO DE ARATÚ S.A. - TEQUI-<br>MAR<br>14.688.220/0005-98         | FEDERAL DISTRIBUIDORA DE PETRÓ-<br>LEO LTDA.<br>02.909.530/0001-82               | 31/05/2019 | Gasolina A:2600<br>Diesel AS500:850<br>Diesel AS10:1500<br>EAC:1000<br>EHC:400<br>B100:100 | 48610.005226/2013-78 |
| 25 | Manaus                 | AM | DISTRIBUIDORA EQUADOR DE PRODUTOS DE<br>PETRÓLEO LTDA.<br>03.128.979/0001-76 | RZD DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS<br>DE PETRÓLEO LTDA.<br>09.056.321/0001-82        | 18/03/2019 | Gasolina A:100<br>Diesel AS500:100<br>Diesel AS10:100<br>EAC:100<br>EHC:50<br>B100:50      | 48610.018554/2010-91 |
| 26 | Santos                 | SP | STOLTHAVEN SANTOS LTDA.<br>51.979.359/0001-93                                | ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERI-<br>VADOS DE PETRÓLEO SA<br>01.349.764/0004-00   | 30/04/2020 | Diesel AS500:5000<br>Diesel AS10:5000                                                      | 48610.006950/2016-61 |
| 27 | Ijuí                   | RS | RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.<br>33.453.598/0107-81                               | RAÍZEN MIME COMBUSTÍVEIS S.A.<br>01.799.935/0009-08                              | 01/03/2022 | Gasolina A:10<br>Diesel AS500:10<br>Diesel AS10:10<br>EAC:10<br>EHC:10<br>B100:10          | 48610.006145/2015-57 |
| 28 | Luís Eduardo Magalhães | BA | ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A.<br>23.314.594/0049-55                               | IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO<br>S.A.<br>33.337.122/0098-50                      | 31/12/2017 | Gasolina A:100<br>Diesel AS500:45<br>Diesel AS10:100<br>EAC:30<br>B100:30                  | 48610.008908/2016-85 |

Nº 338 - A Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base nas Resoluções ANP n.º 42, de 19 de agosto de 2011, e n.º 58, de 20 de outubro de 2014, torna pública a homologação dos contratos de carregamento listados a seguir:

|   | #INSTALAÇÃO | UF | CEDENTE                                                                                                   | CESSIONÁRIA                                        | PRAZO      | MOVIMENTAÇÃO MENSAL<br>(m³)                               | PROCESSO ADMINISTRATIVO |
|---|-------------|----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|------------|-----------------------------------------------------------|-------------------------|
| 1 | Candeias    | BA | PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PE-<br>TROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO<br>02.709.449/0007-44 | PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.<br>34.274.233/0080-06 | 30/04/2019 | Gasolina A:4200<br>Diesel AS500:6455                      | 48610.002327/2015-59    |
| 2 | Jequié      | BA | PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PE-<br>TROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO<br>02.709.449/0013-92 | PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.<br>34.274.233/0371-03 | 30/04/2019 | Gasolina A:2035<br>Diesel AS500:4910<br>Diesel AS10:2530  | 48610.002326/2015-12    |
| 3 | Itabuna     | BA | PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PE-<br>TROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO<br>02.709.449/0015-54 | PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.<br>34.274.233/0370-14 | 30/04/2019 | Gasolina A:3020<br>Diesel AS500:4165<br>Diesel AS510:2100 | 48610.002319/2015-11    |

MARIA INÊS SOUZA

DIRETORIA II  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO  
E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS  
DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 135, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 64, de 01 de março de 2012, tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.002502/2017-70, nos termos do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; do inciso V do art. 2º e o §1º do art. 5º da Lei 11.909, de 04 de março de 2009, e considerando o atendimento a todas as exigências da Resolução ANP n.º 51, de 26 de dezembro de 2013, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Comerc Gás Comercializadora Ltda., inscrita sob o CNPJ nº 10.391.631/0001-32, autorizada a exercer a atividade de Carregamento de gás natural dentro da esfera de competência da União.

Art. 2º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

SUPERINTENDÊNCIA DE DADOS TÉCNICOS  
AUTORIZAÇÃO Nº 136, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O Superintendente de Dados Técnicos da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 56, de 23 de fevereiro de 2016, com base na Resolução ANP nº 11, de 17 de fevereiro de 2011, bem como nas demais normas, padrões e regulamentos da ANP, e tendo em vista o que consta no Processo 48610.002412/2017-89, torna público o seguinte ato:

Art. 1º. Fica a empresa WELLFIELD SERVIÇOS GEO-FÍSICOS DO BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 20.609.076/0001-26, com sede na Avenida João da Escóssia, nº 1250, Sala 105, Nova Betânia, Mossoró, Rio Grande do Norte, CEP-59.607-330, autorizada a realizar aquisição e processamento de dados geofísicos de sísmica de reflexão (com fontes explosiva e vibratória), gravimetria, magnetometria e magnetotelúrico, metodologia 2D e 3D, em base não exclusiva e com fins comerciais, na Bacia do Recôncavo.

O polígono do projeto fica limitado pelas seguintes coordenadas geográficas:

| VERTICE | LATITUDE      | LONGITUDE     |
|---------|---------------|---------------|
| 1       | -11:41:24,060 | -37:56:05,196 |
| 2       | -12:03:09,971 | -38:24:25,236 |
| 3       | -12:34:55,743 | -38:35:59,722 |
| 4       | -12:49:40,313 | -38:16:24,013 |
| 5       | -11:43:57,382 | -37:40:28,190 |
| 6       | -11:41:24,060 | -37:56:05,196 |

Datum: SIRGAS2000

Art. 2º Em decorrência da Autorização definida no Art. 1º fica a empresa WELLFIELD SERVIÇOS GEÓFÍSICOS DO BRASIL LTDA., compromissada a cumprir com a ANP todas as obrigações aplicáveis da Resolução ANP n.º 11/2011.

Art. 3º - De acordo com os padrões técnicos da ANP fica determinado que todos os documentos entregues pela WELLFIELD SERVIÇOS GEOFÍSICOS DO BRASIL LTDA. deverão ser identificados com o código «ES-0375» para dados sísmicos e «ENS-0410» para dados não sísmicos.

Art. 4º - A presente autorização é válida pelo período de 16 meses.

Art. 5º A presente autorização entra em vigor a partir da data de sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO  
MINERAL  
SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE  
RELAÇÃO Nº 16/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA  
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)  
Ansyse Cynara Teixeira Ladeia - 871024/10  
Antonio Pereira Marinho - 871226/15  
Areial Fazenda Monte, Extração, Transportes, Serviços e Comércio Ltda - 871523/14  
Aurino Luiz Santos Souza - 872136/14  
Biobras do Brasil Ltda Epp - 870902/14  
Brasil Empreendimentos Pesquisas e Mineracao Ltda Epp - 871964/12  
Cabral Mineração LTDA. - 871402/13, 870834/13, 870925/13, 870926/13, 870986/13  
Carisvaldo Almeida Bonfim - 874014/11  
Chen Changjian - 872351/13  
Cooperativa Dos Ceramistas da Bahia - 872137/14  
Demater Diesel Empreendimentos Ltda me - 870756/13  
Elias Alves Dos Santos - 871047/15, 871147/15  
Ggm Geométrica de Granitos e Mineração Ltda - 872630/13  
gp Aldock Mineração e Construção Ltda - 870965/13  
João Manoel de Lima Monteiro - 872133/12  
Jose Manuel Martins Portas me - 870070/15  
Julio Martins Cardoso Dos Santos - 870911/15  
M2m Construções e Montagens Ltda me - 870104/15  
Minaoeste Industria Extrativa Ltda - 871597/13  
Minas Bahia Mineração e Serviços Ltda me - 870385/14  
Mineração Internacional Ltda - 871427/14, 872125/14, 870616/13, 871275/13, 871111/12, 871112/12, 871390/11, 874375/11, 874376/11, 874377/11, 874378/11  
Mineração Jaguará Ltda - 870070/14  
Mineradora Buriti Ltda - 874998/07  
Nordeste Mining Comércio Ltda - 874653/11, 874654/11  
Pedreira Pedra Forte Indústria e Comércio Ltda me - 871204/15, 871205/15



Progemma Minérios Eireli - 870257/12  
Terra & Pedra Mineração LTDA. me - 871220/15  
Uni Geologia Mineração Indústria e Comércio Ltda me - 872846/12  
Wagner Alves Teixeira Junior - 870072/12

CLÁUDIO DA CRUZ LIMA  
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE  
RELAÇÃO Nº 30/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MUL-TAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)  
j Fernando Tajra Reis - 806212/09 - Not.62/2017 - R\$ 153,14  
M.c.pavelich Extração e Britamento de Pedras - 806326/11 - Not.63/2017 - R\$ 3.312,69

ARNALDO MARTINHO COSTA DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE  
RELAÇÃO Nº 155/2017

Fase de Autorização de Pesquisa  
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)  
834.738/1995-REYNALDO GUAZZELLI FILHO- Área de 889,98 ha para 281,35 ha-Minério de Alumínio  
834.854/2007-MINERAÇÃO NOSSA SENHORA DO PILAR- Área de 985,85 ha para 468,78 ha-Argila Industrial e Areia  
Aprova o relatório de Pesquisa(317)  
831.877/1998-EMPRESA DE MINERAÇÃO OURO NOVO LTDA.-Granito  
831.917/1998-MINERACAO DORNAS LTDA-Areia  
831.631/2001-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-Minério de Alumínio  
833.951/2008-MINERAÇÃO VILAS BÔAS LTDA-Quartzito  
831.521/2009-CALCÁRIO TRIÂNGULO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-Areia, Cascalho e Diamante  
830.245/2011-J.K. COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA ME-Saibro  
833.825/2011-ANTONIO JOSÉ FERREIRA ME-Quartzito  
832.586/2013-LENICE LOPES FREIRE VILELA E CIA LTDA-Quartzito

RELAÇÃO Nº 156/2017

Fase de Autorização de Pesquisa  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)  
832.063/2012-FRANCO WEBER-OF. Nº56/2017-ERPM-MG  
832.714/2014-MINERAÇÃO GOIABEIRA LTDA-OF. Nº42/2017-ESCGV-MG  
Fase de Requerimento de Lavra  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)  
831.709/2003-ALTOGRAN MINERAÇÃO LTDA.-OF. Nº40/2017-ESCGV-MG  
832.765/2004-STONEBLOCKS MINERACAO LTDA EPP-OF. Nº39/2017-ESCGV-MG  
830.326/2005-ROCHA VERDE BRASIL EXTRAÇÃO E COMERCIO DE MINÉRIOS LTDA-OF. Nº36/2016-ESCGV-MG

RELAÇÃO Nº 157/2017

Fase de Autorização de Pesquisa  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)  
831.494/2009-STQB SÃO THOMÉ QUARTZITO BRASIL LTDA ME-OF. Nº201/2016-ERPC-MG  
832.300/2009-HF ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. Nº30/2017-ESCGV-MG  
832.994/2009-MINERE MINAS MINERADORA LTDA-OF. Nº45/2017-ESCGV-MG  
834.694/2010-AREIA BARRA AZUL EXTRAÇÃO E COMERCIO LTDA-OF. Nº62/2017-ERPM-MG  
832.075/2011-HIPERSERV MINERAÇÃO LTDA-OF. Nº35/2017-ESCGV-MG  
832.744/2011-SHEKINAH MINERAÇÃO LTDA ME-OF. Nº34/2017-ESCGV-MG  
831.761/2012-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.-OF. Nº38/2017-ESCGV-MG  
833.049/2012-JOSE LUIZ ALVES PEREIRA-OF. Nº41/2017-ESCGV-MG  
834.055/2012-SAUL CHAVES JARDIM-OF. Nº25/2017-ESCGV-MG  
831.936/2013-ZANCA MINERACAO LTDA ME-OF. Nº43/2017-ESCGV-MG  
831.012/2015-CERÂMICA MINAS FORTE LTDA ME-OF. Nº33/2017-ESCGV-MG

RELAÇÃO Nº 158/2017

Fase de Concessão de Lavra  
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1713)  
810.455/1974-EMPRESA DE CAOLIM LTDA.- AI Nº1536/2014-FISC-MG  
836.154/1993-EMIGRAN-EMPRESA DE MINERAÇÃO DE GRANITOS LTDA.- AI Nº1443/2014-FISC-MG;1444;1445;1446 e 1447/2014-FISC-MG  
834.283/1996-PONTAL PECUÁRIA LTDA- AI Nº1702;1703/2016-FISC  
830.999/2000-PORTO DE AREIA COLORADO LTDA- AI Nº1604/2014-FISC-MG;1605 e 1606/2014-FISC-MG  
831.067/2002-CAC EMPREENDIMENTOS LTDA- AI Nº1515/2014 -FISC-MG

RELAÇÃO Nº 159/2017

Fase de Autorização de Pesquisa  
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)  
831.865/2003-ANTÔNIO PINHEIRO TEIXEIRA-AI Nº184/2017-FISC-MG  
832.373/2005-ESTRADA REAL MINERAÇÃO LTDA ME-AI Nº207/2017-FISC/MG  
834.123/2006-SAGODI MINERAÇÃO LTDA ME-AI Nº183/2017-FISC-MG  
831.455/2007-ILAN AKHERMAN-AI Nº186/2017-FISC-MG  
831.687/2007-ANTÔNIO DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA-AI Nº185/2017-FISC-MG  
831.995/2007-COMERCIAL RESENDE E VIEIRA LTDA-AI Nº187/2017-FISC/MG  
832.003/2007-COLINA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-AI Nº188/2017-FISC-MG  
832.061/2007-PMZ AUTOMÓVEIS COMÉRCIO E MANUTENÇÃO LTDA.-AI Nº189/2017-FISC-MG  
833.041/2007-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-AI Nº190/2017-FISC/MG  
833.728/2007-MINERAÇÃO ARCO IRIS LTDA. ME-AI Nº191/2017-FISC/MG  
834.481/2007-OROZIMBO COELHO GONÇALVES-AI Nº192/2017-FISC/MG  
834.485/2007-MINERADORA CALDENSE LIMITADA-AI Nº208/2017-FISC/MG  
834.780/2007-WALDIR BATISTA VELOSO-AI Nº209/2017-FISC/MG  
833.578/2008-BRAULIO MOURAO SANTOS-AI Nº210/2017-FISC/MG  
834.760/2008-KILLDARE GUSMÃO CHAVES-AI Nº211/2017-FISC/MG  
830.999/2009-VALMIR ALVES ANTONIO-AI Nº194/2017-FISC/MG  
831.013/2009-REJANE GOMES DE SOUZA-AI Nº195/2017-FISC/MG  
831.145/2009-MAGBAN - MÁRMORES E GRANITOS AQUIDABAN LTDA-AI Nº196/2017-FISC/MG  
831.202/2009-JOSÉ MÁRIO PAULA GAMA-AI Nº197/2017-FISC/MG  
831.417/2009-EMISA EMPRESA DE MINERAÇÃO SANTOS LTDA-AI Nº198/2017-FISC/MG  
831.503/2009-FONTE PARAISO LTDA-AI Nº199/2017-FISC/MG  
831.619/2009-MARCOS NAVES BRANCO-AI Nº200/2017-FISC/MG  
832.081/2009-TERCON TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-AI Nº201/2017-FISC/MG  
832.429/2009-CT CITRUS LTDA-AI Nº202/2017-FISC/MG  
832.434/2009-ILMA TOBIAS DA SILVA EIRELI ME-AI Nº203/2017-FISC/MG  
832.470/2009-JOSÉ MÁRIO PAULA GAMA-AI Nº204/2017-FISC/MG  
832.566/2009-GASPARINO FERREIRA DE ANDRADE NETO-AI Nº205/2017-FISC/MG  
832.573/2009-FERNANDO RODRIGUES DA COSTA-AI Nº206/2017-FISC/MG  
831.713/2011-WILSON JOÃO MENDES HENRIQUES FILHO-AI Nº214/2017-FISC/MG  
833.390/2011-MARCIEL BERTANHA-AI Nº213/2017-FISC/MG  
831.459/2012-FRANKILN DANTAS FI-AI Nº215/2017-FISC/MG  
831.662/2012-ALAÉRCIO VÍTOR NOVAES-AI Nº212/2017-FISC/MG  
834.327/2012-CERÂMICA PÁSSARO VERDE LTDA-AI Nº216/2017-FISC/MG

RELAÇÃO Nº 160/2017

Fase de Autorização de Pesquisa  
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)  
831.580/1989-ELISABETE GODINHO DA PAZ BALES-TRERI  
832.059/1994-JOSÉ FACCHINI  
835.698/1995-BRAZMINCO LTDA  
830.833/2012-ALFA E OMEGA MINERAÇÃO LTDA ME  
833.239/2012-CBM EMPRESA BRASILEIRA DE MINE-RAIS LTDA ME

RELAÇÃO Nº 161/2017

Fase de Autorização de Pesquisa  
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)  
832.244/2003-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-OF. Nº37/2017-ESCGV-MG

RELAÇÃO Nº 164/2017

Fase de Requerimento de Lavra  
Determina o cancelamento da Guia de utilização(1778)  
830.230/2001-FRANCISCO XAVIER VILELA DE FARIA FI- Guia de Utilização Nº351/2013

RELAÇÃO Nº 171/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)  
831.222/2011-MINERAX MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. Nº620/2017-DGTM-MG  
834.973/2011-DAILANCE MINERAÇÃO LTDA-OF. Nº619/2017-DGTM-MG  
832.141/2012-ALISON CELSO DA SILVEIRA-OF. Nº621/2017-DGTM-MG  
832.319/2012-DIAMANTE BRASIL LTDA.-OF. Nº632/2017-DGTM-MG  
830.807/2016-SIDNEY JOSE DADONA-OF. Nº624/2017-DGTM-MG  
830.954/2016-JUVELCI DOS SANTOS MENESES-OF. Nº623/2017-DGTM-MG  
830.203/2017-NADSON TORRES SARMENTO ME-OF. Nº622/2017-DGTM-MG  
Fase de Requerimento de Lavra  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)  
833.659/1995-MINERAÇÃO ARTUD LTDA-OF. Nº652/2017-DGTM-MG  
830.836/2000-BRITADORA QUILOMBO LTDA ME-OF. Nº581/2017-DGTM-MG  
833.125/2006-R & M MINERACAO LTDA-OF. Nº564/2017-ANAPRO-DGTM-MG  
831.260/2008-GRAMIC GRANITOS E MÁRMORES LTDA.-OF. Nº625/2017-DGTM-MG  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)  
833.659/1995-MINERAÇÃO ARTUD LTDA-OF. Nº653/2017-DGTM-MG  
830.921/1997-BRITACAL IND E COM DE BRITA E CALCARIO BRASILIA LTDA-OF. Nº636/2017-DGTM-MG  
832.872/2007-LIBERTY ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA. ME-OF. Nº561/2017-ANAPRO-DGTM-MG  
Fase de Concessão de Lavra  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)  
932.085/2009-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. Nº626/2017-ANAPRO-DGTM-MG  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1799)  
932.085/2009-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. Nº627/2017-ANAPRO-DGTM-MG  
Fase de Licenciamento  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)  
830.957/2007-CERÂMICA NATIPOLY LTDA-OF. Nº610/2017-DGTM-MG  
830.958/2007-CERÂMICA NATIPOLY LTDA-OF. Nº610 e 611/2017-DGTM-MG  
830.267/2015-G3 MATERIAL DE CONSTRUÇÃO-OF. Nº615/2017-DGTM-MG  
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)  
831.142/2000-ANTONIO DANIEL GUIMARÃES- Registro de Licença Nº:1.547/3ºDS/2001 - Vencimento em Indeterminado  
Fase de Requerimento de Licenciamento  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)  
832.684/2014-TRANSCAÇAMBAS LTDA. ME-OF. Nº618/2017-DGTM-MG  
832.722/2015-MAURO LÚCIO MAIA-OF. Nº617/2017-DGTM-MG  
831.888/2016-JURANDIR BATISTA DE OLIVEIRA-OF. Nº614/2017-DGTM-MG  
831.905/2016-PEDREIRA FLORESTA LTDA-OF. Nº616/2017-DGTM-MG  
831.931/2016-SÃO JORGE MINERAÇÃO E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-OF. Nº613/2017-DGTM-MG  
832.237/2016-COMERCIO DE PRODUTOS PECUÁRIOS SÃO JOSE LTDA.-OF. Nº612/2017-DGTM-MG  
Fase de Disponibilidade  
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)  
834.938/2007-C M EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA  
832.971/2012-KIM COMERCIO DE MAQUINAS LTDA ME  
Nega provimento a defesa apresentada.(1847)  
832.583/1996-ANILTON FERREIRA ECCARD

RELAÇÃO Nº 172/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa  
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)  
830.218/2007-SILVANA ALVES MOREIRA  
831.455/2008-DIAMANTE ROSA MINERAÇÃO LTDA  
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)  
831.623/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.  
831.267/2016-MINERAÇÃO GAVEA LTDA ME  
Fase de Autorização de Pesquisa  
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)  
831.905/2014-ITINGA MINERAÇÃO LTDA. -Alvará Nº1887/2016

PAULO SERGIO COSTA ALMEIDA



SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

RELAÇÃO Nº 43/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)

Marcus Vinícius Fernandes de Melo - 846284/15

RELAÇÃO Nº 44/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)

Empresa de Extração Mineral Ltda me - 846021/16 - Not.11/2017 - R\$ 1.270,34

Francisco Suelissandro Sarmento - 846146/14 - Not.13/2017 - R\$ 7.574,25

Hélio Empresa de Mineração LTDA. - 846274/15 - Not.7/2017 - R\$ 19,66

Jozimar Alves Rocha - 846280/15 - Not.9/2017 - R\$ 189,53

Marcus Antonio Dantas Carreiro - 846128/13 - Not.15/2017 - R\$ 5.261,42

RELAÇÃO Nº 45/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MUL-TAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Empresa de Extração Mineral Ltda me - 846021/16 - Not.12/2017 - R\$ 3.792,62

Francisco Suelissandro Sarmento - 846146/14 - Not.14/2017 - R\$ 7.585,23

Hélio Empresa de Mineração LTDA. - 846274/15 - Not.8/2017 - R\$ 3.759,00

Jozimar Alves Rocha - 846280/15 - Not.10/2017 - R\$ 3.792,62

Marcus Antonio Dantas Carreiro - 846128/13 - Not.16/2017 - R\$ 3.792,62

EDUARDO SÉRGIO COLAÇO

Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

RELAÇÃO Nº 32/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)

Indústria de Telhas e Acabamentos Ltda - 840463/11

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES

Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

RELAÇÃO Nº 44/2017

Fase de Autorização de Pesquisa

Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)

890.428/2013-RENATO DOS SANTOS GONÇALVES-AI Nº82/2017

890.429/2013-RENATO DOS SANTOS GONÇALVES-AI Nº83/2017

Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)

890.012/2013-WERNECK TELLES DE LIMA - AI Nº854/2016

890.014/2013-RODOLFO SIQUEIRA NUNES - AI Nº801/2016

890.015/2013-RODOLFO SIQUEIRA NUNES - AI Nº802/2016

890.052/2013-PAULO FERNANDO MARTINS ANTUNES - AI Nº856/2016

890.090/2013-J GONÇALVES INDÚSTRIA E COMÉRCIO - AI Nº804/2016

890.106/2013-LUCIO FLAVIO AGUIAR DE OLIVEIRA - AI Nº846/2016

890.167/2013-MARCIO ALEXANDRE BRITO SEPULVEDA - AI Nº838/2016

890.177/2013-MARCTERRA TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA - AI Nº841/2016

890.214/2013-LATERITA MINERAÇÃO LTDA. - AI Nº704/2016

890.221/2013-PMB CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL E PROJETOS LTDA - AI Nº831/2016

890.247/2013-FELLIPE ANDRÉ DE CARVALHO MARROQUIM - AI Nº832/2016

890.248/2013-J GONÇALVES INDÚSTRIA E COMÉRCIO - AI Nº803/2016

890.257/2013-ELMO VIEIRA BERRIEL - AI Nº860/2016

890.274/2013-MINERADORA SERRA DA PALHA LTDA ME - AI Nº859/2016

890.298/2013-MARCIA LUSTOSA MACHADO - AI Nº852/2016

890.301/2013-CERAMICA RODRIGUES LTDA - AI Nº824/2016

890.313/2013-PEIXOTO E RIBEIRO INDÚSTRIA DE CERAMICA LTDA - AI Nº817/2016

890.339/2013-SÓ DRAGAS EQUIPAMENTOS LTDA ME - AI Nº815/2016

890.349/2013-CRISLACIR SILVA DE MORAES - AI Nº816/2016

890.363/2013-ANÍBAL DE SOUZA SIMÃO - AI Nº848/2016

890.373/2013-CERÂMICA SÃO SILVESTRE DE RIO BONITO LTDA. - AI Nº851/2016

890.378/2013-MINERADORA 7 AMIGOS LTDA - AI Nº820/2016

NILTON CALDEIRA DA FONSECA FILHO

EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S/A - PRÉ-SAL PETRÓLEO S/A

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

SUMÁRIO

Mensagem da Presidência

A Companhia

Nova Diretoria Executiva

Organização Interna

Gestão de Pessoas

Contexto Operacional

Gestão do Contrato de Libra

Acordos de Individualização da Produção

Comercialização de Petróleo e Gás Natural

Atividades de Gestão Corporativa

Governança Corporativa

Principais Deliberações do Conselho de Administração

Participações Externas

Informações Financeiras

Mensagem da Presidência

Senhor Acionista,

Temos a satisfação de apresentar, segundo as disposições da Lei e do Estatuto Social da Empresa, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da PPSA, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. As Demonstrações Contábeis de 2016 são comparadas com as de 2015, e estão acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e das manifestações dos Conselhos de Administração e Fiscal.

Tendo completado o seu terceiro ano de existência, a Empresa continua a consolidar sua atuação como braço da União na gestão e controle das atividades desenvolvidas no pré-sal brasileiro.

No ano de 2016, a PPSA continuou a enviaar esforços no cumprimento de sua finalidade estabelecida em Lei para gerir o contrato de partilha da produção de Libra, conduzir as negociações dos acordos de individualização da produção em áreas não contratadas no Polígono do Pré-sal e estruturar a área de comercialização de petróleo.

A revisão do cronograma do Projeto Libra prevê o início do primeiro Teste de Longa Duração (TLD) para meados de 2017 e a implantação do projeto piloto para o segundo semestre de 2020. O desenvolvimento pleno da jazida tem previsão de ocorrer entre 2021 e 2030.

A PPSA está envolvida na negociação de doze acordos de individualização da produção, em diferentes estágios de maturação, da assinatura do acordo de confidencialidade até a negociação dos documentos acessórios ao AIP. No início do ano foi submetido à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) o AIP celebrado com a PETROBRAS, operador do Campo de Sapinhoá, cujo objeto é a extensão de jazida do campo para área não contratada. Com este, já são quatro os AIPs submetidos à ANP.

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou, em 14 de dezembro de 2016, a resolução que estabelece a política de comercialização do óleo e gás natural da União. Esta resolução define a política de comercialização com diretrizes gerais e de caráter transitório que permitirá à União comercializar os hidrocarbonetos aos quais faz jus, enquanto se elabora o modelo de longo prazo, que levará em conta as questões operacionais e estratégicas para o interesse nacional. No instrumento regulatório se definem as diretrizes gerais da comercialização. A PPSA colaborou de forma significativa na realização dos trabalhos. A definição desta política irá viabilizar a comercialização do petróleo produzido em Libra e das jazidas associadas aos Acordos de Individualização da Produção já assinados e submetidos à aprovação da ANP.

Durante o exercício findo, a remuneração da PPSA pela execução dos serviços prestados à Administração, objeto do Contrato de Remuneração assinado com o Ministério de Minas e Energia, foi a única fonte de receitas operacionais da Empresa, complementada pelo aporte de três milhões de reais como subscrição do capital pelo Acionista.

A nova Diretoria Executiva da Empresa foi empossada em 16 de novembro de 2016, logo após a posse dos novos membros do Conselho de Administração.

A nova Diretoria liderou a revisão do Termo de Gestão, dando-lhe o formato de Plano Estratégico e conformando-o com as disposições da Lei 13.303/2016 e do Decreto 8.945/2016. Esse Plano, que cobre o triênio 2017-2019, foi aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de dezembro de 2016.

No ano de 2016, as receitas operacionais da empresa resultaram na apuração de um lucro líquido em suas operações de R\$ 5,7 milhões, que corresponde a uma margem de 15 % da receita operacional líquida. A PPSA faturou mensalmente, em média, R\$ 4,5 milhões pela gestão dos contratos e acumulou R\$ 1,5 milhões em receitas financeiras, encerrando o exercício com R\$ 33,2 milhões em caixa, já incluído o referido aporte de capital de três milhões de reais no final do segundo semestre.

O corpo gerencial da PPSA encerrou o ano com duas posições vagas em virtude de terem sido seus ocupantes levados a cargos de Diretor. Todavia, esses cargos serão preenchidos com a necessária brevidade por profissionais de reconhecida competência.

A atual administração da Companhia inicia seu mandato sob a vigência de nova legislação aplicada às empresas públicas, a qual reafirma e aprofunda os princípios da boa governança e da transparência na gestão. Essa circunstância coincide com a intenção de dotar a PPSA de instrumentos adequados e de procedimentos formais que permitam a racionalização da sua atuação e a perpetuação da boa gestão.

O esforço dispendido em formar a base de competência técnica e as estruturas iniciais da Empresa deve ser reconhecido ao mesmo tempo em que se busque a otimização da atuação corporativa de forma a sedimentar uma companhia que junte desempenho, solidez, conhecimento, inovação e ousadia no atingimento dos seus objetivos dentro dos melhores princípios de governança.

A administração da PPSA credita aos colaboradores os resultados alcançados em 2016 que mantêm a Empresa fiel ao seu propósito de contribuir para o desenvolvimento social e econômico do País.

Para 2017 são muitos os projetos a serem materializados: 1) a implantação do Sistema de Gestão de Partilha de Produção (SGPP), que afere os custos e os investimentos feitos pelo consórcio em um contrato de partilha de produção, 2) a adequação da infraestrutura física do escritório com vistas a um aumento da equipe de trabalho, 3) a contratação de recursos tecnológicos (hardware e software) para a realização dos trabalhos de geologia, geofísica e engenharia, 4) a contratação de empregados temporários e 5) a preparação da Companhia para assumir novos projetos oriundos de acordos de individualização da produção e também de contratos de partilha. Tudo isso ancorado no Plano Estratégico 2017-2019 da PPSA, que busca o aprimoramento da governança corporativa e da conformidade dos processos da Empresa.

A PPSA renova seu compromisso com o Acionista União Federal e demais partes relacionadas de manter uma atuação transparente e ética, e reafirma sua disposição de realizar a missão que a Lei lhe confere, contribuindo no sentido de tornar a riqueza do pré-sal brasileiro fator de desenvolvimento e de inclusão social.

IBSEN FLORES LIMA

Diretor-Presidente

A Companhia

A Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA teve sua criação autorizada em 2 de agosto de 2010, por meio da Lei nº 12.304. O Decreto nº 8.063, de 1º de agosto de 2013, deu forma à Empresa, aprovando o seu Estatuto Social e estabelecendo o capital social inicial de R\$ 50 milhões. Em 12 de novembro de 2013, ocorreu a Assembleia Geral de constituição da companhia.

Nova Diretoria Executiva

As nomeações dos novos diretores da PPSA para o triênio 2016-2019 foram publicadas em 16/11/2016 no Diário Oficial da União. Os novos diretores, indicados pelo Ministério de Minas e Energia (MME) têm sólida formação acadêmica, além de grande e diversificada experiência na indústria de petróleo e gás no Brasil e no exterior, sendo dois deles já integrantes da administração da PPSA.

Para Diretor Presidente foi nomeado o engenheiro Ibsen Flores Lima; para o cargo de Diretor de Gestão de Contratos, foi nomeado o geólogo Hercules Tadeu Ferreira da Silva; para o cargo de Diretor Técnico e de Fiscalização, foi nomeado o engenheiro Paulo Moreira de Carvalho; e para o cargo de Diretor de Administração, Controle e Finanças, foi nomeado o engenheiro Leandro Leme Junior.

Organização Interna

A PPSA tem por objeto a gestão dos contratos de partilha da produção, a gestão dos contratos de comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União e a representação da União nos procedimentos de individualização da produção e nos acordos decorrentes, conforme o marco legal de partilha da produção.

Os recursos com os quais a PPSA conta são basicamente originados da gestão e representação mencionadas, e encontram-se regulados no Contrato de Remuneração celebrado com a União, representada pelo MME, em 30 de novembro de 2015.

Por decisão do CNPE, em cumprimento da provisão legal, a cada leilão de área no Polígono do Pré-sal, a PPSA poderá ser contemplada com parte do bônus de assinatura estabelecido na licitação ou contratação direta, cujo pagamento deverá caber a quem estiver recebendo o direito de atuar na área.

A estrutura organizacional aprovada para a PPSA é enxuta por excelência e combina a clássica estrutura funcional vertical com a estrutura horizontal por projetos, buscando o melhor desempenho no cumprimento de objetivos estabelecidos na Lei, com foco na gestão de contratos e melhor aproveitamento de recursos.

#### Gestão de Pessoas

Conforme o parágrafo único do artigo 38 do Estatuto Social da PPSA, aprovado pelo Decreto nº 8.063/2013, a Companhia terá até 150 empregados efetivos, além de 30 funções gratificadas de livre provimento, com regime de pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, nos termos do artigo 13 da Lei nº 12.304/2010.

A contratação de pessoal efetivo está condicionada à aprovação em Processo Seletivo Público de provas ou de provas e títulos.

Em 31/12/2016, o efetivo de pessoal era composto por 28 funções gratificadas de livre provimento, ocupadas por profissionais com experiência comprovada na indústria do petróleo e formação educacional aprimorada, em nível de especialização (17 empregados), mestrado (8 empregados) e doutorado (3 empregados, que também estão incluídos dentre aqueles com mestrado). Esses empregados têm como característica básica serem capazes de movimentar uma estrutura organizacional enxuta.

O Plano de Cargos e Salários foi aprovado pela Diretoria Executiva em novembro de 2016 e será objeto de deliberação do Conselho de Administração da Companhia com encaminhamento subsequente à aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, órgão integrante do Ministério do Planejamento-MP, visando a realização do primeiro processo seletivo público no primeiro semestre de 2018.

Ainda de acordo com o seu planejamento de recursos humanos, a PPSA espera contar com a contratação de 15 profissionais a título de mão de obra temporária, para alocação em serviços e atividades de caráter transitório, conforme faculdade prevista no artigo 15 da Lei nº 12.304/2010, e aprovada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, por meio da Portaria nº 3, de 23/02/2016.

#### Contexto Operacional

##### Gestão do Contrato de Libra

O contrato tem a duração de 35 anos, a contar da data de sua assinatura em 02/12/2013, cobrindo uma área de concessão de aproximadamente 1.547 quilômetros quadrados, extensão territorial superior à maior parte das capitais brasileiras. O bônus de assinatura foi de R\$ 15 bilhões e a expectativa da ANP compreende volumes recuperáveis entre 8 e 12 bilhões de barris de petróleo equivalente.

Os percentuais de conteúdo local aplicados às fases do projeto são de 37 % para a fase de exploração, e 55 % e 59 %, respectivamente, para as fases de desenvolvimento até e após 2021.

Como representante da União, a PPSA cumpre papel crucial e decisivo na discussão e definição da estratégia de exploração e exploração do prospecto de Libra. A estratégia atual, compreende duas fases:

1. A primeira fase, de aquisição de dados e informações (2014-2020), envolvendo aquisição e reproprocessamento sísmico, a perfuração de poços exploratórios e de avaliação, além de testes de longa duração (TLD) e sistemas de produção antecipada, complementados por um sistema piloto de produção, e

2. A segunda fase, de desenvolvimento definitivo (2021-2030), com a instalação de até dez UEPs (Unidades Estacionárias de Produção) que podem ser do tipo FPSO (Floating Production, Storage and Offloading) ou outros tipos de unidades de produção que venham a ser disponibilizadas no mercado.

No ano de 2016, as principais atividades relativas ao Projeto Libra que contaram com a participação da PPSA foram:

1. Aprovação da Revisão nº 1 do Plano de Trabalho e Orçamento para 2016,

2. Aprovação da Revisão nº 1 do Plano Exploratório de Libra,

3. Aprovação da contratação de equipamentos e serviços para a fase exploratória e para o Teste de Longa Duração (TLD),

4. Dado andamento ao processo de licitação do FPSO para o projeto piloto de Libra 1,

5. Solicitada ao Operador de Libra a elaboração do plano de aquisições do projeto e do Plano Estratégico de Conteúdo Local,

6. Aprovação da contratação de cinco projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, junto a empresas especializadas e universidades,

7. Continuidade das atividades do Comitê Operacional, do Comitê Estratégico de Conteúdo Local, e dos Subcomitês Técnico, Financeiro, de Escoamento do Óleo Produzido, de Conteúdo Local, de Alternativas de Uso do Gás Natural, de SMS (Segurança, Saúde e Meio Ambiente) e de Desenvolvimento Tecnológico. Cada um destes comitês é composto por representantes de todos os Consorciados de Libra, com participação ativa da PPSA,

8. Discussão de alterações no Regimento Interno do Comitê Operacional de forma a permitir a aprovação de despesas relativas a serviços especiais do Operador, que culminaram com a inclusão do Anexo II ao referido Regimento.

Cabe mencionar também a participação da PPSA no acompanhamento das atividades exploratórias do primeiro semestre de 2016, entre as quais destacamos:

1. Conclusão da perfuração dos poços 3-RJS-742A (L3-NW2), no compartimento noroeste de Libra, portador de hidrocarbonetos em fácies carbonáticas de alta permoporosidade e espessura permeável saturada com óleo da ordem de 400 m, e 3-RJS-741 (L5-NW5), na porção mais setentrional do compartimento noroeste da estrutura, com excelentes características permoporosas.

2. Perfuração do poço 3-RJS-743A (NW4), na porção norte do compartimento noroeste.

3. Dada sequência à construção da Unidade de Produção (FPSO) que será instalada para execução do TLD.

Com relação à 2ª fase, de desenvolvimento definitivo, a PPSA participou das etapas, ainda em andamento, de contratação da unidade de produção (FPSO) para Libra 1. Foram também iniciados os estudos e discussões junto aos consorciados sobre a segunda unidade de produção (Libra 2).

Para o reconhecimento dos custos já incorridos no projeto, foram recebidas neste exercício e estão em processamento onze remessas de registros contábeis, totalizando 29.180 itens.

#### Acordos de Individualização da Produção (AIPs)

Entre outras atividades realizadas ao longo do ano de 2016, vale citar a elaboração do relatório intitulado "Jazidas Unitizáveis dentro do Polígono do Pré-Sal e a Licitação prevista pelo CNPE para 2017". Este trabalho, enviado ao MME e à ANP, teve como objetivo analisar todas as áreas unitizáveis e passíveis de unitização que não deveriam ser indicadas para a rodada de licitação de contratos de partilha aprovada pelo CNPE no final de 2016. Também em relação a esse tema, a PPSA cooperou de forma ativa no segundo semestre de 2016 com a ANP no esforço de seleção de áreas que vieram a ser incluídas na 2ª Rodada de Licitações de Contrato de Partilha. Esta cooperação se deu na forma de compartilhamento de notas técnicas com a Agência, apresentações feitas e reuniões para esclarecimentos gerais.

A PPSA teve participação inicial na discussão com a PETROBRAS sobre uma possível unitização na descoberta feita no pré-sal de Albacora. Esta descoberta, nominada informalmente de Forno, deve ser melhor avaliada conjuntamente com o operador a partir de um Plano de Avaliação de Descoberta (PAD) ora em andamento. Este trabalho ocorreu no último trimestre do ano.

Ao final de dezembro de 2016 a produção diária de petróleo do quinhão da União atingiu a média de 15.218 barris. Essa produção é oriunda das jazidas compartilhadas de Tartaruga Mestiça, Lula, Sapinhoá e Argonauta-Nautilus. A produção acumulada de petróleo do quinhão da União, oriunda dessas quatro jazidas, somou ao final de 2016, um volume da ordem de 11.640.000 barris.

Outras atividades ocorridas na negociação e acompanhamento dos Acordos de Individualização da Produção ao longo do ano de 2016 são enumeradas a seguir.

1. Jazida Compartilhada de Tartaruga Mestiça (Campo de Tartaruga Verde)

Bacia de Campos, Bloco BM-C-36, operador PETROBRAS:

a. O Acordo de Individualização da Produção (AIP) foi assinado em 31/10/2014. A fração da União na jazida compartilhada é de 30,65%

b. A ANP aprovou, em fevereiro de 2015, a perfuração de um poço de produção na área não contratada, ou seja, na porção da União da futura jazida individualizada;

c. No primeiro semestre de 2015, a ANP aprovou o sistema de produção antecipada (SPA) no poço 9-RJS-710. A produção teve início no dia 10/11/2015, com uma média de 13,5 mil barris de óleo por dia;

d. A PPSA vem acompanhando os estudos de reservatório com a atualização dos modelos estático e dinâmico, monitorando diariamente os dados de produção e de perfuração e, mensalmente, a construção do FPSO que será instalado no campo; os seguintes pontos podem ser destacados:

I. A produção acumulada de petróleo da fração da União no SPA em 31/12/2016, foi de cerca de 1,8 milhão de barris de petróleo; o gás é queimado;

II. A revisão do Plano de Desenvolvimento com a solicitação à ANP da extensão do prazo do Sistema de Produção Antecipada

III. Ao longo do segundo semestre de 2016 foram iniciadas as discussões relativas ao processo de redeterminação da jazida compartilhada, conforme previsto no Acordo de Individualização da Produção (AIP), submetido à ANP;

IV. Foram iniciadas também no segundo semestre as discussões relativas ao Acordo de Compartilhamento de Unidade de Produção com vistas ao início da produção de petróleo da jazida compartilhada;

V. Feito o monitoramento da construção do FPSO Campos dos Goytacazes com previsão de entrega no 3º trimestre de 2017.

e. A PPSA promoveu conversas com a PETROBRAS acerca dos documentos acessórios ao AIP, incluindo o Contrato de Consórcio, o Acordo de Operação Conjunta da Área individualizada, o Acordo de Equalização de Gastos e Volumes (AEGV) e o Acordo de Compartilhamento de Unidade de Produção.

2. Jazida Compartilhada de Lula/Sul de Lula (Campos de Lula e Sul de Lula)

Bacia de Santos, operador PETROBRAS (65 %), com os sócios Shell (25 %) e Petrogal (10 %). A fração da União na jazida compartilhada é de 0,551%;

a. As negociações deste AIP se iniciaram em julho de 2014 e o AIP foi submetido à ANP em 25/08/2015;

b. Lula é o principal produtor de petróleo e gás natural dos reservatórios do pré-sal. A produção acumulada de petróleo da fração da União totalizou, em dezembro de 2016, cerca de 1,77 milhão de barris;

c. As atividades da PPSA no ano de 2016 se concentraram na análise da revisão feita pela PETROBRAS no Plano de Desenvolvimento.

3. Jazida Compartilhada de Sapinhoá (Campo de Sapinhoá) Bacia de Santos, operador PETROBRAS (45 %), com os sócios Shell (30 %) e Repsol-Sinopec (25%). A fração da União na jazida compartilhada é de 3,7%;

a. As negociações deste AIP se iniciaram em setembro de 2014 e o AIP foi submetido à ANP em 31/01/2016,

b. As atividades da PPSA neste exercício incluíram também a elaboração dos documentos acessórios ao AIP

c. O Campo de Sapinhoá é um importante produtor de petróleo e gás natural. A produção acumulada de petróleo da fração da União totalizou, em dezembro de 2016, cerca de 7,2 milhões de barris.

d. As atividades da PPSA no ano de 2016 se concentraram no acompanhamento da produção da jazida. O teor do Contrato de Consórcio, embora ainda não formalizado, já foi discutido e aceito pela PETROBRAS e sócios.

4. Jazida Compartilhada de Nautilus (Campo de Argonauta)

Bacia de Campos, operador Shell (50%), com os sócios ONGC (27%) e QPI (23%). A fração da União na jazida compartilhada é de 7,6%;

a. Essa jazida faz parte de um conjunto de acumulações denominado Parque das Conchas. As negociações deste AIP se iniciaram em dezembro de 2014 e o Acordo foi submetido à ANP em 16/11/2015;

b. Existem 2 poços produtores na jazida compartilhada. A produção acumulada de petróleo da fração da União, ao final de outubro de 2016, era da ordem de 27 mil barris;

c. As atividades da PPSA neste ano se concentraram na discussão com o operador sobre o baixo desempenho dos poços produtores. Também se atuou na revisão de algumas cláusulas do AIP, seguindo a recomendação da ANP.

d. Além disso, a PPSA se dedicou também à na elaboração dos documentos acessórios ao AIP e na minuta do Contrato de Consórcio, está em análise pela Shell e os sócios.

5. Pré-AIP do PAD do Poço 2-ANP-2A-RJS - LIBRA

Bacia de Santos, operador PETROBRAS (40%), com os sócios Shell (20%), Total (20%), CNOOC (10%) e CNDC (10%), em regime de partilha;

a. Em 23/10/2014, o operador notificou à ANP a possível extensão da jazida para fora dos limites do bloco contratado pelo Contrato de Partilha de Produção de Libra. Em 05/08/2015, foi assinado pela PPSA o Acordo de Confidencialidade com vistas à formalização de um Pré-AIP.

b. No segundo semestre de 2016 foi realizado mapeamento estrutural dos topos dos reservatórios de Libra. Trabalha-se na construção do modelo geológico do reservatório (modelo estático). Este trabalho também foi estendido para a área do Pré-AIP.

c. Em 05/08/2015, foi assinado pela PPSA o Acordo de Confidencialidade com vistas à formalização de um Pré-AIP, ainda não finalizado.

d. O Pré-AIP de Libra foi aprovado pela Diretoria Executiva da PPSA. Submetido e aprovado pelo Conselho de Administração da PPSA ao final de outubro de 2016, e submetido pela PETROBRAS à ANP em 27/12/2016.

6. Pré-AIP da descoberta do Prospecto Gato do Mato

Bacia de Santos, operador Shell (80%), com a sócia Total (20%);

a. Assinado Acordo de Confidencialidade entre a PPSA e o operador em 21/03/2014;

b. O contrato dessa área (BM-S-52) se encontra suspenso por solicitação do operador;

c. Por solicitação da PPSA, a Shell fez uma apresentação no final de julho de 2016 sobre o estado atual do projeto e as perspectivas de retomada das atividades na área, uma vez que ela poderá ter novo contratante a partir da 2ª Rodada de Licitações de Contratos de Partilha.

7. Pré-AIP da descoberta do Prospecto Epitonium

Bacia de Santos, operador Shell (80%), com a sócia Total (20%);

a. Assinado Acordo de Confidencialidade entre a PPSA e o operador em 10/12/2014,

b. O contrato dessa área (BM-S-52) encontra-se suspenso por solicitação do operador

c. Por solicitação da PPSA, a Shell fez uma apresentação ao final de julho de 2016 sobre o estado atual do projeto de Epitonium, que é um apêndice de Gato do Mato. A área não contratada de Gato do Mato foi confirmada como parte da 2ª Rodada de Licitações de Contratos de Partilha.

8. Pré-AIP da descoberta do Prospecto Carcará

Bacia de Santos, operador Statoil (66%), com as sócias Petrogal (14%), QGEP (10%) e Barra Energia (10%);

a. Assinado Acordo de Confidencialidade entre a PPSA e o operador em 11/09/2014;

b. Concluída, no final de julho de 2016 a avaliação dos recursos petrolíferos da jazida compartilhada de Carcará. Esse trabalho, realizado pela PPSA, foi produto de várias reuniões técnicas com a PETROBRAS (antigo operador) e sócios.

c. Trata-se de área exploratória de grande relevância, incluída na 2ª Rodada de Licitações de Contratos de Partilha.

9. Área de Desenvolvimento de Caxarêu

Bacia de Campos, operador PETROBRAS:

a. Assinado Acordo de Confidencialidade entre a PPSA e o operador em 21/07/2015;

b. Ocorreram reuniões com o operador com foco em aspectos de geologia, geofísica e engenharia de reservatórios. A PPSA concluiu preliminarmente que se trata de jazida de baixa economicidade.

c. A PETROBRAS encaminhou pedido à ANP em agosto de 2016 solicitando suspensão do contrato, que a agência reguladora autorizou em outubro de 2016.

10. Área de Desenvolvimento de Pirambu

Bacia de Campos, operador PETROBRAS:

a. Assinado Acordo de Confidencialidade entre a PPSA e o operador em 20/08/2015;

b. Ocorreram reuniões mensais com o operador com foco em aspectos de geologia, geofísica e engenharia de reservatórios;

c. Tem havido alguma dificuldade por parte da PPSA em construir um banco de dados e informações desta área a partir de compartilhamento pela PETROBRAS. A alternativa considerada é utilizar o Banco de Dados de Exploração e Produção da ANP (BDEP);



d. A PPSA deve dar grande ênfase a este projeto no primeiro semestre de 2017, uma vez que há compromisso com a ANP de definir se existem condições para o estabelecimento de um AIP até 31/5/2017.

11. Campo de Sul de Sapinhoá  
Bacia de Santos, operador PETROBRAS:  
a. Assinado Acordo de Confidencialidade entre a PPSA e o operador em 09/07/2015;

b. De acordo com o operador, esta área deve ser devolvida à ANP pela baixa atratividade.

12. Campo de Baleia Azul  
Bacia de Campos, operador PETROBRAS:  
a. Assinado Acordo de Confidencialidade entre a PPSA e o operador em 06/06/2016;

b. Tem havido alguma dificuldade por parte da PPSA em construir um banco de dados e informações desta área a partir de compartilhamento pela PETROBRAS. A alternativa considerada é utilizar o Banco de Dados de Exploração e Produção da ANP (BDEP);

c. A PPSA deve dar grande ênfase a este projeto no primeiro semestre de 2017, uma vez que há compromisso com a ANP de definir se existem condições para o estabelecimento de um AIP até 31/5/2017.

Além dos acordos enumerados, estão previstas futuras atividades de avaliação por parte da PPSA de jazidas ou descobertas sob regime de concessão que potencialmente se estendam para áreas não concedidas ou não contratadas dentro do Polígono do Pré-sal, com destaque para os campos de Atapu, Sururu e Berbigão, Búzios, Sépia juntamente com o prospecto de Júpiter, e os prospectos dos blocos BM-S-24, BM-C-34 e BM-C-32 (Itaipu, Entorno de Jubarte).

Comercialização de Petróleo e Gás natural  
O Conselho Nacional de Política Energética - CNPE tem como atribuição legal elaborar e propor ao Presidente da República uma Política de Comercialização do Petróleo e Gás Natural da União. De forma a atender ao dispositivo legal, o Ministério das Minas e Energia - MME instituiu um Grupo de Trabalho com aquela finalidade, por portaria MME 453/2015 de 24 de setembro de 2015. A PPSA foi indicada a participar do GT coordenado pelo próprio MME com a participação também da ANP. Foi estabelecido o delineamento da proposta de diretrizes, apresentando diversos modelos para a comercialização de petróleo, embasados em estudos internos e de consultorias especializadas, focados em aspectos comerciais, jurídicos e tributários dos modelos em análise. O CNPE aprovou em reunião realizada no dia 14 de dezembro de 2016 a Resolução que estabelece a política de comercialização do óleo e gás natural da União. A Resolução aprovada pelo CNPE contempla uma política de comercialização com diretrizes gerais e de caráter transitório, com vigência de até 36 meses, que permitirá à PPSA a comercialização dos hidrocarbonetos pertencentes à União. Ao mesmo tempo possibilitará a aquisição da experiência fundamental para a construção de um modelo de longo prazo, que levará em conta não só as questões operacionais como também estratégicas para o interesse nacional.

A Resolução traz, nos "considerandos" de sua Nota Técnica, a necessidade de definição em lei da receita advinda da comercialização, ação que será de responsabilidade do MME. Define também as diretrizes gerais da comercialização, como a maximização do resultado econômico; a prioridade ao abastecimento nacional no caso do Gás Natural. A comercialização será preferencialmente em cargas combinadas e será buscada a minimização dos riscos da União. O instrumento normativo também estipula que os depósitos das receitas serão feitos à conta única do Tesouro Nacional e define os direitos e obrigações da PPSA, com mecanismos de prestação de contas da atividade. Foi também decidido que sejam realizados, sempre que possível, leilões de curto prazo para a venda do gás natural no mercado nacional pelo agente comercializador, a ser contratado pela PPSA.

A política de comercialização foi submetida pelo CNPE à chancela da Presidência da República.

A definição da política é indispensável para permitir que a PPSA possa efetuar a contratação de um agente de comercialização. Este contrato permitirá a comercialização da produção de petróleo e gás natural da União, cujo início se dará a partir de meados de 2017 com a operação do FPSO Pioneiro de Libra em um teste de longa duração e a efetivação dos Acordos de Individualização da Produção já assinados e submetidos à aprovação da ANP para as jazidas compartilhadas dos campos de Lula, Sapinhoá, Tartaruga e Nautilus.

Em abril de 2016, iniciou-se a negociação para a elaboração dos termos do acordo de disponibilização da produção para Libra, coordenada pelo operador e com participação de todos os consorciados. É um documento de caráter operacional, que visa regular as operações de carregamento de petróleo (lifting agreement), com estabelecimento das regras que nortearão as operações, com direitos e deveres de cada participante.

Em agosto foram iniciados os trabalhos da construção do Sistema de Gestão da PPSA, que incluem a modelagem dos processos do SGPP, as atividades relacionadas aos acordos de individualização da produção e as atividades de comercialização de óleo e gás natural. Este projeto se divide em seis fases, e se encontra atualmente no estágio final na fase 2 (mapeamento dos processos), na etapa de validação, pela equipe técnica da PPSA, dos fluxogramas dos macroprocessos identificados.

Atividades de Gestão Corporativa  
Governança Corporativa

Com o advento da Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção), que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública (nacional ou estrangeira), atos de corrupção, fraude a licitação e contratos administrativos, entre outros. São considerados atos ilícitos, configurando a responsabilidade objetiva de acionistas, administradores, gerentes, independente de prova de culpa.

Em 14/01/2016, a Diretoria Executiva aprovou a criação do Comitê de Governança e Conformidade (CGC), com subordinação funcional ao Diretor-Presidente. O CGC tem regimento interno próprio, é composto por quatro empregados da Companhia, representando cada uma das Diretorias, e assessorado pela Consultoria Jurídica e Auditoria Interna, atuando sob a coordenação de empregado ocupante de função gerencial, com experiência em auditoria, controles internos, governança corporativa e prática anticorrupção. O Comitê funcionou regularmente ao longo deste ano tendo realizado 19 reuniões e elaborado o Código de Ética e Conduta da PPSA.

No primeiro semestre de 2016, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle - MTFC, disponibilizaram uma série de resoluções e normativos que visam diversos aspectos do estatuto social, da governança, da transparência, integridade, controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito das empresas estatais do Poder Executivo federal. Entre os dispositivos trazidos, foi reforçada a responsabilização dos administradores (accountability), com a adoção de um conjunto de procedimentos que evidenciam a responsabilidade por decisões tomadas e ações implementadas, incluindo a salvaguarda de recursos públicos, a imparcialidade e o desempenho das organizações.

Como forte demonstração do compromisso com a governança, o Congresso Nacional aprovou e o Presidente da República sancionou, em 30/06/2016, a Lei nº 13.303/16 (Lei de Responsabilidade das Estatais), que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, consolidando de forma mais abrangente, o que vinha sendo abordado por resoluções e instruções normativas, dedicando o Título I a regras de governança, transparência, integridade e controles internos aplicáveis às empresas públicas.

O segundo semestre de 2016 foi marcado pela edição do Decreto nº 8.945/16, em 27/12/2016, que regulamentou, no âmbito da União, a Lei nº 13.303/16, trazendo definições sobre os requisitos mínimos a serem observados pelas empresas públicas, no tocante a governança, transparência, integridade e controles internos.

À vista disso, a demanda pela criação de uma área de governança (compliance) com atuação independente, gerindo riscos, conformidade e controles internos aumentou substancialmente. Isso se justifica, pois, os programas de integridade são considerados atenuantes nos casos de sanções administrativas ou encaminhamentos judiciais derivados de atos de gestão tipificados na Lei.

Diante deste quadro de aprimoramento da governança nas estatais, a nova Diretoria Executiva, empossada em 16/11/2017, aprovou o Código de Ética e Conduta e iniciou a elaboração do Planejamento Estratégico 2017 - 2019, identificando como uma de suas iniciativas estratégicas a implantação do seu programa de integridade. A Administração elaborou um plano de avaliação dos impactos e consolidou todas as novas exigências legais de forma a efetuar, dentro dos prazos legais, todos os ajustes necessários.

A estrutura corrente de governança corporativa da PPSA é formada pelos Conselhos de Administração e Fiscal compostos, respectivamente, por cinco e três membros, possuindo o Conselho Fiscal três conselheiros suplentes. Os membros do Conselho de Administração, a exemplo dos Diretores, atuam de forma colegiada, não têm função executiva na Companhia, com exceção do Diretor-Presidente, e são nomeados pela Presidência da República. Os conselheiros fiscais são nomeados pela Assembleia de Acionistas. Ambos os Conselhos organizam reuniões mensais, minimamente. O Conselho de Administração foi renovado, tendo o senhor Márcio Felix Carvalho Bezerra como Presidente e como conselheiros, além do Diretor Presidente da PPSA, os senhores Ariosto Antunes Culau, Marcelo Pacheco dos Guarany e Arnaldo Barbosa de Lima Júnior. Também o Conselho Fiscal teve a conselheira Mariangela Fialek nomeada em substituição ao senhor Francisco Roberto Duarte da Silva.

A PPSA possui uma Auditoria Interna, com subordinação direta ao Conselho de Administração, cujo titular pertence aos quadros da Controladoria Geral da União - CGU, encontrando-se cedido à Companhia para o exercício da função gerencial. Cabe à auditoria interna a elaboração dos Planos Anuais de Auditoria Interna e o respectivo acompanhamento, a avaliação dos processos da organização, contribuindo para a mitigação dos riscos, a adequação e a eficiência dos controles internos e conformidade com as políticas, normas, padrões, procedimentos e regulamentações internas e externas e recomendações emanadas dos órgãos de controle do Poder Público.

A PPSA tem suas demonstrações contábeis e notas explicativas anuais submetidas ao exame de auditoria independente com emissão de parecer, prática adotada desde o início da Companhia. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou de objetividade.

Paralelamente aos seus encargos como empresa pública, a PPSA se pauta pela Lei das Sociedades por Ações, atuando em consonância no que diz respeito à edição de relatórios e aprovações de praxe nas Assembleias Gerais. O capital social da Companhia é composto exclusivamente por ações ordinárias.

Além da governança interna, a PPSA atua fortemente na governança do Consórcio de Libra, pela liderança que exerce no cumprimento do Contrato de Partilha da Produção, em nome da União.

Principais deliberações do Conselho de Administração:  
Entre as deliberações do Conselho de Administração no ano de 2016 podem ser destacadas:

a) No âmbito da gestão, foi aprovada a contratação de serviços de consultoria para o desenvolvimento do sistema de gestão da PPSA, pelo mapeamento dos macroprocessos das atividades finalísticas, etapa preliminar do desenvolvimento;

b) Foram aprovadas as bases do Acordo de Individualização da Produção de Sapinhoá;

c) Quanto aos orçamentos da PPSA, realizou-se o acompanhamento mensal do Plano de Atividades da Empresa, que expressa, em bases mensais, os usos e as fontes de recursos;

d) Nos aspectos societários, foram aprovadas as demonstrações financeiras auditadas e o relatório anual de atividades do exercício social de 2015, visando à deliberação do Acionista em Assembleia Geral Ordinária;

e) Foram aprovadas as bases para elaboração do pré-AIP relativo à extensão da jazida de Libra para área não contratada, instrumento no qual a PPSA representa a União;

f) Aprovou-se o Código de Ética e Conduta da PPSA;

g) Decidiu-se pela retomada do processo de seleção de pessoal por tempo determinado, e

h) Como uma evolução do Termo de Gestão, que se encontrava em revisão, foi aprovado o Plano Estratégico da PPSA para o triênio 2017-2019.

Participação Externa

A PPSA tem participado de eventos da indústria do petróleo e de outras partes interessadas, realizando palestras e marcando presença para mostrar o papel que desempenha para a sociedade e para o funcionamento do regime de partilha.

Entre os eventos que contaram com apresentações da PPSA, podem-se citar:

a) Pré-sal Petróleo's Roles and Activities in the Brazilian Pre-salt, promovido pela Associação Internacional de Empreiteiras de Perfuração (IADC), em 15/03;

b) O Potencial Petrolífero do Pré-sal Brasileiro, realizado na Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp, em 15/03;

c) Perspectivas do Pré-sal e a Crise do Petróleo, realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 06/05;

d) Medium to Long-term Perspectives of the Brazilian Pre-Salt, na 3rd Argus Rio Crude Conference, em 10/05;

e) Gás Natural do Pré-Sal: Volumes Esperados, Viabilidade Técnico-Econômica e Modelos de Comercialização, Gas Summit Latin America 2016, em 24/06;

f) Pré-sal: Desafios e Oportunidades e o Papel da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), VI Seminário PetroTIC - Assespro-RJ, em 27/06;

g) Cenários e Tendências para o setor no Contexto Global, promovido pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF), em 05/07;

h) Perspectivas do Gás Natural do Pré-sal Brasileiro, 17º Seminário Sobre Gás Natural, promovido pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), em 27/07.

i) Palestra sobre o Pré-sal na Universidade Federal de Campinas (UNICAMP), em 19/08;

j) 5ª Conferência de Energia e Recursos Naturais, promovida pela KPMG, em 13/09;

k) A mudança da regra de exploração do pré-sal e as perspectivas para a Indústria, promovido pela AMCHAM-RJ, em 19/10;

l) Condução do Painel sobre o Projeto Libra na Rio Oil&Gas 2016;

m) Palestra sobre a PPSA e a importância do pré-sal na Universidade Federal de Rio Claro -SP, em 7/11;

Houve também a participação da PPSA em eventos de relevância para as atividades fim, entre as quais:

a) Evento de apresentação do novo plano de negócios da PETROBRAS; em 21/09;

b) Condução do Painel sobre o Projeto Libra na Rio Oil&Gas 2016;

c) SPE Annual Technical Conference and Exhibition, em Dubai, em 27/09;

d) Participação em banca na defesa da tese "Desenvolvimento de um campo petrolífero em diferentes condições fiscais: análise do caso brasileiro - PUC-RJ, em 07/10;

Os membros da Diretoria Executiva participaram em Conselhos e Comitês:

a. Conselho Empresarial de Petróleo e Gás da Firjan: participação de Oswaldo Pedrosa Jr., então Diretor Presidente;

b. Conselho Consultivo de Finanças do IBP: participação de Antônio Claudio Pereira da Silva, então Diretor de Administração, Controle e Finanças, e

c. Comitê Organizador da Rio Oil & Gas Conference 2016 (IBP): participação também de Antonio Claudio Pereira da Silva.

Informações Financeiras

No exercício social de 2016 a PPSA auferiu receita operacional líquida na ordem de R\$ 38,7 milhões, resultando na apuração de um lucro líquido em suas operações de R\$ 5,7 milhões, correspondente a uma margem de 15% da receita operacional líquida, tendo obtido R\$ 3 milhões em receitas financeiras.

Do total de R\$ 50 milhões subscrito pelo acionista controlador em 2013, ainda restam R\$ 12 milhões a integralizar, tendo o acionista controlador integralizado R\$ 3 milhões no exercício corrente.

Os custos dos serviços prestados e as despesas operacionais totalizaram R\$ 33,2 milhões, representando um incremento de 7% quando comparado ao exercício de 2015. Deste total, 70 % corresponde a despesas de pessoal e encargos.

Do Programa de Dispêndios Globais de 2016, aprovado pelo Decreto nº 8.632, de 30/12/2015, foram realizados 45% das fontes de recursos e 43% dos usos de recursos, perfazendo R\$ 51,2 milhões e R\$ 42,2 milhões, respectivamente.

**Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. -**  
**Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA**  
CNPJ 18.738.727/0001-36

**Balanco patrimonial em 31 de dezembro**  
(Valores expressos em milhares de Reais)

| ATIVO                                | Notas | 2016          | 2015          |
|--------------------------------------|-------|---------------|---------------|
| <b>Ativo circulante</b>              |       |               |               |
| Caixa e equivalentes de caixa        | 6     | 33.189        | 23.594        |
| Contas a receber                     | 7     | -             | 126           |
| Impostos a recuperar ou compensáveis | 8     | 1.010         | 176           |
| Adiantamentos a empregados           |       | 22            | 64            |
| Despesas antecipadas                 |       | 18            | 13            |
| <b>Total do ativo circulante</b>     |       | <b>34.239</b> | <b>23.973</b> |
| <b>Ativo não circulante</b>          |       |               |               |
| Imobilizado                          | 9     | 2.206         | 2.249         |
| Intangível                           | 9     | 2.748         | 2.931         |
| <b>Total do ativo não circulante</b> |       | <b>4.954</b>  | <b>5.180</b>  |
| <b>Total do ativo</b>                |       | <b>39.193</b> | <b>29.153</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO                 | Notas | 2016          | 2015          |
|----------------------------------------------|-------|---------------|---------------|
| <b>Passivo circulante</b>                    |       |               |               |
| Fornecedores                                 | 10    | 434           | 228           |
| Honorários e encargos a pagar                | 11    | 20            | 561           |
| Remuneração compensatória ex-diretores       | 12    | 1.062         | -             |
| Impostos e contribuições a recolher          | 13    | 1.459         | 1.115         |
| Provisões para férias                        | 14    | 1.460         | 1.342         |
| Obrigações por cessão de pessoal             | 15    | 229           | 179           |
| Outros                                       |       | 186           | 186           |
| <b>Total do passivo circulante</b>           |       | <b>4.850</b>  | <b>3.611</b>  |
| <b>Patrimônio líquido</b>                    |       |               |               |
| Capital social                               | 17    |               |               |
| Capital subscrito                            |       | 50.000        | 50.000        |
| ( - ) Capital a integralizar                 |       | (12.000)      | (15.137)      |
| Capital integralizado                        |       | 38.000        | 34.863        |
| Prejuízo acumulado                           |       | (3.657)       | (9.321)       |
| <b>Total do patrimônio líquido</b>           |       | <b>34.343</b> | <b>25.542</b> |
| <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b> |       | <b>39.193</b> | <b>29.153</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração do Resultado em 31 de dezembro**  
(Valores expressos em milhares de Reais)

|                                                       | Notas | 2016            | 2015            |
|-------------------------------------------------------|-------|-----------------|-----------------|
| Receita Bruta de Serviços Prestados                   |       | 45.062          | 50.126          |
| <b>Deduções da Receita Bruta</b>                      |       |                 |                 |
| Tributos sobre Serviços Prestados                     |       | (6.337)         | (4.336)         |
| <b>Receita Operacional Líquida</b>                    |       | <b>38.725</b>   | <b>45.790</b>   |
| <b>Custos dos Serviços Prestados</b>                  |       |                 |                 |
| Pessoal e Encargos Sociais                            | 18    | (13.493)        | (13.085)        |
| Materiais e Produtos                                  |       | (1)             | (1)             |
| Serviços de Terceiros                                 | 19    | (1.466)         | (1.257)         |
| Utilidades e Serviços                                 |       | (38)            | (49)            |
| Outros Dispendios Correntes                           | 20    | (253)           | (167)           |
| Depreciação e Amortização                             |       | (1.197)         | (445)           |
|                                                       |       | <b>(16.448)</b> | <b>(15.004)</b> |
| <b>Resultado Operacional Bruto</b>                    |       | <b>22.277</b>   | <b>30.786</b>   |
| <b>Despesas Operacionais</b>                          |       |                 |                 |
| Pessoal e Encargos Sociais                            | 18    | (9.786)         | (8.897)         |
| Materiais e Produtos                                  |       | (18)            | (19)            |
| Serviços de Terceiros                                 | 19    | (4.233)         | (4.457)         |
| Utilidades e Serviços                                 |       | (228)           | (162)           |
| Tributos e Encargos Parafiscais                       |       | (105)           | (100)           |
| Outros Dispendios Correntes                           | 20    | (2.307)         | (2.282)         |
| Depreciação e Amortização                             |       | (43)            |                 |
|                                                       |       | <b>(16.720)</b> | <b>(15.917)</b> |
| <b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro</b> |       | <b>5.557</b>    | <b>14.869</b>   |
| <b>Resultado Financeiro</b>                           |       |                 |                 |
| Despesas Financeiras                                  |       | (19)            | (42)            |
| Receitas Financeiras                                  |       | 3.003           | 2.383           |
|                                                       | 21    | <b>2.984</b>    | <b>2.341</b>    |
| <b>Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL</b>          |       | <b>8.541</b>    | <b>17.210</b>   |
| Despesa com provisões de IRPJ e CSLL                  | 22    | (2.877)         | (6.240)         |
| <b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>          |       | <b>5.664</b>    | <b>10.970</b>   |
| Lucro (prejuízo) por lote de mil ações                |       | 0,11            | 0,22            |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período de**  
(Valores expressos em milhares de Reais)

| Notas                                  | Capital social    |                            |  | Prejuízo acumulado | Total         |
|----------------------------------------|-------------------|----------------------------|--|--------------------|---------------|
|                                        | Capital subscrito | (-) Capital a integralizar |  |                    |               |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014        | 50.000            | (33.000)                   |  | (20.291)           | (3.291)       |
| Integralização de capital              |                   | 17.863                     |  |                    | 17.863        |
| Prejuízo do período                    |                   |                            |  | 10.970             | 10.970        |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b> | <b>50.000</b>     | <b>(15.137)</b>            |  | <b>(9.321)</b>     | <b>25.542</b> |
| Integralização de capital              |                   | 3.137                      |  |                    | 3.137         |
| Lucro do período                       |                   |                            |  | 5.664              | 5.664         |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b> | <b>50.000</b>     | <b>(12.000)</b>            |  | <b>(3.657)</b>     | <b>34.343</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro**  
(Valores expressos em milhares de Reais)

|                                                                          | 2016           | 2015           |
|--------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|
| <b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>                                           |                |                |
| Lucro (prejuízo) do exercício                                            | 5.664          | 10.970         |
| <b>Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa</b>               |                |                |
| Depreciação e amortização                                                | 1.240          | 445            |
|                                                                          | <b>6.904</b>   | <b>11.415</b>  |
| <b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>                         |                |                |
| Contas a receber                                                         | 126            | (126)          |
| Impostos a recuperar ou compensáveis                                     | (834)          | (63)           |
| Adiantamentos a empregados                                               | 42             | (53)           |
| Despesas antecipadas                                                     | (5)            | (11)           |
|                                                                          | <b>(671)</b>   | <b>(253)</b>   |
| <b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>                       |                |                |
| Fornecedores                                                             | 206            | (85)           |
| Honorários a pagar                                                       | (541)          | 366            |
| Remuneração compensatória ex diretores                                   | 1.062          | -              |
| Provisões para férias                                                    | 118            | (313)          |
| Impostos e contribuições a recolher                                      | 344            | (229)          |
| Obrigações por cessão de pessoal                                         | 50             | (43)           |
| Outros                                                                   | -              | 6              |
|                                                                          | <b>1.239</b>   | <b>(298)</b>   |
| <b>Caixa líquido gerados (aplicados) nas atividades operacionais</b>     | <b>7.472</b>   | <b>10.864</b>  |
| <b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>                                       |                |                |
| Aquisição de imobilizado                                                 | (537)          | (2.249)        |
| Baixa do imobilizado (nota 8)                                            |                |                |
| Aquisição de intangível                                                  | (477)          | (3.017)        |
| <b>Caixa líquido gerados (aplicados) nas atividades de investimentos</b> | <b>(1.014)</b> | <b>(5.266)</b> |
| <b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>                                      |                |                |
| Integralização de capital                                                | 3.137          | 17.863         |
| <b>Caixa líquido gerados (aplicados) nas atividades de financiamento</b> | <b>3.137</b>   | <b>17.863</b>  |
| <b>Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa</b>                 | <b>9.595</b>   | <b>23.461</b>  |
| <b>Demonstração da variação líquida</b>                                  |                |                |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período                       | 23.594         | 133            |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do período                        | 33.189         | 23.594         |
| <b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>                | <b>9.595</b>   | <b>23.461</b>  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração do valor adicionado em 31 de dezembro**  
(Valores expressos milhares de Reais)

|                                                       | 2016            | 2015            |
|-------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|
| <b>Receitas</b>                                       | <b>45.062</b>   | <b>50.126</b>   |
| Faturamento                                           | 45.062          | 50.126          |
| <b>Insumos</b>                                        | <b>(5.361)</b>  | <b>(5.218)</b>  |
| Materiais, utilidades, serviços de terceiros e outros | (5.361)         | (5.218)         |
| <b>Valor adicionado bruto</b>                         | <b>39.701</b>   | <b>44.908</b>   |
| Depreciação e amortização                             | (1.240)         | (445)           |
| <b>Valor adicionado líquido produzido</b>             | <b>38.461</b>   | <b>44.463</b>   |
| <b>Valor adicionado recebido em transferência</b>     |                 |                 |
| Receitas financeiras                                  | 3.003           | 2.383           |
| <b>Valor adicionado total a distribuir</b>            | <b>41.464</b>   | <b>46.846</b>   |
| <b>Distribuição do valor adicionado</b>               |                 |                 |
| <b>Pessoal</b>                                        | <b>(19.936)</b> | <b>(18.824)</b> |
| Remuneração direta                                    | (18.400)        | (17.249)        |
| Benefícios                                            | (400)           | (529)           |
| FGTS                                                  | (1.136)         | (1.046)         |
| <b>Governos (Impostos, taxas e contribuições)</b>     | <b>(12.890)</b> | <b>(14.145)</b> |
| Federais (inclui a contribuição previdenciária)       | (10.535)        | (11.549)        |
| Estaduais (inclui IPVA)                               | (15)            | (12)            |
| Municipais                                            | (2.340)         | (2.584)         |
| <b>Remuneração do capital de terceiros</b>            | <b>(2.974)</b>  | <b>(2.907)</b>  |
| Juros                                                 | -               | (33)            |
| Aluguéis                                              | (2.968)         | (2.863)         |
| Outras                                                | (6)             | (11)            |
| <b>Remuneração dos capitais próprios</b>              | <b>(5.664)</b>  | <b>(10.970)</b> |
| Lucro (prejuízo) do exercício                         | (5.664)         | (10.970)        |
| <b>Valor adicionado total distribuído</b>             | <b>(41.464)</b> | <b>(46.846)</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A - PPSA ("PPSA" ou "Empresa"), com Escritório Central situado na Avenida Rio Branco, 1 - 4º pavimento, Centro - Rio de Janeiro é uma empresa pública de direito privado, criada pelo Decreto nº. 8.063, de 1º de agosto de 2013, em conformidade com o disposto na Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"), com prazo de duração indeterminado.

A PPSA tem como atividades principais a gestão dos contratos de partilha de produção, a gestão dos contratos de comercialização de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluídos da União, tendo por finalidade maximizar o resultado econômico destes contratos, observando as melhores práticas da indústria do petróleo.

A PPSA ainda representa a União nos procedimentos de individualização da produção e nos acordos decorrentes, nos casos em que jazidas da área do pré-sal e de áreas estratégicas se estendam por áreas não concedidas ou não contratadas sob o regime de partilha da produção.

No tocante à remuneração da Empresa pela gestão dos contratos de partilha de produção e nos procedimentos de individualização da produção e nos acordos decorrentes, foi firmado em 30 de novembro de 2015 o Contrato de Remuneração com o MME, onde foram pactuadas as condições mediante as quais a Empresa será remunerada pela prestação dos serviços enunciados em seu objeto social.

O contrato de remuneração também inclui, por força do disposto no artigo 7º, inciso I, da Lei nº 12.304/2010 que, a cada leilão de área no polígono do pré-sal, a PPSA deverá ser contemplada com parte do bônus de assinatura estabelecido na licitação ou contratação direta, cujo pagamento cabe a quem estiver recebendo o direito de atuar na respectiva área.

No tocante à remuneração pela gestão dos contratos de comercialização de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluídos da União a Empresa trabalhou com o MME e outros órgãos do governo na definição das diretrizes de comercialização que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou em reunião realizada no dia 14 de dezembro de 2016.

A Resolução que estabelece a política de comercialização do óleo e gás natural da União contempla diretrizes gerais e de caráter transitório, com vigência de até 36 meses, que permitirá à União a comercialização dos hidrocarbonetos aos quais faz jus, ao mesmo tempo em que seja adquirida a experiência fundamental para a construção de um modelo de longo prazo, que levará em conta não só as questões operacionais como também estratégicas para o interesse nacional.

A Resolução define as diretrizes gerais da comercialização como a maximização do resultado econômico, a prioridade ao abastecimento nacional no caso do Gás Natural, a minimização dos riscos da União, entre outras. O CNPE submeteu a política de comercialização à aprovação da Presidência da República.

NOTA 2 - BASE DE PREPARAÇÃO

A PPSA declara que está adotando as Leis de nº 11.638, de 28 dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo CPC.

Em 9 de março de 2016 a Diretoria Executiva da PPSA aprovou as demonstrações contábeis de 2015, reportadas pela Diretoria de Administração, Controle e Finanças, e decidiu pelo seu encaminhamento à deliberação e parecer dos Conselhos de Administração e Fiscal, cuja aprovação se deu em 18 de março de 2016 e 22 de março de 2016, respectivamente. Em Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 28 de abril de 2016 as demonstrações contábeis foram aprovadas pelo acionista controlador.

As demonstrações contábeis de 2016 deverão ser apreciadas pela Diretoria Executiva em 14 de fevereiro de 2017 e encaminhadas à deliberação e parecer dos Conselhos de Administração e Fiscal previstos, respectivamente, para os dias 16 e 17 de fevereiro de 2017, com vistas à realização da Assembleia Geral Ordinária no dia 10 de abril de 2017.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da PPSA, e também a sua moeda de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A seguir estão apresentados o principal julgamento e a estimativa contábil utilizados pela Administração da PPSA:

d) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurada com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Empresa e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa.

e) Base de mensuração

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (preço) ou indiretamente (derivado de preço), exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: são dados não observáveis para o ativo ou passivo.

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo ao final do período das demonstrações contábeis em que ocorrem as mudanças.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Contas a receber

Contas a receber de curto prazo relativo a contrato de prestação de serviços, cujos serviços já tenham recebido aceite.

c) Impostos a Recuperar

Os Impostos a recuperar originaram-se de retenções na fonte oriundas de aplicações financeiras realizadas em aplicações em renda fixa no mercado nacional e de retenções na fonte sobre as receitas de prestação de serviços.

d) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis aos bens necessários para uso da administração.

O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos serão revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

e) Intangível

Os itens do intangível são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da amortização.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de amortização dos ativos serão revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

f) Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

g) Tributação sobre a renda

Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no regime de tributação com base no lucro real (2016) e lucro presumido (2015).

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Empresa no Brasil são calculados da seguinte forma:

i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ): à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240 mil;

ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

Impostos diferidos

No exercício de 2016 a Administração da Empresa fez a opção pelo regime de tributação pelo lucro real, não apresentando impostos diferidos.

A Empresa possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, relativos ao exercício de 2013, que estarão sendo compensados de suas bases tributárias em períodos subsequentes.

h) Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Empresa são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

Em 31 de dezembro de 2016 a PPSA não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

i) Demais ativos e passivos (circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

NOTA 4 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada e apresentada de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 "Demonstrações dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

NOTA 5 - NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO IASB

Os pronunciamentos a seguir foram emitidos pelo IASB e serão obrigatórios para exercícios contábeis subsequentes. A adoção pela Empresa ocorrerá após a emissão de pronunciamento técnico pelo CPC.

(i) IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes - Emitida em maio de 2014, com vigência em 1º de janeiro de 2018, em substituição às normas atuais IAS 11 - Contratos de construção e IAS 18 - Receitas, a IFRS 15 estabelece princípios de mensuração, reconhecimento e divulgação das receitas.

(ii) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Emitida em julho de 2014 em sua versão final, com vigência em 1º de janeiro de 2018, em substituição a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 estabelece novos requerimentos para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge dos instrumentos financeiros.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

NOTA 6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| Descrição              | 2016     | 2015   |
|------------------------|----------|--------|
| Banco conta movimento  | 27       | 15     |
| Aplicações financeiras | 33.162   | 23.579 |
| Total                  | 33 . 189 | 23.594 |

As aplicações financeiras são mantidas junto ao Banco do Brasil S.A., no fundo BB Extramercado FAE Fundo de Investimento de Renda Fixa, nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle federal, emanada do Decreto-lei nº 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 3.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

NOTA 7 - CONTAS A RECEBER

O contrato de remuneração pela gestão dos contratos de partilha de produção foi firmado em 30 de novembro de 2015 com o MME. Neste instrumento foram pactuadas as condições mediante as quais a Empresa será remunerada pela prestação dos serviços enunciados em seu objeto social. O valor relativo a contas a receber em 31 de dezembro de 2015, recebido em 2016, refere-se a serviços prestados no âmbito deste contrato.

NOTA 8 - IMPOSTOS A RECUPERAR OU COMPENSAVEIS

| Descrição                               | 201 6 | 2015 |
|-----------------------------------------|-------|------|
| Imposto de renda retido na fonte - IRRF | -     | 49   |
| IRPJ a recuperar ou compensáveis        | 1.008 | 127  |
| Total                                   | 1.010 | 176  |

NOTA 9 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

| Imobilizado                 | 201 5 | 2015  |
|-----------------------------|-------|-------|
| Equipamentos de informática | 2.827 | 2.520 |
| Benfeitorias                | 333   | 103   |
| Máquinas e equipamentos     | 4     | 4     |
| Depreciação Acumulada       | (958) | (378) |
| Total                       | 2.206 | 2.249 |

| Intangível            | 201 6 | 201 5 |
|-----------------------|-------|-------|
| Softwares             | 3.494 | 3.017 |
| Amortização Acumulada | (746) | (86)  |
| Total                 | 2.748 | 2.931 |

Os equipamentos de informática e softwares estão sendo depreciados e/ou amortizados à taxa de 20% ao ano.

## NOTA 10 - FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são reconhecidas pelo valor justo. Na rubrica de Fornecedores estão apropriadas as obrigações com as compras de insumos e de Ativo Imobilizado e Intangível, além das obrigações por serviços prestados por fornecedores nacionais.

| Descrição                                 | 201 5 | 201 5 |
|-------------------------------------------|-------|-------|
| Cabrera Consultoria Contábil e Tributária | 39    | -     |
| Light Serviços de Eletricidade SA         | 20    | 18    |
| Industec Com e Serv de Equipamentos Ltda  | 72    | 73    |
| Domínio Contabilidade Ltda.               | -     | 17    |
| Telelok Central de Locações e Com Ltda.   | 17    | 11    |
| Investiplan Comp e Sist de Refrigeração   | -     | 6     |
| Imprensa Nacional                         | -     | 1     |
| Algar Multimídia S.A.                     | 5     | 5     |
| Accenture do Brasil Ltda.                 | 46    | 46    |
| Algar Telecom S.A.                        | 1     | 1     |
| Epodonto Comercio e Serviços Ltda.        | 3     | 3     |
| Webjuridico Serviços de Informações       | 9     | 11    |
| Machado Meyer Sendacz Advogados           | 2     | -     |
| Living Recursos Humanos Ltda.             | 31    | 36    |
| Barbosa Mussnich & Aragão                 | 74    | -     |
| Machado Meyer Sendacz Opice               | 2     | -     |
| P&P Turismo Ltda                          | 76    | -     |
| Arklok Equipamentos de Informática        | 16    | -     |
| WP Sistemas Reprográfico e Impressão      | 14    | -     |
| Editora Revista dos Tribunais             | 3     | -     |
| Instituto Brasileiro de Pró Educação      | 4     | -     |
| Total                                     | 434   | 228   |

## NOTA 11 - HONORÁRIOS A PAGAR

Os valores a pagar são referentes a provisão para remuneração extra (férias) e os respectivos encargos sociais da Diretoria Executiva e Conselhos de Administração e Fiscal, obedecendo à verba aprovada na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2016.

| Descrição               | 201 6 | 201 5 |
|-------------------------|-------|-------|
| Honorários da Diretoria | 20    | 561   |
| Total                   | 20    | 561   |

## NOTA 12 - REMUNERAÇÃO COMPENSATÓRIA - EX-DIRETORES

Nos termos do artigo 23 do Estatuto Social da PPSA, parte integrante do Decreto nº. 8.063, de 1º de agosto de 2013, os membros da Diretoria Executiva, quando destituídos por ato do Presidente da República, após deixarem seus cargos, ficarão impedidos por um período de 6 (seis) meses de prestar direta ou indiretamente qualquer tipo de serviço a empresa com atividades relacionadas à indústria de petróleo, gás natural, biocombustíveis ou de distribuição e comercialização, em operação no país.

Durante o período de impedimento receberão remuneração idêntica aos cargos por eles anteriormente ocupados.

Consultada a respeito do assunto a Comissão de Ética Pública do Governo Federal deliberou em sua 171ª e 176ª Reunião Ordinária, ocorridas em 26 julho e em 15 de dezembro de 2016 pela sua aprovação caracterizando o conflito de interesses.

Os procedimentos internos para pagamento da remuneração compensatória foram estabelecidos pela Instrução Normativa nº. 01/2016, aprovada na Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

Para cumprimento de suas obrigações com os ex-diretores a Empresa efetivou o registro no passivo circulante da importância de R\$ 1.062 (um milhão, sessenta e um dois mil reais), equivalente aos valores das parcelas vincendas.

| Descrição                 | 201 6 | 201 5 |
|---------------------------|-------|-------|
| Remuneração compensatória | 1.062 | -     |
| Total                     | 1.062 | -     |

## NOTA 13 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

| Descrição                                        | 201 6 | 201 5 |
|--------------------------------------------------|-------|-------|
| Imposto de renda retido na fonte - IRRF          | 479   | 533   |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) | 132   | 78    |
| COFINS                                           | 344   | -     |
| PIS                                              | 74    | -     |
| INSS a recolher                                  | 310   | 366   |
| FGTS a recolher                                  | 120   | 138   |
| Total                                            | 1.459 | 1.115 |

## NOTA 14 - PROVISÃO PARA FÉRIAS

| Descrição          | 201 6 | 2015  |
|--------------------|-------|-------|
| Provisão de férias | 1.460 | 1.342 |
| Total              | 1.342 | 1.342 |

## NOTA 15 - OBRIGAÇÕES POR CESSÃO DE PESSOAL

| Descrição                                                         | 201 6 | 201 5 |
|-------------------------------------------------------------------|-------|-------|
| Advocacia Geral da União - AGU                                    | 76    | 74    |
| Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP | 20    | 20    |
| Caixa Econômica Federal - CEF                                     | 107   | 85    |
| Controladoria Geral da União - CGU                                | 26    | -     |
| Total                                                             | 229   | 179   |

## NOTA 16 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (PESSOAS-CHAVE)

Conforme registrado na Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2016, foi estabelecido em R\$ 7.276.610,71 o montante da remuneração global a ser paga a diretores e conselheiros, no período de abril de 2016 a março de 2017. Novo limite para os doze meses subsequentes será objeto de deliberação na próxima AGE, cuja realização é prevista para o dia 10 de abril de 2017.

A maior e a menor remuneração estabelecidas para o período vigente são, respectivamente, de R\$ 73.032,62 e de R\$ 7.050,46.

O detalhamento das despesas com honorários encontra-se na Nota Explicativa nº 18.

Não existem saldos ou transações com partes relacionadas.

## NOTA 17 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito da PPSA, conforme Artigo 3º do Decreto nº 8.063/2013, é de R\$ 50 milhões, representado por 50.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, tendo sido integralizados em 12/11/2013, 27/08/2014, 20/10/2015, 21/12/2015 e 28/11/2016 pela União, acionista detentora de 100% do capital social, os valores de R\$ 15 milhões, R\$ 2 milhões, R\$ 14,9 milhões, R\$ 3 milhões e R\$ 3,1 milhões respectivamente.

| Detalhamento                 | 201 6    | 201 5    |
|------------------------------|----------|----------|
| Capital                      | 50.000   | 50.000   |
| (-) Capital a integralizar   | (12.000) | (15.137) |
| Lucro (prejuízos acumulados) | (3.657)  | (9.321)  |
| Total                        | 34.343   | 25.542   |

b) Distribuição de dividendos

O estatuto social da PPSA, capítulo IX, Artigo 47, inciso II, estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado para pagamento de remuneração ao seu acionista.

A empresa apurou lucro líquido no exercício de 2015 no valor de R\$ 10.970 mil e R\$ 5.664 em 2016. Em conformidade com a Lei nº 6.404/76, artigo 189, o lucro apurado será integralmente utilizado na amortização parcial dos prejuízos acumulados.

## NOTA 18 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

| Descrição                                          | 201 6  | 2015   |
|----------------------------------------------------|--------|--------|
| Honorário da diretoria                             | 2.961  | 3.320  |
| Honorários dos conselhos de administração e fiscal | 631    | 634    |
| Remuneração compensatória de ex-diretores          | 1.692  | -      |
| Salários de empregados                             | 10.210 | 10.042 |
| Encargos sociais                                   | 4.816  | 4.524  |
| Benefícios                                         | 198    | 221    |
| Férias                                             | 1.554  | 1.714  |
| 13º salário                                        | 1.217  | 1.527  |
| Total                                              | 23.279 | 21.982 |

## NOTA 19 - SERVIÇOS DE TERCEIROS

| Descrição                          | 201 6 | 201 5 |
|------------------------------------|-------|-------|
| Viagens e hospedagens              | 326   | 551   |
| Despesas de funcionamento          | 422   | 1.806 |
| Apoio técnico e administrativo     | 678   | 682   |
| Cessão ou requisição de pessoal    | 1.574 | 1.350 |
| Cursos, seminários e convenções    | 53    | 65    |
| Manutenção de softwares            | 546   | -     |
| Contabilidade e auditoria          | 381   | 240   |
| Serviços gerais                    | 457   | -     |
| Serviços advocatícios              | 560   | 673   |
| Utilização de banco de dados - ANP | 74    | -     |
| Vale refeição                      | 202   | -     |
| Patrocínio                         | 40    | -     |
| Outros serviços                    | 386   | 347   |
| Total                              | 5.699 | 5.714 |

## NOTA 20 - OUTROS DISPÊNDIOS CORRENTES

| Descrição                                  | 201 6 | 2015  |
|--------------------------------------------|-------|-------|
| Aluguel do m- escritório central           | 2.238 | 2.213 |
| Aluguel de móveis, máquinas e equipamentos | 322   | 236   |
| Total                                      | 2.560 | 2.449 |

## NOTA 21 - RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

| Descrição                      | 201 6 | 2015  |
|--------------------------------|-------|-------|
| Renda de aplicação financeiras | 2.981 | 2.383 |
| Outras receitas financeiras    | 22    | -     |
| Despesas financeiras           | (19)  | (42)  |
| Total                          | 2.984 | 2.341 |

## NOTA 22 - DESPESA COM PROVISÕES DE IRPJ E CSLL

A PPSA optou no ano base 2016 pela tributação pelo lucro real (em 2015 lucro presumido). O lucro real é o resultado do lucro contábil com as adições e exclusões legais. O lucro presumido é uma forma de tributação simplificada para determinação da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL das pessoas jurídicas que não estiverem obrigadas, no ano-calendário, à apuração do lucro real. A base de cálculo do lucro presumido aplicável à Empresa para o IRPJ e CSLL é de 32% sobre a receita operacional bruta somadas às receitas financeiras, utilizando-se para ambas as formas as alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.

| Descrição                                 | 201 6 | 2015  |
|-------------------------------------------|-------|-------|
| Imposto de renda pessoa jurídica          | 2.108 | 4.582 |
| Contribuição social sobre o lucro líquido | 769   | 1.658 |
| Total                                     | 2.877 | 6.240 |

## Conselho de Administração

MARCIO FÉLIX CARVALHO BEZERRA  
Presidente

ARIOSTO ANTUNES CULAU

ARNALDO BARBOSA DE LIMA JR

MARCELO PACHECO DOS GUARANYNS

IBSEN FLORES LIMA

## Diretoria Executiva

IBSEN FLORES LIMA  
Diretor-Presidente

HERCULES TADEU FERREIRA SILVA  
Diretor de Gestão de Contratos

PAULO MOREIRA DE CARVALHO  
Diretor Técnico e de Fiscalização

LEANDRO LEME JÚNIOR  
Diretor de Administração, Controle e Finanças

MAURO BRAZ ROCHA  
Gerente de Controle Contábil e Finanças

FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA  
Contador - CRC/SP 22708/O-4"S/RJ  
Mazars Cabrera Consultoria Contábil e Tributária Ltda.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas, Administradores e Conselheiros da  
EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA

Opinião  
Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Atividades.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Atividades, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela de-



terminou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou apresentações falsas intencionais. 13

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Outros Assuntos  
Auditoria do período anterior  
As demonstrações contábeis da EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram por nós examinadas e emitimos relatório em 01 de março de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Campinas, 31 de janeiro de 2017  
STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA  
CRC2SP023856/O-1 S "DF"

ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA  
CTCRC1SP242826/O-3 S "DF"  
Sócio Responsável

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO-PPSA Nº 1/2017

O Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou nesta data o Relatório da Administração e as Demonstrações Con-

tábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 acompanhadas do parecer sem ressalvas dos Auditores Independentes STAFF AUDITORIA E ASSESSORIA EPP. Nos termos do artigo 189 da Lei 6.404/76, o lucro líquido apurado no exercício foi integralmente destinado à compensação parcial dos prejuízos acumulados no biênio 2013/2014. Em face do exposto, e com base no artigo 20, inciso VI, alínea "a" do Estatuto Social, o Conselho de Administração aprova os citados documentos e os submete à apreciação da Assembleia Geral Ordinária, prevista para o dia 10 de abril de 2017.

Brasília, 16 de fevereiro de 2017.  
MARCIO FÉLIX CARVALHO BEZERRA  
Presidente

ARIOSTO ANTUNES CULAU  
Conselheiro

ARNALDO BARBOSA LIMA JR  
Conselheiro

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS  
Conselheiro

IBSEN FLORES LIMA  
Conselheiro

PARECER CONSELHO FISCAL - PPSA Nº 1/2017

O Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-sal Petróleo S.A. - PPSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, à vista do parecer, sem ressalvas, dos Auditores Independentes STAFF AUDITORIA E ASSESSORIA EPP, de 31 de janeiro de 2017. Tomou ainda conhecimento de que o lucro líquido apurado no exercício foi integralmente destinado à compensação parcial dos prejuízos acumulados no biênio 2013/2014, nos termos do artigo 189 da Lei 6.404/76. O Conselho Fiscal, em face do exposto é com base no Artigo 37, incisos II e VII, do Estatuto Social, pela unanimidade dos seus membros, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente e com fidedignidade, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da PPSA em 31 de dezembro de 2016. Adicionalmente, por unanimidade, manifesta-se favorável à submissão desses documentos à Assembleia Geral Ordinária, que está prevista para ser realizada no dia 10 de abril de 2017.

Brasília, 17 de fevereiro de 2017.  
SYMONNE CHRISTINE DE SANTANA  
Presidente do Conselho Fiscal

GILDENORA BATISTA DANTAS MILHOMEM  
Conselheira

MARIÂNGELA FIALEK  
Conselheira

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 83, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, no art. 4º da Portaria MME nº 506, de 24 de outubro de 2016, e o que consta do Processo nº 48340.001336/2017-11, resolve:

Art. 1º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Fotovoltaica denominada UFV Apodi IV, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.CE.033920-2.01, de titularidade da empresa Apodi IV Energia SPE S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.424.369/0001-90, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Apodi IV Energia SPE S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - dar ciência ou submeter à anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a cessão ou o oferecimento dos direitos emergentes de seu Ato de Outorga em garantia, inclusive por meio de cessão fiduciária, na forma e condições previstas nas normas setoriais;

II - manter informação atualizada junto à ANEEL relativa à composição societária, identificando o grupo de controle e explicitando as participações societárias diretas e indiretas dos respectivos controladores da empresa titular do projeto;

III - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado;

IV - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle; e

V - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 2016, na Portaria MME nº 506, de 24 de outubro de 2016, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, § 5º, da Lei nº 12.431, de 2011, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 3º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Apodi IV Energia SPE S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria, inclusive aquelas previstas no art. 5º da Portaria MME nº 514, de 2 de setembro de 2011, dentre as quais:

I - atraso superior a trezentos e sessenta e cinco dias em qualquer um dos marcos de implantação constantes de seu ato de outorga; ou

II - extinção da outorga de geração.

Art. 4º A Apodi IV Energia SPE S.A. deverá informar ao Ministério de Minas e Energia a entrada em Operação Comercial da UFV Apodi IV, no prazo de até trinta dias do início, mediante a entrega de cópia do Ato Autorizativo emitido pelo Órgão ou Entidade competente.

Art. 5º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como prioritário, para fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011.

Art. 6º O descumprimento das obrigações de que trata esta Portaria implicará na automática revogação da aprovação do Projeto como prioritário.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

| TITULAR DO PROJETO                                                     |                     |                      |
|------------------------------------------------------------------------|---------------------|----------------------|
| 01 Razão Social                                                        | 02 CNPJ             |                      |
| Apodi IV Energia SPE S.A.                                              |                     | 24.424.369/0001-90.  |
| 03 Logradouro                                                          | 04 Número           |                      |
| Avenida Ayrton Senna da Silva.                                         |                     | 1111.                |
| 05 Complemento                                                         | 06 Bairro/Distrito  | 07 CEP               |
| Sala 01.                                                               | Piedade.            | 54400-020.           |
| 08 Município                                                           | 09 UF               | 10 Telefone          |
| Jaboatão dos Guararapes.                                               | PE.                 | (81) 3035-9388.      |
| 11 Outorga de Autorização                                              |                     |                      |
| Portaria MME nº 225, de 7 de junho de 2016.                            |                     |                      |
| 12 REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO            |                     |                      |
| Nome: Rodrigo Fernando Pereira de Albuquerque e Mello.                 |                     | CPF: 683.930.324-15. |
| Nome: Robério José Vaz Curado Veras Filho.                             |                     | CPF: 033.351.674-57. |
| 13 RELAÇÃO DOS ACIONISTAS DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Fechada) |                     |                      |
| Razão Social ou Nome de Pessoa Física                                  | CNPJ ou CPF         | Participação (%)     |
| Kroma Comercializadora de Energia Ltda.                                | 10.202.852/0001-15. | 38,80%.              |
| Êxito Importadora e Exportadora S.A.                                   | 07.391.673/0001-69. | 36,20%.              |
| Rodrigo Pedroso Investimentos e Participações S.A.                     | 08.727.367/0001-13. | 25,00%.              |



|                                |                                                                                                                                                                             |                        |
|--------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|
| 14                             | PESSOA JURÍDICA CONTROLADORA DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Aberta)                                                                                                    |                        |
| Razão Social<br>Não se aplica. |                                                                                                                                                                             | CNPJ<br>Não se aplica. |
| CARACTERÍSTICAS DO PROJETO     |                                                                                                                                                                             |                        |
| 15                             | Denominação<br>UFV Apodi IV.                                                                                                                                                |                        |
| 16                             | Descrição<br>Central Geradora Fotovoltaica com 30.000 kW de capacidade instalada, constituída por trinta Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Rêstrito. |                        |
| 17                             | Localização [Município(s)/UF(s)]<br>Município de Quixerê, Estado do Ceará.                                                                                                  |                        |
| 18                             | Data Prevista para Entrada em Operação<br>1º de novembro de 2018.                                                                                                           |                        |

PORTARIA Nº 84, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, no art. 4º da Portaria MME nº 506, de 24 de outubro de 2016, e o que consta do Processo nº 48340.001332/2017-33, resolve:

Art. 1º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Fotovoltaica denominada UFV Apodi III, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.CE.033919-9.01, de titularidade da empresa Apodi III Energia SPE S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.424.233/0001-80, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Apodi III Energia SPE S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - dar ciência ou submeter à anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a cessão ou o oferecimento dos direitos emergentes de seu Ato de Outorga em garantia, inclusive por meio de cessão fiduciária, na forma e condições previstas nas normas setoriais;

II - manter informação atualizada junto à ANEEL relativa à composição societária, identificando o grupo de controle e explicitando as participações societárias diretas e indiretas dos respectivos controladores da empresa titular do projeto;

III - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado;

IV - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle; e

V - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 2016, na Portaria MME nº 506, de 24 de outubro de 2016, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, § 5º, da Lei nº 12.431, de 2011, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 3º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Apodi III Energia SPE S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria, inclusive aquelas previstas no art. 5º da Portaria MME nº 514, de 2 de setembro de 2011, dentre as quais:

I - atraso superior a trezentos e sessenta e cinco dias em qualquer um dos marcos de implantação constantes de seu ato de outorga; ou

II - extinção da outorga de geração.

Art. 4º A Apodi III Energia SPE S.A. deverá informar ao Ministério de Minas e Energia a entrada em Operação Comercial da UFV Apodi III, no prazo de até trinta dias do início, mediante a entrega de cópia do Ato Autorizativo emitido pelo Órgão ou Entidade competente.

Art. 5º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como prioritário, para fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011.

Art. 6º O descumprimento das obrigações de que trata esta Portaria implicará na automática revogação da aprovação do Projeto como prioritário.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

|                                                                          |                                |                                |
|--------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| TITULAR DO PROJETO                                                       |                                |                                |
| 01 Razão Social<br>Apodi III Energia SPE S.A.                            | 02 CNPJ<br>24.424.233/0001-80. |                                |
| 03 Logradouro<br>Avenida Ayrton Senna da Silva.                          | 04 Número<br>1111.             |                                |
| 05 Complemento<br>Sala 01.                                               | 06 Bairro/Distrito<br>Piedade. | 07 CEP<br>54400-020.           |
| 08 Município<br>Jaboatão dos Guararapes.                                 | 09 UF<br>PE.                   | 10 Telefone<br>(81) 3035-9388. |
| 11 Outorga de Autorização<br>Portaria MME nº 227, de 7 de junho de 2016. |                                |                                |
| 12 REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO              |                                |                                |
| Nome: Rodrigo Fernando Pereira de Albuquerque e Mello.                   |                                | CPF: 683.930.324-15.           |
| Nome: Robério José Vaz Curado Veras Filho.                               |                                | CPF: 033.351.674-57.           |
| 13 RELAÇÃO DOS ACIONISTAS DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Fechada)   |                                |                                |
| Razão Social ou Nome de Pessoa Física                                    | CNPJ ou CPF                    | Participação (%)               |
| Kroma Comercializadora de Energia Ltda.                                  | 10.202.852/0001-15.            | 38,80%.                        |
| Êxito Importadora e Exportadora S.A.                                     | 07.391.673/0001-69.            | 36,20%.                        |
| Rodrigo Pedroso Investimentos e Participações S.A.                       | 08.727.367/0001-13.            | 25,00%.                        |

|                                |                                                                                                                                                                             |                        |
|--------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|
| 14                             | PESSOA JURÍDICA CONTROLADORA DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Aberta)                                                                                                    |                        |
| Razão Social<br>Não se aplica. |                                                                                                                                                                             | CNPJ<br>Não se aplica. |
| CARACTERÍSTICAS DO PROJETO     |                                                                                                                                                                             |                        |
| 15                             | Denominação<br>UFV Apodi III.                                                                                                                                               |                        |
| 16                             | Descrição<br>Central Geradora Fotovoltaica com 30.000 kW de capacidade instalada, constituída por trinta Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Rêstrito. |                        |
| 17                             | Localização [Município(s)/UF(s)]<br>Município de Quixerê, Estado do Ceará.                                                                                                  |                        |
| 18                             | Data Prevista para Entrada em Operação<br>1º de novembro de 2018.                                                                                                           |                        |

PORTARIA Nº 85, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, no art. 4º da Portaria MME nº 506, de 24 de outubro de 2016, e o que consta do Processo nº 48340.001333/2017-88, resolve:

Art. 1º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Fotovoltaica denominada UFV Apodi II, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.CE.033918-0.01, de titularidade da empresa Apodi II Energia SPE S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.424.175/0001-94, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Apodi II Energia SPE S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - dar ciência ou submeter à anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a cessão ou o oferecimento dos direitos emergentes de seu Ato de Outorga em garantia, inclusive por meio de cessão fiduciária, na forma e condições previstas nas normas setoriais;

II - manter informação atualizada junto à ANEEL relativa à composição societária, identificando o grupo de controle e explicitando as participações societárias diretas e indiretas dos respectivos controladores da empresa titular do projeto;

III - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado;

IV - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle; e

V - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 2016, na Portaria MME nº 506, de 24 de outubro de 2016, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, § 5º, da Lei nº 12.431, de 2011, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 3º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Apodi II Energia SPE S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria, inclusive aquelas previstas no art. 5º da Portaria MME nº 514, de 2 de setembro de 2011, dentre as quais:

I - atraso superior a trezentos e sessenta e cinco dias em qualquer um dos marcos de implantação constantes de seu ato de outorga; ou

II - extinção da outorga de geração.

Art. 4º A Apodi II Energia SPE S.A. deverá informar ao Ministério de Minas e Energia a entrada em Operação Comercial da UFV Apodi II, no prazo de até trinta dias do início, mediante a entrega de cópia do Ato Autorizativo emitido pelo Órgão ou Entidade competente.

Art. 5º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como prioritário, para fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011.

Art. 6º O descumprimento das obrigações de que trata esta Portaria implicará na automática revogação da aprovação do Projeto como prioritário.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

|                                                                          |                                                                                                                                                                             |                                |
|--------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|
| TITULAR DO PROJETO                                                       |                                                                                                                                                                             |                                |
| 01 Razão Social<br>Apodi II Energia SPE S.A.                             | 02 CNPJ<br>24.424.175/0001-94.                                                                                                                                              |                                |
| 03 Logradouro<br>Avenida Ayrton Senna da Silva.                          | 04 Número<br>1111.                                                                                                                                                          |                                |
| 05 Complemento<br>Sala 01.                                               | 06 Bairro/Distrito<br>Piedade.                                                                                                                                              | 07 CEP<br>54400-020.           |
| 08 Município<br>Jaboatão dos Guararapes.                                 | 09 UF<br>PE.                                                                                                                                                                | 10 Telefone<br>(81) 3035-9388. |
| 11 Outorga de Autorização<br>Portaria MME nº 226, de 7 de junho de 2016. |                                                                                                                                                                             |                                |
| 12 REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO              |                                                                                                                                                                             |                                |
| Nome: Rodrigo Fernando Pereira de Albuquerque e Mello.                   |                                                                                                                                                                             | CPF: 683.930.324-15.           |
| Nome: Robério José Vaz Curado Veras Filho.                               |                                                                                                                                                                             | CPF: 033.351.674-57.           |
| 13 RELAÇÃO DOS ACIONISTAS DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Fechada)   |                                                                                                                                                                             |                                |
| Razão Social ou Nome de Pessoa Física                                    | CNPJ ou CPF                                                                                                                                                                 | Participação (%)               |
| Kroma Comercializadora de Energia Ltda.                                  | 10.202.852/0001-15.                                                                                                                                                         | 38,80%.                        |
| Êxito Importadora e Exportadora S.A.                                     | 07.391.673/0001-69.                                                                                                                                                         | 36,20%.                        |
| Rodrigo Pedroso Investimentos e Participações S.A.                       | 08.727.367/0001-13.                                                                                                                                                         | 25,00%.                        |
| 14                                                                       | PESSOA JURÍDICA CONTROLADORA DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Aberta)                                                                                                    |                                |
| Razão Social<br>Não se aplica.                                           |                                                                                                                                                                             | CNPJ<br>Não se aplica.         |
| CARACTERÍSTICAS DO PROJETO                                               |                                                                                                                                                                             |                                |
| 15                                                                       | Denominação<br>UFV Apodi II.                                                                                                                                                |                                |
| 16                                                                       | Descrição<br>Central Geradora Fotovoltaica com 30.000 kW de capacidade instalada, constituída por trinta Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Rêstrito. |                                |
| 17                                                                       | Localização [Município(s)/UF(s)]<br>Município de Quixerê, Estado do Ceará.                                                                                                  |                                |
| 18                                                                       | Data Prevista para Entrada em Operação<br>1º de novembro de 2018.                                                                                                           |                                |



PORTARIA Nº 86, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, no art. 4º da Portaria MME nº 506, de 24 de outubro de 2016, e o que consta do Processo nº 48340.001334/2017-22, resolve:

Art. 1º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Fotovoltaica denominada UFV Apodi I, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.CE.033917-2.01, de titularidade da empresa Apodi I Energia SPE S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.424.331/0001-17, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Apodi I Energia SPE S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - dar ciência ou submeter à anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a cessão ou o oferecimento dos direitos emergentes de seu Ato de Outorga em garantia, inclusive por meio de cessão fiduciária, na forma e condições previstas nas normas setoriais;

II - manter informação atualizada junto à ANEEL relativa à composição societária, identificando o grupo de controle e explicitando as participações societárias diretas e indiretas dos respectivos controladores da empresa titular do projeto;

III - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado;

IV - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle; e

V - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 2016, na Portaria MME nº 506, de 24 de outubro de 2016, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, § 5º, da Lei nº 12.431, de 2011, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 3º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Apodi I Energia SPE S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria, inclusive aquelas previstas no art. 5º da Portaria MME nº 514, de 2 de setembro de 2011, dentre as quais:

I - atraso superior a trezentos e sessenta e cinco dias em qualquer um dos marcos de implantação constantes de seu ato de outorga; ou

II - extinção da outorga de geração.

Art. 4º A Apodi I Energia SPE S.A. deverá informar ao Ministério de Minas e Energia a entrada em Operação Comercial da UFV Apodi I, no prazo de até trinta dias do início, mediante a entrega de cópia do Ato Autorizativo emitido pelo Órgão ou Entidade competente.

Art. 5º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como prioritário, para fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011.

Art. 6º O descumprimento das obrigações de que trata esta Portaria implicará na automática revogação da aprovação do Projeto como prioritário.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

| TITULAR DO PROJETO                                                                                                                                             |                                                                          |                      |                  |          |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|----------------------|------------------|----------|
| 01                                                                                                                                                             | Razão Social                                                             | 02                   | CNPJ             |          |
| Apodi I Energia SPE S.A.                                                                                                                                       |                                                                          | 24.424.331/0001-17.  |                  |          |
| 03                                                                                                                                                             | Logradouro                                                               | 04                   | Número           |          |
| Avenida Ayrtton Senna da Silva.                                                                                                                                |                                                                          | 1111.                |                  |          |
| 05                                                                                                                                                             | Complemento                                                              | 06                   | Bairro/Distrito  |          |
| Sala 01.                                                                                                                                                       |                                                                          | Piedade.             |                  |          |
| 08                                                                                                                                                             | Município                                                                | 09                   | UF               |          |
| Jaboatão dos Guararapes.                                                                                                                                       |                                                                          | PE.                  |                  |          |
| 11                                                                                                                                                             | Outorga de Autorização                                                   |                      | 10               | Telefone |
| Portaria MME nº 196, de 25 de maio de 2016.                                                                                                                    |                                                                          | (81) 3035-9388.      |                  |          |
| 12                                                                                                                                                             | REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO                 |                      |                  |          |
| Nome: Rodrigo Fernando Pereira de Albuquerque e Mello.                                                                                                         |                                                                          | CPF: 683.930.324-15. |                  |          |
| Nome: Robério José Vaz Curado Veras Filho.                                                                                                                     |                                                                          | CPF: 033.351.674-57. |                  |          |
| 13                                                                                                                                                             | RELAÇÃO DOS ACIONISTAS DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Fechada)      |                      |                  |          |
| Razão Social ou Nome de Pessoa Física                                                                                                                          |                                                                          | CNPJ ou CPF          | Participação (%) |          |
| Kroma Comercializadora de Energia Ltda.                                                                                                                        |                                                                          | 10.202.852/0001-15.  | 38,80%.          |          |
| Exitto Importadora e Exportadora S.A.                                                                                                                          |                                                                          | 07.391.673/0001-69.  | 36,20%.          |          |
| Rodrigo Pedroso Investimentos e Participações S.A.                                                                                                             |                                                                          | 08.727.367/0001-13.  | 25,00%.          |          |
| 14                                                                                                                                                             | PESSOA JURÍDICA CONTROLADORA DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Aberta) |                      |                  |          |
| Razão Social                                                                                                                                                   |                                                                          | CNPJ                 |                  |          |
| Não se aplica.                                                                                                                                                 |                                                                          | Não se aplica.       |                  |          |
| CARACTERÍSTICAS DO PROJETO                                                                                                                                     |                                                                          |                      |                  |          |
| 15                                                                                                                                                             | Denominação                                                              |                      |                  |          |
| UFV Apodi I.                                                                                                                                                   |                                                                          |                      |                  |          |
| 16                                                                                                                                                             | Descrição                                                                |                      |                  |          |
| Central Geradora Fotovoltaica com 30.000 kW de capacidade instalada, constituída por trinta Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito. |                                                                          |                      |                  |          |
| 17                                                                                                                                                             | Localização [Município(s)/UF(s)]                                         |                      |                  |          |
| Município de Quixeré, Estado do Ceará.                                                                                                                         |                                                                          |                      |                  |          |
| 18                                                                                                                                                             | Data Prevista para Entrada em Operação                                   |                      |                  |          |
| 1º de novembro de 2018.                                                                                                                                        |                                                                          |                      |                  |          |

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

RESOLUÇÃO Nº 584, DE 3 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre condições de uso dos recursos hídricos nos reservatórios Estreito e Cova da Mandioca.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 95, inciso XVII E XVII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 2020, de 15 de dezembro de 2014, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 650ª Reunião Ordinária, realizada em 03 de abril de 2017, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, com base nos elementos constantes do Processo nº 02501.001153/2011-10, resolveu:

Art. 1º A vazão média anual outorgável nos reservatórios Estreito e Cova da Mandioca (Anexo I), nos Estados da Bahia e de Minas Gerais, é igual a 0,610 e 1,006 m³/s, respectivamente, para os usos previstos no Anexo II.

Parágrafo Primeiro. Outorgas para a construção de reservatórios a montante dos reservatórios Estreito e Cova da Mandioca devem ser submetidas a prévia avaliação da ANA.

Parágrafo Segundo. No sistema hídrico definido no caput deste artigo não se aplica a outorga preventiva de uso de recursos hídricos.

Art. 2º Os usos de recursos hídricos serão condicionados ao Estado Hidrológico do reservatório - EH, detalhados no Anexo III desta Resolução, conforme a seguir:

I. EH Verde, no qual os usos outorgados serão garantidos.

II. EH Amarelo, no qual os usos submeter-se-ão às condições estabelecidas no termo de alocação de água.

III. EH Vermelho, situação de escassez hídrica, na qual os usos submeter-se-ão à definição dos órgãos outorgantes, garantida realização de reunião pública.

Parágrafo Primeiro. As condições de uso definidas pela alocação de água respeitarão os valores previstos para o EH observado no último dia de abril (Anexo III).

Parágrafo Segundo. As alocações anuais de água serão realizadas em reuniões públicas, sob a coordenação da ANA, em articulação com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande.

Parágrafo Terceiro. A comporta instalada no canal de interligação permanecerá na cota 492 m, salvo definição contrária da Comissão Gestora da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Pequeno.

Art. 3º As outorgas de direito de uso neste sistema hídrico devem conter as seguintes exigências:

I. O outorgado deverá manter em funcionamento sistema de medição dos volumes captados acumulados;

II. O outorgado deverá informar os volumes captados mensalmente durante o ano anterior e os volumes mensais previstos para o ano subsequente por meio da Declaração Anual de Uso dos Recursos Hídricos - DAURH, até 31 de janeiro de cada ano, conforme estabeleça a Resolução ANA nº 603, de 2015;

III. Interessados que tenham tido seus requerimentos indeferidos por indisponibilidade de recursos hídricos, a partir desta Resolução, serão comunicados pela ANA na oportunidade de nova disponibilidade, sem prejuízo a requerimentos novos ou em análise.

IV. Renovação de outorgas ou requerimentos de transferência da titularidade de outorga de direito de uso, previstos nos arts. 2º e 22 da Resolução CNRH nº 16, de 2001, levarão em consideração o histórico do uso durante o período outorgado e o estágio de implementação do projeto.

Art. 4º Os usos de vazões médias anuais iguais ou inferiores a 0,5 l/s (43.200 l/dia) independem de outorga de direito de uso.

Art. 5º A outorga para o direito de uso na agricultura irrigada deverá contemplar eficiência mínima global no empreendimento maior ou igual a 75% e taxa de consumo médio anual igual ou inferior a 0,47 l/s por hectare irrigado.

Art. 6º Os prestadores de serviços de abastecimento de água deverão possuir plano de contingência e de ações emergenciais, com ações vinculadas a eventuais restrições de uso, conforme normas editadas pela respectiva entidade reguladora da política de saneamento básico, nos termos do inciso XI do art. 22 da Lei nº 11445, de 2007.

Art. 7º Os usos de recursos hídricos que não estejam em acordo com os termos desta Resolução devem ser adequados no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da sua publicação ou, no caso de outorgado, do recebimento de notificação emitida pela Superintendência de Regulação da ANA.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor da Resolução e os Anexos I, II e II, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site [www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br).

VICENTE ANDREU

RESOLUÇÃO Nº 585, DE 3 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre condições de uso dos recursos hídricos no reservatório Ceraíma.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 95, inciso XVII E XVII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 2020, de 15 de dezembro de 2014, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 650ª Reunião Ordinária, realizada em 03 de abril de 2017, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, com base nos elementos constantes do Processo nº 02501.001868/2015-04, resolveu:

Art. 1º A vazão média anual outorgável no reservatório Ceraíma (Anexo I), no Estado da Bahia, é igual a 0,350 m³/s para os usos previstos no Anexo II.

Parágrafo Primeiro. Outorgas para a construção de reservatórios a montante do reservatório Ceraíma devem ser submetidas a prévia avaliação da ANA.

Parágrafo Segundo. No sistema hídrico definido no caput deste artigo não se aplica a outorga preventiva de uso de recursos hídricos.

Art. 2º Os usos de recursos hídricos serão condicionados ao Estado Hidrológico do reservatório - EH, detalhados no Anexo III desta Resolução, conforme a seguir:

I. EH Verde, no qual os usos outorgados serão garantidos.

II. EH Amarelo, no qual os usos submeter-se-ão às condições estabelecidas no termo de alocação de água.

III. EH Vermelho, situação de escassez hídrica, na qual os usos submeter-se-ão à definição dos órgãos outorgantes, garantida realização de reunião pública.

Parágrafo Primeiro. As condições de uso definidas pela alocação de água respeitarão os valores previstos para o EH observado no último dia de abril (Anexo III).

Parágrafo Segundo. As alocações anuais de água serão realizadas em reuniões públicas, sob a coordenação da ANA, em articulação com o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco.

Art. 3º As outorgas de direito de uso neste sistema hídrico devem conter as seguintes exigências:

I. O outorgado deverá manter em funcionamento sistema de medição dos volumes captados acumulados;

II. O outorgado deverá informar os volumes captados mensalmente durante o ano anterior e os volumes mensais previstos para o ano subsequente por meio da Declaração Anual de Uso dos Recursos Hídricos - DAURH, até 31 de janeiro de cada ano, conforme estabeleça a Resolução ANA nº 603, de 2015;

III. Interessados que tenham tido seus requerimentos indeferidos por indisponibilidade de recursos hídricos, a partir desta Resolução, serão comunicados pela ANA na oportunidade de nova disponibilidade, sem prejuízo a requerimentos novos ou em análise.

IV. Renovação de outorgas ou requerimentos de transferência da titularidade de outorga de direito de uso, previstos nos arts. 2º e 22 da Resolução CNRH nº 16, de 2001, levarão em consideração o histórico do uso durante o período outorgado e o estágio de implementação do projeto.



Art. 4º Os usos com captação instalada igual ou inferior a 4 l/s (15 m³/h) independem de outorga de direito de uso.

Art. 5º A outorga para o direito de uso na agricultura irrigada deverá contemplar eficiência mínima global no empreendimento maior ou igual a 75%.

Art. 6º Os prestadores de serviços de abastecimento de água deverão possuir plano de contingência e de ações emergenciais, com ações vinculadas a eventuais restrições de uso, conforme normas editadas pela respectiva entidade reguladora da política de saneamento básico, nos termos do inciso XI do art. 22 da Lei nº 11445, de 2007.

Art. 7º Os usos de recursos hídricos que não estejam em acordo com os termos desta Resolução devem ser adequados no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da sua publicação ou, no caso de outorgado, do recebimento de notificação emitida pela Superintendência de Regulação da ANA.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor da Resolução e os Anexos I, II e II, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site [www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br).

VICENTE ANDREU

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 82, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, tendo em vista o disposto no art. 205 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, e os elementos que integram o Processo nº 04967.027577/2011-62, resolve:

Art. 1º Autorizar a Secretaria do Patrimônio da União a transferir a ocupação do terreno urbano, acrescido de marinha, com área de 380,47m², cadastrado sob o RIP 5875.0003889-63, localizado à Rua Dr. Pereira, nº 160, Município de Paraty, Estado do Rio de Janeiro, conforme Certidão nº 1552/2011, lavrada em 24 de outubro de 2011 pelo Único Serviço Notarial e Registral de Paraty - RJ - Privatizado, para William Lempriere Searight, britânico, portador do CPF nº 047.616.347-15 e da Cédula de Identidade de Estrangeiro - RNE nº W224857-7, com classificação permanente e validade indeterminada.

§ 1º Consta da Certidão nº 1552/2011 que o imóvel se encontra registrado sob a Matrícula nº 1511, Livro nº 2-A, fls. 1649 e 1650, do Registro Geral de Imóveis daquela Comarca.

§ 2º Ficam convalidados os atos translativos de ocupação praticados no processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 83, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e IV da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º Designar o Departamento de Modernização da Gestão Pública - INOVA/SEGES/MP, como representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão no âmbito da Rede Federal de Inovação no Setor Público - REDE InovaGov, nos termos do inciso II, da Cláusula Quarta, do Acordo de Cooperação Técnica firmado pelo Tribunal de Contas da União, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o Conselho da Justiça Federal, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial da União em 18 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 15, DE 3 DE ABRIL DE 2017

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 43, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e considerando a necessidade de viabilizar o atendimento de despesas com aposentados e pensionistas, referentes aos Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária e Aduaneira e na Atividade de Auditoria-Fiscal do Trabalho, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Administração direta do Ministério do Trabalho, respectivamente, com recursos provenientes de Multas Incidentes sobre a Receita de Impostos e Contribuições Administrados pela RFB/MF e de Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais;

Considerando a necessidade de possibilitar a abertura de crédito suplementar, cuja programação a ser cancelada tem fonte de recursos incompatível com o objeto da suplementação pretendida, em face das vinculações legais vigentes, no que tange à Comissão de Valores Mobiliários; e

Considerando a necessidade de ajuste na alocação de Recursos Próprios Não Financeiros, no âmbito da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, originários do recolhimento das taxas de inscrição de Processos Seletivos Simplificados - PSS para a contratação temporária de pessoas visando à operacionalização das etapas preparatórias do Censo Agropecuário neste exercício, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, no que concerne aos Ministérios da Fazenda, do Trabalho e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE SOARES

ANEXO

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda  
UNIDADE: 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil

| PROGRAMA DE TRABALHO ( ACRÉSCIMO ) |                |                                                          |             |             |        |             |        |             | Outras Alterações Orçamentárias     |
|------------------------------------|----------------|----------------------------------------------------------|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------------------------|
|                                    |                |                                                          |             |             |        |             |        |             | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 |
| FUNCIONAL                          | PROGRAMÁTICA   | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO                        | E<br>S<br>F | G<br>N<br>D | R<br>P | M<br>O<br>D | I<br>U | F<br>T<br>E | VALOR                               |
| 0089                               |                | Previdência de Inativos e Pensionistas da União          |             |             |        |             |        |             | 600.000.000                         |
|                                    |                | Operações Especiais                                      |             |             |        |             |        |             |                                     |
| 09 272                             | 0089 0181      | Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis             |             |             |        |             |        |             | 600.000.000                         |
| 09 272                             | 0089 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis - Nacional  | S           | 1           | 1      | 90          | 0      | 156         | 600.000.000                         |
|                                    |                |                                                          | S           | 1           | 1      | 90          | 0      | 158         | 100.000.000                         |
|                                    |                |                                                          |             |             |        |             |        |             | 500.000.000                         |
| 2110                               |                | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda |             |             |        |             |        |             | 500.000.000                         |
|                                    |                | Atividades                                               |             |             |        |             |        |             |                                     |
| 04 122                             | 2110 20TP      | Pessoal Ativo da União                                   |             |             |        |             |        |             | 500.000.000                         |
| 04 122                             | 2110 20TP 0001 | Pessoal Ativo da União - Nacional                        |             |             |        |             |        |             | 500.000.000                         |
|                                    |                |                                                          | F           | 1           | 1      | 90          | 0      | 100         | 500.000.000                         |
| TOTAL - FISCAL                     |                |                                                          |             |             |        |             |        |             | 500.000.000                         |
| TOTAL - SEGURIDADE                 |                |                                                          |             |             |        |             |        |             | 600.000.000                         |
| TOTAL - GERAL                      |                |                                                          |             |             |        |             |        |             | 1.100.000.000                       |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda  
UNIDADE: 25203 - Comissão de Valores Mobiliários

| PROGRAMA DE TRABALHO ( ACRÉSCIMO ) |                |                                                                                                  |             |             |        |             |        |             | Outras Alterações Orçamentárias     |
|------------------------------------|----------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------------------------|
|                                    |                |                                                                                                  |             |             |        |             |        |             | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 |
| FUNCIONAL                          | PROGRAMÁTICA   | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO                                                                | E<br>S<br>F | G<br>N<br>D | R<br>P | M<br>O<br>D | I<br>U | F<br>T<br>E | VALOR                               |
| 0089                               |                | Previdência de Inativos e Pensionistas da União                                                  |             |             |        |             |        |             | 19.000                              |
|                                    |                | Operações Especiais                                                                              |             |             |        |             |        |             |                                     |
| 09 272                             | 0089 0181      | Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis                                                     |             |             |        |             |        |             | 19.000                              |
| 09 272                             | 0089 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis - Nacional                                          | S           | 1           | 1      | 90          | 0      | 174         | 19.000                              |
|                                    |                |                                                                                                  |             |             |        |             |        |             | 19.000                              |
| 0910                               |                | Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais |             |             |        |             |        |             | 19.000                              |
|                                    |                | Operações Especiais                                                                              |             |             |        |             |        |             |                                     |
| 28 846                             | 0910 00OQ      | Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica                |             |             |        |             |        |             | 19.000                              |
| 28 846                             | 0910 00OQ 0002 | Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - No Exterior  | F           | 3           | 2      | 80          | 0      | 100         | 19.000                              |
|                                    |                |                                                                                                  |             |             |        |             |        |             | 19.000                              |
| TOTAL - FISCAL                     |                |                                                                                                  |             |             |        |             |        |             | 19.000                              |
| TOTAL - SEGURIDADE                 |                |                                                                                                  |             |             |        |             |        |             | 19.000                              |
| TOTAL - GERAL                      |                |                                                                                                  |             |             |        |             |        |             | 38.000                              |

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho  
UNIDADE: 40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta

| PROGRAMA DE TRABALHO ( ACRÉSCIMO ) |              |                                                 |             |             |        |             |        |             | Outras Alterações Orçamentárias     |
|------------------------------------|--------------|-------------------------------------------------|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------------------------|
|                                    |              |                                                 |             |             |        |             |        |             | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 |
| FUNCIONAL                          | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO               | E<br>S<br>F | G<br>N<br>D | R<br>P | M<br>O<br>D | I<br>U | F<br>T<br>E | VALOR                               |
| 0089                               |              | Previdência de Inativos e Pensionistas da União |             |             |        |             |        |             | 100.000.000                         |

|                    |                |                                                           |   |   |   |    |   |     |  |             |
|--------------------|----------------|-----------------------------------------------------------|---|---|---|----|---|-----|--|-------------|
| 09 272             | 0089 0181      | Operações Especiais                                       |   |   |   |    |   |     |  | 100.000.000 |
| 09 272             | 0089 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis               |   |   |   |    |   |     |  | 100.000.000 |
|                    |                | Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional    | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 174 |  | 100.000.000 |
| 2131               |                | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho |   |   |   |    |   |     |  | 100.000.000 |
|                    |                | Atividades                                                |   |   |   |    |   |     |  |             |
| 04 122             | 2131 20TP      | Pessoal Ativo da União                                    |   |   |   |    |   |     |  | 100.000.000 |
| 04 122             | 2131 20TP 0001 | Pessoal Ativo da União - Nacional                         | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 |  | 100.000.000 |
| TOTAL - FISCAL     |                |                                                           |   |   |   |    |   |     |  | 100.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE |                |                                                           |   |   |   |    |   |     |  | 100.000.000 |
| TOTAL - GERAL      |                |                                                           |   |   |   |    |   |     |  | 200.000.000 |

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

UNIDADE: 47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ANEXO I

| PROGRAMA DE TRABALHO ( ACRÉSCIMO ) |                | Outras Alterações Orçamentárias<br>Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00                  |             |             |        |             |        |             |       |            |
|------------------------------------|----------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|------------|
| FUNCIONAL                          | PROGRAMÁTICA   | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO                                                       | E<br>S<br>F | G<br>N<br>D | R<br>P | M<br>O<br>D | I<br>U | F<br>T<br>E | VALOR |            |
| 2038                               |                | Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública                                          |             |             |        |             |        |             |       | 13.657.100 |
|                                    |                | Atividades                                                                              |             |             |        |             |        |             |       |            |
| 04 121                             | 2038 20U7      | Censos Demográfico e Agropecuário                                                       |             |             |        |             |        |             |       | 13.657.100 |
| 04 121                             | 2038 20U7 7000 | Censos Demográfico e Agropecuário - Censo Agropecuário - Nacional                       | F           | 3           | 2      | 90          | 0      | 250         |       | 13.657.100 |
| 2125                               |                | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão |             |             |        |             |        |             |       | 13.657.100 |
|                                    |                | Atividades                                                                              |             |             |        |             |        |             |       |            |
| 04 122                             | 2125 2000      | Administração da Unidade                                                                |             |             |        |             |        |             |       | 13.657.100 |
| 04 122                             | 2125 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional                                                     | F           | 3           | 2      | 90          | 0      | 100         |       | 13.657.100 |
| TOTAL - FISCAL                     |                |                                                                                         |             |             |        |             |        |             |       | 27.314.200 |
| TOTAL - SEGURIDADE                 |                |                                                                                         |             |             |        |             |        |             |       | 0          |
| TOTAL - GERAL                      |                |                                                                                         |             |             |        |             |        |             |       | 27.314.200 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil

ANEXO II

| PROGRAMA DE TRABALHO ( REDUÇÃO ) |                | Outras Alterações Orçamentárias<br>Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 |             |             |        |             |        |             |       |               |
|----------------------------------|----------------|------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|---------------|
| FUNCIONAL                        | PROGRAMÁTICA   | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO                                      | E<br>S<br>F | G<br>N<br>D | R<br>P | M<br>O<br>D | I<br>U | F<br>T<br>E | VALOR |               |
| 0089                             |                | Previdência de Inativos e Pensionistas da União                        |             |             |        |             |        |             |       | 600.000.000   |
|                                  |                | Operações Especiais                                                    |             |             |        |             |        |             |       |               |
| 09 272                           | 0089 0181      | Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis                            |             |             |        |             |        |             |       | 600.000.000   |
| 09 272                           | 0089 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional                 | S           | 1           | 1      | 90          | 0      | 100         |       | 600.000.000   |
| 2110                             |                | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda               |             |             |        |             |        |             |       | 500.000.000   |
|                                  |                | Atividades                                                             |             |             |        |             |        |             |       |               |
| 04 122                           | 2110 20TP      | Pessoal Ativo da União                                                 |             |             |        |             |        |             |       | 500.000.000   |
| 04 122                           | 2110 20TP 0001 | Pessoal Ativo da União - Nacional                                      | F           | 1           | 1      | 90          | 0      | 158         |       | 500.000.000   |
| TOTAL - FISCAL                   |                |                                                                        |             |             |        |             |        |             |       | 500.000.000   |
| TOTAL - SEGURIDADE               |                |                                                                        |             |             |        |             |        |             |       | 600.000.000   |
| TOTAL - GERAL                    |                |                                                                        |             |             |        |             |        |             |       | 1.100.000.000 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25203 - Comissão de Valores Mobiliários

ANEXO II

| PROGRAMA DE TRABALHO ( REDUÇÃO ) |                | Outras Alterações Orçamentárias<br>Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00                           |             |             |        |             |        |             |       |        |
|----------------------------------|----------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|--------|
| FUNCIONAL                        | PROGRAMÁTICA   | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO                                                                | E<br>S<br>F | G<br>N<br>D | R<br>P | M<br>O<br>D | I<br>U | F<br>T<br>E | VALOR |        |
| 0089                             |                | Previdência de Inativos e Pensionistas da União                                                  |             |             |        |             |        |             |       | 19.000 |
|                                  |                | Operações Especiais                                                                              |             |             |        |             |        |             |       |        |
| 09 272                           | 0089 0181      | Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis                                                      |             |             |        |             |        |             |       | 19.000 |
| 09 272                           | 0089 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional                                           | S           | 1           | 1      | 90          | 0      | 100         |       | 19.000 |
| 0910                             |                | Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais |             |             |        |             |        |             |       | 19.000 |
|                                  |                | Operações Especiais                                                                              |             |             |        |             |        |             |       |        |
| 28 846                           | 0910 000Q      | Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica                |             |             |        |             |        |             |       | 19.000 |
| 28 846                           | 0910 000Q 0002 | Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - No Exterior  | F           | 3           | 2      | 80          | 0      | 174         |       | 19.000 |
| TOTAL - FISCAL                   |                |                                                                                                  |             |             |        |             |        |             |       | 19.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE               |                |                                                                                                  |             |             |        |             |        |             |       | 19.000 |
| TOTAL - GERAL                    |                |                                                                                                  |             |             |        |             |        |             |       | 38.000 |

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho

UNIDADE: 40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta

ANEXO II

| PROGRAMA DE TRABALHO ( REDUÇÃO ) |                | Outras Alterações Orçamentárias<br>Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 |             |             |        |             |        |             |       |             |
|----------------------------------|----------------|------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|-------------|
| FUNCIONAL                        | PROGRAMÁTICA   | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO                                      | E<br>S<br>F | G<br>N<br>D | R<br>P | M<br>O<br>D | I<br>U | F<br>T<br>E | VALOR |             |
| 0089                             |                | Previdência de Inativos e Pensionistas da União                        |             |             |        |             |        |             |       | 100.000.000 |
|                                  |                | Operações Especiais                                                    |             |             |        |             |        |             |       |             |
| 09 272                           | 0089 0181      | Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis                            |             |             |        |             |        |             |       | 100.000.000 |
| 09 272                           | 0089 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional                 | S           | 1           | 1      | 90          | 0      | 156         |       | 100.000.000 |
| 2131                             |                | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho              |             |             |        |             |        |             |       | 100.000.000 |
|                                  |                | Atividades                                                             |             |             |        |             |        |             |       |             |
| 04 122                           | 2131 20TP      | Pessoal Ativo da União                                                 |             |             |        |             |        |             |       | 100.000.000 |

|                    |                |                                   |   |   |   |    |   |     |             |
|--------------------|----------------|-----------------------------------|---|---|---|----|---|-----|-------------|
| 04 122             | 2131 20TP 0001 | Pessoal Ativo da União - Nacional | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 174 | 100.000.000 |
| TOTAL - FISCAL     |                |                                   |   |   |   |    |   |     | 100.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE |                |                                   |   |   |   |    |   |     | 100.000.000 |
| TOTAL - GERAL      |                |                                   |   |   |   |    |   |     | 200.000.000 |

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão  
UNIDADE: 47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

| ANEXO II<br>PROGRAMA DE TRABALHO ( REDUÇÃO ) |                | Outras Alterações Orçamentárias<br>Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00                  |             |             |        |             |        |             | VALOR      |
|----------------------------------------------|----------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| FUNCIONAL                                    | PROGRAMÁTICA   | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO                                                       | E<br>S<br>F | G<br>N<br>D | R<br>P | M<br>O<br>D | I<br>U | F<br>T<br>E |            |
| 2038                                         |                | Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública                                          |             |             |        |             |        |             | 13.657.100 |
|                                              |                | Atividades                                                                              |             |             |        |             |        |             |            |
| 04 121                                       | 2038 20U7      | Censos Demográfico e Agropecuário                                                       |             |             |        |             |        |             | 13.657.100 |
| 04 121                                       | 2038 20U7 7000 | Censos Demográfico e Agropecuário - Censo Agropecuário - Nacional                       | F           | 3           | 2      | 90          | 0      | 100         | 13.657.100 |
| 2125                                         |                | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão |             |             |        |             |        |             | 13.657.100 |
|                                              |                | Atividades                                                                              |             |             |        |             |        |             |            |
| 04 122                                       | 2125 2000      | Administração da Unidade                                                                |             |             |        |             |        |             | 13.657.100 |
| 04 122                                       | 2125 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional                                                     | F           | 3           | 2      | 90          | 0      | 250         | 13.657.100 |
| TOTAL - FISCAL                               |                |                                                                                         |             |             |        |             |        |             | 27.314.200 |
| TOTAL - SEGURIDADE                           |                |                                                                                         |             |             |        |             |        |             | 0          |
| TOTAL - GERAL                                |                |                                                                                         |             |             |        |             |        |             | 27.314.200 |

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO  
SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 3, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO DE JANEIRO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º, VIII da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, da Secretária do Patrimônio da União; com fundamento no artigo 183, § 1º, da Constituição Federal; no artigo 4º, V, "h" da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade; na Medida Provisória nº 2.220 de 2001; e no art. 22-A da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, bem como nos elementos que integram o Processo nº 04967.020956/2010-41 resolve:

Art. 1º. Autorizar a outorga de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia gratuitamente e por tempo indeterminado do imóvel conceituado como acrescido de marinha, a senhora VICENTINA MELONE COSTA LEITE de área de terreno com 81,15m² e Área de benfeitoria com 118,35m², situado Rua Presidente Barroso, 70 - Bairro Cidade Nova. Município do Rio de Janeiro, registrado no 7º Ofício - Serviço Notarial e Registro Geral de Imóveis, sob Matrícula nº 48920.

Parágrafo Primeiro: A área acima mencionada apresenta características e confrontações descritas no RGI, do processo em epígrafe.

Parágrafo Segundo: Imóvel cadastrado sob o Registro Imobiliário Patrimonial nº 6001.0121691-03, e está avaliado em R\$ 268.000,00 (duzentos e sessenta e oito mil reais).

Art. 2º O Imóvel a que se refere o art. 1º destina-se à moradia da concessionária e sua família.

Art. 3º A concessão descrita no art. 1º extingue-se de pleno direito se a concessionária:

I - Der ao imóvel concedido destinação diversa da determinada pelo art. 2º; II - der em locação total ou parcial a fração ideal do imóvel: III - transferir a terceiros, a qualquer título, a fração ideal do imóvel concedida, sem a prévia e expressa autorização da SPU; IV - adquirir a propriedade ou a concessão de uso de outro imóvel urbano ou rural, de acordo com o artigo 8º da Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001; ou V - falecer sem deixar herdeiros, ou com herdeiros que sejam proprietários ou concessionários de outro imóvel urbano ou rural.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO ALEXANDRE DOS SANTOS



O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba",  
entre outras obras, é patrono **in memoriam**  
da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.

## Patrono da Imprensa Nacional

Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou,  
de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo  
que hoje está em exposição no Museu da Imprensa.

Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como  
ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**,  
cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.



Ministério do Trabalho

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL

Em 3 de abril de 2017

O Coordenador-Geral de Recursos - Substituto da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntário:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

| Nº | PROCESSO             | AI        | EMPRESA                                               | UF |
|----|----------------------|-----------|-------------------------------------------------------|----|
| 1  | 47533.012865/2013-97 | 202052265 | SBF Comercio de Produtos Esporti-<br>vos Ltda.        | PR |
| 2  | 47533.012866/2013-31 | 202052184 | SBF Comercio de Produtos Esporti-<br>vos Ltda.        | PR |
| 3  | 47533.012867/2013-86 | 202052206 | SBF Comercio de Produtos Esporti-<br>vos Ltda.        | PR |
| 4  | 47533.012868/2013-21 | 202052214 | SBF Comercio de Produtos Esporti-<br>vos Ltda.        | PR |
| 5  | 47533.012869/2013-75 | 202052192 | SBF Comercio de Produtos Esporti-<br>vos Ltda.        | PR |
| 6  | 46230.007907/2013-10 | 201786371 | Auto Posto Master do Fonseca Ltda.                    | RJ |
| 7  | 46230.008042/2013-17 | 201791986 | Auto Posto Master do Fonseca Ltda.                    | RJ |
| 8  | 46215.030466/2007-08 | 15023966  | Banco BMG S.A.                                        | RJ |
| 9  | 46215.042096/2007-43 | 14940191  | Crefisa S.A. Credito Financiamento e<br>Investimentos | RJ |
| 10 | 46215.015400/2013-28 | 201150336 | Hospital Norte D'or de Cascadura<br>S.A.              | RJ |
| 11 | 46217.008704/2013-19 | 202192415 | SKY Brasil Serviços Ltda                              | RN |
| 12 | 46217.008706/2013-16 | 202194604 | SKY Brasil Serviços Ltda                              | RN |
| 13 | 46217.008707/2013-52 | 202194779 | SKY Brasil Serviços Ltda.                             | RN |
| 14 | 46218.009154/2013-45 | 200094092 | Hospital Universitario Urcamp                         | RS |
| 15 | 46218.009155/2013-90 | 200094106 | Hospital Universitario Urcamp                         | RS |
| 16 | 46277.000319/2013-19 | 200763822 | MFB Marfrig Frigorificos Brasil S.A                   | RS |
| 17 | 46277.000347/2013-36 | 200732102 | MFB Marfrig Frigorificos Brasil S.A                   | RS |
| 18 | 46277.000348/2013-81 | 200732111 | MFB Marfrig Frigorificos Brasil S.A                   | RS |
| 19 | 46277.000349/2013-25 | 200732099 | MFB Marfrig Frigorificos Brasil S.A                   | RS |
| 20 | 46277.000400/2013-07 | 200909282 | MFB Marfrig Frigorificos Brasil S.A                   | RS |
| 21 | 46277.000407/2013-11 | 200909266 | MFB Marfrig Frigorificos Brasil S.A                   | RS |
| 22 | 46277.000408/2013-65 | 200909274 | MFB Marfrig Frigorificos Brasil S.A                   | RS |
| 23 | 46277.000409/2013-18 | 200909291 | MFB Marfrig Frigorificos Brasil S.A                   | RS |
| 24 | 46257.000588/2014-02 | 202361799 | Osram do Brasil Lampadas Eletricas<br>Ltda.           | SP |
| 25 | 46257.000589/2014-49 | 202361772 | Osram do Brasil Lampadas Eletricas<br>Ltda.           | SP |
| 26 | 46257.000590/2014-73 | 202361764 | Osram do Brasil Lampadas Eletricas<br>Ltda.           | SP |
| 27 | 46257.000591/2014-18 | 202361802 | Osram do Brasil Lampadas Eletricas<br>Ltda.           | SP |
| 28 | 46257.000594/2014-51 | 202361713 | Osram do Brasil Lampadas Eletricas<br>Ltda.           | SP |

1.2 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

| Nº | PROCESSO             | AI       | EMPRESA                                           | UF |
|----|----------------------|----------|---------------------------------------------------|----|
| 1  | 46207.000935/2012-12 | 16468198 | União Brasileira de Educação e En-<br>sino - UBEE | ES |

2) Em apreciação de recurso de ofício:

1.1 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

| Nº | PROCESSO             | AI        | EMPRESA                | UF |
|----|----------------------|-----------|------------------------|----|
| 1  | 46215.009742/2013-17 | 200478893 | Protex Segurança Ltda. | RJ |

ANDRÉ LIBRELON DA CUNHA

Substituto

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Em 16 de fevereiro de 2017

Em cumprimento à decisão judicial prolatada no autos do Processo 0000529-29.2016.5.10.0010, procedente da 3ª Turma do Estagio TRT 10ª Região, o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do Pedido de Registro Sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

|                        |                                                                                                                                       |
|------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Processo               | 46204.004921/2015-41                                                                                                                  |
| Entidade               | Sindicato dos Empregados no Comércio Atacadista e Varejista de Bens e Serviços de Conceição do Coité-Ba                               |
| CNPJ                   | 22.350.057/0001-53                                                                                                                    |
| Abrangência            | Municipal                                                                                                                             |
| Base Territorial       | Bahia: Conceição do Coité                                                                                                             |
| Categoria Profissional | Sindicato dos trabalhadores empregados no comércio atacadista e varejista de bens e serviços do município de Conceição do Coité-Bahia |

Em 3 de abril de 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no artigo 27, inciso I, da Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 139/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR o Processo de Pedido de Alteração Estatutária

46736.005397/2013-55 do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de laticínios e Produtos Derivados, do Açúcar e de Torrefação, Moagem e Solúvel de Café e do Fumo dos Municípios de São Paulo (Capital), Grande São Paulo, Mogi das Cruzes, São Roque e Cajamar, CNPJ 62.806.575/0001-53.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no artigo 27, inciso I, da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica 136/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR o Pedido de Registro Sindical 46218.002847/2014-98 do Sindicato dos Motoristas, Condutores de Veículos Rodoviários e Trabalhadores em Transportes Rodoviários da Região Carbonífera - SINDICARBO, CNPJ 13.850.785/0001-33.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministerio do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Decisão Judicial exarada nos autos do Processo 0001215-40.2015.5.10.0015, procedente da 15ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região e com fundamento na Portaria 326/2013 e na NT 137/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve INDEFERIR o Pedido de Registro Sindical 46210.001195/2013-63 do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Rondolândia - SINDISER, CNPJ 17.449.451/0001-03, com respaldo no artigo 25, parágrafo único, da Portaria 326, de 1º de março de 2013.

Em cumprimento à decisão judicial, Processo 1002055-53.2016.4.01.3500, procedente da 6ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 26, inciso I, da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR o processo do sindicato abaixo rela-  
cionado:

|            |                                                                    |
|------------|--------------------------------------------------------------------|
| Processo   | 46208.000881/2016-17                                               |
| Entidade   | SINDFAP - Sindicato dos Fiscais Municipais de Aparecida de Goiânia |
| CNPJ       | 23.569.241/0001-51                                                 |
| Fundamento | NT 138/2017/CGRS/SRT/MTb                                           |

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013, bem como na Nota Técnica 135/2017/CGRS/SRT/MTb, decide: NOTIFICAR o Sindicato dos Práticos, Técnicos e Auxiliares de Farmácia e Empregados no Comércio de Drogas, Medicamentos e Produtos Farmacêuticos do Estado do Rio de Janeiro (SIN-DIFARMA-RJ), CNPJ 02.415.645/0001-10, Processo 46000.012769/2007-56, no fito de que tome as seguintes providências: REALIZAR nova Assembleia Geral de Ratificação da Alteração Estatutária, nos moldes do art. 19 c/c art. 41, I e art. 42, § 1º, da Portaria 326/2013, para que seja dado o prosseguimento à análise do referido processo. Salienta-se que a entidade terá o prazo improrrogável de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir desta publicação, para apresentar a documentação prevista no artigo 19, em observância aos ditames estabelecidos no artigo 41 (informar nos Editais de convocação a indicação do CNPJ e da Razão Social de todas as entidades atingidas), sob pena de ARQUIVAMENTO do processo, nos termos do art. 27, inciso III, da Portaria 326/2013. Desta forma, torna-se pública a presente notificação à entidade requerente, bem como ao sindicato impugnante: Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro - SECRJ, CNPJ 33.644.360/0001-85, Impugnação 46000.026780/2008-84.

Em cumprimento à Decisão Judicial proferida no Processo 0001268-26.2016.5.10.0002, procedente da 2ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do Pedido de Alteração Estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

|                        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Processo               | 46207.011011/2015-94                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| Entidade               | Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Cimento, Cal e Gesso, Ladrilhos, Artefatos de Cimento, Cerâmica de Barro cozido para uso da construção, Azulejos e pisos, produtos de Cerâmicos Não-Refratários, produtos Cerâmicos Refratários, Porcelanas, Louças, Sanitários de Cerâmicas, Argamassas e Estruturas Pré-Moldadas de Concreto Armado no Estado do Espírito Santo |
| CNPJ                   | 32.399.032/0001-06                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Abrangência            | Estadual                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| Base Territorial       | Espírito Santo                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Categoria Profissional | Trabalhadores na Indústria de Cimento, Cal e Gesso, Ladrilhos, Artefatos de Cimento, Cerâmica de Barro cozido para uso da construção, Azulejos e Pisos, produtos de Ce-<br>râmicos Não-Refratários, produtos Cerâmicos Refratários, Porcelanas, Louças, Sanitários de Cerâmicas, Argamassas e Estruturas Pré-Moldadas de Concreto Armado                                      |

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento à decisão judicial prolatada no processo 5031865-94.2016.4.04.7000, procedente da 3ª Vara Federal de Curitiba, Seção Judiciária do Paraná, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do Pedido de Registro Sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

|                        |                                                                  |
|------------------------|------------------------------------------------------------------|
| Processo               | 46212.015996/2015-58                                             |
| Entidade               | SISMUL - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Lapa/PR |
| CNPJ                   | 68.668.128/0001-61                                               |
| Abrangência            | Municipal                                                        |
| Base Territorial       | Paraná: Lapa                                                     |
| Categoria Profissional | Servidores públicos municipais                                   |

Em cumprimento à Decisão Judicial proferida no Processo 0000822-75.2016.5.10.0017, procedente da 17ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do Pedido de Registro Sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

|                        |                                                                                                                                                                                                                               |
|------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Processo               | 46208.007649/2014-30                                                                                                                                                                                                          |
| Entidade               | SINDICAM - Sindicato dos Funcionários e Servidores Públicos Municipais Efetivos da Prefeitura do Município de Campinorte-Goiás                                                                                                |
| CNPJ                   | 18.692.885/0001-00                                                                                                                                                                                                            |
| Abrangência            | Municipal                                                                                                                                                                                                                     |
| Base Territorial       | Campinorte - GO                                                                                                                                                                                                               |
| Categoria Profissional | Defesa e Representação Legal dos Trabalhadores Municipais, Estatutários e Celetistas da Prefeitura Municipal de Campinorte - GO, Câmara Municipal, Instituto de Previdência Social de Campinorte - GO, Autárquias e Fundações |

Em cumprimento à Decisão Judicial proferida no Processo 0000822-75.2016.5.10.0017, procedente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do Pedido de Registro Sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.



|                        |                                                                                                                                       |
|------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Processo               | 46447.000577/2014-87                                                                                                                  |
| Entidade               | Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Maracá - SP                                                    |
| CNPJ                   | 03.905.419/0001-80                                                                                                                    |
| Abrangência            | Intermunicipal                                                                                                                        |
| Base Territorial       | Cruzália, Iepê, Maracá, Nantes e Pedrinhas Paulista - SP                                                                              |
| Categoria Profissional | Profissional dos Trabalhadores Avulsos ou com Vínculo Empregatício na Movimentação de Mercadorias em Geral, conforme Lei. 12.023/2009 |

Em cumprimento à Decisão Judicial, Processo 0000097-37.2017.5.10.0022, procedente da 22ª Vara do Trabalho de Brasília, o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

|                        |                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Processo               | 46220.004518/2016-02                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| Entidade               | SINTRAPOC - Sindicato dos Trabalhadores em Postos de Combustível, Comércio de Derivados de Petróleo, Energias Alternativas, Borracharias, Lojas de Conveniência, Armazenamento e Distribuição de Gás de Cozinha, Veicular e Industrial, Líquidos Inflamáveis e Combustíveis de Brusque |
| CNPJ                   | 24.668.547/0001-28                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Abrangência            | Intermunicipal                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Base Territorial       | Santa Catarina: Botuverá, Brusque, Canelinha, Guabiruba, Major Gercino, Nova Trento, São João Batista e Tijucas                                                                                                                                                                        |
| Categoria Profissional | Trabalhadores em Postos de Combustível, Comércio de Derivados de Petróleo, Energias Alternativas, Borracharias, Lojas de Conveniência, Armazenamento e Distribuição de Gás de Cozinha, Veicular e Industrial, Líquidos Inflamáveis e Combustíveis                                      |

Em continuidade ao cumprimento de decisão judicial, Processo 5046356-09.2016.4.04.7000/PR da Justiça Federal do Paraná, 3ª Vara Federal de Curitiba, o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Portaria 326/2013 e com base na Nota Técnica 140/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o Registro de Alteração Estatutária ao SINFRETIBA - Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros Por Fretamento de Curitiba e Municípios do Paraná, Processo 46212.001780/2016-96, CNPJ 81.051.997/0001-00, para representar a categoria econômica das Empresas de Transporte de Passageiros por Fretamento nos municípios de Abatiá, Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Altamira do Paraná, Alto Paraíso, Alto Paraná, Alto Piquiri, Altônia, Alvorada do Sul, Amaporã, Ampére, Anahy, Andirá, Ângulo, Antonina, Antônio Olinto, Apucarana, Arapongas, Arapoti, Arapuã, Araruna, Araucária, Ariranha do Ivaí, Assaí, Assis Chateaubriand, Astorga, Atalaia, Balsa Nova, Bandeirantes, Barbosa Ferraz, Barra do Jacaré, Barracão, Bela Vista da Caroba, Bela Vista do Paraíso, Bituruna, Boa Esperança, Boa Esperança do Iguaçu, Boa Ventura de São Roque, Boa Vista da Aparecida, Bocaiúva do Sul, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso, Bom Sucesso do Sul, Borrazópolis, Braganey, Brasilândia do Sul, Cafeara, Cafelândia, Cafezal do Sul, Califórnia, Cambará, Cambé, Cambira, Campina da Lagoa, Campina do Simão, Campina Grande do Sul, Campo Bonito, Campo do Tenente, Campo Magro, Campo Mourão, Cândido de Abreu, Cândói, Cantagalo, Capanema, Capitão Leônidas Marques, Carambei, Carlópolis, Cascavel, Castro, Catanduvas, Centenário do Sul, Cerro Azul, Céu Azul, Chopinzinho, Cianorte, Cidade Gaúcha, Clevelândia, Colombo, Colorado, Congonhinhas, Conselheiro Mairinck, Contenda, Corbélia, Cornélio Procopio, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Corumbatã do Sul, Cruz Machado, Cruzeiro do Iguaçu, Cruzeiro do Oeste, Cruzeiro do Sul, Cruzmalina, Curitiba, Curiúva, Diamante do Norte, Diamante do Sul, Diamante D'oeste, Dois Vizinhos, Douradina, Doutor Camargo, Doutor Ulysses, Enéas Marques, Engenheiro Beltrão, Entre Rios do Oeste, Esperança Nova, Espigão Alto do Iguaçu, Farol, Faxinal, Fazenda Rio Grande, Fênix, Fernandes Pinheiro, Figueira, Flor da Serra do Sul, Florai, Floresta, Florestópolis, Flórida, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Foz do Jordão, Francisco Alves, Francisco Beltrão, General Carneiro, Godoy Moreira, Goioerê, Goioxim, Grandes Rios, Guaíra, Guairaça, Guamiranga, Guapirama, Guaporema, Guaraci, Guaraniaçu, Guarapuava, Guaraqueçaba, Guaratuba, Honório Serpa, Ibaiti, Ibema, Ibiporã, Icaraíma, Iguaçu, Iguatu, Imbaú, Imbituva, Inácio Martins, Inajá, Indianópolis, Ipiranga, Iporã, Iracema do Oeste, Irati, Iretama, Itaguajé, Itaipulândia, Itambaracá, Itambé, Itapejara D'oeste, Itaperuçu, Itaúna do Sul, Ivaí, Ivaiporã, Ivaté, Ivatuba, Jaboti, Jacarezinho, Jaguapitã, Jaguariáiva, Jandaia do Sul, Janiópolis, Japira, Japurá, Jardim Alegre, Jardim Olinda, Jataizinho, Jesuítas, Joaquim Távora, Jundiá do Sul, Juranda, Jussara, Kaloré, Lapa, Laranjal, Laranjeiras do Sul, Leópolis, Lidianópolis, Lindoeste, Loanda, Lobato, Luiziana, Lunardelli, Lupionópolis, Mallet, Mamborê, Mandaguacu, Mandaguari, Mandirituba, Manfrinópolis, Mangueirinha, Manoel Ribas, Marechal Cândido Rondon, Maria Helena, Marialva, Marilândia do Sul, Marilena, Mariluz, Mariópolis, Maripá, Marmeleiro, Marquinho, Marumbi, Matelândia, Matinhos, Mato Rico, Mauá da Serra, Medianeira, Mercedes, Mirador, Miraselva, Missal, Moreira Sales, Morretes, Munhoz de Melo, Nossa Senhora das Graças, Nova Aliança do Ivaí, Nova América da Colina, Nova Aurora, Nova Cantu, Nova Esperança, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Fátima, Nova Laranjeiras, Nova Londrina, Nova Olímpia, Nova Prata do Iguaçu, Nova Santa Bárbara, Nova Santa Rosa, Nova Tebas, Novo Itacolomi, Ortigueira, Ourizuna, Ouro Verde do Oeste, Paçandu, Palmas, Palmeira, Palmital, Palotina, Paraíso do Norte, Paranacity, Paranaguá, Paranaipoema, Paranaíba, Pato Bragado, Paula Freitas, Paulo Frontin, Peabiru, Perobal, Pérola, Pérola D'oeste, Piên, Pinhais, Pinhal de São Bento, Pinhalão, Pinhão, Piraí do Sul, Piraquara, Pitanga, Pitangueiras, Planaltina do Paraná, Planalto, Ponta Grossa, Pontal do Paraná, Porecatu, Porto Amazonas, Porto Barreiro, Porto Rico, Porto Vitória, Prado Ferreira, Pranchita, Presidente Castelo Branco, Primeiro de Maio, Prudentópolis, Quarto Centenário, Quatiguá, Quatro Barras, Quatro Pontes, Quedas do Iguaçu, Querência do Norte, Quinta do Sol, Quitandinha, Ramilândia, Rancho Alegre, Rancho Alegre D'oeste, Realeza, Rebouças, Renascença, Reserva, Reserva do Iguaçu, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Rio Azul, Rio Bom, Rio Bonito do Iguaçu, Rio Branco do Ivaí, Rio Branco do Sul, Rio Negro, Rolândia, Roncador, Rondon, Rosário do Ivaí, Sabáudia, Salgado Filho, Salto do Itararé, Salto do Lontra, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Fé, Santa Helena, Santa Inês, Santa Isabel do Ivaí, Santa Izabel do Oeste, Santa Lúcia, Santa Maria do Oeste, Santa Mariana, Santa Mônica, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, Santana do Itararé, Santo Antônio da Platina, Santo Antônio do Caiuá, Santo Antônio do Paraíso, Santo Antônio do Sudoeste, Santo Inácio, São Carlos do Ivaí, São Jerônimo da Serra, São João, São João do Caiuá, São João do Ivaí, São João do Triunfo, São Jorge do Ivaí, São Jorge do Patrocínio, São Jorge D'oeste, São José da Boa Vista, São José das Palmeiras, São José dos Pinhais, São Manoel do Paraná, São Mateus do Sul, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, São Pedro do Ivaí, São Pedro do Paraná, São Sebastião da Amoreira, São Tomé, Sapopema, Sarandi, Saudade do Iguaçu, Sengés, Serranópolis do Iguaçu, Sertaneja, Sertãozinho, Siqueira Campos, Sulina, Tamarana, Tamboara, Tapejara, Tapira, Teixeira Soares, Telêmaco Borba, Terra Boa, Terra Rica, Terra Roxa, Tibagi, Tijucas do Sul, Toledo, Tomazina, Três Barras do Paraná, Tunas do Paraná, Tuneiras do Oeste, Tupãssi, Turvo, Ubiratã, Umuarama, União da Vitória, Uniflor, Uraí, Ventania, Vera Cruz do Oeste, Verê, Virmond, Vitorino, Wenceslau Braz e Xambê, no estado do Paraná. E para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), resolve EXCLUIR da representação do RODOSUL - Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Rodoviário de Passageiros, Interestaduais, Intermunicipais, Urbano, Turismo e Fretamento do Sudoeste do Estado do Paraná, Processo de Registro Sindical 46000.002719/98-18, CNPJ 02.355.310/0001-54, a CATEGORIA econômica das Empresas de Transporte de Passageiros por Fretamento nos municípios de Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Chopinzinho, Cle-

velândia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Honório Serpa, Itapejara D'Oeste, Laranjeiras do Sul, Manfrinópolis, Mangueirinha, Mariópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Palmas, Pérola D'Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Quedas do Iguaçu, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Jorge D'Oeste, Saudade do Iguaçu, Sulina, Verê e Vitorino, no Estado do Paraná.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 141/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o Registro de Alteração Estatutária ao Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios de São Luís - SINCOVAGA, CNPJ 06.056.071/0001-92, Processo 46223.001136/2013-46, para representar a Categoria econômica do comércio varejista de gêneros alimentícios, com abrangência estadual e base territorial no estado do Maranhão, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve ANOTAR a representação das seguintes entidades, excluindo a Categoria econômica do comércio varejista de gêneros alimentícios: A) Sindicato do Comércio Varejista e Atacadista de Açailândia - MA, CNPJ 04.395.911/0001-16, Processo 46000.000028/00-11; B) SINDICOM - Sindicato do Comercio Varejista de Imperatriz, CNPJ 23.429.863/0001-84, Processo 46000.007235/93-14; C) SINCOFARSUL - Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Sul do Maranhão, CNPJ 41.370.487/0001-81, Processo 46000.003923/94-96; D) SINCOPE - Sindicato do Comércio de Pedreiras, CNPJ 12.539.037/0001-71, Processo 46000.007813/93-59; E) Sindicato dos Lojistas do Comércio de Caxias - MA, CNPJ 12.124.301/0001-06, Processo 24220.002286/90-06; F) Sindicato do Comércio Varejista de Bacabal Estado do Maranhão - MA, CNPJ 12.554.473/0001-10, Processo 24000.005412/91-60; e G) Sindicato do Comércio Varejista de Feirantes de Bacabal/MA, CNPJ 07.074.313/0001-33, Processo 46000.009965/2002-39, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013 e na Nota Técnica 142/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR a impugnação 46000.005647/2016-02, do Sindicato dos Trabalhadores do Setor Público do Município de Neópolis-SE, CNPJ 08.692.723/0001-00, com fundamento no artigo 18, X, da Portaria 326/2013 e DEFERIR o Registro Sindical ao Sindacse/Bsf - Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate as Endemias dos Municípios de Neópolis, Santana do São Francisco, Ilha das Flores, Brejo Grande, Pacatuba, São Francisco, Malhada dos Bois, Nossa Senhora de Lourdes e Amparo do São Francisco/Sergipe, Processo 46221.009348/2015-53, CNPJ 22.336.810/0001-56, para representar a categoria dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate as Endemias, com abrangência intermunicipal, nos municípios de Amparo de São Francisco, Brejo Grande, Ilha das Flores, Malhada dos Bois, Neópolis, Nossa Senhora de Lourdes, Pacatuba e São Francisco, Santana do São Francisco, Estado de Sergipe, consoante o art. 25, inciso III, da Portaria 326/2013. Para fins de ANOTAÇÃO no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve EXCLUIR a categoria dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate as Endemias dos seguintes sindicatos: Sindicato dos Trabalhadores do Setor Público do Município de Neópolis-SE, CNPJ 08.692.723/0001-00, Processo 46221.003108/2007-35, no Município de Neópolis, Estado de Sergipe; UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11, nos Municípios de Amparo de São Francisco, Brejo Grande, Ilha das Flores, Malhada dos Bois, Neópolis, Nossa Senhora de Lourdes, Pacatuba e São Francisco, Santana do São Francisco, Estado de Sergipe; SINDPACATUBA - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Pacatuba - Sergipe, CNPJ 09.400.923/0001-05, Processo 46221.004262/2014-53, no Município de Pacatuba, Estado de Sergipe; SINDIAMPARO - Sindicato dos Servidores Publicos Municipais de Amparo do São Francico-SE, CNPJ 09.061.054/0001-31, Processo 46221.004478/2011-76, no Município de Amparo de São Francisco, Estado de Sergipe, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 143/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o Registro Sindical ao SISEPAC - Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Acajutiba - Bahia, CNPJ 23.473.287/0001-72, Processo 46204.011024/2015-93, para representar a Categoria dos Servidores Públicos do Município de Acajutiba, com abrangência Municipal e base territorial no município de Acajutiba, Estado da Bahia, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve ANOTAR a representação da seguinte entidade: UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11, excluindo a Categoria dos servidores públicos do município de Acajutiba/BA, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 144/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o Registro Sindical ao Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo de Passageiros do Vale do São Francisco - SETRANVASF, Processo 46213.003819/2016-08, CNPJ 08.352.605/0001-53, para Representação da Categoria Econômica das Empresas de Transporte Coletivo de Passageiros do Vale de São Francisco, com abrangência Interestadual na Bahia: Casa Nova, Curaçá, Juazeiro e Sobradinho e em Pernambuco: Afrânio, Bodocó, Cabrobó, Dormentes, Lagoa Grande, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista. Para fins de anotação no CNES, resolve ainda DETERMINAR a exclusão dos Municípios de Casa Nova, Curaçá, Juazeiro e Sobradinho, no Estado da Bahia, da representação do SINTRAN - BA - Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviários de Passageiros Estado da Bahia, Processo 46000.009602/94-03, CNPJ 32.987.778/0001-22, e também a exclusão dos Municípios de Afrânio, Bodocó, Cabrobó, Dormentes, Lagoa Grande, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista, no Estado de Pernambuco, da representação do SETRANS - PE - SETRANS - PE - Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros no Estado de Pernambuco, Carta Sindical L013 P084 A1941, CNPJ 09.759.606/0001-80, conforme determina o art. 30 da Portaria 326/2013.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA



Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 46, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Institui o Canal Braços Abertos, com o objetivo de promover a elevação da qualidade no atendimento ao turista e aperfeiçoamento profissional, no âmbito da Plataforma de Engajamento e Aprendizagem - PEA, destinadas aos profissionais que atuam na linha de frente do turismo.

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, II e IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 5º, inciso XIX, da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, e no art. 43, incisos VII e VIII, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Canal Brasil Braços Abertos, com o objetivo de promover ações de qualificação e aperfeiçoamento profissional, com vista à elevação de qualidade no atendimento ao turista, no âmbito da Plataforma de Engajamento e Aprendizagem - PEA, destinadas aos profissionais que atuam na linha de frente do turismo.

Art. 2º O Canal Brasil Braços Abertos ofertará curso de extensão de 80 horas-aula por meio da Plataforma de Engajamento e Aprendizagem - PEA.

§ 1º O representante legal do Município, interessado em elevar a qualidade do atendimento ao turista, deverá realizar o seu cadastro por intermédio do link: <http://brasilbracosabertos.turismo.gov.br/municipio> e, em seguida, indicar um servidor efetivo para atuar como gestor na execução do curso.

§ 2º Para a realização do curso, o interessado deverá acessar o link: <http://brasilbracosabertos.turismo.gov.br>.

Art. 3º As inscrições poderão ser efetuadas entre os dias 1º de março e 30 de setembro de cada ano, podendo o curso ser iniciado logo após a inscrição.

§ 1º Excepcionalmente para 2017, o canal estará apto a receber as inscrições entre os dias 5 de abril e 30 de setembro, podendo o curso ser iniciado logo após a inscrição.

§ 2º O curso deverá ser concluído até 30 de dezembro de cada ano, caso contrário, a matrícula será automaticamente cancelada.

§ 3º O certificado de participação poderá ser emitido após concluído 100% do curso, por intermédio do link: <http://brasilbracosabertos.turismo.gov.br>.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARX BELTRÃO

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL  
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA  
AEROPORTUÁRIA  
GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 920, DE 16 DE MARÇO DE 2017

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 06 de julho de 2015, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, considerando o que consta do processo nº 00066.505457/2017-06, resolve:

Excluir o heliponto privado Ferretti Group do Brasil (SP) (código OACI: SWFI) do cadastro de aeródromos. Esta Portaria entra em vigor em 22 de junho de 2017. Fica revogada a Portaria nº 2062/SIA, de 14 de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2013, Seção 1, Página 21.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço [www.anac.gov.br/legislacao](http://www.anac.gov.br/legislacao).

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

PORTARIAS DE 20 DE MARÇO DE 2017

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 954 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Arruda Ramos (MT) (código OACI: SNUD) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.513214/2017-43. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Nº 957 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda São Miguel (RS) (código OACI: SNEI) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.155617/2014-11. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço [www.anac.gov.br/legislacao](http://www.anac.gov.br/legislacao).

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

PORTARIAS DE 21 DE MARÇO DE 2017

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 06 de julho de 2015, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 969 - Inscreve o aeródromo privado Vazante (MG) (código OACI: SSAT) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.172739/2014-71. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Nº 970 - Inscreve o aeródromo privado Fazenda Dona Chica (RS) (código OACI: SIID) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.027631/2015-14. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço [www.anac.gov.br/legislacao](http://www.anac.gov.br/legislacao).

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

PORTARIA Nº 1.028, DE 27 DE MARÇO DE 2017

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 06 de julho de 2015, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, considerando o que consta do processo nº 60800.156271/2011-96, resolve:

Inscrever o aeródromo privado Fazenda Jacuí (RS) (código OACI: SSRJ) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço [www.anac.gov.br/legislacao](http://www.anac.gov.br/legislacao).

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

PORTARIA Nº 1.116, DE 28 DE MARÇO DE 2017

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 06 de julho de 2015, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, considerando o que consta do processo nº 00058.507840/2017-90, resolve:

Altera a inscrição do aeródromo privado Fazenda Água Limpa (AC) (código OACI: SDNQ) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 5 de outubro de 2021. Fica revogada a Portaria nº 1912/SIA, de 4 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 5 de outubro de 2011, Seção 1, Página 4.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço [www.anac.gov.br/legislacao](http://www.anac.gov.br/legislacao).

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

RETIFICAÇÃO

Nos arts. 1º e 2º da Portaria nº 1826/SPO, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 14 de julho de 2015, Seção 1, página 22, onde se lê: "...suspender cautelarmente, a pedido, o curso teórico e prático de Comissário de Voo ...", leia-se: "...revogar, a pedido, a homologação do curso teórico e prático de Comissário de Voo...".

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO  
DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 1.005, DE 23 DE MARÇO DE 2017

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, aprovado pela Portaria nº 212, de 19 de janeiro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.103718/2016-78, resolve:

Art. 1º Aprovar a mudança de endereço da AERONOVA ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA - ME da Rua Luiz Gama nº 259, Zona 01, Maringá - PR, CEP: 87013-320 para a Rua Santos Dumont, nº 1992, Zona 3, Maringá - PR, CEP: 87050-100.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 1.008, DE 24 DE MARÇO DE 2017

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, aprovado pela Portaria nº 212, de 19 de janeiro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.506979/2016-46, resolve:

Art. 1º Autorizar a mudança de endereço da SKY ANGELS ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA - Filial Ribeirão Preto da Rua Altino Arantes nº 1020, Jardim Sumaré, em Ribeirão Preto-SP, CEP 14025-030, para a Avenida Nove de Julho nº 54, Jardim Sumaré, em Ribeirão Preto-SP, CEP 14025-000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 1.027, DE 27 DE MARÇO DE 2017

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, aprovado pela Portaria nº 212, de 19 de janeiro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.075128/2016-48, resolve:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, a homologação dos cursos teóricos e práticos de Piloto Privado Avião (PP-A) e Instrutor de Voo Avião (INV-A) do AERoclube Varginha, situado à Rua José Ribeiro Tristão, s/nº - Bairro: Aeroporto, em Varginha - MG, CEP: 37002-970.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 1.162, DE 31 DE MARÇO DE 2017

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, aprovado pela Portaria nº 212, de 19 de janeiro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.515185/2016-73, resolve:

Art. 1º Revogar a autorização de funcionamento e da homologação dos cursos práticos de Piloto Privado de Avião - PPA, Piloto Comercial de Avião - PCA, Instrutor de Voo Avião - INVA e Voo por Instrumentos - IFR da PRONAV ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL, situada à Rua das Margaridas, nº 100 - Novo Horizonte, em Juiz de Fora - MG, CEP: 36038-430.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

GERÊNCIA-GERAL DE OPERAÇÕES  
DE TRANSPORTE AÉREO  
GERÊNCIA TÉCNICA DE ARTIGOS PERIGOSOS

PORTARIA Nº 1.178, DE 3 DE ABRIL DE 2017

O GERENTE TÉCNICO DE ARTIGOS PERIGOSOS SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, inciso IV, da Portaria nº 3.429/SPO, de 27 de dezembro de 2013, tendo em vista o disposto na seção 175.29 do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 175 (RBAC nº 175) e na Instrução Suplementar nº 175-002, Revisão C (IS nº 175-002C), e considerando o que consta do processo nº 00065.500938/2016-46, resolve:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, o funcionamento como entidade de ensino de artigos perigosos da NORDESTE LINHAS AÉREAS S.A. - em Recuperação Judicial, sob o nome fantasia FAC - FLEX AVIATION CENTER, CNPJ nº 14.259.220/0036-79, com sede no Rio de Janeiro (RJ).

Parágrafo único. As categorias homologadas e os instrutores credenciados para ministrar os cursos de artigos perigosos em nome da entidade estão especificados no respectivo Certificado de Credenciamentos e Homologações de Entidade de Ensino - CHE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO MACEDO RODRIGUES CASCARDO

**AGÊNCIA NACIONAL  
DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS  
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO  
E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS  
UNIDADE REGIONAL DO RIO DE JANEIRO-RJ**

**DESPACHO DO CHEFE**  
Em 23 de fevereiro de 2017

Nº 5 - Processo nº 50301.001632/2015-69. Empresa Penalizada: Sapura Navegação Marítima S.A., CNPJ nº 14.072.869/0001-56. Objeto e Fundamento Legal: aplicar a penalidade de advertência pelo cometimento da infração tipificada no inciso III, do art. 21 da Resolução nº 2.510/ANTAQ, de 19/06/2012.

ALEXANDRE PALMIERI FLORAMBEL

**COMPANHIA DOCAS DO PARÁ**

**RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 3, DE 3 DE ABRIL DE 2017**

O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), no uso de suas atribuições legais, resolve:

I - Homologar a revogação da Concorrência nº 04/2017 (Processo Licitatório nº 3491/2016), que tem como objeto: contratação de empresa para realizar serviços de revisão dos sistemas 01, 02 e 03 e implantação do sistema 04 de Combate à Incêndio do Porto de Belém, por interesse da Administração;

II - Autorizar a abertura de novo processo licitatório, na modalidade Concorrência, para a contratação de empresa para realizar serviços de implantação do sistema 04 de Combate à Incêndio do Porto de Belém, o qual deverá ser instruído pela DIRGEP/GEEN-GE.

PARSIFAL DE JESUS PONTES

**Ministério Público da União**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA-GERAL**

**PORTARIA Nº 486, DE 3 DE ABRIL DE 2017**

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 91, inciso XXI, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993, considerando a necessidade de redistribuição temporária de ofícios no âmbito do Ministério Público do Trabalho, conforme o artigo 12 do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar pelo período de 1 (um) ano o prazo estabelecido na Portaria nº 241, de 12.4.2016, publicada na Seção 1, do Diário Oficial da União de 14.4.2016, que redistribuiu temporariamente os 1º e 2º Ofícios Gerais da Procuradoria do Trabalho no Município de Patos/PB para a Procuradoria do Trabalho no Município de Campina Grande/PB.

RONALDO CURADO FLEURY

**PORTARIA Nº 487, DE 3 DE ABRIL DE 2017**

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 91, inciso XXI, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993, considerando a necessidade de redistribuição temporária de ofícios no âmbito do Ministério Público do Trabalho, conforme o artigo 12 do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar pelo período de 1 (um) ano, o prazo estabelecido na Portaria nº 248, de 12.4.2016, publicada na Seção 1, do Diário Oficial da União de 14.4.2016, que redistribuiu temporariamente os 1º e 2º Ofícios Gerais da Procuradoria do Trabalho no Município de Gurupi/TO para a Procuradoria do Trabalho no Município de Palmas/TO.

RONALDO CURADO FLEURY

**PORTARIA Nº 488, DE 3 DE ABRIL DE 2017**

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 91, inciso XXI, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993, considerando a necessidade de redistribuição temporária de ofícios no âmbito do Ministério Público do Trabalho, conforme o artigo 12 do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar pelo período de 1 (um) ano, o prazo estabelecido na Portaria nº 247, de 12.4.2016, publicada na Seção 1, do Diário Oficial da União de 14.4.2016, que redistribuiu temporariamente o 1º Ofício Geral da Procuradoria do Trabalho no Município de Cáceres/MT para a sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região em Cuiabá/MT.

RONALDO CURADO FLEURY

**PORTARIA Nº 489, DE 3 DE ABRIL DE 2017**

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 91, inciso XXI, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993, considerando a necessidade de redistribuição temporária de ofícios no âmbito do Ministério Público do Trabalho, conforme o artigo 12 do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar pelo período de 1 (um) ano o prazo estabelecido na Portaria nº 246, de 12.4.2016, publicada na Seção 1, do Diário Oficial da União de 14.4.2016, que redistribuiu temporariamente o 1º Ofício Geral da Procuradoria do Trabalho no Município de Limoeiro do Norte/CE para a sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região em Fortaleza/CE.

RONALDO CURADO FLEURY

**PORTARIA Nº 490, DE 3 DE ABRIL DE 2017**

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 91, inciso XXI, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993, considerando a necessidade de redistribuição temporária de ofícios no âmbito do Ministério Público do Trabalho, conforme o artigo 12 do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar pelo período de 1 (um) ano o prazo estabelecido na Portaria nº 245, de 12.4.2016, publicada na Seção 1, do Diário Oficial da União de 14.4.2016, que redistribuiu temporariamente os 1º e 2º Ofícios Gerais da Procuradoria do Trabalho no Município de Itabaiana/SE para a Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região em Aracaju/SE.

RONALDO CURADO FLEURY

**PORTARIA Nº 491, DE 3 DE ABRIL DE 2017**

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 91, inciso XXI, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993, considerando a necessidade de redistribuição temporária de ofícios no âmbito do Ministério Público do Trabalho, conforme o artigo 12 do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar pelo período de 1 (um) ano o prazo estabelecido na Portaria nº 243, de 12.4.2016, publicada na Seção 1, do Diário Oficial da União de 14.4.2016, que redistribuiu temporariamente o 1º Ofício Geral da Procuradoria do Trabalho no Município de Corumbá/MS para a Procuradoria do Trabalho no Município de Sinop/MT e do 2º Ofício Geral da Procuradoria do Trabalho no Município de Sinop/MT para a sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região em Campo Grande/MS.

RONALDO CURADO FLEURY

**PORTARIA Nº 492, DE 3 DE ABRIL DE 2017**

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 91, inciso XXI, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993, considerando a necessidade de redistribuição temporária de ofícios no âmbito do Ministério Público do Trabalho, conforme o artigo 12 do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar pelo período de 1 (um) ano, o prazo estabelecido na Portaria nº 242, de 12.4.2016, publicada na Seção 1, do Diário Oficial da União de 14.4.2016, que redistribuiu temporariamente o 1º Ofício Geral da Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/MT para a Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis/MT e o 2º Ofício Geral da Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/MT para a sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região em Cuiabá/MT.

RONALDO CURADO FLEURY

**PORTARIA Nº 493, DE 3 DE ABRIL DE 2017**

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 91, inciso XXI, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993, considerando a necessidade de redistribuição temporária de ofícios no âmbito do Ministério Público do Trabalho, conforme o artigo 12 do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar pelo período de 1 (um) ano o prazo estabelecido na Portaria nº 240, de 12.4.2016, publicada na Seção 1, do Diário Oficial da União de 14.4.2016, que redistribuiu temporariamente o 1º Ofício Geral da Procuradoria do Trabalho no Município de Bacabal/MA para a sede Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região em São Luís/MA.

RONALDO CURADO FLEURY

**PORTARIA Nº 494, DE 3 DE ABRIL DE 2017**

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 91, inciso XXI, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993, considerando o teor do Ofício nº 30, de 3.3.2017, da Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região, resolve:

Art. 1º Cessar os efeitos da Portaria nº 244, de 12.4.2016, publicada na Seção 1, do Diário Oficial da União de 14.4.2016, que redistribuiu temporariamente o 1º Ofício Geral da Procuradoria do Trabalho no Município de Caicó/RN para a Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região em Natal/RN, retornando as atividades da PTM, dos servidores e das funções de confiança e cargos comissionados.

Art. 2º Delegar ao Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região a adoção das medidas eventualmente necessárias para a operacionalização do retorno das atividades da Procuradoria do Trabalho no Município de Caicó/RN.

RONALDO CURADO FLEURY

**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO  
DA 20ª REGIÃO**

**PORTARIA Nº 175, DE 31 DE MARÇO DE 2017**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Título II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdade regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CF, art. 227);

8. notícia de fato apresentada de ofício pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO/SERGIPE, autuada sob o número 002121.2016.20.000/7, bem como as peças de informação que a acompanham;

9. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES; e, por fim,

10. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127), resolve:

com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de PINHEIRO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA. (CNPJ 04.944.975/0001-29, localizada na Rua D-2, Prq Aruanda, nº 464, Loja 01, Bairro Zona de Expansão - Aruana, Aracaju/SE, CEP 49000-200). Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração.

MÁRIO LUIZ VIEIRA CRUZ

**PORTARIA Nº 176, DE 31 DE MARÇO DE 2017**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);



3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Título II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdade regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CF, art. 227);

8. notícia de fato apresentada de ofício pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO/SERGIPE, autuada sob o número 002140.2016.20.000/4, bem como as peças de informação que a acompanham;

9. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES; e, por fim,

10. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127), resolve:

com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA SESI (DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DE SERGIPE), CNPJ 03.789.474/0001-52. Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração.

MÁRIO LUIZ VIEIRA CRUZ

PORTARIA Nº 177, DE 31 DE MARÇO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Título II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdade regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. a notícia de fato anônima, autuada sob o número 002184.2016.20.000/1, bem como as peças de informação que a acompanham;

8. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a IRREGULARIDADES NO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO; e, por fim,

9. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127), resolve:

com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E CULTURA PIO DÉCIMO LTDA. (CNPJ 13.014.758/0001-20, nome de fantasia FACULDADE PIO DÉCIMO). Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração.

MÁRIO LUIZ VIEIRA CRUZ

PORTARIA Nº 178, DE 31 DE MARÇO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Título II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdade regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. notícia de fato apresentada na PRT20/SE pela UNIÃO - MINISTÉRIO DO TRABALHO - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SERGIPE - SRTE/SE (CNPJ 37.115.367/0001-60), autuada sob o número 002200.2016.20.000/6, bem como as peças de informação que a acompanham;

8. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a IRREGULARIDADES NO RECOLHIMENTO AO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO; e IRREGULARIDADES REMUNERATÓRIAS; e, por fim,

9. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127);

resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de IPANEMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. (CNPJ 00.398.129/0001-08, nome de fantasia ESTOFADOS IPANEMA). Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração.

MÁRIO LUIZ VIEIRA CRUZ

PORTARIA Nº 180, DE 31 DE MARÇO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Título II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdade regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. notícia de fato apresentada na PRT20/SE pela UNIÃO - MINISTÉRIO DO TRABALHO - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SERGIPE - SRTE/SE (CNPJ 37.115.367/0001-60), autuada sob o número 002210.2016.20.000/2, bem como as peças de informação que a acompanham;

8. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a IRREGULARIDADES NO PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS; e, por fim,

9. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127), resolve:

com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de IPANEMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. (CNPJ 00.398.129/0001-08, nome de fantasia ESTOFADOS IPANEMA). Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração.

MÁRIO LUIZ VIEIRA CRUZ

PORTARIA Nº 181, DE 31 DE MARÇO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Título II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdade regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. a notícia de fato anônima, autuada sob o número 002229.2016.20.000/8, bem como as peças de informação que a acompanham;

8. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a IRREGULARIDADES REMUNERATÓRIAS; e, por fim,

9. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127), resolve:

com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO (CNPJ 13.018.171/0001-90). Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração.

MÁRIO LUIZ VIEIRA CRUZ

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR  
CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 426ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2017

Aos quinze dias do mês de março de dois mil e dezessete, na sala de reuniões da CCR/MPM, na Sede da Procuradoria-Geral da Justiça Militar, em Brasília, Setor de Embaixadas Norte, Lote 43, reuniu-se a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar. Presentes os Membros, Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar: Dr. José Garcia de Freitas Júnior (Coordenador), Dra. Anete Vasconcelos de Borborema, Dr. Alexandre Concesi (Membro) e Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza (Suplente). Aberta a Reunião às 15h15. O Coordenador agradeceu a presença de todos.

1.MANIFESTAÇÕES:

|      |           |                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|------|-----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1.1. | Processo: | Procedimento Investigatório Criminal 0000133-48.2016.1105.                                                                                                                                                                                                        |
|      | Origem:   | 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.                                                                                                                                                                                                                  |
|      | Relator:  | Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.                                                                                                                                                                                                                             |
|      | Ementa:   | PIC INSTAURADA PARA APURAR DENÚNCIA DE CORRUPÇÃO NO EXERCÍCIO ENVOLVENDO CONTRATAÇÕES COM A CONSTRUTORA IPR GERENCIADA PELA COMISSÃO REGIONAL E OBRAS DA 1ª REGIÃO MILITAR. Instauração de Inquérito Policial. Perda do objeto. Pela homologação do arquivamento. |
|      | Decisão:  | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                                       |

|      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1.2. | Processo: 11.2016.1701.<br>Origem: PJM Recife - 1º Ofício Geral.<br>Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.<br>Ementa: NOTÍCIA DE FATO. APURAÇÃO DE SUPOSTA PRÁTICA DE AGRESSÃO. TIRO DE GUERRA DE ARAPIRACA. Ausência de indícios de cometimento de crime militar. Pela homologação do arquivamento.<br><br>Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Ementa: NOTÍCIA DE FATO. APURAÇÃO DE SUPOSTA ACUSAÇÃO INFUNDADA A NOTICIANTE PELO COMANDANTE E PROFESSORES DA ESCOLA NAVAL. Pretensão de revolvimento de provas e fatos que são objeto de ação judicial em trâmite na justiça federal. Idêntico objeto de IPM arquivado. Ausência de provas novas. Inexistência de indícios de crime militar. Arquivamento homologado.<br><br>Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento. | 1.17.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | Processo: 2º PJM São Paulo - 2º Ofício Geral.<br>Origem: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.<br>Relator:<br>Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTA PRÁTICA DE MAUS TRATOS CONTRA SOLDADOS DO EXERCITO NO 4º BATALHÃO DE INFANTARIA LEVE. Relato sem informações suficientes para iniciar apuração. Solicitação de complementação. Inércia do noticiante. Falta de elementos que justifiquem continuidade do feito. Pela homologação do arquivamento.<br><br>Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento. |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| 1.3. | Processo: 44.2016.1701.<br>Origem: PJM Recife - 1º Ofício Geral.<br>Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.<br>Ementa: PIC INSTAURADO PARA APURAR INICIALMENTE DENUNCIA DE PRÁTICA DE PREVARICAÇÃO. Sucessivos requerimentos dos representantes com notícias de vários delitos. Manifestação conclusiva do MPM sobre todos os fatos. Pela homologação do arquivamento.<br><br>Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 1.10.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Processo: 6º PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.<br>Origem:<br>Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.<br>Ementa: NOTÍCIA DE FATO. DENÚNCIA ANÔNIMA. USO INDEVIDO DE VIATURA E PERSEGUIÇÕES AO COMANDANTE DO 32º BIL. Suposto envolvimento de Oficial-General. <i>Declínio</i> de atribuições em favor do Procurador-Geral da Justiça Militar. Pelo encaminhamento dos autos.<br><br>Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu pelo <i>declínio</i> de atribuição em favor do Procurador-Geral de Justiça Militar, tendo em vista que a matéria é de sua competência originária.        | 1.18.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Processo: PAVPM 0000078-64.2016.1901.<br>Origem: PJM Campo Grande - 2º Ofício Geral.<br>Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.<br>Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO CARCERÁRIA NA 9ª COMPANHIA DE GUARDA. ATIVIDADE EXTRAJUDICIAL DA PJM EM CAMPO GRANDE/MS. Controle externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação do estabelecimento prisional à legislação vigente destinada aos presos disciplinares e de justiça. No momento da inspeção havia um preso cumprindo prisão disciplinar. Aplicado o formulário de entrevista. Pela homologação do arquivamento.<br><br>Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                               |
| 1.4. | Processo: 1º PJM São Paulo - 1º Ofício Geral.<br>Origem: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.<br>Relator:<br>Ementa: NOTÍCIA DE FATO. POSSÍVEL CRIME DE FALSO TESTEMUNHO PERANTE CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO. PREVISÃO LEGAL DE RETRATAÇÃO DA TESTEMUNHA. Processo de natureza híbrida. Decisão final do STM. Possibilidade de exclusão do delito. Deve-se aguardar a conclusão do feito. Pelo sobrestamento do feito na instância.<br><br>Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu pelo sobrestamento na instância até a conclusão do Conselho de Justificação, no qual ocorreu o possível crime de falso testemunho, para que, na oportunidade atue o membro do MPM como entender de direito, decide também oficial o Comando de Aviação do Exército para que informe ao <i>Parquet</i> Militar quando da conclusão do Conselho de Justificação em questão. | 1.11.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Processo: 0000053-46.2016.1701.<br>Origem: PJM Recife - 3º Ofício Geral.<br>Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.<br>Ementa: NOTÍCIA DE FATO. NOTÍCIA DE PRISÃO DE SUBOFICIAL APÓS TER DENUNCIADO IRREGULARIDADES EM OBRAS NA OM. Grupamento dos fuzileiros navais em Natal/RN. <i>Bis in idem</i> . Idênticos fatos objeto de outro IPM arquivado. Arquivamento homologado.<br><br>Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                         | 1.19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Processo: 0000026-23.2017.1106.<br>Origem: 6º PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.<br>Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.<br>Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR. Comunicação de prisão em flagrante do militar em virtude da suposta prática de abandono de posto (art. 195 do CPM). Ausência de irregularidades. Pela homologação do arquivamento.<br><br>Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                                                                                                                                               |
| 1.5. | Processo: 0000058-53.2016.2102.<br>Origem: 2º PJM Brasília - 2º Ofício Geral.<br>Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.<br>Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SD EX ALEGA PERDA AUDITIVA EM DECORRÊNCIA DE TOQUE DE CORNETA PRÓXIMO AO SEU OUVIDO. PERÍODO DE ADESTRAMENTO BÁSICO NO COLEGIO MILITAR DE BRASÍLIA. Ausência de elementos mínimos para persecução penal. Extenso lapso de tempo entre a suposta conduta e a procura de atendimento médico para tratar a lesão. Análise do nexo de causalidade prejudicada. Pela homologação do arquivamento.<br><br>Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                                                                                                          | 1.12.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Processo: 0000078-21.2016.1301.<br>Origem: PJM Porto Alegre - 2º Ofício Geral.<br>Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.<br>Ementa: NOTÍCIA DE FATO. MILITARES ACUSADOS DE PARTICIPAREM DE SOCIEDADE COMERCIAL. Militares quotistas, porém sem exercerem os cargos e funções vedados pelo art. 29 da lei 6.880 (Estatuto dos Militares). Ausência de ofensa ao Direito Penal Militar. Arquivamento homologado.<br><br>Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                        | 1.20.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Processo: 0000088-16.2016.1301.<br>Origem: PJM Porto Alegre - 2º Ofício Geral.<br>Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.<br>Ementa: CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL. COMUNICAÇÃO DE PRISÃO ORIUNDA DO 3º BATALHÃO DE POLÍCIA DO EXERCITO. Deserção praticada por Paulo Roberto da Silva Fraga Júnior. Inspeção de saúde o considerou incapaz para o serviço do Exército. Liberdade provisória concedida. Homologação do arquivamento.<br><br>Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                                                                                                                                |
| 1.6. | Processo: 0000213-08.2016.1105.<br>Origem: 5º PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.<br>Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.<br>Ementa: NOTÍCIA DE FATO. RELATO DE ABUSO DE AUTORIDADE DO COMANDANTE DA BASE AEREA DO GALEÃO. Ausência de indício de prática de crime militar. Pela homologação do arquivamento.<br><br>Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 1.13.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Processo: 0000004-47.2017.2201.<br>Origem: PJM Manaus - 1º Ofício Geral.<br>Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.<br>Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REMESSA DA SINDICANCIA 21/CINDACTA IV/2016. POSSÍVEL DANO AO ERÁRIO. Divergência entre estoque físico e material escriturado no SISALMOX. Instauração de Inquérito Policial. Pela homologação do arquivamento.<br><br>Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                                         | 1.21.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Processo: 0000012-30.2017.1106.<br>Origem: 6º PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.<br>Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.<br>Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR. Comunicação de prisão em flagrante do militar em virtude da suposta prática de ameaça (art. 223 do CPM). Falta de comunicação à família do preso ou pessoa indicada. O réu preso em flagrante voluntariamente recusou-se a exercer o direito de comunicar a sua família. Não houve descumprimento do art. 5º, inciso LXII, da Constituição Federal. Ausência de irregularidades no ato de prisão em flagrante. Pela homologação do arquivamento.<br><br>Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento. |
| 1.7. | Processo: 0000054-76.2016.1901.<br>Origem: PJM Campo Grande - 1º Ofício Geral.<br>Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.<br>Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTA FRAUDE EM PROCESSO SELETIVO PARA TEMPORÁRIOS LOTADOS NO CMO NA CIDADE DE CAMPO GRANDE/MS. Instauração de Inquérito Policial. Perda do objeto. Pela homologação do arquivamento.<br><br>Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 1.14.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Processo: 0000050-41.2016.1202.<br>Origem: 2º PJM São Paulo - 2º Ofício Geral.<br>Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.<br>Ementa: NOTÍCIA DE FATO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM RELAÇÃO A AVALIAÇÃO DE IDONEIDADE DE ATIRADOR. Fatos analisados em vários feitos instaurados na PJM/SP. Fato novo. Suspensão do certificado de registro. Ausência de requisitos para a concessão de CR. Regular desapostilamento de atividade de atirador. Ausência de indícios de crime militar. Pela homologação do arquivamento.<br><br>Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento. | 1.22.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Processo: 0000028-22.2017.1106.<br>Origem: 6º PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.<br>Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.<br>Ementa: CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL. COMUNICAÇÃO DE PRISÃO ORIUNDA DO 1º BATALHÃO DE GUARDAS. Deserção praticada por Alexsander Carvalhães Leitão. Apresentação voluntária. Ausência de ilegalidade na ação da autoridade da PJM. Fato objeto de IPD em trâmite na 4ª Auditoria da 1ª CJM. Pela homologação do arquivamento.<br><br>Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                                                                                            |
| 1.8. | Processo: 0000024-12.2016.1701.<br>Origem: PJM Recife - 2º Ofício Geral.<br>Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.<br>Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO FORMULADA POR CABO CONTRA MAJOR DO EXERCITO POR SUPOSTA PRÁTICA DE CRIME CONTRA A HONRA E DE AMEAÇA. Ausência de especificação das ofensas verbais e do mal certo e determinado. Não configuração de crime militar. Diligência realizada. Pela homologação do arquivamento.<br><br>Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 1.15.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Processo: 0000065-85.2016.1201.<br>Origem: 1º PJM São Paulo - 3º Ofício Geral.<br>Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.<br>Ementa: NOTÍCIA DE FATO. POSSÍVEL PRÁTICA DE USO INDEVIDO DE UNIFORME, DISTINTIVO OU INSIGNIA MILITAR POR QUALQUER PESSOA. Programa na Rede Globo de televisão. Decurso do tempo e ausência de elementos de prova suficientes a justificar continuidade do feito. Pela homologação do arquivamento.<br><br>Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                       | 1.23.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Processo: 0000031-69.2017.1106.<br>Origem: 6º PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.<br>Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.<br>Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. COMUNICAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DO DESSERTOR SD-FN JOAO MOREIRA DE CARVALHO NETTO. IPD autuado e distribuído ao Juízo da 3ª Auditoria da 1ª CJM/RJ. Judicializado. Perda do objeto. Pela homologação do arquivamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| 1.9. | Processo: 0000192-67.2016.1105.<br>Origem: 5º PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.<br>Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 1.16.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Processo: 0000243-87.2016.1106.<br>Origem: 6º PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.<br>Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.<br>Ementa: NOTÍCIA DE FATO. DENÚNCIA DE INADEQUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL PARA CUMPRIMENTO DE REGIME ABERTO. Grupamento de Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro. Posterior inspeção do MPM. Objeto de outra Notícia de Fato. Recomendações atendidas. Perda do objeto. Pela homologação do arquivamento.<br><br>Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |



|       |           |                                                                                                                                                                                                              |                 |                                                                                                                                                                                                                                                       |                 |                                                                                                                                                                                                                                                   |
|-------|-----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|       | Decisão:  | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                  | 1.29. Processo: | Procedimento Investigatório Criminal 0000046-53.2016.2201.                                                                                                                                                                                            | Ementa:         | NOTÍCIA DE FATO. EXÉRCITO BRASILEIRO. SINDICÂNCIA QUE INVESTIGOU O EXTRAVIO DE 5.797 LITROS DE ÓLEO DIESEL, SOBRA DE COMBUSTÍVEL UTILIZADO NA                                                                                                     |
| 1.24. | Processo: | Inquérito Policial Militar 171-36.2016.7.12.0012.                                                                                                                                                            | Origem:         | PJM Manaus - 2º Ofício Geral.                                                                                                                                                                                                                         |                 | OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO. Instalação de IPM requisitado pelo <i>Parquet</i> Castrense para apurar os fatos. Perda de objeto do procedimento. Arquivamento.                                                                                          |
|       | Origem:   | Auditoria da 12ª CJM.                                                                                                                                                                                        | Relator:        | Dr. José Garcia de Freitas Júnior.                                                                                                                                                                                                                    | Decisão:        | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                      |
|       | Ementa:   | IPM ENCAMINHADO PELO JUIZ-AUDITOR DA AUDITORIA DA 12ª CJM POR NÃO CONCORDAR COM REQUERIMENTO DO MPM DE ARQUIVAMENTO DO FEITO. No caso,                                                                       |                 |                                                                                                                                                                                                                                                       | 1.36. Processo: | Notícia de Fato (PI) 0000202-62.2016.1105.                                                                                                                                                                                                        |
|       |           | configurada a materialidade e autoria do crime a instauração da competente ação penal militar se impõe. Pela designação de outro Membro do MPM para oferecimento da denúncia, afastando-se o arquivamento.   | Decisão:        | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                           | Origem:         | 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.                                                                                                                                                                                                  |
|       | Decisão:  | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, deixou de confirmar o arquivamento e decidiu pela designação de outro Membro do MPM para oferecer denúncia.                        | 1.30. Processo: | Procedimento Investigatório Criminal 0000101-64.2016.1105.                                                                                                                                                                                            | Relator:        | Dr. Alexandre Concesi.                                                                                                                                                                                                                            |
|       |           |                                                                                                                                                                                                              | Origem:         | 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.                                                                                                                                                                                                      | Ementa:         | NOTÍCIA DE FATO. PEDIDO DE REABERTURA DE PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. INEXISTÊNCIA DE NOVOS ELEMENTOS. ARQUIVAMENTO. Notícia de Fato                                                                                                     |
| 1.25. | Processo: | Inquérito Policial Militar 4-73.2017.7.02.0202.                                                                                                                                                              | Relatora:       | Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.                                                                                                                                                                                                                  |                 | registrada no Sistema de Atendimento ao Cidadão do MPM, referente à reabertura de PIC arquivado, sob a alegação do surgimento de novas provas. Inexistência de novos elementos. Pela homologação do arquivamento.                                 |
|       | Origem:   | 2ª Auditoria da 2ª CJM.                                                                                                                                                                                      | Ementa:         | PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. MARINHA DO BRASIL. REPRESENTAÇÃO PROMOVIDA POR EX MILITAR. SUPOSTA DEMORA NO PAGAMENTO DE VERBAS                                                                                                                | Decisão:        | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                       |
|       | Relator:  | Dr. Alexandre Concesi.                                                                                                                                                                                       |                 | RESCISÓRIAS. Diligências. Falhas Administrativas. Demora do representante em provocar a Administração Militar. Inércia recíproca. Administrativo. Inexistência de repercussão penal.                                                                  | 1.37. Processo: | Notícia de Fato (PI) 0000006-58.2017.2100.                                                                                                                                                                                                        |
|       | Ementa:   | INQUÉRITO POLICIAL MILITAR. CAPTAÇÃO DE IMAGENS ÍNTIMAS COM CELULAR. MILITAR CONTRA MILITAR. VIOLAÇÃO DE RECATO. PRESENÇA DE INDÍCIOS SUFICIENTES                                                            | Decisão:        | Arquivamento na instância homologado.                                                                                                                                                                                                                 | Origem:         | 1ª PJM Brasília - 3º Ofício Geral.                                                                                                                                                                                                                |
|       |           | DE AUTORIA E MATERIALIDADE. OBRIGATORIEDADE DA AÇÃO PENAL. Inquérito Policial Militar instaurado para apurar a suposta prática de crime militar consistente na captação de imagens íntimas                   |                 | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                          | Relator:        | Dr. José Garcia de Freitas Júnior.                                                                                                                                                                                                                |
|       |           | de graduada por outro militar, enquanto aquela tomava banho em banheiro localizado em OM. Imagens gravadas em aparelho celular. Posterior exibição do conteúdo para outros militares. IPM arquivado.         | 1.31. Processo: | Procedimento Investigatório Criminal 0000272-54.2015.1105.                                                                                                                                                                                            | Ementa:         | NOTÍCIA DE FATO. COMUNICAÇÃO POR E-MAIL SOBRE ATIVIDADES INSALUBRES EXERCIDAS POR MECÂNICO DE AVIAÇÃO DE CAÇA SEM O RECEBIMENTO DE ADICIONAL                                                                                                      |
|       |           | Divergência da Auditoria Militar. Presença de indícios suficientes de autoria e materialidade para a propositura da Ação Penal pelo crime previsto no art. 229 do CPM. Pela remessa dos autos ao Procurador- | Origem:         | 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.                                                                                                                                                                                                      |                 | POR INSALUBRIDADE. Matéria restrita à análise administrativa. Ausência de indícios de crime militar. Arquivamento homologado.                                                                                                                     |
|       |           | Geral de Justiça Militar para que decida sobre a designação de outro Membro para oferecimento da denúncia.                                                                                                   | Relator:        | Dr. José Garcia de Freitas Júnior.                                                                                                                                                                                                                    | Decisão:        | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                       |
|       | Decisão:  | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, deixou de confirmar o arquivamento e decidiu pela designação de outro Membro do MPM para oferecer denúncia.                        | Ementa:         | PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL. DENUNCIA SOBRE SUPOSTAS IRREGULARIDADES NAS CONDUTAS PRATICADAS NO ÂMBITO DE SINDICÂNCIA INSTAURADA                                                                                                            | 1.38. Processo: | Notícia de Fato (PI) 0000036-76.2016.2001.                                                                                                                                                                                                        |
|       |           |                                                                                                                                                                                                              |                 | CONTRA O DENUNCIANTE. Após análise do caso, o MPM na origem concluiu pela ausência das irregularidades mencionadas pelo denunciante. Inexistência de indicio de crime militar. Arquivamento homologação.                                              | Origem:         | PJM Fortaleza - 3º Ofício Geral.                                                                                                                                                                                                                  |
|       |           |                                                                                                                                                                                                              | Decisão:        | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                           | Relatora:       | Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.                                                                                                                                                                                                              |
| 1.26. | Processo: | Autos de Prisão em Flagrante 110-39.2016.7.03.0203.                                                                                                                                                          | 1.32. Processo: | Procedimento Investigatório Criminal 0000029-03.2016.1202.                                                                                                                                                                                            | Ementa:         | NOTÍCIA DE FATO. EXÉRCITO BRASILEIRO. REPRESENTAÇÃO NOTICIANDO SUPOSTA PUNIÇÃO IRREGULAR APLICADA SOMENTE AOS SOLDADOS QUE SERVEEM NO 10º DSUP.                                                                                                   |
|       | Origem:   | 2ª Auditoria da 3ª CJM.                                                                                                                                                                                      | Origem:         | 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.                                                                                                                                                                                                      |                 | DO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR, EM FACE DO DESAPARECIMENTO, DE UMA CARTEIRA QUE CONTINHA CEDULAS. Instauração de IPM requisitado pelo <i>Parquet</i>                                                                                            |
|       | Relator:  | Dr. José Garcia de Freitas Júnior.                                                                                                                                                                           | Relatora:       | Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.                                                                                                                                                                                                                  | Decisão:        | Castrense para apurar os fatos. Perda de objeto do procedimento. Arquivamento.                                                                                                                                                                    |
|       | Ementa:   | APF ENCAMINHADO PELO JUIZ-AUDITOR DA 2ª AUDITORIA DA 3ª CJM POR NÃO CONCORDAR COM O REQUERIMENTO DE ARQUIVAMENTO DO FEITO PELO MPM. No caso,                                                                 | Ementa:         | PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. AERONÁUTICA. SUPOSTAS IRREGULARIDADES PRATICADAS EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PRATICADO NO EXTERIOR. Alienação de                                                                                                | 1.39. Processo: | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                      |
|       |           | configurada a materialidade e autoria do crime a instauração da competente Ação Penal Militar se impõe. Pela designação de outro Membro do MPM para oferecimento da denúncia, afastando-se o arquivamento.   |                 | bens móveis por modalidade licitatória incompatível com a legislação específica. Fato ocorrido no exterior. <i>Declínio</i> de Atribuição para a PJM/Brasília. <i>Declínio</i> homologado.                                                            | Origem:         | Notícia de Fato (PI) 0000043-51.2016.1701.                                                                                                                                                                                                        |
|       | Decisão:  | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator deixou de confirmar o arquivamento e decidiu pela designação de outro Membro do MPM para oferecer denúncia.                         | Decisão:        | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o <i>declínio</i> de atribuição em favor da PJM Brasília.                                                                                                | Relator:        | PJM Recife- 2º Ofício Geral.                                                                                                                                                                                                                      |
|       |           |                                                                                                                                                                                                              |                 |                                                                                                                                                                                                                                                       | Ementa:         | Dr. Alexandre Concesi.                                                                                                                                                                                                                            |
| 1.27. | Processo: | Autos de Prisão em Flagrante 245-90.2016.7.12.0012.                                                                                                                                                          | 1.33. Processo: | Notícia de Fato (PI) 0000054-94.2016.1701.                                                                                                                                                                                                            |                 | NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTA PRÁTICA DE FURTO QUALIFICAÇÃO. INSTAURAÇÃO DE IPM. PERDA DO OBJETO. ARQUIVAMENTO. Notícia de Fato instaurada a partir de sindicância                                                                                     |
|       | Origem:   | Auditoria da 12ª CJM.                                                                                                                                                                                        | Origem:         | PJM Recife - 3º Ofício Geral.                                                                                                                                                                                                                         | Decisão:        | processada pelo 7º Batalhão de Engenharia e Combate, na qual foi apurada a ocorrência de furto qualificado, em concurso de agentes, no âmbito daquela organização militar. Instauração de IPM. Perda do objeto. Pela homologação do arquivamento. |
|       | Relatora: | Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.                                                                                                                                                                         | Relator:        | Dr. Alexandre Concesi.                                                                                                                                                                                                                                | 1.40. Processo: | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                       |
|       | Ementa:   | AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO REQUERIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR REFERENTE AOS MILITARES. ÓBITO DE                                                                     | Ementa:         | NOTÍCIA DE FATO APRESENTADA PERANTE O MPF. DENUNCIA ANÔNIMA. SUPOSTA PRÁTICA DE CRIME MILITAR. <i>DECLÍNIO</i> DE ATRIBUIÇÃO. ESCLARECIMENTOS DA                                                                                                      | Origem:         | Notícia de Fato (PI) 0000008-32.2017.1106.                                                                                                                                                                                                        |
|       |           | CIVIL EM CONFRONTO COM MILITARES DO EXÉRCITO BRASILEIRO. Legítima defesa e estrito cumprimento do dever legal. Atipicidade. Arquivamento parcial. Discordância pelo juízo <i>a quo</i> .                     |                 | AUTORIDADE MILITAR. Ausência de elementos mínimos para a investigação. Notícia anônima apresentada perante o Ministério Público Federal acerca da possível prática de crimes militares pelo Comandante                                                | Relator:        | 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.                                                                                                                                                                                                  |
|       |           | Ausência de requerimento formal de arquivamento em relação a investigado não indiciado. Remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça Militar.                                                            | Decisão:        | do 72º Batalhão de Infantaria Motorizado. <i>Declínio</i> de Atribuição em favor do <i>Parquet</i> Castrense. Esclarecimentos prestados pela autoridade militar demonstram a ausência de indícios de crime militar. Pela homologação do arquivamento. | Ementa:         | Dr. José Garcia de Freitas Júnior.                                                                                                                                                                                                                |
|       | Decisão:  | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu pela designação de outro Membro do MPM para tomar as providências cabíveis e requerer a extinção da punibilidade, bem     |                 | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                           |                 | NOTÍCIA DE FATO. NOTICIANTE EM RELATO ABSTRUSO AFIRMA SER JUIZ FEDERAL E EMPRESÁRIO, VÍTIMA DE PERSEGUIÇÃO POR SUA GENITORA E IRMÃ QUE, INCLUSIVE, JA TENTARAM                                                                                    |
|       |           | como requerer o arquivamento do feito no tocante a conduta do agente agressor que veio a óbito logo depois dos fatos, extinguindo desse modo todo o feito.                                                   | 1.34. Processo: | Notícia de Fato (PI) 0000115-54.2016.1106.                                                                                                                                                                                                            | Decisão:        | INTERNA-LO COMO DOENTE MENTAL. A confusa narrativa não define qualquer tipo penal castrense. Arquivamento homologado.                                                                                                                             |
|       |           |                                                                                                                                                                                                              | Origem:         | 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.                                                                                                                                                                                                      | 1.41. Processo: | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                       |
|       |           |                                                                                                                                                                                                              | Relator:        | Dr. José Garcia de Freitas Júnior.                                                                                                                                                                                                                    | Relatora:       | Notícia de Fato (PI) 0000066-70.2016.1901.                                                                                                                                                                                                        |
| 1.28. | Processo: | Procedimento Investigatório Criminal 0000042-72.2015.1105.                                                                                                                                                   | Ementa:         | NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTAS PERSEGUIÇÕES SOFRIDAS POR 1º SGT EB. NO PERÍODO DE TRATAMENTO DE SAÚDE COMO SINDICÂNCIA REABERTA INDEVIDAMENTE E                                                                                                            | Ementa:         | PJM Campo Grande- 2º Ofício Geral.                                                                                                                                                                                                                |
|       | Origem:   | 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.                                                                                                                                                             |                 | APLICAÇÃO INFUNDADA DE SANÇÕES DISCIPLINARES. Instado a se manifestar, o Comandante da AMAN esclareceu os fatos. Inexistência da aludida perseguição. Arquivamento homologado.                                                                        |                 | Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.                                                                                                                                                                                                              |
|       | Relator:  | Dr. Alexandre Concesi.                                                                                                                                                                                       | Decisão:        | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                           |                 | NOTÍCIA DE FATO. AERONÁUTICA. SUPOSTO FURTO DE MUNICÃO CALIBRE 50POL DA SEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO MILITAR PRATICADO POR CABO DA AERONÁUTICA.                                                                                                           |
|       | Ementa:   | PIC. SUPPOSTOS DESVIOS DE BENS E FAVORECIMENTO A EMPRESAS. AUSÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES. ARQUIVAMENTO. Os elementos de convicção colhidos na                                                    |                 |                                                                                                                                                                                                                                                       | Decisão:        | Diligências. Unidade responsável pela cautela de material bélico diversa da cidadã na representação. Denúncia não confirmada. Arquivamento na instância homologado.                                                                               |
|       |           | investigação demonstraram a ausência de verossimilhança das alegações e a inexistência de indícios de crime militar. Pela homologação do arquivamento.                                                       | 1.35. Processo: | Notícia de Fato (PI) 0000106-95.2015.1701.                                                                                                                                                                                                            | 1.42. Processo: | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                      |
|       | Decisão:  | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                  | Origem:         | PJM Recife - 1º Ofício Geral.                                                                                                                                                                                                                         | Origem:         | Notícia de Fato (PI) 0000006-39.2017.1201.                                                                                                                                                                                                        |
|       |           |                                                                                                                                                                                                              | Relatora:       | Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.                                                                                                                                                                                                                  | Relator:        | 1ª PJM São Paulo - 2º Ofício Geral.                                                                                                                                                                                                               |
|       |           |                                                                                                                                                                                                              |                 |                                                                                                                                                                                                                                                       | Ementa:         | Dr. Alexandre Concesi.                                                                                                                                                                                                                            |
|       |           |                                                                                                                                                                                                              |                 |                                                                                                                                                                                                                                                       |                 | NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTAS AGRESSÕES FÍSICAS COMETIDAS POR POLICIAIS MILITARES CONTRA CIVIL. MATÉRIA ESTRANHA AS ATRIBUIÇÕES DO MPM. ARQUIVAMENTO. Notícia de                                                                                      |

|       |           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |       |           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|-------|-----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|       | Decisão:  | Fato instaurada a partir de registro realizado no Serviço de Atendimento ao Cidadão do MPM para a apuração de supostas agressões físicas cometidas por policiais militares contra civil. Matéria estranha às atribuições do MPM. Pela homologação do arquivamento. A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                      |       | Decisão:  | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| 1.43. | Processo: | Procedimento Administrativo 0000110-05.2016.1301.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 1.49. | Processo: | Procedimento Administrativo 0000002-32.2017.1301.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|       | Origem:   | PJM Porto Alegre - 2º Ofício Geral.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |       | Origem:   | PJM Porto Alegre - 2º Ofício Geral.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|       | Relatora: | Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |       | Relator:  | Dr. Alexandre Concesi.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|       | Ementa:   | PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. EXERCITO BRASILEIRO. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR. AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE. Militar. Recusa de obediência. Adotados com Correção os Procedimentos legais atinentes à lavratura do APF e à remessa dos autos ao juízo militar. Autuação na 1ª Auditoria da 3ª CJM. Arquivamento homologado.                                                                                                                          |       | Ementa:   | PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR. Comunicação de prisão de desertor, após apresentação voluntária e recolhimento ao 3º Batalhão de Polícia do Exército, situado em Porto Alegre/RS. IPD regularmente instruída. Procedimento sem máculas. Arquivamento homologado.                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|       | Decisão:  | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |       | Decisão:  | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| 1.44. | Processo: | Procedimento Administrativo - PAVPM 0000002-75.2017.1901.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 1.50. | Processo: | Procedimento Administrativo 0000245-89.2016.1105.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|       | Origem:   | PJM Campo Grande - 3º Ofício Geral.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |       | Origem:   | 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|       | Relator:  | Dra. Alexandre Concesi.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |       | Relatora: | Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|       | Ementa:   | PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXERCITO. INSPEÇÃO CARCERÁRIA REALIZADA NO 3º BATALHÃO DE AVIAÇÃO DO EXÉRCITO, SITUADO EM CAMPO GRANDE/MS. Controle externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar. Instalações carcerárias adequadas e observância das cautelas relativas à integridade física dos presos. Pela homologação do arquivamento.                                                                      |       | Ementa:   | PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. COMUNICAÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR DA PRISÃO DE MILITAR DO EXERCITO QUE ESTAVA NA CONDIÇÃO DE DESERTOR, APOS APRESENTAÇÃO VOLUNTÁRIA, NOS TERMOS DO ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR 75/93. Controle externo da atividade de Polícia Judiciária Militar. Adotados com correção os procedimentos legais atinentes às prisões em casos de deserção. Instrução Provisória de Deserção em trâmite junto à 3ª Auditoria da 1ª CJM. Parquet militar na instância requereu o arquivamento do feito judicial. Ausência de razão para a continuidade do procedimento. Arquivamento homologado. |
|       | Decisão:  | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |       | Decisão:  | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| 1.45. | Processo: | Procedimento Administrativo 0000026-26.2017.1105.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 1.51. | Processo: | Procedimento Administrativo 0000014-29.2017.1106.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|       | Origem:   | 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |       | Origem:   | 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|       | Relatora: | Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |       | Relator:  | Dr. Alexandre Concesi.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|       | Ementa:   | PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. EXERCITO BRASILEIRO. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR. AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE. Militar. Delitos de furto e de tráfico, uso ou posse de entorpecente em local sujeito à administração militar. Adotados com correção os procedimentos legais atinentes à lavratura do APF e à remessa dos autos ao Juízo Castrense. Autuação na 3ª Auditoria da 1ª CJM. Arquivamento homologado.                                        |       | Ementa:   | PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR. Comunicação de prisão de desertor, após prisão em flagrante delito pela prática de crimes comuns e recolhimento ao Presídio da Marinha. IPD regularmente instruída. Procedimento sem máculas. Pela homologação do arquivamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|       | Decisão:  | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |       | Decisão:  | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| 1.46. | Processo: | Procedimento Administrativo 0000297-63.2016.1105.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 1.52. | Processo: | Procedimento Administrativo 0000030-24.2017.1105.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|       | Origem:   | 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |       | Origem:   | 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|       | Relator:  | Dr. Alexandre Concesi.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |       | Relatora: | Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|       | Ementa:   | PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR. Comunicação de prisão de desertor, após apresentação voluntária e recolhimento à prisão do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro. IPD regularmente instruída. Procedimento sem máculas. Pela homologação do arquivamento.                                                                                                                                         |       | Ementa:   | PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. COMUNICAÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR DA PRISÃO DE MILITAR DO EXERCITO QUE ESTAVA NA CONDIÇÃO DE DESERTOR, APOS CAPTURA, NOS TERMOS DO ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR 75/93. Controle externo da atividade de Polícia Judiciária Militar. Adotados com correção os procedimentos legais atinentes às prisões em casos de deserção. Instrução provisória de deserção em trâmite junto à 1ª Auditoria da 3ª CJM. Ausência de razão para a continuidade do procedimento. Arquivamento homologado.                                                                                         |
|       | Decisão:  | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |       | Decisão:  | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| 1.47. | Processo: | Procedimento Administrativo 0000019-78.2017.1105.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 1.53. | Processo: | Procedimento Administrativo 0000027-74.2017.1105.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|       | Origem:   | 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |       | Origem:   | 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|       | Relator:  | Dr. José Garcia de Freitas Júnior.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |       | Relator:  | Dr. Alexandre Concesi.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|       | Ementa:   | PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSTRUÇÃO PROVISÓRIA DE DESERÇÃO. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE. JUDICIALIZAÇÃO. ARQUIVAMENTO NA INSTÂNCIA. Homologa-se o arquivamento do Procedimento Administrativo de comunicação de Instrução Provisória de Deserção na ausência de irregularidade.                                                                                                                                                                                                   |       | Ementa:   | PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR. Comunicação de prisão de militar da Aeronáutica em flagrante delito, pela prática,                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|       | Decisão:  | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |       | Decisão:  | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| 1.48. | Processo: | Procedimento Administrativo 0000200-63.2016.1105.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 1.54. | Processo: | Procedimento Administrativo 0000017-79.2017.1105.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|       | Origem:   | 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |       | Origem:   | 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|       | Relatora: | Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |       | Relatora: | Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|       | Ementa:   | PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. EXERCITO BRASILEIRO. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR. CIVIL SUPOSTA PRÁTICA DE DESACATO A MILITARES DA TROPA EMPREGADA NO POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS OPERAÇÕES DE SEGURANÇA DOS JOGOS OLÍMPICOS RIO 2016. Não configuração de Flagrância delitiva após a colheita de depoimentos. Liberação do civil. Instaurado IPM para apurar os fatos. Ausência de razão para a continuidade do procedimento. Arquivamento homologado. |       | Ementa:   | PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. REMESSA AO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR DE DOCUMENTOS REFERENTES A IPD DE EX-MILITAR DO EXERCITO BRASILEIRO. Adotados com correção os procedimentos legais atinentes aos delitos de deserção. Instrução provisória de deserção em trâmite junto à 2ª Auditoria da 1ª CJM. Parquet militar na instância requereu o arquivamento do feito judicial. Ausência de razão para a continuidade do procedimento. Arquivamento homologado.                                                                                                                                                         |
|       | Decisão:  | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |       | Decisão:  | A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |



Nada mais havendo a tratar, o Senhor Coordenador, Dr. José Garcia de Freitas Júnior, declarou finda a reunião às 17h30. Para constar, eu, Renata Rabello Peixoto Cruz, lavrei esta Ata, a qual será assinada por ele e por mim.

JOSÉ GARCIA DE FREITAS JÚNIOR  
Subprocurador-Geral da Justiça Militar  
Coordenador da CCR/MPM

RENATA RABELLO PEIXOTO CRUZ  
Secretária

CORREGEDORIA-GERAL

PORTARIA Nº 4, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 137 c/c o artigo 139, I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; no artigo 4º, inciso III, da Resolução nº 90, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Superior do Ministério Público Militar; e na Resolução nº 149, de 26 de julho de 2016, do Conselho Nacional do Ministério Público; e em conformidade com o Plano de Correições Ordinárias - 2017, resolve:

I - Determinar a promoção de Correição Ordinária na 1ª Procuradoria da Justiça Militar em São Paulo, no período de 17 a 20 de abril de 2017;

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GIOVANNI RATTACASO

Tribunal de Contas da União

1ª CÂMARA

ATA Nº 9, DE 28 DE MARÇO DE 2017

(Sessão Ordinária )

Presidente: Ministro Benjamin Zymler  
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado  
Subsecretário das Câmaras: TEFC Paulo Morum Xavier

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros Bruno Dantas e Vital do Rêgo; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, convocado para substituir o Ministro Walton Alencar Rodrigues, e Weder de Oliveira; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

Ausente, em missão oficial, o Ministro Walton Alencar Rodrigues.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata nº 8, referente à sessão realizada em 21 de março de 2017.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 1770 a 1833.

RELAÇÃO Nº 9/2017 - 1ª Câmara  
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 1770/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.221/2016-3 (APOSENTADORIA)
  - 1.1. Interessado: Rogério Vieira de Carvalho (256.756.647-34)
  - 1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
  - 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
  - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
  - 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
  - 1.6. Representação legal: não há.
  - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1771/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se esgotaram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.290/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
  - 1.1. Interessado: Marcos Maciel de Almeida (765.928.391-04)
  - 1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores (vinculador)
  - 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
  - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
  - 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
  - 1.6. Representação legal: não há.
  - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1772/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se esgotaram antes de seu processamento pela Corte, em face da perda da qualidade de beneficiário da interessada, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado pela perda do objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.964/2013-6 (PENSÃO CIVIL)
  - 1.1. Interessado: Gloria Helena dos Santos Silva (384.540.507-44)
  - 1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde de no Estado do Rio de Janeiro
  - 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
  - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
  - 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
  - 1.6. Representação legal: não há.
  - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1773/2017 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o valor dos débitos atualizados monetariamente dos presentes autos é inferior a R\$ 100.000,00, quantia fixada no art. 6º, inciso I, da Instrução Normativa 71/2012, e que ainda não há citação válida;

Considerando que o art. 19 do mesmo normativo disciplinou que "*Aplicam-se as disposições constantes do art. 6º desta Instrução Normativa às tomadas de contas especiais, ainda pendentes de citação válida, que se encontram em tramitação no Tribunal de Contas da União.*";

Considerando a anuência do Ministério Público junto ao TCU com a proposta da unidade técnica de arquivar o processo por economia processual;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 93 da Lei 8.443/1992, 143, inciso V, letra "a", e 213 do Regimento Interno do TCU, e nos artigos 6º, inciso I e § 2º, e 19 da IN TCU 71/2012, em determinar o arquivamento do presente processo, bem como dar ciência desta deliberação ao órgão instaurador da TCE e aos responsáveis, encaminhando-lhes cópia das peças 7 a 9 destes autos:

1. Processo TC-000.207/2016-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
  - 1.1. Responsável: José Cláudio Pol (494.324.789-04)
  - 1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
  - 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
  - 1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
  - 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR).
  - 1.6. Representação legal: não há.
  - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
    - 1.7.1. dar ciência ao órgão/entidade que o arquivamento dos presentes autos não exime a autoridade administrativa de adotar outras medidas administrativas ao seu alcance ou requerer ao órgão jurídico pertinente as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vistas à obtenção do ressarcimento do débito apurado, inclusive o protesto, se for o caso (§ 2º do art. 6º da IN TCU 71/2012).

ACÓRDÃO Nº 1774/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea 'a', e 218 do Regimento Interno do TCU em:

1. Processo TC-030.215/2010-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
  - 1.1. Responsável: Herbert Brandão Lago (050.066.513-34)
  - 1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do

Piauí

- 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
- 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
  - 1.7.1. expedir quitação ao sr. Herbert Brandão Lago, relativamente à multa a ele aplicada mediante o Acórdão 3.804/2012 - 2ª Câmara, ante o recolhimento integral do valor dessa penalidade.
  - 1.7.2. dar ciência ao responsável do teor deste acórdão;

RELAÇÃO Nº 8/2017 - 1ª Câmara  
Relator - Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 1775/2017 - TCU - 1ª Câmara

Considerando o liame entre os contratos de estágio realizados pelos alunos dos cursos de história e arqueologia, objeto da presente representação, e o Contrato PP-046/2010, pois os recursos para pagamento dos estágios foram provenientes do contrato firmado ente DNIT e RIOMAR;

Considerando que se encontra pendente de instrução de mérito o TC-024.191/2014-0, que trata de representação apresentada pela reitoria da UNIR (processo administrativo 23118.000897/2012-00), noticiando possíveis irregularidades no Contrato PP-46/2010;

Considerando que não sobressaem os requisitos de risco, materialidade e relevância que justifiquem o prosseguimento do processo neste Tribunal, muito embora a unidade instrutora tenha sido silente quanto ao exame sumário, com inobservância da Resolução TCU 259/2014;

Considerando, finalmente, os princípios da economia processual e da racionalidade.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, parágrafo único, e art. 237, todos do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para adotar as medidas a seguir; dar ciência desta deliberação à Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região (MPT/RO) e ao representante, com cópia da instrução (peça 29); e em apensar definitivamente os presentes autos ao TC-024.191/2014-0, nos termos do art. 36 da Resolução-TCU 259/2014, considerada a relação de conexão estabelecida entre os dois processos no que diz respeito às ocorrências relativas ao Contrato PP-046/2010, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.613/2013-5 (REPRESENTAÇÃO)
  - 1.1. Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (04.801.221/0001-10)
  - 1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR
  - 1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
  - 1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
  - 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (SECEX-RO).
  - 1.6. Representação legal: não há.
  - 1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, que adote, no prazo de 60 (sessenta) dias, providências, caso ainda não tenha feito, com vistas à conclusão da fase interna da Tomada de Contas Especial instaurada em razão da omissão no dever de prestar contas do Contrato 33/2007/PGE/PF/UNIR (23118.003160/2015-83), por estar em desacordo com o art. 4º da Instrução Normativa-TCU 71/2012.

1.8. Dar ciência à unidade instrutora que a atuação do Tribunal no processamento de representações e denúncias deve observar necessariamente o exame sumário previsto no art. 106 da Resolução 259/2014, bem como as regulamentações posteriores da Secretaria Geral de Controle Externo.

RELAÇÃO Nº 5/2017 - 1ª Câmara  
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 1776/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.294/2016-7 (APOSENTADORIA)
  - 1.1. Interessado: Vitor Hugo Correa Leite (006.874.991-00).
  - 1.2. Órgão: Superintendência Estadual do INSS - Campo Grande.
  - 1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
  - 1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
  - 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
  - 1.6. Representação legal: não há.
  - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

## ACÓRDÃO Nº 1777/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de se fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

## 1. Processo TC-034.511/2016-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria das Graças Tavares de Góes (144.768.001-49).  
1.2. Órgão: Ministério das Relações Exteriores.  
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.  
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.  
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.  
1.7. Determinar à Sefip que retifique o tempo de serviço, lançado no ato Sisac, de 27 anos, 1 mês e 28 dias, para 30 anos, 11 meses e 26 dias, conforme mapa da peça 5, p. 3.

## ACÓRDÃO Nº 1778/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

## 1. Processo TC-002.239/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Lígia Cireno Teobaldo (081.831.104-52); Lucas Daniel Chaves de Freitas (067.331.544-47); Luiz Paulo Paciornik Schulman (047.775.319-10); Manoela Lopes Lamenha Lins Cavalcante (013.763.234-78); Marcelo Jose da Silva (017.501.449-30); Marcio Rogerio da Silva Garcia (005.551.220-85); Maria Olívia Personi Junqueira (368.932.748-23); Marianne Cury Paiva (005.886.061-46); Marília Melo de Figueiredo (082.579.094-83); Marlei de Lima Assis (946.600.181-72).

1.2. Órgão: Ministério Público Federal.  
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.  
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.  
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.  
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

## ACÓRDÃO Nº 1779/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. Sergio Augusto Damaso de Sousa (CPF 230.136.486-00), Ivo Borges de Lima (CPF 019.188.001-97), Marcus Flávio Oliveira (CPF 881.017.201-97), e Paulo Guilherme Tanus Galvao (CPF 296.905.791-34), dando-lhes quitação, com fundamento nos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU;

b) julgar regulares as contas dos Srs. Marco Antonio Valadares Moreira (CPF 366.825.511-34), Walter Lins Arcoverde (CPF 606.693.307-87) e Vanda Lima de Andrade (CPF 639.268.817-04) dando-lhes quitação plena, nos termos dos artigos 1º, inciso I, 16, inciso I, 17, e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU;

c) dar ciência ao Departamento Nacional de Produção Mineral sobre as seguintes impropriedades identificadas na apreciação das contas da entidade no exercício de 2014:

c.1) ausência de planejamento estratégico e indicadores hábeis a medir a gestão e os resultados da Autarquia;  
c.2) inconsistências nos indicadores institucionais de desempenho;

c.3) ausência de sistema informatizado que permita registrar, acompanhar e disponibilizar os dados referentes às avaliações de desempenho da gestão, bem como promover a ampla divulgação dos resultados apurados, em observância ao art.5º, § 8º do Decreto 7.133/2010;

c.4) fragilidades nos controles internos da Autarquia, comprometendo sua integridade;

c.5) necessidade de recomposição da força de trabalho da entidade;

c.6) falhas em processos licitatórios;

c.7) falhas na gestão dos bens imóveis do DNPM;

c.8) ausência de política de acessibilidade que estabeleça normas, padrões e boas práticas no âmbito do Edifício Sede e nas Superintendências;

d) fazer a determinação constante do item 1.7;

e) encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Departamento Nacional de Produção Mineral e ao Ministério de Minas e Energia;

f) arquivar os autos, nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

## 1. Processo TC-026.129/2015-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Ivo Borges de Lima (019.188.001-97); Marco Antonio Valadares Moreira (366.825.511-34); Marcus Flávio Oliveira (881.017.201-97); Paulo Guilherme Tanus Galvao (296.905.791-34); Sergio Augusto Damaso de Sousa (230.136.486-00); Vanda Lima de Andrade (639.268.817-04); Walter Lins Arcoverde (606.693.307-87).

1.2. Entidade: Departamento Nacional de Produção Mineral.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Departamento Nacional de Produção Mineral, com fundamento no art. 18 da Lei 8.443/1992, c/c art. 208, §2, do Regimento Interno do TCU, que:

1.7.1. apresente, em 120 (cento e vinte) dias, plano de ação que especifique cronograma, ações necessárias e setores responsáveis para o desenvolvimento e a implantação do planejamento estratégico da entidade, com os respectivos desdobramentos em termos de diretrizes institucionais;

1.7.2. desenvolva, em 180 (cento e oitenta) dias, sistema informatizado que permita registrar, acompanhar e disponibilizar os dados referentes às avaliações de desempenho da gestão, bem como promova ampla divulgação dos resultados apurados, em atenção ao art. 5º, § 8º do Decreto 7.133/2010 e ao art.56 da Portaria MME 290/2011; e

1.7.3. encaminhe a este Tribunal de Contas, em 60 (sessenta) dias, avaliação acerca da situação de recursos humanos da entidade, indicando as ações a serem tomadas visando eventual recomposição da força de trabalho da Autarquia.

## ACÓRDÃO Nº 1780/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU e Acórdão 644/2005-TCU-Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) expedir quitação à responsável Sra. Simone Hirata (CPF 127.746.548-74), ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada pelo Acórdão 2.418/2009-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 12/5/2009 - Ordinária;

b) dar ciência da decisão à Procuradoria-Geral da União, bem como à Advogada da União, Sra. Cristiana Mundim Melo, para fins de subsídio aos autos dos embargos à execução 0018156-88.2016.403.6100; e

c) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

## 1. Processo TC-001.801/2001-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 034.396/2013-6 (COBRANÇA EXECUTIVA); 034.392/2013-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 034.410/2013-9 (COBRANÇA EXECUTIVA); 034.394/2013-3 (COBRANÇA EXECUTIVA); 034.393/2013-7 (COBRANÇA EXECUTIVA).

1.2. Responsáveis: Antonio Amalfi (766.020.798-91); Dênis Nunes (043.157.218-67); João Aldemir Dornelles (148.914.410-20); MHA Engenharia Ltda (47.283.189/0001-30); Simone Hirata (127.746.548-74); Som Básico Comércio e Sonorização Ltda (01.604.358/0001-96); Suzan Mary Isima Amalfi (007.364.928-79).

1.3. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).

1.7. Representação legal: Jailton Zanon da Silveira (OAB/RJ 77.366), Maria Leidayane Gonçalves Moreira e Juliano Ricardo de Vasconcellos Costa Couto (OAB/DF 13.802).

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

## ACÓRDÃO Nº 1781/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, em retificar, por erro material, os itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 346/2017-TCU-1ª Câmara, prolatado na Sessão de 31/1/2017 - Ordinária, Ata 2/2017 - 1ª Câmara (peça 35), mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Onde se lê:

"9.2. (...) o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde (...);"

"9.3. (...) o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde (...)."

Leia-se:

"9.2. (...) o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (...);"

"9.3. (...) o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (...)."

## 1. Processo TC-011.365/2015-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Gizelda Rodrigues de França Gomes (175.669.594-68); Renascença Empreendimentos Ltda. - Me (08.487.196/0001-00).

1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de Lagoa D'anta - RN.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (Secex-RN).

1.6. Representação legal: Tiago Jônatas Silva Moreira (OAB/RN 10.338).

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

## ACÓRDÃO Nº 1782/2017 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de pedido de prorrogação de prazo, formulado pela Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura (peça 12), para cumprimento do item 1.7 do Acórdão 10.357/2016-TCU-2ª Câmara.

Considerando que a requerente solicita dilação de prazo por mais 180 dias;

Considerando que o prazo originalmente fixado no item 1.7 do Acórdão citado, de 90 (noventa) dias, teve sua contagem iniciada em 23/9/2016, data da ciência da notificação (peça 6), e expirou em 21/12/2016;

Considerando que, a partir da data em que expirou o prazo originalmente fixado, até a data em que foi protocolado o pedido de prorrogação decorreram outros 83 dias, havendo considerável extrapolação do prazo inicial;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e" e § 3º, e 183, inciso I, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, c/c o Acórdão 644/2005-TCU-Plenário, de acordo com o parecer da unidade técnica, em prorrogar, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para atendimento à determinação contida no item 1.7 do Acórdão 10.357/2016-TCU-2ª Câmara, a contar da data de notificação da parte.

## 1. Processo TC-026.196/2016-6 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (Secex-RN).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

## ACÓRDÃO Nº 1783/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 235 e 237, inciso III e parágrafo único, todos do Regimento Interno/TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) não conhecer da presente representação, eis que não satisfeitos os requisitos de admissibilidade;

b) enviar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao município de Lagoa da Prata/MG e ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;

c) arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 235, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU.

## 1. Processo TC-001.401/2017-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessada: Município de Lagoa da Prata - MG (18.318.618/0001-60).

1.2. Órgão: Prefeituras Municipais do Estado de Minas Gerais (853 Municípios).

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

## RELAÇÃO Nº 8/2017 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

## ACÓRDÃO Nº 1784/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 250, inciso II, e 259, inciso II do Regimento Interno/TCU, em adotar a seguinte medida, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

## 1. Processo TC-014.265/2015-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Josias Martins da Luz (448.394.057-00); José Geraldo Filho (515.619.807-49); José Gilmar Oliveira Santos (597.338.377-68); José Manuel Ferreira Gomes (960.970.197-34); José Maria Teixeira de Sousa (502.626.457-34); José Moacir Alves Falcão (707.307.177-04); José Oliveira de Araújo (465.420.867-49); José Pedro de Souza Neto (157.078.221-00); José Roberto Ferreira Barata (064.662.732-53); Julio Cesar dos Santos Leandro (495.439.707-34)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)



1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Medida: reiterar à Diretoria do Pessoal Civil da Marinha as determinações contidas nos subitens 9.4.1 a 9.4.4 do Acórdão 5.797/2015-TCU-1ª Câmara, em relação aos atos de aposentadoria de José Gilmar Oliveira Santos (CPF 597.338.377-68), José Manuel Ferreira Gomes (CPF 960.970.197-34), José Maria Teixeira de Sousa (CPF 502.626.457-34), José Moacir Alves Falcão (CPF 707.307.177-04), José Oliveira de Araújo (CPF 465.420.867-49) e Josias Martins da Luz (CPF 448.394.057-00), sob pena de responsabilização da autoridade administrativa omissa.

ACÓRDÃO Nº 1785/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.847/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Paula Agrizzi (074.458.427-21); Ana Paula Rocha Endlich (116.568.417-97); Ariadne Dettmann Alves (101.789.397-73); Bruna Zution Dalle Prane (118.654.017-65); Carolina Falcão Ximenes (125.975.487-16); Caroline Benezath Rodrigues Bastos (118.918.217-33); Clarissa Leite Santiago Lima (135.689.647-24); Clayton Peronico de Almeida (507.849.786-20); Ernesto José Martins Caetano (093.523.917-05); Flaviane Cristina de Oliveira Ferreira Delanos (034.668.437-40); Glaziela Sena Santana Dornela (098.265.337-93); Gyslane Aparecida Romano dos Santos de Lima (097.042.977-00); Irina Natsumi Hiraoka Moriyama (370.413.008-70); Iris de Jesus Moraes (116.272.997-00); Jovacy Peter Filho (094.338.187-84); João José Barbosa Sana (493.852.917-34); Katia Regina Gresen (137.792.017-80); Kátia Monteiro (031.669.827-01); Leonardo Lúcio Vieira Machado (074.131.127-52); Liana Carneiro Capucho (108.234.437-01)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1786/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.853/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Cristiane Francisco Pires de Arruda Campos (206.309.148-00)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1787/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.861/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Isabel Cristina Baptista de Souza (932.651.581-87); Janaine Daniela Pimentel Lino Carneiro (980.000.121-20)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1788/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.862/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: João Guilherme da Silva Licks (021.787.075-99)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1789/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.867/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Renata Magalhães Naves (588.961.801-63); Renato de Oliveira Dering (020.471.531-82)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1790/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.874/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Felix Coelho Nascimento (425.224.712-87); Talita Pompeu da Silva (742.427.842-87); Waleria da Silva Plácido (523.659.803-68)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1791/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.878/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno Henrique Ferreira da Silva (064.319.804-09); Carolina Taveira Gonçalves (865.766.151-91); Diana Aline Noga Moraes Ferreira (089.788.684-44); Diego Arthur de Azevedo Moraes (077.088.624-85); Diogo Rosembergh da Silva Nobrega (082.424.174-66); Eliezio Soares de S. Neto (077.628.384-73); Fernanda Karolline de Medeiros (077.022.174-21); Fillipe Azevedo Rodrigues (064.051.684-09); Geailson Soares Pereira (040.296.554-08); Inara Maria Monteiro Melo (086.857.744-89); Iris Ucella de Medeiros (047.115.044-43); Israel Maria dos Santos Segundo (080.311.744-23); Janaina Lopes Barbosa (058.515.694-84); Jean Carlos Dias Ferreira (912.915.934-20); Jeferson Cândido Alves (082.821.414-02); Jessica Martinelli Martins (118.067.527-43); João Batista da Costa Júnior (011.150.314-06); Kaliana da Silva Correia

(064.702.884-05); Larissa Mayara da Silva Damasceno (073.913.654-24); Louize Gabriela Silva de Souza (068.709.784-33)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do

Norte

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1792/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.813/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Laurenir Santos Peniche (576.017.632-34); Roque Flor dos Santos Junior (651.415.122-15); Verônica Aquino Costa (218.706.402-68)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1793/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, e em fazer a determinação constante do item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.629/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Claudiany Cipriano Carvalho (950.379.261-49)

1.2. Órgão/Entidade: Escola Técnica Federal de Palmas - MEC

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que proceda as seguintes alterações no SISAC:

1.7.1. No campo "Data de Validade do Concurso", passando a constar 07/08/2011 ao invés de 07/08/2010.

1.7.2. No campo "Origem do Ato", passando a constar Presidência da República ao invés de EAFA.

ACÓRDÃO Nº 1794/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.640/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Acácio Sidinei Almeida Santos (064.992.168-28)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1795/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.651/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
  - 1.1. Interessado: Aline Beckmann de Castro Menezes (678.857.482-00)
  - 1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará
  - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)
  - 1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
  - 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
  - 1.6. Representação legal: não há.
  - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
- ACÓRDÃO Nº 1796/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se esauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.810/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
  - 1.1. Interessado: Alexandre Manuel Lopez (294.183.848-17)
  - 1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre
  - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)
  - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
  - 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
  - 1.6. Representação legal: não há.
  - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
- ACÓRDÃO Nº 1797/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.821/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
  - 1.1. Interessada: Ana Paula Garcia Spolon (070.347.268-25)
  - 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
  - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)
  - 1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
  - 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
  - 1.6. Representação legal: não há.
  - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
- ACÓRDÃO Nº 1798/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se esauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.185/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
  - 1.1. Interessado: Bruno Martins Boto Leite (043.047.867-41)
  - 1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste da Bahia
  - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)
  - 1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
  - 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
  - 1.6. Representação legal: não há.
  - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
- ACÓRDÃO Nº 1799/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se esauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.188/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
  - 1.1. Interessadas: Cibelle da Silva Santiago (014.014.074-39); Flora Magna do Monte Vilar (008.076.264-65)
  - 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
  - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)
  - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
  - 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
  - 1.6. Representação legal: não há.
  - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
- ACÓRDÃO Nº 1800/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se esauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.191/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
  - 1.1. Interessados: Aglaé Isadora Tumelero (084.147.539-30); Anderson Kenji Hirata (373.923.298-63); Andreia da Silva Fossa (016.766.709-20); Arthur Garcia Bartsch (063.899.769-09); Biana Souza Faraco (025.075.049-00); Carlos Alberto da Silva (731.416.589-00); Christian dos Santos (265.019.318-27); Cilon Junior Raspini Vieira (021.030.009-43); Cristiane Stegemann (067.835.099-07); Cynthia de Mello de Bona (053.650.459-80); Diego Rafael Alba (015.148.880-09); Ederson Antônio de Costa (946.656.480-34); Elizalde de Emerim Bif (534.692.409-49); Everlise Maestrelli (057.145.349-05); Everton Carneiro (069.130.569-23); Ezequiel Rodrigo Schmitz (072.963.669-07); Haroldo Gomes Nogueira Junior (046.124.839-52); Joana Steil Alves (080.438.919-58); João Pedro Almeida da Silva (009.478.760-30); Leandro de Paula Neto (213.749.988-69)
  - 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
  - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)
  - 1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
  - 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
  - 1.6. Representação legal: não há.
  - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
- ACÓRDÃO Nº 1801/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se esauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.198/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
  - 1.1. Interessados: Keller Tadeu Lopes (028.514.726-90); Larissa de Oliveira Mendes (081.586.726-39); Vaneska Ribeiro Perfeito Santos (720.348.586-20); Welton Carlos Rodrigues (055.083.066-92)
  - 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
  - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)
  - 1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
  - 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
  - 1.6. Representação legal: não há.
  - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
- ACÓRDÃO Nº 1802/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se esauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.204/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
- 1.1. Interessada: Janine Couto Cruz Macedo (019.160.625-12)
- 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

- 1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
  - 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
  - 1.6. Representação legal: não há.
  - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
- ACÓRDÃO Nº 1803/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se esauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.206/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
  - 1.1. Interessado: Hélio de França Gondim (054.056.034-06)
  - 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
  - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)
  - 1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
  - 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
  - 1.6. Representação legal: não há.
  - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
- ACÓRDÃO Nº 1804/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se esauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.210/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
  - 1.1. Interessado: André Bernardi Candeia (094.485.157-66)
  - 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
  - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)
  - 1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
  - 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
  - 1.6. Representação legal: não há.
  - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
- ACÓRDÃO Nº 1805/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se esauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.213/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
  - 1.1. Interessado: Caio Ruano da Silva (119.606.137-82)
  - 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
  - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)
  - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
  - 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
  - 1.6. Representação legal: não há.
  - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
- ACÓRDÃO Nº 1806/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se esauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.217/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
- 1.1. Interessado: Fábio Pavan Piccoli (055.660.777-57)
- 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)



- 1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
- 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1807/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

- 1. Processo TC-005.266/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
- 1.1. Interessada: Patrícia Simone de Araujo (023.673.891-79)
- 1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
- 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1808/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

- 1. Processo TC-005.267/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
- 1.1. Interessados: Alessandra Felizari (018.640.780-73); Amália Cardona Leites (991.156.620-04); Ana Paula Quevedo Peil (004.225.010-26); Anderson de Oliveira Fraga (742.942.530-53); Andressa da Silva Afonso (012.731.780-50); Cíntia Gruppelli da Silva (933.566.920-20); Cristian Rutz Krumreich (022.613.700-75); Diego Abich Rodrigues (009.798.030-71); Edson Luís Silva Farias (008.150.330-01); Fabiana Berthold (012.879.220-58); Fabiana Priebe Holz (025.185.780-80); Flávia Adriana Andrade (694.263.920-68); Juline Fernandes da Silva (004.258.550-31); Marcos Enrique Schmidt (596.224.310-20); Mauro Strelow Storch (982.206.400-49); Paulo Ott Tavares (004.058.130-66); Solange Regina Cromianski (059.098.779-84); Tatielle Rita Souza da Silva (002.012.040-02)
- 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)
- 1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
- 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1809/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

- 1. Processo TC-005.270/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
- 1.1. Interessados: Ananias Agostinho da Silva (071.528.954-30); Anne Kelly Freire da Rocha (012.633.484-67); Bergson Rodrigo Fernandes de Oliveira (061.652.034-42); Bruna Janine Caballero Bezerra de Melo (052.200.584-52); Daniel Brandão Menezes (002.035.573-44); Deyse Silvana dos Santos Sena (877.746.824-49); Diego D'Ávila Beserra (013.956.414-47); Fabiana Alves dos Santos (068.130.364-67); Francisca Joseanny Maia e Oliveira (028.360.914-10); Francisco Maellyton Fernandes de Oliveira (050.922.944-18); Gisele Oliveira da Silva Paiva (069.295.424-40); Iany Silva de Santana (073.735.264-70); João Filomeno Silva Filho (251.734.993-20); Joêmia Leilane Gomes de Medeiros Martins (045.864.004-20); Julimar da Silva Gonçalves (786.753.244-72); Kacianni de Sousa Ferreira (374.218.243-91); Kaio Henrique Fonseca Dantas (050.315.944-11); Leandro Luiz da Silva Pereira (091.325.574-26); Lindsay Wagner Lopes de Oliveira (022.444.474-30); Lucas da Silva Moraes (057.968.894-19)
- 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)
- 1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
- 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1810/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

- 1. Processo TC-005.274/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
- 1.1. Interessados: André Sousa dos Santos (695.382.472-72); Lilliane Ferreira do Rosário (816.990.342-49); Lucas Ferreira Rodrigues (751.627.502-63)
- 1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)
- 1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
- 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1811/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

- 1. Processo TC-005.278/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
- 1.1. Interessados: Beatriz Sorrentino Marques (012.510.634-38); Carlos César Macedo Maciel (820.288.262-15); Klenicy Kazumy de Lima Yamaguchi (878.128.942-15); Lidici Pomin de Simas (000.442.242-22); Neysid Matos Castelo Branco (463.972.302-44); Priscila Figueira de Souza (108.851.817-60); Wendel de Holanda Pereira Campelo (866.488.962-72)
- 1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)
- 1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
- 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1812/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

- 1. Processo TC-005.281/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
- 1.1. Interessada: Eliane Marta Ghisi Maruri (690.897.951-20)
- 1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
- 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1813/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

- 1. Processo TC-005.284/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
- 1.1. Interessados: Ana Luiza Zacour Marinho (091.539.396-46); Camila Ribeiro Lima (048.967.366-05); Diana de Abreu Costa Braga (100.797.656-02); Francielle Rosa Nóbrega (106.157.146-76); Kleber Gontijo de Deus (089.583.086-80); Rosiane Nascimento Alves (070.020.216-13)
- 1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)
- 1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
- 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1814/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

- 1. Processo TC-005.307/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
- 1.1. Interessados: Alisson José Maia Melo (010.087.363-41); Camila Brasil Uchoa de Albuquerque (036.129.213-98); Emanuela Maria Possidônio de Sousa (036.392.053-67); Francisco Alberto da Silva Filho (013.793.423-84); Francisco Caubi Ferreira Filho (015.598.813-13); Gabriela Vieira Rebouças (021.779.063-18); Ítalo Alves Pinto de Assis (039.513.263-01); Jadilson Pinheiro Borges Junior (051.942.624-00); Maria Carolina de Brito Alves (645.496.823-53); Paulo Moura Monteiro de Magalhães Gurgel (026.409.243-03); Rafael dos Santos Rocha (018.098.633-33); Renan Cid Varela Leite (628.773.563-53); Tatiana Paschoalette Rodrigues Bachur (548.611.103-78); Thiago Dias Parente (600.031.423-02); Willy Farias Albuquerque (525.308.763-04)
- 1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)
- 1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
- 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1815/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

- 1. Processo TC-005.309/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
- 1.1. Interessados: Alexandre Luís Cardoso Bissoli (099.527.857-12); Aline Lyra Pereira (105.243.217-44)
- 1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)
- 1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
- 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1816/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, § 6º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, e em fazer a determinação constante do item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

- 1. Processo TC-005.429/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
- 1.1. Interessada: Carolina de Melo Contreiras Alves (014.167.205-61)
- 1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)
- 1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
- 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Universidade Federal da Bahia que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC), novo ato, livre das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 1817/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.607/2017-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: José Mariano Vilarim de Oliveira (024.299.504-72); Maria da Conceição Alves dos Santos (029.311.264-97)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Joaquim Nabuco

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1818/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, e em fazer as determinações constantes do item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.617/2017-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Clea Melo Moura (038.671.885-72); Elizabeth Santos de Jesus (103.679.345-15); Gabriel Melo Moura (067.592.915-65); Laiany Lima da Cruz (070.704.125-25); Mércia Rosa Lima da Cruz (482.768.125-20); Verônica dos Santos Conceição Melo (001.819.405-23)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à:

1.7.1. Fundação Universidade Federal de Sergipe que inclua no SISAC, para a apreciação deste Tribunal, os atos de alteração das pensões instituídas por João Cardoso de Melo e José Antônio Moura, com a inclusão da EC 70/2012, a partir de sua promulgação em 30.3.2012, alterando, em consequência, a forma de cálculo dos benefícios pensionais.

1.7.2. Secretaria de Fiscalização de Pessoal que corrija no SISAC, o número do CPF da interessada Laiany Lima da Cruz.

ACÓRDÃO Nº 1819/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.670/2017-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alaide Amaral Alves (325.747.626-49); Ana Alves Tavares (294.884.786-91); Efigênia Celestina Rodrigues (274.092.526-34); Eny Aparecida Carvalho Lucciola (370.889.476-68); Hilda da Silva Melo (762.039.646-20); Imaculada Lopes Santos (976.643.086-15); Jurema Rosalva Vieira de Miranda (012.297.846-32); Maísa Cardoso Nunes (373.140.926-72); Neide Maria da Silva (118.672.136-72); Therezinha Rosa de Santa Maria Santos Mendes (130.304.936-87)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1820/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 169, inciso V, 250, inciso I, e 259, inciso II do Regimento Interno/TCU, em fazer a seguinte determinação, promovendo, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.048/2011-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Vitalina Capelini Faria (043.692.437-42)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Espírito Santo

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: Marcelo Matedi Alves (10.751/OAB-ES) e outros, representando Vitalina Capelini Faria.

1.7. Determinar à Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Espírito Santo, que, nos termos do art. 15, § 1º, da Instrução Normativa-TCU 55/2007, envie ao controle interno, via Sisac, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de responsabilidade da autoridade administrativa omissa, o ato com número de controle 10154639-05-2015-000021-1, referente à pensão civil instituída por Francisco Manuel de Faria (CPF 379.894.727-91), em favor de Vitalina Capelini Faria (CPF 043.692.437-42).

ACÓRDÃO Nº 1821/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 213 do Regimento Interno/TCU, e na Instrução Normativa-TCU 71/2012, arts. 6º, inc. I, e 19, em arquivar o presente processo, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o responsável, para que lhe possa ser dada quitação, sem prejuízo de fazer as determinações de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.885/2015-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Carlos Alberto Lopes Brasileiro (CPF 222.791.485-87).

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Senhor do Bonfim-BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Fundação Nacional de Saúde que adote as providências indicadas no art. 15 da Instrução Normativa-TCU 71/2012 com relação ao débito apurado nesses autos;

1.7.2. dar ciência desta deliberação à Fundação Nacional de Saúde, juntamente com cópia da peça 18, para que possa dar cumprimento à determinação contida no item 1.7.1; e

1.7.3. dar ciência desta deliberação ao Município de Senhor do Bonfim/BA e ao Sr. Carlos Alberto Lopes Brasileiro (CPF 222.791.485-87).

ACÓRDÃO Nº 1822/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, e 18 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno, em julgar as contas do Sr. Leonardo Durães de Almeida, regulares com ressalva, dando-lhe quitação, e adotando-se as seguintes medidas sugeridas nos pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.659/2015-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Leonardo Durães de Almeida (893.795.436-20)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Japonvar - MG

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Medidas:

1.7.1. recomendar à Funasa que avalie a viabilidade, a conveniência e a oportunidade de celebrar novo convênio, ou ajuste equivalente, com o Município de Japonvar-MG visando concluir o objeto do Convênio 2.948/2005 (Siafi 555.565), se ainda não foi finalizado, e dar utilidade social aos recursos federais já aportados, em consonância com os objetivos que justificaram a destinação de recursos para implantação do sistema de resíduos sólidos do município, dando-se assim pleno atendimento ao interesse mútuo da União e do ente federado em levar os benefícios à população local, pactuados no referido ajuste; e

1.7.2. dar ciência desta deliberação ao Sr. Leonardo Durães de Almeida (CPF 893.795.436-20), à Fundação Nacional de Saúde e ao Município de Japonvar/MG.

ACÓRDÃO Nº 1823/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexistência material, o Acórdão 1.165/2017-TCU-1ª Câmara, onde se lê: "9. Acórdão: VISTOS, ..., em razão do não atingimento dos objetivos do Convênio 2.197/2007 (Siafi 618330).", leia-se: "VISTOS, ... em razão do não atingimento dos objetivos do Convênio 2.191/2007 (Siafi 618330).", mantendo-se inalterados os demais termos do referido acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.431/2014-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: José Valdecio Pessoa (132.987.201-00)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Valparaíso de Goiás - GO

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1824/2017 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação formulada pelo Denasus/MA acerca de possíveis irregularidades ocorridas na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Poção de Pedras/MA, em relação a recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS), reportadas no Relatório de Auditoria 1537 (peça 1, p. 4-71; e peça 2),

Considerando a constatação pelo Denasus de graves indícios de irregularidades praticadas com recursos federais, tais como pagamentos por serviços e por medicamentos sem comprovação da necessária contraprestação;

Considerando que tais irregularidades foram sintetizadas no Relatório de auditora nº 1537 do Denasus, com proposta de "devolução de recursos";

Considerando que não foram adotadas no presente caso todas as medidas de apuração e recomposição cabíveis,

Considerando que o Denasus/MA entende esgotadas as medidas de sua alçada em relação à matéria;

Considerando que é dos órgãos e entidades concedentes a competência originária para análise e apreciação quanto à regularidade da aplicação dos recursos repassados a estados e municípios, no caso o FNS;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em conhecer da presente representação, vez que satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso III, do RI/TCU, e fazer as determinações formuladas adiante, consoante propostas da unidade técnica.

1. Processo TC-001.372/2017-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Serviço de Auditoria do Ministério da Saúde de no Maranhão - Seaud/Denasus/MA (62.944.566/0012-81)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Poção de Pedras - MA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde, nos termos do art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, no prazo de noventa dias, adote, e comunique e este Tribunal, as medidas administrativas de sua alçada, tendo em vista as irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria 15371 do Denasus/MA e, caso verificada a ocorrência de dano, atue prontamente para recomposição do erário, mediante a instauração do processo específico de tomada de contas especial, nos termos dos arts. 3º e 4º da Instrução Normativa TCU 71, de 28/11/2012, alterada pela IN - TCU 76/2016;

1.7.2. determinar à Secex/MA que realize o monitoramento do cumprimento da determinação acima no bojo dos presentes autos; e

1.7.3. dar ciência deste acórdão ao Fundo Nacional de Saúde, ao representante e ao Município de Poção de Pedras/MA.

ACÓRDÃO Nº 1825/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerar prejudicado o exame da presente representação, e encaminhar cópia desta deliberação e da instrução de peça 4 ao representante, ao Fundo Nacional de Saúde e ao Município de Pedro do Rosário/MA, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com o parecer da Secex/MA:

1. Processo TC-020.866/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Ministério da Saúde (00.530.493/0001-71)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Pedro do Rosário - MA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar:

1.7.1. à Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde que, nos termos do art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, adote, no prazo de 90 (noventa) dias, as medidas administrativas de sua alçada, tendo em vista as irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria 9020/2009 e, caso verificada a ocorrência de dano, atue



prontamente para recomposição do erário, mediante a instauração do processo específico de tomada de contas especial, nos termos dos arts. 3º e 4º da Instrução Normativa-TCU 71, de 28/11/2012, alterada pela IN-TCU 76, de 23/11/2016 comunicando este Tribunal, no mesmo prazo, as medidas adotadas, alertando-se a Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde, considerando a data de realização da fiscalização (09/12/2009 a 25/12/2009), que nos termos §5º, art. 4º, da IN/TCU 71/2012, a falta de instauração da tomada de contas especial no prazo previsto no §1º deste artigo, sem motivo justo, poderá ensejar a aplicação da multa prevista no art. 58, II, da Lei 8.443/1992 à autoridade responsável pela omissão, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas em lei; e

1.7.2. à SECEX-MA que, com fulcro no art. 243 do Regimento Interno do TCU, realize o monitoramento do cumprimento da determinação acima no bojo dos presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 1826/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerar prejudicado o exame da presente representação, e encaminhar cópia desta deliberação e da instrução de peça 5 ao representante, ao Serviço de Auditoria do Departamento Nacional de Auditoria do SUS no Maranhão e ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de adotar a seguinte medida, de acordo com o parecer da Secex/MA:

- 1. Processo TC-029.877/2016-4 (REPRESENTAÇÃO)
- 1.1. Interessado: Denasus (07.690.241/0001-59)
- 1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Nova Iorque - MA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Medida: encaminhar cópia desta deliberação ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS - Denasus e à Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde, para que adotem as providências cabíveis de sua respectiva alçada para recomposição do erário, atentando para as disposições da Instrução Normativa (IN) - TCU 71, de 28/11/2012, com as alterações introduzidas pela IN-TCU 76, de 23/11/2016, acerca da matéria, em especial do seu art. 6º, inciso I e §§ 1º e 2º, c/c o art. 15 da Decisão Normativa - TCU 155, de 23/11/2016.

ACÓRDÃO Nº 1827/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235, 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, adotar a seguinte medida e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante e à Prefeitura Municipal de Central/BA, promovendo-se, em seguida, o apensamento dos autos ao TC-022.793/2009-8, de acordo com o parecer da Secex/BA:

- 1. Processo TC-030.307/2016-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Serviço de Auditoria do Ministério da Saúde de No Maranhão - Seaud/DENASUS/MA (62.944.566/0012-81)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá - MA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Medida: encaminhar cópia da instrução de peça 5 e cópia desta deliberação ao Serviço de Auditoria do Departamento Nacional de Auditoria do SUS no Maranhão, à Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde e ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, para conhecimento e para que adotem, entre outras medidas julgadas cabíveis, as providências de sua alçada a fim de que seja instaurada tomada de contas especial, se for o caso, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, previsto no art. 4º, § 1º, da Instrução Normativa - TCU 71, de 28/11/2012, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 58, II, da Lei 8.443/1992, nos termos do art. 4º, § 5º, da mencionada Instrução Normativa.

RELAÇÃO Nº 7/2017 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 1828/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão militar em favor dos beneficiários a seguir relacionados:

- 1. Processo TC-015.198/2011-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Jose Luiz Batista Gomes de Freitas (116.373.257-54); Larissa Batista Gomes de Freitas (117.942.897-80); Sandra Cavalcanti Quissak (666.593.887-53).

1.2. Órgão: Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1829/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão militar em favor dos beneficiários a seguir relacionados:

- 1. Processo TC-038.887/2012-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Gabriel Duarte Alves (118.866.666-52); Magalilh Silva Duarte Cardoso (086.331.517-82).

1.2. Órgão: Quarta Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1830/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, considerando os pareceres emitidos nos autos pela unidade técnica e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de que seja feita a correção, mediante apostilamento, com fundamento no art. 143, V, 'd', do RI/TCU c/c a Súmula TCU 145, ante a constatação de inexatidão material, ACORDAM, por unanimidade, em retificar o acórdão 1130/2017-TCU-1ª Câmara, de modo que onde se lê, no subitem 3.2, "Incosec Ltda. (00.503.495/0001-71)", leia-se "Inconsec Ltda. (00.503.495/0001-71)", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado.

- 1. Processo TC-001.672/2014-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde/MS (00.530.493/0001-71).

1.2. Responsáveis: Inconsec Ltda. (00.503.495/0001-71); Luciano Anjos dos Santos (950.543.915-68); Nildete Lopes dos Santos Moura (128.850.615-53); Pedro da Rocha Reis Filho (075.013.315-53); Vilson Amorim Oliveira (877.798.468-49).

1.3. Entidade: município de Rio de Contas/BA.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).

1.7. Representação legal: Claudio Ferreira de Melo (OAB/BA 21.602) e outros, representando Pedro da Rocha Reis Filho; Hélio Diógenes Cambuí Alves (OAB/BA 27.583), representando Nildete Lopes dos Santos Moura.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1831/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, considerando os pareceres emitidos nos autos pela unidade técnica e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de que seja feita a correção, mediante apostilamento, com fundamento no art. 143, V, 'd', do RI/TCU c/c a Súmula TCU 145, ante a constatação de inexatidão material, ACORDAM, por unanimidade, em retificar o acórdão 8117/2014-TCU-1ª Câmara, de modo que onde se lê, no subitem 9.3, "...atualizadas monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido...", leia-se "...atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão...", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado.

- 1. Processo TC-004.489/2013-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Interessado: Ministério da Integração Nacional (03.353.358/0001-96).

1.2. Responsáveis: Joseraldo Rodrigues Bezerra (587.581.004-15); R R Galvao Locação de Veículos e Limpeza Urbana Ltda (04.434.040/0001-00); Sandoval Cadengue de Santana (238.472.984-53).

1.3. Entidade: município de Brejão/PE.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex-PE).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1832/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente representação, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 9), ao representante e ao município de São Felipe/BA.

- 1. Processo TC-004.513/2017-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Ethan Soluções e Empreendimentos Ltda. - ME.

1.2. Entidade: município de São Felipe/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1833/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão e da instrução da unidade técnica (peça 10) ao representante e à Secretaria de Estado de Saúde do Acre, além de fazer a ciência sugerida no parecer emitido nos autos.

- 1. Processo TC-023.529/2016-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Master Comércio, Serviços Eireli - ME.

1.2. Órgão: Secretaria de Estado de Saúde do Acre.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex-AM).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Ciência:

1.6.1. dar ciência à Secretaria de Estado de Saúde do Acre, de modo que oriente seus pregoeiros, de que:

1.6.1.1. o registro ou inscrição na entidade profissional competente, art. 30, I da Lei 8.666/1993, limita-se ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante objeto da licitação, conforme jurisprudência do TCU, STJ e TRF 1ª Região (acórdão 597/2007-TCU-Plenário, RO 93.01.26385-8/MG - TRF 1a. Região, AC 93.01.17134-1/MG - TRF 1a. Região, Resp 163014/SP - STJ);

1.6.1.2. a preferência pelo pregão eletrônico, quando envolvidos recursos federais, ou justificativa para adotar a forma presencial, em obediência ao Decreto 5.973/2010 do Acre e acórdão 2584/2010-TCU-Plenário.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- 009.548/2016-5 e 022.143/2015-7, cujo Relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;

- 005.405/2017-3, 012.518/2011-5, 015.092/2013-5 e 024.744/2015-8, de relatoria do Ministro Benjamin Zymler;

- 005.873/2015-0, 019.623/2015-1, 032.376/2010-3 e 032.717/2014-8, cujo Relator é o Ministro Bruno Dantas;

- 001.857/2013-4 e 012.649/2016-3, de relatoria do Ministro Vital do Rêgo;

- 010.232/2014-1 e 020.589/2016-6, cujo Relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e

- 004.384/2017-2, 008.861/2015-3, 016.747/2012-7, 033.044/2015-5, 033.195/2015-3, 033.479/2015-1, 033.501/2015-7, 033.689/2015-6 e 034.301/2013-5, de relatoria do Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº 032.751-2013-3, cujo Relator é o Ministro Benjamin Zymler, o Dr. Adriano Augusto Pereira de Castro apresentou sustentação oral em nome da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte. O Dr. Walter Bernardes de Castro e a Dra. Renata Souto Andrade não compareceram para realizar a sustentação oral que haviam solicitado em nome de Maria Lúcia Cardoso.

Na apreciação do processo nº 017.895/2015-4, cujo Relator é o Ministro Vital do Rêgo, o Dr. Marcos Barbosa de Oliveira não compareceu para realizar a sustentação oral que havia solicitado em nome de Modelo Serviços Especializados Ltda-ME.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 1834 a 1891, a seguir transcritos, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

## ACÓRDÃO Nº 1834/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.261/2016-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Marco Antônio Fernandes (234.536.729-68).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC

e RO.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

## 9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de concessão de aposentadoria, emitida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO em favor de Marco Antônio Fernandes;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria a Marco Antônio Fernandes (234.536.729-68), com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1ª, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RI/TCU;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO, deste acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

9.3.2. oriente o Senhor Marco Antônio Fernandes que ele poderá adotar uma das seguintes opções:

comprovar o recolhimento previdenciário de pelo menos 11 meses e 3 dias do tempo de serviço prestado no exercício da advocacia, visando manter-se aposentado com base no art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005;

manter-se aposentado, com fundamento no art. 2º da EC 41/2003, neste caso considerando-se o bônus de 17% (tempo ficto) concedido pelo art. 8º da EC 20/1998, o qual pressupõe o cálculo de proventos pela média das remunerações sem a manutenção de paridade com os integrantes ativos da magistratura, nos termos do que dispõe a Lei 10.887/2004;

retornar à ativa;

9.3.3. informe ao magistrado sobre a possibilidade de recolhimento das contribuições do tempo de advocacia de forma indenizada, nos termos do que preconiza a Instrução Normativa 45/2010 do INSS;

9.3.4. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.3.5. no prazo de trinta dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado cujo ato foi impugnado está ciente do julgamento deste Tribunal.

9.4. Determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações especificadas no item 9.3 e subitens da presente deliberação.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1834-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

## ACÓRDÃO Nº 1835/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.895/2015-4.

1.1. Apenso: 005.967/2014-7

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Fauzi Muhammad Abdul Hamid Suleiman (436.271.881-87); Modelo Serviços Especializados Ltda - ME (04.731.020/0001-93); Mário Nilson dos Reis Figueiredo (156.710.896-20) e João Soares de Albuquerque Neto (793.222.391-15).

4. Entidade: Município de Aquidauana - MS.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (Secex-MS).

8. Representação legal:

8.1. Marcos Barbosa de Oliveira (OAB/MS 12546), representando Modelo Serviços Especializados Ltda - Me e João Soares de Albuquerque Neto.

## 9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial de responsabilidade do ex-prefeito de Aquidauana/MS, Sr. Fauzi Muhammad Abdul Hamid Suleiman, da empresa contratada, Modelo Serviços Especializados Ltda - ME e do fiscal do contrato, Sr. Mário Nilson dos Reis Figueiredo, em virtude da não comprovação da regular execução do objeto pactuado por meio do Convênio 31/2010;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir a responsabilidade do Sr. João Soares de Albuquerque Neto (793.222.391-15);

9.2. julgar irregulares as contas dos Srs. Fauzi Muhammad Abdul Hamid Suleiman, 436.271.881-87, ex-prefeito de Aquidauana/MS, e Mario Nilson dos Reis Figueiredo, 156.710.896-20, fiscal do contrato, bem assim da Modelo Serviços Especializados Ltda., 04.731.020/0001-93, empresa contratada, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "c"; 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992 e com o arts. 1º, inciso I, 209, incisos III; 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

9.3. condenar os responsáveis identificados no subitem anterior ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir das datas discriminadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, as quantias já restituídas:

| Valor (R\$) | Data       |
|-------------|------------|
| 358.835,82  | 12/8/2010  |
| 94.180,93   | 24/9/2010  |
| 7.037,09    | 24/9/2010  |
| 22.369,67   | 22/12/2010 |
| 10.792,97   | 22/12/2010 |

9.4. aplicar, individualmente, aos Srs. Fauzi Muhammad Abdul Hamid Suleiman, 436.271.881-87, e Mario Nilson dos Reis Figueiredo, 156.710.896-20, e à Modelo Serviços Especializados Ltda, 04.731.020/0001-93, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data de publicação deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar aos responsáveis que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.7. encaminhar cópia do presente acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Mato Grosso do Sul, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1835-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

## ACÓRDÃO Nº 1836/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.338/2014-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Instituto Fênix de Pesquisa e Desenvolvimento Sustentável (04.274.459/0001-34); Maurício Monteiro de Melo (047.641.614-00).

4. Órgão: Ministério da Integração Nacional.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (Secex-AL).

8. Representação legal: não há.

## 9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Integração Nacional em desfavor do Sr. Maurício Monteiro de Melo, ex-diretor-executivo do Instituto Fênix de Pesquisa e Desenvolvimento Sustentável em Alagoas, em razão da impugnação parcial de despesas realizadas com recursos do Convênio 275/2001;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Maurício Monteiro de Melo (047.641.614-00) e do Instituto Fênix de Pesquisa e Desenvolvimento Sustentável em Alagoas, dando-lhes quitação, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU; e

9.2. arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1836-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

## ACÓRDÃO Nº 1837/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 031.258/2014-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Joao Pereira da Silva (169.692.352-20); Raimundo Nonato da Costa Vericio (226.832.832-53); Rosmary Neves Teixeira (375.715.402-91); Service Itororó Ltda (03.765.290/0001-52).

4. Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).

8. Representação legal:

8.1. Alvaro Augusto de Paula Vilhena (OAB/PA 4.771) e outros, representando Service Itororó Ltda..

8.2. Clebe Rodrigues Alves (OAB/PA 12.197) e outros, representando Raimundo Nonato da Costa Vericio.

## 9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial de responsabilidade dos Srs. Raimundo Nonato da Costa Vericio e Rosmary Neves, ex-coordenadores regionais da Funasa/PA, João Pereira da Silva, chefe de programação orçamentária e financeira da referida autarquia, e da empresa Service Itororó Ltda., em razão de irregularidades na execução do Contrato 35/2002;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir a responsabilidade nestes autos da Sra. Rosmary Neves (375.715.402-91);

9.2. julgar regulares com ressalva, com fulcro nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II, 18, e 23, inciso III, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, as contas do Sr. João Pereira da Silva, 169.692.352-20, dando-lhe quitação;

9.3. julgar irregulares as contas de Service Itororó Ltda., 03.765.290/0001-52, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea c; 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992 e com o arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III; 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

9.4. condenar a responsável identificada no subitem anterior ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados das datas especificadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores já ressarcidos:

| VALOR (R\$) | DATA      |
|-------------|-----------|
| 1.157,03    | 4/2/2004  |
| 1.157,03    | 3/3/2004  |
| 894,81      | 17/3/2004 |
| 894,81      | 17/3/2004 |
| 1.157,03    | 22/4/2004 |
| 894,81      | 5/5/2004  |
| 1.157,03    | 5/5/2004  |
| 894,81      | 26/5/2004 |
| 1.157,03    | 7/6/2004  |
| 894,81      | 15/6/2004 |
| 1.157,03    | 6/7/2004  |
| 894,81      | 13/7/2004 |
| 1.157,03    | 4/8/2004  |
| 894,81      | 12/8/2004 |
| 1.157,03    | 6/9/2004  |
| 894,81      | 21/9/2004 |
| 1.157,03    | 6/10/2004 |
| 894,81      | 7/10/2004 |
| 1.157,03    | 4/11/2004 |



|          |            |
|----------|------------|
| 894,81   | 19/11/2004 |
| 1.157,03 | 7/12/2004  |
| 894,81   | 15/12/2004 |
| 1.157,03 | 12/1/2005  |
| 894,81   | 12/1/2005  |
| 1.157,03 | 25/2/2005  |
| 894,81   | 25/2/2005  |
| 1.157,03 | 7/3/2005   |
| 894,81   | 28/3/2005  |
| 1.157,03 | 8/4/2005   |
| 894,81   | 19/4/2005  |
| 894,81   | 24/5/2005  |
| 1.157,03 | 24/5/2005  |

9.5. julgar, com fulcro nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea b; e 23, inciso III, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992 e com o arts. 1º, inciso I, 209, incisos II; 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, irregulares as contas de Raimundo Nonato da Costa Verício, 226.832.832-53, em razão da liberação indevida da caução que garantia a execução do Contrato 35/2002;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.7. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar à responsável que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devido; e

9.8. encaminhar cópia do presente acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Pará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1837-09/17-1.  
13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).  
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
- 13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1838/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-002.017/2008-2  
2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de contas especial.  
3. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Chapadinha/MA.  
4. Responsável: Magno Augusto Bacelar Nunes, CPF 595.771.267-15.  
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.  
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.  
7. Unidade técnica: Secex/AM.  
8. Representação legal: Sebastião Baptista Affonso, OAB/DF 788; Fábio Barros Lima, OAB/DF 40.955;

9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, de responsabilidade de Magno Augusto Bacelar Nunes, ex-Prefeito Municipal de Chapadinha/MA, instaurada em razão de indícios de irregularidades na aplicação adequada e integral de recursos repassados ao referido município pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, por meio do Convênio 804211/2003, com o objetivo de apoiar a formação continuada de docentes do ensino fundamental,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, e 23, III, da Lei 8.443/92, em:

- 9.1. com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, considerar revel o Sr. Magno Augusto Bacelar Nunes;
- 9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Magno Augusto Bacelar Nunes, CPF 595.771.267-15, ex-Prefeito Municipal de Chapadinha/MA (gestões de 2001-2004 e 2005-2008), e condená-lo ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, o valor já ressarcido:

| VALOR ORIGINAL (R\$) | DATA DA OCORRÊNCIA |
|----------------------|--------------------|
| 74.632,14            | 17/12/2003         |
| 683,35 (crédito)     | 30/11/2004         |

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação; e

9.5. encaminhar cópia do presente acórdão, bem como das peças que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU, para conhecimento e adoção das medidas que entender cabíveis em seu âmbito de atuação.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1838-09/17-1.  
13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.  
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).  
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1839/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-007.155/2013-1  
2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de contas especial.  
3. Responsáveis: José Lopes de Almeida (CPF 001.081.665-04), Jacqueline do Bonfim Farias (CPF 465.963.805-72) e Município de Riachão do Dantas/SE (CNPJ 13.107.180/0001-57).  
4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Riachão do Dantas/SE.  
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.  
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.  
7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (Secex/SE).  
8. Representação legal: Eduardo Souza Santos (Município de Riachão do Dantas/SE).

9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde em desfavor do Sr. José Lopes de Almeida e da Srª Jacqueline do Bonfim Farias, ex-Prefeito e ex-Secretária de Saúde do Município de Riachão do Dantas/SE, respectivamente, em razão de pagamentos não comprovados efetuados com recursos do SIA/SUS no referido município, no período de janeiro a dezembro de 2004, no valor histórico de R\$ 376.430,77 (trezentos e setenta e seis mil quatrocentos e trinta reais e setenta e sete centavos),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as alegações de defesa apresentadas pelo representante do Município de Riachão do Dantas/SE, uma vez que foram suficientes para elidir a irregularidade atribuída ao ente federado, e, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso I, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno, julgar as contas regulares com ressalvas, ante a aplicação de recursos do FNS em objeto diferente do previsto, dando-se-lhe quitação;

9.2. com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, declarar as revelias do Sr. José Lopes de Almeida (CPF 001.081.665-04) e da Srª Jacqueline do Bonfim Farias (CPF 465.963.805-72), ex-Prefeito e ex-Secretária de Saúde do Município de Riachão do Dantas/SE, respectivamente;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 2º, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, *caput*, e 23, inciso III, da mesma lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, e § 5º, 210 e 214, inciso III, do RI/TCU, julgar irregulares as contas do Sr. José Lopes de Almeida (CPF 138.831.941-15) e da Srª Jacqueline do Bonfim Farias (CPF 465.963.805-72), condenando-os, solidariamente, ao pagamento das quantias constantes da tabela a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde (FNS), atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, abatendo-se na oportunidade quantia eventualmente ressarcida, na forma prevista na legislação em vigor:

| Data da ocorrência | Valor original (R\$) |
|--------------------|----------------------|
| 2/1/2004           | 600,00               |
| 6/1/2004           | 921,00               |
| 6/1/2004           | 548,61               |

|           |           |
|-----------|-----------|
| 14/1/2004 | 2.000,00  |
| 14/1/2004 | 2.500,00  |
| 14/1/2004 | 2.500,00  |
| 14/1/2004 | 2.666,36  |
| 15/1/2004 | 6.695,00  |
| 15/1/2004 | 1.500,00  |
| 21/1/2004 | 1.700,00  |
| 21/1/2004 | 1.300,00  |
| 23/1/2004 | 1.000,00  |
| 26/1/2004 | 2.000,00  |
| 30/1/2004 | 100,00    |
| 9/2/2004  | 1.348,20  |
| 9/2/2004  | 2.700,00  |
| 10/2/2004 | 855,00    |
| 10/2/2004 | 70,00     |
| 10/2/2004 | 160,00    |
| 12/2/2004 | 504,45    |
| 12/2/2004 | 2.000,00  |
| 12/2/2004 | 378,30    |
| 12/2/2004 | 150,00    |
| 13/2/2004 | 10.750,00 |
| 16/2/2004 | 1.056,70  |
| 17/2/2004 | 1.348,20  |
| 17/2/2004 | 500,00    |
| 25/2/2004 | 500,00    |
| 1/3/2004  | 500,00    |
| 3/3/2004  | 278,00    |
| 5/3/2004  | 400,00    |
| 10/3/2004 | 2.000,00  |
| 15/3/2004 | 2.500,00  |
| 16/3/2004 | 900,00    |
| 16/3/2004 | 1.200,00  |
| 18/3/2004 | 500,00    |
| 24/3/2004 | 500,00    |
| 25/3/2004 | 294,98    |
| 14/4/2004 | 1.348,20  |
| 14/4/2004 | 2.500,00  |
| 14/4/2004 | 855,00    |
| 19/4/2004 | 1.348,20  |
| 26/4/2004 | 641,25    |
| 5/5/2004  | 409,73    |
| 5/5/2004  | 19.667,00 |
| 6/5/2004  | 1.638,92  |
| 6/5/2004  | 5.551,09  |
| 11/5/2004 | 3.500,00  |
| 11/5/2004 | 1.500,00  |
| 12/5/2004 | 37,50     |
| 12/5/2004 | 21.600,00 |
| 12/5/2004 | 6.960,00  |
| 13/5/2004 | 3.900,00  |
| 14/5/2004 | 350,14    |
| 26/5/2004 | 750,00    |
| 1/6/2004  | 270,00    |
| 9/6/2004  | 1.805,12  |
| 9/6/2004  | 2.000,00  |
| 9/6/2004  | 1.000,00  |
| 15/6/2004 | 1.282,50  |
| 15/6/2004 | 1.342,20  |
| 15/6/2004 | 1.623,70  |
| 15/6/2004 | 1.942,45  |
| 15/6/2004 | 1.957,40  |
| 16/6/2004 | 324,90    |
| 16/6/2004 | 1.348,20  |
| 16/6/2004 | 1.348,20  |
| 16/6/2004 | 150,00    |
| 16/6/2004 | 700,00    |
| 18/6/2004 | 1.000,00  |
| 21/6/2004 | 1.000,00  |
| 21/6/2004 | 900,00    |
| 25/6/2004 | 813,96    |
| 25/6/2004 | 192,50    |
| 25/6/2004 | 813,96    |
| 9/7/2004  | 342,00    |
| 9/7/2004  | 149,00    |
| 9/7/2004  | 2.000,00  |
| 14/7/2004 | 3.900,00  |
| 14/7/2004 | 1.600,00  |
| 14/7/2004 | 2.500,00  |
| 14/7/2004 | 2.000,00  |
| 14/7/2004 | 1.500,00  |
| 15/7/2004 | 342,00    |
| 16/7/2004 | 837,80    |
| 16/7/2004 | 1.381,20  |
| 16/7/2004 | 1.381,20  |
| 18/7/2004 | 555,00    |
| 19/7/2004 | 500,00    |
| 21/7/2004 | 400,00    |
| 22/7/2004 | 800,00    |
| 27/7/2004 | 110,00    |
| 29/7/2004 | 200,00    |
| 30/7/2004 | 600,00    |
| 13/8/2004 | 851,81    |
| 13/8/2004 | 1.930,00  |
| 13/8/2004 | 1.300,00  |
| 13/8/2004 | 1.348,20  |
| 13/8/2004 | 2.000,00  |
| 16/8/2004 | 572,85    |
| 16/8/2004 | 2.000,00  |
| 16/8/2004 | 1.348,20  |
| 16/8/2004 | 500,00    |
| 18/8/2004 | 1.942,45  |
| 18/8/2004 | 308,80    |
| 18/8/2004 | 1.942,45  |
| 18/8/2004 | 1.400,00  |
| 18/8/2004 | 300,00    |



|            |           |
|------------|-----------|
| 18/8/2004  | 3.000,00  |
| 18/8/2004  | 4.100,00  |
| 18/8/2004  | 600,00    |
| 18/8/2004  | 700,00    |
| 1/9/2004   | 200,00    |
| 1/9/2004   | 200,00    |
| 14/9/2004  | 2.293,68  |
| 15/9/2004  | 2.355,08  |
| 15/9/2004  | 50,00     |
| 17/9/2004  | 300,00    |
| 20/9/2004  | 1.348,20  |
| 20/9/2004  | 2.000,00  |
| 20/9/2004  | 386,00    |
| 20/9/2004  | 2.000,00  |
| 20/9/2004  | 3.050,00  |
| 21/9/2004  | 579,00    |
| 21/9/2004  | 587,46    |
| 21/9/2004  | 600,00    |
| 22/9/2004  | 140,00    |
| 27/9/2004  | 87,50     |
| 14/10/2004 | 414,23    |
| 14/10/2004 | 21.539,92 |
| 14/10/2004 | 1.638,92  |
| 18/10/2004 | 30.288,00 |
| 18/10/2004 | 7.540,00  |
| 18/10/2004 | 5.850,00  |
| 22/10/2004 | 5.551,09  |
| 26/10/2004 | 1.500,00  |
| 14/11/2004 | 750,00    |
| 16/11/2004 | 1.000,00  |
| 17/11/2004 | 2.000,00  |
| 17/11/2004 | 1.500,00  |
| 17/11/2004 | 1.399,89  |
| 18/11/2004 | 4.077,82  |
| 18/11/2004 | 1.000,00  |
| 24/11/2004 | 1.124,67  |
| 24/11/2004 | 2.000,00  |
| 24/11/2004 | 2.500,00  |
| 24/11/2004 | 308,80    |
| 24/11/2004 | 1.500,00  |
| 24/11/2004 | 1.700,00  |
| 25/11/2004 | 1.136,70  |
| 25/11/2004 | 1.136,70  |
| 25/11/2004 | 414,95    |
| 25/11/2004 | 1.300,00  |
| 25/11/2004 | 772,00    |
| 25/11/2004 | 1.300,00  |
| 26/11/2004 | 241,00    |
| 29/11/2004 | 3.600,00  |
| 30/11/2004 | 684,24    |
| 30/11/2004 | 167,00    |
| 30/11/2004 | 357,05    |
| 30/11/2004 | 892,00    |
| 30/11/2004 | 167,00    |
| 30/11/2004 | 357,05    |
| 7/12/2004  | 340,00    |
| 17/12/2004 | 7.540,00  |
| 21/12/2004 | 1.638,92  |
| 23/12/2004 | 21.539,92 |

9.4. aplicar, individualmente, ao Sr. José Lopes de Almeida (CPF 138.831.941-15) e à Srª Jacqueline do Bonfim Farias (CPF 465.963.805-72) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c os art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas às notificações;

9.6. remeter cópia deste acórdão, bem como das peças que o fundamentam, ao Fundo Nacional de Saúde (FNS);

9.7. remeter cópia deste acórdão, bem como das peças que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Sergipe, para ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis em face do disposto no § 3º, art. 16, da Lei 8.443/1992; e

9.8. autorizar, com fundamento no art. 169, inciso III, do RI/TCU, a Secex/SE a proceder ao arquivamento do presente processo após as comunicações processuais cabíveis, o trânsito em julgado deste acórdão e a instauração de cobrança executiva, se necessária.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1839-09/17-1.
13. Especificação do quorum:
- 13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
- 13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
- 13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1840/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.104/2015-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsável: Francisco Barbosa dos Santos (252.869.943-34).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cachoeira Grande - MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017).

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor do Sr. Francisco Barbosa dos Santos, prefeito de Cachoeira Grande (MA) na gestão 2005-2008, em razão da impugnação parcial de despesas realizadas com recursos transferidos diretamente à prefeitura de Cachoeira Grande (MA) para a execução do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (PEJA) no exercício de 2005; e da impugnação total das despesas do Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), ambos referentes ao exercício de 2008.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a", "b" e "c" da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos I, II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, as contas do Sr. Francisco Barbosa dos Santos, CPF 252.869.943-34, prefeito de Cachoeira Grande (MA) na gestão 2005-2008, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores eventualmente já ressarcidos:

| VALOR ORIGINAL (R\$) | DATA DA OCORRÊNCIA |
|----------------------|--------------------|
| 29.562,48            | 24/6/2005          |
| 19.708,32            | 5/8/2005           |
| 19.708,32            | 2/9/2005           |
| 19.708,32            | 3/10/2005          |
| 9.854,16             | 1/11/2005          |
| 19.708,40            | 2/1/2006           |
| 823,56               | 9/4/2008           |
| 823,56               | 18/4/2008          |
| 47.000,00            | 1º/8/2008          |
| 986,38               | 31/10/2008         |
| 986,40               | 28/11/2008         |

9.2 aplicar ao Sr. Francisco Barbosa dos Santos, CPF 252.869.943-34, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, proporcional ao débito correspondente aos recursos recebidos pelo município de Cachoeira Grande (MA) no exercício de 2008, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3 autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4 encaminhar cópia da deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1840-09/17-1.
13. Especificação do quorum:
- 13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
- 13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
- 13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1841/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.527/2014-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Centro Cultural Internacional - Intercult - Bsb (05.005.694/0001-73); Gisela Pelegrinelli (351.801.291-68).

4. Órgãos/Entidades: Fundação Cultural Palmares; Ministério da Cultura.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017).

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Cultural Palmares (FCP/MinC), em desfavor da entidade Centro Cultural Internacional de Brasília (Intercult-BSB), e da Sra. Gisela Pelegrinelli, então presidente da referida pessoa jurídica, em razão da não-apresentação de documentação hábil à prestação de contas do Convênio 708864/2009 (Siconv 96589/2009).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", e § 2º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, e , e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, que sejam julgadas irregulares as contas do Centro Cultural Internacional (Intercult-BSB), CNPJ 05.005.694/0001-73 e da Sra. Gisela Pelegrinelli, CPF 351.801.291-68, condenando-os, solidariamente, ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, o valor já ressarcido:

| VALOR ORIGINAL (R\$) | DATA DA OCORRÊNCIA |
|----------------------|--------------------|
| 188.160,00 (D)       | 17/11/2009         |
| 1.288,06 (C)         | 20/01/2010         |

9.2. aplicar à Sra. Gisela Pelegrinelli, CPF 351.801.291-68, e ao Centro Cultural Internacional (Intercult-BSB), CNPJ 05.005.694/0001-73, individualmente, multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.4. encaminhar cópia da deliberação proferida, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1841-09/17-1.
13. Especificação do quorum:
- 13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
- 13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
- 13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1842/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-015.234/2016-9

2. Grupo: II - Classe: VI - Assunto: Representação.

3. Representante: Ezequiel Pereira Barbosa (CPF 016.562.525-20), Prefeito Municipal de Correntina/BA.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Correntina/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia - Secex/BA.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação autuada a partir de documentação encaminhada pelo Sr. Ezequiel Pereira Barbosa, Prefeito do Município de Correntina/BA, a respeito de possíveis irregularidades na execução de obra do PAC referente à construção de uma escola infantil,



ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, por satisfazer os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno do TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014;

9.2. determinar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE que, no prazo de cento e vinte dias, conclua a análise da aplicação dos recursos transferidos por meio do Termo de Compromisso PAC-2 04020/2013 (obra ID 24312), instaurando, se for o caso, a devida tomada de contas especial, bem como informe ao Tribunal as medidas adotadas e os resultados obtidos;

9.3. encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada das peças que a fundamentam, ao representante e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

9.4. determinar à Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia que monitore o cumprimento do item 9.2 precedente, conforme as orientações previstas no art. 4º da Portaria-Segecex 27/2009; e

9.5. arquivar o presente processo.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1842-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1843/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.483/2016-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16)

3.2. Responsável: Leopoldino José Ribeiro (033.352.756-91).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Carai - MG.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017).

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em desfavor do Senhor Leopoldino José Ribeiro, ex-Prefeito do Município de Carai/MG, em razão do não-atingimento dos objetivos pactuados no Convênio n.º 1.572/2001 (peça 1, pp. 7-21), que teve por objeto a execução de sistema de esgotamento sanitário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Leopoldino José Ribeiro, CPF 033.352.756-91, ex-prefeito do município de Carai/MG (gestão: 2001-2004), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992 c/c com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas e fixando-lhe o prazo de 15 dias para que comprove perante este Tribunal, em respeito ao art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, nos termos da legislação vigente:

| VALOR ORIGINAL EM REAIS | DATA DA OCORRÊNCIA | DÉBITO / (CRÉDITO) |
|-------------------------|--------------------|--------------------|
| 100.000,00              | 17/5/2002          | DÉBITO             |
| (-4.520,95)             | 29/12/2004         | (CRÉDITO)          |

9.2. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 219, inciso II, do Regimento Interno do TCU, caso não atendida a notificação;

9.3. encaminhar cópia da deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1843-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1844/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-017.298/2015-6.

2. Grupo: II - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Paulo Ernesto Pessanha da Silva (CPF 039.407.867-56) e Osvaldo Gomes Caribé (CPF 061.833.955-87).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Itabela/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral, Dr. Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas - Secex/AL.

8. Representação Legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor do Sr. Paulo Ernesto Pessanha da Silva, prefeito do Município de Itabela/BA, em razão da impugnação das despesas realizadas com os recursos repassados por meio do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), no exercício de 2008, diante de falhas na documentação apresentada como prestação de contas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir o Sr. Osvaldo Gomes Caribé (CPF 061.833.955-87) da presente relação processual;

9.2. considerar revel o Sr. Paulo Ernesto Pessanha da Silva (CPF 039.407.867-56), nos termos do disposto no art. 12, § 3º da Lei 8.443/92;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, julgar irregulares as contas do Sr. Paulo Ernesto Pessanha da Silva (CPF 039.407.867-56), condenando-o ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

| Data       | Valor (R\$) |
|------------|-------------|
| 09/04/2008 | 10.013,03   |
| 18/04/2008 | 10.013,03   |
| 26/06/2008 | 6.029,50    |
| 29/07/2008 | 6.029,50    |
| 02/09/2008 | 6.029,50    |
| 30/09/2008 | 6.029,50    |
| 31/10/2008 | 6.029,50    |
| 28/11/2008 | 6.029,50    |

9.4. aplicar ao Sr. Paulo Ernesto Pessanha da Silva (CPF 039.407.867-56) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendida a notificação;

9.6. encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada das peças que a fundamentam, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e ao Promotor de Justiça Estadual na Comarca de Itabela/BA, para ciência, bem como à Procuradoria da República no Estado da Bahia, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para as providências que considere cabíveis.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1844-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1845/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.309/2015-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsável: Francisco Lisboa da Silva (282.076.293-04).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Santo Amaro do Maranhão - MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017).

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação (FNDE-MEC) em desfavor do Sr. Francisco Lisboa da Silva, ex-prefeito, em decorrência da impugnação parcial de despesas realizadas com os recursos repassados diretamente à prefeitura de Santo Amaro do Maranhão (MA), para a execução do Programa Nacional de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (PEJA) nos exercícios de 2005 e 2006, e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), no exercício de 2007.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Francisco Lisboa da Silva, CPF 282.076.293-04, ex-prefeito, com amparo no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e " c", da Lei 8.443/1992, 19 e 23, inciso III da Lei 8.443/92 e arts. 210 e 267 do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas de Francisco Lisboa da Silva, CPF 282.076.293-04, ex-prefeito, do município de Santo Amaro do Maranhão (MA), gestão 2005-2008, condenando-o ao pagamento da importância abaixo discriminada, acrescida dos juros de mora devidos, calculado a partir da correspondente data até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC):

| DATA DA OCORRÊNCIA | VALOR ORIGINAL (R\$) |
|--------------------|----------------------|
| 14/2/2005          | 3,00                 |
| 15/2/2005          | 10,00                |
| 14/9/2005          | 39.892,00            |
| 11/10/2005         | 9.508,46             |
| 13/10/2005         | 9.449,00             |
| 21/10/2005         | 12.000,00            |
| 11/11/2005         | 7.020,00             |
| 14/2/2006          | 0,70                 |
| 2/8/2006           | 5.079,00             |
| 11/8/2006          | 6.980,00             |
| 17/11/2006         | 11.650,00            |
| 13/12/2006         | 12.900,00            |
| 31/12/2006         | 321,84               |
| 9/11/2007          | 735,00               |
| 31/12/2007         | 14,30                |

9.3. aplicar ao Sr. Francisco Lisboa da Silva, CPF 282.076.293-04, ex-prefeito, do município de Santo Amaro do Maranhão (MA), gestão 2008-2008, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º da Lei 8.443/1992.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1845-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1846/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.318/2015-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsável: Marcos Tridon de Carvalho (714.098.666-53).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Itamonte - MG.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017).

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor do Sr. Marcos Tridon de Carvalho, prefeito do municipal no período de 2005 a 2008 e de 2009 a 2012, em virtude da omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos no âmbito do Convênio 800117/2007, Siafi 600460, firmado entre o FNDE e o município de Itamonte/MG, em 26/12/2007.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 julgar irregulares as contas do Sr. Marcos Tridon de Carvalho (CPF 714.098.666-53), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a" e "c", 19, *caput*, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso I, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, condenando-o ao pagamento da importância a seguir especificada e fixando-lhe o prazo de quinze dias para que comprove perante este Tribunal o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculada a partir da data indicada até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, nos termos da legislação vigente:

| VALOR ORIGINAL (R\$) | DATA DA OCORRÊNCIA |
|----------------------|--------------------|
| R\$ 70.000,00        | 3/7/2008           |

9.2 aplicar, com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, multa ao Sr. Marcos Tridon de Carvalho (CPF 714.098.666-53), no valor de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), fixando o prazo de quinze dias, a partir da notificação, para que, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, comprove perante este Tribunal o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional do valor atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3 autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 219, inciso II, do Regimento Interno do TCU, caso não atendida a notificação;

9.4. encaminhar cópia da deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1846-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1847/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.186/2010-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recursos de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fnde (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsáveis: Albertina Oliveira Albuquerque (767.266.303-87); Cicero Lopes Vieira (782.226.993-34); Giancarlos Oliveira Albuquerque (792.487.723-15); Marcos Siqueira Silva (405.504.433-04); Pedro Santos Albuquerque Filho (782.702.863-20); Rosilene Nepomuceno Albuquerque (832.654.813-87); Weudson Soares de Sousa (402.773.643-53).

3.3. Recorrentes: Weudson Soares de Sousa (402.773.643-53); Marcos Siqueira Silva (405.504.433-04); Cicero Lopes Vieira (782.226.993-34); Giancarlos Oliveira Albuquerque (792.487.723-15); Rosilene Nepomuceno Albuquerque (832.654.813-87).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Jenipapo dos Vieiras - MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017).

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes Recursos de Reconsideração interpostos por Weudson Soares de Sousa, Marcos Siqueira Silva, Cicero Lopes Vieira, Giancarlos Oliveira Albuquerque e Rosilene Nepomuceno Albuquerque contra o Acórdão 4.084/2015 - 1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração e, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e à Procuradoria da República no Estado do Maranhão.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1847-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1848/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.718/2015-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsável: José Lourenço Bomfim Júnior (782.471.283-49).

4. Entidade: Município de Miranda do Norte/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017).

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em desfavor de José Lourenço Bomfim Júnior, prefeito do Município de Miranda do Norte entre 2009 e 2016;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos artigos 1º, I, 16, III, "a", "b" e "c", 19, *caput*, e 23, III, "a", da Lei 8.443/1992 e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. declarar a revelia do Sr. José Lourenço Bomfim Júnior (CPF 782.471.283-49), com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992.

9.2. julgar irregulares as contas de José Lourenço Bomfim Júnior (CPF 782.471.283-49), condenando-o ao pagamento das importâncias abaixo discriminadas, acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das correspondentes datas até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

PNATE-Infantil, exercício de 2009:

| DATA DA OCORRÊNCIA | VALOR ORIGINAL (R\$) |
|--------------------|----------------------|
| 20/4/2009          | 185,41               |
| 1/5/2009           | 185,41               |
| 4/6/2009           | 185,41               |
| 30/6/2009          | 185,41               |
| 31/7/2009          | 185,41               |
| 27/11/2009         | 185,44               |

PNATE-Fundamental, exercício de 2009:

| DATA DA OCORRÊNCIA | VALOR ORIGINAL (R\$) |
|--------------------|----------------------|
| 17/4/2009          | 1.559,65             |
| 30/4/2009          | 1.559,65             |
| 30/10/2009         | 1.559,65             |
| 27/11/2009         | 1.559,68             |

PNATE-Médio, exercício de 2009:

| DATA DA OCORRÊNCIA | VALOR ORIGINAL (R\$) |
|--------------------|----------------------|
| 22/4/2009          | 1.592,37             |
| 30/4/2009          | 1.592,37             |
| 4/6/2009           | 1.592,37             |
| 30/6/2009          | 1.592,37             |
| 31/7/2009          | 1.592,37             |
| 27/11/2009         | 1.592,40             |

PDDE/2010:

| DATA DA OCORRÊNCIA | VALOR ORIGINAL (R\$) |
|--------------------|----------------------|
| 23/6/2010          | 1.772,50             |
| 23/6/2010          | 2.563,80             |
| 23/6/2010          | 9.585,10             |
| 23/6/2010          | 61.168,20            |
| 23/6/2010          | 16.392,80            |

9.3. aplicar ao Sr. José Lourenço Bomfim Júnior (CPF 782.471.283-49), a multa prevista nos art. 57, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 210 e 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 214, inciso III, "a" do Regimento Interno do TCU) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida à notificação; e

9.5. encaminhar cópia do Acórdão a ser proferido, acompanhado do Relatório e do Voto, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º da Lei 8.443/1992.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1848-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1849/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-029.038/2016-2

2. Grupo: II - Classe: V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Haydée Passos da Silva, CPF 018.440.592-00.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9.Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, em favor de Haydée Passos da Silva,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92 c/c o art. 259, inciso II, do regimento Interno, em:

9.1. considerar prejudicada, pela perda do objeto, a análise de mérito do ato constante da peça 2, relativo à aposentadoria de Haydée Passos da Silva, em face de seu falecimento, nos termos do art. 7º, I, da Resolução 206/2007 e do art. 260, § 5º do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. determinar à Sefip que:

9.2.1. retifique no sistema Sisac o número do CPF da inativa, cadastrado erroneamente, passando a constar corretamente o número 018.440.592-00;

9.2.2. dê ciência ao órgão de origem do inteiro teor deste Acórdão, bem como das demais peças que o fundamentam; e

9.2.3. archive os presentes autos.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1849-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1850/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo: TC - 030.708/2013-3

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Civil.

3. Interessada: Maria da Conceição Monteiro Alves (042.287.638-04)

4. Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Previdência Social/SP.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, ACORDAM em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 2, relativo à pensão civil da Sr.ª Maria da Conceição Monteiro Alves, negando-lhe o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;



9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, comunique a interessada o inteiro teor deste Acórdão, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. esclareça a interessada que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, no caso de negativa de provimento do recurso interposto;

9.3.3. observe os termos da IN 55/2007;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. verifique a implementação das medidas determinadas nos itens 9.3.1 a 9.3.3 *supra*;

9.4.2. dê ciência deste acórdão e das demais peças que o fundamentam ao órgão de origem; e

9.4.3. cumpridos os termos do acórdão, arquivem-se os autos.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1850-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1851/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-035.147/2015-6

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de contas especial.

3. Responsável: Edivaldo Souza Lima (259.804.835-00).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Itaju do Colônia/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex/BA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em razão da impugnação parcial de despesa dos recursos transferidos ao Município de Itaju do Colônia/BA, para execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, no exercício de 2005, e de omissão no dever de prestar contas dos recursos transferidos por conta do mesmo programa, no exercício de 2008,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Edivaldo Souza Lima, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas do responsável, Sr. Edivaldo Souza Lima (ex-Prefeito do Município de Itaju do Colônia/BA), com fundamento nos art. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c" da Lei 8.443/1992 c/c os art. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com o art. 1º, inciso I, 209, incisos I e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

| VALOR ORIGINAL (R\$) | DATA DA OCORRÊNCIA |
|----------------------|--------------------|
| 315,00               | 01/11/2005         |
| 144,50               | 01/11/2005         |
| 9.416,00             | 04/03/2008         |
| 9.416,00             | 11/07/2008         |
| 9.416,00             | 01/08/2008         |
| 9.416,00             | 02/09/2008         |
| 9.416,00             | 01/10/2008         |
| 9.416,00             | 31/10/2008         |
| 9.416,00             | 02/12/2008         |

9.3. aplicar ao responsável, Sr. Edivaldo Sousa Lima, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação; e

9.5. encaminhar cópia deste acórdão e demais elementos pertinentes, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República na Bahia, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1851-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1852/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-035.158/2015-8.

2. Grupo: II - Classe: III - Assunto: Auditoria.

3. Responsáveis: Leonardo Deptulski, ex-Prefeito (CPF 658.687.067-49) e Maria Auxiliadora Torezani de Oliveira, ex-Secretária Municipal de Educação (CPF 778.829.977-49).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Colatina/ES.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (Secex/ES).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria de conformidade realizada com o objetivo de verificar a gestão dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para apoiar ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) no Município de Colatina/ES, abrangendo os exercícios de 2014 e 2015,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 250, inciso III, do RI/TCU, recomendar ao Município de Colatina/ES que:

9.1.1. efetive, dentro de suas possibilidades orçamentárias e financeiras, a contratação de nutricionistas para a área de merenda escolar, com vistas a dar cumprimento aos parâmetros estabelecidos na Resolução CFN 465/2010 e no art. 12, § 2º, da Resolução FNDE 26/2013;

9.1.2. envide esforços a fim de que, na elaboração do cardápio da merenda escolar sejam observadas as exigências constantes dos §§ 5º e 7º do art. 14 da Resolução FNDE 26/2013, bem como para que o referido cardápio seja cumprido pelas escolas do município, em observância ao disposto no art. 12 da Lei 11.947/2009 e no art. 14, *caput* e § 2º, da mesma Resolução; e

9.2. com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, determinar ao Município de Colatina/ES que, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados a partir da ciência, informe a este Tribunal a situação do quadro de nutricionistas alocados na área da merenda escolar e as providências adotadas para adequar os cardápios às exigências das normas aplicáveis;

9.3. arquivar este processo.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1852-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1853/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-040.141/2012-8

1.1. Apensos: TCs 007.216/2016-5, 015.804/2015-1 e 002.225/2010-7

2. Grupo: II - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Minervino Dória Almeida, ex-Diretor Regional (CPF 033.709.415-20); Hugo Lima França, ex-Presidente do Conselho (CPF 067.440.525-00); Aroldo José de Lima Franca (CPF 154.397.475-91).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Administração Regional do Senac no Estado de Sergipe (Senac/SE).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (Secex/SE).

8. Representação legal: Valmir Macedo de Araujo (950/OAB/SE) e outros, representando Hugo Lima França; José Alves Santana de Oliveira (485-B/OAB/SE), representando Aroldo José de Lima Franca; Isabelle Santiago Almeida (3763/OAB/SE), representando Minervino Dória Almeida.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial convertida a partir de processo de representação (TC-002.225/2010-7), por força do Acórdão 6.665/2012-2ª Câmara, com o objetivo de apurar débito decorrente da aquisição de imóvel pelo Senac/SE em dezembro de 2007 por valor superior ao valor de arrematação judicial pago pelo proprietário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, em:

9.1. julgar regulares, com ressalva, as contas dos Srs. Minervino Dória Almeida e Hugo Lima França, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação;

9.2. excluir a responsabilidade do Sr. Aroldo José de Lima Franca destas contas; e

9.3. dar ciência deste acórdão aos responsáveis e ao Senac/SE.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1853-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1854/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.329/2013-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Representação.

3. Responsáveis: Eduardo Raupp de Vargas (692.427.120-00); Fernando de Azevedo Dantas (289.974.171-34); Francisco Cassiano Sobrinho (207.286.118-72); José Carlos Silvestre de Souza (210.565.871-72); José Sérgio de Souza (119.686.211-72); Marilene Gonçalves Rocha (232.322.771-87); Pedro Murrieta Santos Neto (068.047.801-91); Silvano da Silva Pereira (076.615.411-49).

4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

8. Representação legal: Camila Kellen dos Santos Silvestre (OAB-DF 36.504), representando José Carlos Silvestre de Souza.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no pregão eletrônico PRC/FUB 419/2009 da Fundação Universidade de Brasília.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer a presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. à luz do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, considerar revel Pedro Murrieta Santos Neto, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo;

9.3. acatar as razões de justificativa de Marilene Gonçalves Rocha;

9.4. rejeitar as razões de justificativa dos responsáveis discriminados abaixo, aplicando-lhes, com fundamento no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, a multa indicada a seguir, fixando prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das correspondentes quantias ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente a partir do dia seguinte ao do término do prazo estabelecido, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

9.4.1. José Carlos Silvestre de Souza - R\$ 10.000,00;

9.4.2. José Sérgio de Souza - R\$ 10.000,00;

9.4.3. Silvano da Silva Pereira - R\$ 10.000,00;

9.4.4. Fernando de Azevedo Dantas - R\$ 3.000,00;

9.4.5. Francisco Cassiano Sobrinho - R\$ 3.500,00;

9.4.6. Eduardo Raupp de Vargas - R\$ 3.500,00;

9.5. aplicar, com fundamento no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, multa de R\$ 7.000,00 a Pedro Murrieta Santos Neto, fixando prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao do término do prazo estabelecido, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

9.6. determinar, desde logo, caso não atendida a notificação, o desconto da dívida nos vencimentos, salários ou proventos do responsável, observados os limites previstos na legislação pertinente, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei 8.443/1992;

9.7. autorizar, desde logo, caso não seja possível o supracitado desconto, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.8. com base no art. 7º da Resolução-TCU 265/2014, dar ciência à Fundação Universidade de Brasília que a ausência de publicação do extrato do edital do pregão 419/2009 em jornal diário de grande circulação feriu os princípios constitucionais da publicidade e da isonomia, e foi de encontro ao art. 21, inciso III, da Lei 8.666/1993, e ao art. 17, inciso II, do Decreto 5.450/2005;

9.9. alertar o Min. Vital do Rego, relator do TC 042.149/2012-6, relativo à prestação de contas da Fundação Universidade de Brasília afeta ao exercício de 2011, sobre a aplicação de multa, nos presentes autos, a Francisco Cassiano Sobrinho e Eduardo Raupp de Vargas, tendo em vista que esses agentes constam como responsáveis naquele processo;

9.10. enviar cópia da presente deliberação à Fundação Universidade de Brasília, aos responsáveis e ao representante;

9.11. arquivar os presentes autos, com base no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, sem prejuízo de que a unidade instrutiva monitore a deliberação.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1854-09/17-1.

13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.  
ACÓRDÃO Nº 1855/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.332/2015-9.  
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:  
3.1. Interessado: Ministério do Turismo.

3.2. Responsáveis: Allan Gustavo de Salles Tibúrcio (004.572.226-97); Cepec - Centro de Pesquisa e Promoção Cultural (05.684.627/0001-22).

3.3. Recorrente: Allan Gustavo de Salles Tibúrcio (004.572.226-97).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Minas Gerais.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (Secex-RN).

8. Representação legal:  
8.1. Vinícius Ibrahim Silva (99416/OAB-MG) e outros, representando Allan Gustavo de Salles Tibúrcio.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração interposto por Allan Gustavo de Salles Tibúrcio contra o Acórdão 6.438/2015-TCU-Primeira Câmara, por meio do qual este Tribunal julgou irregulares suas contas, imputou-lhe débito e aplicou-lhe multa em razão de omissão no dever de prestar contas acerca do Convênio 704181/2009.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. reformar, de ofício, para correção de erro material, o item 9.2 do Acórdão 6.438/2015-TCU-Primeira Câmara, para que restem consignadas a solidariedade do débito imputado aos responsáveis e a fundamentação legal para o julgamento das contas, passando a contar com a seguinte redação:

"9.2. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a" da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas do Centro de Pesquisa e Promoção Cultural (Cepec) - CNPJ 05.684.627/0001-22 e do Sr. Allan Gustavo de Salles Tibúrcio - CPF 004.572.226-97 - então presidente do Cepec, condenando-os, solidariamente, ao pagamento da quantia abaixo discriminada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data especificada até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, desde a ciência, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional.

(...)"

9.3. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais, nos termos do §3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o §7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.4. dar ciência desta deliberação ao recorrente, ao Centro de Pesquisa e Promoção Cultural e ao Ministério Turismo.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1855-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.  
ACÓRDÃO Nº 1856/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.996/2015-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Representação).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul (92.695.790/0001-95).

3.2. Responsáveis: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul (92.695.790/0001-95); Luiz Alcides Caponi (306.831.730-49).

3.3. Recorrente: Luiz Alcides Caponi (306.831.730-49).

4. Entidade: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (Secex-RS).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto por Luiz Alcides Caponi contra o Acórdão 1.312/2016-TCU-Primeira Câmara, por meio do qual lhe foi aplicada a multa prevista no art. 58, II, da Lei 8.443/1992, em decorrência da contratação emergencial irregular de serviços advocatícios para o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro no art. 48 da Lei 8.443/1992, conhecer o pedido de reexame e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterado o Acórdão 1.312/2016-TCU-Primeira Câmara;

9.2. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao recorrente e ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1856-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.  
ACÓRDÃO Nº 1857/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.405/2013-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Responsável/Recorrente:

3.1. Responsável: Abelardo Antônio Coutinho (109.580.294-15).

3.2. Recorrente: Abelardo Antônio Coutinho (109.580.294-15).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Puxinanã - PB.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex/PB).

8. Representação legal: Edward Johnson Gonçalves de Abrantes (10.827/OAB-PB) e outros, representando Abelardo Antônio Coutinho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, nesta fase processual, tratam de recurso de reconsideração interposto por Abelardo Antônio Coutinho contra o Acórdão 2.201/2016-TCU-Primeira Câmara, que julgou irregular esta tomada de contas especial, com condenação em débito e aplicação de multa.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992 e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do presente recurso e, no mérito, dar-lhe provimento para anular o Acórdão 2.201/2016-TCU-Primeira Câmara, em função da ausência de citação válida do responsável;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Paraíba;

9.3. restituir os autos ao Relator *a quo*, Ministro José Múcio Monteiro, para as providências que julgar cabíveis.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1857-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.  
ACÓRDÃO Nº 1858/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.407/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Representação).

3. Responsável/Recorrente:

3.1. Responsável: José Arantes Lima (CPF 132.267.974-68).

3.2. Recorrente: José Arantes Lima (CPF 132.267.974-68).

4. Entidade: Conselho Regional de Química da 19ª Região (Paraíba).

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur) e Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (Secex/Previ).

8. Representação legal: Rodrigo Diniz Cabral (OAB 14108/PB).

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame interposto pelo Sr. José Arantes Lima, Presidente do Conselho Regional de Química da 19ª Região (Paraíba), contra o Acórdão 1.945/2016-TCU-1ª Câmara, que lhe aplicou multa em processo de representação devido à omissão em apresentar o relatório de gestão relativo ao exercício de 2013.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992 para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao Conselho Regional de Química da 19ª Região.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1858-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.  
ACÓRDÃO Nº 1859/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.142/2011-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Maria Carmélia Pereira D'Alencar (507.348.223-91).

4. Entidade: Associação Beneficente Cearense de Reabilitação (07.271.240/0001-70).

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 3.738/2015-TCU-Primeira Câmara, o qual julgou irregulares as contas da recorrente e de outro responsável, com condenação ao pagamento de débito e multa, em decorrência da impugnação total das despesas do Convênio 3155/2004 (Siafi 507105).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração, nos termos dos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 285 do RI/TCU, e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência da presente deliberação à recorrente;

9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1859-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.  
ACÓRDÃO Nº 1860/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.209/2015-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Adoniram Sanches Peraci (587.395.729-00); Altemir Antônio Tortelli (402.036.700-00); Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (05.684.806/0001-60).

3.2. Recorrentes: Altemir Antônio Tortelli (402.036.700-00); Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (05.684.806/0001-60).

4. Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento Agrário (extinto); Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul - Fetrat-Sul (05.684.806/0001-60).

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex-SC).

8. Representação legal:

8.1. Maria Loiva de Andrade Scherz (8.264/OAB-SC) e outros, representando Altemir Antônio Tortelli e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (peças 32, 33 e 77).

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração interposto pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetrat-Sul) e por Altemir Antônio Tortelli contra o Acórdão 1.943/2016-TCU-Primeira Câmara, por meio do qual foram julgadas irregulares suas contas, imputando-lhes débito e aplicando-



lhes multa em razão de desvio de finalidade no emprego dos recursos repassados por meio do Convênio MDA 2/2007, cujo objeto era a realização do evento "II Encontro Regional Sul de ATER para Agricultura Familiar".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Santa Catarina, nos termos do §3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o §7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.3. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, da Casa Civil da Presidência da República.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1860-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Calvanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1861/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.046/2013-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS)

3.2. Responsáveis: Agroleite - Comercial de Alimentos Eireli - EPP (09.612.676/0001-00); Antônia Lúcia Navarro Braga (038.674.201-49); Gilmar Aureliano de Lima (714.551.594-68).

4. Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX/PB).

8. Representação legal:

8.1. Fabio Andrade Medeiros (10.810/OAB-PB), representando Agroleite - Comercial de Alimentos Eireli - EPP.

8.2. John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (1663/OAB-PB) e outros, representando Antônia Lúcia Navarro Braga.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor de Gilmar Aureliano de Lima, Antônia Lúcia Navarro Braga e da empresa Agroleite - Comercial de Alimentos Eireli - EPP (Delcampo), em virtude de irregularidades observadas em auditoria realizada na Fundação de Ação Comunitária (FAC), conforme determinação do subitem 9.1 do Acórdão 4.416/2013 - TCU - Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF 038.674.201-49, Gilmar Aureliano de Lima, CPF 714.551.594-68, ex-Presidentes da FAC, e da empresa Agroleite - Comercial de Alimentos Eireli - EPP (Delcampo), CNPJ: 09.612.676/0001-00;

9.2. condenar Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF 038.674.201-49, solidariamente com a empresa Agroleite - Comercial de Alimentos Eireli - EPP (Delcampo), CNPJ: 09.612.676/0001-00, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

| Valor Histórico | Data de ocorrência |
|-----------------|--------------------|
| R\$ 571.859,35  | 31/1/2010          |
| R\$ 665.859,55  | 31/1/2011          |

9.3. condenar Gilmar Aureliano de Lima, CPF 714.551.594-68, solidariamente com a empresa Agroleite - Comercial de Alimentos Eireli - EPP (Delcampo), CNPJ: 09.612.676/0001-00, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

| Valor Histórico | Data de ocorrência |
|-----------------|--------------------|
| R\$ 208.630,70  | 31/1/2009          |
| R\$ 44.828,15   | 31/1/2010          |

9.4. aplicar a Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF: 038.674.201-49, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. aplicar a Gilmar Aureliano de Lima, CPF: 714.551.594-68, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. aplicar à empresa Agroleite - Comercial de Alimentos Eireli - EPP (Delcampo), CNPJ: 09.612.676/0001-00, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os itens 9.2 a 9.6 supra, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.8. autorizar também, caso venha a ser requerido pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, atualizadas monetariamente, incidindo ainda, sobre cada valor mensal correspondente ao débito, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.9. recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) que estabeleça uma rotina de verificação e/ou investigação acerca da efetiva condição de produtor rural pronaflano, quando da emissão ou da homologação de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), bem como de cobrança dos órgãos locais (como sindicatos rurais e a própria Emater) por ocasião da emissão do documento aos interessados, com vistas a sanar as inconsistências observadas no bojo desse processo;

9.10. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.11. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1861-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Calvanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1862/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.049/2013-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS)

3.2. Responsáveis: Agroleite Comércio Indústria de Laticínios Ltda - EPP (06.076.620/0001-90); Gilmar Aureliano de Lima (714.551.594-68).

4. Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX/PB).

8. Representação legal:

8.1. Fabio Andrade Medeiros (10.810/OAB-PB) e outros, representando Agroleite Comércio Indústria de Laticínios Ltda - EPP.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor de Gilmar Aureliano de Lima e da Agroleite Comércio Indústria de Laticínios Ltda - EPP (Ducampo), em virtude de irregularidades observadas em auditoria realizada na Fundação de Ação Comunitária (FAC), conforme determinação do subitem 9.1 do Acórdão 4.416/2013 - TCU - Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Gilmar Aureliano de Lima, CPF 714.551.594-68, ex-Presidente da FAC, e da Agroleite Comércio Indústria de Laticínios Ltda - EPP (Ducampo), CNPJ: 06.076.620/0001-90;

9.2. condenar Gilmar Aureliano de Lima (CPF 714.551.594-68), solidariamente com a Agroleite Comércio Indústria de Laticínios Ltda - EPP (Ducampo), CNPJ: 06.076.620/0001-90, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

| Valor Histórico  | Data de ocorrência |
|------------------|--------------------|
| R\$ 723.542,05   | 31/1/2007          |
| R\$ 1.304.396,70 | 31/1/2008          |
| R\$ 298.752,75   | 31/1/2009          |

9.3. aplicar, individualmente, a Gilmar Aureliano de Lima, CPF: 714.551.594-68, e à Agroleite Comércio Indústria de Laticínios Ltda - EPP (Ducampo), CNPJ: 06.076.620/0001-90, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os itens 9.2 e 9.3 supra, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.6. autorizar também, caso venha a ser requerido pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, atualizadas monetariamente, incidindo ainda, sobre cada valor mensal correspondente ao débito, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.7. recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) que estabeleça uma rotina de verificação e/ou investigação acerca da efetiva condição de produtor rural pronaflano, quando da emissão ou da homologação de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), bem como de cobrança dos órgãos locais (como sindicatos rurais e a própria Emater) por ocasião da emissão do documento aos interessados, com vistas a sanar as inconsistências observadas no bojo desse processo;

9.8. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.9. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1862-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Calvanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1863/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.182/2013-7.

Especial  
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas

3. Interessados/Responsáveis:

Agrário (MDS)  
3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e

3.2. Responsáveis: Antônia Lúcia Navarro Braga (038.674.201-49); Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Zabelê (02.665.044/0001-66); Gilmar Aureliano de Lima (714.551.594-68).

4. Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX/PB).

8. Representação legal:

8.1. Renan Cavalcante Lira de Oliveira (18.341/OAB-PB), representando Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Zabelê.

8.2. John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (1.663/OAB-PB) e outros, representando Antônia Lúcia Navarro Braga.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor de Gilmar Aureliano de Lima, Antônia Lúcia Navarro Braga e da Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Zabelê/PB, em virtude de irregularidades observadas em auditoria realizada na Fundação de Ação Comunitária (FAC), conforme determinação do subitem 9.1 do Acórdão 4.416/2013 - TCU - Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa oferecidas pela Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Zabelê/PB (Accoza), CNPJ: 02.665.044/0001-66, no sentido de reduzir o débito inicialmente apontado, aproveitando-as aos responsáveis solidários;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF 038.674.201-49, Gilmar Aureliano de Lima, CPF 714.551.594-68, ex-Presidentes da FAC, e da Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Zabelê/PB (Accoza), CNPJ: 02.665.044/0001-66;

9.3. condenar Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF 038.674.201-49, solidariamente com a Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Zabelê/PB (Accoza), CNPJ: 02.665.044/0001-66, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

| Valor Histórico | Data de ocorrência |
|-----------------|--------------------|
| R\$ 5.597,20    | 31/1/2010          |
| R\$ 28.974,52   | 31/1/2011          |

9.4. condenar Gilmar Aureliano de Lima, CPF 714.551.594-68, solidariamente com a Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Zabelê/PB (Accoza), CNPJ: 02.665.044/0001-66, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

| Valor Histórico | Data de ocorrência |
|-----------------|--------------------|
| R\$ 79.864,40   | 31/1/2007          |
| R\$ 60.650,80   | 31/1/2008          |
| R\$ 39.033,40   | 31/1/2009          |
| R\$ 4.895,80    | 31/1/2010          |

9.5. aplicar a Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF: 038.674.201-49, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. aplicar a Gilmar Aureliano de Lima, CPF: 714.551.594-68, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. aplicar à Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Zabelê/PB (Accoza), CNPJ: 02.665.044/0001-66, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.8. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os itens 9.3 a 9.7 supra, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.9. autorizar também, caso venha a ser requerido pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, atualizadas monetariamente, incidindo ainda, sobre cada valor mensal correspondente ao débito, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.10. recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) que estabeleça uma rotina de verificação e/ou investigação acerca da efetiva condição de produtor rural pronaflano, quando da emissão ou da homologação de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), bem como de cobrança dos órgãos locais (como sindicatos rurais e a própria Emater) por ocasião da emissão do documento aos interessados, com vistas a sanar as inconsistências observadas no bojo desse processo;

9.11. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.12. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1863-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Calvanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1864/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.186/2013-2.

Especial  
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas

3. Interessados/Responsáveis:

Agrário (MDS)  
3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e

3.2. Responsáveis: Associação dos Ovinocaprinocultores do Cariri Ocidental Paraibano (03.612.187/0001-72); Gilmar Aureliano de Lima (714.551.594-68).

4. Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX/PB).

8. Representação legal:

8.1. Renan Cavalcante Lira de Oliveira (18.341/OAB-PB), representando Associação dos Ovinocaprinocultores do Cariri Ocidental Paraibano

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor de Gilmar Aureliano de Lima e da Associação dos Ovinocaprinocultores do Cariri Ocidental Paraibano (Carimilk), em virtude de irregularidades observadas em auditoria realizada na Fundação de Ação Comunitária (FAC), conforme determinação do subitem 9.1 do Acórdão 4.416/2013 - TCU - Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa oferecidas pela Associação dos Ovinocaprinocultores do Cariri Ocidental Paraibano (Carimilk), CNPJ: 03.612.187/0001-72, no sentido de reduzir o débito inicialmente apontado, aproveitando-as aos responsáveis solidários;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Gilmar Aureliano de Lima, CPF 714.551.594-68, ex-Presidente da FAC, e da Associação dos Ovinocaprinocultores do Cariri Ocidental Paraibano (Carimilk), CNPJ: 03.612.187/0001-72;

9.3. condenar Gilmar Aureliano de Lima (CPF 714.551.594-68), solidariamente com a Associação dos Ovinocaprinocultores do Cariri Ocidental Paraibano (Carimilk), CNPJ: 03.612.187/0001-72, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento

Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

| Valor Histórico | Data de ocorrência |
|-----------------|--------------------|
| R\$ 8.730,70    | 31/1/2007          |
| R\$ 61.681,20   | 31/1/2008          |
| R\$ 11.055,80   | 31/1/2009          |

9.4. aplicar, individualmente, a Gilmar Aureliano de Lima, CPF: 714.551.594-68, e à Associação dos Ovinocaprinocultores do Cariri Ocidental Paraibano (Carimilk), CNPJ: 03.612.187/0001-72, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os itens 9.3 e 9.4 supra, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.6. autorizar também, caso venha a ser requerido pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, atualizadas monetariamente, incidindo ainda, sobre cada valor mensal correspondente ao débito, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.7. recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) que estabeleça uma rotina de verificação e/ou investigação acerca da efetiva condição de produtor rural pronaflano, quando da emissão ou da homologação de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), bem como de cobrança dos órgãos locais (como sindicatos rurais e a própria Emater) por ocasião da emissão do documento aos interessados, com vistas a sanar as inconsistências observadas no bojo desse processo;

9.8. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.9. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1864-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Calvanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1865/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.218/2013-1.

Especial  
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas

3. Interessados/Responsáveis:

Agrário (MDS)  
3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e

3.2. Responsáveis: Antônia Lúcia Navarro Braga (038.674.201-49); Associação dos Produtores das Comunidades Capitão Mor, Salgado, Salão, União, Poço Entupido, Boa Sorte e Dois Riachos (01.890.471/0001-85); Gilmar Aureliano de Lima (714.551.594-68).

4. Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX/PB).

8. Representação legal:

8.1. Renan Cavalcante Lira de Oliveira (18.341/OAB-PB), representando Associação dos Produtores das Comunidades Capitão Mor, Salgado, Salão, União, Poço Entupido, Boa Sorte e Dois Riachos.

8.2. John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (1.663/OAB-PB) e outros, representando Antônia Lúcia Navarro Braga.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor de Gilmar Aureliano de Lima, Antônia Lúcia Navarro Braga e da Associação dos Produtores das Comunidades Capitão Mor, Salgado, Salão, União, Poço Entupido, Boa Sorte e Dois Riachos (Laticínio Vila do Caróá), em virtude de irregularidades observadas em auditoria realizada na Fundação de Ação Comunitária (FAC), conforme determinação do subitem 9.1 do Acórdão 4.416/2013 - TCU - Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:



9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa oferecidas pela Associação dos Produtores das Comunidades Capitão Mor, Salgado, Salão, União, Poço Entupido, Boa Sorte e Dois Riachos (Laticínio Vila do Caroá), CNPJ: 01.890.471/0001-85, no sentido de reduzir o débito inicialmente apontado, aproveitando-as aos responsáveis solidários;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF 038.674.201-49, Gilmar Aureliano de Lima, CPF 714.551.594-68, ex-Presidentes da FAC, e da Associação dos Produtores das Comunidades Capitão Mor, Salgado, Salão, União, Poço Entupido, Boa Sorte e Dois Riachos (Laticínio Vila do Caroá), CNPJ: 01.890.471/0001-85;

9.3. condenar Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF 038.674.201-49, solidariamente com a Associação dos Produtores das Comunidades Capitão Mor, Salgado, Salão, União, Poço Entupido, Boa Sorte e Dois Riachos (Laticínio Vila do Caroá), CNPJ: 01.890.471/0001-85, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

| Valor Histórico | Data de ocorrência |
|-----------------|--------------------|
| R\$ 23.294,60   | 31/1/2010          |
| R\$ 33.115,23   | 31/1/2011          |

9.4. condenar Gilmar Aureliano de Lima, CPF 714.551.594-68, solidariamente com a Associação dos Produtores das Comunidades Capitão Mor, Salgado, Salão, União, Poço Entupido, Boa Sorte e Dois Riachos (Laticínio Vila do Caroá), CNPJ: 01.890.471/0001-85, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

| Valor Histórico | Data de ocorrência |
|-----------------|--------------------|
| R\$ 29.825,40   | 31/1/2007          |
| R\$ 62.038,20   | 31/1/2008          |
| R\$ 47.807,20   | 31/1/2009          |
| R\$ 6.301,40    | 31/1/2010          |

9.5. aplicar a Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF: 038.674.201-49, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. aplicar a Gilmar Aureliano de Lima, CPF: 714.551.594-68, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. aplicar à Associação dos Produtores das Comunidades Capitão Mor, Salgado, Salão, União, Poço Entupido, Boa Sorte e Dois Riachos (Laticínio Vila do Caroá), CNPJ: 01.890.471/0001-85, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.8. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os itens 9.3 a 9.7 supra, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.9. autorizar também, caso venha a ser requerido pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, atualizadas monetariamente, incidindo ainda, sobre cada valor mensal correspondente ao débito, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.10. recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) que estabeleça uma rotina de verificação e/ou investigação acerca da efetiva condição de produtor rural pronafiano, quando da emissão ou da homologação de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), bem como de cobrança dos órgãos locais (como sindicatos rurais e a própria Emater) por ocasião da emissão do documento aos interessados, com vistas a sanar as inconsistências observadas no bojo desse processo;

9.11. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.12. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1865-09/17-1.

13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Calvanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.  
ACORDÃO Nº 1866/2017 - TCU - 1ª Câmara  
1. Processo nº TC 025.257/2013-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:  
3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS)

3.2. Responsáveis: Antônia Lúcia Navarro Braga (038.674.201-49); Enock Figueiredo de Souza - EPP (10.752.384/0001-52); Gilmar Aureliano de Lima (714.551.594-68).

4. Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.  
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX/PB).

8. Representação legal:  
8.1. Renan Cavalcante Lira de Oliveira (18.341/OAB-PB), representando Enock Figueiredo de Souza - EPP.

8.2. John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (1.663/OAB-PB) e outros, representando Antônia Lúcia Navarro Braga.

9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor de Gilmar Aureliano de Lima, Antônia Lúcia Navarro Braga e da empresa Enock Figueiredo de Souza - EPP (Cabralac), em virtude de irregularidades observadas em auditoria realizada na Fundação de Ação Comunitária (FAC), conforme determinação do subitem 9.1 do Acórdão 4.416/2013 - TCU - Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa oferecidas pela empresa Enock Figueiredo de Souza - EPP (Cabralac), CNPJ: 10.752.384/0001-52, no sentido de reduzir o débito inicialmente apontado, aproveitando-as aos responsáveis solidários;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Antônia Lúcia Navarro Braga (CPF 038.674.201-49), Gilmar Aureliano de Lima (CPF 714.551.594-68), ex-Presidentes da FAC, e da empresa Enock Figueiredo de Souza - EPP (Cabralac), CNPJ: 10.752.384/0001-52;

9.3. condenar Antônia Lúcia Navarro Braga (CPF 038.674.201-49), solidariamente com a empresa Enock Figueiredo de Souza - EPP (Cabralac), CNPJ: 10.752.384/0001-52, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

| Valor Histórico | Data de ocorrência |
|-----------------|--------------------|
| R\$ 135.896,65  | 31/1/2010          |
| R\$ 340.325,56  | 31/1/2011          |

9.4. condenar Gilmar Aureliano de Lima (CPF 714.551.594-68), solidariamente com a empresa Enock Figueiredo de Souza - EPP (Cabralac), CNPJ: 10.752.384/0001-52, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

| Valor Histórico | Data de ocorrência |
|-----------------|--------------------|
| R\$ 182.366,85  | 31/1/2007          |
| R\$ 279.200,65  | 31/1/2008          |
| R\$ 241.024,15  | 31/1/2009          |
| R\$ 11.576,85   | 31/1/2010          |

9.5. aplicar a Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF: 038.674.201-49, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III,

alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. aplicar a Gilmar Aureliano de Lima, CPF: 714.551.594-68, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. aplicar à empresa Enock Figueiredo de Souza - EPP (Cabralac), CNPJ: 10.752.384/0001-52, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.8. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os itens 9.3 a 9.7 supra, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.9. autorizar também, caso venha a ser requerido pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, atualizadas monetariamente, incidindo ainda, sobre cada valor mensal correspondente ao débito, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.10. recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) que estabeleça uma rotina de verificação e/ou investigação acerca da efetiva condição de produtor rural pronafiano, quando da emissão ou da homologação de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), bem como de cobrança dos órgãos locais (como sindicatos rurais e a própria Emater) por ocasião da emissão do documento aos interessados, com vistas a sanar as inconsistências observadas no bojo desse processo;

9.11. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.12. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1866-09/17-1.

13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Calvanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.  
ACORDÃO Nº 1867/2017 - TCU - 1ª Câmara  
1. Processo nº TC 025.259/2013-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:  
3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS)

3.2. Responsáveis: Antônia Lúcia Navarro Braga (038.674.201-49); Cooperativa dos Produtores de Leite e Derivados de Catolé do Rocha Ltda (05.985.476/0001-42); Gilmar Aureliano de Lima (714.551.594-68).

4. Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.  
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX/PB).

8. Representação legal:

8.1. Renan Cavalcante Lira de Oliveira (18.341/OAB-PB), representando Cooperativa dos Produtores de Leite e Derivados de Catolé do Rocha Ltda.

8.2. John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (1.663/OAB-PB) e outros, representando Antônia Lúcia Navarro Braga.

9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor de Gilmar Aureliano de Lima, Antônia Lúcia Navarro Braga e da Cooperativa dos Produtores de Leite e Derivados de Catolé do Rocha Ltda (Catoleite), em virtude de irregularidades observadas em auditoria realizada na Fundação de Ação Comunitária (FAC), conforme determinação do subitem 9.1 do Acórdão 4.416/2013 - TCU - Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa oferecidas pela Cooperativa dos Produtores de Leite e Derivados de Catolé do Rocha Ltda (Catoleite), CNPJ: 05.985.476/0001-42, no sentido de reduzir o débito inicialmente apontado, aproveitando-as aos responsáveis solidários;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Antônia Lúcia Navarro Braga (CPF 038.674.201-49), Gilmar Aureliano de Lima (CPF 714.551.594-68), ex-Presidentes da FAC, e da Cooperativa dos Produtores de Leite e Derivados de Catolé do Rocha Ltda (Catoleite), CNPJ: 05.985.476/0001-42;

9.3. condenar Antônia Lúcia Navarro Braga (CPF 038.674.201-49), solidariamente com a Cooperativa dos Produtores de Leite e Derivados de Catolé do Rocha Ltda (Catoleite), CNPJ: 05.985.476/0001-42, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

| Valor Histórico | Data de ocorrência |
|-----------------|--------------------|
| R\$ 9.995,80    | 31/1/2010          |
| R\$ 28.198,63   | 31/1/2011          |

9.4. condenar Gilmar Aureliano de Lima (CPF 714.551.594-68), solidariamente com a Cooperativa dos Produtores de Leite e Derivados de Catolé do Rocha Ltda (Catoleite), CNPJ: 05.985.476/0001-42, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

| Valor Histórico | Data de ocorrência |
|-----------------|--------------------|
| R\$ 45.545,75   | 31/1/2008          |
| R\$ 33.003,85   | 31/1/2009          |
| R\$ 3.392,50    | 31/1/2010          |

9.5. aplicar a Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF: 038.674.201-49, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. aplicar a Gilmar Aureliano de Lima, CPF: 714.551.594-68, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. aplicar à Cooperativa dos Produtores de Leite e Derivados de Catolé do Rocha Ltda (Catoleite), CNPJ: 05.985.476/0001-42, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.8. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os itens 9.3 a 9.7 supra, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.9. autorizar também, caso venha a ser requerido pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, atualizadas monetariamente, incidindo ainda, sobre cada valor mensal correspondente ao débito, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.10. recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) que estabeleça uma rotina de verificação e/ou investigação acerca da efetiva condição de produtor rural pronaafiano, quando da emissão ou da homologação de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), bem como de cobrança dos órgãos locais (como sindicatos rurais e a própria Emater) por ocasião da emissão do documento aos interessados, com vistas a sanar as inconsistências observadas no bojo desse processo;

9.11. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.12. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1867-09/17-1.  
13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.  
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Calvanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.  
ACORDÃO Nº 1868/2017 - TCU - 1ª Câmara  
1. Processo nº TC 025.262/2013-0.  
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:  
3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS)

3.2. Responsáveis: Antônia Lúcia Navarro Braga (038.674.201-49); Condomínio Agroindustrial de Amparo (04.739.899/0001-10); Gilmar Aureliano de Lima (714.551.594-68).

4. Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.  
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX/PB).

8. Representação legal:  
8.1. Renan Cavalcante Lira de Oliveira (18.341/OAB-PB), representando Condomínio Agroindustrial de Amparo.

8.2. John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (1.663/OAB-PB) e outros, representando Antônia Lúcia Navarro Braga.

9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor de Gilmar Aureliano de Lima, Antônia Lúcia Navarro Braga e do Condomínio Agroindustrial de Amparo, em virtude de irregularidades observadas em auditoria realizada na Fundação de Ação Comunitária (FAC), conforme determinação do subitem 9.1 do Acórdão 4.416/2013 - TCU - Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa oferecidas pelo Condomínio Agroindustrial de Amparo, CNPJ: 04.739.899/0001-10, no sentido de reduzir o débito inicialmente apontado, aproveitando-as aos responsáveis solidários;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Antônia Lúcia Navarro Braga (CPF 038.674.201-49), Gilmar Aureliano de Lima (CPF 714.551.594-68), ex-Presidentes da FAC, e do Condomínio Agroindustrial de Amparo, CNPJ: 04.739.899/0001-10;

9.3. condenar Antônia Lúcia Navarro Braga (CPF 038.674.201-49), solidariamente com o Condomínio Agroindustrial de Amparo, CNPJ: 04.739.899/0001-10, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

| Valor Histórico | Data de ocorrência |
|-----------------|--------------------|
| R\$ 42.491,40   | 31/1/2010          |
| R\$ 63.059,45   | 31/1/2011          |

9.4. condenar Gilmar Aureliano de Lima (CPF 714.551.594-68), solidariamente com o Condomínio Agroindustrial de Amparo, CNPJ: 04.739.899/0001-10, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

| Valor Histórico | Data de ocorrência |
|-----------------|--------------------|
| R\$ 23.057,10   | 31/1/2007          |
| R\$ 67.107,60   | 31/1/2008          |
| R\$ 48.293,00   | 31/1/2009          |
| R\$ 6.316,80    | 31/1/2010          |

9.5. aplicar a Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF: 038.674.201-49, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos

cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. aplicar a Gilmar Aureliano de Lima, CPF: 714.551.594-68, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. aplicar ao Condomínio Agroindustrial de Amparo, CNPJ: 04.739.899/0001-10, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.8. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os itens 9.3 a 9.7 supra, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.9. autorizar também, caso venha a ser requerido pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, atualizadas monetariamente, incidindo ainda, sobre cada valor mensal correspondente ao débito, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.10. recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) que estabeleça uma rotina de verificação e/ou investigação acerca da efetiva condição de produtor rural pronaafiano, quando da emissão ou da homologação de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), bem como de cobrança dos órgãos locais (como sindicatos rurais e a própria Emater) por ocasião da emissão do documento aos interessados, com vistas a sanar as inconsistências observadas no bojo desse processo;

9.11. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.12. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1868-09/17-1.  
13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.  
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Calvanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.  
ACORDÃO Nº 1869/2017 - TCU - 1ª Câmara  
1. Processo nº TC 025.264/2013-3.  
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:  
3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS)

3.2. Responsáveis: Antônia Lúcia Navarro Braga (038.674.201-49); Condomínio Agroindustrial de Desterro (04.614.469/0001-71); Gilmar Aureliano de Lima (714.551.594-68).

4. Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.  
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX/PB).

8. Representação legal:  
8.1. Renan Cavalcante Lira de Oliveira (18.341/OAB-PB), representando Condomínio Agroindustrial de Desterro.

8.2. John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (1.663/OAB-PB) e outros, representando Antônia Lúcia Navarro Braga.

9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor de Gilmar Aureliano de Lima, Antônia Lúcia Navarro Braga e do Condomínio Agroindustrial de Desterro, em virtude de irregularidades observadas em auditoria realizada na Fundação de Ação Comunitária (FAC), conforme determinação do subitem 9.1 do Acórdão 4.416/2013 - TCU - Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa oferecidas pelo Condomínio Agroindustrial de Desterro, CNPJ: 04.614.469/0001-71, no sentido de reduzir o débito inicialmente apontado, aproveitando-as aos responsáveis solidários;



9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Antônia Lúcia Navarro Braga (CPF 038.674.201-49), Gilmar Aureliano de Lima (CPF 714.551.594-68), ex-Presidentes da FAC, e do Condomínio Agroindustrial de Desterro, CNPJ: 04.614.469/0001-71;

9.3. condenar Antônia Lúcia Navarro Braga (CPF 038.674.201-49), solidariamente com o Condomínio Agroindustrial de Desterro, CNPJ: 04.614.469/0001-71, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

| Valor Histórico | Data de ocorrência |
|-----------------|--------------------|
| R\$ 35.484,40   | 31/1/2010          |
| R\$ 70.043,20   | 31/1/2011          |

9.4. condenar Gilmar Aureliano de Lima (CPF 714.551.594-68), solidariamente com o Condomínio Agroindustrial de Desterro, CNPJ: 04.614.469/0001-71, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

| Valor Histórico | Data de ocorrência |
|-----------------|--------------------|
| R\$ 21.058,80   | 31/1/2007          |
| R\$ 53.431,30   | 31/1/2008          |

9.5. aplicar a Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF: 038.674.201-49, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. aplicar a Gilmar Aureliano de Lima, CPF: 714.551.594-68, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. aplicar ao Condomínio Agroindustrial de Desterro, CNPJ: 04.614.469/0001-71, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.8. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os itens 9.3 a 9.7 supra, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.9. autorizar também, caso venha a ser requerido pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, atualizadas monetariamente, incidindo ainda, sobre cada valor mensal correspondente ao débito, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.10. recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) que estabeleça uma rotina de verificação e/ou investigação acerca da efetiva condição de produtor rural pronafiano, quando da emissão ou da homologação de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), bem como de cobrança dos órgãos locais (como sindicatos rurais e a própria Emater) por ocasião da emissão do documento aos interessados, com vistas a sanar as inconsistências observadas no bojo desse processo;

9.11. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.12. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1869-09/17-1.

13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Calvanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.  
ACÓRDÃO Nº 1870/2017 - TCU - 1ª Câmara  
1. Processo nº TC 025.266/2013-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS)

3.2. Responsáveis: Antônia Lúcia Navarro Braga (038.674.201-49); Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro Ltda. (08.855.043/0001-60); Gilmar Aureliano de Lima (714.551.594-68).

4. Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX/PB).

8. Representação legal:

8.1. Renan Cavalcante Lira de Oliveira (18.341/OAB-PB), representando Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro Ltda.

8.2. John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (1.663/OAB-PB) e outros, representando Antônia Lúcia Navarro Braga.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor de Gilmar Aureliano de Lima, Antônia Lúcia Navarro Braga e da Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro Ltda. (Capribom), em virtude de irregularidades observadas em auditoria realizada na Fundação de Ação Comunitária (FAC), conforme determinação do subitem 9.1 do Acórdão 4.416/2013 - TCU - Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa oferecidas pela Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro Ltda. (Capribom), CNPJ: 08.855.043/0001-60, no sentido de reduzir o débito inicialmente apontado, aproveitando-as aos responsáveis solidários;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Antônia Lúcia Navarro Braga (CPF 038.674.201-49), Gilmar Aureliano de Lima (CPF 714.551.594-68), ex-Presidentes da FAC, e da Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro Ltda. (Capribom), CNPJ: 08.855.043/0001-60;

9.3. condenar Antônia Lúcia Navarro Braga (CPF 038.674.201-49), solidariamente com a Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro Ltda. (Capribom), CNPJ: 08.855.043/0001-60, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

| Valor Histórico | Data de ocorrência |
|-----------------|--------------------|
| R\$ 23.472,40   | 31/1/2010          |
| R\$ 39.380,47   | 31/1/2011          |

9.4. condenar Gilmar Aureliano de Lima (CPF 714.551.594-68), solidariamente com a Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro Ltda. (Capribom), CNPJ: 08.855.043/0001-60, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

| Valor Histórico | Data de ocorrência |
|-----------------|--------------------|
| R\$ 28.159,60   | 31/1/2009          |
| R\$ 5.902,40    | 31/1/2010          |

9.5. aplicar a Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF: 038.674.201-49, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. aplicar a Gilmar Aureliano de Lima, CPF: 714.551.594-68, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. aplicar à Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro Ltda. (Capribom), CNPJ: 08.855.043/0001-60, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.8. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os itens 9.3 a 9.7 supra, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.9. autorizar também, caso venha a ser requerido pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, atualizadas monetariamente, incidindo ainda, sobre cada valor mensal correspondente ao débito, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.10. recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) que estabeleça uma rotina de verificação e/ou investigação acerca da efetiva condição de produtor rural pronafiano, quando da emissão ou da homologação de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), bem como de cobrança dos órgãos locais (como sindicatos rurais e a própria Emater) por ocasião da emissão do documento aos interessados, com vistas a sanar as inconsistências observadas no bojo desse processo;

9.11. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.12. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1870-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Calvanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.  
ACÓRDÃO Nº 1871/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.299/2013-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS)

3.2. Responsáveis: Antônia Lúcia Navarro Braga (038.674.201-49); Gilmar Aureliano de Lima (714.551.594-68); Gutlacta Laticínios Ltda (01.570.805/0001-33).

4. Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX/PB).

8. Representação legal:

8.1. Renan Cavalcante Lira de Oliveira (18.341/OAB-PB), representando Gutlacta Laticínios Ltda

8.2. John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (1.663/OAB-PB) e outros, representando Antônia Lúcia Navarro Braga.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor de Gilmar Aureliano de Lima, Antônia Lúcia Navarro Braga e da Gutlacta Laticínios Ltda, em virtude de irregularidades observadas em auditoria realizada na Fundação de Ação Comunitária (FAC), conforme determinação do subitem 9.1 do Acórdão 4.416/2013 - TCU - Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa oferecidas pela empresa Gutlacta Laticínios Ltda, CNPJ: 01.570.805/0001-33, no sentido de reduzir o débito inicialmente apontado, aproveitando-as aos responsáveis solidários;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF 038.674.201-49, Gilmar Aureliano de Lima, CPF 714.551.594-68, ex-Presidentes da FAC, e da Gutlacta Laticínios Ltda, CNPJ: 01.570.805/0001-33;

9.3. condenar Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF 038.674.201-49, solidariamente com a Gutlacta Laticínios Ltda, CNPJ: 01.570.805/0001-33, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional,

atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

| Valor Histórico | Data de ocorrência |
|-----------------|--------------------|
| R\$ 637.823,35  | 31/1/2010          |
| R\$ 728.433,27  | 31/1/2011          |

9.4. condenar Gilmar Aureliano de Lima, CPF 714.551.594-68, solidariamente com a Gutlacta Laticínios Ltda, CNPJ: 01.570.805/0001-33, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

| Valor Histórico  | Data de ocorrência |
|------------------|--------------------|
| R\$ 536.136,90   | 31/1/2007          |
| R\$ 1.152.777,25 | 31/1/2008          |
| R\$ 1.141.124,30 | 31/1/2009          |
| R\$ 78.586,40    | 31/1/2010          |

9.5. aplicar a Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF: 038.674.201-49, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. aplicar a Gilmar Aureliano de Lima, CPF: 714.551.594-68, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. aplicar à Gutlacta Laticínios Ltda, CNPJ: 01.570.805/0001-33, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.8. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os itens 9.3 a 9.7 supra, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.9. autorizar também, caso venha a ser requerido pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, atualizadas monetariamente, incidindo ainda, sobre cada valor mensal correspondente ao débito, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.10. recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) que estabeleça uma rotina de verificação e/ou investigação acerca da efetiva condição de produtor rural pronaflano, quando da emissão ou da homologação de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), bem como de cobrança dos órgãos locais (como sindicatos rurais e a própria Emater) por ocasião da emissão do documento aos interessados, com vistas a sanar as inconsistências observadas no bojo desse processo;

9.11. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.12. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1871-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Calvacanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1872/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.410/2013-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS)

3.2. Responsáveis: Antônia Lúcia Navarro Braga (038.674.201-49); Gilmar Aureliano de Lima (714.551.594-68); Laticínio Grupiara Ltda. (06.314.977/0001-60).

4. Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX/PB).

8. Representação legal:

8.1. Fabio Andrade Medeiros (10.810/OAB-PB), representando Laticínio Grupiara Ltda. - ME.

8.2. John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (1.663/OAB-PB) e outros, representando Antônia Lúcia Navarro Braga.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor de Gilmar Aureliano de Lima, Antônia Lúcia Navarro Braga e da empresa Laticínio Grupiara Ltda. - ME, em virtude de irregularidades observadas em auditoria realizada na Fundação de Ação Comunitária (FAC), conforme determinação do subitem 9.1 do Acórdão 4.416/2013 - TCU - Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa oferecidas pela empresa Laticínio Grupiara Ltda. - ME, CNPJ: 06.314.977/0001-60, no sentido de reduzir o débito inicialmente apontado, aproveitando-as aos responsáveis solidários;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF 038.674.201-49, Gilmar Aureliano de Lima, CPF 714.551.594-68, ex-Presidentes da FAC, e da empresa Laticínio Grupiara Ltda. - ME, CNPJ: 06.314.977/0001-60;

9.3. condenar Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF 038.674.201-49, solidariamente com a empresa Laticínio Grupiara Ltda. - ME, CNPJ: 06.314.977/0001-60, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

| Valor Histórico | Data de ocorrência |
|-----------------|--------------------|
| R\$ 114.663,55  | 31/1/2010          |
| R\$ 279.572,88  | 31/1/2011          |

9.4. condenar Gilmar Aureliano de Lima, CPF 714.551.594-68, solidariamente com a empresa Laticínio Grupiara Ltda. - ME, CNPJ: 06.314.977/0001-60, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

| Valor Histórico | Data de ocorrência |
|-----------------|--------------------|
| R\$ 48.323,95   | 31/1/2007          |
| R\$ 133.402,15  | 31/1/2008          |
| R\$ 261.718,40  | 31/1/2009          |
| R\$ 14.553,40   | 31/1/2010          |

9.5. aplicar a Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF: 038.674.201-49, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. aplicar a Gilmar Aureliano de Lima, CPF: 714.551.594-68, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. aplicar à empresa Laticínio Grupiara Ltda. - ME, CNPJ: 06.314.977/0001-60, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.8. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os itens 9.3 a 9.7 supra, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.9. autorizar também, caso venha a ser requerido pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, atualizadas monetariamente, incidindo ainda, sobre cada valor mensal correspondente ao débito, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.10. recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) que estabeleça uma rotina de verificação e/ou investigação acerca da efetiva condição de produtor rural pronaflano, quando da emissão ou da homologação de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), bem como de cobrança dos órgãos locais (como sindicatos rurais e a própria Emater) por ocasião da emissão do documento aos interessados, com vistas a sanar as inconsistências observadas no bojo desse processo;

9.11. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.12. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1872-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Calvacanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1873/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.411/2013-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS)

3.2. Responsáveis: Antônia Lúcia Navarro Braga (038.674.201-49); Gilmar Aureliano de Lima (714.551.594-68); Laticínios da Serra Ltda. - EPP (07.129.849/0001-09).

4. Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX/PB).

8. Representação legal:

8.1. John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (1.663/OAB-PB) e outros, representando Antônia Lúcia Navarro Braga.

8.2. Fabio Andrade Medeiros (10.810/OAB-PB), representando Laticínios da Serra Ltda. - EPP.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor de Gilmar Aureliano de Lima, Antônia Lúcia Navarro Braga e da empresa Laticínios da Serra Ltda - EPP (Dasserra), em virtude de irregularidades observadas em auditoria realizada na Fundação de Ação Comunitária (FAC), conforme determinação do subitem 9.1 do Acórdão 4.416/2013 - TCU - Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa oferecidas pela empresa Laticínios da Serra Ltda - EPP (Dasserra), CNPJ: 07.129.849/0001-09, no sentido de reduzir o débito inicialmente apontado, aproveitando-as aos responsáveis solidários;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF 038.674.201-49, Gilmar Aureliano de Lima, CPF 714.551.594-68, ex-Presidentes da FAC, e da empresa Laticínios da Serra Ltda - EPP (Dasserra), CNPJ: 07.129.849/0001-09;

9.3. condenar Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF 038.674.201-49, solidariamente com a empresa Laticínios da Serra Ltda - EPP (Dasserra), CNPJ: 07.129.849/0001-09, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;



| Valor Histórico | Data de ocorrência |
|-----------------|--------------------|
| R\$ 204.371,10  | 31/1/2010          |
| R\$ 373.913,20  | 31/1/2011          |

9.4. condenar Gilmar Aureliano de Lima, CPF 714.551.594-68, solidariamente com a empresa Laticínios da Serra Ltda - EPP (Dasserra), CNPJ: 07.129.849/0001-09, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

| Valor Histórico | Data de ocorrência |
|-----------------|--------------------|
| R\$ 208.725,00  | 31/1/2007          |
| R\$ 406.537,65  | 31/1/2008          |
| R\$ 362.306,35  | 31/1/2009          |
| R\$ 31.944,70   | 31/1/2010          |

9.5. aplicar a Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF: 038.674.201-49, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. aplicar a Gilmar Aureliano de Lima, CPF: 714.551.594-68, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. aplicar à empresa Laticínios da Serra Ltda - EPP (Dasserra), CNPJ: 07.129.849/0001-09, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.8. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os itens 9.3 a 9.7 supra, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.9. autorizar também, caso venha a ser requerido pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, atualizadas monetariamente, incidindo ainda, sobre cada valor mensal correspondente ao débito, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.10. recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) que estabeleça uma rotina de verificação e/ou investigação acerca da efetiva condição de produtor rural pronafigano, quando da emissão ou da homologação de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), bem como de cobrança dos órgãos locais (como sindicatos rurais e a própria Emater) por ocasião da emissão do documento aos interessados, com vistas a sanar as inconsistências observadas no bojo desse processo;

9.11. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.12. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1873-09/17-1.

13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Calvanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.  
ACÓRDÃO Nº 1874/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.414/2013-5.  
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:  
3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS)

3.2. Responsáveis: Antônia Lúcia Navarro Braga (038.674.201-49); Gilmar Aureliano de Lima (714.551.594-68); Lucivan Elias Rocha - EPP (05.789.629/0001-86).

4. Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.  
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX/PB).

8. Representação legal:  
8.1. John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (1.663/OAB-PB) e outros, representando Antônia Lúcia Navarro Braga.

8.2. Renan Cavalcante Lira de Oliveira (18.341/OAB-PB), representando Lucivan Elias Rocha - EPP.

9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor de Gilmar Aureliano de Lima, Antônia Lúcia Navarro Braga e da empresa Lucivan Elias Rocha - EPP (Lutty), em virtude de irregularidades observadas em auditoria realizada na Fundação de Ação Comunitária (FAC), conforme determinação do subitem 9.1 do Acórdão 4.416/2013 - TCU - Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa oferecidas pela empresa Lucivan Elias Rocha - EPP (Lutty), CNPJ: 05.789.629/0001-86, no sentido de reduzir o débito inicialmente apontado, aproveitando-as aos responsáveis solidários;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF 038.674.201-49, Gilmar Aureliano de Lima, CPF 714.551.594-68, ex-Presidentes da FAC, e da empresa Lucivan Elias Rocha - EPP (Lutty), CNPJ: 05.789.629/0001-86;

9.3. condenar Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF 038.674.201-49, solidariamente com a empresa Lucivan Elias Rocha - EPP (Lutty), CNPJ: 05.789.629/0001-86, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

| Valor Histórico | Data de ocorrência |
|-----------------|--------------------|
| R\$ 136.157,70  | 31/1/2010          |
| R\$ 203.079,07  | 31/1/2011          |

9.4. condenar Gilmar Aureliano de Lima, CPF 714.551.594-68, solidariamente com a empresa Lucivan Elias Rocha - EPP (Lutty), CNPJ: 05.789.629/0001-86, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

| Valor Histórico | Data de ocorrência |
|-----------------|--------------------|
| R\$ 248.340,20  | 31/1/2007          |
| R\$ 484.191,40  | 31/1/2008          |
| R\$ 405.817,75  | 31/1/2009          |
| R\$ 28.529,20   | 31/1/2010          |

9.5. aplicar a Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF: 038.674.201-49, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. aplicar a Gilmar Aureliano de Lima, CPF: 714.551.594-68, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. aplicar à empresa Lucivan Elias Rocha - EPP (Lutty), CNPJ: 05.789.629/0001-86, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.8. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os itens 9.3 a 9.7 supra, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.9. autorizar também, caso venha a ser requerido pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, atualizadas monetariamente, incidindo ainda, sobre cada valor mensal correspondente ao débito, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.10. recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) que estabeleça uma rotina de verificação e/ou investigação acerca da efetiva condição de produtor rural pronafigano, quando da emissão ou da homologação de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), bem como de cobrança dos órgãos locais (como sindicatos rurais e a própria Emater) por ocasião da emissão do documento aos interessados, com vistas a sanar as inconsistências observadas no bojo desse processo;

9.11. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.12. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1874-09/17-1.

13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Calvanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.  
ACÓRDÃO Nº 1875/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.416/2013-8.  
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:  
3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS)

3.2. Responsáveis: Antônia Lúcia Navarro Braga (038.674.201-49); Gilmar Aureliano de Lima (714.551.594-68); Max Robério Santos Barbosa - ME (01.542.199/0001-42).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.  
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

8. Representação legal:  
8.1. John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (1.663/OAB-PB) e outros, representando Antônia Lúcia Navarro Braga.

9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor de Gilmar Aureliano de Lima, Antônia Lúcia Navarro Braga e da empresa Max Robério Santos Barbosa - ME (Max Milk), em virtude de irregularidades observadas em auditoria realizada na Fundação de Ação Comunitária (FAC), conforme determinação do subitem 9.1 do Acórdão 4.416/2013 - TCU - Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF 038.674.201-49, Gilmar Aureliano de Lima, CPF 714.551.594-68, ex-Presidentes da FAC, e da empresa Max Robério Santos Barbosa - ME (Max Milk), CNPJ: 01.542.199/0001-42;

9.2. condenar Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF 038.674.201-49, solidariamente com a empresa Max Robério Santos Barbosa - ME (Max Milk), CNPJ: 01.542.199/0001-42, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

| Valor Histórico | Data de ocorrência |
|-----------------|--------------------|
| R\$ 30.234,65   | 31/1/2010          |

9.3. condenar Gilmar Aureliano de Lima, CPF 714.551.594-68, solidariamente com a empresa Max Robério Santos Barbosa - ME (Max Milk), CNPJ: 01.542.199/0001-42, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

| Valor Histórico | Data de ocorrência |
|-----------------|--------------------|
| R\$ 182.772,95  | 31/1/2007          |
| R\$ 356.291,85  | 31/1/2008          |
| R\$ 283.598,05  | 31/1/2009          |
| R\$ 11.662,15   | 31/1/2010          |

9.4. aplicar a Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF: 038.674.201-49, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. aplicar a Gilmar Aureliano de Lima, CPF: 714.551.594-68, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. aplicar a empresa Max Robério Santos Barbosa - ME (Max Milk), CNPJ: 01.542.199/0001-42, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os itens 9.2 a 9.6 supra, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.8. autorizar também, caso venha a ser requerido pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, atualizadas monetariamente, incidindo ainda, sobre cada valor mensal correspondente ao débito, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.9. recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) que estabeleça uma rotina de verificação e/ou investigação acerca da efetiva condição de produtor rural pronaflano, quando da emissão ou da homologação de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), bem como de cobrança dos órgãos locais (como sindicatos rurais e a própria Emater) por ocasião da emissão do documento aos interessados, com vistas a sanar as inconsistências observadas no bojo desse processo;

9.10. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.11. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1875-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Calvanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1876/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.417/2013-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS)

3.2. Responsáveis: Antônia Lúcia Navarro Braga (038.674.201-49); Gilmar Aureliano de Lima (714.551.594-68); Mila Derivados de Leite Ltda - EPP (02.176.244/0001-55).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX/PB).

8. Representação legal:

8.1. John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (1.663/OAB-PB) e outros, representando Antônia Lúcia Navarro Braga.

8.2. Fabio Andrade Medeiros (10.810/OAB-PB), representando Mila Derivados de Leite Ltda - EPP.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor de Gilmar Aureliano de Lima, Antônia Lúcia Navarro Braga e da empresa Mila Derivados de Leite Ltda. - EPP, em virtude de irregularidades observadas em auditoria realizada na Fundação de Ação Comunitária (FAC), conforme determinação do subitem 9.1 do Acórdão 4.416/2013 - TCU - Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa oferecidas pela empresa Mila Derivados de Leite Ltda. - EPP, CNPJ: 02.176.244/0001-55, no sentido de reduzir o débito inicialmente apontado, aproveitando-as aos responsáveis solidários;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF 038.674.201-49, Gilmar Aureliano de Lima, CPF 714.551.594-68, ex-Presidentes da FAC, e da empresa Mila Derivados de Leite Ltda. - EPP, CNPJ: 02.176.244/0001-55;

9.3. condenar Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF 038.674.201-49, solidariamente com a empresa Mila Derivados de Leite Ltda. - EPP, CNPJ: 02.176.244/0001-55, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

| Valor Histórico | Data de ocorrência |
|-----------------|--------------------|
| R\$ 89.207,80   | 31/1/2010          |
| R\$ 95.030,31   | 31/1/2011          |

9.4. condenar Gilmar Aureliano de Lima, CPF 714.551.594-68, solidariamente com a empresa Mila Derivados de Leite Ltda. - EPP, CNPJ: 02.176.244/0001-55, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

| Valor Histórico | Data de ocorrência |
|-----------------|--------------------|
| R\$ 200.293,20  | 31/1/2007          |
| R\$ 320.094,45  | 31/1/2008          |
| R\$ 309.600,70  | 31/1/2009          |
| R\$ 10.672,00   | 31/1/2010          |

9.5. aplicar a Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF: 038.674.201-49, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. aplicar a Gilmar Aureliano de Lima, CPF: 714.551.594-68, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. aplicar à empresa Mila Derivados de Leite Ltda. - EPP, CNPJ: 02.176.244/0001-55, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.8. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os itens 9.3 a 9.7 supra, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.9. autorizar também, caso venha a ser requerido pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, atualizadas monetariamente, incidindo ainda, sobre cada valor mensal correspondente ao débito, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.10. recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) que estabeleça uma rotina de verificação e/ou investigação acerca da efetiva condição de produtor rural pronaflano, quando da emissão ou da homologação de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), bem como de cobrança dos órgãos locais (como sindicatos rurais e a própria Emater) por ocasião da emissão do documento aos interessados, com vistas a sanar as inconsistências observadas no bojo desse processo;

9.11. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.12. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1876-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Calvanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1877/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.449/2013-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS)

3.2. Responsáveis: Gilmar Aureliano de Lima (714.551.594-68); Veralúcia Rocha Lira - ME (08.963.146/0001-44).

4. Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX/PB).

8. Representação legal:

8.1. Renan Cavalcante Lira de Oliveira (18.341/OAB-PB), representando representando Veralúcia Rocha Lira - ME

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor de Gilmar Aureliano de Lima e da empresa Veralúcia Rocha Lira - ME (Laticínio Borborema), em virtude de irregularidades observadas em auditoria realizada na Fundação de Ação Comunitária (FAC), conforme determinação do subitem 9.1 do Acórdão 4.416/2013 - TCU - Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Gilmar Aureliano de Lima, CPF 714.551.594-68, ex-Presidente da FAC, e da empresa Veralúcia Rocha Lira - ME (Laticínio Borborema), CNPJ: 08.963.146/0001-44;

9.2. condenar Gilmar Aureliano de Lima (CPF 714.551.594-68), solidariamente com a empresa Veralúcia Rocha Lira ME (Laticínio Borborema), CNPJ: 08.963.146/0001-44, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;



|                 |                    |
|-----------------|--------------------|
| Valor Histórico | Data de ocorrência |
| R\$ 31.102,90   | 31/1/2009          |

9.3. aplicar, individualmente, a Gilmar Aureliano de Lima, CPF: 714.551.594-68, e à empresa Veralúcia Rocha Lira - ME (Latício Borborema), CNPJ: 08.963.146/0001-44, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os itens 9.2 e 9.3 supra, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.5. autorizar também, caso venha a ser requerido pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, atualizadas monetariamente, incidindo ainda, sobre cada valor mensal correspondente ao débito, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) que estabeleça uma rotina de verificação e/ou investigação acerca da efetiva condição de produtor rural pronaiano, quando da emissão ou da homologação de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), bem como de cobrança dos órgãos locais (como sindicatos rurais e a própria Emater) por ocasião da emissão do documento aos interessados, com vistas a sanar as inconsistências observadas no bojo desse processo;

9.7. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.8. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1877-09/17-1.

13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.  
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Calvanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.  
ACÓRDÃO Nº 1878/2017 - TCU - 1ª Câmara  
1. Processo nº TC 028.479/2015-7.  
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Prestação de Contas.  
3. Responsáveis: Alexandre José de Almeida Gama (CPF 205.813.604-78); Berenice Ferreira Ramos (CPF 251.932.954-87); Homero Gustavo Correia Rodrigues (CPF 206.320.964-20); José Edilson de Amorim (CPF 132.142.684-49); Vicemário Simões (CPF 185.976.024-49); e Vânia Sueli Guimarães Rocha (CPF 274.541.004-06).

4. Entidade: Universidade Federal de Campina Grande (UFPG).  
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.  
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.  
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex-PB).  
8. Representação legal: não há  
9. Acórdão:  
VISTO, relatado e discutido este processo de contas anuais da Universidade Federal de Campina Grande (UFPG) relativo ao exercício de 2014.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas de José Edilson de Amorim (CPF 132.142.684-49), na qualidade de Reitor da UFCG, Alexandre José de Almeida Gama (CPF 205.813.604-78), Pró-Reitor de Gestão Administrativo-Financeira da UFCG; e Vânia Sueli Guimarães Rocha (CPF 274.541.004-06), Pró-Reitora de Gestão Administrativo-Financeira da UFCG, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'b', da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso II, 210, § 2º, e 214, inciso III, do Regimento Interno;

9.2. julgar regulares com ressalvas as contas de Vicemário Simões (CPF 185.976.024-49), na qualidade de Vice-Reitor da UFCG, face às ocorrências X, XII, XIII, XVII, XVIII e XIX, referidas no parágrafo 5 do Voto condutor deste Acórdão, dando-lhe quitação, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno;

9.3. aplicar a José Edilson de Amorim (CPF 132.142.684-49), Alexandre José de Almeida Gama (CPF 205.813.604-78) e Vânia Sueli Guimarães Rocha (CPF 274.541.004-06), individualmente, multa com fundamento no art. 58, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, incisos I e II, do Regimento Interno, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), os recolhimentos das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. aplicar a Homero Gustavo Correia Rodrigues (CPF 206.320.964-20) e Berenice Ferreira Ramos (CPF 251.932.954-87), individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, inciso II, do Regimento Interno, nos valores de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), respectivamente, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), os recolhimentos das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. determinar o desconto integral ou parcelado das dívidas nos vencimentos, salários ou proventos dos responsáveis, ou autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, I e II, da Lei 8.443/1992;

9.6. autorizar, desde logo, caso requerido, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovação perante o Tribunal do recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovação dos recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.7. determinar à UFCG, com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, que dê cumprimento: ao subitem 1.7.1.1 do Acórdão 5.100/2013-TCU-Primeira Câmara, quanto ao reembolso das remunerações pagas ao servidor Antônio Domingos Duarte, enquanto cedido ao município de Massaranduba (Processo 23096.015401/11-00); ao subitem 9.2 do Acórdão 5.492/2011-TCU-Segunda Câmara, acerca da situação de 92 servidores identificados pela CGU em situação de possível acumulação indevida de cargos, empregos ou funções públicas, que não haviam ainda sido tratados pela Comissão Permanente de Acumulação de Cargos e Empregos (CPACE); e ao subitem 1.7.1.1.a do Acórdão 6.688/2013-TCU-Primeira Câmara, no que diz respeito à ausência de registro no SPIUnet de imóveis sob a responsabilidade da universidade e à desatualização dos registros cartorários dos imóveis da entidade, informando a este Tribunal as providências adotadas no prazo de 180 dias.

9.8. recomendar à UFCG que implemente, quanto possível, as seguintes oportunidades de melhoria para a gestão:

9.8.1. acesso do cidadão-usuário às informações sobre a atuação e o desempenho da IFES;

9.8.2. regulamentação da utilização de veículos e adoção de planejamento para substituição da frota;

9.8.3. adoção do Sistema de Custos do Governo Federal (SIC);

9.8.4. regularização, no próprio exercício, das ocorrências que propiciem restrições na conformidade contábil; e

9.8.5. elaboração do Parecer da Coordenação de Controle Interno segundo os padrões de forma e conteúdo estabelecidos pelo TCU, de modo que restem contemplados todos os elementos requeridos;

9.9. dar ciência à UFCG:

9.9.1. quanto à necessidade de observar as regras desta Corte que disciplinam, a cada exercício, a forma e o conteúdo do relatório de gestão, à vista das seguintes impropriedades: ausência, na introdução, de informação acerca dos itens que não lhe eram aplicáveis ou que não tiveram ocorrência no exercício, evitando a inclusão de esclarecimento desnecessário, nesse sentido, no desenvolvimento do texto; não atendimento às prescrições sobre macroprocessos finalísticos; mera transcrição de dispositivos estatutários e regimentais a título de estruturas de governança; ausência de informação sobre as ações realizadas pela Auditoria Interna (Audin) no exercício; ausência de informação sobre as medidas adotadas para apurar responsabilidades por ocorrência de dano ao Erário; ausência de esclarecimento sobre medidas porventura adotadas para cumprimento das normas de acessibilidade; deficiências no tocante às informações sobre o planejamento e os resultados obtidos, não tendo sido possível estabelecer-se uma correlação do planejamento com as competências legais, normativas e com o Plano Plurianual (PPA); ausência de informação sobre as providências adotadas para revisão dos contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento; e ausência de análise sobre os indicadores de desempenho, nos termos da Decisão 408/2002-TCU-Plenário e de informação sobre projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio (Lei 8.958/1994), conforme alíneas 'b' e 'c' da Parte B do Anexo II da DN-TCU 134/2013;

9.9.2. quanto à necessidade de observar as regras desta Corte que disciplinam, a cada exercício, a elaboração das peças complementares à prestação de contas, à vista da inconsistência do Parecer do Colegiado Pleno do Conselho Universitário, que não se constituiu, de fato, em um pronunciamento sobre as contas ou a gestão da universidade no exercício;

9.9.3. quanto ao dever de observar, nos pregões eletrônicos, as prescrições do art. 15, inciso XII, alínea "a", da Instrução Normativa-SLTI/MPOG 2/2008, no que se refere à adequação da planilha de custos e formação de preços que integra o projeto básico ou o termo de referência;

9.9.4. que a Recomendação 4 expedida em face da Constatação de Auditoria 1.1.1.7, do Relatório de Auditoria de Gestão 201503668, da Controladoria-Geral da União, deve ser retificada para incluir a opção de a Administração exigir da empresa contratada que efetue o pagamento das rubricas identificadas como ausentes ou insuficientes, no caso de serem efetivamente devidas, aos próprios empregados; e

9.9.5. que, quando da aquisição de equipamentos de pesquisa por dispensa de licitação com fundamento no inciso XXI do art. 24 da Lei 8.666/93, os respectivos processos devem ser instruídos com a documentação comprobatória da aprovação dos projetos de pesquisas aos quais os bens serão alocados, em atendimento ao inciso IV do parágrafo único do art. 26 da Lei 8.666/93;

9.10. determinar à Secex-PB que monitore o cumprimento da determinação do item 9.7 acima, em processo específico ou quando do exame técnico da próxima prestação de contas ordinária da UFCG;

9.11. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1878-09/17-1.

13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Calvanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1879/2017 - TCU - 1ª Câmara  
1. Processo nº TC 044.636/2012-1.  
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Responsáveis/Recorrente:

3.1. Responsáveis: Ilma de Araújo Xaud (CPF 112.206.602-30); espólio de Josevaldo Gonçalves Carvalho (CPF 114.653.875-87); Onildo Gomes Bezerra (CPF 337.520.282-20); e Rommel Fernandes Brito (CPF 305.945.373-04).

3.2. Recorrente: Ilma de Araújo Xaud (CPF 112.206.602-30).

4. Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur) e Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (Secex-RR).

8. Representação legal:

8.1. Krishlene Braz Ávila, representando o Estado de Roraima.

8.2. Jean Pierre Michetti (315/OAB-RR) e outros, representando Ilma de Araújo Xaud.

8.3. Bernardino Dias de Souza Cruz Neto (178/OAB-RR) e outros, representando Onildo Gomes Bezerra.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração interposto por Ilma de Araújo Xaud, ex-Secretária de Educação, Cultura e Desporto do Estado de Roraima, contra o Acórdão 1.830/2016-TCU-Primeira Câmara, que julgou irregulares suas contas, com imputação de débito e cominação de multa.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração, com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992 para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Roraima.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1879-09/17-1.

13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Calvanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1880/2017 - TCU - 1ª Câmara  
1. Processo nº TC 017.154/2014-6.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (Mtur).

3.2. Responsável: José Nérito de Souza (375.478.019-00).

4. Entidade: município de São Joaquim/SC.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.  
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.  
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex-GO).  
8. Representação legal: Ivo Carminati (OAB/SC 3.905) e Juliana Borsatto Nuernberg (OAB/SC 17.650), representando José Nérito de Souza (peça 18, p. 17).  
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Ministério do Turismo em razão da não aprovação da prestação de contas do convênio 164/2010, cujo objeto era o apoio à realização do evento festivo "18ª Festa Nacional da Maçã", nos dias 16 a 25/4/2010, no município de São Joaquim/SC.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa do Sr. José Nérito de Souza;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, 'b' e 'c', da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, I, 209, II e III, 210 e 214, III, do RI/TCU, julgar irregulares as contas do Sr. José Nérito de Souza e condená-lo ao pagamento da quantia de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 2/7/2010 até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. aplicar ao Sr. José Nérito de Souza a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), fixando o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas;

9.5. remeter cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1880-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Calvanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1881/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.203/2014-4.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Prestação de Contas - Exercício: 2013

3. Responsáveis: Salvador Soltério de Almeida (328.766.451-49); Valdir Mendes Barranco (616.746.301-82).

4. Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Mato Grosso (Secex-MT).

8. Representação legal: Elvis Antonio Klauk Junior (OAB/MT 15.462), representando Valdir Mendes Barranco.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes ao processo de prestação de contas anual da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso (SR(13)MT), relativa ao exercício de 2013.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Valdir Mendes Barranco;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Valdir Mendes Barranco, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, "b", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19, caput, e 23, III, da mesma Lei;

9.3. julgar regulares as contas do Sr. Salvador Soltério de Almeida, dando-lhe quitação plena;

9.4. aplicar ao Sr. Valdir Mendes Barranco a multa prevista no art. 58, II, da Lei 8.443/1992, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. determinar à Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso (SR(13)MT) que informe, nos próximos relatórios de gestão, a situação dos registros contábeis dos "Bens Imóveis Para Fins de Reforma Agrária", evidenciando a quantidade de registros já executados e o quantitativo remanescente;

9.6. determinar à Secex-MT que promova os ajustes necessários nos sistemas informatizados do Tribunal de modo que o rol

de responsáveis deste processo contenha somente os servidores para os quais se aplicam as naturezas de responsabilidade definidas no art. 10 da Instrução Normativa TCU 63/2010;

9.7. dar ciência desta deliberação à Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso (SR(13)MT), ao Incra Sede e à Secretaria de Controle Interno da Presidência da República (Ciset/PR);

9.8. encerrar o processo e arquivar os autos.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1881-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Calvanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1882/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 034.849/2014-9.

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).

3.2. Responsáveis: Jose Aldemir da Cruz (090.005.505-72); município de Esplanada/BA (13.885.231/0001-71).

4. Entidade: município de Esplanada/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

8. Representação legal: Anderson Batista Rosário (OAB 19.353/BA) representando Jose Aldemir da Cruz (peça 31).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS/MS), em razão de irregularidades constatadas em duas fiscalizações envolvendo a aplicação de recursos da saúde repassados ao município de Esplanada/BA, na modalidade fundo a fundo, à conta da Atenção Básica de Saúde (PAB) nos exercícios de 2004-2005; e dos programas de Saúde da Família (PSF) e Saúde Bucal em 2008.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir da relação processual o município de Esplanada/BA;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. José Aldemir da Cruz;

9.3. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, "b" e "c", 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 209, II e III, 210 e 214, III, do RI/TCU, as contas do Sr. José Aldemir da Cruz e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Municipal de Saúde de Esplanada/BA, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

| VALOR ORIGINAL (R\$) | DATA DA OCORRÊNCIA |
|----------------------|--------------------|
| 20.020,00            | 27/08/2004         |
| 1.050,00             | 29/12/2004         |
| 56.700,00            | 25/02/2008         |
| 5.100,00             | 25/02/2008         |
| 56.700,00            | 26/03/2008         |
| 5.100,00             | 26/03/2008         |
| 56.700,00            | 22/04/2008         |
| 5.100,00             | 22/04/2008         |

9.4. aplicar ao Sr. José Aldemir da Cruz a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. com fundamento no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República na Bahia, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1882-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Calvanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1883/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 032.751/2013-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especiais

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (17.179.359/0001-70); Maria Lúcia Cardoso (245.380.356-53).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Minas Gerais.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva e Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado (manifestação oral).

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

8. Representação legal :

8.1. Andreza da Costa Oliveira (47767-E/OAB-MG) e outros, representando Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte.

8.2. Rita de Cassia Correa Camargo Costa (74878/OAB-MG) e outros, representando Maria Lúcia Cardoso.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/MTE), em decorrência de irregularidades na aplicação de recursos do Convênio MTE/SEFOR/CODEFAT 35/99-SETASCAD/MG, celebrado entre a União, por intermédio do MTE, e a Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência Social, da Criança e do Adolescente de Minas Gerais (SETASCAD/MG) tendo por objeto atividades inerentes à qualificação profissional no âmbito do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento de mérito, com fundamento no art. 212 do Regimento Interno do TCU;e

9.2 dar ciência desta deliberação aos responsáveis e aos demais interessados

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1883-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Calvanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1884/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 000.104/2015-9.

1.1. Apenso: 006.414/2016-8

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração(Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fnde (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsáveis: Oberdan Tenório Brandão (436.208.764-87); Renato Alves Costa (045.209.984-68)

3.3. Recorrente: Renato Alves Costa (045.209.984-68).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Inhapi - AL.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL).

8. Representação legal :

8.1. Fabiano de Amorim Jatobá (5675/OAB-AL) e outros, representando Oberdan Tenório Brandão.

8.2. Rubens Marcelo Pereira da Silva (6638/OAB-AL) e outros, representando Renato Alves Costa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Renato Alves Costa, ex-prefeito do município de Inhapi/AL, contra o Acórdão 7.474/2015-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/1992, conhecer do recurso de reconsideração interposto por Renato Alves Costa, ex-prefeito do município de Inhapi/AL, para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao recorrente.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1884-09/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Calvanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.



ACÓRDÃO Nº 1885/2017 - TCU - 1ª Câmara  
1. Processo TC nº 001.487/2015-9.  
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsável:  
3.1. Interessado: Ministério do Turismo (02.961.362/0001-74)

3.2. Responsável: Espólio do Sr. Susumo Itimura (CPF nº 003.400.149-20), representado pela inventariante Sra. Mutsuyo Itimura (CPF nº 003.399.039-53).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Uraí (PR).  
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.  
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.  
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Representação legal: não há.  
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), em desfavor do Sr. Susumo Itimura, ex-prefeito de Uraí (PR), em razão da impugnação integral das despesas relativas ao Convênio nº 156/2006, que foi celebrado com vistas a promover e divulgar o turismo naquele município, mediante a realização do evento "XIV Festa do Peão de Boiadeiro de Uraí",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, I; 16, III, alíneas 'b' e 'c'; 19 e 23, III, todos da Lei 8.443/1992, e no art. 209, II e III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas do Sr. Susumo Itimura (CPF nº 003.400.149-20), e condenar o seu espólio, representado pela inventariante, Sra. Mutsuyo Itimura (CPF nº 003.399.039-53), ou seus herdeiros legais, caso tenha havido a partilha de bens, na proporção da parte da herança que lhes coube e até o limite do patrimônio transferido, ao pagamento da quantia no vazo original de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir de 18/7/2006 até a data do efetivo pagamento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores eventualmente já ressarcidos;

9.2. autorizar, desde já, caso seja requerido, o pagamento da dívida mencionada no item acima, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992 e no art. 217 do Regimento Interno, fixando para o espólio do ex-prefeito o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. alertar o responsável que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não seja atendida a notificação;

9.5. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Paraná, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/1992 e do art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.6. dar ciência ao Ministério do Turismo deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentaram.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1885-09/17-1.

13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Calvanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.  
ACÓRDÃO Nº 1886/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.622/2014-2.  
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil  
3. Interessados/Responsáveis:  
3.1. Interessados: Luiz Claudio da Costa Magalhães (650.120.623-53); William Bezerra Soares (006.442.133-37).

4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.  
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: Jarbas de Almeida Botelho (OAB/CE nº 4.366)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de pensão civil emitido no âmbito do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará instituído por Maria Mirtes Souza de Carvalho, ex-ocupante do cargo de Agente Administrativo, em favor de William Bezerra Soares, na condição de pessoa designada até 21 anos de idade,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de pensão civil de William Bezerra Soares (006.442.133-37), negando-se o correspondente registro;

9.2. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará que:

9.2.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato tido por ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.2.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.2.4. no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe a este Tribunal a documentação com base na qual foi concedido o benefício previdenciário ao interessado, dentre eles: certidão de óbito do instituidor; comprovante de que o interessado fora indicado como pessoa designada; certidão de nascimento do beneficiário; requerimento do benefício e documentação apresentada referente à comprovação do requisito de que vivia na dependência econômica do servidor à época do óbito, para subsidiar ulterior deliberação acerca da incidência ou não da Súmula nº 106 desta Corte de Contas;

9.3. dê-se ciência do inteiro teor da presente deliberação ao interessado e ao órgão jurisdicionado.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1886-09/17-1.

13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Calvanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.  
ACÓRDÃO Nº 1887/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 014.547/2013-9.  
2. Grupo II - Classe de Assunto: Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:  
3.1. Interessados: Alda Maria Cesar Ribeiro (064.281.695-68); Gicélia de Oliveira Achy (132.559.325-72).

4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde na Bahia.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.  
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III, e Lei 8.443/1992, art. 39, II, em:

9.1. considerar legal o ato de alteração de fundamento legal de aposentadoria de Alda Maria Cesar Ribeiro e determinar seu registro;

9.2. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde na Bahia que:

9.2.1. cadastre no Sisac no prazo de trinta dias o ato de concessão inicial de aposentadoria para a servidora Gicélia de Oliveira Achy, com base no tempo de serviço considerado e nas vantagens pagas quando de sua inativação no ano de 1996;

9.2.2. encaminhe o ato da servidora a este Tribunal, dispensada a manifestação do órgão de controle interno;

9.3. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que:

9.3.1. acompanhe o cumprimento das determinações contidas no subitem 9.2;

9.3.2. constitua processo apartado com os atos de aposentadoria de Gicélia de Oliveira Achy, inclusive com aquele que vier a ser emitido em razão do subitem 9.2.1, bem assim com a documentação relativa a seu tempo de atividade insalubre constante destes autos.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1887-09/17-1.

13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Calvanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.  
ACÓRDÃO Nº 1888/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.256/2016-0.  
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:  
3.1. Interessado: Monique Calmon de Almeida Biolchini (697.472.107-20).

4. Órgão/Entidade: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ.  
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato inicial de aposentadoria emitido no âmbito da Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ em favor de Monique Calmon de Almeida Biolchini,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de interesse de Monique Calmon de Almeida Biolchini (697.472.107-20), negando-se o correspondente registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. oriente o órgão jurisdicionado no sentido de que poderá ser editado novo ato de aposentadoria em favor da interessada, desde que escoimado da irregularidade verificada nos presentes autos, o qual deverá ser submetido a novo julgamento por esta Corte de Contas, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU;

9.4.2. monitore o cumprimento das medidas indicadas no subitem 9.3 acima.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1888-09/17-1.

13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Calvanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.  
ACÓRDÃO Nº 1889/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 023.972/2014-9.  
2. Grupo I - Classe de Assunto: Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:  
3.1. Interessado: Bartolomeu Antônio da Silva (109.293.985-72).

4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.  
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III, e Lei 8.443/1992, art. 39, II, em:

9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria a Bartolomeu Antônio da Silva e negar registro ao ato de peça 2;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelo interessado, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência;

9.3. determinar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do inciso IX do art. 71 da Constituição Federal:

9.3.1. dar ciência do inteiro teor desta deliberação a Bartolomeu Antônio da Silva no prazo de quinze dias e fazer juntar o comprovante de notificação a estes autos nos quinze dias subsequentes;

9.3.2. cessar o pagamento dos proventos com base no ato ora impugnado no prazo de trinta dias;

9.3.2. emitir novo ato de concessão de aposentadoria para o interessado, livre das irregularidades ora apontadas, no prazo de trinta dias;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe o cumprimento das determinações contidas no subitem 9.3.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1889-09/17-1.

13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.  
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.  
ACÓRDÃO Nº 1890/2017 - TCU - 1ª Câmara  
1. Processo nº TC 025.519/2015-8.  
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:  
3.1. Responsáveis: Duomed Produtos Médicos e Hospitalares Eireli - EPP (82.387.226/0001-51); Maria Neusa Rodrigues Bellini (463.912.409-06); Medix Brasil Produtos Hospitalares e Odontológicos Ltda.- ME (10.268.780/0001-09).  
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cambira - PR.  
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.  
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.  
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex-GO).  
8. Representação legal:  
8.1. Regiane de Oliveira Andreola Rigon (27.262/OAB-GO), representando Duomed Produtos Médicos e Hospitalares Eireli - EPP.

8.2. Régis Panizzon Alves (31.923/OAB-PR), representando Medix Brasil Produtos Hospitalares e Odontológicos Ltda.- ME.

9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em razão de irregularidades na documentação exigida para a prestação de contas dos recursos repassados por força do Convênio 180/2009 (Siconv 712190/2009),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. declarar a revelia da Sra. Maria Neusa Rodrigues Bellini, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelas empresas Medix Brasil Produtos Hospitalares e Odontológicos Ltda. - ME e Duomed Produtos Médicos e Hospitalares Eireli - EPP;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 2º, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, julgar irregulares as contas da Sra. Maria Neusa Rodrigues Bellini (463.912.409-06) e das empresas Medix Brasil Produtos Hospitalares e Odontológicos Ltda. - ME (10.268.780/0001-09) e Duomed Produtos Médicos e Hospitalares Eireli - EPP (82.387.226/0001-51) e condená-los, em solidariedade, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3.1. responsáveis solidários: Duomed Produtos Médicos e Hospitalares Eireli - EPP e Maria Neusa Rodrigues Bellini:

| VALOR ORIGINAL (R\$) | DATA DA OCORRÊNCIA |
|----------------------|--------------------|
| 14.213,19            | 4/1/2011           |

9.3.2. responsáveis solidários: Medix Brasil Produtos Hospitalares e Odontológicos Ltda. - ME e Maria Neusa Rodrigues Bellini:

| VALOR ORIGINAL (R\$) | DATA DA OCORRÊNCIA |
|----------------------|--------------------|
| 37.750,85            | 4/1/2011           |
| 45.125,99            | 3/3/2011           |

9.4. aplicar individualmente aos responsáveis abaixo indicados a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, nos valores a seguir discriminados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, sob pena de cobrança judicial do valor atualizado monetariamente, na forma da legislação em vigor, desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento:

| Responsável                                                   | Valor da Multa (R\$) |
|---------------------------------------------------------------|----------------------|
| Maria Neusa Rodrigues Bellini                                 | 16.500,00            |
| Medix Brasil Produtos Hospitalares e Odontológicos Ltda. - ME | 14.000,00            |
| Duomed Produtos Médicos e Hospitalares Eireli - EPP           | 2.500,00             |

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar, se requerido, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno;

9.7. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Paraná, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1890-09/17-1.

13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.  
ACÓRDÃO Nº 1891/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.235/2016-3.  
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria  
3. Interessada: Celina Grether Ferreira (667.114.797-34).  
4. Órgão: Departamento de Órgãos Extintos - DE-PEX/SE/MP.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.  
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há  
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria sob a responsabilidade do Departamento de Órgãos Extintos (DE-PEX/SE/MP),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de interesse de Celina Grether Ferreira, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Departamento de Órgãos Extintos (DE-PEX/SE/MP) que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à Sra. Celina Grether Ferreira, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores.

10. Ata nº 9/2017 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 28/3/2017 - Ordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1891-09/17-1.

13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO  
Às 15 horas e 49 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

PAULO MORUM XAVIER

Subsecretário das Câmaras

Aprovada em 29 de março de 2017.

BENJAMIN ZYMLER

Presidente

## Poder Judiciário

### SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL CORREGEDORIA-GERAL

PORTARIA Nº 5, DE 3 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre o Regimento da I Jornada de Direito Processual Civil do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal e dá outras providências

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL E DIRETOR DO CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, com fundamento no art. 21, incs. III e IV, do Regimento Interno do CJF, resolve:

Art.1º Instituir a I Jornada de Direito Processual Civil, a ser realizada pelo CEJ/CJF, em Brasília, nos dias 24 e 25 de agosto de 2017.

#### DA COMISSÃO CIENTÍFICA

Art. 2º A Jornada terá a Coordenação-Geral exercida pelo Ministro Diretor do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, com auxílio de um Coordenador Científico Geral e contará com a colaboração de Comissão Científica por ele nomeada, em portaria própria, composta de um Presidente e dois Coordenadores Científicos para cada Comissão de Trabalho.

§ 1º Cada Coordenador Científico indicará dois especialistas para compor a Comissão de Trabalho.

§ 2º A Coordenação-Geral e Científica será auxiliada por um Secretário Executivo Geral e cada Comissão de Trabalho por um Secretário Executivo. Os Secretários Executivos terão por função dar suporte administrativo à respectiva Comissão e apoio à Secretaria do CEJ.

Art. 3º Os membros da Comissão Científica da Jornada não serão remunerados, e as despesas decorrentes de sua participação serão custeadas pelo Conselho da Justiça Federal.

Art. 4º A Comissão Científica reunir-se-á por convocação do Diretor do CEJ e terá as seguintes atribuições:

I - receber, analisar e aceitar as proposições de enunciados que serão submetidas às Comissões de Trabalho;

II - estabelecer a ordem de discussão, nas Comissões de Trabalho, das proposições de enunciados admitidas;

III - alterar a quantidade e o conteúdo das Comissões de Trabalho conforme critérios de adequação e de maior eficiência das atividades de exame e aprovação dos enunciados, considerando a respectiva quantidade de participantes;

IV - fazer a distribuição dos participantes entre as Comissões de Trabalho, observando, sempre que possível, suas preferências;

V - organizar os trabalhos técnicos e administrativos durante a Jornada.

Parágrafo único. Para o desempenho das atribuições descritas neste artigo, serão realizadas reuniões entre os membros das Comissões Científicas, secretariadas pelo CEJ.

Art. 5º Incumbe aos Presidentes das Comissões de Trabalho:

I - iniciar o processo de votação das propostas no período de análise;

II - desempatar, quando couber;

III - iniciar e encerrar os trabalhos da Comissão de Trabalho, nos termos definidos pela programação da Jornada, que será previamente divulgada.

Art. 6º Incumbe aos Coordenadores Científicos:

I - dirigir os debates;

II - zelar pela regularidade e civilidade dos trabalhos;

III - submeter os enunciados à votação da Comissão de Trabalho durante a pré-plenária;

IV - elaborar a ata das atividades das sessões da Comissão de Trabalho, que será submetida à votação e aprovação dos participantes;

V - registrar questões relevantes surgidas durante a defesa dos enunciados e debates respectivos;

VI - organizar e apresentar as proposições de enunciados aprovadas e rejeitadas para leitura final na Comissão de Trabalho;

VII - harmonizar, sempre que necessário, o texto da proposição aprovada, com a respectiva fundamentação;

VIII - apresentar, na sessão plenária da Jornada, as proposições de enunciados aprovadas na Comissão de Trabalho;

IX - auxiliar o Presidente em suas funções, sendo seu substituto eventual;

X - encaminhar à Secretaria do CEJ a relação dos enunciados aprovados para publicação;

XI - decidir, no âmbito de sua competência, casos omissos deste regimento ou suscitar dúvida para decisão da Coordenação-Geral e Científica.

Parágrafo único. Os Coordenadores Científicos deverão distribuir entre eles, de forma harmônica, as atribuições elencadas no artigo anterior.

#### DA COMISSÃO DE TRABALHO

Art. 7º Os participantes da Jornada reunir-se-ão em Comissões de Trabalho, que abrangerão as seguintes temáticas:

I - Parte Geral;

II - Processo de Conhecimento;

III - Tutelas de Urgência e Procedimentos Especiais;

IV - Recursos e Precedentes Judiciais;

V - Execução e Cumprimento de Sentença.



TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO  
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ACÓRDÃOS

PROCESSO: 5002018-29.2012.4.04.7116  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: DIRCE MARIA AGERTT  
PROC./ADV.: EDMILSO MICHELON  
OAB: RS-36152  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N.º 042 DESTA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. Formula a parte autora pedido nacional de uniformização de jurisprudência em face de acórdão exarado pela Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que confirmou a sentença por seus próprios fundamentos, a qual transcrevo em parte:

Segundo alegação constante na inicial, a parte autora teria trabalhado durante a maior parte de sua vida na agricultura, em regime de economia familiar, à exceção dos períodos de 01/08/1983 a 01/03/1984 e de 01/11/2001 a 31/12/2001, nos quais exerceu atividade urbana. Diante disso, requereu a concessão de aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, na condição de segurada especial.

Quanto ao tempo de trabalho rural controvertido, extrai-se dos autos que o INSS já averbou administrativamente o período de 01/01/2001 a 05/02/2006, que totaliza 62 meses imediatamente anteriores ao requerimento administrativo (06/02/2006). Assim, não há controvérsia no que se refere a esse período.

Considerando que a prova material constante nos autos refere-se a período a partir do ano de 1986, sendo tal espécie de prova imprescindível para o reconhecimento de tempo rural, conforme entendimento já explicitado acima, a análise da presente demanda ficará restrita ao período de 1986 a 2001.

No caso específico dos autos, verifica-se a existência de provas documentais acerca do trabalho rural em si, todas em nome do pai da autora, no que se refere ao período controvertido (1986 a 2001), mas que podem ser utilizadas integralmente, por se referirem a seus familiares (pai), a saber: notas de produtor rural, referentes aos anos de 1992 a 1999 e aos anos de 1986 e 1987; comprovantes de pagamento de ITR, referentes aos anos de 1991, 1992 e 2000; e declaração de exercício de atividade rural emitida pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cruz Alta relativa aos anos de 1986 a 2005.

Em que pese a prova material constante nos autos, verifico que o trabalho rural não se deu em regime de economia familiar, ou pelo menos, que não está suficientemente provado que ele tenha se dado nestas condições, como incumbia à parte autora fazer, embora as testemunhas sejam favoráveis à sua tese, pelas razões que se verão a seguir.

Primeiramente, importante mencionar que a aposentadoria ora pleiteada, que não exige contribuição, é reservada para aqueles casos em que não se pode mesmo verter contribuições para a Previdência Social, pela própria forma como o trabalho é desenvolvido e sob pena de comprometer parte da renda indispensável à manutenção da família. Na hipótese dos autos, embora a própria autora não tenha efetuado recolhimentos previdenciários, o seu pai verteu contribuições ao sistema como contribuinte individual, encontrando-se aposentado desde 1988. Ora, como se vê, tão só esse primeiro dado já indica o seguinte: a família tinha condições mínimas de participar do sistema de previdência em condições diferenciadas, vertendo contribuições mensais, o que, se não descaracteriza por si só e por completo a sua condição de hipossuficiente para fins de aposentadoria de seus membros na diferenciada condição de segurados especiais, contribui sobremaneira para dificultar um tal enquadramento.

Mas para além disso, há que se considerar que o trabalho rural somente será considerado em regime de economia familiar, para os fins almejados na presente ação, se constituir, pelo menos, a principal fonte de renda da família, para que possam aqueles que a desempenham usufruir da especial proteção previdenciária outorgada aos trabalhadores rurais de tal espécie. E nesse ponto, novamente há sérios problemas de enquadramento da família em questão na situação de beneficiários da legislação especial em tela.

Com efeito. O pai da autora, que seria o responsável formal pelo trabalho rural familiar no período em questão (eis que é com base na sua documentação que a autora pretende provar seu direito), efetivamente aposentou-se em 1988 como contribuinte individual. Ou seja, no mínimo recebeu aposentadoria durante quase todo o período que a autora pretende seja reconhecido - além de antes da aposentação ter tido condições de efetuar recolhimentos previdenciários que resultaram nesta situação. Nessas condições, torna-se pouco crível que esteja realmente configurada na espécie a condição da autora de segurada especial. Isso porque a família da autora é pouco numerosa (testemunhas referiram ser o grupo familiar formado pelos pais e três filhos), sendo possível concluir que, em havendo o recebimento de aposentadoria, a atividade ruralícola passaria a não se constituir na fonte principal e indispensável à manutenção da família - ou, no mínimo, esta atividade veria seu papel bastante reduzido, no que tange ao sustento primeiro da família, a se acolher, para argumentar, a alegação da autora de que não havia outras atividades profissionais, nem mesmo do pai, e que a atividade rural era reduzida, sem auxílio de empregados (embora essas duas alegações sejam infirmadas por documentos, como se verá adiante).

Parágrafo único. A Comissão Científica poderá ampliar ou reduzir o número de Comissões de Trabalho, redistribuindo as proposições de enunciados e respectivos participantes para outras Comissões de Trabalho.

Art. 8º Participarão da Comissão de Trabalho da I Jornada de Direito Processual Civil:

I - membros da Comissão Científica;

II - por convite do Ministro Diretor do Centro de Estudos Judiciários, ouvida a Comissão Científica, professores e doutrinadores nacionais e estrangeiros especialistas nas matérias inerentes às Comissões de Trabalho;

III - por indicação dos respectivos órgãos, membros dos Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais do Trabalho, Ministérios Públicos Federal e Estaduais, Procuradoria-Geral da República, Advocacia-Geral da União, Ordem dos Advogados do Brasil, Defensorias Públicas e Associações de magistrados;

IV - mediante inscrição, no limite de vagas, os autores de proposições tempestivamente encaminhadas à Secretaria do CEJ e aceitas para discussão.

Parágrafo único. Todos os participantes terão direito a voz e voto nas sessões das Comissões de Trabalho nas quais estiverem inscritos, e na votação final em plenário.

DA APRESENTAÇÃO, RECEPÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ENUNCIADOS

Art. 9º Cada participante poderá apresentar, no máximo, três proposições de enunciados para a Jornada, independentemente dos temas que integram cada Comissão de Trabalho.

Parágrafo único. É vedada a coautoria de enunciados e a apresentação de enunciados por pessoa jurídica.

Art. 10 As proposições de enunciados deverão ser apresentadas pelos participantes no prazo estabelecido pela Coordenação-Geral e enviados para o endereço eletrônico especificado nas instruções de inscrição na página do Conselho da Justiça Federal.

Parágrafo único. Somente será admitida a proposição de enunciado enviada eletronicamente, em tempo oportuno e com recebimento confirmado, por escrito, pela Secretaria do CEJ.

Art. 11 As proposições de enunciados deverão seguir os seguintes parâmetros formais:

I - ser elaboradas em vernáculo, observada a norma culta, em editor de texto, conforme regras disponibilizadas no sistema Enunciados. Os títulos e os subtítulos deverão estar em negrito;

II - ser redigidas em orações diretas e objetivas, no máximo em 800 caracteres, com a indicação do dispositivo do Código de Processo Civil com o qual a proposição guarda maior correlação;

III - ser acompanhadas de exposição de motivos, elaborada em conformidade com os padrões descritos no inc. I deste artigo com, no máximo, 1.600 caracteres, na qual o proponente apresentará os fundamentos teóricos da sua proposição, podendo citar, no corpo do texto, obras doutrinárias e textos jurisprudenciais, dispensadas a transcrição literal e notas de pé de página;

IV - no caso de apresentação de proposição de enunciado que seja antagônica à jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, o participante deverá indicar a jurisprudência divergente, apresentando fundamentação e justificativa.

§ 1º As proposições de enunciados deverão ser apresentadas em formulário próprio colocado à disposição dos interessados na página eletrônica do Conselho da Justiça Federal, devendo ser observados os padrões aqui fixados.

§ 2º O proponente deverá indicar, no frontispício do formulário, nome completo, endereços físico e eletrônico, telefones, profissão, instituição à qual está vinculado profissional ou academicamente.

§ 3º Não será admitida proposição de enunciado sobre projeto de lei.

Art. 12 As proposições de enunciados serão recebidas pela Secretaria do CEJ, que analisará a adequação dos formulários aos requisitos formais indicados neste regimento e enviará à Coordenação Científica apenas aquelas que atenderem a essas exigências, sem a indicação de autoria.

Parágrafo único. Haverá possibilidade de saneamento de irregularidades formais dentro do prazo regimental de recebimento das proposições de enunciados.

Art. 13 As proposições de enunciados, após o cumprimento do disposto no artigo anterior, serão encaminhadas à Coordenação Científica para análise.

§ 1º A Secretaria do CEJ fará acompanhar cada proposição de enunciado de um relatório com a indicação de suas correlações com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e a divergência ou similitude com enunciados aprovados anteriormente em outras Jornadas.

§ 2º No período de análises, a Comissão Científica agrupará os verbetes selecionados por temas, tomando por base os artigos legais referidos. Posteriormente, será realizada votação decidindo os enunciados que serão encaminhados às Comissões de Trabalho, e definida a ordem de discussão das proposições admitidas.

§ 3º As proposições de enunciados selecionadas pela Comissão Científica serão encaminhadas às Comissões de Trabalho sem indicação de autoria.

Art. 14 As proposições de enunciados que tratem de temas idênticos ou possuírem redação simétrica serão agrupadas pela Comissão Científica em um mesmo bloco, para discussão simultânea.

Art. 15 Em até cinco dias úteis do início da Jornada, a Secretaria do CEJ enviará, exclusivamente por meio eletrônico, a todos os participantes, as proposições dos enunciados referentes às respectivas Comissões de Trabalho, acompanhados da exposição de motivos.

Parágrafo único. O caderno com as proposições de enunciados não será entregue em meio impresso, cabendo a cada um dos participantes, independentemente de sua Comissão de Trabalho, providenciar sua cópia para acompanhamento dos trabalhos.

DA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Art. 16 As proposições de enunciados serão discutidas nas sessões pré-plenárias, nas respectivas Comissões de Trabalho, a serem realizadas no dia 24 de agosto de 2017.

Art. 17 O participante só poderá se manifestar e votar na Comissão de Trabalho na qual está inscrito.

Art. 18 A Secretaria do CEJ elaborará a relação dos participantes presentes conforme as indicações prévias, sempre que possível, ficando cada um, a partir desse momento, vinculado àquela Comissão de Trabalho determinada.

Parágrafo único. O autor de proposições submetidas a mais de uma comissão fica vinculado à Comissão de Trabalho na qual está inscrito, vedadas a participação e a votação nas demais Comissões.

Art. 19 Os trabalhos obedecerão à seguinte ordem:

I - os Coordenadores Científicos observarão a ordem de discussão das proposições e farão a leitura do enunciado e, se necessário, poderão designar ao autor até três minutos para exposição, emitindo seu parecer em seguida;

II - os demais membros da Comissão Científica, se desejarem, terão até três minutos para debates;

III - o Presidente fixará o limite de tempo para a discussão e encaminhamento de votação;

IV - a proposição de enunciado submeter-se-á à votação e será considerada aprovada se obtiver mais de 2/3 dos votos, presente a maioria absoluta dos membros da Comissão de Trabalho credenciados no primeiro dia da jornada.

§ 1º Em caso de proposições de enunciados agrupadas por simetria temática ou identidade de conteúdo, o Coordenador Científico disporá de cinco minutos para apresentação do(s) seu(s) relatório(s).

§ 2º É peremptório o cumprimento do tempo de manifestação, não se admitindo prorrogação.

§ 3º Qualquer membro da Comissão de Trabalho poderá propor nova redação para o enunciado, que será votada como substitutiva.

§ 4º A Coordenação Científica pode, por unanimidade, alterar o quorum de deliberação previsto no inc. IV.

Art. 20 Ao final das atividades da Comissão de Trabalho, o Presidente ou um dos Coordenadores Científicos fará a leitura das proposições dos enunciados aprovados e providenciará eventuais correções formais a fim de encaminhar o texto à plenária.

Parágrafo único. O encaminhamento das proposições de enunciados aprovados à sessão plenária far-se-á por meio de ata elaborada pela Comissão de Trabalho, conforme modelo a ser fornecido pela Secretaria do CEJ, com as seguintes informações:

I - número de participantes presentes na abertura dos trabalhos e definição do quorum das votações;

II - enunciados apresentados e sua aprovação, com ou sem mudança redacional, ou rejeição;

III - ordem dos trabalhos e eventuais incidentes.

DA PLENÁRIA

Art. 21 No dia 25 de agosto de 2017, sob a direção do Ministro Diretor do CEJ, será realizada plenária de encerramento para apresentação e votação das proposições aprovadas nas Comissões de Trabalho.

§ 1º A proposição em destaque será rejeitada pelo voto da maioria simples dos presentes, sendo o quorum apurado antes da apresentação dos enunciados de cada Comissão de Trabalho. O autor do destaque terá dois minutos para expor sua objeção e serão admitidas somente mais duas inscrições para defesa ou contrarrazões sobre a proposição em destaque.

§ 2º Salvo ajustes formais, não se admitirá a revisão do conteúdo do enunciado aprovado na sessão plenária.

§ 3º Para a votação na sessão plenária, serão distribuídos cartões de votação numerados ou equivalente eletrônico.

DA PUBLICAÇÃO E DA DIVULGAÇÃO DOS ENUNCIADOS

Art. 22 Os enunciados aprovados na Jornada serão publicados, juntamente com as justificativas, as referências legislativas e a relação dos participantes de cada Comissão de Trabalho.

Art. 23 A edição da publicação eletrônica é de responsabilidade da Secretaria do CEJ, sob a supervisão da Comissão Científica, e ficará disponível na página do Conselho da Justiça Federal com acesso livre aos usuários.

Art. 24 A Secretaria do CEJ promoverá a publicação de versão eletrônica com a consolidação dos enunciados aprovados em todas as Jornadas de Direito Processual Civil.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25 A Jornada, em sua sessão de abertura, poderá ser presidida pela Ministra Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal. O evento poderá incluir, em sua programação, palestras e painéis com juristas especialmente convidados para esse fim, que se manifestarão sobre temas conexos ao Direito Processual Civil.

Art. 26 Os enunciados aprovados na Jornada são de caráter meramente doutrinário-científico, não se confundindo com a posição do Conselho da Justiça Federal e de seu Centro de Estudos Judiciários, bem como de seus membros quando do exercício da função pública.

Art. 27 Os enunciados, uma vez aprovados com ou sem alteração em seu texto original, não mais se consideram de autoria do proponente e sim da respectiva Comissão de Trabalho. Na publicação dos enunciados não será dado crédito autoral ao proponente.

Art. 28 As reuniões da Comissão Científica poderão ser presenciais ou por videoconferência.

Art. 29 Os casos omissos serão resolvidos pelo Coordenador-Geral, ouvido o Coordenador Científico geral.

Art. 30 Este regimento entra em vigor na data de sua publicação.

Min. MAURO CAMPBELL MARQUES

Resalta-se, novamente, que, na definição legal, o regime de economia familiar pressupõe que a subsistência do trabalhador e de sua família seja extraída da atividade rural, bem como que a família seja efetivamente hipossuficiente, não havendo condições de os seus integrantes custearem suas aposentadorias no período em que laboram, uma vez que a lei dispôs que os trabalhadores rurais poderiam ser aposentados independentemente do recolhimento de contribuições. Mas não é só. Além disso, extrai-se do comprovante de pagamento do ITR do ano de 1991 que o pai da autora era empregador rural, havendo informação, ainda, de que tinha 5 empregados. Ora, é sabido que o trabalho em regime de economia familiar pressupõe que a atividade rural seja exercida com exclusividade pelos membros do grupo familiar, sem a ajuda de empregados, até porque grupos que tais, por presumivelmente hipossuficientes, sequer teriam condições financeiras para tanto - recorde-se, presumivelmente não teriam recursos sobejantes sequer para custear suas aposentadorias (este, aliás, é um dos fundamentos para que se tenha previsto uma aposentadoria, a tais trabalhadores, independente de custeio), o que certamente não seria o caso daquele que pode empregar trabalhadores.

É fato, não se pode negar, que a autora nega essa informação contida em documento, bem como as testemunhas atestam em sede de justificação administrativa que a família não possuía empregados. Contudo, a autora não dá explicação razoável acerca de porque, afinal de contas, um documento produzido a partir de declarações do próprio pai da parte autora, que deveriam, por lei, corresponder à realidade, não conteria declarações condizentes com ela. Já as testemunhas, por sua vez, são todas vizinhas antigas da parte autora - algo que, se é comum nestes casos, em determinadas situações específicas como esta, deve ser levado em conta e recomenda cautela na avaliação desta prova isolada - e apresentam versões padronizadas para as questões da inexistência de empregados e, como se verá adiante, do recolhimento de contribuições previdenciárias do pai da autora como motorista autônomo, o que retira credibilidade de tais depoimentos, servindo, pois, ao menos, para torná-los insuficientes para fins de contraprova ao documento referido. E isso, ainda mais, quando não há maiores explicações ou contextualização específica das condições em que este trabalho familiar, com apenas três ou quatro integrantes para cerca de 50 hectares (2 colônias), era realizado na época. De resto, embora esta área de terras não chegue a fugir dos padrões esperados para a região, em termos de extensão, para atividade em economia familiar, o fato é que começa a se enquadrar em uma situação onde as condições de produção tipicamente familiares, para fins previdenciários - produção manual, não-mecanizada, com integrantes exclusivos da família etc -, mormente em se considerando famílias de tamanho reduzido para o padrão normalmente encontrado nesse meio socioeconômico, como é o caso, começam a se tornar difíceis ou pouco prováveis.

Por fim, não se pode deixar de referir que está documentado que o pai da autora, no período precedente, teria laborado como motorista autônomo, tanto assim que foi em razão de recolhimentos feitos nesta base que obteve a sua aposentadoria. A inicial, de resto, afirma que não era sua atividade principal, embora mencione alguma atividade nesse sentido. O fato é que aqui, no contexto do que já foi apresentado até aqui, bem como da prova que está efetivamente nos autos, essa situação pesa novamente em desfavor da tese de que a família era de agricultores vivendo em regime de economia familiar, porque é possível, senão provável, que efetivamente tenha o pai da autora vivido também de uma segunda atividade profissional - que ele mesmo declarou à Previdência, é bom lembrar - durante muito tempo. Veja-se: não é que se duvide do fato de a família em questão ser de agricultores. Isso está claro dos autos. A questão é o seu enquadramento como agricultores em "regime de economia familiar", conceito legal que pressupõe clara e comprovada hipossuficiência socioeconômica - hipossuficiência essa tal que chegue ao ponto de justificar a sua inclusão em regime previdenciário, com fins quase assistenciais, para evitar que fiquem totalmente a descoberto do risco social -, além de não estar amparada por provas suficientes, é infirmada por diversos elementos indiciários.

Nesse sentido, e para finalizar, é bom que se assinala também o seguinte: a afirmação das testemunhas no sentido de que o pai da autora não teria nunca sido motorista ou exercido outra profissão que não agricultor, seguida da explicação de que "só recolheu contribuições como tal para ter uma aposentadoria maior", parece, novamente, questionável, não só por padronizada, mas porque diz respeito a uma situação a que dificilmente teriam acesso prévio e tão certo todas estas pessoas antes do presente processo. A credibilidade a ser conferida a tais depoimentos, sem maiores explicações de como sabiam dessa situação peculiaríssima de vida do pai da autora (motivos e ânimo para recolhimentos diferenciados, falseando com a verdade acerca de suas atividades profissionais, o que pressupõe a não-publicização prévia destas informações a terceiros estranhos), deve ser reduzida, tornando insuficiente estas declarações para o fim de infirmar aquilo que foi declarado e documento pelo próprio autor à Previdência Social.

Dessa forma, impõe-se o julgamento improcedente do pedido de averbação de tempo rural, para fins de concessão de aposentadoria por idade, na condição de segurada especial.

Quanto ao benefício pretendido, importante referir que os critérios para a aposentadoria por idade estão definidos, em essência, no artigo 48 da LBPS, com os temperamentos previstos nos §§ 1º e 2º do mesmo dispositivo legal para o caso dos trabalhadores rurais. Fundamentalmente trata-se de completar a idade exigida e de cumprir o tempo de serviço rural equivalente ao de carência exigido para o caso concreto, sem olvidar de que tal tempo deve ser imediatamente anterior ao requerimento do benefício, ou, conforme entendimento jurisprudencial predominante, anterior à data em que preenchidos os requisitos para a aposentação.

Ora, como já se extrai do exame dos itens anteriores, tais requisitos não estão presentes no caso concreto. Com efeito, a autora já completou a idade prevista no artigo referido (na DER possuía 55 anos). Contudo, não comprovou a efetiva prática de trabalho rural, em regime de economia familiar, pelo tempo equivalente ao de carência exigida para o seu caso, visto que possui apenas os 62 meses já reconhecimentos administrativamente pelo INSS.

Não há outra solução para o caso em apreço, então, que não o julgamento improcedente do pedido de concessão de aposentadoria. Sustenta a parte autora, em síntese, que: (a) os documentos coadunados aos autos configuram início de prova material; (b) as provas produzidas nos autos (material e testemunhal), de forma contundente, comprovaram o efetivo exercício da atividade rural desde a tenra idade; e (c) o exercício de atividade urbana por um dos integrantes não descaracteriza o regime de economia familiar.

Aponta como paradigmas julgados da Primeira Turma Recursal dos JEFs da Seção Judiciária do Estado de Goiás (processos de números 200435007197303 e 2003.35.00.710618-3) e do STJ (AGRESP n.º 691391).

2. O Min. Presidente deste colegiado encaminhou o feito a esta Relatoria para melhor análise.

3. Entendo que o presente incidente de uniformização não merece ser conhecido.

O acórdão recorrido improveu o recurso inominado interposto pela parte autora.

E foi com base em interpretação particular de elementos específicos constantes dos autos que se chegou a tal conclusão (transcrevo, em parte, a sentença, que foi confirmada pelo acórdão recorrido):

Em que pese a prova material constante nos autos, verifico que o trabalho rural não se deu em regime de economia familiar, ou pelo menos, que não está suficientemente provado que ele tenha se dado nestas condições, como incumbia à parte autora fazer, embora as testemunhas sejam favoráveis à sua tese, pelas razões que se verão a seguir.

Primeiramente, importante mencionar que a aposentadoria ora pleiteada, que não exige contribuição, é reservada para aqueles casos em que não se pode mesmo verter contribuições para a Previdência Social, pela própria forma como o trabalho é desenvolvido e sob pena de comprometer parte da renda indispensável à manutenção da família. Na hipótese dos autos, embora a própria autora não tenha efetuado recolhimentos previdenciários, o seu pai verteu contribuições ao sistema como contribuinte individual, encontrando-se aposentado desde 1988. Ora, como se vê, tão só esse primeiro dado já indica o seguinte: a família tinha condições mínimas de participar do sistema de previdência em condições diferenciadas, vertendo contribuições mensais, o que, se não descaracteriza por si só e por completo a sua condição de hipossuficiente para fins de aposentadoria de seus membros na diferenciada condição de segurados especiais, contribui sobremaneira para dificultar um tal enquadramento.

Mas para além disso, há que se considerar que o trabalho rural somente será considerado em regime de economia familiar, para os fins almejados na presente ação, se constituir, pelo menos, a principal fonte de renda da família, para que possam aqueles que a desempenham usufruir da especial proteção previdenciária outorgada aos trabalhadores rurais de tal espécie. E nesse ponto, novamente há sérios problemas de enquadramento da família em questão na situação de beneficiários da legislação especial em tela.

Com efeito. O pai da autora, que seria o responsável formal pelo trabalho rural familiar no período em questão (eis que é com base na sua documentação que a autora pretende provar seu direito), efetivamente aposentou-se em 1988 como contribuinte individual. Ou seja, no mínimo recebeu aposentadoria durante quase todo o período que a autora pretende seja reconhecido - além de antes da aposentação ter tido condições de efetuar recolhimentos previdenciários que resultaram nesta situação. Nessas condições, torna-se pouco crível que esteja realmente configurada na espécie a condição da autora de segurada especial. Isso porque a família da autora é pouco numerosa (testemunhas referiram ser o grupo familiar formado pelos pais e três filhos), sendo possível concluir que, em havendo o recebimento de aposentadoria, a atividade ruralcola passaria a não se constituir na fonte principal e indispensável à manutenção da família - ou, no mínimo, esta atividade veria seu papel bastante reduzido, no que tange ao sustento primeiro da família, a se acolher, para argumentar, a alegação da autora de que não havia outras atividades profissionais, nem mesmo do pai, e que a atividade rural era reduzida, sem auxílio de empregados (embora essas duas alegações sejam infirmadas por documentos, como se verá adiante).

(...)

Mas não é só. Além disso, extrai-se do comprovante de pagamento do ITR do ano de 1991 que o pai da autora era empregador rural, havendo informação, ainda, de que tinha 5 empregados. Ora, é sabido que o trabalho em regime de economia familiar pressupõe que a atividade rural seja exercida com exclusividade pelos membros do grupo familiar, sem a ajuda de empregados, até porque grupos que tais, por presumivelmente hipossuficientes, sequer teriam condições financeiras para tanto - recorde-se, presumivelmente não teriam recursos sobejantes sequer para custear suas aposentadorias (este, aliás, é um dos fundamentos para que se tenha previsto uma aposentadoria, a tais trabalhadores, independente de custeio), o que certamente não seria o caso daquele que pode empregar trabalhadores.

Ora, para desconstituir esses fundamentos de decidir da Turma Recursal de Origem, seria necessário reexaminar o conjunto fático-probatório, o que é vedado em sede de processo objetivo de pedido de uniformização, nos termos da Súmula n.º 042 desta TNU.

4. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora não merece ser conhecido.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 12 de maio de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5005428-31.2012.4.04.7105

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): ANGELINA BONFADA DOS SANTOS

PROC./ADV.: FLADEMIR JOSÉ MOURA

OAB: RS-48137

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

## EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. EXPOSIÇÃO A AGENTES BIOLÓGICOS. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. QUESTÃO DE ORDEM Nº 22, DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte ré em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que manteve a sentença que reconheceu o tempo de serviço especial de 18/02/2008 a 07/11/2012 pela exposição a agentes biológicos, fundamentando que "mesmo na vigência da Lei nº 9.032/95, não se exige exposição durante a integralidade da jornada de trabalho, bastando, à satisfação dos conceitos de habitualidade e permanência, que o risco de contaminação seja permanente, consideradas as particularidades do labor desempenhado (IUJEF nº 5000394-45.2012.404.7115, Relator p/Acórdão Ana Cristina Monteiro de Andrade Silva, D.E. 26/04/2012)".

Alega divergência em relação ao PEDILEF 50136301820124047001, JUIZ FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES, DOU 16/08/2013, desta TNU, que firmou a tese de que "não se pode contar tempo especial pelo agente nocivo perigo, após 5-3-1997, quando da edição do Decreto 2.172/97, à exceção daquelas previstas em lei específica como perigosas".

Aponta como paradigmas julgado do STJ (AgRg no REsp 1340380/CE) e julgados da TNU (PEDILEF 50379486820124047000 / PEDILEF: 295919620064013600).

2. O Min. Presidente desta TNU encaminhou os autos para melhor exame.

3. Entendo que o presente incidente de uniformização não merece ser conhecido.

Do cotejo entre os acórdãos paradigmas e a decisão recorrida, penso que não restou demonstrada a necessária similitude fático-jurídica entre os julgados.

Com efeito, o acórdão recorrido reconheceu a exposição a agentes biológicos no período de 18/02/2008 a 07/11/2012, em que a parte autora exerceu a função de serviços gerais em hospital, fundamentando que o simples risco de contaminação durante a jornada de trabalho é suficiente para comprovar a habitualidade e permanência do contato com o agente nocivo.

No entanto, o paradigma da TNU apontado pelo recorrente (PEDILEF 50136301820124047001) trata da possibilidade de reconhecimento de tempo de serviço especial posterior a vigência Decreto 2.172/97 pela periculosidade decorrente do exercício de atividade de transporte de combustíveis (gás liquefeito de petróleo).

Desse modo, impõe-se a aplicação da Questão de Ordem nº 22, desta Turma Nacional, segundo a qual é "possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

4. Em face do exposto, o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado não merece ser conhecido.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte ré, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 17 de agosto de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0002951-83.2007.4.03.6310

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: OSMAR JOSE RODRIGUES

PROC./ADV.: EDSON LUIZ LAZARINI

OAB: SP 101.789

PROC./ADV.: DIOGO M. LAZARINI

OAB: SP-301 271

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA



EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. RUÍDO. INTENSIDADES. ATÉ 04/03/1997 (VIGÊNCIA DO DECRETO N.º 53.831/1964): 80 DECIBÉIS. DE 05/03/1997 A 17/11/2003 (VIGÊNCIA DO DECRETO N.º 2.172/1997): 90 DECIBÉIS. DE 18/11/2003 EM DIANTE (VIGÊNCIA DO DECRETO N.º 4.882/2003): 85 DECIBÉIS.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de São Paulo.

Transcrevo o acórdão na parte que importa:

ASSIM, COM RELAÇÃO AOS PONTOS LEVANTADOS NO RECURSO E ORA ANALISADOS, A SENTENÇA NÃO MERECE REPARO.

AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO PPP (FLS. 48 DA INICIAL) E LAUDO (ANEXADO EM 08/11/07) NÃO INFORMAM SE A EXPOSIÇÃO AO AGENTE RUÍDO SE DAVA DE FORMA HABITUAL E PERMANENTE E NÃO INTERMITENTE, SENDO IMPOSSÍVEL INFERIR ESTA INFORMAÇÃO DA ATIVIDADE DESCRITA NAS INFORMAÇÕES, RELACIONADAS AO SETOR DE ALMOXARIFADO, CONTROLE DE MATERIAIS E ESCRITÓRIO DA EMPRESA.

NO MAIS, OBSERVO QUE A MATÉRIA VENTILADA EM SEDE RECURSAL JÁ FOI EXAUSTIVAMENTE ANALISADA PELO JUÍZO DE ORIGEM.

EM FACE DO EXPOSTO, NEGO PROVIMENTO AOS RECURSOS E MANTENHO INTEGRALMENTE A SENTENÇA RECORRIDA.

Sustenta a parte autora, em seu incidente, em síntese, que: (a) o lapso de 16/01/1986 a 05/03/1997 deve ser considerado especial, pela exposição a ruído acima dos níveis toleráveis pela legislação; (b) é possível reconhecer como especial a exposição a ruído acima de 80 decibéis até 05/03/1997, quando entrou em vigor o Decreto n.º 2.172/1997; e (c) a exigência de exposição de forma habitual e permanente sob condições especiais somente foi trazida pela Lei n.º 9.032/1995, não sendo aplicável à hipótese dos autos, que é anterior à sua publicação.

Aponta como paradigmas julgados do STJ (REsp n.º 977.400) e desta TNU (processo n.º 200971950017767 e 200771950012920).

2. Considero que o(s) paradigma(s) invocado(s) presta(m)-se para o conhecimento do incidente.

3. Entendo que o incidente deve ser provido.

As instâncias ordinárias consideraram que o PPP e o laudo não informam se a exposição ao agente ruído se dava de forma habitual e permanente, e não intermitente.

Todavia, cotejando os autos, verifico que o laudo constante do evento 018 traz, expressamente, que a exposição aos agentes nocivos dava-se de modo habitual e permanente, sendo os níveis de ruído, todos, acima de 80 dB.

Quanto ao agente ruído, adoto o atual entendimento da Turma Nacional de Uniformização, que, em 09/10/2013, aprovou, por unanimidade, o cancelamento da Súmula n.º 032, em razão do julgamento, pelo Superior Tribunal de Justiça, da Pet n.º 9059, a seguir transcrita:

PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ÍNDICE MÍNIMO DE RUÍDO A SER CONSIDERADO PARA FINS DE CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. APLICAÇÃO RETROATIVA DO ÍNDICE SUPERIOR A 85 DECIBÉIS PREVISTO NO DECRETO N. 4.882/2003. IMPOSSIBILIDADE. TEMPUS REGIT ACTUM. INCIDÊNCIA DO ÍNDICE SUPERIOR A 90 DECIBÉIS NA VIGÊNCIA DO DECRETO N. 2.172/97. ENTENDIMENTO DA TNU EM DESCOMPASSO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto pelo INSS contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais que fez incidir ao caso o novo texto do enunciado n. 32/TNU: O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64 e, a contar de 5 de março de 1997, superior a 85 decibéis, por força da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003, quando a Administração Pública reconheceu e declarou a nocividade à saúde de tal índice de ruído. 2. A contagem do tempo de trabalho de forma mais favorável àquele que esteve submetido a condições prejudiciais à saúde deve obedecer a lei vigente na época em que o trabalhador esteve exposto ao agente nocivo, no caso ruído. Assim, na vigência do Decreto n. 2.172, de 5 de março de 1997, o nível de ruído a caracterizar o direito à contagem do tempo de trabalho como especial deve ser superior a 90 decibéis, só sendo admitida a redução para 85 decibéis após a entrada em vigor do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003. Precedentes: AgRg nos EREsp 1157707/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, DJe 29/05/2013; AgRg no REsp 1326237/SC, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 13/05/2013; REsp 1365898/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 17/04/2013; AgRg no REsp 1263023/SC, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJe 24/05/2012; e AgRg no REsp 1146243/RS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe 12/03/2012. 3. Incidente de uniformização provido. (Pet 9059/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 09/09/2013)

Referido entendimento foi confirmado pelo STJ em julgamento pela sistemática do recurso repetitivo:

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO RETROATIVA DO DECRETO 4.882/2003 PARA RECONHECIMENTO DE ATIVIDADE ESPECIAL. RECURSO REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC E RES. 8/2008-STJ). O limite de tolerância para configuração da especialidade do tempo de serviço para o agente ruído deve ser de 90 dB no período de 6/3/1997 a 18/11/2003, conforme Anexo IV do Decreto 2.172/1997 e Anexo IV do Decreto 3.048/1999, sendo impossível aplicação retroativa do Decreto 4.882/2003, que reduziu o patamar para 85 dB, sob pena de ofensa ao art. 6º da LINDB. De início, a legislação que rege o tempo de serviço para fins previdenciários é aquela vigente à época da prestação, matéria essa já abordada de forma genérica em dois recursos representativos de controvérsias, submetidos ao rito do art. 543-C do CPC (REsp 1.310.034-PR, Primeira Seção, DJe 19/12/2012 e REsp 1.151.363-MG, Terceira Seção, DJe 5/4/2011). Ademais, o STJ, no âmbito de incidente de uniformização de jurisprudência, também firmou compreensão pela impossibilidade de retroagirem os efeitos do Decreto 4.882/2003. (Pet 9.059-RS, Primeira Seção, DJe 9/9/2013). Precedentes citados: AgRg no REsp 1.309.696-RS, Primeira Turma, DJe 28/6/2013; e AgRg no REsp 1.352.046-RS, Segunda Turma, DJe 8/2/2013 (REsp 1.398.260-PR, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 14/5/2014).

Assim, no meu entender, hoje, os níveis de exposição a ruído são os seguintes: (a) até 04/03/1997 (vigência do Decreto n.º 53.831/64): 80 decibéis; (b) de 05/03/1997 a 17/11/2003 (vigência do Decreto n.º 2.172, de 05/03/1997): 90 decibéis; e (c) de 18/11/2003 em diante (vigência do Decreto n.º 4.882, de 18/11/2003): 85 decibéis.

Considerando que a parte autora comprovou a exposição a ruído superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n.º 53.831/64, o pedido nacional de uniformização merece ser provido.

4. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora deve ser provido, para que, nos termos da Questão de Ordem n.º 020 desta TNU, os autos retornem à Turma Recursal de origem para adequação do julgado ao seguinte entendimento: de que, para a caracterização do tempo de serviço como especial, basta que, na vigência do Decreto n.º 53.831/64, a exposição a ruído seja superior a 80 decibéis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais PROVER O PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator. Brasília, 20 de julho de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0015148-35.2013.4.01.3200

ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

REQUERENTE: MARIA DA GRAÇA MOREIRA DE FARIAS

PROC./ADV.: JOSÉ STÊNIO DE ARAÚJO LUCENA

OAB: AM 601-A

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PARADIGMAS DA TNU, DO STJ e DO TRF4. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO DOS JULGADOS. ART. 15 DA RITNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Amazonas, não reconheceu o tempo de serviço rural postulado, pois não foi apresentado início de prova material.

2. Postula o reconhecimento do exercício de atividade rural no período anterior ao requerimento do benefício de aposentadoria por idade rural. Alega que apresentou início de prova material confirmado por prova testemunhal. Cita ementas de julgados do TRF4, da TNU e do STJ.

3. O Min. Presidente desta TNU encaminhou os autos para melhor exame.

4. Entendo que o presente incidente de uniformização não merece ser conhecido.

5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

6. Como decorrência lógica, os acórdãos de Turmas Recursais da mesma região e de Tribunais Regionais Federais não se prestam como paradigma da divergência, pelo que deixo de considerar o julgado do TRF da 4ª Região.

7. Ademais, a recorrente aponta como paradigmas da divergência arestos do STJ e da TNU sem, contudo, se desincumbir da prova do dissenso, ou seja, não promoveu o necessário cotejo analítico dos julgados, nos termos exigidos pelo art. 15, I, do RITNU (Resolução nº 345 de 02/06/2015).

8. A mera citação de ementas de julgados não basta para comprovar a divergência jurisprudencial em que se basearia o recurso, sendo necessário o confronto analítico entre as decisões supostamente divergentes, demonstrando-se o dissídio alegado.

9. Em face do exposto, não conheço do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 17 de agosto de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0027652-76.2009.4.01.3600

ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO

REQUERENTE: CÍCERO BARBOSA MARTINS

PROC./ADV.: NILSON MORAES COSTA

OAB: MT-8349

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.

PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. RECONHECIMENTO DE PERÍODO NÃO POSTULADO NO RECURSO INOMINADO E NÃO APRECIADO PELA TURMA DE ORIGEM. TESE JURÍDICA INOVADORA. PREQUESTIONAMENTO. QUESTÃO DE ORDEM 10. NÃO CONHECIMENTO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Mato Grosso, que reconheceu o tempo de serviço especial de 06/03/1997 a 18/03/2009, pela exposição ao agente eletricidade (tensões superiores 250 volts).

Postula o reconhecimento do tempo de serviço especial de 01/01/1980 a 30/11/1989, período em que também laborou exposto a energia elétrica acima de 250 volts, de modo habitual e permanente. Aponta como paradigma julgado do STJ e da TNU.

2. O Min. Presidente desta TNU encaminhou os autos para melhor exame.

3. Entendo que o presente incidente de uniformização não merece ser conhecido.

O reconhecimento da especialidade do período de 01/01/1980 a 30/11/1989 não foi objeto do recurso inominado interposto pela parte autora e não foi enfrentada pelo acórdão recorrido, de modo que não ocorreu o seu prequestionamento.

Tratando-se de tese inovadora, a matéria não pode ser conhecida por este colegiado, nos termos da Questão de Ordem nº 10 da TNU, de acordo com a qual "não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido".

4. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora não merece ser conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte ré, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 17 de agosto de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501917-94.2012.4.05.8311

ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): PEDRO JUVENCIO DA SILVA

PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA..

OAB: PE-573-A

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. TRABALHADOR RURAL. RECONHECIMENTO DA ESPECIALIDADE (ITEM 2.2.1 DO DECRETO N.º 53.831/1964). POSSIBILIDADE. RECENTE JURISPRUDÊNCIA DESTA COLEGIADO. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM N.º 013 DESTA TNU. CONSECUTÓRIOS LEGAIS. MANUAL DE CÁLCULOS DA JUSTIÇA FEDERAL. INCIDENTE CONHECIDO EM PARTE E, NESTA PARTE, PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela Autarquia Previdenciária em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos JEFs da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, com o seguinte teor:

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO / CONTRIBUIÇÃO. CONVERSÃO DO TEMPO ESPECIAL EM COMUM. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE. ATIVIDADE EXERCIDA ANTES DE 28.04.1995. PRESUNÇÃO DE INSALUBRIDADE POR ENQUADRAMENTO PROFISSIONAL. APÓS, NECESSIDADE

DE COMPROVAÇÃO DE EXPOSIÇÃO EFETIVA A AGENTES NOCIVOS. TRABALHADOR RURAL. ATIVIDADE RURAL EM AGROINDÚSTRIA / AGROPECUÁRIA. ENQUADRAMENTO PROFISSIONAL. ITEM 2.2.1 DO DECRETO nº 53.831/64. RECURSO DA PARTE AUTORA PROVIDO. (...)

- Nos termos do item 2.2.1 do quadro anexo do Decreto nº 53.831/64, o trabalho em atividade agropecuária - que engloba também a atividade na agricultura, desde que tenha sido prestada em empresa agroindustrial ou agrocomercial - pode ser considerado especial. Na hipótese, observo que o intervalo de trabalho perseguido como atividade especial, na qualidade de rurícola de Estabelecimento Agroindustrial (cultivo de cana de açúcar, vide CTPS anexo 04), deu-se no período de 03/05/1976 a 28/04/1995, de modo que cabível seu enquadramento em observância à legislação aplicável à época e aqui citada.

- Dito isso, observo que o postulante contabilizou 40 anos 11 meses e 04 dias de tempo se serviço/contribuição, conforme planilha que segue em anexo e passa a integrar o presente julgado, fazendo jus, portanto, à conversão da aposentadoria proporcional que percebe, em aposentadoria por tempo de contribuição com proventos integrais, a partir do requerimento administrativo (31/08/2009, anexo 02), e DIP na data deste julgado.

(...) 2. Sustenta o INSS, em síntese, que: (a) a atividade de trabalhador rural não se enquadra na categoria profissional prevista no item 2.2.1 do Decreto nº 53.081/1964; e (b) os consectários legais devem seguir o disposto na Lei nº 11.960/2009. Aponta como paradigmas julgados do STJ (REsp nº 291.404, AgRg no REsp nº 1.137.303 e REsp nº 1.205.946).

3. O Min. Presidente desta TNU encaminhou os autos para melhor exame.

4. Em 2012, tinha esse colegiado que o Decreto nº 53.831/64, no seu item 2.2.1, considerava como insalubre somente os serviços e as atividades profissionais desempenhados na agropecuária, não se enquadrando como tal o labor apenas na lavoura (PEDILEF 200871580019758).

5. Entretanto, tal jurisprudência restou alterada quando do julgamento do representativo de controvérsia nº 0500180-14.2011.4.05.8013. Por meio dele, esta TNU uniformizou o entendimento no sentido de que a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto nº 53.831/1964, refere-se tanto aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais.

6. Dessa forma, a alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida.

Nesse sentido, a mais atualizada jurisprudência desta TNU:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO FORMULADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. TEMPO DE ATIVIDADE ESPECIAL. TRABALHADOR RURAL. AGROPECUÁRIA. MUDANÇA DE ENTENDIMENTO DA PAR. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Prolatado acórdão pela Segunda Turma Recursal de Pernambuco, que negou provimento ao recurso do Autor, para manter a sentença que não reconheceu como atividade especial o trabalho rural no período de 01/09/1976 a 16/12/1998. 2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto tempestivamente pelo Autor, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento da Segunda Turma Recursal de São Paulo (processo nº 0004398-18.2007.4.03.6307), segundo o qual o labor rural configura a especialidade prevista no item 2.2.1 do Quadro Anexo do Decreto nº 53.831/64. 3. Incidente não admitido pela Presidência da Turma de origem, sendo os autos encaminhados a esta Turma Nacional após agravo. 4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. 5. Configurado o dissídio, posto que o acórdão recorrido entendeu que, "(...) O enquadramento no item 2.2.1 do Decreto 53.831/64 depende de efetiva comprovação de atividade agropecuária, não abrangendo todas as espécies de trabalhadores rurais, motivo pelo qual a atividade exercida pelo autor como rurícola não pode ser considerada como de natureza especial. 3. No caso vertente, não há nos autos qualquer prova de que o autor se dedicasse a atividade que envolvesse agricultura e pecuária (agropecuária).", grifo no original. 6. A TNU, inclusive esta Relatora, tinha o entendimento de que somente o trabalho agrário e pecuário configura o labor especial. Entretanto, houve mudança de entendimento, tanto que na sessão passada foi julgado o processo nº 0500180-14.2011.4.05.8013, Representativo de Controvérsia, onde consta que: "(...) esta Turma, no julgamento do Pedilef 0509377-10.2008.4.05.8300 (Relator p/ acórdão Juiz Federal André Carvalho Monteiro, j. 04/06/2014), uniformizou o entendimento de que a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto nº 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. Dessa forma, a alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida. (...) (Rel. João Batista Lazzari, DJ 11/09/2014). 7. Copio ex-certo esclarecedor do Voto Vencedor do citado PEDILEF nº 0509377-10.2008.4.05.8300: "(...) Revisão da interpretação adotada por esta Tuma Nacional de Uniformização, fixando entendimento de que a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores

que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. (...) (Rel. Designado Juiz Federal André Carvalho Monteiro, D.J. 04/06/2014). 8. Como o tempo de labor como "lavrador" abrange período antes e depois da Lei nº 9.032/95, necessário o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para a análise das provas produzidas, nos termos da Questão de Ordem nº 20 da TNU. 9. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e parcialmente provido para (i) reafirmar a tese de que "a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial"; (ii) anular o acórdão recorrido, determinando a realização de novo julgamento à luz do entendimento desta Turma Nacional. (PEDILEF 05003939620114058311, Rel. Juíza Federal KYU SOON LEE, DOU 24/10/2014, PÁGINAS 126/240) (grifei)

7. Desse modo, como a Autarquia Previdenciária pretende que seja adotada tese rechaçada por este colegiado, tenho que não é caso de conhecimento do incidente de uniformização quanto a este ponto, nos termos da Questão de Ordem nº 013 desta TNU.

8. Acerca da aplicação imediata, às ações em curso, da Lei nº 11.960/09, que veio alterar a redação do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, para disciplinar os critérios de correção monetária e de juros de mora a serem observados nas condenações impostas à Fazenda Pública, é necessário salientar que a MP nº 2.180/2001 acrescentou à Lei nº 9.494/97 o art. 1º-F, fixando em 06 % (seis por cento) os juros moratórios sobre as condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e a empregados públicos.

9. Nos processos em que se discutia a aplicação da redação original do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, a Terceira Seção do STJ, no REsp nº 1.086.944/SP (sistemática dos recursos repetitivos), firmou entendimento no sentido de que as modificações legislativas impostas pela MP nº 2.180-35/01, por terem natureza de norma instrumental, somente seriam aplicáveis às ações ajuizadas posteriormente à sua vigência (portanto, depois de 24/08/2001):

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ADMINISTRATIVO. JUROS MORATÓRIOS. FAZENDA PÚBLICA. DÉBITO EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS. AÇÃO AJUIZADA APÓS À EDIÇÃO DA MP Nº 2.180/01. FIXAÇÃO NO PATAMAR DE 6% AO ANO. 1. O art. 1º-F, da lei 9.494/97, que fixa os juros moratórios nas ações ajuizadas contra a Fazenda Pública no patamar de 6%, é de ser aplicado tão somente às demandas ajuizadas após a sua entrada em vigor. Inaplicabilidade do art. 406 do Código Civil de 2002. Precedentes. 2. Constitucionalidade do art. 1º-F, da lei 9.494/97 declarada pelo Supremo Tribunal Federal. Ressalva do ponto de vista da relatora. 3. Recurso especial provido. (STJ, REsp nº 1.086.944, Rel. Exma. Sra. Mina. Maria Thereza de Assis Moura, DJe 04/05/2009). (grifei)

10. Posteriormente, a Lei nº 11.960/2009, em seu art. 5º, modificou a redação original do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, nos seguintes termos:

Art. 1º-F. Nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança. (Redação dada pela lei nº 11.960, de 2009) (grifei)

11. Preocupado com a ausência de regulamentação, o Conselho da Justiça Federal editou a sua Resolução de nº 267, de 02/12/2013, estabelecendo o novo Manual de Cálculos da Justiça Federal, que passou a ser seguido pelo STJ, em seus julgados mais recentes (AgRg no REsp 1331471 / SC, Primeira Turma, Rel. Min. ARI PARGENDLER, DJe 04/08/2014; MS 9987 / DF, Terceira Seção, Rel. Min. ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 17/06/2014; AgRg no REsp 1426328 / RS, Primeira Turma, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe 25/06/2014; EDcl no REsp 861859 / PR, Sexta Turma, Rel. Min. SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 01/07/2014; AgRg no REsp 1329715 / SC, Primeira Turma, Rel. Min. ARI PARGENDLER, DJe 06/06/2014; dentre outros precedentes), e também pela TNU, em julgamento do qual participei, em 04/06/2014, cujo teor da ementa reproduzo:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. ADMINISTRATIVO. PENSIONISTA MILITAR MENOR IMPÚBERE. DIFERENCAS DEVIDAS DA DIFERENÇA 28,86%. JUROS MORA. CAPITALIZAÇÃO SIMPLES. INCIDENTE PROVIDO. 1. A União interpõe o presente incidente de uniformização a fim de reverter o acórdão proferido pela Turma Recursal de Santa Catarina que, reformando parcialmente a sentença de procedência, corrigiu o erro de cálculo e determinou a incidência de juros de mora capitalizada de forma composta. 2. Incidente de uniformização de jurisprudência manejado pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da lei nº 10.259/2001. 3. O Incidente é tempestivo e merece ser conhecido. 4. A divergência configura-se numa análise comparativa entre o que foi decidido na instância de origem e os acórdãos paradigmas transcritos no Incidente interposto perante essa Turma Nacional. 5. Do cotejo analítico entre o acórdão avertado e o paradigma da 5ª. Turma Recursal de São Paulo vislumbro a necessária similitude fático-jurídica. 6. Com razão a Recorrente. A questão relativa à correção monetária e juros moratórios merece ser explicada. Ainda não houve o final do julgamento das ADIs 4357 e 4425, restando a discussão a respeito dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade (ex nunc ou ex tunc) no que concerne aos parcelamentos dos precatórios (EC 62/09) e a extensão dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade por arrastamento do art. 5º da lei 11.960/2009. 7. Segundo constou do Informativo 498 do STF, aquela Corte Constitucional assim se manifestou: "Em con-

clusão, o Plenário, por maioria, julgou parcialmente procedente pedido formulado em ações diretas, propostas pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e pela Confederação Nacional das Indústrias - CNI, para declarar a inconstitucionalidade: a) da expressão "na data de expedição do precatório", contida no § 2º do art. 100 da CF; b) dos §§ 9º e 10 do art. 100 da CF; c) da expressão "índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança", constante do § 12 do art. 100 da CF, do inciso II do § 1º e do § 16, ambos do art. 97 do ADCT; d) do fraseado "independentemente de sua natureza", inserido no § 12 do art. 100 da CF, para que aos precatórios de natureza tributária se apliquem os mesmos juros de mora incidentes sobre o crédito tributário; e) por arrastamento, do art. 5º da lei 11.960/2009; e f) do § 15 do art. 100 da CF e de todo o art. 97 do ADCT (especificamente o caput e os §§ 1º, 2º, 4º, 6º, 8º, 9º, 14 e 15, sendo os demais por arrastamento ou reverberação normativa) - v. Informativos 631, 643 e 697". (grifei) 7. Numa primeira leitura, colhe-se da conclusão do julgamento publicado no Informativo do STF, que todo o art. 5º da lei 11.960/09, que deu nova redação ao art. 1º-F da lei 9.494/97 foi declarado inconstitucional. Diante disso, presumiu-se que afastamento da aplicação da regra acima em sua totalidade, com a desconsideração de todo o art. 5º da lei 11.960/09, de modo que as condenações à Fazenda Pública retornariam à sistemática anterior, como se a norma não tivesse existido. 8. Esta foi a conclusão que se chegou a TNU no julgamento do Pedilef 0003060-22.2006.4.03.6314, "7. Em razão da declaração de inconstitucionalidade do art. 1º-F, decisão de efeitos erga omnes e eficácia vinculante, considero não ser mais possível continuar aplicando os índices previstos na lei. 11.960/2009, razão pela qual proponho o cancelamento da Sumula TNU n. 61 e, consequentemente, o restabelecimento da sistemática vigente anteriormente ao advento da lei 11.960/2009, no que concerne a juros e correção monetária, qual seja, juros de 1% (um por cento) ao mês e atualização monetária, pelo INPC. (Rel. João Batista Lazzari, sessão de 9.10.2013). 9. Ocorre que da decisão proferida no processo Pedilef 0003060-22.2006.4.03.6314 houve interposição de Reclamação formulada perante o STF de descumprimento da decisão antes de ser proclamados os efeitos do julgamento da declaração de inconstitucionalidade, o julgamento está suspenso. 10. Por sua vez, mais recentemente, o STJ (Primeira Seção), em julgamento de REsp pela sistemática do art. 543-C do CPC, interpretou a decisão do STF e entendeu que apenas em parte a norma acima foi declarada inconstitucional. No voto, o eminente Ministro Castro Meira, que foi acompanhado à unanimidade pelos demais Ministros componentes, foi conclusivo no sentido de que apenas a questão da correção monetária é que foi considerada inconstitucional, permanecendo válidas as disposições relativas aos juros de mora, de forma que a lei 11.960/09 continua aplicável neste aspecto. 11. Aplicando o mesmo entendimento, a Comissão de Cálculos do Conselho da Justiça Federal aplicou o mesmo entendimento do STJ ao dispositivo. Desse modo, seguindo a orientação da Primeira Seção do STJ e do CJF, determino que o cálculo de liquidação seja realizado seguindo as determinações da Resolução CJF n. 267, a qual alterou o Manual de Orientação de Procedimento para os Cálculos na Justiça Federal, capitalizando os juros de mora, para o caso concreto, de forma simples. 12. Pedido de Incidente de Uniformização provido. (PEDILEF 50047098620114047201, Exma. Sra. Juíza Federal MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO, Data da Decisão 04/06/2014, DOU 27/06/2014, PÁG. 23/71) (grifei)

12. Em suma, não restam dúvidas de que o tema é controverso. Todavia, já existe um novo Manual de Cálculos elaborado pela Comissão de Cálculos do Conselho da Justiça Federal que está sendo seguido por esta TNU e pelo STJ, e, em virtude do grande número de feitos que envolve tal tema (fixação de juros e de correção monetária), acredito que já seja o momento deste Colegiado padronizar a questão.

13. Ressalto, outrossim, que não há reformatio in pejus na fixação dos consectários legais por esta TNU, porquanto, nos termos da jurisprudência mais recente do STJ, os juros de mora e a correção monetária são matérias de ordem pública, que não se submetem aos institutos da preclusão e da coisa julgada (AgRg no REsp 1427357 / PR, Primeira Turma, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 04/08/2014; AgRg no AREsp 455281 / RS, Terceira Turma, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 25/06/2014; AgRg no REsp 1427958 / SC, Primeira Turam, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 02/06/2014; Resp nº 1.112.524 / DF, Corte Especial, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 30/09/2010, dentre outros precedentes).

14. Em sendo assim, ressaltando meu entendimento pessoal, na esteira do que decidido pela C. TNU, adoto o disposto no Novo Manual de Cálculos da Justiça Federal (Resolução nº 267 / 2013).

15. Portanto, respeitada a prescrição quinquenal (Súmula nº 85 do C. STJ), deve ser condenada a parte ré a pagar à parte autora as parcelas vencidas e as vincendas, com a incidência de:

(a) correção monetária, a contar vencimento de cada prestação (Súmula nº 43 do C. STJ), pelos seguintes índices: de 01/07/1994 a 30/06/1995, IPC-r; de 04/07/1995 a 30/04/1996, INPC; de 05/1996 a 08/2006, IGP-DI; e, a partir de 09/2006, INPC;

(b) juros de mora mensais, a partir da citação: de 01 % (simples) até 06/2009; de 0,5 % (simples) de 07/2009 a 04/2012; e, a partir de 05/2012, o mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, capitalizados de forma simples, correspondentes a: (b.1) 0,5 % ao mês, caso a taxa Selic ao ano seja superior a 8,5 %; e (b.2) 70 % da taxa Selic ao ano, mensalizada, nos demais casos.

16. Quanto a este ponto, portanto, o pleito de uniformização deve ser parcialmente provido. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela Autarquia Previdenciária merece ser conhecido em parte, e, nesta parte, parcialmente provido, para que os consectários legais sigam o disposto no Manual de Cálculos da Justiça Federal.



ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER, EM PARTE, DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pelo INSS E, NESTA PARTE, PROVIDO PARCIALMENTE, nos termos do voto-ementa do Relator. Brasília, 17 de março de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0502569-49.2014.4.05.8309

ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: FRANCISCO PÉREIRA DA SILVA

PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS

OAB: PE-20418

REQUERIDO(A): FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO SOB A ÉGIDE DA CLT. CONTAGEM PARA TODOS OS EFEITOS. ENTENDIMENTO DO STJ EPOSADO EM RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTRVERSIA. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM N.º 038 DESTA TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.

1. Formula a parte autora pedido nacional de uniformização de jurisprudência em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, com o seguinte teor (evento 021):

EMENTA

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. APOSENTADORIA ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO INSALUBRE. OMISSÃO LEGISLATIVA. MANDADO DE INJUNÇÃO JULGADO PELO SUPREMO TRIBUNAL. FEDERAL. APLICAÇÃO DA LEI Nº 8.213/91. REPERCUSSÃO DO TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL SOBRE ANUÊNIOS E LICENÇA-PRÊMIO. RECURSO INOMINADO DA PARTE AUTORA, EM PARTE, PROVIDO.

VOTO

Trata-se de Recurso Inominado interposto pela parte autora, contra sentença exarada em sede de ação especial que julgou improcedente pedido com o qual se buscou o reconhecimento de tempo de serviço prestado em condições insalubres para fins de aposentadoria, referente ao período de 12.12.1990 até 28.04.1995, bem como repercussão desse reconhecimento no cômputo dos anuênios e licença-prêmio.

De início, defiro o benefício da gratuidade judiciária. Insta observar que, para fazer jus à assistência judiciária, basta a afirmação da parte no sentido de que, ao arcar com as despesas do processo, haverá prejuízo para o seu sustento, razão pela qual tão somente a circunstância de auferir renda certa e mensal não configura motivo suficiente para o indeferimento da gratuidade da justiça. De fato, já se encontra sedimentada a jurisprudência do c. STJ "... no sentido de que não é necessária a comprovação do estado de miserabilidade da parte para a concessão do benefício da Assistência Judiciária Gratuita, sendo suficiente a declaração pessoal de pobreza da parte, a qual pode ser feita, inclusive, por seu advogado." (STJ - RESP 611478-RN - DJ: 08/08/2005). Isso porque o benefício da gratuidade da justiça é amplo, mas voltado exclusivamente para os hipossuficientes - não necessariamente miseráveis - que a ele façam jus.

Com efeito, o cerne da questão tratada nos autos diz respeito à possibilidade de reconhecimento de tempo de serviço trabalhado pelo servidor público em condições insalubres após 11.12.1990, data da publicação da Lei nº 8.112, que instituiu o regime jurídico dos servidores da UNIÃO e suas autarquias, como também, quanto à possibilidade de repercussão do tempo de serviço reconhecido como insalubre no cômputo dos anuênios e licença-prêmio.

Verifica-se, de início, a competência dos Juizados Especiais Federais para processar e julgar o feito em questão. De fato, tratando-se de regra limitativa da competência, a exceção prevista no inciso III, do § 1º, do artigo 3º da Lei nº 10.259/01 deve ser interpretada restritivamente, de modo a afastar da competência do Juizado Especial Federal tão somente as demandas que tenham por objeto precipuo a anulação de ato administrativo federal, tal como uma pretensão de anulação de multa administrativa, por exemplo, e não a infinidade de demandas que possam implicar indiretamente na anulação de ato administrativo, sob pena de ofensa ao princípio de acesso à prestação jurisdicional, no qual os Juizados Especiais constituem um dos desdobramentos possíveis do acesso à Justiça.

Não há que se falar em prescrição do fundo de direito, haja vista que se trata de ação com a qual se almeja ser reconhecido o direito à contagem especial do tempo de atividade insalubre durante o regime estatutário, estando caracterizada a mora legislativa pela não edição de lei dando concretude a esse direito. Em situações como a de que ora se cuida, portanto, é de se reconhecer tão somente a prescrição em relação às prestações devidas no quinquênio anterior ao ajuizamento demanda, conforme disposição do Decreto nº 20.910/32 e, bem assim, da Súmula nº 85, do c. STJ, ou seja, trata-se de hipótese de prescrição quinquenal. Nesse sentido, confira-se:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REVISÃO DE ATO DE APOSENTADORIA. CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO INSALUBRE PRESTADO NO REGIME ESTATUTÁRIO. AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA. MORA DO LEGISLADOR. STF. REGRAS DO REGIME GERAL. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO AFASTADA. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. STJ, SÚMULA 85. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA RESTABELECIDA EM PARTE. 1. Sentença de procedência do pedido revisional de aposentadoria reformada pela Turma Recursal do Rio Grande do Norte, sob o fundamento de que nas ações em que se visa rever ato de aposentadoria de servidor público, para inclusão do tempo de serviço insalubre, a prescrição da pretensão ao fundo de direito ocorre quando decorridos mais de cinco anos entre o ato de concessão e o ajuizamento da ação. 2. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora ao argumento de que o acórdão recorrido é divergente da compreensão do Superior Tribunal de Justiça, para quem, segundo diz, a prescrição é parcial e progressiva nos casos de contagem especial do tempo de serviço de atividade insalubre em regime estatutário. 3. Incidente admitido na origem. 4. Presentes os requisitos de admissibilidade, o recurso merece ser conhecido. 5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça. 6. Sem delongas, vale registrar que o acórdão censurado divergiu, em parte, da posição encampada pela e. Corte Superior. Explico. O STJ já assentou entendimento no sentido de que a revisão de ato de aposentadoria para a contagem especial do tempo de serviço insalubre exercido durante o regime celetista submete-se ao prazo prescricional de cinco anos, contados da concessão do benefício, nos termos do art. 1º, do Decreto 20.910/32. Nesse ponto, não há ressalvas a fazer no acórdão recorrido, o que também não é objeto de irresignação no presente incidente. A controvérsia reside na possibilidade de contagem especial do tempo de serviço de atividade insalubre em regime estatutário, que não seria alcançada pela prescrição do fundo direito, incidindo apenas sobre as parcelas vencidas há mais de cinco anos (STJ, Súmula 85). 7. Conforme realçado pela recorrente, o Superior Tribunal de Justiça, em recente julgado assim resolveu a questão: "PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REGIME ESTATUTÁRIO. CONTAGEM ESPECIAL DO TEMPO DE SERVIÇO DE ATIVIDADE INSALUBRE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. MORA DO LEGISLADOR RECONHECIDA PELO STF. APLICAÇÃO POR ANALOGIA DAS REGRAS DO REGIME GERAL. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DO DIREITO. AUSÊNCIA. 1. Não se conhece da suscitada violação do art. 535 do CPC quando o recorrente deixa de especificar em que consistiram os vícios do aresto impugnado, valendo-se de arguições genéricas de que o decisum não se manifestou sobre os dispositivos de lei por ele invocados. Incidência da Súmula 284/STF. 2. De uma maneira geral, a jurisprudência do STJ tem consignado que a revisão do ato de aposentadoria para obter-se o pagamento de diferenças remuneratórias prescreve em cinco anos após a aposentação, nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/32. 3. Todavia, quando se trata da contagem especial do tempo de atividade insalubre durante o regime estatutário, ainda não foi editada lei dando concretude a esse direito. Em razão disso, o STF reconheceu a mora legislativa e determinou, com efeito inter partes, a aplicação das regras do regime geral da previdência (MI 721/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ. 30.11.07). Com base nesse precedente, o aresto recorrido reconheceu a procedência do pedido, determinando o pagamento dos correspondentes consectários remuneratórios. 4. Nesse contexto, não havendo notícia de que o requerimento formulado pelo servidor fora negado pela Administração, inexistiu prescrição do fundo do direito, pois a lesão renova-se com a mora do Legislativo em assegurar-lhe o direito consagrado pela norma constitucional. Logo, a prescrição apenas deve atingir as parcelas vencidas há mais de cinco anos, nos termos preconizados na Súmula 85/STJ. 5. Recurso especial não provido. (Resp 1287736/PB, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/03/2012, DJe 28/03/2012)" 8. Comprovado o vínculo estatutário da parte autora entre 1º/01/1991 e 28/04/1995 e, não havendo elementos que demonstrem a negativa da Administração a pedido eventualmente formulado pela recorrente, não há se falar em prescrição do fundo de direito pois, consoante sobredito julgado, a lesão renova-se com a mora do Legislativo em assegurar à postulante o direito consagrado na Carta da República, pelo que a prescrição, nesse caso, deve atender ao enunciado da Súmula 85, do STJ. 9. Ante o exposto, conheço do incidente de uniformização de jurisprudência e lhe dou provimento para restabelecer a sentença, tão-somente na parte em que deferido o pleito de conversão do período trabalhado pela autora em atividade insalubre no regime estatutário (17/06/75 a 31/05/81). Mantenho, por conseguinte, a condenação da União ao pagamento das verbas vencidas geradas em razão da revisão, considerada a prescrição quinquenal, nos termos em que consignado no julgado monocrático." (PEDILEF 05095139020114058400, JUIZ FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS, TNU, DOU 13/06/2014 PÁG. 95/146.) - Grifou-se.

Quanto à possibilidade de ser computado o tempo de serviço laborado por servidor público em condições insalubres, a partir da vigência da Lei nº 8.112/90, tem-se pelo seu cabimento.

É que, apesar da previsão constitucional contida no art. 40, §4º, da Carta Magna de 1988, a exigir a edição de uma lei complementar que venha fixar os requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos estatutários que exerçam atividades em condições especiais, esta norma ainda não foi editada até os dias de hoje.

Por tal razão, o c. STF, quando, no julgamento do Mandado de Injunção nº 721-7/DF, firmou posicionamento no sentido de que, "inexistente a disciplina específica da aposentadoria especial do servidor, impõe-se a adoção, via pronunciamento judicial, daquela própria aos trabalhadores em geral - artigo 57, parágrafo 1º, da Lei nº 8.213/91".

Vê-se, portanto, que segundo o juízo perfilhado pelo Pretório excelso, em face da morosidade legislativa no que diz respeito à edição de lei complementar para regulamentar a situação do servidor que exerce atividades sob condições especiais, devem ser aplicadas as normas correlatas previstas no art. 57, da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre a aposentadoria especial no âmbito do Regime Geral da Previdência Social. Nesse sentido, confirmam-se:

CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. OMISSÃO LEGISLATIVA. ANÁLISE DOS REQUISITOS CONFORME A LEI Nº 8.213/91. LAUDO TÉCNICO PERICIAL. TEMPO ANTERIOR A 05/03/1997. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. 1. Tendo em vista a mora legislativa em regulamentar o art. 40, parágrafo 4º, III, da CF/88, que trata da aposentadoria especial dos servidores públicos, o Col. STF admitiu que a análise dos requisitos necessários à contagem do tempo de serviço especial, nesse caso, tenha por base o disposto na Lei nº 8.213/91, cujos artigos 57 e 58 disciplinam a concessão do aludido benefício, no âmbito do Regime Geral da Previdência Social. 2. Legítimo o reconhecimento, como especial, do tempo de serviço prestado pelo trabalhador cuja atividade, antes da Lei nº 9.032/95, encontrava-se catalogada nos Anexos dos Decretos 53.831/64 e 83.080/79. 3. No que concerne ao período posterior a 28/04/95, é necessária a comprovação da efetiva exposição, permanente, habitual e não intermitente, aos agentes nocivos à saúde e à integridade física do segurado. Porém, admite-se tal comprovação por qualquer meio, inclusive pela apresentação dos Formulários SB-40 e DSS-8030, somente sendo exigível laudo técnico pericial assinado por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho a partir de 05/03/1997, data da publicação do Decreto nº 2.172, que regulamentou a Lei nº 9.032/95 e a MP nº 1.523/96 - posteriormente convertida na Lei nº 9.528/97. 4. O desempenho de atividade em condições especiais (exposição a agentes nocivos à saúde ou integridade física), comprovado nos termos da legislação vigente à época da prestação do serviço, implica direito adquirido à sua conversão em tempo comum, com a concessão do benefício de aposentadoria integral por tempo de contribuição. 5. Hipótese em que, considerando que somente a partir de 05/03/1997 passou a existir previsão legal no sentido de tornar obrigatória a apresentação do laudo técnico pericial, é descabida a exigência formulada pela impetrada. 6. Remessa e apelo desprovidos.

(APELREEX 00035836920114058200, Desembargador Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho, TRF5 - Terceira Turma, DJE - Data: 12/03/2013 - Página: 136.) - Grifou-se.

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO e PROCESSO CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 8.112/90. MANDADO DE INJUNÇÃO Nº 721-7/DF. ACOLHIMENTO. PRECEDENTE DO STF. HONORÁRIOS. MAJORAÇÃO. 1. Para a comprovação do tempo de serviço especial, nocivo à saúde ou à integridade física até a entrada em vigor da Lei nº. 9.032, de 28.04.95, que alterou o caput do art. 57, da Lei nº. 8.213/91, era suficiente que a atividade exercida pelo segurado estivesse enquadrada em quaisquer daquelas arroladas pelos Decretos nº 53.831/64 e nº 83.080/79. Precedentes dos TRF's da 1ª e 3ª Regiões. 2. Quanto ao período especial prestado sob o regime estatutário, embora ainda não exista lei regulamentando a aposentadoria especial do servidor público e/ou a conversão do tempo de serviço especial em comum para fins de inativação, o STF, por meio de decisão nos autos do Mandado de Injunção nº 721-7, reconhecendo a mora na edição da lei regulamentadora, assegurou aos impetrantes daquela ação constitucional o exercício desse direito nos termos do artigo 57, parágrafo 1º, da Lei nº 8.213/91. 3. Não obstante a decisão proferida pelo col. STF no Mandado de Injunção n. 721-7/DF não tenha efeito vinculante nem eficácia erga omnes, é recomendável que a referida decisão seja prestigiada pelas instâncias inferiores do Poder Judiciário, de forma a uniformizar o entendimento sobre a matéria em questão. 4. Uma vez constatado que o autor, regido pela Lei nº 8.112/90, exerceu atividades insalubres, na especialidade de carpintaria e marcenaria, conforme Laudo Pericial produzido pelo Serviço de Segurança e Saúde do Trabalho da Delegacia Regional do Trabalho, tendo em vista a manipulação de solventes e vernizes, agentes nocivos à saúde, é de ser convertido em seu favor o tempo de serviço especial por ele exercido em comum, para fins de revisão de aposentadoria, com a utilização do fator 1.4. 5. Honorários advocatícios majorados para R\$ 2.000,00 (dois mil reais) nos termos do artigo 20, parágrafo 3 c/c 4º do CPC. 6. Precedentes deste eg. TRF5 (2ª Turma, AMS 93244 CE, j. 14.07.2009, Rel. Des. Federal. Francisco Barros Dias, Relator para acórdão Des. Federal Convocado Rubens de Mendonça Canuto; 3ª Turma - AC 452876 PB, j. 08.10.2009; DJU 20.10.2009, Rel. Des. Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima). 7. Apelação do autor parcialmente provida e apelação da União e à remessa oficial improvidas.

(APELREEX 00165686120114058300, Desembargador Federal Rubens de Mendonça Canuto, TRF5 - Segunda Turma, DJE - Data: 30/08/2012 - Página: 277.) - Grifou-se.

ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO RETIDO. SERVIDOR PÚBLICO. MÉDICO VETERINÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. PERÍODO COMO CELETISTA. DECRETO 83080/79. POSSIBILIDADE. PERÍODO COMO ESTATUTÁRIO. LEI COMPLEMENTAR. MANDADO DE INJUNÇÃO Nº 721. LEI 9032/95. 1. Cuida-se de apelação e remessa obrigatória de sentença que concedeu parcialmente a segurança para "reconhecer ao Impetrante o direito à contagem de tempo especial das atividades exercidas

como Médico Veterinário no período compreendido entre 15.02.1980 até a passagem para o regime estatutário (11.12.1990), bem como a conversão em tempo comum, mediante a aplicação do fator 1.4 e, em consequência, reconhecer-lhe o direito à aposentadoria por tempo de serviço com proventos proporcionais". 2. Considerando que a matéria afeta ao agravo retido está intrinsecamente relacionada à questão central debatida nos autos, sua apreciação fica postergada para o momento oportuno, quando do exame do mérito da contenda. 3. Quanto ao período especial prestado anteriormente à instituição do regime estatutário, entende-se que, nos moldes da jurisprudência pátria, capitaneada pelo e. STF, é cabível ao servidor público a contagem desse tempo sob o regime celetista para fins de aposentadoria, desde que a atividade considerada especial esteja catalogada nos anexos dos Decretos nº 53831/64 e nº 83080/79 e que se prove o exercício dessa atividade. 4. Há que se reconhecer como especial o tempo de serviço prestado pelo postulante no cargo de médico veterinário no período de 15 de fevereiro de 1980 até 11 de dezembro de 1990, um dia antes da publicação da Lei nº 8112/90, tendo em vista que essa profissão foi classificada dentre aquelas que expõem os profissionais a agentes nocivos, nos moldes dos itens 1.3.1 do Anexo I e 2.1.3 do Anexo II, ambos do Decreto nº 83080/79, e os documentos juntados aos autos provam que o autor permaneceu no exercício dessa profissão por muitos anos, adentrando pela década de 90. 5. A partir de 12 de dezembro de 1990, momento em que os servidores públicos passaram a ser regidos pelo Regime Jurídico Único e a ostentar a natureza de estatutários, o art. 40, parágrafo 4º, da Constituição, com a redação anterior à Emenda Constitucional nº 20/98, previu a necessidade de lei complementar específica para regular a matéria afeta ao reconhecimento de tempo de serviço especial de servidor público. Não obstante isso, a jurisprudência deste e. Tribunal tem se posicionado favoravelmente ao cômputo do tempo de serviço especial do servidor público, mesmo após a conversão do regime para o estatutário, em razão de decisão proferida no Mandado de Injunção nº 721/DF, que teria criado um regime transicional, ao mandar aplicar o disposto no art. 57 da Lei nº 8213/91 também aos servidores submetidos ao Regime Jurídico Único, até que haja a efetiva regulamentação do art. 40, parágrafo 4º, da Constituição por lei complementar. 6. Em relação ao período posterior à edição da Lei nº 8112/90, somente para o intervalo que antecede a Lei nº 9032/95 não se faz a exigência de comprovação da exposição efetiva a agentes nocivos à saúde do servidor nem da apresentação de laudo

técnico como requisito para o reconhecimento de tempo de serviço exercido em condições especiais. Após sua edição, passou-se a exigir a comprovação pelo interessado, por meio de laudo técnico individualizado, do tempo de trabalho, de forma permanente - e não ocasional nem intermitente - em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, tais como a efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos e/ou biológicos. 7. Os documentos juntados aos autos pelo autor não se prestam a provar a alegada insalubridade no período posterior à edição da Lei nº 9032/95, mormente porque o laudo técnico pericial individualizado não se encontra assinado, não tendo, portanto, força probante. 8. Há que se reconhecer como especial o tempo de serviço prestado pelo requerente a partir de 15 de fevereiro de 1980 até 28 de abril de 1995, um dia antes da entrada em vigor da Lei nº 9032/95, tempo esse que deverá ser multiplicado pelo fator 1.4 e, posteriormente, somado ao período já reconhecido pelo INSS e àquele relativo à licença-prêmio não gozada, para fins de concessão de aposentadoria. Agravo retido improvido. Apelações da União e do INSS e remessa obrigatória improvidas. Apelação do autor parcialmente provida. (APELREEX 200105000016555, Desembargador Federal Cesar Carvalho, TRF5 - Primeira Turma, DJE - Data::03/08/2012 - Página::377.) - Grifou-se.

Destaque-se, por outro lado, que a nocividade do trabalho exercido pela parte autora sequer é questão controvertida nos autos, haja vista que a FUNASA se limita tão somente a defender a tese da impossibilidade de reconhecimento da atividade como especial de servidor público, após a vigência da Lei nº 8.112/1990. De fato, segundo a defesa deduzida pela FUNASA, a contagem do tempo de serviço prestado sob condições insalubres, na proporção prevista no Decreto-lei 1.873/81 e nos Decretos 53.831/64 e 83.080/79, nos termos do art. 186, § 2º, da Lei 8.112/90, somente será possível quando regulamentado o Art. 40, §4º, da Constituição Federal, portanto, não se há de falar que a autora seja detentora do direito de ver incorporado aos seus patrimônios jurídicos o tempo prestado sob condições insalubres, tendo em vista que o referido dispositivo constitucional ainda não foi regulamentado.

Em sendo assim, afigura-se-nos cabível o reconhecimento do tempo de serviço especial laborado pela parte autora no período indicado nos autos.

Quanto ao pedido de se fazer repercutir o tempo de serviço especial sobre os anuênios e licenças prêmio, tem-se pelo sua negativa, porquanto, o reconhecimento laborado sob condições especiais não vincula a concessão de anuênios e licenças-prêmio a mais, em razão da natureza e finalidade distintas desses institutos.

Não se pode perder de vista, outrossim, que a previsão constitucional se limita a autorizar a criação de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos que, em razão do trabalho, se submetam a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, não se podendo estender tal previsão também a outros aspectos funcionais não previstos no texto constitucional, para fazer incidir uma contagem diferenciada também para fins de concessão de anuênios ou de licença-prêmio. Perfilhando juízo idêntico, confira-se:

ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO. PROFESSOR UNIVERSITÁRIO. LICENÇA-PRÊMIO/ESPECIAL. ANUÊNIOS. CÔMPUTO MAJORADO EM DE-CORRÊNCIA DO RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO QUE SE MANTÉM. 1. Trata-se de apelação cível interposta por DAVID SIMONETTI BARBALHO contra sentença prolatada pelo douto Juízo Federal da 4ª Vara da SJ/RN que julgou improcedente o pedido visando à incidência do fator de conversão de tempo de serviço (1.4) sobre a Licença Especial/Prêmio não gozada e anuênios recebidos, assegurando-lhe o pagamento dos valores pecuniários correspondentes. Fixou, ainda, honorários advocatícios sucumbenciais em R\$ 1.000,00. 2. Adoção da técnica de julgamento per relationem. 3. "Tendo tais benefícios a finalidade de recompensar o servidor, seja pelo tempo de exercício no serviço público, seja pela assiduidade, e sendo fundamentados na sua efetiva e ininterrupta prestação, não guardam correlação com o tempo majorado, decorrente do exercício de atividades penosas e perigosas, computado apenas para fins de aposentadoria. de aposentadoria." 4. Honorários advocatícios sucumbenciais fixados em R\$ 1.000,00 que se mantém, porquanto o aludido montante mostra-se realmente compatível com o trabalho realizado pelo Advogado e com o tempo por ele dispendido no acompanhamento da demanda. 5. Apelação a que se nega provimento.

(AC 00079741520124058400, Desembargador Federal Manoel Erhardt, TRF5 - Primeira Turma, DJE - Data::27/11/2013 - Página::88.) - Grifou-se.

Por último, visando evitar descabidos e protelatórios embargos de declaração, ressalte-se que não existe a menor necessidade de manifestação expressa sobre os todos os argumentos jurídicos levantados pelas partes, eis que as razões já expostas neste decisum são suficientes para julgamento de todos os pedidos formulados. Idêntico raciocínio se aplica ao prequestionamento. Não há obrigação de manifestação expressa sobre todas as teses jurídicas apontadas como tal. O único propósito de prequestionar a matéria a ser eventualmente levada ao conhecimento das Cortes Superiores, sem que ocorra, na hipótese, qualquer dos pressupostos elencados no art. 535 do Código de Ritos, não constitui razão suficiente para a oposição dos embargos declaratórios, consoante prega a pacífica jurisprudência do STJ. De toda forma, a fim de agilizar o andamento dos processos, considero desde já prequestionados expressamente todos os dispositivos legais indicados pelas partes em suas petições durante o trâmite processual. Insta acentuar, por fim, que os embargos de declaração não se prestam para reanálise de pedidos já decididos.

Verifica-se que, apesar de ter a sentença reconhecido a ilegitimidade passiva da União, não procedeu a sua exclusão do pólo passivo da lide. Assim sendo, tendo em vista que se trata de matéria de ordem pública cujo conhecimento é possível até mesmo de ofício, reconhece-se a ilegitimidade passiva da UNIÃO e, em consequência, EXTINGUE-SE O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO em relação a este Ente Político, nos termos do art. 267, inciso VI, do CPC.

Destarte, em vista de tudo o que foi exposto e por tudo mais que dos autos consta, DÁ-SE PROVIMENTO, EM PARTE, AO RECURSO INOMINADO DA PARTE AUTORA, somente para reconhecer como tempo laborado sob condições especiais o período de 12.12.1990 (data posterior ao período já reconhecido administrativamente) até 28.04.95 (por presunção legal de nocividade), extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 269, I do CPC.

Sem condenação em honorários, nos termos da Lei nº 9.099/95, aplicável ao JEF por força do art. 1º, da Lei nº 10.259/01.

#### ACÓRDÃO

Vistos etc.

Decide a 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais de Pernambuco, por unanimidade, dar provimento, em parte, ao recurso do autor, nos termos da ementa supra.

Recife/PE, data do julgamento.

Afirma a parte autora, nesta ação, que: (a) trabalhou na Fundação Nacional da Saúde (FUNASA); (b) durante a realização de suas atividades (de combate a endemias), submeteu-se a diversos agentes perigosos e insalubres, sem qualquer espécie de equipamento de proteção individual (EPI); (c) a própria FUNASA, administrativamente, reconheceu o tempo como insalubre, entretanto limitou esse reconhecimento ao período em que os agentes de saúde eram do regime celetista (até 11/12/1990, portanto), e, mesmo assim, não fizeram com que esse acréscimo se refletisse na quantidade de anuênios e de licenças-prêmios dos servidores; (d) a sua atividade laboral está enquadrada na lista anexa ao Decreto nº 53.834/64, e deve ter a sua insalubridade reconhecida por presunção legal, para fins de aposentadoria, de anuênios e de licença-prêmio; e (e) na falta do PPP e do LTCAT, a parte autora requer o reconhecimento da insalubridade por presunção legal até a edição da Lei nº 9.032/1995.

Sustenta a parte autora, em seu incidente (evento 025), em resumo, que: (a) a Turma Recursal de Origem, ao não permitir que o tempo de serviço especial reconhecido repercutisse em seus anuênios e licenças-prêmios, entendeu contrariamente ao que vem decidindo o Superior Tribunal de Justiça; e (b) o servidor tem direito à repercussão da contagem diferenciada em decorrência do exercício de atividades especiais em seus anuênios e licenças-prêmios (AgRg no AI nº 502.429).

2. O Min. Presidente deste colegiado encaminhou o feito a esta Relatoria para melhor análise.

3. Considero que o(s) paradigma(s) apontado(s) presta(m)-se para conhecimento do incidente.

4. Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça, no REsp nº 1.254.456, assentou, sob a sistemática dos recursos representativos de controvérsia, que o tempo de serviço público federal prestado sob o pálio do extinto regime celetista deve ser computado para todos os efeitos, inclusive para anuênios e licença-prêmio por assiduidade.

Transcrevo ementa do julgado:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO SOB AÉ-GIDE DA CLT. CONTAGEM PARA TODOS OS EFITOS. LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA. CONVERSÃO EM PECÚNIA. PRESCRIÇÃO. TERMO A QUO. DAT DA APOSENTADORIA. RECURSO SUBMETIDO AO REGIME PREVISTO NO ARTIGO 543-C DO CP. 1. (...). 2. Inicialmente, registro que a jurisprudência desta Corte consolidou o entendimento de que o tempo de serviço público federal prestado sob o pálio do extinto regime celetista deve ser computado par todos os efeitos, inclusive par anuênios e licença-prêmio por assiduidade, nos termos dos arts. 67e 10, da Lei n. 8.112/90. Precedentes: AgRg no Ag 1.276.352/RS, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 18/10/10; AgRg no REsp 916.888/SC, Sexta Turma, Rel. Min. Celso Limongi (Desembargador Convocado do TJ/SP), DJe 3/8/09; REsp 939.474/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe 2/2/09; AgRg no REsp 957.097/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 29/9/08. 3. (...). 5. Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido a regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ. 6. (...). (REsp nº 1.254.456 / PE, Primeira Seção, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 02/05/2012)

Atualmente, o STJ vem adotando o entendimento esposado no aludido julgado:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 131 E 458, II DO CPC NÃO CONFIGURADA. CELETISTA CONVERTIDO EM ESTATUTÁRIO. IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO RECURSAL. ALEGAÇÕES TRAZIDAS TÃO SOMENTE EM SEDE DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. TEMPO DE SERVIÇO. DIREITO ADQUIRIDO A ANUÊNIO. INTELIGÊNCIA DO ART. 100 DA LEI 8.112/90. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DOS INCISOS I E III DA LEI 8.162/91. AGRAVO REGIMENTAL DA UNIÃO DESPROVIDO. 1. (...). 3. O acórdão recorrido está em consonância com a atual diretriz jurisprudencial desta Corte, firmada no julgamento do Recurso Especial 1.254.456/PE, Representativo da Controvérsia, de que o tempo de serviço público federal prestado sob o pálio do extinto regime celetista deve ser computado para todos os efeitos, inclusive para anuênios e licença-prêmio por assiduidade, nos termos dos arts. 67 e 100, da Lei n. 8.112/90. 4. Agravo Regimental da UNIÃO desprovido. (AgRg nos EDcl no AREsp 306714 / RN, Primeira Turma, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 01/10/2015) (grifei)

Nossa Suprema Corte possui julgados mais antigos que abarcam a tese da parte autora:

Servidor público federal: contagem especial de tempo de serviço prestado enquanto celetista, antes, portanto, de sua transformação em estatutário: direito adquirido, para todos os efeitos, desde que comprovado o efetivo exercício de atividade considerada insalubre, perigosa ou penosa. Precedentes. II. Agravo regimental: inviabilidade de, em agravo regimental, inovar a causa com questões não debatidas no acórdão recorrido, nem objeto das razões do recurso extraordinário. (RE 473895 AgR / RS, Primeira Turma, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, DJ 07-12-2006, PP-00048) (grifei)

5. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora merece ser conhecido e provido, para que o tempo de serviço especial reconhecido repercuta em seus anuênios e licenças-prêmios, nos termos da Questão de Ordem nº. 038 desta TNU.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E PROVER O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 17 de março de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0505791-18.2015.4.05.8300

ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernam-

buco

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): EDILEUZA TEIXEIRA DE SOUZA

PROC./ADV.: DENNIS NUNES

OAB: PE-28 760

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL MÁRCIO RACHED

MILLANI

#### EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO. RENDA MENSAL INICIAL. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. PRAZO PRESCRICIONAL. INTERRUÇÃO PELO MEMORANDO-CIRCULAR CONJUNTO 21/DIRBEN/PFEINSS - 2010. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. QUESTÕES DE ORDEM 24 E 13.



1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal do Pernambuco, que manteve a sentença de procedência do pedido de revisão da RMI de benefício previdenciário, conforme artigo 29, II, da Lei 8.213/91, respeitada a prescrição quinquenal, contada da edição do Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010.

2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pelo INSS, com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei nº 10.259/2001, alegando divergência quanto ao entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp 1196773/PA, REsp 1205694/RS, AgRg no REsp 1423716/PE e AgRg no REsp 1221425/RS. Ao final, requereu uniformização quanto aos seguintes pontos:

a) a renúncia à prescrição em favor da Fazenda Pública só possa fazer-se por lei em sentido formal;

b) o art. 103, parágrafo único, da Lei n. 8.213/91, ao tratar da prescrição quinquenal, não aborda a questão da interrupção do prazo, devendo-se aplicar, então, o art. 9º do Decreto n. 20.910/32, que regula a matéria de forma geral.

c) a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu.

3. O incidente não comporta conhecimento.

4. Quanto à prescrição, o acórdão recorrido está em consonância com a orientação desta TNU, que uniformizou o entendimento segundo o qual o dies a quo da prescrição do direito à revisão da Renda Mensal Inicial (RMI) dos benefícios previdenciários, na forma do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, é a publicação do Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010. Confira-se:

PEDILEF 5001752-48.2012.4.04.721. Rel. JUIZA FEDERAL KYU SOON LEE, julgado em 13.03.2014. "uniformizou-se a tese de que tal ato administrativo, o qual reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, e não pela metade, como pretende o recorrente". No mesmo sentido, o PEDILEF 50000472320134047100, Relator JUIZ FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ. Fonte: DOU 16/05/2014 PÁG. 125/165.

5. Incidente não conhecido. Questões de ordem 24 e 13 desta TNU.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 23 de fevereiro de 2017.

MÁRCIO RACHED MILLANI

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0505890-86.2009.4.05.8400

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: EXPEDITO ELOI DA SILVA

PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO

OAB: RN-5291

REQUERIDO(A): INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL MÁRCIO RACHED MILLANI

#### EMENTA

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GDIBGE. LEI 11.355/2006. EXTENSÃO AOS INATIVOS CONFORME CALCULADO PARA OS SERVIDORES ATIVOS. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. GRATIFICAÇÃO DE NATUREZA "PRO LABORE FACIENDO". INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. Cuida-se de pedido de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Norte que, dando provimento ao recurso da ré, julgou improcedente o pedido de extensão aos inativos da percepção da gratificação de desempenho GDIBGE no mesmo patamar dos servidores ativos:

(...)Porém, no presente caso, observa-se que a situação posta difere daqueles precedentes que levaram esta Turma a reconhecer o direito de equiparação e que motivaram a consolidação da jurisprudência do Colendo STF.

- A GDIBGE foi instituída pela Lei 11.355/2006 e, em seu art. 81, determinava que, até que fossem editados os atos e processados os resultados do primeiro período de avaliação, a GDIBGE teria como base a pontuação obtida na última avaliação de desempenho individual e institucional, para fins de gratificação de desempenho, que no caso foi a GDACT. Assim, os servidores ficaram percebendo a GDIBGE, com base na última avaliação de desempenho efetuada, que foi a avaliação quando vigorava a GDACT.

- O Decreto nº 6.312/2007 e, em seguida, a Resolução do Conselho Diretor do IBGE - RCD 11-A, regulamentaram a GDIBGE.

- Porém, em 2009, foi instituída uma nova GDIBGE pela Lei 11.907/2009, que dispôs sobre a reestruturação da composição remuneratória do Plano de Carreira e cargos do IBGE. Assim, até que sejam regulamentados os critérios gerais a serem observados na realização das avaliações de desempenho individual e institucional, citados nos parágrafos 3º, 4º e 5º, do art. 80 da referida Lei, os servidores que fizeram jus à GDIBGE deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GDIBGE.

- Observa-se, pois, que a GDIBGE, em nenhum momento, assumiu o aspecto de gratificação geral, por existir previsão legal de que seu pagamento seja feito inicialmente com observância na última pontuação obtida na GDACT, e, posteriormente, foi regulamentada tendo os seus próprios critérios de avaliação. Após a reestruturação, a nova GDIBGE passou a ser paga com base na última pontuação obtida na GDIBGE anterior. Indevido, pois, o pagamento dos ativos e aposentados/pensionistas em igualdade de condições (...).

2. O recorrente aponta divergência entre o Acórdão recorrido e enunciado da Turma Recursal do Rio de Janeiro. Afirmou que a Turma Recursal do Estado do Rio de Janeiro levou em consideração o fato de que não houve avaliação institucional ou individual, razão pela qual não estaria autorizada a diferenciação entre ativos e inativos.

3. A questão travada no presente incidente de uniformização já se encontra pacificada no seio deste Colegiado, no sentido de que os servidores ativos do Instituto sempre receberam a gratificação com fundamento em avaliação de produtividade, sem fixação arbitrária de pontuação, mesmo nos períodos que antecederam a regulamentação e a edição dos critérios específicos de avaliação, afastando a equiparação aos inativos, na medida em que impossível a aludida avaliação. Nesse sentido, transcrevo recente PEDILEF:

(...)CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO.GDIBGE. LEI 11.355/2006. EXTENSÃO AOS INATIVOS CONFORME CALCULADO PARA OS SERVIDORES ATIVOS. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. GRATIFICAÇÃO DE NATUREZA "PRO LABORE FACIENDO". INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Cuida-se de pedido de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Norte que, reformando a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de extensão aos inativos da percepção da gratificação de desempenho GDIBGE no mesmo patamar dos servidores ativos. 2. O recorrente aponta como paradigma decisões das Turmas Recursais do Rio de Janeiro no sentido de que a Gratificação de Desempenho GDIBGE, instituída pela Lei nº 11.355/2006, objeto da presente demanda, foi criada com a finalidade de reestruturar a carreira do Servidor do Poder Executivo Federal, possuindo a mesma natureza jurídica das demais gratificações de desempenho, se revestindo de natureza genérica, devendo ser estendida, aos inativos ou pensionistas, observados os mesmos parâmetros fixados pela lei para o pagamento das gratificações aos servidores em atividade, enquanto não realizados as necessárias avaliações de desempenho. 2. Conhecimento do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A controvérsia radica em determinar se a gratificação em análise - GDIBGE -, ao ser instituída, possuía natureza genérica, devendo a sua percepção ser estendida aos inativos até a conclusão do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, ou "pro labore faciendo". 3. Com efeito, a corrente demanda versa sobre a Gratificação de Desempenho de Atividade em Pesquisa, Produção e Análise, Gestão e Infra-Estrutura de Informações Geográficas e Estatísticas - GDIBGE, gratificação integrante da composição remuneratória do Plano de Carreiras e Cargos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, instituído pela Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (conversão da MP nº 301, de 29 de junho de 2006). 3.1 Em verdade, cinge-se o núcleo do destramar da lide em verificar se à GDIBGE se aplica o mesmo entendimento assentado pelo Supremo Tribunal Federal - STF em relação à GDATA (e congêneres), uma vez que esta gratificação revelou natureza genérica de forma a autorizar extensão aos inativos, nos termos do imperativo constitucional do art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003. 3.2 No caso da GDATA e congêneres, a fixação de percentual mínimo de pagamento para os servidores da ativa superior ao percentual pago aos inativos fere o dispositivo constitucional disciplinador da espécie. No que toca à GDIBGE, contudo, desde a sua instituição até os dias atuais, o legislador sempre estabeleceu um critério diferenciado da GDATA (e congêneres) para pagamento aos servidores ativos até que fossem editados os regulamentos necessários à efetiva avaliação, conforme se analisará dedutivamente a seguir. 3.3 Nos termos da redação original da Lei nº 11.355/06, a GDIBGE regia-se basicamente pelos seguintes parâmetros: "Art. 80. Os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo de que trata o art. 71 farão jus a uma Gratificação de Desempenho de Atividade em Pesquisa, Produção e Análise, Gestão e Infra-Estrutura de Informações Geográficas e Estatísticas - GDIBGE, com a seguinte composição: I - até trinta e cinco por cento, incidentes sobre o vencimento básico do servidor, em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até trinta e cinco por cento, incidentes sobre o maior vencimento básico do cargo, em decorrência do alcance das metas institucionais. § 1º A avaliação de desempenho individual visa a aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo, com foco na contribuição individual para o alcance das metas do IBGE. § 2º O titular de cargo efetivo das carreiras de que trata o art. 71, quando investido em cargo em comissão de Natureza Especial, DAS-6 e DAS-5, ou equivalente, em órgãos ou entidades do Governo Federal fará jus à GDIBGE calculada com base no limite máximo dos pontos fixados para a avaliação de desempenho. § 3º Regulamento disporá sobre os critérios gerais a serem observados na realização das avaliações de desempenho institucional e individual para fins de concessão da GDIBGE. § 4º Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho institucional e individual e de atribuição da GDIBGE serão estabelecidos em ato do Conselho Diretor do IBGE, observada a legislação vigente. § 5º A GDIBGE será atribuída em função do efetivo desempenho do servidor e do alcance das metas de desempenho institucional fixadas em ato do Conselho Diretor do IBGE, observada a legislação vigente. § 6º As metas de desempenho institucional poderão ser revistas na superveniência de fatores que te-

nam influência significativa e direta na sua consecução. § 7º A avaliação individual terá efeito financeiro apenas se o servidor tiver permanecido em exercício de atividades inerentes ao respectivo cargo por, no mínimo, dois terços de um período completo de avaliação. Art. 81. Enquanto não forem editados os atos referidos nos §§ 3º e 4º do art. 80, e até que sejam processados os resultados do primeiro período de avaliação de desempenho, para fins de percepção da GDIBGE, o cálculo dos percentuais previstos nos incisos I e II do art. 80 terá como base a pontuação obtida na última avaliação de desempenho individual e institucional para fins de percepção de gratificação de desempenho. § 1º Os ocupantes dos cargos efetivos das carreiras de que trata o art. 71 somente farão jus à GDIBGE se em exercício de atividades inerentes aos respectivos cargos nas unidades do IBGE. § 2º O titular de cargo efetivo das carreiras de que trata o art. 71, quando investido em cargo em comissão de Natureza Especial, DAS-6 e DAS-5, ou equivalente, em órgãos ou entidades do Governo Federal fará jus à GDIBGE calculada com base no limite máximo dos pontos fixados para a avaliação de desempenho. § 3º O ocupante de cargo efetivo das carreiras de que trata o art. 71, que não se encontre desenvolvendo atividades no IBGE, somente fará jus à GDIBGE: I - quando cedido para a Presidência ou Vice-Presidência da República, situação na qual perceberá a GDIBGE calculada com base nas mesmas regras válidas como se estivesse em exercício no IBGE; II - quando cedido para órgãos ou entidades do Governo Federal distintos dos indicados no inciso I, da seguinte forma: a) o servidor investido em cargo em comissão de Natureza Especial, DAS-6, DAS-5, ou equivalentes, perceberá a GDIBGE calculada com base no limite máximo dos pontos fixados para a avaliação de desempenho; b) o servidor investido em cargo em comissão DAS-4, ou equivalente, perceberá a GDIBGE em valor calculado com base em setenta e cinco por cento do limite máximo de pontos fixados para a avaliação de desempenho. § 4º A avaliação institucional do servidor referido no inciso I do § 3º será a do IBGE. (...) Art. 149. Para fins de incorporação das gratificações de desempenho a que se referem os arts. 34, 61, 80 e 100 aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios: I - para as aposentadorias e pensões concedidas até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação será correspondente a cinquenta por cento do valor máximo do respectivo nível; II - para as aposentadorias e pensões concedidas após 19 de fevereiro de 2004: a) quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, aplicar-se-á o percentual constante no inciso I deste artigo; b) aos demais, aplicar-se-á para fins de cálculo das aposentadorias e pensões o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004." (grifos nossos). 3.4 Depreende-se destas dicções que não se assegurou aos servidores em atividade um percentual genérico - mais vantajoso que o concedido aos inativos e pensionistas -, e desvinculado de qualquer avaliação de desempenho até a edição dos regulamentos pertinentes às avaliações de desempenho, condição observada no caso da GDATA e congêneres. Ao revés, o pagamento da GDIBGE aos ativos ficou atrelado à pontuação obtida na última avaliação de desempenho individual e institucional para fins de percepção de gratificação de desempenho. 3.5 Registre-se que, antes da instituição do Plano de Carreiras e Cargos do IBGE, os servidores deste Instituto faziam jus à Gratificação de Desempenho de Atividade em Ciência e Tecnologia - GDACT, instituída pela MP nº 2.229-43 [1], de 6 de setembro de 2001, para os cargos efetivos das Carreiras de que trata a Lei nº 8.691 [2], de 28 de julho de 1993. 3.6 Assim, enquanto não fossem editados os atos referidos nos §§ 3º e 4º do art. 80 da Lei nº 11.355/06 (redação original), para fins de percepção da GDIBGE, cada servidor ativo, individualmente, receberia a pontuação obtida na última avaliação de desempenho da GDACT, gratificação efetivamente regulamentada pelo Decreto nº 3.762, de 5 de março de 2001. 3.7 Nesse ponto, convém colacionar o entendimento firmado pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal - STF sobre a GDACT, quando instado a se manifestar sobre a possibilidade de extensão aos servidores inativos e pensionistas em seu grau máximo, em sede de recurso extraordinário (n.º 572.884/Goias, relator Ministro Ricardo Lewandowski) com repercussão geral, no qual ficou assentado que, após a edição do Decreto nº 3.762/2001, a GDACT adquiriu a natureza pro labore faciendo, conforme noticiado no informativo nº 671, de 18 a 22 de junho de 2012, verbis: ""GDACT" e extensão a inativos - 2 No mérito, registrou-se que a GDACT fora instituída pelo art. 19 da MP 2.048-26/2000. Além disso, a medida provisória estabeleceria percentuais limítrofes de atribuição e quais seus beneficiários no art. 20, bem assim disporia quanto a aposentadoria e pensões no art. 54. Ato contínuo, reportou-se ao art. 56, IV ("Art. 56. Enquanto não forem regulamentadas e até 31 de dezembro de 2000, as Gratificações referidas no art. 54 desta Medida Provisória corresponderão aos seguintes percentuais incidentes sobre o vencimento básico de cada servidor: ... IV - Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia, doze vírgula vinte e cinco por cento, cinco vírgula cinco por cento e dois vírgula cinco por cento, para os cargos de níveis superior, intermediário e auxiliar, respectivamente"). Apontou-se que sobreviera regulamentação por meio do Decreto 3.762/2001. Assim, percebeu-se que, antes do advento desta (5.3.2001), a GDACT, apesar de originalmente concebida como gratificação pro labore faciendo, teria caráter geral e, por esse motivo, seria extensiva aos inativos. (RE 572884/GO, rel. Min. Ricardo Lewandowski, 20.6.2012.) "GDACT" e extensão a inativos - 3 Em seguida, esclareceu-se que a MP 2.048-26/2000 fora reeditada 17 vezes até chegar à MP 2.229-43/2001. Assinalou-se que esta, por sua vez, fora modificada pela Lei 10.769/2003, que elevaria o percentual da GDACT ao limite de 50% no tocante aos cargos de nível superior, intermediário e auxiliar. Observou-se inalterada a natureza de gratificação paga tendo em conta efetivo exercício do cargo, modificada apenas sua composição, que, a partir de 1º de dezembro de 2003, passaria a ter duas parcelas: uma decorrente de avaliação individual e outra, de avaliação institucional. Noutras palavras, regulou-se o modo

de sua concessão, tornando-a variável. Anotou-se cumprir distingui-la da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, apreciada pelo Supremo, porquanto, após o Decreto 3.762/2001, não haveria mais na GDACT percentual mínimo assegurado ao servidor pelo só fato de estar em atividade. Reputou-se que, haja vista a natureza pro labore faciendo, não se mostraria devida extensão automática do benefício aos inativos com fundamento no princípio da paridade, a que aludia o art. 40, § 4º, da CF. Registrou-se que a Lei 10.769/2003 acrescentara o art. 60-A à MP 2.229-43/2001. Compreendeu-se que este dispositivo mandaria aplicar às aposentadorias e pensões valor correspondente a 30% do percentual máximo incidente sobre o padrão da classe em que o servidor estivesse posicionado, a partir das datas que especificaria. (RE 572884/GO, rel. Min. Ricardo Lewandowski, 20.6.2012.)"(grifo nosso). 3.8 Por sua vez, a GDIBGE foi regulamentada pelo Decreto n.º 6.312, de 19 de dezembro de 2007, e os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho institucional e individual e de atribuição da GDIBGE foram fixados por meio da Resolução do Conselho Diretor do IBGE n.º 11-A, de 20 de junho de 2008. 3.9 Na sequência, a Lei n.º 11.907, de 2 de fevereiro de 2009 (conversão da MP n.º 441, de 29 de agosto de 2008), alterou os dispositivos da Lei n.º 11.355/06 que disciplinavam os critérios de pagamento da GDIBGE, que passaram a ser atribuídos não mais por percentual do vencimento, mas através de pontos, senão vejamos: "Art. 80. Os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do Plano de Carreiras e Cargos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em exercício de atividades inerentes aos respectivos cargos ou funções nas unidades do IBGE fazem jus a uma Gratificação de Desempenho de Atividade em Pesquisa, Produção e Análise, Gestão e Infra-Estrutura de Informações Geográficas e Estatísticas - GDIBGE, com a seguinte composição: I - até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e II - até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional. § 1º A avaliação de desempenho individual visa a aferir o desempenho do servidor no IBGE, no exercício das atribuições do cargo ou função, com vistas no alcance das metas de desempenho institucional. § 2º A avaliação de desempenho institucional visa a aferir o alcance das metas organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas. § 5º A GDIBGE será atribuída em função do efetivo desempenho do servidor e do alcance das metas de desempenho institucional fixadas anualmente em ato do Conselho Diretor do IBGE. (NR) "Art. 81. Até que seja publicado o ato a que se refere o § 4º do art. 80 desta Lei e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDIBGE deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GDIBGE, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo XV-A desta Lei, conforme disposto no art. 81-B desta Lei. § 1º O resultado da primeira avaliação gera efeitos financeiros a partir da data de publicação do ato a que se refere o § 4º do art. 80 desta Lei, considerando a distribuição de pontos de que trata o art. 80 desta Lei, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou a menor. § 2º O disposto no caput deste artigo e no seu § 1º aplica-se aos ocupantes de cargos comissionados que fazem jus à GDIBGE. § 3º Os titulares dos cargos de provimento efetivo de que trata o art. 71 desta Lei em exercício no IBGE quando investidos em cargo em comissão ou função de confiança farão jus à GDIBGE da seguinte forma: I - os investidos em função de confiança ou cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 3, 2, 1 ou equivalentes, perceberão a GDIBGE calculada conforme disposto no art. 81-B desta Lei; e II - os investidos em cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5, 4 ou equivalentes, perceberão a GDIBGE calculada com base no valor máximo da parcela individual, somado ao resultado da avaliação institucional do IBGE no período. § 4º Os titulares dos cargos de provimento efetivo de que trata o art. 71 desta Lei quando não se encontrarem em exercício no IBGE somente farão jus à GDIBGE quando: I - requisitados pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei, situação na qual perceberão a GDIBGE com base nas regras aplicáveis como se estivessem em efetivo exercício no seu órgão de lotação; II - cedidos para órgãos ou entidades da União distintos dos indicados no inciso I deste parágrafo e investidos em cargos de Natureza Especial, de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5 e 4 ou equivalentes, e perceberão a GDIBGE calculada com base no resultado da avaliação institucional do IBGE no período." (NR) (grifos nossos) 4. Observe-se novamente que, até a edição dos novos critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho institucional e individual, os servidores ativos receberam a gratificação em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GDIBGE. Ou seja, manteve-se a vinculação do patamar de pagamento com base em alguma avaliação pretérita, não importando em valor padronizado para todos os servidores em atividade, em detrimento de inativos e pensionistas. 4.1 Segundo informações do IBGE, o Conselho Diretor do Instituto já editou a Resolução n.º 15, de 7 de dezembro de 2009, para fixação dos novos critérios de avaliação, a contemplar as alterações advindas da Lei n.º 11.907/09. Acrescente-se que o IBGE já homologou os resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional referente ao primeiro semestre de 2012, conforme teor da Resolução do Conselho Diretor n.º 14, de 20 de julho de 2012, o que demonstra a efetividade das aferições da produtividade. 5. Pelo exposto, resta comprovado o contínuo caráter pro labore faciendo da GDIBGE, ou seja, os servidores ativos do Instituto sempre receberam a gratificação com fundamento em avaliação de produtividade, sem fixação ar-

bitrária de pontuação, mesmo nos períodos que antecederam a regulamentação e a edição dos critérios específicos de avaliação. Não sendo possível avaliar os inativos e pensionistas, por razões óbvias, não há como pretender equiparar-lhes aos servidores em atividade. 5.1 Cumpre asseverar que esta Turma Nacional de Uniformização em recentes julgados adotou posicionamento consonante com o referido entendimento. À guisa de ilustração, confira-se PEDILEF Nº 5008689-48.2014.4.04.7100, Juiz Relator Bruno Leonardo Câmara Carrá, Dj 11/3/2015, unânime. 6. Destarte, conheço, mas nego provimento ao Incidente de Uniformização. Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais conhecer e negar provimento ao Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.

(PEDILEF 05061705720094058400, JUIZ FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, TNU, DOU 03/07/2015 PÁGINAS 116/223.)

4. Como se vê, a Turma Recursal de origem julgou em sintonia com o entendimento consolidado desta Corte Uniformizadora. Incidência, portanto, da Questão de Ordem nº 13 da TNU, in verbis : Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.

#### 5. Incidente de uniformização não conhecido. ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 23 de fevereiro de 2017.

MÁRCIO RACHED MILLANI

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0506741-70.2014.4.05.8200

ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA

REQUERENTE: UNIÃO

PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

REQUERIDO(A): FRANCISMAR SORES LAVOR

PROC./ADV.: RONALDO PESSOA DOS SANTOS

OAB: PB-8472

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N.º 042 DESTA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. Formula a União Federal pedido nacional de uniformização de jurisprudência em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado da Paraíba:

#### EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE TRABALHO NA CONDIÇÃO DE ALUNO APRENDIZ. COMPROVAÇÃO DO RECEBIMENTO DA REMUNERAÇÃO. RECONHECIMENTO DO TEMPO DE TRABALHO. SENTENÇA PROCEDENTE. RECURSO DA PARTE RÉ DESPROVIDO.

1. Cuida-se de recurso apresentado em face de sentença que julgou procedente o pedido inicial para reconhecer o tempo de serviço prestado pela parte autora na condição de aluno aprendiz e condenar a parte ré a averbar o tempo de serviço/contribuição prestado nesta condição. Alega a parte ré, ora recorrente, preliminarmente, inexistência de documentos que comprovem o valor da causa, incompetência absoluta do juízo e ausência de documentos indispensáveis à propositura da demanda; e, no mérito, requer a reforma da sentença.

2. A competência do Juizado Federal já foi discutida e determinada no acórdão constante no anexo 19, não cabendo, aqui, rediscuti-la. A insurgência quanto ao valor da causa também deve ser afastada, já que, sendo a pretensão da parte autora a certificação/averbação do seu tempo de serviço como aluno-aprendiz, o objeto da pretensão inicial não tem valor econômico imediato. De toda forma, foi atribuída ao valor da causa R\$ 1.000,00 (um mil reais), obedecendo aos termos do art. 258 do CPC. Outrossim não merece acolhida a alegação de inépcia da inicial em razão da apresentação dos documentos constantes nos anexos 04 a 10.

3. Nos termos da Súmula nº 18 da TNU, "provado que o aluno aprendiz de Escola Técnica Federal recebia remuneração, mesmo que indireta, à conta do orçamento da União, o respectivo tempo de serviço pode ser computado pra fins de aposentadoria previdenciária.

4. Neste mesmo sentido é a súmula nº 96 do TCU: "Contase para todos os efeitos, como tempo de serviço público, o período de trabalho prestado, na qualidade de aluno-aprendiz, em Escola Pública Profissional, desde que comprovada a retribuição pecuniária à conta do Orçamento, admitindo-se, como tal, o recebimento de alimentação, fardamento, material escolar e parcela de renda auferida com a execução de encomendas para terceiros".

5. Ademais, a Turma Recursal da Paraíba, no julgamento do processo 0507469-50.2010.4.05.8201, em 29/09/2010, já entendeu que o vínculo deve ser reconhecido, "mesmo que a certidão não se refira à contraprestação pecuniária".

6. Extrai-se dos autos Certidão de Tempo de Contribuição (anexo 06), emitida pelo IFPB, na qual consta que o autor teria sido aluno-aprendiz de eletrotécnica do referido instituto, tendo contribuído no período de 01.01.1980 a 31.12.1982, recebendo refeições diárias, fardamento, material escolar e outros benefícios necessários a sua educação enquanto cursava o ginásio industrial, sendo, contem-

plado, ao ingressar no curso técnico, com uma bolsa-convênio que auxiliava durante o período em que estudava e trabalhava lá.

7. Juizado especial. Parágrafo 5º do art. 82 da Lei nº 9.099/95. Ausência de fundamentação. Artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal. Não ocorrência. Possibilidade de o colégio recursal fazer remissão aos fundamentos adotados na sentença. Jurisprudência pacificada na Corte. Matéria com repercussão geral. Reafirmação da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. (RE 635729 RG, Relator Min. Dias Toffoli, julgado em 30/06/2011, DJe 24.08.2011).

8. Súmula do julgamento: A Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba, reunida em sessão de julgamento ocorrida na data constante da aba "Sessões Recursais" destes autos virtuais, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO DA PARTE RÉ, mantendo a sentença por seus próprios fundamentos, condenando-se o recorrente em honorários advocatícios fixados em 10 % sobre o valor da condenação. Sem custas.

Sustenta, em síntese, que, para o reconhecimento do tempo como aluno-aprendiz, é necessária a comprovação da remuneração, mesmo que indireta, à conta do orçamento público, e o correspondente vínculo empregatício.

Aponta como paradigma julgado do STJ (AgRg no AREsp 227.166).

2. O Min. Presidente deste colegiado encaminhou o feito a esta Relatoria para melhor análise.

3. Entendo que o presente incidente de uniformização não merece ser conhecido.

É que foi com base em interpretação particular de elementos específicos constantes dos autos que se chegou à conclusão exposta no acórdão recorrido:

6. Extrai-se dos autos Certidão de Tempo de Contribuição (anexo 06), emitida pelo IFPB, na qual consta que o autor teria sido aluno-aprendiz de eletrotécnica do referido instituto, tendo contribuído no período de 01.01.1980 a 31.12.1982, recebendo refeições diárias, fardamento, material escolar e outros benefícios necessários a sua educação enquanto cursava o ginásio industrial, sendo, contemplado, ao ingressar no curso técnico, com uma bolsa-convênio que auxiliava durante o período em que estudava e trabalhava lá.

E, para desconstituir esses fundamentos de decidir da Turma Recursal de Origem, seria necessário reexaminar o conjunto fático-probatório, o que é vedado em sede de processo objetivo de pedido de uniformização, nos termos da Súmula n.º 042 desta TNU.

4. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência veiculado pelo INSS não merece ser conhecido.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA formulado pelo INSS, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 12 de maio de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0513317-07.2013.4.05.8300

ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

REQUERENTE: SATURNIANO DO REGO LINS

PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS

OAB: PE-20418

REQUERIDO(A): FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO SOB A ÉGIDE DA CLT. CONTAGEM PARA TODOS OS EFEITOS. ENTENDIMENTO DO STJ ESPOSADO EM RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM N.º 038 DESTA TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.

1. Formula a parte autora pedido nacional de uniformização de jurisprudência em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco com o seguinte teor (evento 028):

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA ESPECIAL. AGENTE DE SAÚDE. ENQUADRAMENTO POR ATIVIDADE. ROL DE ATIVIDADES E AGENTES NOCIVOS. CARÁTER EXEMPLIFICATIVO. REFLEXOS PATRIMONIAIS. IMPOSSIBILIDADE. RECURSOS IMPROVIDOS.

- Trata-se de recursos inominados interpostos pela parte autora, pela FUNASA e pela União contra sentença que julgou parcialmente procedente o pedido do autor de reconhecimento de tempo de atividade insalubre e reflexo nos seus anuênios e licença prêmio.

- Inicialmente, afasto a preliminar de ilegitimidade passiva da União, visto que, conforme anexo 03, a parte autora foi redistribuída ao Ministério da Saúde.



Ainda, não há prescrição do fundo de direito, visto que nas relações de trato sucessivo, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, nos termos da súmula nº 85 do STJ.

- Quanto à concessão de aposentadoria especial, através da súmula vinculante nº 33, o STF consolidou o entendimento pela possibilidade, nos seguintes termos:

**SÚMULA VINCULANTE Nº 33 - APLICAM-SE AO SERVIDOR PÚBLICO, NO QUE COUBER, AS REGRAS DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE APOSENTADORIA ESPECIAL DE QUE TRATA O ARTIGO 40, § 4º, INCISO III DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ATÉ A EDIÇÃO DE LEI COMPLEMENTAR ESPECÍFICA.**

- Assim, enquanto não existir legislação normativa sobre aposentadoria especial para servidores públicos, será adotada a legislação destinada aos trabalhadores em geral.

- Até 28/04/95, para o reconhecimento das condições de trabalho como especiais, era suficiente que o segurado comprovasse o exercício de uma das atividades previstas no anexo do Decreto nº. 53.831/64 ou nos anexos I e II do Decreto nº. 83.080/79, não sendo necessário fazer prova efetiva da exposição às condições prejudiciais à saúde ou à integridade física.

- A partir de 29/04/95, com a edição da Lei nº. 9.032/95, que alterou a Lei nº. 8.213/91, o reconhecimento da insalubridade passou a exigir a efetiva exposição aos agentes agressivos do Decreto nº. 83.080/79 ou ao Decreto nº. 53.831/64, o que se comprovava através da apresentação do documento de informação sobre exposição a agentes agressivos (conhecido como SB 40 ou DSS 8030).

- Com o advento da Medida Provisória nº. 1.523/96, posteriormente convertida na Lei nº. 9.528/97, a qual conferiu nova redação ao art. 58 da Lei nº. 8.213/91, passou-se a exigir a elaboração de laudo técnico assinado por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho. Não obstante, o STJ firmou posicionamento no sentido de que essa exigência só é possível a partir da edição daquele diploma legal de 1997 e não da data da Medida Provisória mencionada (Precedente: AgREsp nº 518.554/PR).

- No caso de exposição do trabalhador a ruído e calor, agentes agressivos que exigem medição técnica, o laudo técnico ou PPP é exigido para comprovação das condições especiais em qualquer período, não se aplicando neste caso, o acima exposto.

- Ponto bastante importante acerca dos agentes nocivos judiciais à saúde e à integridade física constantes nos regulamentos da Previdência Social é que possuem natureza exemplificativa, e não taxativa.

- A propósito, vale lembrar a Súmula n. 198, de 20.11.1985, do extinto Tribunal Federal de Recursos, "Atendidos os demais requisitos, é devida a aposentadoria especial, se perícia judicial constata que a atividade exercida pelo segurado é perigosa, insalubre ou penosa, mesmo não inscrita em regulamento".

- A atividade de agente de saúde é considerada especial por enquadramento nos itens 1.3.2. do Decreto nº 53831/64 e 1.3.4, anexo I do Decreto nº 83.080/79. Neste caso, é possível o enquadramento por atividade do agente de saúde até 28/08/95, visto que a partir de 29/08/95 passou a se exigir a efetiva exposição aos agentes agressivos.

- Observo que a FUNASA foi intimada (anexo 09) para fornecer o laudo técnico, e quedou-se inerte.

- Destaque-se que em vários processos similares, em que se discutiu a mesma matéria, a demandada trouxe os aludidos documentos, mas neste caso mostrou uma desídia injustificável.

- Não pode o Judiciário ficar à mercê da boa vontade da ré, com indefinição de lides ante o não fornecimento de documentos esclarecedores do direito do autor.

- É evidente que o laudo técnico do autor é de posse exclusiva da ré, e que não pode ser obtido de outro modo senão mediante o fornecimento pela FUNASA.

- Portanto, o ônus da prova da inexistência da insalubridade é da FUNASA, eis que o documento que esclarece a situação pertence tão somente aos demandados. Nesse sentido:

"Embora não tenha sido expressamente contemplada no CPC, uma interpretação sistemática da nossa legislação processual, inclusive em bases constitucionais, confere ampla legitimidade à aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, segundo a qual esse ônus recai sobre quem tiver melhores condições de produzir a prova, conforme as circunstâncias fáticas de cada caso." (STJ, REsp 1286704 / SP, Relator(a) Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, unânime DJe 28/10/2013)

- Não tendo as demandadas exibido os documentos que comprovariam a insalubridade na atividade exercida pelo autor, é de se reconhecer a insalubridade requestada, nos termos do art. 359, I, do CPC.

- Diante desse quadro, reconheço de tempo especial do autor durante o período em que laborou na FUNASA e no Ministério da Saúde como agente de saúde.

- Ademais, os demandados não discutem as condições especiais da atividade exercida pela parte autora, se limitando a alegar apenas que não é possível o reconhecimento da atividade especial no período em que a parte autora esteve submetida ao regime estatutário, vindo, inclusive, a reconhecer administrativamente o período sob o regime celetista como de atividade especial.

- Contudo, no que se refere ao reconhecimento de tempo especial, para fins de reflexo em licença prêmio, não assiste razão à parte autora. A súmula nº 33 do STF não deixa dúvidas que as regras devem ser aplicadas no que se refere, restritivamente, à aposentadoria especial. Ademais, além de carecer de respaldo legal, o reconhecimento de tempo especial para fins de aposentadoria especial trata-se de contagem de tempo por ficção jurídica, enquanto que anuênios e licença-prêmio exigem tempo de serviço efetivo.

- Acerca da impossibilidade de cômputo majorado para fins de anuênios e licença-prêmio, o seguinte precedente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região:

ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO. PROFESSOR UNIVERSITÁRIO. LICENÇA-PRÊMIO/ESPECIAL. ANUÊNIOS. CÔMPUTO MAJORADO EM DE-CORRÊNCIA DO RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO QUE SE MANTÉM. 1. Trata-se de apelação cível interposta por DAVID SIMONETTI BARBALHO contra sentença prolatada pelo douto Juízo Federal da 4ª Vara da SJ/RN que julgou improcedente o pedido visando à incidência do fator de conversão de tempo de serviço (1.4) sobre a Licença Especial/Prêmio não gozada e anuênios recebidos, assegurando-lhe o pagamento dos valores pecuniários correspondentes. Fixou, ainda, honorários advocatícios sucumbenciais em R\$ 1.000,00. 2. Adoção da técnica de julgamento por relationem. 3. "Tendo tais benefícios a finalidade de recompensar o servidor, seja pelo tempo de exercício no serviço público, seja pela assiduidade, e sendo fundamentados na sua efetiva e ininterrupta prestação, não guardam correlação com o tempo majorado, decorrente do exercício de atividades penosas e perigosas, computado apenas para fins de aposentadoria. de aposentadoria." 4. Honorários advocatícios sucumbenciais fixados em R\$ 1.000,00 que se mantêm, porquanto o aludido montante mostra-se realmente compatível com o trabalho realizado pelo Advogado e com o tempo por ele dispendido no acompanhamento da demanda. 5. Apelação a que se nega provimento. (TRF 5 - Primeira Turma - AC 00079741520124058400 - Relator: Desembargador Federal Manoel Erhardt - DJE - Data::27/11/2013 - Página::88).

- Recursos inominados improvidos. Sentença mantida.  
- Sem condenação em ônus sucumbenciais, em relação à parte autora, em face da concessão dos benefícios da justiça gratuita.

- Honorários advocatícios arbitrados à FUNASA e à União na razão de 10% sobre o valor corrigido da causa.

- Por último, visando evitar descabidos e protelatórios embargos de declaração, ressalte-se que não existe a menor necessidade de manifestação expressa sobre os todos os argumentos jurídicos levantados pelas partes, eis que as razões já expostas neste decism são suficientes para julgamento de todos os pedidos formulados. Idêntico raciocínio se aplica ao prequestionamento. Não há obrigação de manifestação expressa sobre todas as teses jurídicas apontadas como tal. O único propósito de prequestionar a matéria a ser eventualmente levada ao conhecimento das Cortes Superiores, sem que ocorra, na hipótese, qualquer dos pressupostos elencados no art. 535 do Código de Ritos, não constitui razão suficiente para a oposição dos embargos declaratórios, consoante prega a pacífica jurisprudência do STJ. De toda forma, a fim de agilizar o andamento dos processos, considero desde já prequestionados expressamente todos os dispositivos legais indicados pelas partes em suas petições durante o trâmite processual. Insta acentuar, por fim, que os embargos de declaração não se pres-tam para reanálise de pedidos já decididos.

#### ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco, por maioria, vencido o Dr. Jorge André Mendonça, NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS INOMINADOS, nos termos da ementa supra.

Recife, data do julgamento.

Afirma a parte autora, nesta ação, que: (a) atualmente está aposentada pela Fundação Nacional da Saúde (FUNASA); (b) durante a realização de suas atividades (de combate a endemias), submeteu-se a diversos agentes perigosos e insalubres, sem qualquer espécie de equipamento de proteção individual (EPI); (c) a própria FUNASA, administrativamente, reconheceu o tempo como insalubre, entretanto limitou esse reconhecimento ao período em que os agentes de saúde eram do regime celetista (até 11/12/1990, portanto), e, mesmo assim, não fizeram com que esse acréscimo se refletisse na quantidade de anuênios e de licenças-prêmios dos servidores; (d) a sua atividade laboral está enquadrada na lista anexa ao Decreto n.º 53.834/64, e deve ter a sua insalubridade reconhecida por presunção legal, para fins de aposentadoria, de anuênios e de licença-prêmio; e (e) na falta do PPP e do LTCAT, a parte autora requer o reconhecimento da insalubridade por presunção legal até a edição da Lei n.º 9.032/1995.

Sustenta a parte autora, em seu incidente (evento 033), em resumo, que: (a) a Turma Recursal de Origem, ao não permitir que o tempo de serviço especial reconhecido repercutisse em seus anuênios e licenças-prêmios, entendeu contrariamente ao que vem decidindo o Superior Tribunal de Justiça; e (b) o servidor tem direito à repercussão da contagem diferenciada em decorrência do exercício de atividades especiais em seus anuênios e licenças-prêmios (AgRg no AI n.º 502.429).

2. O Min. Presidente deste colegiado encaminhou o feito a esta Relatoria para melhor análise.

3. Considero que o(s) paradigma(s) apontado(s) presta(m)-se para conhecimento do incidente.

4. Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça, no REsp n.º 1.254.456, assentou, sob a sistemática dos recursos representativos de controvérsia, que o tempo de serviço público federal prestado sob o pálio do extinto regime celetista deve ser computado para todos os efeitos, inclusive para anuênios e licença-prêmio por assiduidade.

Transcrevo ementa do julgado:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO SOB AÉ-GIDE DA CLT. CONTAGEM PARA TODOS OS EFITOS. LICEN-ÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA. CONVERSÃO EM PECÚNIA. PRESCRIÇÃO. TERMO A QUO. DAT DA APOSENTADORIA. RECURSO SUBMETIDO AO REGIME PREVISTO NO ARTIGO 543-C DO CP. 1. (...). 2. Inicialmente, registro que a jurisprudência desta Corte consolidou o entendimento de que o tempo de serviço público federal prestado sob o pálio do extinto regime celetista deve

ser computado par todos os efeitos, inclusive par anuênios e licença-prêmio por assiduidade, nos termos dos arts. 67e 10, da Lei n. 8.112/90. Precedentes: AgRg no Ag 1.276.352/RS, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 18/10/10; AgRg no REsp 916.888/SC, Sexta Turma, Rel. Min. Celso Limongi (Desembargador Convocado do TJ/SP), DJe 3/8/09; REsp 939.474/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe 2/2/09; AgRg no REsp 957.097/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 29/9/08. 3. (...). 5. Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido a regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ. 6. (...). (REsp n.º 1.254.456 / PE, Primeira Seção, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 02/05/2012)

Atualmente, o STJ vem adotando o entendimento esposado no aludido julgado:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 131 E 458, II DO CPC NÃO CONFIGURADA. CELETISTA CONVERTIDO EM ESTATUTÁRIO. IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO RECURSAL. ALEGAÇÕES TRAZIDAS TÃO SOMENTE EM SEDE DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AUSÊNCIA DE PREQUES-TIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. TEMPO DE SERVIÇO. DIREITO ADQUIRIDO A ANUÊNIO. INTELIGÊNCIA DO ART. 100 DA LEI 8.112/90. DECLARAÇÃO DE INCONSTITU-CIONALIDADE DOS INCISOS I E III DA LEI 8.162/91. AGRAVO REGIMENTAL DA UNIÃO DESPROVIDO. 1. (...). 3. O acórdão recorrido está em consonância com a atual diretriz jurisprudencial desta Corte, firmada no julgamento do Recurso Especial 1.254.456/PE, Representativo da Controvérsia, de que o tempo de serviço público federal prestado sob o pálio do extinto regime celetista deve ser computado para todos os efeitos, inclusive para anuênios e licença-prêmio por assiduidade, nos termos dos arts. 67 e 100, da Lei n. 8.112/90. 4. Agravo Regimental da UNIÃO desprovido. (AgRg nos EDcl no AREsp 306714 / RN, Primeira Turma, Rel. Min. NAPOLÉÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 01/10/2015) (grifei)

Nossa Suprema Corte possui julgados mais antigos que abar-cam a tese da parte autora:

Servidor público federal: contagem especial de tempo de serviço prestado enquanto celetista, antes, portanto, de sua trans-formação em estatutário: direito adquirido, para todos os efeitos, desde que comprovado o efetivo exercício de atividade considerada insalubre, perigosa ou penosa. Precedentes. II. Agravo regimental: inviabilidade de, em agravo regimental, inovar a causa com questões não debatidas no acórdão recorrido, nem objeto das razões do recurso extraordinário. (RE 473895 AgR / RS, Primeira Turma, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, DJ 07-12-2006, PP-00048) (grifei)

5. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora merece ser conhecido e provido, para que o tempo de serviço especial re-conhecido repercuta em seus anuênios e licenças-prêmios, nos termos da Questão de Ordem n.º 038 desta TNU.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E PRO-VER O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JU-RISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 17 de março de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0514710-64.2013.4.05.8300

ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernam-

buco

REQUERENTE: MANOEL FREITAS DE SOUZA

PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS

OAB: PE-20418

REQUERIDO(A): FUNASA

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURIS-PRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FE-DRAL. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO SOB A ÉGIDE DA CLT. CONTAGEM PARA TODOS OS EFEITOS. ENTENDIMEN-TO DO STJ ESPOSADO EM RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM N.º 038 DESTA TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHE-CIDO E PROVIDO.

1. Formula a parte autora pedido nacional de uniformizaçã de jurisprudência em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco com o seguinte teor (evento 021):

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO DA FUNASA. EX-ESTATUTÁRIO. TRABALHO SUJEITO A AGENTES NOCI-IVOS. AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO. MORA LEGISLA-TIVA. APLICAÇÃO DA LEI Nº 8.213/1991. PROVA DE EXPO-SIÇÃO AOS AGENTES DOS DECRETOS VIGENTES. PRESUN-ÇÃO DE NOCIVIDADE ATÉ A EDIÇÃO DA LEI Nº 9.032/95. PROVA DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE INSALUBRE APÓS 28/4/95. REPERCUSSÃO EM ANUÊNIOS E LICENÇAS-PRÊMIO. NÃO CABIMENTO. RECURSOS DA FUNASA E DA ARTE AU-TORA IMPROVIDOS.

Recursos inominados interpostos contra a sentença que julgou procedente, em parte, o pedido do autor, servidor da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, que objetivou o reconhecimento de tempo de serviço prestado em condições insalubres na FUNASA, para fins de aposentadoria, bem como o reconhecimento desse período no cômputo dos anuênios e licenças-prêmio. O douto juízo monocrático reconheceu o tempo especial em relação ao período pretendido, mas afastou os seus reflexos sobre os anuênios e as licenças-prêmio.

Concedo, de início, o benefício da gratuidade judiciária.

A FUNASA defende, em preliminar, a tese da prescrição do fundo do direito, pugnando, ao final, pela improcedência do pleito do autor.

A parte autora também recorre pelo reconhecimento da repercussão do tempo referido na contagem diferenciada de anuênios e licenças-prêmio.

Quanto à preliminar de prescrição, observo que por se tratar de relação de trato sucessivo, deve ser reconhecida apenas a prescrição das prestações devidas no quinquênio anterior à ao ajuizamento da ação, nos termos do Decreto nº 20.910/32 e, bem assim, da Súmula nº 85-STJ.

Sem mais prejudiciais ou preliminares, adentro ao mérito.

Dispõe o art. 40, §4º, III, da Constituição Federal:

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

III cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

Como se percebe, a exigência de edição de lei complementar para a contabilização diferenciada do labor exercido sob condições especiais indica que a regra ostenta eficácia limitada, de modo que, à míngua da integração legal, a sua aplicabilidade é indireta, mediata e reduzida.

Entretanto, partindo do pressuposto de que a omissão legislativa, aí, é prolongada, injustificada e lesiva, o Plenário do STF, no julgamento do Mandado de Injunção nº 721/DF, definiu que, inexistindo legislação aplicável ao servidor público referente à aposentadoria especial ou mesmo à contagem do tempo de serviço especial, é de se aplicar a legislação previdenciária.

Assim:

"APOSENTADORIA - TRABALHO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS - PREJUÍZO À SAÚDE DO SERVIDOR - INEXISTÊNCIA DE LEI COMPLEMENTAR - ARTIGO 40, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Inexistente a disciplina específica da aposentadoria especial do servidor, impõe-se a adoção, via pronunciamento judicial, daquela própria aos trabalhadores em geral - artigo 57, § 1º, da Lei nº 8.213/91. (STF, MI 721, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 30/08/2007, DJe-152 DIVULG 29-11-2007 PUBLIC 30-11-2007 DJ 30-11-2007 PP-00029 EMENT VOL-02301-01 PP-00001 RTJ VOL-00203-01 PP-00011 RDDP n. 60, 2008, p. 134-142)".

Logo, torna-se clara a inexistência de óbices à contagem de tempo de serviço especial também quanto ao período posterior à Lei 8.112/90, instituidora do Regime Jurídico Único, aplicando-se o prescrito no artigo 57 da Lei 8.213/91 (AC 03133766119954036102, JUIZ CONVOCADO PAULO CONRADO, TRF3 - JUDICIÁRIO EM DIA - TURMA A, DJF3 CJ1 DATA:06/10/2011 ..FONTE\_REPUBLICACAO).

Dito isso, e à luz da legislação previdenciária, tem-se que a prova quanto ao trabalho especial há de ser analisada da seguinte forma: a) para o período anterior à edição da Lei nº 9.032/95, mediante o enquadramento por categoria profissional; b) a partir da citada lei, mediante os formulários SB-40 e DSS-8030, emitidos pelo empregador; e c) a partir de 05/03/97, data de edição do Decreto 2.172/97, mediante os formulários SB-40 e DSS-8030 com base em laudo técnico.

Pois bem, no caso dos autos, é de se reconhecer o tempo laborado pela parte autora como de atividade especial por presunção legal, uma vez que ele exerce o cargo de "agente de saúde", função constante no rol de atividades profissionais do quadro a que se refere o art. 2º do Decreto nº. 53.831/64 (agente biológico "carbúnculo, brucela, morno e tétano", atividade profissional exposta ao contato direto com germes infecciosos- item 1.3.1, bem como ao agente biológico "germes infecciosos ou parasitários humanos", trabalhos permanentes expostos ao contato com doentes ou materiais infecto-contagiantes - assistência médica, odontológica, hospitalar e outras atividades afins - item 1.3.2) regente à época, gozando da presunção absoluta do labor sob condições nocivas.

Consoante entendimento assentado na jurisprudência pátria, essa presunção perdurou até 28/4/1995, quando adveio a Lei nº 9.032/95, passando a ser necessária a efetiva comprovação do trabalho em condições especiais.

Ademais, conforme bem observou o douto magistrado:

"Neste ponto, convém esclarecer que, conforme já mencionado, a Administração já vem reconhecendo como especial o tempo de trabalho prestado em condições insalubres pelos servidores ocupantes do cargo público em questão, até 11/12/90 (anteriormente à instituição do regime jurídico único)."

"Tendo em vista que o autor demonstra, por meio das fichas financeiras constantes dos autos, o recebimento de adicional de insalubridade, e que a FUNASA/UNIÃO, como empregadoras, é quem têm o ônus de apresentar os formulários previdenciários referentes à atividade especial; tenho por comprovado o trabalho em condições especiais.

Com efeito, a parte ré, não obstante intimada para apresentar documentação pertinente ao caso, não apresentou PPP ou laudo pericial a respeito das condições de trabalho do autor. Não se desincumbiu a ré, portanto, de trazer contraprova do direito argüido na exordial.

Considerando o largo período em que recebeu adicional de insalubridade demonstrado nas fichas financeiras, é de se considerada a natureza especial da atividade desenvolvida pelo demandante para todo o período laborado junto à FUNASA/UNIÃO. Isso porque não é certo penalizar o autor pela negativa da ré em elaborar laudo no que diz respeito ao tempo de serviço prestado sob a égide do regime estatutário, competindo unicamente à entidade pública o cumprimento desta obrigação.

Assim, apenas reconheço como tempo especial todo o período laborado pelo autor junto à FUNASA/UNIÃO.

Por fim, a pretensão da parte autora de revisar o(s) anuênio(s) e a(s) licença(s)-prêmio é igualmente improcedente, seja porque carece de respaldo legal, seja porque desconsidera que a contagem qualificada é ficção jurídica destinada apenas a compensar a exposição a agentes nocivos, diminuindo o tempo necessário para aposentadoria (vide AMS 200281000155164, Desembargador Federal Rivaldo Costa, TRF5 - Terceira Turma, DJ - Data::23/09/2005 - Página::670 - Nº::184.).

Destarte, verifica-se que a sentença recorrida analisou perfeitamente a lide, sendo desnecessárias novas considerações além das já lançadas, devendo, pois, ser mantida pelos próprios fundamentos, por força do art. 46, da Lei nº 9.099/95 (aplicável ao JEF por força do art. 1º, da Lei nº 10.259/01), norma de acordo com os princípios que regem os julgados especiais federais.

Por todas as razões acima expostas, bem como em razão de ser esta fundamentação suficiente para a apreciação de todos os pedidos formulados pelas partes, considero como não violados os demais dispositivos suscitados, inclusive considerando-os como devidamente prequestionados, possibilitando, de logo, a interposição do recurso excepcional cabível (RE).

Assim, e tendo em vista que os embargos de declaração não se prestam para um novo julgamento daquilo que já foi decidido, ficam advertidas as partes que a sua oposição protelatória ensejará a aplicação de litigância de má-fé, na forma dos arts. 18 e 538 do CPC.

Recursos interpostos improvidos.

Sem condenação em honorários, tendo em vista a sucumbência recíproca.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decide a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco, à unanimidade, negar provimento aos recursos da FUNASA e da parte autora, nos termos da ementa supra.

Recife, data do julgamento.

Afirma a parte autora, nesta ação, que: (a) atualmente está aposentada pela Fundação Nacional da Saúde (FUNASA); (b) durante a realização de suas atividades (de combate a endemias), submeteu-se a diversos agentes perigosos e insalubres, sem qualquer espécie de equipamento de proteção individual (EPI); (c) a própria FUNASA, administrativamente, reconheceu o tempo como insalubre, entretanto limitou esse reconhecimento ao período em que os agentes de saúde eram do regime celetista (até 11/12/1990, portanto), e, mesmo assim, não fizeram com que esse acréscimo se refletisse na quantidade de anuênios e de licenças-prêmios dos servidores; (d) a sua atividade laboral está enquadrada na lista anexa ao Decreto nº. 53.834/64, e deve ter a sua insalubridade reconhecida por presunção legal, para fins de aposentadoria, de anuênios e de licença-prêmio; e (e) na falta do PPP e do LTCAT, a parte autora requer o reconhecimento da insalubridade por presunção legal até a edição da Lei nº. 9.032/1995.

Sustenta a parte autora, em seu incidente (evento 024), em resumo, que: (a) a Turma Recursal de Origem, ao não permitir que o tempo de serviço especial reconhecido repercutisse em seus anuênios e licenças-prêmios, entendeu contrariamente ao que vem decidindo o Superior Tribunal de Justiça; e (b) o servidor tem direito à repercussão da contagem diferenciada em decorrência do exercício de atividades especiais em seus anuênios e licenças-prêmios (AgRg no AI n.º 502.429).

2. O Min. Presidente deste colegiado encaminhou o feito a esta Relatoria para melhor análise.

3. Considero que o(s) paradigma(s) apontado(s) presta(m)-se para conhecimento do incidente.

4. Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça, no REsp n.º 1.254.456, assentou, sob a sistemática dos recursos representativos de controvérsia, que o tempo de serviço público federal prestado sob o pálio do extinto regime celetista deve ser computado para todos os efeitos, inclusive para anuênios e licença-prêmio por assiduidade.

Transcrevo ementa do julgado:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO SOB AÉGIDE DA CLT. CONTAGEM PARA TODOS OS EFEITOS. LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA. CONVERSÃO EM PECÚNIA. PRESCRIÇÃO. TERMO A QUO. DAT DA APOSENTADORIA. RECURSO SUBMETIDO AO REGIME PREVISTO NO ARTIGO 543-C DO CP. 1. (...). 2. Inicialmente, registro que a jurisprudência desta Corte consolidou o entendimento de que o tempo de serviço público federal prestado sob o pálio do extinto regime celetista deve ser computado par todos os efeitos, inclusive par anuênios e licença-prêmio por assiduidade, nos termos dos arts. 67e 10, da Lei n. 8.112/90. Precedentes: AgRg no Ag 1.276.352/RS, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 18/10/10; AgRg no REsp 916.888/SC, Sexta Turma, Rel. Min. Celso Limongi (Desembargador Convocado do TJ/SP), DJe 3/8/09; REsp 939.474/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe 2/2/09; AgRg no REsp 957.097/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 29/9/08. 3. (...). 5. Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido a regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ. 6. (...). (REsp n.º 1.254.456 / PE, Primeira Seção, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 02/05/2012)

Atualmente, o STJ vem adotando o entendimento esposado no aludido julgado:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 131 E 458, II DO CPC NÃO CONFIGURADA. CELETISTA CONVERTIDO EM ESTATUTÁRIO. IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO RECURSAL. ALEGAÇÕES TRAZIDAS TÃO SOMENTE EM SEDE DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. TEMPO DE SERVIÇO. DIREITO ADQUIRIDO A ANUÊNIO. INTELIGÊNCIA DO ART. 100 DA LEI 8.112/90. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DOS INCISOS I E III DA LEI 8.162/91. AGRAVO REGIMENTAL DA UNIÃO DESPROVIDO. 1. (...). 3. O acórdão recorrido está em consonância com a atual diretriz jurisprudencial desta Corte, firmada no julgamento do Recurso Especial 1.254.456/PE, Representativo da Controvérsia, de que o tempo de serviço público federal prestado sob o pálio do extinto regime celetista deve ser computado para todos os efeitos, inclusive para anuênios e licença-prêmio por assiduidade, nos termos dos arts. 67 e 100, da Lei n. 8.112/90. 4. Agravo Regimental da UNIÃO desprovido. (AgRg nos EDcl no AREsp 306714 / RN, Primeira Turma, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 01/10/2015) (grifei)

Nossa Suprema Corte possui julgados mais antigos que abarcam a tese da parte autora:

Servidor público federal: contagem especial de tempo de serviço prestado enquanto celetista, antes, portanto, de sua transformação em estatutário: direito adquirido, para todos os efeitos, desde que comprovado o efetivo exercício de atividade considerada insalubre, perigosa ou penosa. Precedentes. II. Agravo regimental: inviabilidade de, em agravo regimental, inovar a causa com questões não debatidas no acórdão recorrido, nem objeto das razões do recurso extraordinário. (RE 473895 AgR / RS, Primeira Turma, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, DJ 07-12-2006, PP-00048) (grifei)

5. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora merece ser conhecido e provido, para que o tempo de serviço especial reconhecido repercuta em seus anuênios e licenças-prêmios, nos termos da Questão de Ordem n.º 038 desta TNU.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E PROVER O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 17 de março de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.72.51.005505-0

ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA

REQUERENTE: HILÁRIO KRUGER

PROC./ADV.: FABIANO FRETTE DA ROSA

OAB: SC-14289

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO. BENEFÍCIO CONCEDIDO NA VIGÊNCIA DA LEI 6.950/81. DIREITO ADQUIRIDO. TETO-LIMITE VINTE SALÁRIOS MÍNIMOS. MATÉRIA UNIFORMIZADA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina, que julgou improcedente pedido de revisão de seu benefício previdenciário, concedido durante a vigência da Lei n. 6.950/91, mediante o reconhecimento do direito adquirido ao cálculo da renda mensal inicial de acordo com as regras previstas na referida Lei.



Postula a revisão da renda mensal inicial de seu benefício a fim que seja desconsiderada a limitação imposta pela Lei 7787/89, que baixou o teto do salário-de-contribuição de 20 para 10 salários-mínimos. Alega divergência em relação à jurisprudência do STJ, que reconheceu o direito adquirido ao cálculo da renda mensal inicial de acordo com as regras previstas na Lei n. 6.950/91, para aqueles que preencheram os requisitos para aposentação até 30.06.1989.

2. O Min. Presidente desta TNU encaminhou os autos para melhor exame.

3. O pedido de uniformização foi apresentado tempestivamente, tendo sido demonstrada a divergência, razão pela qual deve ser conhecido.

4. No mérito, o incidente deve ser provido. Com efeito, esta Turma Nacional já reconheceu o direito adquirido à aposentadoria, sob a égide da Lei nº 6.950/81, àqueles que, à época, implementaram seus requisitos (PEDILEF 2007.72.55.00.7422-4 - SC, Relator Juiz Federal Rosana Noya Alves Weibel Kaufmann, 16/11/2009; PEDILEF 2008.72.55.002638-6, Relator André Carvalho Monteiro, 12/12/2013).

5. Tratando-se de matéria apenas de direito, deve ser aplicada a regra da Questão de Ordem nº 38: "Em decorrência de julgamento em pedido de uniformização, poderá a Turma Nacional aplicar o direito ao caso concreto decidindo o litígio de modo definitivo, desde que a matéria seja de direito apenas, ou, sendo de fato e de direito, não necessite reexaminar o quadro probatório definido pelas instâncias anteriores, podendo para tanto, restabelecer a sentença constituída por Turma Recursal ou Regional" (Precedentes: PEDILEF n. 0013873-13.2007.4.03.6302 e PEDILEF n. 0006170-40.2011.4.01.3200), aprovada na 4ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização do dia 07.05.2015.

6. Diante disso, DOU PROVIMENTO AO INCIDENTE para restabelecer a sentença que reconheceu o direito adquirido ao cálculo da renda mensal inicial de acordo com as regras previstas na referida Lei nº 6.950/91.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais DAR PROVIMENTO AO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 20 de julho de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.72.51.000645-5  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA

REQUERENTE: MANOEL LUIZ DE SOUZA  
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK  
OAB: SC-13520  
PROC./ADV.: RODRIGO FIGUEIREDO  
OAB: SC-24692  
PROC./ADV.: SERGEY RAMYRES SCHUTZ  
OAB: SC-28594  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. AUSÊNCIA DE INTERESSE E DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. NÃO CONHECIMENTO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, que julgou improcedente pedido de revisão de seu benefício previdenciário, concedido durante a vigência da Lei n.º 6.950/81, mediante o reconhecimento do direito adquirido ao cálculo da renda mensal inicial de acordo com as regras previstas na referida Lei.

Postula a revisão da renda mensal inicial de seu benefício a fim que seja desconsiderada a limitação imposta pela Lei n.º 7.787/89, que baixou o teto do salário-de-contribuição de 20 para 10 salários-mínimos. Alega divergência em relação à jurisprudência do STJ, que reconheceu o direito adquirido ao cálculo da renda mensal inicial de acordo com as regras previstas na Lei n.º 6.950/91, para aqueles que preencheram os requisitos para aposentação até 30/06/1989.

Aponta como paradigmas julgados do STJ (AgRg no Ag n.º 756.915, REsp n.º 440.011, REsp n.º 357.821 e AgRg no REsp n.º 829.653).

2. O Min. Presidente desta TNU determinou a distribuição do incidente.

3. No mérito, o incidente deveria ser provido.

É que esta Turma Nacional já reconheceu o direito adquirido à aposentadoria, sob a égide da Lei n.º 6.950/1981, àqueles que, à época, implementaram seus requisitos (PEDILEF 2007.72.55.00.7422-4 - SC, Relator Juiz Federal Rosana Noya Alves Weibel Kaufmann, 16/11/2009; PEDILEF 2008.72.55.002638-6, Relator André Carvalho Monteiro, 12/12/2013).

Entretanto, no caso em tela, não há interesse da parte autora no provimento do presente incidente (transcrevo parte da sentença):

No caso concreto, o pedido não merece prosperar, já que os cálculos do juízo (evento 45) comprovam que a aplicação do critério pretendido pela parte autora levaria à redução de seu benefício. Assim, é indevida a revisão pretendida.

E, não havendo interesse, por óbvio, também não há similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas apontados.

4. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência não merece ser conhecido.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 17 de agosto de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2012.51.51.022143-9

ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

REQUERENTE: SEVERINA LIMA DO NASCIMENTO  
PROC./ADV.: ALEXANDRE DE BARROS E CASTRO  
OAB: RJ-145022  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.

PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. PEDIDO DE PRODUÇÃO DE PERÍCIA INDEFERIDO NA ORIGEM. REEXAME DE PROVA (SÚMULA 42). MATÉRIA PROCESSUAL (SÚMULA 43). INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária DO Rio de Janeiro, que afastou a alegação de cerceamento de defesa e deixou de reconhecer o tempo de serviço especial de 03/01/96 a 12/10/2011.

A recorrente a anulação da sentença, para determinar a realização de prova pericial a fim de comprovar a sujeição a agentes nocivos no período de 03/01/96 a 12/10/2011. Aponta como paradigma o julgamento do STJ e da TNU.

2. O Min. Presidente desta TNU encaminhou os autos para melhor exame.

3. Entendo que o presente incidente de uniformização não merece ser conhecido.

4. O acórdão recorrido assim analisou as provas dos autos: Não merece prosperar a pretensão recursal externada pela parte autora.

Inicialmente, saliente-se que não há que se falar em cerceamento de defesa, tendo em vista que o reconhecimento do direito pleiteado depende exclusivamente de prova documental, conforme ressaltou o juízo à fl. 105, a qual caberia à recorrente apresentar.

Observa-se por meio da CTPS de fl. 45 que a recorrente exerceu a função de Auxiliar de Serviços Gerais, no período de 3/1/96 a 12/10/2011, junto à empresa SICOR - RIO SERVIÇO INTEGRADO DO CORAÇÃO LTDA.

Outrossim, no Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP de fls. 25/26, consta que no exercício da função de Auxiliar de Serviços Gerais, a recorrente tinha como atividade "conservar a limpeza do hospital por meio de varrições, lavagens e coleta de lixo.", sendo apontados como fatores de risco os "materiais de limpeza" e "microorganismos".

A atividade de trabalhador em coleta de lixo não estava mencionada como especial nos anexos aos Decretos 53.831/64 e 83.080/79. Todavia, a exposição habitual e permanente, não ocasional e nem intermitente, a agentes biológicos, inerente à atividade de garí, está expressamente prevista, não só nos Quadros Anexos dos referidos Decretos, como também no Decreto 2.172/97, Anexo IV - 3.0.1. Ademais, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) assim dispõe:

"Art. 189. Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

Art. 190. O Ministério do Trabalho aprovará o quadro das atividades e operações insalubres e adotará normas sobre os critérios de caracterização da insalubridade, os limites de tolerância aos agentes agressivos, meios de proteção e o tempo máximo de exposição do empregado a esses agentes"

Outrossim, o Ministério do Trabalho, por meio da Portaria 3.214, de 8/6/1978, aprovou as Normas Regulamentadoras (NR) previstas no Capítulo V da CLT. Essa mesma portaria previu que alterações posteriores das NR seriam determinadas pela Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho.

Pois bem, umas dessas normas regulamentadoras, a NR 15, referente às ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES, tem, em seu anexo 14 (Agentes Biológicos), uma transcrição de atividades de envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa.

O fato de a atividade da recorrente incluir "coleta de lixo hospitalar" (fl. 25), em nada altera a classificação da atividade como especial, já que a própria TNU também estendeu a essas situações profissionais o condão de reconhecimento diferenciado, como se pode ler abaixo:

"Nessa conformidade, voto no sentido de conhecer e dar provimento ao presente pedido de uniformização, para firmar que o trabalhador que desempenha serviços gerais de limpeza e higienização de ambientes hospitalares desempenha atividade prevista no item 1.3.2 do Decreto nº 53.831/64, que enseja a contagem especial deste seu tempo de serviço (TNU, PEDILEF nº 2007.72.95.009452-4, Rel. Juiz Fed. Manoel Rolim Campbell Penna, j. 15/01/2009)".

Entretanto, não consta no PPP de fl. 25/26 que a recorrente estava exposta a agentes nocivos, de forma habitual e permanente, em toda sua jornada de trabalho, como exige o art. 57 da Lei 8.213/1991, de forma a autorizar sua consideração de forma diferenciada.

Ademais, não resta nenhuma demonstração de que o PPP foi assinado por representante legal da empresa, com poderes específicos para tal, nem tampouco que se baseou em levantamento de registro ambiental efetuado por engenheiro ou médico do trabalho.

Saliente-se que a partir da vigência da MP 1523, publicada em 14/10/1996 (convertida na Lei 9528/97), passou-se a exigir, em qualquer caso, laudo técnico, independentemente da atividade exercida, assinado por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho.

Veja-se o que dispõe o art. 68 § 2º do Decreto 3.048/99:

"Art. 68. A relação dos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, considerados para fins de concessão de aposentadoria especial, consta do Anexo IV.

§ 1º As dúvidas sobre o enquadramento dos agentes de que trata o caput, para efeito do disposto nesta Subseção, serão resolvidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Ministério da Previdência e Assistência Social.

§ 2º A comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário denominado perfil profissiográfico previdenciário, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social, emitido pela empresa ou seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho. (Redação dada pelo Decreto nº 4.032, de 26/11/2001) Redação original

§ 2º A comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social, emitido pela empresa ou seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho nos termos da legislação trabalhista.

Assim, não há reparos a ser feito na sentença, tendo em vista que o Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP apresentado ao (fls. 25/26) não foi acompanhado de Laudo Técnico assinado por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho, nem tampouco atestou que a exposição a agentes nocivos ocorreu de forma habitual e permanente.

Neste sentido observe-se a jurisprudência abaixo transcrita: PREVIDENCIÁRIO. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ESPECIAL EM APENAS UM DOS PERÍODOS INDICADOS. CONFIGURAÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO POSTULADO. DESPROVIMENTO

Da decisão que determinou a realização do exame técnico (e-proc v1 - autos 2010.72.58.002275-8 e 2011.72.58.002275-8, dentre outros), de lavra do MM. Juiz Substituto Leoberto Simão Scmitt, então na titularidade plena deste Juízo, colhe-se:

DA APELAÇÃO, DA REMESSA NECESSÁRIA E DO RECURSO ADESIVO. ...

2. Até o advento da Lei nº 9.032/95 existiu a possibilidade de reconhecimento pelo mero enquadramento da atividade ou da categoria profissional nos anexos dos Decretos nº 53.831/64 e 83.080/79, sendo que a partir de 28/04/95 (data de vigência da mencionada lei) tornou-se imprescindível a efetiva comprovação do desempenho de atividade insalubre, bastando, num primeiro momento, a apresentação de formulários emitidos pelo empregador (SB 40 ou DSS 8030), exigindo-se, posteriormente, com a edição da Lei 9.528/97, laudo técnico pericial.

3. No que tange ao cômputo de período de atividade especial, para fins de conversão em tempo em comum, é assente na jurisprudência que deve ser adotada a legislação vigente na época em que ocorreu a prestação de tais serviços. ...

(AC 201050010133241, Desembargador Federal ABEL GOMES, TRF2 - PRIMEIRA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R - Data::17/08/2012 - Página::97/98.)

Acrescente-se a jurisprudência do Tribunal Nacional de Uniformização:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO FORMULADO PELA AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. NÃO CONHECIMENTO À PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. ENTENDIMENTO DA TNU ACERCA DA NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA EXPOSIÇÃO A AGENTE NOCIVO DE FORMA HABITUAL E PERMANENTE APÓS A LEI Nº 9.032/95. ACÓRDÃO RECORRIDO NO MESMO SENTIDO. ATIVIDADES DE LIMPEZA E DE SERVIÇOS GERAIS. AMBIENTE HOSPITALAR. PERÍODO ANTERIOR AO ADVENTO DA LEI Nº 9.032/95. ESPECIAL. CONVERSÃO. POSSIBILIDADE. PARCIAL CONHECIMENTO. PROVIMENTO NA PARTE CONHECIDA. PROCESSO REPRESENTATIVO NOS TERMOS DO ARTIGO 7º, INCISO VII, ALÍNEA "A" DO RITNU. 1. A 2ª Turma Recursal de Paraná deu parcial provimento ao recurso do INSS para deixar de reconhecer como

especial a atividade exercida pela Autora de auxiliar de enfermagem no período de 15.05.1997 a 31.12.2006. Ainda, o Colegiado negou provimento ao recurso da Autora, que buscava o reconhecimento de especial do período de 01.08.1982 a 14.09.1982 (como auxiliar de serviço geral) e de 01.01.2007 a 16.10.2008 (como auxiliar de enfermagem). 2. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alegação de que o acórdão é divergente da jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça e da TNU. 3. Incidente de uniformização não admitido pelo Excelentíssimo Juiz Presidente da 2ª Turma Recursal, que, após agravo interposto, deixando de exercer juízo de retratação, encaminhou os autos a esta Turma Nacional. 4. Verifico similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e o decismum paradigma da TNU apenas no que toca ao período de 01.08.1982 a 14.09.1982, em que a Autora laborou como auxiliar de serviço geral. 4.1. Ressalvado entendimento pessoal, este Colegiado Uniformizador tem se posicionado pelo reconhecimento de atividade especial, pelo agente nocivo biológico (item 1.3.2 do Decreto nº 53.831/64), não só para os profissionais da área da saúde, mas também da limpeza e de serviços gerais de ambiente hospitalar (PEDILEF 200770510062607, Juiz Federal ROGÉRIO MOREIRA ALVES, DOU 09/12/2011). 4.2. Tendo em vista que a Autora laborou como auxiliar geral na Santa Casa de Paranavai em período anterior à Lei nº 9.032/95, o intervalo de 01.08.1982 a 14.09.1982 deve ser considerado como atividade especial e convertido em comum para a finalidade buscada pela Autora, com o que se dá provimento ao Incidente somente nesta parte conhecida. 5. Não conheço do incidente no tocante ao período de 15.05.1997 a 16.10.2008 por falta de similitude fáticojurídica; por buscar a Requerente o reexame da prova (Súmula 42, da TNU) e por consonância do acórdão recorrido com a Jurisprudência deste Colegiado (Questão de Ordem nº 13, da TNU). 5.1. Os acórdãos paradigmas do STJ não guardam similitude fático-jurídica com o decismum guerreado. Em momento algum este exigiu "exposição ininterrupta aos agentes nocivos ao longo de toda a jornada de trabalho". O acórdão a quo, após descrever as atividades da autora ("executar as atividades de assistência e cuidados no atendimento de enfermagem sob supervisão"), concluiu pela inexistência de comprovação de "exposição habitual e permanente a agentes infectocontagiosos". 5.2. O acórdão foi claro na sua fundamentação para a não caracterização da habitualidade e permanência (necessários para período posterior a 28.04.1995), in verbis, "ainda que aquelas atividades pudessem colocar a autora em contato com pessoas e/ou materiais infectados, da forma como descritas não se pode dizer que havia exposição a agentes infectocontagiantes de forma habitual". De fato, o laudo técnico de fls. 07/15 do processo administrativo (evento 10\_61), descreveu as condições ambientais do trabalho ("descrição do local na maternidade onde trabalhava até o ano de 2006... Direção Clínica (durante o dia) e Consultório Médico (período tarde e período da noite)..."), e as funções desempenhadas, de onde o acórdão recorrido concluiu pela não comprovação da habitualidade e permanência na exposição aos agentes nocivos. É nesse sentido que se diz que o que a Autora almeja é o reexame da prova, o que constitui óbice para o conhecimento nesta instância uniformizadora. 5.3. A TNU firmou entendimento no mesmo sentido do acórdão recorrido - necessidade de demonstração de habitualidade e permanência para as atividades exercidas depois do advento da Lei nº 9.032/95 (PEDILEF 200872630006604, JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES, DOU 01/06/2012; PEDILEF 200971950016921, JUIZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 25/05/2012). 6. Incidente de Uniformização de Jurisprudência (i) não conhecido no tocante ao período de 15.05.97 a 16.10.08; (ii) conhecido com relação ao período de 01.08.82 a 14.09.82, e provido para reafirmar a tese de que atividades de limpeza e de serviços gerais em ambiente hospitalar antes de 28.04.95 sejam considerados especiais, com enquadramento no item 1.3.2 do Decreto nº 53.831/64, e determinar devolução dos autos para a adequação do julgamento à tese ora firmada. 7. Recurso julgado nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "a", da Resolução nº 22/2008. (PEDILEF 50027348020124047011, JUIZA FEDERAL KYU SOON LEE, TNU, DOU 23/04/2013.)

Assim, a recorrente postula a aposentadoria integral com conversão de períodos alegados como de exercício em condições especiais, mas não demonstrou que trabalhou de forma permanente nas condições que implicavam o recebimento do adicional de insalubridade, conforme exigência do art. 57 da Lei nº 8.213/91.

Neste sentido, observe-se as jurisprudências do E.STJ :  
**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. ATIVIDADE ESPECIAL. REGIME CELETISTA. CONVERSÃO EM TEMPO ESPECIAL. POSSIBILIDADE. EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PELA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA. PRECEDENTE DA 3ª SEÇÃO DO STJ. INAPLICABILIDADE AO CASO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS SEM EFEITO MODIFICATIVO. ... 3. É devida a aposentadoria especial, se o trabalhador comprova que efetivamente laborou sob condições especiais. No presente caso, no tocante aos interregnos laborados como servente e agente administrativo, verificou o Tribunal a quo não haver prova nos autos que indique a exposição da autora a agentes insalutíferos, na forma da legislação previdenciária, não reconhecendo, ao final, o direito ao tempo de serviço especial. 4. O percebimento de adicional de insalubridade, por si só, não é prova conclusiva das circunstâncias especiais do labor e do consequente direito à conversão do tempo de serviço especial para comum, tendo em vista serem diversas as sistêmicas do direito trabalhista e previdenciário. 5. No presente caso, hipótese em que o Tribunal a quo não reconheceu a atividade de servente como insalubre, seu enquadramento como atividade especial encontra óbice na Súmula 7/STJ. 6. Embargos de declaração acolhidos sem injunção no resultado.(grifo nosso) (EDAGRESP 200702630250, CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), STJ - SEXTA TURMA, DJE DATA:02/03/2009 RIOBTP VOL.:00238 PG:00155 ..DTPB:.)**

Desta forma, não merece qualquer reforma a sentença que não reconheceu o direito da recorrente à aposentadoria integral por tempo de contribuição mas, apenas, declarou que a autora faz jus à anotação dos vínculos listados no cálculo de fl. 218, que perfazem 27 anos e 1 mês de serviço (fls. 220/221).

5. O acórdão recorrido analisou detalhadamente as provas dos autos, entendendo que não era necessária a realização de prova pericial e que não estava comprovada a exposição a agentes biológicos no período controvertido.

6. Ora, não cabe a alegação de cerceamento no incidente quando a Turma de origem tiver indeferido o pedido de produção de prova pericial, assentando suas conclusões sobre a afirmação da suficiência do acervo probatório já produzido.

7. Logo, a afirmação em sentido contrário demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é vedado em sede de incidente de uniformização, nos termos da Súmula 42 desta TNU.

8. Ademais, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretensão cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido cito PEDILEF 05173123320104058300 (REL. JUIZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013), PEDILEF 00082049420084036317 (REL. JUIZ FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS, DOU 21/06/2013) e PEDILEF 00080456820094036301 (REL. JUIZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012).

9. Em face do exposto, não conheço o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 17 de agosto de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002135-16.2013.4.04.7009

ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

REQUERENTE: ELI CARLOTTO

PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES

DES

OAB: PR-16716

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO

DA ROCHA

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO RURAL. QUESTÃO NÃO RESOLVIDA EXPRESSAMENTE NO ATO ADMINISTRATIVO QUE APRECIOU O PEDIDO DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. DECADÊNCIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos JEFs da Seção Judiciária do Estado do Paraná, que negou provimento ao seu recurso inominado, reconhecendo a decadência do direito de revisar o seu benefício previdenciário.

Sustenta, em síntese, que o prazo decadencial estabelecido no art. 103 da Lei nº 8.213/91, e suas posteriores alterações, não pode retroagir para alcançar situações pretéritas, atingindo benefícios regularmente concedidos antes da sua vigência.

Aponta como paradigmas julgados do STJ (EDRESP nº 200300718275) e desta TNU (PEDILEF nº 200851510450358).

2. O Min. Presidente deste colegiado encaminhou os autos para melhor exame.

3. No julgamento do RE nº 626.489, nossa Suprema Corte, em sede de repercussão geral, considerou constitucional a fixação de um prazo decadencial para o ato de revisão da concessão de benefício previdenciário, decidindo, entretanto, que inexistia tal prazo decadencial para a sua concessão:

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA. 1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexistente prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário. 2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário. 3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 4. Inexiste direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência. 5. Recurso extraordinário conhecido e provido. (RE 626489 / SE, Tribunal Pleno, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, DJE-184, DIVULG 22/09/2014, PUBLIC 23/09/2014) (grifei)**

Portanto, afirmou o STF que não há inconstitucionalidade na criação de um prazo decadencial para a revisão dos benefícios já concedidos e que a decadência não integra o espectro de pressupostos e de condições para a concessão do benefício, sendo um elemento externo à prestação previdenciária (alcançando, dessa forma, somente a pretensão de rever o benefício). Segundo o entendimento fixado neste voto, há que se efetuar uma distinção entre o direito ao benefício, que é imprescritível, e o direito à renda, bem assim restou fixado o início do prazo decadencial para os benefícios concedidos antes da MP nº 1.523/97 (dia 01 de agosto de 1997). Registro, ainda, por uma questão de transparência, que existe um precedente do STF da relatoria do Ministro Marco Aurélio, contrário à tese defendida por este relator, no Recurso Extraordinário nº 845.209 / PR, no qual restou afirmado pelo relator, em face da alegação de que "o prazo decadencial não impede o reconhecimento do novo tempo de serviço ou de contribuição ainda não analisado na via administrativa", que "descabe a diferenciação pleiteada pelo embargante, visto que o precedente evocado não excepcionou qualquer situação de revisão da regra da decadência".

Nada obstante, a maior parte dos recursos que versam sobre a definição da incidência do prazo decadencial de dez anos, nas situações em que não houve análise do pedido quando da concessão do benefício, têm sido rejeitados pelo STF com base no argumento de não ser cabível o recurso extraordinário. Segundo esta linha de raciocínio, para ultrapassar o entendimento do acórdão atacado acerca das situações abrangidas pela norma do art. 103, caput, da Lei nº 8.213/91, seria necessário o reexame da norma do mencionado dispositivo legal. Considerando que não houve um exame aprofundado da matéria no ARE 845209, bem como a existência de embargos de declaração no RE 626489, entendo que devem ser observadas as orientações do STJ, responsável pela definição da interpretação que deve ser seguida, quando se trata de lei federal, bem como a jurisprudência consolidada desta Turma Nacional de Uniformização.

Como nem todos os aspectos foram examinados no RE 626489, considero importante destacar algumas orientações do STJ sobre a aplicação do prazo decadencial:

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL DESERTO. BENEFICIÁRIO DA AJG. DESNECESSIDADE DE NOVA COMPROVAÇÃO. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA RECONSIDERADA. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. ART. 103 DA LEI N. 8.213/91.DECADÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. MATÉRIA NÃO DISCUTIDA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO. 1. A Segunda Turma desta Corte, em decisão unânime, firmou entendimento no sentido de que "a decadência prevista no artigo 103 da Lei 8.213/91 não alcança questões que não restaram resolvidas no ato administrativo que apreciou o pedido de concessão do benefício. Isso pelo simples fato de que, como o prazo decadencial limita a possibilidade de controle de legalidade do ato administrativo, não pode atingir aquilo que não foi objeto de apreciação pela Administração" (AgRg no REsp 1.407.710/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA). 2. Não opera decadência, abarcada pelo art. 103 da Lei n. 8.213/91, em relação ao direito não apreciado no processo administrativo, sobre o qual incide apenas o prazo prescricional. Agravo regimental improvido. (AgRg no AgRg no AREsp 598206 / PR, Segunda Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 11/05/2015) (grifei)**

**PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO NEGADO PELO INSS. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. INEXISTÊNCIA. PRECEDENTES. 1. O direito à concessão de benefício do Regime Geral da Previdência Social ou benefício assistencial da LOAS pode ser exercido a qualquer tempo, não havendo que se falar em prescrição do fundo de direito quando negado na via administrativa. Precedentes: AgRg no REsp 1471798/PB, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 06/10/2014; AgRg no AREsp 364.526/CE, Rel. Ministro Ari Pargendler, Primeira Turma, DJe 28/08/2014; AgRg no AREsp 493.997/PR, Rel.Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, 2. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 336.322/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/03/2015, DJe 08/04/2015) (grifei)**

(...) **REVISÃO DA RENDA MENSAL INICIAL.CÔMPUTO DE TEMPO RURAL. DECADÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. TEMA NÃO APRECIADO PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIÁRIA QUANDO CONCEDIDO O BENEFÍCIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO SEGURADO REJEITADOS. (...) 2. É possível afirmar que por ato de concessão deve ser entendida toda matéria relativa aos requisitos e critérios de cálculo do benefício submetida ao INSS no requerimento do benefício, do que pode resultar o deferimento ou indeferimento do pleito. 3. No presente caso, a pretensão veiculada consiste na revisão da renda mensal inicial do benefício em razão de tempo rural não computado, tema não apreciado pela Administração. Por isso não há falar em decadência. (...) (EDcl no REsp 1429312/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, 2 T., DJe 03/09/2015)**

Do conjunto destas manifestações do STF e do STJ sobre a decadência, podemos extrair as seguintes premissas:

(a) mostra-se constitucional a instituição de um prazo decadencial para a revisão do ato de concessão de benefício previdenciário, a incidir, inclusive, sobre os benefícios já concedidos (RE nº 626.489, Pleno do STF, repercussão geral);

(b) o prazo decadencial não atinge o ato de concessão de benefício previdenciário (RE nº 626.589, Pleno do STF, repercussão geral); e

(c) quanto aos processos em que a análise versa sobre matéria de fato (reconhecimento de tempo especial e/ou rural, por exemplo), não tendo sido a questão jurídica decidida quando da concessão do benefício, não ocorre a decadência para essa questão. Aliás, este inclusive é o teor da Súmula 81 da TNU: "Não incide o prazo decadencial previsto no art. 103, caput, da Lei n. 8.213/91, nos casos de indeferimento e cessação de benefícios, bem como em relação às questões não apreciadas pela Administração no ato da concessão".



EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. QUESTÃO NÃO RESOLVIDA EXPRESSAMENTE NO ATO ADMINISTRATIVO QUE APRECIOU O PEDIDO DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. DECADÊNCIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. FATOR DE CONVERSÃO 1,4. JURISPRUDÊNCIA DO STJ E DA TNU FIRMADA NO MESMO SENTIDO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte ré em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos JEFs da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que negou provimento ao seu recurso inominado, não reconhecendo a decadência do direito de revisar o seu benefício previdenciário e confirmando a sentença que reconheceu o tempo de serviço especial de 19/03/1968 a 13/12/1983, com a sua conversão em tempo comum pelo fator 1,4.

Postula seja reformado o acórdão, reconhecendo-se decadência do direito de revisar benefícios concedidos em data anterior ao termo inicial de vigência da MP nº 1.523-9, isto é, 28.06.1997, ou, sucessivamente, determinando-se a utilização do fator de conversão previsto na legislação à época da prestação do serviço, excluindo-se, por conseguinte, a aplicação do fator de 1,4.

Aponta como paradigmas julgados de Turma Recursal do Rio de Janeiro e do STJ.

2. O Min. Presidente deste colegiado encaminhou os autos para melhor exame.

3. Entendo que o presente incidente de uniformização não merece ser conhecido.

4. Decadência:

No julgamento do RE nº 626.489, nossa Suprema Corte, em sede de repercussão geral, considerou constitucional a fixação de um prazo decadencial para o ato de revisão da concessão de benefício previdenciário, decidindo, entretanto, que inexistia tal prazo decadencial para a sua concessão:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA. 1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexistente prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário. 2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário. 3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 4. Inexiste direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência. 5. Recurso extraordinário conhecido e provido. (RE 626489 / SE, Tribunal Pleno, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, DJe-184, DIVULG 22/09/2014, PUBLIC 23/09/2014) (grifei)

Portanto, afirmou o STF que não há inconstitucionalidade na criação de um prazo decadencial para a revisão dos benefícios já concedidos e que a decadência não integra o espectro de pressupostos e de condições para a concessão do benefício, sendo um elemento externo à prestação previdenciária (alcançando, dessa forma, somente a pretensão de rever o benefício). Segundo o entendimento fixado neste voto, há que se efetuar uma distinção entre o direito ao benefício, que é imprescritível, e o direito à renda, bem assim restou fixado o início do prazo decadencial para os benefícios concedidos antes da MP nº 1.523/97 (dia 01 de agosto de 1997). Registro, ainda, por uma questão de transparência, que existe um precedente do STF da relatoria do Ministro Marco Aurélio, contrário à tese defendida por este relator, no Recurso Extraordinário nº 845.209 / PR, no qual restou afirmado pelo relator, em face da alegação de que "o prazo decadencial não impede o reconhecimento do novo tempo de serviço ou de contribuição ainda não analisado na via administrativa", que "descabe a diferenciação pleiteada pelo embargante, visto que o precedente evocado não excepcionou qualquer situação de revisão da regra da decadência".

Nada obstante, a maior parte dos recursos que versam sobre a definição da incidência do prazo decadencial de dez anos, nas situações em que não houve análise do pedido quando da concessão do benefício, têm sido rejeitados pelo STF com base no argumento de não ser cabível o recurso extraordinário. Segundo esta linha de raciocínio, para ultrapassar o entendimento do acórdão atacado acerca das situações abrangidas pela norma do art. 103, caput, da Lei nº 8.213/91, seria necessário o reexame da norma do mencionado dispositivo legal. Considerando que não houve um exame aprofundado da matéria no ARE 845209, bem como a existência de embargos de declaração no RE 626489, entendo que devem ser observadas as orientações do STJ, responsável pela definição da interpretação que deve ser seguida, quando se trata de lei federal, bem como a jurisprudência consolidada desta Turma Nacional de Uniformização.

Como nem todos os aspectos foram examinados no RE 626489, considero importante destacar algumas orientações do STJ sobre a aplicação do prazo decadencial:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL DESERTO. BENEFICIÁRIO DA AJG. DESNECESSIDADE DE NOVA COMPROVAÇÃO. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA RECONSIDERADA. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. ART. 103 DA ALEI N. 8.213/91.DECADÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. MATÉRIA NÃO DISCUTIDA NO PROCESSO

ADMINISTRATIVO. 1. A Segunda Turma desta Corte, em decisão unânime, firmou entendimento no sentido de que "a decadência prevista no artigo 103 da Lei 8.213/91 não alcança questões que não restaram resolvidas no ato administrativo que apreciou o pedido de concessão do benefício. Isso pelo simples fato de que, como o prazo decadencial limita a possibilidade de controle de legalidade do ato administrativo, não pode atingir aquilo que não foi objeto de apreciação pela Administração" (AgRg no REsp 1.407.710/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA). 2. Não opera decadência, abarcada pelo art. 103 da Lei n. 8.213/91, em relação ao direito não apreciado no processo administrativo, sobre o qual incide apenas o prazo prescricional. Agravo regimental improvido. (AgRg no AgRg no AREsp 598206 / PR, Segunda Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 11/05/2015) (grifei)

PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO NEGADO PELO INSS. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. INEXISTÊNCIA. PRECEDENTES. 1. O direito à concessão de benefício do Regime Geral da Previdência Social ou benefício assistencial da LOAS pode ser exercido a qualquer tempo, não havendo que se falar em prescrição do fundo de direito quando negado na via administrativa. Precedentes: AgRg no REsp 1471798/PB, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 06/10/2014; AgRg no AREsp 364.526/CE, Rel. Ministro Ari Pargendler, Primeira Turma, DJe 28/08/2014; AgRg no AREsp 493.997/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, 2. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 336.322/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/03/2015, DJe 08/04/2015) (grifei)

(...) REVISÃO DA RENDA MENSAL INICIAL.CÔMPUTO DE TEMPO RURAL. DECADÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. TEMA NÃO APRECIADO PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIÁRIA QUANDO CONCEDIDO O BENEFÍCIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO SEGURADO REJEITADOS. (...) 2. É possível afirmar que por ato de concessão deve ser entendida toda matéria relativa aos requisitos e critérios de cálculo do benefício submetida ao INSS no requerimento do benefício, do que pode resultar o deferimento ou indeferimento do pleito. 3. No presente caso, a pretensão veiculada consiste na revisão da renda mensal inicial do benefício em razão de tempo rural não computado, tema não apreciado pela Administração. Por isso não há falar em decadência. (...) (EDcl no REsp 1429312/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, 2 T., DJe 03/09/2015)

Do conjunto destas manifestações do STF e do STJ sobre a decadência, podemos extrair as seguintes premissas:

(a) mostra-se constitucional a instituição de um prazo decadencial para a revisão do ato de concessão de benefício previdenciário, a incidir, inclusive, sobre os benefícios já concedidos (RE nº 626.489, Pleno do STF, repercussão geral);

(b) o prazo decadencial não atinge o ato de concessão de benefício previdenciário (RE nº 626.589, Pleno do STF, repercussão geral); e

(c) quanto aos processos em que a análise versa sobre matéria de fato (reconhecimento de tempo especial e/ou rural, por exemplo), não tendo sido a questão jurídica decidida quando da concessão do benefício, não ocorre a decadência para essa questão. Aliás, este inclusive é o teor da Súmula 81 da TNU: "Não incide o prazo decadencial previsto no art. 103, caput, da Lei n. 8.213/91, nos casos de indeferimento e cessação de benefícios, bem como em relação às questões não apreciadas pela Administração no ato da concessão".

A hipótese em tela espelha o item (c) supra, porquanto busca a parte autora o reconhecimento de tempo especial, não tendo sido tal pleito objeto de análise expressa pelo INSS no ato de indeferimento.

Diante disso, estando o acórdão recorrido em harmonia com a jurisprudência da TNU, deve ser aplicada a Questão de Ordem TNU n. 13 para não conhecer do pedido de uniformização ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

5. Fator de conversão 1,4:

No julgamento do REsp nº 1151363 MG, representativo de controvérsia, de Relatoria do Ministro Jorge Mussi, a Terceira Seção da Corte Superior (STJ) pacificou entendimento consentâneo ao estabelecido pela Turma Recursal, no sentido de ser aplicável o fator de conversão de 1,4, independentemente do período em que foi prestado o serviço em condição especial" (STJ - 3.ª Seção, PET nº 7209 SC, Rel. Min. Sebastião Reis Junior, DJE 4 ago. 2011; 3.ª Seção, REsp nº 1151363 MG, Rel. Min. Jorge Mussi, DJE 5 abr. 2011, representativo de controvérsia - CPC, art. 543-C, § 1.º). Mesmo entendimento foi pacificado nesta Turma Nacional de Uniformização (PEDILEF 00076242220084047195, Rel. JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DJ 30/11/2012), o que impede o conhecimento do Incidente da Autarquia, nos termos da TNU - Questão de Ordem nº 13

6. Em face do exposto, o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte ré não merece ser conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA formulado pela parte ré, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 17 de agosto de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA  
Juiz Federal Relator

A hipótese em tela espelha o item (c) supra, porquanto busca a parte autora o reconhecimento de tempo rural, não tendo sido tal pleito objeto de análise expressa pelo INSS no ato de indeferimento.

4. Em face do exposto, entendo que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora merece ser provido, para que, nos termos da Questão de Ordem nº 020 desta TNU, os autos retornem à Turma Recursal de origem para adequar o julgado ao seguinte entendimento: de que, quanto aos processos em que a análise versa sobre matéria de fato (reconhecimento de tempo especial e/ou rural, por exemplo), não tendo sido a questão jurídica decidida quando da concessão do benefício, não ocorre a decadência para essa questão.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E PROVIDER O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA formulado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 17 de agosto de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5003302-81.2012.4.04.7113

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: VOLMAR TOREZAN

PROC./ADV.: ALEX JACSON CARVALHO

OAB: RS-49563

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE ENTENDIMENTO DOMINANTE NO STJ. QUESTÃO DE ORDEM Nº 5. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que manteve a sentença que não concedeu o benefício de aposentadoria por invalidez, pois não comprovada a qualidade de segurado quando do início da incapacidade.

2. Sustenta, em síntese, que mantinha a qualidade de segurada na DII, pois estava recebendo o benefício de auxílio-acidente. Cita como paradigma julgado do STJ (REsp 263.112-SP, STJ, Quinta turma, Relator Ministro Gilson Dipp, julgado em 04 de outubro de 2001).

3. O Min. Presidente desta TNU encaminhou os autos para melhor exame.

4. Entendo que o presente incidente de uniformização não merece ser conhecido.

5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

6. O recorrente invoca como paradigma um único julgado proferido pela 5ª Turma do STJ. Para que se caracterize a jurisprudência dominante no STJ, mister a apresentação pelo recorrente de decisões proferidas por mais de uma Turma da Corte ou por uma Seção (reunião de duas Turmas) sobre a mesma matéria. Outra hipótese seria a prevista na Questão de Ordem nº 5 desta Turma Nacional, nos seguintes termos: "Um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte". O paradigma evocado pelo recorrente não atende a nenhum desses pressupostos.

7. Em face do exposto, não conheço do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 17 de agosto de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5005171-81.2013.4.04.7101

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): ERNESTO ROSA RIOS

PROC./ADV.: PÁBLO PEREIRA DE MATTOS

OAB: RS-69012

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

PROCESSO: 5006336-28.2011.4.04.7104  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: EWERTON FAUTH TISOT  
PROC./ADV.: RODOLFO ACCADROLI NETO  
OAB: RS-71 787  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

## EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. ENGENHEIRO AGRÔNOMO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. QUESTÃO DE ORDEM Nº 22, DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que não reconheceu o tempo de serviço especial de 16/12/1981 a 28/04/1995, em que desenvolveu a função de engenheiro agrônomo, pois se trata de profissão não prevista nos Decretos 53.831/64 (Quadro Anexo - 2ª parte) e 83.080/79 (Anexo II).

Sustenta, em síntese, que é possível o enquadramento da atividade de engenheiro de telecomunicações como labor especial por presunção de categoria profissional, nos termos da Resolução nº 218/73 do CONFEA, por analogia às categorias de Engenheiro da Construção Civil, de Minas, de Metalurgia e de Eletricista, as quais estão arrolados no Anexo do Decreto nº 53.831/64. Aponta como paradigma julgado da TNU.

2. O Min. Presidente desta TNU encaminhou os autos para melhor exame.

3. Entendo que o presente incidente de uniformização não merece ser conhecido.

Do cotejo entre o acórdão paradigma e a decisão recorrida, penso que não restou demonstrada a necessária similitude fático-jurídica entre os julgados.

Com efeito, o acórdão recorrido não reconheceu o tempo de serviço especial de 16/12/1981 a 28/04/1995, em que desenvolveu a função de engenheiro agrônomo, pois se trata de profissão não prevista nos Decretos 53.831/64 (Quadro Anexo - 2ª parte) e 83.080/79 (Anexo II).

No entanto, o acórdão paradigma, da TNU (Proc. 200350010160227), trata da possibilidade de equiparação da atividade de engenheiro mecânico a categoria de engenheiro da construção civil, de minas, de metalurgia e de eletricista.

Desse modo, impõe-se a aplicação da Questão de Ordem nº 22, desta Turma Nacional, segundo a qual é "possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

4. Em face do exposto, o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado não merece ser conhecido.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 17 de agosto de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5008312-53.2014.4.04.7108  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: VALMIR MERTZ  
PROC./ADV.: SILVIO MARCOS FERREIRA  
OAB: RS-59 204  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

## EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. CUMULAÇÃO COM APOSENTADORIA CONCEDIDA APÓS A PROMULGAÇÃO DA LEI 9.528/97. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 507 DO STJ. MATÉRIA UNIFORMIZADA. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM 13/TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que confirmou a sentença que não admitiu a acumulação dos benefícios de auxílio-acidente e aposentadoria postulada pela recorrente.

A parte recorrente sustenta divergência do acórdão recorrido em relação ao entendimento da jurisprudência dominante do STJ, no sentido de que "é viável a acumulação de auxílio-acidente com aposentadoria, desde que a moléstia incapacitante tenha surgido antes da vigência da Lei 9.528/97. Não altera a conclusão a circunstância de a ação acidentária ter sido ajuizada após a edição do referido diploma legal".

2. O Min. Presidente desta TNU encaminhou os autos para melhor exame.

3. Entendo que o presente incidente de uniformização não merece ser conhecido.

4. Esta Turma Nacional de Uniformização, acompanhando a jurisprudência do STJ, no representativo de controvérsia proferido no REsp 1.296.673/MG, julgado em 22.08.2012, passou a se posicionar como segue: "(...) acumulação de auxílio-acidente com aposentadoria somente é possível quando a eclosão da lesão incapacitante que ensejou aquele primeiro benefício e o início daquele segundo tenham ocorrido antes da alteração do art. 86 da Lei nº 8.213/91 pela Lei nº 9.528/97" (PEDILEF 2008.71.60.002693-3, Juiz Federal Relator ADEL AMERICO DIAS DE OLIVEIRA, DOU 26/10/2012).

5. A questão não comporta mais debates diante da Súmula 507 do STJ, com o seguinte teor: "A acumulação de auxílio-acidente com aposentadoria pressupõe que a lesão incapacitante e a aposentadoria sejam anteriores a 11/11/1997, observado o critério do art. 23 da Lei n. 8.213/1991 para definição do momento da lesão nos casos de doença profissional ou do trabalho".

6. Diante disso, estando o acórdão recorrido em harmonia com a jurisprudência da TNU, deve ser aplicada a Questão de Ordem TNU n. 13 para não conhecer do pedido de uniformização ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte ré, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 17 de agosto de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5019924-86.2012.4.04.7001  
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): JOSÉ ANTONIO VETORELLI  
PROC./ADV.: ANA PAULA LOPES  
OAB: SP-230152  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

## EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. EXPOSIÇÃO PERMANENTE. PERÍODO ANTERIOR À LEI 9.032/95. DESNECESSIDADE. SÚMULA 49/TNU. MATÉRIA UNIFORMIZADA. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM 13/TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pelo INSS em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná, que confirmou a sentença que reconheceu o tempo de serviço especial no período de 19/02/1982 a 04/10/1989, em que trabalhou exposto de modo habitual a hidrocarbonetos aromáticos e outros agentes químicos, pelos seguintes fundamentos.

Sustenta, em síntese, que a contagem especial de tempo de serviço exige exposição permanente aos agentes nocivos previstos em regulamento, exceto quando o enquadramento se der em razão da categoria profissional nas hipóteses previstas em lei. Aponta como paradigmas julgados do STJ.

2. O Min. Presidente desta TNU encaminhou os autos para melhor exame.

3. Entendo que o presente incidente de uniformização não merece ser conhecido.

4. Esta Turma Nacional de Uniformização consolidou sua jurisprudência nos seguintes termos: "Para conhecimento de condição especial de trabalho antes de 29/04/1995, a exposição a agentes nocivos à saúde ou à integridade física não precisa ocorrer de forma permanente" (Súmula 49 da TNU). Nesse sentido: PEDILEF 00021255220104036310, Rel. Frederico Augusto Leopoldino Koehler, DOU 29/04/2016; PEDILEF 200951510158159, Rel. Kyu Soon Lee, DOU 24/10/2014; PEDILEF 200971950017767, Rel. Herculano Martins Nacif, DOU 05/11/2012.

5. Diante disso, estando o acórdão recorrido em harmonia com a jurisprudência da TNU, deve ser aplicada a Questão de Ordem TNU n. 13 para não conhecer do pedido de uniformização ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

6. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte ré, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 17 de agosto de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5043719-47.2014.4.04.7100  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
REQUERIDO(A): MEIRSON STOLNIK  
PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS  
OAB: DF-5939  
PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA  
OAB: RS-23021

## EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. REDISCUSSÃO DO JULGADO. INVIABILIDADE. NEGADO SEGUIMENTO.

1. Trata-se de agravo regimental interposto pela parte autora em face de decisão monocrática com o seguinte teor:

## DECISÃO

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA UNIÃO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. OBSERVÂNCIA DA PROPORCIONALIDADE DA APOSENTADORIA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.

1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela União em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que, em juízo de retratação, negou provimento ao seu recurso inominado, assentando o entendimento de que a gratificação é devida pelo seu valor integral aos servidores aposentados, independentemente de a aposentadoria ter sido concedida de forma proporcional.

2. O Min. Presidente desta TNU determinou a distribuição do incidente.

3. A União alega, em seu pleito, que a proporcionalidade da aposentadoria também deve ser observada para o cálculo da gratificação de desempenho. Aponta como paradigmas julgados da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de São Paulo (processo n.º 0018718-57.2008.4.03.6301) e da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Ceará (feito n.º 0517120-84.2011.4.05.8100).

4. Considero que os paradigmas prestam-se para o conhecimento do pedido de uniformização.

5. Quanto ao mérito, entenda eu, com espeque na jurisprudência da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, que, mesmo para aposentados de forma proporcional, o pagamento das diferenças alusivas às gratificações de desempenho deveria ser feito de forma integral (5032627-72.2014.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Osório Ávila Neto, juntado aos autos em 16/12/2014; 5031211-69.2014.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Leonardo Castanho Mendes, juntado aos autos em 10/12/2014; 5032631-12.2014.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Fernando Zandoná, juntado aos autos em 14/10/2014; 5031099-03.2014.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Fernando Zandoná, juntado aos autos em 14/10/2014; IUJEF 0026731-22.2010.404.7150, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Giovanni Bigolin, D.E. 21/10/2014; 5002398-70.2012.404.7110, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relatora p/ Acórdão Maria Lucia Germano Tilton, juntado aos autos em 25/06/2014; 5002444-59.2012.404.7110, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator André Luís Medeiros Jung, juntado aos autos em 07/12/2012; 5014890-27.2012.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Leonardo Castanho Mendes, juntado aos autos em 27/09/2012; 5006647-94.2012.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Joane Unfer Calderaro, juntado aos autos em 27/09/2012; 5001940-59.2012.404.7108, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Claudio Gonsales Valerio, juntado aos autos em 27/09/2012; 5002077-41.2012.404.7108, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Joane Unfer Calderaro, juntado aos autos em 27/07/2012; e 5006606-30.2012.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Leonardo Castanho Mendes, juntado aos autos em 28/05/2012).

Entretanto, recentemente, esta TNU uniformizou jurisprudência em sentido contrário ao que eu adotava:

ADMINISTRATIVO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA UNIÃO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. OBSERVÂNCIA DA PROPORCIONALIDADE DA APOSENTADORIA. RE Nº 400344/CE. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Prolatado acórdão pela Segunda Turma Recursal do Rio Grande do Sul, o qual concedeu ordem em Mandado de Segurança para declarar o direito à parte autora, servidora inativa, de percepção da gratificação de Desempenho no valor integral em sua aposentadoria proporcional. 2. Inconformada, a União interpôs tempestivamente incidente de uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega que o acórdão recorrido diverge do entendimento 4ª Turma Recursal de São Paulo (autos nº 0018718-57.2008.4.03.6301) e da 1ª Turma Recursal do Ceará (autos nº 0157120-84.2011.4.05.8100), segundo as quais o cálculo do valor da gratificação de Desempenho deve observar a proporcionalidade da aposentadoria. 3. Incidente admitido na origem, uma vez os autos encaminhados à TNU foram distribuídos a este Relator. 4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma



Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. 5. Comprovada a divergência jurisprudencial, conheço do incidente e passo ao exame do mérito. 6. Dispõe a alínea "b", do inciso III, do §1º, do art. 40, da Constituição Federal, que a proporcionalidade da aposentadoria deve incidir sobre o total da remuneração do servidor. A esse respeito, o seguinte julgado do E. STF: "EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. APOSENTADORIA PROPORCIONAL PREVISTA ALÍNEA "C" DO INCISO III DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA, REDAÇÃO ANTERIOR À EC 20/98. PROVENTOS PROPORCIONAIS. BASE DE CÁLCULO DA PROPORCIONALIDADE - VENCIMENTO OU REMUNERAÇÃO. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA, PELO ENTE FEDERADO, DAS NORMAS DE APOSENTADORIA CONSTANTES DO MAGNO TEXTO. PRECEDENTES. A proporcionalidade da aposentadoria prevista na alínea "c" do inciso III do art. 40 da carta de outubro, com a redação anterior à EC 20/98, deve incidir sobre o total da remuneração do servidor, e não apenas sobre o vencimento básico do cargo. Este é o sentido da expressão "proventos proporcionais" (no plural), lançada no dispositivo. É assente nesta colenda Corte o entendimento de que as regras estaduais de concessão de aposentadoria devem pautar-se pelos critérios estabelecidos no art. 40 da Lei das Leis. Precedentes: ADIs 101, 369 e 755. Recurso provido". (STF - RE: 400344 CE, Relator: Min. CARLOS BRITTO, Data de Julgamento: 15/02/2005, Primeira Turma, Data de Publicação: DJ 09-09-2005 PP-00046 EMENT VOL-02204-03 PP-00494 RTJ VOL-00195-02 PP-00686 RMP n. 28, 2008, p. 375-380) 7. Desse modo, sendo, a remuneração, o vencimento do cargo acrescido das vantagens pecuniárias permanentes instituídas por lei, impõe-se que estas vantagens, nas quais incluem as gratificações de desempenho, sofram a incidência da proporção do tempo de serviço do servidor público. 8. Nesse sentido, os seguintes julgados do C. STJ: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATIFICAÇÕES GESS E GDAS. PROPORCIONALIZAÇÃO POR ATO DO TCU AOS INATIVOS/PENSIONISTAS QUE SE APOSENTARAM PROPORCIONALMENTE AO TEMPO DE SERVIÇO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA, DIREITO ADQUIRIDO E SEGURANÇA JURÍDICA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 16, 17-A E 18 DA LEI 10.855/2004. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO CAPAZ DE ALTERAR OS FUNDAMENTOS DO VOTO CONDUTOR. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. 1. In casu, o Tribunal de

Contas da União, dentro de sua competência, ao analisar os registros de aposentadorias de alguns servidores inativos, constatou que alguns deles estavam recebendo os valores da gratificação de desempenho de atividade do seguro social (GDASS) e da gratificação específica do seguro social e do trabalho (GESS) de forma integral. Diante disso, prolatou acórdãos nºs 2.030/2007 e 2.768/2007, determinando que o pagamento das verbas de forma condizente com a proporcionalidade dos proventos ao tempo de serviço. 2. No que se refere à alínea "a", III, 105, da CF, ou seja, quanto aos arts. 16 e 17 da Lei 10.855/2004, o recorrente não fundamenta de modo particularizado as supostas violações ao dispositivo que enumera, limitando-se a citá-los genericamente. Não há precisa explanação sobre as apontadas ofensas. Incide, na espécie, a Súmula 284/STF. Sob essa ótica, verifica-se também que os dispositivos trazidos não têm o condão de acarretar a nulidade do acórdão recorrido, considerando que a lei não disciplina a forma de aplicação aos aposentados/pensionistas que recebem proventos proporcionais ao tempo de serviço. 3. Agravo regimental não provido." (STJ.AGRES P 1216478. Órgão Julgador: Primeira Turma. Relator: Ministro Benedito Gonçalves. DJE: 04/03/2013). "PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À DOCÊNCIA (GED). APOSENTADORIA PROPORCIONAL. EXCESSO DE EXECUÇÃO. ART. 5º DA LEI 9.678/1998. NORMA SEM COMANDO PARA INFIRMAR FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. SÚMULA 284/STF. 1. A origem da controvérsia reside no acolhimento dos Embargos à Execução de Sentença,ajuizados pela ora recorrida, em que foi reconhecido excesso de execução sob o fundamento de que, embora beneficiários da aposentadoria proporcional, os recorrentes apresentaram memória de cálculos indicando como integrante do crédito o valor integral da Gratificação de Estímulo à Docência - GED percebido em atividade. 2. A norma supostamente violada (art. 5º da Lei 9.678/1998) estabelece como se dá o cálculo da parcela da Gratificação de Estímulo à Docência - GED que será incluída no benefício previdenciário em favor do aposentado ou pensionista, afirmando que sua apuração será feita "a partir da média aritmética dos pontos utilizados para fins de pagamento da gratificação durante os últimos vinte e quatro meses em que a percebeu", ou, em caso de impossibilidade, pelo valor de 115 pontos. 3. O Tribunal a quo consignou que o disposto na Lei 9.678/1998 não disciplina a res in iudicium deducta, mas sim o art. 40 da CF/1988 (na redação anterior à Emenda Constitucional 20/1998) e os arts. 40, 41 e 186 da Lei 8.112/1990. Concluiu que a legislação federal e constitucional preveem que a aposentadoria tem por base o termo "proventos", correspondente à soma do vencimento (retribuição pecuniária pelo exercício do cargo público, com valor fixado em lei) e das vantagens pecuniárias permanentes instituída por lei. 4. É importante atentar para o fato de que o cálculo do benefício previdenciário é definido por uma equação na qual os componentes são a base de cálculo e a aplicação de percentual concernente à integralidade ou proporção

nalidade da aposentadoria. É justamente em relação à alíquota, normalmente definida no padrão "percentual", que se diferencia a aposentadoria ou pensão integral da proporcional. 5. O que o Tribunal local firmou, portanto, é que a GED, por integrar a remuneração dos recorrentes (e, desse modo, a base de cálculo sobre a qual recairá a alíquota), está sujeita à incidência do coeficiente de proporcionalidade. 6. Conclui-se que são inconfundíveis o argumento dos agravantes (identificação do montante da GED) e a matéria decidida (sujeição do GED ao cálculo proporcional da aposentadoria devida). 7. As razões recursais encontram-se divorciadas do thema decidendum. O art. 5º da Lei 9.678/1998 não possui comando para infirmar os fundamentos do decisum impugnado, tampouco para sustentar a tese construída pelo recorrente. Súmula 284/STF. Nessa linha: AgRg no AgRg no REsp 1.339.842/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 22/8/2013. 8. Agravo Regimental não provido." (STJ. AGRESP 1392757. Órgão Julgador: Segunda Turma. Relator: Herman Benjamin. DJE: 04/10/2013). 9. Oportuno mencionar, ainda, que o Tribunal de Contas da União, conforme Súmula nº 266/2011, decidiu que as únicas parcelas que integram os proventos e que são isentas de proporcionalização, no caso de aposentadoria proporcional, são a gratificação Adicional por Tempo de Serviço, a Vantagem Pessoal dos 'Quintos' e a Vantagem consignada no art. 193 da Lei nº 8.112/1990. 10. Por todo o exposto, entendo que a gratificação de desempenho do servidor inativo na forma proporcional deve ser paga proporcionalmente. 11. Incidente conhecido e provido para afirmar a tese no sentido de que a gratificação de Desempenho em tela deve ser paga proporcionalmente ao servidor inativo aposentado na forma proporcional. Retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação." (PEDILEF nº 5001115-71.2014.4.04.7100, Relator Juiz Federal Douglas Camarinha Gonzáles, DJ 11/02/2015) (grifei)

6. Desse modo, tenho que o incidente nacional de uniformização formulado pela União deve ser conhecido e provido, para que seja adotado o entendimento uniformizado por esta TNU, no sentido de que ao servidor inativo aposentado de forma proporcional deve ser paga proporcionalmente a gratificação de desempenho.

Os autos devem ser encaminhados à Turma de Origem para adequação do julgado ao entendimento uniformizado, nos termos do art. 9º, X, da Resolução nº 345/2015 do Conselho da Justiça Federal e das Questões de Ordem de números 001 e 020 desta TNU.

Brasília, 18 de setembro de 2015.

Sustenta o requerente, em síntese, que as leis disciplinadoras das vantagens (gratificações) não estabelecem quaisquer restrições para os casos de aposentadorias ou de pensões proporcionais, não havendo falar em proporcionalidade da gratificação paga ao servidor inativo aposentado na forma proporcional, por configurar nítida violação ao princípio constitucional da legalidade.

2. Esta TNU já uniformizou sua jurisprudência em sentido contrário ao que defende a parte autora:

ADMINISTRATIVO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA UNIÃO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. OBSERVÂNCIA DA PROPORCIONALIDADE DA APOSENTADORIA. RE Nº 400344/CE. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Prolatado acórdão pela Segunda Turma Recursal do Rio Grande do Sul, o qual concedeu ordem em Mandado de Segurança para declarar o direito à parte autora, servidora inativa, de percepção da gratificação de Desempenho no valor integral em sua aposentadoria proporcional. 2. Inconformada, a União interpôs tempestivamente incidente de uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega que o acórdão recorrido diverge do entendimento 4ª Turma Recursal de São Paulo (autos nº 0018718-57.2008.4.03.6301) e da 1ª Turma Recursal do Ceará (autos nº 0157120-84.2011.4.05.8100), segundo as quais o cálculo do valor da gratificação de Desempenho deve observar a proporcionalidade da aposentadoria. 3. Incidente admitido na origem, uma vez os autos encaminhados à TNU foram distribuídos a este Relator. 4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. 5. Comprovada a divergência jurisprudencial, conheço do incidente e passo ao exame do mérito. 6. Dispõe a alínea "b", do inciso III, do §1º, do art. 40, da Constituição Federal, que a proporcionalidade da aposentadoria deve incidir sobre o total da remuneração do servidor. A esse respeito, o seguinte julgado do E. STF: "EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. APOSENTADORIA PROPORCIONAL PREVISTA ALÍNEA "C" DO INCISO III DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA, REDAÇÃO ANTERIOR À EC 20/98. PROVENTOS PROPORCIONAIS. BASE DE CÁLCULO DA PROPORCIONALIDADE - VENCIMENTO OU REMUNERAÇÃO. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA, PELO ENTE FEDERADO, DAS NORMAS DE APOSENTADORIA CONSTANTES DO MAGNO TEXTO. PRECEDENTES. A proporcionalidade da aposentadoria prevista na alínea "c" do inciso III do art. 40 da carta de outubro, com a redação anterior à EC 20/98, deve incidir sobre o total da remuneração do servidor, e não apenas sobre o vencimento básico do cargo. Este é o sentido da expressão "proventos proporcionais" (no plural), lançada no dispositivo. É assente nesta colenda Corte o entendimento de que as regras estaduais de concessão de aposentadoria devem pautar-se pelos critérios estabelecidos no art. 40 da Lei das Leis. Precedentes: ADIs 101, 369 e 755. Recurso provido". (STF - RE: 400344 CE, Relator: Min. CARLOS BRITTO, Data de Julgamento: 15/02/2005, Primeira Turma, Data de Publicação: DJ 09-09-2005 PP-00046 EMENT VOL-02204-03 PP-00494 RTJ VOL-00195-02 PP-00686 RMP n. 28, 2008, p. 375-380) 7. Desse modo, sendo, a remuneração, o vencimento do cargo acrescido das vantagens pecuniárias permanentes instituídas por lei, impõe-se que estas vantagens, nas quais

incluem as gratificações de desempenho, sofram a incidência da proporção do tempo de serviço do servidor público. 8. Nesse sentido, os seguintes julgados do C. STJ: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATIFICAÇÕES GESS E GDAS. PROPORCIONALIZAÇÃO POR ATO DO TCU AOS INATIVOS/PENSIONISTAS QUE SE APOSENTARAM PROPORCIONALMENTE AO TEMPO DE SERVIÇO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA, DIREITO ADQUIRIDO E SEGURANÇA JURÍDICA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 16, 17-A E 18 DA LEI 10.855/2004. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO CAPAZ DE ALTERAR OS FUNDAMENTOS DO VOTO CONDUTOR. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. 1. In casu, o Tribunal de Contas da União, dentro de sua competência, ao analisar os registros de aposentadorias de alguns servidores inativos, constatou que alguns deles estavam recebendo os valores da gratificação de desempenho de atividade do seguro social (GDASS) e da gratificação específica do seguro social e do trabalho (GESS) de forma integral. Diante disso, prolatou acórdãos nºs 2.030/2007 e 2.768/2007, determinando que o pagamento das verbas de forma condizente com a proporcionalidade dos proventos ao tempo de serviço. 2. No que se refere à alínea "a", III, 105, da CF, ou seja, quanto aos arts. 16 e 17 da Lei 10.855/2004, o recorrente não fundamenta de modo particularizado as supostas violações ao dispositivo que enumera, limitando-se a citá-los genericamente. Não há precisa explanação sobre as apontadas ofensas. Incide, na espécie, a Súmula 284/STF. Sob essa ótica, verifica-se também que os dispositivos trazidos não têm o condão de acarretar a nulidade do acórdão recorrido, considerando que a lei não disciplina a forma de aplicação aos aposentados/pensionistas que recebem proventos proporcionais ao tempo de serviço. 3. Agravo regimental não provido." (STJ.AGRES P 1216478. Órgão Julgador: Primeira Turma. Relator: Ministro Benedito Gonçalves. DJE: 04/03/2013). "PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À DOCÊNCIA (GED). APOSENTADORIA PROPORCIONAL. EXCESSO DE EXECUÇÃO. ART. 5º DA LEI 9.678/1998. NORMA SEM COMANDO PARA INFIRMAR FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. SÚMULA 284/STF. 1. A origem da controvérsia reside no acolhimento dos Embargos à Execução de Sentença,ajuizados pela ora recorrida, em que foi reconhecido excesso de execução sob o fundamento de que, embora beneficiários da aposentadoria proporcional, os recorrentes apresentaram memória de cálculos indicando como integrante do crédito o valor integral da Gratificação de Estímulo à Docência - GED percebido em atividade. 2. A norma supostamente violada (art. 5º da Lei 9.678/1998) estabelece como se dá o cálculo da parcela da Gratificação de Estímulo à Docência - GED que será incluída no benefício previdenciário em favor do aposentado ou pensionista, afirmando que sua apuração será feita "a partir da média aritmética dos pontos utilizados para fins de pagamento da gratificação durante os últimos vinte e quatro meses em que a percebeu", ou, em caso de impossibilidade, pelo valor de 115 pontos. 3. O Tribunal a quo consignou que o disposto na Lei 9.678/1998 não disciplina a res in iudicium deducta, mas sim o art. 40 da CF/1988 (na redação anterior à Emenda Constitucional 20/1998) e os arts. 40, 41 e 186 da Lei 8.112/1990. Concluiu que a legislação federal e constitucional preveem que a aposentadoria tem por base o termo "proventos", correspondente à soma do vencimento (retribuição pecuniária pelo exercício do cargo público, com valor fixado em lei) e das vantagens pecuniárias permanentes instituída por lei. 4. É importante atentar para o fato de que o cálculo do benefício previdenciário é definido por uma equação na qual os componentes são a base de cálculo e a aplicação de percentual concernente à integralidade ou proporcionalidade da aposentadoria. É justamente em relação à alíquota, normalmente definida no padrão "percentual", que se diferencia a aposentadoria ou pensão integral da proporcional. 5. O que o Tribunal local firmou, portanto, é que a GED, por integrar a remuneração dos recorrentes (e, desse modo, a base de cálculo sobre a qual recairá a alíquota), está sujeita à incidência do coeficiente de proporcionalidade. 6. Conclui-se que são inconfundíveis o argumento dos agravantes (identificação do montante da GED) e a matéria decidida (sujeição do GED ao cálculo proporcional da aposentadoria devida). 7. As razões recursais encontram-se divorciadas do thema decidendum. O art. 5º da Lei 9.678/1998 não possui comando para infirmar os fundamentos do decisum impugnado, tampouco para sustentar a tese construída pelo recorrente. Súmula 284/STF. Nessa linha: AgRg no AgRg no REsp 1.339.842/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 22/8/2013. 8. Agravo Regimental não provido." (STJ. AGRESP 1392757. Órgão Julgador: Segunda Turma. Relator: Herman Benjamin. DJE: 04/10/2013). 9. Oportuno mencionar, ainda, que o Tribunal de Contas da União, conforme Súmula nº 266/2011, decidiu que as únicas parcelas que integram os proventos e que são isentas de proporcionalização, no caso de aposentadoria proporcional, são a gratificação Adicional por Tempo de Serviço, a Vantagem Pessoal dos 'Quintos' e a Vantagem consignada no art. 193 da Lei nº 8.112/1990. 10. Por todo o exposto, entendo que a gratificação de desempenho do servidor inativo na forma proporcional deve ser paga proporcionalmente. 11. Incidente conhecido e provido para afirmar a tese no sentido de que a gratificação de Desempenho em tela deve ser paga proporcionalmente ao servidor inativo aposentado na forma proporcional. Retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação." (PEDILEF nº 5001115-71.2014.4.04.7100, Relator Juiz Federal Douglas Camarinha Gonzáles, DJ 11/02/2015) (grifei)

3. Em face do exposto, tenho que deve ser negado seguimento ao agravo regimental interposto.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NEGAR SEGUIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 17 de agosto de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0509766-94.2014.4.05.8102

ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO FEITOSA SANTOS

TOS

PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA

TANA

OAB: CE-9436

INTERESSADO (A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

## EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO RURAL. REEXAME DE PROVA. SÚMULA N.º 42 DESTA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudence formulado pela parte autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Ceará. Sustenta, em síntese, que contradições nos depoimentos não ensejam a desconsideração da prova oral.

2. Aponta como paradigma julgado de Turma Recursal dos JEFs da Seção Judiciária do Estado do Paraná (processo n.º 2007.70.66.000430-3).

3. O Min. Presidente desta TNU encaminhou os autos para melhor exame.

4. Entendo que o presente incidente de uniformização não merece ser conhecido.

5. O Acórdão manteve a sentença pelos próprios fundamentos, sendo que esta, por sua vez, no ponto que interessa, rejeitou o pedido da parte autora nos seguintes termos:

"Ademais, a prova testemunhal e o depoimento pessoal da parte autora são desarmonizados com a narração constante da inicial, não fornecendo elementos suficientes para concluir-se que houve exercido atividade rural em regime de economia familiar no período mínimo exigido, conforme alegado na inicial. Com efeito, por ocasião da audiência, a autora firmou que está separada de fato de seu esposo há 6 anos, o qual era carpinteiro. Além disso, a postulante não demonstrou conhecer questões básicas relacionadas à lide no campo. Apenas para exemplificar, disse que a flor da fava é maior que a do feijão e que é de cor roxa."

6. O acórdão ao manter a sentença, corroborou o entendimento de que, pela análise do conjunto probatório dos autos, a prova testemunhal produzida não confirmou o início de prova material apresentado. Logo, a afirmação em sentido contrário demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é vedado em sede de incidente de uniformização, nos termos da Súmula n.º 42 desta TNU.

7. Em face do exposto, não conheço o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 20 de julho de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5004374-11.2013.4.04.7003

ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

REQUERENTE: JOSÉ MAURO DA SILVA

PROC./ADV.: RUBENS PEREIRA DE CARVALHO

OAB: PR-16794

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

## EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N.º 042 DESTA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. Formula a parte autora pedido nacional de uniformização de jurisprudência em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Paraná:

VOTO

Trata-se de recurso interposto contra sentença que julgou improcedente o pedido inicial de concessão do benefício de aposentadoria por idade rural, sob o fundamento de que não restou comprovado o exercício da atividade rural durante o período correspondente à carência.

Em razões recursais, a recorrente demanda pela reforma da sentença, alegando que o conjunto probatório dos autos demonstra o labor rural da autora durante o período necessário a concessão do benefício pleiteado.

Com as contrarrazões, os autos seguiram a esta Turma Recursal.

Fundamentação

A sentença deve ser mantida pelos próprios fundamentos, que transcrevo a seguir:

'A controvérsia reside na demonstração ou não do serviço rural, como segurado especial, durante o período de carência exigido, para fins de concessão do benefício de aposentadoria por idade; restando preenchido o requisito etário em 24/11/2010, faz-se necessária a comprovação de 174 meses de carência, anteriores ao implemento da idade ou ao requerimento administrativo (05/10/2011 - art. 142, Lei nº 8.213/91).

Alegou a parte autora, em sede de inicial, que sempre foi do meio rural, sendo que após 1978 vendeu a propriedade rural que herdou dos pais e, tendo adquirido outros lotes na região de Cianorte, continuou exercendo atividade rural, especificamente a criação de gado, o que faz até a data hodierna.

Para constituir início de prova material do alegado labor apresentou a seguinte documentação:

Ref. Data Documento Ev / Doc / Página

1 13/08/1990 Nota fiscal de comercialização de produção rural (café), em nome da parte autora Ev. 1, doc. 8, p. 15

2 23/01/1991 Nota fiscal de aquisição de bovinos, em nome da parte autora Ev. 1, doc. 9, p. 1

3 02/10/1992 Nota fiscal de aquisição de bovinos, em nome da parte autora Ev. 1, doc. 9, p. 2

4 20/02/1993 Nota fiscal de aquisição de bovinos, em nome da parte autora Ev. 1, doc. 10, p. 1

5 13/04/1993 Nota fiscal de aquisição de bovinos, em nome da parte autora Ev. 1, doc. 9, p. 3

6 19/02/1994 Nota fiscal de aquisição de bovinos, em nome da parte autora Ev. 1, doc. 10, p. 2

7 01/11/1995 Nota fiscal de aquisição de bovinos, em nome da parte autora Ev. 1, doc. 10, p. 3

8 24/05/1996 Nota fiscal de aquisição de bovinos, em nome da parte autora Ev. 1, doc. 11, p. 1

9 02/04/1997 Nota fiscal de comercialização de bovino, em nome da parte autora Ev. 1, doc. 11, p. 2

10 01/01/1998 Certificado de cadastro de imóvel rural em nome da parte autora de 1998 e 1999 Ev. 1, doc. 12, p. 3

11 09/03/1998 Nota fiscal de aquisição de bovinos, em nome da parte autora Ev. 1, doc. 11, p. 3

12 29/03/1999 Nota fiscal de aquisição de bovinos, em nome da parte autora Ev. 1, doc. 11, p. 4

13 03/03/2000 Nota fiscal de comercialização de bovinos, em nome da parte autora Ev. 1, doc. 12, p. 1

14 17/05/2001 Nota fiscal de aquisição de vacina para bovinos, em nome da parte autora Ev. 7, doc. 7, p. 2

14 01/01/2003 Certificado de cadastro de imóvel rural em nome da parte autora de 2003 a 2005 Ev. 1, doc. 12, p. 4

Como se observa, os elementos materiais de prova cessam no ano de 2005. Figuram, ainda, nos autos, certidão de casamento próprio, celebrado no ano de 1974, e matrícula de imóvel urbano, alienado pelo autor em 1987, documentos estes em que o postulante foi qualificado como do comércio (ev. 1, doc. 8, p. 8 e 13).

Realizada audiência de instrução, foram colhidos os seguintes depoimentos (ev. 21):

Depoimento pessoal: 'Trabalho na roça desde os 15 anos de idade e trabalho até os dias de hoje. Hoje em dia eu trabalho na minha propriedade, que fica na estrada Apuí, em Cianorte, distante uns 6 km. A propriedade tem 20 alqueires mais ou menos. Estou nessa propriedade desde 1978 e nunca sai de lá. Eu sempre trabalhei com pastagem e gado de corte, bezerro (machos e fêmeas), as vezes eu engordo o gado um pouco e depois vendo. Minha propriedade suporta de 70 a 100 cabeças de gado. Eu fecho (mangureira) o gado quando precisa, faço a vacinação no tempo certo, desvermino quando precisa, cuido das cercas (reformas). Eu mesmo que faço a manutenção das cercas da propriedade. Faço a venda e a compra do gado. Ainda ontem trabalhei em minha propriedade e apliquei vacina no gado para 'pasteorelose' (vacina para evitar diarreia no gado). Quando adquiri essa propriedade eu já morava na cidade (Rua Guararapes, 580, em Cianorte), mas ia até a propriedade praticamente todos os dias da semana, de segunda a sábado. Cheguei a produzir mandioca em minha propriedade mas isso foi de forma muito esporádica. Fazia uso da mandioca para reformar o pasto, no próximo ano já voltava com a pastagem. Indagado por seu procurador, respondeu que: Coloca o sal para o gado e ração, quando a pastagem está fraca. Inclusive para a alimentação com o sal é preciso ir todo dia até a propriedade pois quando chove molha tudo e perde o produto. Nunca tive empregados na propriedade.'

1ª Testemunha (compromissada), Moacir Marques: 'Conheço o autor desde os anos 70. Que eu saiba o autor sempre trabalhou no sítio dele, que fica ao lado do 'lobisomem', estrada Puí, distante 3/4 km de Cianorte. A propriedade do autor tem mais ou menos 20 alqueires. Eu moro próximo ao autor, na cidade, distante uns 2 km. O autor mora na Rua Guararapes, não me lembro o numero. Faz uns 20 anos mais ou menos que o autor tem essa propriedade. O autor trabalha com pecuária, uma média de 80 a 100 cabeças de gado. Eu já vi o autor trabalhando na propriedade, pois é ele mesmo quem cuida e administra a propriedade. Já vi o autor fazendo mangureira, cerca, cuidando da pastagem e vacinando o gado. Sei disso tudo pois trabalho no mesmo ramo que o autor, inclusive já fiz negócios com o autor, comprei e vendi gadhttps://intranet.jfrs.jus.br/ConsultaC-JF/#PF\_CPFO para o autor. O autor vai praticamente todos os dias na sua propriedade, pois tem que colocar sal, água, e olhar o 'cocho' do gado. O autor também plantou mandioca para reformar o pasto. In-

dagado por seu procurador, respondeu que: Não sei dizer se o autor tem alguma outra fonte de renda. O autor não tem nenhum empregado na propriedade.'

2ª Testemunha (compromissada), Irraimo Fancelli: 'Conheço o autor faz mais ou menos uns 30/40 anos. Hoje em dia o autor trabalha no sítio dele, que fica uns 10 km do centro da cidade de Cianorte. A propriedade do autor fica próxima do aeroporto, mas não me lembro o nome da estrada. O autor trabalha com gado na propriedade, fazendo cerca, roçando pasto, arruma mangureira, trata do gado, as vezes ele planta mandioca para reforma do pasto. Sei disso por que já vi o autor trabalhando, pois meu filho trabalhou junto com ele uma temporada, meu filho deixava algumas cabeças de gado na propriedade do autor. O autor vai todos os dias para a sua propriedade, é raro o dia em que ele não vai trabalhar. O autor nunca teve empregados, que eu saiba. Indagado por seu procurador, respondeu que: O autor emprestou o pasto para meu filho, mas isso foi por alguns dias que meu filho precisou, que eu saiba o autor não cobrou nada por isso. Acho que essa propriedade foi passada para o autor após o seu pai falecer.'

O requerente é residente na zona urbana da cidade de Cianorte. Exerceu atividade remunerada como síndico de condomínio no intervalo de agosto de 2010 a agosto de 2011, conforme demonstram as informações provenientes da Receita Federal do Brasil (ev. 28, p. 1), em conjunto com as informações de recolhimento previdenciário contidas no Cadastro Nacional de Informações Sociais (ev. 1, doc. 7, p. 5-6 e doc. 8, p. 1-2).

As informações da RFB (ev. 28) dão conta, também, de que a esposa do autor, Vera Lúcia Torqueti da Silva, foi sócia-administradora da empresa Torqueti & Torqueti Ltda. (Ello Modas) desde a data de abertura (11/12/1992), bem como passou a ser sócia-administradora da microempresa Bietto Confeções Ltda., com abertura em 31/08/1998, a partir de 03/05/2002.

Os dados contidos no Cadastro de Inscrições Estaduais apresentados pela parte autora (ev. 34) demonstram que a primeira empresa citada encerrou atividades em 09/1995 e foi baixada em 04/2002, enquanto a segunda encerrou suas atividades em 11/2007, sendo baixada em 09/2012.

O contexto formado pelos elementos materiais de prova leva à conclusão de que não restou demonstrado o exercício da atividade rural, em regime de economia familiar, durante parte significativa do período de carência.

Veja-se que a existência de documentos pretéritos que indicam o desempenho de atividade urbana como comerciante (ev. 1, doc. 8, p. 8 e 13), associada às afirmações do autor no sentido de que sempre trabalhou na pecuária, indicam a existência de diferentes fontes de renda do grupo familiar.

Ademais, durante o período de administração de empresas urbanas pela esposa do postulante, não se verificam implementados os requisitos que caracterizam tal qualidade de segurado (trabalho indispensável dos membros da família). Por fim, a partir de 2005, não foi comprovada a alegada propriedade do lote rural em que as atividades seriam desenvolvidas pelo autor.

Desta forma, não demonstrado o efetivo exercício de atividade rural no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido, a improcedência da demanda é medida que se impõe.

Destaco, em atenção às razões recursais, que, mesmo considerando que não é necessária a demonstração material de trabalho rural em todos os anos do período de carência, o conjunto probatório dos autos não permite concluir que a parte autora tenha preenchido a carência necessária para a concessão do benefício.

Note-se que posteriormente a 2005 não há qualquer documento contemporâneo ao período de carência que comprove a atividade rural ou que ao menos indique a ligação do autor ao meio rural. Mesmo que se entenda contínuo o labor rural, não se pode reconhecer um período tão extenso com base, exclusivamente, na continuidade do labor rural, sem base em qualquer documento. E não se admite prova exclusivamente testemunhal do labor rural (Súmula n.º 149 do STJ).

Destarte, entendo que agiu com acerto o juiz monocrático ao julgar improcedente o pedido exordial, de modo que voto no sentido de negar provimento ao recurso.

Conclusão

Condeno o autor ao pagamento de honorários de 10% do valor atualizado (IPCA-E) atribuído à causa, condenação suspensa, na forma do art. 12 da Lei 1.060/50, enquanto persistir a assistência judiciária gratuita deferida.

Tenho por prequestionados os dispositivos constitucionais e legais mencionados nas razões e contrarrazões de recurso, uma vez que a Turma Recursal não fica obrigada a examinar todos os artigos de lei invocados no recurso, desde que decida a matéria questionada sob fundamento suficiente para sustentar a manifestação jurisdicional.

Ante o exposto, voto por NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

Sustenta a parte autora, em síntese, que: (a) os elementos coadunados aos autos configuram início de prova material; (b) basta a apresentação de indícios de prova material para a existência de início de prova material; e (c) deve ser observado o princípio da continuidade do labor rural.

Aponta como paradigmas julgados desta TNU (PEDILEFs de números 20077295003245, 20058110017839, 0502313262006405810 e 20097051012015).

2. O Min. Presidente deste colegiado encaminhou o feito a esta Relatoria para melhor análise.

3. Entendo que o presente incidente de uniformização não merece ser conhecido.



O acórdão recorrido improveu o recurso inominado interposto pela parte autora.

E foi com base em interpretação particular de elementos específicos constantes dos autos que se chegou a tal conclusão (transcrevo, em parte, o acórdão atacado):

O requerente é residente na zona urbana da cidade de Cianorte. Exerceu atividade remunerada como síndico de condomínio no intervalo de agosto de 2010 a agosto de 2011, conforme demonstram as informações provenientes da Receita Federal do Brasil (ev. 28, p. 1), em conjunto com as informações de recolhimento previdenciário contidas no Cadastro Nacional de Informações Sociais (ev. 1, doc. 7, p. 5-6 e doc. 8, p. 1-2).

As informações da RFB (ev. 28) dão conta, também, de que a esposa do autor, Vera Lúcia Torqueti da Silva, foi sócia-administradora da empresa Torqueti & Torqueti Ltda. (Ello Modas) desde a data de abertura (11/12/1992), bem como passou a ser sócia-administradora da microempresa Biettro Confecções Ltda., com abertura em 31/08/1998, a partir de 03/05/2002.

Os dados contidos no Cadastro de Inscrições Estaduais apresentados pela parte autora (ev. 34) demonstram que a primeira empresa citada encerrou atividades em 09/1995 e foi baixada em 04/2002, enquanto a segunda encerrou suas atividades em 11/2007, sendo baixada em 09/2012.

O contexto formado pelos elementos materiais de prova leva à conclusão de que não restou demonstrado o exercício da atividade rural, em regime de economia familiar, durante parte significativa do período de carência.

Veja-se que a existência de documentos pretéritos que indicam o desempenho de atividade urbana como comerciante (ev. 1, doc. 8, p. 8 e 13), associada às afirmações do autor no sentido de que sempre trabalhou na pecuária, indicam a existência de diferentes fontes de renda do grupo familiar.

Ademais, durante o período de administração de empresas urbanas pela esposa do postulante, não se verificam implementados os requisitos que caracterizam tal qualidade de segurado (trabalho indispensável dos membros da família). Por fim, a partir de 2005, não foi comprovada a alegada propriedade do lote rural em que as atividades seriam desenvolvidas pelo autor.

Ora, para desconstituir esses fundamentos de decidir da Turma Recursal de Origem, seria necessário reexaminar o conjunto fático-probatório, o que é vedado em sede de processo objetivo de pedido de uniformização, nos termos da Súmula n.º 042 desta TNU.

4. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora não merece ser conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 14 de abril de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5006675-79.2014.4.04.7201

ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA

REQUERENTE: MANOEL SCHUBERT

PROC./ADV.: JUCÉLIO DA SILVA

OAB: SC 9.105

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. QUESTÃO NÃO RESOLVIDA EXPRESSAMENTE NO ATO ADMINISTRATIVO QUE APRECIOU O PEDIDO DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. DECADÊNCIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos JEFs da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, que negou provimento ao seu recurso inominado, reconhecendo a decadência do direito de revisar o seu benefício previdenciário.

Sustenta que não está abrangida pela decadência a questão que não foi apreciada ou decidida no ato administrativo que deferiu o benefício previdenciário.

Aponta como paradigmas julgados do STJ (AgRg no REsp 1407710/PR).

2. O Min. Presidente deste colegiado encaminhou os autos para melhor exame.

3. No julgamento do RE n.º 626.489, nossa Suprema Corte, em sede de repercussão geral, considerou constitucional a fixação de um prazo decadencial para o ato de revisão da concessão de benefício previdenciário, decidindo, entretanto, que inexistente tal prazo decadencial para a sua concessão:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA. 1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexistente prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário. 2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário. 3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 4. Inexiste direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência. 5. Recurso extraordinário conhecido e provido. (RE 626489 / SE, Tribunal Pleno, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, DJe-184, DIVULG 22/09/2014, PUBLIC 23/09/2014) (grifei)

Portanto, afirmou o STF que não há inconstitucionalidade na criação de um prazo decadencial para a revisão dos benefícios já concedidos e que a decadência não integra o espectro de pressupostos e de condições para a concessão do benefício, sendo um elemento externo à prestação previdenciária (alcançando, dessa forma, somente a pretensão de rever o benefício). Segundo o entendimento fixado neste voto, há que se efetuar uma distinção entre o direito ao benefício, que é imprescritível, e o direito à renda, bem assim restou fixado o início do prazo decadencial para os benefícios concedidos antes da MP n.º 1.523/97 (dia 01 de agosto de 1997). Registro, ainda, por uma questão de transparência, que existe um precedente do STF da relatoria do Ministro Marco Aurélio, contrário à tese defendida por este relator, no Recurso Extraordinário n.º 845.209 / PR, no qual restou afirmado pelo relator, em face da alegação de que "o prazo decadencial não impede o reconhecimento do novo tempo de serviço ou de contribuição ainda não analisado na via administrativa", que "descabe a diferenciação pleiteada pelo embargante, visto que o precedente evocado não excepcionou qualquer situação de revisão da regra da decadência".

Nada obstante, a maior parte dos recursos que versam sobre a definição da incidência do prazo decadencial de dez anos, nas situações em que não houve análise do pedido quando da concessão do benefício, têm sido rejeitados pelo STF com base no argumento de não ser cabível o recurso extraordinário. Segundo esta linha de raciocínio, para ultrapassar o entendimento do acórdão atacado acerca das situações abrangidas pela norma do art. 103, caput, da Lei n.º 8.213/91, seria necessário o reexame da norma do mencionado dispositivo legal. Considerando que não houve um exame aprofundado da matéria no ARE 845209, bem como a existência de embargos de declaração no RE 626489, entendo que devem ser observadas as orientações do STJ, responsável pela definição da interpretação que deve ser seguida, quando se trata de lei federal, bem como a jurisprudência consolidada desta Turma Nacional de Uniformização.

Como nem todos os aspectos foram examinados no RE 626489, considero importante destacar algumas orientações do STJ sobre a aplicação do prazo decadencial:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL DESERTO. BENEFICIÁRIO DA AJG. DESNECESSIDADE DE NOVA COMPROVAÇÃO. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA RECONSIDERADA. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. ART. 103 DA ALEI N. 8.213/91.DECADÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. MATÉRIA NÃO DISCUTIDA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO. 1. A Segunda Turma desta Corte, em decisão unânime, firmou entendimento no sentido de que "a decadência prevista no artigo 103 da Lei 8.213/91 não alcança questões que não restaram resolvidas no ato administrativo que apreciou o pedido de concessão do benefício. Isso pelo simples fato de que, como o prazo decadencial limita a possibilidade de controle de legalidade do ato administrativo, não pode atingir aquilo que não foi objeto de apreciação pela Administração" (AgRg no REsp 1.407.710/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA). 2. Não opera decadência, abarcada pelo art. 103 da Lei n. 8.213/91, em relação ao direito não apreciado no processo administrativo, sobre o qual incide apenas o prazo prescricional. Agravo regimental improvido. (AgRg no AgRg no AREsp 598206 / PR, Segunda Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 11/05/2015) (grifei)

PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO NEGADO PELO INSS. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. INEXISTÊNCIA. PRECEDENTES. 1. O direito à concessão de benefício do Regime Geral da Previdência Social ou benefício assistencial da LOAS pode ser exercido a qualquer tempo, não havendo que se falar em prescrição do fundo de direito quando negado na via administrativa. Precedentes: AgRg no REsp 1471798/PB, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 06/10/2014; AgRg no AREsp 364.526/CE, Rel. Ministro Ari Pargendler, Primeira Turma, DJe 28/08/2014; AgRg no AREsp 493.997/PR, Rel.Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, 2. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 336.322/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/03/2015, DJe 08/04/2015) (grifei)

(...) REVISÃO DA RENDA MENSAL INICIAL.CÔMPUTO DE TEMPO RURAL. DECADÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. TEMA NÃO APRECIADO PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIÁRIA QUANDO CONCEDIDO O BENEFÍCIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO SEGURADO REJEITADOS. (...) 2. É possível afirmar que por ato de concessão deve ser entendida toda matéria relativa aos requisitos e critérios de cálculo do benefício submetida ao INSS no requerimento do benefício, do que pode resultar o deferimento ou indeferimento do pleito. 3. No presente caso, a pretensão veiculada consiste na revisão da renda mensal inicial do be-

nefício em razão de tempo rural não computado, tema não apreciado pela Administração. Por isso não há falar em decadência. (...) (EDcl no REsp 1429312/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, 2 T., DJe 03/09/2015)

Do conjunto destas manifestações do STF e do STJ sobre a decadência, podemos extrair as seguintes premissas:

(a) mostra-se constitucional a instituição de um prazo decadencial para a revisão do ato de concessão de benefício previdenciário, a incidir, inclusive, sobre os benefícios já concedidos (RE n.º 626.489, Pleno do STF, repercussão geral);

(b) o prazo decadencial não atinge o ato de concessão de benefício previdenciário (RE n.º 626.589, Pleno do STF, repercussão geral); e

(c) quanto aos processos em que a análise versa sobre matéria de fato (reconhecimento de tempo especial e/ou rural, por exemplo), não tendo sido a questão jurídica decidida quando da concessão do benefício, não ocorre a decadência para essa questão. Aliás, este inclusive é o teor da Súmula 81 da TNU: "Não incide o prazo decadencial previsto no art. 103, caput, da Lei n. 8.213/91, nos casos de indeferimento e cessação de benefícios, bem como em relação às questões não apreciadas pela Administração no ato da concessão".

A hipótese em tela espelha o item (c) supra, porquanto busca a parte autora o reconhecimento de tempo rural, não tendo sido tal pleito objeto de análise expressa pelo INSS no ato de indeferimento.

4. Em face do exposto, entendo que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora merece ser provido, para que, nos termos da Questão de Ordem n.º 020 desta TNU, os autos retornem à Turma Recursal de origem para adequar o julgado ao seguinte entendimento: de que, quanto aos processos em que a análise versa sobre matéria de fato (reconhecimento de tempo especial e/ou rural, por exemplo), não tendo sido a questão jurídica decidida quando da concessão do benefício, não ocorre a decadência para essa questão.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E PROVIDER O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA formulado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 17 de agosto de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0015955-80.2012.4.01.3300

ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA

REQUERENTE: MÁRLI ALMEIDA NASCIMENTO

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERIDO(A): UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. EXTENSÃO AOS INATIVOS. ATÉ QUE SEJAM PROCESSADOS OS RESULTADOS DA PRIMEIRA AVALIAÇÃO INDIVIDUAL E INSTITUCIONAL, A REFERIDA GRATIFICAÇÃO POSSUI CARÁTER GENÉRICO. JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA DESTA TNU. INCIDENTE IMPROVIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência veiculado pela União em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado da Bahia, que proveu o recurso inominado interposto pela parte autora.

Transcrevo, em parte, o acórdão recorrido, na parte que importa para o deslinde do feito:

4. Com razão o recorrente. De fato a referida gratificação deve ser estendida aos aposentados / pensionistas que fazem jus à paridade de vencimentos no mesmo percentual deferido aos servidores da ativa no período em que foi paga independentemente da avaliação de desempenho, até que cesse a excepcionalidade existente, com a implantação efetiva da avaliação institucional e individual do servidor.

Requer, em seu pedido, em síntese, que, independentemente da data da implementação, em folha, dos resultados da primeira avaliação de desempenho da GDPGPE, seus efeitos financeiros retroajam a 01/01/2009.

Aponta como paradigmas julgados de Turmas Recursais dos JEFs de Goiás (processo n.º 0002895-56.2011.4.01.3500), do Rio de Janeiro (feito n.º 0019690-70.2012.4.02.5151) e do STJ (REsp n.º 1.368.150).

2. O Min. Presidente deste colegiado determinou a distribuição do incidente para melhor exame.

3. Considero válido(s) o(s) paradigma(s) apontado(s) para fins de conhecimento do pleito de uniformização.

4. O tema objeto do presente incidente já foi uniformizado por esta TNU, no sentido de que a gratificação de desempenho deve ser paga aos inativos no mesmo patamar concedido aos servidores em atividade, observada a classe e o padrão do servidor, até o momento em que regulamentada a aludida gratificação e que processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional.

Transcrevo ementas de julgados sobre o assunto:

ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. GDPGPE. EXTENSÃO AOS INATIVOS. AUSÊNCIA DE EFETIVA AVALIAÇÃO. NATUREZA PRO LABORE FACIENDO PREJUDICADA. INCIDENTE DESPROVIDO. 1. As diversas categorias de gratificações de desempenho pagas aos servidores pú-

blicos têm natureza pro labore faciendo, mas a ausência de avaliação de desempenho transforma-as em gratificações de natureza genérica, quando passam a ser devidas na mesma proporção aos pensionistas e servidores inativos. Precedente do STF (RE 572.052/RN, DJ 17-4-2009, Pleno, com repercussão geral, relator o Sr. Ministro Ricardo Lewandowski). 2. A gratificação de desempenho somente mantém a natureza pro labore faciendo enquanto realizada a avaliação contemporânea ao período trabalhado. Assim, retroagir uma pontuação fixa, mesmo que baseada em avaliação individual posterior, confere à gratificação de desempenho o caráter geral de revisão, devendo ser estendida aos pensionistas e servidores aposentados. 3. Não se aplica ao caso o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de suspender o julgamento em decorrência de repercussão geral no Supremo Tribunal Federal, tendo em vista que no RE 631.389/CE discute-se a aplicação do princípio da isonomia entre servidores ativos e inativos. Nestes autos, a uniformização de jurisprudência envolve apenas o momento a partir do qual a GDPGE perde o caráter genérico. Não se tratou propriamente da isonomia entre ativos e inativos nestes autos. 4. Incidente desprovido. (PEDILEF 05101183620114058400, Rel. Juiz Federal Rogério Moreira Alves, DOU 16/08/2013 pág. 79/115) (grifei)

ADMINISTRATIVO - GRATIFICAÇÃO - GDPGE - AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO E DO INÍCIO DO CICLO DE AVALIAÇÃO - EXTENSÃO AOS INATIVOS - ANÁLISE FÁTICO PROBATÓRIA - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. As razões apontadas no presente Incidente de uniformização não são aptas a revogar as conclusões elencadas na decisão da Turma Recursal de origem. 2. A lide foi decidida em consonância com a jurisprudência desta Turma Nacional, segundo a qual até que seja regulamentada a gratificação em tela e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, há de ser reconhecido o direito de os ativos e pensionistas perceberem a gratificação. 3. Incidente de uniformização conhecido e não provido com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto que envolvam questionamentos sobre a natureza da GDPGE e seu diferenciado pagamento entre ativos e inativos às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida." (PEDILEF 00485018720094013400, Rel. Juiz Federal VLADIMIR SANTOS VITOVSKY, DOU 30/09/2011) (grifei)

Isso é o que, mutatis mutandis, dispõe a Súmula Vinculante n.º 020 do C. Supremo Tribunal Federal e a Súmula n.º 016 da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região:

Súmula Vinculante n.º 020 do STF. A gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, instituída pela Lei n.º 10.404/02, deve ser deferida aos inativos nos valores correspondentes a 37,5 (trinta e sete vírgula cinco) pontos no período de fevereiro a maio de 2002 e, nos termos do art. 5º, parágrafo único, da Lei 10.404/02, no período de junho de 2002 até a conclusão dos efeitos do último ciclo de avaliação a que se refere o art. 1º da Medida Provisória 198/2004, a partir da qual passa a ser de 60 (sessenta) pontos. (grifei)

Súmula n.º 016 da TRU 4ª Região. O direito dos inativos à paridade de pagamento da gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST no mesmo patamar recebido pelos servidores em atividade cessa apenas com o encerramento do ciclo de avaliação dos servidores em atividade e a implantação em folha de pagamento dos novos valores, momento a partir do qual a referida parcela adquire efetivamente o caráter de gratificação de desempenho, desimportando eventuais efeitos patrimoniais pretéritos. (grifei)

5. Desse modo, adoto o entendimento uniformizado por esta TNU - no sentido de que a gratificação de desempenho deve ser paga aos inativos no mesmo patamar concedido aos servidores em atividade, observada a classe e o padrão do servidor, até o momento em que regulamentada a aludida gratificação e que processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional -, CONHECENDO e IMPROVENDO, portanto, O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA formulado pela União.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais IMPROVER O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela União, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 17 de agosto de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5000672-30.2013.4.04.7109  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: ELIANI FERREIRA DA ROSA  
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

OAB: BB-0000000  
REQUERIDO(A): UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GERSON LUIZ ROCHA

## EMENTA

Trata-se de INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, §2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão prolatado pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul.

Argumenta que o referido acórdão, ao manter a sentença que julgou improcedente o pedido de indenização por danos morais em razão da não liberação de parcelas do seguro desemprego, está em contrariedade com o entendimento desta Turma Nacional (PEDILEF 5043381-78.2011.4.04.7100), no sentido de que o saque indevido de parcelas de seguro-desemprego configura hipótese de dano in re ipsa.

A União e a CEF apresentaram contrarrazões.

O recurso foi admitido na origem.

É o relatório.

Passo ao exame da admissibilidade do incidente.

O recurso é tempestivo.

O acórdão recorrido decidiu a questão submetida à uniformização em conformidade com a prova dos autos, no sentido de que não restou provado que a recorrente tenha sofrido abalo psíquico intenso em decorrência da falha do serviço da CEF.

Portanto, acolher o presente recurso com o intuito de modificar tal conclusão implicaria, necessariamente, em reanálise do conjunto fático-probatório, o que não é possível na estreita via do incidente de uniformização, nos termos da Súmula n.º. 42 desta TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

Ante o exposto, PRELIMINARMENTE, voto por NÃO CONHECER do incidente de uniformização.

## VOTO - MÉRITO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. ADMINISTRATIVO. SEGURO-DESEMPREGO. REPARAÇÃO DE DANOS. CASO DE SAQUE INDEVIDO DO BENEFÍCIO. DANO MORAL "IN RE IPSA". PRECEDENTE DA TNU (PEDILEF 5043381-78.2011.4.04.7100). ACÓRDÃO QUE SE AFASTA DESTA ORIENTAÇÃO. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

Não obstante o entendimento alinhavado no VOTO-PRELIMINAR acima lançado, prevaleceu a compreensão da ilustrada maioria deste Colegiado no sentido de que o recurso comporta conhecimento.

Assim, vencido na preliminar, passo ao exame do mérito.

Consta do acórdão recorrido:

A sentença é de ser confirmada pelos seus próprios fundamentos, nos termos do artigo 46 da Lei 9.099/1995, combinado com artigo 1º da Lei 10.259/2001.

Destaco os seguintes fundamentos, por essenciais ao deslinde da controvérsia, inclusive no que se refere à legitimidade da CEF e da União no caso concreto:

Do que se vê dos autos, notadamente do evento 49, a autora não recebeu as parcelas faltantes do seguro-desemprego porque ao menos uma delas, a terceira, fora paga numa agência de outra cidade, no Estado do Paraná.

Dentro deste contexto, como a alegação deduzida à inicial é no sentido de que tal pagamento fora indevido, resulta demonstrada a legitimidade passiva da CEF, como órgão pagador do benefício, para responder à pretensão.

A União, por sua vez, tem legitimidade para responder à presente ação porque, afinal, como ente responsável pela concessão do benefício, deve adotar todas as medidas necessárias no sentido de evitar que os valores sejam alcançados a quem não seja o titular do direito.

No mais, verifico que a autora, natural e residente em Bagé/RS, trabalhou na empresa Comercial Eletrodomésticos Pedro Obino Jr. S.A., como vendedora, também em Bagé, tendo sido demitida sem justa causa, daí fazendo jus ao benefício de seguro-desemprego (evento 1, PROCADM2 E PROCADM3). Depois de receber, normalmente, as duas prestações do benefício, foi surpreendida pelo aviso de pagamento da próxima parcela à terceira pessoa, o que, segundo dá conta a informação do evento 49, foi realizado na Agência de Cristo Rei/PR, 'sem uso do cartão do cidadão'.

Ora, não tendo os demandados, ao menos, demonstrado em juízo quem foi a pessoa que, sem portar o cartão utilizado para pagamento do benefício, acabou recebendo, em outra cidade, a parcela do seguro-desemprego devido à demandante, devem eles arcar com o pagamento postulado nesta demanda.

Se assim não fosse, ter-se-ia de admitir um pesado ônus ao cidadão, manifestamente de parcos recursos, no sentido de comprovar, afinal, onde ocorreu o erro que resultou no indevido pagamento do benefício.

Não é o caso, todavia, de indenização por danos morais, pois não se vê dos autos, concretamente, motivos para reconhecer que, afora o desconforto pelo não recebimento do benefício na época própria, a conduta imputada às demandadas tenha causado abalo psíquico tão intenso a ponto de justificar o reconhecimento do dano moral.

No que se refere ao pedido de danos morais, a jurisprudência do Tribunal Regional Federal desta 4ª Região encontra-se sedimentada ao redor do cabimento dos danos morais na hipótese de o desgosto experimentado pelo cidadão ultrapassar o caráter de mero aborrecimento do dia a dia, mormente quando se trata de verbas de caráter notadamente social, como o seguro-desemprego. Ademais, urge verificar, igualmente, a adoção de procedimento flagrantemente abusivo ou equivocado por parte da Administração, já que a tomada de decisões é inerente à sua atuação (TRF/4ª Região, AC 5064168-94.2012.404.7100, 4ª Turma, Rel. p/ Acórdão Loraci Flores de Lima, julgado em 05/08/2014). À míngua da caracterização de alguma dessas circunstâncias, a sentença deve ser confirmada.

O paradigma desta TNU, por sua vez, assim dirimiu a questão: PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO FORMULADO PELA PARTE AUTORA. SAQUE INDEVIDO DE SEGURO-DESEMPREGO. DANOS MORAIS. DANOS "IN RE IPSA". RESPONSABILIDADE OBJETIVA. PRESCINDIBILIDADE DE CULPA OU DEMONSTRAÇÃO DA ILICITUDE DO ATO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Prolatado acórdão pela Quarta Turma Recursal de Rio Grande do Sul, a qual manteve a sentença, nos termos do artigo 46, da Lei nº 9.099/95, que julgou extinto sem julgamento do mérito no tocante às parcelas de seguro-desemprego, eis que posteriormente colocadas à disposição da Autora, e improcedente o pedido de condenação por danos morais.

2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto tempestivamente pela Autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alegação de que há divergência entre o acórdão recorrido com o entendimento do STJ (AgRg no REsp nº 1.137.577/RS, REsp nº 835.531/MG, REsp nº 797.689/MT e REsp nº 640.196/PR), da 5ª Turma Recursal de São Paulo (processos nº 00075555320084036310 e nº 00019823420084036310) e da TNU (PEDILEF nº 200683005181473).

3. Incidente admitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta Turma Nacional, e distribuídos a esta Relatora.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. Entendo configurado o dissídio jurisprudencial que autoriza o conhecimento do Incidente.

6. O acórdão recorrido manteve a sentença que reza, "... os fatos narrados por si só não geram o dever de indenizar... Portanto, não verifico, no caso dos autos, a ocorrência de conduta ilícita por parte das demandadas a ensejar a indenização por dano moral..." (sic).

7. Vislumbro que a decisão hostilizada abraçou duas teses que merecem análise em separado: da necessidade de comprovação do dano e da responsabilidade subjetiva.

8. Seguindo Jurisprudência do STJ, à esteira dos julgados trazidos, este Colegiado firmou entendimento de que "o dano moral, nos casos de saques indevidos, é presumido, desde que provada a ocorrência do fato danoso, somente podendo ser afastado de forma fundamentada, com base em provas em contrário, consideradas as circunstâncias e peculiaridades do caso concreto posto em julgamento." (PEDILEF 200971590012972, JUIZ FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF, DOU 22/03/2013.) Como me manifestei no voto-vista do processo citado, "Com fundamento no artigo 201, inciso III, da Constituição da República, diz-se que a natureza jurídica do seguro-desemprego é de um benefício previdenciário. Possui essa verba a finalidade de oferecer assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta. Desse modo, a meu ver, os saques fraudulentos das parcelas de seguro-desemprego acarretaram situação evidente de constrangimento, angústia e sofrimento para o recorrente desempregado, caracterizando, por isso, ato ilícito, passível de indenização a título de danos morais."

9. E sendo o dano "in re ipsa", "não depende da prova específica da demonstração da ocorrência do dano" (PEDILEF 50574438920124047100, JUIZ FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA, DOU 28/10/2013). Em outras palavras, basta a comprovação do fato ensejador do dano, no caso, saque indevido de seguro-desemprego.

10. Por outro lado, entendo que a responsabilidade no caso retratado, é objetiva, prescindindo da comprovação da culpa.

11. No Brasil, a doutrina da responsabilidade objetiva do Estado, ou do risco administrativo, foi consagrada pela Constituição Federal de 1946, que pela redação do artigo 194 buscava romper os laços com um passado próximo de abusos decorrentes de um Estado que se colocara à margem de um Estado Democrático de Direito. Desde então, o constitucionalismo brasileiro consagra a desnecessidade de identificação da culpa para a atribuição de responsabilidade civil ao Estado, dispondo o art. 37,§6º da Constituição Federal de 1988 que "as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa."

12. A Caixa Econômica Federal, além de sua natureza de instituição financeira, atua como gestora dos fundos do seguro-desemprego, incidindo nessa atuação a responsabilidade de natureza objetiva, não podendo se exigir culpa ou a demonstração da ilicitude do ato. É que para a configuração da responsabilidade objetiva, o ato não precisa necessariamente ser ilícito, sendo considerado antijurídico ou passível de responsabilização ato desprovido de ilicitude, desde que cause dano e seja dotado de relação de causalidade.

13. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e parcialmente provido para (i) reafirmar a tese de que no caso de saques indevidos de seguro-desemprego, o dano moral é "in re ipsa", ou seja, prescinde-se de sua comprovação específica, bastando a prova do fato danoso; (ii) firmar a tese de que nesses casos a responsabilidade da CEF é objetiva, independente de culpa ou demonstração da ilicitude do ato, que só pode ser afastada nos casos de excludentes legais; (iii) anular o acórdão recorrido, nos termos da Questão de Ordem nº 20, determinando a realização de novo julgamento à luz do entendimento desta Turma Nacional.

15. Julgamento nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "a", do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.



(PEDILEF 5043381-78.2011.4.04.7100, Rel. Juíza Federal Kyu Soon Lee, DOU 17/10/2014, pág. 165/294)

A tese jurídica firmada no precedente desta Turma Nacional, acima transcrito, estabeleceu o entendimento de que "no caso de saques indevidos de seguro-desemprego, o dano moral é 'in re ipsa', ou seja, prescinde-se de sua comprovação específica, bastando a prova do fato danoso."

No caso examinado, o acórdão recorrido afastou-se desta orientação, de modo que o incidente deve ser acolhido, com o retorno dos autos à origem para adequação.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, por maioria, CONHECER do incidente, vencidos o relator e os juízes federais Boaventura João Andrade, Rui Costa Gonçalves e Fernando Moreira Gonçalves, e, prosseguindo no julgamento, por unanimidade, DAR PROVIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA, nos termos do VOTO-MÉRITO do Relator.

Brasília, 20 de outubro de 2016

GERSON LUIZ ROCHA

Juiz Relator

PROCESSO: 5002133-25.2013.4.04.7113

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): MACIMINO TICZ

PROC./ADV.: JAIME VALDUGA GABBARDO

OAB: RS-37078

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO COMUM EM ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE APÓS A EDIÇÃO DA LEI 9.032/95. AUSÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. MATÉRIA UNIFORMIZADA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte ré em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que reconheceu a possibilidade de conversão do tempo de serviço comum em tempo especial (fator 0,71) do período de 01/10/1993 a 14/08/1995.

Aduz divergência em relação ao PEDILEF nº 2007.71.54.003022-2 (julgado em 17/05/2013), desta TNU, no sentido de que "não é possível a conversão do tempo de serviço comum em especial após a Lei 9.032/95, quando os requisitos para a concessão da aposentadoria especial foram reunidos tão-somente após a edição do aludido diploma legislativo". Refere, ainda, que o acórdão recorrido contraria a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça nos autos do REsp n. 1.310.034/PR, submetido ao rito dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC).

2. O Min. Presidente desta TNU encaminhou os autos para melhor exame.

3. O pedido de uniformização foi apresentado tempestivamente, tendo sido demonstrada a divergência, razão pela qual deve ser conhecido.

4. No mérito, o incidente deve ser provido. A Turma Nacional de Uniformização, em sessão realizada em 17/05/2013, adequou a sua jurisprudência à decisão do C. STJ, em representativo de controvérsia, no REsp 1.310.034, Rel. Min. Herman Benjamin, DJU 19/12/2012, no sentido de o tempo de serviço comum exercido antes de 29/04/1995 não pode ser convertido em tempo de serviço especial para fins de concessão de aposentadoria cujos requisitos tenham sido completados após 29/04/1995 (PEDILEF 200771540030222, Relator Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves, DOU 07/06/2013).

5. Desta forma, deve incidir a regra do inciso X do art. 9º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização - TNU, que orienta no sentido de que o Relator poderá "dar provimento ao incidente se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, podendo determinar o retorno dos autos à origem para a devida adequação".

6. Diante disso, estando a decisão proferida pela Turma de origem em confronto com a deste Colegiado, DOU PROVIMENTO AO INCIDENTE para determinar a devolução dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado, nos termos da fundamentação.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais DAR PROVIMENTO AO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte ré, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 20 de julho de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002269-31.2013.4.04.7013  
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ  
REQUERENTE: APARECIDA LOURENÇO  
PROC./ADV.: FABIENE KAROLINA LAMIM ROSA  
OAB: PR-46999  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N.º 042 DESTA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. Formula a parte autora pedido nacional de uniformização de jurisprudência em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Paraná:

VOTO

Trata-se de recurso interposto pelo INSS em face de sentença que julgou procedente o pedido de concessão de aposentadoria proporcional por tempo de contribuição (NB/148.092.249-5), mediante reconhecimento da especialidade do interregno compreendido entre 25/04/1996 a 23/06/2009 em que a parte autora trabalhou no setor de Lavanderia do Hospital Geral Misericórdia de Jacarezinho (evento n.º 46, SENT1).

O recorrente alega, em síntese, que há inviabilidade no reconhecimento do período compreendido entre 25/04/1996 a 23/06/2009, visto que a atividade de servente não se enquadra na atividade profissional sendo que antes e após o advento da Lei 9.032/95 deve haver efetiva comprovação da exposição aos agentes agressivos. Aduz, ainda, que o documento técnico apresentado não leva a concluir que de fato havia exposição a agentes nocivos de forma habitual e permanente. Requer a reforma do julgado (evento n.º 51, REC1).

Assiste razão ao recorrente, pelos fundamentos que abaixo exponho:

Inicialmente impende destacar que o Hospital Geral Misericórdia de Jacarezinho não é rede hospitalar especializada no trato de patologias infecto-contagiantes. Sendo que obviamente oferece tratamento a pacientes saudáveis (maternidade e tratamentos preventivos), moléstias não infecto-contagiantes (ex. doenças cardíacas, ortopédicas, neurológicas dentre outras), bem como a pessoas que porventura tenha contraído enfermidade infecto-contagiante. De outro lado é crível que o hospital isole tais áreas em alas e setores específicos. Assim, obviamente, o trabalho de servente pode ser prestado em alas normais como em área de risco biológico.

De outro lado, o PPP ao descrever a atividade da parte autora informou que desempenhava as seguintes tarefas: "Trabalha no setor de Lavanderia, onde chega toda a roupa usada dentro do hospital, roupas sujas com sangue, escarros, urina, fezes e secreção etc... lavando-as, secando-as, e distribuindo e recolhendo nos setores, ficando assim exposta a vírus, bactérias, materiais infecto contagiantes e agentes biológicos descritos".

Ou seja, pelas características da atividade desempenhada, percebe que o contágio com materiais perfuro cortantes praticamente inexistia, e com certeza o sistema de lavagem era devidamente equipado com máquinas de lavar de grande tecnologia que permitia quase nenhum contato com as roupas, ocasionalmente, contaminadas. É certo ainda que provavelmente as roupas muitas sujas ficassem de molho sobre efeitos de produtos químicos apropriados e alvejantes, que possivelmente neutralizaria o contato com os materiais possivelmente contaminados. Por outro lado, o fato de não constar especificamente o local de trabalho (se em ala de risco ou destinadas a tratamento habituais), bem como a consideração de que o hospital não era destinado especificamente ao tratamento de pacientes portadores de doenças infectocontagiosas, não há como inferir que a autora estava diretamente exposta a contatos com agentes infecto-contagiantes (vírus, bactérias, fungos, sangue, excreções, ou outros líquidos do corpo humano) ou objetos contaminados, de forma habitual e permanente.

O fato de constar no PPP o manuseio com objetos de uso do paciente, sem qualquer confirmação de sua contaminação ou de sua origem, não são suficientes para caracterizar a especialidade. Assim, entendo que eventual exposição a agentes contagiosos se existente ocorria de modo ocasional e esporádico, o que afasta o reconhecimento da especialidade, porquanto não há que se falar da existência da configuração de risco constante de contaminação e prejuízo à saúde do trabalhador. Nesse sentido já se manifestou a Turma Regional de Uniformização:

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. HABITUALIDADE E PERMANÊNCIA NÃO CARACTERIZADA APÓS 29.04.1995. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DA PROVA. INADMISSIBILIDADE. 1. Acórdão recorrido que, diante da avaliação do conjunto probatório, afasta a caracterização da habitualidade e permanência das atividades desenvolvidas como auxiliar de enfermagem, após 29.05.1995, não contraria uniformização da Turma Regional no sentido de que a caracterização da especialidade exige a prova de contato habitual e permanente, não ocasional nem intermitente com pacientes portadores de doenças infecto-contagiosas ou materiais contaminados por esses doentes. 2. Nova valoração dos formulários e laudos existentes nos autos implica reexame de prova, vedado na via do incidente de uniformização. 3. Recurso não conhecido. (TRU. IUJEF n.º 0004807-02.2008.404.7254; rel. Juíza Federal Luísa Hickel Gamba; D. E. 15/12/2011).

Com efeito, merece prosperar as razões recursais para afastar o reconhecimento de atividade especial dos períodos computados em sentença e desempenhados no Hospital Geral Misericórdia de Jacarezinho (25/04/1996 a 23/06/2009), resultando num decréscimo da contagem de tempo de contribuição de 02 anos, 07 meses e 18 dias (948 dias). Conseqüentemente, na data de entrada do requerimento administrativo (23/06/2009 - evento n.º 46, CTEMPSERV2) a autora detinha 26 anos, 04 meses e 29 dias de tempo de contribuição. Assim, considerando que o tempo a cumprir para concessão da aposentadoria proporcional por tempo de contribuição já com o pedágio resulta em 29 anos, 08 meses e 12 dias, a parte autora não cumpriu com o pedágio para fins de concessão da aposentadoria por tempo de contribuição.

Logo, a parte autora não preenche os requisitos legais para concessão da aposentadoria por tempo de contribuição. Em consequência, determino a intimação do INSS para que, no prazo de 10 dias, adote as medidas administrativas para o cancelamento do benefício.

Destaco que as prestações recebidas de boa-fé, em face de decisão antecipatória da tutela, não precisam serem devolvidas, diante do caráter irrepetível das verbas alimentares.

Ante o exposto, voto por DAR PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS.

Sem honorários.

Curitiba, 08 de Julho de 2013.

Sustenta, em síntese, que é possível o reconhecimento do tempo especial de 25/04/1996 a 23/06/2009, na condição de servente hospitalar.

Aponta como paradigma julgado da Segunda Turma Recursal dos JEFs da Seção Judiciária do Estado de São Paulo (processo n.º 00057594820084036303).

2. O Min. Presidente deste colegiado encaminhou o feito a esta Relatoria para melhor análise.

3. Entendo que o presente incidente de uniformização não merece ser conhecido.

É que foi com base em interpretação particular de elementos específicos constantes dos autos que se chegou à conclusão exposta no acórdão recorrido:

Inicialmente impende destacar que o Hospital Geral Misericórdia de Jacarezinho não é rede hospitalar especializada no trato de patologias infecto-contagiantes. Sendo que obviamente oferece tratamento a pacientes saudáveis (maternidade e tratamentos preventivos), moléstias não infecto-contagiantes (ex. doenças cardíacas, ortopédicas, neurológicas dentre outras), bem como a pessoas que porventura tenha contraído enfermidade infecto-contagiante. De outro lado é crível que o hospital isole tais áreas em alas e setores específicos. Assim, obviamente, o trabalho de servente pode ser prestado em alas normais como em área de risco biológico.

De outro lado, o PPP ao descrever a atividade da parte autora informou que desempenhava as seguintes tarefas: "Trabalha no setor de Lavanderia, onde chega toda a roupa usada dentro do hospital, roupas sujas com sangue, escarros, urina, fezes e secreção etc... lavando-as, secando-as, e distribuindo e recolhendo nos setores, ficando assim exposta a vírus, bactérias, materiais infecto contagiantes e agentes biológicos descritos".

Ou seja, pelas características da atividade desempenhada, percebe que o contágio com materiais perfuro cortantes praticamente inexistia, e com certeza o sistema de lavagem era devidamente equipado com máquinas de lavar de grande tecnologia que permitia quase nenhum contato com as roupas, ocasionalmente, contaminadas. É certo ainda que provavelmente as roupas muitas sujas ficassem de molho sobre efeitos de produtos químicos apropriados e alvejantes, que possivelmente neutralizaria o contato com os materiais possivelmente contaminados. Por outro lado, o fato de não constar especificamente o local de trabalho (se em ala de risco ou destinadas a tratamento habituais), bem como a consideração de que o hospital não era destinado especificamente ao tratamento de pacientes portadores de doenças infectocontagiosas, não há como inferir que a autora estava diretamente exposta a contatos com agentes infecto-contagiantes (vírus, bactérias, fungos, sangue, excreções, ou outros líquidos do corpo humano) ou objetos contaminados, de forma habitual e permanente.

O fato de constar no PPP o manuseio com objetos de uso do paciente, sem qualquer confirmação de sua contaminação ou de sua origem, não são suficientes para caracterizar a especialidade. Assim, entendo que eventual exposição a agentes contagiosos se existente ocorria de modo ocasional e esporádico, o que afasta o reconhecimento da especialidade, porquanto não há que se falar da existência da configuração de risco constante de contaminação e prejuízo à saúde do trabalhador.

E, para desconstituir esses fundamentos de decidir da Turma Recursal de Origem, seria necessário reexaminar o conjunto fático-probatório, o que é vedado em sede de processo objetivo de pedido de uniformização, nos termos da Súmula n.º 042 desta TNU.

4. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência veiculado pela parte autora não merece ser conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA formulado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 12 de maio de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5017029-55.2012.4.04.7001  
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ  
REQUERENTE: ANTONIO FRANCISCO FILHO  
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES  
OAB: PR-16716  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PARADIGMAS DA TNU E DO STJ. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO DOS JULGADOS. ART. 15 DA RITNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná, que reconheceu a decadência do direito de revisão do benefício.

2. Postula seja afastada a decadência e reconhecido o tempo de serviço especial postulado na inicial. Cita ementas de julgados da TNU e do STJ.

3. O Min. Presidente desta TNU encaminhou os autos para melhor exame.

4. Entendo que o presente incidente de uniformização não merece ser conhecido.

5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

6. A recorrente aponta como paradigmas da divergência arestos do STJ e da TNU sem, contudo, se desincumbir da prova do dissenso, ou seja, não promoveu o necessário cotejo analítico dos julgados, nos termos exigidos pelo art. 15, I, do RITNU (Resolução nº 345 de 02/06/2015).

7. A mera citação de ementas de julgados não basta para comprovar a divergência jurisprudencial em que se basearia o recurso, sendo necessário o confronto analítico entre as decisões supostamente divergentes, demonstrando-se o dissídio alegado.

8. Em face do exposto, não conheço do incidente de uniformização.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 17 de agosto de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0000066-84.2007.4.03.6314

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: INÁCIO DE JESUS

PROC./ADV.: BRENO BORGES DE CAMARGO

OAB: SP-231498

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

#### EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISÃO, OBSCURIDADE OU OMISSÃO. NÃO PROVIMENTO.

1. Cuida-se de Embargos de Declaração opostos pelo Autor em face de Acórdão desta Turma Nacional de Uniformização que nos autos do Processo em epígrafe deu provimento ao Pedido de Uniformização por ele interposto.

2. Aduz o embargante, no entanto, que o julgado merece ser integrado, ante a omissão atinente ao reconhecimento da exposição do segurado ao agente eletricidade de forma habitual e permanente mesmo após 1995, dado que exige a norma que "o segurado sempre trabalhe na mesma função ou no mesmo ambiente agressivo, mas não que o agente agressivo esteja presente em todos os segundo, mesmo porque isto seria praticamente impossível" (sic).

3. Pois bem. A teor do art. 1022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: (a) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; (b) suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual o juiz devia se pronunciar de ofício ou a requerimento; e (c) corrigir erro material.

4. In casu, as razões recursais não apresentam qualquer fato ou fundamento jurídico que configure uma das hipóteses de admissibilidade acima declinadas.

5. Com efeito, versam as razões recursais dos embargos sobre incursões meritórias complementemente afetas à avaliação da prova dos autos, tema que não foi - e nem poderia ser - objeto de análise do Pedido de Uniformização, em razão da vedação constante na Súmula 42 desta TNU, que dispõe:

Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.

6. De se mencionar, outrossim, que em relação ao argumento atinente à necessidade de se avaliar de maneira peculiar a situação de habitualidade e permanência no caso de agentes perigosos, não logrou o autor-recorrente comprovar validamente a divergência jurisprudencial. Isto porque apresentou, em relação a esta matéria, nos autos do PU, julgado do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

7. Com efeito, paradigmas de Tribunais Regionais Federais são inservíveis para a demonstração da divergência em sede de Pedido de Uniformização de Lei Federal, nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001 (TNU, PEDILEF 200772510014642, Rel. Juíza Federal Simone dos Santos Lemes Fernandes, DOU 01/06/2012).

8. Isto posto, NEGOU PROVIMENTO aos Embargos de Declaração.

9. É como voto.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA

Juíza Federal Relatora

#### ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização decidiu, por unanimidade, acompanhar o entendimento sufragado pela Juíza Federal Relatora.

Brasília, data supra.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA

Juíza Relatora

PROCESSO: 0001836-27.2012.4.03.6318

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: ANA MARIA APOLINARIO FELIZARDO

PROC./ADV.: MARCOS DA ROCHA OLIVEIRA

OAB: SP-201448

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE LONGO PRAZO. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS LIMITAÇÕES LABORATIVAS COM A SITUAÇÃO PESSOAL DA POSTULANTE. AUSÊNCIA DE CONTRARIEDADE DO ACÓRDÃO COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DESTA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização nacional de jurisprudência interposto pela autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, reformando sentença de procedência, indeferiu o pedido de benefício assistencial por indemonstrado o impedimento de longo prazo da postulante, ante a impossibilidade de enquadramento da parte autora no conceito amplo de deficiente.

2. A suscitante alega contrariedade do acórdão recorrido à jurisprudência dominante desta TNU, no sentido de que a incapacidade temporária não constitui óbice para a concessão do benefício.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Ainda que a jurisprudência consolidada do STJ e desta TNU abrigue a tese sustentada no pedido de uniformização, de que o impedimento não necessita ser permanente para ensejar a concessão do benefício almejado - nesse sentido, a Súmula nº 48 desta TNU - fato é que o julgado recorrido não se louvou nessa premissa para negar o benefício, mas sim em outra, da descaracterização do próprio impedimento, escudado na contextualização do quadro parcialmente incapacitante constatado no exame pericial frente às condições pessoais e o histórico laboral da requerente.

5. Em face do exposto, não conheço do presente incidente nacional de uniformização de jurisprudência interposto pela autora.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0001986-53.2013.4.01.3820

ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS

REQUERENTE: ROSILDA BARBOSA DE SOUZA

PROC./ADV.: MATEUS FERREIRA LOPES

OAB: MG-115178

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

#### EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISÃO, OBSCURIDADE OU OMISSÃO. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO JULGADO. NÃO PROVIMENTO.

1. Cuida-se de Embargos de Declaração opostos pelo INSS com vistas a impugnar Acórdão desta Turma Nacional de Uniformização que nos autos do Processo em epígrafe deu provimento ao Pedido de Uniformização interposto pela autora.

2. Pois bem. A teor do art. 1022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: (a) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; (b) suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual o juiz devia se pronunciar de ofício ou a requerimento; e (c) corrigir erro material.

3. In casu, as razões recursais não apresentam qualquer fato ou fundamento jurídico que configure uma das hipóteses de admissibilidade acima declinadas.

4. Em verdade, vale-se o autor-embargante desta via não para corrigir eventual inexistência/obscuridade/omissão/contradição, mas para provocar uma rediscussão de matéria com vistas à mudança do entendimento sufragado no Acórdão recorrido, utilizando-se, para tanto, de julgados proferidos após a sua prolação.

5. Ocorre que, consoante firme entendimento jurisprudencial, aos Embargos de Declaração não é cabível o empréstimo de efeitos infringentes para rediscutir questão válida e devidamente analisada pela decisão atacada. Neste sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - PROCEDÊNCIA - APELAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE EFEITO APENAS DEVOLUTIVO - ART. 520, IV, DO CPC - RECURSO INTERPOSTO CONTRA SENTENÇA QUE DECIDIU PROCESSO CAUTELAR - OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - FATO NOVO - REJULGAMENTO DA LIDE - INVIABILIDADE - CUMPRIMENTO DO OFÍCIO JURISDICCIONAL - EMBARGOS REJEITADOS.

1 - Não há que se falar em omissão quanto a questão não suscitada, embora já ocorrida, antes do julgamento apontado como omissio. E nem de obscuridade ou contradição quando o recurso é julgado de acordo com o constante em seus autos.

2 - Inexistente qualquer hipótese legal de cabimento recursal (art. 535 do CPC), configura-se inviável a pretensão ao re julgamento da lide, porquanto, nos termos do art. 463 do CPC, extensivo aos Tribunais pátrios, uma vez publicado o acórdão, o Colegiado cumpre a prestação jurisdiccional, alterável tão-somente diante da ocorrência de erros materiais ou de obscuridade, contradição e omissão, hipóteses justificadoras da oposição de embargos de declaração. Ademais, não cabe a apreciação de fato novo em sede de embargos de declaração (cf. EDcl no RMS nº 11.542/MA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 12.2.2001).

3 - Acertadamente solucionada a lide quando do provimento do recurso especial e ausente qualquer vício no aresto a justificar a interposição dos aclaratórios, caracterizam-se como inadmissíveis, perfazendo-se inviável atribuir-lhes efeitos infringentes com relação ao decisum embargado, ora mantido por seus próprios fundamentos.

4 - Embargos de declaração rejeitados.

(STJ, EDRESP 668.686-SP, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezini, DJ 20.03.2006);

6. Isto posto, NEGOU PROVIMENTO aos Embargos de Declaração.

7. É como voto.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA

Juíza Federal Relatora

#### ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização decidiu, por unanimidade, acompanhar o entendimento sufragado pela Juíza Federal Relatora.

Brasília, data supra.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA

Juíza Relatora

PROCESSO: 0002517-82.2007.4.03.6314

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: SIRTINY FERREIRA DE MELLO

PROC./ADV.: BENEDITO APARECIDO GUIMARÃES

OAB: SP-104 442

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

#### EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISÃO, OBSCURIDADE OU OMISSÃO. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO JULGADO. NÃO PROVIMENTO.

1. Cuida-se de Embargos de Declaração e Pedido de Reconsideração opostos pela autora em face de Acórdão desta Turma Nacional de Uniformização que nos autos do Processo em epígrafe negou conhecimento ao Pedido de Uniformização por ela interposto. Na ocasião, o Colegiado reconheceu a incidência do enunciado da Súmula 42/TNU.

2. A teor do art. 1022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: (a) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; (b) suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual o juiz devia se pronunciar de ofício ou a requerimento; e (c) corrigir erro material.

3. In casu, as razões recursais não apresentam qualquer fato ou fundamento jurídico que configure uma das hipóteses de admissibilidade acima declinadas.

4. Em verdade, vale-se o autor-embargante desta via não para corrigir eventual obscuridade/omissão/contradição, mas para provocar uma rediscussão de matéria com vistas à mudança do entendimento sufragado no Acórdão recorrido.



5. Ocorre que, consoante firme entendimento jurisprudencial, aos Embargos de Declaração não é cabível o empréstimo de efeitos infringentes para rediscutir questão válida e devidamente analisada pela decisão atacada. Neste sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - PROCEDÊNCIA - APELAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE EFEITO APENAS DEVOLUTIVO - ART. 520, IV, DO CPC - RECURSO INTERPOSTO CONTRA SENTENÇA QUE DECIDIU PROCESSO CAUTELAR - OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - FATO NOVO - REJULGAMENTO DA LIDE - INVIABILIDADE - CUMPRIMENTO DO OFÍCIO JURISDICIONAL - EMBARGOS REJEITADOS.

1 - Não há que se falar em omissão quanto a questão não suscitada, embora já ocorrida, antes do julgamento apontado como omisso. E nem de obscuridade ou contradição quando o recurso é julgado de acordo com o constante em seus autos.

2 - Inexistente qualquer hipótese legal de cabimento recursal (art. 535 do CPC), configura-se inviável a pretensão ao re julgamento da lide, porquanto, nos termos do art. 463 do CPC, extensivo aos Tribunais pátrios, uma vez publicado o acórdão, o Colegiado cumpre a prestação jurisdicional, alterável tão-somente diante da ocorrência de erros materiais ou de obscuridade, contradição e omissão, hipóteses justificadoras da oposição de embargos de declaração. Ademais, não cabe a apreciação de fato novo em sede de embargos de declaração (cf. EDcl no RMS nº 11.542/MA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 12.2.2001).

3 - Acertadamente solucionada a lide quando do provimento do recurso especial e ausente qualquer vício no aresto a justificar a interposição dos aclaratórios, caracterizam-se como inadmissíveis, perfazendo-se inviável atribuir-lhes efeitos infringentes com relação ao decisum embargado, ora mantido por seus próprios fundamentos.

4 - Embargos de declaração rejeitados.  
(STJ, EDRESP 668.686-SP, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ 20.03.2006):

6. Importa destacar que consoante entendimento sufragado pelo Supremo Tribunal Federal, o Juiz não é obrigado a examinar todos os argumentos expendidos pelas partes, nem a se pronunciar sobre todos os artigos de lei, bastando que, no caso concreto, decline fundamentos suficientes para lastrear sua decisão (e.g., STF. AI 522624 AgR, Relator Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJ 6/10/2006).

7. Isto se revela com maior evidência quando se trata - como na hipótese sub examine - do acolhimento de questões processuais que tornam, como corolário, prejudicadas quaisquer incursões recursais meritórias.

8. Isto posto, NEGÓ PROVIMENTO aos Embargos de Declaração.

9. É como voto.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA  
Juíza Federal Relatora  
**ACÓRDÃO**

A Turma Nacional de Uniformização decidiu, por unanimidade, acompanhar o entendimento sufragado pela Juíza Federal Relatora.

Brasília, data supra.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA

Juíza Relatora

PROCESSO: 0002591-91.2011.4.01.4200

ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

REQUERENTE: PHYETRO ELOAN SOUSA DA SILVA

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO

SOCIAL

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU OMISSÃO. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO JULGADO. NÃO PROVIMENTO.

1. Cuida-se de Embargos de Declaração opostos pela parte autora em face de Acórdão desta Turma Nacional de Uniformização que nos autos do Processo em epígrafe negou provimento ao Pedido de Uniformização por ela interposto.

2. Na ocasião, o Colegiado entendeu que as verbas atinentes a hora-extra e o adicional noturno devem integrar a base de cálculo da renda para fins de concessão de auxílio-reclusão.

3. No que tange à matéria atinente à possibilidade de exclusão de verbas de caráter extraordinário do aludido cômputo, consignou esta Turma Nacional o seguinte:

(...) no paradigma apresentado se exclui a verba extraordinária sob a seguinte condição: "quando verificada a existência de média inferior em período imediatamente precedente". Condição que não restou apontada como ocorrida no presente caso, para fins de identidade fática entre os casos recorrido e paradigmático. (...)

4. Defende o embargante, no entanto, a existência de omissão no julgado no que tange à possibilidade de se afastar as verbas adicionais não-habituais na presente hipótese, dado que segundo ele restou demonstrado "que no mês anterior ao mês da prisão, o valor recebido foi muito abaixo, sendo o salário do mês da prisão majorado por estas verbas, que não eram habituais".

5. Pois bem. A teor do art. 1022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: (a) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; (b) suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual o juiz devia se pronunciar de ofício ou a requerimento; e (c) corrigir erro material.

6. In casu, as razões recursais não apresentam qualquer fato ou fundamento jurídico que configure uma das hipóteses de admissibilidade acima declinadas.

7. Com efeito, conforme assinalado no item 3 retro, o Acórdão recorrido foi expresso ao consignar que não estaria demonstrada nos autos a situação excepcional autorizativa da exclusão da verba dita extraordinária da base de cálculo da renda para fins de concessão de auxílio-reclusão.

8. Daí se conclui que pretende o autor-embargante, na verdade, provocar uma rediscussão de matéria com vistas à mudança do entendimento sufragado no Acórdão recorrido. Tal medida, no entanto, não está abrangida pelo escopo dos Embargos de Declaração.

9. Neste sentido a jurisprudência do eg. STJ, segundo a qual aos Embargos de Declaração não é cabível o empréstimo de efeitos infringentes para rediscutir questão analisada pela decisão atacada:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - PROCEDÊNCIA - APELAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE EFEITO APENAS DEVOLUTIVO - ART. 520, IV, DO CPC - RECURSO INTERPOSTO CONTRA SENTENÇA QUE DECIDIU PROCESSO CAUTELAR - OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - FATO NOVO - REJULGAMENTO DA LIDE - INVIABILIDADE - CUMPRIMENTO DO OFÍCIO JURISDICIONAL - EMBARGOS REJEITADOS.

1 - Não há que se falar em omissão quanto a questão não suscitada, embora já ocorrida, antes do julgamento apontado como omisso. E nem de obscuridade ou contradição quando o recurso é julgado de acordo com o constante em seus autos.

2 - Inexistente qualquer hipótese legal de cabimento recursal (art. 535 do CPC), configura-se inviável a pretensão ao re julgamento da lide, porquanto, nos termos do art. 463 do CPC, extensivo aos Tribunais pátrios, uma vez publicado o acórdão, o Colegiado cumpre a prestação jurisdicional, alterável tão-somente diante da ocorrência de erros materiais ou de obscuridade, contradição e omissão, hipóteses justificadoras da oposição de embargos de declaração. Ademais, não cabe a apreciação de fato novo em sede de embargos de declaração (cf. EDcl no RMS nº 11.542/MA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 12.2.2001).

3 - Acertadamente solucionada a lide quando do provimento do recurso especial e ausente qualquer vício no aresto a justificar a interposição dos aclaratórios, caracterizam-se como inadmissíveis, perfazendo-se inviável atribuir-lhes efeitos infringentes com relação ao decisum embargado, ora mantido por seus próprios fundamentos.

4 - Embargos de declaração rejeitados.  
(STJ, EDRESP 668.686-SP, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ 20.03.2006):

10. Posto isso, NEGÓ PROVIMENTO aos Embargos de Declaração.

11. É como voto.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA  
Juíza Federal Relatora  
**ACÓRDÃO**

A Turma Nacional de Uniformização decidiu, por unanimidade, acompanhar o entendimento sufragado pela Juíza Federal Relatora.

Brasília, data supra.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA

Juíza Relatora

PROCESSO: 0006038-84.2011.4.03.6317

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): AMANDA VICENZA

PROC./ADV.: DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU OMISSÃO. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO JULGADO. NÃO PROVIMENTO.

1. Cuida-se de Embargos de Declaração opostos pelo Autor com vistas a impugnar Acórdão desta Turma Nacional de Uniformização que nos autos do Processo em epígrafe deu provimento ao Pedido de Uniformização interposto pelo INSS.

2. Pois bem. A teor do art. 1022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: (a) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; (b) suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual o juiz devia se pronunciar de ofício ou a requerimento; e (c) corrigir erro material.

3. In casu, as razões recursais não apresentam qualquer fato ou fundamento jurídico que configure uma das hipóteses de admissibilidade acima declinadas.

4. Em verdade, vale-se a autora-embargante desta via não para corrigir eventual inexatidão/obscuridade/omissão/contradição, mas para provocar uma rediscussão de matéria com vistas à mudança do entendimento sufragado no Acórdão recorrido.

5. Ocorre que, consoante firme entendimento jurisprudencial, aos Embargos de Declaração não é cabível o empréstimo de efeitos infringentes para rediscutir questão válida e devidamente analisada pela decisão atacada. Neste sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - PROCEDÊNCIA - APELAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE EFEITO APENAS DEVOLUTIVO - ART. 520, IV, DO CPC - RECURSO INTERPOSTO CONTRA SENTENÇA QUE DECIDIU PROCESSO CAUTELAR - OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - FATO NOVO - REJULGAMENTO DA LIDE - INVIABILIDADE - CUMPRIMENTO DO OFÍCIO JURISDICIONAL - EMBARGOS REJEITADOS.

1 - Não há que se falar em omissão quanto a questão não suscitada, embora já ocorrida, antes do julgamento apontado como omisso. E nem de obscuridade ou contradição quando o recurso é julgado de acordo com o constante em seus autos.

2 - Inexistente qualquer hipótese legal de cabimento recursal (art. 535 do CPC), configura-se inviável a pretensão ao re julgamento da lide, porquanto, nos termos do art. 463 do CPC, extensivo aos Tribunais pátrios, uma vez publicado o acórdão, o Colegiado cumpre a prestação jurisdicional, alterável tão-somente diante da ocorrência de erros materiais ou de obscuridade, contradição e omissão, hipóteses justificadoras da oposição de embargos de declaração. Ademais, não cabe a apreciação de fato novo em sede de embargos de declaração (cf. EDcl no RMS nº 11.542/MA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 12.2.2001).

3 - Acertadamente solucionada a lide quando do provimento do recurso especial e ausente qualquer vício no aresto a justificar a interposição dos aclaratórios, caracterizam-se como inadmissíveis, perfazendo-se inviável atribuir-lhes efeitos infringentes com relação ao decisum embargado, ora mantido por seus próprios fundamentos.

4 - Embargos de declaração rejeitados.

(STJ, EDRESP 668.686-SP, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ 20.03.2006):

6. Isto posto, NEGÓ PROVIMENTO aos Embargos de Declaração.

7. É como voto.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA  
Juíza Federal Relatora  
**ACÓRDÃO**

A Turma Nacional de Uniformização decidiu, por unanimidade, acompanhar o entendimento sufragado pela Juíza Federal Relatora.

Brasília, data supra.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA

Juíza Relatora

PROCESSO: 0008696-29.2011.4.03.6302

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: SERAFINA MESSIAS DE SOUZA

PROC./ADV.: DANIELA VILELA P. VASCONCELOS

OAB: SP-161110

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES

**EMENTA**

ASSISTÊNCIA SOCIAL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL POR IDADE. CONDIÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. LAUDO SOCIOECONÔMICO CONCLUSIVO QUANTO À AUSÊNCIA DE MISERABILIDADE, SENDO, INCLUSIVE, INSTRUÍDO COMO IMAGENS DIGITAIS DO AMBIENTE EM QUE RESIDE A PARTE DEMANDANTE. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE EM SEDE DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. SÚMULA N. 42/TNU. RECURSO NÃO CONHECIDO.

Trata-se de PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL interposto pela parte Autora, insurgindo-se contra acórdão oriundo de Turma dos Juizados Especiais Federais, no bojo do qual foi reformada sentença de Primeiro Grau, na qual havia sido julgado procedente o pedido autoral visando à concessão de Benefício Assistencial por Idade.

Sustenta a parte autora que, ao reformar a sentença, sob o fundamento de não se encontrar demonstrado o estado de miserabilidade, o acórdão está em desalinho com "a melhor aplicação da legislação de regência e, sobretudo, firme posição em sentido contrário ao entendimento das Colendas Turmas Recursais das Seções Judiciárias de outros Estados", bem assim a jurisprudência dominante no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, como no REsp n. 523.999, 5ª Turma, DJU 01.07.2004), no sentido de que, mesmo superado o limite de 1/4 do salário mínimo, a miserabilidade do postulante pode ser comprovada por outros meios de prova.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.250/2001, "caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questão de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei", sendo que "o pedido fundado em divergência de turmas de diferentes Regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgada por Turma de Uniformização, integrada por Juízes de Turma Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal" (§ 2º).

Resolução CJF n. 345/2015 (RITNU), por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material: I- fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões; II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".

Na sentença de Primeiro Grau, o pedido foi julgado procedente, sendo destacado que "no caso dos autos, (...) a perícia assistencial constatou que a autora reside com seu marido (72 anos, recebe aposentadoria no valor de R\$ 545,00 e cumpre a função de caseiro de sítio, auferindo mais R\$ 545,00) e a neta (18 anos, não trabalha)", ressaltando-se no julgado que esta última "não se enquadra no rol do art. 20, § 1º, da LOAS", enquanto que, no concernente "à situação do marido da autora, também idoso, (...) se trata de situação análoga à prevista no parágrafo único do art. 34 do Estatuto do Idoso, que dispõe que o benefício assistencial já concedido a qualquer membro da família, desde que idoso, não será computado para os fins de cálculo da renda familiar per capita", sendo que "a aposentadoria percebida pelo marido da autora é menor que o valor do benefício assistencial, que é de um salário mínimo", motivo pelo qual deve ser desconsiderada no cálculo já referido. Assim sendo, "a renda familiar a ser considerada é a de R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais) a qual, dividida entre a autora e seu marido, chega-se à renda per capita de R\$ 272,50, portanto, menos da metade de um salário mínimo, estando abaixo das exigências do art. 20, § 3º, da Loas", sendo devido à demandante o Benefício Assistencial postulado, por que preenchido o requisito da hipossuficiência.

As informações acerca da renda familiar da autora se encontram no Laudo Socioeconômico datado de 28.12.2011, onde há, também, a seguinte descrição do ambiente em que reside a demandante:

"(...) trata-se de uma casa térrea, de alvenaria e de construção recente.

A moradia é composta por: 01 sala, 02 quartos, 01 banheiro, cozinha/copa e varanda. A casa está em boas condições, as paredes estão limpas, o piso é de cimento verde, o telhado é de telhas romanas sem forro e o quintal de terra.

A moradia apresenta-se bem arrumada e higienizada.

Está mobiliada com os seguintes móveis: 01 jogo de sofá, 01 estante de madeira, 01 televisor de 29", 01 aparelho de DVD, 01 computador com escrivaninha, 01 cama de casa, 01 guarda-roupas de 04 portas, 01 fogão com 06 bocas, 01 geladeira, 02 mesas com 06 cadeiras cada, 01 armário de cozinha, e outros objetos de uso diário, não dignos de nota".

Acompanhando o laudo, há fotografias digitalizadas do interior do imóvel residencial da parte autora.

A conclusão da Perita Judicial, diante dos elementos de convicção colhidos no local da visita, indica que a parte autora não apresenta quadro de miserabilidade.

No acórdão questionado, o Juiz Federal relator fez constar que, na hipótese "de a renda familiar ser superior ao valor do salário mínimo, entendendo não ser cabível a sua exclusão do cômputo da renda per capita para aferição da hipossuficiência da parte autora", como, a propósito, já se posicionou este Colegiado Nacional, ao julgar o PEDILEF n. 2006630600074275, rel. Juiz Federal Renato César Pessanha de Souza, DJU 03.09.2008, concluindo, aquele Relator, que, "considerando os elementos constantes do laudo social, restou comprovado que a parte autora possui meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família de forma a garantir-lhe a vida com dignidade".

Vê-se, portanto, que a lide exposta ao exame da Turma Recursal foi dirimida em harmonia com os elementos de prova constantes nos autos, em particular o bem instruído Laudo Socioeconômico, no qual restou demonstrado, segundo a percepção da Turma Recursal de origem, que as condições materiais vivenciadas pela parte demandante não são precárias, ao contrário do alegado na peça do Incidente de Uniformização.

Não cabe a esta Turma Nacional de Uniformização, reexaminar as provas apresentadas no curso da instrução para o fim de verificar se confirmam ou não a alegação formulada no pedido de uniformização jurisprudencial interposto, no sentido de que a autora, ao contrário do que registra o laudo socioeconômico, é pessoa hipossuficiente e, assim, faz jus ao Benefício Assistencial demandado, aplicando-se, no caso, a Súmula n. 42 deste Colegiado (Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato).

Pedido de Uniformização Jurisprudencial não conhecido (Súmula n. 42/TNU).

Sem honorários advocatícios e custas processuais.

Brasília/DF, 23 de fevereiro de 2017.

RUI COSTA GONÇALVES  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0015190-17.2005.4.03.6302  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): FIDELCINO ANTONIO LOPES  
PROC./ADV.: JURANDIR ROCHA RIBEIRO  
OAB: SP-143305

#### EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO QUE DEU PROVIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SOMENTE DEVIDOS PELO RECORRENTE VENCIDO, EM JULGAMENTO DE RECURSO INOMINADO. ART. 55, DA LEI N. 9.099/95. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBS-CURIDADE OU OMISSÃO. NÃO PROVIMENTO.

1. Cuida-se de Embargos de Declaração opostos pelo INSS em face de Acórdão desta Turma Nacional de Uniformização que nos autos do Processo em epígrafe deu provimento ao Pedido de Uniformização por ele interposto.

2. Aduz o embargante ser necessária a correção de omissão. Para tanto, sustenta que embora o Incidente de Uniformização tenha sido provido, não foram fixados os honorários advocatícios em favor da autarquia, nos termos da Questão de Ordem nº 02 da TNU.

3. Com efeito, a teor do art. 1022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: (a) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; (b) suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual o juiz devia se pronunciar de ofício ou a requerimento; e (c) corrigir erro material.

4. In casu, não se verifica qualquer omissão passível de suprimimento pela via dos embargos.

5. Com efeito, conforme reafirmado por este Colegiado na Sessão de 15/12/2016 (PEDILEF nº 0522644-49.2008.4.05.8300, Rel. Juiz Federal Fabio Cesar dos Santos Oliveira), não há previsão legal, na disciplina especial dos Juizados Especiais, capaz de amparar a condenação de honorários em favor do recorrente vencedor. O que dispõe o artigo 55 da Lei n. 9.099/95 é que o recorrente vencido pagará a verba honorária, quando do julgamento de recurso inominado, sendo possível a supressão dessa condenação quando lhe for favorável o julgamento de Pedido de Uniformização (Questão de Ordem n. 02, da TNU). Presente tal regramento específico, sequer se pode falar em lacuna legislativa, de modo a atrair a aplicação, por analogia, das regras gerais do Código de Processo Civil. Nesse contexto, a questão se resolve pelo princípio da especialidade. Cabe ao intérprete da lei prestigiar a regra especial, circunscrita ao seu âmbito de incidência, sempre que verificado conflito em face da regra geral.

6. Daí se conclui que a ausência de imposição de honorários em favor do recorrente vencedor decorre da correta aplicação do disposto artigo 55 da Lei n. 9.099/95, e não de uma omissão sanável pela via dos embargos.

7. Isto posto, NEGÓ PROVIMENTO aos Embargos de Declaração.

8. É como voto.  
Publique-se. Registre-se. Intime-se.  
Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA  
Juíza Federal Relatora

#### ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização decidiu, por unanimidade, acompanhar o entendimento sufragado pela Juíza Federal Relatora.

Brasília, data supra.  
GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA  
Juíza Relatora  
PROCESSO: 0016317-68.2011.4.01.3801  
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GE-

RAIS

REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): VALDEMI BARBOSA DE FIGUEIRE-

DO

PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN  
OAB: SC-23056  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUISA HICKEL GAM-

BA

#### EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO. ART. 29, II, DA LEI N. 8.213/91. VINCULAÇÃO DA AÇÃO INDIVIDUAL À AÇÃO COLETIVA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO.

Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS contra acórdão da 1ª Turma Recursal de Juiz de Fora/MG, que negou provimento a recurso interposto pela mesma parte contra sentença que julgou procedente o pedido de revisão do benefício com base no art. 29, II, da Lei n. 8.213/91.

Alega o recorrente que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pela Turma Recursal de Mato Grosso, no julgamento do processo 0018616-34.2014.4.01.3600, no qual foi asentado que o pedido de revisão com base no art. 29, II, da Lei n. 8.213/91 deve ser decidido conforme a decisão na ACP 0002320-59.2012.4.03.6183.

Também alega que o acórdão recorrido contraria jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, citando o REsp 1.110.549, julgado em sede de recurso repetitivo, segundo o qual a ação judicial estaria vinculada à ação coletiva.

O incidente foi admitido pelo Presidente desta Turma de Uniformização, mediante provimento de agravo interposto contra decisão do juízo preliminar de inadmissibilidade.

É o breve relatório.

O incidente é tempestivo, mas não merece conhecimento.

De início, cabe ressaltar que as Seções Judiciárias de Minas Gerais e de Mato Grosso pertencem à 1ª Região da Justiça Federal, razão por que divergência entre seus julgados não enseja incidente de uniformização nacional, nos termos do art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/01.

E, quanto ao REsp 1.110.549, não foi demonstrada qualquer divergência. Com efeito, a tese firmada pelo STJ na oportunidade (Tema 60, repetido no 589) é a de que "Ajuizada ação coletiva atinente a macro-lide geradora de processos multitudinários, suspendem-se as ações individuais, no aguardo do julgamento da ação coletiva". Não constou da decisão, ao contrário do que alegado pelo recorrente, que as decisões em ações individuais deveriam seguir necessariamente a decisão na ação coletiva, especialmente em casos como o presente, em que a ação coletiva encerrou-se em razão de acordo entre as partes.

No mais, ainda que eventualmente preenchidos os requisitos de admissibilidade, o não conhecimento seria imposto pela questão de ordem 13.

Isso porque esta Turma tem reiteradamente julgado no mesmo sentido do acórdão recorrido, nos termos da tese firmada no Tema 134 (cujo leading case foi o PEDILEF 5004459-91.2013.4.04.7101/RS):

A revisão do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente da conversão do auxílio-doença, nos termos do art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, sujeita-se ao prazo decadencial previsto no art. 103 da mesma Lei, cujo marco inicial é a data da concessão do benefício originário. O prazo decadencial para revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91 se inicia a contar de 15/04/2010, em razão do reconhecimento administrativo do direito, perpetrada pelo Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBENS/PFEINSS. Em razão do Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBENS/PFEINSS, de 15-4-2010, que reconhece o direito do segurado à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, os prazos prescricionais em curso voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação.

Pelo exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização interposto pelo autor.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa da Relatora.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

LUÍSA HICKEL GAMBA  
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0022921-28.2009.4.01.3700  
ORIGEM: MA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO  
REQUERENTE: ELINEUMA SILVA DE LIMA  
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUISA HICKEL GAM-

BA

#### EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE À SEGURADA ESPECIAL. POSSIBILIDADE DE CONSIDERAÇÃO DE DOCUMENTOS EM NOME DE TERCEIROS A FIM DE CONSTITUIR INÍCIO DE PROVA MATERIAL. FLEXIBILIZAÇÃO DA CONTEMPORANEIDADE DA PROVA PRODUZIDA A TÍTULO DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA ORAL. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM 20. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

Trata-se de pedido de uniformização interposto pela autora contra acórdão da 1ª Turma Recursal do Maranhão, que negou provimento a recurso interposto pela mesma parte contra sentença que julgou improcedente pedido de concessão de salário-maternidade, porquanto as provas produzidas não seriam contemporâneas ao período de carência a ser comprovado.

Alega a recorrente que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pela TNU, no julgamento do PEDILEF 0506989-78.2010.4.05.8102 e do PEDILEF 0016480-18.2005.4.01.3200, nos quais restou assentada a flexibilização do entendimento de que os documentos aptos à comprovação do labor rural devem estar inseridos no período de carência exigido à concessão de salário-maternidade, bem como do PEDILEF 2004.81.10.004224-8 e do PEDILEF 0504285-35.2009.4.05.8100, em que se decidiu pela possibilidade de consideração de documentos de posse ou propriedade rural em nome de terceiro estranho ao núcleo familiar, desde que corroborada a prestação do serviço pela prova oral.

O incidente foi admitido pelo Presidente da Turma Recursal de origem.

É o breve relatório.

O incidente é tempestivo e merece conhecimento.

De fato, esta Turma tem firmado o entendimento de que documentos em nome de estranhos ao núcleo familiar podem ser utilizados com o condão de constituir início de prova material do exercício de labor rural, de acordo com o julgado a seguir:



REVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. DOCUMENTOS DE TERCEIRO, PROPRIETÁRIO DE IMÓVEL RURAL. PROVA ORAL. 1. A jurisprudência desta Turma Nacional tem admitido, como início de prova material, a juntada de documentos de terceiro, como, no caso concreto, do cunhado da autora, proprietário do imóvel rural onde a mesma teria trabalhado, como rurícola. 2. A fragilidade dos ditos documentos é suprida através de seu cotejo com as demais peças que foram acostadas ao processo administrativo e o depoimento colhido em audiência. 3. Considerando que a Turma de origem não se pronunciou sobre o conteúdo da prova oral, impõe-se a invalidação do acórdão, a fim de que o acervo probatório seja avaliado em seu conjunto. 4. Pedido de uniformização parcialmente provido.

(PEDILEF 200643009061236, JUIZ FEDERAL ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA SILVA, TNU, DJ 28/07/2009)

Por outro lado, também é entendimento assentado por esta Turma que, devido ao curto período de carência exigido à concessão de salário-maternidade à segurada especial, de apenas dez meses, e diante da reconhecida dificuldade que essas trabalhadoras tem em juntar documentos que comprovem esse labor, a posição de que os documentos acostados a fim de constituir um início de prova material devem ser contemporâneos aos fatos a serem provados pode ser flexibilizada. Assim, nesses casos, admitem-se provas extemporâneas, desde que correspondentes a período próximo ao qual se pretende demonstrar o exercício do labor rural.

É que o que se extrai do julgamento do processo 2009.32.00.704394-5:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. CONTEMPORANEIDADE FLEXIBILIZADA. PERÍODO DE CARÊNCIA EXÍGUO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão mantém sentença de procedência de concessão do benefício de Salário-Maternidade para segurada especial, a considerar como válidos, a título de início de prova material, não só o registro de nascimento de sua filha (2007), datado dez dias após o parto, ensejador do pedido, mas também de seus irmãos, nascidos em data anterior (2001 e 2003), além da Carteira de Sindicato Rural, com data de associação posterior ao parto.

2. Nesta hipótese, de reduzidíssimo prazo de carência (12 meses para o Segurado Especial), a dificultar sobremodo a localização de documento com datação no período, a título de início de prova material, admite-se a flexibilização da sua contemporaneidade, sob pena de se inviabilizar a concessão do benefício em questão. Dado o seu caráter meramente idicário, o acolhimento do pedido dependerá ainda da produção de outras provas, especialmente a testemunhal, para ampliar a sua força probante para o período de carência que se quer demonstrar.

3. Some-se a isso que esta Turma Nacional já consolidou entendimento de que os registros públicos (nascimento, casamento e óbito), por ostentarem de fé pública, podem ser aceitos como início de prova material, independentemente da sua contemporaneidade ao período de carência que se quer demonstrar. Precedentes: PEDILEFs n's 200770520018172; 200932007044100; e 200670950141890.

4. Pedido de Uniformização conhecido e não provido.

5. Devolvam-se às Turmas Recursais de origem os autos de processos distribuídos a esta TNU que tratem de questão semelhante, atinente ao benefício de Salário-Maternidade, para a devida readequação.

(PEDILEF 2009.32.00.704394-5, JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO, TNU, DOU 04/10/2011 pág. 213/214.)

No presente caso, a sentença do Juizado de Origem, reiterado pela Turma Recursal do Maranhão, fundou a improcedência do pedido de concessão do referido benefício na extemporaneidade dos documentos apresentados pela parte autora, todos posteriores ao nascimento de seu filho, Samuel de Lima Fonteneles, em 25 de junho de 2008.

Sustenta a recorrente que, apesar de expedidos em data fora do período de carência exigido, os documentos em questão se referem a períodos contemporâneos e, até mesmo, anteriores ao parto.

Cabe anotar que a petição inicial foi apresentada em 25 de agosto de 2009, pouco mais de um ano após o nascimento do filho da autora, sendo este, portanto, o prazo máximo que afasta as provas dos fatos, podendo ser considerada razoável a análise daquelas com objetivo de se averiguar o suposto labor rural alegado pela autora.

Entretanto, nos termos do enunciado da súmula 42, não é possível a esta Turma Nacional de Uniformização o reexame de provas. Assim, como nem a sentença do Juizado de Origem nem o acórdão recorrido fazem referência alguma às provas que levaram ao convencimento de que não havia início de prova material, tampouco foi produzida prova oral, necessária a complementação daquela, restou a autora prejudicada na tarefa de provar o que por ela fora alegado.

Já decidiu esta Turma sobre a necessidade da prova oral na corroboração do início de prova material:

PREVIDENCIÁRIO. RURÍCULA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. DOCUMENTOS EM NOME PRÓPRIO E DE TERCEIROS. PROVA TESTEMUNHAL. EXTENSÃO DA SUA EFICÁCIA NO TEMPO. PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DO LABOR NO CAMPO. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. QUESTÃO DE ORDEM N. 6 DA TNU. 1. "É questão pacificada nesta Turma que qualquer documento idôneo, emitido em nome de qualquer membro do grupo familiar, presta-se à comprovação da atividade rurícola em regime de economia familiar, a exemplo dos documentos comprobatórios da propriedade ou da posse de imóvel rural (PEDILEF 2006.70.95.01.4573-0, Rel. Juíza Federal JACQUELINE MICHELS BILHALVA, julgado em 28.5.2009); instrumento de comodatado de imóvel rural (PEDILEF 2003.81.10.00.4165-3 Rel. Juiz Fe-

deral SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ, julago em 4.8.2009); folha de pagamento de programa permanente de combate à seca (PEDILEF 2003.81.10.027572-0, Rel. Juiz Federal RICARLOS ALMAGRO VITORIANO CUNHA, julgado em 4.8.2009), guias de recolhimento de imposto sobre exploração agrícola (PEDILEF 2006.72.95.01.1963-2, Rel. Juiz Federal JOSÉ EDURADO DO NASCIMENTO, julgado em 9.4.2010) e guias de recolhimento de ITR (PEDILEF 2008.72.55.00.7778-3, Rel. Juiz Federal JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO, julgado em 11.5.2010), entre outros, desde que emitidos em nome de um dos integrantes do núcleo familiar e devidamente corroborados pela prova testemunhal colhida em audiência" (TNU, PEDILEF 200671950258988, Rel. Juiz Federal Alcides Saldanha Lima, DOU 28-11-2011). 2. "No que diz respeito aos efeitos da prova testemunhal, prevalece o entendimento da jurisprudência dominante do STJ, aceita por esta TNU, segundo o qual tal prova tem o condão de ampliar a eficácia probatória do início de prova material corroborado. Precedentes da TNU: Processo n. 200570510023599; Processo n. 200570510042764. Precedente do STJ: AR 2.972/SP, REsp 980762/SP". (PEDILEF 200670510000634, Relator(a) JUIZ FEDERAL DERIVALDO DE FIGUEIREDO BEZERRA FILHO, Data da Decisão 14/09/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 05/04/2010). 3. Caso em que o acórdão que reformou a sentença não considerou os documentos em nome próprio e também em nome de terceiros como início de prova material e, tampouco, ampliou a eficácia probatória dos depoimentos colhidos na instrução do feito. 4. Além disso, na sentença, o magistrado reconheceu a existência de prova material contemporânea à atividade rural, prova esta que, segundo ele, corroborada pela prova testemunhal produzida é suficiente para o reconhecimento da condição de segurada especial da parte autora, com a consequente concessão do benefício pretendido. 5. Aplicação da primeira parte da Questão de Ordem n. 6 ("Se a Turma Recursal não reconhecer a existência e início de prova material e este juízo for contrariado pela Turma Nacional de Uniformização, esta só poderá prosseguir no julgamento da causa se a instância ordinária tiver aprofundado o exame da prova testemunhal") para se restaurar os termos da sentença e julgar procedente o pedido da inicial.

(PEDILEF 05108594020104058100, JUIZ FEDERAL ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA, TNU, DOU 11/05/2012.)

Assim, invoco a Questão de Ordem 20, para que seja anulado o acórdão da Turma Recursal, com a remessa dos autos ao Juizado de Origem para que as provas, ainda que não contemporâneas a todo o período de carência, sejam devidamente avaliadas pelo juízo a quo, considerando os documentos apresentados, de acordo com o entendimento desta Turma, e a produção da prova oral, a qual deverá ser proporcionada à autora para a corroboração das suas alegações.

Pelo exposto, CONHEÇO e DOU PROVIMENTO ao pedido de uniformização interposto pela autora, para anular o julgado e determinar a remessa dos autos ao Juizado de Origem.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais CONHECER e DAR PROVIMENTO ao incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa da Relatora. Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

LUÍSA HICKEL GAMBA

Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0047779-26.2009.4.03.6301

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: AGUIMAR LEONEL DE RESENDE

PROC./ADV.: PATRICIA DA COSTA CAÇÃO

OAB: SP-154 380

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA

#### EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO. RECONHECIMENTO DA PROCEDÊNCIA PELO RÉU. CERCEAMENTO DE DEFESA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. NÃO CONHECIMENTO.

Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo autor contra acórdão da 2ª Turma Recursal de São Paulo, que manteve, pelos próprios fundamentos, sentença que extinguiu o processo, com resolução do mérito, diante do reconhecimento da procedência do pedido pelo réu.

Alega o recorrente que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pela 1ª Turma Recursal de Goiás, no julgamento do processo 331731620064013, no qual foi assentado que o julgamento sem a produção de provas requeridas enseja a anulação da sentença.

O incidente foi admitido pelo Presidente desta Turma de Uniformização, mediante provimento de agravo interposto contra decisão do juízo preliminar de inadmissibilidade.

É o breve relatório.

O incidente é tempestivo, mas não merece conhecimento.

O recorrente impugna a improcedência do pedido inicial e o indeferimento do pedido de dilação de prazo para juntada do processo administrativo de revisão. Conforme relatado, todavia, a sentença extinguiu os autos em razão do reconhecimento da procedência do pedido pelo réu, que teria efetuado, no transcurso da ação judicial, a revisão pleiteada na inicial.

A pretensão presente no incidente de uniformização, pelo que se pode extrair de seu teor e do restante dos autos, é de anulação da sentença porque foi proferida antes da juntada, pelo recorrente, do processo administrativo de revisão, com o qual seria possível verificar se houve efetivamente o reconhecimento da procedência pelo réu.

O paradigma indicado, por sua vez, cuida de indeferimento de produção de prova requerida para comprovação de tempo de contribuição. Não há, portanto, similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e o paradigma.

Pelo exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização interposto pelo autor.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa da Relatora.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

LUÍSA HICKEL GAMBA

Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0081936-93.2007.4.03.6301

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: MARIA SUMIKO NOMURA

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

#### EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU OMISSÃO. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO JULGADO. NÃO PROVIMENTO.

1. Cuida-se de Embargos de Declaração opostos pela Autora em face de Acórdão desta Turma Nacional de Uniformização que nos autos do Processo em epígrafe negou conhecimento ao Pedido de Uniformização por ele interposto.

2. Em suas razões, aduz que o julgado embargado padeceria de contradição, dado que, ao contrário do que ali restou consignado, ela se desincumbiu do ônus de promover o cotejo analítico dos julgados.

3. Pois bem. A teor do art. 1022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: (a) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; (b) suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual o juiz devia se pronunciar de ofício ou a requerimento; e (c) corrigir erro material.

4. In casu, as razões recursais não apresentam qualquer fato ou fundamento jurídico que configure uma das hipóteses de admissibilidade acima declinadas.

5. Com efeito, o Acórdão recorrido claro ao justificar a conclusão de que, no entender do Colegiado, "não foi promovido o necessário cotejo analítico em relação ao suposto dissídio, contendo-se o(a) recorrente apenas em lançar, na peça recursal, excerto(s) de julgado(s) que envolve(m) o tema em discussão. 6. Ressalte-se que a mera transcrição dos julgados não supre a exigência do obrigatório cotejo analítico. 7. Desse modo, a ausência da demonstração de divergência entre turmas recursais de distintas regiões e do cotejo analítico entre os acórdãos impedem o conhecimento do presente incidente".

6. A partir daí, pretende o embargante, por esta via, provocar uma rediscussão de matéria com vistas à mudança do entendimento sufragado no Acórdão recorrido.

7. Ocorre que, consoante firme entendimento jurisprudencial, aos Embargos de Declaração não é cabível o empréstimo de efeitos infringentes para rediscutir questão já devidamente analisada pela decisão atacada. Neste sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - PROCEDÊNCIA - APELAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE EFEITO APENAS DEVOLUTIVO - ART. 520, IV, DO CPC - RECURSO INTERPOSTO CONTRA SENTENÇA QUE DECIDIU PROCESSO CAUTELAR - OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - FATO NOVO - REJULGAMENTO DA LIDE - INVIABILIDADE - CUMPRIMENTO DO OFÍCIO JURISDICIONAL - EMBARGOS REJEITADOS.

1 - Não há que se falar em omissão quanto a questão não suscitada, embora já ocorrida, antes do julgamento apontado como omissio. E nem de obscuridade ou contradição quando o recurso é julgado de acordo com o constante em seus autos.

2 - Inexistente qualquer hipótese legal de cabimento recursal (art. 535 do CPC), configura-se inviável a pretensão ao rejulgamento da lide, porquanto, nos termos do art. 463 do CPC, extensivo aos Tribunais pátrios, uma vez publicado o acórdão, o Colegiado cumpre a prestação jurisdicional, alterável tão-somente diante da ocorrência de erros materiais ou de obscuridade, contradição e omissão, hipóteses justificadoras da oposição de embargos de declaração. Ademais, não cabe a apreciação de fato novo em sede de embargos de declaração (cf. EDcl no RMS nº 11.542/MA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 12.2.2001).

3 - Acertadamente solucionada a lide quando do provimento do recurso especial e ausente qualquer vício no aresto a justificar a interposição dos aclaratórios, caracterizam-se como inadmissíveis, perfazendo-se inviável atribuir-lhes efeitos infringentes com relação ao decum embargado, ora mantido por seus próprios fundamentos.

4 - Embargos de declaração rejeitados.  
(STJ, EDRESP 668.686-SP, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ 20.03.2006);

8. Isto posto, NEGO PROVIMENTO aos Embargos de Declaração.

9. É como voto.  
Publique-se. Registre-se. Intime-se.  
Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA  
Juíza Federal Relatora

#### ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização decidiu, por unanimidade, acompanhar o entendimento sufragado pela Juíza Federal Relatora.

Brasília, data supra.  
GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA  
Juíza Relatora  
PROCESSO: 0087039-81.2007.4.03.6301  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: NILTON JORDÃO CARNEIRO  
PROC./ADV.: RAIMUNDO FLORES  
OAB: RS-25 693  
REQUERIDO(A): UNIÃO FEDERAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA

#### EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. ABONO PECUNIÁRIO E RESPECTIVOS ADICIONAIS. JULGAMENTO EXTRA OU ULTRA PETITA. INOCORRÊNCIA. VERBA PAGA SOB A RUBRICA "ADICIONAL ABONO PECUNIÁRIO". NATUREZA JURÍDICA. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA ENTRE ACÓRDÃO RECORRIDO E PARADIGMAS INDICADOS. NÃO CONHECIMENTO.

Trata-se de pedido de uniformização interposto pela União contra acórdão da 2ª Turma Recursal de São Paulo, que negou provimento a recurso interposto pela mesma parte contra sentença que julgou procedente pedido de declaração de inexigibilidade do imposto de renda incidente sobre as rubricas "abono pecuniário", "adicional abono pecuniário" e "1/3 abono pecuniário", pagas em razão da falta de fruição das férias, e condenou a União na restituição dos valores pagos em 2005 sob as referidas rubricas.

Alega o recorrente, preliminarmente, a nulidade do acórdão recorrido, sob o fundamento de julgamento ultra ou extra petita, já que a inicial postulou apenas a declaração de inexigibilidade e a restituição do abono pecuniário de férias, nada referindo a respeito das demais rubricas. Referiu as ementas do REsp 154.919/SP e do REsp 864.699/RS, para confirmar a tese de que o STJ em casos semelhantes, reconhece a nulidade do julgado ultra ou extra petita. No mérito propriamente dito, alega que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pelo STJ, no julgamento dos Recursos especiais 957.098 e 637.623, nos quais restou assentado que as verbas decorrentes do contrato de trabalho pagas por liberalidade do empregador têm natureza remuneratória e estão sujeitas à incidência do imposto de renda. Defende que a verba identificada como "adicional abono pecuniário" é paga por liberalidade do empregador, razão pela qual é devida a incidência do imposto de renda.

O incidente foi admitido pelo Presidente da Turma Recursal de origem.

É o breve relatório.

O incidente é tempestivo, mas não merece conhecimento.

Inicialmente, cabe afastar a alegação de nulidade do acórdão, visto que não se verifica julgamento extra ou ultra petita. Do pedido formulado na inicial e das emendas apresentadas para a apresentação do documento comprobatório da retenção indevida, é possível extrair que o autor pretende a declaração de inexigibilidade e a restituição dos valores pagos em decorrência da falta de fruição das férias. Embora não haja referência expressa às rubricas que identificam os pagamentos, é possível deduzir que o pedido se refere a toda e qualquer verba decorrente do pagamento em pecúnia de férias não gozadas.

No mais, o pedido de uniformização tem por objeto a definição da natureza jurídica da verba intitulada "adicional abono pecuniário". Nem a sentença nem o acórdão recorrido negam, que, das verbas decorrentes do contrato de trabalho, apenas as de natureza indenizatória estão fora do campo de incidência do imposto de renda, estando sujeitas ao imposto as de natureza remuneratória. O acórdão recorrido também não nega que as verbas pagas por liberalidade do empregador têm natureza remuneratória e estão sujeitas à incidência do imposto de renda.

Entretanto, a sentença, sobretudo a dos embargos de declaração opostos pelo autor, confirmada no ponto pelo acórdão recorrido, expressamente atribui natureza indenizatória à verba identificada como "adicional abono de permanência". E, em relação a esse fundamento o recorrido não apresenta qualquer paradigma que possa configurar divergência entre Turmas de diferentes regiões ou com a jurisprudência dominante do STJ.

É indubitável, assim, que os paradigmas indicados não guardam similitude fática e jurídica com o acórdão recorrido, pois os fundamentos daqueles não são negados ou contrariados por este, ao mesmo tempo em que o fundamento determinante e principal decõe (a verba "adicional abono pecuniário tem natureza indenizatória") não é sequer apreciada naqueles.

Nos termos da Questão de Ordem 22 desta Turma nacional de Uniformização, a falta de similitude fática e jurídica leva ao não conhecimento do incidente.

Pelo exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização interposto pela União.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa da Relatora.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

LUÍSA HICKEL GAMBA

Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0087684-09.2007.4.03.6301

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

lo  
REQUERENTE: ANTONIA FELICIANA DE JESUS  
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES

#### EMENTA

ASSISTÊNCIA SOCIAL. BENEFÍCIO ASISTENCIAL POR IDADE. SUSPENSÃO. NÃO ATENDIMENTO DO CRITÉRIO DA MISERABILIDADE. LAUDO SOCIOECONÔMICO MINUCIOSO AO DESCREVER AS CONDIÇÕES EM QUE VIVE A PARTE DEMANDANTE, AFASTANDO A CONDIÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE EM SEDE DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. SÚMULA N. 42/TNU. RECURSO NÃO CONHECIDO.

Trata-se de PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL interposto pela parte Autora, insurgindo-se contra acórdão oriundo de Turma dos Juizados Especiais Federais, no bojo do qual foi mantida sentença de Primeiro Grau, em que foi julgado improcedente o pedido autoral visando à concessão de Benefício Assistencial por Idade, por não atender ao requisito da miserabilidade.

Alega que não foi observada a Súmula n. 11/TNU (A renda mensal per capita familiar superior a 1/4 do salário mínimo não impede a concessão do benefício assistencial previsto no art. 20, § 3º, da Lei 8.742 de 1993, desde que comprovada, por outros meios, a miserabilidade do postulante", acrescentando que, se o Constituinte fixou um salário mínimo como parâmetro visando ao atendimento das necessidades vitais do trabalhador e sua família, não poderia o legislador ordinário fixar 1/4 do mesmo, para fim de caracterizar o estado de miserabilidade do postulante.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.250/2001, "cabará pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questão de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei", sendo que "o pedido fundado em divergência de turmas de diferentes Regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgada por Turma de Uniformização, integrada por Juízes de Turma Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal" (§ 2º).

A Resolução CJF n. 345/2015 (RITNU), por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material: I- fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões; II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".

Na sentença de Primeiro Grau, o pedido foi julgado improcedente, considerando que a parte autora não preenchia o requisito da miserabilidade, a despeito de, segundo o Laudo Socioeconômico, ter renda familiar estimada em R\$ 800,00 (oitocentos) reais, complementada com R\$ 687,00 (oitocentos e oitenta e sete reais), correspondentes ao salário de um dos netos que reside no mesmo imóvel. Porém, "os utensílios domésticos e as despesas declaradas no laudo social não se coadunam com o alegado estado de miserabilidade da autora", além do fato de que a mesma "vem sendo devidamente amparada por sua filha e genro, sendo que a família conta com renda mensal superior a R\$ 1.500,00, conforme perícia social", em decorrência do que, a propósito, houve sustação do pagamento do Benefício Assistencial, recebido pela demandante no período de 10.05.1999 a 01.08.2007.

No curso da audiência de instrução e julgamento, a autora declarou que "reside com a filha, genro e 02 netos (20 e 13 anos) há 02 anos, em imóvel da mãe de seu genro", o qual trabalha como protético", tendo o mesmo "um veículo Gol", além de "01 computador e 02 TVs"; enquanto o seu neto "trabalha como ajudante", recebendo salário de R\$ 800,00; acrescentando, ainda, que "tem outro filho casado" que "trabalha como estampador de camiseta", de quem "recebe ajuda em dinheiro.

Segundo consta no Laudo Socioeconômico, datado de 20.01.2009, quando a parte autora tinha 76 anos de idade, o imóvel em que a mesma residia/reside pertence à mãe de seu genro, "localizado na zona urbana da cidade de São Paulo/SP; a rua do imóvel possui numeração sequencial, é provida de pavimentação, possui guias e sarjetas, há iluminação pública, rede de saneamento básico (abastecimento de água e rede de esgoto sanitário), fornecimento de energia elétrica, coberto pelo serviço de telefonia fixa e móvel, coleta de lixo, transporte coletivo urbano", tratando-se de bairro "provido de equipamentos da rede de proteção social, tais como creche, escola de ensino infantil, fundamental e médio, unidade básica de saúde, delegacia de polícia e conjunto habitacional SINGAPURA". No tocante especificamente à casa em que habita a demandante, "está localizada nos fundos do terreno, abaixo do nível da rua, construção com dois andares, sendo os quartos construídos na parte de cima; com aproximadamente 60m2 de área útil, edificada em alvenaria, rebocada e pintada, com laje, coberta por telha brasilite, o piso cerâmico em todos os cômodos e paredes revestidas de azulejo nas dependências da cozinha e banheiros", contendo, ainda, "05 (cinco) cômodos e dois banheiros internos, sendo um banheiro na parte superior e outro na parte inferior do imóvel, mais cozinha, sala e três dormitórios", contendo o seguinte:

"A cozinha está guarnecida com os seguintes mobiliários: 01 fogão de 04 bocas, 01 geladeira, 01 armário de cozinha, 01 mesa com tampo de vidro e duas cadeiras, pia com gabinete; (...) em bom estado de conservação. O dormitório 01 (filha e esposo) possui 01 cama de casal, 01 guarda-roupa, 01 cômoda, 01 televisor a cores 20", 01 micro computador sobre uma mesa para o equipamento; (...) em bom estado de conservação. O dormitório 02 (autora e neta) possui uma cama de solteiro, 01 colchão, 01 guarda-roupa e 01 televisor a cores 14". (...) O dormitório 03 (neto) possui 01 cama de solteiro, 01 guarda-roupa, 01 microcomputador modelo antigo (sem funcionar) em bom estado de conservação. A sala possui 01 rack de madeira (segundo informações ganhou de brinde das Lojas Marabrás ao comprar outros móveis), 01 jogo de sofá (segundo informações ganhou da mãe de seu genro), 01 televisor a cores 20", 01 aparelho DVD, 01 aparelho de som microsystem e 01 mesa com quadro cadeiras. (...) Os banheiros possui (sic) lavatório com gabinete, vaso sanitário e chuveiro com box, em bom estado. A área de serviço possui 01 tanque de cimento, 01 máquina de lavar roupas e 01 tanque automático de lavar roupas".

A partir dessas constatações, a Perita concluiu que "não é possível classificar a autora (...) e seu grupo familiar hipossuficiente economicamente".

No acórdão questionado, o Juiz Federal relator fez constar que o critério da renda per capita familiar de 1/4 pode ser relativizado, devendo o Julgador estar atento ao respeito à dignidade do Ser Humano, como, a propósito, reclama a parte recorrente. Porém, no caso concreto, a instrução processual deu como "incomprovada a situação de miserabilidade da parte autora", conforme apurado a partir do exame, em particular, do laudo socioeconômico juntado aos autos, concluiu o Magistrado.

Vê-se, portanto, que a lide exposta ao exame da Turma Recursal foi dirimida em harmonia com os elementos de prova constantes nos autos.

Não cabe a esta Turma Nacional de Uniformização, reexaminar as provas apresentadas no curso da instrução para o fim de verificar se confirmam ou não a alegação formulada no pedido de uniformização jurisprudencial interposto, no sentido de que a autora, ao contrário do que registra o laudo socioeconômico, é pessoa hipossuficiente e, assim, faz jus ao Benefício Assistencial demandado, aplicando-se, no caso, a Súmula n. 42 deste Colegiado (Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato).

Pedido de Uniformização Jurisprudencial não conhecido (Súmula n. 42/TNU).

Honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa, devidamente atualizado, e custas processuais pela recorrente, com exigibilidade suspensa por 5 (cinco) anos, por ser beneficiária da prestação jurisdicional gratuita.

Brasília/DF, 23 de fevereiro de 2017.

RUI COSTA GONÇALVES

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500125-43.2014.4.05.8309

ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): FRANCISCO BARBOSA SOBRINHO  
PROC./ADV.: D'ARC MILLANNE DE SÁ ANDRADE  
OAB: PE-22893  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA

#### EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. ENQUADRAMENTO POR EQUIPARAÇÃO A CATEGORIA PROFISSIONAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO.

Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS contra acórdão da 1ª Turma Recursal de Pernambuco, que deu parcial provimento a recurso interposto pela mesma parte contra a sentença.

A Turma Recursal de origem reconheceu a especialidade pelo exercício da atividade de operador de máquinas por equiparação à categoria profissional de motorista de ônibus ou caminhões de carga.



Alega o recorrente que o acórdão recorrido contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, indicando o AgRg no REsp 1.019.992 e o AgRg no REsp 790.596, segundo a qual o reconhecimento da especialidade pelo exercício de atividade não prevista nos decretos de regência depende de prova pericial.

O incidente foi admitido pelo Presidente desta Turma de Uniformização, mediante provimento de agravo interposto contra decisão do juízo preliminar de inadmissibilidade.

É o breve relatório.

O incidente é tempestivo, mas não merece conhecimento.

É que, compulsando os paradigmas indicados, bem como os precedentes neles citados, verifica-se que o entendimento do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que o reconhecimento da especialidade pelo exercício de atividade não constante dos decretos de regência depende de comprovação de que a atividade era insalubre, penosa ou perigosa.

E neste sentido mantém-se a jurisprudência naquela Egrégia Corte, conforme o recente julgado no REsp 1.534.801 (Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 05/08/2015), de cuja ementa consta:

A jurisprudência do STJ orienta-se no sentido de que o rol de atividades consideradas prejudiciais à saúde ou à integridade física descritas pelos Decretos 53.831/1964, 83.080/1979 e 2.172/1997 é meramente exemplificativo, e não taxativo, sendo admissível, portanto, que atividades não elencadas no referido rol sejam reconhecidas como especiais, desde que tal situação seja devidamente demonstrada no caso concreto.

Ao contrário do que alegado pelo recorrente, portanto, não se extrai dos julgados que o reconhecimento depende necessariamente de prova pericial, sendo admitida a demonstração também por outros meios de prova.

E, nessa aceção, o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do STJ, uma vez que fundamentou o reconhecimento da especialidade em diversos elementos constantes dos autos, cujo reexame por esta Turma não é possível, nos termos da súmula 42.

No mais, o acórdão recorrido está em consonância também com a uniformização reiterada desta Turma Nacional (o que também levaria ao não conhecimento do incidente, nos termos da questão de ordem 13), segundo a qual:

a equiparação a categoria profissional para o enquadramento de atividade especial, fundada que deve estar no postulado da igualdade, somente se faz possível quando apresentados elementos que autorizem a conclusão de que a insalubridade, a penosidade ou a periculosidade, que se entende presente por presunção na categoria paradigma, se faz também presente na categoria que se pretende a ela igualar (PEDILEF 05202157520094058300, JUIZ FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL, TNU, DOU 22/01/2016 PÁGINAS 83/132)

Pelo exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização interposto pelo INSS.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa da Relatora.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

LUÍSA HICKEL GAMBA

Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0500457-11.2012.4.05.8105

ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: MARIA APARECIDA DE AGUIAR DA SILVA

PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA

OAB: CE-9340

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES

EMENTA

ASSISTÊNCIA SOCIAL. LAUDO MÉDICO-PERICIAL CONCLUSIVO QUANTO À AUSÊNCIA DE QUALQUER INCAPACIDADE LABORATIVA. ALEGADA INCAPACIDADE SOCIAL. INSUBSISTÊNCIA DA ALEGAÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 42/TNU. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO.

Trata-se de PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL interposto pela parte Autora, insurgindo-se contra acórdão oriundo de Turma dos Juizados Especiais Federais, no bojo do qual foi reformada sentença de Primeiro Grau, em que foi julgado procedente o pedido autoral visando à concessão de Benefício Assistencial por Invalidez.

Aduz que a Turma Recursal reformou o julgado de Primeiro Grau sob o fundamento de que "o autor não está totalmente incapacitado para a vida independente", contrariando, segundo alega, "a nova corrente jurisprudencial que caminha em sentido totalmente oposto", levando "em consideração o grau de incapacidade, a idade e o grau de instrução, pois incapacitado não é mais aquele que apenas não consegue se vestir, tomar banho, mas aquele que não tem mais capacidade de conseguir o próprio sustento", conforme os termos da Súmula n. 29/TNU (Para os efeitos do art. 20, § 2º, da Lei n. 8.743, de 1993, incapacidade para a vida independente não é só aquela que impede as atividades mais elementares da pessoa, mas também a impossibilita de prover ao próprio sustento).

Paradigmas apresentados: REsp n. 360.2-AL, rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma/STJ, j. 04.07.2002, que garante a obtenção de Benefício Assistencial para portador de moléstia infectocontagiosa incurável, sob o argumento de mesmo o laudo médico-pericial ateste sua capacidade laborativa para vida independente não serve como obstáculo para a concessão, "pois, se esta fosse a conceituação de vida independente, o benefício de prestação continuada só seria devida aos portadores de deficiência mental, que suprimisse a capacidade de locomoção do indivíduo - o que não parece ser o intuito do legislador"; e o Agravo de Instrumento n. 0010194-55.2004.4.01.000/MG, rel. Des. Fed. Francisco de Assis Betti, TRF - 1ª Região, DJF1 22.04.2010, segundo o qual "a incapacidade para a vida independente deve ser entendida não como falta de condições para as atividades mínimas do dia a dia, mas como a ausência de meios de subsistência, visto sob um aspecto econômico, refletindo na possibilidade de acesso a uma fonte de renda".

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.250/2001, "caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questão de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei", sendo que "o pedido fundado em divergência de turmas de diferentes Regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgada por Turma de Uniformização, integrada por Juizes de Turma Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal" (§ 2º).

A Resolução CJF n. 345/2015 (RITNU), por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "competê à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material: I- fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões; II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".

De plano, afasto precedente identificado como Agravo de Instrumento n. 0010194-55.2004.4.01.000/MG, por ser oriundo de Tribunal Regional Federal, não se prestando para fim de exame de Incidente de Uniformização.

Em primeiro grau, o pedido autora foi declarado totalmente procedente, entendendo o Julgador (sentença oral) que o Médico perito se equivocou, na medida em que, no curso da audiência, a demandante apresentou todos os sintomas de que se trata de pessoal, realmente, incapaz para prover o próprio sustento, bem assim que se encontra amplamente demonstrada nos autos a situação de miserabilidade.

No Laudo Médico-Pericial, datado de 19.07.2012, consta que a demandante, então com 33 anos de idade, com primeiro grau incompleto, havia trabalhado como agricultora, sendo portadora de transtorno misto de ansiedade e depressão, tendo como "característica essencial (...) um humor disfórmico persistente", que "é acompanhado por sintomas adicionais que também devem persistir por pelo menos um mês e incluir pelo menos quatro dos seguintes: dificuldades de concentração ou memória, perturbação do sono, fadiga ou baixa energia, irritabilidade, preocupação, choro fácil, hipervigilância, previsão do pior, falta de esperanças ou pessimismo acerca do futuro e baixa autoestima ou sentimentos de inutilidade", realçando que, no momento da perícia, esses sintomas não se fizeram presentes, levando às seguintes conclusões:

"No momento atual a pericianda encontra-se com seu quadro clínico controlado e sem sintomas da doença. Isto está comprovado pela avaliação psicopatológico que realizamos na pericianda. Além disso, todas as informações foram dadas pela própria demonstrando assim que a mesma já se encontra recuperada do transtorno. Os sintomas que a pericianda apresenta não causam sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social ou ocupacional ou em outras áreas importantes da vida da mesma".

Enfim, a conclusão é de que a parte autora não apresenta qualquer incapacidade.

No acórdão impugnado, em que foi reformada a sentença proferida em Primeiro Grau, por ausência de incapacidade pela parte autora, houve a lembrança da Súmula n. 29/TNU, com o Juiz Relator destacando, porém, que "no caso dos autos, por meio do laudo pericial constante do anexo 17, não restou comprovada a existência de impedimento superior a dois anos, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com diversas barreiras, possa obstruir a participação plena e efetiva da pessoa na sociedade, em igualdade de condições com as demais", motivo pelo qual a demandante não faz jus ao benefício pretendido.

Vê-se, portanto, que a lide exposta ao exame da Turma Recursal foi dirimida em harmonia consolidado no âmbito deste Colegiado acerca da matéria discutida nos autos.

Não cabe a esta Turma Nacional de Uniformização, reexaminar as provas apresentadas no curso da instrução para o fim de verificar se confirmam ou não a alegação formulada no pedido de uniformização jurisprudencial interposto, no sentido de que a autora, mesmo sendo jovem e não apresentando qualquer incapacidade laborativa, ainda assim é alegadamente detentora de incapacidade social, aplicando-se, no caso, a Súmula n. 42 deste Colegiado (Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato).

Pedido de Uniformização Jurisprudencial não conhecido (Súmula n. 42/TNU).

Sem honorários advocatícios e custas processuais.

Brasília/DF, 23 de fevereiro de 2017.

RUI COSTA GONÇALVES

Juíz Federal Relator

PROCESSO: 0500837-08.2015.4.05.8306

ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

buco

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): EDINALVA DA SILVA LACERDA

PROC./ADV.: HELENITA LEONI SOARES

OAB: PE-424-B

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA

BA

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. CONTRARIEDADE À JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NO STJ. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO.

Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS contra acórdão da 1ª Turma Recursal de Pernambuco, que deu provimento a recurso interposto pela parte autora contra sentença que havia pronunciado a prescrição do pedido de desconstituição do indeferimento do benefício de pensão por morte.

A Turma Recursal de origem entendeu inaplicável o art. 1º do Decreto 20.910/32, consignando não se operar a prescrição do fundo de direito, mas apenas das parcelas anteriores a 05 anos da propositura da ação, razão por que anulou a sentença e determinou o prosseguimento regular do feito.

Alega o recorrente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual haveria prescrição do fundo de direito quando a ação fosse proposta mais de 02 anos após o indeferimento administrativo do pedido de concessão do benefício. Citou, para tanto, os seguintes julgados: AgRg no AREsp 329.831, REsp 187.344, REsp 336.282, AgRg no REsp 439.616 e AgRg no REsp 1.257.083.

O incidente foi admitido pelo Presidente desta Turma de Uniformização, mediante provimento de agravo interposto contra decisão do juízo preliminar de inadmissibilidade.

É o breve relatório.

O incidente é tempestivo, mas não merece conhecimento.

Com efeito, não restou demonstrado que o acórdão recorrido foi proferido em contrariedade à jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, o que, nos termos do art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/01, é requisito para o cabimento do incidente de uniformização.

O AgRg no AREsp 329.831, que mais parece apto a comprovar eventual divergência, trata de ação contra a suspensão do pagamento de benefício já concedido, enquanto nos presentes autos cuida-se de ação contra o indeferimento do benefício.

E, mesmo que se considerasse a existência de similitude fático-jurídica com base nesse julgado, proferido pela 2ª Turma do STJ, não houve comprovação de que ele reflète a jurisprudência dominante naquela Egrégia Corte.

Nesse sentido, cabe destacar que o julgamento do REsp 187.344 é demasiadamente antigo (1999), sendo realizado por Turma (6ª) que sequer julga matéria previdenciária atualmente.

Os demais julgados mencionados (REsp 336.282, AgRg no REsp 439.616 e AgRg no REsp 1.257.083), por sua vez, não se referem ao RGPS, não servindo como paradigmas, considerando especialmente que esse regime é constituído de diversas normas próprias.

Além disso, o acórdão recorrido está em conformidade com a uniformização desta Turma Nacional de Uniformização, segundo a qual "sendo os benefícios previdenciários de prestação continuada e natureza alimentícia não se aplica a prescrição de fundo de direito" (PEDILEF 05218409420114058100, JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO, TNU, DOU 31/07/2015 PÁGINAS 140/180), o que também ensejaria o não conhecimento pela questão de ordem 13.

Pelo exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização interposto pelo INSS.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa da Relatora.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

LUÍSA HICKEL GAMBA

Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0500868-56.2014.4.05.8308

ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

CO

REQUERENTE: EDILENE GOMES DOS REIS

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES

## EMENTA

Trata-se de PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL interposto pela parte Autora, insurgindo-se contra acórdão oriundo de Turma dos Juizados Especiais Federais, no bojo do qual foi reformada a sentença de Primeiro Grau, em que foi julgado procedente o pedido aural visando ao restabelecimento de Auxílio-Doença.

Alega que é portadora de moléstia infectocontagiosa incurável, que dá ensejo ao reconhecimento de sua incapacidade laborativa, vez que "essa enfermidade, diferentemente de outras moléstias, possui como efeito a diminuição da resistência imunológica das estruturas corpóreas, possibilitando o surgimento, a qualquer momento, de doenças oportunistas, independentemente do tratamento que venha ser realizado", possuindo, ainda, "o condão de desestabilizar todo o sistema psíquico do indivíduo a quem contamina", em decorrência de sua natureza estigmatizante.

Aduz que esses aspectos foram considerados, a despeito do enunciado da Súmula n. 78/TNU, que determina ao Julgador "verificar as condições pessoais, sociais, econômicas e culturas, de forma a analisar a incapacidade em sentido amplo, em face da elevada estigmatização da doença", aplicado por este Colegiado Nacional, em caso similar, no PEDILEF n. 2007.83.00.505258-6, rel. Juíza Federal Maria Divina Vitória, DJU 02.02.2009.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.250/2001, "caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questão de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei", sendo que "o pedido fundado em divergência de turmas de diferentes Regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgada por Turma de Uniformização, integrada por Juízes de Turma Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal" (§ 2º).

A Resolução CJF n. 345/2015 (RITNU), por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "competem à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material: I- fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões; II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".

Em primeiro grau, o pedido autora foi declarado totalmente procedente, contrariando a conclusão do Laudo Médico-Pericial, no sentido de que, mesmo sendo a parte autora portadora da moléstia infectocontagiosa, não foi identificada nenhuma incapacidade, posicionamento esse - adotado na sentença - justificado pela predisposição às doenças oportunistas, considerada "um fator que coloca esses doentes num patamar distinto para efeitos de constatação da incapacidade laborativa", vez que seus portadores correm "riscos diários de adquirir uma eventual doença facilmente tratável pelos não portadores e, por causa dela, ir a óbito", motivo pelo qual não podem "se submeter às regras corriqueiras que se prestam a comprovar incapacidade laborativa daqueles que pleiteiam benefícios previdenciários".

No acórdão impugnado, foi reformada a sentença proferida em Primeiro Grau, dada a ausência de incapacidade pela parte autora. No voto/ementa do Juiz Relator, o fundamento adotado é no sentido de que, a despeito de comprovada a infecção noticiada na petição inicial, "verifica-se do laudo pericial que ela não possui sinais exteriores da doença e que seu estado geral é bom", tendo o Perito registrado que "a pericianda é apta para atividades laborativas, usa ansiolíticos, antidepressivos e antirretrovirais sem efeitos colaterais importantes, apresenta bom estado físico geral, não demonstra ao exame pericial descompensação da ansiedade ou depressão, conforme diagnóstico de seu psiquiatra assistente", acrescentando o Relator que, somando-se, "a Demandante é pessoa em idade produtiva (atualmente com 42 anos de idade), com excelente grau de escolaridade (2º grau) e que trabalhava como diarista, atividade laborativa cujas funções são possíveis ao portador do vírus", a indicar, portanto, que "as condições pessoais da parte autora são plenamente favoráveis a sua reinserção no mercado de trabalho".

Vê-se, assim, que a lide exposta ao exame da Turma Recursal foi dirimida em harmonia com os elementos de prova constantes nos autos, tendo o Colegiado examinado, inclusive, as condições pessoais da recorrida, logrando entender que não se encontra caracterizada a incapacidade que alega possuir.

Não cabe a esta Turma Nacional de Uniformização, reexaminar as provas apresentadas no curso da instrução para o fim de verificar se confirmam ou não a alegação formulada no pedido de uniformização jurisprudencial interposto, no sentido de que a autora, mesmo não apresentando qualquer incapacidade laborativa, ainda assim se encontra inválida para exercer qualquer atividade que lhe assegure o sustento, aplicando-se, no caso, a Súmula n. 42 deste Colegiado (Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato).

Pedido de Uniformização Jurisprudencial não conhecido (Súmula n. 42/TNU).

Sem honorários advocatícios e custas processuais.

Brasília/DF, 23 de fevereiro de 2017.

RUI COSTA GONÇALVES  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501966-51.2015.4.05.8305  
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

buco

REQUERENTE: JOSÉ CARLOS DA SILVA BELEM  
PROC./ADV.: RANULPHO MIGUEL DE OLIVEIRA LIMA NETO

OAB: PE018547

REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS

OAB: -

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA

## EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. COISA JULGADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. MATÉRIA PROCESSUAL. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE.

Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo autor contra acórdão da 2ª Turma Recursal de Pernambuco, que negou provimento a recurso interposto pela mesma parte contra sentença que julgou improcedente pedido de reconhecimento de especialidade de período trabalhado como eletricista, sujeito ao agente eletricidade, por ocorrência de coisa julgada.

Alega o recorrente que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pela própria TNU, no julgamento do processo PEDILEF 0031861-11.2011.4.03.6301, no qual foi afastada a coisa julgada em processo com pedido de concessão de benefício por incapacidade, sob o fundamento de que a anexação de prova inédita, juntamente com novo requerimento administrativo, formam uma nova causa de pedir.

O incidente foi admitido pelo Presidente desta Turma de Uniformização, mediante provimento de agravo interposto contra decisão do juízo preliminar de inadmissibilidade.

É o breve relatório.

O incidente é tempestivo, mas não merece conhecimento.

Inicialmente, cabe assinalar que não há a necessária similitude fática entre o acórdão paradigma e o acórdão recorrido.

No caso dos autos, o autor requereu o reconhecimento da especialidade do período de 28/04/1995 a 31/12/2012, em que laborou na empresa Companhia Energética de Pernambuco - CEPEL, estando exposto ao agente eletricidade, em nível superior a 250 volts, segundo consta no PPP apresentado.

O pedido foi julgado improcedente no Juizado de Origem pela matéria já ter sido discutida em processo anterior, em que a pretensão do autor foi negada por constar no PPP do autor que este fazia uso de EPI eficaz, sendo o referido período averbado como tempo de atividade comum.

A sentença foi mantida nesse ponto no julgamento do recurso inominado pela Turma Recursal de Pernambuco.

Quanto ao acórdão paradigma apontado, trata-se de pedido de uniformização de jurisprudência, julgado por esta mesma Turma, em que restou decidido que a coisa julgada poderia ser relativizada, visto que a autora apresentou nova prova e realizou novo requerimento administrativo, formulando, portanto, nova causa de pedir. Além disso, foram analisadas, nesse caso, as condições sociais da requerente, pessoa inválida, com pouca instrução, com registro na CTPS como empregada doméstica que não constava no CNIS, que não foi amparada por advogado quando da propositura da primeira ação e que, por isto, não chegou sequer a recorrer da decisão proferida em Primeira Instância.

Deste modo, é evidente que o paradigma se refere à situação excepcionalíssima, em que a autora, se não afastada a coisa julgada, restaria perpetuamente privada do amparo da previdência social, permitindo-se a abertura de uma exceção a este instituto que visa trazer às partes segurança jurídica.

No presente caso, o requerente, em que pese ter juntado nova prova, laudo produzido pela empresa, posteriormente ao trânsito em julgado do processo anterior, em que consta que o EPI por ele utilizado, durante todo o período em que possuiu vínculo empregatício com a CEPEL, era ineficaz e ter requerido novo pedido administrativamente, carece dos requisitos subjetivos que fariam de seu caso uma exceção, como aquele que outrora fez esta Turma afastar a existência da coisa julgada. Isso porque o recorrente, no processo anterior, foi instruído por advogado, chegando, inclusive, a interpor recurso inominado a Turma Recursal. O que ocorreu no presente caso foi a apresentação de prova com informação oposta à oferecida no primeiro julgamento.

Portando, demonstrada a ausência de similitude entre os acórdãos, impossibilitado está o conhecimento do Incidente.

Além disso, a matéria pertinente à coisa julgada e processual, sendo certo que o incidente de uniformização só é admitido para a uniformização de interpretação de direito material.

Pelo exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização interposto pelo autor.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa da Relatora.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

LUÍSA HICKEL GAMBA  
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0503108-09.2014.4.05.8311  
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

CO

REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): MARIA DO SOCORRO SILVA  
PROC./ADV.: SAYLES RODRIGO SCHUTZ..  
OAB: PE-1313  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA

## EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO. ART. 29, II, DA LEI N. 8.213/91. PRESCRIÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.

Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS contra acórdão da 2ª Turma Recursal de Pernambuco, que negou provimento a recurso interposto pela mesma parte contra sentença que julgou procedente o pedido de revisão do benefício com base no art. 29, II, da Lei n. 8.213/91.

Alega o recorrente que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pela Turma Recursal de Goiás, no julgamento do processo 0003061-54.2012.4.01.3500, no qual foi assentado que, em razão do acordo homologado na ACP 0002320-59.2012.4.03.6183, inexistiu interesse de agir para ações individuais.

Também alega que o acórdão recorrido contraria jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual (1) a citação na ação coletiva deveria ser considerada como marco interruptivo da ação individual, citando o AgRg no REsp 1.143.254; (2) a contagem da prescrição, após a interrupção, ocorreria pela metade do prazo, citando o AgRg no REsp 1.143.254, AgRg no REsp 1.150.455 e REsp 1.270.439; e (3) a Lei n. 11.960/09 deve ser aplicada integralmente quanto às parcelas vencidas, citando o REsp 1.205.946.

O incidente foi admitido pelo Presidente desta Turma de Uniformização, mediante provimento de agravo interposto contra decisão do juízo preliminar de inadmissibilidade.

É o breve relatório.

O incidente é tempestivo, mas não merece conhecimento.

Com efeito, a respeito da matéria, esta Turma tem reiteradamente julgado no mesmo sentido do acórdão recorrido, nos termos da tese firmada no Tema 134 (cujo leading case foi o PEDILEF 5004459-91.2013.4.04.7101/RS):

A revisão do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente da conversão do auxílio-doença, nos termos do art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, sujeita-se ao prazo decadencial previsto no art. 103 da mesma Lei, cujo marco inicial é a data da concessão do benefício originário. O prazo decadencial para revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91 se inicia a contar de 15/04/2010, em razão do reconhecimento administrativo do direito, perpetrada pelo Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBENS/PFEINSS. Em razão do Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBENS/PFEINSS, de 15-4-2010, que reconhece o direito do segurado à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, os prazos prescricionais em curso voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação.

Dessa forma, impõe-se a aplicação da questão de ordem 13 (Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido).

Quanto à aplicação da Lei n. 11.960/09, tem-se que não há divergência entre legislação federal. Na verdade, a Turma Recursal de origem julgou inconstitucional (em parte) a lei federal, o que não deve ser impugnado por incidente de uniformização.

De todo modo, também seria caso de aplicação da questão de ordem 13, uma vez que o acórdão recorrido está no mesmo sentido da jurisprudência desta Turma (PEDILEF 50230597620124047108, JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, TNU, DOU 05/02/2016 PÁGINAS 221/329).

Pelo exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização interposto pelo INSS.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa da Relatora.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

LUÍSA HICKEL GAMBA  
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0503834-44.2013.4.05.8302  
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

CO

REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): JHENNYFFER NIKOLLY GOMES DA SILVA

SILVA

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

## EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU OMISSÃO. RAZÕES RECURSAIS TOTALMENTE DIVORCIADAS DOS ARGUMENTOS ESPOSADOS PELO ACÓRDÃO EMBARGADO. NÃO PROVIMENTO.

1. Cuida-se de Embargos de Declaração opostos pelo INSS em face de Acórdão desta Turma Nacional de Uniformização que nos autos do Processo em epígrafe negou conhecimento ao Pedido de Uniformização por ele interposto.



2. Na ocasião, o Colegiado entendeu que "dado o disposto no art. 14 da Lei 10.259/01, a hipótese presente não comporta situação hábil ao manejo do pedido de uniformização de jurisprudência".

3. Defende o embargante, em seu recurso, que "o Relator ao julgar o mérito, entendeu aplicar o PEDILEF 5000221272012047016, ao fundamento de que a r. decisão encontra-se alinhada ao entendimento da jurisprudência do STJ". A partir daí, aduz que a decisão padeceria de erro material e contradição.

4. Pois bem. A teor do art. 1022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: (a) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; (b) suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual o juiz devia se pronunciar de ofício ou a requerimento; e (c) corrigir erro material.

5. In casu, as razões recursais não apresentam qualquer fato ou fundamento jurídico que configure uma das hipóteses de admissibilidade acima declinadas.

6. Com efeito, ao contrário do que aduz o recorrente, a decisão não contém nenhum erro material ou contradição, especialmente porque o Acórdão sequer utiliza o fundamento de que seria aplicável o PEDILEF 5000221272012047016 ou que o julgado recorrido encontrava-se alinhado ao entendimento da jurisprudência do STJ.

7. Como se vê, os embargos se utilizam de argumentos totalmente divorciados daqueles esposados pelo Acórdão embargado, o qual, como assinalado alhures, negou conhecimento ao incidente por entender que, "dado o disposto no art. 14 da Lei 10.259/01, a hipótese presente não comporta situação hábil ao manejo do pedido de uniformização de jurisprudência".

8. Isto posto, NEGO PROVIMENTO aos Embargos de Declaração.

9. É como voto.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.  
Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA  
Juíza Federal Relatora  
**ACÓRDÃO**

A Turma Nacional de Uniformização decidiu, por unanimidade, acompanhar o entendimento sufragado pela Juíza Federal Relatora.

Brasília, data supra.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA

Juíza Relatora

PROCESSO: 0504743-42.2015.4.05.8100

ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: JOSÉLICE GOMES FIGUEIREDO

PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO

OAB: CE-7576

REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

**EMENTA**

PETIÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU OMISSÃO. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO JULGADO. NÃO PROVIMENTO.

1. Cuida-se de Petição oposta pelo Autor com vistas a impugnar Acórdão desta Turma Nacional de Uniformização que nos autos do Processo em epígrafe negou conhecimento ao Pedido de Uniformização por ele interposto.

2. Pois bem. Consoante a inteligência do art. 464 do CPC/2015, publicado o ato jurisdicional, o Órgão julgador só pode alterá-lo para corrigir-lhe, de ofício ou a requerimento da parte, inexistências materiais ou erros de cálculo, ou por meio de embargos de declaração.

3. A teor do art. 1022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: (a) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; (b) suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual o juiz devia se pronunciar de ofício ou a requerimento; e (c) corrigir erro material.

4. In casu, as razões recursais não apresentam qualquer fato ou fundamento jurídico que configure uma das hipóteses de admissibilidade acima declinadas.

5. Em verdade, vale-se o autor-embargante desta via não para corrigir eventual inexistência/obscuridade/omissão/contradição, mas para provocar uma rediscussão de matéria com vistas à mudança do entendimento sufragado no Acórdão recorrido.

6. Ocorre que, consoante firme entendimento jurisprudencial, aos Embargos de Declaração não é cabível o empréstimo de efeitos infringentes para rediscutir questão válida e devidamente analisada pela decisão atacada. Neste sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - PROCEDÊNCIA - APELAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE EFEITO APENAS DEVOLUTIVO - ART. 520, IV, DO CPC - RECURSO INTERPOSTO CONTRA SENTENÇA QUE DECIDIU PROCESSO CAUTELAR - OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - FATO NOVO - REJULGAMENTO DA LIDE - INVIABILIDADE - CUMPRIMENTO DO OFÍCIO JURISDICIONAL - EMBARGOS REJEITADOS.

1 - Não há que se falar em omissão quanto a questão não suscitada, embora já ocorrida, antes do julgamento apontado como omissio. E nem de obscuridade ou contradição quando o recurso é julgado de acordo com o constante em seus autos.

2 - Inexistente qualquer hipótese legal de cabimento recursal (art. 535 do CPC), configura-se inviável a pretensão ao rejulgamento da lide, porquanto, nos termos do art. 463 do CPC, extensivo aos Tribunais pátrios, uma vez publicado o acórdão, o Colegiado cumpre a prestação jurisdicional, alterável tão-somente diante da ocorrência

de erros materiais ou de obscuridade, contradição e omissão, hipóteses justificadoras da oposição de embargos de declaração. Ademais, não cabe a apreciação de fato novo em sede de embargos de declaração (cf. EDcl no RMS nº 11.542/MA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 12.2.2001).

3 - Acertadamente solucionada a lide quando do provimento do recurso especial e ausente qualquer vício no aresto a justificar a interposição dos aclaratórios, caracterizam-se como inadmissíveis, perfazendo-se inviável atribuir-lhes efeitos infringentes com relação ao decum embargado, ora mantido por seus próprios fundamentos.

4 - Embargos de declaração rejeitados.

(STJ, EDRESP 668.686-SP, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ 20.03.2006):

7. Isto posto, NEGO PROVIMENTO aos Embargos de Declaração.

8. É como voto.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA  
Juíza Federal Relatora  
**ACÓRDÃO**

A Turma Nacional de Uniformização decidiu, por unanimidade, acompanhar o entendimento sufragado pela Juíza Federal Relatora.

Brasília, data supra.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA

Juíza Relatora

PROCESSO: 0508525-82.2014.4.05.8103

ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: MARIA VILANI CAVALCANTE

PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO

OAB: CE-7128

PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS M. PINHEIRO

OAB: CE-7068

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUISA HICKEL GAM-

BA

**EMENTA**

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ACRÉSCIMO DE 25%. DATA DE INÍCIO DO ACRÉSCIMO. FUNDAMENTO SUFICIENTE NÃO IMPUGNADO. QUESTÃO DE ORDEM 18, NÃO CONHECIMENTO.

Trata-se de pedido de uniformização interposto pela autora contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará, que deu parcial provimento a recurso interposto pela mesma parte contra a sentença.

A Turma Recursal de origem fixou em 15/05/2014 a data de início do acréscimo de 25%, previsto no art. 45 da Lei n. 8.213/91, no benefício de aposentadoria por invalidez, afastando a pretensão da autora de que fosse fixada na DER/DIB (15/12/2008).

Alega a recorrente que o acórdão recorrido diverge de uniformização desta Turma Nacional, segundo a qual a data de início do acréscimo deveria ser fixada na DER/DIB. Alega também nulidade da decisão decorrente de ausência de fundamentação, uma vez que seria necessário reexame mais minucioso das provas.

O incidente foi admitido pelo Presidente desta Turma de Uniformização, mediante provimento de agravo interposto contra decisão do juízo preliminar de inadmissibilidade.

É o breve relatório.

O incidente é tempestivo, mas não merece conhecimento.

Com efeito, a Turma Recursal de origem rejeitou o pedido de fixação da data de início do acréscimo na DER/DIB, expressamente, em razão do reconhecimento da coisa julgada, uma vez que o benefício de aposentadoria por invalidez teria sido concedido judicialmente.

E, sobre esse ponto, nada referiu o recorrente no incidente de uniformização.

Assim, é caso de afastar a genérica alegação de nulidade, uma vez que o acórdão recorrido está devidamente fundamentado, e deixar de conhecer do incidente, nos termos da questão de ordem 18 (É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles).

Pelo exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização interposto pela autora.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa da Relatora.  
Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

LUÍSA HICKEL GAMBA

Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0509639-47.2014.4.05.8300

ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBU-

CO

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): JORGE VICENTE SANTANA

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INCIDENTE DO AUTOR NÃO APRECIADO. PROVIMENTO DOS EMBARGOS PARA, ATO CONTÍNUO, CONHECER DO INCIDENTE PENDENTE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. NÃO CONHECIMENTO.

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo autor ao acórdão que não conheceu do incidente de uniformização interposto pelo INSS.

O embargante alega que há omissão no acórdão, uma vez que também interpôs incidente de uniformização, que não foi apreciado.

É o breve relatório.

Os embargos de declaração merecem provimento, uma vez que pende de apreciação o incidente de uniformização interposto pelo embargante, cuja análise é feita em seguida.

O recorrente alega que o acórdão recorrido, no ponto em que não reconheceu a especialidade pelo exercício da atividade de vigilante após o Decreto n. 2.172/97, contrariou jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, citando o AgRg no RESp 1.184.322 e o RESp 1.306.113.

O incidente é tempestivo, mas não merece conhecimento.

Com efeito, os paradigmas indicados referem-se ao agente eletricidade, enquanto o caso concreto cuida da atividade de vigilante. Dessa forma, inexistente similitude fático-jurídica apta a ensejar o conhecimento do incidente.

Pelo exposto, DOU PROVIMENTO aos embargos de declaração opostos pelo autor, para, ato contínuo, NÃO CONHECER do incidente por ele interposto.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais DAR PROVIMENTO aos embargos de declaração e, ato contínuo, NÃO CONHECER incidente de uniformização interposto pelo autor, nos termos do voto-ementa da Relatora.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

LUÍSA HICKEL GAMBA

Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0510854-83.2013.4.05.8400

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: RODRIGO SANTOS DE MEDEIROS

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES

**EMENTA**

ASSISTÊNCIA SOCIAL. BENEFÍCIO ASISTENCIAL POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE TEMPORÁRIA. AUSÊNCIA DE INVALIDEZ DURADOURA. SUPOSTA INVALIDEZ SOCIAL. ANÁLISE REALIZADA NO ACÓRDÃO RECORRIDO, AINDA QUE DE FORMA RESUMIDA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE EM SEDE DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. SÚMULA N. 42/TNU. RECURSO NÃO CONHECIDO.

Trata-se de PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL interposto pela parte Autora, insurgindo-se contra acórdão oriundo de Turma dos Juizados Especiais Federais, no bojo do qual foi mantida sentença de Primeiro Grau, em que foi julgado improcedente o pedido autoral visando à concessão de Benefício Assistencial por Invalidez.

Alega que "existe extenso lastro probatório testemunhal, documental e inclusive proveniente de outros pronunciamentos judiciais anteriores a afirmar que os impedimentos do autor decorrentes de sua patologia tinham incidência desde época anterior à constatação na perícia, à luz dos aspectos sociais e culturais peculiares em seu histórico", deixando o Colegiado de se manifestar acerca dos aspectos sociais e culturais do recorrente, que o incapacitam para o exercício de qualquer atividade laborativa que lhe garanta o sustento.

Aduz que esse comportamento da Turma Recursal "no que tange à valoração das provas produzidas e suscitadas pelo autor encontra-se em discrepância com as linhas de entendimento já consolidadas pelo Superior Tribunal de Justiça e pela Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais sobre as regras acerca da valoração probatória incidente sobre casos como o presente, como se infere do AgRg no AResp 81.329/PR, julgado pelo STJ, e do PEDILEF 05038635120094058103, julgados pela TNU".

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.250/2001, "caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questão de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei", sendo que "o pedido fundado em divergência de turmas de diferentes Regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgada por Turma de Uniformização, integrada por Juízes de Turma Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal" (§ 2º).

A Resolução CJF n. 345/2015 (RITNU), por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "competê à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material: I- fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões; II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurispru-

dência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".

Na sentença de Primeiro Grau, o pedido foi julgado improcedente, considerando que a parte autora não preenchia o requisito da incapacidade, dado que "o laudo pericial juntado concluiu que o demandante é portador de transtorno psicótico, patologia que tornou o autor incapaz para o trabalho acerca de 6 (seis) meses, quando teve exacerbação de seu quadro psicopatológico", gerando, segundo o Perito Judicial, incapacidade temporária, com previsão de persistência durante 1 (um) ano, período dentro do qual deveria se submeter a tratamento médico, conclusão essa não afastada por qualquer elemento de convicção constante nos autos, motivo pelo qual "o postulante (...) não é uma pessoa deficiente, mas alguém que, em decorrência de uma patologia, está temporariamente incapaz de garantir sua subsistência por meio do trabalho".

O laudo médico, elaborado por Perito especializado na área da psiquiatria, tem data de 07.08.2013, quando o demandante possuía somente 20 anos de idade, atestou que o mesmo é portador de Transtorno Psicótico (CI 10 - 21), cujos sintomas surgiram ainda na adolescência, com manifestações mais evidentes nos últimos 6 (seis) meses, encontrando-se, em decorrência, temporariamente incapacitado, situação que deveria subsistir por cerca de 1 (um) ano.

No acórdão questionado, a Turma Recursal seguiu a mesma linha adotada na sentença de Primeiro Grau, ou seja, não se encontra comprovada nos autos a existência de incapacidade bastante a justificar a concessão do Benefício Assistencial postulado, tendo o Juiz Relator consignado em seu voto/ementa que "após acurada análise do laudo pericial em cotejo com os demais elementos probantes encontrados nos autos (atestados e outros exames médicos e/ou hospitalares, além de outros), inclusive em relação à idade, ao grau de escolaridade, ao meio social em que vive, o nível econômico e a atividade desenvolvida, não remanesce qualquer reparo a se empreender na sentença hostilizada, dada a inexistência de qualquer deficiência considerada impedimento de longo prazo capaz de ensejar o reconhecimento do benefício assistencial ao deficiente".

Vê-se, portanto, que a lide exposta ao exame da Turma Recursal foi dirimida em harmonia com os elementos de prova constantes nos autos, com análise, ainda que de forma resumida, dos aspectos sociais, objeto de reclamação da parte recorrente.

Não cabe a esta Turma Nacional de Uniformização, reexaminar as provas apresentadas no curso da instrução para o fim de verificar se confirmam ou não a alegação formulada no pedido de uniformização jurisprudencial interposto, no sentido de que a autora, ao contrário do que registra o laudo pericial, é pessoa incapacitada para o exercício de atividade laborativa e, assim, faz jus ao Benefício Assistencial demandado, aplicando-se, no caso, a Súmula n. 42 deste Colegiado (Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato).

Pedido de Uniformização Jurisprudencial não conhecido (Súmula n. 42/TNU).

Honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa, devidamente atualizado, e custas processuais pela parte recorrente, com exigibilidade suspensa por 5 (cinco) anos, por ser beneficiária da prestação jurisdicional gratuita. Brasília/DF, 23 de fevereiro de 2017.

RUI COSTA GONÇALVES

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0514043-44.2014.4.05.8300

ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): JOSÉ AMÂNCIO DO NASCIMENTO  
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA..  
OAB: PE-573-A

#### EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO DE FATO. PROVIMENTO PARA AFASTAR O ÓBICE E, ATO CONTÍNUO, PROCEDER À ANÁLISE DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO EMBARGANTE. TEMPO ESPECIAL. VIGILANTE. UNIFORMIZAÇÃO ANTECEDENTE EM SEDE DE REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. PROVIMENTO.

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo autor ao acórdão que não conheceu dos incidentes de uniformização interpostos por ele e pelo INSS.

O embargante alega que há omissão e contradição no acórdão, uma vez que teria se baseado em premissa equivocada para não conhecer do incidente por ele interposto.

É o breve relatório.

Os embargos de declaração merecem provimento.

Com efeito, o não conhecimento do incidente ocorreu porque a Turma Recursal de origem não teria julgado o recurso interposto pelo embargante contra a sentença, tendo esta Turma Nacional inclusive expressado que deveria o ora embargante ter apresentado embargos naquela oportunidade.

E, compulsando os autos, verifica-se que o embargante procedeu dessa forma e que a Turma Recursal de origem saneou a omissão, julgando o recurso então pendente.

Há, portanto, evidente e relevante erro de fato, devendo ser dado provimento aos embargos de declaração para continuar na apreciação do incidente de uniformização interposto pelo autor, o que se faz em seguida.

Superado o óbice então levantado, cabe reiterar os fundamentos constantes do acórdão embargado, complementando apenas que esta Turma julgou representativo de controvérsia sobre a matéria (Tema 128, cujo leading case foi o PEDILEF 0502013-34.2015.4.05.8302/PE), fixando a seguinte tese:

É possível o reconhecimento de tempo especial prestado com exposição ao agente nocivo periculosidade, na atividade de vigilante, em data posterior à vigência do Decreto n. 2.172/92, de 05/03/1997, desde que laudo técnico (ou elemento material equivalente) comprove a permanente exposição à atividade nociva, com o uso de arma de fogo.

O acórdão recorrido não observa a uniformização desta Turma Nacional, impondo-se o provimento do incidente e a remessa dos autos à Turma Recursal de origem, para a devida adequação.

Pelo exposto, DOU PROVIMENTO aos embargos de declaração e, ato contínuo, CONHEÇO E DOU PROVIMENTO ao incidente de uniformização nacional, ambos interpostos pelo autor.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais DAR PROVIMENTO aos embargos de declaração e, ato contínuo, CONHECER E DAR PROVIMENTO ao incidente de uniformização interposto pelo autor, nos termos do voto-ementa da Relatora.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

LUÍSA HICKEL GAMBA

Juiza Federal Relatora

PROCESSO: 0523626-63.2008.4.05.8300

ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): URAQUITAN JOSE BEZERRA LEITE  
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS  
OAB: PE-20418

#### EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DESPROVIMENTO DO RECURSO CONTRA A SENTENÇA REVERTIDO PELO PROVIMENTO DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO, AMBOS INTERPOSTOS PELA MESMA PARTE. OMISSÃO NA SUPRESSÃO DA CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS IMPOSTA NO JULGADO DA TURMA RECURSAL DE ORIGEM. DESCABIMENTO DA CONDENAÇÃO DO RECORRIDO EM HONORÁRIOS. PROVIMENTO PARCIAL DOS EMBARGOS.

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo INSS contra acórdão desta Turma Nacional de Uniformização, que deu provimento a pedido de uniformização interposto pela mesma autarquia, para declarar a prescrição do fundo de direito à revisão de benefício de aposentadoria por invalidez, mediante aplicação do enunciado da Súmula 260 do extinto TFR no auxílio doença que lhe deu origem, ambos com DIB anteriores à Constituição Federal de 1988, e, com isso, julgar improcedente a ação.

O embargante alega que o acórdão embargado é omissa na fixação dos honorários advocatícios, nos termos da Questão de Ordem 2 desta TNU.

É o breve relatório.

Os embargos merecem parcial provimento.

Com efeito, no presente feito, houve sentença de procedência do pedido de revisão do benefício de aposentadoria por invalidez percebido pelo autor, mediante aplicação do enunciado da Súmula 260 do extinto TFR no auxílio doença que lhe deu origem, contra a qual recorreu o INSS, alegando decadência, prescrição e enfrentando o mérito da demanda.

A Turma Recursal de origem negou provimento ao recurso do INSS e condenou-o ao pagamento de honorários advocatícios de 10% sobre o valor da condenação, observado o disposto na Súmula 111 do STJ.

Interpostos pela autarquia pedido de uniformização nacional e recurso extraordinário, ambos debatendo a decadência do direito de revisão e os juros de mora aplicados no julgado, os autos voltaram para eventual juízo de adequação ao julgado pelo STF no RE 626.489/SE.

A Turma recursal de origem, em juízo de adequação, manteve o desprovimento do recurso do INSS e a condenação da autarquia em honorários de 10% sobre o valor da condenação, observado o disposto na Súmula 111 do STJ.

Os embargos de declaração opostos pelo INSS contra o acórdão da adequação foram providos em parte, para alterar os juros de mora aplicados no cálculo das parcelas em atraso, mas não houve alteração na condenação em honorários advocatícios.

Seguiu nova interposição de pedido de uniformização nacional e de recurso extraordinário, cujo seguimento foi negado pela presidência da Turma Recursal.

A Presidência desta Turma Nacional deu provimento ao agravo interposto contra a inadmissão do incidente de uniformização e aqui, nesta instância uniformizadora o pedido de uniformização foi conhecido e provido, julgando-se improcedente a ação, sem que nada fosse mencionado quanto aos honorários advocatícios impostos no acórdão recorrido.

O artigo 55 da Lei 9.099, de 1995, estabelece que o aquele que recorre contra a sentença e fica vencido pagará honorários advocatícios ao recorrido. Dessa forma, quando o recurso contra a sentença foi provido, mas o provimento de pedido de uniformização posterior representa desprovimento do recurso interposto contra a sentença, impõe-se a estipulação de honorários advocatícios. Por outro lado, se o recurso contra a sentença foi desprovimento, mas o

provimento do pedido de uniformização posterior implica provimento do recurso contra a sentença, impõe-se a supressão da condenação em honorários feita no julgamento anterior. Em outras palavras, sempre que o julgamento de pedido de uniformização posterior inverter o resultado do julgamento do recurso contra a sentença, deve haver tratamento dos honorários advocatícios, seja para estipulá-los ou para excluí-los.

Nesse sentido, dispõe a Questão de Ordem 2 desta TNU:

"O acolhimento do pedido de uniformização gera dois efeitos: a reforma da decisão da Turma Recursal e a consequente estipulação de honorários advocatícios, se for o caso, bem assim a prejudicialidade do recurso extraordinário interposto."

Com efeito, na disciplina especial dos Juizados Especiais, não há previsão legal para a condenação do recorrente vencedor no pagamento da verba honorária. Da mesma forma, a lei não prevê a condenação do recorrido no pagamento de honorários ao recorrente vencedor.

No presente caso, como o provimento do pedido de uniformização do INSS implicou o provimento do recurso por ele interposto contra sentença, impõe-se a supressão da condenação em honorários que lhe foi imposta no julgamento do recurso pela Turma Recursal de origem. Não cabe, porém, a estipulação de honorários em seu favor, como postulado nos presentes embargos.

Assim, como o acórdão embargado omitiu-se na supressão da condenação em honorários imposta no julgamento da Turma recursal de origem, mas não tem cabimento a pretendida condenação do recorrido em honorários advocatícios, impõe-se o provimento parcial dos embargos de declaração.

Pelo exposto, DOU PARCIAL PROVIMENTO aos embargos de declaração opostos pelo INSS, apenas para suprimir a condenação em honorários advocatícios imposta ao INSS no acórdão da Turma Recursal de origem.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais DAR PARCIAL PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto-ementa da Relatora.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

LUÍSA HICKEL GAMBA

Juiza Federal Relatora

PROCESSO: 0524032-29.2013.4.05.8100

ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): TEREZA MARIA DUARTE ALENCAR

PROC./ADV.: ENIO PONTE MOURÃO..

OAB: PE-1405

#### EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RAZÕES DISSOCIADAS. NÃO CONHECIMENTO.

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo INSS ao acórdão que não conheceu do incidente de uniformização por ele interposto.

O embargante alega que há omissão no acórdão.

É o breve relatório.

Os embargos de declaração não merecem conhecimento.

Com efeito, o incidente de uniformização não foi conhecido porque ausente demonstração de divergência nos termos do art. 14 da Lei n. 10.259/01. Os embargos opostos, por sua vez, tratam de questões de mérito sem impugnar o não conhecimento preliminar.

É forçoso reconhecer, portanto, que os embargos possuem razões dissociadas do que decidido, não podendo sequer ser conhecidos.

Pelo exposto, NÃO CONHEÇO dos embargos de declaração opostos pelo INSS.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER dos embargos de declaração, nos termos do voto-ementa da Relatora.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

LUÍSA HICKEL GAMBA

Juiza Federal Relatora

PROCESSO: 0524123-67.2014.4.05.8300

ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): MARCO ANTÔNIO DE LIMA BOU-

MANN

PROC./ADV.: JÉSSICA DA SILVA ROGÉRIO

OAB: PE-28308

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA



| EMENTA                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. EFEITOS FINANCEIROS. SÚMULA 33. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO.                                                                                                           | Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS contra acórdão da 2ª Turma Recursal de Pernambuco, que negou provimento a recurso interposto pela mesma parte contra sentença que julgou procedente o pedido de revisão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição mediante cômputo de atividade como aluno aprendiz.                                                 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | A Turma Recursal de origem entendeu que os efeitos financeiros da revisão devem retroagir à DER/DIB, mesmo quando não apresentada a documentação completa na via administrativa, aplicando a tese ao caso concreto.                                                                                                                                                                         |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | O recorrente requer, preliminarmente, a declaração de nulidade do acórdão recorrido, uma vez que não teria se pronunciado acerca de matéria de fato contida no recurso interposto contra a sentença.                                                                                                                                                                                        |
| No mérito, alega que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado por esta Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do processo 200471950201090. Há menção no incidente também à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, mas nenhum julgado daquela Egrégia Corte foi citado. | O incidente foi admitido pelo Presidente desta Turma de Uniformização, mediante provimento de agravo interposto contra decisão do juízo preliminar de inadmissibilidade.                                                                                                                                                                                                                    |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | É o breve relatório.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | O incidente é tempestivo, mas não merece conhecimento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| Com efeito, a preliminar suscitada deve ser afastada de plano, uma vez que o acórdão encontra-se devidamente fundamentado, expondo claramente a tese adotada.                                                                                                                                      | Quanto ao incidente de uniformização propriamente dito, por sua vez, não foi demonstrada qualquer divergência nos termos do art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/01. O único julgado citado, desta Turma Nacional, é no mesmo sentido do acórdão recorrido e reflete a jurisprudência reiterada desta Turma, consolidada na súmula 33.                                                           |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Na verdade, da leitura da peça recursal verifica-se que a pretensão do recorrente é considerar determinada certidão, apresentada apenas em juízo, como aperfeiçoamento dos requisitos legais para a concessão do benefício, e não instrumento de prova do preenchimento desses requisitos, o que é de todo improcedente e em relação a que, como dito, não apresentou qualquer divergência. |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Assim, é caso de não conhecimento do incidente, o que também se imporia pela questão de ordem 13.                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Pelo exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização interposto pelo INSS.                                                                                                                                                                                                                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| ACÓRDÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa da Relatora.                                                      | Brasília, 23 de fevereiro de 2017.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| LUÍSA HICKEL GAMBA<br>Juíza Federal Relatora                                                                                                                                                                                                                                                       | PROCESSO: 0525015-73.2014.4.05.8300                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | REQUERENTE: ROSIANE MARQUES FERREIRA<br>PROC./ADV.: RICARDO JOSE VARJAL CARNEIRO                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| LEAO                                                                                                                                                                                                                                                                                               | OAB: PE-14177                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | REQUERIDO(A): INSS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| EMENTA                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA PROFESSOR. FATOR PREVIDENCIÁRIO. INCIDÊNCIA. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.                                                                                                                                             | Trata-se de pedido de uniformização interposto pela autora contra acórdão da 3ª Turma Recursal de Pernambuco, que negou provimento a recurso interposto pela mesma parte contra sentença de improcedência do pedido de exclusão do fator previdenciário do benefício de aposentadoria do professor.                                                                                         |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Alega a recorrente que o acórdão recorrido contraria jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça, citando o AgRg no REsp 1.485.280, AgRg no REsp 1.251.165 e AgRg no REsp n. 1.163.028.                                                                                                                                                                                        |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | O incidente foi admitido pelo Presidente desta Turma de Uniformização, mediante provimento de agravo interposto contra decisão do juízo preliminar de inadmissibilidade.                                                                                                                                                                                                                    |
| É o breve relatório.                                                                                                                                                                                                                                                                               | O incidente é tempestivo, mas não merece conhecimento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Com efeito, esta Turma Nacional firmou a tese, em representativo de controvérsia (Tema 149, cujo leading case foi o PE-DILEF 0501512-65.2015.4.05.8307/PE), de que:                                                                                                                                                                                                                         |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Incide o fator previdenciário na aposentadoria por tempo de serviço de professor, salvo quando o segurado tiver cumprido todos os requisitos para aposentação em data anterior à edição da Lei n. 9.876/99.                                                                                                                                                                                 |

| É caso, portanto, de aplicação da questão de ordem 13 (Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido).                                                                                                                                                                                                                                                                    | Pelo exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização interposto pela autora.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| ACÓRDÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa da Relatora.                                                                                                                                                                                                                                                                              | Brasília, 23 de fevereiro de 2017.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| LUÍSA HICKEL GAMBA<br>Juíza Federal Relatora                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | PROCESSO: 2013.51.60.131136-3                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | AGRAVANTE: MARIA LUCIA DE CAMPOS IGNACIO<br>PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| AGRAVADO(A): INSS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| EMENTA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. DE CUJUS QUE PERDEU A QUALIDADE DE SEGURADO E NÃO PREENCHEU OS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA ATÉ A DATA DO ÓBITO, MAS PREENCHEU A CARÊNCIA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E OS PARADIGMAS INDICADOS. NÃO CONHECIMENTO.                                                                                                                                                                           | Trata-se de pedido de uniformização interposto pela autora contra acórdão da 4ª Turma Recursal do Rio de Janeiro, que negou provimento a recurso interposto pela mesma parte contra sentença de improcedência do pedido de concessão do benefício de pensão por morte.                                                                                                                                                                                                   |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | O acórdão recorrido entendeu pela impossibilidade da concessão do benefício requerido, uma vez que o apontado instituidor, no momento do óbito, havia perdido a qualidade de segurado e não tinha direito, em vida, a benefício de aposentadoria (possuía 15 anos de carência, mas não havia atingido a idade mínima para a aposentadoria por idade).                                                                                                                    |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | Alega a recorrente que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual o preenchimento da carência para o benefício de aposentadoria, pelo instituidor que perdeu a qualidade de segurado, seria requisito suficiente para ensejar a concessão do benefício de pensão por morte. Citou, com ênfase, o REsp 282.588, mas também outros julgados daquela Egrégia Corte (EREsp 104.968, REsp 182.410 e Resp 267.644). |
| Menciona também julgado do TRF da 5ª Região, o qual, todavia, não serve para fins de admissão do incidente de uniformização, conforme art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/01.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | O incidente foi admitido pelo Presidente desta Turma de Uniformização, mediante provimento de agravo interposto contra decisão do juízo preliminar de inadmissibilidade.                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | É o breve relatório.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | O incidente é tempestivo, mas não merece conhecimento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| Com efeito, não foi demonstrada a divergência entre o acórdão recorrido e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | É que o julgamento do REsp 282.588, que sequer foi conhecido, não tem o condão de caracterizar divergência, ainda que eventualmente o caso concreto daqueles autos fosse similar ao presente. Isso se verifica do inteiro teor do julgado, do qual consta:                                                                                                                                                                                                               |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | "A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que a perda da qualidade de segurado, após o preenchimento dos requisitos exigíveis para a concessão de pensão ou aposentadoria, não importa na extinção do direito à percepção do benefício".                                                                                                                                                                                                                       |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | Os demais julgados citados pela recorrente, por sua vez, seguem nesse mesmo sentido, contrariando a tese sustentada no incidente de uniformização. Vale dizer, o entendimento do STJ é no sentido de que a morte daquele que perdeu a qualidade de segurado apenas enseja o benefício de pensão por morte se ele preenchia todos os requisitos exigíveis para a concessão de benefício de aposentadoria.                                                                 |
| E, ainda que o REsp 282.588 tivesse o alcance pretendido pela recorrente, certo é que a divergência que autoriza o conhecimento do incidente de uniformização, nos termos do art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/01, é aquela entre Turmas Recursais de diferentes regiões ou em relação a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, sendo certo que a indicação de apenas um julgado apto, em que não foi reconhecida a jurisprudência dominante pelo Relator, não permite o conhecimento do incidente (questão de ordem 5). | Pelo exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização interposto pelo autor.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| ACÓRDÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa da Relatora.                                                                                                                                                                                                                                                                              | Brasília, 26 de fevereiro de 2017.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| LUÍSA HICKEL GAMBA<br>Juíza Federal Relatora                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |

| PROCESSO: 2014.51.51.013607-0                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | AGRAVANTE: MALRICELIA XAVIER DA SILVA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| AGRAVADO(A): INSS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| EMENTA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA SENTENÇA. FALTA DE INTIMAÇÃO SOBRE A JUNTADA DO LAUDO PERICIAL. NULIDADE DO LAUDO POR AUSÊNCIA DE ANÁLISE CRÍTICA DA PROVA DOCUMENTAL MÉDICA PRODUZIDA PELA REQUERENTE. MATÉRIA PROCESSUAL. ANÁLISE VEDADA PELA SÚMULA Nº 43. CONTEXTUALIZAÇÃO DO LAUDO COM AS CONDIÇÕES PESSOAIS DA PARTE. DISPENSABILIDADE DIANTE DE LAUDO PERICIAL ATESTANDO A CAPACIDADE LABORATIVA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, confirmando a sentença, julgou improcedente a ação ajuizada para obter a concessão de benefício por incapacidade, ante a constatação da capacidade laborativa em perícia.                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 2. A recorrente alega divergência entre o acórdão recorrido e decisão da TR/SP, bem como contrariedade à jurisprudência dominante do STJ e desta TNU, tanto no ponto em que teve supostamente cerceada a defesa - por ausência de intimação para se manifestar quanto ao laudo pericial - quanto ante o fato de o julgamento recorrido ter desconsiderado a prova documental médica apresentada, baseando-se exclusivamente no laudo pericial cuja conclusão se deu em sentido diverso, deixando-se, por fim, de examinar, conjuntamente com o quadro clínico, as condições pessoais da requerente. |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 3. O incidente não merece ser conhecido.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| 4. Ao que se verifica, as impugnações apresentadas no incidente revelam nítida inconformidade com o exame probatório levado a efeito pelas instâncias de origem. Com efeito, a alegação de nulidade do laudo, por suposta omissão na análise de toda a prova documental médica (atestados) exibidos pela autora, bem assim de nulidade da sentença, por caracterizado cerceamento de defesa ante a alegada falta de intimação sobre o laudo pericial, remetem ao exame de matéria processual, vedado pela Súmula nº 43 desta TNU. Já a alegada necessidade de contextualização das suas condições pessoais para o fim de concessão do benefício, somente seria cabível à vista da constatação de incapacidade, ainda que parcial, o que não se concretizou na hipótese em exame, onde o laudo pericial aferiu a capacidade laborativa da requerente, conclusão que somente se afiguraria passível de modificação com o revolvimento da matéria de prova, também vedado pela Súmula nº 42. | 5. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela autora.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| ACÓRDÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela autora, nos termos do voto-ementa do Relator.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Brasília, 23 de fevereiro de 2017.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI<br>Juiz Federal Relator                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | PROCESSO: 5000234-98.2013.4.04.7013                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA SILVA DIAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| PROC./ADV.: FABIENE KAROLINA LAMIM ROSA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | OAB: PR-46999                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | REQUERIDO(A): INSS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| EMENTA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. SÚMULA 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | Trata-se de pedido de uniformização interposto pela autora contra acórdão da 3ª Turma Recursal do Paraná, que deu provimento a recurso interposto pelo INSS contra sentença.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | O acórdão recorrido julgou improcedente o pedido de concessão do benefício de pensão por morte formulado pela mãe do segurado falecido, uma vez que não restou demonstrada a dependência econômica.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Alega o recorrente que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pela 1ª Turma Recursal de Goiás, no julgamento do processo 297135020084013, e pelo Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.302.237.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| O incidente foi admitido pelo Presidente desta Turma de Uniformização, mediante provimento de agravo interposto contra decisão do juízo preliminar de inadmissibilidade.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |

É o breve relatório.

O incidente é tempestivo, mas não merece conhecimento.

Com efeito, nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.259/01, o incidente de uniformização é cabível somente quando houver divergência sobre questões de direito material em interpretação de lei federal.

A pretensão deduzida no incidente de uniformização, por sua vez, cinge-se à reavaliação da prova dos autos (comprovação da dependência econômica).

É caso, portanto, de aplicação da súmula 42 desta Turma (Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato).

Pelo exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização interposto pela autora.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa da Relatora.

Brasília, 26 de fevereiro de 2017.

LUÍSA HICKEL GAMBA

Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5000504-16.2013.4.04.7113

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: LUIS FERNANDO CONCI

PROC./ADV.: ALEX JACSON CARVALHO

OAB: RS-49563

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE RURAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão que deixou de reconhecer o lapso temporal de suposto exercício de labor rural compreendido entre 01/06/1972 a 30/11/1975.

2. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado por esta Turma Nacional de Uniformização (PEDILEF 200872620001014, JUIZ FEDERAL JOSE ANTONIO SAVORIS, DOU 08/05/2009), direcionada no sentido de que a prática de atividade urbana por um dos membros do núcleo familiar não caracteriza a especialidade do labor rurícola.

3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU após agravo.

4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º) e, ainda, "em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça".

5. No caso dos autos, acerca do conjunto probatório acostado, o acórdão recorrido procedeu a sua valoração, conforme excerto a seguir parcialmente transcrito:

"Confirmo a sentença por seus próprios fundamentos, na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/95, salientando que não merece nenhum reparo a solução adotada pelo Juízo de origem, da qual compartilho integralmente. Veja-se:

Para comprovar o período laborado na agricultura, o autor anexou: (1) cópia de matrícula no Registro de Imóveis de lote rural adquirido pelo pai, Guilherme, no ano de 1972 (fls.17/20 do 1-PROCADM8); (2) guia de pagamento emitido pelo INCRA referente a lote rural em nome do pai, no ano de 1975 (fl. 21 do 1-PROCADM8); (3) certidão da Sociedade Vinícola Riograndense S.A informando que o pai foi fornecedor de uvas no ano de 1975 (fl.22 do 1-PROCADM8); (4) ficha de inscrição de produtor na Secretaria da Fazenda do estado do RS, em nome do pai, no ano de 1975 (fls. 23/24 do 1-PROCADM8). Assim, foi determinado, na decisão do evento 3-DECDSPA1, que o INSS procedesse à Justificação Administrativa. Realizado esse procedimento com a oitiva de testemunhas (doc. 15-RESJUSTADMIN1), chegou-se à seguinte conclusão no relatório do processante: '(...) concluo que a prova oral produzida é favorável à comprovação da atividade rural, objeto desta Justificação Administrativa, uma vez que as testemunhas comprovaram que o(a) justificante começou a trabalhar na agricultura antes dos 12 anos de idade, permanecendo nessa atividade até quando começou a trabalhar na empresa Barzenski, aqui na cidade. Portanto, com base no depoimento das testemunhas, podemos concluir que o(a) justificante trabalhou na agricultura no período de

01/06/1972 a 30/11/1975.' Contudo, deixou de computar o lapso, pois entendeu que o regime de economia familiar ficou descaracterizado ante o vínculo urbano do pai, na empresa Dalcin e Cia Ltda., iniciado em

01/06/1964 (fl. 10 do 1-PROCADM10). Nessa perspectiva, em face da existência de outra renda auferida pelo pai, impõe-se a comprovação da subsistência como proveniente da atividade rural exercida em regime de economia familiar ou individualmente. Assim, não obstante a renda de atividade urbana, admite-se a caracterização do regime de economia familiar quando restar comprovado que a renda auferida com a atividade rural era indispensável ao sustento do núcleo familiar, na linha do decidido pela Turma Nacional de Uniformização (2007.72.59.00.2088-3, Rel. Élio Wanderlei de Siqueira Filho, DJ 16/03/2009). Com efeito 'O que define o trabalho rural em regime de economia familiar é exatamente a indispensabilidade e a mútua dependência entre os membros do grupo,

conforme referido, e, inclusive, reconhecido pelos arestos do STJ.' (TNU, Incidente nº 2005.84.13.000832-1, Rel. Renato Toniasso, DJU 30/05/2006). Tal análise passa pela avaliação do conteúdo probatório, atentando-se, ainda, para o valor da renda obtida com a atividade urbana e para outros fatores econômicos que permitam avaliar a indispensabilidade do trabalho rural. Na peculiar situação dos autos, inexistem provas suficientes a comprovar produção agropecuária relevante, sendo que os documentos juntados não estão aptos a fazer a prova de que a renda auferida com a atividade rural, em regime de economia familiar ou individualmente, fosse essencial à subsistência. Com efeito, não há prova de comercialização de produtos agrícolas para o lapso requerido, o que reforça a convicção de que a atividade rural não era indispensável. Nesse contexto, considerando a existência de outra renda da família proveniente de exercício de atividade urbana, bem como a inexistência de início de prova material suficiente para comprovar produção agrícola relevante para o orçamento doméstico, o exame do conjunto probatório permite afirmar que a atividade rural não era indispensável à subsistência, o que impede o reconhecimento no interregno de 01/06/1972 a 30/11/1975. (grifei)

Cumpramos ressaltar que, tendo o genitor do demandante exercido atividade urbana durante o interregno controvertido, é aplicável neste caso o entendimento exarado pela Primeira Seção do C. Superior Tribunal de Justiça, que, ao apreciar o REsp n. 1.304.479/SP, submetido ao rito dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC), se posicionou no sentido de que 'a extensão de prova material em nome de um integrante do núcleo familiar a outro não é possível quando aquele passa a exercer trabalho incompatível com o labor rurícola, como o de natureza urbana' (REsp 1304479/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/10/2012, DJe 19/12/2012). Portanto, considerando que os únicos documentos acostados aos autos encontram-se exclusivamente em nome do pai do demandante, tem-se que, além da bem sinalada ausência de indícios acerca da indispensabilidade de eventual labor rurícola exercido pelo autor para a subsistência do núcleo familiar, inexistem nos autos qualquer início de prova material válido à comprovação do efetivo exercício de atividade campesina em regime de economia familiar por parte do demandante. Em razão disso, fica vedado o reconhecimento do labor rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário, calcado exclusivamente na prova testemunhal (súmula nº 149 do Superior Tribunal de Justiça)."

6. Assim, verifica-se que a Turma de origem apontou de forma clara os motivos que a levaram a não acolher o pleito do(a) recorrente, estabelecendo um verdadeiro juízo de valor, que a este Colegiado é vedado rediscutir, nos termos da Súmula nº 42, da TNU, in verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

7. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

Brasília/DF, 24 de fevereiro de 2017.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

Juiz Federal Relator

#### ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.

Brasília/DF, 24 de fevereiro de 2017.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002031-28.2012.4.04.7116

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): ENI LAGO

PROC./ADV.: LUÍS HENRIQUE BRAGA SOARES

OAB: RS-47509

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA

#### EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. NÃO CONHECIMENTO.

Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS contra acórdão da 4ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, que negou provimento a recurso interposto pela mesma parte contra a sentença.

A Turma Recursal de origem entendeu pelo reconhecimento da especialidade no período de 29/04/1995 a 18/04/2012, em que a autora trabalhou como técnica de enfermagem, em razão da exposição a agentes biológicos nocivos à saúde.

Alega o recorrente que o acórdão recorrido contraria a uni formização desta Turma Nacional no PEDILEF 50136301820124047001, segunda a qual "não se pode contar tempo especial pelo agente nocivo perigo, após 5-3-1997, quando da edição do Decreto 2.172/97, à exceção daquelas previstas em lei específica como perigosas".

O incidente foi admitido pelo Presidente desta Turma de Uniformização, mediante provimento de agravo interposto contra decisão do juízo preliminar de inadmissibilidade.

É o breve relatório.

O incidente é tempestivo, mas não merece conhecimento.

Com efeito, conforme ressalta pelo juízo preliminar de admissibilidade, não há similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido, que cuida de agentes biológicos, e o paradigma indicado, que trata de transporte de combustíveis.

No mais, a uniformização citada pelo recorrente encontra-se superada no âmbito desta Turma (nesse sentido, PEDILEF 50077497320114047105, JUIZ FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA, TNU, DOU 06/11/2015 PÁGINAS 138/358).

Pelo exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização interposto pelo INSS.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa da Relatora.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

LUÍSA HICKEL GAMBA

Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5002207-51.2014.4.04.7111

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: GERSON GOMES

PROC./ADV.: EDUARDO F. FISCHER

OAB: RS-38 888

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA

#### EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO. UNIFORMIZAÇÃO ANTECEDENTE EM SEDE DE REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.

Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo autor contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, que negou provimento a recurso interposto pela mesma parte contra sentença que julgou improcedente o pedido de conversão de tempo especial em comum do período de atividade de professor.

Alega o recorrente que o acórdão recorrido contraria jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, citando o REsp 1.394.553, segunda a qual "é possível a conversão de tempo especial para comum, relacionado à atividade de magistério, para fins de aposentadoria por tempo de serviço".

O incidente foi admitido pelo Presidente desta Turma de Uniformização, mediante provimento de agravo interposto contra decisão do juízo preliminar de inadmissibilidade.

É o breve relatório.

O incidente é tempestivo, mas não merece conhecimento.

Com efeito, esta Turma Nacional analisou a matéria em sede de representativo de controvérsia (Tema 158, cujo leading case foi o PEDILEF 5010944-13.2013.4.04.7003), firmando a tese de que "Não é possível a conversão de período laborado na atividade de professor em tempo comum após a Emenda Constitucional 18/81".

É caso, portanto, de aplicação da questão de ordem 13 (Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido).

Pelo exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização interposto pelo autor.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa da Relatora.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

LUÍSA HICKEL GAMBA

Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5003231-82.2012.4.04.7015

ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): JOSÉ FRANCISCO DA COSTA NETO

PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES

OAB: PR-16716

#### EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISÃO, OBSCURIDADE OU OMISSÃO. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO JULGADO. NÃO PROVIMENTO.

1. Cuida-se de Embargos de Declaração opostos pelo INSS em face de Acórdão desta Turma Nacional de Uniformização que nos autos do Processo em epígrafe negou conhecimento ao Pedido de Uniformização por ele interposto.



2. Aduz o embargante, no entanto, que o julgado merece ser integrado, ante a omissão incidente sobre vários pontos concernentes à decadência.

3. Pois bem. A teor do art. 1022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: (a) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; (b) suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual o juiz devia se pronunciar de ofício ou a requerimento; e (c) corrigir erro material.

4. In casu, as razões recursais não apresentam qualquer fato ou fundamento jurídico que configure uma das hipóteses de admissibilidade acima declinadas.

5. Com efeito, o Acórdão recorrido analisou de maneira clara, completa a exaustiva a questão atinente a decadência, conforme se depreende das passagens a seguir reproduzidas, in verbis:

(...) 3. A TNU já firmou entendimento de que a decadência do direito de revisar o ato de concessão de benefício previdenciário concedido com data de início anterior a 28 de junho de 1997, quando publicada a Medida Provisória n.º 1.523- 9 (Lei n.º 9.528/97), ocorre dez anos contados do da vigência da referida MP, no caso, 1.º de agosto de 2007 (TNU - PEDILEF n.º 200851510445132, Rel. Juíza Federal Joana Carolina L. Pereira, DJ 11 jun. 2010; PEDILEF n.º 200670500070639, Rel. Juiz Federal Otávio Henrique Martins Port, DJ 24 jun. 2010; PEDILEF n.º 00619594520074013400, Rel. Juiz Janilson Bezerra de Siqueira, j. em 16/08/2012). Se o benefício tiver sido concedido após a MP n.º 1.523-9/1997 PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUÍZADOS ESPECIAIS FEDERAIS (posteriormente convertida na Lei 9.528/97), deve ser observado o prazo decenal. 4. Este entendimento foi recentemente chancelado, à unanimidade, pelo plenário do Supremo Tribunal Federal - STF, ao julgar o RE n.º 626.489 em sede de repercussão geral, firmando a tese de que o prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 5. Neste mesmo julgado, o STF destacou que a inaplicabilidade do instituto da decadência previdenciária nas hipóteses de indeferimento ou cessação de benefício, sedimentando o entendimento de que "O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário". (RE 626489, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 16/10/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-184 DIVULG 22-09-2014 PUBLIC 23-09-2014). 6. Na oportunidade, o Ministro Relator Luís Roberto Barroso fez uma importante distinção entre o direito ao benefício previdenciário em si - isto é, o denominado fundo do direito que tem caráter fundamental - e a graduação pecuniária das prestações. Esclarecendo que "No tocante ao direito à obtenção de benefício previdenciário, a disciplina legislativa não introduziu prazo algum. Vale dizer: o direito fundamental ao benefício previdenciário pode ser exercido a qualquer tempo, sem que se atribua qualquer consequência negativa à inércia do beneficiário. Esse ponto é reconhecido de forma expressa no art. 102, § 1º, da Lei n.º 8.213/1993, bem como em diversas passagens em que a referida lei apenas dispõe que o atraso na apresentação do requerimento fará com que o benefício seja devido a contar do pedido, sem efeito retroativo. Nesse sentido, permanecem perfeitamente aplicáveis as Súmulas 443/STF e 85/STJ, na medida em que registram a imprescritibilidade do fundo de direito do benefício não requerido. A decadência instituída pela MP n.º 1.523- 9/1997 atinge apenas a pretensão de rever benefício previdenciário". Em outras palavras: a pretensão de discutir a graduação econômica do benefício já concedido. Como é natural, a instituição de um limite temporal máximo destina-se a resguardar a segurança jurídica, facilitando a previsão do custo global das prestações devidas". 7. Outrossim, recentemente a Turma Nacional de Uniformização cancelou a Súmula n.º 64 (O direito à revisão do ato de indeferimento de benefício previdenciário ou assistencial sujeita-se ao prazo decadencial de dez anos), tendo editado a Súmula n. 81 (Não incide o prazo decadencial previsto no art. 103, caput, da Lei n. 8.213/91, nos casos de indeferimento e cessação de benefícios, bem como em relação às questões não apreciadas pela Administração no ato da concessão). 8. In casu, verifica-se que acerca do período compreendido entre 12/03/1973 a 04/04/1975, não houve pedido, nem análise de reconhecimento do exercício da atividade especial, não tendo se iniciado então, o prazo prescricional de fundo de direito. 9. Nesse pórtico, se faz imperativo ressaltar que a prescrição não alcança o fundo de direito em relação ao pedido de reconhecimento do período citado (12/03/1973 a 04/04/1975), mas somente as parcelas anteriores aos cinco anos do ajuizamento da ação. 10. Deste modo, inevitável o reconhecimento de que, no caso em exame, não restou caracterizada a decadência. (...)

6. Em verdade, vale-se o autor-embargante desta via não para corrigir eventual obscuridade/omissão/contradição, mas para provocar uma rediscussão de matéria com vistas à mudança do entendimento sufragado no Acórdão recorrido.

7. Ocorre que, consoante firme entendimento jurisprudencial, aos Embargos de Declaração não é cabível o empréstimo de efeitos infringentes para rediscutir questão válida e devidamente analisada pela decisão atacada. Neste sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - PROCEDÊNCIA - APELAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE EFEITO APENAS DEVOLUTIVO - ART. 520, IV, DO CPC - RECURSO INTERPOSTO CONTRA SENTENÇA QUE DECIDIU PROCESSO CAUTELAR - OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - FATO NOVO - REJULGAMENTO DA LIDE - INVIABILIDADE - CUMPRIMENTO DO OFÍCIO JURISDICIONAL - EMBARGOS REJEITADOS.

1 - Não há que se falar em omissão quanto a questão não suscitada, embora já ocorrida, antes do julgamento apontado como omissio. E nem de obscuridade ou contradição quando o recurso é julgado de acordo com o constante em seus autos.

2 - Inexistente qualquer hipótese legal de cabimento recursal (art. 535 do CPC), configura-se inviável a pretensão ao rejuilgamento da lide, porquanto, nos termos do art. 463 do CPC, extensivo aos Tribunais pátrios, uma vez publicado o acórdão, o Colegiado cumpre a prestação jurisdicional, alterável tão-somente diante da ocorrência de erros materiais ou de obscuridade, contradição e omissão, hipóteses justificadoras da oposição de embargos de declaração. Ademais, não cabe a apreciação de fato novo em sede de embargos de declaração (cf. EDcl no RMS n.º 11.542/MA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 12.2.2001).

3 - Acertadamente solucionada a lide quando do provimento do recurso especial e ausente qualquer vício no aresto a justificar a interposição dos aclaratórios, caracterizam-se como inadmissíveis, perfazendo-se inviável atribuir-lhes efeitos infringentes com relação ao decisum embargado, ora mantido por seus próprios fundamentos.

4 - Embargos de declaração rejeitados.

(STJ, EDRESP 668.686-SP, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ 20.03.2006):

8. Importa destacar que consoante entendimento sufragado pelo Supremo Tribunal Federal, o Juiz não é obrigado a examinar todos os argumentos expendidos pelas partes, nem a se pronunciar sobre todos os artigos de lei, bastando que, no caso concreto, decline fundamentos suficientes para lastrear sua decisão (e.g., STF. AI 522624 AgR, Relator Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJ 6/10/2006).

9. Isto posto, NEGÓ PROVIMENTO aos Embargos de Declaração.

10. É como voto.  
Publique-se. Registre-se. Intime-se.  
Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA

Juíza Federal Relatora

#### ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização decidiu, por unanimidade, acompanhar o entendimento sufragado pela Juíza Federal Relatora.

Brasília, data supra.  
GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA  
Juíza Relatora  
PROCESSO: 5004056-86.2013.4.04.7113  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE

DO SUL  
REQUERENTE: VANIA MARIA CRISTIANETTI COSTELLA  
PROC./ADV.: ANA ISABEL DAL PAI TOMASETTO  
OAB: RS-47929  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU OMISSÃO. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO JULGADO. NÃO PROVIMENTO.

1. Cuida-se de Embargos de Declaração opostos pela autora em face de Acórdão desta Turma Nacional de Uniformização que nos autos do Processo em epígrafe negou conhecimento ao Pedido de Uniformização por ela interposto.

2. Eis a ementa do Acórdão respectivo, in verbis:  
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. RECONHECIMENTO DE TEMPO RURAL. SEGURADO ESPECIAL. AFASTADO O REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. ANÁLISE DAS CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS DO CASO CONCRETO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

3. Defende a embargante, no entanto, que "Considerando a r. decisão desta Turma de Uniformização acerca do não conhecimento do incidente interposto, mister se faz sua manifestação expressa acerca da possibilidade de indenização do período laborado pela segurada no meio rural, não abrangido pelo regime de economia familiar".

4. Pois bem. A teor do art. 1022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: (a) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; (b) suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual o juiz devia se pronunciar de ofício ou a requerimento; e (c) corrigir erro material.

5. In casu, as razões recursais não apresentam qualquer fato ou fundamento jurídico que configure uma das hipóteses de admissibilidade acima declinadas. Observa-se que pedido formulado em sede de Embargos sequer fora veiculado no Pedido de Uniformização, não havendo se acoiar de omissio o Acórdão que, validamente, não o apreciou, em atenção ao princípio do tantum devolutum quantum appellatum.

6. Na verdade, mesmo que tal pleito tivesse sido veiculado no Pedido de Uniformização - o que se admite apenas à guisa de obiter dictum - não lograriam os Embargos alcançar outro desfecho.

7. Isto porque se trata de argumento de natureza meritória, cuja apreciação se tornou logicamente prejudicada após o acolhimento de questões processuais que ensejaram o não conhecimento do incidente.

8. Isto posto, NEGÓ PROVIMENTO aos Embargos de Declaração.

9. É como voto.  
Publique-se. Registre-se. Intime-se.  
Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA

Juíza Federal Relatora

#### ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização decidiu, por unanimidade, acompanhar o entendimento sufragado pela Juíza Federal Relatora.

Brasília, data supra.  
GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA  
Juíza Relatora  
PROCESSO: 5004098-23.2012.4.04.7000  
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): ARISTEU BULLOW  
PROC./ADV.: MARIO SERGIO DE ALMEIDA  
OAB: PR- 17 431

#### EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU OMISSÃO. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO JULGADO. NÃO PROVIMENTO.

1. Cuida-se de Embargos de Declaração opostos pelo INSS em face de Acórdão desta Turma Nacional de Uniformização que nos autos do Processo em epígrafe negou conhecimento ao Pedido de Uniformização por ele interposto.

2. Aduz o embargante, no entanto, que o julgado merece ser integrado, ante a omissão incidente sobre vários pontos concernentes à decadência.

3. Pois bem. A teor do art. 1022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: (a) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; (b) suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual o juiz devia se pronunciar de ofício ou a requerimento; e (c) corrigir erro material.

4. In casu, as razões recursais não apresentam qualquer fato ou fundamento jurídico que configure uma das hipóteses de admissibilidade acima declinadas.

5. Com efeito, o Acórdão recorrido analisou de maneira clara, completa a exaustiva a questão atinente a decadência, conforme se depreende das passagens a seguir reproduzidas, in verbis:

(...) a matéria objeto de questionamento no recurso interposto pela autarquia previdenciária encontra-se pacificada no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, nos termos do enunciado de Súmula n.º 81: "Não incide o prazo decadencial previsto no art. 103, caput, da Lei n. 8.213/91, nos casos de indeferimento e cessação de benefícios, bem como em relação às questões não apreciadas pela Administração no ato da concessão". 4. Por conseguinte, encontrando-se o acórdão recorrido em consonância com o entendimento deste Colegiado, impõe-se a aplicação do disposto na Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido". (...)

6. Em verdade, vale-se o embargante desta via não para corrigir eventual obscuridade/omissão/contradição, mas para provocar uma rediscussão de matéria com vistas à mudança do entendimento sufragado no Acórdão recorrido.

7. Ocorre que, consoante firme entendimento jurisprudencial, aos Embargos de Declaração não é cabível o empréstimo de efeitos infringentes para rediscutir questão válida e devidamente analisada pela decisão atacada. Neste sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - PROCEDÊNCIA - APELAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE EFEITO APENAS DEVOLUTIVO - ART. 520, IV, DO CPC - RECURSO INTERPOSTO CONTRA SENTENÇA QUE DECIDIU PROCESSO CAUTELAR - OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - FATO NOVO - REJULGAMENTO DA LIDE - INVIABILIDADE - CUMPRIMENTO DO OFÍCIO JURISDICIONAL - EMBARGOS REJEITADOS.

1 - Não há que se falar em omissão quanto a questão não suscitada, embora já ocorrida, antes do julgamento apontado como omissio. E nem de obscuridade ou contradição quando o recurso é julgado de acordo com o constante em seus autos.

2 - Inexistente qualquer hipótese legal de cabimento recursal (art. 535 do CPC), configura-se inviável a pretensão ao rejuilgamento da lide, porquanto, nos termos do art. 463 do CPC, extensivo aos Tribunais pátrios, uma vez publicado o acórdão, o Colegiado cumpre a prestação jurisdicional, alterável tão-somente diante da ocorrência de erros materiais ou de obscuridade, contradição e omissão, hipóteses justificadoras da oposição de embargos de declaração. Ademais, não cabe a apreciação de fato novo em sede de embargos de declaração (cf. EDcl no RMS n.º 11.542/MA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 12.2.2001).

3 - Acertadamente solucionada a lide quando do provimento do recurso especial e ausente qualquer vício no aresto a justificar a interposição dos aclaratórios, caracterizam-se como inadmissíveis, perfazendo-se inviável atribuir-lhes efeitos infringentes com relação ao decisum embargado, ora mantido por seus próprios fundamentos.

4 - Embargos de declaração rejeitados.  
(STJ, EDRESP 668.686-SP, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ 20.03.2006):

8. Importa destacar que consoante entendimento sufragado pelo Supremo Tribunal Federal, o Juiz não é obrigado a examinar todos os argumentos expendidos pelas partes, nem a se pronunciar sobre todos os artigos de lei, bastando que, no caso concreto, decline fundamentos suficientes para lastrear sua decisão (e.g., STF. AI 522624 AgR, Relator Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJ 6/10/2006).

9. Isto posto, NEGÓ PROVIMENTO aos Embargos de Declaração.

10. É como voto.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.  
Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA  
Juíza Federal Relatora  
**ACÓRDÃO**

A Turma Nacional de Uniformização decidiu, por unanimidade, acompanhar o entendimento sufragado pela Juíza Federal Relatora.

Brasília, data supra.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA  
Juíza Relatora

PROCESSO: 5007966-05.2014.4.04.7205

ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA

REQUERENTE: OLAVIO STOLFI

PROC./ADV.: RICHART JOSE JENNRICH

OAB: SC-24969

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA

#### EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO. COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo autor contra acórdão da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina, que reconheceu a existência de coisa julgada e extinguiu o processo sem resolução do mérito.

A Turma Recursal de origem entendeu que, como o benefício foi concedido judicialmente em ação anterior, haveria coisa julgada em relação ao pedido formulado, nos presentes autos, de revisão mediante reconhecimento do direito adquirido ao benefício em data em que, já implementados os requisitos, o Período Básico de Cálculo - PBC resultaria em renda mensal mais favorável.

Alega o recorrente que o acórdão recorrido contraria a jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça, citando o a AR 2.783, julgada pela Terceira Seção.

O incidente foi admitido pelo Presidente desta Turma de Uniformização, mediante provimento de agravo interposto contra decisão do juízo preliminar de inadmissibilidade.

É o breve relatório.

O incidente é tempestivo, mas não merece conhecimento.

Com efeito, nos termos do art. 14 da Lei n. 10.259/01, apenas questões de direito material podem ser objeto de incidente de uniformização. Nesse sentido é o teor da súmula 43 desta Turma (Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual).

E, no caso, o incidente apresentado cuida de questão processual, razão por que o incidente não deve ser conhecido. Nesse sentido já decidiu esta Turma:

QUESTÃO PROCESSUAL. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO PELA EFICÁCIA PRECLUSIVA DA COISA JULGADA. ACÓRDÃO QUE AFASTOU EM PARTE A SENTENÇA, DEVOLVENDO AO JEF SEU PROCESSAMENTO E, NA PARTE EM QUE NÃO PROVEU O RECURSO, RECONHECEU A COISA JULGADA. SÚMULA 43 DA TNU. PEDILEF NÃO CONHECIDO. A questão de fundo aqui está pacificada no âmbito da TNU, que é a possibilidade em tese do trabalhador deixar de pagar imposto de renda sobre suas férias, se comprovar que trabalhou em todo o período aquisitivo. Mas o autor da demanda já tinha ingressado com feito semelhante, 2006.72.58.002268-4, em que discutiu questão idêntica, pedindo a repetição de IRRF/PF sobre outras competências diversas daquelas discutidas nestes autos. Foi proferida sentença extintiva, que reconheceu a eficácia preclusiva da coisa julgada formada naquele processo. Em sede recursal, a TR-SJSC deu parcial provimento, para afastar a eficácia preclusiva da coisa julgada daquele processo às competências de 1998 e 1999, e confirmou a sentença, por fundamentos diversos, em relação às competências de 2000 e 2001, porquanto já teriam sido tratadas expressamente naquele feito, dando-se a coisa julgada formal e material e não apenas os seus efeitos preclusivos. A questão aqui tratada é de natureza processual, embora com direta influência sobre a questão material, assim vindo decidindo a TNU, e a questão, eminente e exclusivamente processual, transborda dos limites da competência da TNU, conforme já foi estabelecido na Súmula 43: SÚMULA 43 DJ DATA:03/11/2011 PG:00128 "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual." Ante o exposto, deixo de conhecer do Pedilef. Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do Pedido de Uniformização da Interpretação de Lei Federal.

(PEDILEF 200872580017119, JUIZ FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA, TNU, DOU 28/06/2013 pág. 114/135.)

No mais, sequer foi demonstrada a similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e o paradigma indicado, nem que este reflète a jurisprudência dominante no STJ.

Pelo exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização interposto pelo autor.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa da Relatora.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

LUÍSA HICKEL GAMBA  
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5008060-72.2013.4.04.7112

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): JOSE FERNANDO DE MEDEIROS FERREIRA

PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA

OAB: RS 36.024

PROC./ADV.: VILMAR LOURENÇO

OAB: RS-33559

#### EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISÃO, OBSCURIDADE OU OMISSÃO. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO JULGADO. NÃO PROVIMENTO.

1. Cuida-se de Embargos de Declaração opostos pelo Autor em face de Acórdão desta Turma Nacional de Uniformização que nos autos do Processo em epígrafe negou conhecimento ao Agravo Regimental por ele interposto.

2. Pois bem. A teor do art. 1022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: (a) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; (b) suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual o juiz devia se pronunciar de ofício ou a requerimento; e (c) corrigir erro material.

3. In casu, as razões recursais não apresentam qualquer fato ou fundamento jurídico que configure uma das hipóteses de admissibilidade acima declinadas, limitando-se a reproduzir os mesmos argumentos já apresentados por ocasião da interposição do Agravo Regimental.

4. Com efeito, o Acórdão recorrido analisou de maneira clara, completa a exaustiva a questão atinente ao não cabimento do recurso, destacando-se dos respectivos fundamentos as seguintes passagens:

(...) 7. Na hipótese dos autos, a parte-agravante limita-se a alegar que é possível a comprovação de atividade profissional não enquadrada previamente como nociva à saúde (tema não refutado pelo acórdão recorrido), e que não houve o correto/completo exame das provas produzidas, o que corrobora as razões expostas na decisão agravada, de que apenas se pretende com o incidente um reexame fático. (...) 5. Em verdade, vale-se o autor-embargante desta via não para corrigir eventual obscuridade/omissão/contradição, mas para provocar uma rediscussão de matéria com vistas à mudança do entendimento sufragado no Acórdão recorrido.

6. Ocorre que, consoante firme entendimento jurisprudencial, aos Embargos de Declaração não é cabível o empréstimo de efeitos infringentes para rediscutir questão válida e devidamente analisada pela decisão atacada. Neste sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - PROCEDÊNCIA - APELAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE EFEITO APENAS DEVOLUTIVO - ART. 520, IV, DO CPC - RECURSO INTERPOSTO CONTRA SENTENÇA QUE DECIDIU PROCESSO CAUTELAR - OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - FATO NOVO - REJULGAMENTO DA LIDE - INVIABILIDADE - CUMPRIMENTO DO OFÍCIO JURISDICCIONAL - EMBARGOS REJEITADOS.

1 - Não há que se falar em omissão quanto a questão não suscitada, embora já ocorrida, antes do julgamento apontado como omissio. E nem de obscuridade ou contradição quando o recurso é julgado de acordo com o constante em seus autos.

2 - Inexistente qualquer hipótese legal de cabimento recursal (art. 535 do CPC), configura-se inviável a pretensão ao rejuízo da lide, porquanto, nos termos do art. 463 do CPC, extensivo aos Tribunais pátrios, uma vez publicado o acórdão, o Colegiado cumpre a prestação jurisdiccional, alterável tão-somente diante da ocorrência de erros materiais ou de obscuridade, contradição e omissão, hipóteses justificadoras da oposição de embargos de declaração. Ademais, não cabe a apreciação de fato novo em sede de embargos de declaração (cf. EDcl no RMS nº 11.542/MA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 12.2.2001).

3 - Acertadamente solucionada a lide quando do provimento do recurso especial e ausente qualquer vício no aresto a justificar a interposição dos aclaratórios, caracterizam-se como inadmissíveis, perfazendo-se inviável atribuir-lhes efeitos infringentes com relação ao decisum embargado, ora mantido por seus próprios fundamentos.

4 - Embargos de declaração rejeitados.

(STJ, EDRESP 668.686-SP, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezini, DJ 20.03.2006);

5. Importa destacar que consoante entendimento sufragado pelo Supremo Tribunal Federal, o Juiz não é obrigado a examinar todos os argumentos expendidos pelas partes, nem a se pronunciar sobre todos os artigos de lei, bastando que, no caso concreto, decline fundamentos suficientes para lastrear sua decisão (e.g., STF. AI 522624 AgR, Relator Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJ 6/10/2006).

8. Posto isso, NEGÓ PROVIMENTO aos Embargos de Declaração.

0. É como voto.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA  
Juíza Federal Relatora  
**ACÓRDÃO**

A Turma Nacional de Uniformização decidiu, por unanimidade, acompanhar o entendimento sufragado pela Juíza Federal Relatora.

Brasília, data supra.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA  
Juíza Relatora

PROCESSO: 5009563-04.2012.4.04.7003

ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): RICARDO FARIAS VOLPATO

PROC./ADV.: ERNANI JOSÉ PERA JUNIOR

OAB: PR-36423

#### EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISÃO, OBSCURIDADE OU OMISSÃO. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO JULGADO. NÃO PROVIMENTO.

1. Cuida-se de Embargos de Declaração opostos pelo INSS em face de Acórdão desta Turma Nacional de Uniformização que nos autos do Processo em epígrafe negou conhecimento ao Pedido de Uniformização por ele interposto.

2. Aduz o embargante, no entanto, que o julgado merece ser integrado, ante a omissão incidente sobre vários pontos concernentes à decadência.

3. Pois bem. A teor do art. 1022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: (a) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; (b) suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual o juiz devia se pronunciar de ofício ou a requerimento; e (c) corrigir erro material.

4. In casu, as razões recursais não apresentam qualquer fato ou fundamento jurídico que configure uma das hipóteses de admissibilidade acima declinadas.

5. Com efeito, o Acórdão recorrido analisou de maneira clara, completa a exaustiva a questão atinente a decadência, conforme se depreende das passagens a seguir reproduzidas, in verbis:

(...) 3. A TNU já firmou entendimento de que a decadência do direito de revisar o ato de concessão de benefício previdenciário concedido com data de início anterior a 28 de junho de 1997, quando publicada a Medida Provisória n.º 1.523- 9 (Lei n.º 9.528/97), ocorre dez anos contados do da vigência da referida MP, no caso, 1.º de agosto de 2007 (TNU - PEDILEF n.º 200851510445132, Rel. Juíza Federal Joana Carolina L. Pereira, DJ 11 jun. 2010; PEDILEF n.º 200670500070639, Rel. Juiz Federal Otávio Henrique Martins Port, DJ 24 jun. 2010; PEDILEF n.º 00619594520074013400, Rel. Juiz Janilson Bezerra de Siqueira, j. em 16/08/2012). Se o benefício tiver sido concedido após a MP nº 1.523-9/1997 PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS (posteriormente convertida na Lei 9.528/97), deve ser observado o prazo decenal. 4. Este entendimento foi recentemente cancelado, à unanimidade, pelo plenário do Supremo Tribunal Federal - STF, ao julgar o RE nº 626.489 em sede de repercussão geral, firmando a tese de que o prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 5. Neste mesmo julgado, o STF destacou que a inaplicabilidade do instituto da decadência previdenciária nas hipóteses de indeferimento ou cessação de benefício, sedimentando o entendimento de que "O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexistente prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário". (RE 626489, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 16/10/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-184 DIVULG 22-09-2014 PUBLIC 23-09-2014). 6. Na oportunidade, o Ministro Relator Luís Roberto Barroso fez uma importante distinção entre o direito ao benefício previdenciário em si - isto é, o denominado fundo do direito que tem caráter fundamental - e a graduação pecuniária das prestações. Esclarecendo que "No tocante ao direito à obtenção de benefício previdenciário, a disciplina legislativa não introduziu prazo algum. Vale dizer: o direito fundamental ao benefício previdenciário pode ser exercido a qualquer tempo, sem que se atribua qualquer consequência negativa à inércia do beneficiário. Esse ponto é reconhecido de forma expressa no art. 102, § 1º, da Lei nº 8.213/1993, bem como em diversas passagens em que a referida lei apenas dispõe que o atraso na apresentação do requerimento fará com que o benefício seja devido a contar do pedido, sem efeito retroativo. Nesse sentido, permanecem perfeitamente aplicáveis as Súmulas 443/STF e 85/STJ, na medida em que registram a imprescritibilidade do fundo de direito do benefício não



EMENTA

ASSISTÊNCIA SOCIAL. FIXAÇÃO DA DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO NA DATA ESTABELECIDNA PERÍCIA. ALEGADA AUSÊNCIA DE ANÁLISE DO ASPECTO SOCIAL. PARADIGMA APRESENTADO TRATANDO DE AUXÍLIO DOENÇA. ACÓRDÃO DESTECOLEGIADO GARANTINDO O RESTABELECIMENTO DO BENEFÍCIO DESDE SUA CESSAÇÃO COM BASE OBJETIVAMENTE NA INCAPACIDADE RECONHECIDA NO LAUDO PERICIAL. IMPRESTABILIDADE DO ACÓRDÃO APRESENTADO COMO PARADIGMA PARA EXAME DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO. RECURSO NÃO CONHECIDO.

Trata-se de PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL interposto pela parte Autora, insurgindo-se contra acórdão oriundo de Turma dos Juizados Especiais Federais, no bojo do qual foi mantida sentença de Primeiro Grau, em que foi julgado parcialmente procedente o pedido autoral visando à concessão de Benefício Assistencial por Invalidez, porém com a Data de Início do Benefício sendo fixado na data indicada no laudo pericial (24.01.2013), e não do requerimento administrativo (30.11.2011).

Argumenta que padece com moléstia infectocontagiosa incurável, em decorrência do que "os julgados se mostram equivocados, na medida em que deveriam ter considerado as questões sociais que envolvem o portador (...), que envolvem a sua reintegração social, com a análise não apenas da situação de saúde, mas também dos aspectos sociais envolvidos".

Paradigma apresentado: PEDILEF n. 200650500062090, rel. Juiz Federal Antonio Fernando Schenkel do Amaral, DOU 25.11.2011, reconhecendo que "o trabalho exercido pelo segurado no período em que estava incapaz decorre da necessidade de sobrevivência, com inevitável sacrifício da saúde do obreiro e possibilidade de agravamento do estado mórbido", motivo pelo qual o Auxílio Doença é devido desde a data do cancelamento.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.250/2001, "cabará pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questão de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei", sendo que "o pedido fundado em divergência de turmas de diferentes Regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgada por Turma de Uniformização, integrada por Juizes de Turma Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal" (§ 2º).

A Resolução CJF n. 345/2015 (RITNU), por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "competê à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material: I- fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões; II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".

O acórdão apresentado pela parte autora, ora recorrente, não se demonstra apto a servir como paradigma no Incidente de Uniformização Jurisprudencial interposto, na medida em que aborda matéria diversa da tratada nos presentes autos, dirimida no acórdão recorrido.

O litígio trazido a este Colegiado, através do IUJ sob análise, diz respeito a Benefício Assistencial reconhecido como devido em decorrência da comprovação de que a parte autora se encontra efetivamente incapaz para o exercício de atividades remuneradas que lhe assegurem o sustento, somada à sua situação de precariedade material, sustentando a parte demandante que, se fosse considerado o aspecto social, deveria ter retroagido à data do requerimento administrativo. No acórdão apresentado como paradigma, ao contrário, o litígio consistia em ser dirimido se era devido ou não o Benefício de Auxílio Doença durante o período em que o segurado do RGPS permaneceu trabalhando enquanto aguardava o restabelecimento desse Benefício Previdenciário, decidindo este Colegiado em favor do postulante, por considerar comprovado nos autos que sua incapacidade temporária persistia após a suspensão questionada em Juízo, tendo, em decorrência, laborado com sacrifício pessoal. No segundo caso, portanto, a questão posta ao Colegiado consistia em se elucidar se o recebimento de salário mensal era ou não circunstância excludente da obrigação da Autarquia Previdenciária em desembolsar, com efeito retroativo, os proventos devidos ao segurado, entendendo a Turma Recursal, no caso concreto, que o Auxílio Doença deveria lhe ser pago desde a data da cessação, uma vez comprovada nos autos, objetivamente, sua incapacidade temporária no período respectivo.

Assim, o presente Incidente de Uniformização não é passível de conhecimento por conta do paradigma inválido para o fim pretendido pela parte recorrente.

Pedido de Uniformização Jurisprudencial não conhecido (Art. 15, inciso I, RITNU). Sem honorários advocatícios e custas processuais. Brasília/DF, 23 de fevereiro de 2017.

RUI COSTA GONÇALVES

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5048482-37.2013.4.04.7000

ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

REQUERENTE: JOSÉ AILTON BARBOSA

PROC./ADV.: WILLYAN ROWER SOARES

OAB: PR-19887

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. CATEGORIA PROFISSIONAL. FRENTISTA. NÃO ENQUADRAMENTO NO ROL DOS DECRETOS N. 53.831/64 E 83.080/79. ENTENDIMENTO FIRMADO EM SEDE DE REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (TEMA 157). INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13/TNU. CONVERSÃO DE TEMPO COMUM EM ESPECIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E OS JULGADOS PARADIGMA. QUESTÃO DE ORDEM Nº 22 DA TNU. RECURSO IMPROVIDO.

1. Trata-se de Agravo Regimental interposto pelo Autor em face de decisão monocrática proferida pelo Exmo. Juiz Federal Sergio Murilo Wanderley Queiroga que, com fulcro no art. 8º, IX, do RITNU (Res. nº 345/2015), não conheceu o pedido de uniformização por ele interposto.

2. Fundou-se o decisum recorrido na constatação de que: (a) em relação ao pedido de reconhecimento da especialidade da atividade de frentista, por presunção legal, incide a Questão de Ordem nº 13/TNU, dado que o entendimento sufragado no julgado recorrido está em sintonia com a jurisprudência desta Turma Nacional; e (b) que em relação à conversão de tempo comum em especial não está caracterizada a divergência (Questão de Ordem nº 22/TNU), dado que os paradigmas apresentados tratam de questão distinta, a saber, a conversão de tempo especial em comum.

3. Defende a agravante, no entanto, que o recurso merece ser conhecido, ainda que em parte, dada a total similitude entre os julgados atinentes à conversão do tempo comum em especial. Aduz, em suma, que em ambos os casos se trata da aplicação do princípio tempus regit actum.

4. Pois bem. Nos termos do art. 32 do RITNU (Res. nº 345/2015), cabe agravo regimental da decisão do relator, no prazo de quinze dias. Se não houver retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo seu voto.

5. In casu, analisando detidamente o feito, verifica-se que a conclusão alcançada pelo Exmo. Relator não merece reparos.

6. Com efeito, em relação à tese atinente ao reconhecimento da especialidade da atividade de frentista por presunção legal, inexistente a incidência da Questão de Ordem nº 13/TNU.

7. Como é cediço, esta Turma Nacional, em sede de Representativo de Controvérsia - Tema 157 - firmou a tese de que "Não há presunção legal de periculosidade da atividade do frentista, sendo devida a conversão de tempo especial em comum, para concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, desde que comprovado o exercício da atividade e o contato com os agentes nocivos por formulário ou laudo, tendo em vista se tratar de atividade não enquadrada no rol dos Decretos n. 53.831/64 e 83.080/79". (PEDILEF 50095223720124047003, Rel. Juíza Federal Kyu Soon Lee, Publicado em 26/09/2014).

8. No que tange à tese referente à conversão de tempo comum em especial, vejo que, de fato, do cotejo analítico entre o acórdão combatido e os precedentes paradigmas, cuidam se situações fático-jurídicas distintas.

9. Com efeito, o julgado recorrido trata do indeferimento do pedido de conversão de tempo comum em especial, fundando-se, para tanto, nos seguintes argumentos:

(...), quanto ao pedido de conversão de tempo de serviço comum em especial, tem-se que o dispositivo que previa a possibilidade desta conversão era o art. 57, § 3º, da Lei n. 8.213/91, em sua redação original: Art. 57. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta lei, ao segurado que tiver trabalhado durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme a atividade profissional, sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. § 3º O tempo de serviço exercido alternadamente em atividade comum e em atividade profissional sob condições especiais que sejam ou venham a ser consideradas prejudiciais à saúde ou à integridade física será somado, após a respectiva conversão, segundo critérios de equivalência estabelecidos pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, para efeito de qualquer benefício. No entanto, a partir da alteração introduzida pela Lei n. 9.032/95, restou vedada a conversão de tempo de serviço comum em tempo de serviço especial, nos termos do art. 57, § 5º da Lei n. 8.213/91, já transcrito. Nesse diapasão, considerando que na data da publicação da Lei nº 9.032/95, o segurado não havia implementado todos os requisitos necessários para obtenção da aposentadoria especial, não faz jus à conversão reclamada, pois, como dito, a partir de então, esta passou a ser vedada. Note-se que, diferentemente do que ocorre com as atividades desempenhadas sob condições especiais, o tempo de serviço comum a ser convertido em tempo especial rege-se pela legislação vigente à época da concessão da aposentadoria. Isso porque, antes da aquisição do direito à aposentadoria e da sua concessão, não se pode cogitar de direito à conversão de tempo de serviço especial em tempo de serviço comum. (...) (Destacamos).

10. Os julgados paradigma, no entanto, não cuidam do mesmo pedido, mas de pleito atinente à conversão de tempo especial em comum, situação fática e juridicamente distinta. Repare-se que o próprio Acórdão recorrido, nos fundamentos acima reproduzidos, destaca a necessidade de atentar para tal distinção para fins de definir qual a legislação a ser aplicável (se aquela vigente à época em que realizada a atividade, ou aquela vigente no momento da concessão da aposentadoria).

11. Diante de tal argumento - que representa, como se vê, o ponto cerne do entendimento sufragado no ponto recorrido - de nada vale, para ilustrar a necessária divergência, a juntada de precedentes no sentido de que o direito à conversão de tempo especial em comum se rege pela legislação vigente à época em que realizada a atividade (tempus regit actum), já que não é desta hipótese que trata o julgado recorrido.

requerido. A decadência instituída pela MP nº 1.523- 9/1997 atinge apenas a pretensão de rever benefício previdenciário". Em outras palavras: a pretensão de discutir a graduação econômica do benefício já concedido. Como é natural, a instituição de um limite temporal máximo destina-se a resguardar a segurança jurídica, facilitando a previsão do custo global das prestações devidas". 7. Outrossim, recentemente a Turma Nacional de Uniformização cancelou a Súmula nº. 64 (O direito à revisão do ato de indeferimento de benefício previdenciário ou assistencial sujeita-se ao prazo decadencial de dez anos), tendo editado a Súmula n. 81 (Não incide o prazo decadencial previsto no art. 103, caput, da Lei n. 8.213/91, nos casos de indeferimento e cessação de benefícios, bem como em relação às questões não apreciadas pela Administração no ato da concessão). 8. In casu, verifica-se que acerca do período compreendido entre 12/03/1973 a 04/04/1975, não houve pedido, nem análise de reconhecimento do exercício da atividade especial, não tendo se iniciado então, o prazo prescricional de fundo de direito. 9. Nesse pórtico, se faz imperativo ressaltar que a prescrição não alcança o fundo de direito em relação ao pedido de reconhecimento do período citado (12/03/1973 a 04/04/1975), mas somente as parcelas anteriores aos cinco anos do ajuizamento da ação. 10. Deste modo, inevitável o reconhecimento de que, no caso em exame, não restou caracterizada a decadência. (...)

6. Em verdade, vale-se o autor-embargante desta via não para corrigir eventual obscuridade/omissão/contradição, mas para provocar uma rediscussão de matéria com vistas à mudança do entendimento sufragado no Acórdão recorrido.

7. Ocorre que, consoante firme entendimento jurisprudencial, aos Embargos de Declaração não é cabível o empréstimo de efeitos infringentes para rediscutir questão válida e devidamente analisada pela decisão atacada. Neste sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - PROCEDÊNCIA - APELAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE EFEITO APENAS DEVOLUTIVO - ART. 520, IV, DO CPC - RECURSO INTERPOSTO CONTRA SENTENÇA QUE DECIDIU PROCESSO CAUTELAR - OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - FATO NOVO - REJULGAMENTO DA LIDE - INVIABILIDADE - CUMPRIMENTO DO OFÍCIO JURISDICIONAL - EMBARGOS REJEITADOS.

1 - Não há que se falar em omissão quanto a questão não suscitada, embora já ocorrida, antes do julgamento apontado como omisso. E nem de obscuridade ou contradição quando o recurso é julgado de acordo com o constante em seus autos.

2 - Inexistente qualquer hipótese legal de cabimento recursal (art. 535 do CPC), configura-se inviável a pretensão ao re julgamento da lide, porquanto, nos termos do art. 463 do CPC, extensivo aos Tribunais pátrios, uma vez publicado o acórdão, o Colegiado cumpre a prestação jurisdicional, alterável tão-somente diante da ocorrência de erros materiais ou de obscuridade, contradição e omissão, hipóteses justificadoras da oposição de embargos de declaração. Ademais, não cabe a apreciação de fato novo em sede de embargos de declaração (cf. EDcl no RMS nº 11.542/MA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 12.2.2001).

3 - Acertadamente solucionada a lide quando do provimento do recurso especial e ausente qualquer vício no aresto a justificar a interposição dos aclaratórios, caracterizam-se como inadmissíveis, perfazendo-se inviável atribuir-lhes efeitos infringentes com relação ao decisum embargado, ora mantido por seus próprios fundamentos.

4 - Embargos de declaração rejeitados. (STJ, EDRESP 668.686-SP, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezini, DJ 20.03.2006);

8. Importa destacar que consoante entendimento sufragado pelo Supremo Tribunal Federal, o Juiz não é obrigado a examinar todos os argumentos expendidos pelas partes, nem a se pronunciar sobre todos os artigos de lei, bastando que, no caso concreto, decline fundamentos suficientes para lastrear sua decisão (e.g., STF. AI 522624 AgR, Relator Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJ 6/10/2006).

9. Isto posto, NEGÓ PROVIMENTO aos Embargos de Declaração.

10. É como voto. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA

Juíza Federal Relatora

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização decidiu, por unanimidade, acompanhar o entendimento sufragado pela Juíza Federal Relatora.

Brasília, data supra.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA

Juíza Relatora

PROCESSO: 5031395-59.2013.4.04.7100

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: MARCIA CORREA FERRAZ

PROC./ADV.: LUCIANA PEREIRA DA COSTA

OAB: RS-56506

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES

12. Neste panorama, inexorável a incidência da Questão de Ordem nº 22, desta Turma Nacional, segundo a qual é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.

13. Assim sendo, NEGÓ PROVIMENTO ao Agravado.

14. É como voto.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA  
Juíza Federal

#### ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização decidiu, por unanimidade, acompanhar o entendimento sufragado pela Juíza Federal Relatora.

Brasília, data supra.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA

Juíza Relatora

PROCESSO: 5064475-86.2014.4.04.7000

ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): SONIA REGINA FURIATTI

PROC./ADV.: EDUARDO KOETZ

OAB: RS-73409

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUISA HICKEL GAM-

BA

#### EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO. ART. 29, II, DA LEI N. 8.213/91. DECADÊNCIA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO.

Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS contra acórdão da 4ª Turma Recursal do Paraná, que deu provimento a recurso interposto pela parte adversa contra sentença que havia pronunciado a decadência do direito à revisão do benefício previdenciário com base no art. 29, II, da Lei n. 8.213/91.

Entendeu a Turma Recursal de origem que deviam ser declaradas prescritas apenas as parcelas vencidas antes de 15/04/2005.

Alega o recorrente que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado por esta Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do processo 0507059-60.2008.4.05.8201, no qual foi assentado que se aplica o prazo decadencial do art. 103 da Lei n. 8.213/91 à revisão do ato de concessão do benefício, bem como que contraria a súmula 64 desta Turma.

O incidente foi admitido pelo Presidente desta Turma de Uniformização, mediante provimento de agravo interposto contra decisão do juízo preliminar de inadmissibilidade.

É o breve relatório.

O incidente é tempestivo, mas não merece conhecimento.

De início, cabe ressaltar que esta Turma cancelou a súmula 64 em 18/06/2015.

No mais, não foi demonstrada a similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e o paradigma desta Turma indicado, uma vez que o paradigma nada refere sobre a revisão com base no art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, razão por que o incidente não deve ser conhecido.

Por outro lado, a matéria sequer foi prequestionada, uma vez que a Turma Recursal de origem, apesar de relatar a insurgência do autor, nada referiu na fundamentação sobre decadência, ao que o ora recorrente não opôs embargos de declaração.

Além de tudo isso, também a questão de ordem 13 imporia o não conhecimento do incidente, uma vez que o acórdão recorrido (ou sua conclusão) está em consonância com a tese fixada por esta Turma em sede de representatividade de controvérsia (Tema 134, cujo leading case foi o PEDILEF 5004459-91.2013.4.04.7101/RS):

A revisão do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente da conversão do auxílio-doença, nos termos do art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, sujeita-se ao prazo decadencial previsto no art. 103 da mesma Lei, cujo marco inicial é a data da concessão do benefício originário. O prazo decadencial para revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91 se inicia a contar de 15/04/2010, em razão do reconhecimento administrativo do direito, perpetrado pelo Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBENS/PFEINSS. Em razão do Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBENS/PFEINSS, de 15-4-2010, que reconhece o direito do segurado à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, os prazos prescricionais em curso voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação. Vide Tema 120.

Pelo exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização interposto pelo INSS.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa da Relatora.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

LUÍSA HICKEL GAMBA  
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5074183-54.2014.4.04.7100  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE

DO SUL

REQUERENTE: MARLI TERESINHA DA SILVA PEREIRA

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO

ANDREOTTI SPIZZIRRI

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. DISCUSSÃO SOBRE A NECESSIDADE DE A PERÍCIA SER REALIZADA POR MÉDICO ESPECIALISTA NA ENFERMIDADE (CARDIOLÓGICA). ALEGAÇÃO DE NULIDADE DO JULGADO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E OS PARADIGMAS. DISENSENÃO NÃO DEMONSTRADO. INVIABILIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. SÚMULA Nº 42. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA Nº 43. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, confirmando a sentença, manteve o indeferimento de benefício por incapacidade, em razão da ausência de demonstração da inaptidão laborativa da requerente.

2. A suscitante alega que o acórdão recorrido contraria a jurisprudência dessa TNU, no sentido de que apresentando a seguradora quadro médico complexo, faz jus à realização de perícia médica com especialista na patologia que a acomete, o que não foi observado no caso concreto.

3. O incidente de uniformização não merece ser conhecido.

4. O alegado dissenso jurisprudencial não restou devidamente demonstrado pela parte interessada, nos termos exigidos pelo art. 15, I, do RITNU. Com efeito, o primeiro paradigma não apresenta similitude fático-jurídica com o julgado recorrido, tendo em vista que naquele restou assente a necessidade de perícia com especialista por se tratar de quadro médico complexo (de doença neurológica), enquanto que aqui o julgado reconheceu ser dispensável o exame por médico cardiologista, ante a constatação, isolada, de apresentar a parte autora singelo quadro de hipertensão arterial durante exame médico com profissional do quadro da própria AGU, recorrente. Tampouco se vislumbra essa similitude em relação ao segundo paradigma, pois também o quadro mórbido apresentado (epilepsia e comprometimento cognitivo) é substancialmente distinto do caso em exame, bem como foi indicada, naquele feito, a insuficiência de elementos de convicção, na perícia, para justificar um parecer conclusivo acerca do estado incapacitante, deficiência probatória tida por inócua no caso em exame. De se destacar que a modificação da conclusão do acórdão recorrido demandaria reexame da prova, circunstância vedada pela Súmula nº 42.

5. Ainda assim, a alegada necessidade de complementação probatória estaria a desafiar questão de ordem processual, insurgência de impossível veiculação em sede de pedido de uniformização de jurisprudência, a teor da Súmula nº 43 da TNU.

6. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501951-28.2014.4.05.8108

ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): MARIA LUIZA BARBOSA SOUSA

PROC./ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA

OAB: CE-6584

PROC./ADV.: ALEXANDRE COUTO UCHOA

OAB: CE-12152

PROC./ADV.: JOÃO VICTOR FONTENELE CAMPOS

OAB: CE-27502

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 042 DESTA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. Formula o INSS pedido nacional de uniformização de jurisprudência em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado da Ceará:

VOTO

Trata-se de recurso inominado interposto pelo réu e visando à reforma da sentença que julgou procedente seu pedido inicial.

Dispensado o relatório, nos termos do Art. 38 da Lei 9.099/95.

Decido.

Analisando a sentença de primeiro grau entendo que a mesma não deve ser modificada, uma vez que o magistrado sentenciante aplicou corretamente o direito autoral ao caso em questão.

Com efeito, dispõe o art. 46 da Lei nº 9.099/95, in verbis: Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.

No caso em tela, tendo o autor nascido em 17/10/1958 (anexo 01 - pág.04/05), teve por completada a idade mínima para a obtenção da aposentadoria rural em 17/10/2013, ano em que atingiu 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, atendendo, portanto, o primeiro requisito, tendo apresentado requerimento administrativo em 24/01/2014 (anexo 02 - pág.16).

Do cotejamento das provas, a parte autora, para a comprovação do seu direito, apresentou os seguintes documentos: certidão de casamento com indicação de seu cônjuge, Sr. Francisco Sérgio da Silva Sousa, emitida em 23 de setembro de 2003, como lavrador e a requerente como doméstica (anexo 01 - pág.09); aviso de Pagamento, emitido em 05/04/1999, em nome da autora, relativo ao Programa de Ações Governamentais de Apoio aos Trabalhadores Rurais do Governo do Estado do Ceará (Prefeituras Municipais - COMDEC) (anexo 01 - pág.14); Documentos emitidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sobral, com data de filiação em 05/12/2011 (anexo 01 - pág.18/23); Título de Eleitor emitido em 13/10/2003, em Miraima/CE (anexo 01- pág.05); Comprovante de Inscrição na Previdência Social - Cadastro no CNIS, como Segurado Especial, em nome da autora, realizado em 24/01/2014, onde informa o exercício da atividade de forma individual (anexo 2 - pág.01/02); Carteira de Filiação ao Sindicato Rural de Miraima/CE, com data de filiação em 05/02/2011 e data de expedição em 05/12/2011 (anexo 2 - pág.08); CNIS em nome da autora, sem indicação de vínculos urbanos (anexo 6 - pág.01), dentre outros documentos de menor importância.

Assim, os presentes autos foram instruídos com documentos que sugerem início de prova material válida, dentre os quais a Certidão de Casamento na qual consta a profissão de agricultor para o esposo, o Aviso de Recebimento relativo a programa estadual de combate à seca, Título de Eleitor emitido no Município de Miraima, Carteira de Filiação a Sindicato Rural, fato que indica que o requerente exerceu o labor rural, conforme alegado na inicial.

Cumpram ressaltar, aliás, que os vínculos urbanos existentes no CNIS (anexo 06-pag.03/04), em nome de Francisco Sérgio da Silva Sousa, esposo da autora, não são capazes de desqualificar o labor agrícola exercido por ela, já que a requerente sempre trabalhou na agricultura, primeiro com o pai e, a maior parte do tempo, individualmente, mesmo após o casamento, em 2003, tudo isso confirmado em audiência e já antecipado na petição inicial.

Para reforçar o argumento alinhado, observa-se no CNIS que o cônjuge da requerente possui vínculos entre 1977 e 1997, quando ainda era solteiro. Somente a partir de 01/09/2005 é que ele voltou a ter novos vínculos urbanos. Atualmente, como dito pela autora em audiência, ele ainda trabalha como empregado urbano, na função de servente.

Ocorre que, em 2003, quando eles se casaram, não há registro no CNIS de atividade urbana. Segundo a requerente, após o casamento, seu cônjuge foi trabalhar "com gado" e ela continuou na roça. Esses fatos, inclusive, deram a este juízo a segurança necessária para conferir, à certidão de casamento, a credibilidade esperada, como início de prova material.

Tudo isso revela que, não obstante o exercício de atividade urbana por seu cônjuge, a parte autora nunca se afastou da agricultura, nela permanecendo, inicialmente com seu pai, mas, a maior parte de sua vida, desenvolvendo-a individualmente.

Aliás, a Súmula nº 41 da TNU incide adequadamente neste caso, ao dispor que "A circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, condição que deve ser analisada no caso concreto."

É oportuna, ainda, a lembrança do enunciado nº 14 da Turma Nacional de Uniformização das Decisões dos Juizados Especiais Federais: "Para a concessão de aposentadoria rural por idade, não se exige que o início de prova material, corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício."

No caso, verifica-se que a prova oral produzida em audiência é consistente e sem contradições, demonstrando a parte autora, em seu depoimento, conhecimento acerca do trabalho rural, pois foi capaz, por exemplo, de explicar convincentemente a finalidade da "dobra do milho", sendo importante destacar que a demandante foi segura, demonstrando possuir conhecimento sobre o labor rural e fornecendo elementos suficientes para concluir-se que realmente dedicou sua vida ao trabalho na roça.

Inevitável reconhecer, de igual modo, que a parte autora produziu, em audiência, a mais importante das provas, com sua simples presença física e linguagem peculiar, mãos calejadas, unhas de agricultora, conhecimento abundante, com vocabulário próprio, da vida do agricultor nordestino. Nenhuma outra prova material poderia ser mais relevante.

Por derradeiro, tem-se que o testemunho é harmônico com o depoimento pessoal da autora e com a narração constante da inicial, sobretudo no que toca ao conhecimento sobre o labor campesino, além de destacar que, pelo que tem conhecimento, a autora se dedica à agricultura há 15 (quinze) anos e, mesmo o seu esposo sendo servente, ela já estava acostumada com a agricultura e, por isso, nunca deixou de exercê-la.

Desse modo, uma vez que restou demonstrada a qualidade de segurado especial da requerente e o exercício de atividade rural durante o período de carência, assiste razão à parte autora, devendo ser concedido o benefício pleiteado, tendo como termo inicial a data do requerimento administrativo.



Conforme determina o aludido preceito, se o órgão colegiado entender que o teor da sentença recorrida não merece qualquer re forma, por haver aplicado corretamente o direito aplicável à espécie, poderá ela ser confirmada pelos próprios fundamentos, servindo de acórdão a súmula de julgamento. É esta a hipótese constatada in casu.

Por tal razão, mantenho in totum a sentença recorrida, valendo-me dos fundamentos do julgado monocrático como causa de decidir, na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 1º da Lei nº 10.259/2001, com a súmula de julgamento servindo de Acórdão.

Com isso, nego provimento ao recurso da parte ré, para confirmar a sentença recorrida em todos os seus termos pelos seus próprios fundamentos.

Condeno o recorrente vencido em honorários advocatícios na base de 10 % sobre o valor de condenação, nos termos da sumula nº 111 do STJ.

É como voto.

Fortaleza, 18 de novembro de 2014.

Sustenta, em síntese, que: (a) a autora não apresenta nem aparência, nem conhecimento agrícola; (b) deve ser descaracterizada a sua condição de segurada especial; e (c) quando perfez o requisito etário, não era trabalhadora rural.

Aponta como paradigma julgado de Turma Recursal do Estado de Minas Gerais (processo n.º 2007.38.00.730639-1).

2. O Min. Presidente deste colegiado encaminhou o feito a esta Relatoria para melhor análise.

3. Entendo que o presente incidente de uniformização não merece ser conhecido.

É que foi com base em interpretação particular de elementos específicos constantes dos autos que se chegou à conclusão exposta no acórdão recorrido:

Assim, os presentes autos foram instruídos com documentos que sugerem início de prova material válida, dentre os quais a Certidão de Casamento na qual consta a profissão de agricultor para o esposo, o Aviso de Recebimento relativo a programa estadual de combate à seca, Título de Eleitor emitido no Município de Mirafima, Carteira de Filiação a Sindicato Rural, fato que indica que o requerente exerceu o labor rural, conforme alegado na inicial.

Cumprе ressaltar, aliás, que os vínculos urbanos existentes no CNIS (anexo 06-pag. 03/04), em nome de Francisco Sérgio da Silva Sousa, esposo da autora, não são capazes de desqualificar o labor agrícola exercido por ela, já que a requerente sempre trabalhou na agricultura, primeiro com o pai e, a maior parte do tempo, individualmente, mesmo após o casamento, em 2003, tudo isso confirmado em audiência e já antecipado na petição inicial.

Para reforçar o argumento alinhado, observa-se no CNIS que o cônjuge da requerente possui vínculos entre 1977 e 1997, quando ainda era solteiro. Somente a partir de 01/09/2005 é que ele voltou a ter novos vínculos urbanos. Atualmente, como dito pela autora em audiência, ele ainda trabalha como empregado urbano, na função de servente.

Ocorre que, em 2003, quando eles se casaram, não há registro no CNIS de atividade urbana. Segundo a requerente, após o casamento, seu cônjuge foi trabalhar "com gado" e ela continuou na roça. Esses fatos, inclusive, deram a este juízo a segurança necessária para conferir, à certidão de casamento, a credibilidade esperada, como início de prova material.

Tudo isso revela que, não obstante o exercício de atividade urbana por seu cônjuge, a parte autora nunca se afastou da agricultura, nela permanecendo, inicialmente com seu pai, mas, a maior parte de sua vida, desenvolvendo-a individualmente.

(...)

No caso, verifica-se que a prova oral produzida em audiência é consistente e sem contradições, demonstrando a parte autora, em seu depoimento, conhecimento acerca do trabalho rural, pois foi capaz, por exemplo, de explicar convincentemente a finalidade da "do bra do milho", sendo importante destacar que a demandante foi segura, demonstrando possuir conhecimento sobre o labor rurícola e fornecendo elementos suficientes para concluir-se que realmente dedicou sua vida ao trabalho na roça.

Inevitável reconhecer, de igual modo, que a parte autora produziu, em audiência, a mais importante das provas, com sua simples presença física e linguagem peculiar, mãos calejadas, unhas de agricultora, conhecimento abundante, com vocabulário próprio, da vida do agricultor nordestino. Nenhuma outra prova material poderia ser mais relevante.

Por derradeiro, tem-se que o testemunho é harmônico com o depoimento pessoal da autora e com a narração constante da inicial, sobretudo no que toca ao conhecimento sobre o labor campesino, além de destacar que, pelo que tem conhecimento, a autora se dedica à agricultura há 15 (quinze) anos e, mesmo o seu esposo sendo servente, ela já estava acostumada com a agricultura e, por isso, nunca deixou de exercê-la.

E, para desconstituir esses fundamentos de decidir da Turma Recursal de Origem, seria necessário reexaminar o conjunto fático-probatório, o que é vedado em sede de processo objetivo de pedido de uniformização, nos termos da Súmula n.º 042 desta TNU.

4. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência veiculado pela Autarquia Previdenciária não merece ser conhecido.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA formulado pelo INSS, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 12 de maio de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503214-65.2014.4.05.8312

ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernam-

buco

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): GERALDO IZIDIO DA SILVA

PROC./ADV.: MÁRCIA CRISTINA BORBA

OAB: PE-30411

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

## EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE PARADIGMA VÁLIDO. PRECEDENTES DE TRFs NÃO SE PRESTAM PARA CARACTERIZAÇÃO DE DIVERGÊNCIA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Transcrevo a emenda do aludido acórdão:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO PARA EFEITO DE CARÊNCIA. CONVERSÃO DO TEMPO ESPECIAL EM COMUM. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE. ATIVIDADE RURAL EM AGROINDÚSTRIA/AGROPECUÁRIA. PERÍODO ANTERIOR À LEI 9.032/95. ENQUADRAMENTO PROFISSIONAL. ITEM 2.2.1 DO DECRETO nº 53.831/64. NÃO COMPROVAÇÃO DA EXPOSIÇÃO AOS AGENTES NOCIVOS NO PERÍODO POSTERIOR A 28/04/1995. POERIA MINERAL. LAUDO GENÉRICO. RECURSO DO INSS PARCIALMENTE PROVIDO.

Sustenta a parte autora, em seu incidente, em síntese, que é possível o reconhecimento como especial da atividade de trabalhador rural, com o enquadramento no código 2.2.1 do Anexo do Decreto n.º 53.831/1964.

Aponta como paradigma julgado da TRU da 5ª Região (processo n.º 0513531-91.2010.4.05.8400). Os demais paradigmas são todos de TRFs.

2. Em 2012, tinha esse colegiado que o Decreto n.º 53.831/64, no seu item 2.2.1, considerava como insalubre somente os serviços e as atividades profissionais desempenhados na agropecuária, não se enquadrando como tal o labor apenas na lavoura (PEDILEF 200871580019758).

Entretanto, tal jurisprudência restou alterada quando do julgamento do representativo de controvérsia n.º 0500180-14.2011.4.05.8013. Por meio dele, esta TNU uniformizou o entendimento no sentido de que a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto n.º 53.831/1964, refere-se tanto aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais. Dessa forma, a alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida.

Nesse sentido, a mais atualizada jurisprudência desta TNU: PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO FORMULADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. TEMPO DE ATIVIDADE ESPECIAL. TRABALHADOR RURAL. AGROPECUÁRIA. MUDANÇA DE ENTENDIMENTO DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Prolatado acórdão pela Segunda Turma Recursal de Pernambuco, que negou provimento ao recurso do Autor, para manter a sentença que não reconheceu como atividade especial o trabalho rural no período de 01/09/1976 a 16/12/1998. 2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto tempestivamente pelo Autor, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento da Segunda Turma Recursal de São Paulo (processo nº 0004398-18.2007.4.03.6307), segundo o qual o labor rural configura a especialidade prevista no item 2.2.1 do Quadro Anexo do Decreto nº 53.831/64. 3. Incidente não admitido pela Presidência da Turma de origem, sendo os autos encaminhados a esta Turma Nacional após agravo. 4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. 5. Configurado o dissídio, posto que o acórdão recorrido entendeu que, "(...) O enquadramento no item 2.2.1 do Decreto 53.831/64 depende de efetiva comprovação de atividade agropecuária, não abrangendo todas as espécies de trabalhadores rurais, motivo pelo qual a atividade exercida pelo autor como rurícola não pode ser considerada como de natureza especial. 3. No caso vertente, não há nos autos qualquer prova de que o autor se dedicasse a atividade que envolvesse agricultura e pecuária (agropecuária).", grifo no original. 6. A TNU, inclusive esta Relatoria, tinha o entendimento de que somente o tra-

balho agrário e pecuário configura o labor especial. Entretanto, houve mudança de entendimento, tanto que na sessão passada foi julgado o processo nº 0500180-14.2011.4.05.8013, Representativo de Controvérsia, onde consta que: "(...) esta Turma, no julgamento do Pedilef 0509377-10.2008.4.05.8300 (Relator p/ acórdão Juiz Federal André Carvalho Monteiro, j. 04/06/2014), uniformizou o entendimento de que a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto n.º 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. Dessa forma, a alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida. (...) (Rel. João Batista Lazzari, DJ 11/09/2014). 7. Copio ex-certo esclarecedor do Voto Vencedor do citado PEDILEF nº 0509377-10.2008.4.05.8300: "(...) Revisão da interpretação adotada por esta Turma Nacional de Uniformização, fixando entendimento de que a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. (...) (Rel. Designado Juiz Federal André Carvalho Monteiro, D.J. 04/06/2014). 8. Como o tempo de labor como "lavrador" abrange período antes e depois da Lei nº 9.032/95, necessário o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para a análise das provas produzidas, nos termos da Questão de Ordem nº 20 da TNU. 9. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e parcialmente provido para (i) reafirmar a tese de que "a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial"; (ii) anular o acórdão recorrido, determinando a realização de novo julgamento à luz do entendimento desta Turma Nacional. (PEDILEF 05003939620114058311, Rel. Juíza Federal KYU SOON LEE, DOU 24/10/2014, PÁGINAS 126/240) (grifei)

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. TRABALHADOR RURAL. EMPRESA AGROINDUSTRIAL E AGROCOMERCIAL. POSSIBILIDADE. MATÉRIA UNIFORMIZADA. VIGILANTE. ENQUADRAMENTO ATÉ 28/04/1995. CATEGORIA PROFISSIONAL. ACÓRDÃO QUE CONFIRMA SENTENÇA FUNDAMENTADA NO CONJUNTO PROBATÓRIO. SÚMULA TNU N. 42. INCIDENTE PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto contra acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Alagoas que confirmou a sentença assim fundamentada: "[...] Neste diapasão, examinando-se os autos e em conformidade com o pedido do autor em sua inicial, percebe-se que o tempo de serviço trabalhado de 10/07/1980 a 13/01/1981, 09/03/1981 a 03/02/1982 e 05/03/1982 a 28/04/1995, deve ser contado como especial por enquadramento em categoria profissional, uma vez que o autor comprovou satisfatoriamente, mediante anotações em sua CTPS, laudo e PPP (constantes no processo administrativo), que exerceu atividades em condições especiais, como trabalhador rural, vigia e vigilante, sendo que, nestes últimos vínculos o autor trabalhava portando arma de fogo (anexo nº 8, pág. 6), o que é suficiente para comprovar o tempo de serviço especial, de acordo com o Decreto nº 53.831/64, item 2.5.7. Neste sentido, é a jurisprudência do STJ, TRF da 5ª Região e TNU [...]". 2. Em seu pedido de uniformização, o INSS defende que o acórdão recorrido contraria a jurisprudência da 2ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, desta Turma Nacional e do Superior Tribunal de Justiça, trazendo ao conhecimento deste Colegiado os seguintes temas: a) que somente as atividades prestadas por trabalhadores da agropecuária, que tenham efetivamente laborado na lavoura e na pecuária, é que podem ser enquadradas por categoria profissional, nos termos do Decreto n. 53.831/64, que não teria contemplado o exercício de atividade rural na lavoura como insalubre (paradigma processo n. 2008.71.64.002558-7, TRRS; e RESP 291.404/SP); e b) que o enquadramento como especial da atividade de vigilante ou vigia somente é possível se comprovada a habilitação para o exercício da atividade e o porte de arma de fogo (paradigma Pedilef 200871950073870). 3. O incidente de uniformização foi admitido na origem. 4. Quanto ao ponto a, esta Turma, no julgamento do Pedilef 0509377-10.2008.4.05.8300 (Relator p/ acórdão Juiz Federal André Carvalho Monteiro, j. 04/06/2014), uniformizou o entendimento de que a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto n.º 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. Dessa forma, a alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida. 5. No tocante ao ponto b, entendo que o pedido de uniformização não pode ser conhecido. Afirmo isso apenas com base nos fundamentos da sentença que enfatiza que, quanto à atividade de vigilante, houve prova do porte de arma de fogo. É dizer, verificar as alegações do INSS - de que a instância julgadora anterior considerou como tempo especial o período laborado pelo autor na condição de vigilante/vigia, sem prova da habilitação e do efetivo porte de arma de fogo -, demandaria, necessariamente, o reexame de provas, providência inviável em sede de uniformização de jurisprudência nos termos da Súmula TNU 42 ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato"). 6. Julgamento nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "a", do RITNU, servindo como representativo de controvérsia. (PEDILEF

05001801420114058013, Rel. Juiz Federal JOÃO BATISTA LAZ-ZARI, DOU 26/09/2014, PÁG. 152/227) (grifei)

Por tudo isso, o incidente mereceria ser provido.

Ocorre que a parte autora não apontou paradigma válido para fins de conhecimento do incidente, sendo que precedentes da mesma Região ou de TRFs não se prestam para tal finalidade, nos termos do art. 14 da Lei n.º 10.259/2001 (PEDILEF 50121687420134047200, Rel. Juiz Federal MARCOS ANTÔNIO GARAPA DE CARVALHO, DOU 11/03/2016).

3. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora não merece ser conhecido.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 20 de julho de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0507418-79.2014.4.05.8401

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: LETÔNIO FERREIRA PEIXOTO

PROC./ADV.: ABEL ICARO MOURA MAIA

OAB: RN-12240

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. QUESTÃO DE ORDEM N.º 022 DESTA TNU. SÚMULA N.º 042 DESTE COLEGIADO. NÃO CONHECIMENTO.

1. Formula a parte autora pedido nacional de uniformização de jurisprudência em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL E/OU APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM CONVERSÃO DE TEMPO ESPECIAL EM COMUM. ATIVIDADE DESENVOLVIDA SOB CONDIÇÕES ESPECIAIS. PARCIAL CARACTERIZAÇÃO. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO INOMINADO DO INSS.

1. Cuida-se de recurso inominado interposto pelo INSS contra sentença que reconheceu como de natureza especial a(s) atividade(s) desenvolvida(s) durante os períodos de 17/03/1980 a 24/09/1981 e 11/02/1984 a 25/01/1996 (MAISA), 15/08/2008 a 05/01/2009 (CONSTRUTORA ELOS ENGENHARIA LTDA) e 12/01/2009 a 17/06/2011 (TENACE ENGENHARIA LTDA).

2. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida na Lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei (art. 57 da Lei nº 8.213/1991). A aposentadoria por tempo de contribuição será devida ao segurado após 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem, ou 30 (trinta) anos, se mulher (art. 56 do Decreto nº 3.048/1999). Já a aposentadoria proporcional pressupõe idade mínima de 53 anos, tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de 30 (trinta) anos, se homem, de 25 (vinte e cinco) anos, se mulher, e um período adicional de contribuição equivalente a 40 (quarenta por cento) do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior" (§ 1º, art. 9º da EC n. 20/98).

3. Quanto ao reconhecimento de atividade como especial, impõe-se a observância das normas legislativas regentes à época da prestação do serviço (tempus regit actum), nos seguintes termos: a) até 28.04.1995, admite-se o reconhecimento do tempo de serviço especial, apenas com base na categoria profissional do trabalhador e/ou na exposição a agentes nocivos, salvo o ruído, diante da Lei nº 3.807/60 e seus Decretos nº 53.831/64 e 83.080/79; b) entre 29.04.1995 e 05.03.1997, a especialidade do vínculo se comprova unicamente com base na exposição a agentes nocivos, cuja comprovação se faz por meio dos formulários SB-40 e DSS-8030, em razão do advento da Lei 9.032/1995; c) após 06.03.1997 e, até 31.12.2003, a demonstração do tempo de serviço especial por exposição a agentes nocivos passou a exigir laudo técnico, por disposição do Decreto 2.172, de 05.03.1997, regulamentador da Medida Provisória n.º 1.523/96 (convertida na Lei 9.528/97); d) a partir de 01.01.2004, passou-se a exigir o PPP do segurado, como substitutivo dos formulários e laudo pericial, ante a regulamentação do art. 58, § 4º da Lei 8.213/91, pelo Decreto nº 4.032/01, IN 95/03 e art. 161 da IN 11/06, sem olvidar das disposições dos arts. 272 e seguintes da Instrução Normativa nº 45, de 06/08/2010.

4. Ressalta-se, que a TNU vem empunhando o entendimento vocacionado no sentido de que a exibição do PPP dispensa a apresentação de LTCAT (PEDILEF nº 200972640009000, rel. Rogério Moreira Alves, DOU de 06/07/2012). Vale o destaque que "O laudo pericial não contemporâneo, realizado por profissional especializado, consubstancia início razoável de prova material para comprovação das condições especiais de trabalho a que foi submetido o trabalhador" (TNU, PEDILEF n.º 200483200008814, rel. Maria Divina Vitória, DJU 14/05/2007; TNU, PEDILEF n.º 200671950243353, rel. Antonio Fernando Schenkel do Amaral e Silva, DJU 2/05/2012). Outrossim: "Reiterado o entendimento de que, em regra, deve ser con-

siderado exclusivamente o PPP como meio de comprovação da exposição do segurado ao agente insalubre, inclusive em se tratando de ruído, independentemente da apresentação do respectivo laudo técnico-ambiental" (TNU, PEDILEF 200971620018387, rel. Herculan Martins Nacif, DOU 22/03/2013). Por fim, os tempos devem ser contados como especiais à luz da regência temporal específica, aplicando-se o princípio tempus regit actum (STJ, 1ª. Seção, Pet 9059/RS, rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe 09/09/2013; STJ, 1ª. Seção, REsp 1310034/PR, rel. Min. Herman Benjamin, DJe 19/12/2012).

5. Por outro lado, está assentado que a exigência de exposição habitual e permanente só é devida a partir de 29.04.1995, quando entrou em vigor a Lei 9.032, que alterou a redação do § 3º do art. 57 da Lei 8.213/91. Até então, basta a exposição habitual e intermitente (intervalada, descontínua). Por todos: Súmula 49 da TNU (Para reconhecimento de condição especial de trabalho antes de 29/4/1995, a exposição a agentes nocivos à saúde ou à integridade física não precisa ocorrer de forma permanente); TNU, PEDILEF 200671950030230, rel. Paulo Ricardo Arena Filho, DOU 11/05/2012.

6. Jurisprudência do STJ (2ª. T., AgRg no REsp 1399426/RS, rel. Min. Humberto Martins, DJe 04/10/2013) firmada no seguinte: a) é considerada especial a atividade exercida com exposição a ruídos superiores a 80 decibéis até a edição do Decreto n. 2.171, de 05.03.97; b) após essa data, será considerado prejudicial o nível de ruído superior a 90 decibéis; c) a partir da entrada em vigor do Decreto n. 4.882, em 18.11.2003, o limite de tolerância de ruído ao agente físico foi reduzido a 85 decibéis. É certo, ainda, quanto ao ruído, que mesmo o uso eficaz do EPI não afasta o caráter especial da atividade prestada, em consonância com a inteligência da Súmula nº 09 da TNU.

7. No julgamento do ARE 664.335, na Sessão do Plenário de 04.12.2014, o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, negou provimento ao recurso extraordinário, assentando a tese segundo a qual o direito à aposentadoria especial pressupõe a efetiva exposição do trabalhador a agente nocivo a sua saúde, de modo que, se o Equipamento de Proteção Individual (EPI) for realmente capaz de neutralizar a nocividade, não haverá respaldo constitucional à aposentadoria especial. O Tribunal, também por maioria, vencidos os Ministros Marco Aurélio e Teori Zavascki, assentou ainda a tese de que, na hipótese de exposição do trabalhador a ruído acima dos limites legais de tolerância, a declaração do empregador, no âmbito do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) ou documento equivalente, da eficácia do Equipamento de Proteção Individual (EPI), não descaracteriza o tempo de serviço especial para aposentadoria. Assim, o uso de EPI com o intuito de evitar danos sonoros não seria capaz de inibir os efeitos do ruído.

8. No caso presente, destacou o juízo monocrático: "17/03/1980 a 24/09/1981 e 11/02/1984 a 25/01/1996 - MAISA-Relativamente a estes períodos, constam dos autos a CTPS do autor (anexo 26), da qual se vê o vínculo anotado e os Perfis Profissiográficos Previdenciários, que se vêem nos anexos 5 e 6, dos quais consta que o demandante exerceu, ao longo daqueles vínculos, inicialmente o cargo de "trabalhador braçal" e, após, os cargos de "tratorista", "tratorista B", "operador de pá mecânica" e "operador de pá mecânica B", exposto, de modo habitual e permanente, no primeiro período, a defensivos organofosforados, e nos demais, a esses defensivos e a ruídos cuja intensidade que variava de 90,50 a 91,21db. Além desses documentos, consta, nos anexos 32/33, Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, elaborado em 06/11/2003, mas expedido em março do corrente ano, do qual consta que o requerente trabalhou, nesse interstício, de modo habitual e permanente, exposto aos agentes químicos AGROPHOS 400, ASTRO, AZODRIN, DIP-TEREX 500 e FOLIDOL 600, bem como a ruído, nos lapsos antes mencionados. Como é cediço, a exposição a organofosforados é tida como insalubre, por força do disposto no item 1.2.6. do Decreto 53.831/1964 e do Decreto 83.080/1979, bem como do item 1.0.12 do Decreto 2.172/1997 e do item 1.0.12 do Decreto 3.048/1999. (...)15/08/2008 a 05/01/2009 - CONSTRUTORA ELOS ENGENHARIA LTDA. No que pertine a esse lapso, constam dos autos a CTPS do demandante (anexo 27, p.2) na qual se encontra anotado o contrato de trabalho, bem como o Perfil Profissiográfico Previdenciário que se vê no anexo 16, do qual consta que o demandante exerceu o cargo de "Operador de retroescavadeira" e que, nessa função, esteve exposto a ruídos de 90db. O nível de exposição a ruído informado está, portanto, acima do limite de tolerância, que é de 85db nesse período, de acordo com a orientação do STJ. Observo, ainda, que não consta do PPP informação acerca da habitualidade e permanência da exposição a esse agente. (...)12/01/2009 a 17/06/2011 - TENACE ENGENHARIA LTDA. Relativamente a esse interstício, constam dos autos a CTPS do autor (anexo 28, p. 1), na qual se vê anotado o vínculo, bem como o Perfil Profissiográfico Previdenciário do anexo 17 do qual consta que o requerente exerceu o cargo de "Operador de retroescavadeira", exposto a ruído de 85,7db."

9. Quanto aos períodos de 17/03/1980 a 24/09/1981 e 11/02/1984 a 25/01/1996 (MAISA), os PPP/LTCAT (anexos 05 e 06), demonstram que o demandante esteve exposto, de modo habitual e permanente, aos agentes nocivos organofosforados e ruído entre 90,5 e 91,21 dB, não havendo o uso de EPI eficaz. Portanto, tais períodos devem ser computados como exercido em condições especiais.

10. Entretanto, com relação aos períodos de 15/08/2008 a 05/01/2009 (CONSTRUTORA ELOS ENGENHARIA LTDA) e 12/01/2009 a 17/06/2011 (TENACE ENGENHARIA LTDA), embora o autor estivesse exposto aos agentes nocivos elencados nos PPP/LTCAT (anexos 16 e 17), não há comprovação da habitualidade e permanência da exposição, devendo tais lapsos temporais serem considerados como tempo comum.

1. Recurso do INSS parcialmente provido para reconhecer como tempo comum os períodos de 15/08/2008 a 05/01/2009 (CONSTRUTORA ELOS ENGENHARIA LTDA) e 12/01/2009 a 17/06/2011 (TENACE ENGENHARIA LTDA), devendo ser mantida a sentença quanto à averbação dos períodos de 17/03/1980 a 24/09/1981 e 11/02/1984 a 25/01/1996 (MAISA) como tempo especial.

12. Sem custas e honorários advocatícios.  
**ACÓRDÃO**

Decide a Turma Recursal Federal do Rio Grande do Norte, à unanimidade, em DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso do INSS, nos termos da ementa supra.

Com trânsito em julgado, torne ao Juizado Especial Federal de origem.

Natal/RN, data do julgamento.

Sustenta, em síntese, que: (a) os lapsos de 15/08/2008 a 05/01/2009 e de 12/01/2009 a 17/06/2011 devem ser considerados especiais; e (b) o uso de EPI não descaracteriza a especialidade do labor exercido.

Aponta como paradigmas julgados do STJ (REsp n.º 584.691).

2. O Min. Presidente deste colegiado encaminhou o feito a esta Relatoria para melhor análise.

3. Entendo que o presente incidente de uniformização não merece ser conhecido.

Isso porque o paradigma apontado não guarda similitude fática com o acórdão recorrido, devendo-se aplicar, neste caso, a Questão de Ordem n.º 022 desta TNU.

Ademais, a parte autora pretende, em verdade, não firmar tese jurídica específica, mas, sim, rediscutir o julgamento realizado, o que não se mostra possível, nos termos da Súmula n.º 042 deste colegiado:

8. No caso presente, destacou o juízo monocrático: "17/03/1980 a 24/09/1981 e 11/02/1984 a 25/01/1996 - MAISA-Relativamente a estes períodos, constam dos autos a CTPS do autor (anexo 26), da qual se vê o vínculo anotado e os Perfis Profissiográficos Previdenciários, que se vêem nos anexos 5 e 6, dos quais consta que o demandante exerceu, ao longo daqueles vínculos, inicialmente o cargo de "trabalhador braçal" e, após, os cargos de "tratorista", "tratorista B", "operador de pá mecânica" e "operador de pá mecânica B", exposto, de modo habitual e permanente, no primeiro período, a defensivos organofosforados, e nos demais, a esses defensivos e a ruídos cuja intensidade que variava de 90,50 a 91,21db. Além desses documentos, consta, nos anexos 32/33, Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, elaborado em 06/11/2003, mas expedido em março do corrente ano, do qual consta que o requerente trabalhou, nesse interstício, de modo habitual e permanente, exposto aos agentes químicos AGROPHOS 400, ASTRO, AZODRIN, DIP-TEREX 500 e FOLIDOL 600, bem como a ruído, nos lapsos antes mencionados. Como é cediço, a exposição a organofosforados é tida como insalubre, por força do disposto no item 1.2.6. do Decreto 53.831/1964 e do Decreto 83.080/1979, bem como do item 1.0.12 do Decreto 2.172/1997 e do item 1.0.12 do Decreto 3.048/1999. (...)15/08/2008 a 05/01/2009 - CONSTRUTORA ELOS ENGENHARIA LTDA. No que pertine a esse lapso, constam dos autos a CTPS do demandante (anexo 27, p.2) na qual se encontra anotado o contrato de trabalho, bem como o Perfil Profissiográfico Previdenciário que se vê no anexo 16, do qual consta que o demandante exerceu o cargo de "Operador de retroescavadeira" e que, nessa função, esteve exposto a ruídos de 90db. O nível de exposição a ruído informado está, portanto, acima do limite de tolerância, que é de 85db nesse período, de acordo com a orientação do STJ. Observo, ainda, que não consta do PPP informação acerca da habitualidade e permanência da exposição a esse agente. (...)12/01/2009 a 17/06/2011 - TENACE ENGENHARIA LTDA. Relativamente a esse interstício, constam dos autos a CTPS do autor (anexo 28, p. 1), na qual se vê anotado o vínculo, bem como o Perfil Profissiográfico Previdenciário do anexo 17 do qual consta que o requerente exerceu o cargo de "Operador de retroescavadeira", exposto a ruído de 85,7db."

9. Quanto aos períodos de 17/03/1980 a 24/09/1981 e 11/02/1984 a 25/01/1996 (MAISA), os PPP/LTCAT (anexos 05 e 06), demonstram que o demandante esteve exposto, de modo habitual e permanente, aos agentes nocivos organofosforados e ruído entre 90,5 e 91,21 dB, não havendo o uso de EPI eficaz. Portanto, tais períodos devem ser computados como exercido em condições especiais.

10. Entretanto, com relação aos períodos de 15/08/2008 a 05/01/2009 (CONSTRUTORA ELOS ENGENHARIA LTDA) e 12/01/2009 a 17/06/2011 (TENACE ENGENHARIA LTDA), embora o autor estivesse exposto aos agentes nocivos elencados nos PPP/LTCAT (anexos 16 e 17), não há comprovação da habitualidade e permanência da exposição, devendo tais lapsos temporais serem considerados como tempo comum.

4. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência veiculado pela parte autora não merece ser conhecido, nos termos da Questão de Ordem n.º 022 desta TNU e da Súmula n.º 042 deste colegiado.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA formulado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 12 de maio de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA  
Juiz Federal Relator



PROCESSO: 0508736-51.2010.4.05.8300  
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernam-  
buco

REQUERENTE: MANOEL RODRIGUES DA SILVA  
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS  
OAB: PE-20418  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO  
DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURIS-  
PRUDÊNCIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓ-  
RIO. SÚMULA N.º 042 DESTA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. Formula a parte autora pedido nacional de uniformização  
de jurisprudência em face de acórdão exarado por Turma Recursal  
dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de  
Pernambuco:

PREVIDENCIÁRIO. CONVERSÃO DE TEMPO DE SER-  
VIÇO ESPECIAL EM COMUM. CALOR. FORNEIRO DE PADA-  
RIA. NÃO ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIO-  
NAL. RUÍDO. COMPROVAÇÃO DA EXPOSIÇÃO AO AGENTE  
NOCIVO EM INTENSIDADES SUPERIORES AOS LIMITES DE  
TOLERÂNCIA. RECURSO, EM PARTE, PROVIDO.

VOTO

I. Relatório

Trata-se de recurso inominado interposto pelo autor em ação  
previenciária em que se pleiteia a concessão de aposentadoria es-  
pecial/por tempo de contribuição.

II. Fundamentação

A Carta Magna expressamente determina a adoção de crí-  
térios e requisitos diferenciados para a concessão de aposentadoria  
àqueles que exerçam atividades sob condições especiais que pre-  
judiquem a saúde ou a integridade física.

O tempo de serviço prestado com exposição a agentes agres-  
sivos, bem como os meios de sua comprovação, devem ser dis-  
ciplinados pela lei vigente à época em que foi efetivamente pres-  
tado.

A redação original do art. 57 da Lei 8.213/91 permitia o  
reconhecimento do tempo de serviço especial por enquadramento da  
categoria profissional, conforme a atividade realmente desempenhada  
pelo segurado, ou por exposição a agentes agressivos previstos na  
legislação.

Com o advento da Lei 9.032/95 foi exigida a comprovação  
efetiva do trabalho prestado em condições especiais, de forma ha-  
bitual e permanente, o que se comprovava através da apresentação do  
documento de informação sobre exposição a agentes agressivos (co-  
nhecido como formulário SB 40 ou DSS 8030).

A imposição da apresentação do laudo pericial apenas foi  
expressamente exigida pela Lei nº. 9.528/97, objeto de conversão da  
MP 1.523/96. Não obstante, o STJ firmou posicionamento no sentido  
de que essa exigência só é possível a partir de 1997, edição daquele  
diploma legal, e não da data da Medida Provisória mencionada (Pre-  
cedente: AgREsp nº 518.554/PR).

A utilização de equipamentos de proteção individual (EPI)  
não descaracteriza a atividade prestada sob condições especiais, pois  
seu uso não significa que estejam erradicadas as condições adversas  
que justificam a contagem de tempo de maneira específica, prestando-  
se tão somente a amenizar ou reduzir os danos delas decorrentes. A  
corroborar tal raciocínio, traz-se à baila, da Turma Nacional de Uni-  
formização, o teor da Súmula nº 9, 'in verbis': "O uso de Equipamento  
de Proteção Individual (EPI), ainda que elimine a insalubridade, no  
caso de exposição a ruído, não descaracteriza o tempo de serviço  
especial prestado" e o Precedente PEDILEF nº 2007.83.00.518717-  
0/PE.

"O simples fato de serem extemporâneos em relação ao pe-  
ríodo laborado não desnatura a força probante dos laudos periciais  
anexados aos autos, tendo em vista que, nos termos dos parágrafo 3º  
e parágrafo 4º, do art.58, da Lei nº. 8.213/1991, o empregador tem o  
dever legal de manter atualizados os laudos técnicos relativos às  
atividades exercidas em condições especiais. Ademais, a empresa  
empregadora deve garantir a veracidade das declarações prestadas nos  
formulários de informações e laudos periciais, sob pena de sujeição à  
penalidade prevista no artigo 133 da referida lei, bem como de ser  
responsabilizada criminalmente, nos termos do artigo 299 do Código  
Penal." (APELREEX 200783000213841, Desembargador Federal Ro-  
gério Fialho Moreira, TRF5 - Primeira Turma, 21/05/2010).

É consabido a possibilidade de conversão do tempo de ser-  
viço especial em comum do trabalho prestado em qualquer período,  
inclusive após 28 de maio de 1998, conforme precedentes da TNU,  
que cancelou a Súmula 16 (PEDILEF 200461840622448).

Em se tratando de reconhecer a insalubridade da atividade  
exercida com exposição a ruído, decisão do STJ entendeu que o atual  
enunciado da Súmula nº 32 da TNU estava em dissonância com o seu  
entendimento, de modo que deve ser aplicada a redação antiga da  
Súmula nº 32, que assim preceituava: O tempo de trabalho laborado  
com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão  
em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência  
do Decreto n. 53.831/64 (1.1.6); superior a 90 decibéis, a partir de 5  
de março de 1997, na vigência do Decreto n. 2.172/97; superior a 85  
decibéis, a partir da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro  
de 2003.

No sentido do aqui perfilhado, vide o julgado do STJ:

REVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO  
DE JURISPRUDÊNCIA. ÍNDICE MÍNIMO DE RUÍDO A SER  
CONSIDERADO PARA FINS DE CONTAGEM DE TEMPO DE  
SERVIÇO ESPECIAL. APLICAÇÃO RETROATIVA DO ÍNDICE  
SUPERIOR A 85 DECIBÉIS PREVISTO NO DECRETO N.  
4.882/2003. IMPOSSIBILIDADE. TEMPUS REGIT ACTUM. IN-  
CIDÊNCIA DO ÍNDICE SUPERIOR A 90 DECIBÉIS NA VIGÊN-  
CIA DO DECRETO N. 2.172/97. ENTENDIMENTO DA TNU EM  
DESCOMPASSO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SU-  
PERIOR. 1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto  
pelo INSS contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização dos  
Juizados Especiais Federais que fez incidir ao caso o novo texto do  
enunciado n. 32/TNU: O tempo de trabalho laborado com exposição  
a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum,  
nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n.  
53.831/64 e, a contar de 5 de março de 1997, superior a 85 decibéis,  
por força da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003,  
quando a Administração Pública reconheceu e declarou a nocividade  
à saúde de tal índice de ruído. 2. A contagem do tempo de trabalho  
de forma mais favorável àquele que esteve submetido a condições  
prejudiciais à saúde deve obedecer a lei vigente na época em que o  
trabalhador esteve exposto ao agente nocivo, no caso ruído. Assim, na  
vigência do Decreto n. 2.172, de 5 de março de 1997, o nível de ruído  
a caracterizar o direito à contagem do tempo de trabalho como es-  
pecial deve ser superior a 90 decibéis, só sendo admitida a redução  
para 85 decibéis após a entrada em vigor do Decreto n. 4.882, de 18  
de novembro de 2003. Precedentes: AgRg nos EREsp 1157707/RS,  
Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, DJe 29/05/2013;  
AgRg no REsp 1326237/SC, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Tur-  
ma, DJe 13/05/2013; REsp 1365898/RS, Rel. Min. Eliana Calmon,  
Segunda Turma, DJe 17/04/2013; AgRg no REsp 1263023/SC, Rel.  
Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJe 24/05/2012; e AgRg no REsp  
1146243/RS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe  
12/03/2012. 3. Incidente de uniformização provido. (PETIÇÃO Nº  
9.059 - RS (2012/0046729-7) RELATOR : MINISTRO BENEDITO  
GONÇALVES REQUERENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SE-  
GURO SOCIAL - INSS REQUERIDO : JOÃO CARLOS MEIRE-  
LES DA ROSA)

Diante disso, a Turma Nacional de Uniformização, na Oitava  
sessão ordinária de 9 de outubro de 2013, aprovou, por unanimidade,  
o cancelamento da súmula nº 32 (PET 9059/STJ).

Quanto ao agente calor, anoto que o Decreto nº 53.831/64  
classificava o trabalho em condições insalubres sob exposição ao  
calor aqueles cuja jornada era desenvolvida de forma habitual e per-  
manente com exposição a temperaturas superiores a 28°C (código  
1.1.1 do Anexo). Com a edição do Decreto nº 83.080/79, passou-se a  
incluir o calor como atividade nociva, determinando um rol de ati-  
vidades profissionais de caráter especial, cujo desempenho em caráter  
permanente geraria ao trabalhador o direito à aposentadoria especial  
aos 25 anos, (descriminadas nos códigos: 2.5.1 e 2.5.2 do anexo  
II).

Finalmente, os Decretos nºs 2.172/97 e 3.048/99 (Anexo IV  
- código 2.0.4), na mesma linha de seus antecessores, relacionaram o  
calor como agente nocivo, assim considerando o labor executado sob  
temperaturas anormais, ou seja, aquelas acima dos limites de to-  
lerância estabelecidos na NR-15, Anexo III, da Portaria nº 3.214/78,  
quadro I e III.

Releve-se, por oportuno, que a prova da efetiva exposição a  
ruído e calor deve ser feita mediante a apresentação de PPP ou laudo  
técnico das condições especiais, em qualquer período.

No caso dos autos, o autor pretende o reconhecimento como  
especial do serviço prestado como "FORNEIRO" de panificadora, nos  
períodos de 01/04/1975 a 30/03/1977, de 01/09/1977 a 30/06/1978, de  
01/12/1978 a 15/08/1979, de 01/12/1979 a 30/04/1982, de 02/05/1982  
a 14/08/1982, e de 03/01/1983 a 09/02/1987. A fim de comprovar os  
fatos, trouxe a carteira de trabalho, dando conta do exercício da  
profissão.

Em primeiro lugar, verifico que a atividade exercida pelo  
segurado até 28/04/1995 não era presumida por categoria. Logo, tor-  
na-se obrigatória, através de documentos idôneos, a comprovação de  
efetiva exposição aos agentes nocivos alegados. Assim, os referidos  
períodos devem ser computados como tempo comum.

Em relação ao período de 6/7/87 a 30/4/03, laborado na  
Panificadora Costa do Sol, verifico que assiste razão ao autor. É que  
comprovou através de laudo técnico sua exposição a ruído de 91  
dB(A), de modo habitual e permanente (anexo 11).

Computando o período acima relacionado como especial  
(anexo 35), para efeito de concessão de aposentadoria, verifico que o  
autor já perfaz tempo necessário para aposentadoria por tempo de  
contribuição integral desde a data do requerimento administrativo, de  
modo a justificar o deferimento do pleito.

Por fim, quanto aos critérios de atualização monetária e  
majoração por juros de mora, aplico o art. 5º, da Lei nº 11.960/2009,  
que alterou a redação do art. 1º-F, da Lei nº 9494/97, respeitando-se,  
porém, a declaração de inconstitucionalidade pelo STF, nos autos das  
ADI's nºs 4.357/DF e 4425/DF.

III. Disposição

Recurso, em parte, provido para reconhecer como especial o  
período supracitado, bem como determinar ao INSS que conceda a  
aposentadoria por tempo de contribuição integral desde a DER. Os  
valores atrasados deverão ser atualizados de acordo com a sistemática  
de cálculos acima exposta.

Sem condenação em honorários advocatícios, uma vez que o  
recorrente restou vencedor de parte do recurso.

Custas ex lege.

ACÓRDÃO

Vistos etc.

Decide a 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais de Per-  
nambuco, por unanimidade, DAR, EM PARTE, provimento ao re-  
curso do autor, nos termos da ementa supra.

Recife/PE, data do julgamento.

Sustenta, em síntese, que: (a) os lapsos de 01/04/1975 a  
30/03/1977, de 01/09/1977 a 30/06/1978, de 01/12/1978 a  
15/08/1979, de 01/12/1979 a 30/04/1982, de 02/05/1982 a 14/08/1982  
e de 03/01/1983 a 09/02/1987 devem ser considerados especiais; e (b)  
as atividades de padeiro, de mestre de padaria e de forneiro de  
padaria equiparam-se à função de forneiro.

Aponta como paradigma julgado da Primeira Turma Re-  
cursal dos JEFs da Seção Judiciária do Estado de São Paulo (processo  
n.º 00514318520084036301).

2. O Min. Presidente deste colegiado encaminhou o feito a  
esta Relatoria para melhor análise.

3. Entendo que o presente incidente de uniformização não  
merece ser conhecido.

É que foi com base em interpretação particular de elementos  
específicos constantes dos autos que se chegou à conclusão exposta  
no acórdão recorrido:

No caso dos autos, o autor pretende o reconhecimento como  
especial do serviço prestado como "FORNEIRO" de panificadora, nos  
períodos de 01/04/1975 a 30/03/1977, de 01/09/1977 a 30/06/1978, de  
01/12/1978 a 15/08/1979, de 01/12/1979 a 30/04/1982, de 02/05/1982  
a 14/08/1982, e de 03/01/1983 a 09/02/1987. A fim de comprovar os  
fatos, trouxe a carteira de trabalho, dando conta do exercício da  
profissão.

Em primeiro lugar, verifico que a atividade exercida pelo  
segurado até 28/04/1995 não era presumida por categoria. Logo, tor-  
na-se obrigatória, através de documentos idôneos, a comprovação de  
efetiva exposição aos agentes nocivos alegados. Assim, os referidos  
períodos devem ser computados como tempo comum.

E, para desconstituir esses fundamentos de decidir da Turma  
Recursal de Origem, seria necessário reexaminar o conjunto fático-  
probatório, o que é vedado em sede de processo objetivo de pedido de  
uniformização, nos termos da Súmula n.º 042 desta TNU.

4. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de  
uniformização de jurisprudência veiculado pela parte autora não me-  
rece ser conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes  
as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de  
Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER  
DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURIS-  
PRUDÊNCIA formulado pela parte autora, nos termos do voto-emen-  
ta do Relator.

Brasília, 12 de maio de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0510169-40.2012.4.05.8100

ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): JOSÉ LEANDRO SOARES

PROC./ADV.: AFONSO ARAGÃO CARVALHO JÚNIOR

OAB: CE-17 925

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO  
DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURIS-  
PRUDÊNCIA. QUESTÃO DE ORDEM N.º 013 DESTA TNU. NÃO  
CONHECIMENTO.

1. Formula o INSS pedido nacional de uniformização de  
jurisprudência em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos  
Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Cea-  
rá:

VOTO

Trata-se de recurso inominado interposto pelo INSS contra  
sentença que julgou procedente pedido de concessão de aposentadoria  
por tempo de contribuição.

Analizando detidamente os autos, cheguei à conclusão de  
que a Sentença recorrida não merece qualquer reparo, pois analisou a  
matéria sub judice à luz do que prevê a legislação de regência e em  
consonância com a jurisprudência majoritária dos Tribunais.

Por tal razão, valho-me dos fundamentos do julgado mo-  
nocrático como causa de decidir, na forma do art. 46 da Lei nº  
9.099/95 c/c art. 1º da Lei nº 10.259/2001, com a súmula de jul-  
gamento servindo de Acórdão.

Ante o exposto, NEGÓ PROVIMENTO ao recurso do INSS,  
mantendo a sentença pelos seus próprios fundamentos, na forma do  
art. 46 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 1º da Lei nº 10.259/2001.

Outrossim, com fundamento no art. 273, inciso I, do CPC c/c  
art. 4º da Lei nº 10.259/01, DEFIRO a antecipação dos efeitos da  
tutela, no sentido de implantação do benefício, no prazo de 10 (dez)  
dias, caso já não tenha implantado, eis que presente o requisito da  
fumaça do bom direito, fartamente demonstrado nos autos, a dizer o  
caráter alimentar do benefício a ser implementado. (DER=DIB) e DIP  
em 01/05/2013.

Caso tenha sido concedida a tutela no Juízo monocrático, e ainda hoje, não implantada, deverá implantá-la imediatamente, de uma só vez, em 30 dias, sem a necessidade de expedição de RPV, pelo descumprimento da decisão judicial, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (um mil reais), até o limite de R\$100.000,00 (cem mil reais).

Condeno o recorrente no pagamento de honorários advocatícios na base de 10% (dez por cento) do valor da condenação.

Por fim, para fins de prequestionamento, anote-se que não se exige do órgão jurisdicional que esgote toda a carga argumentativa deduzida pelos litigantes, bastando que enfrente e resolva, de forma fundamentada e suficiente, as questões jurídicas necessárias à adequada solução da lide.

Por outro lado, a jurisprudência firma-se no sentido de que é desnecessária a menção expressa aos dispositivos legais e/ou aos preceitos constitucionais incidentes e aplicados na decisão proferida, para o fim de aferição de prequestionamento. Sendo assim, ficam desde já prequestionadas todas as matérias suscitadas pelas partes.

#### ACÓRDÃO

ACORDAM os Juízes da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, em conformidade com o voto escrito do Relator e o voto oral dos demais membros, por unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso do parte recorrente.

Além do signatário, participaram do julgamento os Exmos. Srs. Juizes Federais Francisco Luis Rios Alves e Elise Avesque Frota.

Fortaleza, 17 de julho de 2013.

Sustenta, em síntese, que há fundamentação genérica no acórdão recorrido, desrespeitando o art. 93, IX, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Aponta como paradigma julgado desta TNU (processo n.º 200381100276449).

2. O Min. Presidente deste colegiado encaminhou o feito a esta Relatoria para melhor análise.

3. Entendo que o presente incidente de uniformização não merece ser conhecido.

É que o que o INSS busca por meio do incidente destoa da jurisprudência desta TNU e da do STF.

E, de fato, o Plenário de nossa Corte Suprema, no exame do RE n.º 635.729, de relatoria do Ministro Dias Toffoli, reafirmou a sua jurisprudência no sentido de que não afronta a exigência constitucional de motivação dos atos decisórios a decisão de Turma Recursal de Juizados Especiais que adota como razões de decidir os fundamentos contidos na sentença recorrida:

Juizado especial. Parágrafo 5º do art. 82 da Lei nº 9.099/95. Ausência de fundamentação. Artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal. Não ocorrência. Possibilidade de o colégio recursal fazer remissão aos fundamentos adotados na sentença. Jurisprudência pacificada na Corte. Matéria com repercussão geral. Reafirmação da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. (RE n.º 635.729 RG / SP, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, DJe-162, DIVULG 23/08/2011, PUB- LIC 24/08/2011)

4. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência veiculado pelo INSS não merece ser conhecido, com base na Questão de Ordem n.º 013 desta TNU.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA formulado pelo INSS, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 12 de maio de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0511102-63.2010.4.05.8300

ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBU-

CO

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): ALDEMILSON BATISTA DA SILVA

PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS

OAB: PE-20418

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N.º 042 DESTA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. Foi(ram) formulado(s) pedido(s) nacional(is) de uniformização de jurisprudência.

2. O Min. Presidente deste colegiado encaminhou o feito a esta Relatoria para melhor análise.

3. Entendo que o presente incidente de uniformização não merece ser conhecido.

É que foi com base em interpretação particular de elementos específicos constantes dos autos que se chegou à conclusão exposta no acórdão recorrido.

E, para desconstituir esses fundamentos de decidir da Turma Recursal de Origem, seria necessário reexaminar o conjunto fático-probatório, o que é vedado em sede de processo objetivo de pedido de uniformização, nos termos da Súmula n.º 042 desta TNU.

4. Em face do exposto, tenho que o(s) incidente(s) nacional(is) de uniformização de jurisprudência veiculado(s) não merece(m) ser conhecido(s).

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO(S) INCIDENTE(S) NACIONAL(IS) DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO(S), nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 14 de abril de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0517837-64.2014.4.05.8400

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: ROSEANA DE ALMEIDA FREITAS

PROC./ADV.: ANDREIA DE ARAÚJO MUNEMASSA

OAB: RN-419

PROC./ADV.: MATTHAUS H. DE GÓIS FERREIRA

OAB: RN-10235

REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE CONVERSÃO DO TEMPO LABORADO COMO PROFESSOR DEPOIS DO ADVENTO DA EC N.º 018/1981, NOS TERMOS DO ASSENTADO PELO STF. QUESTÃO DE ORDEM N.º 013 DESTA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Formula a parte autora pedido nacional de uniformização de jurisprudência em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte:

AÇÃO DE RITO ESPECIAL SUMARÍSSIMO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. PROFESSOR UNIVERSITÁRIO. CONVERSÃO DE TEMPO ESPECIAL EM TEMPO COMUM PARA FINS DE APOSENTADORIA. PRECEDENTE DO PLENO DO STF. IMPOSSIBILIDADE.

#### VOTO

Trata-se de demanda ajuizada por servidor público federal buscando a averbação de tempo de atividade exercida, supostamente, com exposição a agentes nocivos a sua saúde, requerendo a aplicação das normas existentes para o RGPS, bem como o pagamento de abono de permanência a partir da data em que assegurado do direito à concessão de aposentadoria.

Sentença que julgou o pleito improcedente, inadmitindo a conversão de tempo especial em tempo comum, haja vista a vedação acerca da possibilidade desta conversão comum para os professores, sejam eles integrantes de regime próprio ou do regime geral da previdência.

Demanda em que não há requerimento de concessão de aposentadoria especial, mas tão somente de averbação, como tempo especial, dos períodos trabalhados no exercício de funções do magistério, para fins de retificação do ato de aposentadoria do autor.

Sobre o tema, o Pleno do Supremo Tribunal Federal proferiu recente julgado, nos autos do Mandado de Injunção n.º 1.508/DF (DJE: 28/05/2013), da relatoria do Ministro Teori Zavascki, no sentido de que: "Segundo a jurisprudência do STF, a omissão legislativa na regulamentação do art. 40, § 4º, da Constituição, deve ser suprida mediante a aplicação das normas do Regime Geral de Previdência Social previstas na Lei 8.213/91 e no Decreto 3.048/99. Não se admite a conversão de períodos especiais em comuns, mas apenas a concessão da aposentadoria especial mediante a prova do exercício de atividades exercidas em condições nocivas".

Deste modo, nos termos do entendimento consagrado no âmbito da Suprema Corte, ao servidor público estatutário, apesar de cabível a concessão de aposentadoria especial de acordo com as normas existentes no RGPS (ante a omissão legislativa na regulamentação do dispositivo constitucional), é vedada a conversão de tempo especial em comum para fins de obtenção de aposentadoria, considerando aquele colegiado que tal pleito encontra óbice no art. 40, § 10, da CF/88 ("A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício").

Em se tratando de ocupante de cargo de magistério superior, vale o registro de que, conforme assentado pelo magistrado sentenciante, o reconhecimento de tempo especial com base no Decreto n.º 53.831/64 somente foi possível até a edição da EC n.º 18/1981; neste sentido o entendimento do TRF da 5ª Região: "Com a vigência da Emenda Constitucional n.º 18/81 e as alterações constitucionais posteriores, a atividade de professor conta com tempo diferenciado de aposentadoria, que não mais se confunde com a atividade especial ou insalubre, e que deverá ser integralmente prestado nessa condição, sendo juridicamente impossível a conversão, para atividade comum, por falta de previsão legal". (EDAC486121/01/RN; Rel. Des. Federal Marcelo Navarro; DJE: 18/10/2012).

Assim, considerando a inaplicabilidade do Decreto n.º 53.831/64 a partir da EC n.º 18/1981, bem como o recente julgado do Supremo Tribunal Federal, não assiste ao autor o direito de ter averbado, como tempo especial, os períodos pleiteados através da presente demanda.

Pelo exposto, nego provimento do recurso do autor.

É como voto.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, à unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso do autor, nos termos do Voto do Juiz Relator, para julgar a demanda improcedente.

Honorários advocatícios fixados em R\$ 798,00 (setecentos e oitenta e nove reais).

Em se verificando o trânsito em julgado da decisão, remetam-se os autos ao Juizado Especial Federal Cível para o cumprimento do acórdão, após baixa na distribuição.

Sustenta, em síntese, que é imperiosa a aplicação do fator 1.2 sobre os períodos em que exerceu atividade penosa, e estes períodos serem convertidos em comuns.

Aponta como paradigma julgado do STJ (AgRg no REsp n.º 1.166.221).

2. O Min. Presidente deste colegiado encaminhou o feito a esta Relatoria para melhor análise.

3. Entendo que o presente incidente de uniformização não merece ser conhecido.

4. Esta TNU, conquanto já tenha considerado que a edição da EC n.º 18/1981 não implicou o afastamento do direito ao reconhecimento da especialidade da atividade de magistério e sua conversão em tempo comum, mostrando-se possível a conversão do tempo de serviço especial do professor após a EC n.º 18/81 e até o advento da Lei n.º 9.032/95, adequou o seu entendimento ao do STF:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO FORMULADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE ATIVIDADE ESPECIAL. MAGISTÉRIO. CONVERSÃO DE PERÍODO POSTERIOR À EC 18/81. IMPOSSIBILIDADE. REGIME EXCEPCIONAL. EFETIVO EXERCÍCIO EM FUNÇÕES DE MAGISTÉRIO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 40, INCISO III, "B", DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ADI Nº 178-7/RS. ENTENDIMENTO PACIFICADO PELO STF. INCIDENTE CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Prolatado acórdão pela Segunda Turma Recursal do Paraná, que deu parcial provimento ao recurso do INSS para não reconhecer como atividade especial os períodos de 16.10.87 a 07.01.88, de 21.06.89 a 31.08.89 e de 16.10.89 a 20.12.92, laborado pela Autora na função de magistério. 2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto tempestivamente pela Autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alegação de que o acórdão recorrido diverge da Jurisprudência do C. STJ e da TNU. 3. Não exercido o Juízo de Retratação, o Incidente admitido na origem, foi encaminhado à Turma Nacional e distribuído a esta Relatora. 4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. 5. Assim, no Juízo de Cognição, por reconhecer existência de divergência jurisprudencial, conheço do Incidente. 6. Já no mérito, vislumbro que o entendimento do STJ e deste Colegiado a respeito da matéria - possibilidade de conversão da atividade penosa de professor mesmo depois da EC 18/81 -, encontra-se superado pelo STF. 7. De fato, no Recurso Extraordinário nº 627.505/PR, o INSS logrou provimento em face de decisão proferida pela TNU (PEDILEF Nº 2005.70.53.000464-1, Rel. Juiz Federal Manoel Rolim Campbell Penna, DJ 17/10/2008). A Rel. Min. CARMEN LÚCIA citou a ADI nº 178 (Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Tribunal Pleno, DJ 26.04.1996), e pronunciou que "(...) O Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento no sentido de que a aposentadoria especial de professor pressupõe o efetivo exercício dessa função pelo tempo mínimo fixado na Constituição da República. Assim, para efeito de aposentadoria, não é possível a conversão do tempo de magistério em tempo de exercício comum. (...) o acórdão recorrido está em desarmonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal" (RE nº 627.505/PR, Julgamento: 03/08/2010, DJe-154 20/08/2010). 8. Mais recentemente, este Colegiado reconheceu a superação da Jurisprudência do STJ e TNU pelos pronunciamentos do STF: PEDILEF 2009.70.53.005346-3, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Flores da Cunha, DOU 22/03/2013. O Nobre Colega citou a ADI nº 178, bem como decisões recentes das duas Turmas da Excelsa Corte, para demonstrar o posicionamento unânime, firme e atual do STF, exatamente no sentido contrário aos julgados desta Casa até então. 9. Diante do exposto, conheço do Incidente formulado pela Autora, e nego-lhe provimento. 10. Julgamento nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "a", do RITNU, servindo como representativo de contrariedade. (PEDILEF 50109441320134047003, Rel. Juíza Federal KYU SOON LEE, DOU 26/09/2014 PÁG. 152/227) (grifei)

5. Exemplificativamente, veja-se o PEDILEF 05135222720134058400, rel. Sérgio Murilo, DOU 10/07/2015. Portanto, o incidente nacional não merece ser conhecido, nos termos da Questão de Ordem n.º 013 deste colegiado (Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido).

6. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência veiculado pela parte autora não merece ser conhecido.



ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURIS-PRUDÊNCIA formulado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 12 de maio de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0518076-82.2011.4.05.8300  
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernam- buco

REQUERENTE: LUIZ CARLOS SOARES DA SILVA  
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS  
OAB: PE-20418  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURIS-PRUDÊNCIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N.º 042 DESTA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. Formula o INSS pedido nacional de uniformização de jurisprudência em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado da Cea- rá:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL. FRENTISTA. PRESUNÇÃO. PPP. RUÍDO. COMPROVAÇÃO. RE- CURSO DO INSS IMPROVIDO. RECURSO DO AUTOR PRO- VIDO.

- Autor e INSS recorrem de sentença de parcial procedência do pedido.

- O INSS se insurge contra o reconhecimento da atividade de frentista de posto de combustível exercida por três meses no ano de 1994 como especial.

- Em relação à natureza especial ou comum da atividade de frentista, embora não haja referência expressa à referida profissão nos decretos regentes, o enquadramento por analogia deve ser adotado quando fica claro que o trabalhador está exposto aos mesmos agentes que o paradigma acolhido pelo Decreto.

- Sobre o assunto, temos que a atividade laboral desem- penhada no comércio a varejo de combustíveis é classificada como de risco grave face à periculosidade do trabalho, ex vi do item 50.50-4 do anexo V, do Decreto nº 3.048/99 (RPS).

- No caso, inequivocamente o frentista está exposto de forma habitual e permanente ao agente hidrocarboneto (derivados do pe- tróleo). Tal exposição, inequivocamente, é prejudicial à saúde, de modo que o uso da analogia aqui é pertinente.

- Quanto ao recurso da parte autora, o objetivo é reconhecer todo o período constante no PPP da Empresa Tavex Brasil Industrial, para a qual o autor passou a trabalhar em 13/1/2003, com vínculo ativo por ocasião do ajuizamento da ação.

- Com efeito, os dados ali constantes indicam que o autor esteve exposto a níveis de ruído superiores aos 90 decibéis, mesmo após 31/3/2004, termo final da atividade de mecânico de manutenção II. A partir de 1º de abril de 2004 até a data em que foi expedido o PPP, o documento aponta submissão a ruído da ordem de 92 dB(A), não havendo porque desconsiderar tal período na contagem do tempo especial.

- Assim, ao total de 24 anos, 7 meses e 8 dias apurados na tabela do anexo 10, produzida pela Contadoria, devem ser acrescidos 3 anos, 9 meses e sete dias até a Data de Entrada do Requerimento, sendo certo que, naquela ocasião, o autor já fazia jus a aposentadoria especial.

- Recurso do autor provido para converter a aposentadoria por tempo de contribuição com proventos integrais concedida na sentença em aposentadoria especial.

- Recurso do INSS improvido.

- Honorários de sucumbência arbitrados em 10% do valor da condenação, observado o disposto na Súmula 111 do STJ. Custas ex lege.

Determino que a parte ré cumpra a obrigação de fazer em 15 (quinze) dias, implantando, em favor da parte autora, o benefício concedido/confirmado neste julgado, sob pena de aplicação de multa diária de R\$ 50,00 (cinquenta reais), independentemente de eventual interesse em recorrer, haja vista que o próprio recurso em julgamento há de ser processado apenas no efeito devolutivo (art. 43 da Lei nº 9.099/95), o mesmo se aplicando aos demais recursos interponíveis contra este julgado.

ACÓRDÃO

Decide a 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco, à unanimidade, negar provimento ao recurso do INSS e dar provimento ao recurso do autor, nos termos da ementa supra.

Recife, data da movimentação.

Sustenta, em síntese, que, para que a atividade de frentista seja reconhecida como especial, não basta a exposição a hidrocar- bonetos aromáticos, é necessário que exista mais que o manuseio, é imprescindível que a função esteja relacionada à fabricação dos re- feridos agentes químicos.

Aponta como paradigmas julgados de Turmas Recursais do Estado de São Paulo (processos de números 00044734320054036302, 00042152620074036314, 00031588220074036310 e 00025777020074036309).

2. O Min. Presidente deste colegiado encaminhou o feito a esta Relatoria para melhor análise.

3. Entendo que o presente incidente de uniformização não merece ser conhecido.

É que foi com base em interpretação particular de elementos específicos constantes dos autos que se chegou à conclusão exposta no acórdão recorrido:

- No caso, inequivocamente o frentista está exposto de forma habitual e permanente ao agente hidrocarboneto (derivados do pe- tróleo). Tal exposição, inequivocamente, é prejudicial à saúde, de modo que o uso da analogia aqui é pertinente.

E, para desconstituir esses fundamentos de decidir da Turma Recursal de Origem, seria necessário reexaminar o conjunto fático- probatório, o que é vedado em sede de processo objetivo de pedido de uniformização, nos termos da Súmula n.º 042 desta TNU.

4. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência veiculado pela Autarquia Previden- ciária não merece ser conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURIS-PRUDÊNCIA formulado pelo INSS, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 12 de maio de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0520023-11.2010.4.05.8300  
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBU- CO

REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): MARCOS SEVERINO ALVES  
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURIS-PRUDÊNCIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N.º 042 DESTA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. Formula o INSS pedido nacional de uniformização de jurisprudência em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Per- nambuco:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO/ESPECIAL. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. INDÚSTRIA DE TECELAGEM. AGEN- TE NOCIVO RUÍDO. RECURSO PROVIDO.

VOTO

I. Relatório

Trata-se de recurso inominado interposto pelo autor em face de sentença improcedente para reconhecer como especial tempo de serviço laborado, bem como, para conceder aposentadoria especial.

Insurge-se o autor quanto aos períodos de 19/05/80 a 30/09/86, 01/10/86 a 26/09/97 e de 01/11/98 a 26/07/2001, laborado na TECANOR S/A - TÊXTIL CATARINENSE DO NORDESTE (FIBRASIL TÊXTIL S/A/VICUNHA TÊXTIL S/A), e de 01/09/2001 a 06/11/2008, na ALESTE LTDA.

II. Fundamentação

Em relação às atividades prestadas em indústria de tecelagem são tidas por especiais, possuindo caráter evidentemente insalubre, pois é notório o elevado nível de ruído proveniente das máquinas de produção, sendo possível, pois, efetuar a conversão pretendida mesmo sem a apresentação do respectivo laudo técnico. Nesse sentido dispõe o Parecer nº 85/78 do Ministério da Segurança Social e do Trabalho (TRF-3ª R; APELREE 200161250010968; 10ª T.; DJF3 CJ1 DATA: 15.12.2010; pág. 614).

Em sendo assim, verifico que assiste razão ao recorrente. É que tanto a TECANOR S/A - TÊXTIL CATARINENSE DO NOR- DESTE (FIBRASIL TÊXTIL S/A/VICUNHA TÊXTIL S/A) como a ALESTE LTDA são indústrias de tecelagem e, por isso, presumi- damente insalubres (anexos 13/16).

Em relação ao termo final do vínculo laboral com a empresa Aleste LTDA, verifico que também assiste razão ao recorrente. É que, conforme registro na CTPS do autor, o termo final do contrato de trabalho foi em 06/11/2008 (anexo 26, fl.03).

III. Disposição

Recurso provido para reconhecer como especial os períodos de 19/05/80 a 30/09/86, 01/10/86 a 26/09/97, 01/11/98 a 26/07/2001 e de 01/09/2001 a 06/11/2008, bem como para alterar o termo final vínculo trabalhista com a empresa Aleste LTDA para 06/11/2008.

Sem condenação em honorários advocatícios, uma vez que o recorrente restou vencedor no recurso.

Custas ex lege.

ACÓRDÃO

Vistos etc.

Decide a 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais de Per- nambuco, por unanimidade, DAR provimento ao recurso da parte autora, nos termos da ementa supra.

Recife/PE, data do julgamento.

Sustenta, em síntese, que: (a) não há enquadramento especial pelo exercício da atividade de tecelão ou de trabalhador em indústria têxtil; (b) não há a possibilidade do reconhecimento da exposição ao agente nocivo ruído sem a juntada aos autos de laudo técnico; e (c) os conseqüentários legais devem seguir o disposto na Lei n.º 11.960/2009.

Aponta como paradigmas julgados da Primeira Turma Re- cursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina (processos de números 2007.72.95.009635-1 e 2006.72.59.000556-7), desta TNU (PEDILEF 200672950186724) e do STJ (AgRg no REsp n.º 877.972, REsp n.º 1.205.946 e REsp n.º 1.366.126).

2. O Min. Presidente deste colegiado encaminhou o feito a esta Relatoria para melhor análise.

3. Entendo que o presente incidente de uniformização não merece ser conhecido.

É que foi com base em interpretação particular de elementos específicos constantes dos autos que se chegou à conclusão exposta no acórdão recorrido, com relação aos pontos centrais do incidente:

Em relação às atividades prestadas em indústria de tecelagem são tidas por especiais, possuindo caráter evidentemente insalubre, pois é notório o elevado nível de ruído proveniente das máquinas de produção, sendo possível, pois, efetuar a conversão pretendida mesmo sem a apresentação do respectivo laudo técnico. Nesse sentido dispõe o Parecer nº 85/78 do Ministério da Segurança Social e do Trabalho (TRF-3ª R; APELREE 200161250010968; 10ª T.; DJF3 CJ1 DATA: 15.12.2010; pág. 614).

Em sendo assim, verifico que assiste razão ao recorrente. É que tanto a TECANOR S/A - TÊXTIL CATARINENSE DO NOR- DESTE (FIBRASIL TÊXTIL S/A/VICUNHA TÊXTIL S/A) como a ALESTE LTDA são indústrias de tecelagem e, por isso, presumi- damente insalubres (anexos 13/16).

E, para desconstituir esses fundamentos de decidir da Turma Recursal de Origem, seria necessário reexaminar o conjunto fático- probatório, o que é vedado em sede de processo objetivo de pedido de uniformização, nos termos da Súmula n.º 042 desta TNU.

4. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência veiculado pela Autarquia Previden- ciária não merece ser conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURIS-PRUDÊNCIA formulado pelo INSS, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 12 de maio de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0524917-30.2010.4.05.8300  
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBU- CO

REQUERENTE: MARCOS ALVES BARBOSA  
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURIS-PRUDÊNCIA. SIMPLES REEXAME DO JULGADO DA INSTÂNCIA INFERIOR. IMPOSSIBILIDADE. NÃO CONHECIMENTO.

1. Formula a parte autora pedido nacional de uniformização de jurisprudência em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO/SERVIÇO. RECONHECIMENTO E CONVER- SÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM COMUM. AGEN- TE NOCIVO RUÍDO. PPP E LTCAT COMPROVAM A EXPO- SIÇÃO. VIGILANTE. USO DE ARMA DE FOGO, EMPRESA DO RAMO DE SEGURANÇA ARMADA E DE TRANSPORTE DE VALORES. ATIVIDADE CONSIDERADA PERIGOSA. RECURSO DO AUTOR PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Trata-se de recurso inominado interposto pela parte Autora contra sentença que julgou parcialmente procedente o pedido autoral, reconhecendo a especialidade dos períodos de 19.02.1972 a 18.02.1974 e 01.12.1978 a 04.03.1980, exposto ao agente nocivo ruído, e o período de 19.04.1989 a 26.06.1992, na função de vi- gilante.

2. Alega o Autor ser devido o reconhecimento da espe- cialidade dos períodos de 16.08.1982 a 03.05.1987, na função de servente e contínuo, na empresa Leon Heimer Ind. e Com. Ltda, exposto aos agentes nocivos ruído e biológico (vírus e bactéria), e 10.08.1992 a 08.09.1992, na função de vigilante, na Preserve Se- gurança e Transporte de Valores Ltda.

3. Rejeita-se a preliminar de nulidade da sentença, uma vez que não configura cerceamento de defesa a simples dispensa de realização de audiência de conciliação e julgamento. A parte autora não aponta provas que pudessem ser produzidas em audiência, além das já acostadas aos autos, capazes de infirmar as conclusões da perícia judicial.

4. Até 28/04/95, para o reconhecimento das condições de trabalho como especiais, era suficiente que o segurado comprovasse o exercício de uma das atividades previstas no anexo do Decreto nº. 53.831/64 ou nos anexos I e II do Decreto nº. 83.080/79, não sendo necessário fazer prova efetiva da exposição às condições prejudiciais à saúde ou à integridade física.

5. A partir de 29/04/95, com a edição da Lei nº. 9.032/95, que alterou a Lei nº. 8.213/91, o reconhecimento da insalubridade passou a exigir a efetiva exposição aos agentes agressivos do Decreto nº. 83.080/79 ou ao Decreto nº. 53.831/64, o que se comprovava através da apresentação do documento de informação sobre exposição a agentes agressivos (conhecido como SB 40 ou DSS 8030).

6. Com o advento da Medida Provisória nº. 1.523/96, posteriormente convertida na Lei nº. 9.528/97, a qual conferiu nova redação ao art. 58 da Lei nº. 8.213/91, passou-se a exigir a elaboração de laudo técnico assinado por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho. Não obstante, o STJ firmou posicionamento no sentido de que essa exigência só é possível a partir da edição daquele diploma legal de 1997 e não da data da Medida Provisória mencionada (Precedente: AgREsp nº 518.554/PR).

7. No caso de exposição do trabalhador a ruído e calor, agentes agressivos que exigem medição técnica, o laudo técnico ou PPP é exigido para comprovação das condições especiais em qualquer período, não se aplicando neste caso, o acima exposto.

8. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que a permanência e a habitualidade da exposição a agentes nocivos à saúde são requisitos exigíveis apenas para atividades exercidas a partir de 29.04.1995, quando entrou em vigor a Lei n.º 9.032/95.

9. A corroborar tal raciocínio, traz-se à baila da Turma Nacional de Uniformização, o teor da Súmula nº 49, "in verbis": "Para reconhecimento de condição especial de trabalho antes de 29/4/1995, a exposição a agentes nocivos à saúde ou à integridade física não precisa ocorrer de forma permanente."

10. A TNU, em sessão de julgamento realizada no dia 24.11.2011, revisou o texto da súmula n.º 32, que passou a ter a seguinte redação: "O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64 e, a contar de 5 de março de 1997, superior a 85 decibéis, por força da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003, quando a administração pública que reconheceu e declarou a nocividade à saúde de tal índice de ruído".

11. Quanto aos períodos na empresa Leon Heimer Ind. e Com. Ltda, a sentença acertadamente não reconheceu a especialidade no período de 16.08.1982 a 28.02.1983, uma vez que o PPP e LTCAT apresentados (anexo 09) informam de forma genérica exposição ao agente nocivo vírus e bactérias. Entretanto, quanto ao período de 01.03.1983 a 03.05.1987, merece reforma a sentença, já que comprovada a exposição ao agente nocivo ruído na intensidade de 92 dB(A).

12. A atividade de vigilante embora não expressamente tida como perigosa, equipara-se à função de guarda, de forma que também se dá a presunção neste caso, nos termos da Súmula 26 da TNU, consoante a qual, "A atividade de vigilante enquadra-se como especial, equiparando-se à de guarda, elencada no item 2.5.7. do Anexo III do Decreto n. 53.831/64". Releve-se, por oportuno, que o precedente que deu origem à referida Súmula (Processo nº 2002.83.20.00.2734-4/PE) envolvia situação na qual o trabalho de vigilante fora desempenhado mediante uso de arma de fogo. O uso da arma de fogo, portanto, é decisivo para fins de configuração da nocividade, conforme precedentes da TNU (PEDILEF 2006.83.00.51.6040-8 e 2008.72.95.00.1434-0).

13. Com relação ao período de 10.08.1992 a 08.09.1992, na atividade de vigilante, na empresa Preserve Segurança e Transporte de Valores Ltda, impõe-se, por presunção, o reconhecimento da insalubridade no período, vez que a atividade de vigilante foi desenvolvida em empresa do ramo de segurança armada e/ou de transporte de valores. Neste sentido:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. VIGILANTE, GUARDA OU VIGILANTE.- O tempo de serviço na atividade de guarda, vigia ou vigilante para fins de conversão e concessão de aposentadoria por tempo de serviço, salvo se exercida em empresa de transporte de valores e/ou instituições financeiras, não pode ser considerado como especial, uma vez não comprovada a periculosidade a que estava sujeito o autor.-Apelação do INSS e Remessa Oficial a que se dá parcial provimento. (AC 199903990715339, Relator: Juiz Walter Amaral, TRF 3ª Região - Primeira Turma, 18/11/2002).

14. Logo, merece reforma a sentença para reconhecer o caráter especial do período de 10.08.1992 a 08.09.1992.

15. Desta forma, o tempo de serviço especial trabalhado pelo autor fica representado pela seguinte tabela:

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

1ª Turma Recursal  
APURAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO

APURAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO

Vínculos Fator Datas Tempo em Dias  
Inicial Final Comum Convertido  
Cotonifício Capibaribe S/A 1,4 19/02/1972 18/02/1974 731

Companhia Fábrica Yolanda 1,0 11/04/1975 04/07/1975 85

Sabrina Modas Comércio S/A 1,0 01/10/1975 27/12/1975 88

Cia. Engenharia Inst. E Representações 1,0 28/07/1976 18/03/1977 234 234

Passin Eletro Refrigeração Ltda. 1,0 03/05/1977 27/06/1977 56 56

Elevadores Otis S/A 1,0 21/09/1977 23/09/1977 3 3

P. P. Ma da Conceição R. de Souza 1,0 01/12/1977 27/12/1977 27 27

Nacional Gás Butano Distribuidora Ltda 1,4 01/12/1978 04/03/1980 460 644

Sociedade Abastecedora de Alimentos 1,0 20/05/1980 25/01/1982 616 616

Leon Heimer Ind. e Com. Ltda. 1,0 16/08/1982 28/02/1983 197 197

Leon Heimer Ind. e Com. Ltda. 1,4 01/03/1983 03/05/1987 1525 2135

N. S. Porpino 1,0 02/11/1987 18/01/1988 78 78

Transportadora Nautilus Ltda. 1,0 14/11/1988 04/04/1989 142 142

Preserve Transporte de Valores Ltda. 1,4 19/04/1989 26/06/1992 1165 1631

Preserve Transporte de Valores Ltda. 1,4 10/08/1992 08/09/1992 30 42

Metalúrgica Itapoã 1,0 01/04/1993 21/06/1995 812 812

Indaiá Transportes Ltda. 1,0 09/10/1995 25/08/1997 687 687

Rodoviária Caxangá (até EC nº 20/98) 1,0 15/11/1998 16/12/1998 32 32

Tempo computado em dias até 16/12/1998 8.532

Rodoviária Caxangá (até a DER) 1,0 17/12/1998 19/11/2009 3991 3991

Rodoviária Caxangá 1,0 20/11/2009 15/06/2010 208 208

Tempo computado em dias após 16/12/1998 4.199

12.731

34 anos, 10 meses e 9 dias

16. Constata-se que o autor exerceu durante toda a sua vida laboral, 34 anos, 10 meses e 9 dias, fazendo jus, portanto, a aposentadoria por tempo de contribuição com proventos proporcionais.

17. Recurso do autor provido, para determinar que o INSS averbe como tempo de trabalho especial os períodos de 01.03.1983 a 03.05.1987 e 10.08.1992 a 08.09.1992 e conceda a aposentadoria por tempo de contribuição com proventos proporcionais ao autor a partir da data da citação e DIP no trânsito em julgado. Os valores em atraso devem ser corrigidos monetariamente, nos termos do Manual de cálculos do Conselho da Justiça Federal e acrescidas de juros de 1% (um por cento) a.m., desde a data da citação (súmula n.º 204 do STJ), sendo inaplicável, portanto, o disposto no artigo 1.º-F da Lei n.º 9.494/97, com redação dada pela Lei n.º 11.960, de 29 de junho de 2009, à vista da declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal (ADI 4357/DF e ADI 4425/DF, Informativo n.º 698, março de 2013).

18. Sem condenação em ônus sucumbenciais, em face do disposto no art. 55 da Lei nº 9.099/95.

#### ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco, à unanimidade, dar parcial provimento ao recurso da parte autora, nos termos da ementa supra.

Recife, data da movimentação.

Sustenta, em síntese, que: (a) se o benefício deferido fosse concedido desde a citação (em 26/10/2010), a aposentadoria por tempo de serviço / contribuição deveria ser concedida com proventos integrais, e não proporcionais; e (b) a Turma Recursal de Origem não se apercebeu que, no momento do requerimento administrativo (em 19/11/2009), já havia o direito para se aposentar com proventos proporcionais.

Aponta como paradigmas julgados desta TNU (PEDILEF n.º 50027485220124047015).

2. O Min. Presidente deste colegiado encaminhou o feito a esta Relatoria para melhor análise.

3. Entendo que o presente incidente de uniformização não merece ser conhecido.

É que, ao contrário do que sustenta a parte autora, não pretende ela a correção de erro material, quer, sim, em verdade, a rediscussão do julgado, o que se mostra inviável em sede de incidente de uniformização, por força do disposto na Súmula n.º 042 desta TNU.

4. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência veiculado pela parte autora não merece ser conhecido.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA formulado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 12 de maio de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0001941-37.2012.4.03.6307

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

lo  
REQUERENTE: JANICE MARIA DOS SANTOS BONETTI

PROC./ADV.: JOSÉ OTÁVIO DE ALMEIDA BARROS JÚNIOR

OAB: SP-257676

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. MISERABILIDADE. RENDA PER CAPITA. NÃO CONFIGURAÇÃO DE CRITÉRIO ABSOLUTO. AUSÊNCIA DE CONTRARIIDADE DO ACÓRDÃO À JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INVIABILIDADE DE REEXAME DA PROVA. SÚMULA Nº 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, reformando a sentença, indeferiu o pedido de benefício assistencial por não comprovação de necessidade financeira.

2. A suscitante alega que o acórdão diverge da jurisprudência dominante do STJ, segundo a qual devem ser considerados para aferição da miserabilidade outros meios que não apenas a renda familiar per capita.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Diferentemente do alegado pela postulante, o acórdão recorrido não fundamentou o julgamento de improcedência no valor absoluto da renda familiar per capita. Ao contrário, analisou de forma ampla o conjunto probatório para reconhecer a ausência de miserabilidade da interessada, sobretudo com base no estudo sócio-econômico produzido. O afastamento dessa conclusão, ademais, demandaria reexame do conjunto fático-probatório, vedado pela Súmula nº 42.

5. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela autora.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0002477-29.2013.4.03.6302

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

lo  
REQUERENTE: MARIA TRINDADE FERNANDES COSTA

PROC./ADV.: DANIELA VILELA P. VASCONCELOS

OAB: SP-161110

PROC./ADV.: MARIA ISABEL VILELA PELOSO

OAB: SP-267704

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. INCAPACIDADE PARCIAL. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS CONCLUSÕES MÉDICAS COM FATORES DE ORDEM SOCIAL. INCAPACIDADE PARA A VIDA INDEPENDENTE. INDICAÇÃO DE PRECEDENTES DO STJ QUE NÃO GUARDAM SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA COM A QUESTÃO VERSADA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização nacional de jurisprudência interposto em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, confirmando sentença de improcedência, indeferiu o pedido de benefício assistencial por indemonstrada a condição de deficiente da postulante.

2. A suscitante alega que o acórdão contraria o entendimento do STJ, de que para a concessão do benefício desimporta que a incapacidade seja parcial, devendo, igualmente, serem avaliados os aspectos sociais e culturais do requerente a fim de se aferir a existência de impedimentos que obstruam a participação na sociedade.

3. O incidente não merece ser conhecido.



4. Em verdade, muito embora o incidente pretenda apontar dissonância entre o entendimento do acórdão recorrido frente à jurisprudência do C. STJ, observo que a decisão de admissibilidade derivou para entendimento da ocorrência de contrariedade frente à jurisprudência desta TNU, o que, todavia, não revela a melhor técnica na abordagem do incidente, impondo-se seja restrito o exame da respectiva admissibilidade exclusivamente aos termos em que deduzido o pedido de uniformização.

5. Anoto, assim, que a pretendida contrariedade do acórdão recorrido com o entendimento do C. STJ é inferida pela recorrente 'por analogia', devido ao fato de que os precedentes transcritos na petição de uniformização se referem todos ao exame de ações versando a concessão de aposentadoria por invalidez, e não benefício assistencial. Logo, não há por onde constatar a ocorrência de similitude fático-jurídica na hipótese vertente.

6. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela autora.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0013747-58.2010.4.03.6301

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: LUIZ ANTÔNIO DE OLIVEIRA CAMARGO

PROC./ADV.: EURICO NOGUEIRA DE SOUZA

OAB: SP-152031

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ART. 42 DA LEI Nº 8.213/1991. PREEXISTENCIA DA INCAPACIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora em face de acórdão que, mantendo a sentença de primeiro grau, negou-lhe o direito a percepção de benefício por incapacidade. Aduz, em apertada síntese, que a análise do conjunto probatório acostado aos autos permite-nos chegar à conclusão de que, embora a patologia que lhe acometa seja anterior ao seu reingresso ao Regime Geral de Previdência Social, a incapacidade lhe é posterior, surgida do agravamento da patologia detida.

2. Alegação de que o acórdão recorrido contrariou o entendimento contemplado por esta Turma Nacional de Uniformização (PREDILEF 2005.63.06.002759-1).

3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU após agravo.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. A aposentadoria por invalidez é a prestação previdenciária que será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida, quando for o caso, for considerado incapaz para o trabalho e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nessa condição.

6. No caso dos autos, acerca do conjunto probatório acostado, o acórdão recorrido procedeu a sua valoração, conforme excerto a seguir parcialmente transcrito:

"No caso em exame, após considerar o conjunto probatório dos autos, em especial o CNIS da parte autora que demonstra o início ou retomada das contribuições para o RGPS em data posterior à fixada pela perícia médica como data de início da incapacidade, entendeu o juiz tratar-se de hipótese de doença ou lesão preexistente.

Com efeito, em que pese os argumentos expostos pela parte recorrente em suas razões recursais, a prova dos autos não deixa dúvidas quanto ao fato da doença ou lesão que origina a incapacidade da parte autora ser preexistente a sua filiação ou retorno ao RGPS, ocorrido em maio/2006, após cometido de câncer, tendo sido operado do tumor em 09/06/2006.

No confronto desses dados resta clara a preexistência da doença ou lesão, fato que impede a concessão do benefício previdenciário, muito embora constatada a incapacidade para o trabalho pela perícia médica.

Assim, a despeito das razões recursais expostas pela parte autora em seu recurso, infere-se dos autos que não houve error in judicando por parte do magistrado, cuja conclusão levou em consideração a prova contida nos autos e está descrita de forma clara na sentença, não havendo nada que recomende sua alteração. (...)."

7. Assim, verifica-se que a Turma de origem apontou de forma clara os motivos que a levaram a não acolher o pleito do(a) recorrente, estabelecendo um verdadeiro juízo de valor, que a este Colegiado é vedado rediscutir, nos termos da Súmula nº 42, da TNU, in verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

8. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

Brasília/DF, 24 de fevereiro de 2017.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.

Brasília/DF, 24 de fevereiro de 2017.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0022379-78.2007.4.03.6301

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: NILCE SANTOS DA SILVA

PROC./ADV.: EDELI DOS SANTOS SILVA

OAB: SP-36063

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ART. 42 DA LEI Nº 8.213/1991. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS. DESNECESSIDADE. SÚMULA 77/TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13/TNU. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora em face de acórdão que, mantendo a sentença de primeiro grau, negou-lhe o direito a percepção de benefício por incapacidade. Aduz, em apertada síntese, que a mera constatação da capacidade clínica, apontada pelo laudo pericial, não se presta à exclusão de seu direito ao benefício perseguido, ante a necessidade de averiguação das condições pessoais e sociais nas quais se encontra imersa.

2. Alegação de que o acórdão recorrido contrariou o entendimento contemplado por esta Turma Nacional de Uniformização (Pedilef: 2008388007232672).

3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU após agravo.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. A aposentadoria por invalidez é a prestação previdenciária que será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida, quando for o caso, for considerado incapaz para o trabalho e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nessa condição.

6. A matéria objeto de questionamento no recurso interposto pela parte autora encontra-se em estreita sintonia com o entendimento adotado pela Turma Nacional de Uniformização, objeto da Súmula nº 77, que dispõe que "O julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual".

7. Com efeito, à luz do entendimento da TNU, o exame das condições pessoais e sociais do segurado impõe-se apenas quando reconhecida a incapacidade parcial laborativa (Súmula nº 47/TNU), hipótese distinta da constatada nos presentes autos, haja vista que, in casu, a despeito de ter sido acometida de artrose e hipertensão arterial sistêmica, a parte autora não apresenta incapacidade para o trabalho, ainda que parcial.

8. Por conseguinte, encontrando-se o acórdão recorrido em consonância com o entendimento deste Colegiado, impõe-se a aplicação do disposto na Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

9. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

Brasília/DF, 24 de fevereiro de 2017.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.

Brasília/DF, 24 de fevereiro de 2017.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0037974-73.2014.4.03.6301  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: ROSALINA GOMES DE SOUZA

PROC./ADV.: VALTER FRANCISCO MESCHEDE

OAB: SP-123545

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ART. 42 DA LEI Nº 8.213/1991. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS. DESNECESSIDADE. SÚMULA 77/TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13/TNU. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora em face de acórdão que, mantendo a sentença de primeiro grau, negou-lhe o direito a percepção de benefício por incapacidade. Aduz, em apertada síntese, que a mera constatação da capacidade clínica, apontada pelo laudo pericial, não se presta à exclusão de seu direito ao benefício perseguido, ante a necessidade de averiguação das condições pessoais e sociais nas quais se encontra imersa.

2. Alegação de que o acórdão recorrido contrariou o entendimento contemplado por esta Turma Nacional de Uniformização na Súmula da TNU de nº 7.

3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU após agravo.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. A aposentadoria por invalidez é a prestação previdenciária que será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida, quando for o caso, for considerado incapaz para o trabalho e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nessa condição.

6. A matéria objeto de questionamento no recurso interposto pela parte autora encontra-se em estreita sintonia com o entendimento adotado pela Turma Nacional de Uniformização, objeto da Súmula nº 77, que dispõe que "O julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual".

7. Com efeito, à luz do entendimento da TNU, o exame das condições pessoais e sociais do segurado impõe-se apenas quando reconhecida a incapacidade parcial laborativa (Súmula nº 47/TNU), hipótese distinta da constatada nos presentes autos, haja vista que, in casu, a despeito de ser portadora de glaucoma crônico simples bilateral, a parte autora não apresenta incapacidade para o trabalho, ainda que parcial.

8. Por conseguinte, encontrando-se o acórdão recorrido em consonância com o entendimento deste Colegiado, impõe-se a aplicação do disposto na Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

9. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

Brasília/DF, 24 de fevereiro de 2017.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.

Brasília/DF, 24 de fevereiro de 2017.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0062243-53.2007.4.01.3400

ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

REQUERENTE: IVONE LUIZ PEREIRA

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ART. 42 DA LEI Nº 8.213/1991. PREEXISTENCIA DA INCAPACIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora em face de acórdão que, mantendo a sentença de primeiro grau, negou-lhe o direito a percepção de benefício por incapacidade. Aduz, em apertada síntese, que a análise do conjunto probatório acostado aos autos permite-nos chegar à conclusão de que, embora a patologia que lhe acometa seja anterior ao seu reingresso ao Regime Geral de Previdência Social, a incapacidade lhe é posterior, surgida do agravamento da patologia detida.

2. Alegação de que o acórdão recorrido contrariou o entendimento contemplado por esta Turma Nacional de Uniformização (PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL, Processo: 200461840597132, Data da decisão: 17/12/2007, Fonte DJU 24/12/2007, Relator(a) JUIZ FEDERAL SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ ) e pelo Superior Tribunal de Justiça (RESP 217727/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJU de 06.09.1999, p. 131).

3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU após agravo.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. A aposentadoria por invalidez é a prestação previdenciária que será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida, quando for o caso, for considerado incapaz para o trabalho e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nessa condição.

6. No caso dos autos, acerca do conjunto probatório acostado, o acórdão recorrido procedeu a sua valoração, conforme excerto a seguir parcialmente transcrito:

"I - A teor do disposto no § 2º do art. 42 da Lei nº 8.213/91, "a doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão".

II - Restando comprovado nos autos, mediante perícia judicial, que a doença do recorrente preexistia ao reingresso ao Regime Geral de Previdência Social, ele não faz jus à aposentadoria por invalidez, não merecendo reforma a sentença que julgou improcedente o pedido.

III - Recurso improvido. Sentença mantida. (...)"

7. Assim, verifica-se que a Turma de origem apontou de forma clara os motivos que a levaram a não acolher o pleito do(a) recorrente, estabelecendo um verdadeiro juízo de valor, que a este Colegiado é vedado rediscutir, nos termos da Súmula nº 42, da TNU, in verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

8. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

Brasília/DF, 24 de fevereiro de 2017.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

Juiz Federal Relator

#### ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.

Brasília/DF, 24 de fevereiro de 2017.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500124-20.2015.4.05.9830

ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

bucu

REQUERENTE: JOSÉ CORREIA DOS SANTOS  
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA..  
OAB: PE-573-A

REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELO AUTOR. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO DOENÇA OU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. RESTABELECIMENTO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA. PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. MATÉRIA DE ÍNDOLE PROCESSUAL. SÚMULA DA TNU Nº 43. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se Pedido de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora/recorrente em face de acórdão que extinguiu o processo, sem resolução do mérito, à míngua de prévio requerimento administrativo.

2. Alega, em síntese, ser desnecessário o prévio requerimento administrativo como requisito de admissibilidade para processamento da ação, de modo que o acórdão recorrido teria divergido do entendimento adotado por esta Turma Nacional de Uniformização (PEDIDO 200972640023779, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SÁVARIS, 22/07/2011).

3. Incidente não admitido na origem, porém remetido a TNU pela via do recurso de agravo.

4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º) e, ainda, "em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça".

5. No caso presente, o juízo a quo, vislumbrando a imprescindibilidade do prévio requerimento administrativo, consoante decidiu o STF, em regime de repercussão geral, ao proferir o julgamento do RE nº 631.240/MG, concluiu por extinguir o processo sem resolução do mérito.

6. Dado o disposto no art. 14, caput, da Lei 10.259/01, a uniformização de jurisprudência só diz respeito à matéria de direito material. Em decorrência disso, nessa sede, não há como firmar tese acerca da viabilidade do manejo da ação especial, dada a sua natureza manifestamente processual.

7. Tratando-se uma discussão de caráter eminentemente processual, sendo de todos sabido que a divergência jurisprudencial em torno de questões de direito processual não pode ser dirimida em sede de pedido de uniformização de jurisprudência, tem-se clara hipótese de aplicação da Súmula nº 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

8. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

Brasília/DF, 24 de fevereiro de 2017.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

Juiz Federal Relator

#### ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.

Brasília/DF, 24 de fevereiro de 2017.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500409-31.2012.4.05.8306

ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

bucu

REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): CARLOS TEODOZIO DA SILVA  
PROC./ADV.: EBER LUCENA DOS SANTOS  
OAB: PE-14014  
PROC./ADV.: ANDRÉA KARLA VASCONCELOS  
OAB: PE-12 957  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA, POR AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA. QUESTÃO DE ORDEM 22. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização formulado pelo INSS, parte autora em face de acórdão exarado pela Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco. Argumenta, em síntese que a decisão da Turma Recursal de Pernambuco não foi acertada quanto aos períodos de: 06/03/1997 a 19/08/1997, 13/01/1998 a 01/10/1998, 16/01/1999 a 20/10/1999, 23/03/2000 a 12/09/2000, 17/02/2001 a 13/08/2011, pois o simples manuseio de graxa, óleo diesel e querosene (hidrocarbonetos) não determina que o período deva ser considerado como especial. Sustenta que apenas nos casos em que o segurado trabalha na fabricação destes agentes químicos e que poderia haver a especialidade dos períodos.

2. O Min. Presidente deste colegiado encaminhou o feito a esta Relatoria para melhor análise. Entendo que o paradigma apresentado é adequado, bem como a parte autora apresentou o cotejo analítico.

3. O recurso do INSS é dirigido contra o reconhecimento como especiais dos períodos apontados no recurso: 06/03/1997 a 19/08/1997, 13/01/1998 a 01/10/1998, 16/01/1999 a 20/10/1999, 23/03/2000 a 12/09/2000, 17/02/2001 a 13/08/2011 - porquanto o PPP apontaria o manuseio de graxa, óleo diesel e querosene (hidrocarbonetos) sem fazer menção à quantidade.

4. Como se percebe pela análise do PPP do segurado (eventos 12 e 13) ele foi admitido para trabalhar como servente na Usina Maravilha em 1989 e a partir de 1999 passou a exercer suas atividades na Usina CRUANGI S.A, empresa do mesmo grupo.

5. Contudo, os acórdãos trazidos como paradigmas são inservíveis, como passo a demonstrar. Os processos trazidos pelo recorrente - Processos: 00044734320054036302 da 4ª Turma Recursal de São Paulo; 00042152620074036314 da 5ª Turma Recursal de São Paulo; 00031588220074036310 da 5ª Turma Recursal de São Paulo; 00025777020074036309 da 5ª Turma Recursal de São Paulo - versam sobre a situação de frentista, tendo considerado o tempo de serviço comum, tendo em vista que a atividade não seria passível de enquadramento em categoria profissional e não foi demonstrada a exposição habitual e permanente a agente nocivo, na forma prevista pela legislação previdenciária.

6. Para demonstrar a divergência de entendimentos, o recorrente deveria ter trazido pelo menos uma decisão de Turma Recursal de outra Região, em que fosse examinada a impossibilidade de considerar como especial o tempo laborado debaixo da exposição de hidrocarbonetos, valoradas de forma quantitativa, sendo a nocividade considerada pela ultrapassagem dos limites de tolerância ou doses, dispostos nos Anexos 1, 2, 3, 5, 8, 11 e 12 da NR-15 do TEM, por meio da mensuração da intensidade ou da concentração, consideradas no tempo efetivo da exposição no ambiente de trabalho.

7. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência veiculado não merece ser conhecido.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELO INSS, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 16 de junho de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0502099-21.2014.4.05.8308

ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

bucu

REQUERENTE: JOSE MARIA MALAN FERREIRA CAZÉ

PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA..  
OAB: PE-573-A  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ART. 42 DA LEI Nº 8.213/1991. PREEXISTENCIA DA INCAPACIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora em face de acórdão que, mantendo a sentença de primeiro grau, negou-lhe o direito a percepção de benefício por incapacidade. Aduz, em apertada síntese, que a análise do conjunto probatório acostado aos autos permite-nos chegar à conclusão de que, embora a patologia que lhe acometa seja anterior ao seu reingresso ao Regime Geral de Previdência Social, a incapacidade lhe é posterior, surgida do agravamento da patologia detida.

2. Alegação de que o acórdão recorrido contrariou o entendimento contemplado pela 1ª Turma Recursal do Mato Grosso (Processo nº. 2007.36.00.702761-6. Relator Juiz Federal José Pires da Cunha. DJ 31/05/2007).

3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU após agravo.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. A aposentadoria por invalidez é a prestação previdenciária que será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida, quando for o caso, for considerado incapaz para o trabalho e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nessa condição.

6. No caso dos autos, acerca do conjunto probatório acostado, o acórdão recorrido procedeu a sua valoração, conforme excerto a seguir parcialmente transcrito:

"No caso em comento, verifica-se que o autor é portador de Retardo Mental CID 10 F 70 desde sua infância, conforme se depreende do laudo médico (anexo 18).

Assim, em face das razões já aduzidas, por ser a doença da parte autora preexistente à sua filiação ao sistema previdenciário, bem como não haver progressão da referida moléstia, entende-se não ser devido o benefício aqui postulado.

Recurso do INSS provido. (...)"

7. Assim, verifica-se que a Turma de origem apontou de forma clara os motivos que a levaram a não acolher o pleito do(a) recorrente, estabelecendo um verdadeiro juízo de valor, que a este Colegiado é vedado rediscutir, nos termos da Súmula nº 42, da TNU, in verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

8. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

Brasília/DF, 24 de fevereiro de 2017.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

Juiz Federal Relator



ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator. Brasília/DF, 24 de fevereiro de 2017.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0506656-57.2014.4.05.8500  
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE  
REQUERENTE: LUIZ HENRIQUE MONTALVÃO DE AZEVEDO  
PROC./ADV.: FERNANDA SILVA SOUSA  
OAB: SE-3229  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. QUESTÃO DE ORDEM N.º 022 DESTA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. Formula a parte autora pedido nacional de uniformização de jurisprudência em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Sergipe:

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO EM ESPECIAL. ESTAGIÁRIO EM ELETROTÉCNICA TÉCNICO EM TELECOMUNICAÇÕES. NÃO COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ESPECIAL. INDEFERIMENTO. SENTENÇA. MANUTENÇÃO PELOS SEUS FUNDAMENTOS JÁ COLACIONADOS. QUESTÕES DECIDIDAS. ART. 46 DA LEI 9.099/95. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA, POR FORÇA DO ART. 1º DA LEI Nº 10.259/2001. NECESSIDADE DE EXPLICAÇÃO DE OUTROS FUNDAMENTOS, ORA DECLINADOS, NESTE VOTO. IMPROVIMENTO DO(S) RECURSO(S).

RELATÓRIO:

Dispensado o relatório nos termos da Lei 9.099/95 e 10.259/01.

VOTO:

No caso dos autos, a decisão de 1ª Instância há de ser mantida pelos seus próprios fundamentos.

A análise da prova pelo MM. Juízo sentenciante foi adequada e a tese jurídica revela-se pertinente, de forma que os fundamentos colacionados no decisório fustigado são mantidos por este voto, como se aqui estivessem transcritos.

A hipótese se subsume ao art. 46, da Lei nº. 9.099/95, aplicável subsidiariamente aos Juizados Especiais Federais, por força do art. 1º da Lei nº 10.259/2001.

Não assiste razão ao recorrente quando sustenta ser possível o enquadramento por categoria profissional para a atividade de estagiário em eletrotécnica, por ausência de previsão nos Decretos 53.831/64 e 83.080/89.

Ademais, não restou comprovado, à míngua de apresentação de PPP e/ou Laudo Técnico das Condições Ambientais - LTCAT, sequer a similitude de atribuições entre as atividades desenvolvidas pelo autor (eletrotécnico e auxiliar de telecomunicações) com outra categoria (v.g. engenheiro) para fins de possibilitar o deferimento da pretensão, na linha do seguinte precedente da TNU:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. TÉCNICO EM TELECOMUNICAÇÕES. EQUIPARAÇÃO A ENGENHEIRO ELETRICISTA. POSSIBILIDADE. PROVA DA SIMILITUDE DAS ATIVIDADES. NECESSIDADE. PARCIAL PROVIMENTO. 1. A equiparação a categoria profissional para o enquadramento de atividade especial, fundada que deve estar no postulado da igualdade, somente se faz possível quando apresentados elementos que autorizem a conclusão de que a insalubridade, a penosidade ou a periculosidade, que se entende presente por presunção na categoria paradigma, se faz também presente na categoria que se pretende a ela igualar. 2. Somente é possível a equiparação da atividade de técnico em telecomunicações com a categoria de engenheiro eletricista quando evidenciada a similitude de atribuições, mediante elementos profissiográficos que não furtem do julgador o exame da igualdade intrínseca no que toca à exposição a agentes nocivos 3. Pedido de Uniformização Nacional conhecido e parcialmente provido, determinando-se o retorno dos autos à Turma de origem para adequação.

(TNU, PEDILEF 20065150118434, Juiz Federal José Antonio Savaris, julgado em 25/11/2011, grifo inexistente no original) DISPOSITIVO:

Ante todo o exposto, NEGÓ PROVIMENTO ao(s) recurso(s) inominado(s), mantendo a sentença recorrida pelos seus fundamentos já colacionados, na forma do art. 46 da Lei nº. 9.099/95, aplicável subsidiariamente aos Juizados Especiais Federais, por força do art. 1º da Lei nº 10.259/2001, bem como pelos outros fundamentos ora acrescidos neste voto.

Sem custas. Condene a parte recorrente, vencida, em honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, mas suspendo a exigibilidade de tal verba até que se demonstre que o autor perdeu a condição de hipossuficiente econômico.

É como voto.

Sustenta, em síntese, que: (a) os lapsos de 18/03/1975 a 30/06/1975 e de 15/09/1976 a 28/04/1995 devem ser considerados especiais; e (b) é possível o reconhecimento do tempo de serviço especial, antes da edição da Lei n.º 9.03/1995, em face apenas do enquadramento por categoria profissional.

Aponta como paradigmas julgados do STJ (AGRESP n.º 525381, AgRg no Ag em REsp n.º 463.550 e AR 2.745).

2. O Min. Presidente deste colegiado encaminhou o feito a esta Relatoria para melhor análise.

3. Entendo que o presente incidente de uniformização não merece ser conhecido.

É que o acórdão recorrido teve como razões para negar o pleito formulado a ausência de previsão nos Decretos de números 53.831/64 e 83.080/89 de enquadramento por categoria profissional da atividade de estagiário de eletrotécnica, bem como a não-comprovação da similitude de atribuições entre as atividades desenvolvidas pelo autor (eletrotécnico e auxiliar de telecomunicações) com outra categoria (v.g., engenheiro) para fins de possibilitar o deferimento da pretensão.

Desse modo, inexistente similitude fática entre o acórdão impugnado e os paradigmas invocados.

4. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência veiculado pela parte autora não merece ser conhecido, nos termos da Questão de Ordem n.º 022 desta TNU.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA formulado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 12 de maio de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0508251-12.2014.4.05.8300

ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: ADEILSON SILVA DE PAULA  
PROC./ADV.: ANTONIO ALMIR DO VALE REIS JUNIOR

OAB: PE-27685  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ART. 42 DA LEI Nº 8.213/1991. MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. PERÍODO DE GRAÇA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora em face de acórdão que, mantendo a sentença de primeiro grau, negou-lhe o direito à percepção de benefício por incapacidade pela ausência da qualidade de segurado ao tempo do surgimento da incapacidade. Aduz, em apertada síntese, que a análise do conjunto probatório acostado aos autos permite-nos chegar à conclusão de que faz jus ao benefício perseguido, pois quando da DII atestada pelo perito médico judicial, gozará do período de graça previsto no art. 15, § 2º, da Lei 8.213/91.

2. Alegação de que o acórdão recorrido contrariou o entendimento contemplado pela TRU da 4ª Região (IUJEF 2008.70.51.003130-5, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator Antonio Fernando Schenkel do Amaral e Silva, D.E. 06/04/2010) e por esta Turma Nacional de Uniformização (PEDILEF 200971580101030, JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES, TNU, DOU 15/06/2012).

3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU após agravo.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. A aposentadoria por invalidez é a prestação previdenciária que será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida, quando for o caso, for considerado incapaz para o trabalho e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nessa condição.

6. Acerca da manutenção da qualidade de segurado, a legislação é pragmática, encontrando-se sua disposição no art. 15, §§ 1º e 4º, da Lei 8.213/91:

Art. 15. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições:

§ 1º O prazo do inciso II será prorrogado para até 24 (vinte e quatro) meses se o segurado já tiver pago mais de 120 (cento e vinte) contribuições mensais sem interrupção que acarrete a perda da qualidade de segurado.

§ 2º Os prazos do inciso II ou do § 1º serão acrescidos de 12 (doze) meses para o segurado desempregado, desde que comprovada essa situação pelo registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

§ 4º A perda da qualidade de segurado ocorrerá no dia seguinte ao do término do prazo fixado no Plano de Custeio da Seguridade Social para recolhimento da contribuição referente ao mês imediatamente posterior ao do final dos prazos fixados neste artigo e seus parágrafos.

7. No caso dos autos, acerca do conjunto probatório acostado, o acórdão recorrido procedeu a sua valoração, conforme excerto a seguir parcialmente transcrito:

"No caso em exame, a demandante efetuou recolhimentos na condição de contribuinte individual no período de 07/2011 a 04/2012. O laudo pericial (anexo 07) informa que a incapacidade remonta de 11/2013. Portanto, na espécie, observa-se que na DII a parte autora não tinha a qualidade de segurada.

Verifica-se que não se trata de caso de extensão do período de graça, uma vez que o autor não se encontrava na situação de desemprego involuntário, tendo inclusive trabalhado como autônomo até o início da incapacidade, como se infere do depoimento oral.

Assim, não restou satisfeito o requisito indispensável da qualidade de segurado. (...)."

8. Assim, verifica-se que a Turma de origem apontou de forma clara os motivos que a levaram a não acolher o pleito do(a) recorrente, estabelecendo um verdadeiro juízo de valor, que a este Colegiado é vedado rediscutir, nos termos da Súmula nº 42, da TNU, in verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

9. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

Brasília/DF, 24 de fevereiro de 2017.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.

Brasília/DF, 24 de fevereiro de 2017.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0515949-69.2014.4.05.8300

ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

REQUERENTE: CICERO JOAQUIM DOS SANTOS  
PROC./ADV.: DIOGO DA COSTA  
OAB: PE-35 688  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ART. 42 DA LEI Nº 8.213/1991. ACÓRDÃOS PARADIGMAS DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora em face de acórdão que, mantendo sentença de primeiro grau, negou a autora o direito à percepção de benefício por incapacidade, sob o fundamento da ausência da qualidade de segurado.

2. Alegação de que o acórdão recorrido contrariou o entendimento contemplado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região - TRF- 1 (REO: 313689020124019199 MG 0031368-90.2012.4.01.9199, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL CANDIDO MORAES, Data de Julgamento: 11/12/2013, SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: e-DJF1 p.128 de 22/01/2014). Ademais, copia um suposto julgado da Turma Nacional de Uniformização sem indicação da origem o que impossibilita a sua consulta.

3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU após agravo.

4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º) e, ainda, "em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça".

5. A alegação de divergência entre o acórdão recorrido com acórdão lavrado por Tribunal Regional Federal não constitui hipótese de cabimento do incidente previsto no artigo 14, parágrafo 2º da Lei 10.259/2001.

6. Incidente de Uniformização não conhecido.

7. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

Brasília/DF, 24 de fevereiro de 2017.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

Juiz Federal Relator

## ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.

Brasília/DF, 24 de fevereiro de 2017.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2011.50.50.000422-0

ORIGEM: Seção Judiciária do Espírito Santo

REQUERENTE: WELTON DOS ANJOS

PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

## EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ART. 42 DA LEI Nº 8.213/1991. SUPOSTA AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA TNU. SÚMULA 47 DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte ré em face de acórdão que, mantendo sentença de primeiro grau, concedeu à autora o direito a percepção de benefício por incapacidade. Em sede de argumentação destaca a impossibilidade de concessão de benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença a segurado que não esteja totalmente incapacitado para o exercício de atividade laboral.

2. Alegação de que o acórdão recorrido contrariou o entendimento contemplado pela Turma Recursal de São Paulo (Processos nºs 000910067120064036301, DJ 01/09/2011, e 0065739292008403630, DJ 01/09/2011), do Tocantins (Processo nº 123221020084014, DJ 05/06/2009) e do Mato Grosso (Processo nº 954358200240136, DJ 10/10/2002).

3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU após agravo.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. A aposentadoria por invalidez é a prestação previdenciária que será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida, quando for o caso, for considerado incapaz para o trabalho e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nessa condição.

7. Acerca do arcabouço probatório constante nos autos, destacou o acórdão hostilizado:

Em que pese o laudo oficial do Juízo (fls. 71/72) afirmar que o autor pode ser reabilitado para outra função que não exija que o autor atue nas áreas de sua limitação, em consonância com o juízo de origem, afasto essa possibilidade. A perícia, ao concluir pela incapacidade laboral do autor, atestou que ele não pode exercer funções que exijam a sua permanência de pé por períodos médios a longos ou sentado pelo mesmo período, não podendo, ainda, carregar pesos ou objetos frágeis e que dependessem tanto da visão.

5. Assim, considerando todas as limitações verificadas pela perícia, bem como a idade avançada do autor (49 anos) e o seu provável baixo nível de escolaridade, há que ser reconhecida a sua incapacidade total e permanente, por entender ser inviável a sua recolocação no mercado de trabalho em outra atividade. Em outras palavras, os demais elementos de prova dos autos subsidiaram a conclusão de que o recorrido faz jus à aposentadoria por invalidez. Nesse diapasão, quadra ressaltar que, além do laudo do perito oficial, pode o magistrado valer-se de outros elementos de prova constantes dos autos para formar sua livre convicção. Nesse sentido:

PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PERÍCIA QUE ATESTA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. SITUAÇÃO FÁTICA QUE DEMONSTRA IMPOSSIBILIDADE DE REINSCRIÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. INCIDÊNCIA DO BROCARDO JUDEX PERITUS PERITORUM (JUIZ É O PERITO DOS PERITOS). INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA DA LEGISLAÇÃO. DEFERIMENTO. RECURSO DO INSS IMPROVIDO. 1. A interpretação sistemática da legislação permite a concessão da aposentadoria por invalidez se, diante do caso concreto, os fatores pessoais e sociais impossibilitarem a reinserção do segurado no mercado de trabalho, conforme livre convencimento do juiz que, conforme o brocardo judex peritus peritorum, é o perito dos peritos, ainda que a incapacidade seja parcial. 1.1. Na concessão do benefício de aposentadoria por invalidez, a incapacidade para o trabalho deve ser avaliada do ponto de vista médico e social. Interpretação sistemática da legislação (Lei n. 7.670/88; Decreto 3.298/99; Decreto 6.214/07; Portaria Interministerial MPAS/MS Nº 2.998/01). 2. Além disso, o novel Decreto nº 6.214/07 estabelece: Art. 4º. Para os fins do reconhecimento do direito ao benefício, considera-se: III - incapacidade: fenômeno multidimensional que abrange limitação do desempenho de atividade e restrição da participação, com redução efetiva e acentuada da capacidade de inclusão social, em correspondência à interação entre a pessoa com deficiência e seu ambiente físico e social; Art. 16. A concessão do benefício à pessoa com deficiência ficará sujeita à avaliação da deficiência e do grau de incapacida-

de, com base nos princípios da Classificação Internacional de Funcionalidades, Incapacidade e Saúde - CIF, estabelecida pela Resolução da Organização Mundial da Saúde no 54.21, aprovada pela 54ª Assembleia Mundial da Saúde, em 22 de maio de 2001. § 1º. A avaliação da deficiência e do grau de incapacidade será compostade avaliação médica e social. § 2º. A avaliação médica da deficiência e do grau de incapacidade considerará as deficiências

nas funções e nas estruturas do corpo, e a avaliação social considerará os fatores ambientais, sociais e pessoais, e ambas considerarão a limitação do desempenho de atividades e a restrição da participação social, segundo suas especificidades; (Art. 16, §2, Decreto n. 6.214/2007). 3. Segurado com 62 anos de idade, portador de hipertensão

6. Embora não se negue a presunção de legitimidade das perícias conduzidas pelos médicos do INSS, bem como pelos peritos judiciais, o princípio do livre convencimento motivado do juiz confere ao magistrado a liberdade de conferir a valoração que entender cabível aos elementos de prova do processo e de dar ao litígio a solução que lhe pareça mais adequada, de acordo com sua própria convicção, dentro dos limites impostos pela lei e pela Constituição e desde que motive sua decisão. Nesse diapasão, vislumbro que existem nos autos documentos suficientes a comprovar a incapacidade total e definitiva da parte a ensejar a concessão da aposentadoria por invalidez, consoante já explanado. (...) Grifos acrescidos.

8. Observa-se, portanto, que a incapacidade laboral constatada decorreu, para além da análise médica, da observação das condições pessoais e sociais nas quais o autor encontra-se imerso, como por exemplo, sua idade, região onde reside, ínfimo grau de escolarização e manifesta dificuldade - senão impossibilidade, de o autor desenvolver labor compatível com a patologia portada, cenário que torna improvável a sua reabilitação para atividade que lhe garanta sustento.

9. A matéria objeto de questionamento no recurso interposto pela autarquia previdenciária encontra-se pacificada no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, nos termos do enunciado de Súmula 47 da TNU: "Uma vez reconhecida a incapacidade parcial para o trabalho, o juiz deve analisar as condições pessoais e sociais do segurado para a concessão de aposentadoria por invalidez."

10. Por conseguinte, encontrando-se o acórdão recorrido em consonância com o entendimento deste Colegiado, impõe-se a aplicação do disposto na Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

11. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

Brasília/DF, 24 de fevereiro de 2017.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

Juiz Federal Relator

## ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 24 de fevereiro de 2017.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002016-90.2011.4.04.7117

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: ARI SELVINO BOLIS

PROC./ADV.: LUIZ GUSTAVO FERREIRA RAMOS

OAB: RS-49153

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

## EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N.º 042 DESTA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. Formula a parte autora pedido nacional de uniformização de jurisprudência em face de acórdão exarado pela Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul:

VOTO

Dispensado o relatório nos termos do art. 38, 'caput', da Lei nº 9.099/95, combinado com o art. 1º da Lei nº 10.259/2001.

No tocante à atividade rural, em regime de economia familiar, saliente-se que esta Turma Recursal adota o seguinte entendimento: (a) a condição de segurado especial do trabalhador rural é extensiva à esposa e filhos, desde que trabalhem com o grupo familiar respectivo (art. 11, inciso VII, da Lei nº 8.213/91); (b) a prestação de serviço rural por menor de 12 a 14 anos, até o advento da Lei 8.213/91, devidamente comprovada, pode ser reconhecida para fins previdenciários (Súmula nº 05 da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais); (c) a comprovação do trabalho no campo pode ser dar por início de prova material corroborada por prova testemunhal (art. 55, § 3º, Lei nº 8.213/91), sendo que o rol contido no art. 106 da referida lei é meramente exemplificativo; (d) 'aditem-se como início de prova material, documentos em nome de integrantes do grupo envolvido no regime de economia familiar rural' (Súmula nº 9 da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, D.E. 23/04/2008); (e) a jurisprudência firmou-se no sentido de que não é necessário que os documentos apresentados demonstrem, ano a ano, o exercício da atividade rural; (f) o

tempo de serviço prestado como trabalhador rural, incluído o segurado especial, pode ser computado na concessão da aposentadoria por tempo de serviço, independentemente do recolhimento das contribuições, exceto para o efeito de carência, desde que seja anterior à vigência do Plano de Benefícios (art. 55, § 2º, da Lei nº 8.213/91 e art. 60, X, do RPS, aprovado pelo Decreto 3.048/99).

Na hipótese, a parte autora recorre da sentença de parcial procedência postulando o reconhecimento do exercício de atividade rural, em regime de economia familiar, no intervalo de 05/08/1970 a 30/06/1976, com a consequente concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição. O pedido foi indeferido sob o fundamento de que a atividade rural desempenhada não se dava em regime de economia familiar, tendo em vista a atividade de 'ferreiro' desempenhada pelo pai do autor.

A propósito, não obstante a renda de atividade urbana, admite-se a caracterização do regime de economia familiar quando restar comprovado que a renda auferida com a atividade rural era indispensável ao sustento do núcleo familiar, na linha do decidido pela Turma Nacional de Uniformização (2007.72.59.00.2088-3, Rel. Elío Wanderlei de Siqueira Filho, DJ 16/03/2009). Com efeito 'O que define o trabalho rural em regime de economia familiar é exatamente a indispensabilidade e a mútua dependência entre os membros do grupo, conforme referido, e, inclusive, reconhecido pelos arestos do STJ.' (TNU, Incidente nº 2005.84.13.000832-1, Rel. Renato Toniasso, DJU 30/05/2006). Tal análise passa pela avaliação do conteúdo probatório, atentando-se, ainda, para o valor da renda obtida com a atividade urbana e para outros fatores econômicos que permitam avaliar a indispensabilidade do trabalho rural. Por conseguinte, faz-se necessário início de prova material que comprove a efetiva produção agrícola pela família da parte autora, bem como a comercialização dos produtos.

Na situação dos autos, entretanto, não restou demonstrado que o exercício de atividades agrícolas pela parte autora fosse essencial à sua subsistência e de seu grupo familiar durante o período postulado.

De início, verifico nítida contradição entre a prova oral produzida em audiência e a documentação colacionada aos autos. O autor e as testemunhas sustentaram a tese de que a atividade de ferroeiro era desempenhada por seu genitor de maneira eventual, consistindo em pequenos consertos realizados nos horários de folga. No entanto, o pai do autor requereu aposentadoria especial na qualidade de ferroeiro alegando que exercia tal profissão em condições insalubres informando ainda que a jornada de trabalho durava 'de sol a sol' (12-PROCADM3, fls. 10/11). De outra parte, observo desde que se estabeleceu perante a Prefeitura Municipal de Jacutinga na atividade urbana, em 1967, o genitor do demandante renovou anualmente o alvará de licenciamento até o ano de 1992 (12-PROCADM3, fls. 04/05). Revela-se improvável, portanto, que o pai do postulante demonstrasse interesse em manter a regularidade e legalidade de um negócio que não lhe fosse lucrativo, haja vista todos os encargos decorrentes desde procedimento. Por fim, chama a atenção o fato de que desde a época de celebração de seu casamento, em 1956, o pai do autor já declarasse a profissão de 'ferreiro' (12-PROCADM3, fl. 07).

Outrossim, os documentos comprobatórios da comercialização de produtos agrícolas juntados aos autos (01-PROCADM3, fls. 17/20) não se prestam à demonstração de que a renda oriunda da agricultura, em comparação aos rendimentos obtidos com a atividade de ferroeiro desenvolvida pelo pai do autor, fosse relevante ao orçamento doméstico. O documento de fl. 17 está ilegível e as notas relativas aos anos de 1974 e 1975 (fls. 18/19) referem venda de número pouco significativo de suínos.

Apenas a nota fiscal relativa ao ano de 1976, em nome do pai do autor (fl. 20), revela a comercialização de expressiva produção de soja. Neste ponto, no entanto, não há como confirmar que o autor tenha prestado colaboração indispensável à atividade campestre supostamente desenvolvida por sua família naquele período, próximo ao marco final postulado, uma vez que as testemunhas prestaram declarações imprecisas e contraditórias sobre o momento em que o autor teria se afastado do campo. O depoente Silvestre Scatolin, ao ser perguntado sobre o primeiro emprego do autor, limitou-se a afirmar que o mesmo 'sempre morou ali.' Já o depoente Vitorino Brun declarou que o autor teria saído da localidade por volta de 18 ou 19 anos, porém demonstrou pouca convicção em relação ao aspecto questionado.

Nesse contexto, considerando-se os indícios de que o pai do autor exercia de modo habitual e permanente atividade profissional diversa da agricultura, bem como a insuficiência da prova material e testemunhal para comprovar a efetiva participação do autor na produção agrícola da família e ainda a ausência de comprovação de produção agrícola relevante para a maior parte do período postulado, não há como reconhecer que o autor tenha exercido atividade rural em regime de economia familiar durante o período pleiteado.

Destarte, impõe-se a confirmação da sentença pelos próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da Lei nº 9.099/95, combinado com o art. 1º da Lei nº 10.259/2001, e ainda pelas razões de decidir ora agregadas.

Ressalto que 'o magistrado, ao analisar o tema controvertido, não está obrigado a refutar todos os aspectos levantados pelas partes, mas, tão somente, aqueles que efetivamente sejam relevantes para o deslinde do tema' (STJ, Resp 717265, DJ 12/03/2007, p. 239). Rejeito todas as alegações do(a)s recorrente que não tenham sido expressamente rejeitadas nos autos, porquanto desnecessária a análise das mesmas para chegar à conclusão que se chegou na decisão.

Declaro prequestionados todos os dispositivos legais e constitucionais suscitados pelas partes.



Condeno a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em 10 % (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, e de custas na forma da lei, cuja execução fica suspensa na hipótese de ser a parte recorrente beneficiária da assistência judiciária gratuita.

Ante o exposto, voto por NEGAR PROVIMENTO ao recurso da parte autora.

Sustenta, em síntese, que: (a) deve ser considerado, como exercido em regime de economia familiar, o lapso de 05/08/1970 a 30/06/1976; e (b) o fato de um dos membros do grupo familiar desempenhar outra atividade, por si só, não é suficiente para que todos os demais membros do grupo percarn sua condição de segurado especial, nos termos da Súmula n.º 041 desta TNU.

Aponta como paradigmas julgados do STJ (AgRg no REsp n.º 728.535 e REsp n.º 587.296).

2. O Min. Presidente deste colegiado encaminhou o feito a esta Relatoria para melhor análise.

3. Entendo que o presente incidente de uniformização não merece ser conhecido.

É que foi com base em interpretação particular de elementos específicos constantes dos autos que se chegou à conclusão exposta no acórdão recorrido:

Na situação dos autos, entretanto, não restou demonstrado que o exercício de atividades agrícolas pela parte autora fosse essencial à sua subsistência e de seu grupo familiar durante o período postulado.

De início, verifico nítida contradição entre a prova oral produzida em audiência e a documentação colacionada aos autos. O autor e as testemunhas sustentaram a tese de que a atividade de ferreiro era desempenhada por seu genitor de maneira eventual, consistindo em pequenos consertos realizados nos horários de folga. No entanto, o pai do autor requereu aposentadoria especial na qualidade de ferreiro alegando que exercia tal profissão em condições insalubres informando ainda que a jornada de trabalho durava 'de sol a sol' (12-PROCADM3, fls. 10/11). De outra parte, observo desde que se estabeleceu perante a Prefeitura Municipal de Jacutinga na atividade urbana, em 1967, o genitor do demandante renovou anualmente o alvará de licenciamento até o ano de 1992 (12-PROCADM3, fls. 04/05). Revela-se improvável, portanto, que o pai do postulante demonstrasse interesse em manter a regularidade e legalidade de um negócio que não lhe fosse lucrativo, haja vista todos os encargos decorrentes desde procedimento. Por fim, chama a atenção o fato de que desde a época de celebração de seu casamento, em 1956, o pai do autor já declarasse a profissão de 'ferreiro' (12-PROCADM3, fl. 07).

(...)

Nesse contexto, considerando-se os indícios de que o pai do autor exercia de modo habitual e permanente atividade profissional diversa da agricultura, bem como a insuficiência da prova material e testemunhal para comprovar a efetiva participação do autor na produção agrícola da família e ainda a ausência de comprovação de produção agrícola relevante para a maior parte do período postulado, não há como reconhecer que o autor tenha exercido atividade rural em regime de economia familiar durante o período pleiteado.

E, para desconstituir esses fundamentos de decidir da Turma Recursal de Origem, seria necessário reexaminar o conjunto fático-probatório, o que é vedado em sede de processo objetivo de pedido de uniformização, nos termos da Súmula n.º 042 desta TNU.

4. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência veiculado pela parte autora não merece ser conhecido.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA formulado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 12 de maio de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0000343-56.2014.4.01.4101

ORIGEM: RO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

REQUERENTE: GERALDO ZEFERINO

PROC./ADV.: MARIA HELENA DE SOUZA

OAB: RO-3016

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FERNANDO MOREIRA GONÇALVES

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO DOENÇA. ALEGAÇÃO DE NULIDADE. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO AUTOR DO LAUDO PERICIAL. ACÓRDÃO ANULADO. CONTRADITÓRIO PREJUDICADO. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização de lei federal interposto pelo autor em face de acórdão proferido pela Turma Recursal de Rondônia que manteve, pelos próprios fundamentos, a sentença de improcedência do pedido.

2. Nos termos do artigo 14 da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. Sustenta divergência com julgados desta TNU, segundo os quais o magistrado não está adstrito às conclusões do laudo pericial, podendo decidir contrário a prova técnica, com base em documentos particulares contidos nos autos. Sustenta, ainda, nulidade do julgado por fundamentação genérica, onde não se analisa questões jurídicas postas no processo.

3. Verificando os pronunciamentos nas instâncias ordinárias, constato que, não obstante a parte autora tenha em seu recurso de sentença e nos embargos de declaração impugnado a nulidade do processo por ausência de intimação do laudo pericial, o qual fundamentou a improcedência do pedido, não houve expresso pronunciamento acerca do tema pela Turma Recursal.

4. No âmbito dos Juizados Especiais, o artigo 46, da Lei 9.099/95, aplicável também aos Juizados Especiais Federais, permite a confirmação da sentença pelos próprios fundamentos, sem que, com isso, tenha-se por desrespeitado o dever de fundamentação das decisões judiciais. Contudo, no presente caso, o acórdão recorrido não apreciou as teses apresentadas pelo autor em seus recursos, notadamente, quanto a ausência de intimação do laudo pericial. Ressalte-se que o art. 489, § 1º, IV do Novo Diploma Processual Civil estabelece que: "Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador".

5. A referida omissão gerou notório prejuízo à parte autora, na medida em que a decisão fundamentada no laudo pericial do qual não teve conhecimento lhe foi desfavorável, inviabilizando o contraditório efetivo nos autos. Procedendo desta forma, os julgadores deixaram de exercer a efetiva jurisdição, sendo de rigor o pronunciamento da nulidade do julgamento, consoante precedente da TNU, a seguir transcrito, cujos fundamentos adoto:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO CONSTITUCIONAL-PROCESSUAL. ACÓRDÃO PADRÃO E GENÉRICO. VIOLAÇÃO DO DIREITO DE FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA. UNIFORMIZAÇÃO PREJUDICADA. ACÓRDÃO ANULADO DE OFÍCIO. 1. No caso em questão, que diz respeito a acórdão da Turma Recursal do Ceará, adiro ao entendimento posto pelo eminente e culto colega Juiz Federal José Antônio Savaris nos PEDILEFs n.ºs. 2004.81.10.0176162, 2004.81.10.028197-8, 2004.81.10.018124-8 e 2004.81.10.008641-0, no sentido de que a generalidade do acórdão, que não se confunde com a fundamentação sucinta, a não se ater às especificidades do caso que lhe é trazido, acaba por violar o direito à fundamentação da sentença, inserto no art. 93, inc. IX da CF/88. 2. Com efeito, em todas as decisões públicas, especialmente aquelas afetas ao Poder Judiciário, tem o cidadão o direito de saber as razões e os argumentos pelos quais determinado pleito seu foi ou não atendido. O Princípio Republicano (art. 1º da CF/88) não só exige a fundamentação dos atos judiciais como está a lhe exigir, ainda que transversalmente, a transparência dos mesmos, de modo que o cidadão não só a respeite, como adeque o seu comportamento à interpretação dada ao direito. 3. Pois bem. O acórdão recorrido reformou a sentença de procedência prolatada no juízo a quo, ao argumento de que: "A condição legal de trabalhador (a) rural, apta a conferir o direito à percepção do benefício de Aposentadoria por Idade, depende de um conjunto harmônico de provas em que haja, no mínimo, um início de documentos consistentes (desde que não sejam documentos expedidos em nome de terceiros e resultantes de declarações unilaterais ou de mera adesão da parte ou expedidos fora do período de carência ou na iminência da propositura do pleito) o qual, adicionado à prova testemunhal compatível e não contraditória com os documentos trazidos, demonstre que a parte autora, durante o período de carência, detinha a condição de segurado (a) especial. (...) Penso que esta soma de requisitos, no presente caso, não se perfee na espécie, como bem apreciado pelo juiz a quo, cujas razões tomo como fundamento para decidir, não tendo a parte autora efetivamente demonstrado a condição alegada, restando descaracterizado a condição de rurícola e/ou regime de economia familiar." 4. Ora, como se vê, o julgado da Turma Recursal do Ceará constituiu-se de decisão padronizada e genérica, até porque não é possível definir se "os documentos não são consistentes", por se tratar de declaração unilateral ou por terem sido expedidos fora do prazo ou na iminência de propositura do pleito. 5. Desta forma, a ausência de análise específica dos autos, não permite sequer que se faça o cotejo entre o acórdão ora combatido e os paradigmas apresentados, eis que, como adiantado no exórdio dessa fundamentação, atinge o direito de fundamentação das decisões judiciais (art. 93, inc. IX, da CF/88). 6. Diante disso, a uniformização pretendida fica prejudicada dados os sérios vícios que acometem o acórdão em questão, a impossibilitar tanto a análise do conhecimento como a de mérito do incidente por esta Turma Nacional. 7. Em sendo assim, é de se anular de ofício o presente acórdão, tudo em face de aplicação analógica da Questão de Ordem nº 17 ("Quando o acórdão decidir tema alheio à controvérsia, a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais deve anular o julgado"). 8. A propósito, colaciono ementa de um dos PEDILEFs acima mencionados, da lavra do destacado colega José Antônio Savaris, a respeito de caso semelhante, a envolver a mesma Turma Recursal: 1. O dever de fundamentar não decorre apenas de uma exigência do devido processo legal, mas está vinculado à própria necessidade republicana de justificação das decisões do Poder Público. 2. A concisão na exposição dos fundamentos, técnica apropriada ao modelo jurisdicional dos Juizados Especiais Federais, não se confunde com a ausência ou deficiência na fundamentação do julgado. 3. A falta de exposição das razões que levaram à reforma da sentença de procedência desvirtua o princípio do livre convencimento e viola o artigo 93, inciso IX, da Constituição da República. 4. Caso em que não é possível extrair-se da decisão recorrida a real motivação para a conclusão a que chegou a Turma de

Origem, na medida em que aponta diversos motivos possíveis que genericamente levam ao resultado, deixando de especificar, ao fim e ao cabo, qual dos motivos - e por qual razão - se aplica à espécie dos autos. 5. Acórdão recorrido anulado de ofício, com retorno dos autos à Turma Recursal de origem, considerando-se prejudicado o Pedido de Uniformização. Aplicação analógica da Questão de Ordem nº 17 da TNU. (PEDILEF 200481100176162, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DOU 08/04/2011)" 9. Diante do exposto, em face das razões expendidas, ANULO, DE OFÍCIO o acórdão, determinando que os autos retornem à Turma Recursal de origem, para que proceda à novo julgamento. 10. Outrossim, o julgamento deste incidente de uniformização, que reflete o entendimento consolidado da Turma Nacional de Uniformização, resultará na devolução às Turmas de origem de todos os outros recursos que versem sobre o mesmo objeto a fim de que mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida às premissas jurídicas firmadas, em cumprimento ao disposto no art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU. ACÓRDÃO Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização ANULOU O ACÓRDÃO e JULGOU PREJUDICADO o Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte requerente, nos termos da fundamentação. Brasília, 29 de março de 2012. ADEL AMÉRICO DIAS DE OLIVEIRA". (PROCESSO: 0507651-53.2007.4.05.8100/CE)

6. Na mesma linha de raciocínio do precedente acima transcrito, voto no sentido CONHECER E DAR PROVIMENTO AO INCIDENTE, para anular o acórdão recorrido, determinando o retorno dos autos para que a Turma Recursal profira nova decisão, prestigiando o direito ao contraditório e a ampla defesa.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER E DAR PROVIMENTO do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 23 fevereiro de 2017.

FERNANDO MOREIRA GONÇALVES

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0000820-72.2015.4.01.3801

ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS

REQUERENTE: UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

REQUERIDO(A): MANOEL FERREIRA DA SILVA

PROC./ADV.: FLÁVIO FERNANDES TAVARES

OAB: MG-89801

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO

ANDREOTTI SPIZZIRRI

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. GDPGPE. SERVIDOR INATIVO. PARIDADE. RECEBIMENTO DA GRATIFICAÇÃO NO MESMO PERCENTUAL PAGO AOS SERVIDORES EM ATIVIDADE. RECUSADO EFEITO RETROATIVO À REGULAMENTAÇÃO DAS AVALIAÇÕES. JURISPRUDÊNCIA DA TNU NO MESMO SENTIDO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização nacional de jurisprudência interposto pela União em face de acórdão de Turma Recursal que, confirmando a sentença, julgou procedente a ação reconhecendo ao autor, servidor aposentado, o direito de receber a gratificação GDPGPE no mesmo percentual pago aos servidores da ativa (80%), desde a edição da Lei 11.784 (1º/01/2009) até a regulamentação dos critérios de avaliação dos servidores em atividade.

2. A recorrente alega divergência entre o acórdão recorrido e decisão de TR/RS, bem como contrariedade à jurisprudência dominante do STJ, as quais reconhecem efeitos retroativos, a 1º/01/2009, da regulamentação da avaliação dos servidores em atividade realizada pelo Decreto nº 7.133/2010.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Este Colegiado firmou jurisprudência, nos termos do acórdão a seguir transcrito - e a partir do julgamento, pelo STF, do RE nº 631.389/CE -, no sentido de reconhecer o direito à percepção, pelos servidores inativos, da gratificação de desempenho no mesmo percentual fixado para os servidores em atividade desde o advento da respectiva norma instituidora, recusando efeito retroativo às normas que regulamentaram a avaliação de desempenho.

"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO. GDPST. EXTENSÃO AOS INATIVOS. A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO CONSERVA O TRAÇO DA GENERALIDADE ATÉ A EFETIVA CONCLUSÃO DO PRIMEIRO CICLO DE AVALIAÇÃO NOS TERMOS EM QUE FOI DECIDIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. A PERCEPÇÃO DA GDPST PELOS INATIVOS DEVE SER LIMITADA À CONCLUSÃO DO PRIMEIRO CICLO DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL/INSTITUCIONAL DE DESEMPENHO. HOMOLOGAÇÃO DO CICLO DE AVALIAÇÃO. TERMO FINAL DO DIREITO À PARIDADE. RE 662406/AL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.

(...)

4.1 Não se há olvidar que, em um primeiro momento, as denominadas gratificações de desempenho de atividade foram estabelecidas para ser pagas em razão de avaliações pessoal e institucional de desempenho. Ocorre que, independente do resultado obtido nas ditas avaliações, assegurou-se aos servidores da ativa um pagamento mínimo superior ao montante determinado para os apo-

sentados/pensionistas. Por exemplo, no caso da GDATA, o art. 6º da Lei n.º 10.404/02, ao conferir aos servidores da ativa, "ocupantes de cargos efetivos ou cargos e funções comissionadas e de confiança, que a ela fazem jus", o pagamento da GDATA nos valores correspondentes a 37,5 (trinta e sete vírgula cinco) pontos, não criou uma situação peculiar ou requisito específico para a percepção a referida gratificação, porquanto a atribui de forma linear a todo servidor que exerça as funções próprias de seu cargo. Após, chegou a ser devido, por lei, aos servidores da ativa o pagamento do correspondente a 60 (sessenta) pontos no mínimo, enquanto aos aposentados pagava-se o valor equivalente a 30 (trinta) pontos (v. Lei n.º 10.971/2004, arts. 1.º e 3.º, este último alterando a redação do inciso II do art. 5.º da Lei n.º 10.404/2002).

4.2 Ora bem, a remuneração destes valores não era obtida em razão de nenhuma avaliação: (a) para os servidores da ativa, o mínimo estava garantido independente de avaliação; (b) os aposentados e pensionistas, de sua vez, não podiam mais ser avaliados, por óbvias razões. Nestas circunstâncias, não há como defender que se tratasse de pagamento pro labore faciendo. Era sim, pelo menos em certa medida, uma gratificação genérica da categoria, sendo bem por isso devida aos inativos por imperativo constitucional.

4.3 Outro não foi o entendimento do STF, que vem conduzindo as manifestações judiciais em diversas instâncias: Súmula vinculante nº 20 - "A Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, instituída pela Lei nº 10.404/2002, deve ser deferida aos inativos nos valores correspondentes a 37,5 (trinta e sete vírgula cinco) pontos no período de fevereiro a maio de 2002 e, nos termos do artigo 5º, parágrafo único, da Lei nº 10.404/2002, no período de junho de 2002 até a conclusão dos efeitos do último ciclo de avaliação a que se refere o artigo 1º da Medida Provisória nº 198/2004, a partir da qual passa a ser de 60 (sessenta) pontos".

4.4 Observe-se que a ausência de natureza pro labore faciendo das gratificações de desempenho, em geral, subsiste até que sejam regulamentados critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional. A partir do advento destas condições, os ativos passariam a ser remunerados de acordo com a avaliação realizada, portanto, em percentuais variáveis e estabelecidos em razão do desempenho da atividade, que não podem, por óbvias razões, ser igualmente aplicados aos inativos.

4.5 A fim de afastar a grande divergência jurisprudencial a respeito do tema, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário n.º 631.389 com repercussão geral reconhecida, decidiu que a extensão aos inativos vale até a data de conclusão do primeiro ciclo de avaliação de desempenho (na hipótese, analisava-se a GDPGPE). No entendimento da Suprema Corte, enquanto não adotadas as medidas para a avaliação do desempenho dos servidores em atividade, a gratificação teria caráter genérico e deveria ser paga nos mesmos moldes aos pensionistas e aposentados. Consignou, ainda, que o pagamento em percentual diferenciado aos inativos, ante a impossibilidade avaliá-los, constituiria ofensa ao princípio constitucional da igualdade.

4.6 Do site do STF, extrai-se notícia do julgamento do Recurso Extraordinário n.º 631.389, cujo excerto transcrevo a seguir (g.n.): "(...) O ponto principal da discussão do processo hoje girou justamente em torno do caráter genérico ou não da gratificação no período de transição. A maioria dos ministros acompanhou o entendimento de que, enquanto não concluído o primeiro ciclo de avaliação dos servidores em atividade, seu caráter é genérico e, portanto, a distinção entre servidores ativos, de um lado, e pensionistas e aposentados, de outro, seria discriminatória. Assim, a regra da lei de regência somente passaria a se aplicar a partir da conclusão do primeiro ciclo de avaliação. (...)".

4.7 Ainda no referido julgamento, o STF afastou o entendimento (adotado apenas pelo Ministro Teori Zavascki) de que a gratificação de atividade possuía natureza pro labore faciendo desde a data em que a efetiva avaliação de desempenho produzisse efeitos financeiros retroativos, uma vez compensadas as eventuais diferenças pagas a maior ou a menor. Tal efeito financeiro retroativo da avaliação de desempenho dos servidores em atividade ocorre, por exemplo, com a Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST (o § 10 do art. 5º-B da Lei n.º 11.355/2006, incluído pela Lei n.º 11.907, de 2009, estabeleceu que o resultado da primeira avaliação geraria efeitos financeiros a partir da data de publicação dos critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional) e com a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE (o § 6º do art. 7º-A da Lei n.º 11.357/2006, incluído pela Lei 11.784/2008, estabeleceu que o resultado da primeira avaliação geraria efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2009).

4.8 Aliás, outro não podia ser o entendimento do STF, afinal uma norma legal, ao prever efeitos financeiros retroativos a uma avaliação de desempenho que efetivamente não ocorreu durante aquele exato lapso temporal, atribuindo natureza pro labore faciendo à gratificação por pura ficção jurídica, não poderia simplesmente afastar a aplicação da norma constitucional que alberga o direito adquirido à paridade dos servidores inativos. Entender de forma contrária, negligenciar-se-ia a organicidade do ordenamento jurídico pátrio, a supremacia constitucional, a impossibilidade da norma legal se sobrepor à constitucional.

4.9 Diante do exposto, as diferenças da gratificação de desempenho são devidas até que sejam regulamentados critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho e processados os resultados da primeira avaliação individual/institucional, assim como, conforme decidiu o STF no RE n.º 631.389, a extensão do pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade nos mesmos moldes concedidos aos servidores ativos de idêntico enquadramento funcional (cargo/nível, classe e padrão) vale até a data de conclusão do primeiro ciclo de avaliação de desempenho.

5. Quanto a isso, portanto, não há maiores dúvidas. A grande questão que o ponto suscita, todavia, é a de saber concretamente quando ocorre a referida conclusão do primeiro ciclo de avaliação. Nesses termos, decisão mais recente da augusta Corte esclarece que é da homologação de tais resultados que se considera concluída a avaliação que dá efetivo caráter pro labore faciendo à gratificação pleiteada. Transcrevo:

DIREITO ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE TÉCNICA DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA - GDATA. TERMO FINAL DO DIREITO À PARIDADE REMUNERATÓRIA ENTRE SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS. DATA DA REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO PRIMEIRO CICLO. 1. O termo inicial do pagamento diferenciado das gratificações de desempenho entre servidores ativos e inativos é o da data da homologação do resultado das avaliações, após a conclusão do primeiro ciclo de avaliações, não podendo a Administração retroagir os efeitos financeiros a data anterior. 2. É ilegítima, portanto, nesse ponto, a Portaria MAPA 1.031/2010, que retroagiu os efeitos financeiros da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATA ao início do ciclo avaliativo. 3. Recurso extraordinário conhecido e não provido. (RE 662406, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 11/12/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-031 DIVULG 13-02-2015 PUBLIC 18-02-2015)

6. Por essas razões, conheço e dou provimento ao Incidente de Uniformização para, uma vez mais, afirmar a tese de que a percepção da GDPST pelos inativos tenha como marco limite a conclusão do primeiro ciclo de avaliação individual/institucional de desempenho, assim entendido o momento da homologação do primeiro ciclo de avaliação. (PEDILEF nº 05001675520134059820, Rel. Juiz Federal BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, DOU 24/04/2015)

5. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela União.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela União, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0000999-48.2012.4.01.9350

ORIGEM: GO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS

REQUERENTE: UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

REQUERIDO(A): ONÍVIA ALVES DOS SANTOS JESUS

PROC./ADV.: JOSILMA SARAIVA

OAB: DF-11997

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. GDASST e GDPST. SERVIDORA INATIVA. PARIDADE COM SERVIDORES EM ATIVIDADE. GRATIFICAÇÃO DE NATUREZA GENÉRICA ATÉ CONCLUSÃO DO PRIMEIRO CICLO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO. RECUSADO EFEITO RETROATIVO À PORTARIA REGULAMENTADORA Nº 3.627/2010. AUSÊNCIA DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização nacional de jurisprudência interposto pela União em face de acórdão de Turma Recursal que, reformando em parte a sentença, julgou parcialmente procedente a ação para reconhecer o direito da autora, servidora aposentada, ao recebimento de valores a título de GDASST em paridade com os servidores ativos, no montante de 40 pontos no período de abril/2002 a abril/2004, e de 60 pontos a partir de 05/2005 até 03/2008, bem como ao recebimento de valores a título de GDPST em idêntica paridade, no montante de 80 pontos, no período de mar/2008 até 13/02/2012, quando efetivadas as avaliações, conforme Portaria CGESP de 30/01/2012.

2. A recorrente alega divergência com decisões da TR/CE, nas quais afirmou que a GDPST perdeu a condição de gratificação genérica em novembro de 2010, com a publicação da Portaria nº 3.627, que fixou os critérios de avaliação de desempenho individual e institucional para efeito de pagamento. Sustenta, ainda, contrariedade à jurisprudência dominante do STJ, apontando, como paradigma, julgamento negando a extensão da GDPGPE aos servidores inativos, diante dos efeitos retroativos da regulamentação.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Inicialmente, porque não é possível aferir similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e o apontado precedente do C. STJ, indicado "por analogia".

5. Num segundo momento, porque embora demonstrada a divergência entre o acórdão recorrido e as decisões da TR/CE, esta TNU, a partir do julgamento, pelo STF do RE nº 631.389/CE, firmou jurisprudência nos termos do julgamento recorrido, de que enquanto não adotadas as medidas para a avaliação do desempenho dos servidores em atividade, a respectiva gratificação teria caráter genérico e deveria ser paga nos mesmos moldes aos pensionistas e aposentados, bem como recusando efeito retroativo à regulamentação levada a efeito pela Portaria nº 3.267/2010, nos termos do precedente ora transcrito:

"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO. GDPST. EXTENSÃO AOS INATIVOS. A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO CONSERVA O TRAÇO DA GENERALIDADE ATÉ A EFETIVA CONCLUSÃO DO PRIMEIRO CICLO DE AVALIAÇÃO NOS TERMOS EM QUE FOI DECIDIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. A PERCEPÇÃO DA GDPST PELOS INATIVOS DEVE SER LIMITADA À CONCLUSÃO DO PRIMEIRO CICLO DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL/INSTITUCIONAL DE DESEMPENHO. HOMOLOGAÇÃO DO CICLO DE AVALIAÇÃO. TERMO FINAL DO DIREITO À PARIDADE. RE 662406/AL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.

(...)

4.1 Não se há olvidar que, em um primeiro momento, as denominadas gratificações de desempenho de atividade foram estabelecidas para ser pagas em razão de avaliações pessoal e institucional de desempenho. Ocorre que, independente do resultado obtido nas ditas avaliações, assegurou-se aos servidores da ativa um pagamento mínimo superior ao montante determinado para os aposentados/pensionistas. Por exemplo, no caso da GDATA, o art. 6º da Lei n.º 10.404/02, ao conferir aos servidores da ativa, "ocupantes de cargos efetivos ou cargos e funções comissionadas e de confiança, que a ela fazem jus", o pagamento da GDATA nos valores correspondentes a 37,5 (trinta e sete vírgula cinco) pontos, não criou uma situação peculiar ou requisito específico para a percepção a referida gratificação, porquanto a atribui de forma linear a todo servidor que exerça as funções próprias de seu cargo. Após, chegou a ser devido, por lei, aos servidores da ativa o pagamento do correspondente a 60 (sessenta) pontos no mínimo, enquanto aos aposentados pagava-se o valor equivalente a 30 (trinta) pontos (v. Lei n.º 10.971/2004, arts. 1.º e 3.º, este último alterando a redação do inciso II do art. 5.º da Lei n.º 10.404/2002).

4.2 Ora bem, a remuneração destes valores não era obtida em razão de nenhuma avaliação: (a) para os servidores da ativa, o mínimo estava garantido independente de avaliação; (b) os aposentados e pensionistas, de sua vez, não podiam mais ser avaliados, por óbvias razões. Nestas circunstâncias, não há como defender que se tratasse de pagamento pro labore faciendo. Era sim, pelo menos em certa medida, uma gratificação genérica da categoria, sendo bem por isso devida aos inativos por imperativo constitucional.

4.3 Outro não foi o entendimento do STF, que vem conduzindo as manifestações judiciais em diversas instâncias: Súmula vinculante nº 20 - "A Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, instituída pela Lei nº 10.404/2002, deve ser deferida aos inativos nos valores correspondentes a 37,5 (trinta e sete vírgula cinco) pontos no período de fevereiro a maio de 2002 e, nos termos do artigo 5º, parágrafo único, da Lei nº 10.404/2002, no período de junho de 2002 até a conclusão dos efeitos do último ciclo de avaliação a que se refere o artigo 1º da Medida Provisória nº 198/2004, a partir da qual passa a ser de 60 (sessenta) pontos".

4.4 Observe-se que a ausência de natureza pro labore faciendo das gratificações de desempenho, em geral, subsiste até que sejam regulamentados critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional. A partir do advento destas condições, os ativos passariam a ser remunerados de acordo com a avaliação realizada, portanto, em percentuais variáveis e estabelecidos em razão do desempenho da atividade, que não podem, por óbvias razões, ser igualmente aplicados aos inativos.

4.5 A fim de afastar a grande divergência jurisprudencial a respeito do tema, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário n.º 631.389 com repercussão geral reconhecida, decidiu que a extensão aos inativos vale até a data de conclusão do primeiro ciclo de avaliação de desempenho (na hipótese, analisava-se a GDPGPE). No entendimento da Suprema Corte, enquanto não adotadas as medidas para a avaliação do desempenho dos servidores em atividade, a gratificação teria caráter genérico e deveria ser paga nos mesmos moldes aos pensionistas e aposentados. Consignou, ainda, que o pagamento em percentual diferenciado aos inativos, ante a impossibilidade avaliá-los, constituiria ofensa ao princípio constitucional da igualdade.

4.6 Do site do STF, extrai-se notícia do julgamento do Recurso Extraordinário n.º 631.389, cujo excerto transcrevo a seguir (g.n.): "(...) O ponto principal da discussão do processo hoje girou justamente em torno do caráter genérico ou não da gratificação no período de transição. A maioria dos ministros acompanhou o entendimento de que, enquanto não concluído o primeiro ciclo de avaliação dos servidores em atividade, seu caráter é genérico e, portanto, a distinção entre servidores ativos, de um lado, e pensionistas e aposentados, de outro, seria discriminatória. Assim, a regra da lei de regência somente passaria a se aplicar a partir da conclusão do primeiro ciclo de avaliação. (...)".

4.7 Ainda no referido julgamento, o STF afastou o entendimento (adotado apenas pelo Ministro Teori Zavascki) de que a gratificação de atividade possuía natureza pro labore faciendo desde a data em que a efetiva avaliação de desempenho produzisse efeitos financeiros retroativos, uma vez compensadas as eventuais diferenças pagas a maior ou a menor. Tal efeito financeiro retroativo da avaliação de desempenho dos servidores em atividade ocorre, por exemplo, com a Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST (o § 10 do art. 5º-B da Lei n.º 11.355/2006, incluído pela Lei n.º 11.907, de 2009, estabeleceu que o resultado da primeira avaliação geraria efeitos financeiros a partir da data de publicação dos critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional) e com a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE (o § 6º do art. 7º-A da Lei n.º 11.357/2006, incluído pela Lei 11.784/2008, estabeleceu que o resultado da primeira avaliação geraria efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2009).



4.8 Aliás, outro não podia ser o entendimento do STF, afinal uma norma legal, ao prever efeitos financeiros retroativos a uma avaliação de desempenho que efetivamente não ocorreu durante aquele exato lapso temporal, atribuindo natureza pro labore fazendo à gratificação por pura ficção jurídica, não poderia simplesmente afastar a aplicação da norma constitucional que alberga o direito adquirido à paridade dos servidores inativos. Entender de forma contrária, negligenciar-se-ia a organicidade do ordenamento jurídico pátrio, a supremacia constitucional, a impossibilidade da norma legal se sobrepor à constitucional.

4.9 Diante do exposto, as diferenças da gratificação de desempenho são devidas até que sejam regulamentados critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho e processados os resultados da primeira avaliação individual/institucional, assim como, conforme decidiu o STF no RE n.º 631.389, a extensão do pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade nos mesmos moldes concedidos aos servidores ativos de idêntico enquadramento funcional (cargo/nível, classe e padrão) vale até a data de conclusão do primeiro ciclo de avaliação de desempenho.

5. Quanto a isso, portanto, não há maiores dúvidas. A grande questão que o ponto suscita, todavia, é a de saber concretamente quando ocorre a referida conclusão do primeiro ciclo de avaliação. Nesses termos, decisão mais recente da augusta Corte esclarece que é da homologação de tais resultados que se considera concluída a avaliação que dá efetivo caráter pro labore fazendo à gratificação pleiteada. Transcrevo:

DIREITO ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE TÉCNICA DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA - GDAFTA. TERMO FINAL DO DIREITO À PARIDADE REMUNERATÓRIA ENTRE SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS. DATA DA REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO PRIMEIRO CICLO. 1. O termo inicial do pagamento diferenciado das gratificações de desempenho entre servidores ativos e inativos é o da data da homologação do resultado das avaliações, após a conclusão do primeiro ciclo de avaliações, não podendo a Administração retroagir os efeitos financeiros a data anterior. 2. É ilegítima, portanto, nesse ponto, a Portaria MAPA 1.031/2010, que retroagiu os efeitos financeiros da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDAFTA ao início do ciclo avaliativo. 3. Recurso extraordinário conhecido e não provido. (RE 662406, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 11/12/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-031 DIVULG 13-02-2015 PUBLIC 18-02-2015)

6. Por essas razões, conheço e dou provimento ao Incidente de Uniformização para, uma vez mais, afirmar a tese de que a percepção da GDPST pelos inativos tenha como marco limite a conclusão do primeiro ciclo de avaliação individual/institucional de desempenho, assim entendido o momento da homologação do primeiro ciclo de avaliação. (PEDILEF nº 05001675520134059820, Rel. Juiz Federal BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRA, DOU 24/04/2015)

6. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela União.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela União, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0002987-67.2012.4.01.3801

ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): ALIOMAR SILVA NUNES

PROC./ADV.: JEANE PERES LOUREIRO

OAB: MG-105962

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUIS EDUARDO BIANCHI CERQUEIRA

#### EMENTA

REVISÃO DE RENDA MENSAL INICIAL. AUXÍLIO-DOENÇA. ARTIGO 29, II, DA LEI 8213/91. A SENTENÇA JULGA O PEDIDO PARCIALMENTE PROCEDENTE, CONCEDENDO O DIREITO À REVISÃO. O ACÓRDÃO DA PRIMEIRA TURMA RECURSAL DE JUIZ DE FORA/MG NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, MANTENDO A SENTENÇA "POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS". O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DO INSS ALEGA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL COM O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E A TURMA RECURSAL DE MATO GROSSO. ALEGADO PARADIGMA DA MESMA REGIÃO (MATO GROSSO), NÃO SENDO COMPROVADA A DIVERGÊNCIA NACIONAL. INEXISTÊNCIA DE PARADIGMA, QUANTO AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NO ENTENDER PESSOAL DESTA RELATORIA, ALÉM DISSO, TRATA-SE DE MATÉRIA EXCLUSIVAMENTE PROCESSUAL, QUE REFOGE À COMPETÊNCIA DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 6º DO REGIMENTO INTERNO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

Trata a presente ação de revisão da renda mensal inicial de auxílio-doença, com base no artigo 29, II, da Lei 8213/91, tendo o pedido sido julgado parcialmente procedente.

A Primeira Turma Recursal de Juiz de Fora manteve a referida sentença, "por seus próprios fundamentos".

O incidente de uniformização alega divergência com a jurisprudência com o Superior Tribunal de Justiça (Recurso Especial 1.110.549) e a Turma Recursal de Mato Grosso (Processo 0018616-34.2014.4.01.3600).

É o relatório.

Ora, o incidente afirma divergência jurisprudencial, no que toca a uma alegada falta de interesse de agir, por conta de um acordo em ação civil pública, que tratou do mesmo assunto e que resultou no reconhecimento do pedido.

Da mesma forma, diz-se que há coisa julgada, o que impediria a ação individual.

Por fim, afirma que haveria uma vinculação da ação individual à ação civil pública, por conta de sua abrangência erga omnes.

Ora, todas essas matérias dizem respeito, exclusivamente, a matéria processual.

Porém, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, expressamente, limita a competência deste ente julgador às questões de direito material.

Trata-se de uma clara distinção entre o preto e o branco, onde não há possibilidade de cinza, no entender desta Relatoria, muito embora tal entendimento pessoal não seja, necessariamente, o da Turma Nacional de Uniformização.

Mais do que isso e o que é decisivo para o não conhecimento do incidente, o suposto paradigmas de Mato Grosso é da mesma região do acórdão impugnado, de modo que, não se prova divergência nacional.

No que toca, especificamente, ao suposto paradigma apon-tado no Superior Tribunal de Justiça, não há comprovação da referida divergência com o acórdão impugnado, porque trata da possibilidade de eventual sustação de ações individuais, algo completamente diverso que se discute.

Assim, ainda que superado o entendimento pessoal do Relator, quanto à natureza processual da matéria, que impediria o conhecimento, ainda há a falta de prova de divergência nacional.

Por isso, não conheço do incidente.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização em não conhecer do incidente de uniformização nacional, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

LUIS EDUARDO BIANCHI CERQUEIRA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0002997-88.2010.4.03.6303

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: ERNESTO KNORST

PROC./ADV.: GUSTAVO DE SALVI CAMPELO

OAB: SP-288255

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUIS EDUARDO BIANCHI CERQUEIRA

#### EMENTA

APOSENTADORIA POR IDADE MISTA. A SENTENÇA JULGA O PEDIDO PROCEDENTE. PORÉM, A PRIMEIRA TURMA RECURSAL DE SÃO PAULO ENTENDEU QUE NÃO SERIA POSSÍVEL COMPUTAR O TEMPO RURAL, COMO SEGURADO ESPECIAL, EXERCIDO ENTRE 1974 E 1997, SOBRANDO 110 CONTRIBUIÇÕES DE SERVIÇO URBANO, PORQUE NEGA A POSSIBILIDADE DE CÔMPUTO DO TEMPO RURAL, PARA APOSENTADORIA URBANA, BEM COMO, PORQUE ENTENDE QUE O TEMPO RURAL DEVERIA SER PRÓXIMO AO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO, NÃO PODERIA SER REMOTE, DANDO PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS. O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO ALEGA DIVERGÊNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. CASO EM QUE NÃO SÃO ATACADOS AMBOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO IMPUGNADO, APENAS A POSSIBILIDADE DE APOSENTADORIA HÍBRIDA. QUESTÃO DE ORDEM 18. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

Trata-se de ação, pela qual, se pretende a concessão de aposentadoria por idade híbrida.

A sentença julgou procedente o pedido, mas o acórdão da Primeira Turma Recursal de São Paulo deu provimento ao recurso, afirmando que o período rural só poderia ser considerado, caso tivesse ocorrido no período de carência do benefício de aposentadoria por idade híbrida. Além disso, não aceita que período rural seja computado para fins de aposentadoria urbana - ou seja, nega a própria aposentadoria híbrida, nessa hipótese.

O incidente alega divergência jurisprudencial com o Superior Tribunal de Justiça, com base no Recurso Especial 136749/RS, cujo Relator foi o Ministro Mauro Campbell Marques, como paradigma, o qual, afirma a possibilidade de concessão de aposentadoria híbrida, mas nada fala sobre a alegação de período rural remoto.

É o relatório.

Ora, não conheço do incidente, nos termos da Questão de Ordem 18, porque o acórdão tem dois fundamentos para negar e o incidente ataca apenas um deles (possibilidade de aposentadoria híbrida).

Assim, não conheço do incidente de uniformização nacional.

É como voto.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização em não conhecer do incidente de uniformização nacional, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

LUIS EDUARDO BIANCHI CERQUEIRA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0003772-57.2011.4.03.6307

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: CLAUDETE SILVEIRA NATALE

PROC./ADV.: CASSIA MARTUCCI MELILLO BERTOLLO

ZO

OAB: SP-211735

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, NÃO IMPEDITIVA DA PARTICIPAÇÃO PLENA E EFETIVA DA REQUERENTE NA SOCIEDADE. AUSÊNCIA DE CONTRARIEDADE À JURISPRUDÊNCIA DA TNU. INEXISTÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E O PARADIGMA. INVIABILIDADE DE REEXAME DA MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA Nº 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização nacional de jurisprudência interposto pela autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, reformando a sentença, julgou improcedente o pedido de benefício assistencial, por indemonstrada deficiência impeditiva de participação plena e efetiva da autora na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

2. A suscitante alega que o acórdão contraria a jurisprudência desta TNU, a qual admite que a transitoriedade da incapacidade não é óbice à concessão do benefício, visto que o critério de definitividade não está previsto no aludido diploma legal.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Ainda que a jurisprudência consolidada desta TNU abrigue a tese sustentada no pedido de uniformização, de que o impedimento não necessita ser permanente para ensejar a concessão do benefício almejado - nesse sentido, a Súmula nº 48 - fato é que o julgado recorrido não se loubou nessa premissa para negar o benefício, mas em outra, de que a deficiência (impedimento) da parte autora não impede a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, circunstância verifica a partir da soberana análise da prova. Ausente, portanto, contrariedade entre o julgamento e a jurisprudência desta TNU.

5. Incidente, ademais, cujo acolhimento demandaria reexame da prova, providência vedada pela Súmula nº 42.

6. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela autora.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0005258-34.2011.4.01.3300

ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA

REQUERENTE: LÍDIO GARIBALDI SANTANA

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. CAPACIDADE LABORATIVA. AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES PESSOAIS, SOCIAIS, ECONÔMICAS E CULTURAIS DO POSTULANTE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE O ACÓRDÃO E OS PARADIGMAS. NÃO CONFIGURADA CONTRARIEDADE À JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO C. STJ OU DESTA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização nacional de jurisprudência interposto pelo autor em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, confirmando sentença de improcedência, indeferiu o pedido de benefício assistencial por indemonstrado o requisito pessoal.

2. O suscitante alega que o acórdão recorrido contraria o entendimento consolidado pelo STJ e por essa TNU, de que a aferição da deficiência a ensejar o benefício assistencial não pode se ater exclusivamente ao laudo pericial, devendo o julgador analisar circunstâncias pessoais e sociais em atenção às peculiaridades do caso concreto.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. A alegada contrariedade do acórdão recorrido à jurisprudência do C. STJ ou desta TNU não foi demonstrada pelo postulante, sobretudo ante a ausência de similitude fático-jurídica entre o julgado e os paradigmas citados. No tocante à observância da Súmula nº 29 da TNU não se constata qualquer contrariedade, pois o acórdão recorrido fundamenta a improcedência do pedido justamente na demonstração da incapacidade laboral do requerente e, por consequência, para a provisão do próprio sustento. Também vale destacar que o caso (retardo mental leve e epilepsia) não retrata hipótese de moléstia tida como estigmatizante, a ensejar compulsoriamente a análise de aspectos intersubjetivos da vida do interessado, na forma determinada pela Súmula nº 78.

5. Encarece observar, ademais, nos paradigmas tirados da jurisprudência do C. STJ, que a análise das condições pessoais e sociais vem referida como uma possibilidade ao alcance do julgador para que possa afirmar a incapacidade do requerente a despeito de o laudo médico indicar o contrário, evidenciando hipótese diametralmente oposta daquela apresentada no acórdão recorrido.

6. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pelo autor.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pelo autor, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0005304-89.2008.4.03.6301

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

REQUERIDO(A): JOSE CORREIA

PROC./ADV.: MARTINHO ALVES DOS SANTOS

OAB: SP-73969

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA - GDATA. SERVIDOR INATIVO. PARIDADE COM SERVIDORES EM ATIVIDADE. PONTUAÇÃO. OBSERVÂNCIA DA SÚMULA VINCULANTE Nº 20 DO STF. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização nacional de jurisprudência interposto pela União em face de acórdão de Turma Recursal que, confirmando a sentença, julgou procedente a ação para reconhecer ao autor, servidor aposentado, o direito ao pagamento paritário, com os servidores em atividade, da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, nos valores correspondentes a 37,5 pontos no período de 02 a 05/2002, e no período de 06/2002 até a conclusão dos efeitos do último ciclo de avaliação a que se refere o art. 1º da MP nº 198/2004, a partir da qual passa a ser de 60 (sessenta) pontos.

2. A postulante alega que o acórdão diverge de decisão proferida por TR/DF, a qual reconhece ser devida a GDATA calculada com base em 10 pontos no período de 06/2002 até 04/2004, segundo os termos da Súmula Vinculante nº 20 do STF; igualmente deve ser reconhecida a limitação temporal de pagamento da gratificação até o advento da Lei 11.357/06, em 20/10/2006, quando extinta por efeito da instituição do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Inicialmente, no tocante à limitação de pontuação da GDATA, no interregno indicado pela União, o acórdão recorrido, ao que se verifica, encontra-se em consonância com a Súmula Vinculante nº 20 do STF, assim redigida: "A Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, instituída pela Lei nº 10.404/2002, deve ser deferida aos inativos nos valores correspondentes a 37,5 (trinta e sete vírgula cinco) pontos no período de fevereiro a maio de 2002 e, nos termos do artigo 5º, parágrafo único, da Lei nº 10.404/2002, no período de junho de 2002 até a conclusão dos efeitos do último ciclo de avaliação a que se refere o artigo 1º da Medida Provisória no 198/2004, a partir da qual passa a ser de 60 (sessenta) pontos.". Não há qualquer provimento judicial dispondo no sentido de que a pontuação a ser considerada no período de junho/2002 a 04/2004 supere o patamar de 10 pontos. Ora, se o STF logrou elucidar, em sede da Rcl. 10443 MC/RS, Rel. Gilmar Mendes, que para o aludido período a pontuação a ser observada no cálculo da gratificação se situa no patamar de 10 pontos, com grande margem de probabilidade assim será observado no cumprimento do acórdão recorrido, e naquela seara haver-se-ão de deduzir e decidir os incidentes como esse que ora pretende antecipar a União, para cujos fins não se presta o pedido de uniformização manejado. Inexistente, pois, o dissídio jurisprudencial.

5. Da mesma no tocante à reclamada limitação temporal de pagamento da GDATA somente até o início da vigência da Lei nº 11.357, de 20/10/2006, não há provimento jurisdicional no acórdão recorrido dispondo em sentido contrário, pelo que, da mesma forma que asseverado no item 4º acima, inexistente dissídio jurisprudencial apto a ensejar o manejo do pedido de uniformização.

6. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela União.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela União, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0005457-44.2007.4.03.6306

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: JOSÉ APARECIDO JUSTINO

PROC./ADV.: CARLA ROSENDO DE SENA BLANCO

OAB: SP-222 130

REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

#### EMENTA

IMPOSTO DE RENDA - BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO RECEBIDO EM ATRASO CUMULATIVAMENTE - COMPROVAÇÃO DE QUE O VALOR MENSAL TAMBÉM ENSEJAV A TRIBUTAÇÃO - ALTERAÇÃO - NECESSIDADE DE NOVA ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO - VEDAÇÃO - SÚMULA 42.

1. Trata-se, em suma, de pedido de uniformização interposto pela parte autora que sustenta que, ao contrário do concluído pela Turma Recursal de Origem, não deve incidir imposto de renda no valor total recebido em atraso, visto que o montante ultrapassou a isenção tributária tão somente pelo fato de não ter sido recebido mensal, como era o correto.

Sustenta, ainda, que o acórdão guerreado é contraditório, vez que ora afirma que a apuração de tributação ou não deveria ser feito com base no valor mensal e ora conclui pela legalidade da incidência de imposto de renda.

O incidente foi admitido na origem.

2. De início, destaco que a ação foi proposta "(...) objetivando a declaração de inexistência da relação jurídico-tributária em relação à incidência do Imposto sobre a Renda sobre os valores pagos em atraso, acumuladamente, em decorrência da concessão de sua aposentadoria por tempo de serviço (NB 109.047.587-7), bem como condenar os réus à obrigação de não fazer o desconto na fonte do imposto sobre a renda relativo às prestações previdenciárias; condenar a União na obrigação de restituição dos valores retidos, requerendo, ainda, o reconhecimento pela União como correta e válida a declaração de Imposto de renda apresentada (...) - relatório da sentença.

Na sentença confirmada e incorporada pelo acórdão recorrido constou a seguinte fundamentação:

"(...)Desde logo observo que, segundo os documentados anexados pelo autor, o montante em atraso correspondente às prestações vencidas referente à aposentadoria por tempo de contribuição foi de R\$ 84.326,44 e sobre este valor incidiu R\$ 208,24 de imposto de renda retido na fonte.

Pela Contadoria Judicial foram realizados os cálculos do IR mês a mês como se o autor estivesse recebendo normalmente o benefício em apreço, sendo que tais valores foram corrigidos monetariamente até a competência de agosto de 2005, época em que referido valor a título de atrasado ficou indisponível para o autor para pagamento.

Ora, dos cálculos apurados extrai-se a conclusão de que imposto de renda retido na fonte é devido, conforme parecer contábil e cálculos anexados a estes autos em 11/06/2008. (...)"

A Jurisprudência desta C. TNU, acompanhando o posicionamento firmado pelo STJ, se inclinou no sentido de que "(...) O benefício previdenciário pago acumuladamente e a destempo constitui rendimento tributável - como reconhece a jurisprudência desta Corte -, devendo ser observado o regime de competência, a revelar que as alíquotas aplicáveis são aquelas vigentes à época em que tal verba deveria ter sido recebida.(...) (EDcl no AgRg no REsp 1494279 / RS, Segunda Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 13/05/2015) (...) (PEDILEF 50661998720124047100, JUIZ FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA, TNU, DOU 13/11/2015 PÁGINAS 182/326.)

3. Sem mais delongas passo ao exame do caso.

E, no caso vertente, não há como ser conhecido o presente incidente de uniformização. Explico.

Analisando os autos verifico que a decisão guerreada em nada é contraditória e afirma, claramente, que o valor recolhido na fonte quando do pagamento em única parcela ao ora recorrido, é inferior ao que deveria ser recolhido caso os valores tivessem sido pagos mensalmente. É o que se extrai do trecho do acórdão abaixo transcrito:

No caso dos autos, a perícia contábil apurou que o recolhimento com base na incidência mensal do imposto seria superior ao efetivamente recolhido na fonte sobre o montante dos valores recebidos na ação, de modo que não haveria qualquer benefício econômico ao autor em alterar a forma de recolhimento, como pleiteado no presente feito. Ante o exposto, NEGÓ PROVIMENTO AO RECURSO interposto pela parte autora, e confirmo a sentença monocrática.

Logo, o aceite desse recurso passaria, necessariamente, por análise até mesmo a realização de novos cálculos contábeis (novas provas) a fim de comprovar que, como alega o recorrente, caso tivesse recebido mensalmente, estaria isento do imposto de renda sobre os seus rendimentos.

O fato de haver eventual contradição na fundamentação da sentença e o seu dispositivo, uma vez não tendo sido repisado e impugnado especificadamente no recurso próprio na instância ad quem, não autoriza nova análise nesta Turma de Uniformização.

Convém pontuar que, de regra, o que transita em julgado é o dispositivo da sentença e não seus fundamentos.

Tal vedação, inclusive, está disposta na Súmula 42 desta C. TNU.

3. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 23 de fevereiro de 2017

RONALDO JOSÉ DA SILVA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0005504-71.2010.4.01.4300

ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS

REQUERENTE: TEREZINHA RIBEIRO PINTO

PROC./ADV.: DINALVA MARIA BEZERRA COSTA

OAB: TO 1182

REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. PERÍCIA MÉDICA ATESTANDO CAPACIDADE PARA O LABOR. VINCULAÇÃO DO JUÍZO AO LAUDO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE ACÓRDÃO E PARADIGMA. NÃO CONFIGURADA CONTRARIEDADE À JURISPRUDÊNCIA DO C. STJ. SÚMULA Nº 42 DESTA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização nacional de jurisprudência interposto pela autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, confirmando sentença de improcedência, indeferiu o pedido de benefício assistencial por indemonstrado o requisito pessoal.

2. A suscitante alega que o acórdão recorrido contraria o entendimento consolidado pelo STJ, de que não obstante a perícia oficial tenha apontado a capacidade para o labor, a conclusão não vincula o julgador, de acordo com o princípio do livre convencimento motivado, podendo a concessão do benefício assistencial ser lastreada na documentação médica juntada e nas condições pessoais da requerente.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. A alegada contrariedade do acórdão recorrido à jurisprudência do C. STJ não foi demonstrada pela postulante, nos termos exigidos pelo art. 15, I, do RITNU, sobretudo ante a ausência de similitude fático-jurídica entre o julgado e o paradigma citado. Ao que se verifica da narrativa da suscitante, enquanto o paradigma trata de situação em que o quadro clínico, com base em documentos médicos, denota o preenchimento dos requisitos, não obstante a perícia judicial tenha sido desfavorável, o acórdão recorrido fundamentou o julgamento de improcedência não apenas na perícia médica, que afirmou que a requerente estaria em regular estado de saúde, mas igualmente em observação do último psiquiatra consultado pela parte, em 2009, o qual também atestou a estabilidade das condições físicas e mentais da autora.

5. O acolhimento do pedido de uniformização, na hipótese vertente, não estaria a dispensar revolvimento do arcabouço probatório visando a lhe atribuir efeitos distintos daqueles que recebeu junto ao juízo de origem, em manifesta violação aos termos da Súmula nº 42 da TNU.

6. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela autora.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0006920-26.2013.4.03.6301

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: SILVIA IARA BRIDE

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI



EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. MISERABILIDADE. RENDA PER CAPITA INFERIOR A ¼ DO SALÁRIO-MÍNIMO. INEXISTÊNCIA DE PRESUNÇÃO ABSOLUTA. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. EXAME DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. REEXAME DE PROVA. INVIABILIDADE. SÚMULA 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal, que manteve o indeferimento do pedido de benefício assistencial por não comprovação de necessidade financeira.

2. A suscitante alega divergência entre o acórdão e a jurisprudência da TNU, segundo a qual a renda mensal per capita inferior a ¼ do SM denotaria presunção absoluta de miserabilidade.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Diferentemente do alegado pela postulante, a jurisprudência assente na TNU, a partir do julgamento pelo STF do RE nº 580.963/PR e da RCL nº 4.347/PE, é no sentido de que a renda mensal per capita inferior a ¼ do SM não mais prevalece para aferição da miserabilidade, devendo o requisito ser apurado pela efetiva necessidade do auxílio, diante das circunstâncias do caso concreto.

5. Divergência entre acórdão recorrido e entendimento prevalente da TNU não demonstrada. Jurisprudência da TNU no mesmo sentido do acórdão recorrido. Não cabimento de Pedido de Uniformização. Questão de ordem nº 13.

6. Ademais, embora a autora resida unicamente com a mãe idosa e, desconsiderando-se o aporte financeiro referente à pensão auferida pela mesma o grupo venha a apresentar renda per capita próxima a zero, verdade é que o julgamento de improcedência nas instâncias ordinárias foi também construído sopesando as circunstâncias do caso concreto (condições de moradia; acesso a serviços da rede de saúde pública; rendimentos de irmã que, a despeito de não cohabitar com a autora, teria obrigação de prestar alimentos), pelas quais se encontrariam adequadamente supridas as necessidades básicas da autora, evidência cujo arredamento demandaria revolver o conjunto fático-probatório, providência vedada pela Súmula nº 42 da TNU, além de se apresentar como fundamento diverso da renda per capita para justificar a improcedência do pedido.

7. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0007053-65.2013.4.03.6302

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: BRUNO MARCOS FERREIRA DA SILVA

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REPRESENTANTE LEGAL: NEUZA MARIA SALVADOR DOS ANJOS

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. INCAPACIDADE PARCIAL. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS CONCLUSÕES MÉDICAS COM FATORES DE ORDEM SOCIAL. INCAPACIDADE PARA A VIDA INDEPENDENTE. NÃO CARACTERIZAÇÃO. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. PRETENSÃO QUE IMPLICA REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. SÚMULA Nº 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização nacional de jurisprudência interposto pelo autor em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, confirmando sentença de improcedência, indeferiu o pedido de benefício assistencial por indemonstrada a condição de deficiente do postulante.

2. O suscitante alega que o acórdão contraria o entendimento do STJ e desta TNU, de que para a concessão do benefício em questão desimporta que a incapacidade seja parcial, devendo, igualmente, serem avaliados os aspectos sociais e culturais circunstantes ao requerente para se aferir concretamente a existência de impedimentos que obstruam a participação na sociedade.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Não restou configurada a alegada divergência entre o julgamento recorrido e a jurisprudência do STJ e da TNU, na medida em que o acórdão, em soberana análise da prova técnica produzida, e sopesando suas conclusões justamente com fatores de ordem pessoal do autor, reconheceu, efetivamente, a ausência de incapacidade no caso, por se tratar de postulante em idade escolar, relativamente ao qual foi reconhecida apenas existência de dificuldade maior, não incapacitante, para o acompanhamento dos estudos, em relação aos demais colegas.

5. Incidente cujo acolhimento e provimento estaria a demandar revolvimento do conjunto fático-probatório, providência vedada pela Súmula nº 42.

6. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pelo autor.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pelo autor, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0007818-73.2012.4.03.6301

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: ERNESTO NERI DE FIGUEIREDO

PROC./ADV.: AIRTON FONSECA

OAB: SP-59744

PROC./ADV.: RODRIGO CORREA NASARIO DA SILVA

OAB: SP-242054

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. DISCUSSÃO SOBRE O PREENCHIMENTO DO REQUISITO SOCIOECONÔMICO. PARADIGMA QUE TRATA DE QUESTÃO DIVERSA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO DE COTEJO ANALÍTICO. CONTRARIEDADE NÃO DEMONSTRADA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização nacional de jurisprudência interposto pelo autor em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, reformando a sentença, julgou improcedente o pedido de benefício assistencial por indemonstrado o preenchimento do requisito financeiro.

2. O suscitante alega que o acórdão contraria a jurisprudência desta TNU, que reconhece o direito ao benefício para pessoas com renda superior ao máximo exigido, considerando para fins de aferição da miserabilidade toda a estrutura social em que está inserido o postulante, e não apenas a questão renda.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. De se ver, inicialmente, que o recorrente não logrou realizar, sequer de forma minimamente satisfatória, o cotejo analítico entre a decisão recorrida e o paradigma que, em seu entender, conteria a tese favorável à sua pretensão, limitando-se tão-somente à sua transcrição.

5. A decisão da Presidência das TRs que admitiu o incidente considerou a orientação desta TNU relativamente ao conceito de grupo familiar, que deve ser obtido mediante interpretação restrita, entendendo-se como tal aquelas pessoas elencadas no art. 16 da Lei nº 8.213/91 desde que vivam sob o mesmo teto. Esta questão, todavia, não constitui o objeto principal do pedido de uniformização, e sequer foi analisada no julgado apontado como paradigma pelo autor. Inexistente, pois, similitude fática a caracterizar a contrariedade do acórdão recorrido com a jurisprudência dominante desta TNU.

6. Incidente desprovido do indispensável cotejo analítico e cujo acolhimento e provimento estaria a demandar revolvimento do conjunto fático-probatório, providência vedada pela Súmula nº 42.

7. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pelo autor.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pelo autor, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0010371-92.2009.4.03.6303

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: IZAURA MARIA DA CONCEIÇÃO VITTI

PROC./ADV.: SILVIA H. MACHUCA

OAB: SP-113875

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. MISERABILIDADE. RENDA PER CAPITA. NÃO CONFIGURAÇÃO DE CRITÉRIO ABSOLUTO. AUSÊNCIA DE CONTRARIEDADE DO ACÓRDÃO À JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INVIABILIDADE DE REEXAME DA PROVA. SÚMULA Nº 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, confirmando a sentença, julgou improcedente o pedido de benefício assistencial por indemonstrada a necessidade financeira.

2. A suscitante alega que o acórdão diverge da jurisprudência dominante do STJ, segundo a qual deve ser excluído do cálculo da renda per capita o rendimento no valor de um salário mínimo percebido pelo cônjuge, e de que somente devem ser computados rendimentos de filhos solteiros que vivam sob o mesmo teto.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Em que pese a postulante pretenda ver reconhecidas em seu favor certas teses atinentes à delimitação dos ingressos financeiros que podem vir a ser considerados como rendimentos do grupo familiar para apuração da renda per capita, bem como que os paradigmas transcritos façam alusão a esta matéria, impõe-se reconhecer que o acórdão recorrido não fundamentou o julgamento de improcedência no valor absoluto da renda familiar per capita, bem como que a jurisprudência dessa TNU firmou-se no sentido do acórdão recorrido, ao reconhecer, a partir do julgamento, pelo STF, do RE nº 580.963/PR e da RCL nº 4.347/PE, que a renda mensal per capita inferior a ¼ do SM não mais prevalece para aferição da miserabilidade, e ao declarar que o requisito deve ser apurado pela efetiva necessidade do auxílio com base na avaliação das circunstâncias do caso concreto.

5. O acórdão, ao que se verifica, está em harmonia com essa jurisprudência, tendo em vista que confirmou a sentença de improcedência com base na premissa de que "é de rigor a análise conjunta da maior quantidade de elementos possíveis, de modo que esta análise global, frise-se, também pode ser extraída da existência ou não de familiares com capacidade econômica, ainda que não residam sob o mesmo teto do postulante.". Não cabimento de Pedido de Uniformização. Questão de ordem nº 13. O afastamento dessa conclusão, ademais, demandaria reexame do conjunto fático-probatório, vedado pela Súmula nº 42.

6. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela autora.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0011167-91.2006.4.03.6302

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: HILDA MARIA DOS SANTOS

PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR

OAB: SP-90916

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. ART. 143 DA LEI Nº 8.213/91. RMI NO VALOR DE UM SALÁRIO MÍNIMO. CÁLCULO DO SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 28 DA LEI Nº 8.213/91. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E OS JULGAMENTOS APONTADOS COMO PARADIGMAS. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, confirmando a sentença, julgou improcedente a ação ajuizada para obter a revisão de benefício rural, concedido com base no art. 143 da Lei nº 8.213-91, mediante a utilização dos salários-de-contribuição constantes no histórico contributivo da seguradora.

2. A suscitante alega contrariedade do acórdão recorrido à jurisprudência dominante do STJ, a qual reconhece a aplicação do art. 28 da LBPS ao benefício de aposentadoria por idade.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Inexiste similitude fático-jurídica entre o julgado recorrido e os apontados paradigmas do C. STJ. Com efeito, adoto, como forma de decidir, os fundamentos expostos no julgamento do PEDILEF nº 0027094-68.2004.4.03.6302, que tratou da mesma questão, inclusive fazendo análise de vícios nos mesmos e exatos paradigmas indicados no pedido de uniformização sob exame:

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. PRETENSÃO DE RECÁLCULO DA RMI NA FORMA DO ART. 28 DA LEI Nº 8.213/91. PRECEDENTE DE TRE. AUSÊNCIA PARADIGMA VÁLIDO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. NÃO CONHECIMENTO. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pela parte autora-recorrente contra acórdão que confirmou sentença de improcedência do pedido. A parte autora pretende a revisão da RMI de seu benefício de aposentadoria por idade rural, concedida com base no art. 143 da Lei de Benefícios no valor de um salário-mínimo, mediante o cômputo dos salários-de-contribuição existentes no PBC, na forma do art. 28 da Lei nº 8.213/91. 2. Argumenta a parte autora-recorrente que a decisão recorrida contraria a jurisprudência do STJ espelhada no RESP

571.663/SP e 932.520/SP. 3. O incidente não merece ser conhecido. 4. Em relação ao RESP 571.663, a ementa colacionada no incidente de uniformização não corresponde à ementa do recurso especial invocado como paradigma. A ementa atribuída ao RESP 571.663 em verdade corresponde à ementa de julgado do TRF da 3ª Região que deu ensejo à interposição daquele especial. Precedente de Tribunal Regional Federal não configura divergência para fins de admissão do incidente de uniformização nacional, conforme art. 14, §2º, da Lei n. 10.259/01. Ainda, da leitura do RESP 571.663, vê-se que aquele recurso especial não fora conhecido por questões formais, por meio de decisão que não fixou tese jurídica alguma. Inexistência de paradigma válido. 5. Já no que pertine ao RESP 932.520/SP, não há similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e o acórdão invocado como paradigma. O acórdão recorrido trata da (im)possibilidade de se atribuir RMI diversa do valor de um salário-mínimo quando se está diante da concessão do benefício de aposentadoria por idade rural prevista no art. 143 da Lei de Benefícios. O paradigma, por sua vez, trata da forma de cálculo do benefício de auxílio-acidente. Mais uma vez, os excertos atribuídos pelo recorrente ao julgado paradigma não correspondem aos termos em que vazado o julgado. É possível que o recorrente tenha se equivocado na indicação do número do julgado mas, como não houve juntada de cópia do acórdão, impossível a verificação de sua fidedignidade. 6. Incidente de Uniformização não conhecido..Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. (PEDILEF 00270946820044036302, JUIZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, TNU, DOU 28/10/2013 pág. 95/140.)

5. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela autora.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0013406-61.2012.4.03.6301

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: ALEXANDRE LEANDRO

PROC./ADV.: TELMA REGINA BELORIO

OAB: SP-73426

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. MISERABILIDADE. RENDA PER CAPITA. NÃO CONFIGURAÇÃO DE CRITÉRIO ABSOLUTO, JURISPRUDÊNCIA DA TNU NO MESMO SENTIDO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INVIABILIDADE DE REEXAME DA MATÉRIA DE FATO. SÚMULA Nº 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pelo autor em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, reformando a sentença, indeferiu o pedido de benefício assistencial por não comprovação de necessidade financeira.

2. O suscitante alega que o acórdão diverge de decisões proferidas por turmas de diferentes regiões e é contrário à jurisprudência dessa TNU quanto aos rendimentos a serem avaliados na composição da renda per capita do grupo familiar, sustentando que deve ser excluído deste cálculo o benefício de auxílio-doença percebido pelo pai.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. O requerente pretende ver afirmada a tese da exclusão de certos ingressos financeiros para a composição dos rendimentos do grupo familiar e consequente apuração da renda per capita, sem, contudo, promover o necessário cotejo analítico entre a decisão recorrida e os respectivos paradigmas.

5. Releva notar que muito embora os paradigmas transcritos façam alusão à matéria do pedido de uniformização, o acórdão recorrido não fundamentou o julgamento de improcedência no valor absoluto da renda familiar per capita, bem como que a jurisprudência dessa TNU firmou-se no sentido do acórdão recorrido, ao reconhecer, a partir do julgamento, pelo STF, do RE nº 580.963/PR e da RCL nº 4.347/PE, que a renda mensal per capita inferior a ¼ do SM não mais prevalece para aferição da miserabilidade, e ao declarar que o requisito deve ser apurado pela efetiva necessidade do auxílio com base na avaliação das circunstâncias do caso concreto.

6. O acórdão, ao que se verifica, está em harmonia com essa jurisprudência, tendo em vista que reformou a sentença - que para deferir a pretensão considerava apenas a renda per capita como critério de aferição da necessidade - alicerçando o julgamento de improcedência na premissa de que "não obstante as necessidades da parte autora, há que se considerar que ela possui família, que a tem amparado e auxiliado em suas despesas e necessidades básicas. É o que demonstra o estudo social realizado.". Não cabimento de Pedido de Uniformização. Questão de ordem nº 13. O afastamento dessa conclusão, ademais, demandaria reexame do conjunto fático-probatório, vedado pela Súmula nº 42.

7. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pelo autor.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pelo autor, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0019418-08.2010.4.01.4300

ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS

REQUERENTE: LEIDIANE MARIA DE SOUSA

PROC./ADV.: KARINE KURYLO CÂMARA

OAB: TO-3058

REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. INEXISTÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES NÃO DEMONSTRADA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização nacional de jurisprudência interposto pela autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, reformando a sentença de improcedência, julgou procedente a ação para conceder-lhe benefício assistencial a contar do ajuizamento do feito.

2. A suscitante alega divergência entre o acórdão recorrido e decisões proferidas por turmas de regiões diversas, as quais concederam o benefício em situações similares com termo inicial na data do requerimento administrativo.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Inexiste similitude fático-jurídica entre os acórdãos confrontados. Ao que se verifica pela transcrição da suscitante, além de os apontados paradigmas tratarem de concessão de benefício assistencial a requerentes detentores de condições pessoais distintas, no processo nº 0000617-92.2006.4.03.6316 (2ª TR/SP) sequer foi fundamentada a fixação da DIB na data do requerimento administrativo pelo julgador, constando apenas tal marco como termo inicial. Quanto ao segundo julgado, processo nº 0032058-34.2009.4.03.6301 (3ª TR/SP), embora conste a motivação quanto à DIB, inexistente referência ao quadro fático que ensejou a concessão do benefício e a suscitante não promoveu o necessário cotejo analítico de modo a indicar particularidade que, faticamente, tornaria o caso em exame semelhante ao do paradigma.

5. Incidente, ademais, cujo acolhimento e provimento estaria a demandar reexame do conjunto fático-probatório, providência vedada pela Súmula nº 42.

6. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela autora.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0027581-94.2011.4.03.6301

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: FIDELINA ALVES DE SOUZA DE OLIVEIRA

PROC./ADV.: RICARDO REIS DE JESUS FILHO

OAB: SP-273946

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. MISERABILIDADE. RENDA PER CAPITA. NÃO CONFIGURAÇÃO DE CRITÉRIO ABSOLUTO. AUSÊNCIA DE CONTRARIEDADE DO ACÓRDÃO À JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INVIABILIDADE DE REEXAME DA PROVA. SÚMULA Nº 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, reformando a sentença, julgou improcedente o pedido de benefício assistencial por indemonstrada a necessidade financeira.

2. A suscitante alega que o acórdão está em contrariedade à jurisprudência consolidada dessa TNU, segundo a qual o conceito de grupo familiar deve ser obtido mediante interpretação restrita, excluindo-se irmãos maiores e casados; a renda mensal per capita superior a ¼ do salário-mínimo não impede a concessão do benefício, e a existência de mobiliário residencial ou moradia em via pública pavimentada não afasta a caracterização de miserabilidade.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Inicialmente, porque em que pese a postulante pretenda ver reconhecidas em seu favor teses atinentes à delimitação dos ingressos financeiros que podem vir a ser considerados como rendimentos do grupo familiar para apuração da renda per capita, bem como que os paradigmas transcritos façam alusão a esta matéria, o acórdão recorrido não fundamentou o julgamento de improcedência no valor absoluto da renda familiar per capita, impondo-se destacar que a jurisprudência dessa TNU firmou-se no sentido daquele julgamento, ao reconhecer, com base na decisão do STF no RE nº 580.963/PR e na RCL nº 4.347/PE, que a renda mensal per capita inferior a ¼ do SM não mais prevalece para aferição da miserabilidade, e ao declarar que o requisito deve ser apurado pela efetiva necessidade do auxílio com base na avaliação das circunstâncias do caso concreto.

5. Num segundo momento, porque a alegação de que a existência de mobiliário residencial ou moradia em via pública pavimentada não afasta a caracterização de miserabilidade enseja o reexame da análise da prova pelo julgador de origem, vedado pela Súmula nº 42, valendo destacar, pela pertinência, que o julgamento de improcedência foi construído com base também em elementos informativos diversos do ora impugnado pela postulante.

6. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela autora.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0035715-20.2009.4.01.3300

ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): WILJANDIR LEAO REIS

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

#### EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA E APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE. NÃO SUBMISSÃO A TRATAMENTO MÉDICO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pelo INSS, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão que, confirmando sentença, manteve a concessão de benefício por incapacidade.

2. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pela Turma Recursal do Paraná, na medida em que considerou atendido o requisito da incapacidade, apesar de o autor ter negligenciado seu tratamento médico.

3. Incidente admitido na origem.

4. No caso dos autos, acerca do conjunto probatório acostado aos autos, o acórdão recorrido procedeu a sua valoração, conforme excerto a seguir parcialmente transcrito:

"(...) 1. A concessão/restabelecimento do auxílio-doença está subordinada à verificação, pela perícia médica, de que o segurado se encontre incapaz temporariamente, de forma parcial ou total, para o exercício de suas atividades habituais, na forma do art. 59, da Lei n. 8.213/91.

2. Segundo o laudo pericial de fls., o(a) recorrido(a) é portador(a) de transtorno de disco lombar e síndrome do túnel do carpo, encontrando-se incapacitado(a), parcial e temporariamente, para o exercício de suas atividades laborativas. Ressaltou, o expert, que a incapacidade é passível de melhora com tratamento adequado.

3. Não há que ser acolhida a suspensão do benefício do recorrido, ante a alegação de que ele não vem cumprindo com o tratamento, tendo em vista que, para realizá-la, em muitos casos, ter-se-á que se deparar com diversos problemas que impedem a sua consecução, como a locomoção para a clínica fisioterápica, o que impede a sua continuidade.

4. Nessa senda, ante a similitude de enfermidades que foram objeto do benefício ora cessado e o evidenciado pelo perito judicial (G560), há que se fixar a DIB desde o cancelamento indevido do auxílio-doença, o que fora determinado em decisão antecipatória (...)."

5. Assim, verifica-se que a Turma de origem apontou de forma clara os motivos que a levaram a não acolher o pleito do(a) recorrente, estabelecendo um verdadeiro juízo de valor acerca da impossibilidade de realização do tratamento médico pelo autor, que a este Colegiado é vedado rediscutir, nos termos da Súmula nº 42, da TNU, in verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".



6. Nesse sentido, já decidiu esta Turma Nacional de Uniformização que a análise quanto a existência ou não da suposta negativa do segurado a se submeter a tratamento para melhoria de sua saúde implica no revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é vedado em sede de Incidente de Uniformização. (PEDILEF 200970570008869, JUIZ FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS, TNU, DOU 17/01/2014 pág. 119/160.)

7. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

Brasília/DF, data da realização da sessão de julgamento.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator  
**ACÓRDÃO**

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, data da realização da sessão de julgamento.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500341-18.2015.4.05.8002  
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): ANTONIO CICERO DOS SANTOS  
PROC./ADV.: DENIZE DE MELO TENÓRIO  
OAB: AL-5093  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

**EMENTA**

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. QUALIDADE DE SEGURADO. CONTINUIDADE DO ESTADO INCAPACITANTE. ANÁLISE DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE ACÓRDÃO RECORRIDO E PARADIGMA. INVIABILIDADE DE REEXAME DA PROVA. SÚMULA Nº 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pelo INSS em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, reformando a sentença, julgou procedente o pedido de concessão de benefício por incapacidade formulado pelo autor sob o fundamento de que embora o benefício antecedente tenha cessado em 28/03/2011 e a constatação pericial da incapacidade se reporte a 08/04/2015, as circunstâncias do caso concreto evidenciam que a incapacidade verificada decorre da mesma doença que justificou a concessão do benefício antecedente, e que em se tratando de progressão da patologia incapacitante, deve se reconhecer mantida a qualidade de segurado do postulante.

2. O suscitante alega que o acórdão recorrido contraria a jurisprudência do STJ no sentido da exigência de registro no Ministério do Trabalho para a ampliação do período de graça por desemprego, bem como que se afigura indispensável ostentar qualidade de segurado na DII para o reconhecimento do direito ao benefício.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Ao que se colhe do relato supra, o acórdão reconheceu a presença do requisito qualidade de segurado com base na continuidade do estado incapacitante (...Assim, é possível concluir que a incapacidade decorre do mesmo problema justificador do benefício cessado (queda ocorrida em 2010, conforme consta do laudo pericial. Ademais, o próprio laudo indica que a patologia é evolutiva e não regressiva...), e não com base na prorrogação do período de graça por desemprego involuntário, como verificado no paradigma do STJ indicado para uniformização, impondo-se declarar, nesse contexto, que inexistente similitude fático-jurídica entre o julgamento recorrido e o paradigma, requisito essencial ao conhecimento do presente incidente.

5. De se destacar, ademais, que a modificação do julgado de origem demandaria revolvimento do conjunto fático-probatório, vedado em sede de incidente de uniformização, nos termos da Súmula 42 desta TNU.

6. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pelo INSS.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pelo INSS, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500664-36.2014.4.05.8203  
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA  
REQUERENTE: SEBASTIÃO EDSON TUTU JÚNIOR  
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA  
OAB: PB-4007  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REPRESENTANTE LEGAL: SEBASTIÃO EDSON TUTU  
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA  
OAB: PB-4007  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

**EMENTA**

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO NEGADO. SUPERVENIÊNCIA DE NOVO REQUERIMENTO CONCEDIDO. PAGAMENTO DE PARCELAS VENCIDAS DESDE O PRIMEIRO REQUERIMENTO. INEXISTÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIR A SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES NÃO DEMONSTRADA. PRETENSÃO QUE IMPLICA REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. SÚMULA Nº 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização nacional de jurisprudência interposto pelo autor em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, confirmando a sentença de improcedência, negou o pedido de pagamento de parcelas em atraso de benefício assistencial a contar do primeiro requerimento administrativo.

2. O suscitante alega divergência entre o acórdão recorrido e decisão proferida por turma de região diversa, a qual reconheceu o direito ao recebimento das parcelas vencidas desde o primeiro requerimento administrativo em razão da posterior concessão do novo requerimento.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Não vislumbro demonstrada a existência de dissídio jurisprudencial pelo postulante, diante da ausência do necessário cotejo analítico dos julgados, requisito exigido pelo art. 15, inc. I, do RITNU, circunstância que conduz ao não conhecimento do incidente. A mera citação de ementa de julgado, como levado a efeito pelo requerente, não basta para comprovar a alegada divergência jurisprudencial em que se ampara o incidente, sendo necessário confrontar as teses nas quais se basearam os julgados colocados em paralelo, ditos divergentes, a fim de possibilitar aferir a similitude fático-jurídica entre os acórdãos.

5. Incidente, ademais, cujo acolhimento e provimento estaria a demandar reexame do conjunto fático-probatório, providência vedada pela Súmula nº 42.

6. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pelo autor.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pelo autor, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500792-95.2015.4.05.8405  
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE  
REQUERENTE: MARIA FELIPE DA SILVA  
PROC./ADV.: MARIA NIVALDETE DE LIMA OLIVEIRA  
OAB: PB-8407  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

**EMENTA**

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE PARADIGMA. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização nacional de jurisprudência interposto em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, confirmando a sentença de parcial procedência, indeferiu o pedido de retroação da DIB - fixada na sentença como sendo a data da citação (01/07/2015) - para a DER (12/09/2014).

2. A suscitante alega que o acórdão recorrido encontra-se em contrariedade à jurisprudência desta TNU.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. O alegado dissenso entre o acórdão recorrido e a jurisprudência dominante dessa TNU não restou efetivamente demonstrado pela parte interessada, que sequer referiu qualquer precedente no sentido do seu requerimento ou tampouco promoveu o necessário cotejo analítico entre os julgados, na forma exigida pelo art. 15, incs. I e III, do RITNU.

5. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela autora.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501504-33.2015.4.05.8002

ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

REQUERENTE: JOSEFA ROSA DA CONCEIÇÃO

PROC./ADV.: KATIA FELINA DE O. FERREIRA

OAB: AL-5797

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

**EMENTA**

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE LONGO PRAZO. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS LIMITAÇÕES LABORATIVAS COM A SITUAÇÃO PESSOAL DA POSTULANTE. AUSÊNCIA DE CONTRARIEDADE DO ACÓRDÃO COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DESTA TNU. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização nacional de jurisprudência interposto pela autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, confirmando sentença de improcedência, indeferiu o pedido de benefício assistencial por indemonstrado impedimento de longo prazo da postulante.

2. A suscitante alega contrariedade do acórdão à jurisprudência dominante desta TNU, objeto da Súmula nº 48, de que a incapacidade não precisa ser permanente para fins de concessão do benefício assistencial.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Ainda que a jurisprudência consolidada desta TNU abrigue a tese sustentada no pedido de uniformização, de que o impedimento não necessita ser permanente para ensejar a concessão do benefício almejado, fato é que o julgado recorrido não se louvou nessa premissa para negar o benefício, mas sim na inexistência do próprio impedimento, escudado na contextualização do quadro parcialmente incapacitante constatado no exame pericial em confronto com as condições pessoais da requerente.

5. Hipótese em que o acolhimento do pedido de uniformização não prescindiria de revolvimento e reavaliação do arcabouço probatório, em manifesta violação aos termos da Súmula nº 42 da TNU.

6. Em face do exposto, não conheço do presente incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela autora.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501883-54.2014.4.05.8310  
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): VANDERLÂNDIA JOSÉ DA SILVA  
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA  
OAB: PE-573-A  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUIS EDUARDO BIANCHI CERQUEIRA

**EMENTA**

AUXÍLIO-DOENÇA. ALTA PROGRAMADA. LAUDO PERICIAL PREVÊ A POSSIBILIDADE DE CONTROLE DA DOR, DECORRENTE DE PROBLEMAS ORTOPÉDICOS, EM 60 DIAS. A SENTENÇA JULGA O PEDIDO DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA, COM CONVERSÃO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ E ADICIONAL DE 25%, PARCIALMENTE PROCEDENTE, CONCEDENDO APENAS O PRIMEIRO BENEFÍCIO, A CONTAR DA DATA DE INÍCIO DE INCAPACIDADE, FIXADA NO LAUDO PERICIAL E COM PRAZO DE DURAÇÃO NELE DEFINIDO. O ACÓRDÃO DA TURMA RECURSAL DE PERNAMBUCO REFORMA PARCIALMENTE A SENTENÇA, PARA ALTERAR A DATA DE INÍCIO DE BENEFÍCIO PARA A DATA DE ENTRADA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E PARA NÃO ESTIPULAR UM PRAZO FINAL PARA O BENEFÍCIO, FACULTANDO AO INSS REALIZAR VERIFICAÇÕES PERIÓDICAS. O PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO ALEGA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL COM A SEGUNDA TURMA RECURSAL DE SANTA CATARINA, QUE CONSIDEROU A ALTA PROGRAMADA POSSÍVEL E CONSTITUCIONAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

Trata a hipótese de ação, pela qual, se pretendia a obtenção de auxílio-doença, posterior conversão em aposentadoria por invalidez e adicional de 25%.

A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, apenas para conceder o auxílio-doença, a partir da data de início de incapacidade, fixada no laudo pericial e até o prazo estimado para recuperação.

O acórdão da Turma Recursal de Pernambuco, por sua vez, reformou parcialmente a sentença, para retroagir a DIB até a DER, bem como, para deixar de fixar um prazo final para o benefício, facultando ao INSS a realização de perícia administrativa.

O pedido de uniformização alega divergência com a Segunda Turma Recursal de Santa Catarina, que considerou ser possível e constitucional a alta programada, nos seguintes termos, verbis:

"(...). Ressalto, no pertinente ao recurso da parte autora, que a fixação de data para a cessação do auxílio-doença está em consonância com as datas consignadas no laudo médico pericial administrativo ("PROCADM1" - evento 8), bem como observa o caráter precário do benefício concedido.

Deve a recorrente, caso não se considere apta a retomar as suas atividades laborativas habituais quando da proximidade do término do prazo estipulado, postular, na via administrativa, a manutenção do benefício concedido, submetendo-se à nova avaliação a fim de comprovar a persistência da incapacidade.

Nesse sentido: 200872600023454, relator Juiz Federal Moser Vhoss, julgado em 21/05/2009.

Ademais, esta Segunda Turma Recursal já proclamou a constitucionalidade do instituto da alta programada, instituído com a publicação do Decreto 5.844/2006, em 14/07/2006.

Penso não haver impeditivo para que o juiz, com amparo no laudo médico pericial, estabeleça essa alta fixando a data para a cessação do benefício.

Não há sentido em se afastar a literatura médica que, com todo o cabedal doutrinário e pesquisa, se mostra capaz de fixar o prazo médio de recuperação para uma determinada enfermidade.

Sendo possível prever, com segurança, a depender do quadro patológico, o prazo necessário para o segurado recuperar a sua capacidade para o trabalho, possível também que se estabeleça um termo final para o benefício deferido.

A Constituição Federal, em seu artigo 37, impõe à Administração respeito ao princípio da eficiência, com o qual discrepa obrigar, nos casos em que possível estipular, de forma segura, o prazo de recuperação da capacidade, a realização de uma outra perícia para confirmar essa previsão. Os custos para a sociedade são altos, inegáveis e injustificáveis.

Claro que pode acontecer de o segurado não recuperar a capacidade no tempo previsto. Todavia, diante da confiabilidade e credibilidade da ciência médica, tal fato é exceção e como tal deve ser tratado. Daí ser do segurado o ônus de demonstrar o seu enquadramento na exceção àquela regra médica e de solicitar ao INSS a continuidade do benefício.

Cabe ao segurado, então, caso a sua realidade particular demonstre o contrário, ou seja, caso configurada a persistência da incapacidade mesmo em vias de terminar o prazo previsto pelo médico, procurar o INSS a fim de obter a prorrogação do benefício.(...)." - GRIFO DO RECORRENTE"

É o relatório.

Não conheço do incidente de uniformização, nos termos da Questão de Ordem 13, porque a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização vem se firmando, no sentido de afastar a alta programada, verbis:

"Processo PEDILEF 05013043320144058302  
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL  
Relator(a)  
JUIZ FEDERAL FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO  
KOEHLER

Sigla do órgão

TNU

Fonte

DOU 18/12/2015 PÁGINAS 142/187

Decisão

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juizes da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em CONHECER PARCIALMENTE DO INCIDENTE E, QUANTO A ESTE PONTO, DAR-LHE PROVIMENTO, nos termos deste voto ementa.

Ementa

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. FIXAÇÃO PRÉVIA DE TERMO FINAL PARA CESSAÇÃO DO BENEFÍCIO. ALTA PROGRAMADA JUDICIAL. INCOMPATIBILIDADE COM A LEI Nº 8.213/91. RETROAÇÃO DA DIB À DATA DA DER. ACÓRDÃO RECORRIDO NO MESMO SENTIDO DA JURISPRUDÊNCIA DA TNU. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. REEXAME. SÚMULA 42/TNU. INCIDENTE CONHECIDO PARCIALMENTE, E, NESTE PONTO, PROVIDO. - Trata-se de incidente de uniformização movido pela parte autora em face de acórdão de Turma Recursal de Pernambuco, que manteve a sentença de procedência, porém negou o pedido de retroação da DIB do auxílio-doença à data da DER, bem como ficou prazo para certo para cessação do benefício. - Alega que o "(...) acórdão paradigma do Superior Tribunal de Justiça É CLARO ao dispôr pela concessão do benefício ora pleiteado a partir do requerimento administrativo, concedendo-se apenas em data diversa a esta, quando não houver requerimento expresso. Ademais, o acórdão paradigma da 1ª Turma Recursal de Goiás, entende que mesmo havendo dificuldade em se aferir o momento exato em que as moléstias surgiram e tornaram-se incapacitantes, deve-se decidir em favor da parte autora, aplicando-se o brocardo jurídico in dubio pro misero, portanto, devendo-se conceder o benefício desde a data do requerimento administrativo. (...) E ainda O acórdão paradigma da 5ª Turma Recursal de São Paulo entende que, NÃO deve-se fixar uma data específica para a cessação

do benefício, posto que tal determinação significaria instituir uma alta automática do benefício, independente da verificação da recuperação do segurado, portanto, devendo a cessação ocorrer somente se após efetuada uma nova reavaliação médica não for constatada a manutenção da situação de incapacidade, ou seja, ENQUANTO NÃO VERIFICADA POR EXAME PERICIAL, A RECUPERAÇÃO DO SEGURADO, NÃO HÁ QUE FALAR EM CESSAÇÃO DO BENEFÍCIO.(...)". - Para demonstração da divergência indica os julgados da Quinta Turma Recursal de São Paulo (Processo nº 00077878420114036302); da Primeira Turma Recursal de Goiás (Processo nº 2007.35.00.713458-8); e do e. STJ (AGA 200200424811 AGA - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - 446168, Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Sexta Turma, DJ DATA:19/12/2005). - Com efeito, o acórdão proferido pela Turma Recursal de Pernambuco se assenta nas seguintes razões de decidir: "(...) Alega a parte autora a necessidade de corrigir a DIB para que retroaja a DER. Requer ainda a manutenção do benefício enquanto perdurar a incapacidade laboativa. (...) A perícia concluiu que o autor é portador de doença pelo vírus da imunodeficiência adquirida humana (CID B24), o que causa uma incapacidade total e temporária desde 08/12/2013. O autor alega que sua incapacidade já existia no momento da DER e aponta como prova os documentos médicos contemporâneos ao requerimento administrativo (18/01/2012) e anteriores a DIB fixada na sentença. Para fins de fixação da DIB, não vejo como aceitar como prova a documentação médica apresentada unilateralmente pela parte autora. Ora, se tal documentação existe, nada melhor do que levá-la e apresentá-la ao perito, profissional que tem conhecimento técnico para aferi-la e saber e se as respectivas informações são suficientes ou não para retroagir a DIL. Na minha visão, isso não cabe ao juiz, salvo situações excepcionais que permitam afastar a conclusão do laudo. Todas as ações relativas a benefícios por incapacidade são ajuizadas com documentação médica unilateral. Mas em altíssimo percentual o conteúdo de tal documentação é simplesmente afastado pela perícia médica. Ou seja, sua informação não corresponde à realidade. Assim, como simplesmente acreditar nela em alguns casos? Além disso, da mesma forma que o médico da parte autora dá informações a respeito da incapacidade, o médico do INSS dá informação justamente contrária. Por isso, prestigiar indistintamente o médico de uma parte, em detrimento do médico da outra, a meu ver viola o princípio constitucional da igualdade das partes, influenciando na própria imparcialidade do julgador. Contudo, os demais membros dessa Turma vêm acolhendo um posicionamento distinto ao meu, entendendo por aceitar documentação médica unilateral que fala do início da incapacidade anterior àquele fixado pelo perito judicial. Assim, por medida de economia processual, passo a adotar idêntico posicionamento, ainda que ratificando minha posição contrária. No caso dos autos, inexistente qualquer documento médico que ateste a incapacidade anterior a DER. Desta forma, não merece reparos a decisão recorrida que, analisando os elementos exibidos nestes autos, bem como as provas neles produzidas, verificou que o perito fixou a data de início da incapacidade em 08/12/2013, razão pela qual, a fixação do termo inicial do pagamento do benefício foi na data da citação. Em relação ao pleito de manutenção do benefício enquanto durar a incapacidade, esta é a regra, inclusive é o que dispõe o art. 60 da Lei nº 8213/91: "O auxílio-doença será devido ao segurado empregado a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz". Ocorre que, as concessões de benefícios de auxílio doença não podem ser feitas em definitivo, inclusive, entre outros motivos, por tratar-se de benefício com caráter temporário. Assim, é conduta responsável a fixação de uma provável data de recuperação, sendo facultado ao beneficiário o pedido de prorrogação do benefício, momento em que será submetido a nova reavaliação, e conforme resultado, obterá o referido direito. (...)". - Comprovada a divergência, passo ao exame do mérito. - No caso dos autos, verifica-se que o Colegiado de origem manteve a sentença, a qual fixara previamente um termo final para a cessação do benefício, independentemente de o recorrente ser submetido a uma reavaliação por perícia médica. - Contudo, para que ocorra a cessação do auxílio-doença, o segurado deverá submeter-se a nova perícia médica para que seja comprovada a cessação da incapacidade, em respeito ao artigo 62, da Lei nº 8.213/91, o qual prescreve que não cessará o benefício até que o segurado seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência. Logo, não há que se falar em fixação de termo final para a cessação do pagamento do benefício previdenciário de auxílio-doença através de decisão judicial (Alta Programada Judicial), uma vez que a perícia médica é condição indispensável à cessação do benefício, pois somente ela poderá atestar se o segurado possui condição de retornar às suas atividades ou não. - Logo, vê-se que a Turma Recursal de origem, ao fixar um termo final para cessação do auxílio-doença (Alta Programada Judicial), foi de encontro ao que preceitua a Lei de Benefícios Previdenciários. Ora, o prazo indicado pelo perito como suficiente ao restabelecimento da capacidade é apenas uma estimativa, máxime porque depende de fatores alheios à vontade do requerente, de sorte que o magistrado não tem condições de fixar de antemão a data de recuperação. - Desse modo, quanto a este ponto, deve-se dar provimento ao Incidente para que se retire o termo final do benefício fixado judicialmente. - Por outro lado, quanto ao pedido de retroação da DIB à data do requerimento administrativo, o incidente não merece ser conhecido. - In casu, a questão controvertida cinge-se à fixação do termo inicial do benefício de auxílio-doença nas hipóteses em que o laudo pericial ateste o início da incapacidade posteriormente ao requerimento administrativo. - Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça proferiu decisão, sob a sistemática do recurso repetitivo, no sentido de que: A citação válida informa o litígio, constitui em mora a autarquia previdenciária federal e deve ser considerada como termo inicial para a implantação da aposentadoria por invalidez concedida na via judicial quando ausente a prévia pos-

tulação administrativa. (STJ. 1ª Seção. REsp 1.369.165-SP, Rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 26/2/2014). - Embora tal decisão se refira às hipóteses nas quais que não houve prévio requerimento administrativo, entendendo aplicável ao presente caso. Isso porque, em consonância com o referido entendimento, a partir da citação válida, ocasião em que a autarquia previdenciária tem ciência do litígio, surge a mora quanto à cobertura do evento causador incapacidade. -

Assim, nas hipóteses em que a incapacidade surgiu posteriormente ao requerimento administrativo, o INSS está obrigado a amparar o segurado em face dessa contingência, somente após ser citado na ação previdenciária. - No caso dos autos, não obstante a existência de prévio requerimento administrativo, a incapacidade é posterior ao requerimento, de modo que a fixação da DIB na data do início da incapacidade (ocorrida anteriormente ao ajuizamento da ação) implicaria em atribuir ao INSS o ônus pela ciência ficta do implemento das condições ao benefício anteriormente à sua citação, contrariando o entendimento esposado pelo STJ, no sentido de que apenas quando toma ciência efetiva do litígio com a citação incide em mora a Autarquia. Desse modo, a data de início do benefício deve ser a data da citação válida. - Cumpre ressaltar que este foi o entendimento adotado pela TNU por ocasião do julgamento do PEDILEF 50020638820114047012. - Logo, quanto a tal ponto, Incidente não deve ser conhecido, nos termos da Questão de Ordem n. 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido." - Vale salientar que a análise acerca da existência de documentos médicos unilaterais juntados pela parte e que indiquem incapacidade em momento anterior ou contemporâneo ao requerimento implicaria no reexame de matéria fática, circunstância vedada pela Súmula 42 deste Colegiado, in verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.". - Portanto, reconhecida a incapacidade do requerente desde a data da citação, não sendo o Incidente conhecido quanto a este pedido. - Diante do exposto, deve o Incidente ser conhecido parcialmente e, neste ponto, provido para reafirmar a tese já fixada na TNU de que a alta estimada ou programada judicial é incompatível com o modelo posto na Lei de Benefícios Previdenciários. - Incidente CONHECIDO PARCIALMENTE e, neste ponto, PROVIDO para fins de se retirar o termo final para cessação do benefício fixado no Acórdão recorrido.

Data da Decisão

11/12/2015

Data da Publicação

18/12/2015"

Com efeito, o instituto da alta programada contraria os termos da norma concessiva do benefício, que prevê, verbis:

"Art. 59. O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

Parágrafo único. Não será devido auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

Art. 60. O auxílio-doença será devido ao segurado empregado e empresário a contar do 16º (décimo sexto) dia do afastamento da atividade, e no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz.

Art. 60. O auxílio-doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para seu trabalho ou sua atividade habitual, desde que cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei: (Redação dada pela Medida Provisória nº 664, de 2014)

I - ao segurado empregado, a partir do trigésimo primeiro dia do afastamento da atividade ou a partir da data de entrada do requerimento, se entre o afastamento e a data de entrada do requerimento decorrerem mais de quarenta e cinco dias; e (Incluído pela Medida Provisória nº 664, de 2014)

II - aos demais segurados, a partir do início da incapacidade ou da data de entrada do requerimento, se entre essas datas decorrerem mais de trinta dias. (Incluído pela Medida Provisória nº 664, de 2014)

Art. 60. O auxílio-doença será devido ao segurado empregado a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz. (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

§ 1º Quando requerido por segurado afastado da atividade por mais de 30 (trinta) dias, o auxílio-doença será devido a contar da data da entrada do requerimento.

§ 2º O disposto no § 1º não se aplica quando o auxílio-doença for decorrida de acidente do trabalho. (Revogado pela Lei nº 9.032, de 1995)

§ 3º Durante os primeiros 15 (quinze) dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença, incumbirá à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário integral ou, ao segurado empresário, a sua remuneração.

§ 3º Durante os primeiros trinta dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença ou de acidente de trabalho ou de qualquer natureza, caberá à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário integral. (Redação dada pela Medida Provisória nº 664, de 2014)

§ 4º A empresa que dispuser de serviço médico, próprio ou em convênio, terá a seu cargo o exame médico e o abono das faltas correspondentes ao período referido no § 3º e somente deverá encaminhar o segurado à perícia médica da Previdência Social quando a incapacidade ultrapassar trinta dias. (Redação dada pela Medida Provisória nº 664, de 2014)



§ 3o Durante os primeiros quinze dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença, incumbirá à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário integral. (Redação Dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

§ 4º A empresa que dispuser de serviço médico, próprio ou em convênio, terá a seu cargo o exame médico e o abono das faltas correspondentes ao período referido no § 3º, somente devendo encaminhar o segurado à perícia médica da Previdência Social quando a incapacidade ultrapassar 15 (quinze) dias.

§ 5º O INSS a seu critério e sob sua supervisão, poderá, na forma do regulamento, realizar perícias médicas: (Incluído pela Medida Provisória nº 664, de 2014)

I - por convênio ou acordo de cooperação técnica com empresas; e (Incluído pela Medida Provisória nº 664, de 2014)

II - por termo de cooperação técnica firmado com órgãos e entidades públicos, especialmente onde não houver serviço de perícia médica do INSS. (Incluído pela Medida Provisória nº 664, de 2014)

§ 5o Nos casos de impossibilidade de realização de perícia médica pelo órgão ou setor próprio competente, assim como de efetiva incapacidade física ou técnica de implementação das atividades e de atendimento adequado à clientela da previdência social, o INSS poderá, sem ônus para os segurados, celebrar, nos termos do regulamento, convênios, termos de execução descentralizada, termos de fomento ou de colaboração, contratos não onerosos ou acordos de cooperação técnica para realização de perícia médica, por delegação ou simples cooperação técnica, sob sua coordenação e supervisão, com: (Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)

I - órgãos e entidades públicos ou que integrem o Sistema Único de Saúde (SUS); (Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)

II - (VETADO); (Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)

III - (VETADO). (Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)

§ 6º Não será devido auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão. (Incluído pela Medida Provisória nº 664, de 2014)

§ 6o O segurado que durante o gozo do auxílio-doença vier a exercer atividade que lhe garanta subsistência poderá ter o benefício cancelado a partir do retorno à atividade. (Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)

§ 7º Na hipótese do § 6o, caso o segurado, durante o gozo do auxílio-doença, venha a exercer atividade diversa daquela que gerou o benefício, deverá ser verificada a incapacidade para cada uma das atividades exercidas. (Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)

§ 8º Sempre que possível, o ato de concessão ou de reativação de auxílio-doença, judicial ou administrativo, deverá fixar o prazo estimado para a duração do benefício. (Incluído pela Medida Provisória nº 739, de 2016)(Vigência encerrada)

§ 9º Na ausência de fixação do prazo de que trata o § 8º, o benefício cessará após o prazo de cento e vinte dias, contado da data de concessão ou de reativação, exceto se o segurado requerer a sua prorrogação junto ao INSS, na forma do regulamento, observado o disposto no art. 62. (Incluído pela Medida Provisória nº 739, de 2016) (Vigência encerrada)

§ 10. O segurado em gozo de auxílio-doença, concedido judicial ou administrativamente, poderá ser convocado a qualquer momento, para avaliação das condições que ensejaram a sua concessão e a sua manutenção, observado o disposto no art. 101. (Incluído pela Medida Provisória nº 739, de 2016) (Vigência encerrada)

§ 11. Sempre que possível, o ato de concessão ou de reativação de auxílio-doença, judicial ou administrativo, deverá fixar o prazo estimado para a duração do benefício. (Incluído pela Medida Provisória nº 767, de 2017)

§ 12. Na ausência de fixação do prazo de que trata o § 11, o benefício cessará após o prazo de cento e vinte dias, contado da data de concessão ou de reativação, exceto se o segurado requerer a sua prorrogação junto ao INSS, na forma do regulamento, observado o disposto no art. 62. (Incluído pela Medida Provisória nº 767, de 2017)

§ 13. O segurado em gozo de auxílio-doença, concedido judicial ou administrativamente, poderá ser convocado a qualquer momento para avaliação das condições que ensejaram a concessão ou a manutenção, observado o disposto no art. 101. (Incluído pela Medida Provisória nº 767, de 2017)

Art. 61. O auxílio-doença, observado o disposto na Seção III deste capítulo, especialmente no art. 33, consistirá numa renda mensal correspondente a:

a) 80% (oitenta por cento) do salário-de-benefício, mais 1% (um por cento) deste, por grupo de 12 (doze) contribuições, não podendo ultrapassar 92% (noventa e dois por cento) do salário-de-benefício; ou

b) 92% (noventa e dois por cento) do salário-de-benefício ou do salário-de-contribuição vigente no dia do acidente, o que for mais vantajoso, caso o benefício seja decorrente de acidente do trabalho.

Art. 61. O auxílio-doença, inclusive o decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 91% (noventa e um por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no art. 33 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

Art. 62. O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade. Não cessará o benefício até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não-recuperável, for aposentado por invalidez.

Art. 62. O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional. (Redação dada pela Medida Provisória nº 739, de 2016) (Vigência encerrada)

Parágrafo único. O benefício será mantido até que o segurado seja considerado reabilitado para o desempenho de atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não recuperável, for aposentado por invalidez. (Incluído pela Medida Provisória nº 739, de 2016) (Vigência encerrada)

Art. 62. O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade. Não cessará o benefício até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não-recuperável, for aposentado por invalidez.

Art. 62. O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de sua atividade habitual ou de outra atividade. (Redação dada pela Medida Provisória nº 767, de 2017)

Parágrafo único. O benefício a que se refere o caput será mantido até que o segurado seja considerado reabilitado para o desempenho de atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não recuperável, seja aposentado por invalidez. (Incluído pela Medida Provisória nº 767, de 2017)

Art. 63. O segurado empregado em gozo de auxílio-doença será considerado pela empresa como licenciado.

Art. 63. O segurado empregado, inclusive o doméstico, em gozo de auxílio-doença será considerado pela empresa e pelo empregador doméstico como licenciado. (Redação dada pela Lei Complementar nº 150, de 2015)

Parágrafo único. A empresa que garantir ao segurado licença remunerada ficará obrigada a pagar-lhe durante o período de auxílio-doença a eventual diferença entre o valor deste e a importância garantida pela licença.

Art. 64. Após a cessação do auxílio-doença acidentário e do retorno ao trabalho, havendo agravamento de seqüela que resulte na reabertura do benefício, o novo salário-de-contribuição será considerado no cálculo.(Revogado pela Lei nº 9.032, de 1995)"

Ora, ainda que a Medida Provisória 767, de 2017, haja estipulado que, "sempre que possível", a sentença ou o acórdão fixarão o prazo final do benefício, isso não significa que a sentença ou o acórdão estejam obrigados a fazê-lo e a fazê-lo nos exatos termos do laudo pericial.

Sem embargo, ainda existe uma ordem constitucional que assegura ao magistrado - em que pese cada vez maiores ameaças à democracia, à liberdade e às instituições - o exercício de seu discernimento, segundo a sua convicção, fundamentadamente, de modo a aceitar uma estimativa existente no laudo pericial ou de rejeitá-la, como fez a Turma Recursal de Pernambuco.

Pura e simplesmente, porque se trata de mera estimativa.

Quando a norma diz "sempre que possível", caberá ao magistrado, não ao Perito do Juízo, a palavra final sobre essa "possibilidade".

Evidentemente, a inconstitucionalidade não está na alta programada em si, que é uma exceção à regra do caput do artigo 60 - que fala que o auxílio-doença será devido "enquanto houver incapacidade" -, mas, no parágrafo doze do artigo 60, que estipula um prazo qualquer, sem qualquer razoabilidade, como se fosse o prazo máximo para que alguém se recuperasse de qualquer espécie de incapacidade temporária - 4 meses !

Assim, por exemplo, para o gênio que elaborou essa norma, pouco importa se o segurado possui uma hérnia de disco, que necessite de uma ou várias cirurgias, para cura ou controle, o prazo máximo do benefício, caso o Poder Judiciário não fixe um prazo final, será de apenas quatro meses.

Porém, esse não é o ponto que se discute no presente pedido de uniformização, mas a alta programada, como instituto.

Nesse sentido, como se vê da redação do artigo 60, caput, da Lei 8213/91, o benefício deve ser concedido, até que a incapacidade deixe de existir. Quando a incapacidade deixa de existir?

Isso só é possível afirmar, cientificamente, quando for aferida a ausência de incapacidade, através de perícia médica.

Até porque, como as pessoas são diferentes, o sucesso e adesão em cada tratamento, vão depender de condições pessoais, o que também faz variar o prazo final de incapacidade.

Assim, mera estimativa não é prova válida de fim de incapacidade.

A única finalidade da alta programada, então, especialmente, como no caso concreto, onde se facultou ao INSS convocar o segurado para realizar a perícia administrativa, periodicamente - o que também está no parágrafo treze do artigo 60, da mesma norma -, será economizar papel com a notificação do segurado e, talvez, economizar com peritos administrativos, considerando que alguns dos segurados, que tiverem os seus benefícios cessados, por pura ignorância ou por qualquer outro motivo, não irão pedir prorrogação, passado o prazo estipulado na lei - que, de resto, também é irrazoável e inconstitucional, porque parte do princípio que o segurado pode sobreviver sem esse dinheiro, podendo estar incapaz, até que possa, novamente, requerer prorrogação do benefício.

Por esses mesmos motivos, as Turmas Recursais do Rio de Janeiro produziram o Enunciado 85, verbis:

"Enunciado 85

É incabível a cessação administrativa do auxílio-doença em razão de alta programada, ou seja, sem que seja feita reavaliação médica, uma vez que esse procedimento viola o art. 60 da Lei 8.213/91.

Precedente: 2007.51.60.001991-7/01.

\*Aprovado na Sessão Conjunta das Turmas Recursais, realizada em 29/4/2010 e publicado no e-DJF2R de 12/5/2010, págs. 393/395."

Assim, levando em consideração o entendimento da Turma Nacional de Uniformização e o Enunciado 85 das TRRJ, que, em nada são alterados, com a nova redação do artigo 60 da Lei 8213/91, sequer conheço do pedido de uniformização nacional.

É como voto.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização em não conhecer do incidente de uniformização nacional, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.  
Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

LUIS EDUARDO BIANCHI CERQUEIRA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501894-83.2014.4.05.8310

ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernam-

buco

REQUERENTE: MARIA JOSÉ MARTINS DA SILVA  
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA  
OAB: PE-573-A

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO

ANDREOTTI SPIZZIRRI

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. INEXISTÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. CONTRARIEDADE À JURISPRUDÊNCIA DO C. STJ OU DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES NÃO DEMONSTRADA. INVIABILIDADE DE REEXAME DE PROVA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização nacional de jurisprudência interposto em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, confirmando a sentença de parcial procedência, indeferiu o pedido de fixação da DIB na DER (15/07/2010), mantendo-a na data indicada no laudo pericial como de constatação da incapacidade definitiva (05/12/2014).

2. A suscitante alega contrariedade do acórdão à jurisprudência do STJ, que reconhece devido o benefício a contar da DER ou, na ausência deste, da data da citação, bem como divergência com decisão proferida pela TR1/GO, a qual determina que havendo dúvida quanto ao momento em que os requisitos foram devidamente satisfeitos, a DIB deve fixar-se na DER.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Inexiste similitude fático-jurídica entre os acórdãos confrontados. Ao que se colhe da transcrição do suscitante quanto ao julgamento do C. STJ "a jurisprudência do STJ é firme no sentido de que o termo inicial para concessão de benefício assistencial, em regra, deve ser fixado na data do requerimento" (grifou-se), não havendo alusão ao quadro fático que ensejou o julgamento e tampouco o necessário cotejo analítico de modo a evidenciar particularidade que, faticamente, tornaria o caso semelhante ao do paradigma. Já no julgado da 1ª TR/GO, embora fundamentada a fixação da DIB na DER, foi motivada em circunstância não evidenciada no caso concreto. Enquanto no paradigma foi declarada a ausência de prova pelo INSS de que na DER a parte não satisfazia os requisitos legais, restando privilegiado o princípio in dubio pro misero; no acórdão recorrido foi expressamente afirmado que "o termo inicial do benefício deve ser a data da incapacidade definitiva, tendo em vista que somente nessa época foi possível comprovar o preenchimento concomitante de ambos os requisitos para concessão do benefício, não havendo evidências, ainda, de que o suporte fático evidenciado no auto de constatação seja o mesmo de há 05 (cinco) anos atrás."

5. Incidente, ademais, cujo acolhimento demandaria reexame da prova, vedado pela Súmula nº 42.

6. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela autora.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0502512-61.2014.4.05.8105

ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: JOCELIO ALVES CORDEIRO

PROC./ADV.: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO

OAB: CE-10101

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUIS EDUARDO

BIANCHI CERQUEIRA

#### EMENTA

AUXÍLIO-DOENÇA. LAUDO PERICIAL NÃO VERIFICA A EXISTÊNCIA DE INCAPACIDADE, INEXISTINDO SEQUELAS DO ACIDENTE. A SENTENÇA JULGA O PEDIDO IMPRO-

CEDENTE. O ACÓRDÃO DA SEGUNDA TURMA RECURSAL DO CEARÁ NEGA PROVIMENTO AO RECURSO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO ALEGA DIVERGÊNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, TANTO PELA FALTA DE INTIMAÇÃO DO LAUDO, QUANTO PELA FALTA DE ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS E SOCIAIS. QUESTÃO DE ORDEM 13 DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

Trata a presente ação de pedido de concessão de benefício por incapacidade, tendo o laudo pericial deixado de verificar a existência de incapacidade laboral ou para a vida independente, existindo seqüelas do acidente.

A sentença, então, julga o pedido improcedente, sendo mantida pela Segunda Turma Recursal do Ceará.

O incidente de uniformização alega divergência com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, tanto pela falta de intimação, após a juntada do laudo pericial, quanto pela falta de análise das condições pessoais e sociais do Autor, com base nos seguintes paradigmas, verbis:

"PROCESSO CIVIL. CERCEAMENTO DE DEFESA. SENTENÇA PROFERIDA LOGO APÓS JUNTADA DO LAUDO PERICIAL SEM QUE UMA DAS PARTES DELE TIVESSE CIÊNCIA. Se o laudo pericial influenciou o julgamento da causa, sua juntada aos autos sem o conhecimento da parte que sucumbiu implica a nulidade do processo - nada importando que o respectivo assistente técnico dele tivesse ciência, porque só o advogado representa o litigante em Juízo. Recurso especial conhecido e provido.(RESP 275686/PR; RECURSO ESPECIAL; 2000/0089195-9; DJ:04/12/2000 PÁG:00065; RELATOR: MIN. ARI PARGENDLER; DATA DA DECISÃO: 23/10/2000; 3ª TURMA; UNANIMIDADE)."

"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. EXAME PERICIAL. REALIZAÇÃO. JUNTADA AOS AUTOS DO LAUDO. VISTA ÀS PARTES. NECESSIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE PROFERIR SENTENÇA SEM DAR OPORTUNIDADE ÀS PARTES DE IMPUGNAÇÃO. PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO. LEI N. 10.358/2001. NOVA REDAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 433 CPC. DOUTRINA. RECURSO PROVIDO.

I - O princípio do contraditório, garantia constitucional, serve como pilar do processo civil contemporâneo, permitindo às partes a participação na realização do provimento.

II - Apresentado o laudo pericial, é defeso ao juiz proferir desde logo a sentença, devendo abrir vista às partes para que se manifestem sobre o mesmo, sob pena de violação do princípio do contraditório . III - A Lei n. 10.358, que passou a exigir expressamente a intimação das partes a respeito do laudo pericial. (STJ; RESP 421342 / AM ; PROC: 2001/0198531-2; DJ:25/11/2002 PG:00240; RELATOR: MIN. SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA; DATA DA DECISÃO: 11/06/2002; 4ª TURMA, UNANIMIDADE)."

"Processo - REsp 965597 / PE - RECURSO ESPECIAL - 2007/0151676-9 - Relator(a) Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO (1133) - Órgão Julgador - T5 - QUINTA TURMA - Data do Julgamento - 23/08/2007 - Data da Publicação/Fonte - DJ 17.09.2007 p. 355.

#### Ementa

PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. NÃO VINCULAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIA SÓCIO-ECONÔMICA, PROFISSIONAL E CULTURAL FAVORÁVEL À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO.

1. Os pleitos previdenciários possuem relevante valor social de proteção ao Trabalhador Rural Segurado da Previdência Social, devendo ser, portanto, julgados sob tal orientação exegética.

2. Para a concessão de aposentadoria por invalidez devem ser considerados outros aspectos relevantes, além dos elencados no art. 42 da Lei 8.213/91, tais como, a condição sócio-econômica, profissional e cultural do segurado.

3. Embora tenha o laudo pericial concluído pela incapacidade parcial do segurado, o Magistrado não fica vinculado à prova pericial, podendo decidir contrário a ela quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como no presente caso.

4. Em face das limitações impostas pela avançada idade (72 anos), bem como por ser o segurado semi-analfabeto e rurícola, seria utopia defender sua inserção no concorrido mercado de trabalho, para iniciar uma nova atividade profissional, pelo que faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez.

5. Recurso Especial não conhecido.

#### Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da QUINTA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, não conhecer do recurso. Os Srs. Ministros Jane Silva (Desembargadora convocada do TJ/MG), Felix Fischer, Laurita Vaz e Arnaldo Esteves Lima votaram com o Sr. Ministro Relator."

É o relatório.

Inicialmente, seria de se conhecer, apenas parcialmente, do pedido de uniformização, porque a Turma Nacional de Uniformização apenas decide sobre alegações de direito material, não sobre direito processual.

Desse modo, a questão da alegada falta de intimação sobre o laudo pericial, não é matéria para ser apreciada em uniformização de jurisprudência.

De qualquer modo, o entendimento majoritário é que, em sede de julgados especiais federais, não há nulidade, na falta dessa intimação, por conta das especificidades do sistema.

Porém, no que se refere à alegação de falta de análise das condições pessoais, não deve ser conhecido o incidente, por força da Questão de Ordem 13 da Turma Nacional de Uniformização, porque essa análise só deve ser feita, quando existir alguma espécie de incapacidade, nos termos da Súmula 77 do mesmo ente.

É por essa razão que a imensa maioria dos julgados da Turma Nacional de Uniformização apenas realiza esse exercício de avaliação das condições sócio-econômicas e pessoais, no caso de incapacidade parcial, verbis:

"Processo PEDILEF 05094982120114058013

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL

Relator(a)

JUIZ FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

Sigla do órgão

TNU

Fonte

DOU 19/02/2016 PÁGINAS 238/339

Decisão

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

#### Ementa

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS DO SEGURADO. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE. DESNECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM N.º 013 DESTA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora (evento 33) em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos JEFs da Seção Judiciária do Estado de Alagoas (evento 30), cujo teor é o seguinte: PREVIDENCIÁRIO. INCAPACIDADE PARA A ATIVIDADE HABITUAL. INEXISTÊNCIA. MERA LIMITAÇÃO. DIREITO A AUXÍLIO-DOENÇA OU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INEXISTÊNCIA. BENEFÍCIO RECEBIDO POR FORÇA DA SENTENÇA. IRREPETIBILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. - O direito ao auxílio-doença pressupõe: a) condição de segurado; b) cumprimento da carência de doze contribuições mensais, salvo nos casos previstos no art. 26, II; c) incapacidade para o trabalho ou atividade habitual por mais de quinze dias consecutivos (art. 59 da Lei nº 8.213/91). Para concessão da aposentadoria por invalidez é necessário que o segurado seja considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência (art. 42 da Lei nº 8.213/91). - Hipótese em que a perícia médica constatou que a parte autora, 47 anos, residente em Pindorama, é portadora de espondiloartrose (M47), destacando que há limitações para o exercício de atividades rurícolas durante crise algica, mas que não há incapacidade "por exemplo a semear a terra, ou mesmo cuidar de animais". Havendo apenas limitação para o exercício da atividade habitual, mas não incapacidade, tanto que alguns atos dela podem continuar a ser exercidos mesmo durante as crises algicas, não há direito ao benefício de auxílio-doença postulado. - "O laudo pericial goza de presunção de veracidade, de maneira que, não se apresentando qualquer elemento de prova objetivo e convincente que afaste tal presunção, deve ser utilizado para se apurar o grau de incapacidade do segurado" (AC 547.756, TRF-5, 4ª Turma, unânime, relator Des. Fed. Ivan Lira de Carvalho, DJE de 11/10/2012). A simples divergência de opiniões clínicas, sem respaldo em qualquer elemento concreto de prova, é insuficiente para afastar essa presunção, prevalecendo o laudo do perito judicial. - Recurso parcialmente provido, determinando-se a cessação do benefício implantado, mas com a ressalva da irrepetibilidade das parcelas já pagas, eis que de natureza alimentar e percebidas de boa-fé. Sustenta a parte autora, em síntese, que lhe deve ser concedido benefício por incapacidade, se consideradas as suas condições pessoais. Alega que a existência de incapacidade parcial gera o direito ao recebimento, ao menos, de auxílio-doença. Aponta como paradigma julgado da Primeira Turma Recursal dos JEFs da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte (processo n.º 0510399-89.2011.4.05.8400). Invoca o teor da Súmula n.º 047 deste colegiado. 2. O Min. Presidente desta TNU admitiu o pleito de uniformização. 3. Para a concessão de benefício por incapacidade lato sensu, a análise das condições pessoais do segurado mostra-se possível, desde que haja ao menos incapacidade parcial. E, de fato, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça aponta no sentido de que, ainda que o laudo pericial tenha concluído pela incapacidade parcial para o trabalho, pode o Magistrado considerar outros aspectos relevantes, tais como a condição sócio-econômica, profissional e cultural do segurado, para a concessão da aposentadoria por invalidez (AgRg no AREsp 308378 / RS, Primeira Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 21/05/2013; AgRg no AREsp 96207 / BA, Quinta Turma, Rel. Exma. Sra. MIna. MARILZA MAYNARD, DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ / SE, DJe 19/10/2012; AgRg no AREsp 136474 / MG, Primeira Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 29/06/2012; dentre outros julgados): PROCESSUAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ACÓRDÃO EMBASADO EM OUTROS ELEMENTOS ALÉM DO LAUDO PERICIAL. POSSIBILIDADE. 1. Na análise da concessão da aposentadoria por invalidez, o magistrado não está adstrito ao laudo pericial, devendo considerar também aspectos socioeconômicos, profissionais e culturais do segurado a fim de aferir-lhe a possibilidade ou não de retorno ao trabalho. A invalidez laborativa não decorre de mero resultado de uma disfunção orgânica, mas da somatória das condições de saúde e pessoais de cada indivíduo. Precedentes. 2. (...). 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 196053 / MG, Segunda Turma, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJe 04/10/2012) (grifei) AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. NÃO VINCULAÇÃO AO LAUDO PERICIAL. OUTROS ELEMENTOS CONSTANTES DOS AUTOS. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO. INCAPACIDADE DEFINITIVA. CUMPRIMENTO DE REQUISITO LE-

GAL. SÚMULA Nº 7/STJ. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o magistrado não está adstrito ao laudo, devendo considerar também aspectos sócio-econômicos, profissionais e culturais do segurado a fim de aferir-lhe a possibilidade ou não, de retorno ao trabalho, ou de sua inserção no mercado de trabalho, mesmo porque a invalidez laborativa não é meramente o resultado de uma disfunção orgânica, mas uma somatória das condições de saúde e pessoais de cada indivíduo. 2. (...). 3. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no AREsp 81329 / PR, Quinta Turma, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 01/03/2012) (grifei) Esta TNU entende que o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual (Súmula n.º 077). Contrário sensu, se for verificada a existência de incapacidade "para a sua atividade habitual" (incapacidade, no mínimo, parcial, portanto), devem ser analisadas, para fins de deferimento de aposentadoria por invalidez, as condições pessoais da parte autora (Súmula n.º 047 desta TNU): PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL QUE ATESTA A CAPACIDADE LABORAL. DESVINCULAÇÃO DO JUIZ EM RELAÇÃO AO LAUDO PERICIAL. PRINCÍPIO DO CONVENCIMENTO MOTIVADO. AUSÊNCIA DE HIERARQUIA ENTRE OS MEIOS DE PROVA. INCIDENTE NÃO PROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, reformando a sentença, deferiu a concessão do pagamento de diferenças relativas a auxílio-doença. 2. O aresto combatido considerou que estava presente o requisito à concessão/restabelecimento de auxílio-doença, não obstante o apontamento pelo laudo pericial judicial da capacidade permanente da parte-autora para o trabalho. 3. O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu(ram) ser incabível a aposentadoria no caso de laudo pericial judicial indicativo da inexistência da incapacidade laborativa. 4. Na decisão de admissibilidade, proferida pela Presidência desta TNU, apontou-se que "há a divergência suscitada", porquanto o acórdão recorrido e os paradigmas teriam tratado da questão de forma contrastante. 5. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º). 6. Inicialmente, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e alguns dos precedentes apresentados. 7. Explico: 8. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, reformando a sentença, concedeu a aposentadoria por invalidez, sob o seguinte fundamento (da sentença, mantida por seus próprios fundamentos): "A autora foi submetida à perícia médica na especialidade Clínica Geral, tendo sido constatada a inexistência de incapacidade atual. Como a perita não havia se manifestado expressamente sobre o período pleiteado na inicial, foi determinada a apresentação de esclarecimentos, conforme impugnação da parte autora. A perita assim se manifestou: 'Com base na documentação médica anexada ao processo, é possível afirmar que no período de 08/12/2006 a 08/04/2007 não houve incapacidade. Os laudos de exames laboratoriais deste período somente apresentam alterações dos níveis de Fator Reumatóide, compatível com a doença de que a autora é portadora - Artrite Reumatóide. As demais provas funcionais encontram-se dentro dos limites da normalidade.' Contudo, com fundamento no art. 436 do Código de Processo Civil, entendo que o benefício é devido no período pleiteado. Isso, pois verifico que, conforme dados do sistema Dataprev anexados aos autos nesta data, na concessão do segundo benefício à autora, o próprio INSS reconheceu que como data de início da incapacidade 16.11.03. Além disso, há nos autos declaração da empresa empregadora em 02.04.07 indicando o afastamento desde 2003." (grifei) 9. Nos dois primeiros casos apontados como paradigmas (RESP. 231.093/SP e AgReg no RESP. 674.036/PB), se entendeu ausente o direito à concessão da aposentadoria por invalidez, em razão do reconhecimento da incapacidade apenas parcial. 10. Portanto, não há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que não se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/incapacidade total) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente), mas sim partiram os órgãos julgadores, nos casos citados, de fatos diversos: no caso dos autos, entendeu-se ser a incapacidade total, nos precedentes do STJ, a incapacidade reconhecida foi apenas parcial, de modo que não há como compararem-se os julgamentos, para efeito de interposição do presente incidente de uniformização. 11. Quanto ao julgado representado pelo Processo nº 0503691-82.2009.4.05.8500, indicado como precedente da lavra da "Primeira Turma do Juizado Especial Federal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região", conheço-o, embora ausente o inteiro teor e a correta indicação do órgão julgador, uma vez que possível a verificação da sua autenticidade por consulta virtual. 12. Quanto ao paradigma, há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/ laudo pericial que atesta a capacidade laborativa) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido não se acolheu a conclusão do laudo judicial; no paradigma o laudo pericial serviu de fundamento ao indeferimento do pedido. 13. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação. 14. De início, aponte-se que a vedação ao reexame de prova (Súmula 42/TNU) não impede que se conheça de incidente de uniformização cuja controvérsia centre-se na



valoração da prova segundo os critérios jurídicos adotados por esta Corte. 15. Em outras palavras, quando a divergência referir-se à prova em tese (analisada em abstrato) é caso de valoração (passível de exame pela TNU), quando, porém, a divergência referir-se à aplicação in concreto da prova é o caso de reexame da prova, incidindo na vedação contida na Súmula 42 desta Corte. 16. No caso dos autos, a questão refere-se, a meu sentir, na natureza do laudo pericial judicial, se absoluta ou relativa, não se constituindo, assim, a questão em reexame da prova, mas em análise de matéria adstrita à valoração da prova em tese. 17. Neste sentido, entendo que a questão possui solução no próprio texto da lei processual, na medida em que o art. 436 do CPC é taxativo ao dispor que "o juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos". 18. O princípio que ali se consagra é o do convencimento motivado do julgador, sem prévia classificação tarifária das provas. 19. Evidentemente que, sendo decisão judicial, o afastamento da conclusão do laudo pericial deve vir assentada em exposição de motivos (art. 93, IX, da Constituição Federal), o que, no caso em exame, ocorreu, uma vez que a Turma Recursal de origem fundamentou a opção pelo reconhecimento da incapacidade da parte-autora nas circunstâncias desta ter havido reconhecimento administrativo pelo INSS da data de início da incapacidade e declaração da empresa empregadora atestando o afastamento da empregada (parte-autora). 20. Portanto, o não acolhimento da prova pericial, além de ter previsão legal, deu-se sob suficiente motivação, pelo que não há que se afastar a conclusão do julgamento recorrido, uma vez que não há hierarquia entre as provas lícitamente produzidas, não sendo o caso de adentrar-se no conteúdo da prova sob pena de, aí sim, ocorrer reexame de matéria fática. 21. Consigne-se que este Colegiado já teve oportunidade de examinar matéria semelhante a aqui versada, concluindo pelo reconhecimento a liberdade do órgão julgador quanto à apreciação motivada do laudo pericial: "PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE TOTAL E DEFINITIVA PARA O TRABALHO E INSUSCETIBILIDADE DE REABILITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE QUE GARANTA A SUBSISTÊNCIA. CONDIÇÕES PESSOAIS. RESTABELECIMENTO DO BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA. SÚMULA 47 TNU. PROVIMENTO. 1. A sentença julgou procedente a pretensão do autor, determinando a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez, entendendo que, apesar de a perícia haver concluído pela incapacidade da autora apenas para as atividades habituais e possibilidade de reabilitação para o exercício de outras atividades laborativas, do ponto de vista médico, as condições pessoais e sociais da parte, tais como idade e grau de instrução, na prática, torna inviável sua reabilitação. O acórdão recorrido deu provimento ao recurso interposto pelo INSS, sob o fundamento de que "malgrado" as considerações da sentença a respeito da inviabilidade da reabilitação do autor em virtude das suas condições pessoais e sociais, o laudo da perícia judicial teria sido" categórico ao afirmar que o recorrido está incapaz parcial e permanentemente, podendo ser habilitado para outras funções que não demandem esforço físico. Diante disso, o benefício de aposentadoria por invalidez deve ser substituído pelo auxílio-doença". 2. Comprovada a similitude e a divergência entre o acórdão recorrido e os paradigmas desta Turma Nacional de Uniformização (PEDILEF 200381100055548, Relator JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO, DJ 19/03/2010; PEDILEF 200636009037918, relator JUIZ FEDERAL DERIVALDO DE FIGUEIREDO BEZERRA FILHO, DJ 17/12/2009; PEDILEF 200636009072110, Relator JUIZ FEDERAL DERIVALDO DE FIGUEIREDO BEZERRA FILHO, DJ 05/05/2010), tem cabimento o incidente de uniformização. 3. Há entendimento pacificado por esta Turma Nacional de Uniformização, a exemplo da Súmula Nº 47 TNU, reconhecendo a possibilidade de extensão da incapacidade parcial quando, da análise das condições pessoais, se extrair a inviabilidade de reinserção ao mercado de trabalho: Uma vez reconhecida a incapacidade parcial para o trabalho, o juiz deve analisar as condições pessoais e sociais do segurado para a concessão de aposentadoria por invalidez. 4. Para a concessão de aposentadoria por invalidez devem ser considerados outros aspectos relevantes, além dos elencados no art. 42 da Lei 8.213/91, tais como, a condição sócio-econômica, profissional e cultural do segurado. 5. Embora tenha o laudo pericial concluído pela incapacidade parcial do segurado, o Magistrado não fica vinculado à prova pericial, podendo decidir contrário a ela quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como no presente caso. 6. No caso em tela, diante do princípio do livre convencimento, o juízo a quo entendeu pela impossibilidade de reinserção da parte autora ao mercado de trabalho em face das limitações impostas pelo baixo grau de escolaridade, pela falta de experiência profissional além de atividades que demandem esforço físico como agricultora, doméstica e auxiliar de cozinha. Concluiu que seria utopia defender a inserção do segurado no concorrido mercado de trabalho, para iniciar uma nova atividade profissional, motivo pelo qual entendeu fazer jus à concessão de aposentadoria por invalidez. 7. Incidente de Uniformização conhecido e provido" (PEDILEF nº 50032658120124047104, rel. Juiz Federal André Carvalho Monteiro, j. 16.08.2013). 22. Em conclusão, é o caso de conhecer-se do incidente, porém, negando-lhe provimento. (PEDILEF 00818615420074036301, Rel. Juiz Federal SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, DOU 09/10/2015 PÁGINAS 117/255) (grifei) INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. RESTABELECIMENTO DO AUXÍLIO-DOENÇA. POSTULAÇÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE PARCIAL PARA O TRABALHO. NECESSIDADE DE EXAME DAS CONDIÇÕES PESSOAIS E SOCIAIS (SÚMULA TNU N. 47). TEMA NÃO ENFRENTADO NA SENTENÇA E NO ACÓRDÃO. QUESTÃO DE ORDEM TNU N. 20. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. ACÓRDÃO ANULADO. 1. Sentença de parcial procedência do pedido, para determinar o restabelecimento do benefício de auxílio-doença, mantida pela Turma Recursal do Rio Grande do

Sul por seus próprios e jurídicos fundamentos. 2. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora, sob a alegação de que o acórdão recorrido é divergente do entendimento da TNU, da Turma Recursal do Paraná, do STJ e do TRF da 3ª Região que, segundo diz, na análise do pedido de aposentadoria por invalidez, consideram as condições pessoais do segurado. Argumenta, também, que a perícia deixou de indicar uma segunda patologia por ela apontada, o que não foi considerado no julgado singular. 3. Incidente não admitido na origem ao fundamento da impossibilidade de reexame do conjunto probatório, consoante súmula n. 42/TNU. 4. O incidente de uniformização, com efeito, merece ser conhecido. 5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça. 6. Como decorrência lógica, os julgados dos Tribunais Regionais Federais não servem como paradigma em incidente de uniformização (TNU, PEDILEF 200772510014642, Rel. Juíza Federal Simone dos Santos Lemes Fernandes, DOU 01/06/2012), pelo que deixo de considerar o apontado paradigma do TRF3. 7. O argumento relativo à ausência de apontamento de uma segunda patologia no laudo pericial e, portanto, não considerada nos julgados posteriores, consubstancia nítida inovação em sede recursal. Explico. A questão não foi argüida no recurso inominado nem tampouco nos embargos, o que impede pronunciamento a seu respeito, consoante enunciado da Questão de Ordem / TNU n. 10. 8. De outro lado, esta TNU assentou entendimento no sentido de que "Uma vez reconhecida a incapacidade parcial para o trabalho, o juiz deve analisar as condições pessoais e sociais do segurado para a concessão de aposentadoria por invalidez." (Súmula TNU n. 47). Ocorre que o magistrado singular limitou-se a reconhecer a incapacidade parcial para o trabalho, sem manifestar-se quanto às condições pessoais e sociais da autora, no que foi seguido pela Turma Recursal. Considerando o disposto na Questão de Ordem TNU n. 20, a anulação da sentença e do acórdão é medida que se impõe, a fim de viabilizar a apreciação dessa matéria. 9. Ante o exposto, conheço e dou provimento ao recurso para decretar a nulidade do acórdão, oportunidade em que determino o retorno dos autos à origem para que o caso seja reapreciado pela Turma a partir da baliza acima fixada. (PEDILEF 201071580156203, Rel. Juiz Federal PAULO ERNANE MOREIRA BARROS, DOU 25/04/2014 SEÇÃO 1, PÁGINAS 88/193) (grifei) Sem adentrar no exame das condições pessoais em si da parte autora - porquanto, isso sim, seria reexaminar o conjunto fático-probatório já analisado pelas instâncias ordinárias, o que se mostra vedado por meio da Súmula n.º 042 desta TNU em sede de processo objetivo de incidente de uniformização -, apenas verificando a sentença e o acórdão, unicamente, constato que, neste último (evento 30), concluiu-se pela inexistência de incapacidade do demandante: - Hipótese em que a perícia médica constatou que a parte autora, 47 anos, residente em Pindorama, é portadora de espondilartrose (M47), destacando que há limitações para o exercício de atividades rurícolas durante crise algica, mas que não há incapacidade "por exemplo a semear a terra, ou mesmo cuidar de animais". Havendo apenas limitação para o exercício da atividade habitual, mas não incapacidade, tanto que alguns atos dela podem continuar a ser exercidos mesmo durante as crises algicas, não há direito ao benefício de auxílio-doença postulado. (grifei) Ora, como não há ao menos incapacidade parcial, entendo que não seja o caso de análise das condições pessoais da parte autora para fins de concessão de benefício por incapacidade, nos termos da jurisprudência deste colegiado. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ATIVIDADE DE RURÍCOLA. PERÍCIA MÉDICA APONTA AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE, REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 77 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal do Ceará, o qual confirmou a sentença que julgou improcedente o pedido da parte autora, diante da ausência de incapacidade constatada na perícia médica. 2. Interposto incidente de uniformização pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega, em síntese, que se encontra incapacitada para o exercício de atividade laboral, e que para a aferição da incapacidade, faz-se necessária a análise das condições sócio-econômicas, conforme entendimento da TNU. 3. Incidente não admitido origem, cujo deslinde para a TNU só ocorra via agravo. 4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. 5. O incidente não merece ser conhecido. 6. Infere-se do Acórdão recorrido menção expressa ao cotejo fático-probatório baseado na perícia médica judicial realizada por oftalmologista onde não se constata a incapacidade da parte autora. 7. Como se vê, a Turma Recursal de origem, consonante às provas coligidas aos autos realizou detida análise das circunstâncias probatórias ao firmar a decisão. Desse modo, a teor das razões recursais resta imperativa reavaliar a instrução fático-probatória para balizar a sua tese, frente a documentos de versões colidentes. Tal assertiva implica, por óbvio, na incidência da Súmula nº 42 desta Corte Uniformizadora ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato"). Deveras, tal como o Superior Tribunal de Justiça não ter como missão o julgamento ordinário de fatos em sede de recurso, a mesma máxima é aplicável a essa Corte. Interpretação contrária implicaria em submeter esse colegiado a terceira instância ordinária, para reavaliar fatos à luz da concepção valorativa do julgador. 8. Ademais, conforme

dispõe a Súmula nº 77 deste Colegiado, "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual. 9. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido. (PEDILEF 05125046620114058100, Rel. Juiz Federal DOUGLAS CAMARINHA GONZALES, DOU 03/07/2015 PÁGINAS 116/223) (grifei) Como o requerente pretende uniformizar tese contrária ao entendimento deste colegiado, não é o caso de conhecimento deste pleito, nos termos da Questão de Ordem n.º 013 desta TNU. 4. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora não merecer ser conhecido.

Data da Decisão  
11/12/2015  
Data da Publicação  
19/02/2016" (grifa-se).  
"O julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual". (grifa-se).  
Ou seja, se houver uma incapacidade para a atividade habitual, que seja permanente, ou seja, uma incapacidade parcial e permanente, deverá o julgador realizar a análise das condições sociais e pessoais.

Não é aplicada no caso de ausência de incapacidade. Assim, no entender da Relatoria, deve ser interpretada a Súmula 77.  
Por isso, não conheço do incidente de uniformização.  
É como voto.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização em não conhecer do incidente de uniformização nacional, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.  
Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

LUIS EDUARDO BIANCHI CERQUEIRA  
Juiz Federal Relator  
PROCESSO: 0502712-50.2014.4.05.8402  
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE  
REQUERENTE: EWERTON JOWEN LOPES DA SILVA  
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA  
OAB: RN-560-A  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REPRESENTANTE LEGAL: FRANCINALDA LOPES DA SILVA  
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA  
OAB: RN-560-A  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. INEXISTÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. CONTRARIEDADE À JURISPRUDÊNCIA DO C. STJ OU DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES NÃO DEMONSTRADA. INVIABILIDADE DE REEXAME DE PROVA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização nacional de jurisprudência interposto pelo autor em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, confirmando a sentença quanto ao ponto impugnado, indeferiu o pedido de fixação da DIB na DER (09/06/2011), mantendo-a na data do laudo socioeconômico (29/03/2015), conforme fixado na sentença.

2. O suscitante alega contrariedade do acórdão à jurisprudência do STJ e divergência com decisão proferida pela TR1/MT, as quais determinam que o termo inicial do benefício deve ser fixado na DER.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Inexiste similitude fático-jurídica entre os acórdãos confrontados. De acordo com a transcrição do suscitante, o julgamento do C. STJ expressa que "O termo inicial para o benefício assistencial previsto no art. 203, V, da CF e no art. 20 da Lei nº 8.742/93, quando inexistente nos autos requerimento administrativo ao INSS, é a data da juntada do laudo médico-pericial em juízo.". Embora a aplicação ao caso concreto se dê contrário sensu, importa reconhecer que não há, propriamente, alusão ao quadro fático que ensejou a decisão e tampouco o postulante promoveu o necessário cotejo analítico de modo a evidenciar particularidade que, faticamente, tornaria o caso assemelhado ao do paradigma. Por fim, quanto ao julgado da 1ª TR/MT, tem-se que a fixação da DIB na DER foi motivada pelo fato de que nesta data o postulante já cumpria os requisitos ensejadores do LOAS (idade mínima e miserabilidade), enquanto que no caso concreto, a fundamentação tem causa diversa, expressamente destacada no julgamento (houve alteração do grupo familiar, de modo que somente se aferiu o preenchimento do requisito quando da realização da inspeção social).

5. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pelo autor.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pelo autor, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503472-15.2013.4.05.8311

ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

REQUERENTE: SEVERINO PEDRO DE LIMA

PROC./ADV.: BRUNO BAPTISTA

OAB: PE19.805

PROC./ADV.: ALEXANDRE VASCONCELOS

OAB: PE-20304

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA

## EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO. RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. NECESSIDADE DE SER CORROBORADA POR OUTROS MEIOS DE PROVA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 22. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. SÚMULA Nº 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pelo Autor em face Acórdão proferido pela Segunda Turma Recursal de Pernambuco, que ratificou os fundamentos da Sentença que afastou o reconhecimento do período de 01.01.1977 a 06.03.1980 como tempo de serviço.

2. Eis os fundamentos do Acórdão, in verbis:

(...) O autor pugna pelo reconhecimento do período de 01.01.1977 a 06.03.1980, trabalhando no mesmo empregador (ENGENHO MATAS), onde o ora recorrente obteve o reconhecimento do vínculo por meio de demanda trabalhista ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho (anexo 3).

Entendo que não merece alteração a sentença, cujos fundamentos acolho e peço vênha para transcrever parcialmente:

"No caso tem tela, trata-se de anotação levada a efeito por força de sentença proferida na Justiça do Trabalho, em litúgio envolvendo exclusivamente o postulante e o antigo empregador. Em casos deste jaez, a jurisprudência orienta-se no sentido de sentença trabalhista pode ser considerada como início de prova material, ainda que o INSS não tenha integrado a respectiva lide (AGRESP 200701361368), devendo ser corroborada por outros elementos de prova durante a instrução. Na hipótese, a meu ver, o autor não se desincumbiu satisfatoriamente do ônus de confirmar o início de prova material, senão vejamos.

As testemunhas ouvidas, em discurso harmônico, informaram que o autor ingressou nos quadros da empresa reclamada na lide trabalhista ainda quando de menor (menos de 14 anos). Disseram, também, de forma linear e sem maiores discordâncias, que o trabalho se iniciava de forma clandestina, quando o trabalhador era admitido na empresa com menos de 14 (quatorze) anos e, somente a partir desta idade, passava a ser "fichado".

Acontece que, conforme se denota da CTPS do autor, o registro contemporâneo ao vínculo ocorreu apenas quando o autor completou 19 (dezenove) anos, situação que não se coaduna com a justificativa dada pelas testemunhas para a falta de registro laboral na época própria na CTPS do autor. Ademais, ambas não souberam explicar o porquê dele só ter tido seu vínculo registrado cinco anos depois de ter atingido os quatorze anos, sequer apontando hipóteses excepcionais de registro extemporâneo de CTPS.

Nesse caso, de forma excepcional, entendo que o registro em CTPS por força de sentença proferida em lide trabalhista cede espaço à prova negativa do vínculo laboral produzida na audiência de instrução, de sorte a tornar inviável a pretensão autoral.

Deste modo, a documentação apresenta-se bastante confusa e não serve para comprovar a existência do vínculo que supostamente teria se iniciado em 1980. A reclamação trabalhista foi ajuizada em 1991 e a anotação ocorreu em CTPS emitida em 2001, muitos anos depois, portanto."

Na hipótese, a documentação anexada aos autos pela parte autora não serve para comprovar a existência do vínculo. Este supostamente teria se iniciado muitos anos antes do ajuizamento da reclamação trabalhista, o que ocorreu apenas em 1991. Ademais, a anotação do contrato de trabalho foi realizada em CTPS emitida em 2001, muitos anos depois, portanto. (...).

3. Insurge-se a recorrente, no entanto, em face do aludido julgado, aduzindo que o entendimento nele esposado está em desconformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual a Sentença proferida em sede de Reclamatória Trabalhista configura início válido de prova material para fins previdenciários.

4. Para ilustrar a divergência, apresenta os seguintes julgados, in verbis:

PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADORA RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. SENTENÇA TRABALHISTA E CONTRATO DE TRABALHO

CORROBORADOS POR ROBUSTA PROVA TESTEMUNHAL. 1. Nos termos do art. 55, § 3º, da Lei n. 8.213/91, para o fim de obtenção de benefício previdenciário de aposentadoria rural por idade, a prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação do trabalho rural. A comprovação do exercício de atividade para fins previdenciários pressupõe o que a norma denomina de início da prova material. 2. Todavia, não é necessário que a prova material seja referente a todo o período de carência, se este for demonstrado por outros meios, como por exemplo, os depoimentos testemunhais. 3. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a sentença trabalhista pode ser considerada como início de prova material, desde que fundada em elementos que evidenciem o exercício da atividade laborativa no períodos alegados na exordial. 4. Hipótese em que o agravado juntou documentos suficientes, como um início da prova material do exercício da atividade rural complementado por prova testemunhal. Agravamento regimental improvido.(AGARESP 201300070222, HUMBERTO MARTINS, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:02/04/2013).

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SENTENÇA TRABALHISTA. ANOTAÇÃO EM CTPS E RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. QUALIDADE DE SEGURADO AFERIDA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. REVISÃO DO ATESTO RECORRIDO. SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO. 1. "O Superior Tribunal de Justiça consolidou sua jurisprudência no sentido de que a sentença homologatória proferida nos autos de Reclamação Trabalhista é válida como prova material para fins de reconhecimento do tempo de serviço" (AgRg no AREsp 88.427/MG, 5ª Turma, Rel. Min. Gilson Dipp, DJe de 23/4/2012). 2. Ademais, tendo em vista o óbice da Súmula n. 7/STJ, não há como revisar o acórdão recorrido, que, diante das provas carreadas aos autos, manteve a sentença reconhecendo a qualidade de segurado do falecido cônjuge da autora. 3. Agravamento regimental desprovido. (AgRg no AREsp 40.856/PR, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), QUINTA TURMA, julgado em 02/04/2013, DJe 05/04/2013).

5. Inadmitido o recurso pela Turma Recursal de origem, seu processamento foi admitido por decisão do Min. Presidente desta Turma Nacional de Uniformização.

6. Pois bem. Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questão de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei, sendo que o pedido fundado em divergência de turmas de diferentes Regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgada por Turma de Uniformização, integrada por Juizes de Turma Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.

7. In casu, do cotejo entre o julgado recorrido e os Acórdãos paradigma, verifico que não restou configurada a necessária divergência jurisprudencial acerca do fundamento esposado como ratio decidendi pela Turma Recursal de Origem.

8. Com efeito, é certo que a jurisprudência do eg. Superior Tribunal de Justiça, conforme se depreende dos precedentes citados, é firme no sentido de que a sentença proferida nos autos de Reclamação Trabalhista é válida como início de prova material para fins de reconhecimento do tempo de serviço.

9. Ocorre que, conforme também se extrai dos julgados apresentados pela parte autora, tal início de prova deve ser corroborado por outros elementos que evidenciem o exercício da atividade laborativa nos períodos alegados.

10. In casu, no entanto, conforme se depreende dos fundamentos do Acórdão recorrido, tanto a prova oral produzida em audiência quanto os demais documentos apresentados militaram em desfavor do teor da Sentença proferida na Reclamatória Trabalhista, ensejando, assim, o não reconhecimento do vínculo nela constante para fins previdenciários.

11. Conclui-se, pois, que conquanto a tese jurídica seja a mesma, o substrato fático dos precedentes paradigmas é distinto daquele dos presentes autos, situação que atrai, como corolário, a incidência da Questão de Ordem nº 22, desta Turma Nacional, segundo a qual é "possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

12. De se registrar, por derradeiro, que não há de se cogitar um revolvimento das provas produzidas nos presentes autos com vistas a sindicarem um eventual desacerto na análise promovida pelas instâncias a quo.

13. Isto porque o enunciado da Súmula nº 42 desta TNU é claro ao estabelecer que "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

14. Isto posto, NÃO CONHEÇO o incidente

15. É como voto.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA

Juiza Federal

## ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização decidiu, por unanimidade, acompanhar o entendimento sufragado pela Juiza Federal Relatora.

Brasília, data supra.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA

Juiza Relatora

PROCESSO: 0503519-07.2008.4.05.8200

ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA

REQUERENTE: HELOÍSA HELENA BARBOSA CABRAL

PROC./ADV.: JURANDIR PEREIRA DA SILVA

OAB: PB 5.334

PROC./ADV.: IVO CASTELO BRANCO PEREIRA DA

SILVA

OAB: PB-13351

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO

ANDREOTTI SPIZZIRRI

## EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. INEXISTÊNCIA DE INCAPACIDADE. CONTRARIEDADE NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE COM O PARADIGMA APONTADO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização nacional de jurisprudência interposto pela autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, confirmando sentença de improcedência, indeferiu o pedido de benefício assistencial por indemonstrado o requisito pessoal.

2. A suscitante alega que o acórdão contraria o entendimento firmado por esta TNU, de que de que a incapacidade parcial não configura óbice para a concessão do amparo, caso em que outras circunstâncias devem ser levadas em conta como o grau de instrução da parte e o meio social em que está inserida.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Não restou configurada contrariedade entre o acórdão recorrido e a jurisprudência da TNU. A despeito da admissão de que a autora possui nítida deficiência, o julgador a quo afastou, com base no laudo pericial e nas próprias informações prestadas pela parte em audiência, o alegado quadro de incapacidade, ao argumento de tratar-se de estudante do ensino médio cuja deficiência não a impede de crescer como pessoa e de se sair bem na escola, bem como de tratar-se de excelente aluna que nunca reprovou em nenhuma matéria, tendo avaliado, também, no julgamento de improcedência, as condições do grupo familiar no qual a postulante encontra-se inserida.

5. Inexiste, por outro lado, similitude entre o caso concreto e o paradigma apontado, no qual reconhecida, efetivamente, a incapacidade parcial do requerente e as circunstâncias pessoais favoráveis (faixa etária avançada; sem alfabetização; residência em zona rural de região pobre do país).

6. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela autora.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503939-65.2015.4.05.8103

ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: MÁRIA IRENE SAMPAIO

PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO

OAB: CE-7128

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO

ANDREOTTI SPIZZIRRI

## EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE DO SEGURADO ESPECIAL. INSUFICIÊNCIA DA PROVA DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE RURAL EM REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INVIABILIDADE DE REAPRECIÇÃO DA MATÉRIA DE FATO. SÚMULA Nº 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, confirmando a sentença, julgou improcedente o pedido de aposentadoria por idade rural, ante a ausência de prova do exercício de atividade em regime de economia familiar, pelo prazo exigido em lei.

2. A suscitante alega contrariedade do acórdão à jurisprudência dominante do STJ e dessa TNU, no ponto referente à valoração da prova juntada para demonstrar o exercício de atividade rural, tida como válida nos paradigmas.

3. O incidente de uniformização não merece ser conhecido.

4. Em que pese a suscitante refira contrariedade entre o julgamento recorrido e a jurisprudência dessa TNU e do STJ, fato é que a Turma de origem não endossou especificamente nenhuma tese em relação à qual o requerente tenha demonstrado divergência com decisões de turmas de diferentes regiões, ou contrariedade à jurisprudência dessa TNU ou ainda do C. STJ. Na hipótese vertente, ao que se colhe, diante dos indícios de insinceridade nas declarações da autora, frente ao teor do depoimento testemunhal prestado, o julgador de origem relativizou o valor probante dos documentos trazidos como início de prova material, fazendo-o no mais lítimo exercício dos postulados da persuasão racional do juiz. Resultado distinto para o julgamento somente se revelaria possível mediante reexame do conjunto probatório, o que se afigura vedado ante os termos da Súmula nº 42.



5. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela autora.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURIS-PRUDÊNCIA veiculado pela autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0504999-86.2014.4.05.8401  
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE  
REQUERENTE: LEIDIANA ARCANJO DA SILVA  
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURIS-PRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. CESSAÇÃO DA INCAPACIDADE E RETORNO AO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE REMUNERADA. REPETIÇÃO DE VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE A ESTE TÍTULO. POSSIBILIDADE. EVIDENCIADA MÁ-FÉ NO CASO CONCRETO. INVIABILIDADE DE REEXAME DE PROVA. SÚMULA Nº 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização nacional de jurisprudência interposto pela autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, confirmando a sentença, julgou improcedente os pedidos de declaração de inexistência de débito relativo à percepção indevida de benefício assistencial no período de 2008 a 2013, e de condenação do INSS a abster-se de exigir a repetição.

2. A suscitante alega contrariedade do acórdão à jurisprudência dominante desta TNU quanto à possibilidade da restituição de valores percebidos pela beneficiária, pagos por erro da administração.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. O alegado dissenso jurisprudencial não restou devidamente demonstrado pela postulante, nos termos do art. 15, I, do RITNU, por ausência de similitude fático-jurídica entre o julgado recorrido e o paradigma apontado. Ao que se colhe da transcrição da suscitante, consta no paradigma que embora a TNU tenha jurisprudência assente de que os valores recebidos em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no recebimento, naquele caso restou comprovado que o erro quanto ao pagamento do benefício partiu da Administração, e que a parte não contribuiu para a conduta. Diferentemente, o julgamento que ensejou o presente incidente de uniformização, em soberana análise da prova, afastou a pretensão da autora reconhecendo expressamente que o fato de a postulante, titular de benefício assistencial desde 09/2000, ter retornado ao trabalho em 2008 em razão da melhora do estado de saúde (término do quadro incapacitante) e de ter permanecido recebendo o benefício assistencial até 2013, caracteriza sobrejamente a má-fe, autorizando o procedimento de repetição dos valores.

5. A desconstrução desse entendimento demandaria necessariamente reexame da prova, o que é vedado pela Súmula nº 42.

6. Em face do exposto, não conheço do presente incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela autora.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURIS-PRUDÊNCIA veiculado pela autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0505389-50.2014.4.05.8015  
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS  
REQUERENTE: DAIANE DE OLIVEIRA  
PROC./ADV.: IGOR SURUAGY CORREIA MOURA  
OAB: AL-7 429  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURIS-PRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. DISCUSSÃO SOBRE O PREENCHIMENTO DO REQUISITO SOCIOECONÔMICO. EXCLUSÃO DE BENEFÍCIO DE VALOR MÍNIMO RECEBIDO POR IDOSO. RENDA PER CAPITA. INEXISTÊNCIA DE PRESUNÇÃO ABSOLUTA. EXAME AMPLO DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. REEXAME DE PROVA. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização nacional de jurisprudência interposto pela autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, confirmando a sentença, julgou improcedente o pedido de benefício assistencial por indemonstrado o preenchimento do requisito financeiro.

2. A suscitante alega que o acórdão contraria a jurisprudência dominante do STJ, segundo a qual a renda do idoso deve ser desconsiderada na composição da renda familiar, e o limite de ¼ do salário-mínimo per capita não configura critério absoluto.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Diferentemente do alegado pela suscitante, o julgamento de improcedência desconsiderou um dos benefícios de valor mínimo recebido pela genitora da suscitante (titular de benefícios de aposentadoria e de pensão por morte), com quem compõe o núcleo familiar, bem como não se encontra fundado no valor absoluto da renda familiar para extrair sua conclusão. Ao que se verifica, foi construído a partir da análise ampla das circunstâncias do caso concreto (condições favoráveis de habitação; núcleo familiar reduzido; suficiência dos recursos remanescentes para o sustento), consoante recomenda a jurisprudência dominante do STJ, a partir das quais foi reconhecido como supridas as necessidades básicas da autora, evidência cujo arredamento demandaria revolver o conjunto fático-probatório, providência vedada pela Súmula nº 42.

5. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela autora.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURIS-PRUDÊNCIA veiculado pela autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0506913-20.2011.4.05.8102  
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ  
REQUERENTE: MARISTELA CAVALCANTE OLIVEIRA LIMA  
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA  
OAB: PE-573-A  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURIS-PRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. ATIVIDADE URBANA DESENVOLVIDA POR CÔNJUGE DO AGRICULTOR. DESCARACTERIZAÇÃO. ANÁLISE DO CASO CONCRETO. CONTRARIEDADE NÃO DEMONSTRADA. INVIABILIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. SÚMULA Nº 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, reformando a sentença, negou pedido de aposentadoria por idade rural ao argumento de que a prova produzida não seria bastante para demonstrar o tempo de trabalho na agricultura em regime de economia familiar.

2. A suscitante alega contrariedade do acórdão à jurisprudência dominante do STJ e dessa TNU, de que a atividade urbana exercida por cônjuge de agricultor não descaracteriza a sua qualidade de segurado especial (Súmula 41 da TNU).

3. O incidente de uniformização não merece ser conhecido.

4. Em que pese a autora refira contrariedade entre o acórdão recorrido e a jurisprudência da TNU e do C. STJ, fato é que o julgamento de improcedência do pleito derivou de amplo exame do conjunto probatório levado aos autos, ao mesmo tempo contextualizando e ponderando uma série de circunstâncias indicativas da descaracterização do regime de economia familiar, sem, contudo, aderir incondicionalmente a uma ou outra tese acerca de critérios de valoração da prova, de sorte que não há por onde determinar readequação do julgado sem incorrer no vedado reexame de matéria fática (Súmula nº 42 da TNU).

5. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela autora.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURIS-PRUDÊNCIA veiculado pela autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0509914-59.2015.4.05.8300  
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernam- buco

REQUERENTE: MARIA JOSELIA MARIANO NOBRE- GA

PROC./ADV.: BRUNO BAPTISTA  
OAB: PE19.805  
PROC./ADV.: ALEXANDRE VASCONCELOS  
OAB: PE-20304  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

EMENTA

COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DE FERROVIÁRIO COM BASE NA TABELA DA CBTU - LEIS N.ºS 8.186/91 E 10.478/2002 - A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO NÃO É REQUISITO PARA A CONCESSÃO DA COMPLEMENTAÇÃO - FUNCIONÁRIO EM ATIVIDADE - NÃO EXTINÇÃO DO VÍNCULO LABORAL - QUESTÃO DE ORDEM N. 22

1. Trata-se, em suma, de pedido de uniformização interposto pela parte autora sustentando que, diferentemente do acórdão guerreado, faz jus à complementação de sua aposentadoria, tal como os inativos da RFFSA.

Alega a requerente, em suma, que:

"(...) A autora, ora suscitante, iniciou suas atividades laborativas na RFFSA em 17.07.1984 e, depois, em 01.01.1985, foi transferida para a Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, como demonstram a declaração da CBTU e contracheques, todos acostados aos presentes autos. Obteve sua aposentadoria em 31.07.2014, conforme Carta de Concessão nos autos. Antes de se aposentar perante o INSS, a autora ostentava a qualidade de "ferroviário", como provam as CTPS(s), a Declaração da CBTU e os contracheques.

Verifica-se, portanto, que a suscitante preenche todos os requisitos para usufruir da complementação do tesouro, tudo na forma das Leis n.ºs 8.186/91 e 10.478/02. Assim, o benefício deveria ser composto por duas parcelas distintas, uma custeada pela Previdência Social e outra complementada pela União Federal, de modo que os proventos devem sempre se equiparar ao valor da remuneração percebida pelo ferroviário em atividade.

Entretanto, a despeito de a suscitante satisfazer todos os requisitos legais para a concessão da aludida complementação de aposentadoria, a UNIÃO FEDERAL, por meio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e em total afronta à legislação que regulamenta a matéria, indeferiu o pedido realizado nos autos do Processo n.º 05586.014792/2014-93, conforme se pode ver da Nota Técnica n.º 1287 CGCAP/DEPEX/SE/MP nos autos. (...) "

O incidente não foi admitido. O Feito subiu para exame após provimento pelo Presidente desta C. TNU do AI interposto.

2. Não há como conhecer o pleito de uniformização.

Ocorre que o acórdão paradigma trazido pela parte recorrente trata-se de recurso de apelação julgado pelo TRF da 5ª Região (APELREEX 08010527820144058100, Desembargador Federal Manoel Erhardt, TRF5 - Primeira Turma), o qual não se mostra válido para apontar a divergência e desafiar esta excepcional instância uniformizadora, na medida em que a TNU somente possui competência para dirimir controvérsias existentes entre turmas recursais de diferentes regiões.

Neste sentido:

V O T O - E M E N T A EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. AGENTE NOCIVO RÚIDO. EXPOSIÇÃO PERMANENTE. PERÍODO ANTERIOR À LEI 9.032/95. DESNECESSIDADE. SÚMULA 49/TNU. JULGADO DO TRF NÃO REPRESENTA PARADIGMA VÁLIDO. NECESSIDADE DE LAUDO TÉCNICO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. QUESTÃO DE ORDEM N. 22/TNU. ACÓRDÃO ANULADO. QUESTÃO DE ORDEM N.20/TNU. INCIDENTE CONHECIDO PARCIALMENTE E, NESTE PONTO, PARCIALMENTE PROVIDO. (...) - Relativamente ao segundo argumento - o PPP supre a juntada do Laudo, sendo legítimo para comprovar a efetiva exposição aos agentes nocivos - deixo de conhecer do Incidente quanto ao julgado do TRF3, o qual não serve como paradigma em incidente de uniformização (TNU, PEDILEF 200772510014642, Rel. Juíza Federal Simone dos Santos Lemes Fernandes, DOU 01/06/2012). (...) (PEDILEF 00021255220104036310, JUIZ FEDERAL FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER, TNU, DOU 29/04/2016.)

Igualmente, o precedente do STJ colacionado pela parte requerente não trata do fundamento objeto da irrisignação ora posta, qual seja, a possibilidade do aposentado da RFFSA que se mantém na atividade poder perceber a complementação de aposentadoria prevista no art. 2º, da Lei nº 8.186/91.

Aliás, a título de reforço argumentativo, constata-se da leitura da ementa do acórdão paradigma do STJ, colacionado pela parte requerente, a afirmação expressa de que os litigantes em questão encontram-se aposentados, verbis:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EX-FERROVIÁRIOS. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. EQUIVALÊNCIA DA REMUNERAÇÃO COM O PESSOAL DA ATIVA. MATÉRIA CONSOLIDADA PELA PRIMEIRA SEÇÃO EM RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (RESP 1.211.676/RN).

1. Ação na qual ex-funcionários da RFFSA, atualmente aposentados pela CBTU - sua sucessora, pretendem o reconhecimento do direito à complementação de aposentadoria, mantendo-se a equivalência com a remuneração do ferroviário em atividade.

2. A jurisprudência desta Corte consolidou o entendimento de que o art. 5º da Lei 8.186/1991 assegura o direito à complementação de aposentadoria, na medida em que determina a observância das disposições do parágrafo único do art. 2º da citada norma, o qual, de sua parte, garante a permanente igualdade de valores entre ativos e inativos.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1418741/RN, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/04/2014, DJe 07/05/2014)

Neste aspecto, tenho por acertada a r. decisão que inadmitiu o incidente, assim lavrada:

"(...) No entanto, é patente a ausência de similitude fático-jurídica entre a decisão recorrida e o acórdão-paradigma, a ensejar o conhecimento do pedido de uniformização, tendo em vista que, no caso dos presentes autos, não houve afastamento das atividades laborais, mantendo-se em vigor o contrato de trabalho da parte autora.(...)"

O acórdão apresentado como paradigma constante no precedente do STJ mencionado não guarda similitude fático e jurídica com o caso em tela.

Logo, deve ser aplicada a Questão de Ordem n. 22, que assim dispõe:

É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.(Aprovada na 8ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 16.10.2006).

O entendimento da Questão de Ordem acima citada restou normatizado no regimento interno desta TNU (Res. CJF nº 345/15 alterada pela Res. CJF nº 392/16), no art. 15, inciso I, verbis:

Art. 15. O pedido de uniformização não será admitido quando desatendidos os requisitos de admissibilidade recursal, notadamente se:

1 - não demonstrada a existência de dissídio jurisprudencial, mediante cotejo analítico dos julgados e a identificado do processo em que proferido o acórdão paradigma; (NR) (Alterado pela Resolução n. 392, de 19/04/2016)

4. Ante o exposto, pelos fundamentos acima delineados NÃO CONHEÇO do presente incidente de uniformização.

É COMO VOTO

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER o Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 23 de fevereiro de 2017

RONALDO JOSÉ DA SILVA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0514662-96.2013.4.05.8400

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA

PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA

OAB: RN-560-A

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. INCAPACIDADE PARCIAL. AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES PESSOAIS COMO FORMA DE AFERIR A EXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE LONGO PRAZO. CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. RENDA PER CAPITA. JURISPRUDÊNCIA DA TNU NO MESMO SENTIDO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INVIABILIDADE DE REEXAME DA MATÉRIA DE FATO. SÚMULA Nº 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, confirmando a sentença, indeferiu pedido de benefício assistencial por não comprovação dos requisitos legais.

2. A suscitante alega que o acórdão recorrido contraria a jurisprudência do STJ e dessa TNU, bem como diverge de decisão proferida pela TR1/TO, as quais reconhecem o benefício para o postulante que tenha sido declarado incapaz parcial e permanente, haja vista que a lei não exige incapacidade para toda e qualquer atividade laboral, devendo ser sopesados ainda padrões educacional, econômico e social em que se encontra inserido. Também indica que a demonstração de renda mensal per capita inferior a ¼ do salário mínimo denota presunção absoluta de miserabilidade.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Não restou configurada contrariedade ou divergência entre o acórdão recorrido e os apontados paradigmas. Isso porque, o julgamento combatido, em soberana análise da prova técnica produzida e sopesando as conclusões justamente com fatores de ordem pessoal da autora, reconheceu a ausência de incapacidade no caso concreto, considerando, efetivamente, a aptidão da postulante para o desempenho de funções compatíveis com suas limitações, bem como que se trata de pessoa jovem (30 anos de idade), com condições de se preparar para o desempenho de atividade que lhe garanta a subsistência.

6. Com efeito, analisada a questão não apenas do ponto de vista médico, mas da perspectiva de real inserção no mercado de trabalho, com base nas peculiaridades da postulante, o julgamento encontra-se em harmonia com a jurisprudência dominante dessa TNU, não cabendo, pois, pedido de uniformização. Questão de ordem nº 13. De se destacar, por fim, que o acolhimento do pedido demandaria reexame da matéria de fato, vedado pela Súmula nº 42.

7. Ainda assim, observa-se que o entendimento veiculado no pedido de uniformização sobre a presunção de miserabilidade a partir da consideração de um determinado valor da renda per capita está superado nesta TNU, a teor do precedente indicado na decisão que não admitiu o pedido de uniformização na presidência da Turma Recursal de origem.

8. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela autora.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0521411-25.2014.4.05.8100

ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: FRANCISCO DEMONTIER TORRES BARRETO

PROC./ADV.: VINICIUS MAIA LIMA

OAB: CE-13299

PROC./ADV.: GEORGE PONTE PEREIRA

OAB: CE-17360

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. MISERABILIDADE. RENDA PER CAPITA. DESCARACTERIZAÇÃO COMO CRITÉRIO ÚNICO. NECESSIDADE DE AFERIÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. CONTRARIEDADE NÃO DEMONSTRADA. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INVIABILIDADE DE REEXAME DE PROVA. SÚMULA Nº 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização nacional de jurisprudência interposto pelo autor em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, confirmando a sentença, julgou improcedente o pedido de benefício assistencial por indemonstrado o preenchimento do requisito financeiro.

2. O suscitante alega que o acórdão contraria a jurisprudência desta TNU, segundo a qual há necessidade de valoração das provas produzidas para aferição da miserabilidade mesmo quando a renda per capita seja superior a ¼ do salário mínimo, posto não ser este o critério único para tal avaliação.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Diferentemente do alegado pelo suscitante, inexistente divergência entre o acórdão recorrido e a jurisprudência assente na TNU, tendo em vista que observado pelo julgador de origem o julgamento do STF no RE nº 580.963/PR e na RCL nº 4.347/PE, no sentido de que a renda mensal per capita não mais prevalece para aferição da miserabilidade, devendo o requisito ser apurado pela efetiva necessidade do auxílio, diante das circunstâncias do caso concreto, as quais foram efetivamente avaliadas no julgamento de improcedência. Não cabimento de Pedido de Uniformização. Questão de ordem nº 13.

5. Incidente, ademais, cujo acolhimento e provimento estaria a demandar reexame do conjunto fático-probatório, providência vedada pela Súmula nº 42.

6. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pelo autor.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pelo autor, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0521507-22.2014.4.05.8300

ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

bucu

REQUERENTE: JOSÉ PEDRO VITAL

PROC./ADV.: BRUNO BAPTISTA

OAB: PE19.805

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GISELE CHAVES SAMPAIO ALCANTARA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL. TESE RECURSAL INÉDITA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 10 DA TNU. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. INCIDENTE DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 22. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pelo Autor em face Acórdão proferido pela Segunda Turma Recursal de Pernambuco, que ratificou os fundamentos da Sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento das condições especiais do labor exercido no período de 02/05/99 a 07/03/14.

2. Eis os fundamentos do Acórdão, in verbis:

- No caso concreto, a sentença não reconheceu a especialidade do período de 02/05/99 a 07/03/14 em razão do seguinte argumento:

"Quanto ao período de 02/05/99 a 07/03/14, em que o acionante laborou na empresa Zeni de Albuquerque Pajuaba- ME, o Laudo Técnico de condições ambientais de trabalho - LTCAT assinado por Engenheiro de segurança do trabalho, apresentado no anexo 06, não comprova a especialidade da atividade desempenhada pelo autor.

Afinal, o documento não diz a data das medições ou como elas foram realizadas, de modo que não é idôneo para comprovar a especialidade da atividade desempenhada pelo demandante. Ademais, trata-se de empresa de comércio varejista de móveis e a parte faz serviços gerais, sendo pouco crível que estivesse submetido ao ruído apontado, do qual não se aponta sequer a origem.

Sendo assim, o período em tela deve ser computado como tempo comum'.

- Entendo que a sentença não merece alterações. De fato, o PPP e o LTCAT apresentados no anexo 6, embora expressem a exposição a ruído em intensidade de 91dB(A), superior ao limite legal de tolerância, não discriminam os períodos de trabalho nos quais o autor esteve em contato com o agente nocivo, nem trazem a data de elaboração dos documentos. Deste modo, os documentos são inidôneos para comprovar a exposição.

- Ademais, a exibição de comprovantes de recebimento de adicional de insalubridade não se confundem com a exigência legal de comprovação de exposição ao agente nocivo ruído por meio de PPP ou LTCAT.

- Assim, o intervalo de 02/05/99 a 07/03/14 deve ser considerado como tempo de serviço comum.

3. Defende o recorrente, no entanto, que a ausência/insuficiência probatória deve ensejar a extinção do feito sem resolução de mérito, afastando-se os efeitos da coisa julgada material, a teor do entendimento firmado pelo eg. STJ no Recurso Especial nº 1.352.721/PE, a seguir reproduzido, in verbis:

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. RESOLUÇÃO No. 8/STJ. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. AUSÊNCIA DE PROVA MATERIAL APTA A COMPROVAR O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE RURAL. CARÊNCIA DE PRESUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO DO PROCESSO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, DE MODO QUE A AÇÃO PODE SER REPOSTA, DISPONDO A PARTE DOS ELEMENTOS NECESSÁRIOS PARA COMPROVAR O SEU DIREITO. RECURSO ESPECIAL DO INSS DESPROVIDO.

1. Tradicionalmente, o Direito Previdenciário se vale da processualística civil para regular os seus procedimentos, entretanto, não se deve perder de vista as peculiaridades das demandas previdenciárias, que justificam a flexibilização da rígida metodologia civilista, levando-se em conta os cânones constitucionais atinentes à Seguridade Social, que tem como base o contexto social adverso em que se inserem os que buscam judicialmente os benefícios previdenciários. 2. As normas previdenciárias devem ser interpretadas de modo a favorecer os valores morais da Constituição Federal/1988, que prima pela proteção do Trabalhador Segurado da Previdência Social, motivo pelo qual os pleitos previdenciários devem ser julgados no sentido de amparar a parte hipossuficiente e que, por esse motivo, possui proteção legal que lhe garante a flexibilização dos rígidos institutos processuais. Assim, deve-se procurar encontrar na hermenêutica previdenciária a solução que mais se aproxime do caráter social da Carta Magna, a fim de que as normas processuais não venham a obstar a concretude do direito fundamental à prestação previdenciária a que faz jus o segurado. 3. Assim como ocorre no Direito Sancionador, em que se afastam as regras da processualística civil em razão do especial garantismo conferido por suas normas ao indivíduo, deve-se dar prioridade ao princípio da busca da verdade real, diante do interesse social que envolve essas demandas. 4. A concessão de benefício devido ao trabalhador rural configura direito subjetivo individual garantido constitucionalmente, tendo a CF/88 dado primazia à função social do RGPS ao erigir como direito fundamental de segunda geração o acesso à Previdência do Regime Geral; sendo certo que o trabalhador rural, durante o período de transição, encontra-se constitucionalmente dispensado do recolhimento das contribuições, visando à universalidade da cobertura previdenciária e a inclusão de contingentes desassistidos por meio de distribuição de renda pela via da assistência social. 5. A ausência de conteúdo probatório eficaz a instruir a inicial, conforme determina o art. 283 do CPC, implica a carência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do processo, impondo a sua extinção sem o julgamento do mérito (art. 267, IV do CPC) e a consequente possibilidade de o autor intentar novamente a ação (art. 268 do CPC), caso reúna os elementos necessários à tal iniciativa. 6. Recurso Especial do INSS desprovido.



4. Inadmitido o pedido de uniformização pela Turma Recursal de Origem, o pleito teve seguimento em razão de decisão proferida pelo Exmo. Ministro Presidente desta Turma Nacional.

5. Pois bem. Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questão de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei, sendo que o pedido fundado em divergência de turmas de diferentes Regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgada por Turma de Uniformização, integrada por Juízes de Turma Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.

6. In casu, verifíco, em primeiro lugar, que a matéria suscitada no presente incidente não foi devidamente prequestionada, sendo inteiramente inédita nos presentes autos.

7. Imperiosa, portanto, a incidência da Questão de Ordem nº 10 da TNU, que dispõe:

Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido.

8. Outrossim, verifica-se que o precedente invocado como paradigma cuida de hipótese fato-jurídica totalmente distinta daquela tratada nos presentes autos. É dizer: os fatos e os fundamentos jurídicos que configuram a ratio decidendi do julgado recorrido em nada se assemelham daqueles ilustrados no julgado paradigma.

9. Incidente, pois, aqui, a a Questão de Ordem nº 22, desta Turma Nacional, segundo a qual é "possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

10. Isto posto, NÃO CONHEÇO o incidente

11. É como voto.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA

Juíza Federal

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização decidiu, por unanimidade, acompanhar o entendimento sufragado pela Juíza Federal Relatora.

Brasília, data supra.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA

Juíza Relatora

PROCESSO: 0524013-23.2013.4.05.8100

ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): FRANCISCO FERREIRA PASSOS

PROC./ADV.: MARCELA PINHEIRO CAVALCANTE

OAB: CE-27208

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO

ANDREOTTI SPIZZIRRI

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. TRIBUTÁRIO. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE COMBATE E CONTROLE DE ENDEMIAS - GACEN. NATUREZA REMUNERATÓRIA. CARÁTER GENÉRICO. EXTENSÃO AOS SERVIDORES INATIVOS. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE CONTRARIEDADE À JURISPRUDÊNCIA DESSA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização nacional de jurisprudência interposto pela FUNASA em face de acórdão de Turma Recursal que, confirmando a sentença, julgou procedente a ação para condená-la a implantar em favor do autor a Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias - GACEN nos mesmos patamares pagos aos servidores em atividade, bem como a pagar as diferenças devidas desde a instituição da gratificação, em 2008.

2. A recorrente alega divergência jurisprudencial entre o acórdão recorrido e decisão da TR/GÓ, onde, reconhecido o caráter indenizatório da gratificação, afastado o direito de extensão aos inativos e declarado que a gratificação somente é devida àqueles servidores que, em caráter permanente, desempenhem atividades de combate e controle de endemias

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Embora demonstrada a existência de dissídio jurisprudencial, requisito exigido pelo art. 15, inc. I, do RITNU, impõe-se reconhecer que o acórdão recorrido encontra-se em harmonia com a jurisprudência dominante desta TNU, a reclamar a incidência da Questão de Ordem nº 13. Transcrevo precedente que examinou tese idêntica à formulada pela FUNASA nestes autos:

PREVIDENCIÁRIO. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE COMBATE E CONTROLE DE ENDEMIAS - GACEN. NATUREZA REMUNERATÓRIA - ACRÉSCIMO PATRIMONIAL. EXTENSÃO AOS INATIVOS. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO. 1. Foi prolatado acórdão pela Turma Recursal de Pernambuco, que manteve sentença de procedência reconhecendo o direito da parte autora à incorporação nos seus vencimentos de valor integral da Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias - GACEN. 2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto tempestivamente pela FUNASA - Fundação Nacional da Saúde - com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Argumentou que o acórdão recorrido diverge do entendimento da Turma Recursal de Goiás, segundo a qual a GACEN tem caráter indenizatório, o que afasta o direito de extensão aos inativos (Recurso JEF 0002851-37.2011.4.01.3500). 3. Incidente admitido na origem, tendo sido os autos remetidos a esta Turma Nacional e distribuídos. 4.

Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. 5. No caso dos autos, demonstrada a divergência jurisprudencial entre a tese debatida no acórdão da Turma Recursal de Pernambuco e a Turma Recursal de Goiás, deve o incidente ser conhecido. 6. No mérito, o cerne do debate cinge-se à natureza da Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias - GACEN - indenizatória ou remuneratória - daí decorrendo ou não a possibilidade de extensão aos servidores inativos nos mesmos moldes em que paga aos servidores da ativa, em cotejo com as alterações trazidas pela EC 41/2003. 7. O artigo 40, § 4º, da Constituição Federal, em sua redação original, assegurava aos aposentados do serviço público reajuste de seus proventos de aposentadoria pelos mesmos critérios adotados para os servidores ativos, o que se convencionou denominar de direito ou regra de paridade. 8. Esse direito permaneceu assegurado pela Emenda Constitucional nº 20/98, que o realocou no § 8º do mesmo artigo 40 da Constituição Federal. 9. A Emenda Constitucional nº 41/2003, contudo, ao alterar a redação do §8º do artigo 40 da Constituição Federal revogou o denominado direito de paridade dos servidores aposentados com os servidores ativos, para assegurar apenas direito a reajuste dos benefícios para assegurar-lhes, em caráter permanente, o valor real, de acordo com critérios definidos em lei. 10. Não obstante a revogação, a Emenda Constitucional nº 41/2003, em seu artigo 7º, assegurou o direito de paridade aos que já haviam se aposentado ou que tinham direito ao benefício de aposentadoria ou pensão na data do início de sua vigência. Eis o seu texto: Emenda Constitucional nº 41/2003 Art. 7º Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes pagos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em fruição na data de publicação desta Emenda, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 3º desta Emenda, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei. 11. De seu turno, a Emenda Constitucional nº 47/2005 assegurou o mesmo direito àqueles que se aposentaram na forma do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 ou na forma do artigo 3º da própria Emenda nº 47, consoante expresso em seus artigos 2º e 3º, parágrafo único. 12. Pacificou-se na jurisprudência do Egrégio Supremo Tribunal Federal que se incluem dentre os benefícios ou vantagens concedidos aos servidores em atividade todas as gratificações que, a despeito de estarem vinculadas à produtividade na lei, são pagas de maneira geral e por igual a todos os servidores ativos, sem aferição efetiva da produtividade. Essa jurisprudência se consolidou na Súmula Vinculante nº 20, que trata da gratificação denominada GDATA (Lei nº 10.404/2002), cujo leading case é o que restou julgado no Recurso Extraordinário nº 572.052, cuja ementa tem o seguinte teor: RE 572.052 - STF - Pleno - DJe 17/04/2009 RELATOR:MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI EMENTA:[...] I - Gratificação de desempenho que deve ser estendida aos inativos no valor de 60 (sessenta) pontos, a partir do advento da Medida Provisória 198/2004, convertida na Lei 10.971/2004, que alterou a sua base de cálculo. II - Embora de natureza pro labore faciendo, a falta de regulamentação das avaliações de desempenho, transmuta a GDASST em uma gratificação de natureza genérica, extensível aos servidores inativos. III - Inocorrência, na espécie, de violação ao princípio da isonomia. IV - Recurso extraordinário desprovido. Deveras, o artigo 40 da Lei 8.112/90 reza que 'Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei'. E no que diz respeito às vantagens pecuniárias percebidas pelos servidores públicos, o saudoso Prof. Hely Lopes Meirelles nos ensina que: 'Vantagens pecuniárias são acréscimos de estipêndio do servidor, concedidas a título definitivo ou transitório, pela decorrência do tempo de serviço (ex facto temporis), ou pelo desempenho de funções especiais (ex facto officii), ou em razão das condições anormais em que se realiza o serviço (propter laborem) ou, finalmente, em razão de condições pessoais do servidor (propter personam). As duas primeiras espécies constituem os adicionais (adicionais de vencimento e adicionais de função), as duas últimas formam a categoria das gratificações (gratificações de serviço e gratificações pessoais). Todas elas são espécies do gênero retribuição pecuniária, mas se apresentam com características próprias e efeitos peculiares em relação ao beneficiário e à Administração. Certas vantagens pecuniárias incorporam-se automaticamente ao vencimento (v.g., por tempo de serviço) e o acompanham em todas as suas mutações, inclusive quando se converte em proventos da inatividade (vantagens pessoais subjetivas); outras apenas são pagas com o vencimento, mas dele se desprendem quando cessa a atividade do servidor (vantagens de função ou de serviço); outras independem do exercício do cargo ou da função, bastando a existência da relação funcional entre o servidor e a Administração (v.g., salário-família), e, por isso mesmo, podem ser auferidas mesmo na disponibilidade e na aposentadoria, desde que subsista o fato ou a situação que as gera (vantagens pessoais objetivas). (...) O que convém fixar é que as vantagens por tempo de serviço integram-se automaticamente no padrão de vencimento, desde que consumado o tempo estabelecido em lei, ao passo que as vantagens condicionais ou modais, mesmo que auferidas por longo tempo em razão do preenchimento dos requisitos exigidos para sua percepção, não se incorporam ao vencimento, a não ser quando essa integração for determinada por lei. E a razão dessa diferença de tratamento está em que as primeiras (por tempo de serviço) são vantagens pelo

trabalho já feito (pro labore facto), ao passo que as outras (condicionais ou modais) são vantagens pelo trabalho que está sendo feito (pro labore faciendo) ou, por outras palavras, são adicionais de função (ex facto officii), ou são gratificações de serviço (propter laborem), ou, finalmente, são gratificações em razão de condições pessoais do servidor (propter personam). Daí por que, quando cessa o trabalho, ou quando desaparece o fato ou a situação que lhes dá causa, deve cessar o pagamento de tais vantagens, sejam elas adicionais de função, gratificações de serviço ou gratificação em razão das condições pessoais do servidor. (...) Feitas essas considerações de ordem geral sobre o gênero vantagens pecuniárias, vejamos as suas espécies, isto é, os adicionais e as gratificações e suas várias modalidades. Adicionais: são vantagens pecuniárias que a Administração concede aos servidores em razão do tempo de exercício (adicional de tempo de serviço) ou em face da natureza peculiar da função, que exige conhecimentos especializados ou um regime próprio de trabalho (adicionais de função). Os adicionais destinam-se a melhor retribuir os exercentes de funções técnicas, científicas e didáticas, ou a recompensar os que se mantiveram por longo tempo no exercício do cargo. O que caracteriza o adicional e o distingue da gratificação é o ser aquele uma recompensa ao tempo de serviço do servidor, ou uma retribuição pelo desempenho de funções especiais que refogem da rotina burocrática, e esta, uma compensação por serviços comuns executados em condições anormais para o servidor, ou uma ajuda pessoal em face de certas situações que agravam o orçamento do servidor. O adicional relaciona-se com o tempo ou com a função; a gratificação relaciona-se com o serviço ou com o servidor. O adicional, em princípio, adere ao vencimento e, por isso, tem caráter permanente; a gratificação é autônoma e contingente. Ambos, porém, podem ser suprimidos para o futuro. (...) Gratificações: são vantagens pecuniárias atribuídas precariamente aos servidores que estão prestando serviços comuns da função em condições anormais de segurança, salubridade ou onerosidade (gratificações de serviço), ou concedidas como ajuda aos servidores que reúnam as condições pessoais que a lei especifica (gratificações especiais). As gratificações - de serviço ou pessoais - não são liberalidades puras da Administração; são vantagens pecuniárias concedidas por recíproco interesse do serviço e do servidor, mas sempre vantagens transitórias, que não se incorporam automaticamente ao vencimento, nem geram direito subjetivo à continuidade de sua percepção. Na feliz expressão de Mendes de Almeida, 'são partes contingentes, isto é, partes que jamais se incorporam aos proventos, porque pagas episodicamente ou em razão de circunstâncias momentâneas'. Como já vimos precedentemente, as gratificações distinguem-se dos adicionais porque estes se destinam a compensar encargos decorrentes de funções especiais, que se apartam da atividade administrativa ordinária, e aquelas - as gratificações - visam a compensar riscos ou ônus de serviços comuns realizados em condições extraordinárias, tais como os trabalhos executados em perigo de vida e saúde, ou no período noturno, ou além do expediente normal da repartição, ou fora da sede etc. As gratificações são concedidas em razão das condições excepcionais em que está sendo prestado um serviço comum (propter laborem) ou em face de situações individuais do servidor (propter personam), diversamente dos adicionais, que são atribuídos em face do tempo de serviço (ex facto officii). Não há confundir, portanto, gratificação com adicional, pois são vantagens pecuniárias distintas, com finalidades diversas, concedidas por motivos diferentes. A gratificação é retribuição de um serviço comum prestado em condições especiais: o adicional é retribuição de uma função especial exercida em condições comuns. Daí por que a gratificação é, por índole, vantagem transitória e contingente e o adicional é por natureza, permanente e perene. Em última análise, a gratificação não é vantagem inerente ao cargo ou à função, sendo concedida em face das condições excepcionais do serviço ou do servidor. (...) (in Direito Administrativo Brasileiro, 18ª edição, Malheiros Editores, págs. 402 a 411 - grifado) 13. A Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias (GACEN), instituída pela Lei nº 11.784/2008, tem natureza de gratificação de atividade, de maneira que não tem natureza indenizatória. Aliás, a questão referente à natureza da GACEN foi recentemente examinada por esta TNU PEDILEF 050858571.2013.4.05.8400, PEDILEF 051492820.2012.405.8400, PEDILEF 05149282020124058400 (rel. JUIZ FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE, DOU 13/10/2015 PÁGINAS 112/146), PEDILEF 05139322220124058400 (rel. JUIZ FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA, DOU 13/10/2015 PÁGINAS 112/146). O tema foi minuciosamente examinado, em pedidos de uniformização em que se almejava o afastamento da incidência do IR sobre a GACEN, concluindo esta Turma Nacional de Uniformização, nessas oportunidades, pela natureza remuneratória da gratificação em comento. 14. O caso em questão trata de matéria diversa, qual seja, se a gratificação em comento possui o caráter geral, vale dizer, se é paga de forma indistinta, sem qualquer tipo de avaliação individual de desempenho, aos servidores da ativa e, logo, deveria ser estendida aos inativos. Transcrevo os dispositivos legais referentes à GACEN: Art. 54. Fica instituída, a partir de 1o de março de 2008, a Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias - GACEN, devida aos ocupantes dos cargos de Agente Auxiliár de Saúde Pública, Agente de Saúde Pública e Guarda de Endemias, do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e do Quadro de Pessoal da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 55. A Gecen e a Gacen serão devidas aos titulares dos empregos e cargos públicos de que tratam os arts. 53 e 54 desta Lei, que, em caráter permanente, realizarem atividades de combate e controle de endemias, em área urbana ou rural, inclusive em terras indígenas e de remanescentes quilombolas, áreas extrativistas e ribeirinhas. § 1o O valor da Gecen e da Gacen será de R\$ 590,00 (quinhentos e noventa reais) mensais. (Revogado pela Lei nº 12.778, de 2012) § 2o A Gacen será devida também nos afastamentos considerados de efetivo exercício, quando percebida por período igual ou superior a 12 (doze) meses. § 3o Para fins de incorporação da Gacen

aos proventos de aposentadoria ou às pensões dos servidores que a ela fazem jus, serão adotados os seguintes critérios: (Redação dada pela Lei nº 12.702, de 2012) I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, a Gacen será: a) a partir de 1o de março de 2008, correspondente a 40% (quarenta por cento) do seu valor; e b) a partir de 1o de janeiro de 2009, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do seu valor; e II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004: a) quando aos servidores que lhes deram origem se aplicar o disposto nos arts. 3o e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-ão os percentuais constantes do inciso I deste parágrafo; e b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. § 4o A Gecen e a Gacen não servirão de base de cálculo para quaisquer outros benefícios, parcelas remuneratórias ou vantagens. § 5o A Gecen e a Gacen serão reajustadas na mesma época e na mesma proporção da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais. § 6o A Gecen e a Gacen não são devidas aos ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança. § 7o A Gecen e a Gacen substituem para todos os efeitos a vantagem de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991. § 8o Os servidores ou empregados que receberem a Gecen ou Gacen não receberão diárias que tenham como fundamento deslocamento nos termos do caput deste artigo, desde que não exija pernoite. 15. Da análise dos dispositivos legais supra constata-se que a GACEN não é devida para ressarcimento de despesas do servidor em razão do desempenho de suas funções, mas sim em razão do próprio desempenho da atividade (pro labore faciendo), consoante conformação legal da aludida gratificação contida no artigo 55 da Lei nº 11.784/2008. 15. Dessa forma, a GACEN é gratificação desvinculada da efetiva produtividade dos servidores ativos que ocupam os cargos e desempenham as atividades especificadas no artigo 54 da Lei nº 11.784/2008; e é paga aos aposentados que ocupavam aqueles mesmos cargos e que tenham os benefícios concedidos até 19/02/2004, ou com fundamento nos artigos 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 ou no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005. No entanto, aos aposentados e pensionistas é paga em valor inferior aos servidores ativos, no percentual de 50% do valor fixo, conforme anexo XXV da lei n. 11.784/08 na redação dada pela lei n. 12.778/12 (Efeitos financeiros a partir de 1o de janeiro de 2013 em R\$: 1o de janeiro de 2013 - 757,00; 1o de janeiro de 2014 - 795,00; 1o de janeiro de 2015 - 835,00), pago aos servidores ativos, a partir de 1º de janeiro de 2009, tendo sido paga no percentual de 40% no ano de 2008, aos aposentados que ocupavam cargos que a ela têm direito. 16. A GACEN, contudo, não poderia ser paga à parte autora em percentual do valor que é pago aos servidores ativos que a ela têm direito, como determinado no artigo 55, § 3º, inciso II, alínea "a", da Lei nº 11.784/2008. Referido dispositivo legal, por conseguinte, padece do vício de inconstitucionalidade, consoante vêm entendendo o C. STF em casos análogos, no que determina pagamento reduzido da gratificação em comentário aos servidores inativos e pensionistas, dado o seu caráter de vantagem paga aos servidores da ativa de forma geral e desvinculada a uma avaliação de desempenho individual. Acresça-se que, no julgado em desate, a parte requerida é beneficiária do direito à paridade com os servidores ativos, logo, o pagamento em patamar inferior da gratificação, não obstante afrontar o caráter unitário da remuneração da carreira em questão, está em manifesto confronto com o disposto no artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e com o artigo 3º, parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47/2005. 17. A parte autora, em conclusão, tem direito ao pagamento da GACEN de acordo com o valor pago aos servidores ativos, porquanto se aposentou com direito de paridade, conforme documentos acostados aos autos, somado ao fato de que a GACEN é paga de forma geral aos servidores da ativa. 18. O acolhimento do pedido, por fim, não viola a iniciativa privativa do Presidente da República na matéria, tampouco a necessidade de previsão orçamentária para seu pagamento, nem há criação de vantagem não prevista em lei ou extensão de pagamento de verba remuneratória com fundamento na isonomia. Ora, a GACEN tem previsão legal e o direito de paridade, nos termos do artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e do artigo 3º, parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47/2005, é consagrado constitucionalmente, autoaplicável, de eficácia plena, de maneira que não pode ser contido, muito menos esvaziado, pela legislação infraconstitucional. 19. Ante o exposto, conheço do Pedido de Uniformização e nego-lhe provimento, reafirmando a tese da natureza remuneratória da GACEN, crescendo-se, agora, o seu caráter geral, bem como o direito à paridade da parte autora, pois aposentada anteriormente à EC 41/2003, que extinguiu tal direito. (PEDILEF 05033027020134058302, JUIZ FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA, DOU 05/02/2016)

5. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela FUNASA.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela FUNASA, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2014.51.51.003470-3  
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO  
REQUERENTE: CARLOS VASQUES DE MEDEIROS  
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO  
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

#### EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 1.022 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO. EMBARGOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.

1. A parte autora interpõe recurso de Embargos de Declaração contra acórdão que não conheceu o Incidente de Uniformização por ela interposto, sob o fundamento de que a questão discutida tem natureza constitucional, que está sob o regime da repercussão geral já reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 160), para fins de prequestionamento, ao argumento de existência de omissão. Para tanto, sustenta que o acórdão embargado teria sido omissão no que atine aos princípios da isonomia e da igualdade, nos termos dos artigos 5º caput e 40, §§ 18 e 20, da Constituição da República de 1988.

2. Verificada a tempestividade do recurso e presentes os demais pressupostos de sua admissibilidade, conheço os Embargos de Declaração e passo à análise do seu mérito.

3. Da leitura do acórdão ora guerreado, verifica-se que houve a análise adequada e escorreita dos fatos e fundamentos jurídicos e dos requerimentos formulados, não sendo admissível, mediante a interposição de recurso de Embargos de Declaração, novo julgamento da causa motivado pela irrisignação de uma das partes em face do posicionamento esposado pelo colegiado. Aos Embargos de Declaração não é cabível o empréstimo de efeitos infringentes para rediscutir questão analisada pela decisão atacada. (STJ, EDRESP 668.686-SP, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezini, DJ 20.03.2006);

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - PROCEDÊNCIA - APELAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE EFEITO APENAS DEVOLUTIVO - ART. 520, IV, DO CPC - RECURSO INTERPOSTO CONTRA SENTENÇA QUE DECIDIU PROCESSO CAUTELAR - OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - FATO NOVO - REJULGAMENTO DA LIDE - INVIABILIDADE - CUMPRIMENTO DO OFÍCIO JURISDICIONAL - EMBARGOS REJEITADOS.

1 - Não há que se falar em omissão quanto a questão não suscitada, embora já ocorrida, antes do julgamento apontado como omissão. E nem de obscuridade ou contradição quando o recurso é julgado de acordo com o constante em seus autos.

2 - Inexistente qualquer hipótese legal de cabimento recursal (art. 535 do CPC), configura-se inviável a pretensão ao rejuízo da lide, porquanto, nos termos do art. 463 do CPC, extensivo aos Tribunais pátrios, uma vez publicado o acórdão, o Colegiado cumpre a prestação jurisdicional, alterável tão-somente diante da ocorrência de erros materiais ou de obscuridade, contradição e omissão, hipóteses justificadoras da oposição de embargos de declaração. Ademais, não cabe a apreciação de fato novo em sede de embargos de declaração (cf. Edcl no RMS nº 11.542/MA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 12.2.2001).

3 - Acertadamente solucionada a lide quando do provimento do recurso especial e ausente qualquer vício no aresto a justificar a interposição dos aclaratórios, caracterizam-se como inadmissíveis, perfazendo-se inviável atribuir-lhes efeitos infringentes com relação ao decisum embargado, ora mantido por seus próprios fundamentos.

4 - Embargos de declaração rejeitados.

4. Ressalto que o julgador não está obrigado a analisar explicitamente cada um dos argumentos, teses e teorias aduzidas pelas partes, bastando que resolva fundamentadamente a lide (STJ, RESP 927.216/RS, Segunda Turma, Rel. Ministra Eliana Calmon, DJ 13/08/2007). Ademais, a admissão de recurso extraordinário não está condicionada à referência explícita ao dispositivo constitucional que embasou o acórdão recorrido, bastando - tal como ocorreu na presente hipótese - que a interpretação da norma constitucional discutida tenha lastreado a convicção adotada pelo magistrado. Nesse sentido, transcrevo ementa do acórdão prolatado pelo Supremo Tribunal Federal em julgamento do RE 361.341 Ed/PI (Primeira Turma, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 01.04.2005, p. 36):

1. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental.

2. Delegados de Polícia de carreira e Delegados bacharéis em direito: vencimentos: isonomia: inadmissibilidade de equiparação por decisão judicial, com base no art. 39, § 1º, CF, redação original, sob o fundamento de identidade de atribuições: incidência da Súmula 339: precedentes.

3. Recurso extraordinário: o requisito do prequestionamento não reclama menção expressa ao dispositivo constitucional pertinente à questão de que efetivamente se ocupou o acórdão recorrido.

5. Posto isso, voto por conhecer os embargos de declaração e negar-lhes provimento.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO interpostos pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília/DF, 15 de dezembro de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002050-30.2013.4.04.7009

ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

REQUERENTE: MARIA CANDIDA GARCIA DA SILVA

PROC./ADV.: CLÁUDIO ITO

OAB: PR-47606

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO

ANDREOTTI SPIZZIRRI

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. MISERABILIDADE. RENDA PER CAPITA. NÃO CONFIGURAÇÃO DE CRITÉRIO ABSOLUTO. AVALIAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO REALIZADA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE CONTRARIEDADE À JURISPRUDÊNCIA DESSA TNU. INVIABILIDADE DE REEXAME DA PROVA. SÚMULA Nº 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, confirmando a sentença, julgou improcedente o pedido de benefício assistencial por indemonstrada a necessidade financeira.

2. A suscitante alega que o acórdão recorrido contraria a jurisprudência dessa TNU, segundo a qual para a correta aferição da renda per capita, impõe-se a exclusão dos rendimentos percebidos pelos idosos e/ou portadores de necessidades especiais, bem como para a qual o critério renda per capita superior a ¼ do salário mínimo não constitui critério absoluto, devendo ser considerada a situação concreta do requerente

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Em que pese a postulante pretenda ver reconhecidas em seu favor teses atinentes à delimitação dos ingressos financeiros que podem vir a ser considerados como rendimentos do grupo familiar para apuração da renda per capita, bem como que os paradigmas transcritos façam alusão a esta matéria, impõe-se reconhecer que o acórdão recorrido não fundamentou o julgamento de improcedência no valor absoluto da renda familiar per capita. Ademais, a jurisprudência dessa TNU firmou-se no sentido do julgamento recorrido, ao reconhecer, a partir da decisão, pelo STF, no RE nº 580.963/PR e na RCL nº 4.347/PE, que a renda mensal per capita inferior a ¼ do SM não mais prevalece para aferição da miserabilidade, e ao declarar que o requisito deve ser apurado pela efetiva necessidade do auxílio com base na avaliação das circunstâncias do caso concreto.

5. O acórdão, ao que se verifica, está em harmonia com essa jurisprudência, tendo em vista que confirmou a sentença de improcedência sustentando, igualmente, que "o laudo social demonstra que a família tem condições de manter sua subsistência de forma digna e com algum conforto". Descabimento do Pedido de Uniformização. Questão de ordem nº 13. O afastamento dessa conclusão, ademais, demandaria reexame do conjunto fático-probatório, vedado pela Súmula nº 42.

6. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela autora.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002100-69.2012.4.04.7016

ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

REQUERENTE: FELIPE SGANZERLA VALADARES

PROC./ADV.: CARLOS ALEXANDRE TAMPAROWSKY

OAB: PR-51633

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO

ANDREOTTI SPIZZIRRI

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. INCAPACIDADE PARCIAL. MENOR. NECESSIDADE DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE LIMITAÇÃO GERADO PELA DEFICIÊNCIA, CONTEXTUALIZADO COM A IDADE DO POSTULANTE, OU DO RELEVANTE IMPACTO ECONÔMICO NO GRUPO FAMILIAR. PRECEDENTE DA TNU. CONTRARIEDADE NÃO DEMONSTRADA. PRETENSÃO QUE IMPLICA REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização nacional de jurisprudência interposto em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, confirmando sentença de improcedência, indeferiu o pedido de benefício assistencial por indemonstrada a condição de deficiente do postulante.



2. O suscitante alega que o acórdão diverge de decisão proferida pelo TRF da 1ª Região e contraria julgamento dessa TNU, segundo os quais para a concessão do benefício ao menor, ao qual o trabalho é proibido pela Constituição, basta a confirmação de deficiência que implique limitação ao desempenho de atividades ou restrição na participação social compatíveis com sua idade, ou impacto na economia do grupo familiar por exigir dedicação de um dos membros para seus cuidados, ou por dispor de recursos maiores que os normais para sua idade, em razão de remédios ou tratamentos.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Inicialmente porque, a teor do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei, situação não caracterizada em relação ao julgado do TRF da 1ª Região. Num segundo momento, porque o acórdão recorrido não apresenta contrariedade ao precedente dessa TNU transcrito pelo postulante, visto que efetivamente realizada, no julgamento em questão, criteriosa análise quanto à inexistência de significativas limitações próprias à idade do requerente, bem como quanto à ausência de anormal comprometimento econômico do grupo familiar em decorrência dos cuidados dispensados ao autor, não estando demonstrado, pois, dissídio entre os julgamentos, como exigido pelo art. 15, inc. I, do RITNU. Logo, eventual provimento ao incidente necessariamente estaria a desafiar reexame do conjunto probatório, o que é defeso em sede de juízo de uniformização, a teor da Súmula 42 deste Colegiado.

5. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pelo autor.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pelo autor, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5003005-50.2012.4.04.7121  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: DEIVIDI DE MATOS SOARES  
PROC./ADV.: LUIZA P. SCHARDOSIM DE BARROS  
OAB: RS-57 233  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. MISERABILIDADE. COMPOSIÇÃO DO GRUPO FAMILIAR. RENDA PER CAPITA. DESCARACTERIZAÇÃO COMO CRITÉRIO ÚNICO. CONTRARIEDADE NÃO DEMONSTRADA. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INVIABILIDADE DE REEXAME DE PROVA. SÚMULA Nº 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização nacional de jurisprudência interposto pelo autor em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, confirmando a sentença, julgou improcedente o pedido de benefício assistencial por indemonstrado o preenchimento do requisito financeiro.

2. O suscitante alega que o acórdão contraria a jurisprudência desta TNU e do STJ, segundo a qual a interpretação do art. 20 da Lei 8.742/93 e do art. 16 da Lei 8.213/91 deve ser restritiva para fins de delimitação do grupo familiar e de aferição da renda per capita, devendo ser excluídos, nesta análise, os rendimentos auferidos pela irmã maior de 21 anos e a aposentadoria recebida pelo pai, idoso maior de 65 anos.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Inicialmente, cabe destacar que, diferentemente do alegado pelo suscitante, a renda então percebida pela irmã foi desconsiderada no julgamento de improcedência, diante de notícia da superveniente rescisão do vínculo. Num segundo momento, tem-se que o julgamento não se encontra fundado no valor absoluto da renda familiar, estando, pois, em harmonia com a jurisprudência assente no âmbito dessa TNU a partir do julgamento, pelo STF, do RE nº 580.963/PR e da RCL nº 4.347/PE, no sentido de que a renda mensal per capita não mais prevalece para aferição da miserabilidade, devendo o requisito ser apurado pela efetiva necessidade do auxílio, diante das circunstâncias do caso concreto. A conclusão do julgado, ao que se verifica, foi construída a partir da análise ampla das peculiaridades do caso (condições favoráveis de habitação; suficiência dos recursos remanescentes para o sustento; etc), com base nas quais foram declaradas supridas as necessidades básicas do autor. Não cabimento de Pedido de Uniformização. Questão de ordem nº 13.

5. A modificação do acórdão, ademais, demandaria reexame do conjunto fático-probatório, providência vedada pela Súmula nº 42.

6. Em face do exposto, não conheço do pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pelo autor.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pelo autor, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5003205-96.2012.4.04.7011  
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): NIVALDO BULGUERONI  
PROC./ADV.: CIBELE NOGUEIRA DA ROCHA  
OAB: PR-30068  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ POR EFEITO DE RECÁLCULO DO SALÁRIO BENEFÍCIO DO AUXÍLIO-DOENÇA PRECEDENTE. ART. 29, INC. II, DA LEI Nº 8.213/91. DECADÊNCIA. TERMO INICIAL DA CONTAGEM DO RESPECTIVO PRAZO FATAL. INCIDENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pelo INSS em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, reformando a sentença que extinguiu o feito por decadência, afastou essa prejudicial e julgou procedente a ação para reconhecer ao autor o direito à revisão do seu benefício de aposentadoria por invalidez, na forma do art. 29, inc. II, da Lei nº 8.213/91, mediante novo cálculo do auxílio-doença que a precedeu, considerando que são benefícios autônomos.

2. O suscitante alega que o acórdão divergiu de decisões da TR1/RJ e TR1/BA, as quais reconhecem que, pressupondo a revisão da aposentadoria por invalidez, necessariamente, a revisão do benefício de auxílio-doença precedente, concedido mais de 10 anos antes do ajuizamento da ação, operou-se a decadência do direito da parte.

3. O incidente é de ser conhecido e, quanto ao mérito, desprovido.

4. Em que pese demonstrado pelo INSS o dissídio jurisprudencial entre o acórdão recorrido e as decisões apontadas como paradigmas, provenientes da TR1/RJ e da TR1/BA, impõe-se reconhecer que o julgamento recorrido efetivamente encontra-se em consonância com a jurisprudência firmada por esta TNU.

5. Ao que se colhe dos autos, a sentença considerou que a contagem do prazo decadencial se inicia na concessão do auxílio-doença, enquanto que o acórdão recorrido considerou que, em caso de benefícios distintos, estes devem ser considerados de forma autônoma para fim de fixação do termo inicial da decadência. A tese esposada no acórdão não está em consonância com aquela fixada pela TNU no julgamento do PEDILEF nº 5004459-91.2013.4.04.7101, pois nesse precedente restou a final reconhecido que o marco inicial do prazo decadencial é a data da concessão do benefício originário. Não obstante, no mesmo PEDILEF restou assente, até mesmo por remissão a julgamentos anteriores desse Colegiado, o entendimento de que a decadência é afastada pelo reconhecimento administrativo do direito, levado a efeito pelo Memorando-Circular Conjunto 21/DIR-BENS/PFEINSS, de sorte que somente decaiu o direito à revisão dos benefícios iniciais concedidos há mais de dez anos contados de 15/04/2010. Assim, como a DIB do benefício precedente, no caso concreto, se reporta ao ano de 2002, não há por onde se cogitar da ocorrência de decadência na hipótese vertente.

6. Em face do exposto, conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pelo INSS e, quanto ao mérito, nego-lhe provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pelo INSS, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5003925-32.2013.4.04.7204  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: ANISIA MARCINEIRO LACERDA  
PROC./ADV.: LAZARO BITTENCOURT  
OAB: SC-22 074  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. INCAPACIDADE PARCIAL. CONTRARIEDADE À JURISPRUDÊNCIA DA TNU NÃO CARACTERIZADA. INEXISTÊNCIA DE DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS DE REGIÕES DIVERSAS. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE COM O PARADIGMA. REEXAME DE PROVA VEDADO A TEOR DA SÚMULA Nº 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização nacional de jurisprudência interposto pela autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, confirmando sentença de improcedência, indeferiu o pedido de benefício assistencial por indemonstrado o requisito pessoal.

2. A suscitante alega que o acórdão contraria o entendimento firmado por esta TNU, de que a incapacidade é fenômeno que abrange limitação do desempenho de atividade e restrição da participação, com redução efetiva e acentuada da capacidade de inclusão social (Súmula nº 29), bem como que diverge de julgamento proferido por turma recursal de diferente região, no qual admitida a incapacidade parcial, em cotejo com as circunstâncias fáticas, como ensejadora do benefício.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Não vislumbro contrariedade entre o acórdão recorrido e a jurisprudência da TNU, tendo em vista que a apontada Súmula nº 29 admite como ensejadora do benefício a incapacidade que obstatulize a requerente de prover o próprio sustento, enquanto que no caso em exame não foi declarada propriamente a incapacidade laborativa da postulante, bem como esta mesmo declarou que nunca exerceu atividade remunerada.

5. Tampouco há que se cogitar de similitude com o paradigma da 5ª Região, pois, enquanto naquele julgado restou assente que a incapacidade parcial não se erige em obstáculo ao deferimento do benefício assistencial, neste a decisão da Turma de origem foi construída sobre premissa distinta, a saber, da inexistência de incapacidade (até mesmo parcial) no caso sob exame. Assim, a desconstrução dessa premissa demandaria necessariamente reexame do contexto probatório, o que sabidamente é vedado em juízo de uniformização, a teor da Súmula 42 da TNU. Note-se, a propósito, que a própria circunstância fática, e, portanto, erigida a elemento de prova, de a parte autora jamais haver desempenhado atividades laborais recebeu valoração distinta no acórdão recorrido e no acórdão paradigma; neste, como elemento a reforçar o viés limitador da incapacidade parcial constatada, o que equivale a considera-la como total, enquanto que, naquele, como fator categórico de descaracterização da própria incapacidade.

6. Em face do exposto, não conheço do presente incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela autora.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5004298-27.2012.4.04.7001  
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ  
REQUERENTE: TIAGO EDUARDO RAMALHO  
PROC./ADV.: THAISA CRISTINA CANTONI  
OAB: CE-20 701  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUIS EDUARDO BIANCHI CERQUEIRA

EMENTA

AUXÍLIO-ACIDENTE. REDUÇÃO EM GRAU MÍNIMO DA CAPACIDADE LABORAL GERAL. MANUTENÇÃO DA CAPACIDADE PARA A ATIVIDADE HABITUAL. SENTENÇA QUE JULGA O PEDIDO IMPROCEDENTE E É MANTIDA PELA QUARTA TURMA RECURSAL DO PARANÁ. APÓS INCIDENTE REGIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO, O FEITO FOI REMETIDO PARA RETRATAÇÃO PARA A QUARTA TURMA, QUE MANTVE A DECISÃO, PORQUE A QUESTÃO NÃO SE REFERIRIA, PROPRIAMENTE, AO GRAU MÍNIMO, MAS À INEXISTÊNCIA DE INCAPACIDADE PARA A ATIVIDADE HABITUAL, QUE É REQUISITO LEGAL. ASSIM, NO SEU ENTENDER, NÃO HAVERIA COLISÃO COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO, PARA ONDE O FEITO FOI REMETIDO, INCONTINENTI, POR FORÇA DA QUESTÃO DE ORDEM 2, DA TRU LOCAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

Trata-se de pedido de concessão de auxílio-acidente, logo após a cessação do auxílio-doença, por conta de suposta permanência de redução de capacidade em grau mínimo.

O laudo pericial entendeu existir 95% de capacidade laboral geral, bem como, que inexiste qualquer incapacidade, para o exercício da atividade habitualmente exercida pelo Autor.

Então, a sentença julgou improcedente o pedido e a Quarta Turma Recursal do Paraná a manteve, com base nas conclusões do "expert".

Foi interposto incidente regional de uniformização, o qual, determinou a devolução dos autos à Quarta Turma Recursal, para fins de retratação.

Porém, a Quarta Turma Recursal do Paraná diverge da interpretação dada pela Turma Regional de Uniformização sobre o alcance do termo "redução mínima", porque considera que, naqueles casos em que não há qualquer incapacidade laboral para a atividade habitual, não haveria que se falar em concessão de qualquer benefício previdenciário.

Por isso, não houve a pretendida retratação.

Por conta disso, em razão da Questão de Ordem 2, da Turma Regional de Uniformização local, os autos subiram, incontinenti, para a Turma Nacional de Uniformização.

É o relatório.

Não conheço do incidente de uniformização, por força da Questão de Ordem 13.

Pois bem, a jurisprudência predominante, ao qual se referem os autos, é a seguinte, verbis:

"Processo PEDILEF 50044044120124047113

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL

Relator(a)

JUIZ FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

Sigla do órgão

TNU

Fonte

DOU 18/12/2015 PÁGINAS 142/187

Decisão

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E PROVER OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO veiculados pelo INSS tão-somente para fins de prequestionamento, nos termos do voto-ementa do Relator.

Ementa

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONSECUTÓRIOS LEGAIS. PREQUESTIONAMENTO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO. 1. Trata-se de embargos de declaração opostos pelo INSS em face de acórdão ementado nos seguintes termos: VOTO-EMENTA INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. DANO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. JURISPRUDÊNCIA DO STJ E DA TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto contra acórdão da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que negou provimento ao recurso da parte autora, mantendo, pelos seus próprios fundamentos, a sentença de primeiro grau, a qual havia julgado improcedente o pedido formulado na inicial de concessão de auxílio-acidente. Colhe-se do acórdão a fundamentação que segue: "[...] Trata-se de recurso interposto pela parte autora contra sentença que julgou improcedente o pedido de concessão do benefício por incapacidade. Para concessão do benefício por incapacidade, a parte autora deve preencher os requisitos legais, sendo estes: Qualidade de segurado, na data da incapacidade; o número de carência exigido e a constatação da incapacidade. Diante da falta de algum destes é incabível prosperar o benefício. Não restou comprovada a incapacidade da parte autora. Portanto, a sentença deve ser confirmada pelos seus próprios fundamentos, como salienta o juízo a quo: 'Com efeito, segundo o laudo pericial, há redução laborativa apenas residual, não sofrendo o autor prejuízo no seu potencial laboral (evento 34, LAUDPERI1, tópico 12). Para uma maior clareza, transcreve-se a íntegra dos quesitos 1 e 2 do Juízo, bem como das respostas do perito: '1) A seqüela de acidente da qual a parte autora alega ser portadora gera a sua incapacidade para as suas atividades profissionais habituais? Em que consistem tais atividades? Essa seqüela reduz a sua capacidade para essa atividade? Nesta hipótese, essa redução de capacidade impossibilita que ele exerça estas atividades? Justificar todas as respostas. Não. Vendedora de produtos de beleza. Apresenta disfunção (redução mínima da capacidade funcional), mas sem extensão ou repercussão na capacidade laborativa. 2) Tal seqüela gera redução de capacidade da parte autora para o exercício de qualquer atividade remunerada? Justificar. Se não, que tipo de trabalho pode o(a) autor(a) exercer? Justificar. Apresenta disfunção (redução mínima da capacidade funcional), mas sem extensão ou repercussão na capacidade laborativa.' Ora, a realidade é que não há como deixar de ter o requerente como apto para a realização de seu trabalho habitual. Ao contrário do que defende o procurador da parte autora, a prova pericial que veio aos autos não é no sentido da incapacidade. Logo, como este magistrado não tem parâmetro objetivo outro para julgar esta demanda, que não a constatação técnica do perito-médico para o caso concreto, nem foi produzida prova em sentido contrário nos autos, resta apenas julgar improcedente a demanda. De qualquer sorte, destaca-se, ainda, que a presunção é sempre de imparcialidade e competência técnica do perito, e em não havendo comprovação de que ela não se afirma na realidade, deve prevalecer o resultado do laudo médico. Cumpre ressaltar que o simples fato de haver redução residual não importa necessariamente no enquadramento do autor dentre aqueles segurados mercedores do benefício de auxílio-acidente. E assim é porque a finalidade do benefício é indenizar o segurado naquela parcela de sua capacidade laboral que tenha sido efetivamente reduzida. In casu, acaba restando muito evidente da leitura do laudo que a autora não teve qualquer redução efetiva em sua capacidade laboral, ainda que mínima, uma vez que por diversas vezes o expert informa que o requerente não apresenta prejuízo laborativo. Com efeito, é de se registrar, ainda, que o expert especialista em ortopedia/traumatologia foi categórico ao afirmar que as seqüelas estão consolidadas e não se

enquadram no Anexo III do Decreto 3.048/99 (evento 34, LAUDPERI1, tópico 12), o que só reforça o acerto da conclusão pela improcedência dos pedidos vertidos na inicial.' Importa destacar que 'o magistrado, ao analisar o tema controvertido, não está obrigado a refutar todos os aspectos levantados pelas partes, mas, tão-somente, aqueles que efetivamente sejam relevantes para o deslinde do tema' (STJ, Resp 717265, DJ 12.03.2007, p.239). Ademais, saliento que, nos Juizados Especiais, o processo deve se orientar pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade (art. 2º da Lei n.º 9.099/95); em sede de recurso em Juizado Especial, o julgamento pode constar apenas da ata, mediante fundamentação sucinta e parte dispositiva, podendo ainda a sentença ser confirmada pelos próprios fundamentos, hipótese em que a súmula do julgamento servirá de acórdão (art. 46 da Lei n.º 9.099/95). Assim, refuto todas as alegações que não tenham sido expressamente rejeitadas nos autos, porquanto desnecessária sua análise para chegar à conclusão exposta no julgado. Dou expressamente por prequestionados todos os dispositivos indicados pelas partes nos presentes autos, para fins do art. 102, III, da Constituição Federal, respeitadas as disposições do art. 14, caput e parágrafos e art. 15, caput, da Lei nº 10.259, de 12.07.2001. A repetição dos dispositivos é desnecessária, para evitar tautologia. Mantida a sentença, condeno a recorrente em honorários advocatícios fixados em 10% (dez) sobre o valor da condenação, observado o disposto na súmula 111 do STJ e, na hipótese de não haver condenação, sobre o valor da causa, atualizado desde o ajuizamento pelo IPCA-E, suspensos caso seja beneficiária da AJG. Custas ex lege. Ante o exposto, voto por NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO da parte autora. [...] 2. Em seu incidente, a parte autora alega que o acórdão recorrido contraria a jurisprudência do STJ (Súmula nº 44, REsp 199147 / SP, AgRg no Ag 1427123 e AgRg no Ag 1387647 / SC), que adotaram o entendimento de que "o nível do dano e, em consequência, o grau do maior esforço, não interferem na concessão do benefício acidentário, bastando, para tanto, a comprovação de existência de lesão que implique a redução de capacidade". 3. O incidente de uniformização foi admitido na origem. 4. Entendo que a divergência restou demonstrada com relação aos paradigmas. 5. Quanto ao mérito, a matéria também já foi tratada no âmbito desta Corte, in verbis: PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. REDUÇÃO DA CAPACIDADE. GRAU MÍNIMO. DIREITO AO BENEFÍCIO. ALINHAMENTO À JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RECURSO REPETITIVO (RESP 1.109.591/SC). INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto contra acórdão proferido pela 4ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Sul que negou provimento ao recurso inominado do requerente ao fundamento de que o julgador monocrático amparou-se no laudo do perito para rejeitar o pedido de concessão de auxílio-acidente, em razão da conclusão de que "a redução da capacidade funcional da mão do autor é de grau mínimo, não encontrando enquadramento no anexo III do Decreto n. 3048/99". 2. Sustenta a parte autora que o acórdão recorrido contraria julgado do Superior Tribunal de Justiça (REsp 1109591/SC), em sede de representativo de controvérsia, em que a Terceira Seção daquela Corte consolidou o entendimento de que havendo lesão que implique redução da capacidade para o labor, o benefício previsto no art. 86 da Lei n. 8.213/91 deve ser concedido, ainda que mínima a redução detectada. 3. O incidente de uniformização foi admitido na origem. 4. Entendo que restou comprovada a contrariedade do acórdão recorrido à jurisprudência do STJ, firmada em recurso repetitivo. Enquanto o relator da origem afastou a possibilidade de concessão do auxílio-acidente à parte autora com arrimo na conclusão da perícia médica, no sentido de que a redução da capacidade funcional constatada é de grau mínimo, a Corte Superior assentou que uma vez configurados os pressupostos de concessão do benefício, é de rigor o reconhecimento do direito do segurado ao benefício de auxílio-acidente, sendo descabida a investigação quanto ao grau do prejuízo laboral. 5. Na espécie, entendo pertinente salientar que não se discute a existência, ou não, da redução da capacidade laboral do segurado, pois tal perda, no caso, existe, conforme consignou o acórdão recorrido. Está em discussão apenas os efeitos da extensão ou não da intensidade da redução sofrida para fins de concessão do benefício previsto no art. 86 da Lei n. 8.213/91. [...] 7. Dessa forma, proponho o alinhamento da jurisprudência desta Turma Nacional para que passe a refletir a do STJ, firmada em recurso repetitivo, no sentido de que, configurados os pressupostos para concessão do benefício previsto no art. 86, da Lei n. 8.213/91 (consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza e existência seqüelas que causem redução da capacidade para o trabalho habitual), deve ser concedido o benefício, sendo irrelevante o fato de a redução ser em grau mínimo. 8. Necessidade de retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado ao entendimento uniformizado. (PEDILEF 50017838620124047108, Juiz Federal João Batista Lazzari, DOU 16/05/2014) 8. De acordo com o entendimento destacado, o auxílio-acidente é devido ainda que o dano seja mínimo. No caso dos autos, portanto, deve prevalecer a conclusão do laudo pericial apontando que o recorrente apresenta disfunção (redução mínima da capacidade funcional), em decorrência de fratura distal no rádio direito e fratura de fêmur direito. Desse modo, a alegação de que a autora não teve redução efetiva em sua capacidade laborativa, uma vez que o expert informou que a parte autora não apresenta prejuízo laborativo, por si só, não afasta a possibilidade de concessão do benefício requerido, ante à clara constatação de que a consolidação das lesões deixou seqüelas que reduzem minimamente a sua capacidade laborativa. 9. À luz dessa compreensão, inegável que a posição adotada na sentença e no acórdão censurados não se harmoniza com o entendimento do STJ e desta TNU, no sentido de que o nível do dano não deve influenciar a concessão do benefício. 10. Ante o exposto conheço e dou provimento ao incidente de uniformização para julgar procedente a pretensão inicial, condenando a Autarquia recorrida a conceder ao recorrente o benefício de auxílio-acidente desde a data de cessação do

auxílio-doença (NB 5381735991, DIB 02/11/2009, DCB 27/10/2010). As parcelas vencidas deverão ser corrigidas de acordo com o Manual de Cálculos da Justiça Federal. Fixo os honorários advocatícios em 10%, devendo o respectivo cálculo obedecer ao disposto na Súmula 111 do STJ. Sustenta a Autarquia Previdenciária que os consecutórios legais devem seguir o disposto no art. 1º-F da Lei n.º 9.494/1997, com a redação dada pela Lei n.º 11.960/2009, e não conforme restou fixado no acórdão embargado: "As parcelas vencidas deverão ser corrigidas de acordo com o Manual de Cálculos da Justiça Federal". 2. Pois bem. Dou por prequestionados os temas e/ou os dispositivos indicados pela Autarquia Previdenciária em seus embargos de declaração. Ainda que tal tema não tenha sido ventilado pelo INSS em eventual recurso inominado ou em eventual pedido de uniformização, não há reformatio in pejus na fixação dos consecutórios legais por esta TNU, porquanto, nos termos da jurisprudência mais recente do STJ, os juros de mora e a correção monetária são matérias de ordem pública, que não se submetem aos institutos da preclusão e da coisa julgada (AgRg no REsp 1427357 / PR, Primeira Turma, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 04/08/2014; AgRg no AREsp 455281 / RS, Terceira Turma, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 25/06/2014; AgRg no REsp 1427958 / SC, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 02/06/2014; Resp n.º 1.112.524 / DF, Corte Especial, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 30/09/2010, dentre outros precedentes). 3. Em sendo assim, entendo que os embargos de declaração opostos pela Autarquia Previdenciária devem ser conhecidos e providos, tão-somente para fins de prequestionamento.

Data da Decisão

19/11/2015

Data da Publicação

18/12/2015" (grifa-se).

Ora, o Superior Tribunal de Justiça, da mesma forma que o acórdão da Turma Nacional de Uniformização invocado, para basear esse entendimento, referente ao grau mínimo, deixam claro que só é relevante a discussão do grau mínimo, se houver perda da capacidade laborativa para a atividade habitual.

Caso contrário, essa discussão sobre o grau de redução da capacidade laborativa é inútil.

Se esquecido esse pequeno detalhe, contido no artigo 86, da Lei 8213/91, que é o requisito "existência de seqüelas que causem redução de capacidade para o trabalho habitual", como salienta Lazzari, no PEDILEF 50017838620124047108, os benefícios previdenciários serão concedidos para pessoas que dele não necessitam, porque podem ganhar a vida, normalmente, no trabalho que habitualmente exercem.

Se uma interpretação da norma e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e da Turma Nacional de Uniformização pode levar a um resultado absurdo, deve-se ponderar, ao menos, em suspensão de juízos, que pode estar equivocada.

É o caso dos autos.

Segundo o laudo pericial, como corretamente interpretado pelo primeiro grau e pela Quarta Turma Recursal do Paraná, não há qualquer incapacidade laborativa para o desempenho da atividade habitual.

É como, historicamente, vem ensinando o Superior Tribunal de Justiça, que julga o auxílio-acidente, há muito mais tempo que os juizados especiais federais, os quais, receberam tal competência somente em tempos recentes, como ocorre no Recurso Especial 1.109.591/SC, representativo de controvérsia, verbis:

"O fato da redução ser mínima, ou máxima, reafirmo, é irrelevante, pois a lei não faz referência ao grau da lesão, não figurando essa circunstância entre os pressupostos do direito, de modo que, para a concessão de auxílio-acidente, é necessário verificar, apenas, se existe lesão decorrente da atividade laboral e que acarrete, no fim das contas, incapacidade para o trabalho regularmente exercido".

O representativo de controvérsia do Superior Tribunal de Justiça, apenas consagra entendimento que evoluiu, sempre no mesmo sentido, verbis:

Processo

"AGRESP 201303426960

AGRESP - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - 1411709

Relator(a)

SÉRGIO KUKINA

Sigla do órgão

STJ

Órgão julgador

PRIMEIRA TURMA

Fonte

DJE DATA:06/03/2014 ..DTPB:

Decisão

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da PRIMEIRA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Ari Pargendler, Arnaldo Esteves Lima, Napoleão Nunes Maia Filho (Presidente) e Benedito Gonçalves votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ementa

..EMEN: PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. DISACUSIA. AUXÍLIO-ACIDENTE. AUSÊNCIA DE REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA. IMPOSSIBILIDADE DE REXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. Cedejo que o benefício de auxílio-acidente não pode ser indeferido com base exclusivamente no grau de disacusia mínimo aferido de acordo com a Tabela de Fowler, conforme dicção da Súmula 44/STJ, segundo a qual "A definição, em ato regulamentar, de grau mínimo de disacusia, não exclui, por si só, a concessão do benefício previdenciário." 2. Entretanto, a teor da Lei n. 8.213/91, a concessão do auxílio-acidente apenas se revela possível quando demonstrada a redução da capa-



cidade laborativa, em decorrência da lesão, e o nexo causal. 3. O tema trazido nas razões de recurso especial já foi enfrentado pela Terceira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 1.108.298/SC, processado pelo rito estabelecido pelo art. 543-C do CPC, sendo consolidado o entendimento de que para a concessão de auxílio-acidente, em virtude de perda auditiva decorrente do exercício da atividade laborativa habitual, é necessário que a sequela acarrete a diminuição da capacidade de trabalho do segurado. 4. No caso, o Tribunal de origem, com base no laudo pericial, concluiu que a perda auditiva não teve o condão de afetar a capacidade laborativa do autor. Assim, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ. 5. Agravo regimental a que se nega provimento. ..EMEN:

Indexação  
VEJA A EMENTA E DEMAIS INFORMAÇÕES. ..INDE:  
Data da Decisão  
20/02/2014  
Data da Publicação  
06/03/2014" (grifos da Relatoria).  
"Processo RESP 201201627967  
RESP - RECURSO ESPECIAL - 1337206  
Relator(a)  
ELIANA CALMON  
Sigla do órgão  
STJ  
Órgão julgador  
SEGUNDA TURMA  
Fonte  
DJE DATA:29/10/2012 ..DTPB:  
Decisão

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, não conheceu do recurso, nos termos do voto da Sra. Ministra-Relatora, sem destaque e em bloco." Os Srs. Ministros Castro Meira, Humberto Martins, Herman Benjamin e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Ementa  
..EMEN: PROCESSO CIVIL - PREVIDENCIÁRIO - AUXÍLIO-ACIDENTE - GRAU MINIMO DE DIACUSIA - SÚMULA 44/STJ - INEXISTÊNCIA DE REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL - LAUDO PERICIAL - JUÍZO DE VALOR DA CORTE DE ORIGEM - MODIFICAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - SÚMULA 7/STJ. 1. A Súmula 44/STJ e o REsp 1109591/SC, rel. Min. Celso Limongi não torna prescindível a redução da capacidade laboral para a concessão do auxílio-acidente, ainda que seja constatada diacusia em grau mínimo. 2. É inadmissível o recurso especial se a análise da pretensão da recorrente demanda o reexame de provas. 3. Recurso especial não conhecido. ..EMEN:

Indexação  
VEJA A EMENTA E DEMAIS INFORMAÇÕES. ..INDE:  
Data da Decisão  
18/10/2012  
Data da Publicação  
29/10/2012" (grifa-se).  
Ou seja, desde que a Sé de Braga foi assentada, o fato da existência de dano em grau mínimo, não impede, nem determina, a concessão do auxílio-acidente, para o Superior Tribunal de Justiça.  
Houve, a rigor, uma deturpação da interpretação da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, um tanto quanto radical, que levou à, data venia, absurda conclusão que alguém que possa desempenhar plenamente a sua atividade laboral, por possuir um dano físico ou psíquico, em grau mínimo, em razão de acidente, possa receber benefício previdenciário.

Por isso, a Quarta Turma Recursal do Paraná se recusou a se retratar - e o fez bem.  
Assim, não conheço do incidente de uniformização, nos termos da Questão de Ordem 13.  
É como voto.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização em não conhecer do incidente de uniformização nacional, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.  
Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

LUIS EDUARDO BIANCHI CERQUEIRA  
Juiz Federal Relator  
PROCESSO: 5004312-86.2014.4.04.7115  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: JOSÉ ANTONIO MARTINS  
PROC./ADV.: CARLOS FRANCISCO BÜTTENBENDER  
OAB: RS-34 966  
REQUERIDO(A): FUNASA  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. TRIBUTÁRIO. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE COMBATE E CONTROLE DE ENDEMIAS - GACEN. NATUREZA REMUNERATÓRIA. INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA LIMITADA À PARCELA INCORPORÁVEL À APOSENTADORIA. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM PRECEDENTES DESTA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização nacional de jurisprudência interposto pelo autor em face de acórdão de Turma Recursal que, reformando a sentença, julgou parcialmente procedente a ação para afastar a incidência do PSS sobre a parcela da Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias - GACEN que não se incorporará aos benefícios previdenciários, determinando a repetição dos valores indevidamente descontados, observada a prescrição quinquenal.

2. O recorrente alega contrariedade entre o acórdão recorrido e a jurisprudência dessa TNU, indicando como paradigma decisão onde reconhecida a não incidência de PSS sobre a GACEN, por se tratar de parcela remuneratória paga em decorrência do local de trabalho, sujeita à isenção prescrita no art. 4º, VII, da Lei nº 10.887/2004.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Embora esse Colegiado tenha efetivamente reconhecido a natureza remuneratória da GACEN no julgamento do PEDILEF nº 0006275-98.2012.4.01.3000, Rel. Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, apontado pelo recorrente como paradigma, no próprio julgamento e nos demais acerca do tema esta TNU assentou entendimento no mesmo sentido do acórdão recorrido, de que a contribuição para a Previdência Social do Servidor (PSS) somente deve incidir sobre a parcela incorporável à aposentadoria do servidor público federal. A título de ilustração, o PEDILEF nº 5002490-84.2013.4.04.7119, Juiz Federal Ronaldo José da Silva, julgado em 12/05/2016:

GRATIFICAÇÃO ATIVIDADE. NATUREZA REMUNERATÓRIA. INCIDÊNCIA PSS SOBRE PARCELA NÃO INCORPORÁVEL AOS PROVENTOS - LEI 11.784/2008 - PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR - PSS. INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. LIMITAÇÃO À PARCELA INCORPORÁVEL NA APOSENTADORIA. "NÃO HÁ CONTRIBUIÇÃO SEM BENEFÍCIO NEM BENEFÍCIO SEM CONTRIBUIÇÃO (STF - ADC 8 MC; ADI 2.010)". PRECEDENTES DESTA TNU. CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

5. Assim, ao afastar a incidência do PSS apenas sobre a parcela da GACEN que não se incorporará aos benefícios previdenciários, o julgamento recorrido encontra-se em harmonia com a jurisprudência desta TNU.

6. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pelo autor.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pelo autor, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI  
Juiz Federal Relator  
PROCESSO: 5005743-49.2013.4.04.7000  
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): ISMAEL DE OLIVEIRA  
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. CONDENAÇÃO DO INSS AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS. PARTE REPRESENTADA PELA DPU. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL. SÚMULAS 07 E 43 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pelo INSS em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, confirmando a sentença que julgou parcialmente procedente o pedido de concessão de benefício por incapacidade, condenou-o ao pagamento de honorários advocatícios em favor da Defensoria Pública da União.

2. O suscitante alega contrariedade do acórdão recorrido à jurisprudência do STJ que ensejou a edição da Súmula nº 421, nos seguintes termos: "Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença".

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. A discussão acerca do cabimento da condenação em honorários advocatícios configura questão de direito processual, razão pela qual não cabe incidente de uniformização, nos termos das Súmulas nº 07 e 43 desta TNU. Transcrevo, a título de ilustração, recente julgamento desta TNU reafirmando o entendimento proclamado na citada Súmula nº 7 em caso análogo, em que a condenação do INSS em honorários advocatícios ocorreu em favor da Defensoria Pública da União:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. MATÉRIA PROCESSUAL. DESCABIMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS Nº 7 E 43 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização contra acórdão proferido pela 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná, que negou provimento ao recurso do INSS e condenou o recorrente vencido ao pagamento de honorários advocatícios. O acórdão proferido em embargos de declaração negou provimento aos aclaratórios ao fundamento de que: O embargante sustenta, em síntese, que é indevida a condenação ao pagamento de honorários advocatícios quando a defensoria Pública atua contra pessoa jurídica de Direito Público. Conheço dos embargos porque tempestivos. Não assiste razão ao embargante. De acordo com a súmula 421, do STJ, 'Os honorários advocatícios não são devidos à defensoria Pública quando ela atua contra pessoa jurídica de direito público à qual pertença'. No presente caso, contudo, a defensoria Pública da União prestou assistência jurídica à autora em face do INSS, pessoas jurídicas distintas, de modo que não há que se falar na ocorrência de confusão entre credor e devedor. Destaque-se, ainda, a existência de autonomia orçamentária das autarquias federais em relação à União, nos termos do disposto no art. 165, §5º da CRFB/88 (nesse sentido: procedimento comum do juizado especial cível nº 2010.70.51.006973-0, Juíza Federal Lília Cortês de Carvalho de Martino). Assim, deve ser mantida a condenação quanto ao pagamento dos honorários advocatícios. 2. Em seu incidente, o INSS alega que a decisão da origem contraria a jurisprudência consolidada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (Súmula 421 e REsp 1.199.715) no sentido de que os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença. 3. Pedido de uniformização admitido na origem. 4. A questão dos honorários advocatícios destinados à Defensoria Pública da União já foi objeto de análise por esta Turma na ocasião do julgamento do Pedilef 5026546-24.2011.4.04.7000 (Relator Juiz Federal Paulo Ernane, j. 11/02/2015), conforme ementa que segue: INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELO INSS. PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PARA A DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. MATÉRIA PROCESSUAL. DESCABIMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização Nacional interposto pelo INSS em face de Acórdão da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que condenou a autarquia ao pagamento de honorários advocatícios à parte vencedora, patrocinada pela Defensoria Pública da União. 2. Aduz, em síntese, que o acórdão recorrido diverge da interpretação firmada por jurisprudência dominante do STJ, uma vez que esta preleciona não serem devidos os honorários advocatícios à Defensoria Pública da União quando atua contra pessoa jurídica de direito público da qual é parte integrante. Para demonstrar a alegada divergência colacionou acórdãos do STJ, bem como ressaltou o enunciado sumular nº421 de indigitada Corte. 3. Incidente foi admitido na origem, sem fundamentação específica. 4. O incidente de uniformização, todavia, não merece ser conhecido. 5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça. 6. In casu a questão controversa gravita em torno da possibilidade, ou não, de condenação do INSS ao pagamento de honorários advocatícios para a Defensoria Pública da União, fato conducente à aplicação da Súmula nº 7 da TNU, qual seja: "Descabe incidente de uniformização versando sobre honorários advocatícios por se tratar de questão de direito processual" 7. Nesse sentido, também trago recente ementa desta Corte Uniformizadora, publicada em 24/10/2014, de relatoria da d. Juíza Federal Kyu Soon Lee, no PEDILEF nº05014264520114058013: PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELO INSS. PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MATÉRIA PROCESSUAL. DESCABIMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DA TNU. CONVERSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. POSSIBILIDADE. INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO. [...] 8. Diante do exposto, não conheço do incidente de uniformização. 5. Assim, voto pela reafirmação do entendimento proclamado no julgamento referido e deixo de conhecer do pedido de uniformização com amparo nas Súmulas 7 e 43, desta TNU. (PEDILEF nº 50488273720124047000, Rel. JUIZ FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE, DOU 13/04/2015)

5. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pelo INSS.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pelo INSS, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5009017-97.2013.4.04.7201  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: ANDERSON VARGAS  
PROC./ADV.: GILSON CARBONERA  
OAB: SC-36532  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

## EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. INCAPACIDADE PARCIAL. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS CONCLUSÕES MÉDICAS COM FATORES DE ORDEM SOCIAL. INCAPACIDADE PARA A VIDA INDEPENDENTE. NÃO CARACTERIZAÇÃO. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. PRETENSÃO QUE IMPLICA REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. SÚMULA Nº 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização nacional de jurisprudência interposto em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, confirmando sentença de improcedência, indeferiu o pedido de benefício assistencial por indemonstrada a existência de impedimento de longo prazo do postulante.

2. O suscitante alega que o acórdão recorrido contraria a jurisprudência sumulada dessa TNU, de que a transitoriedade da incapacidade não impede a concessão do benefício assistencial (Súmulas n.ºs 29 e 48), bem como diverge de decisões proferidas por turmas de diferentes regiões.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Inexiste incompatibilidade entre as teses de que o impedimento não necessita ser permanente - como assentado na jurisprudência consolidada dessa TNU -, e de que, para o benefício almejado, exige-se que o impedimento seja de longo prazo - como afirmado no acórdão recorrido. Em que pese o impedimento possa ser temporário, deve ser obstrutivo da participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, circunstância não evidenciada no caso concreto, de acordo com a soberana análise da prova e das circunstâncias pessoais do postulante levada a efeito pelas instâncias de origem. Ausente, portanto, contrariedade entre o julgamento recorrido e a jurisprudência do STJ.

5. Incidente, ademais, cujo acolhimento e provimento demandaria reexame da prova, providência vedada pela Súmula nº 42.

6. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pelo autor.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pelo autor, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI  
Juiz Federal Relator  
PROCESSO: 5009154-60.2014.4.04.7002  
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): FELICIANA DUARTE DE MACHUCA  
PROC./ADV.: IVERALDO NEVES  
OAB: PR-53 697  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

## EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. MISERABILIDADE. RENDA PER CAPITA. NÃO CONFIGURAÇÃO DE CRITÉRIO ABSOLUTO. ANÁLISE DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. AUSÊNCIA DE CONTRARIEDADE À JURISPRUDÊNCIA DA TNU. INVIABILIDADE DE REEXAME DA PROVA. SÚMULA Nº 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização nacional de jurisprudência interposto pelo INSS em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, reformando a sentença, concedeu benefício assistencial à autora, considerando, fundamentalmente, que o grupo familiar da autora não percebe rendimentos, de modo que a renda per capita enquadra-se no critério legal.

2. O suscitante alega que o acórdão contraria a jurisprudência dessa TNU, de que a renda per capita não constitui critério absoluto de aferição da miserabilidade, devendo ser realizada análise das provas produzidas relativamente à real condição econômica e social da família.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Diferentemente do alegado pelo postulante, o acórdão recorrido não fundamentou o julgamento de improcedência exclusivamente no valor absoluto da renda familiar per capita. Ao contrário, analisou o conjunto probatório para reconhecer o quadro de miserabilidade em que vive a autora, colhendo elementos, inclusive, do estudo sócio-econômico produzido, notadamente elencando despesas a serem enfrentadas pela requerente.

5. Abstraído juízo de valor sobre a qualidade ou a suficiência da análise das demais condições que, no caso concreto, indicariam a miserabilidade, fato é que o acórdão especificamente cuidou de dispor sobre o ponto, e o afastamento dessa conclusão demandaria reexame do conjunto fático-probatório, vedado pela Súmula nº 42.

6. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pelo INSS.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pelo INSS, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI  
Juiz Federal Relator  
PROCESSO: 5012602-17.2014.4.04.7204  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: CLAUDIO COLLE BERTI  
PROC./ADV.: FABRICIO MACHADO  
OAB: SC-12245  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUIS EDUARDO BIANCHI CERQUEIRA

## EMENTA

AUXÍLIO-DOENÇA E/OU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. O AUTOR ALEGA SER MOTORISTA DE CAMINHÃO E TER PROBLEMAS CARDÍACOS. O LAUDO PERICIAL RELATA A EXISTÊNCIA DA DOENÇA CARDÍACA, COM OCORRÊNCIA DE INFARTO, MAS NEGA, COM BASE NO TESTE DE ESTEIRA, EXISTÊNCIA DE ÁREA ISQUÊMICA NO CORAÇÃO, BEM COMO, AFIRMA QUE NÃO HÁ EVIDÊNCIA DE INCAPACIDADE ATUAL, ESTANDO A DOENÇA ESTABILIZADA. ENTÃO, A SENTENÇA JULGA O PEDIDO IMPROCEDENTE, SENDO MANTIDA PELA PRIMEIRA TURMA RECURSALDE SANTA CATARINA. O PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO ALEGA DIVERGÊNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DA QUINTA TURMA RECURSAL DE SÃO PAULO, PORQUE NÃO HOUE PERÍCIA POR CARDIOLOGISTA, OU SEJA, POR MÉDICO ESPECIALISTA. QUESTÃO DE ORDEM 13. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

Trata a hipótese de pedido de concessão de benefício por incapacidade, sob a alegação de existência de incapacidade, por problemas cardíacos, alegando-se desempenhar a atividade habitual de motorista de caminhão.

O laudo pericial relata a ocorrência de infarto, mas nega a existência de área isquêmica no coração, bem como, que não há evidência de incapacidade atual alguma, estando a doença cardíaca estabilizada.

Por isso, a sentença julga o pedido improcedente, sendo mantida pela Primeira Turma Recursal de Santa Catarina.

Então, foi interposto o pedido de uniformização, sob a alegação de contrariedade à jurisprudência da Quinta Turma Recursal de São Paulo, com base no seguinte paradigma, verbis:

"PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais de São Paulo Avenida Paulista, 1912 - Bela Vista - CEP 01310-924 São Paulo/SP Fone: (11) 3012-2046 TERMO Nr: 9301029168/2013 PROCESSO Nr: 0005211- 81.2012.4.03.6303 AUTUADO EM 11/7/2012 ASSUNTO: 040101 - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ (ART.42/7) CLASSE: 1 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL AUTOR (Segurado): MARTA SANDRA PARREIRA MAGNO ADVOGADO(A)/DEFENSOR(A) PÚBLICO(A): SP198803 - LUCIMARA PORCEL RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID) ADVOGADO(A): SP999999 - SEM ADVOGADO DISTRIBUIÇÃO POR SORTEIO EM 12/7/2012 16:27:24 JUIZ(A) FEDERAL: LUCIANA ORTIZ TAVARES COSTA ZANONI I - RELATÓRIO Pleiteia a parte autora a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez, ou, alternativamente, a concessão do benefício de auxílio doença, nos termos da Lei n.º 8.213/91. O pedido foi julgado improcedente, entendendo o n. magistrado sentenciante que a parte autora não preenche os requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado, posto que a perícia judicial concluiu pela inexistência de incapacidade laboral. Recorre tempestivamente a parte autora, requerendo a reforma da sentença de primeiro grau, a fim de que seja reconhecido seu direito à concessão do benefício postulado. Alega em suas razões recursais, em síntese, que o laudo pericial acostado aos autos não condiz com o quadro clínico por ela apresentado, e que este é totalmente contraditório em relação à documentação médica acostada à exordial, a qual atestou a existência de incapacidade. Requer, subsidiariamente, a realização de nova perícia médica, por especialista gabaritado, a fim de que seja avaliada sua real situação. Porfim, pleiteia a procedência da ação, a fim de que seja decretada a condenação do INSS na forma dos pedidos formulados na petição inicial. É o relatório. II - Voto Realizada perícia médica em 08.08.2012, o perito médico apresentou as seguintes conclusões: (...) CONCLUSÃO: Com base nos elementos, fatos expostos e analisados, conclui-se que a autora é portadora de quadro clínico compatível com seqüela de poliomielite (maior envolvimento do membro inferior esquerdo), não comprovando uma situação atual de incapacidade laboral para as atividades em geral. As alterações encontradas são crônicas e degenerativas sem sinais de agravamento atual. Tendo em vista que o perito médico foi omisso com relação à alegada infecção urinária de

repetição e incontinência urinária em razão da seqüela de Poliomielite, e considerando que os esclarecimentos médicos não podem ser evasivos, mas pontuais e completos, devendo se manifestar acerca das doenças apontadas nos documentos médicos, ainda que para refutá-las, entendo ser imprescindível a CONVERSÃO do feito em diligência para realização de nova perícia, oportunamente, na sede do juizado de origem, para que o perito judicial analise eventual incapacidade da parte autora para o desempenho de sua atividade habitual (auxiliar de serviços gerais), com relação à infecção urinária de repetição e incontinência urinária decorrente de seqüela de Poliomielite. É o voto. III - ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos eletrônicos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quinta Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Terceira Região - Seção Judiciária de São Paulo, por unanimidade, converter o julgamento em diligência, nos termos do voto da Relatora. Participaram do julgamento o(a)s Sr(a)s. Juizes Federais Kyu Soon Lee, Omar Chamon e Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni. São Paulo, 10 de maio de 2013. (Processo, Relator LUCIANA ORTIZ TAVARES COSTA ZANONI, 5ª Turma Recursal - SP, 10/05/2013)"

É o relatório.

Não merece ser conhecido o pedido de uniformização, nos termos da Questão de Ordem 13.

Isso se dá, porque a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização não é francamente favorável à exigência de especialização do perito, em qualquer caso, verbis:

"Processo PEDILEF 201151670044278

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL

Relator(a)

JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

Sigla do órgão

TNU

Fonte

DOU 09/10/2015 PÁGINAS 117/255

Decisão

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer em parte o Pedido de Uniformização, e, na parte conhecida, nega-lhe provimento, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.

Ementa

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA.PERÍCIA MÉDICA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. INEXISTÊNCIA. PERÍCIA POR MÉDICO ESPECIALISTA. DESNECESSIDADE. INCAPACIDADE LABORATIVA. REXAME DE PROVAS. SÚMULA 42 DA TNU. A Presidência da TNU deu provimento a agravo interposto pela parte autora contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional por ela suscitado, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença. Alega que o acórdão recorrido divergiu do entendimento desta TNU, firmado no PEDILEF 200683005210084, em que ficou reconhecida a nulidade do laudo pericial por violação ao princípio do contraditório e da ampla defesa, uma vez que, naquela oportunidade, o perito não respondeu adequadamente aos quesitos formulados pelo segurado e não analisou de forma crítica a documentação médica apresentada. Afirmou divergência com o acórdão da 3ª Turma Recursal da Subseção Judiciária do Estado de São Paulo (Processo 00663172620074036301, Relator Juiz Federal Danilo Almasi Vieira Santos, Pub. no e-DJF3 Judicial em 25/06/2012), onde ficou consignado que tendo sido realizada a perícia por médico não especialista, outra perícia deve ser designada. Por último, alega divergência com a decisão proferida pelo STJ no AgRg no RESP 1.00.210/MG, segundo o qual, havendo incapacidade parcial, deve ser considerada a condição socioeconômica, profissional e cultural do segurado. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. Esclareço que o autor se submeteu a duas perícias médicas nestes autos, cada uma delas ensejando um laudo médico específico. A primeira perícia, datada de 03/03/2011, realizada por médica cuja especialidade não foi declinada, concluiu por ser parte recorrente portadora de hérnia de disco desde 2005, estando incapaz temporária e parcialmente para o trabalho, não podendo exercer atividades que exijam esforço físico e equilíbrio. Todavia, o juízo de primeiro grau considerou o laudo contraditório e inviável ao julgamento da causa, destituindo a perícia médica nomeada e designando nova perícia, praticada por médico especialista em ortopedia, traumatologia, medicina do trabalho e reabilitação. Colho dos autos que na segunda perícia (realizada quase dois anos depois da primeira: 10/01/2013), o médico concluiu que o autor não estava incapacitado para o trabalho. Sua conclusão fundou-se no exame da documentação médica anexada aos autos (um único receituário médico) e registrou que o autor, à época com 59 anos de idade, era portador de "artrose de coluna vertebral com discopatia degenerativa inerente a sua faixa etária que não o incapacita de suas atividades laborativas, e hipertensão e diabetes controladas" (sic). Entendo que essa última perícia albergou as questões propostas, referentes às patologias declinadas na inicial: ortopedia CID G55.1 - compressões das raízes e dos plexos nervosos em transtornos dos discos vertebrais; CID M51.1 - transtornos de discos lombares e de outros discos intervertebrais com radiculopatia) e neurologia (afecções não descritas), inexistindo, portanto, qualquer nulidade, muito menos violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Por outro lado, é evidente que o perito médico responsável pelo segundo laudo possui capacidade técnica necessária ao desempenho de seu mister e



produziu laudo hábil ao julgamento da causa, não havendo necessidade de realização de nova perícia. No particular, anoto que esta TNU consolidou entendimento segundo a qual a realização de perícia por médico especialista só é necessária em casos especialíssimos e de maior complexidade; doença rara, por exemplo (PEDILEF 200972500071996, JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VI-TOVSKY, TNU, DOU 01/06/2012.), o que não é o caso dos autos. Por fim, uma vez que o laudo concluiu que inexistente incapacidade laborativa por parte do recorrente, não há que se falar em aplicação da Súmula 47 desta TNU e dos paradigmas do STJ invocados por ele, cuja exegese tem como pano de fundo o reconhecimento de incapacidade parcial para o trabalho, esta não admitida pelo acórdão recorrido. Divergir dessa conclusão, aliás, implica reexame do material probatório constante do processo, o que é vedado pela Súmula 42 deste Colegiado: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato." Incidente de uniformização conhecido em parte, e, na parte conhecida, desprovido.

Data da Decisão  
11/09/2015  
Data da Publicação  
09/10/2015". (grifa-se).  
"Processo PEDILEF 200970530030463  
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO  
DE LEI FEDERAL  
Relator(a)  
JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA  
Sigla do órgão  
TNU  
Fonte  
DOU 27/04/2012  
Decisão

ACÓRDÃO Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência não conhecer do incidente de uniformização nos termos do voto do relator. Rio de Janeiro, 29 de março de 2012

Ementa  
EMENTA PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INADMITIDO NA TURMA RECURSAL DE ORIGEM. REQUERIMENTO DE SUBMISSÃO À PRESIDÊNCIA DESTA TNU. DISTRIBUIÇÃO AOS RELATORES PARA MELHOR ANÁLISE. LOMBOCIATALGIA E LEUCEMIA. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO NÃO RECONHECIDA. PERÍCIA REALIZADA POR MÉDICO NÃO ESPECIALISTA. ADMISSIBILIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS EXCEPCIONAIS. INEXISTÊNCIA. PRECEDENTES. QO 13 TNU. REEXAME DE PROVAS. INADMISSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº. 42, TNU. NÃO CONHECIMENTO. 1 - Pedido de Uniformização Nacional interposto em face de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná que negou provimento ao recurso inominado e manteve a sentença a qual julgara improcedente o pedido de restabelecimento de auxílio-doença ou, alternativamente, a conversão em aposentadoria por invalidez, com fundamento na inexistência de incapacidade para o exercício da atividade habitual, comprovada por perícia médica. Inadmitido o incidente pela Turma de origem, foi requerida, tempestivamente, a submissão à Presidência desta Turma Nacional nos termos do art. 7º, VI do RI/TNU. Distribuição aos Relatores, para melhor análise do pedido. 2 - Divergência alegada entre o acórdão recorrido e o acórdão proferido pela Turma Recursal do Estado da Bahia (Proc. nº. 2005.33.00.764188-9) que conclui ser nula a perícia realizada por profissional não especializado na enfermidade da qual o segurado é portador. O recorrente aponta como modelo da divergência, ainda, diversos acórdãos oriundos de Tribunais Regionais Federais de diferentes regiões nos quais se adotou a tese da necessidade de avaliação por médico especialista. 3 - O recorrente suscita, pelas mesmas razões, dissídio jurisprudencial entre o acórdão recorrido e a decisão proferida no PEDILEF nº. 2008.72.51.001862-7 no qual esta TNU decidiu: "Quando, como no caso, a segurada apresenta um quadro médico complicado, complexo, sendo portadora de uma doença neurológica rara, a realização de perícia médica por especialista em neurologia é um direito a ser preservado". 4 - Acórdão recorrido consignou: a) o laudo atesta expressamente que, consideradas as atividades da parte autora (movimentador de mercadorias), não há incapacidade para o seu exercício e b) não há vício no laudo que invalide as suas conclusões. 5 - Esta Turma de Uniformização já sedimentou entendimento segundo o qual não há óbice a que a perícia médica possa ser validamente realizada por médico não especialista na moléstia que acomete o segurado (PEDILEF nº. 200872510048413, Rel. Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, DJ 09.08.2010). Necessária verificação em cada caso da necessidade e suficiência à luz do cotejo entre a natureza da patologia alegada e a qualificação do perito. 6 - As enfermidades das quais o autor é portador - lombociatalgia e leucemia -, em regra, são passíveis de avaliação por médico generalista. Ausência de nulidade, em face da inexistência de circunstâncias excepcionais no caso concreto. 7 - Incidência da Questão de Ordem nº. 13 desta TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido". 8 - Pretensão remanescente de reexame de prova. Aplicação da Súmula nº. 42 desta Turma Nacional: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato". 9 - Pedido de Uniformização não conhecido.

Data da Decisão  
29/03/2012  
Data da Publicação  
27/04/2012"

Com efeito, como se vê, a jurisprudência atual da Turma Nacional de Uniformização dos juizados especiais federais estabelece como critério, para saber se é o caso de nomeação de perito especialista, a existência de "casos especialíssimos e de maior complexidade" e "doença rara".

Isso se dá por dois motivos principais.  
O primeiro, é que qualquer médico, por força do Ato Médico, conhece o mínimo necessário para atuar em qualquer área, sem a necessidade de especialização.

O segundo, por razões de ordem prática. Não é fácil obter médicos especialistas, para todas as seções judiciárias do Brasil. Quanto mais para o interior pior.

No caso concreto, o laudo pericial foi detalhado e baseado em exames apresentados, que um médico com qualquer especialização ou generalista é capaz de interpretar.

Como não se está diante de um caso complexo ou especialíssimo, nem diante de doenças raras, podendo qualquer pessoa formada em Medicina opinar sobre a existência de incapacidade, tem-se que o pedido de uniformização não deva sequer ser conhecido, nos termos da Questão de Ordem 13 da Turma Nacional de Uniformização.

É como voto.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização em não conhecer do incidente de uniformização nacional, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.  
Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

LUIS EDUARDO BIANCHI CERQUEIRA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5013786-76.2012.4.04.7107  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
REQUERIDO(A): LEONIR THEREZINHA NIZZOLA  
PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS  
OAB: DF-5939  
PROC./ADV.: TIAGO GORNICKI SCHNEIDER  
OAB: RS-68 833  
PROC./ADV.: PABLO DRESCHER DE CASTRO  
OAB: RS-82 739  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER

#### EMENTA

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. RECONHECIMENTO DO DIREITO NA ESFERA ADMINISTRATIVA.PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. NÃO CONHECIMENTO.

1. Em que pese os argumentos articulados pelo nobre relator, manifesto minha divergência.

2. A parte autora, obteve aposentadoria publicada em 29-07-1997. Em decorrência do exercício em atividades insalubres, postulou, em 05 de setembro de 2007, o direito à averbação, como especial, do tempo de serviço prestado sob condições nocivas à saúde no período do regime celetista, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), cujo pedido foi deferido, nos termos da Portaria SEGEP/MS/RS Nº 355, de 28 de outubro de 2010. Consoante o referido pela União, houve a implantação do novo valor do benefício, não sendo pagas as diferenças pretéritas, na contestação constou o seguinte: "A parte não demonstrou interesse em adentrar com a presente ação, eis que a parte não fez prova de que a Administração se negou a pagar o benefício pleiteado. Ao contrário, conforme informação do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde, documento em anexo, a Administração, em cumprimento a decisão do Tribunal de Contas da União, já implantou a nova proporcionalidade do benefício em folha de pagamento."

3. A sentença julgou o feito parcialmente procedente para o efeito de condenar a parte ré ao pagamento das diferenças decorrentes, relativas ao período de 05/09/2002 a 31/10/2010, ressalvadas as já pagas administrativamente. O acórdão da Turma Recursal deu parcial provimento ao recurso da parte autora, quanto ao critério de cálculo das diferenças e negou provimento ao recurso da parte ré.

4. No meu entendimento, o incidente de uniformização invocou paradigmas que não são adequadas ao caso. Com efeito, não se trata de discutir a possibilidade ou não de revisar a aposentadoria da parte autora mediante a inclusão de tempo especial, após o prazo de cinco anos. Isto já foi reconhecido pela União. A parte autora, logrou a alteração do ato jubilatório nos termos da Portaria SEGEP/MS/RS Nº 355, de 28 de outubro de 2010. O que está sendo questionado aqui, portanto, é o pagamento de diferenças que foram reconhecidas por ato administrativo publicado em 28 de outubro de 2010. Na contestação e no recurso inominado a União invocou inclusive a falta de interesse de agir.

5. Em um dos precedentes apontados a questão é relativa a prescrição de fundo de direito de aposentadoria de servidor público no prazo de cinco anos, considerada genericamente (AgRg no REsp n. 1.291.049/SC, Segunda Turma, Ministro Castro Meira, DJe 28/3/2012 ). Em outro, embora refira-se expressamente a inaplicabilidade da "Orientação Normativa do Ministério do Planejamento e acórdão do TCU, que tratam da contagem especial de tempo de serviço para efeito de aposentadoria de servidor público' não significaria renúncia à prescrição (AREsp n. 43.863, Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 28/10/2011), o precedente refere-se a revisão que está sendo postulada, não de uma revisão que já aconteceu. Ainda, no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.388.774 a

questão debatida foi a não inclusão nos atos apontados dos servidores que à época já se encontravam aposentados e tiveram suas pretensões submetidas aos efeitos da prescrição.

6. Assim, entendo que deve ser feita uma distinção entre o caso ora em exame no qual já houve reconhecimento do direito e implantação do novo valor pela administração daqueles que são postulados e rejeitados pela administração.

7. Assim, voto por não conhecer do incidente de uniformização

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juizes da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por maioria, em NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização, nos termos deste voto ementa.

Brasília, 18 de fevereiro de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5015150-47.2011.4.04.7001  
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ  
REQUERENTE: MARIA APARECIDA MACEDO INACIO

PROC./ADV.: THAYS A. CHAGAS ROMAGNOLI  
OAB: PR-53 002  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUIS EDUARDO BIANCHI CERQUEIRA

#### EMENTA

APOSENTADORIA POR IDADE. DIARISTA. FREQUÊNCIA DE DUAS VEZES POR SEMANA. CTPS ASSINADA ANOS DEPOIS, ALEGADAMENTE. A SENTENÇA NÃO RECONHECEU O PERÍODO DE 1990 ATÉ 2004, SEM CTPS ASSINADA, COMO SENDO DE EMPREGADA DOMÉSTICA, PELA FALTA DE UM MÍNIMO DE PROVA MATERIAL, SENDO A ÚNICA TESTEMUNHA, A PESSOA QUE ASSINOU A CTPS DA AUTORA, COMO EMPREGADORA, APÓS 2004. O ACÓRDÃO DA PRIMEIRA TURMA RECURSAL DO PARANÁ NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO. O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO ALEGA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL COM A QUARTA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO SUL E A SEGUNDA TURMA RECURSAL DO PARANÁ. TURMAS DA MESMA REGIÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

Trata-se de ação, pela qual, se pretende a concessão de aposentadoria por idade, mediante o reconhecimento de alegado vínculo como empregada doméstica, entre 1990 e 2004, sem CTPS assinada.

A sentença não reconheceu o referido período, por falta de um mínimo de prova material, bem como, tendo em vista que a única testemunha seria a suposta empregadora, a qual, assinou a CTPS, a partir de 2004.

A Primeira Turma Recursal do Paraná negou provimento ao recurso.

Assim, foi interposto o incidente de uniformização, alegando-se divergência com a jurisprudência da Quarta Turma Recursal do Rio Grande do Sul e a Segunda Turma Recursal do Paraná, com base nos seguintes paradigmas, verbis:

"RECURSO CÍVEL Nº 5062466-50.2011.404.7100/RS RELATOR: EDUARDO GOMES PHILIPPSEN RECORRENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS RECORRIDO: HELENA MARQUES FERREIRA VOTO Constatado que a sentença está em plena harmonia com a jurisprudência desta Turma Recursal e que os fundamentos do recurso interposto não demandam enfrentamento específico, que vá além dos fundamentos consignados na bem lançada decisão do juízo a quo. Para tanto, utilizo-me de trecho esclarecedor constante na peça sentencial: A controvérsia cinge-se, portanto, ao período de 02/07/1998 a 20/04/2010. Conforme se depreende da CTPS anexada ao processo, no intervalo em questão a parte autora desenvolveu a atividade de empregada doméstica, na residência da Sra. Helena Friedrich. O vínculo está anotado de forma legível e ainda esta em aberto. As testemunhas inquiridas em Juízo informaram que a autora ainda trabalha como empregada doméstica na residência da Sra. Helena Friedrich. A primeira testemunha disse que trabalha no condomínio onde a empregadora da autora tem apartamento e onde trabalha a autora. Disse que trabalha no condomínio desde 2004, e que conseguiu o emprego com ajuda da autora e da patroa dela. A ex-empregadora informou que a autora trabalha na sua casa como diarista, desde 1998, duas vezes por semana, e que o pagamento é feito por dia de trabalho. Disse que a autora tira férias de trinta dias, anualmente, geralmente em janeiro. Deve ser destacado, que ao contrário do empregado urbano, cuja caracterização do vínculo se assenta na não eventualidade, o vínculo empregatício de natureza doméstica pressupõe, apenas, continuidade, conforme se depreende da leitura do art. 1.º, da Lei 5.859/72 "é empregado doméstico aquele que presta serviço de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas" (grifo nosso). Portanto, a noção de continuidade compreende a conduta reiterada e constante, como no caso dos autos, donde se depreende que a autora freqüentava a casa da empregadora ao menos duas vezes por semana, há treze anos, gozando, inclusive, de período de férias, e recebendo salário regularmente. E, neste cenário, tem-se que razão assiste à autora enquanto sustenta ser de emprego a relação havida com a ex-empregadora, de vez que a periodicidade denotada caracteriza a continuidade da prestação laboral na forma prevista no artigo 1.º da Lei 5.859/70, especialmente em se considerando que até mesmo havia periodicidade no pagamento de forma desvinculada da prestação do serviço em si. Portanto, incorreta a decisão do INSS em

não computar o período anotado na CTPS, uma vez que a responsabilidade pelos recolhimentos da empregada doméstica é do empregador, não podendo a seguradora ser prejudicada por desídia da quale, sendo muito comum o não-pagamento de contribuições de empregados domésticos ou o pagamento em conjunto quando da rescisão contratual. Ademais, o próprio art. 36 prevê a hipótese de o empregado doméstico não comprovar o recolhimento de contribuições, estabelecendo que o benefício deve ser concedido no valor mínimo até que apresente os comprovantes. Desta forma, entendendo inaplicável o disposto no inciso II do art. 27 da LB para o empregado doméstico, uma vez que é o empregador o responsável pelo recolhimento das contribuições, devendo receber tratamento igual ao empregado. Logo, a sentença é de ser confirmada pelos seus próprios fundamentos, nos termos do artigo 46 da Lei 9.099/1995, combinado com artigo 1º da Lei 10.259/2001."

**RECURSO CÍVEL Nº 5003158-21.2013.404.7001/PR RELATOR: MARCOS JOSEGREI DA SILVA RECORRENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS RECORRIDO: MARIA DO NASCIMENTO DE FREITAS VOTO** Trata-se de recurso interposto contra sentença que julgou procedente o pedido inicial, condenando o INSS a conceder aposentadoria por idade à parte autora desde a data do requerimento do benefício, em 12/12/2012. A autarquia, em seu recurso (evento 26), requer a reforma da sentença, argumentando que os períodos reconhecidos na sentença, de 1995 a 12/1997 não possuem anotação na CTPS ou inserção no CNIS, de modo que não há nos autos nenhum elemento material hábil a comprovar o contrato de trabalho. Insurge-se, ainda, pela aplicação da Lei nº 11.960/2009, de forma a assegurar aos credores os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, sem capitalização. Não foram apresentadas contrarrazões e os autos vieram conclusos para julgamento. Fundamentação Analisando minuciosamente todas as peças que compõem os presentes autos, concluo que não assiste razão ao INSS. A carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício. Tendo transgido as partes acerca do tempo de labor urbano da autora, na qualidade de empregada doméstica, resta controversa somente a possibilidade de cômputo, para fins de carência, do interregno de 1995 a 12/1997. Acerca do tema, posiciona-se o Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a empregada doméstica não pode ser penalizada pelo não recolhimento de suas contribuições previdenciárias, uma vez que se trata de responsabilidade exclusiva do empregador. Veja-se: AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. EMPREGADADOMÉSTICA. CARÊNCIA. COMPROVAÇÃO. I - A legislação atribuiu exclusivamente ao empregador doméstico, e não ao empregado, a responsabilidade quanto ao recolhimento das contribuições previdenciárias (ex vi do art. 30, inciso V, da Lei nº 8.212/91). II - A alegada falta de comprovação do efetivo recolhimento não permite, como consequência lógica, a inferência de não cumprimento da carência exigida. Agravo regimental desprovido. (AGRESP 200100938768, FELIX FISCHER, STJ - QUINTA TURMA, DJ DATA:09/12/2003 PG:00310.) PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. EMPREGADA DOMÉSTICA. CARÊNCIA. COMPROVAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. 1. O recolhimento da contribuição devida pela empregada doméstica é responsabilidade do empregador, cabendo ao INSS fiscalizar e exigir o cumprimento de tal obrigação. 2. Preenchidos os seus demais requisitos, não se indefere pedido de aposentadoria por idade quando, exclusivamente, não comprovado o efetivo recolhimento das contribuições previdenciárias devidas (Lei 8213/91, art. 36). 3. Recurso Especial conhecido mas não provido. (RESP 200000822426, EDSON VIDIGAL, STJ - QUINTA TURMA, DJ DATA:04/12/2000 PG:00098 RST VOL.:00140 PG:00068.)"

É o relatório.

Pois bem, para saber se há similitude fática, convém saber como decidiu a sentença, na qual, o acórdão da turma recursal de origem decidiu, verbis:

"Para comprovar o exercício da atividade como empregada no período acima a autora apresentou no processo administrativo (procdm1 - evento nº 8): a) certidão de casamento da autora com o Sr. José Gregório Inácio, na qual não consta qualificação profissional, registrado em 27/06/1970 (pág. 5); b) CTPS da autora, emitida em 05/02/1981 (págs. 11 a 19) com anotação do vínculo como empregada doméstica para Kelly Cristina Bombonato, com data de admissão 01/03/2004; c) fichas cadastrais da autora, na qual consta como endereço profissional a residência da Sra. Kelly, localizada na Rua João Wiclif, centro, Londrina/PR, com data de admissão em 01/02/1990, no cargo de doméstica, tendo como data da primeira compra 27/09/1997 (págs. 21 e 22). Em depoimento pessoal, a autora afirmou que trabalhou na casa de Onéia e Kelly e que, como esta era solteira, morava com a mãe; que na casa de Onéia trabalhava três vezes na semana; que quando Kelly casou, por volta de 2004, a autora passou a trabalhar como mensalista para ela; que quando trabalhou para Onéia o combinado era que a autora trabalhasse três vezes na semana, mas às vezes trabalhava quatro vezes; que quando Kelly se casou foi morar em um apartamento na Gleba Palhano; que atualmente Kelly mora na Rua João Wyclif; que enquanto trabalhou para Onéia somente a autora trabalhava para ela; que trabalhava de segunda, quarta e sexta, das 8h00 às 18h00; que fazia serviços gerais, limpava, cozinhava, entre outros; que os dias que a autora não ia a família almoçava fora; que terça e quinta a autora não trabalhava, somente quando Onéia pedia que fosse um quarto dia na semana que a autora ia trabalhar lá; que Onéia não pedia que a autora não pegasse serviço de terça e quinta, isso era opção dela. A única testemunha ouvida em audiência, Sra. Kelly Cristina Bombonato, supostamente uma das empregadoras da autora no período controvertido, relatou que conhece a autora desde quando ela começou a trabalhar para sua mãe; a autora trabalhava geralmente três vezes por semana para eles, de segunda, quarta e sexta, e às vezes sua mãe pedia para ela ir outro dia; que não sabe se a autora tinha outro serviço de terça e quinta;

que na casa de sua mãe a autora trabalhava em período integral; que neste período somente a autora trabalhou para a família; que a depoente se casou em 2000, sendo que a autora passou a trabalhar como diarista para a depoente e sua mãe, continuando três vezes por semana na casa da mãe da depoente e duas vezes na casa da depoente, trabalhando a semana inteira para a família; que quando o filho da depoente nasceu, em 2005, a depoente contratou a autora como mensalista e a registrou. As provas produzidas não são suficientes para reconhecimento do vínculo como empregada doméstica, observado o art. 55, § 3º, da Lei nº 8.213/91. Os únicos documentos (págs. 21 e 22 do procdm1 - evento nº 8) apresentados como prova material do alegado labor são fichas cadastrais em nome da autora emitidas na data de 25/05/2011 pela TOP 100, localizada na Rua Sergipe, 822, das quais, apesar de constar a data de admissão no emprego em 01/02/1990, o endereço profissional é a atual residência da empregadora Kelly, na rua João Wiclif. Assim, considerando que o extrato do CNIS referente à autora (pág. 24 do procdm1 - evento nº 8) demonstra que ela foi registrada a partir de 03/2004 tendo como empregadora Kelly Bombonato, com última contribuição em 07/2011, a prova material apresentada não é apta a comprovar que a autora já laborava como empregada doméstica, e não diarista, para as alegadas empregadoras antes do registro em CTPS. No caso dos autos, portanto, não restou comprovado que a autora tenha exercido serviço de natureza contínua a determinado empregador, o que caracterizaria a relação de emprego. Pela prova oral produzida, ela teria exercido, ao longo dos anos, a atividade de 'diarista', com periodicidade, porém sem relação de emprego, o que impede o reconhecimento dos períodos pleiteados, sem a devida contribuição à Previdência Social, eis que se trataria de contribuinte individual."

Assim, a discussão sobre quantos dias da semana poderiam caracterizar o trabalho como empregada doméstica estava presente, de modo que, poderia estar demonstrada a divergência jurisprudencial, mas não deve ser conhecido o incidente.

Com efeito, a hipótese é de turmas da mesma região, de modo que a demonstração feita não se presta para evidenciar divergência nacional, que é uniformização pela Turma Nacional de Uniformização.

Por essa razão, uma vez que refoge à competência da Turma Nacional de Uniformização uniformizar dissídios dentro de uma mesma região, não merece conhecimento o incidente nacional de uniformização.

Assim, não conheço do incidente de uniformização nacional.

É como voto.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização em não conhecer do incidente de uniformização nacional, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.  
Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

LUIS EDUARDO BIANCHI CERQUEIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5021939-95.2012.4.04.7108  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
REQUERIDO(A): SILVIA GENI ALVES WASEM  
PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS  
OAB: DF-5939  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

#### EMENTA

REVISÃO DE APOSENTADORIA - SERVIDOR PÚBLICO - RECONHECIMENTO DE ATIVIDADE INSALUBRE - ORIENTAÇÃO NORMATIVA SRH/MPOG N. 03, DE 18/05/2007 - INOCORRÊNCIA DA DENOMINADA PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO - AUSÊNCIA DE NEGATIVA EXPRESSA À PRETENSÃO AUTURAL PELA ADMINISTRAÇÃO - PARCELAS DE TRATO SUCESSIVO - PRESCRIÇÃO QUINQUENAL - SÚMULA 85/STJ - PRECEDENTES DA TNU - PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. INCIDÊNCIA DA QO Nº 13 DA TNU

1. Trata-se, em suma, de pedido de uniformização interposto pela União em que sustenta que ultrapassado o prazo de cinco anos entre o ato de concessão da aposentadoria e o pedido de revisão de seu valor, ainda que decorrente de reconhecimento de direito a insalubridade, opera-se a prescrição do fundo de direito, nos termos do Decreto 20.910/32. Logo, o acórdão guerreado deve ser revisto. Como paradigma trouxe REsp 1.149.500 - RS.

O incidente foi admitido na origem.

2. De início, assento que o presente recurso não deve ser conhecido, na medida em que o acórdão recorrido se harmoniza com a jurisprudência predominante nesta C. TNU. Justifico.

Tal como demonstrado pelo recorrente, o STJ entende que ultrapassado o período de cinco anos entre a concessão do benefício de aposentadoria e o pedido de revisão, teria se operado a prescrição do fundo de direito, ou seja, não mais poderia o servidor reclamar a título de diferenças remuneratórias.

Ocorre que no caso em análise estamos diante de um direito que não existia, eis que não há Lei que regulamente o direito à insalubridade do servidor público, o que mereceu a atenção do Supremo Tribunal Federal que, ao reconhecer a mora, mandou aplicar, analogicamente, as regras do RGPS. E, que no caso foi devidamente reconhecido pela Orientação Normativa SRH/MPOG Nº 3, de 18 de maio de 2006.

E, conforme se depreende dos autos, o recorrido, embora tenha formulado requerimento administrativo para pagamento do direito que ora se discute, não obteve a negativa da Administração Pública, não havendo portanto, no caso, a prescrição do fundo de direito.

Neste aspecto, destaco trecho relevante do acórdão recorrido onde a questão restou assentada, verbis:

"(...) Nesse contexto, esta Turma Recursal entende que, na hipótese, incide o prazo de prescrição quinquenal (art. 1º do Decreto n. 20.910/32), contado retroativamente à data do requerimento administrativo de revisão da aposentadoria formulado pelo servidor, necessário para o caso. Tal requerimento é o marco suspensivo do prazo prescricional, o qual permanece suspenso enquanto pendente o pagamento das parcelas apuradas pela Administração (art. 4º), verbis:

Art. 4º. Não corre a prescrição durante a demora que, no estudo, no reconhecimento ou no pagamento da dívida, considerada líquida, tiverem as repartições ou funcionários encarregados de estudar e apurá-la.

Parágrafo único. A suspensão da prescrição, neste caso, verificar-se-á pela entrada do requerimento do titular do direito ou do credor nos livros ou protocolos das repartições públicas, com designação do dia, mês e ano.

A parte autora protocolou requerimento administrativo, onde a parte ré reconheceu o direito da parte autora à revisão do ato de aposentadoria, mediante inclusão do tempo de serviço em atividade insalubre, nada dispondo acerca de pagamento de atrasados na Portaria de Revisão. A teor do Memo-Circular n. 37/2007/CGRH/SAA/SE/MS, de 18 de julho de 2007, que prevê o pagamento administrativo das parcelas vencidas anteriores somente a partir da data da publicação do acórdão do TCU n. 2008/2006 (11/2006).

Diante desse quadro, em relação às parcelas vencidas de 06/11/2006 até a implantação em folha, o prazo prescricional, interrompido pelo acolhimento administrativo do direito à revisão da aposentadoria mediante reconhecimento de tempo de serviço em atividade insalubre, somente voltou a fluir após a apuração e pagamento da dívida.

Assim, em relação a tais parcelas, o prazo prescricional interrompido e posteriormente suspenso somente volta a fluir, pela metade, quando a Administração pratica algum ato incompatível com o interesse de saldar a dívida, quando se torna inequívoca a mora e configurada a inércia do devedor. Nesse sentido, entendeu o STJ: 'reconhecido o direito em sede de processo administrativo, este se ultima apenas com o cumprimento da obrigação, de sorte que o prazo prescricional permanece suspenso' (REsp 1.194.939/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe 14/10/10).

No caso, verifica-se que a autora ingressou com a presente ação em 15/11/2012, sendo que, até a presente data, não há notícia acerca do pagamento dos valores reconhecidos administrativamente (11-PROCADM2). Assim, não há que se falar em prescrição e falta de interesse em relação a tais parcelas. (...)"

Ademais, tal discussão já foi devidamente enfrentada por esta C. Corte Uniformizadora, que assim se manifestou:

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO SOB A ÉGIDE DA CLT. CONTAGEM PARA TODOS OS EFEITOS. ENTENDIMENTO DO STJ ESPOSADO EM RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 038 DESTA TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Formula a parte autora pedido nacional de uniformização de jurisprudência em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, com o seguinte teor (evento 021): EMEN-TA CONSTITUCIONAL - ADMINISTRATIVO - APOSENTADORIA ESPECIAL - SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL - RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO INSALUBRE - OMISSÃO LEGISLATIVA - MANDADO DE INJUNÇÃO JULGADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - APLICAÇÃO DA LEI Nº 8.213/91 - REPERCUSSÃO DO TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL SOBRE ANUËNIOS E LICENÇA-PRÊMIO - RECURSO INOMINADO DA PARTE AUTORA PROVIDO, EM PARTE. VOTO Trata-se de Recurso Inominado interposto pela parte autora, contra sentença exarada em sede de ação especial que julgou improcedente pedido com o qual se buscou o reconhecimento de tempo de serviço prestado em condições insalubres para fins de aposentadoria, referente ao período de 12.12.1990 até 28.04.1995, bem como repercussão desse reconhecimento no cômputo dos anuênios e licença-prêmio. Com efeito, o cerne da questão tratada nos autos diz respeito à possibilidade de reconhecimento de tempo de serviço trabalhado pelo servidor público em condições insalubres após 11.12.1990, data da publicação da Lei nº 8.112, que instituiu o regime jurídico dos servidores da UNIÃO e suas autarquias, como também, quanto à possibilidade de repercussão do tempo de serviço reconhecido como insalubre no cômputo dos anuênios e licença-prêmio. Verifica-se, de início, a competência dos Juizados Especiais Federais para processar e julgar o feito em questão. De fato, tratando-se de regra limitativa da competência, a exceção prevista no inciso III, do § 1º, do artigo 3º da Lei nº 10.259/01 deve ser interpretada restritivamente, de modo a afastar da competência do Juizado Especial Federal tão somente as demandas que tenham por objeto precipuo a anulação de ato administrativo federal, tal como uma pretensão de anulação de multa administrativa, por exemplo, e não a infinidade de demandas que possam implicar indiretamente na anulação de ato administrativo, sob pena de ofensa ao princípio de acesso à prestação jurisdicional, no qual os Juizados Especiais constituem um dos desdobramentos possíveis do acesso à Justiça. Não há que se falar em prescrição do fundo de direito, haja vista que se trata de ação com a qual se almeja ser reconhecido o direito à contagem especial do tempo de atividade



insalubre durante o regime estatutário, estando caracterizada a mora legislativa pela não edição de lei dando concretude a esse direito. Em situações como a de que ora se cuida, portanto, é de se reconhecer tão somente a prescrição em relação às prestações devidas no quinquênio anterior ao ajuizamento demanda, conforme disposição do Decreto nº 20.910/32 e, bem assim, da Súmula nº 85, do c. STJ, ou seja, trata-se de hipótese de prescrição quinquenal. Nesse sentido, confira-se: "INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REVISÃO DE ATO DE APOSENTADORIA. CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO INSALUBRE PRESTADO NO REGIME ESTATUTÁRIO. AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA. MORA DO LEGISLADOR. STF. REGRAS DO REGIME GERAL. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO AFASTADA. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. STJ, SÚMULA 85. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA RESTABELECIDADA EM PARTE. 1. Sentença de procedência do pedido revisional de aposentadoria reformada pela Turma Recursal do Rio Grande do Norte, sob o fundamento de que nas ações em que se visa rever ato de aposentadoria de servidor público, para inclusão do tempo de serviço insalubre, a prescrição da pretensão ao fundo de direito ocorre quando decorridos mais de cinco anos entre o ato de concessão e o ajuizamento da ação. 2. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora ao argumento de que o acórdão recorrido é divergente da compreensão do Superior Tribunal de Justiça, para quem, segundo diz, a prescrição é parcial e progressiva nos casos de contagem especial do tempo de serviço de atividade insalubre em regime estatutário. 3. Incidente admitido na origem. 4. Presentes os requisitos de admissibilidade, o recurso merece ser conhecido. 5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça. 6. Sem delongas, vale registrar que o acórdão censurado divergiu, em parte, da posição encampada pela e. Corte Superior. Explico. O STJ já assentou entendimento no sentido de que a revisão de ato de aposentadoria para a contagem especial do tempo de serviço insalubre exercido durante o regime celetista submete-se ao prazo prescricional de cinco anos, contados da concessão do benefício, nos termos do art. 1º, do Decreto 20.910/32. Nesse ponto, não há ressalvas a fazer no acórdão recorrido, o que também não é objeto de irrisignação no presente incidente. A controvérsia reside na possibilidade de contagem especial do tempo de serviço de atividade insalubre em regime estatutário, que não seria alcançada pela prescrição do fundo direito, incidindo apenas sobre as parcelas vencidas há mais de cinco anos (STJ, Súmula 85). 7. Conforme realçado pela recorrente, o Superior Tribunal de Justiça, em recente julgado assim resolveu a questão: "PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REGIME ESTATUTÁRIO. CONTAGEM ESPECIAL DO TEMPO DE SERVIÇO DE ATIVIDADE INSALUBRE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. MORA DO LEGISLADOR RECONHECIDA PELO STF. APLICAÇÃO POR ANALOGIA DAS REGRAS DO REGIME GERAL. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DO DIREITO. AUSÊNCIA. 1. Não se conhece da suscitada violação do art. 535 do CPC quando o recorrente deixa de especificar em que consistiram os vícios do aresto impugnado, valendo-se de arguições genéricas de que o decisum não se manifestou sobre os dispositivos de lei por ele invocados. Incidência da Súmula 284/STF. 2. De uma maneira geral, a jurisprudência do STJ tem consignado que a revisão do ato de aposentadoria para obter-se o pagamento de diferenças remuneratórias prescreve em cinco anos após a aposentação, nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/32. 3. Todavia, quando se trata da contagem especial do tempo de atividade insalubre durante o regime estatutário, ainda não foi editada lei dando concretude a esse direito. Em razão disso, o STF reconheceu a mora legislativa e determinou, com efeito inter partes, a aplicação das regras do regime geral da previdência (MI 721/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ. 30.11.07). Com base nesse precedente, o aresto recorrido reconheceu a procedência do pedido, determinando o pagamento dos correspondentes consectários remuneratórios. 4. Nesse contexto, não havendo notícia de que o requerimento formulado pelo servidor fora negado pela Administração, inexistente prescrição do fundo do direito, pois a lesão renova-se com a mora do Legislativo em assegurar-lhe o direito consagrado pela norma constitucional. Logo, a prescrição apenas deve atingir as parcelas vencidas há mais de cinco anos, nos termos preconizados na Súmula 85/STJ. 5. Recurso especial não provido. (REsp 1287736/PB, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/03/2012, DJe 28/03/2012)" 8. Comprovado o vínculo estatutário da parte autora entre 1º/01/1991 e 28/04/1995 e, não havendo elementos que demonstrem a negativa da Administração a pedido eventualmente formulado pela recorrente, não há se falar em prescrição do fundo de direito pois, consoante sobredito julgado, a lesão renova-se com a mora do Legislativo em assegurar à postulante o direito consagrado na Carta da República, pelo que a prescrição, nesse caso, deve atender ao enunciado da Súmula 85, do STJ. 9. Ante o exposto, conheço do incidente de uniformização de jurisprudência e lhe dou provimento para restabelecer a sentença, tão-somente na parte em que deferido o pleito de conversão do período trabalhado pela autora em atividade insalubre no regime estatutário (17/06/75 a 31/05/81). Mantenho, por conseguinte, a condenação da União ao pagamento das verbas vencidas geradas em razão da revisão, considerada a prescrição quinquenal, nos termos em que consignado no julgado monocrático." (PEDILEF 05095139020114058400, JUIZ FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS, TNU, DOU 13/06/2014 PÁG. 95/146.) - Grifou-se. Quanto à possibilidade de ser computado o tempo de serviço laborado por servidor público em condições insalubres, a partir da vigência da Lei nº 8.112/90, tem-se pelo seu cabimento. É

que, apesar da previsão constitucional contida no art. 40, §4º, da Carta Magna de 1988, a exigir a edição de uma lei complementar que venha fixar os requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos estatutários que exerçam atividades em condições especiais, esta norma ainda não foi editada até os dias de hoje. Por tal razão, o c. STF, quando, no julgamento do Mandado de Injunção nº 721-7/DF, firmou posicionamento no sentido de que, "inexistente a disciplina específica da aposentadoria especial do servidor, impõe-se a adoção, via pronunciamento judicial, daquela própria aos trabalhadores em geral - artigo 57, parágrafo 1º, da Lei nº 8.213/91". Vê-se, portanto, que segundo o juízo perfilhado pelo Pretório excelso, em face da morosidade legislativa no que diz respeito à edição de lei complementar para regulamentar a situação do servidor que exerce atividades sob condições especiais, devem ser aplicadas as normas correlatas previstas no art. 57, da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre a aposentadoria especial no âmbito do Regime Geral da Previdência Social. Nesse sentido, confirmam-se: CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. OMISSÃO LEGISLATIVA. ANÁLISE DOS REQUISITOS CONFORME A LEI Nº 8.213/91. LAUDO TÉCNICO PERICIAL. TEMPO ANTERIOR A 05/03/1997. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. 1. Tendo em vista a mora legislativa em regulamentar o art. 40, parágrafo 4º, III, da CF/88, que trata da aposentadoria especial dos servidores públicos, o Col. STF admitiu que a análise dos requisitos necessários à contagem do tempo de serviço especial, nesse caso, tenha por base o disposto na Lei nº 8.213/91, cujos artigos 57 e 58 disciplinam a concessão do aludido benefício, no âmbito do Regime Geral da Previdência Social. 2. Legítimo o reconhecimento, como especial, do tempo de serviço prestado pelo trabalhador cuja atividade, antes da Lei nº 9.032/95, encontrava-se catalogada nos Anexos dos Decretos 53.831/64 e 83.080/79. 3. No que concerne ao período posterior a 28/04/95, é necessária a comprovação da efetiva exposição, permanente, habitual e não intermitente, aos agentes nocivos à saúde e à integridade física do segurado. Porém, admite-se tal comprovação por qualquer meio, inclusive pela apresentação dos Formulários SB-40 e DSS-8030, somente sendo exigível laudo técnico pericial assinado por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho a partir de 05/03/1997, data da publicação do Decreto nº 2.172, que regulamentou a Lei nº 9.032/95 e a MP nº 1.523/96 - posteriormente convertida na Lei

do Mandado de Injunção nº 721-7, reconhecendo a mora na edição da lei regulamentadora, assegurou aos impetrantes daquela ação constitucional o exercício desse direito nos termos do artigo 57, parágrafo 1º, da Lei nº 8.213/91. 3. Não obstante a decisão proferida pelo col. STF no Mandado de Injunção n. 721-7/DF não tenha efeito vinculante nem eficácia erga omnes, é recomendável que a referida decisão seja prestigiada pelas instâncias inferiores do Poder Judiciário, de forma a uniformizar o entendimento sobre a matéria em questão. 4. Uma vez constatado que o autor, regido pela Lei nº 8.112/90, exerceu atividades insalubres, na especialidade de carpintaria e marcenaria, conforme Laudo Pericial produzido pelo Serviço de Segurança e Saúde do Trabalho da Delegacia Regional do Trabalho, tendo em vista a manipulação de solventes e vernizes, agentes nocivos à saúde, é de ser convertido em seu favor o tempo de serviço especial por ele exercido em comum, para fins de revisão de aposentadoria, com a utilização do fator 1.4. 5. Honorários advocatícios majorados para R\$ 2.000,00 (dois mil reais) nos termos do artigo 20, parágrafo 3 c/c 4º do CPC. 6. Precedentes deste eg. TRF5 (2ª Turma, AMS 93244 CE, j. 14.07.2009, Rel. Des. Federal. Francisco Barros Dias, Relator para acórdão Des. Federal Convocado Rubens de Mendonça Canuto; 3ª Turma - AC 452876 PB, j. 08.10.2009; DJU 20.10.2009, Rel. Des. Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima). 7. Apelação do autor parcialmente provida e apelação da União e à remessa oficial improvidas. (APELREEX 00165686120114058300, Desembargador Federal Rubens de Mendonça Canuto, TRF5 - Segunda Turma, DJE - Data::30/08/2012 - Página::277.) - Grifou-se. ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO RETIDO. SERVIDOR PÚBLICO. MÉDICO VETERINÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. PERÍODO COMO CELETISTA. DECRETO 83080/79. POSSIBILIDADE. PERÍODO COMO ESTATUTÁRIO. LEI COMPLEMENTAR. MANDADO DE INJUNÇÃO Nº 721. LEI 9032/95. 1. Cuida-se de apelação e remessa obrigatória de sentença que concedeu parcialmente a segurança para "reconhecer ao Impetrante o direito à contagem de tempo especial das atividades exercidas como Médico Veterinário no período compreendido entre 15.02.1980 até a passagem para o regime estatutário (11.12.1990), bem como a conversão em tempo comum, mediante a aplicação do fator 1.4 e, em consequência, reconhecer-lhe o direito à aposentadoria por tempo de serviço com proventos proporcionais". 2. Considerando que a matéria afeta ao agravo retido está intrinsecamente relacionada à questão central debatida nos autos, sua apreciação fica postergada para o momento oportuno, quando do exame do mérito da contenda. 3. Quanto ao período especial prestado anteriormente à instituição do regime estatutário, entende-se que, nos moldes da jurisprudência pátria, capitaneada pelo e. STF, é cabível ao servidor público a contagem desse tempo sob o regime celetista para fins de aposentadoria, desde que a atividade considerada especial esteja catalogada nos anexos dos Decretos nº 53831/64 e nº 83080/79 e que se prove o exercício dessa atividade. 4. Há que se reconhecer como especial o tempo de serviço prestado pelo postulante no cargo de médico veterinário no período de 15 de fevereiro de 1980 até 11 de dezembro de 1990, um dia antes da publicação da Lei nº 8112/90, tendo em vista que essa profissão foi classificada dentre aquelas que expõem os profissionais a agentes nocivos, nos moldes dos itens 1.3.1 do Anexo I e 2.1.3 do Anexo II, ambos do Decreto nº 83080/79, e os documentos juntados aos autos provam que o autor permaneceu no exercício dessa profissão por muitos anos, adentrando pela década de 90. 5. A partir de 12 de dezembro de 1990, momento em que os servidores públicos passaram a ser regidos pelo Regime Jurídico

Único e a ostentar a natureza de estatutários, o art. 40, parágrafo 4º, da Constituição, com a redação anterior à Emenda Constitucional nº 20/98, previu a necessidade de lei complementar específica para regular a matéria afeta ao reconhecimento de tempo de serviço especial de servidor público. Não obstante isso, a jurisprudência deste e. Tribunal tem se posicionado favoravelmente ao cômputo do tempo de serviço especial do servidor público, mesmo após a conversão do regime para o estatutário, em razão de decisão proferida no Mandado de Injunção nº 721/DF, que teria criado um regime transicional, ao mandar aplicar o disposto no art. 57 da Lei nº 8213/91 também aos servidores submetidos ao Regime Jurídico Único, até que haja a efetiva regulamentação do art. 40, parágrafo 4º, da Constituição por lei complementar. 6. Em relação ao período posterior à edição da Lei nº 8112/90, somente para o intervalo que antecede a Lei nº 9032/95 não se faz a exigência de comprovação da exposição efetiva a agentes nocivos à saúde do servidor nem da apresentação de laudo técnico como requisito para o reconhecimento de tempo de serviço exercido em condições especiais. Após sua edição, passou-se a exigir a comprovação pelo interessado, por meio de laudo técnico individualizado, do tempo de trabalho, de forma permanente - e não ocasional nem intermitente - em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, tais como a efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos e/ou biológicos. 7. Os documentos juntados aos autos pelo autor não se prestam a provar a alegada insalubridade no período posterior à edição da Lei nº 9032/95, mormente porque o laudo técnico pericial individualizado não se encontra assinado, não tendo, portanto, força probante. 8. Há que se reconhecer como especial o tempo de serviço prestado pelo requerente a partir de 15 de fevereiro de 1980 até 28 de abril de 1995, um dia antes da entrada em vigor da Lei nº 9032/95, tempo esse que deverá ser multiplicado pelo fator 1.4 e, posteriormente, somado ao período já reconhecido pelo INSS e àquele relativo à licença-prêmio não gozada, para fins de concessão de aposentadoria. Agravo retido improvido. Apelações da União e do INSS e remessa obrigatória improvidas. Apelação do autor parcialmente provida. (APELREEX 200105000016555, Desembargador Federal Cesar Carvalho, TRF5 - Primeira Turma, DJE - Data::03/08/2012 - Página::377.) - Grifou-se. Destaque-se, por outro lado, que a nocividade do trabalho exercido pela parte autora sequer é questão controvertida nos autos, haja vista que a FUNASA se limita tão somente a defender a tese da impossibilidade de reconhecimento da atividade como especial de servidor público, após a vigência da Lei nº 8.112/1990. De fato, segundo a defesa deduzida pela FUNASA, a contagem do tempo de serviço prestado sob condições insalubres, na proporção prevista no Decreto-lei 1.873/81 e nos Decretos 53.831/64 e 83.080/79, nos termos do art. 186, § 2º, da Lei 8.112/90, somente será possível quando regulamentado o Art. 40, §4º, da Constituição Federal, portanto, não se há de falar que a autora seja detentora do direito de ver incorporado aos seus patrimônios jurídicos o tempo prestado sob condições insalubres, tendo em vista que o referido dispositivo constitucional ainda não foi regulamentado. Em sendo assim, afigura-se-nos cabível o reconhecimento do tempo de serviço especial laborado pela parte autora no período indicado nos autos. Quanto ao pedido de se fazer repercutir o tempo de serviço especial sobre os anuênios e licenças prêmio, tem-se pelo sua negativa, porquanto, o reconhecimento laborado sob condições especiais não vincula a concessão de anuênios e licenças-prêmio a mais, em razão da natureza e finalidade distintas desse institutos. Não se pode perder de vista, outrossim, que a previsão constitucional se limita a autorizar a criação de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos que, em razão do trabalho, se submetam a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, não se podendo estender tal previsão também a outros aspectos funcionais não previstos no texto constitucional, para fazer incidir uma contagem diferenciada também para fins de concessão de anuênios ou de licença-prêmio. Perfilhando juízo idêntico, confira-se: ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO. PROFESSOR UNIVERSITÁRIO. LICENÇA-PRÊMIO/ESPECIAL. ANUÊNIOS. CÔMPUTO MAJORADO EM DECORRÊNCIA DO RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO QUE SE MANTÉM. 1. Trata-se de apelação cível interposta por DAVID SIMONETTI BARBALHO contra sentença prolatada pelo douto Juízo Federal da 4ª Vara da SJ/RN que julgou improcedente o pedido visando à incidência do fator de conversão de tempo de serviço (1.4) sobre a Licença Especial/Prêmio não gozada e anuênios recebidos, assegurando-lhe o pagamento dos valores pecuniários correspondentes. Fixou, ainda, honorários advocatícios sucumbenciais em R\$ 1.000,00. 2. Adoção da técnica de julgamento per relationem. 3. "Tendo tais benefícios a finalidade de recompensar o servidor, seja pelo tempo de exercício no serviço público, seja pela assiduidade, e sendo fundamentados na sua efetiva e ininterrupta prestação, não guardam correlação com o tempo majorado, decorrente do exercício de atividades penosas e perigosas, computado apenas para fins de aposentadoria. de aposentadoria." 4. Honorários advocatícios sucumbenciais fixados em R\$ 1.000,00 que se mantêm, porquanto o aludido montante mostra-se realmente compatível com o trabalho realizado pelo Advogado e com o tempo por ele despendido no acompanhamento da demanda. 5. Apelação a que se nega provimento. (AC 00079741520124058400, Desembargador Federal Manoel Erhardt, TRF5 - Primeira Turma, DJE - Data::27/11/2013 - Página::88.) - Grifou-se. Por último, visando evitar descabidos e protelatórios embargos de declaração, ressalte-se que não existe a menor necessidade de manifestação expressa sobre os todos os argumentos jurídicos levantados pelas partes, eis que as razões já expostas neste decisum são suficientes para julgamento de todos os pedidos formulados. Idêntico raciocínio se aplica ao prequestionamento. Não há obrigação de manifestação expressa sobre todas as teses jurídicas apontadas como tal. O único propósito de prequestionar a matéria a ser eventualmente levada ao conhecimento das Cortes Superiores, sem que ocorra, na hipótese, qualquer dos pressupostos elencados no art. 535 do Código

de Ritos, não constitui razão suficiente para a oposição dos embargos declaratórios, consoante prega a pacífica jurisprudência do STJ. De toda forma, a fim de agilizar o andamento dos processos, considero desde já prequestionados expressamente todos os dispositivos legais indicados pelas partes em suas petições durante o trâmite processual. Insta acentuar, por fim, que os embargos de declaração não se prestam para reanálise de pedidos já decididos. Verifica-se que, apesar de ter a sentença reconhecido a ilegitimidade passiva da União, não procedeu a sua exclusão do pólo passivo da lide. Assim sendo, tendo em vista que se trata de matéria de ordem pública cujo conhecimento é possível até mesmo de ofício, reconhece-se a ilegitimidade passiva da UNIÃO e, em consequência, EXTINGUE-SE O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO em relação a este Ente Político, nos termos do art. 267, inciso VI, do CPC. Destarte, em vista de tudo o que foi exposto e por tudo mais que dos autos consta, DÁ-SE PROVIMENTO, EM PARTE, AO RECURSO INOMINADO DA PARTE AUTORA, somente para reconhecer como tempo laborado sob condições especiais o período de 12.12.1990 (data posterior ao período já reconhecido administrativamente) até 28.04.95 (por presunção legal de nocividade), extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 269, I do CPC. Sem condenação em honorários em face do benefício da justiça gratuita que ora se defere. Custas ex lege. ACÓRDÃO Vistos etc. Decide a 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais de Pernambuco, por unanimidade, DAR provimento em parte ao recurso do autor, nos termos da ementa supra. Recife/PE, data do julgamento. Afirma a parte autora, nesta ação, que: (a) trabalhou na Fundação Nacional da Saúde (FUNASA); (b) durante a realização de suas atividades (de combate a endemias), submeteu-se a diversos agentes perigosos e insalubres, sem qualquer espécie de equipamento de proteção individual (EPI); (c) a própria FUNASA, administrativamente, reconheceu o tempo como insalubre, entretanto limitou esse reconhecimento ao período em que os agentes de saúde eram do regime celetista (até 11/12/1990, portanto), e, mesmo assim, não fizeram com que esse acréscimo se refletisse na quantidade de anuênios e de licenças-prêmios dos servidores; (d) a sua atividade laboral está enquadrada na lista anexa ao Decreto n.º 53.834/64, e deve ter a sua insalubridade reconhecida por presunção legal, para fins de aposentadoria, de anuênios e de licença-prêmio; e (e) na falta do PPP e do LTCAT, a parte autora requer o reconhecimento da insalubridade por presunção legal até a edição da Lei n.º 9.032/1995. Sustenta a parte autora, em seu incidente (evento 026), em resumo, que: (a) a Turma Recursal de Origem, ao não permitir que o tempo de serviço especial reconhecido repercutisse em seus anuênios e licenças-prêmios, entendeu contrariamente ao que vem decidindo o Superior Tribunal de Justiça; e (b) o servidor tem direito à repercussão da contagem diferenciada em decorrência do exercício de atividades especiais em seus anuênios e licenças-prêmios (AgRg no AI n.º 502.429). 2. O Min. Presidente deste colegiado encaminhou o feito a esta Relatoria para melhor análise. 3. Considero que o(s) paradigma(s) apontado(s) presta(m)-se para conhecimento do incidente. 4. Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça, no REsp n.º 1.254.456, assentou, sob a sistemática dos recursos representativos de controvérsia, que o tempo de serviço público federal prestado sob o pálio do extinto regime celetista deve ser computado para todos os efeitos, inclusive para anuênios e licença-prêmio por assiduidade. Transcrevo ementa do julgado: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO SOB AÉGIDE DA CLT. CONTAGEM PARA TODOS OS EFITOS. LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA. CONVERSÃO EM PECÚNIA. PRESCRIÇÃO. TERMO A QUO. DAT DA APOSENTADORIA. RECURSO SUBMETIDO AO REGIME PREVISTO NO ARTIGO 543-C DO CP. 1. (...). 2. Inicialmente, registro que a jurisprudência desta Corte consolidou o entendimento de que o tempo de serviço público federal prestado sob o pálio do extinto regime celetista deve ser computado para todos os efeitos, inclusive para anuênios e licença-prêmio por assiduidade, nos termos dos arts. 67 e 100, da Lei n. 8.112/90. Precedentes: AgRg no Ag 1.276.352/RS, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 18/10/10; AgRg no REsp 916.888/SC, Sexta Turma, Rel. Min. Celso Limongi (Desembargador Convocado do TJ/SP), DJe 3/8/09; REsp 939.474/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe 2/2/09; AgRg no REsp 957.097/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 29/9/08. 3. (...). 5. Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido a regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ. 6. (...). (REsp n.º 1.254.456 / PE, Primeira Seção, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 02/05/2012) Atualmente, o STJ vem adotando o entendimento esposado no aludido julgado: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 131 E 458, II DO CPC NÃO CONFIGURADA. CELETISTA CONVERTIDO EM ESTATUTÁRIO. IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO RECURSAL. ALEGAÇÕES TRAZIDAS TÃO SOMENTE EM SEDE DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. TEMPO DE SERVIÇO. DIREITO ADQUIRIDO A ANUÊNIO. INTELIGÊNCIA DO ART. 100 DA LEI 8.112/90. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DOS INCISOS I E III DA LEI 8.162/91. AGRAVO REGIMENTAL DA UNIÃO DESPROVIDO. 1. (...). 3. O acórdão recorrido está em consonância com a atual diretriz jurisprudencial desta Corte, firmada no julgamento do Recurso Especial 1.254.456/PE, Representativo da Controvérsia, de que o tempo de serviço público federal prestado sob o pálio do extinto regime celetista deve ser computado para todos os efeitos, inclusive para anuênios e licença-prêmio por assiduidade, nos termos dos arts. 67 e 100, da Lei n. 8.112/90. 4. Agravado Regimento da UNIÃO desprovido. (AgRg nos EDcl no AREsp 306714 / RN, Primeira Turma, Rel. Min. NAPOLÉÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 01/10/2015) (grifei) Nossa Suprema Corte possui julgados mais antigos que abarcam a tese da parte autora: Servidor público federal: contagem especial de tempo de ser-

viço prestado enquanto celetista, antes, portanto, de sua transformação em estatutário: direito adquirido, para todos os efeitos, desde que comprovado o efetivo exercício de atividade considerada insalubre, perigosa ou penosa. Precedentes. II. Agravado regimental: inviabilidade de, em agravo regimental, inovar a causa com questões não debatidas no acórdão recorrido, nem objeto das razões do recurso extraordinário. (RE 473895 AgR / RS, Primeira Turma, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, DJ 07-12-2006, PP-00048) (grifei) 5. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora merece ser conhecido e provido, para que o tempo de serviço especial reconhecido repercuta em seus anuênios e licenças-prêmios, nos termos da Questão de Ordem n.º 038 desta TNU. (PEDILEF 05025711920144058309, JUIZ FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA, TNU, DOU 06/05/2016.)

Logo, estando o acórdão recorrido em consonância com a orientação firmada por esta TNU o presente incidente não comporta conhecimento nos termos da QO nº 13 desta Corte.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER o Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 23 de fevereiro de 2017

RONALDO JOSÉ DA SILVA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5038510-34.2013.4.04.7100

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

REQUERIDO(A): LUIZA URBANO

PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS

OAB: DF-5939

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

#### EMENTA

REVISÃO DE APOSENTADORIA - SERVIDOR PÚBLICO - RECONHECIMENTO DE ATIVIDADE INSALUBRE - ORIENTAÇÃO NORMATIVA SRH/MPOG N. 03, DE 18/05/2007 - INOCORRÊNCIA DA DENOMINADA PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO - AUSÊNCIA DE NEGATIVA EXPRESSA À PRETENSÃO AUTURAL PELA ADMINISTRAÇÃO - PARCELAS DE TRATO SUCESSIVO - PRESCRIÇÃO QUINQUENAL - SÚMULA 85/STJ - PRECEDENTES DA TNU - PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. INCIDÊNCIA DA QO Nº 13 DA TNU

1. Trata-se, em suma, de pedido de uniformização interposto pela União em que sustenta que ultrapassado o prazo de cinco anos entre o ato de concessão da aposentadoria e o pedido de revisão de seu valor, ainda que decorrente de reconhecimento de direito a insalubridade, opera-se a prescrição do fundo de direito, nos termos do Decreto 20.910/32. Logo, o acórdão guerreado deve ser revisto. Como paradigma trouxe REsp 1.149.500 - RS.

O incidente foi admitido na origem.

2. De início, assento que o presente recurso não deve ser conhecido, na medida em que o acórdão recorrido se harmoniza com a jurisprudência predominante nesta C. TNU. Justifico.

Tal como demonstrado pelo recorrente, o STJ entende que ultrapassado o período de cinco anos entre a concessão do benefício de aposentadoria e o pedido de revisão, teria se operado a prescrição do fundo de direito, ou seja, não mais poderia o servidor reclamar a título de diferenças remuneratórias.

Ocorre que no caso em análise estamos diante de um direito que não existia, eis que não há Lei que regulamente o direito à insalubridade do servidor público, o que mereceu a atenção do Supremo Tribunal Federal que, ao reconhecer a mora, mandou aplicar, analogicamente, as regras do RGPS. E, que no caso foi devidamente reconhecido pela Orientação Normativa SRH/MPOG Nº 3, de 18 de maio de 2006.

E, conforme se depreende dos autos, o recorrido, embora tenha formulado requerimento administrativo para pagamento do direito que ora se discute, não obteve a negativa da Administração Pública, não havendo portanto, no caso, a prescrição do fundo de direito.

Neste aspecto, destaco trecho relevante do acórdão recorrido onde a questão restou assentada, verbis:

"(...) Nesse contexto, esta Turma Recursal entende que, na hipótese, incide o prazo de prescrição quinquenal (art. 1º do Decreto n. 20.910/32), contado retroativamente à data do requerimento administrativo de revisão da aposentadoria formulado pelo servidor, necessário para o caso. Tal requerimento é o marco suspensivo do prazo prescricional, o qual permanece suspenso enquanto pendente o pagamento das parcelas apuradas pela Administração (art. 4º), verbis:

Art. 4º. Não corre a prescrição durante a demora que, no estudo, no reconhecimento ou no pagamento da dívida, considerada líquida, tiverem as repartições ou funcionários encarregados de estudar e apurá-la.

Parágrafo único. A suspensão da prescrição, neste caso, verificar-se-á pela entrada do requerimento do titular do direito ou do credor nos livros ou protocolos das repartições públicas, com designação do dia, mês e ano.

A parte autora protocolou requerimento administrativo, onde a parte ré reconheceu o direito da parte autora à revisão do ato de aposentadoria, mediante inclusão do tempo de serviço em atividade insalubre, nada dispondo acerca de pagamento de atrasados na Portaria de Revisão. A teor do Memo-Circular n. 37/2007/CGRH/SAA/SE/MS, de 18 de julho de 2007, que prevê o pagamento administrativo das parcelas vencidas anteriores somente a partir da data da publicação do acórdão do TCU n. 2008/2006 (11/2006).

Diante desse quadro, em relação às parcelas vencidas de 06/11/2006 até a implantação em folha, o prazo prescricional, interrompido pelo acolhimento administrativo do direito à revisão da aposentadoria mediante reconhecimento de tempo de serviço em atividade insalubre, somente voltou a fluir após a apuração e pagamento da dívida.

Assim, em relação a tais parcelas, o prazo prescricional interrompido e posteriormente suspenso somente volta a fluir, pela metade, quando a Administração pratica algum ato incompatível com o interesse de saldar a dívida, quando se torna inequívoca a mora e configurada a inércia do devedor. Nesse sentido, entendeu o STJ: 'reconhecido o direito em sede de processo administrativo, este se ultima apenas com o cumprimento da obrigação, de sorte que o prazo prescricional permanece suspenso' (Resp 1.194.939/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe 14/10/10).

No caso, verifica-se que a autora ingressou com a presente ação em 15/11/2012, sendo que, até a presente data, não há notícia acerca do pagamento dos valores reconhecidos administrativamente (11-PROCADM2). Assim, não há que se falar em prescrição e falta de interesse em relação a tais parcelas. (...)”

Ademais, tal discussão já foi devidamente enfrentada por esta C. Corte Uniformizadora, que assim se manifestou:

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO SOB A ÉGIDE DA CLT. CONTAGEM PARA TODOS OS EFEITOS. ENTENDIMENTO DO STJ ESPOSADO EM RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM N.º 038 DESTA TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Formula a parte autora pedido nacional de uniformização de jurisprudência em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, com o seguinte teor (evento 021): EMENDA CONSTITUCIONAL - ADMINISTRATIVO - APOSENTADORIA ESPECIAL - SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL - RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO INSALUBRE - OMISSÃO LEGISLATIVA - MANDADO DE INJUNÇÃO JULGADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - APLICAÇÃO DA LEI Nº 8.213/91 - REPERCUSSÃO DO TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL SOBRE ANUÊNIO E LICENÇA-PRÊMIO - RECURSO INOMINADO DA PARTE AUTORA PROVIDO, EM PARTE. VOTO Trata-se de Recurso Inominado interposto pela parte autora, contra sentença exarada em sede de ação especial que julgou improcedente pedido com o qual se buscou o reconhecimento de tempo de serviço prestado em condições insalubres para fins de aposentadoria, referente ao período de 12.12.1990 até 28.04.1995, bem como repercussão desse reconhecimento no cômputo dos anuênios e licença-prêmio. Com efeito, o cerne da questão tratada nos autos diz respeito à possibilidade de reconhecimento de tempo de serviço trabalhado pelo servidor público em condições insalubres após 11.12.1990, data da publicação da Lei nº 8.112, que instituiu o regime jurídico dos servidores da UNIÃO e suas autarquias, como também, quanto à possibilidade de repercussão do tempo de serviço reconhecido como insalubre no cômputo dos anuênios e licença-prêmio. Verifica-se, de início, a competência dos Juizados Especiais Federais para processar e julgar o feito em questão. De fato, tratando-se de regra limitativa da competência, a exceção prevista no inciso III, do § 1º, do artigo 3º da Lei nº 10.259/01 deve ser interpretada restritivamente, de modo a afastar da competência do Juizado Especial Federal tão somente as demandas que tenham por objeto precipuo a anulação de ato administrativo federal, tal como uma pretensão de anulação de multa administrativa, por exemplo, e não a infinidade de demandas que possam implicar indiretamente na anulação de ato administrativo, sob pena de ofensa ao princípio de acesso à prestação jurisdicional, no qual os Juizados Especiais constituem um dos desdobramentos possíveis do acesso à Justiça. Não há que se falar em prescrição do fundo de direito, haja vista que se trata de ação com a qual se almeja ser reconhecido o direito à contagem especial do tempo de atividade insalubre durante o regime estatutário, estando caracterizada a mora legislativa pela não edição de lei dando concretude a esse direito. Em situações como a de que ora se cuida, portanto, é de se reconhecer tão somente a prescrição em relação às prestações devidas no quinquênio anterior ao ajuizamento demanda, conforme disposição do Decreto nº 20.910/32 e, bem assim, da Súmula nº 85, do c. STJ, ou seja, trata-se de hipótese de prescrição quinquenal. Nesse sentido, confira-se: "INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REVISÃO DE ATO DE APOSENTADORIA. CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO INSALUBRE PRESTADO NO REGIME ESTATUTÁRIO. AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA. MORA DO LEGISLADOR. STF. REGRAS DO REGIME GERAL. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO AFASTADA. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. STJ, SÚMULA 85. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA RESTABELECIDADA EM PARTE. 1. Sentença de procedência do pedido revisional de aposentadoria reformada pela Turma Recursal do Rio Grande do Norte, sob o fundamento de que nas ações em que se visa rever ato de aposentadoria de servidor público, para inclusão do tempo de serviço insalubre, a prescrição da pretensão ao fundo de direito ocorre quando decorridos mais de cinco anos entre o ato de concessão e o ajuizamento da ação. 2. Interposição de incidente de uniformização pela



parte autora ao argumento de que o acórdão recorrido é divergente da compreensão do Superior Tribunal de Justiça, para quem, segundo diz, a prescrição é parcial e progressiva nos casos de contagem especial do tempo de serviço de atividade insalubre em regime estatutário. 3. Incidente admitido na origem. 4. Presentes os requisitos de admissibilidade, o recurso merece ser conhecido. 5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça. 6. Sem delongas, vale registrar que o acórdão censurado divergiu, em parte, da posição encampada pela e. Corte Superior. Explico. O STJ já assentou entendimento no sentido de que a revisão de ato de aposentadoria para a contagem especial do tempo de serviço insalubre exercido durante o regime celetista submete-se ao prazo prescricional de cinco anos, contados da concessão do benefício, nos termos do art. 1º, do Decreto 20.910/32. Nesse ponto, não há ressalvas a fazer no acórdão recorrido, o que também não é objeto de irrisignação no presente incidente. A controvérsia reside na possibilidade de contagem especial do tempo de serviço de atividade insalubre em regime estatutário, que não seria alcançada pela prescrição do fundo direito, incidindo apenas sobre as parcelas vencidas há mais de cinco anos (STJ, Súmula 85). 7. Conforme realçado pela recorrente, o Superior Tribunal de Justiça, em recente julgado assim resolveu a questão: "PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REGIME ESTATUTÁRIO. CONTAGEM ESPECIAL DO TEMPO DE SERVIÇO DE ATIVIDADE INSALUBRE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. MORA DO LEGISLADOR RECONHECIDA PELO STF. APLICAÇÃO POR ANALOGIA DAS REGRAS DO REGIME GERAL. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DO DIREITO. AUSÊNCIA. 1. Não se conhece da suscitada violação do art. 535 do CPC quando o recorrente deixa de especificar em que consistiram os vícios do aresto impugnado, valendo-se de arguições genéricas de que o decisum não se manifestou sobre os dispositivos de lei por ele invocados. Incidência da Súmula 284/STF. 2. De uma maneira geral, a jurisprudência do STJ tem consignado que a revisão do ato de aposentadoria para obter-se o pagamento de diferenças remuneratórias prescreve em cinco anos após a aposentação, nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/32. 3. Todavia, quando se trata da contagem especial do tempo de atividade insalubre durante o regime estatutário, ainda não foi editada lei dando concretude a esse direito. Em razão disso, o STF reconheceu a mora legislativa e determinou, com efeito inter partes, a aplicação das regras do regime geral da previdência (MI 721/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ. 30.11.07). Com base nesse precedente, o aresto recorrido reconheceu a procedência do pedido, determinando o pagamento dos correspondentes consectários remuneratórios. 4. Nesse contexto, não havendo notícia de que o requerimento formulado pelo servidor fora negado pela Administração, inexistiu prescrição do fundo do direito, pois a lesão renova-se com a mora do Legislativo em assegurar-lhe o direito consagrado pela norma constitucional. Logo, a prescrição apenas deve atingir as parcelas vencidas há mais de cinco anos, nos termos preconizados na Súmula 85/STJ. 5. Recurso especial não provido. (REsp 1287736/PB, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/03/2012, DJe 28/03/2012)" 8. Comprovado o vínculo estatutário da parte autora entre 1º/01/1991 e 28/04/1995 e, não havendo elementos que demonstrem a negativa da Administração a pedido eventualmente formulado pela recorrente, não há se falar em prescrição do fundo de direito pois, consoante sobredito julgado, a lesão renova-se com a mora do Legislativo em assegurar à postulante o direito consagrado na Carta da República, pelo que a prescrição, nesse caso, deve atender ao enunciado da Súmula 85, do STJ. 9. Ante o exposto, conheço do incidente de uniformização de jurisprudência e lhe dou provimento para restabelecer a sentença, tão-somente na parte em que deferido o pleito de conversão do período trabalhado pela autora em atividade insalubre no regime estatutário (17/06/75 a 31/05/81). Mantenho, por conseguinte, a condenação da União ao pagamento das verbas vencidas geradas em razão da revisão, considerada a prescrição quinquenal, nos termos em que consignado no julgado monocrático." (PEDILEF 05095139020114058400, JUIZ FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS, TNU, DOU 13/06/2014 PÁG. 95/146.) - Grifou-se. Quanto à possibilidade de ser computado o tempo de serviço laborado por servidor público em condições insalubres, a partir da vigência da Lei nº 8.112/90, tem-se pelo seu cabimento. É que, apesar da previsão constitucional contida no art. 40, §4º, da Carta Magna de 1988, a exigir a edição de uma lei complementar que venha fixar os requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos estatutários que exerçam atividades em condições especiais, esta norma ainda não foi editada até os dias de hoje. Por tal razão, o c. STF, quando, no julgamento do Mandado de Injunção nº 721-7/DF, firmou posicionamento no sentido de que, "inexistente a disciplina específica da aposentadoria especial do servidor, impõe-se a adoção, via pronunciamento judicial, daquela própria aos trabalhadores em geral - artigo 57, parágrafo 1º, da Lei nº 8.213/91". Vê-se, portanto, que segundo o juízo perfilhado pelo Pretório excelso, em face da morosidade legislativa no que diz respeito à edição de lei complementar para regulamentar a situação do servidor que exerce atividades sob condições especiais, devem ser aplicadas as normas correlatas previstas no art. 57, da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre a aposentadoria especial no âmbito do Regime Geral da Previdência Social. Nesse sentido, confirmam-se: CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. OMISSÃO LEGISLATIVA. ANÁLISE DOS REQUISITOS CONFORME A LEI Nº 8.213/91. LAUDO TÉCNICO PERICIAL. TEMPO ANTERIOR A 05/03/1997. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. 1. Tendo em vista a mora legislativa em regulamentar o art. 40, parágrafo 4º, III, da CF/88, que trata da apo-

sentadoria especial dos servidores públicos, o Col. STF admitiu que a análise dos requisitos necessários à contagem do tempo de serviço especial, nesse caso, tenha por base o disposto na Lei nº 8.213/91, cujos artigos 57 e 58 disciplinam a concessão do aludido benefício, no âmbito do Regime Geral da Previdência Social. 2. Legítimo o reconhecimento, como especial, do tempo de serviço prestado pelo trabalhador cuja atividade, antes da Lei nº 9.032/95, encontrava-se catalogada nos Anexos dos Decretos 53.831/64 e 83.080/79. 3. No que concerne ao período posterior a 28/04/95, é necessária a comprovação da efetiva exposição, permanente, habitual e não intermitente, aos agentes nocivos à saúde e à integridade física do segurado. Porém, admite-se tal comprovação por qualquer meio, inclusive pela apresentação dos Formulários SB-40 e DSS-8030, somente sendo exigível laudo técnico pericial assinado por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho a partir de 05/03/1997, data da publicação do Decreto nº 2.172, que regulamentou a Lei nº 9.032/95 e a MP nº 1.523/96 - posteriormente convertida na Lei nº 9.528/97. 4. O desempenho de atividade em condições especiais (exposição a agentes nocivos à saúde ou integridade física), comprovado nos termos da legislação vigente à época da prestação do serviço, implica direito adquirido à sua conversão em tempo comum, com a concessão do benefício de aposentadoria integral por tempo de contribuição. 5. Hipótese em que, considerando que somente a partir de 05/03/1997 passou a existir previsão legal no sentido de tornar obrigatória a apresentação do laudo técnico pericial, é descabida a exigência formulada pela impetrada. 6. Remessa e apelo desprovidos. (APEL-REEX 00035836920114058200, Desembargador Federal Elío Wanderley de Siqueira Filho, TRF5 - Terceira Turma, DJE - Data::12/03/2013 - Página::136.) - Grifou-se. CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 8.112/90. MANDADO DE INJUNÇÃO Nº 721-7/DF. ACOLHIMENTO. PRECEDENTE DO STF. HONORÁRIOS. MAJORAÇÃO. 1. Para a comprovação do tempo de serviço especial, nocivo à saúde ou à integridade física até a entrada em vigor da Lei nº. 9.032, de 28.04.95, que alterou o caput do art. 57, da Lei nº.

8.213/91, era suficiente que a atividade exercida pelo segurado estivesse enquadrada em quaisquer daquelas arroladas pelos Decretos nº 53.831/64 e nº 83.080/79. Precedentes dos TRF's da 1ª e 3ª Regiões. 2. Quanto ao período especial prestado sob o regime estatutário, embora ainda não exista lei regulamentando a aposentadoria especial do servidor público e/ou a conversão do tempo de serviço especial em comum para fins de inativação, o STF, por meio de decisão nos autos do Mandado de Injunção nº 721-7, reconhecendo a mora na edição da lei regulamentadora, assegurou aos impetrantes daquela ação constitucional o exercício desse direito nos termos do artigo 57, parágrafo 1º, da Lei nº 8.213/91. 3. Não obstante a decisão proferida pelo col. STF no Mandado de Injunção n. 721-7/DF não tenha efeito vinculante nem eficácia erga omnes, é recomendável que a referida decisão seja prestigiada pelas instâncias inferiores do Poder Judiciário, de forma a uniformizar o entendimento sobre a matéria em questão. 4. Uma vez constatado que o autor, regido pela Lei nº 8.112/90, exerceu atividades insalubres, na especialidade de carpintaria e marcenaria, conforme Laudo Pericial produzido pelo Serviço de Segurança e Saúde do Trabalho da Delegacia Regional do Trabalho, tendo em vista a manipulação de solventes e vernizes, agentes nocivos à saúde, é de ser convertido em seu favor o tempo de serviço especial por ele exercido em comum, para fins de revisão de aposentadoria, com a utilização do fator 1.4. 5. Honorários advocatícios majorados para R\$ 2.000,00 (dois mil reais) nos termos do artigo 20, parágrafo 3 c/c 4º do CPC. 6. Precedentes deste eg. TRF5 (2ª Turma, AMS 93244 CE, j. 14.07.2009, Rel. Des. Federal. Francisco Barros Dias, Relator para acórdão Des. Federal Convocado Rubens de Mendonça Canuto; 3ª Turma - AC 452876 PB, j. 08.10.2009; DJU 20.10.2009, Rel. Des. Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima). 7. Apelação do autor parcialmente provida e apelação da União e à remessa oficial improvidas. (APELREEX 00165686120114058300, Desembargador Federal Rubens de Mendonça Canuto, TRF5 - Segunda Turma, DJE - Data::30/08/2012 - Página::277.) - Grifou-se. ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO RETIDO. SERVIDOR PÚBLICO. MÉDICO VETERINÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. PERÍODO COMO CELETISTA. DECRETO 83080/79. POSSIBILIDADE. PERÍODO COMO ESTATUTÁRIO. LEI COMPLEMENTAR. MANDADO DE INJUNÇÃO Nº 721. LEI 9032/95. 1. Cuida-se de apelação e remessa obrigatória de sentença que concedeu parcialmente a segurança para "reconhecer ao Impetrante o direito à contagem de tempo especial das atividades exercidas como Médico Veterinário no período compreendido entre 15.02.1980 até a passagem para o regime estatutário (11.12.1990), bem como a conversão em tempo comum, mediante a aplicação do fator 1.4 e, em consequência, reconhecer-lhe o direito à aposentadoria por tempo de serviço com proventos proporcionais". 2. Considerando que a matéria afeta ao agravo retido está intrinsecamente relacionada à questão central debatida nos autos, sua apreciação fica postergada para o momento oportuno, quando do exame do mérito da contenda. 3. Quanto ao período especial prestado anteriormente à instituição do regime estatutário, entende-se que, nos moldes da jurisprudência pátria, capitaneada pelo e. STF, é cabível ao servidor público a contagem desse tempo sob o regime celetista para fins de aposentadoria, desde que a atividade considerada especial esteja catalogada nos anexos dos Decretos nº 53831/64 e nº 83080/79 e que se prove o exercício dessa atividade. 4. Há que se reconhecer como especial o tempo de serviço prestado pelo postulante no cargo de médico veterinário no período de 15 de fevereiro de 1980 até 11 de dezembro de 1990, um dia antes da publicação da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que essa profissão foi classificada dentre aquelas que expõem os profissionais a agentes nocivos, nos moldes dos itens 1.3.1 do Anexo I e 2.1.3 do Anexo II, ambos do Decreto nº 83080/79, e os

documentos juntados aos autos provam que o autor permaneceu no exercício dessa profissão por muitos anos, adentrando pela década de 90. 5. A partir de 12 de dezembro de 1990, momento em que os servidores públicos passaram a ser regidos pelo Regime Jurídico Único e a ostentar a natureza de estatutários, o art. 40, parágrafo 4º, da Constituição, com a redação anterior à Emenda Constitucional nº 20/98, previu a necessidade de lei complementar específica para regular a matéria afeta ao reconhecimento de tempo de serviço especial de servidor público. Não obstante isso, a jurisprudência deste e. Tribunal tem se posicionado favoravelmente ao cômputo do tempo de serviço especial do servidor público, mesmo após a conversão do regime para o estatutário, em razão de decisão proferida no Mandado de Injunção nº 721/DF, que teria criado um regime transicional, ao mandar aplicar o disposto no art. 57 da Lei nº 8.213/91 também aos servidores submetidos ao Regime Jurídico Único, até que haja a efetiva regulamentação do art. 40, parágrafo 4º, da Constituição por lei complementar. 6. Em relação ao período posterior à edição da Lei nº 8.112/90, somente para o intervalo que antecede a Lei nº 9.032/95 não se faz a exigência de comprovação da exposição efetiva a agentes nocivos à saúde do servidor nem da apresentação de laudo técnico como requisito para o reconhecimento de tempo de serviço exercido em condições especiais. Após sua edição, passou-se a exigir a comprovação pelo interessado, por meio de laudo técnico individualizado, do tempo de trabalho, de forma permanente - e não ocasional nem intermitente - em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, tais como a efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos e/ou biológicos. 7. Os documentos juntados aos autos pelo autor não se prestam a provar a alegada insalubridade no período posterior à edição da Lei nº 9.032/95, mormente porque o laudo técnico pericial individualizado não se encontra assinado, não tendo, portanto, força probante. 8. Há que se reconhecer como especial o tempo de serviço prestado pelo requerente a partir de 15 de fevereiro de 1980 até 28 de abril de 1995, um dia antes da entrada em vigor da Lei nº 9.032/95, tempo esse que deverá ser multiplicado pelo fator 1.4 e, posteriormente, somado ao período já reconhecido pelo INSS e àquele relativo à licença-prêmio não gozada, para fins de concessão de aposentadoria. Agravo retido improvido. Apelações da União e do INSS e remessa obrigatória improvidas. Apelação do autor parcialmente provida. (APELREEX 200105000016555, Desembargador Federal Cesar Carvalho, TRF5 - Primeira Turma, DJE - Data::03/08/2012 - Página::377.) - Grifou-se. Destaque-se, por outro lado, que a nocividade do trabalho exercido pela parte autora sequer é questão controvertida nos autos, haja vista que a FUNASA se limita tão somente a defender a tese da impossibilidade de reconhecimento da atividade como especial de servidor público, após a vigência da Lei nº 8.112/1990. De fato, segundo a defesa deduzida pela FUNASA, a contagem do tempo de serviço prestado sob condições insalubres, na proporção prevista no Decreto-lei 1.873/81 e nos Decretos 53.831/64 e 83.080/79, nos termos do art. 186, § 2º, da Lei 8.112/90, somente será possível quando regulamentado o Art. 40, §4º, da Constituição Federal, portanto, não se há de falar que a autora seja detentora do direito de ver incorporado aos seus patrimônios jurídicos o tempo prestado sob condições insalubres, tendo em vista que o referido dispositivo constitucional ainda não foi regulamentado. Em sendo assim, afigura-se nos cabível o reconhecimento do tempo de serviço especial laborado pela parte autora no período indicado nos autos. Quanto ao pedido de se fazer repercutir o tempo de serviço especial sobre os anuênios e licenças prêmio, tem-se pelo sua negativa, porquanto, o reconhecimento laborado sob condições especiais não vincula a concessão de anuênios e licenças-prêmio a mais, em razão da natureza e finalidade distintas desse institutos. Não se pode perder de vista, outrossim, que a previsão constitucional se limita a autorizar a criação de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos que, em razão do trabalho, se submetam a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, não se podendo estender tal previsão também a outros aspectos funcionais não previstos no texto constitucional, para fazer incidir uma contagem diferenciada também para fins de concessão de anuênios ou de licença-prêmio. Perfilhando juízo idêntico, confira-se: ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO. PROFESSOR UNIVERSITÁRIO. LICENÇA-PRÊMIO/ESPECIAL. ANUÊNIOS. CÔMPUTO MAJORADO EM DECORRÊNCIA DO RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO QUE SE MANTÉM. 1. Trata-se de apelação cível interposta por DAVID SIMONETTI BARBALHO contra sentença prolatada pelo douto Juízo Federal da 4ª Vara da SJ/RN que julgou improcedente o pedido visando à incidência do fator de conversão de tempo de serviço (1.4) sobre a Licença Especial/Prêmio não gozada e anuênios recebidos, assegurando-lhe o pagamento dos valores pecuniários correspondentes. Fixou, ainda, honorários advocatícios sucumbenciais em R\$ 1.000,00. 2. Adoção da técnica de julgamento por relationem. 3. "Tendo tais benefícios a finalidade de recompensar o servidor, seja pelo tempo de exercício no serviço público, seja pela assiduidade, e sendo fundamentados na sua efetiva e ininterrupta prestação, não guardam correlação com o tempo majorado, decorrente do exercício de atividades penosas e perigosas, computado apenas para fins de aposentadoria. de aposentadoria." 4. Honorários advocatícios sucumbenciais fixados em R\$ 1.000,00 que se mantém, porquanto o aludido montante mostra-se realmente compatível com o trabalho realizado pelo Advogado e com o tempo por ele dispendido no acompanhamento da demanda. 5. Apelação a que se nega provimento. (AC 00079741520124058400, Desembargador Federal Manoel Erhardt, TRF5 - Primeira Turma, DJE - Data::27/11/2013 - Página::88.) - Grifou-se. Por último, visando evitar descabidos e protelatórios embargos de declaração, ressalte-se que não existe a menor necessidade de manifestação expressa sobre os todos os argumentos jurídicos levantados pelas partes, eis que as razões já expostas neste decisum são suficientes para julgamento de todos os pedidos formulados. Idêntico raciocínio se aplica ao prequestionamento. Não há obrigação de

manifestação expressa sobre todas as teses jurídicas apontadas como tal. O único propósito de prequestionar a matéria a ser eventualmente levada ao conhecimento das Cortes Superiores, sem que ocorra, na hipótese, qualquer dos pressupostos elencados no art. 535 do Código de Ritos, não constitui razão suficiente para a oposição dos embargos declaratórios, consoante prega a pacífica jurisprudência do STJ. De toda forma, a fim de agilizar o andamento dos processos, considero desde já prequestionados expressamente todos os dispositivos legais indicados pelas partes em suas petições durante o trâmite processual. Insta acentuar, por fim, que os embargos de declaração não se prestam para reanálise de pedidos já decididos. Verifica-se que, apesar de ter a sentença reconhecido a ilegitimidade passiva da União, não procedeu a sua exclusão do pólo passivo da lide. Assim sendo, tendo em vista que se trata de matéria de ordem pública cujo conhecimento é possível até mesmo de ofício, reconhece-se a ilegitimidade passiva da UNIÃO e, em consequência, EXTINGUE-SE O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO em relação a este Ente Político, nos termos do art. 267, inciso VI, do CPC. Destarte, em vista de tudo o que foi exposto e por tudo mais que dos autos consta, DÁ-SE PROVIMENTO, EM PARTE, AO RECURSO INOMINADO DA PARTE AUTORA, somente para reconhecer como tempo laborado sob condições especiais o período de 12.12.1990 (data posterior ao período já reconhecido administrativamente) até 28.04.95 (por presunção legal de nocividade), extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 269, I do CPC. Sem condenação em honorários em face do benefício da justiça gratuita que ora se defere. Custas ex lege. ACÓRDÃO Vistos etc. Decide a 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais de Pernambuco, por unanimidade, DAR provimento em parte ao recurso do autor, nos termos da ementa supra. Recife/PE, data do julgamento. Afirma a parte autora, nesta ação, que: (a) trabalhou na Fundação Nacional da Saúde (FUNASA); (b) durante a realização de suas atividades (de combate a endemias), submeteu-se a diversos agentes perigosos e insalubres, sem qualquer espécie de equipamento de proteção individual (EPI); (c) a própria FUNASA, administrativamente, reconheceu o tempo como insalubre, entretanto limitou esse reconhecimento ao período em que os agentes de saúde eram do regime celetista (até 11/12/1990, portanto), e, mesmo assim, não fizeram com que esse acréscimo se refletisse na quantidade de anuênios e de licenças-prêmios dos servidores; (d) a sua atividade laboral está enquadrada na lista anexa ao Decreto n.º 53.834/64, e deve ter a sua insalubridade reconhecida por presunção legal, para fins de aposentadoria, de anuênios e de licença-prêmio; e (e) na falta do PPP e do LTCAT, a parte autora requer o reconhecimento da insalubridade por presunção legal até a edição da Lei n.º 9.032/1995. Sustenta a parte autora, em seu incidente (evento 026), em resumo, que: (a) a Turma Recursal de Origem, ao não permitir que o tempo de serviço especial reconhecido repercutisse em seus anuênios e licenças-prêmios, entendeu contrariamente ao que vem decidindo o Superior Tribunal de Justiça; e (b) o servidor tem direito à repercussão da contagem diferenciada em decorrência do exercício de atividades especiais em seus anuênios e licenças-prêmios (AgRg no AI n.º 502.429). 2. O Min. Presidente deste colegiado encaminhou o feito a esta Relatoria para melhor análise. 3. Considero que o(s) paradigma(s) apontado(s) presta(m)-se para conhecimento do incidente. 4. Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça, no REsp n.º 1.254.456, assentou, sob a sistemática dos recursos representativos de controvérsia, que o tempo de serviço público federal prestado sob o pálio do extinto regime celetista deve ser computado para todos os efeitos, inclusive para anuênios e licença-prêmio por assiduidade. Transcrevo ementa do julgado: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO SOB AÉGIDE DA CLT. CONTAGEM PARA TODOS OS EFITOS. LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA. CONVERSÃO EM PECÚNIA. PRESCRIÇÃO. TERMO A QUO. DAT DA APOSENTADORIA. RECURSO SUBMETIDO AO REGIME PREVISTO NO ARTIGO 543-C DO CP. 1. (...). 2. Inicialmente, registro que a jurisprudência desta Corte consolidou o entendimento de que o tempo de serviço público federal prestado sob o pálio do extinto regime celetista deve ser computado par todos os efeitos, inclusive par anuênios e licença-prêmio por assiduidade, nos termos dos arts. 67e 10, da Lei n. 8.112/90. Precedentes: AgRg no Ag 1.276.352/RS, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 18/10/10; AgRg no REsp 916.888/SC, Sexta Turma, Rel. Min. Celso Limongi (Desembargador Convocado do TJ/SP), DJe 3/8/09; REsp 939.474/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe 2/2/09; AgRg no REsp 957.097/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 29/9/08. 3. (...). 5. Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido a regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ. 6. (...). (REsp n.º 1.254.456 / PE, Primeira Seção, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 02/05/2012) Atualmente, o STJ vem adotando o entendimento esposado no aludido julgado: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 131 E 458, II DO CPC NÃO CONFIGURADA. CELETISTA CONVERTIDO EM ESTATUTÁRIO. IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO RECURSAL. ALEGAÇÕES TRAZIDAS TÃO SOMENTE EM SEDE DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. TEMPO DE SERVIÇO. DIREITO ADQUIRIDO A ANUÊNIO. INTELIGÊNCIA DO ART. 100 DA LEI 8.112/90. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DOS INCISOS I E III DA LEI 8.162/91. AGRAVO REGIMENTAL DA UNIÃO DESPROVIDO. 1. (...). 3. O acórdão recorrido está em consonância com a atual diretriz jurisprudencial desta Corte, firmada no julgamento do Recurso Especial 1.254.456/PE, Representativo da Controvérsia, de que o tempo de serviço público federal prestado sob o pálio do extinto regime celetista deve ser computado para todos os efeitos, inclusive para anuênios e licença-prêmio por assiduidade, nos termos dos arts. 67 e 100, da Lei n. 8.112/90. 4. Agravo Regimental da UNIÃO desprovido. (AgRg nos

EDcl no AREsp 306714 / RN, Primeira Turma, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 01/10/2015) (grifei) Nossa Suprema Corte possui julgados mais antigos que abarcam a tese da parte autora: Servidor público federal: contagem especial de tempo de serviço prestado enquanto celetista, antes, portanto, de sua transformação em estatutário: direito adquirido, para todos os efeitos, desde que comprovado o efetivo exercício de atividade considerada insalubre, perigosa ou penosa. Precedentes. II. Agravo regimental: inviabilidade de, em agravo regimental, inovar a causa com questões não debatidas no acórdão recorrido, nem objeto das razões do recurso extraordinário. (RE 473895 AgR / RS, Primeira Turma, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, DJ 07-12-2006, PP-00048) (grifei) 5. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora merece ser conhecido e provido, para que o tempo de serviço especial reconhecido repercuta em seus anuênios e licenças-prêmios, nos termos da Questão de Ordem n.º 038 desta TNU. (PEDILEF 05025711920144058309, JUIZ FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA, TNU, DOU 06/05/2016.)

Logo, estando o acórdão recorrido em consonância com a orientação firmada por esta TNU o presente incidente não comporta conhecimento nos termos da QO nº 13 desta Corte.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER o Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 23 de fevereiro de 2017

RONALDO JOSÉ DA SILVA

JUIZ FEDERAL RELATOR

PROCESSO: 5039917-75.2013.4.04.7100

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: PAULO ROBERTO DOS SANTOS

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. INCAPACIDADE PARCIAL E TEMPORÁRIA. CONTRARIEDADE À JURISPRUDÊNCIA DA TNU NÃO CARACTERIZADA. INEXISTÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E O PARADIGMA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização nacional de jurisprudência interposto pelo autor em face de acórdão exarado por Turma Recursal que, confirmando sentença de improcedência, indeferiu o pedido de benefício assistencial por indemonstrado o requisito pessoal, ante a ausência de impedimento de longo prazo.

2. O suscitante alega que o acórdão contraria a jurisprudência dessa TNU, de que há possibilidade de concessão do benefício quando a incapacidade laborativa é parcial e temporária.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. A divergência não restou demonstrada, pois não há incompatibilidade entre as teses de que, para o benefício almejado, exige-se um impedimento de longo prazo - como afirmado no acórdão recorrido -, e de que não se exige que o impedimento seja permanente - como assentado no paradigma invocado, com amparo na Súmula 48 desta TNU. Extraí-se do julgado que o impedimento pode ser temporário, mas deve ser de longo prazo, o que não restou atendido no caso, de acordo com a soberana análise das provas levada a efeito pelas instâncias de origem.

5. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pelo autor.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pelo autor, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5059570-63.2013.4.04.7100

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

REQUERIDO(A): INGE STRANZ LOPES

PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS

OAB: DF-5939

PROC./ADV.: TIAGO GORNICKI SCHNEIDER

OAB: RS-68 833

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

#### EMENTA

REVISÃO DE APOSENTADORIA - SERVIDOR PÚBLICO - RECONHECIMENTO DE ATIVIDADE INSALUBRE - ORIENTAÇÃO NORMATIVA SRH/MPOG N. 03, DE 18/05/2007 - INOCORRÊNCIA DA DENOMINADA PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO - AUSÊNCIA DE NEGATIVA EXPRESSA À PRETENSÃO AUTURAL PELA ADMINISTRAÇÃO - PARCELAS DE TRATO SUCESSIVO - PRESCRIÇÃO QUINQUENAL - SÚMULA 85/STJ - PRECEDENTES DA TNU - PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. INCIDÊNCIA DA QO Nº 13 DA TNU

1. Trata-se, em suma, de pedido de uniformização interposto pela União em que sustenta que ultrapassado o prazo de cinco anos entre o ato de concessão da aposentadoria e o pedido de revisão de seu valor, ainda que decorrente de reconhecimento de direito a insalubridade, opera-se a prescrição do fundo de direito, nos termos do Decreto 20.910/32. Logo, o acórdão guerreado deve ser revisto. Como paradigma trouxe REsp 1.149.500 - RS.

O incidente foi admitido na origem.

2. De início, assento que o presente recurso não deve ser conhecido, na medida em que o acórdão recorrido se harmoniza com a jurisprudência predominante nesta C. TNU. Justifico.

Tal como demonstrado pelo recorrente, o STJ entende que ultrapassado o período de cinco anos entre a concessão do benefício de aposentadoria e o pedido de revisão, teria se operado a prescrição do fundo de direito, ou seja, não mais poderia o servidor reclamar a título de diferenças remuneratórias.

Ocorre que no caso em análise estamos diante de um direito que não existia, eis que não há Lei que regulamente o direito à insalubridade do servidor público, o que mereceu a atenção do Supremo Tribunal Federal que, ao reconhecer a mora, mandou aplicar, analogicamente, as regras do RGPS. E, que no caso foi devidamente reconhecido pela Orientação Normativa SRH/MPOG Nº 3, de 18 de maio de 2006.

E, conforme se depreende dos autos, o recorrido, embora tenha formulado requerimento administrativo para pagamento do direito que ora se discute, não obteve a negativa da Administração Pública, não havendo portanto, no caso, a prescrição do fundo de direito.

Neste aspecto, destaco trecho relevante do acórdão recorrido onde a questão restou assentada, verbis:

"(...) Nesse contexto, esta Turma Recursal entende que, na hipótese, incide o prazo de prescrição quinquenal (art. 1º do Decreto n. 20.910/32), contado retroativamente à data do requerimento administrativo de revisão da aposentadoria formulado pelo servidor, necessário para o caso. Tal requerimento é o marco suspensivo do prazo prescricional, o qual permanece suspenso enquanto pendente o pagamento das parcelas apuradas pela Administração (art. 4º), verbis:

Art. 4º. Não corre a prescrição durante a demora que, no estudo, no reconhecimento ou no pagamento da dívida, considerada líquida, tiverem as repartições ou funcionários encarregados de estudar e apurá-la.

Parágrafo único. A suspensão da prescrição, neste caso, verificar-se-á pela entrada do requerimento do titular do direito ou do credor nos livros ou protocolos das repartições públicas, com designação do dia, mês e ano.

A parte autora protocolou requerimento administrativo, onde a parte ré reconheceu o direito da parte autora à revisão do ato de aposentadoria, mediante inclusão do tempo de serviço em atividade insalubre, nada dispondo acerca de pagamento de atrasados na Portaria de Revisão. A teor do Memo-Circular n. 37/2007/CGRH/SAA/SE/MS, de 18 de julho de 2007, que prevê o pagamento administrativo das parcelas vencidas anteriores somente a partir da data da publicação do acórdão do TCU n. 2008/2006 (11/2006).

Diante desse quadro, em relação às parcelas vencidas de 06/11/2006 até a implantação em folha, o prazo prescricional, interrompido pelo acolhimento administrativo do direito à revisão da aposentadoria mediante reconhecimento de tempo de serviço em atividade insalubre, somente voltou a fluir após a apuração e pagamento da dívida.

Assim, em relação a tais parcelas, o prazo prescricional interrompido e posteriormente suspenso somente volta a fluir, pela metade, quando a Administração pratica algum ato incompatível com o interesse de saldar a dívida, quando se torna inequívoca a mora e configurada a inércia do devedor. Nesse sentido, entendeu o STJ: 'reconhecido o direito em sede de processo administrativo, este se ultima apenas com o cumprimento da obrigação, de sorte que o prazo prescricional permanece suspenso' (REsp 1.194.939/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe 14/10/10).

No caso, verifica-se que a autora ingressou com a presente ação em 15/11/2012, sendo que, até a presente data, não há notícia acerca do pagamento dos valores reconhecidos administrativamente (11-PROCADM2). Assim, não há que se falar em prescrição e falta de interesse em relação a tais parcelas. (...)"

Ademais, tal discussão já foi devidamente enfrentada por esta C. Corte Uniformizadora, que assim se manifestou:

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO SOB A ÉGIDE DA CLT. CONTAGEM PARA TODOS OS EFEITOS. ENTENDIMENTO DO STJ ESPOSADO EM RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 038 DESTA TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Formula a parte autora pedido nacional de uniformização de jurisprudência em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, com o seguinte teor (evento 021): EMEN-



TA CONSTITUCIONAL - ADMINISTRATIVO - APOSENTADORIA ESPECIAL - SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL - RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO INSALUBRE - OMISSÃO LEGISLATIVA - MANDADO DE INJUNÇÃO JULGADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - APLICAÇÃO DA LEI Nº 8.213/91 - REPERCUSSÃO DO TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL SOBRE ANUÊNIOS E LICENÇA-PRÊMIO - RECURSO INOMINADO DA PARTE AUTORA PROVIDO, EM PARTE. VOTO Trata-se de Recurso Inominado interposto pela parte autora, contra sentença exarada em sede de ação especial que julgou improcedente pedido com o qual se buscou o reconhecimento de tempo de serviço prestado em condições insalubres para fins de aposentadoria, referente ao período de 12.12.1990 até 28.04.1995, bem como repercussão desse reconhecimento no cômputo dos anuênios e licença-prêmio. Com efeito, o cerne da questão tratada nos autos diz respeito à possibilidade de reconhecimento de tempo de serviço trabalhado pelo servidor público em condições insalubres após 11.12.1990, data da publicação da Lei nº 8.112, que instituiu o regime jurídico dos servidores da UNIÃO e suas autarquias, como também, quanto à possibilidade de repercussão do tempo de serviço reconhecido como insalubre no cômputo dos anuênios e licença-prêmio. Verifica-se, de início, a competência dos Juizados Especiais Federais para processar e julgar o feito em questão. De fato, tratando-se de regra limitativa da competência, a exceção prevista no inciso III, do § 1º, do artigo 3º da Lei nº 10.259/01 deve ser interpretada restritivamente, de modo a afastar da competência do Juizado Especial Federal tão somente as demandas que tenham por objeto precípua a anulação de ato administrativo federal, tal como uma pretensão de anulação de multa administrativa, por exemplo, e não a infinidade de demandas que possam implicar indiretamente na anulação de ato administrativo, sob pena de ofensa ao princípio de acesso à prestação jurisdicional, no qual os Juizados Especiais constituem um dos desdobramentos possíveis do acesso à Justiça. Não há que se falar em prescrição do fundo de direito, haja vista que se trata de ação com a qual se almeja ser reconhecido o direito à contagem especial do tempo de atividade insalubre durante o regime estatutário, estando caracterizada a mora legislativa pela não edição de lei dando concretude a esse direito. Em situações como a de que ora se cuida, portanto, é de se reconhecer tão somente a prescrição em relação às prestações devidas no quinquênio anterior ao ajuizamento demanda, conforme disposição do Decreto nº 20.910/32 e, bem assim, da Súmula nº 85, do c. STJ, ou seja, trata-se de hipótese de prescrição quinquenal. Nesse sentido, confira-se: "INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REVISÃO DE ATO DE APOSENTADORIA. CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO INSALUBRE PRESTADO NO REGIME ESTATUTÁRIO. AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA. MORA DO LEGISLADOR. STF. REGRAS DO REGIME GERAL. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO AFASTADA. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. STJ, SÚMULA 85. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA RESTABELECIDADA EM PARTE. 1. Sentença de procedência do pedido revisional de aposentadoria reformada pela Turma Recursal do Rio Grande do Norte, sob o fundamento de que nas ações em que se visa rever ato de aposentadoria de servidor público, para inclusão do tempo de serviço insalubre, a prescrição da pretensão ao fundo de direito ocorre quando decorridos mais de cinco anos entre o ato de concessão e o ajuizamento da ação. 2. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora ao argumento de que o acórdão recorrido é divergente da compreensão do Superior Tribunal de Justiça, para quem, segundo diz, a prescrição é parcial e progressiva nos casos de contagem especial do tempo de serviço de atividade insalubre em regime estatutário. 3. Incidente admitido na origem. 4. Presentes os requisitos de admissibilidade, o recurso merece ser conhecido. 5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça. 6. Sem delongas, vale registrar que o acórdão censurado divergiu, em parte, da posição encampada pela e. Corte Superior. Explico. O STJ já assentou entendimento no sentido de que a revisão de ato de aposentadoria para a contagem especial do tempo de serviço insalubre exercido durante o regime celetista submete-se ao prazo prescricional de cinco anos, contados da concessão do benefício, nos termos do art. 1º, do Decreto 20.910/32. Nesse ponto, não há ressalvas a fazer no acórdão recorrido, o que também não é objeto de irrisignação no presente incidente. A controvérsia reside na possibilidade de contagem especial do tempo de serviço de atividade insalubre em regime estatutário, que não seria alcançada pela prescrição do fundo direito, incidindo apenas sobre as parcelas vencidas há mais de cinco anos (STJ, Súmula 85). 7. Conforme realçado pela recorrente, o Superior Tribunal de Justiça, em recente julgado assim resolveu a questão: "PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REGIME ESTATUTÁRIO. CONTAGEM ESPECIAL DO TEMPO DE SERVIÇO DE ATIVIDADE INSALUBRE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. MORA DO LEGISLADOR RECONHECIDA PELO STF. APLICAÇÃO POR ANALOGIA DAS REGRAS DO REGIME GERAL. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DO DIREITO. AUSÊNCIA. 1. Não se conhece da suscitada violação do art. 535 do CPC quando o recorrente deixa de especificar em que consistiram os vícios do aresto impugnado, valendo-se de arguições genéricas de que o decisum não se manifestou sobre os dispositivos de lei por ele invocados. Incidência da Súmula 284/STF. 2. De uma maneira geral, a jurisprudência do STJ tem consignado que a revisão do ato de aposentadoria para obter-se o pagamento de diferenças remuneratórias prescreve em cinco anos após a aposentação, nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/32. 3. Todavia, quando se trata da contagem especial

do tempo de atividade insalubre durante o regime estatutário, ainda não foi editada lei dando concretude a esse direito. Em razão disso, o STF reconheceu a mora legislativa e determinou, com efeito inter partes, a aplicação das regras do regime geral da previdência (MI 721/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ. 30.11.07). Com base nesse precedente, o aresto recorrido reconheceu a procedência do pedido, determinando o pagamento dos correspondentes consectários remuneratórios. 4. Nesse contexto, não havendo notícia de que o requerimento formulado pelo servidor fora negado pela Administração, inexistente prescrição do fundo do direito, pois a lesão renova-se com a mora do Legislativo em assegurar-lhe o direito consagrado pela norma constitucional. Logo, a prescrição apenas deve atingir as parcelas vencidas há mais de cinco anos, nos termos preconizados na Súmula 85/STJ. 5. Recurso especial não provido. (REsp 1287736/PB, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/03/2012, DJe 28/03/2012)" 8. Comprovado o vínculo estatutário da parte autora entre 1º/01/1991 e 28/04/1995 e, não havendo elementos que demonstrem a negativa da Administração a pedido eventualmente formulado pela recorrente, não há se falar em prescrição do fundo de direito pois, consoante sobredito julgado, a lesão renova-se com a mora do Legislativo em assegurar à postulante o direito consagrado na Carta da República, pelo que a prescrição, nesse caso, deve atender ao enunciado da Súmula 85, do STJ. 9. Ante o exposto, conheço do incidente de uniformização de jurisprudência e lhe dou provimento para restabelecer a sentença, tão-somente na parte em que deferido o pleito de conversão do período trabalhado pela autora em atividade insalubre no regime estatutário (17/06/75 a 31/05/81). Mantenho, por conseguinte, a condenação da União ao pagamento das verbas vencidas geradas em razão da revisão, considerada a prescrição quinquenal, nos termos em que consignado no julgado monocrático." (PEDILEF 05095139020114058400, JUIZ FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS, TNU, DOU 13/06/2014 PÁG. 95/146.) - Grifou-se. Quanto à possibilidade de ser computado o tempo de serviço laborado por servidor público em condições insalubres, a partir da vigência da Lei nº 8.112/90, tem-se pelo seu cabimento. É que, apesar da previsão constitucional contida no art. 40, §4º, da Carta Magna de 1988, a exigir a edição de uma lei complementar que venha fixar os requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos estatutários que exerçam atividades em condições especiais, esta norma ainda não foi editada até os dias de hoje. Por tal razão, o c. STF, quando, no julgamento do Mandado de Injunção nº 721-7/DF, firmou posicionamento no sentido de que, "inexistente a disciplina específica da aposentadoria especial do servidor, impõe-se a adoção, via pronunciamento judicial, daquela própria aos trabalhadores em geral - artigo 57, parágrafo 1º, da Lei nº 8.213/91". Vê-se, portanto, que segundo o juízo perfilhado pelo Pretório excelso, em face da morosidade legislativa no que diz respeito à edição de lei complementar para regulamentar a situação do servidor que exerce atividades sob condições especiais, devem ser aplicadas as normas correlatas previstas no art. 57, da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre a aposentadoria especial no âmbito do Regime Geral da Previdência Social. Nesse sentido, confirmam-se: CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. OMISSÃO LEGISLATIVA. ANÁLISE DOS REQUISITOS CONFORME A LEI Nº 8.213/91. LAUDO TÉCNICO PERICIAL. TEMPO ANTERIOR A 05/03/1997. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. 1. Tendo em vista a mora legislativa em regulamentar o art. 40, parágrafo 4º, III, da CF/88, que trata da aposentadoria especial dos servidores públicos, o Col. STF admitiu que a análise dos requisitos necessários à contagem do tempo de serviço especial, nesse caso, tenha por base o disposto na Lei nº 8.213/91, cujos artigos 57 e 58 disciplinam a concessão do aludido benefício, no âmbito do Regime Geral da Previdência Social. 2. Legítimo o reconhecimento, como especial, do tempo de serviço prestado pelo trabalhador cuja atividade, antes da Lei nº 9.032/95, encontrava-se catalogada nos Anexos dos Decretos 53.831/64 e 83.080/79. 3. No que concerne ao período posterior a 28/04/95, é necessária a comprovação da efetiva exposição, permanente, habitual e não intermitente, aos agentes nocivos à saúde e à integridade física do segurado. Porém, admite-se tal comprovação por qualquer meio, inclusive pela apresentação dos Formulários SB-40 e DSS-8030, somente sendo exigível laudo técnico

pericial assinado por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho a partir de 05/03/1997, data da publicação do Decreto nº 2.172, que regulamentou a Lei nº 9.032/95 e a MP nº 1.523/96 - posteriormente convertida na Lei nº 9.528/97. 4. O desempenho de atividade em condições especiais (exposição a agentes nocivos à saúde ou integridade física), comprovado nos termos da legislação vigente à época da prestação do serviço, implica direito adquirido à sua conversão em tempo comum, com a concessão do benefício de aposentadoria integral por tempo de contribuição. 5. Hipótese em que, considerando que somente a partir de 05/03/1997 passou a existir previsão legal no sentido de tornar obrigatória a apresentação do laudo técnico pericial, é descabida a exigência formulada pela impetrada. 6. Remessa e apelo desprovidos. (APELREEX 00035836920114058200, Desembargador Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho, TRF5 - Terceira Turma, DJE - Data: 12/03/2013 - Página: 136.) - Grifou-se. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO e PROCESSO CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 8.112/90. MANDADO DE INJUNÇÃO Nº 721-7/DF. ACOLHIMENTO. PRECEDENTE DO STF. HONORÁRIOS. MAJORAÇÃO. 1. Para a comprovação do tempo de serviço especial, nocivo à saúde ou à integridade física até a entrada em vigor da Lei nº. 9.032, de 28.04.95, que alterou o caput do art. 57, da Lei nº. 8.213/91, era suficiente que a atividade exercida pelo segurado estivesse enquadrada em quaisquer daquelas arroladas pelos Decretos nº 53.831/64 e nº 83.080/79. Precedentes dos TRF's da 1ª e 3ª Regiões. 2. Quanto ao período especial prestado sob o regime estatutário, embora ainda não exista lei regulamentando a aposentadoria

especial do servidor público e/ou a conversão do tempo de serviço especial em comum para fins de inativação, o STF, por meio de decisão nos autos do Mandado de Injunção nº 721-7, reconhecendo a mora na edição da lei regulamentadora, assegurou aos impetrantes daquela ação constitucional o exercício desse direito nos termos do artigo 57, parágrafo 1º, da Lei nº 8.213/91. 3. Não obstante a decisão proferida pelo col. STF no Mandado de Injunção n. 721-7/DF não tenha efeito vinculante nem eficácia erga omnes, é recomendável que a referida decisão seja prestigiada pelas instâncias inferiores do Poder Judiciário, de forma a uniformizar o entendimento sobre a matéria em questão. 4. Uma vez constatado que o autor, regido pela Lei nº 8.112/90, exerceu atividades insalubres, na especialidade de carpintaria e marcenaria, conforme Laudo Pericial produzido pelo Serviço de Segurança e Saúde do Trabalho da Delegacia Regional do Trabalho, tendo em vista a manipulação de solventes e vernizes, agentes nocivos à saúde, é de ser convertido em seu favor o tempo de serviço especial por ele exercido em comum, para fins de revisão de aposentadoria, com a utilização do fator 1.4. 5. Honorários advocatícios majorados para R\$ 2.000,00 (dois mil reais) nos termos do artigo 20, parágrafo 3 c/c 4º do CPC. 6. Precedentes deste eg. TRF5 (2ª Turma, AMS 93244 CE, j. 14.07.2009, Rel. Des. Federal. Francisco Barros Dias, Relator para acórdão Des. Federal Convocado Rubens de Mendonça Canuto; 3ª Turma - AC 452876 PB, j. 08.10.2009; DJU 20.10.2009, Rel. Des. Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima). 7. Apelação do autor parcialmente provida e apelação da União e à remessa oficial improvidas. (APELREEX 00165686120114058300, Desembargador Federal Rubens de Mendonça Canuto, TRF5 - Segunda Turma, DJE - Data: 30/08/2012 - Página: 277.) - Grifou-se. ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO RETIDO. SERVIDOR PÚBLICO. MÉDICO VETERINÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. PERÍODO COMO CELETISTA. DECRETO 83080/79. POSSIBILIDADE. PERÍODO COMO ESTATUTÁRIO. LEI COMPLEMENTAR. MANDADO DE INJUNÇÃO Nº 721. LEI 9032/95. 1. Cuida-se de apelação e remessa obrigatória de sentença que concedeu parcialmente a segurança para "reconhecer ao Impetrante o direito à contagem de tempo especial das atividades exercidas como Médico Veterinário no período compreendido entre 15.02.1980 até a passagem para o regime estatutário (11.12.1990), bem como a conversão em tempo comum, mediante a aplicação do fator 1.4 e, em consequência, reconhecer-lhe o direito à aposentadoria por tempo de serviço com proventos proporcionais". 2. Considerando que a matéria afeta ao agravo retido está intrinsecamente relacionada à questão central debatida nos autos, sua apreciação fica postergada para o momento oportuno, quando do exame do mérito da contenda. 3. Quanto ao período especial prestado anteriormente à instituição do regime estatutário, entende-se que, nos moldes da jurisprudência pátria, capitaneada pelo e. STF, é cabível ao servidor público a contagem desse tempo sob o regime celetista para fins de aposentadoria, desde que a atividade considerada especial esteja catalogada nos anexos dos Decretos nº 53831/64 e nº 83080/79 e que se prove o exercício dessa atividade. 4. Há que se reconhecer como especial o tempo de serviço prestado pelo postulante no cargo de médico veterinário no período de 15 de fevereiro de 1980 até 11 de dezembro de 1990, um dia antes da publicação da Lei nº 8112/90, tendo em vista que essa profissão foi classificada dentre aquelas que expõem os profissionais a agentes nocivos, nos moldes dos itens 1.3.1 do Anexo I e 2.1.3 do Anexo II, ambos do Decreto nº 83080/79, e os documentos juntados aos autos provam que o autor permaneceu no exercício dessa profissão por muitos anos, adentrando pela década de 90. 5. A partir de 12 de dezembro de 1990, momento em que os servidores públicos passaram a ser regidos pelo Regime Jurídico Único e a ostentar a natureza de estatutários, o art. 40, parágrafo 4º, da Constituição, com a redação anterior à Emenda Constitucional nº 20/98, previu a necessidade de lei complementar específica para regular a matéria afeta ao reconhecimento de tempo de serviço especial de servidor público. Não obstante isso, a jurisprudência deste e. Tribunal tem se posicionado favoravelmente ao cômputo do tempo de serviço especial do servidor público, mesmo após a conversão do regime para o estatutário, em razão de decisão proferida no Mandado de Injunção nº 721/DF, que teria criado um regime transicional, ao mandar aplicar o disposto no art. 57 da Lei nº 8213/91 também aos servidores submetidos ao Regime Jurídico Único, até que haja a efetiva regulamentação do art. 40, parágrafo 4º, da Constituição por lei complementar. 6. Em relação ao período posterior à edição da Lei nº 8112/90, somente para o intervalo que antecede a Lei nº 9032/95 não se faz a exigência de comprovação da exposição efetiva a agentes nocivos à saúde do servidor nem da apresentação de laudo técnico como requisito para o reconhecimento de tempo de serviço exercido em condições especiais. Após sua edição, passou-se a exigir a comprovação pelo interessado, por meio de laudo técnico individualizado, do tempo de trabalho, de forma permanente - e não ocasional nem intermitente - em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, tais como a efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos e/ou biológicos. 7. Os documentos juntados aos autos pelo autor não se prestam a provar a alegada insalubridade no período posterior à edição da Lei nº 9032/95, mormente porque o laudo técnico pericial individualizado não se encontra assinado, não tendo, portanto, força probante. 8. Há que se reconhecer como especial o tempo de serviço prestado pelo requerente a partir de 15 de fevereiro de 1980 até 28 de abril de 1995, um dia antes da entrada em vigor da Lei nº 9032/95, tempo esse que deverá ser multiplicado pelo fator 1.4 e, posteriormente, somado ao período já reconhecido pelo INSS e àquele relativo à licença-prêmio não gozada, para fins de concessão de aposentadoria. Agravo retido improvido. Apelações da União e do INSS e remessa obrigatória improvidas. Apelação do autor parcialmente provida. (APELREEX 200105000016555, Desembargador Federal Cesar Carvalho, TRF5 - Primeira Turma, DJE - Data: 03/08/2012 - Página: 377.) - Grifou-se. Destaque-se, por outro lado, que a nocividade do trabalho exercido pela parte autora sequer

é questão controvertida nos autos, haja vista que a FUNASA se limita tão somente a defender a tese da impossibilidade de reconhecimento da atividade como especial de servidor público, após a vigência da Lei nº 8.112/1990. De fato, segundo a defesa deduzida pela FUNASA, a contagem do tempo de serviço prestado sob condições insalubres, na proporção prevista no Decreto-lei 1.873/81 e nos Decretos 53.831/64 e 83.080/79, nos termos do art. 186, § 2º, da Lei 8.112/90, somente será possível quando regulamentado o Art. 40, §4o, da Constituição Federal, portanto, não se há de falar que a autora seja detentora do direito de ver incorporado aos seus patrimônios jurídicos o tempo prestado sob condições insalubres, tendo em vista que o referido dispositivo constitucional ainda não foi regulamentado. Em sendo assim, afigura-se-nos cabível o reconhecimento do tempo de serviço especial laborado pela parte autora no período indicado nos autos. Quanto ao pedido de se fazer repercutir o tempo de serviço especial sobre os anuênios e licenças prêmio, tem-se pelo sua negativa, porquanto, o reconhecimento laborado sob condições especiais não vincula a concessão de anuênios e licenças-prêmio a mais, em razão da natureza e finalidade distintas desse institutos. Não se pode perder de vista, outrossim, que a previsão constitucional se limita a autorizar a criação de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos que, em razão do trabalho, se submetam a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, não se podendo estender tal previsão também a outros aspectos funcionais não previstos no texto constitucional, para fazer incidir uma contagem diferenciada também para fins de concessão de anuênios ou de licença-prêmio. Perfilhando juízo idêntico, confira-se: ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO. PROFESSOR UNIVERSITÁRIO. LICENÇA-PRÊMIO/ESPECIAL. ANUÊNIOS. CÔMPUTO MAJORADO EM DECORRÊNCIA DO RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO QUE SE MANTÉM. 1. Trata-se de apelação civil interposta por DAVID SIMONETTI BARBALHO contra sentença prolatada pelo douto Juízo Federal da 4ª Vara da SJ/RN que julgou improcedente o pedido visando à incidência do fator de conversão de tempo de serviço (1.4) sobre a Licença Especial/Prêmio não gozada e anuênios recebidos, assegurando-lhe o pagamento dos valores pecuniários correspondentes. Fixou, ainda, honorários advocatícios sucumbenciais em R\$ 1.000,00. 2. Adoção da técnica de julgamento per relationem. 3. "Tendo tais benefícios a finalidade de recompensar o servidor, seja pelo tempo de exercício no serviço público, seja pela assiduidade, e sendo fundamentados na sua efetiva e ininterrupta prestação, não guardam correlação com o tempo majorado, decorrente do exercício de atividades penosas e perigosas, computado apenas para fins de aposentadoria. de aposentadoria." 4. Honorários advocatícios sucumbenciais fixados em R\$ 1.000,00 que se mantém, porquanto o aludido montante mostra-se realmente compatível com o trabalho realizado pelo Advogado e com o tempo por ele dispendido no acompanhamento da demanda. 5. Apelação a que se nega provimento. (AC 00079741520124058400, Desembargador Federal Manoel Erhardt, TRF5 - Primeira Turma, DJE - Data: 27/11/2013 - Página: 88.) - Grifou-se. Por último, visando evitar descabidos e protelatórios embargos de declaração, ressalte-se que não existe a menor necessidade de manifestação expressa sobre os todos os argumentos jurídicos levantados pelas partes, eis que as razões já expostas neste decísium são suficientes para julgamento de todos os pedidos formulados. Idêntico raciocínio se aplica ao prequestionamento. Não há obrigação de manifestação expressa sobre todas as teses jurídicas apontadas como tal. O único propósito de prequestionar a matéria a ser eventualmente levada ao conhecimento das Cortes Superiores, sem que ocorra, na hipótese, qualquer dos pressupostos elencados no art. 535 do Código de Ritos, não constitui razão suficiente para a oposição dos embargos declaratórios, consoante prega a pacífica jurisprudência do STJ. De toda forma, a fim de agilizar o andamento dos processos, considero desde já prequestionados expressamente todos os dispositivos legais indicados pelas partes em suas petições durante o trâmite processual. Insta acentuar, por fim, que os embargos de declaração não se prestam para reanálise de pedidos já decididos. Verifica-se que, apesar de ter a sentença reconhecido a ilegitimidade passiva da União, não procedeu a sua exclusão do pólo passivo da lide. Assim sendo, tendo em vista que se trata de matéria de ordem pública cujo conhecimento é possível até mesmo de ofício, reconhece-se a ilegitimidade passiva da UNIÃO e, em consequência, EXTINGUE-SE O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO em relação a este Ente Político, nos termos do art. 267, inciso VI, do CPC. Destarte, em vista de tudo o que foi exposto e por tudo mais que dos autos consta, DÁ-SE PROVIMENTO, EM PARTE, AO RECURSO INOMINADO DA PARTE AUTORA, somente para reconhecer como tempo laborado sob condições especiais o período de 12.12.1990 (data posterior ao período já reconhecido administrativamente) até 28.04.95 (por presunção legal de nocividade), extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 269, I do CPC. Sem condenação em honorários em face do benefício da justiça gratuita que ora se defere. Custas ex lege. ACÓRDÃO Vistos etc. Decide a 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais de Pernambuco, por unanimidade, DAR provimento em parte ao recurso do autor, nos termos da ementa supra. Recife/PE, data do julgamento. Afirma a parte autora, nesta ação, que: (a) trabalhou na Fundação Nacional da Saúde (FUNASA); (b) durante a realização de suas atividades (de combate a endemias), submeteu-se a diversos agentes perigosos e insalubres, sem qualquer espécie de equipamento de proteção individual (EPI); (c) a própria FUNASA, administrativamente, reconheceu o tempo como insalubre, entretanto limitou esse reconhecimento ao período em que os agentes de saúde eram do regime celetista (até 11/12/1990, portanto), e, mesmo assim, não fizeram com que esse acréscimo se refletisse na quantidade de anuênios e de licenças-prêmios dos servidores; (d) a sua atividade laboral está enquadrada na lista anexa ao Decreto n.º 53.834/64, e deve ter a sua insalubridade reconhecida por presunção legal, para fins de aposentadoria, de anuênios e de licença-prêmio; e (e) na falta

do PPP e do LTCAT, a parte autora requer o reconhecimento da insalubridade por presunção legal até a edição da Lei n.º 9.032/1995. Sustenta a parte autora, em seu incidente (evento 026), em resumo, que: (a) a Turma Recursal de Origem, ao não permitir que o tempo de serviço especial reconhecido repercutisse em seus anuênios e licenças-prêmios, entendeu contrariamente ao que vem decidindo o Superior Tribunal de Justiça; e (b) o servidor tem direito à repercussão da contagem diferenciada em decorrência do exercício de atividades especiais em seus anuênios e licenças-prêmios (AgRg no AI n.º 502.429). 2. O Min. Presidente deste colegiado encaminhou o feito a esta Relatoria para melhor análise. 3. Considero que o(s) paradigma(s) apontado(s) presta(m)-se para conhecimento do incidente. 4. Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça, no REsp n.º 1.254.456, assentou, sob a sistemática dos recursos representativos de controvérsia, que o tempo de serviço público federal prestado sob o pálio do extinto regime celetista deve ser computado para todos os efeitos, inclusive para anuênios e licença-prêmio por assiduidade. Transcrevo ementa do julgado: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO SOB AÉGIDE DA CLT. CONTAGEM PARA TODOS OS EFITOS. LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA. CONVERSÃO EM PECÚNIA. PRESCRIÇÃO. TERMO A QUO. DAT DA APOSENTADORIA. RECURSO SUBMETIDO AO REGIME PREVISTO NO ARTIGO 543-C DO CP. 1. (...). 2. Inicialmente, registro que a jurisprudência desta Corte consolidou o entendimento de que o tempo de serviço público federal prestado sob o pálio do extinto regime celetista deve ser computado par todos os efeitos, inclusive par anuênios e licença-prêmio por assiduidade, nos termos dos arts. 67e 10, da Lei n. 8.112/90. Precedentes: AgRg no Ag 1.276.352/RS, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 18/10/10; AgRg no REsp 916.888/SC, Sexta Turma, Rel. Min. Celso Limongi (Desembargador Convocado do TJ/SP), DJe 3/8/09; REsp 939.474/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe 2/2/09; AgRg no REsp 957.097/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 29/9/08. 3. (...). 5. Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido a regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ. 6. (...). (REsp n.º 1.254.456 / PE, Primeira Seção, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 02/05/2012) Atualmente, o STJ vem adotando o entendimento esposado no aludido julgado: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 131 E 458, II DO CPC NÃO CONFIGURADA. CELETISTA CONVERTIDO EM ES-TATUTÁRIO. IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO RECURSAL. ALEGAÇÕES TRAZIDAS TÃO SOMENTE EM SEDE DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. TEMPO DE SERVIÇO. DIREITO ADQUIRIDO A ANUÊNIO. INTELIGÊNCIA DO ART. 100 DA LEI 8.112/90. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DOS INCISOS I E III DA LEI 8.162/91. AGRAVO REGIMENTAL DA UNIÃO DESPROVIDO. 1. (...). 3. O acórdão recorrido está em consonância com a atual diretriz jurisprudencial desta Corte, firmada no julgamento do Recurso Especial 1.254.456/PE, Representativo da Controvérsia, de que o tempo de serviço público federal prestado sob o pálio do extinto regime celetista deve ser computado para todos os efeitos, inclusive para anuênios e licença-prêmio por assiduidade, nos termos dos arts. 67 e 100, da Lei n. 8.112/90. 4. Agravo Regimental da UNIÃO desprovido. (AgRg nos EDcl no AREsp 306714 / RN, Primeira Turma, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 01/10/2015) (grifei) Nossa Suprema Corte possui julgados mais antigos que abarcam a tese da parte autora: Servidor público federal: contagem especial de tempo de serviço prestado enquanto celetista, antes, portanto, de sua transformação em estatutário: direito adquirido, para todos os efeitos, desde que comprovado o efetivo exercício de atividade considerada insalubre, perigosa ou penosa. Precedentes. II. Agravo regimental: inviabilidade de, em agravo regimental, inovar a causa com questões não debatidas no acórdão recorrido, nem objeto das razões do recurso extraordinário. (RE 473895 AgR / RS, Primeira Turma, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, DJ 07-12-2006, PP-00048) (grifei) 5. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora merece ser conhecido e provido, para que o tempo de serviço especial reconhecido repercuta em seus anuênios e licenças-prêmios, nos termos da Questão de Ordem n.º 038 desta TNU. (PEDILEF 05025711920144058309, JUIZ FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA, TNU, DOU 06/05/2016.)

Logo, estando o acórdão recorrido em consonância com a orientação firmada por esta TNU o presente incidente não comporta conhecimento nos termos da QO nº 13 desta Corte.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER o Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 23 de fevereiro de 2017

RONALDO JOSÉ DA SILVA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5080245-13.2014.4.04.7100

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

REQUERIDO(A): EDISON LEAL COELHO LEAL

PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS

OAB: DF-5939

PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA

OAB: RS-23021

PROC./ADV.: ANGELINA INÊS CASTRO MATTIA

OAB: RS-73109

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. GDPST. PRESCRIÇÃO. SUSPENSÃO DURANTE A TRAMITAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização nacional de jurisprudência interposto pela União em face de acórdão de Turma Recursal que, confirmando a sentença, julgou procedente a ação para afastar a alegação de prescrição quinquenal; para reconhecer ao autor, servidor aposentado, o direito de receber a gratificação GDPST no mesmo patamar recebido pelos servidores em atividade, desde março de 2008 até o processamento dos resultados do 1º ciclo de avaliação, 30/06/2011, afastando a tese de limitação temporal da condenação à data em que publicada a Portaria GM/MS nº. 3.627, de 19/11/2010, e para condenar a União a atualizar as parcelas vencidas pelo IPCA-E.

2. A recorrente alega contrariedade do acórdão recorrido à jurisprudência do STJ no tocante à prescrição das prestações vencidas, sustentando que não foi aplicado o entendimento constante da Súmula nº 85 do STJ; divergência entre o acórdão recorrido e decisões de TRs/CE no tocante à limitação temporal de pagamento das diferenças; contrariedade, por analogia, à jurisprudência do STJ, que ao tratar da GDPGPE, reconheceu como indevido o pagamento em razão da existência concreta de norma regulamentadora dos critérios de avaliação de desempenho dos servidores ativos, com efeitos retroativos à data da instituição da vantagem, e, por fim, divergência com TR/GO no tocante ao critério de atualização da condenação, tendo em vista que no paradigma foi determinada a incidência da TR, na forma da Lei nº 11.960/09.

3. Considerando o teor da decisão da Presidência das Turmas Recursais/RS, contra a qual a União não interpôs recurso, o incidente foi admitido exclusivamente para verificação da divergência no tocante à interrupção do prazo prescricional, não tendo sido admitido quanto à alegada divergência relativa ao termo final do pagamento paritário e restando sobrestado quanto ao critério de correção monetária da condenação para aguardar o julgamento pelo STF do Tema 810 de repercussão geral.

4. Relativamente ao ponto objeto de uniformização, o incidente não merece ser conhecido. É que o C. STJ possui firme orientação jurisprudencial no sentido de reconhecer a tramitação do processo administrativo como causa de suspensão do prazo prescricional, de forma a preservar a integralidade do crédito que se venha a reconhecer ao segurado, quando, diante do insucesso na via administrativa, vem, posteriormente, a ingressar em Juízo antes do implemento do prazo de cinco anos.

5. Em face do exposto, não conheço do incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulada União.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela União, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI

Juiz Federal Relator



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE  
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL  
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 67, DE 3 DE ABRIL DE 2017

O DESEMBARGADOR ROBERTO BARROS DOS SANTOS, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE, no uso das suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 19, incisos XVI e XLI do Regimento Interno do Tribunal, bem ainda o disposto no Ofício-Circular n. 55 GAB-DG do Tribunal Superior Eleitoral (0135298), datado de 30 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Fica indisponível para empenho e movimentação financeira o valor de R\$ 2.742.138,00 (dois milhões, setecentos e quarenta e dois mil cento e trinta e oito reais), consignado ao Tribunal Regional Eleitoral do Acre no orçamento do ano 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROBERTO BARROS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

PORTARIA Nº 142, DE 3 DE ABRIL DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais definidas no Regimento Interno desta Corte, tendo em vista o contido no Parágrafo Único do art. 2º da Instrução Normativa nº 03 - TSE, de 11 de abril de 2014, resolve:

Art. 1º DIVULGAR a limitação de empenho e movimentação financeira imposta ao Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, no valor de R\$ 141.137,00 (cento e quarenta e um mil e cento e trinta e sete reais).

Art. 2º Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Des. MANOEL DE JESUS FERREIRA DE BRITO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL  
DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 45, DE 3 DE ABRIL DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa TSE nº 3, de 11 de abril de 2014 e no Ofício-Circular nº 55 GAB-DG/TSE, de 30 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Fica indisponível para empenho e movimentação financeira o valor de R\$ 154.945,00 (cento e cinquenta e quatro mil, novecentos e quarenta e cinco reais), consignado ao Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal na Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROMEU GONZAGA NEIVA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL  
DE MATO GROSSO  
DIRETORIA-GERAL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

PORTARIA Nº 150, DE 3 DE ABRIL DE 2017

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 19, inciso XI, do Regimento Interno e,

Considerando o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no artigo 58, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 e na Instrução Normativa TSE nº 3, de 11 de abril de 2014;

Considerando ainda, o Ofício-Circular nº 55 GAB-DG do Tribunal Superior Eleitoral, de 30/03/17, que trata da limitação de empenho e movimentação financeira no âmbito da Justiça Eleitoral e do volume de contingenciamento definido para este Regional,

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo Eletrônico nº 1840/2017, resolve:

Art. 1º Fica indisponível para empenho e movimentação financeira o valor de R\$ 279.588,00 (duzentos e setenta e nove mil, quinhentos e oitenta e oito reais) consignado a este Tribunal na Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desª . MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

PORTARIA Nº 348, DE 4 DE MARÇO DE 2017

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições, considerando as disposições do Parágrafo Único, do art. 2º, da Instrução Normativa nº 3, de 11.04.2014, do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, resolve:

Art. 1º Fica indisponível para empenho e movimentação financeira o valor de R\$ 134.417,00 (cento e trinta e quatro mil, quatrocentos e dezessete reais), consignado ao Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, nos termos do art. 58 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 ( Lei nº 13.408/2016).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revoguem-se as disposições em contrário.

Desª . MARIA DAS GRAÇAS MORAIS GUEDES

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL  
DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 355, DE 3 DE ABRIL DE 2017

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no artigo 58, caput e parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016 e na Instrução Normativa nº 3/TSE, de 11 de abril de 2014, resolve:

Art. 1º Fica indisponível para empenho e movimentação financeira o valor de R\$ 1.442.439,00 (hum milhão, quatrocentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e trinta e nove reais), consignado a este Tribunal através da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ANTÔNIO CARLOS ALVES DA SILVA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA  
DIRETORIA-GERAL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 103, DE 4 DE ABRIL DE 2017

A Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o Procedimento Administrativo SEI nº 0000906-08.2017.6.23.8000; resolve:

Art. 1º. Informar, de acordo com a Instrução Normativa TSE nº. 3/2014, que foi disponibilizado para bloqueio de crédito e movimentação financeira, recursos orçamentários no valor de R\$ 291.802,00 (duzentos e noventa e um mil oitocentos e dois reais), de modo a atender o disposto nos parâmetros do artigo 58, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 e Acórdão TCU nº. 3.652/2013.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Desª . TÂNIA VASCONCELOS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL  
DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 101, DE 31 DE MARÇO DE 2017

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 22, inciso XXIV, do seu Regimento Interno (Resolução TRESC n. 7.847, de 12.12.2011),

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 854, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Dispõe sobre a prorrogação do concurso público regido pelo Edital n. 1, de 09 de outubro de 2015, para os cargos de Analista Judiciário e de Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições legais e em face do contido no P.Ae 0005148/2017, resolve:

Art. 1º Prorrogar por um ano, com fundamento no art. 12, § 1º, da Lei 8.112/1990, e no item 13.28 do Edital nº 1, de 09 de outubro de 2015, o prazo de validade do concurso público realizado para os cargos constantes do anexo I desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MÁRIO MACHADO

ANEXO I

| Cargo               | Área                | Especialidade                              | A partir de |
|---------------------|---------------------|--------------------------------------------|-------------|
| Analista Judiciário | Judiciária          | ----                                       | 20/04/2017  |
|                     |                     | Oficial de Justiça Avaliador Federal       |             |
| Analista Judiciário | Apoio Especializado | Análise de Sistemas                        |             |
|                     |                     | Biblioteconomia                            |             |
|                     |                     | Psicologia                                 |             |
|                     |                     | Suporte em Tecnologia da Informação        |             |
|                     |                     | Medicina / ramo: Clínica Médica            |             |
|                     |                     | Medicina / ramo: Ginecologia / Obstetrícia |             |
|                     |                     | Medicina / ramo: Neurologia                |             |
|                     |                     | Medicina / ramo: Pediatria                 |             |
|                     |                     | Medicina / ramo: Psiquiatria               |             |
|                     |                     | Odontologia / ramo: Dentística             |             |
| Técnico Judiciário  | Administrativa      | ----                                       | 20/04/2017  |
|                     | Apoio Especializado | Enfermagem                                 |             |
|                     |                     | Programação de Sistemas                    |             |

## Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

### CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

#### ACÓRDÃOS

Acórdão nº 06 de 27 de outubro de 2016 - PL. PA CFMV nº 6552/2015. Origem: CRMV-MS. Decisão: POR MAIORIA - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do Voto do Conselheiro Revisor, Méd. Vet. Moacir Tonet.

MARCELLO RODRIGUES DA ROZA  
Presidente  
Em exercício

Acórdão nº 28 de 20 de maio de 2016 - 1T. PA CFMV nº 0006/2016. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Gilmar Nogueira Rocha.

MOACIR TONET  
Presidente da 1ª Turma  
Em exercício

Acórdão nº 108 de 26 de outubro de 2016 - 1T. PA CFMV nº 3801/2016. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Moacir Tonet.

Acórdão nº 109 de 26 de outubro de 2016 - 1T. PA CFMV nº 3802/2016. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Moacir Tonet.

EDUARDO LUIZ SILVA COSTA  
Presidente da 1ª Turma

Acórdão nº 117 de 26 de outubro de 2016 - 1T. PA CFMV nº 4422/2016. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Moacir Tonet.

Acórdão nº 130 de 26 de outubro de 2016 - 1T. PA CFMV nº 4112/2016. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Moacir Tonet.

Acórdão nº 137 de 26 de outubro de 2016 - 1T. PA CFMV nº 4653/2016. Origem: CRMV-GO. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Moacir Tonet.

Acórdão nº 140 de 25 de outubro de 2016 - 1T. PA CFMV nº 3823/2016. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Moacir Tonet.

Acórdão nº 142 de 26 de outubro de 2016 - 1T. PA CFMV nº 3827/2016. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Moacir Tonet.

Acórdão nº 144 de 26 de outubro de 2016 - 1T. PA CFMV nº 3834/2016. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Moacir Tonet.

Acórdão nº 147 de 26 de outubro de 2016 - 1T. PA CFMV nº 3814/2016. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Moacir Tonet.

MARCELLO RODRIGUES DA ROZA  
Presidente da 1ª Turma  
Em exercício

### CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO

#### PORTARIA Nº 9, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

A Presidente do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO o que preceitua o artigo 4º da Resolução CRCRJ 483/2016, de 24 de outubro de 2016, que aprovou o orçamento para o exercício financeiro de 2017, que permite ajuste ao orçamento até o limite de 30% (trinta por cento); Resolve:

Art.1º: Aprovar a Abertura de Crédito Adicional Suplementar de Dotações ao Orçamento do Exercício Financeiro de 2017 do CRCRJ, de R\$312.586,14 (trezentos e doze mil, quinhentos e oitenta e seis reais e quatorze centavos), constante do Processo Interno 2017/000004.

VITÓRIA MARIA DA SILVA

#### PORTARIA Nº 20, DE 10 DE MARÇO DE 2017

A Presidente do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO o que preceitua o artigo 4º da Resolução CRCRJ 483/2016, de 24 de outubro de 2016, que aprovou o orçamento para o exercício financeiro de 2017, que permite ajuste ao orçamento até o limite de 30% (trinta por cento); Resolve:

Art.1º: Aprovar a Abertura de Crédito Adicional Suplementar de Dotações ao Orçamento do Exercício Financeiro de 2017 do CRCRJ, de R\$285.682,65 (duzentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), constante do Processo Interno 2017/000004.

VITÓRIA MARIA DA SILVA

### CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

#### DECISÃO Nº 8, DE 22 DE MARÇO DE 2017

Dispõe sobre a proibição da participação de profissionais de Enfermagem, no âmbito do Estado de Mato Grosso na realização da Manobra de Kristeller.

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso - Coren/MT, em conjunto com a Conselheira Secretária da Autarquia, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, asseguradas na Lei 5.905/73 e no art. 42 do Regimento Interno do Coren/MT,

Considerando o Art. 196 da Constituição Brasileira que afirma ser a Saúde um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante Políticas Sociais e Econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando a Política de Humanização do Parto e Nascimento, instituída pela Portaria GM/MS n. 569, de 01 de junho de 2000, e a Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão da Saúde do Ministério da Saúde em 2003;

Considerando a Portaria 1459 de 24 de junho de 2011 que institui a Rede Cegonha, cujo primeiro princípio afirma o respeito à proteção e a garantia dos Direitos Humanos;

Considerando as evidências científicas preconizadas pela OMS e sua classificação das condutas e práticas no parto normal em quatro categorias, conforme utilidade, eficácia e ausência de efeitos prejudiciais e, em especial a categoria de práticas frequentemente utilizadas de forma inapropriadas como a "pressão no fundo uterino durante o trabalho de parto e parto" (Manobra de Kristeller);

Considerando o Parecer de Relator e Vistas nº 338/2016, aprovados na 485ª Reunião Ordinária de Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - Cofen;

Considerando que a Manobra de Kristeller não é recomendada pela OMS (1996), sendo proibida em diversos países, por se constituir num ato de violência à mãe e ao bebê, além de poder causar danos a ambos;

Considerando o Código de Ética dos Profissionais da Enfermagem que, no âmbito de seus princípios fundamentais, descreve a enfermagem como profissão comprometida com a saúde e a qualidade de vida da pessoa, família e coletividade, assegurando aos profissionais o direito à recusa de execução de atividades que não sejam de sua competência técnica, científica, ética e legal ou que não ofereçam segurança ao profissional, à pessoa, família e coletividade;

Considerando a proposição do Grupo Técnico Saúde da Mulher e a deliberação do Plenário em sua 405ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de junho de 2016;

Considerando a deliberação da 495ª Reunião Ordinária de Plenário, Seção Única realizada em 20 de março de 2017, decide:

Art. 1º - Proibir, no âmbito do Estado de Mato Grosso, a participação de profissionais de Enfermagem na realização da Manobra de Kristeller.

Art. 2º - Determinar que os profissionais de enfermagem registrem a não participação na realização da Manobra de Kristeller no prontuário da mulher, de modo a assegurar seus direitos e evitar qualquer tipo de responsabilidade pelo ato;

Art. 3º - Esta decisão entra em vigor a partir da data da sua aprovação pelo Plenário do Coren/MT e publicação no Diário Oficial.

ELEONOR RAIMUNDO DA SILVA  
Presidente do Conselho

MARILZA HELENA RODRIGUES VIANA  
Secretária

### CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

#### RESOLUÇÃO Nº 2.634, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 475ª Reunião Plenária, de 22.2.2017, resolve:

Art. 1º Homologar os registros das empresas aprovados na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA  
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS  
Secretário-Geral

#### RESOLUÇÃO Nº 2.635, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 475ª Reunião Plenária, de 22.2.2017, resolve:

Art. 1º Homologar os cancelamentos de registro das empresas aprovados na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA  
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS  
Secretário-Geral

#### RESOLUÇÃO Nº 2.636, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 475ª Reunião Plenária, de 22.2.2017, resolve:

Art. 1º Homologar os registros dos Médicos Veterinários e Zootecnistas aprovados na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA  
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS  
Secretário-Geral

#### RESOLUÇÃO Nº 2.637, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 475ª Reunião Plenária, de 22.2.2017, resolve:

Art. 1º Homologar os cancelamentos de registro dos Médicos Veterinários e Zootecnistas aprovados na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA  
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS  
Secretário-Geral

#### RESOLUÇÃO Nº 2.638, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 475ª Reunião Plenária, de 22.2.2017, resolve:

Art. 1º Homologar a suspensão de registro dos Profissionais, em razão de aposentadoria, aprovados na Reunião Plenária acima referida, cujos nomes fazem parte integrante desta, encontrando-se arquivado neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA  
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS  
Secretário-Geral

**RESOLUÇÃO Nº 2.639, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017**

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 475ª Reunião Plenária, de 22.2.2017, resolve:

Art. 1º Homologar o cancelamento de registro dos profissionais em razão de falecimento, aprovados na Reunião Plenária acima referida, cujos nomes fazem parte integrante desta, encontrando-se arquivados neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA  
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS  
Secretário-Geral

**RESOLUÇÃO Nº 2.640, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017**

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 475ª Reunião Plenária, de 22.2.2017, resolve:

Art. 1º Homologar as transferências dos Médicos Veterinários e Zootecnistas recebidas em outros CRMV's, aprovadas na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA  
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS  
Secretário-Geral

**RESOLUÇÃO Nº 2.641, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017**

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 475ª Reunião Plenária, de 22.2.2017, resolve:

Art. 1º Homologar os cancelamentos por regularização (anexo I), as defesas dos autos de infração (anexo II) e os recursos dos autos de multa (anexo III), autos cancelados (anexo IV), aprovados na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA  
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS  
Secretário-Geral

**CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL****RESOLUÇÃO Nº 1, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2004**

O Presidente do Conselho Regional de Odontologia - MS, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas, que lhe confere a Lei nº 4.324 de 14 de abril de 1964, regulamentada pelo Decreto nº 68.704 de 03 de junho de 1971, torna público para conhecimento dos interessados a Resolução CRO/MS nº 01, de 20 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Regional de Odontologia de Mato Grosso do Sul, na forma de Anexo Único desta Resolução.

O Anexo Único da Resolução nº 01/2004 encontra-se disponível na sede do Conselho Regional de Odontologia de Mato Grosso do Sul - CRO/MS e disponível no site [www.croms.org.br](http://www.croms.org.br).

FÁBIO HENRIQUE SIRUGI GASPAROTO  
**CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA  
DA 20ª REGIÃO**

**PORTARIA Nº 57, DE 3 DE ABRIL DE 2017**

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA - 20ª REGIÃO - CRQ-XX, no uso das atribuições do art. 17 da Lei nº 2.800/56 e do art. 5º da Resolução Ordinária nº 15.508/2008, considerando a decisão do Plenário desta Autarquia Federal na sessão realizada em 21 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º - Divulgar as datas das sessões plenárias do CRQ-XX para o exercício 2017, sem prejuízo de alteração ou ainda de convocações extraordinárias, e antecipação ou postergação nos termos do parágrafo único da Resolução Ordinária nº 15.508/2008:

- I - 17 de fevereiro, sexta-feira (sessão ordinária);
- II - 07 de abril, sexta-feira (sessão extraordinária);
- III - 19 de maio, sexta-feira (sessão ordinária);
- IV - 23 de junho, sexta-feira (sessão ordinária);
- V - 25 de agosto, sexta-feira (sessão ordinária);
- VI - 29 de setembro, sexta-feira (sessão extraordinária);
- VII - 20 de outubro, sexta-feira (sessão ordinária);
- VIII - 24 de novembro, sexta-feira (sessão ordinária);

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

EVANDER LUIZ FERREIRA

# Antecipe o pagamento das matérias e garanta comodidade e o prazo das publicações

O INCom dispõe de uma opção a mais para pagamento das publicações no Diário Oficial da União: a compra de crédito para publicação.

Semelhante ao conceito "pré-pago", o modelo permite a aquisição antecipada de créditos para utilização em publicações futuras, evitando transtornos na comprovação de pagamento de matérias.

O serviço permite, também, reaproveitar créditos provenientes de matérias pagas à vista e, eventualmente, não publicadas.

A aquisição e o controle dos créditos são totalmente feitos pelo usuário, de forma simples e segura, por meio de uma nova função integrada ao sistema INCom.

A aquisição e o controle dos créditos são totalmente feitos pelo usuário, de forma simples e segura, por meio de uma nova função integrada ao sistema INCom.



Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808

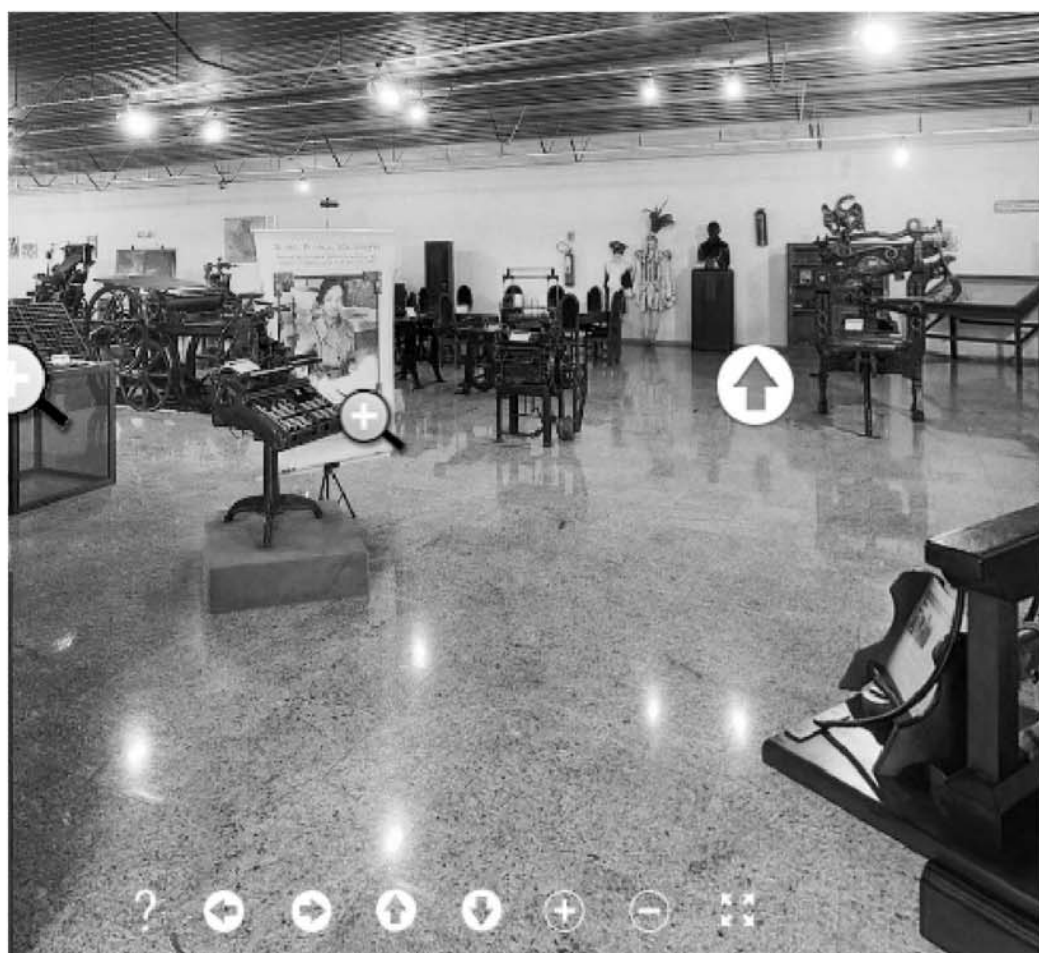
Mais informações, pelo telefone  
(61) 3441-9450

## MUSEU DA IMPRENSA PERTENCE AGORA AO MUNDO

Ficou mais fácil conhecer o acervo de imprensa mais importante do Brasil e oitavo do mundo. A Imprensa Nacional lançou na internet a Visita Virtual ao Museu da Imprensa.

Agora, a distância, é possível conferir a riqueza de peças como o prelo em que trabalhou Machado de Assis, a réplica da primeira impressora manual que chegou ao Brasil em 1808, a bela história dos 300 anos da máquina de escrever, entre outras relíquias.

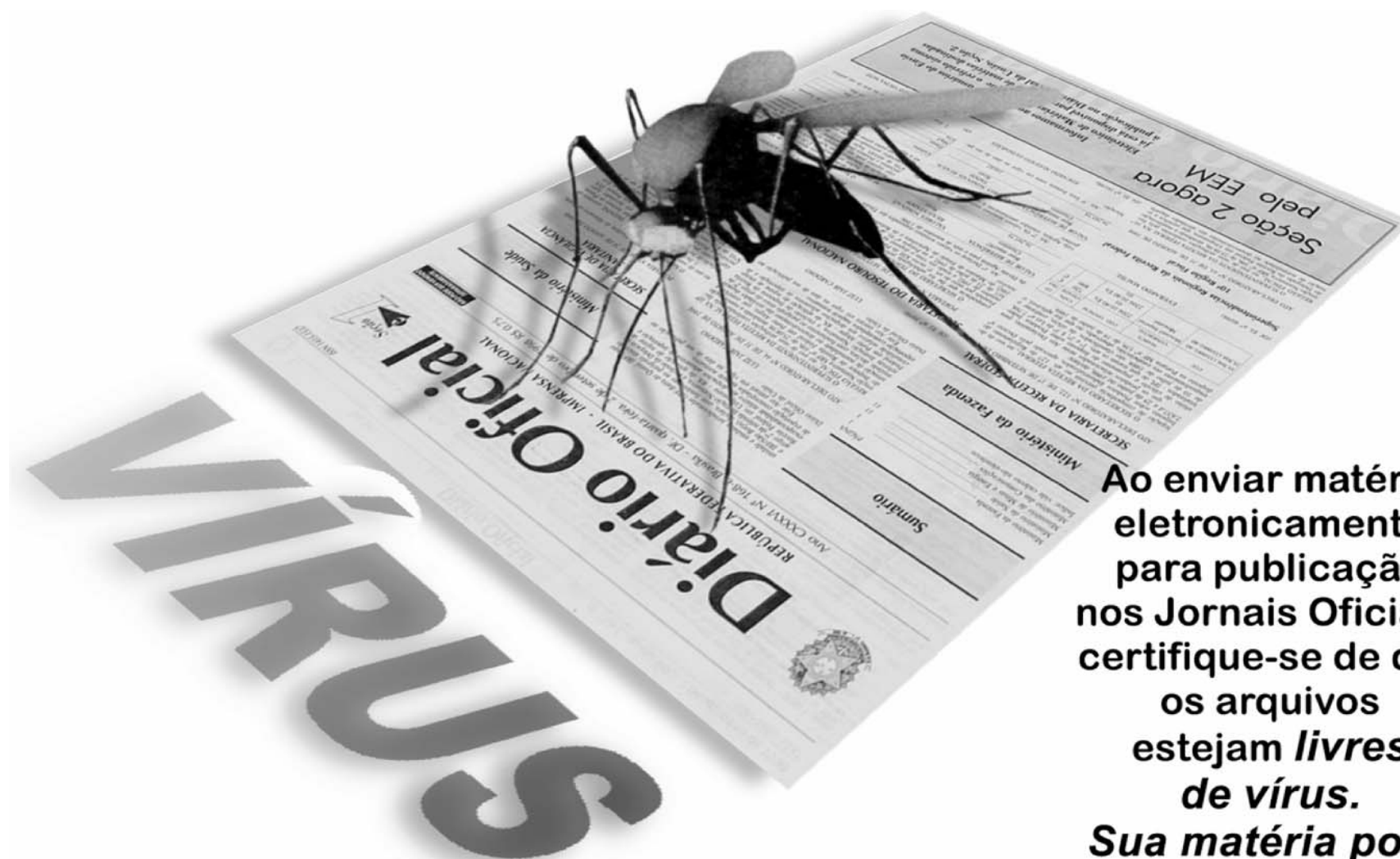
Com recursos visuais avançados, o internauta vai poder entrar no museu e ver cerca de quatro-



centas peças e documentos, que registram a evolução da imprensa no Brasil, com descrições detalhadas sobre algumas delas. Essa acessibilidade estará brevemente também disponível aos portadores de necessidades especiais.

Tudo isso, a um clique do visitante no portal [www.in.gov.br](http://www.in.gov.br).





# ENVIO ELETRÔNICO DE MATÉRIAS



**Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam livres de vírus.**

***Sua matéria pode ser rejeitada, caso seja constatado algum tipo de contaminação.***

**Novos tipos de vírus aparecem diariamente, causando transtornos e prejuízos para os usuários de computadores.**

**Portanto, cuidado, seja prudente!**

***Atualize seu software antivírus com frequência, para evitar sua defasagem e ineficácia na eliminação de novos vírus que venham a surgir.***

# 180º CONCURSO NACIONAL MUSEU DA IMPRENSA 2015-2016

## Desenho

Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):  
Mascotes Olímpicos visitam o Museu

## Redação

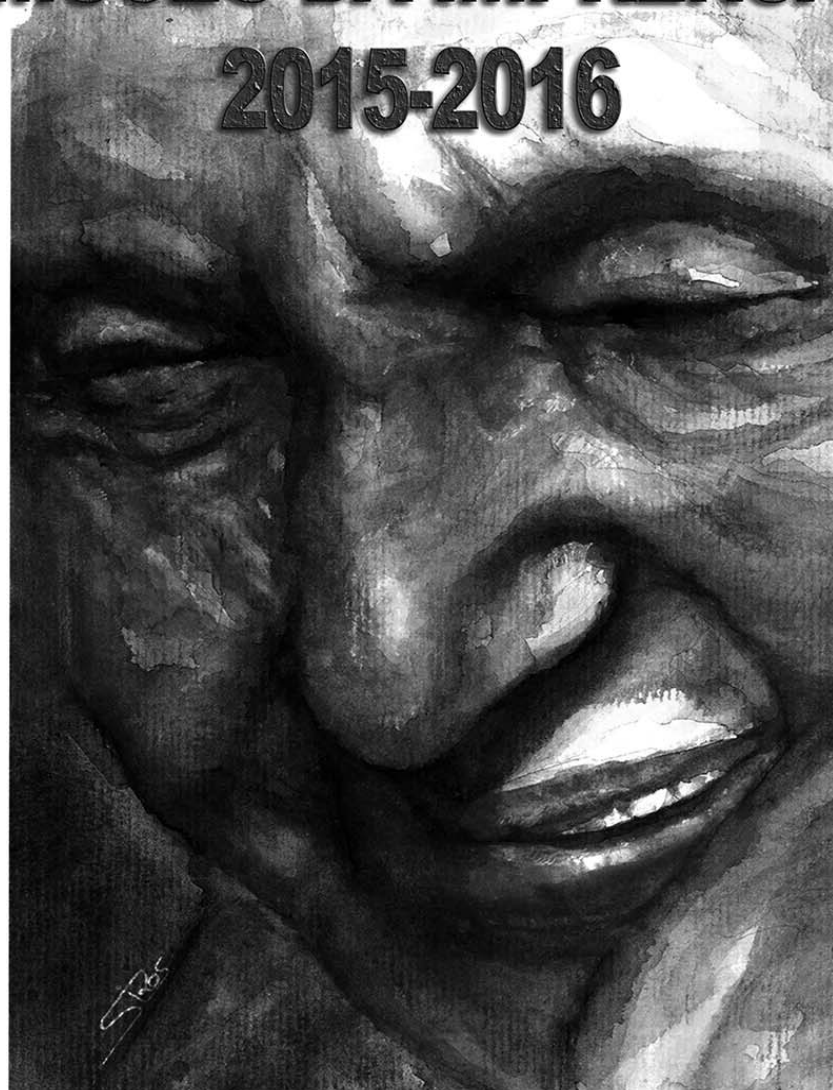
Ensino Fundamental (6º ao 9º ano):  
Primeiros Jogos Olímpicos no Brasil

## Redação

Ensino Médio (1º ao 3º ano):  
30 anos sem Cora Coralina

## Artigo (Ensino Superior):

200 anos da elevação do Brasil a Reino Unido a  
Portugal e Algarves



Criação e Artes: Sirox

INFORMAÇÕES  
Central de Atendimento  
0800 725 6787  
[www.in.gov.br](http://www.in.gov.br)

### Realização:



Presidência da República  
Casa Civil  
Imprensa Nacional

### Apoio:

**ASDIN**  
Associação dos Servidores da Imprensa Nacional

**ANJ**  
ASSOCIAÇÃO  
NACIONAL  
DE JORNAIS

**IMPRENSA**  
OS FATOS MUDAM.  
OS PRINCÍPIOS NÃO. **Editorial**

**ViiBra**  
Visitação Institucional Integrada em Brasília

**AN**  
Amigos do Complexo Cultural  
da Imprensa Nacional

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PÁTRIA EDUCADORA



Disponível no portal  
**www.in.gov.br**  
e na versão impressa

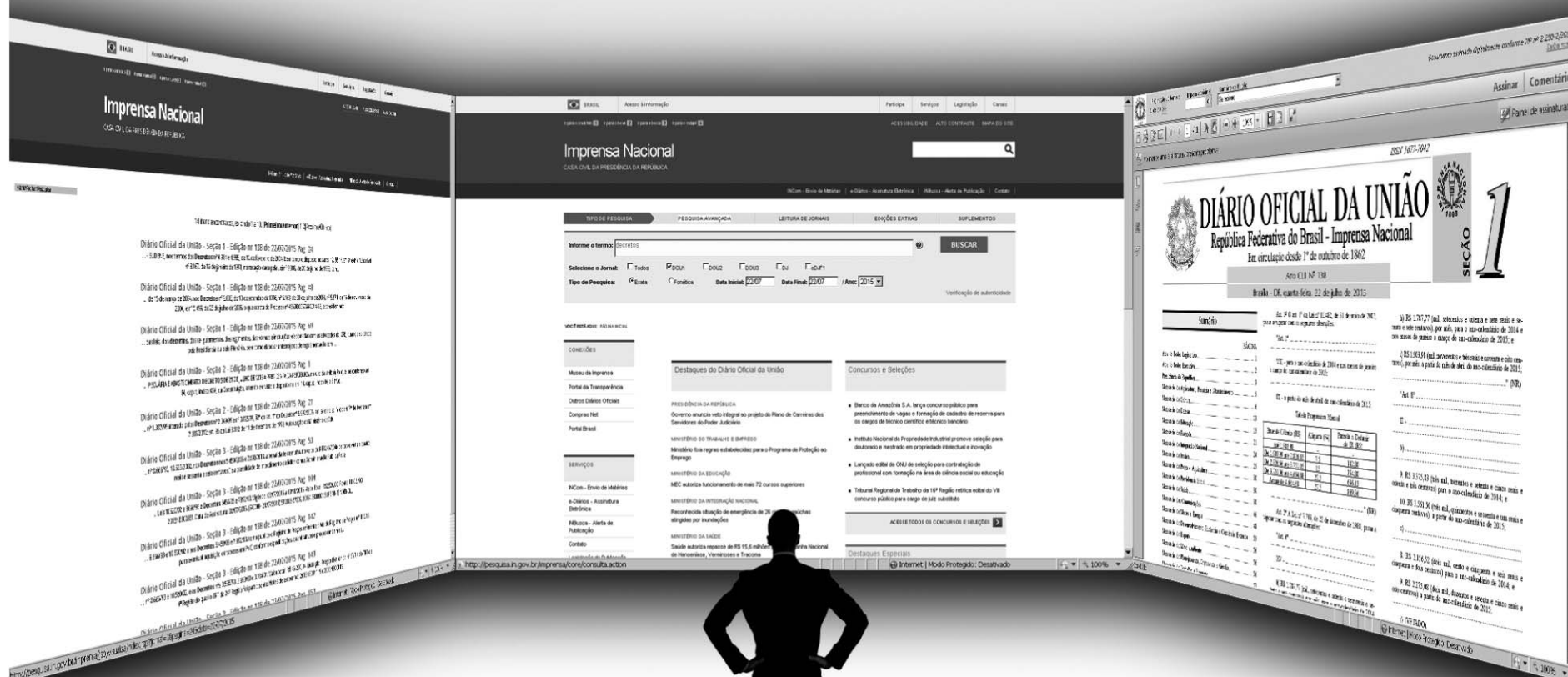


# Diário Oficial da União Digital

## O meio mais prático e econômico de acesso à informação oficial

O portal da Imprensa Nacional oferece:

- \* Acesso à versão eletrônica do **DOU** de forma livre e gratuita
- \* Edições digitalizadas desde 1990, com validade e autenticidade garantidas pela certificação digital
- \* Busca por palavra ou expressão, incluindo **Pesquisa Fonética**, que proporciona a localização de termos grafados de formas diversas
- \* Serviço **IN-Busca**, que realiza pesquisas programadas ao **DOU** e envia os resultados por mensagem eletrônica ao usuário na primeira hora da manhã
- \* Edições completas em PDF pelo serviço de assinaturas **e-Diários**, a partir das 6h, ou gratuitamente, das 14h às 23h59



Diário Oficial da União Digital  
Cada vez mais acessível e  
conectado ao cidadão  
[www.in.gov.br](http://www.in.gov.br)

IMPRESA NACIONAL  
1808  
Informações Oficiais